

HISTÓRIA DA HISTÓRIA DO BRASIL

1.ª PARTE

Historiografia Colonial

BRASILIANA
(GRANDE FORMATO)
Volume 21

Direção de
AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES



História da História do Brasil

1.ª PARTE

Historiografia Colonial

Em convênio com o

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

COMPANHIA EDITORA NACIONAL/MEC

CIP - Brasil. Catalogação-na-Fonte
Câmara Brasileira do Livro, SP

R613h Rodrigues, José Honório, 1913-
v.1 História da história do Brasil / José Honório Rodrigues. — São
Paulo : Ed. Nacional ; | Brasília | : INL, 1979.
(Brasília : Série grande formato ; v. 21)

Bibliografia.

Conteúdo: pt. 1. Historiografia colonial.

1. Brasil — História — Até 1821 — Historiografia 2. Brasil —
História — Historiografia I. Instituto Nacional do Livro. II. Título.
III. Série.

CDD-981.0077

-981.021

CDU-981

CCF/CBL/SP-78-1401

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Período colonial : História 981.021
2. Brasil-colônia : História 981.021
3. Historiografia : Brasil 981.0077

Direitos autorais desta edição reservados à

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 639

01212 São Paulo, SP

1979

Impresso no Brasil

OBRAS DO AUTOR

Livros

- Civilização holandesa no Brasil*. 1.º Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940. (Em colaboração com Joaquim Ribeiro.)
- Teoria da História do Brasil*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949; 2.ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957, 2 vols. (Brasiliiana Grande); 3.ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969; 4.ª e 5.ª eds., id., id., 1978.
- Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1949.
- As fontes da História do Brasil na Europa*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1950.
- Notícia de vária história*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1951.
- A pesquisa histórica no Brasil. Sua evolução e problemas atuais*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1952; 2.ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969; 3.ª ed., id., id., 1978.
- Brasil. Período colonial*. México, Instituto Panamericano de Geografia e História, 1953.
- O continente do Rio Grande*. Rio de Janeiro, Edições São José, 1954.
- Historiografia del Brasil. Siglo XVI*. México, Instituto Panamericano de Geografia e História, 1957.
- A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.
- Brasil e África. Outro horizonte*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1961; 2.ª edição id., id., 1964, 2 vols.
- Aspirações nacionais. Interpretação histórico-política*. São Paulo, Editora Fulgor, 1963; 2.ª edição, id., id., 1965; 3.ª edição, id., id., 1965; 4.ª edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1969.
- Historiografía del Brasil. Siglo XVII*. México, Instituto Panamericano de Geografía e História, 1963.
- Conciliação e reforma no Brasil. Interpretação histórico-política*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1965.
- História e historiadores do Brasil*. São Paulo, Editora Fulgor, 1965.
- Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966.
- Vida e História*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966.
- História e Historiografia*. Petrópolis, Editora Vozes, 1970.
- O Parlamento e a evolução nacional. Introdução histórica, 1826-1840*. Brasília, Senado Federal, 1972. 1.º vol. da série "O Parlamento e a evolução nacional. Seleção de textos parlamentares", 3 vols. em 6 tomos, e 1 vol. de "Índice e Personalía". (Organizados com a colaboração de Lêda Boechat Rodrigues e Octaciano Nogueira.)
- A Assembléia Constituinte de 1823*. Petrópolis, Editora Vozes, 1974.
- Independência: revolução e contra-revolução*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1976, 5 vols.
- História, corpo do tempo*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1976.

Livros traduzidos

- Brazil and Africa*. Traduzido por Richard A. Mazzara e Sam Hileman. "Introduction" por Alan K. Manchester. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1965.
- The Brazilians. Their character and aspiration*. Traduzido por Ralph Edward Dimmick. "Foreword" e "Additional Notes" por E. Bradford Burns. Austin e Londres, University of Texas Press, 1967.

Opúsculos

- "Capitalismo e protestantismo. Estado atual do problema." Sep. de *Digesto Económico*, São Paulo, 1946.
- "Alfredo do Vale Cabral." Rio de Janeiro, 1954. Traduzido para o inglês. Sep. da *Revista Interamericana de Bibliografía*, Washington, 1958.
- "Capistrano de Abreu, ein Freund Deuteschlands." Sep. do *Staden Jahrbuch*, São Paulo, 1958.
- "Antônio Vieira, doutrinador do imperialismo português." Sep. da *Revista Verbum*, Rio de Janeiro, 1958.
- "La Historiografía Brasileña y el actual processo historico." Sep. do *Anuario de Estudios Americanos, Sevilha*, 1958, t. XIV.
- "Algumas idéias políticas de Gilberto Amado." Sep. da *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, 1959.
- "D. Henrique a abertura da fronteira mundial." Sep. da *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, 1961.
- "Nueva actitud exterior del Brasil." Sep. do *Foro Internacional*, México, janeiro e março de 1962.
- "The influence of Africa on Brazil and of Brazil on Africa." Sep. de *Journal of African History*, Londres, 1962, vol. 3.
- "The Foundation of Brazil's Foreign Policy." Sep. de *International Affairs*, Londres, 1963, vol. 3.
- "Alfredo de Carvalho. Vida e obra." Sep. dos *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1963, vol. 77.
- "Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras." Sep. da *Revista de História*, São Paulo, 1970, n.º 81.
- "O livro e a civilização brasileira." Sep. da *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, abril de 1971, vol. 67, n.º 3.
- "O liberalismo no Brasil". Sep. dos *Discursos Acadêmicos*. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1972, vol. 20.
- "O clero e a Independência." Sep. da *Revista Eclesiástica Brasileira*, junho de 1972, vol. 32, fasc. 126.
- "Mattoso Câmara." Sep. da *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, junho/julho de 1973, vol. LXVII.
- "O sentido da História do Brasil." Sep. da *Revista de História*, São Paulo, 1974, n.º 100.

Colaboração em livros coletivos

- "Webb's *Great Frontier* and the Interpretation of Modern History." In A. R. Lewis e T. F. McGann (eds.), *The New World looks at its History*. University of Texas Press, 1963.
- "Brazil and China. The Varying Fortunes of Independent Diplomacy." In A. M. Halpern (ed.), *Policies toward China. Views from Six Continents*. Nova York, Council on Foreign Relations, 1965.
- "Brazilian Historiography, Present Trends and Research. Requirements." In Manuel Diégues Júnior e Bryce Wood (eds.), *Social Science in Latin America*. Nova York e Londres, Columbia University Press, 1967.

- "As tendências da historiografia brasileira e as necessidades da pesquisa." In Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais, *As Ciências Sociais na América Latina*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967.
- "Problems in Brazilian History" e "Capistrano de Abreu and Brazilian Historiography". In *Perspectives on Brazilian History*. ("Introduction" e "Bibliographical Essay" por E. Bradford Burns.), Nova York e Londres, Columbia University Press, 1967.
- "History belongs to our own Generation." In Lewis Hanke (ed.), *History of Latin American Civilization*. Little Brown, 1967, vol. II (*The Modern Age*).
- "José Bonifácio et la direction du mouvement d'Indépendance." In *Études offertes à Jacques Lambert*. Paris, Édition Cujas, 1975.

Índices anotados

- "Índice Anotado" da *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1959.
- "Índice Anotado" da *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, 1961.

Edições críticas

- Johan Nieuhof. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil. Confronto com a edição holandesa de 1682*. Introdução e nota, crítica bibliográfica e bibliografia. São Paulo, Livraria Martins, 1942.
- Capistrano de Abreu. *Capítulos de História Colonial*. 4.ª edição, Revisão, Notas e Prefácio. Rio de Janeiro, Livraria Briguiet, 1954; 5.ª edição, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1963; 6.ª edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976.

Direção e Prefácio de publicações oficiais

- Os holandeses no Brasil*. Prefácio, notas e bibliografia. Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1942.
- Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948-1963, vols. 66 a 74.
- Documentos históricos da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946-1955, vols. 71 a 110.
- Catálogo da Coleção Visconde do Rio Branco*. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, 1953.
- José Maria da Silva Paranhos. *Cartas ao amigo ausente*. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, 1953.
- Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954-1956, 3 vols.
- Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1960-1962, vols. 43 a 50.
- O Parlamento e a evolução nacional. Seleção de textos parlamentares, 1826-1840*. Brasília, Senado Federal, 1972, 3 vols., 6 tomos, 1 vol. de Índice. (Com a colaboração de Lêda Boechat Rodrigues e Octaciano Nogueira.)
- Atas do Conselho de Estado*. Brasília, Senado Federal, 1973, vols. 1, 2 e 9.

Prefácios

- J. E. Pohl. *Viagem ao interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1951.
- Daniel de Carvalho. *Estudos e depoimentos*. 1.ª série. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1953.

- Guilherme Piso. *História natural e médica da Índia Ocidental*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1957 (Prefácio e bibliografia).
- J. Capistrano de Abreu. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. 4.ª edição. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1975.
- J. Capistrano de Abreu. *Ensaio e estudos*. 1.ª série. 2.ª edição. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976.
- J. Capistrano de Abreu. *Ensaio e estudos*. 2.ª série. 2.ª edição. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976.
- J. Capistrano de Abreu. *Ensaio e estudos*. 2.ª série. 2.ª edição. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976.
- J. Capistrano de Abreu. *Ensaio e estudos*. 4.ª série. 2.ª edição. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976.
- J. Capistrano de Abreu. *O descobrimento do Brasil*. 3.ª edição. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1976.

Em preparo:

História da História do Brasil, 2.ª parte — *A Historiografia Nacional (séculos XIX e XX)*.

História da História do Brasil, 3.ª parte — *Historiografia e ideologia*.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

O Professor José Honório Rodrigues nasceu no Rio em 1913. Foi educado na Escola Deodoro, no Externato Santo Antônio Maria Zacarias, no Ginásio de São Bento, no Instituto Superior de Preparatórios, na Faculdade de Direito da então Universidade do Brasil.

Começou a escrever na Faculdade de Direito, na revista *A Época*, órgão estudantil, e ao terminar o curso, em 1937, recebeu o Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras.

Com bolsa de estudos e pesquisa da Fundação Rockefeller, passou um ano nos Estados Unidos (1943-1944), onde freqüentou cursos na Universidade de Columbia e fez pesquisas históricas. Graduiu-se na Escola Superior de Guerra em 1955. Foi sempre servidor público, jornalista e professor. Começou no Instituto Nacional do Livro, com Augusto Meyer, trabalhando na Seção de Publicações, dirigida, então, por Sérgio Buarque de Hollanda. Foi diretor interino da Biblioteca Nacional e diretor efetivo do Arquivo Nacional. Foi professor do Instituto Rio Branco (História do Brasil e História Diplomática do Brasil) e é professor do ensino superior do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense. Tem dado cursos na Universidade Católica e tem feito muitas conferências para padres nacionais e estrangeiros em cursos de aperfeiçoamento promovidos por instituições religiosas (Centro Intercultural e Conferência dos Bispos). Foi conferencista da Escola Superior de Guerra de 1957 a 1964. Tem ensinado em universidades norte-americanas.

É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de Institutos históricos estaduais, da Academia Portuguesa da História, da The Hispanic American Society (Estados Unidos), da Royal Historical Society (Inglaterra) e da Sociedade Histórica de Utrecht (Holanda). Tem participado de várias conferências, congressos, seminários, nos Estados Unidos, Europa e América Latina, e tem feito pesquisas no estrangeiro. Tem vários livros traduzidos para o inglês e para o espanhol, e sua obra tem merecido muitas notas e estudos críticos nos Estados Unidos e Europa, nas revistas especializadas. Tem sido e é membro da direção de várias revistas internacionais de História, como a *Hispanic American Historical Review* (Estados Unidos), a *Revista de História* (México), o *Historical*

Abstracts (Alemanha e Estados Unidos), e os *Cahiers d'Histoire Internationale* (França). Tem colaborado também em várias revistas de política internacional, como *International Affairs* (Inglaterra), *Forum Internacional* (México) e *Política* (Venezuela). Foi diretor do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais e dirigiu a *Revista Brasileira de Política Internacional* (1963-1968).

A bibliografia completa do Autor figura neste volume. E sua obra foi objeto de tese de doutoramento na Universidade de São Paulo: Raquel Glezer, *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*, 1977.

SUMARIO

Prefácio, XV

Abreviaturas, XXI

INTRODUÇÃO

A historiografia Colonial

LIVRO PRIMEIRO

HISTORIOGRAFIA DA CONQUISTA

Capítulo I. CARTAS E RELAÇÕES PRIMITIVAS. 1. A *Carta* de Pero Vaz de Caminha, 1. 2. As Cartas de Américo Vespúcio, 5. 3. A *Relação do Piloto Anônimo*, 7. 4. O "Livro da Nau Bretoa" e a *Nova Gazeta da Terra do Brasil* (1514), 8. 5. *Diário da Navegação* de Pero Lopes de Sousa, 9. 6. Narração de Cabeza de Vaca, 11. 7. Viagem de Ulrico Schmidel, 13. 8. Aventuras de Hans Staden, 14.

Capítulo II. A CONQUISTA DA COSTA LESTE-OESTE. 1. Padre Luís Figueira, 16. 2. Martim Soares Moreno, 19. 3. Diogo de Campos Moreno, 20. 4. Manuel de Sousa de Sá e Alexandre de Moura, 22. 5. Pero Rodrigues, 23. 6. Manuel Gomes, 24.

Capítulo III. A DESCOBERTA DO AMAZONAS. 1. A *Relação* de Gaspar de Carvajal, 25. 2. A *Relação* de André Pereira (Temudo), 26. 3. As Relações sobre a Viagem de Pedro Teixeira, 27. 4. A *Relation* de Blaise François Pagan, 31. 5. *Diário* de Samuel Fritz, 31. 6. O Amazonas e os franceses, 33.

LIVRO SEGUNDO

HISTORIOGRAFIA DAS INVASÕES

Capítulo I. AS INVASÕES FRANCESAS. 1. Considerações Gerais, 37. 2. As *Singularidades* de André Thévet, 40. 3. A *História* de Jean de Léry, 41. 4. Claude d'Abbeville, 42. 5. Yves d'Evreux, 45.

Capítulo II. A HISTORIOGRAFIA GERAL DO DOMÍNIO HOLANDÊS. 1. Considerações Gerais, 48. 2. A historiografia geral espanhola, portuguesa e holandesa, 50. 3. A historiografia dos holandeses do Brasil, 54.

- Capítulo III. A HISTORIOGRAFIA EPISÓDICA DOS HOLANDESES NO BRASIL. 1. A invasão da Bahia (1624-1625) e a conquista de Pernambuco (1630-1635), 59. 2. O Período Nassoviano (1637-1644) e a luta contra os holandeses (1645-1654), 64.
- Capítulo IV. A HISTORIOGRAFIA ESPECIAL DOS HOLANDESES NO BRASIL. 1. A historiografia diplomática, 73. 2. A historiografia social e econômica, 74. 3. A historiografia regional, natural e etnográfica, 75.

LIVRO TERCEIRO

HISTORIOGRAFIA DO MARANHÃO

- Capítulo I. A CRIAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO. 1. Considerações gerais, 81. 2. Simão Estácio da Silva, 81. 3. Bento Maciel Parente, 82. 4. Maurício Heriarte, 84. 5. Manuel Guedes Aranha, 85. 6. João de Sousa Ferreira, 86. 7. Francisco Teixeira de Moraes, 87. 8. Cristóvão de Lisboa, 89. 9. "Aditamentos" de Anselmo Eckart, 90. 10. Frei Domingos Teixeira, 91. 11. Bernardo Pereira Berredo, 92.
- Capítulo II. HISTORIOGRAFIA DA AMAZÔNIA. 1. João Daniel e o *Tesouro Descoberto*, 95. 2. Frei João de São José e o Grão-Pará, 100. 3. Francisco Xavier Ribeiro Sampaio e o Rio Branco, 103. 4. José Monteiro de Noronha, 105. 5. Francisco José de Lacerda e Almeida, 106. 6. Manuel da Gama Lobo d'Almada e o Rio Negro, 107.

LIVRO QUARTO

A HISTORIOGRAFIA DO BANDEIRISMO SEISCENTISTA

- Capítulo I. A HISTORIOGRAFIA BANDEIRANTE. 1. Considerações gerais, 113. 2. Relações de Entradas, 116. 3. Antônio de Araújo (1566-1632), 116. 4. João de Souto Maior, 117. 5. Padre Miguel do Couto, 118.
- Capítulo II. RELATOS MONÇOEIROS E SERTANISTAS, 120.
- Capítulo III. A CONQUISTA ESPIRITUAL. 1. Antonio Ruiz de Montoya, 124. 2. Nicolas del Techo, 125.

LIVRO QUINTO

A HISTORIOGRAFIA REGIONAL

- Capítulo I. A HISTORIOGRAFIA PAULISTA. 1. História e Nobiliarquia de Pedro Taques, 129. 2. Gaspar de Madre de Deus, 142. 3. Marcelino Cleto Pereira, 151. 4. Manuel Cardoso de Abreu, 152. 5. José Arouche de Toledo Rendon, 157. 6. Roque Luís de Macedo Paes Leme e Melo e Castro, 159. 7. Francisco de Oliveira Barbosa, 161.
- Capítulo II. A HISTORIOGRAFIA DE MINAS GERAIS. 1. Relações e Descrições, 162. 2. Cláudio Manuel da Costa, 177. 3. José Joaquim da Rocha, 179. 4. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, 182. 5. "Reflexões sobre a Capitania de Minas Geraes", 184.
- Capítulo III. A HISTORIOGRAFIA DE MATO GROSSO. 1. Relatos e Informações Mato-grossenses, 188. 2. Os "Anais da Câmara de Vila Bela", 191. 3. "Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá", 193. 4. Os escritos de José Bar-

bosa de Sá, 195. 5. As "Memórias" de Nogueira Coelho, 197. 6. O "Compêndio" e as "Crônicas" de Costa Siqueira, 198. 7. O "Diário Histórico" de Antônio Pires da Silva Pontes Leme, 200. 8. Francisco José de Lacerda e Almeida, 201. 9. A obra de Ricardo Franco de Almeida Serra, 202.

Capítulo IV. A HISTORIOGRAFIA DE GOIÁS. 1. Informações e Relatos, 208. 2. Francisco José Rodrigues Barata, 209. 3. José Manuel Antunes da Frota, 210.

Capítulo V. A HISTORIOGRAFIA RIO-GRANDENSE-DO-SUL. 1. "Relatos" e "Informações", 212. 2. José Custódio de Sá e Faria, 215. 3. Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara, 216. 4. "Notícias" e "Memórias", 219. 5. Sebastião Francisco Bettamio, 220. 6. Francisco João Roscio, 221. 7. A "Descrição" de Francisco Ferreira de Souza e o "Diário" de José de Saldanha, 223. 8. Domingos Alves Branco Moniz Barreto, 225. 9. Domingos José Marques Fernandes, 225. 10. Manuel Antônio de Magalhães, 226. 11. Diogo Arouche de Moraes Lara, 228.

Capítulo VI. HISTORIOGRAFIA PERNAMBUCANA. 1. "Memórias" e "Informações", 229. 2. Domingos do Loreto Couto, 231.

Capítulo VII. HISTORIOGRAFIA REGIONAL VARIA. 1. Historiografia baiana, 236. 2. João Vasco Manuel de Braun e o Amazonas e Pará, 240. 3. João da Silva Feijó e o Ceará, 241. 4. O Rio Grande do Norte e Joaquim José Pereira, 242. 5. A Paraíba, 243. 6. Espírito Santo, 243. 7. Santa Catarina e Paraná, 244.

LIVRO SEXTO

HISTORIOGRAFIA RELIGIOSA

Capítulo I. OS JESUITAS. 1. Considerações gerais, 249. 2. Padre Manuel da Nóbrega, 256. 3. Padre José de Anchieta, 258. 4. As *Cartas Avulsas*, 262. 5. Fernão Cardim, 265. 6. A Crônica Missionária Jesuítica, 272. 7. A Crônica Jesuítica Geral Menor, 277. 8. A Crônica Jesuítica Geral Maior, 283.

Capítulo II. Os FRANCISCANOS. 1. Considerações gerais, 297. 2. Manuel da Ilha, 298. 3. Martin de Nantes, 300. 4. Frei Fernando da Soledade e Frei Apolinário da Conceição, 302. 5. Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, 302.

Capítulo III. OS AGOSTINIANOS, 306.

Capítulo IV. OS BENEDITINOS, 308.

Capítulo V. OS CARMELITAS, 310.

Capítulo VI. HISTÓRIA DA IGREJA EM GERAL, 311.

LIVRO SÉTIMO

HISTORIOGRAFIA DAS REBELIÕES

Capítulo I. HISTORIOGRAFIA SANGRENTA. 1. História Sangrenta, 319. 2. A historiografia sobre e/ou contra os índios, 320. 3. A historiografia sobre e/ou contra os negros, 322.

LIVRO OITAVO

A HISTORIOGRAFIA MILITAR

Capítulo I. José de Mirales, 359. 2. As guerras contra os franceses, 361. 3. As guerras no Sul. A Colônia do Sacramento, 363. 4. As guerras contra os índios; a conquista espanhola do Rio Grande e de Santa Catarina, 366.

LIVRO NONO

A HISTORIOGRAFIA ECONÔMICA E SOCIAL

- Capítulo I. A HISTORIOGRAFIA ECONÔMICA GERAL. 1. Os *Diálogos das Grandezas do Brasil*, 371. 2. *A Arte de Furtar*, 374. 3. *A Economia Cristã*, 377. 4. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, 379.
- Capítulo II. A LITERATURA AÇUCAREIRA. 1. Padre Estêvão Pereira, 390. 2. Padre Simão de Sotomaior, 392. 3. Antonil e a *Cultura e Opulência do Brasil*, 393. 4. A Literatura econômica em geral; 405.
- Capítulo III. A HISTORIOGRAFIA SOCIAL E DOS CAMINHOS. 1. Ribeiro da Rocha e a liberdade negra, 416. 2. João Pereira Caldas, 417.

LIVRO DÉCIMO

A CRÔNICA GERAL COLONIAL

- Capítulo I. A CRÔNICA GERAL. 1. A Crônica geral, 425. 2. Pero de Magalhães Gândavo, 426. 3. Gabriel Soares de Sousa, 433. 4. Diogo Gomes Carneiro, 439. 5. Manuel de Moraes, 442. 6. Antônio Maria Bonucci, 444. 7. Inácio Barbosa Machado, 445. 8. Francisco José da Serra Xavier, 446.
- Capítulo II. AS RELAÇÕES GERAIS. 1. Considerações gerais, 448. 2. O "Sumário das Armadas", 448. 3. O "Sumário" de Domingos d'Abreu de Brito, 451. 4. *A Rezão do Estado do Brasil*, 455. 5. André de Almeida, 457. 6. O "Memorial do Estado do Brasil para S. Majestade", 457. 7. A "Descripción del Brasil", 457. 8. A "Relação das Capitanias do Brasil", 459. *A Relação das Capitanias da Repartição do Sul*, 459. 10. Antônio Pereira de Berredo, 460. 11. A "Informação do Estado do Brasil", 460. 12. *A Relação e Notícia de vários sucessos no Brasil*, 461. 13. "Máximas propostas" por D. Rodrigo José de Menezes e Castro, 462.
- Capítulo III. OS INSTRUMENTOS DO TRABALHO. 1. Os instrumentos do trabalho histórico, 463. 2. Diogo Barbosa Machado, 463. 3. Antônio Caetano de Sousa, 465. 4. Jaboatão, 468. 5. Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, 469.
- Capítulo IV. A HISTORIOGRAFIA GERAL. 1. Considerações gerais, 474. 2. Antônio Vieira, 475. 3. Frei Vicente do Salvador, 489. 4. Rocha Pita, 494. 5. Luís dos Santos Vilhena, 503. 6. Alexandre de Gusmão, 509.

PREFÁCIO

A história da história nunca teve tratamento independente no mundo da língua portuguesa. Era na história da literatura, único ramo de historiografia intelectual exercido no Brasil e em Portugal, que se buscava, e se encontrava a análise e crítica da evolução do pensamento e da forma do escrito histórico. Naturalmente não era nem podia ser satisfatória, porque nela só entravam alguns cronistas e historiadores, examinados segundo critérios literários, estilísticos e estéticos. Quase sempre os poucos selecionados eram os melhores exemplares da historiografia, mas a crítica que se lhes fazia não bastava aos estudiosos de história, que nela buscavam mais informações históricas que literárias. Além disso, faltavam muitos que haviam trazido não pequena contribuição ao escrito e estudo histórico. Outros, que haviam realizado obra literária e histórica, eram analisados pelo mesmo critério, sem um conhecimento histórico mais exato. Daí resultavam análises como, por exemplo, a de Sílvio Romero sobre Pereira da Silva, aplaudido como historiador, sem a necessária reserva aos seus erros e enganos de compilador, e censurado na sua obra literária, quando Joaquim Nabuco e Capistrano de Abreu o criticaram, rigorosamente, do ponto de vista histórico.

A obra histórica deve ser vista e examinada como obra histórica, pelo seu valor intrínseco, como contribuição ao desenvolvimento de sua disciplina. O critério literário e formal não é o definitivo. Se o autor escrevia muito bem, tanto melhor. Mas Varnhagen, que não é padrão da língua, é, incontestavelmente, o maior historiador brasileiro, pela contribuição prestada.

O estudo da historiografia representa, assim, a libertação da disciplina da história literária. Este o primeiro aspecto que se deseja acentuar, pois a história da história do Brasil só reconhece realmente três precursores: Capistrano de Abreu, que escreveu a primeira e mais aguda análise da evolução da historiografia brasileira, nos dois escritos de 1878 e 1882 ⁽¹⁾; Alcides Bezerra, "Os Historiadores do Brasil no Século XIX" ⁽²⁾, apreciação

(1) "Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro", *Jornal do Comércio* (Rio), 16 e 20 de dezembro de 1878, transcrito in *História Geral do Brasil*, 3.ª ed., t. 1, 502-508 e "Apenso sobre o Visconde de Porto Seguro", *Gazeta de Notícias* (Rio), 21, 22 e 23 de novembro de 1882, transcrito in *História Geral do Brasil*, 3.ª ed., 3 vols., 435-444.

(2) Separata do *Relatório anual da diretoria do Arquivo Nacional* referente a 1926, Rio, 1927.

crítica muito valiosa, e Sérgio Buarque de Hollanda, que em 1951 estudou com extraordinária visão crítica o pensamento histórico durante os últimos cinqüenta anos⁽³⁾. São esses três estudos os verdadeiros pioneiros da história da história do Brasil⁽⁴⁾.

A tentativa de escrevê-la desde a primeira crônica do seu nascimento até as tendências atuais significa um esforço de anos de pesquisa e de leitura infatigáveis. Desde 1946, quando iniciamos os trabalhos que resultaram na *Teoria da História do Brasil* (1.^a ed. 1949, 5.^a 1978), escrevemos as primeiras lições de historiografia brasileira lecionadas no Instituto Rio Branco. Com o tempo acumulou-se o material recolhido dos próprios livros de história e dos manuscritos de arquivo que dos autores e sobre eles reuníamos. Outros trabalhos, aos poucos publicados, impediram-nos de reescrever, aproveitando o material colhido, o esboço de 1946. O adiamento deu oportunidade a leituras e pesquisas que fizeram crescer o material a ser utilizado ou preencheram lacunas e deficiências. Isso não impediu, naturalmente, que muitas continuassem existindo, mas evitou que outras tantas fossem assinaladas pelos próprios leitores mais cuidadosos. Além disso, em vários livros, publiquei trabalhos historiográficos⁽⁵⁾.

Foi a oportunidade da publicação da *Historiografia em espanhol*, oferecida em 1948, por Sílvio Zavala, em nome da Comissão de História do Instituto Panamericano de Geografia e História, no seu programa de *Historiografía General de America* — decidido pela resolução I da Primeira Reunião Panamericana de Consulta sobre História, celebrada em outubro de 1947 —, que nos estimulou a preparar o trabalho, cujo primeiro volume apareceu em princípios de 1957 e o segundo em 1963⁽⁶⁾.

Desde logo há de se notar e estranhar a divisão secular, adotada mais por comodidade do que por princípio, apesar das interpretações de Ottokar Lorenz, segundo o qual, o século é uma medida objetivamente fundada de todos os acontecimentos históricos. Não se pretendeu adotar tal preceito, como se verá nas páginas iniciais da historiografia seiscentista. O que houve foi a dificuldade de dividir tematicamente tão vasto material, tão pouco tratado. Talvez, mais tarde, depois desta e de outras experiências, se possa classificar, independentemente da cronologia, os vários grupos de temas, ou as várias direções espirituais que caracterizam a evolução da historiografia.

Também o critério de admissão de autores e escritos nesta historiografia não foi rígido e sistemático. Adotou-se, de princípio, uma distinção entre documento histórico e historiográfico, e somente este e seu autor entraram neste estudo. A distinção não é fácil de se fazer, pois todo documento historiográfico é histórico, mas nem todo documento histórico

(3) *Correio da Manhã* (Rio), 15 de junho de 1951.

(4) Astrogildo Rodrigues de Mello escreveu "Os Estudos Históricos no Brasil", *Revista de História*, n.º 6, 1951, 381-390.

(5) *História e Historiadores do Brasil*, São Paulo, 1965; *Vida e História*, Rio de Janeiro, 1966, e *História e Historiografia*, Petrópolis, 1970.

(6) *Historiografía del Brasil. Siglo XVI*, México, 1957; e *Historiografía del Brasil. Siglo XVIII*, México, 1963.

é historiográfico. Desde que se considere a historiografia como a história da história, só aqueles escritos acabados na forma da descrição ou da interpretação podem ser considerados historiográficos, relatem ou não fatos do passado, ou se limitem ao seu presente. Mas esta distinção tão simples não pode ser facilmente aplicada quando nos defrontamos com uma historiografia tão rudimentar e pobre, salvo poucas exceções, como a dos séculos XVI e XVII. Então não podemos ser tão rigorosos e devemos admitir as relações, formas primitivas da crônica, as descrições, os chamados “descritivos” pelos espanhóis e algumas exposições políticas, como as de Bento Maciel Parente, porque são formas narrativas da atualidade histórica. Não se teria uma idéia da evolução da historiografia brasileira daqueles séculos, se essas narrações não fossem estudadas. Acreditamos que a partir do século XVIII elas já estarão incorporadas nas *Histórias e Crônicas* e assim poderão ser abandonadas, assinalando-se apenas as formas mais superiores.

É evidente também que tal dificuldade não se apresenta quando a obra é um livro de História, como a de Frei Vicente do Salvador, ou uma crônica contemporânea, como a *Jornada do Maranhão* de Diogo de Campos Moreno. De modo geral, todo documento, tenha o título de Crônica, Relação, Descrição, Memorial, Narração, que descreva os acontecimentos e os episódios de uma época, história *in statu nascendi*, merece figurar na historiografia, mesmo que seja primitivo, rudimentar, na forma e no conteúdo. Trata-se de descrições contemporâneas, documentos históricos e historiográficos na acepção lata da palavra, pois o escrito histórico clássico nasceu como história da atualidade. Não há que separar o joio do trigo, quando se quer ver exatamente o bom e o ruim nesta evolução. Será obra de síntese ou lição didática retirar o que não presta. Nem se pode eliminar porque a forma não é elegante ou simples, rebuscada ou complicada, pois esta não é tarefa de uma historiografia.

Há, no entanto, documentação oficial (legislação, por exemplo), há documentos históricos, como correspondência, representações, autos, requerimentos, petições, certidões, consultas, etc., que estão logicamente eliminados de qualquer historiografia, mesmo que a informação neles contida, acabada e perfeita, correta e exata, os classifiquem como a fonte principal do acontecimento. A diferença principal está em que o documento histórico forma-se no momento exato do acontecimento, enquanto o historiográfico pode ser concebido em várias épocas sucessivas ou contemporâneas.

A *História* de Frei Vicente do Salvador é, por exemplo, um documento histórico, fonte principal de certos períodos, porque seu autor a escreveu enquanto os fatos se sucediam, e é documento historiográfico, com uma construção elaborada do passado e do seu presente.

Há que considerar ainda as diferenças entre a Crônica e a História, sobre as quais escrevemos algumas palavras nas considerações gerais do primeiro capítulo da historiografia geral. Elas guardam sempre uma estrita

conexão com a realidade e são sempre narrativas. A primeira é um gênero menor, sem pretensão de obra acabada, e por ser escrita por quem presenciou os acontecimentos é sempre testemunhal, viva, atual. É por seu intermédio, como fonte de apreensão da realidade viva dos sucessos e episódios diários, que os fatos menores penetram nas histórias mais densas, construídas *post mortem* dos acontecimentos. A crônica é sempre escrita *in statu nascendi*, quase sempre é limitada a uma missão, a um episódio, enquanto a história generaliza, na particularidade do sucesso, os motivos da ação, as ligações com outros fatos, as conseqüências. Não está na seleção dos fatos maiores ou menores chamados a compor a narração, a característica dos dois gêneros de composição historiográfica, porque aquela escolha pertence à formação do historiador e à sua concepção do mundo. A primeira é conjectural e a segunda estrutural.

Com a evolução da historiografia nos últimos séculos, quase todos os documentos historiográficos não são contemporâneos aos sucessos, antes representam opiniões posteriores, juízos ulteriores e, como tais, são considerados na metodologia histórica como obras secundárias, isto é, conhecimentos indiretos, derivados, na melhor das hipóteses, de fontes diretas. São muito raras, raríssimas mesmo, as narrações contemporâneas, as histórias diretas; comuns são as memórias, diários, autobiografias e correspondências, documentos históricos, e como tais não devem figurar numa historiografia.

Convém ainda lembrar que a historiografia holandesa sobre o Brasil mereceu um tratamento mais concentrado, porque a própria existência da nossa *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil* (Rio, 1949) nos facilitou a redução. O domínio espanhol no Brasil (1580-1640), que abrange a historiografia da conquista do Maranhão, parte da invasão holandesa (1624-1625, 1630-1654) e as viagens pelo Amazonas, é ainda muito mal representado na própria bibliografia brasileira, cujo modelo inexcedível é o *Catálogo da Exposição de História do Brasil* (7).

Também deve ser registrada, desde já, a contradição entre a criação histórica bandeirante e a improdutividade historiográfica. Ele não almeja a aprovação presente, não cuidava do julgamento histórico futuro ao contrário dos jesuítas, cuja consciência histórica sugeria narrador, ao lado do ou, no próprio missionário. Compare-se a produtividade da historiografia jesuítica e a improdutividade bandeirante.

As descrições econômico-sociais da atualidade, como os *Diálogos das Grandezas*, as exposições sobre a corrupção política, administrativa e comercial, como a *Arte de Furtar* e sobre a situação do negro, como a *Economia Cristã*, figuram como narrativas críticas da época.

Finalmente decidimos retirar os viajantes, tal como apareciam na historiografia quinhentista, em espanhol, e por várias razões: 1) porque sua admissão se fizera na base da pobreza da matéria historiográfica pro-

(7) Rio de Janeiro, 1881-1883, 3 vols.

priamente dita e não porque fosse acertada sua inclusão; eles pertencem a uma história dos viajantes; 2) porque nos séculos seguintes, embora ainda pobre, a historiografia já não precisa recorrer aos viajantes para oferecer-nos um produto mais apresentável; 3) porque, quando entrássemos no século XIX, a história dos viajantes constituiria um tomo separado, e ainda assim só faríamos repetir o que já fez Rodolfo Garcia na sua “História das Expedições Científicas no Brasil” (8).

Foram estas as normas que nos guiaram, nos séculos XVI, XVII e XVIII, quando muitos documentos históricos se confundem com os historiográficos e é preciso muita atenção para impedir que uma historiografia não acabe se transformando numa história da documentação histórica. É possível, e até muito provável, que algumas vezes não tenhamos sabido respeitar os limites de separação e as águas das duas fontes se tenham misturado neste oceano historiográfico. No século XVIII e especialmente no XIX, o historiador não é mais um testemunho, uma *vox viva* interessada, que quer produzir efeitos imediatos; é uma voz noturna, que se manifesta com intenções mediatas e indiretas. A narrativa histórica, seja a crônica conjuntural, seja a história estrutural, é um produto final do empreendimento histórico de cada geração, e por isso serve também para esclarecer as opiniões das minorias intelectuais e para compreender os trabalhos e sacrifícios da gente brasileira.

Depois da divulgação de nossa primeira historiografia no México foi publicada a primeira *Historiografia Portuguesa* de Joaquim Veríssimo Serrão (9), ampliada em *A Historiografia Portuguesa* em 3 volumes, o primeiro sobre os séculos XII a XVI, o segundo sobre o XVII, e o terceiro sobre o XVIII (10), A. H. de Oliveira Marques preparou uma *Antologia da Historiografia Portuguesa* (11), e a Academia Portuguesa da História promoveu um colóquio sobre *A Historiografia Portuguesa anterior a Herculano* (12).

Na historiografia brasileira a única exceção, depois dos precursores citados, era a obra de Oliam José, *Historiografia Mineira. Esboço* (13). Depois publicaram-se biografias de historiadores como a de Gilberto Freyre sobre *Oliveira Lima, Don Quixote Gordo* (14), a de Maria de Lourdes Monaco Jannoti, *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia brasileira* (15), o estudo igualmente biográfico-historiográfico de Fernando da Cruz Gouvêa, *Oliveira Lima — Uma biografia* (16).

(8) *Diccionario Historico e Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1922, 1, 856-910.

(9) Lisboa, 1962.

(10) Lisboa, 1972-1974.

(11) Lisboa, 1975.

(12) Lisboa, 1977.

(13) Belo Horizonte, 1959.

(14) Recife, 1968.

(15) (Tese de doutoramento, São Paulo, 1971) Atica, São Paulo, 1977.

(16) Recife, 1976.

Os estudos de José Roberto do Amaral Lapa, *A História em Questão. Historiografia Brasileira Contemporânea* ⁽¹⁷⁾, e o de Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da Cultura Brasileira* ⁽¹⁸⁾, todos sobre o período nacional da historiografia brasileira, fora do alcance desta historiografia, serão objeto de exame nos próximos volumes “A Historiografia Nacional” e “Historiografia e Ideologia”.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

Rio, 16 de janeiro de 1978

(17) Petrópolis, 1976.

(18) São Paulo, 1977.

ABREVIATURAS

- AAPB — *Anais do Arquivo Público da Bahia*
ABN — *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*
ABPP — *Anais da Biblioteca Pública do Pará*
AMP — *Anais do Museu Paulista*
BB — *Biblioteca Brasiliense*, de José Carlos Rodrigues
BHB — *Bibliografia de História do Brasil*, Ministério das Relações Exteriores
BL — *Biblioteca Luzitana*, de Diogo Barbosa Machado
CEHB — *Catálogo da Exposição de História do Brasil*
CNHGNU — *Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*
DBB — *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, de Sacramento Blake
DBP — *Diccionario Bibliographico Portuguez*, de Innocencio Francisco da Silva
DBSB — *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, de Francisco de Assis Carvalho Franco
DHBC — *Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará*, pelo Barão de Studart
DHBN — *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*
DHGB — *Dicionário Histórico e Geográfico Brasileiro*, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
DIHCSP — *Documentos Interessantes para a História e Costumes em São Paulo*
Ed. Acad. — Edição da Academia Brasileira de Letras das *Cartas Jesuíticas*
Ed. Monumenta — *Monumenta Brasiliae*, de Serafim Leite
Ed. São Paulo — Edição de Serafim Leite das *Cartas Jesuíticas*
Fuentes — *Fuentes de la Historia Espanhola e Hispano Americana*, de B. Sanchez Alonso
HAHR — *Hispanic American Historical Review*
HCJB — *História da Companhia de Jesus no Brasil*, de Serafim Leite
HCPB — *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, dirigida por Carlos Malheiros Dias
Historiografia — *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, de José Honório Rodrigues

- IHGB* — *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*
JB — *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro)
JC — *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro)
MBEB — *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, de William Berrien e Rubens Borba de Moraes
PAN — *Publicações do Arquivo Nacional*
RABL — *Revista da Academia Brasileira de Letras*
RAMSP — *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*
RAPM — *Revista do Arquivo Público Mineiro*
RH — *Revista de História* (São Paulo)
RHA — *Revista de Historia de America*
RIAGP — *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco*
RIC — *Revista do Instituto do Ceará*
RIHGA — *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*
RIHGB — *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*
RIHGBa — *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*
RIHGRGN — *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*
RIHGRGS — *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*
RIHGSP — *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*
RSPHAN — *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*

LIVRO PRIMEIRO
Historiografia da Conquista

CAPÍTULO I

CARTAS E RELAÇÕES PRIMITIVAS

1. A *Carta* de Pero Vaz de Caminha. 2. As Cartas de Américo Vespúcio. 3. A *Relação do Piloto Anônimo*. 4. O “Livro da Nau Bretoa” e a *Nova Gazeta da Terra do Brasil* (1514). 5. *Diário da Navegação* de Pero Lopes de Sousa. 6. *Narração de Cabeza de Vaca*. 7. *Viagem de Ulrico Schmidel*. 8. *Aventuras de Hans Staden*.

1. A Carta de Pero Vaz de Caminha

A *Carta* de Pero Vaz de Caminha, o auto oficial do nascimento do Brasil e da própria crônica brasileira, inaugura a primeira fase e a corrente dos cronistas, apaixonados divulgadores das grandezas do Brasil. Pertence, como escreveu Cortesão, ao gênero das narrativas de viagens. A singularidade dos acontecimentos, a vivacidade da observação, o profundo sabor humanista tornam a Carta um clássico pela pureza de língua e de gosto.

A biografia do nosso primeiro cronista [Porto? 1450? — Calecute 1500] não está escrita. Pertencente à classe média letrada, Caminha foi Cavaleiro das Casas de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel. Em 1476, herdou de seu pai, Vasco Fernandes de Caminha, a posição de mestre da Balança da Moeda, no Porto, cargo de responsabilidade em sua época. Em 1497 foi escolhido para redigir os capítulos da Câmara do Porto a serem apresentados às Cortes em Lisboa.

Caminha aceitou ser escrivão da Armada de Pedro Álvares Cabral e navegou na capitania com o comandante e Aires Correia. Não parecia muito interessado em política e navegação, mas sim no comércio. Morreu no massacre de Calecute, em dezembro de 1500, presumivelmente aos 50 anos de idade.

O único documento que dele conhecemos é a *Carta* dirigida a D. Manuel em 1500. Havia sete escrivães na Armada, distribuídos em vários navios, mas Caminha ocupava posição preeminente, como se vê na sua própria *Carta*. Greenlee aventa a hipótese de que, tendo sido mandado desembarcar por Cabral, junto com Nicolau Coelho, indica sua escolha para escrever a relação da estada no Brasil.

A preservação da Carta, um dos sete únicos documentos que foram conservados sobre a viagem, é devida ao fato de não tratar da navegação à Índia. Caminha não falou uma vez sequer no pau-brasil. A carta começou a ser escrita em forma de Diário desde o dia 26 de abril até 1.º de

maio, exceto o dia 29, quando deve ter estado ocupado com Cabral no navio de mantimentos, que voltaria vazio, levando a carta para dar a notícia da descoberta.

Ela narra a descoberta, a ancoragem, a primeira visita, o encontro com os indígenas e a impossibilidade de entendimento em face da barreira da língua. “A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto”. Desde logo distinguuiu-se para os contactos “Diogo Dias, almoxarife, que foi de Sacavém, que é homem gracioso e de prazer; e levou consigo um gaiteiro nosso com sua gaita. E meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam, e andavam com ele muito bem ao som da gaita”. O objetivo era amansá-los, mas os índios se esquivavam; faziam troca de arcos por qualquer coisa e alguns portugueses já “estavam com moças e mulheres”.

Já a 28 de abril, alguns dos índios, cerca de duzentos, misturados com os portugueses, começaram a ajudar a carregar lenha e a metê-la nos batéis. Desde então, alguns “bem agasalhados, assim de vianda, como de cama”, outros servindo como pajens e outros ainda ajudando no trabalho, Caminha sente que a domesticação começa a se revelar com uma semana de contactos. “Andavam já mais mansos e seguros entre nós, do que nós andávamos entre eles”.

O desejo de dizer a verdade e só a verdade, sem aformoseá-la ou afeiá-la, com objetividade e exatidão, é afirmado de início: “Tome Vossa Alteza, porém, minha ignorância por boa vontade, e creia bem por certo que, para alindar nem afeiar, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu” (1).

Como primeira crônica oficial ou semi-oficial do nascimento do Brasil, escrita à beira da terra, a *Carta* é fundamental, rica de reflexões sobre a gente e seus costumes. Caminha foi o primeiro a ver bem nítida a possibilidade da cristianização e europeização daquela gente. “Se os degredados”, diz ele, “que aqui não de ficar, aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a Santa intenção de Vossa Alteza, se não de fazer cristãos e crer em nossa Santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar” (2).

Ele vira, assim, na cristianização a possibilidade de amansar o indígena, de destruir sua cultura, dissolver sua vida, para integrá-lo nos processos europeus. Esta é, talvez, uma das mais penetrantes observações feitas por Caminha nos sete dias que passou em Vera Cruz. Realmente, a solução do conflito entre o povo primitivo e o europeu vai ser realizada primeiro pelo desmoronamento econômico do indígena e depois pela obra

(1) Jaime Cortesão, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1943, 199.

(2) *Id. idem.*, 233.

da catequese, especialmente jesuítica. São os degredados, os naufragos e os desertores que iniciam a obra pela exploração do trabalho indígena no comércio do pau-brasil. Mas nem todos. Porque, como observou com muita perspicácia Capistrano de Abreu, os primeiros colonos que ficaram no Brasil subordinaram-se a dois tipos extremos: uns sucumbiram ao meio, ao ponto de furar lábios e orelhas, matar os prisioneiros segundo os ritos e cevar-se em sua carne; é o caso daquele castelhano de que nos fala Gabriel Soares, encontrado em Pernambuco com os beiços furados como os Potiguares, entre os quais andava havia muito tempo. Outros insurgiam-se contra eles e impunham-lhes sua vontade, como o bacharel de Cananéia⁽³⁾. Havia ainda um tipo intermediário. É o Caramuru, Diogo Álvares, que nem descia ao batoque, nem se alçava no poderio, e conseguia viver bem com o natural da terra e com o europeu. Influa pouco e sofria pouca influência⁽⁴⁾.

O ORIGINAL E AS EDIÇÕES DA CARTA

O original da Carta de Pero Vaz de Caminha guarda-se na Torre do Tombo, em Lisboa. Quem primeiro assinalou sua existência foi José Seabra da Silva e quem pela primeira vez a publicou foi Manoel Aires do Casal, em 1817 em sua *Corographia Brasilica*. Foi depois publicada em 1826, no tomo IV da *Coleção de Notícias Históricas e Geográficas das Nações Ultramarinas*.

Grandes nomes brasileiros procuraram fazer uma edição limpa e crítica da carta. É assim que em 1853 João Francisco Lisboa a publica no seu *Jornal de Timon* (Maranhão, 1852-53, 195-216) e nas *Obras* (Maranhão, 1865, t. II, 428-45). Varnhagen, na *RIHGB*, 1877, vol. 55, João Ribeiro no *Fabordão* (Rio de Janeiro, 1910). Ao lado dessas edições brasileiras, deve-se lembrar, entre as portuguesas, depois daquela de 1826, a de 1892, feita sob a responsabilidade de José Ramos Coelho, publicada em *Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas* (Lisboa, 1892), a edição de Carolina Michaëlis, no vol. 2 da *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, editada por Malheiros Dias (Porto, 1923, 86-89), e a de Antônio Baião, no volume *Os sete únicos documentos de 1500 conservados em Lisboa referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral* (Lisboa, 1940).

A Carta foi traduzida em diversas línguas, desde 1821, por Ferdinand Denis, até 1938 por William Brooks Greenlee. A resenha bibliográfica das várias edições estrangeiras e nacionais de 1817 a 1877 foi feita por Vale Cabral (*ABN*, 1878, vol. IV, 7-14) e depois por Manuel de Sousa Pinto em dois estudos "A Carta de Pero Vaz de Caminha, edições e leituras", no vol. XI da *Revista da Universidade de Coimbra* (1933) e *Pero Vaz de Caminha e a Carta do 'achamento' do Brasil* (Lisboa, 1934).

Merece citação à parte a edição crítica feita por Jaime Cortesão, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1943. Os estudos mais sérios que sobre ela se fizeram são os de Capistrano de Abreu (*RIHGB*, 1908, t. 71,

(3) Não se apurou até hoje quem era esse bacharel de Cananéia. Pensou-se em Duarte Peres e sobretudo em João Ramalho, atribuição esta devida a Cândido Mendes de Almeida. Capistrano de Abreu não aceitou a atribuição, baseado em boa argumentação. A bibliografia sobre João Ramalho é abundante. Veja-se a nota II, pp. 114-116 de Varnhagen e de Capistrano de Abreu na *História Geral do Brasil*, 4.^a ed. integral, 1948, vol. I, bem como os estudos de Cândido Mendes, "Quem era o bacharel de Cananéia" e "João Ramalho, o bacharel de Cananéia precedeu Cristóvão Colombo na descoberta da América" e "João Ramalho, 40, 1.^a parte, 163-247 e 277-373 respectivamente, e os de Teodoro Sampaio, Pereira Guimarães, Horácio de Carvalho, Campos Andrade e Ernesto Young, *RIHGSP*, 7, 1902, e o de Washington Luís, *idem*, 9, 1904. A Comissão do Instituto Histórico de São Paulo, tendo como relator Teodoro Sampaio, opinou que João Ramalho era analfabeto. Teodoro Sampaio aventou a hipótese de ser o bacharel Cosme Fernandes Pessoa.

(4) Capistrano de Abreu, *O Descobrimento do Brasil*, edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, Livraria Briguelet, 1929, 82-83.

parte 2.^a, 109-122, e *O Descobrimento do Brasil*, Rio de Janeiro, 1929, reedição, Rio de Janeiro, 1976), o de Jaime Cortesão acima referido, e o de W. B. Greenlee, onde também se encontram a melhor biografia de Caminha, os vários documentos e a resenha bibliográfica posterior à levantada por Vale Cabral e Manuel de Sousa Pinto.

As biografias anteriores de Francisco Marques de Sousa Viterbo, *Pero Vaz de Caminha e a primeira narrativa do descobrimento do Brasil* (Lisboa, 1909) e a de A. de Magalhães Basto, *O Porto e a era dos descobrimentos* (Barcelos, 1932), e "Pero Vaz de Caminha", (in *O Primeiro de Janeiro*, jornal do Porto, de 16 de agosto de 1940), ajudaram Greenlee e Cortesão a oferecer informações desconhecidas.

Esses tipos e esses processos de adaptação do europeu à nova terra são o natural desenvolvimento da fácil assimilação ou da difícil resistência aos contactos culturais, logo tão bem entrevistadas na admirável *Carta de Caminha*. Com agudeza e penetração, ele espreita e anota as singularidades e semelhanças da terra e da gente: o louvor pela terra, de muito bons ares, "assim frios e temperados"; o entusiasmo pela gente, "o melhor fruto que dela se pode tirar será salvá-la".

A política colonial lusitana já transparece na *Carta*. Um indígena e seu irmão "foram esta noite mui bem agasalhados, assim de vianda, como de cama, de colchões e lençóis, para os mais amansar". A conta que Caminha prestou ao Rei alongando-se pelo miúdo, com sua *Carta*, é um testemunho inigualável de primeiro contacto entre indígenas e europeus e da força e capacidade portuguesa de impor aos povos primitivos o estilo europeu por processos de dissolução e amansamento. Ferdinand Denis escreveu que "graças ao raro talento de observação de que era dotado Caminha, graças sobretudo à fácil ingenuidade do seu estilo, o Brasil teve um historiador no próprio dia do seu descobrimento".

A *Carta* é uma história por uma testemunha ocular, um participante que não se incompatibiliza com a objetividade histórica e que ilumina a obscuridade inicial. É pena que se não possa conhecer a emoção, os sentimentos e a vida inicial daqueles dois grumetes fugidos e dos dois degredados deixados chorando entre os índios, para lhes aprender a língua, ensinar a fé e domesticá-los. Esta página branca da História do Brasil impede-nos um conhecimento precioso.

AUTENTICIDADE DA CARTA

Em 1897, um historiador argentino, Luiz F. Domingues ("Primeros Descubrimientos en el Nuevo Mundo", *La Biblioteca*, julho, 1897, 75-93), levantou suspeitas sobre a autenticidade da *Carta*. Eram dúvidas que Capistrano de Abreu chamou de aéreas e respondeu magnificamente em seu estudo *O Descobrimento do Brasil* (Rio de Janeiro, ed. da Sociedade Capistrano de Abreu, 1929, 304-306). O documento original existia e não podia haver qualquer desconfiança quanto aos elementos extrínsecos, letra e papel do tempo. A arguição principal de Domingues fundava-se em que a carta continha informações a respeito dos índios que não teria sido possível colher em tão poucos dias. Capistrano redarguiu acertada-

mente que não tinha razão o crítico, porquanto os portugueses daquele tempo, “familiarizados com as singularidades da costa d’África, já iniciados na observação da costa de Malabar, conhecedores dos índios encontrados por Colombo e Corte-Real, deviam gozar de uma acuidade etnográfica rara, exatamente porque as diferenças golpeavam logo ao primeiro encontro”.

2. As Cartas de Américo Vespúcio

Américo Vespúcio (Florença 1454 — Sevilha 1512) foi agente da casa bancária dos Medici, em Sevilha, e participou de duas viagens à América, em 1499-1500 e 1501-1502, a primeira a serviço de Portugal. Seu nome batizou o novo continente, iniciativa do cosmógrafo Waldseemüller, na sua *Cosmographiae Introductio* (1507).

Da passagem de Américo Vespúcio pelo Brasil também se colhe alguma informação curiosa sobre a terra e a gente que pertencem a esta fase inicial da historiografia. Não apresentam suas observações o mesmo valor das contidas na Carta de Caminha, apesar de por aqui ter permanecido dez meses, sendo que 27 dias viveu entre indígenas. Não se deve atribuir a pobreza da notícia deixada à incapacidade de atenção de Vespúcio. O problema é outro. É que das cartas de viagens de Vespúcio consideradas autênticas pela crítica moderna, só uma trata do Brasil. É a dirigida a Lorenzo di Pier Francesco de Medici, de Lisboa, 1502.

Nela se louva a terra, agradável, temperada, sadia e muito amena, tão abundante de árvores, flores, frutas e animais que o piloto-mor se julgava perto do Paraíso Terrestre. Descreve a casa, a alimentação e os costumes indígenas. Tudo era comum, não havia propriedade privada, nem leis, e a promiscuidade sexual era geral. Não conheciam o ferro ou outro qualquer metal e não sabiam contar o tempo. Guerreiros e cruéis, comiam carne humana.

A expedição não teve proveito, mas Vespúcio acreditava que a terra poderia produzir toda espécie de utilidades, devido à maravilhosa natureza. Para Vespúcio, como antes para Caminha, a terra ainda era de pouca utilidade: pau-brasil e canafistula ⁽⁵⁾.

AS CARTAS E SUA AUTENTICIDADE

Os documentos das viagens de Vespúcio são: 1) *Mundus Novus*, em forma de carta latina, dirigida a Lorenzo di Pier Francesco de Medici, relação de uma presumida terceira viagem, empreendida à costa do Brasil a serviço de Portugal. A 1.ª edição é de 1504. Sobre as edições, cf. Alberto Magnaghi, *Américo Vespucci*, Roma, 1924, vol. 1, p. 51 e seguintes). 2) *Lettera di Amerigo Vespucci delle isole nuovamente trovate in quattro suoi viaggi*, datada de Lisboa, 4 de setembro de 1504 e

(5) Na Carta a Caminha, como na de D. Manuel aos Reis de Espanha, diz-se que a terra servia como pousada. A *Carta de Pero Vaz de Caminha*, ed. de Jaime Cortesão, *ob. cit.*, 240. A carta de Vespúcio aqui referida foi pela primeira vez publicada por Francesco Bartolozzi, *Ricerche storico-critiche circa alla scoperta d’Amerigo Vespucci con l’aggiunta di una relazione del medesimo fin ora Inedita*. Firenze, 1789. Reproduzida por A. Magnaghi, *ob. cit.*, vol. 2, 323-333 e por Marcondes de Souza, *Américo Vespucci e suas Viagens*, São Paulo, 1949, 271-276.

dirigida a Pedro Soderini, conhecida pelo nome de *Quattro Viaggi* (Cf. Magnaghi, *ob. cit.*, vol. 1, p. 99 e seguintes). 3) Lettera de 18 (ou 28) de julho de 1500 a Lorenzo di Pier Francesco de Medici, de Sevilha, que conta a primeira e segunda viagens ao serviço de Espanha, descritas como uma só viagem. 4) Lettera a Lorenzo di Pier Francesco de Medici, em continuação à carta do Cabo Verde (vide n.º 5), de Lisboa, dos fins de 1502, contando a expedição de 1501. 5) Lettera do Cabo Verde, 4 de junho de 1501 a Lorenzo di Pier Francesco de Medici, contendo a narração da terceira viagem, na qual Vespúcio encontrou alguns navios da frota de Cabral, no Cabo Verde.

Das cinco cartas, as duas primeiras, *Mundus Novus* e *Quattro Viaggi*, são consideradas pelo Professor Alberto Magnaghi (*ob. cit.*, vol. 1, 3, 34, 43, 51 e seguintes) e por Marcondes de Sousa, as melhores autoridades sobre Vespúcio, como forjadas. Esta opinião, partilhada por vários estudiosos no mundo, vem contradizer o parecer longamente sustentado por Varnhagen, que editou na *RIHGB* exatamente as duas cartas "Mundus Novus" e "Quattro Viaggi" (t. 41, parte 1.ª, 1878, 5-31) (6). Como escreveu Magnaghi, Varnhagen deixou-se guiar por um preconceito fundamental: as cartas publicadas em vida do autor seriam autênticas, porque ele nunca as contestou, e as outras três, publicadas dois ou três séculos depois de sua morte, sem original, seriam forjadas (7). É preciso lembrar que delas existem cópias manuscritas. O fato é que a obra e as conclusões de Varnhagen tiveram tal influência (8), que a *Raccolta Colombiana*, monumento de erudição, editou exatamente as duas cartas "Mundus Novus" e "Lettera a Soderini", hoje consideradas forjadas.

Das três cartas restantes, únicas consideradas autênticas (9), a primeira, de 18 de julho de 1500, diz respeito à viagem com Pinzón, em dezembro de 1499 (10). Não tem, portanto, quase nenhum interesse para nós, já que pouco se refere à terra e à gente, embora seja valiosa para a história da alegada prioridade espanhola. Foi publicada pela primeira vez por Ângelo Maria Bandini (*Vita e lettere di Amerigo Vespucci*, Florença, 1745, 64-86). A segunda, de 4 de junho de 1501, publicada pela primeira vez por G. B. Baldelli-Boni (*Il milione di Marco Polo*, Florença, 1827), relata o encontro em Bezequiche com dois navios da frota de Cabral, o *Anunciada* e o navio de Diogo Dias (11). A referência ao Brasil também é de pouca significação para o nosso objetivo. Resta, portanto, a terceira carta, de Lisboa, 1502, relativa à viagem empreendida ao Brasil em 1501. No encontro no Cabo Verde já estava Vespúcio a caminho do Brasil. Ele havia deixado Lisboa no 13 de maio (Magnaghi, *ob. cit.*, t. 2, 171). O objetivo era reconhecer a terra de Cabral e procurar um caminho S.O. para as Molucas. Vespúcio retorna aos 22 de julho de 1502. São desta viagem as observações que transcrevemos. A expedição era dirigida por D. Nuno Manuel (Varnhagen, *História Geral*, vol. 1, 93) ou por André Gonçalves (Varnhagen, *História Geral*, vol. 1, 114 e Capistrano de Abreu, *Descobrimento do Brasil*, 71), ou por Gaspar de Lemos (Greenlee, *The voyage of P. A. Cabral*, p. XX, e Alberto

(6) Os melhores estudos sobre Américo Vespúcio, suas viagens e cartas são: Alberto Magnaghi, *Amerigo Vespucci*, Roma, 1924, 2 vols.; F. J. Pohl, *Amerigo Vespucci*, New York, Columbia Univ. Press., 2.ª ed., 1945; T. O. Marcondes de Sousa, *Amerigo Vespucci e suas viagens*, São Paulo, 1945; ed. revista e ampliada, São Paulo, 1954.

(7) Magnaghi, *ob. cit.*, vol. 1, 41-43 e 115. Cf. G. Berchet, *Fonti Italiani per la Storia della scoperta del Nuovo Mondo*. Roma, 1894, pp. 11-150, textos latino e italiano. Rodolfo Garcia cita a edição da carta de Soderini feita pelo Prof. G. T. Northrup (*Letter to Piero Soderini*, Princeton, N. Y., 1915), sem tomar conhecimento de que este a considerava falsa. Cf. Varnhagen, *História Geral*, vol. 1, 89, nota X.

(8) As obras que Varnhagen escreveu sobre Américo Vespúcio encontram-se arroladas por Armando Ortega Fontes, *Bibliografia de Varnhagen*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1945.

(9) É interessante lembrar que estas três foram consideradas por Varnhagen como forjadas. Cf. *RIHGB*, t. 41, 31, e também Magnaghi, t. 2, p. 115.

(10) A disputa sobre esta primeira viagem não está de todo decidida. Para Varnhagen, a primeira viagem teria se realizado em 1497.

(11) Varnhagen editou-a também, in *Amerigo Vespucci*, Lima, 1865, 78, 82, o mesmo fazendo William Brooks Greenlee, *The voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India*, London, Hakluyt Society, 1938, 151-161. Admite-se ser o porto de Bezequiche o da ilha Goréa, porém modernamente sua identificação com Dakar tem maior número de adeptos. Vide *HCPB*, 2 vols., 177, nota 12.

Lamego, "Quem foi o comandante do navio que levou ao Rei de Portugal a notícia do descobrimento do Brasil", *Jornal do Comércio*, 8 de junho de 1941). Atingido o Cabo de S. Roque, navegaram para o sul, até S. Vicente. (Varnhagen, *História Geral*, vol. 1, 93-94). Há, ainda, uma suposta terceira viagem ou quarta, segundo Varnhagen, que teria partido de Lisboa, em meados de 1503, e nela, sob o comando de Gonçalo Coelho (Varnhagen, *História Geral*, t. 1, 96-97), Vespúcio teria alcançado Cabo Frio, onde fundara uma feitoria. Como critica Magnaghi, não há documento algum que prove esta viagem e os historiadores portugueses e brasileiros baseiam-se sempre na Carta a Soderini, que ficou provado não ser autêntica. (Magnaghi, *ob. cit.*, vol. 2, 227 e 234.)

3. A Relação do Piloto Anônimo

Afora os documentos de Caminha e Vespúcio, fazem parte desta literatura de viagem, desta pré-historiografia, a *Relação do Piloto Anônimo* e algumas outras cartas da época.

A *Relação do Piloto Anônimo* é um documento fiel, muito inferior à Carta de Caminha. Suas observações sobre a terra, a gente e os seus costumes são apressadas e rápidas. Declara que ninguém entendia a língua, o que não impediu Caminha de fazer e anotar uma infinita variedade de observações. Não sabiam que gente era essa, que os imitava, como na missa, que negociou arcos e flexas por guizos e folhas de papel, pedaços de pano ou papagaios e mandioca. Eram pardos, os homens com a pele raspada, e as mulheres com os cabelos longos. A terra era grande, abundante de árvores, com boa água, mandioca e algodão. Não havia animais. O ar era bom, os homens tinham redes e eram grandes pescadores. Foram deixados dois homens degredados que começaram a chorar quando a esquadra iniciou a partida e foram consolados pelos homens da terra.

A carta que Giovanni Matteo Cretico escreveu aos 27 de julho de 1501 de Lisboa para Veneza, tratando da descoberta da nova terra, pela primeira vez chamada de terra de papagaios⁽¹²⁾, é, como a *Relação do Piloto Anônimo*, muito inferior à Carta de Caminha.

O TEXTO E AS EDIÇÕES

Existem quatro manuscritos da Relação do Piloto Anônimo. Um deles, com as cartas de Angelo Trevisan, encontra-se na Sneyd Collection, em Newcastle-on-Tyne. Dois outros manuscritos reunidos num mesmo códice e conhecidos como Contarini A e B, e outro em forma condensada, encontram-se na Biblioteca Marciana. De todos os manuscritos, o Sneyd parece ser o mais velho. A primeira edição da Relação foi publicada nos *Paesi nuovamente retrouati et Novo Mondo da Alberico Vesputio Fiorentino intitulado*, 1507. Existe uma excelente reprodução fac-similar feita pela Princeton University Press, 1916. Boa edição, confrontada com os originais, é a de William Brooks Greenlee, *ob. cit.*, 53-94. A primeira tradução portuguesa, ("Relação anônima de um piloto português da esquadra de Cabral"), foi publicada na *CNHGNU*, t. 2 e 3, 107-139, e não merece confiança, pois é baseada na retradução de G. B.

(12) A carta é dirigida por Domênico Pisaní ao doge veneziano, mas transcreve a carta de Cretico. Foi esta publicada pela primeira vez nos *Paesi nuovamente retrouati Et Novo Mondo da Alberico Vesputio Fiorentino intitulado* (Vicenza, 1507) e nas subsequentes edições e traduções. Várias edições encontram-se relacionadas em Greenlee, *ob. cit.*, p. 116. O texto italiano encontra-se em Berchet, *ob. cit.*, parte III, vol. 1, pp. 43-45. Boa tradução, segundo o texto dos *Paesi*, comparada com os originais manuscritos, encontra-se em Greenlee, *ob. cit.*, 119-123.

Ramusio. Boa edição italiana é a de G. Berchet, *Fonti italiani per la storia della scoperta del Nuovo Mundo*, Roma, 1892, parte III, vol. 1, 83-87. Há também a edição impressa na HCPB, vol. 2, 113-117, reproduzida da edição de CNHGNU. Marcondes de Sousa oferece duas traduções: a primeira baseada na primeira edição dos *Paesi*, exemplar da Biblioteca Nacional (*O Descobrimeto do Brasil*, Rio de Janeiro, 1946, 168-74) e a outra da segunda edição dos *Paesi* (1508), *ob. cit.*, 302-330.

A AUTORIA

A autoria da obra é assunto ainda não resolvido. Não há dúvida, diz Greenlee, que seja um português, de educação e inteligência acima do comum. Deve ter sido um dos tripulantes da frota, declara a HCPB. Berchet não chegou a nenhuma conclusão definitiva a respeito. O que se sabe é que o cronista de Veneza, Domenico Malipiero, interessado nas navegações e descobertas portuguesas, pediu a seu ex-secretário Ângelo Trevisan, então auxiliar do Embaixador de Veneza em Espanha, Domenico Pisani, que procurasse obter informações especialmente sobre a viagem de Cabral. Pela correspondência trocada entre Trevisan e Malipiero, publicada na *Raccolta Colombiana* e citada no estudo de Berchet, vê-se que Giovanni Camerino, também chamado Giovanni Matteo Cretico, núncio em Lisboa (Cretico porque passara vários anos na ilha de Creta), fazia "una opereta" ou compunha "un tractato". Esta é a base da crença que Cretico teria compilado, ou ao menos traduzido, a narrativa anônima que foi enviada a Malipiero e da qual existe uma cópia entre as cartas deste, hoje na coleção Sneyd. Pensa Greenlee que talvez João de Sá seja o autor (*ob. cit.*, 55).

Os principais argumentos contra a autoria de Cretico são: 1) é incerto que ele soubesse o português; 2) o estilo da narrativa não se coaduna com o de um professor de grego e não contém expressões latinas, que poderíamos esperar fossem usadas por Cretico, ex-professor de retórica grega em Pádua e considerado homem de grande saber em grego e latim (Greenlee, *ob. cit.*, 54 e 114, n.º 2).

Substancialmente, a *Relação Anônima* é um documento fidedigno, que se coloca, no tocante à Descoberta do Brasil, logo abaixo da Carta de Caminha e de Mestre João.

4. O Livro da Nau Bretoa e a Nova Gazeta da Terra do Brasil (1514)

O *Livro da Nau Bretoa*, de 1511⁽¹³⁾, e a *Nova Gazeta da Terra do Brasil*, de 1514⁽¹⁴⁾, são também documentos importantes da primitiva

(13) O *Livro da Nau Bretoa*, encontrado na Torre do Tombo, foi publicado pela primeira vez por Varnhagen, na 1.ª edição da *História Geral*, (nota 13, pp. 427-32), e depois reproduzido na 4.ª ed. do *Diário da Navegação* de Pero Lopes (Rio de Janeiro, 1868), na *Corografia Histórica*, de Melo Moraes, (Rio de Janeiro, Tip. Americana, 1858-60), e na *RIHGB* t. 24, 1861, pp. 96-111. Mais recentemente, na HCPB, t. 2, pp. 343-347, onde se encontram várias notícias sobre a Nau e seus armadores.

(14) Da cópia de *Newen Zeitung aus Presillg Landt* conhecem-se três edições: a 1.ª não traz lugar e data; a 2.ª foi impressa em Augsburg, por Erhart Oglin, e a 3.ª é uma contrafação da 2.ª, com erros tipográficos. Em 1895, Konrad Haebler descobriu um original manuscrito no Arquivo dos Fugger, em Augsburg. Boa descrição bibliográfica encontra-se em José Carlos Rodrigues, *BB*, 179-183. A melhor edição crítica é a de Clemente Brandenburger, a *Nova Gazeta da Terra do Brasil*, São Paulo, Livraria Edanee, 1922. Na HCPB, t. 2, 365-372, encontra-se em fac-símile a primeira página e um resumo das várias opiniões sobre a *Gazeta*. Existe ainda uma edição da Editora Record (Rio de Janeiro, s.d.), traduzida por C. Brandenburger, nota etnográfica de J. Ribeiro, bibliografia de R. Schütler e notas críticas de F. M. Esteves Ribeiro. A obra é extremamente rara, só existindo 11 exemplares: um em Leipzig, um em Dresden, dois em Munique, um em Nuremberg, dois em Nova Iorque, um em Providence, R. 1. (EUA), um em Paris e outro na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, esta provida da coleção de José Carlos Rodrigues. Ernesto Feder, num artigo, "Chegou da Terra do Brasil um Navio" (*Diário de Notícias*, 7 de janeiro de 1951), anunciou a existência de outro exemplar trazido pelo jornalista Frank Arnau, cujo destino atual desconheço.

crônica. As viagens de exploração e comércio, realizadas pouco depois da descoberta da terra, reconhecem novos trechos da costa e iniciam o tráfico do pau-brasil. O *Livro da Nau Bretoa* é escrito pela mão de Duarte Fernandes e registra a carga conduzida e as condições de resgate e troca admitidas pelo Rei.

O *Livro* descreve a viagem desde a partida de Lisboa aos 22 de fevereiro de 1511 até a chegada aos 6 de abril no Rio São Francisco, seguindo depois para a Bahia de Todos os Santos, e logo para Cabo Frio, de onde retornaram. O livro contém o Regimento do Capitão, o Regimento Geral, os nomes do capitão Cristovam Pires, do escrivão Duarte Fernandes, autor, Fernando Vaz, mestre, e João Lopes de Carvalho, piloto; seguem-se os nomes dos marinheiros, dos grumetes, dos escravos, o livro dos gatos (maracajás) e papagaios, livro da ferramenta que se furtou na Bahia. É o primeiro espécime de um documento deste tipo nos Quinhentos. É uma viagem comercial e apesar da recomendação de não trazer gente da terra, levaram para Portugal trinta e tantos índios cativos, afora cinco mil toros de pau-brasil, animais e pássaros.

A *Nova Gazeta da Terra do Brasil* é um precioso documento, o primeiro em língua alemã sobre o Brasil, que relata a viagem portuguesa de D. Nuno Manuel em 1514 e tem enorme interesse para a história primitiva, a geografia e a etnografia do Brasil. Pelas primeiras palavras da *Gazeta*, palavra que nesta época tem o sentido de notícia ou relação, “Sabei que aos 12 de outubro de 1514 chegou aqui da terra do Brasil um navio”, se infere que deve ter sido escrito na Ilha da Madeira, por um agente alemão de alguma casa comercial alemã ali mantida para negociar com os novos países descobertos.

5. Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa

A biografia de Pero Lopes de Sousa foi traçada por Varnhagen (*RIHGB*, t. 5, 353-354, e t. 6, 118-122) e sumariada por Eugênio de Castro na edição de seu *Diário*. Desconhece-se a data de seu nascimento e os dias de sua infância. Foi navegador experimentado, capitaneou armadas e combateu corsários. Morreu moço, no mar, em 1542, de volta da Índia, chefiando expedição.

O *Diário da Navegação* de Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso, que o acompanhou durante a sua expedição ao Brasil, em 1530-32, é também uma fonte de grande importância. Trata-se de uma relação ou narrativa baseada num diário de bordo, contendo excelentes informações geográficas e históricas. Do ponto de vista geográfico, o *Diário* nos dá o contorno da costa brasileira, a toponímia mais conhecida, o reconhecimento, reconquista ou descobrimento de ilhas, cabos ou pontas, sondagem de certos lugares, observações próprias sobre correntes marinhas, cursos de ventos, detalhes técnicos importantes para os antigos navegadores.

Do ponto de vista puramente histórico, como acentuou Varnhagen, quando o reimprimiu em 1861, o seu simples aparecimento rasgou, de um jato, páginas e páginas de intermináveis conjecturas de Frei Gaspar da Madre de Deus e de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão e aboliu dúvidas acerca da existência de Caramuru. Nenhum outro documento lançou mais luz sobre várias questões intrincadas da primeira época da nossa história, porque serviu para esclarecer um período de vinte anos, quando a Carta de Pero Vaz de Caminha era apenas a revelação do que se passara durante dias.

Do ponto de vista etnográfico, o *Diário* revela uma vez ou outra contribuições interessantes sobre o aborígene brasileiro, tanto da Costa do Pau-brasil como da costa do Prata.

A CRÍTICA DO TEXTO

Para a primeira edição examinou Varnhagen três cópias, decidindo-se, depois de várias hesitações, pela que possuía, pondo de lado a pertencente ao Bispo Conde D. Francisco de S. Luís e a da Biblioteca da Ajuda⁽¹⁵⁾. Foi somente na 3.ª edição, já que a segunda foi feita sem sua consulta, que Varnhagen se cingiu à cópia da Ajuda, considerada como original. As outras edições seguiram o texto da terceira, feitos certos confrontos com o original. Coube a Jordão de Freitas fazer excelente crítica do texto usado na primeira edição e mostrar que o códice da Ajuda, usado na terceira, não era original, mas apógrafo⁽¹⁶⁾.

AS VÁRIAS EDIÇÕES

Para a primeira edição, serviu-se Varnhagen de três cópias, as únicas de cuja existência teve conhecimento. Na advertência preliminar à primeira edição, descreve Varnhagen minuciosamente os três códices encontrados e explica as principais regras que seguiu para a sua edição.

A obra foi publicada sob o título de *Diário da Navegação da armada que foi à Terra do Brasil em 1530 sob a capitania-mor de Martim Afonso de Souza, escrito por seu irmão Pero Lopes de Souza. Publicado por Francisco Adolfo de Varnhagen*. Lisboa, Tip. da Sociedade Propagadora de Conhecimentos Uteis, 1839. Esta edição é precedida de uma biografia de Martim Afonso de Souza, de uma notícia do autor e da advertência crítica a que já nos referimos. E também recheada de excelentes notas de Varnhagen. A 2.ª edição foi feita em São Paulo, em 1847. A 3.ª edição é de 1861, na *RIHGB*, t. 24, 1861, 9-103. É precedida de uma carta acerca da reimpressão do *Diário*, na qual Varnhagen critica a 2.ª edição, feita em São Paulo, e queixa-se de que não fora avisado desta publicação, quando, desde a advertência à primeira edição, pedira que o futuro editor de outra lhe comunicasse esta resolução, de vez que ele poderia ter, porventura, algumas retificações, juízos ou observações a fazer que, se lhe não trouxessem bem, decerto nunca poderiam fazer-lhe mal.

Quanto à terceira edição, diz Varnhagen na mesma carta, que longe de repetir a primeira, reproduzida servilmente na segunda, cumpria-lhe primeiro cingir-se mais no texto ao códice original da Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, e em seguida eliminar não só muitas notas como as biografias dos dois navegantes irmãos, que já haviam sido publicadas na *RIHGB*.

A 4.ª edição foi também feita por Varnhagen, sob o título de *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa pela costa do Brasil até o Rio Uruguay (de 1530 a*

(15) Sobre isto, cf. José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 4.ª ed., 1978, 394-396.

(16) Jordão de Freitas, "A expedição de Martim Afonso de Souza", *HCPB*, t. 3, 97-164. Tanto Jordão de Freitas como Eugênio de Castro (5.ª ed. do *Diário*, S. Paulo, 1927) disseram que Varnhagen, na 1.ª edição, seguiu o códice da Ajuda, quando ele claramente afirma ter seguido a cópia que possuía. Cf. José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, ob. cit., 607, nota 50.

1532), Rio de Janeiro, tip. de D. L. dos Santos, 1867, precedida de noticioso prólogo, conforme lhe chamou. Publicam-se juntos outros documentos e notas e o "Livro da Nau Bretoa ao Cabo Frio (em 1511) por Duarte Fernandes".

A 5.^a edição apareceu em 1927, na série Eduardo Prado, comentada por Eugênio de Castro.

A 6.^a edição, finalmente, foi uma reedição da 5.^a, feita em comemoração aos centenários de Portugal, em 1940.

Eugênio de Castro realizou nessa obra uma das mais eruditas edições críticas jamais publicadas no Brasil. Assim, a 5.^a e 6.^a edições devem ser consideradas como definitivas. Eugênio de Castro serviu-se do texto da 3.^a e da 4.^a edições, anotando-o por completo e juntando numerosos mapas gravados na Imprensa Militar.

Capistrano de Abreu foi quem indicou a Afrânio Peixoto o nome de Eugênio de Castro, oficial de marinha, quando aquele estava dirigindo a coleção de estudos brasileiros. "Foi bom para o *Diário*, porque o meu amigo aplicou-se à parte técnica e dará, um livro como não temos igual" (17). Em 1925 estava o trabalho terminado, aguardando apenas que Jordão de Freitas concluísse seu estudo (18). Se Jordão separar os Pero Lopes enumerados por Frei Luís de Sousa terá feito obra de vaqueano", escrevia Capistrano de Abreu (19). Eugênio de Castro ocupava-se com o *Diário* desde 1923, estudando as manobras, rumos e sondagens (20).

6. Narração de Cabeza de Vaca

Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, descobridor, governador e aventureiro (Jerez 1500 — Sevilha 1560), era homem de família aristocrática. Tendo participado da desastrosa expedição à Flórida (1527-1536), foi um dos quatro sobreviventes dos quatrocentos homens que a compunham. Sua Relação da expedição (1542) criou na Espanha a noção da riqueza do Novo México. Retornou à Espanha em 1537 e em dezembro de 1540 partiu para Cádiz, desembarcando na ilha de Santa Catarina em março de 1541. Seguiu por terra até Assunção do Paraguai em março de 1542.

Cabeza de Vaca vinha como adelantado ou governador da Província do Rio da Prata. Foi destituído e aprisionado em consequência de um motim, durante um ano. Em março de 1545 foi enviado à Espanha, processado, condenado, desterrado para Oran, indultado e nomeado juiz em Sevilha, onde terminou seus dias.

Os *Comentários de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca*, escritos por Pero Hernandez e publicados em Valladolid em 1555, a *Narración general que Alvar Nuñez Cabeza de Vaca hizo al Consejo de las Indias em 1552* e a *Relación de las cosas sucedidas en el Rio de la Plata*, composta em 1545, recordam a viagem através das selvas do Brasil, as peripécias e os sucessos de sua governança, atribulada por desordens que culminaram na sua prisão aos 25 de abril de 1544 e seu retorno aos 24 de abril de 1545.

(17) Carta de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo, de 10 de fevereiro de 1925. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, edição organizada por José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro, 1954, vol. 2, 320, 2.^a ed., 1977, id., id..

(18) *Correspondência de Capistrano de Abreu*, ob. cit., carta citada. O estudo de Jordão de Freitas é o já citado.

(19) *Correspondência*, ob. cit., vol. 2, 315. Carta de 10 de fevereiro de 1925, de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo.

(20) Carta de Capistrano de Abreu a João Lúcio de Azevedo, de 17 de janeiro de 1925. O livro estava pronto em outubro de 1927 e Capistrano observa que certas descaldas se davam quando o editor abordava cousas estranhas à sua profissão. Vide na mesma *Correspondência*, ob. cit., as cartas de Capistrano de 16 de abril, 30 de maio e 17 de outubro de 1927, a João Lúcio de Azevedo.

Para o Brasil interessa especialmente a viagem efetuada entre 1541 e 1542, desde as praias de Santa Catarina até o interior do Paraguai. Os estudiosos da expansão territorial, da conquista e do povoamento, das origens das primeiras bandeiras, encontram neste relato muita informação preciosa.

Mais importante foi ainda a reconstituição deste percurso para prova do título brasileiro ao território de Palmas, disputado à República Argentina. Rio Branco esclareceu definitivamente a questão, ao traçar o exato caminho seguido pela autoridade espanhola em território brasileiro. Este caminho figurava em Atlas argentinos, ora pela margem setentrional do Iguaçú, ora representado pela margem meridional, passando pelo território então em litígio.

Percorrendo os capítulos VI e XI dos *Comentários*, diz Rio Branco, vê-se que a expedição partindo do rio Itabucu, hoje Itapucu, no litoral de Santa Catarina, subiu a cadeia marítima chamada Serra do Mar, entrou pelos campos do planalto de Curitiba, passou da margem esquerda para a direita do Iguaçú, atravessou o Tibagi e continuou pela margem esquerda deste afluente do Paranapanema no rumo N.N.O. Depois atravessou outros rios no rumo do sul, paralelamente ao curso deste último rio, alcançou a margem direita do Iguaçú, logo acima do seu Salto Grande. Desceu então o Iguaçú até a sua confluência no Paraná, transpôs este rio e prosseguiu através do Paraguai ⁽²¹⁾.

A expedição espanhola de 1541, acrescenta Rio Branco, não avistou sequer o território de Palmas, e nos próprios comentários encontra-se menção dos Portugueses que dez anos antes por ali haviam passado, descendo o Iguaçú, quando, a mandado de Martim Afonso de Sousa, iam ao descobrimento do Interior ⁽²²⁾.

Deste modo, o território a leste do rio Pequiri ou Pepiri, depois Peperi Guaçu, foi descoberto por paulistas e não por Cabeza de Vaca. O certo é que o Governo espanhol transmitiu dez anos depois a notícia de que Francisco Chaves e seus companheiros, que de Cananéia haviam seguido em direção do Paraguai, haviam sido trucidados pelos índios nas margens do Iguaçú ⁽²³⁾.

AS EDIÇÕES

A primeira edição da *Relación e dos Comentarios*, sob o título *La Relación y Comentarios del Governador Alvar Nuñez Cabeza de Vaca*, é de Valladolid, por Francisco Fernandez de Cordova, 1555 (Vide descrição em José Carlos Rodrigues, *Catálogo de livros sobre o Brasil*, Rio de Janeiro, 1907, n.º 483, e Maggs Bros, *Bibliotheca Brasiliense*, Londres, s.d., n.º 39. A Biblioteca Nacional possui um exemplar desta raríssima edição). Há uma tradução francesa por H. Ternaux Compans, Paris, 1837 (Vide José Carlos Rodrigues, *ob. cit.*, n.º 484), uma tradução inglesa por Luis

(21) Rio Branco, *Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentaram ao Presidente dos Estados Unidos da América como Árbitro*, New York, 1894, vol. 11, 223, e o *Itinerário de Cabeza de Vaca*, in vol. V, Mapa n.º 31, da edição das *Obras do Barão do Rio Branco, Questões de Limites*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1945, 199.

(22) Rio Branco, *Exposição, ob. cit.*, p. 225 e ed. 1945, 200-201.

(23) *Comentário*, 1.ª ed., fol. LVIII verso, e Madrid, 1906, 185.

L. Dominguez, Hakluyt Society, 1.ª série, vol. 81, 1891, e uma tradução portuguesa, segundo a francesa, por Tristão de Alencar Araripe (*RIHGB*, t. 56, 1883, 193-344). Esta tradução não se recomenda, não só pelo texto que lhe serviu de base, como pela ortografia própria do tradutor. Boa edição é a da *Collección de libros y documentos referentes a la historia de America. Relación de los Naufragios y Comentarios de A. N. Cabeza de Vaca*. Madri, 1906, t. V e VI, feita de acordo com a primeira edição.

7. Viagem de Ulrico Schmidel

O relato da viagem empreendida por Ulrico Schmidel (Straubing 1510 — Ratisbona ?) ⁽²⁴⁾ aos 26 de dezembro de 1552 de Assunção a São Vicente, onde chegou a 13 de junho de 1553, representa para a historiografia brasileira um documento de extraordinário significado pela revelação do caminho seguido e das peripécias sucedidas. Ele completa a visão do quadro da penetração e comunicação interior, que então já se fazia entre o Brasil e o Paraguai ⁽²⁵⁾.

Ulrico Schmidel esteve em Piratininga, onde dominava João Ramalho ⁽²⁶⁾, e depois em São Vicente, já entregue à faina açucareira com o engenho dos Schetz ⁽²⁷⁾. Gastara seis meses na viagem e permanecera onze dias em São Vicente, partindo aos 24 de junho de 1553, com destino a Lisboa.

Chegado a Buenos Aires com o Governador Pedro Mendonza, em 1553, Ulrico Schmidel fora um dos seus fundadores e explorara ativamente o território paraguaio.

Para o conhecimento da conquista e ocupação espanhola daqueles territórios, sua obra é das primeiras, na procedência e no valor da contribuição. Objetivo, imparcial, espontâneo, narra seca e concisamente os fatos. Para o conhecimento de enorme trecho do território brasileiro do século XVI, ainda pouco desbravado, e de comunidades ainda primitivas, o relato de Schmidel tem, também, um valor documental extraordinário.

AS EDIÇÕES

A obra de Schmidel foi primeiramente editada em 1567, por Sebast. Franck von Word. É uma edição raríssima ⁽²⁸⁾. Conhecem-se várias traduções em latim, inglês, holandês, espanhol e francês. A edição francesa é a da coleção de Ternaux Compans, *Voyages, Relations et Mémoires*, t. V; a edição inglesa é excelente: faz parte da 1.ª série das Publicações da Hakluyt Society, sob o título *The conquest of La Plata, 1535-1555, I. Voyage of Ulrich Schmidt to the Rivers La Plata and Paraguay*, tradução com notas e introdução de H. E. Don Luis L. Dominguez, 1889. As

(24) A biografia de Schmidel encontra-se in J. G. Mondesheim, *Ulrico Schmidel von Straubing und seine Reisebeschreibung*, 1881; Enrique Arana, *Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas de la Universidad de Buenos Aires*, t. X11, 193, e seguintes; João Coelho Gomes Ribeiro, "Ulrich Schmidel, Notícia biográfica", *RIHGSP*, 1905, vol. X, 29-38.

(25) Cf. sobre isto, Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral*, t. 1, 324-325, e W. Kloster e F. Sommer, *Ulrico Schmidel no Brasil Quinhentista*, publicação da Sociedade Hans Staden, São Paulo, 1942.

(26) Afonso Taunay serviu-se dos relatos de Schmidel para escrever *Na Era das Bandeiras*, São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1922.

(27) Sobre este engenho, cf. Alcibíades Furtado, "Os Schetz na capitania de São Vicente", *PAN*, 1914, vol. XIV.

(28) Veja-se a descrição da 1.ª e 2.ª edições e das edições em coleções de viagens na edição Miltre, 6-13.

edições mais recomendadas são as da Junta de Historia y Numismática Americana, t. I, sob o título *Viaje de Ulrich Schmidel al Rio de la Plata, 1534-1535*, 1903, tradução e anotações por Samuel A. Lafone Quevedo, notas bibliográficas e biográficas de Bartolomé Mitre, e a do Instituto Social (Universidad Nacional del Litoral), sob o título *Derrotero y Viaje a España y las Indias*, traduzida e comentada por Edmundo Wernicke, Santa Fé, 1938).

8. Aventuras de Hans Staden

Hans Staden (c. 1520-?) é um admirável aventureiro da Hessia, disposto a enfrentar as mais ousadas aventuras para conhecer o novo mundo. Engajado num navio português que comerciava pau-brasil, como artilheiro, vem pela primeira vez ao Brasil em 1547, onde alcança Pernambuco. Aí participa de lutas contra indígenas na vila de Igarapu, vai à Paraíba e volta a Lisboa, em 1548. Depois de passar cerca de um ano naquela cidade, delibera acompanhar os espanhóis em suas viagens, na expedição de D. Mencia Calderon de Sanabria, que devia fundar dois povoados, um na costa de Santa Catarina e outro na embocadura do Rio da Prata. Staden parte da Ilha de Palma a 15 de junho de 1550 e a 16 de dezembro deste mesmo ano atinge Santa Catarina. Depois de várias peripécias, alcança São Vicente, onde se emprega como arcabuzeiro, na ilha de Santo Amaro, em frente a Bertioga. Apresionado pelos índios tupinambás, por volta de janeiro de 1554, permanece entre eles nove meses e meio, libertando-se em outubro de 1554. Aos 20 de fevereiro de 1555, chega à França, vai a Londres, à Antuérpia e retorna a sua pátria⁽²⁹⁾.

O LIVRO

Seu livro, *Warhaftige Historia und Beschreibung eyner Landtschafft Wilden, Nacketen Grimmingen Monsshfresser Leuthen, in der Newenwelt America gelegen*, etc. (Marburg, Andres Kolben, 1557), descreve especialmente suas aventuras nos nove meses que passou aprisionado entre os índios tupinambás, inimigos dos portugueses e aliados dos franceses. Este livro é, assim, uma página importante da História do Brasil, porque é a primeira descrição da vida e dos costumes selvagens. Até então nenhum europeu, cujas reminiscências tenham chegado até nós, convivera entre indígenas não aliados. O comércio de pau-brasil promovera a primeira ligação entre indígenas e europeus. Os grupos indígenas em constante hostilidade separaram-se entre aliados dos franceses ou dos portugueses. Mas nenhum conseguia sobreviver e escrever, quando aprisionado pelo adversário.

Hans Staden, vivendo entre portugueses, conseguiu, com extraordinária habilidade, fazer-se passar por francês, tal como acontecerá alguns

(29) Os dados biográficos de Hans Staden encontram-se na sua própria obra, na introdução de F. A. Carvalho Franco à edição da Sociedade Hans Staden (São Paulo, 1942) e no estudo de R. Lehmann Nitsche, "Hans Staden arcabucero alemán de la expedición Sanabria al Rio de La Plata (1550-1553)", *Boletín del Instituto de Investigaciones Historicas*, ano V, n.º 31, Buenos Aires, janeiro-março de 1927, 425-460. Algumas retificações a este estudo foram feitas por E. A. Coni, sob o mesmo título, no mesmo *Boletín*, 684-688. Veja-se também a contribuição de Helmut André, "Hans Staden e sua época", *Revista de História*, n.º 42, abril-junho 1960, 289-307.

anos mais tarde com Anthony Knivet. Seu livrinho conta tudo o que conheceu e viu, mas especialmente o cativo, e, como dele se salvara pela proteção de Deus, decidira tornar público seu louvor e agradecimento. A relação do cativo é também a descrição dos povos indígenas.

Deste modo, a obra de Hans Staden tem sido mais apreciada pelos etnólogos e tupinólogos do que pelos historiadores. Ele trata de tão diferentes aspectos da cultura tupinambá que seu livro já assume o caráter de uma monografia tribal. Refere-se também a várias outras tribos (30). Mas é preciso considerar que ela é também um documento valioso para a história das relações e dos contatos culturais dos povos europeus com os indígenas e da história do comércio do pau-brasil. Quando, por exemplo, o francês que recomendara aos índios que o comessem volta a Ubatuba e promete ajudá-lo, ao verificar que ele não era português, diz que estes "eram celerados tão nefandos que os franceses enforcavam todo aquele que conseguiam apanhar na província do Brasil". E acrescentou que deviam os franceses adaptar-se aos selvagens, tinham que admitir o modo pelo qual tratavam os seus contrários, pois eram os franceses também os inimigos jurados dos portugueses (31).

Os conflitos entre os dois povos no Brasil e seus aliados indígenas rebentaram por toda a costa, numa disputa feroz de caráter econômico. A Relação de Hans Staden é um testemunho precioso destas invasões dos entrelopos franceses nos domínios ultramarinos portugueses. Como acentuou Varnhagen, ela nos dá uma clara idéia da frequência com que visitavam os navios franceses estas paragens, principalmente o Rio de Janeiro (32).

AS EDIÇÕES

A obra de Hans Staden teve um sucesso incomum. Suas aventuras e peregrinações, o caráter romanesco e legendário, a audácia e coragem do personagem, a revelação da gente bárbara, nova para o europeu, atraiu a atenção de um público cada vez mais numeroso. Desde a primeira edição, em 1557 até a edição brasileira de 1942, foram feitas várias versões em diferentes idiomas, reproduzindo as excelentes xilogravuras da primeira edição (33). A primeira tradução portuguesa foi feita por T. A. Araripe da tradução francesa de Ternaux Compans (Paris, 1837). É uma tradução de tradução, sem notas e em ortografia própria do tradutor. A segunda, promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, foi feita por Alberto Löfgren (34) da segunda edição de Marburgo e com excelentes notas de Teodoro Sampaio. Monteiro Lobato fez a tradução em texto livre da primeira parte (São Paulo, 1925, 1926 e 1927). A melhor edição brasileira é a da Sociedade Hans Staden, segundo a transcrição em alemão moderno de Karl Fouquet (São Paulo, 1941, n.º 3 das Publicações da Sociedade Hans Staden), e em português por Guiomar de Carvalho Franco, com introdução e notas de Francisco de Assis Carvalho Franco.

(30) H. Baldus, nota crítica n.º 2.077, *MEEB*, 250.

(31) Cf. ed. Sociedade Hans Staden, 111.

(32) Varnhagen, *História Geral*, vol. 1, 357.

(33) Sobre as várias edições, cf. ed. Sociedade Hans Staden, 1942, 19-24, e J. Sablin, *A Dictionary of Books relating to America*, New York, 1932-33, vol. XXIII, 114 e seguintes. Sobre o impressor e ilustrador, cf. F. Somer, "Quem foi o impressor e quem foi o ilustrador da edição primitiva de Hans Staden", *RAMSP*, 88, 209.

(34) Sobre A. Löfgren, botânico sueco formado em Upsala e que chegou ao Brasil em 1874, cf. *RIC*, t. 25, 129, e t. 32, 191; Rodolfo Garcia, *História das Explorações Científicas*, in *DHGB*, t. 2, 209; e Alfredo de Carvalho, *Biblioteca Exótico-brasileira*, Rio de Janeiro, Pongetti, 1930, t. 3, 242-243.

CAPÍTULO II

A CONQUISTA DA COSTA LESTE-OESTE

1. Padre Luís Figueira. 2. Martim Soares Moreno. 3. Diogo de Campos Moreno. 4. Manuel de Sousa de Sá e Alexandre de Moura. 5. Pero Rodrigues. 6. Manuel Gomes.

1. Padre Luís Figueira

Antes de iniciar-se a Jornada do Maranhão, processa-se a conquista de Sergipe e Paraíba, por expedições partidas da Bahia, e a do Rio Grande do Norte, por expedição organizada de Pernambuco. Sobre esta última conquista, a primeira "Relação das Cousas do Rio Grande, do sítio e disposição de terra" foi escrita em 1607 e atribuída ao Padre Gaspar de Samperes, por Serafim Leite, que a publicou ⁽¹⁾.

Gaspar de Samperes (1551-1635), nascido em Valência, entrou para a Companhia em 1587 e serviu no Brasil até ser desterrado pelos holandeses, falecendo em Cartagena (Colômbia). O padre revela toda sua simpatia pelo Rio Grande, que parecia capitania melhor que a da Paraíba. "Porque as várzeas todas servem para engenhos, os campos todos para criação de gado e neste particular por comum parecer de todos é a melhor terra do Brasil, porque não tem passo de terra que não aproveite para isso, com excelentes águas; não faltam tampouco muitos matos para fazer roçarias, tem os ares muito sãos, e, com estar tão perto da linha, não é muito quente. Tinha esta capitania quando os da Companhia entraram nela 164 aldeias, mas como este gentio do Brasil facilmente se some entre os portugueses, agora terá como seis mil almas..."

O avanço para o Norte continua e o primeiro ponto a se reduzir ao domínio português é o Ceará. Samperes é quem mais tarde vai buscar Luís Figueira, já na costa, depois do desastre de Ibiapaba, conforme conta o próprio Figueira. Pero Coelho em 1603-1604 atingiu o Camocim, penetrou no sertão e se dirigia ao Parnaíba projetando seguir ao Maranhão quando se viu obrigado a retroceder, malogrando sua tentativa, apesar dos auxílios que voltou a buscar. Foi uma empresa árdua e difícil, registrada nos documentos e relatada pelos cronistas, como Frei Vicente.

O mais antigo documento e a mais importante crônica sobre a primitiva história da expansão portuguesa para o Norte e a conquista do Maranhão é a "Relação do Maranhão", escrita pelo padre jesuíta Luís Figueira.

(1) *HCJB*, 1, 557-559 (texto) e 1X, 112 (biografia).

Nascido em Almodóvar, em 1574 ou 75, alistou-se na Companhia de Jesus aos 22 de janeiro de 1592. Em 1602 passou ao Brasil, com o Padre Francisco Pinto, destinado a anunciar o Evangelho aos tapuias, no Maranhão. Durante vinte anos missionou no sertão, voltando depois a Portugal. Aos 30 de abril de 1643, acompanhado de 15 religiosos, retornou ao Brasil, chegando ao Maranhão, então dominado pelos holandeses, a 15 de junho. Dirigiu-se para o Amazonas, onde naufragou, sendo morto pelos índios na ilha de Marajó a 3 de julho de 1643 (2).

A “Relação do Maranhão”, datada de 26 de março de 1608 (3), foi dirigida ao Geral Padre Cláudio Aquaviva, e relata a missão que de ordem de Fernão Cardim, então Provincial, os padres Francisco Pinto e Luís Figueira ali realizaram, “com intenção de pregar o Evangelho àquela desamparada gentildade e fazer com que se lançasse da parte dos portugueses, deitando de si os franceses corsários que lá residem, para que indo os portugueses, como determinado, os não avexassem nem cativassem” (4). A propaganda da fé estava, assim, ligada à propaganda política, que prepararia o terreno para a conquista portuguesa. Para que não houvesse suspeita de engano, não levaram com eles portugueses, partindo sozinhos por mar com 60 índios. Depois de descrever o Ceará, que atravessou do Jaguaribe à serra da Ibiapaba e daí, na volta, até um porto que não nomeia, mas abaixo do rio Ceará, descreve a fertilidade de suas terras, os seus animais, o sertão, expõe os trabalhos e esforços com que ele e o padre Francisco Pinto diligenciaram a conversão indígena ao cristianismo e ao domínio português. As informações sobre os costumes dos indígenas são muito ricas. A empresa era temerária e Francisco Pinto (5) foi martirizado pelos índios, conseguindo Luís Figueira pôr-se a salvo (6).

A *Relação* foi pela primeira vez publicada pelo Barão de Studart segundo uma cópia que lhe foi enviada de Limburgo holandês pelo Padre Van Meurs (7), precedida de uma introdução do editor em que se encontram valiosas informações históricas, biográficas e bibliográficas, que estão a revelar seus enormes conhecimentos das fontes da história do Ceará (8). Nessa publicação ocorre, a seguir, ainda, uma carta

(2) Barbosa Machado, *BL*, t. 3.º, 94, e Barão de Studart, “Francisco Pinto e Luís Figueira. O mais antigo documento existente para a história do Ceará”, *RIC*, t. 17, 51-96. O Barão de Studart publicou vários documentos sobre o padre Luís Figueira quando era superior da Casa do Maranhão, depois de expulsos os franceses. Esses documentos dizem respeito às suas atividades em 1638-39 e foram publicados, entre outros, sob o título de “Documentos para a história do Brasil, especialmente do Ceará” (Coleção Studart), *RIC*, t. 14, 215-399, vide os documentos 27-34. Sua vida e bibliografia in Serafim Leite, Luís Figueira, Agência Geral das Colônias, Lisboa, 1940, *HCJB*, t. VIII, 234-240.

(3) A *Relação* inclui fatos posteriores a agosto de 1608, donde conclui o padre Serafim Leite que “ou não é exato o mês de março ou não é certo o ano de 1608”. No texto se observa que Luís Figueira deixou uma aldeia no rio Ceará a 19 de agosto de 1608.

(4) *RIC*, t. 14, 97.

(5) Sobre Francisco Pinto, vide Serafim Leite, *HCJB*, *ob. cit.* IX, 56-57, a Carta Anua de Gaspar Alvares, *ibid.* VIII, 11 e Paulino Nogueira Borges da Fonseca, “O Padre Francisco Pinto ou a primeira catequese de índios no Ceará”, *RIC*, vol. XVIII, 5-49.

(6) Vide resumo descritivo da viagem in Serafim Leite, *HCJB*, II, 4-12.

(7) *RIC*, t. 17, 97-138 e *DHBC*, 1608-1625. Fortaleza, 1904 I, 1-42. Na *Relação Annual das Cousas que fizeram os padres da Companhia de Jesus...*, do Pe. Fernão Guerreiro (Lisboa, Pedro Craesboock, 1609), faz-se um resumo da missão dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira. O trecho em questão foi transcrito pelo Barão de Studart na *RIC*, t. 16, 249-254, sob o título “Da missão que fizeram o padre Francisco Pinto e o padre Luís Figueira ao rio do Maranhão”. Também a transcreveram Rafael Gallanti, *História do Brasil*, 2.ª ed., São Paulo, 1911, I, 436, 63, e Serafim Leite (Luís Figueira, *HCJB*, 107-152), que dá a melhor edição.

(8) *RIC*, t. 17, 51-96.

do Padre Luís Figueira escrita aos 26 de agosto de 1609, da Bahia, onde ele fala das dificuldades da missão do Maranhão dizendo ser então impossível efetua-la por diversas razões, as quais menciona⁽⁹⁾.

O Padre Luís Figueira é também autor de um *Memorial sobre as terras e gente do Maranhão, Grão-Pará e Rio Amazonas* ⁽¹⁰⁾. Trata-se de um valioso e importante documento sobre o Maranhão. Contém excelentes dados para a história religiosa, econômica e social. A princípio, e como todos os cronistas de sua época, Luís Figueira louva as grandezas do Maranhão, dizendo que “as terras são mui férteis e se podem fazer infinitos engenhos de açúcar porque se dão nelas mui formosas canas e a experiência tem mostrado que as canas do Maranhão rendem dobrado que as do Brasil”. Diz, porém, que faltam homens de posse que façam fazendas, mas que existem quatro engenhos e muitos principiaados, e que far-se-ão muitos mais se S. Majestade fizesse mercê aos homens que lá quisessem fazer engenhos, como se fez a Antônio Barreiros. Fala das larguezas da terra e do inumerável gentio desamparado em extrema necessidade espiritual, pedindo que o Maranhão seja provido de um prelado bispo e que se enviem mulheres portuguesas para o Grão-Pará, onde deve haver duzentos soldados sem mulheres. Pede 200 padres jesuitas e que o administrador fosse o Superior da Ordem, com poderes episcopais iguais aos dos Administradores do Rio de Janeiro.

Esse Memorial foi reimpresso pelo Barão de Studart numa transcrição entre vários pareceres, inclusive do Conselho de Estado, datados de 10 de agosto de 1637, sob o título geral de “Sobre um memorial que fez Luís Figueira religioso da Companhia de Jesus sobre as cousas tocantes à conquista do Maranhão” ⁽¹¹⁾. Num desses pareceres se diz que os jesuítas eram os únicos bons missionários, pois os padres de Santo Antônio e Carmo não acudiam às suas obrigações ou não se saíam bem porque o êxito “depende de uma mecânica que só se acha nos Padres da Companhia de Jesus” ⁽¹²⁾.

O Padre Luís Figueira escreveu também uma *Relação de vários sucesos acontecidos no Maranhão e Gram Pará assim de paz como de guerra, contra o rebelde Olandes Ingreses & Franceses & outras nações* ⁽¹³⁾. Nesta pequena crônica descreve os esforços dos soldados portugueses que arrancavam do solo brasileiro os “hereges franceses, holandeses e ingleses”; conta os sucessos do governo de Francisco Coelho de Carvalho e a chegada de Manuel de Sousa de Sá em 1626, as lutas no Pará contra os holandeses

(9) A carta ocorre da p. 138 à 140. Seguem-se vários excertos de diferentes autores, que se referem à vinda dos padres jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira ao Ceará, pp. 141-175.

(10) Lisboa, por Mathias Rodrigues, em 1637.

(11) *RIC*, t. 20, 324-338; reproduzido, com introdução por Rodolfo Garcia, “*Memorial de Luís Figueira*”, *RIHGB*, t. 94, 423-442; Serafim Leite (*Luís Figueira, ob. cit.*, 207-11) dá a melhor edição.

(12) *RIC*, t. 20, 332. Por essas opiniões exclusivistas e por aticar os índios e colonos contra os frades, Luís Figueira é muito criticado por Frei Cristóvão de Lisboa. Vide carta de 2 de outubro de 1620, *ABN*, vol. 26, 397.

(13) Lisboa, Mathias Rodrigues, 1631, sem nome do autor, foi publicado, com incorreções, nos *ABPP*, I, (1902), 15-25 e nos *DHBC*, Fortaleza, 1909, II, 243-253; Serafim Leite (*Luís Figueira, Agência Geral das Colônias, Lisboa, 1940; 167-177*) publicou edição corrigida.

que exploravam o tabaco, a ação de Pedro Teixeira e reafirma sua fé em Deus, que favorece estas conquistas, solicitando apoio de S. Majestade para evitar o comércio de tabaco dos estrangeiros e domesticar os índios; lembra que no Rio Grande e na Paraíba só as aldeias que possuíam assistência religiosa não se inquietaram e não se passaram para os holandeses. Os inconvenientes trabalhos que sofriam os religiosos para o universal bem espiritual e da fazenda real não eram devidamente considerados pelos senhores dos Conselhos, diz ele. Descreve a atualidade dos sucessos e processos da conversão do Maranhão ao mundo ibérico, numa fase crítica das lutas entre forças francesas e holandesas contra as portuguesas e espanholas.

2. Martim Soares Moreno

Martim Soares Moreno, nascido em 1586, prossegue a jornada de reconhecimento e conquista. Fora companheiro de Pero Coelho pisando pela primeira vez a terra cearense aos 17 ou 18 anos e em 1611, com 25 anos, voltara a mando de D. Diogo de Menezes, como capitão do Ceará, iniciando o domínio português. Em 1613 serviu a Jerônimo de Albuquerque, reconhecendo a costa e verificando quais as posições ocupadas pelos franceses. Na volta da viagem, escapando dos franceses, foi arrastado pelos ventos e correntezas à Ilha de São Domingos e chegou em 1614 a Sevilha. Em 1615 voltou de Lisboa acompanhado de Diogo de Campos Moreno, seu tio, que fora a Portugal, de acordo com as tréguas assinadas entre franceses e portugueses no Maranhão, e de Bento Maciel Parente. Retorna à luta neste mesmo ano contra os franceses.

Alexandre de Moura, que impusera o domínio português no Maranhão, tomando posse do forte de São Luís lhe dá, em 1616, o regimento de capitão das terras do Cumá e Caeté. Pouco ficou nessas terras e saindo da barra do Cumá foi novamente arrastado a São Domingos, donde partiu comandando um dos navios que iam à Espanha. Atraído pelos franceses foi aprisionado e conduzido a Dieppe, depois de sangrenta luta, onde morreram 19 dos 21 homens que conduzia, recebendo 23 ferimentos e perdendo uma das mãos. Libertado, veio para Portugal e daí voltou com a mercê da capitania do Ceará, por dez anos, desde 1619. Seu governo estendeu-se até 1631, tendo em 1624 e 25 derrotado corsários holandeses. De 1631, quando veio socorrer Pernambuco, tão poderosamente atacado, até 1648, quando lhe deram um substituto, combateu os holandeses, como “um dos campeões da restauração” daquela capitania, como mestre de campo das forças militares. Ou porque as fadigas da guerra o trouxessem alquebrado ou porque repugnasse ao seu caráter de soldado a hipocrisia das autoridades superiores, que estavam a fomentar e a atizar a reação pernambucana e, ao mesmo tempo, a renegá-la perante o inimigo diante das Cortes Europeias, o fato é que Martim Soares Moreno, que se gabava de ter degolado mais de 200 vidas francesas e holandesas, abandonou o campo de ação antes de finalizar a luta, escreveu o Barão de Studart.

“E assim desapareceu da cena uma das figuras de guerreiro mais heróicas da História brasileira”, como disse Rodolfo Garcia.

Mas esse homem tão bravo nas lutas contra os estrangeiros soube compreender e realizar cabalmente as idéias de D. Diogo de Menezes, de que a conquista da terra e do gentio “não se devia fazer pelas armas, mas por invenção e manha; o gentio se defendia fugindo de nós, fazendo que a falta das cousas nos desbaratasse; fosse moderada a força para não espantá-lo”. Ele soube sempre conservar a amizade indígena, aprendeu a língua, adaptou-se a seus costumes e hábitos. Por tudo isso cresce de valor a *Relação do Ceará*, escrita por volta de 1618, quando relatava ao Rei seus serviços.

Martim Soares não se ufana da terra, onde “tudo são areais desertos”, mas reconhece que ela “tem muito sal de salinas que a natureza cria, muita abundância de ostras, muitos mariscos, tem muita caça, como é veados, toda a costa muito peixe, a melhor madeira, o melhor pau de tinta amarela e muitas frutas, as melhores do Brasil”. Descreve as aldeias indígenas, as 22 nações tapuias de diferentes línguas e propõe as medidas necessárias ao bem e à conservação da colônia. É pena que a *Relação* de Martim Soares seja anterior ao seu governo estável de 1619 a 1631, quando, melhor conhecedor da terra, da gente e do desenvolvimento de sua obra, poderia ter-nos deixado uma descrição mais exata e completa ⁽¹⁴⁾.

3. Diogo de Campos Moreno

Diogo de Campos Moreno era natural de Tanger, possessão portuguesa, cedida à Inglaterra pelo Tratado de 1661, e nasceu provavelmente em 1566, pois em 1603 declarava ter 37 anos ⁽¹⁵⁾. Militou nas guerras de Espanha contra os Países Baixos e veio para o Brasil, chegando a Pernambuco em 1602. Logo depois do ataque de Paulo van Caarden à Bahia, de 20 de julho a 28 de agosto de 1604, foi incumbido de tratar em Espanha da defesa da Bahia, da fortificação de Pernambuco e da conquista da costa leste-oeste (Maranhão). Partiu nesse mesmo ano e voltou em 1606 com ordem para as fortificações, mas sem que lhe deferissem as propostas do Maranhão. Em 1611 foi ao Rio Grande para informar sobre o que convinha à jornada e em 1612, em Madrid, recebia ordem de el-rei de embarcar para Lisboa. Em 1613 recebeu novas ordens e seguiu para o Recife, onde chegou a 26 de maio de 1614, no governo de Gaspar de Sousa. Obrigado a lutar na campanha, o que procurava evitar por motivo

(14) A “*Relação do Ceará*” foi primeiramente publicada pelo Barão de Studart, no volume *Tricentenário do Ceará, Martim Soares Moreno. Documentos para a sua História*. Fortaleza, 1903, XIV-XXI, e reimpresso pelo mesmo autor in *Documentos para a História do Brasil e especialmente do Ceará*, 1608-1625, Fortaleza, 1904, 133-140. Os principais documentos sobre Martim Soares encontram-se nestes dois volumes e nos *Documentos para a biografia do Fundador do Ceará*, Fortaleza, 1895. Vide também a *História Geral* de Varnhagen, 3.ª ed., vols. II e III, e as notas de Rodolfo Garcia, especialmente, II, 205-208; a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, que o conheceu pessoalmente, e os prolegômenos de Capistrano de Abreu a essa edição, pp. 262-263. Escreveu-lhe a biografia baseado nestas fontes, que também seguimos, Afrânio Peixoto, *Martim Soares Moreno*, Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1940.

(15) “Correspondência de Diogo Botelho, Governador do Estado do Brasil, 1602-1608”, *RIHGB*, t. 73, 1.ª parte, 90.

de divergência com Jerônimo de Albuquerque, nomeado chefe, Diogo de Campos Moreno escreveu a crônica da "Jornada do Maranhão" de janeiro a março de 1615, durante a viagem empreendida do Maranhão a Lisboa, a fim de levar à Espanha a notícia da trégua dos franceses no Maranhão.

O relato do soldado e escritor é minucioso nas particularidades das providências governamentais, nos detalhes das dificuldades da luta, dos recursos econômicos e militares. As divergências entre os chefes, as acomodações com os índios, as sugestões de comando, a carestia da terra agreste, as críticas a Jerônimo de Albuquerque, as apostas sobre vitória e auxílio indígena, suas profecias, avisos, altercações e despeitos, os documentos oficiais franceses e portugueses dos primeiros e últimos contactos, as relações de índios e franceses, se reúnem numa narrativa viva, humana e real que, apesar de todas as ridicularias das divergências entre Campos Moreno e Jerônimo de Albuquerque, tornam esta relação um dos mais importantes documentos sobre a definitiva conquista do Maranhão e a expulsão dos franceses.

Bernardo Pereira de Berredo ⁽¹⁶⁾ e Southey ⁽¹⁷⁾ seguiram essa história da conquista do Maranhão dirigida por Jerônimo de Albuquerque sem reparar nos exageros ou ressentimentos com que Diogo de Campos Moreno procurou diminuir a glória de Albuquerque. Campos Moreno revelou, na verdade, certa inveja em relação a Jerônimo de Albuquerque, seu chefe na conquista, pois se julgava superior a este, não só por ter participado de campanhas famosas como pelo conhecimento do castelhano e do francês, o que lhe dava um certo ar de superioridade impaciente. Apesar da importância incontestável da *Jornada* de Campos Moreno, ela arranha em muitos passos a verdade histórica e por isso deve ser lida com certa precaução e comparada com os testemunhos de Manuel de Sousa e Frei Vicente, como queria Capistrano de Abreu ⁽¹⁸⁾.

A *Jornada do Maranhão* primeiro publicada em Lisboa, em 1812 ⁽¹⁹⁾, foi reproduzida por Cândido Mendes de Almeida, em 1874 ⁽²⁰⁾, e pelo Barão de Studart, em 1907 ⁽²¹⁾. Em todas essas edições o texto aparece bastante viciado, conforme notou Capistrano de Abreu ⁽²²⁾.

Atribui-se a Diogo de Campos Moreno a autoria da *Razão do Estado do Brasil*, obra que será examinada mais adiante.

Diogo de Campos Moreno, principal co-autor da suspensão das hostilidades, partiu em janeiro de 1615 para a Espanha, para consulta às Cortes respectivas. Em junho desse ano voltava com Martim Soares More-

(16) *Annaes Historicos do Estado do Maranhão*, Lisboa, 1749, 2.^a ed., Maranhão, 1849, 3.^a ed., Florença, 1905.

(17) *History of Brazil*, London, 1810-13, 3 vols. trad. port., Rio de Janeiro, 1862, 6 vols.

(18) "Prolegômenos" ao livro V da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, *ob. cit.*, 431.

(19) Na *CNHGNU*, t. 1, n.º 4, 113.

(20) Nas *Memórias para o extinto Estado do Maranhão*, Rio de Janeiro, Tipografia do Comércio, de Brito e Braga, 1874, 2.º t., 159-265.

(21) *RIC*, t. 21, 209-330.

(22) "Prolegômenos" ao livro V da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, 3.^a ed., São Paulo, 1918, 431.

no e Bento Maciel, obedecendo aos pareceres do Conselho de Estado de Espanha, que decidira não castigá-lo, mas prender o francês Mathieu Maillar, que o acompanhara. Moreno faleceu durante o Governo de D. Luís de Sousa (1617-1621), sem passar de sargento-mor.

4. Manuel de Sousa de Sá e Alexandre de Moura

A história da conquista da costa leste e da expulsão dos franceses conta com variada bibliografia, muito bem estudada pelos Barões de Studart e Rio Branco e por Capistrano de Abreu⁽²³⁾. Entre as principais descrições contemporâneas sobre o Maranhão merecem maior destaque o “Relatório” de Alexandre de Moura⁽²⁴⁾, o chefe que pôs fim ao domínio francês no Maranhão, e a “Breve Relación de la Jornada de la Conquista de Marañon”⁽²⁵⁾ de Manuel de Sousa de Sá ou d’Eça, como aparece algumas vezes⁽²⁶⁾. A versão dos acontecimentos feita por este último é mais concisa e sem as parcialidades da de Diogo de Campos Moreno. Ela coíbe, como disse Capistrano, os excessos do sargento-mor.

Manuel de Sousa de Sá, natural das Ilhas e provedor dos defuntos e ausentes em Pernambuco, foi à jornada do Maranhão aos 27 de maio de 1614 e chegou ao porto de Macaripe, presídio do Ceará, a 9 de junho. Aí ficou como capitão, repelindo ataques franceses, e retirou-se quando chegou a força comandada por Campos Moreno. Descreve Sousa de Sá a partida para o Maranhão, a luta de Guaxinduba e a assinatura das tréguas, contra a qual “dixo em publico, que todos le fuesen testigos de lo que el capitan mayor le dezia, y que si firmaba el auto era por redimir su vexacion, y no se descomponer con su general, de lo qual sacó certificacion del escrivano publico que presente estava, por quanto el dicho Capitan siempre fue contra el hazerse las pazes, por entender eran en deservicio de su Magestad”⁽²⁷⁾.

Partiu para Pernambuco a dar notícia dos sucessos ao governador, mas foi ter a Porto Rico e daí seguiu para a Espanha, de onde voltou com novas ordens de el-rei, determinando que se despejassem os franceses da terra, de acordo, aliás, com sua opinião tão veementemente manifestada. De seu retorno na nova frota que, sob a direção de Alexandre de Moura, expulsou os franceses, nada diz sua Relação, que termina com sua chegada a Madrid. De lá voltou com Diogo de Campos Moreno e acompanhou Alexandre de Moura na definitiva expulsão; retornou ao reino, foi provido

(23) Studart divulgou peças fundamentais nos 4 volumes do *DHBC*, Fortaleza, 1904-1921. Rio Branco cedeu a documentação que reunira na sua pesquisa sobre a questão de limites com a Guiana Francesa à Biblioteca Nacional, que a publicou no vol. 26 (1904) dos *ABN*, editado em 1905. Capistrano de Abreu fez lúcida crítica historiográfica de toda a documentação nos *Prolegômenos* ao livro V da *História do Brasil* de Frel Vicente do Salvador, Rio de Janeiro, 1918, 3.ª ed., 428-463.

(24) Relatório de Alexandre de Moura, *ABN*, vol. 26, 193-203.

(25) *ABN*, *ob. cit.*, 281-287; *DHBC*, I, 184-191.

(26) Capistrano de Abreu, “*Prolegômenos*”, *ob. cit.*, 459.

(27) *ABN*, vol. 26, 286. O documento, escrito em português, foi traduzido em castelhano por Thomas Gracian Dantesco, a mandado do Rei, e o original encontra-se no Arquivo Geral das Índias, Patronato 2.5.1/27.

no cargo de provedor da fazenda real e mais tarde, a 6 de outubro de 1626, nomeado para o governo do Pará; aí permaneceu até 1629, quando foi preso por Francisco Coelho de Carvalho. Morreu no cárcere. Sua “Breve Relación” é considerada por Capistrano de Abreu como um jorro de luz. Escreveu ainda um “Memorial” sobre medidas necessárias ao bom desempenho do governo ⁽²⁸⁾.

O magnífico Relatório de Alexandre de Moura conta oficialmente a empresa de destruição final dos franceses ⁽²⁹⁾. Parte a 5 de outubro de 1615 numa armada de mais de 600 soldados em nove caravelas e a 17 de outubro entra na barra, determinado a pôr fim às conversas com os franceses e aos tratos com que estes entretinham tempo na esperança de socorro. Revela sua disposição, a imposição da ordem hispânica à região, enumera o que achou nos fortes, elege capitão a “Martim Soares Moreno, homem grande língua e muito experimentado em seus tratos e o primeiro que descobriu o Maranhão pela banda de Leste”. Decidiu enviar uma força que conquistasse o Pará e Amazonas, pela facilidade que tinha de gente e “por me dizer o Ravardièrre e todos os franceses que tudo o que havia de bom no Maranhão estava naquelas partes”.

Francisco Caldeira de Castello Branco foi nomeado capitão da Jornada que partiu a 25 de dezembro de 1615, fundando Feliz Lusitânia, logo Belém, a 11 de janeiro do ano seguinte. Solicita do rei que mande povoar a grande província do Maranhão e descobrir os segredos que dizem encerrar; desta e de outra sugestão, de que “seja cada hum deles governo per si”, pelas distâncias que separam Brasil do Maranhão, mais próximo do Reino, originou-se a decisão de estabelecer, em 1621, o governo do Estado do Maranhão, separado do Estado do Brasil. “São terras que V. M. deve mandar povoar e aproveitar para assim tirar ao Demônio tantas almas que ali possui” ⁽³⁰⁾.

5. Pero Rodrigues

Mestre de artes e pregador, esteve o Jesuíta Pero Rodrigues em Angola como visitador e, vindo ao Brasil, tornou-se Provincial (1594-1603). Faleceu em Pernambuco aos 86 anos, como confessor. Escreveu cartas, ânuas e a “Vida de José de Anchieta”, em 1607 ⁽³¹⁾. De interesse para a historiografia deste século é a “Informação do Rio Maranhão e do Grande Rio Pará” ⁽³²⁾, escrita a 8 de fevereiro de 1618, do Colégio da Bahia e na qual sumaria as tentativas de descoberta e a posse do Maranhão e do Pará, até

(28) Capistrano de Abreu, “Prolegômenos”, *ob. cit.*, 459-460. O Memorial está transcrito in *ABN*, vol. 26, 345-348.

(29) “Relatório” *loc. cit.*, 200. No vol. 26 dos *ABN* e no vol. 1, dos *DHBC*, encontram-se vários documentos sobre Alexandre de Moura.

(30) Todas as referências são da edição dos *ABN*, *ob. cit.*, 197, 200, 201, 202. O principal exame do “Relatório” e das atividades de Alexandre de Moura e de Capistrano de Abreu, “Prolegômenos” a Frei Vicente, ed. 1931, 432, 438-439.

(31) Bibliografia in Serafim Leite, *HCJB*, IX, 91-98, e como Provincial, II, 496-498; a “Vida” foi publicada in *ABN*, XXIX, 183-286.

(32) Publicado por Serafim Leite, *HCJB*, III, 425-426.

a fundação da fortaleza por Francisco Caldeira de Castelo Branco. Numa de suas cartas narra uma entrada ao sertão pelo Rio Doce ⁽³³⁾.

6. Manuel Gomes

Dominado o Maranhão pelos portugueses, a primeira relação das atividades jesuíticas é escrita pelo Padre jesuíta Manuel Gomes (1570-1648) ⁽³⁴⁾. Alexandre de Moura levava em sua armada os padres Gomes e Diogo Nunes, que cuidaram de estabelecer a primeira Missão dos Jesuítas. A 2 de julho de 1621, em forma de carta, resume seus trabalhos desde a partida de Pernambuco, a 5 de outubro de 1615, seus dois anos e meio no Maranhão, até sua chegada a Lisboa. “Pedi-me V. R. desse alguma relação de nossa missão”, começa o Padre Gomes, que descreve o Maranhão, o Grão-Pará, a obra de Francisco Pinto, as proezas de Alexandre de Moura, os exercícios da catequese, os costumes indígenas, as maldades do cativo, tantas que os índios “creriam ser verdade o que lhes dizem os estrangeiros, que el Rei de Espanha e o Papa eram os dois piores homens do mundo que mandavam a seus soldados e capitães cometer tantas injustiças, pois só no rio Pará cativaram e mataram mais de trinta mil almas injustamente e depois de terem assentado pases”.

Acusa S. Majestade e seus conselheiros, “em despovoarem os cárceres de homens facinorosos e mandá-los para aquelas partes, porque se em Portugal não podiam com eles nem as Justiças os podiam fazer bons, que fará aonde não há quem os castigue, e os que tem o mando com o ruim exemplo os movem a ser piores”. Defende os índios, condena os insultos e ofensas dos soldados portugueses, pleiteia a guarda das leis proveitosas passadas por Filipe III e mostra as dificuldades de adaptação dos primeiros portugueses ao meio, em geral, e à alimentação. Obrigado a comparecer à Congregação Provincial a realizar-se na Bahia, Padre Gomes embarca para este Estado, acaba aportando em Santo Domingo, e parte para a Espanha aos 10 de março de 1620. Aí assina, a 2 de julho, a Carta-relação que não encerra sua obra pela gentilidade, cuja língua conhecia, pois retorna ao Brasil, falecendo no Rio.

(33) Carta ao Pe. Assistente João Alvares, Bahia, 15 ou 13 de junho de 1597, in Serafim Leite, *HCJB*, IX, 92.

(34) Biobibliografia in Serafim Leite, *HCJB*, VIII, 270-271. Sobre sua atividade, vide *ob. cit.*, III, 99-104. Vide também a certidão de seus serviços passada de Setúbal a 20 de outubro de 1620 por Alexandre de Moura, *idem*, 101-102. A carta foi publicada por Studart, *DHBC*, I, 273-288.

CAPÍTULO III

A DESCOBERTA DO AMAZONAS

1. A *Relação* de Gaspar de Carvajal. 2. A *Relação* de André Pereira (Temudo). 3. As *Relações* sobre a Viagem de Pedro Teixeira. 4. A *Relation* de Blaise François Pagan. 5. *Diário* de Samuel Fritz. 6. O Amazonas e os franceses.

1. A Relação de Gaspar de Carvajal

Para as bandas do Norte operava-se, nos meados do século dezesseis, a descoberta do Rio Amazonas que, pelo Tratado de Tordesilhas, pertencia quase todo à Espanha. Iniciou-se em fevereiro de 1541, em Quito, a expedição que pela primeira vez desceu o Amazonas até sua desembocadura. Composta de 320 soldados e 4 mil índios, fora imaginada e organizada por Gonzalo Pizarro, ansioso pelo comércio de canelas. Francisco de Orellana, entusiasmado, ofereceu-lhe seus serviços e sua fazenda ⁽¹⁾.

Tendo chegado a Quito depois da partida da expedição, Orellana encontrou-se com Pizarro no vale do Zumaco, provavelmente no fim do mês de março, não se sabendo ao certo o dia. Viajaram incertos e desorientados durante dez meses, até que nos fins de dezembro de 1541 Orellana separou-se do corpo expedicionário de Pizarro e iniciou sua marcha vitoriosa, ponto culminante de sua vida e origem de sua glória, nas palavras de Toribio Medina ⁽²⁾.

Penetrando no Amazonas a 12 de fevereiro de 1542, Orellana e os que o acompanhavam chegaram à desembocadura do Rio em 24 de agosto. É o relato do ocorrido entre dezembro de 1541 e 11 de setembro de 1542, quando chegaram a Nova Cádiz, na Ilha de Cubagua, que constitui o tema da *Relación* de Frei Gaspar de Carvajal (1504-1584), dominicano que acompanhou Orellana e relata, como testemunha de vista, os sucessos da viagem.

A *Relación* de Carvajal, “escrita sem arte”, é o reflexo fiel de suas próprias impressões e do que presenciou, e o único documento que até agora se conhece daquele admirável sucesso” ⁽³⁾. Consciente de que se tratava de

(1) *El descubrimiento del Rio de las Amazonas según la Relación hasta ahora inédita de Fr. Gaspar de Carvajal*. Editado por José Toribio Medina, Sevilla, 1894, LXIV-LXV.

(2) *Id.*, *id.*, LXXXI.

(3) *Id.*, *id.*, XXIX.

uma viagem de descoberta, Carvajal foi anotando as peripécias do caminho e navegação, para informar a verdade da arriscada peregrinação.

A *Relación* foi primeiramente editada pelo cronista Gonzalo Fernandes Oviedo, na sua *Historia General de las Indias* (4). A 2.^a edição, preparada pelo erudito historiador e bibliógrafo chileno José Toribio Medina, em 1894, segundo uma cópia manuscrita da época, pertencente ao Duque de T'Seclaes de Tilly, é acompanhada de valiosas notícias sobre o descobridor do Amazonas, sobre o cronista e os companheiros de expedição. É magnífico trabalho de erudição, que esclarece as mais minuciosas questões da viagem. Toribio Medina reproduz também toda a documentação encontrada nos Arquivos Espanhóis, inclusive a Carta de Gonzalo Pizarro denunciando Orellana e as peças justificativas deste último (5). É também recomendável a edição de Clements R. Markham, *Expeditions into the Valley of Amazons, 1539, 1540, 1639* (6), contendo a expedição de Pizarro e Orellana.

2. A Relação de André Pereira (Temudo)

Assegurada a posse do Maranhão e posto fora o inimigo, mandou Alexandre de Moura que Francisco Caldeira de Castello Branco fosse, com 150 homens, fundar outra capitania, a do Pará. O Capitão André Pereira (Temudo) foi o cronista desta jornada e o autor da "Relaçam do que ha no grande Rio das Amazonas novamente descoberto" (7). Descreve o rio, a fertilidade de suas terras em madeiras, refere-se à existência de franceses, ingleses e holandeses, e às mercadorias de troca destes últimos com os indígenas. André Pereira, alentejano, foi mandado de volta a avisar a S. Magestade e em Madrid fez esta Relação solicitando socorro. Voltou em 1617 e no ano seguinte foi a Pernambuco levar ao governador geral a notícia da deposição de Francisco Caldeira. Voltou ao Pará em companhia de Jerônimo Fragoso de Albuquerque, que ia tomar posse do governo e conduzir preso para Lisboa Caldeira e os sediciosos de 1618. Foi nomeado capitão-mor do Rio Grande do Norte em 1621 e depois passou a servir na guarnição de Olinda. Ali morreu quando do ataque dos holandeses em 1630 (8).

(4) Madri, Imprensa de la Real Academia de la Historia, 1851, t. IV, 541-574.

(5) *Descubrimiento del Rio de las Amazonas según la Relación hasta ahora inédita de Dr. Gaspar Carvajal con otros documentos referentes a Francisco de Orellana y sus compañeros etc.* Sevilha, Imprensa de E. Rasco, 1894. Esta edição foi reproduzida em Quito, Imprensa Municipal, 1953, com mais algumas notas de D. Julio Guillen.

(6) Londres, Hakluyt Society, 1859. Há edição mais acessível e igualmente recomendável, feita sob a direção de Jorge Hernandez Millares, México, Fondo de Cultura Economica, 1953. Biblioteca Americana.

(7) Foi Varnhagen o primeiro a conhecer o documento e segui-lo, segundo cópia que possuía da Biblioteca de Madri. Vide *História Geral*, II, 214; sobre o original, vide Julián Paz, *Catálogo de Manuscritos de América existentes en la Biblioteca Nacional*, Madri, 1933, n.º 1.074, pp. 476-477. A Relação foi primeiro publicada por Marcos Jimenez de la Espada, *Viaje del Capitán Pedro Teixeira aguas arriba del Rio de las Amazonas*, Madri, 1889, 115-119, reproduzido in *ABPP* (Pará, 1902), I, 5-8 e *ABN*, vol. 26, 255-259. Ernesto Cruz descobriu novo original, mais completo, que será editado brevemente no Pará.

(8) Manuel Barata, *A Jornada de Francisco Caldeira de Castello Branco*, Belém, 1916, 17-19.

3. As Relações sobre a Viagem de Pedro Teixeira

A Relación del General Pedro Teixeira del Rio de las Amazonas (9), dirigida ao presidente da Audiência de Quito, é uma simples descrição corográfica do rio, sem maiores pretensões, embora revelando entusiasmo pelas suas possibilidades futuras. “La fertilidad de este rio increhible porque tiene muchos pescados de diferentes suertes, muchas carnes del Monte, muchissima yuca e mas muchissimas frutas de castas diferentes...” (10)

Para Jaime Cortesão o documento é de excepcional valor, porque a expedição ordenada por Jácome Raimundo de Noronha teve caráter político e nacionalista, pois visava fixar os limites da soberania portuguesa no Amazonas, evitando a expansão dos espanhóis de Quito e também possibilitando um comércio vantajoso (11). Contra essa tese, extremamente conjectural, insurgiu-se Júlio César de Faria (12), negando o aspecto político de conspiração a bem da restauração de Portugal. De qualquer forma, o fato significativo que dá a esta viagem importância política é a fundação, por Pedro Teixeira, da povoação de Franciscana, limite do domínio português (13).

A decisão de Jácome Raimundo de Noronha foi tomada após a chegada de dois frades franciscanos: Domingos de Brieva e Andrés de Toledo, que repetiram a façanha de Orellana (14) e cuja relação é conhecida na historiografia espanhola, como a *Viaje de los legos Franciscanos* (15). Da viagem destes e de Pedro Teixeira, que contou com a experiência do Frei Domingos de Brieva, existem várias descrições, especialmente a mandada imprimir por Frei José Maldonado, natural de Quito, comissário Geral da Ordem Franciscana e filho do governador de Quijos, D. José de Villamor Maldonado, a anônima “Relación del Descubrimiento de Rio de las Amazonas y sus Dilatadas Provincias”, a de Frei Laureano de la Cruz e, finalmente, a mais conhecida de todas, a de Cristóbal de Acuña.

A primeira, peça de extrema raridade (16), protesta que a Companhia de Jesus queria alçar-se com as glórias alheias, ocultando injus-

(9) Manuscrito na Biblioteca da Ajuda, vide Carlos Alberto Ferrelra, *Inventário, ob. cit.*, n.º 830. O texto foi reproduzido por Jaime Cortesão, “O significado da expedição de Pedro Teixeira à luz de novos Documentos”, *Anais do IV Congresso de História Nacional* (1949), 3.º vol. (1950), Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 169-204. Esta não é a única descrição portuguesa. Existe no Arquivo da Casa de Cadaval uma informação prestada pelo sargento-mor Filipe de Matos Cotrim. Cf. Virgínia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva, *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*, Coimbra, 1956, n.º 80, 40-41.

(10) *Ob. cit.*, 103.

(11) Jaime Cortesão, artigo citado, 188 e 191. Vide também, do mesmo Autor, exposição mais ampla da tese in *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, Instituto Rio Branco, parte I, t. II, p. 135 e seguintes.

(12) *O significado da expedição de Pedro Teixeira à luz de novos documentos*, Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1949.

(13) Vide reprodução do documento in *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, parte III, Antecedentes do Tratado, t. II, 17-20.

(14) Vide Frei Laureano de la Cruz. *Nuevo Descubrimiento del Rio Marañon llamado de las Amazonas hecho por la Religión de S. Francisco*, Prato, 1878.

(15) Marcos Jimenez de la Espada; *Viaje del Capitán Pedro Teixeira aguas arriba del Rio de las Amazonas*, Madrid, 1889.

(16) *A Relación del descubrimiento del rio de las Amazonas, por outro nombre, del Marañon, hecho por la Religión de nuestro Padre San Francisco por medio de los Religiosos de la Provincia de San Francisco de Quito. Para informe de la Católica Magestad del Rey y Su Real Consejo de las Indias*. s. l., s. ano. (1641). Descritas por Marcos Jimenez de la Espada. *Viaje del Capitán Tei-*

tamente as proezas dos outros, enganando a S.M. e a seus reais conselheiros com falsos informes. Refere-se à relação de Cristobal de Acuña que exaltava, em detrimento dos franciscanos, os serviços dos jesuítas. A réplica jesuíta ao escrito de Maldonado aparece na "Relación Apologética, así del antiguo como del nuevo descubrimiento del rio de las Amazonas ó Marañon... escrita por D. Rodrigo de Barnuevo, provincial de Nuevo Reino" (17).

A segunda é anônima e Jimenez de la Espada, sem querer fazer atribuição, pensa que seu autor é o Padre Alonso de Rojas, da Companhia de Jesus. A relação "Descubrimiento del Rio Amazonas y sus Dilatadas Provincias", cuja publicação se deve ao erudito estudioso espanhol, é extremamente valiosa, pois descreve muito sumariamente a viagem, detendo-se no bosquejo de algumas povoações e cidades do Pará, seus costumes e hábitos dos indígenas (18).

A crônica de Frei Laureano de la Cruz (19) não se limita a descrever uma viagem: compreende a façanha dos "legos franciscanos" (1636-37), a jornada de Pedro Teixeira (1637-38), de ida e volta, várias entradas e missões de franciscanos junto aos índios, e sua viagem de 1647 a 1651, quando alcançou o Pará. Frei Laureano lastima que os franciscanos que tomaram parte na viagem de descida, e que com o Frei Domingos Brieva subiram o Amazonas, não tivessem participado mais efetivamente da viagem de volta de Pedro Teixeira. "Salen ultimamente de Quito el General Pedro Tejeira y toda su gente, menos algunos compañeros que se le quedaram. Salen los Padres de la Companhia de Jesus y otros Padres de nuestra Señora de la Merced, que a pedimento de los Portugueses fueran a fundar al Gran Pará; solo de la Religión de San Francisco, siendo la más interessada, no salen más que el Padre Fray Augustin de la Llagas, Capellán de la Armada" (20).

Na verdade Frei Laureano lamenta que não tenha sido incluído, o que testemunha Sánchez Alonso (21) ao escrever: "se duele de que no se les hubiese designado a los franciscanos para hacerlo en la expedición de Teixeira a que asistió Acuña. Fray Laureano escribe corretamente, pero com menos detalle que éste, siendo mui breve su relación". Frei Laureano participara da primeira expedição e não se aventurara com os demais a

xeira aguas arriba del Rio de las Amazonas, Madri, 1889, 16-17; reimpressa por B. Izaguirre, *Historia de las Misiones Franciscanas y Narración de los progresos de la geografia en el Oriente de Peru*. Lima, 1922, e na *Revista de Historia*, Lima, t. V. O original se conserva na Biblioteca da Universidade de Salamanca; cf. R. Vargas Ugarte, *Historia del Peru, Fuentes*, 2.ª ed., Lima, 1945, 182.

(17) Cf. Marcos Jimenez de la Espada, *ob. cit.*, nota 1 da p. 16-17; e Rubem Vargas Ugarte, *ob. cit.*, 186.

(18) *Ob. cit.*, 65-95. A obra de Jimenez de la Espada é indispensável como análise e exame geral dos principais "descritivos". Sobre a autoria, vide p. 53-55. Sobre o ofertante do manuscrito, D. Martín de Saavedra y Gusman, vide nota A, p. 97-101. Vargas Ugarte, *ob. cit.*, p. 185, segue a atribuição de Jimenez de la Espada.

(19) *Nuevo Descubrimiento del Rio de Marañon, llamado de las Amazonas hecho por la Religión de San Francisco*, Prato, 1878. O Manuscrito encontra-se na Biblioteca Nacional de Madri, e foi editado por Fr. Marcellino de Clvezza. Vide Julián Paz, *Catálogo de Manuscritos de América existentes en la Biblioteca Nacional*, Madri, 1933, n. 1202, p. 543. Reeditado por Jimenez de la Espada, *Boletín de la Sociedad Geográfica de Madrid*, 1900, e em separata, vide Vargas Ugarte, *ob. cit.*, 186. Esta viagem vem também exposta nos relatórios de Gedeon Morris de Jonge, registrado no capítulo sobre a historiografia regional dos holandeses no Brasil.

(20) *Ob. cit.*, 23.

(21) *Historia de la Historiografía*, II, 428.

partir com Frei Domingos de Brieva e Andrés de Toledo. Deixara-se ficar nas praias das ilhas dos Encabelados. Seu relato é de testemunha presente até este ponto e daí em diante deve ter contado com as descrições dos companheiros das jornadas, sendo que lhe coube prestar os serviços religiosos a Pedro Teixeira e seus aventureiros quando chegaram a Encabelados.

Ao se organizar a expedição de volta, o Vice-Rei de Lima determinou que duas pessoas de consideração acompanhassem a “armada portuguesa hasta el Gran Para y viesen con cuidado y consideración todo aquello de que lhe habia hecho relación, y que pasassen de ali a España y diesen cuenta de ello à su Real Magestad y Señores de su consejo”. Frei Laureano escreve logo em seguida que “supe también que el Reverendo Padre Provincial de la Compañia de Jesus habia ofrecido por una petición para tal Misión al Padre Cristoval de Acuña y al Padre Andrés de Artieda, personas de mucha cuenta en aquella provincia y muy grandes siervos de el Señor” (22).

A mais importante relação e a mais divulgada, traduzida e citada, é a do padre jesuíta Cristóbal de Acuña. Logo depois de chegados ao Pará, Acuña, Artieda e Brieva, obedecendo ordens, seguiram para Madrid a informar ao Rei. Brieva deu conta, por escrito e pela palavra, ajudado por D. José Maldonado, comissário geral, diz Frei Laureano de la Cruz, da navegação que ele por três vezes empreendera; regressou a Quito três anos depois e trouxe, com data de 18 de setembro de 1641, uma cédula real mandando que se fizesse a pacificação dos índios do Amazonas.

Os padres Acuña e Artieda, aquele irmão do General D. José de Acuña, corregedor de Quito, deram iguais satisfações a el-rei e seu conselho. A 20 de março de 1641, Acuña entregava ao conselho uma relação e mais tarde publicava o “Nuevo Descubrimiento del Gran rio de las Amazonas” (23).

Cristóbal de Acuña, nascido em Burgos, entrou para a Companhia em 1612. Designado para as missões do Chile e Peru, era, segundo informa Frei Laureano de la Cruz, homem de boa opinião quando foi escolhido pela Companhia para acompanhar a viagem de Pedro Teixeira. Deve ter sabido, na Corte, agitar a opinião, pois desde fevereiro de 1641, antes de publicar sua relação, já sua vida e suas notícias eram divulgadas pela imprensa (24). A obra inicia-se com um certificado de Pedro Teixeira, afirmando que Acuña o acompanhara e notara e advertira “todo lo necesario para dar entera y cumplida cuenta del descubrimiento, a que se deve dar entero crédito, mejor que a otro ninguno, de los que fueren en la dicha jornada”.

(22) *Ob. cit.*, 22-23.

(23) Madri, 1641, reimpressão moderna in *Colección de libros que tratan de America raros e curiosos*, Madri, 1891, 2 t.; trad. francesa, Paris, 1682; trad. inglesa in coleção *Voyages and Discoveries in South America*, Londres, 1698; outra ed. inglesa in coleção Hakluyt Society, *Expeditions into the Valley of the Amazons, 1539, 1540, 1630*, traduzido e editado por Clements R. Markham, 1859; reproduzido em espanhol por Cândido Mendes de Almeida, *Memórias, ob. cit.*, II, 57-151; tradução portuguesa RIHGB, 1865, 28, 1.ª parte, 163-265.

(24) Vide B. Sánchez Alonso, *Historia de la Historiografía*, II, 426 e Jimenez de la Espada, *Viaje del Capitán Pedro Teixeira, ob. cit.*, 50-51.

Acuña relata muito brevemente a expedição de Orellana, sem citar Pizarro, resenha tentativas sem êxito, as iniciativas de Bento Maciel, Francisco Coelho de Carvalho, os “*franciscanos legos*”, e finalmente a viagem de Pedro Teixeira, de ida e volta, do Pará a Quito, e de Quito ao Pará. Descreve o nascimento do rio, seu curso, suas ilhas, fertilidade e frutas, os pescados e modos indígenas de pescar, o clima, as drogas e riquezas, as gentes indígenas, as várias entradas para o rio, alguns outros rios afluentes, as lendas, especialmente a das Amazonas, em que acredita, e termina com o “memorial apresentado en el real Consejo de las Indias, sobre el dicho descubrimiento, después de la rebelión de Portugal”, na qual, além de enumerar os proveitos que a Coroa tiraria desta descoberta, pleiteava fossem proibidos o trato e as comunicações com os portugueses, a fim de evitar o comércio, prejudicial ao Peru.

Escrevendo depois de 1640, quando já se fizera a restauração de Portugal e o Nordeste Brasileiro continuava dominado pelos holandeses, Acuña revela sua antipatia pelos Portugueses, ao relembrar no 8.º parágrafo do Memorial que “si sucediese que los Portugueses que están en la boca deste rio (que todo se puede presumir de su poca Christianidad y menos lealtad) quisiesen ayudados de algunas naciones belicosas que tienen sugetas [indigenas], penetrar por él arriba hasta llegar a lo poblado del Peru, ó nuevo Reyno de Granada aunque es verdad que por algunas partes hallarán resistencia, por otras muchas la hubiera muy poca, por salir à pueblos mui faltos de gente, y en fin pisarán aquellas tierras vasallos desleales de Vuestra Magestad, que en Reynos tan distantes, pudiera solo este nombre de desleales, causar gravissimos daños” (25).

A seguir revela não só seu ódio aos portugueses, talvez disfarçado junto a Pedro Teixeira, ou não manifestado antes de 1640, como sua incompreensão ao imaginar portugueses unidos a holandeses ou ao propor a posse do Pará por Espanha, pois assim se evitaria a grande viagem das frotas desde Cartagena. “Pues si unidos con el Olandés como lo están muchos del Brasil, intentassen semejante atreuimento, ya se ve el cuydado que pudiera dar” (26). Seu intuito era pleitear a posse e colonização do Amazonas por espanhóis, agora impedidos de navegar para o Pará.

O livro teve, como se deduz de suas várias edições e traduções, boa acolhida e é, sem dúvida, a mais importante relação deste empreendimento. Varnhagen e Sánchez Alonso consideram-no obra de estimável valor, dizendo o primeiro que “é importante por nos dar uma idéia suficiente do estado do rio Amazonas de 1639, tanto com respeito aos índios que que o povoaram como aos novos colonos das três capitânicas do Pará, Gurupá e Cabo Norte” (27), e o segundo que “Acuña escribe bien, con no-

(25) “Memorial”, Anexo ao *Nuevo Descubrimiento*, ed. 1641, ed. 1891, 215-216.

(26) *Ob. cit.*, ed. de 1891, 216. Recentemente ofereceu o antiquário Kraus (*Americana, Llist.*, 185) um manuscrito contendo dois memorandos de Cristóbal de Acuña, traduzidos para o francês e seguidos de reflexões por um francês. O documento contém 22 ff. e deve ser do começo do século XVIII. O original do Memorial encontra-se no Arquivo de Indias em Sevilha.

(27) Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral*, 111, 190.

table concisión y claridad, y distribuye su escrito en numerosos capitulos muy breves" (28).

4. A Relation de Blaise François Pagan

O Conde de Pagan, Blaise François Pagan (1604-1665), engenheiro militar francês, foi designado em 1642, dois anos depois da restauração de Portugal, para servir neste país como marechal-de-campo. É provável que aí tenha obtido as informações e dados de que se utilizou para sua *Relation Historique et Geographique de la Grande Rivière des Amazonas dans l'Amérique* (29). A obra descreve o rio, seu comprimento e curso, a longitude e latitude, profundidade e navegação, as nações indígenas, a expedição de Orellana, de Lope de Aguirre, dos leigos franciscanos e de Pedro Teixeira. Como os demais, o autor louva a qualidade do ar, a fecundidade das terras e águas e a riqueza do comércio para os estrangeiros. Acreditava-se que Pagan parafrazeara a obra de Acuña, mas o confronto dos dois textos mostra que aquele em vários pontos contesta e corrige Acuña (30).

5. Diário de Samuel Fritz

Joaquim Nabuco escreveu, ao defender o direito do Brasil ao território disputado pelos ingleses, na questão da Guiana Inglesa, que nada nas conquistas de Portugal é mais extraordinário que a conquista do Amazonas. Fundada Belém, navegado o grande rio, subido e descido, explorados seus afluentes, criada a capitania do Norte, aos poucos, passo a passo, estendia-se o domínio português sobre esse imenso território, que hoje representa 3 milhões de quilômetros quadrados. Os portugueses, brasileiros e indígenas aliados tiveram de enfrentar e vencer os vários assaltos e tentativas de posse de franceses, ingleses e holandeses e, com malícia e audácia, dilatar a fronteira no caminho ocidental contra os espanhóis.

Basta lembrar que, "antes de 1580, a meridiana imaginária de Torresilhas cortava a costa rente ao cabo do Norte, através da ilha do Marajó; a Espanha tinha o senhorio de todo o curso do rio-mar, conforme aos cálculos mais favoráveis à coroa portuguesa, como os de Diego Ribeiro e dos cartógrafos sevillhanos, depois de 1640, a linha divisória inflletia-se

(28) *Historia de la Historiografía*, II, 427. Acuña plagiou os § 2.º, 3.º, 5.º, 7.º e 8.º da "Relación del Descubrimiento del Rio de las Amazonas y sus Dilatadas Provincias", atribuída ao Padre Alonso de Rojas (vide seus n.ºs XX, XXI, XXII e XXIII). O Padre Manuel Rodrigues, procurador das províncias jesuítas da América Espanhola (1633-1701), no seu *El Marañon y Amazonas, Historia de los descubrimientos, entradas y redución de naciones...* (Madri, 1687), reproduziu, suprimindo algumas passagens, o texto de Acuña. Cf. R. Vargas Ugarte, *ob. cit.*, 185 e 187; B. Sánchez Alonso, *Historia de la Historiografía*, II, 390-391.

(29) Paris, Chez Cardin Besongne, 1656, trad. inglesa por William Hamilton, *An Historical and Geographical Description of the Great Country and River of the Amazons in America*, London, 1661. A obra é dedicada ao Cardeal Mazarino.

(30) Segundo Francisco Adolfo de Varnhagen (*In ed. Maurício Heriarte, ob. cit.*, p. 72), Pagan parafraseou. Em sentido contrário vide Rodolfo Garcia, nota I da seção XXXVII, p. 339, da *História Geral*, 3.º t.

para Oeste, recuando para além da confluência do rio Negro e Portugal dispunha da maior força da imensa baixada amazônica” (31).

Vê-se, assim, a extraordinária importância da viagem de Pedro Teixeira e a posse de Franciscana, dilatando a linha de demarcação do rumo ocidental, apesar do poder das forças estranhas que perturbavam a costa e da resistência espanhola que se opunha do ocidente para o oriente e se personificou na figura do Padre jesuíta Samuel Fritz.

Natural da Boêmia, nasceu Samuel Fritz a 9 de abril de 1654 e em 1673 ingressou na Companhia. Passou às Índias Ocidentais em 1685/86, com destino a Quito (32) de onde foi apostolar os Omáguas, que se localizavam um pouco abaixo do Napo até a barra do Rio Negro, por espaço de 250 léguas. Fritz desceu a aldeia dos Jurimáguas em janeiro de 1689 e depois ao Pará, escrevendo o *Diário* (33), traduzido em várias línguas pela sua importância etnográfica e histórica. No Pará, onde chegou a 11 de setembro de 1689, permaneceu 22 meses, sempre discutindo e debatendo com as autoridades o reconhecimento dos direitos da Coroa espanhola sobre os territórios onde se situavam suas missões (34).

Permitida pelo Rei a volta do Padre às suas missões, partiu em julho de 1691. No seu *Diário* relata todos os sucessos da volta, as dificuldades com a tropa que o acompanhava e que tinha por dever chantar o marco divisório das possessões de Portugal e Espanha. Suas conversas com o Vize-rei, quando voltou a Quito e expôs os avanços portugueses, de nada adiantaram, vendo o Padre, assim sem resultado, os seus esforços.

O *Diário* relata os acontecimentos de 1689 a 1723, mas nada registra de 1707 a 1723 sobre as relações luso-brasileira-espanhola-peruanas nas suas missões, claramente defendidas no famoso mapa de 1707 (35). Para a história da expansão e posse de grande parte da Amazônia, iniciada com a viagem de Pedro Teixeira, é o *Diário* uma fonte de minuciosa informação, e como tal tem seu destaque na historiografia Amazônica.

(31) H. Harisse, *The Diplomatic History of America; its first chapter, 1452-1494*, London, 1897, 92. Mapa em que a linha de demarcação de Ribelro fica a 49° 45' W. de Greenwich. Cf. nota de Rodolfo Garcia, "O Diário de Samuel Fritz", *RIHGB*, 1918, t. 81, 397-455.

(32) Seguimos Rodolfo Garcia, art. cit., 355-374, que sumaria especialmente as informações das "Noticias Auténticas del famoso Rio Marañon..." Manuscrito da Real Academia Espanhola de la Historia, de Madrid, publicado por D. Marcos Jimenez de la Espada, in *Boletín de la Sociedad Geográfica*, de Madrid, tomos 26 a 33, 1889-1892. Faleceu em 1725, segundo nota de Jaime Cortesão. As datas de nascimento e entrada para a Companhia diferem das registradas aqui. Cf. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri (1750)*. Parte III. Antecedentes do Tratado. T. I. Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, s.d., 190-191, nota 2.

(33) O original existia nos Arquivos do Colégio da Companhia de Quito. Foi publicado in *Boletín cit.*, t. XX, 206-221. Existe tradução inglesa *Journal of the Travels and Labours of Father Samuel Fritz in the river of the Amazons between 1686 and 1723*, trad. de Georg Edmundson, London, Hakluyt Society, 1922. O tradutor declara que se baseou em manuscrito de Évora, mas o Catálogo de Cunha Rivara, *ob. cit.*, não o cita. Samuel Fritz é autor também de famoso mapa registrado em várias Bibliografias (cf. José Carlos Rodrigues, *BB*, n.º 1044; Alfredo Carvalho, *Biblioteca Exótica*, II, 182). Nas *Lettres Edifiantes et Curieuses*, Paris, 1780-1783, 26 vols., trad. alemã *Der New Weibott wlt allerhand Nachrichten dern Missionariorum. Soc. Jesu . . .*, Augsburg und Grätz, 1728-1755, 36 vols., reproduzem-se várias cartas e o mapa de Samuel Fritz. Sobre as várias edições, cf. P. A. Carayon, *Bibliographie Historique de la Compagnie de Jesus*, Paris, 1864, 56-57.

(34) Vide as razões de cada lado in *Diário cit.*, ed. R. Garcia, 384-385.

(35) Republicado in *Boletín cit.*, t. 72-73, e estudado por Rodolfo Garcia, art. cit., 368-374.

6. O Amazonas e os franceses

Criada em 1639 a capitania do Cabo Norte (hoje Território do Amapá) e ocupada efetivamente a margem esquerda do Amazonas, tendo como limite sententrional o Rio Vicente Pinzón ou Oiapoque, os franceses, que desde 1626 se apossaram de Caiena, começam a tentar infiltrar-se para o Sul, apesar da resistência oferecida pelos luso-brasileiros, que consolidavam a posse da parte amazônica da Guiana.

O plano político-militar de expansão para o Sul foi organizado e executado por Lefbure de la Barre e Pierre Eleonor de la Ville de Ferrolle. Duas figuras distinguem-se, então, de um lado e doutro pelos estudos que apresentam: o Marquês de Ferrolle e o padre jesuíta Aloisio Conrad Pfeil. O primeiro escreveu uma “Memória”⁽³⁶⁾ sustentando as razões francesas para a posse da região, e o segundo alegando os direitos portugueses. A “Memória” é mais um documento político, escrito por um governador, cuja importância para a história é incontestável como fonte, mas é menos um marco da historiografia especializada, como se revela o segundo.

Aloisio Conrado Pfeil (1638-1701), nascido em Constança, entrou para a Companhia de Jesus em 1654 e a seu pedido foi destinado ao Maranhão, onde se distinguiu nas questões de limites com a França, pois sabia pintar e era “insigne nas matemáticas e fortificações”⁽³⁷⁾.

Afora várias cartas ao Padre Geral da Companhia e mapas da região, escreveu Pfeil a “Anotação contra Huns Incoherentes Pontos...”⁽³⁸⁾ e o “Compêndio das mais substanciais razões e argumentos que evidentemente provam que a Capitania chamada Norte situada na boca do Rio das Amazonas legitimamente pertence à Coroa de Portugal”⁽³⁹⁾. Na primeira, que é a mais importante, quer escrever no papel “a verdade que à primeira vista desta pública justificação (sobre o incidente com Buenos Aires, impressa em 1681) achei em partes, ou oculta ou maculada”. O Padre, que contra Castela jurava não ofender nunca, esquivou-se de represen-

(36) “Mémoire écrit et signé à Cayenne, le 20 Juin 1698 par le Marquis de Ferrolle, Gouverneur de la Guyane Française”, in Rio Branco, *Mémoire présenté par les Etats Unis du Brésil au Gouvernement de la Confédération Suisse, Arbitre*, Paris, 1899, 2.º tomo, Documento n.º 4, 47-53. A cópia se encontra na Biblioteca Nacional de Paris. Pequeno trecho in 2.ª *Memória*, 2.º t., idem, 195-198. Esta questão, debatida por séculos e só resolvida com a sentença favorável ao Brasil de 1.º de dezembro de 1900, é matéria de história diplomática e foi examinada na obra de Caetano da Silva *L'Oyapoc et l'Amazone* (Rio de Janeiro, 1893) e nas duas Memórias de Rio Branco (Paris, 1899, 1.ª *Memória* com 5 tomos, sendo que o III é constituído dos Protocolos e Conferências de 1855-56, tendo como defensor brasileiro Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai, e o IV e V tomos e um Atlas. Veja as duas *Memórias* francesas e os estudos de Artur César Ferreira Reis, *Limites e Demarcações na Amazônia Francesa*, Rio de Janeiro, 1947, 1.º tomo (A Fronteira Colonial com a Guiana Francesa) e *Portugueses e Franceses na Guiana Francesa*, Rio de Janeiro, 1953.

(37) Serafim Leite, *História*, ob. cit., IX, 48-52. Aí toda a bibliografia que seguimos.

(38) “Anotação contra huns incoherentes Pontos no Tratado da Justificação, formado pelos plenipotenciários na Corte Real de Lisboa & Impressa no Anno de 1681 sobre os Limites do Brasil...”. Códice original da Biblioteca da Ajuda de 211 ff.. Ver bibliografia deste códice in Serafim Leite, ob. cit., IX, 48-53 e *Inventário dos Manuscritos da Biblioteca da Ajuda*, Coimbra, 1946, n.º 1172.

(39) “Compêndio das mais substanciais Razões e Argumentos, que evidentemente provam que a Capitania chamada Norte situada na boca do Rio das Amazonas legitimamente pertence à Coroa de Portugal, e que El Rey de França para ela como nem ao Pará, ou Maranhão tem, ou teve jus algum”. Original na Biblioteca da Ajuda.

tar igual papel quando das disputas com a América Espanhola. Sua anotação começa praticamente em 1677, quando ele parte para o Maranhão, onde chega em 31 de março de 1679.

O livro se divide em três partes: a 1.^a com quatro capítulos, nos quais refuta os pontos da justificação e se estudam os limites, as bulas, o grau e léguas, e se houve ou não a prescrição dos direitos reais; a 2.^a, também com quatro capítulos, estuda os contratos de parte a parte, o último ponto da demarcação, o “limite de direito do Canal do Rio Amazonas para o Sul”, a meridiana divisória pelo norte, as ilhas Molucas, extremo limite do oriente; a 3.^a, de quatro capítulos, trata dos pontos onde acabam as terras de Portugal e as de Castela, se Portugal possui mais terras para o ocidente do que as determinadas pela antiga linha divisória, a posse de Franciscana, a viagem de Pedro Teixeira. Trata-se, assim, de um estudo detalhado dos limites entre as terras de Portugal e de Espanha, com um epílogo sobre a capitania do Norte, que é de D. Pedro II de Portugal contra o Governador de Caiena.

LIVRO SEGUNDO
Historiografia das Invasões

CAPÍTULO I

AS INVASÕES FRANCESAS

1. Considerações gerais. 2. As *Singularidades* de André Thévet. 3. A *História* de Jean de Léry. 4. Claude d'Abbeville. 5. Yves d'Evreux.

1. Considerações gerais

A crônica estrangeira, francesa, alemã e inglesa, trata das investidas dos corsários ou das excursões de aventureiros atraídos pelo contrabando ou movidos de curiosidade pela proeza ultramarina, ou ainda seduzidos pela idéia de estabelecer no Novo Mundo uma colônia.

A obra das primeiras décadas, como se sabe, resume-se ao pau-brasil, cuja primordial qualidade consistia numa tinta largamente empregada durante muito tempo. Sua distribuição geográfica vinha do Amazonas a São Paulo e os nativos chamavam-no Ibirapitanga, igual a “ibira”, pau, e “pitanga”, vermelho. O comércio português que vai presidir às relações entre Portugal e o Brasil é um monopólio exclusivo do Estado. É preciso distingui-lo do comércio da Índia, que é um sistema absoluto de monopólio e especulação, que caracteriza um verdadeiro capitalismo de Estado.

O Rei de Portugal é, em relação ao comércio Índico, um capitalista autêntico de sua época ⁽¹⁾. O comércio colonial português com a Índia, pelo menos até 1577, desenvolve-se por conta e risco do Rei, com navios de propriedade da Coroa e, portanto, sem libertar a iniciativa privada, que será o grande propulsor do capitalismo comercial de alguns anos depois.

Já no Brasil, a iniciativa privada desempenha algum papel. A exclusividade na exploração comercial continua do Estado, mas a Coroa estimula os traficantes, vendendo o monopólio sobre determinado artigo produzido ou atribuindo-lhes direitos exclusivos para comerciar com determinada região. Os riscos não são mais do Rei nem os navios propriedade da Coroa. Como o empreendimento era dispendioso e a licença régia cara, formaram-se companhias ou associações que juntavam seus capitais. Às vezes, grandes capitalistas europeus, especialmente italianos, alemães e flamengos, forneciam os capitais necessários. É assim o caso de Giovanni Francisco

(1) Vide sobre isto J. A. Goris, *Étude sur les Colonies Marchandes Meridionales (Portugais, Espagnols, Italiens) à Anvers de 1488 a 1567*. Louvain, 1925.

Affaitadi, de Bartolomeu Marchioni, de António Welser, de Jacob Fugger (2).

Em 1506, por exemplo, o Brasil foi arrendado a Fernão de Noronha e outros cristãos-novos. Produziam-se então 20.000 quintais de madeira vermelha, e vendia-se a dois e meio e três ducados o quintal. Cada quintal custava meio ducado, posto em Lisboa. Os arrendatários pagavam 4.000 ducados à Coroa.

Estas relações econômicas eram estabelecidas pelos traficantes de pau-brasil (portugueses e franceses) e os índios. Os traficantes eram agentes de mercadores que possuíam licenças régias para o embarque do pau-brasil.

A principal fonte relativa aos traficantes é o *Livro da Nau Bretoa*, a que já nos referimos, e a principal fonte da atividade dos guarda-costas limita-se ao *Diário da Navegação* de Pero Lopes de Sousa, também já referido (3).

A missão de Cristóvão Jacques foi a de expulsar os franceses que então dividiam com os portugueses os lucros do comércio do pau-brasil, que não eram poucos, pois rendiam a S.M. no contrato de arrendamento por dez anos, vinte mil cruzados por ano (4). Estivera no Brasil em 1516 e 1519, fundara uma feitoria junto a Itamaracá, e aqui voltara em 1526-29. Era tal a importância do comércio francês do pau-brasil, que durante algum tempo, como disse Capistrano de Abreu, não se soube se o Brasil ficaria pertencendo aos Peró, como chamavam os indígenas aos portugueses, ou aos Mair, franceses, segundo os indígenas.

Um dos maiores progressos que tem feito o estudo da nossa história no século XVI tem sido exatamente o de recuar a época da chegada dos franceses. A princípio, só se noticiava a expedição de Villegaignon, em 1555. A publicação do *Diário da Navegação* de Pero Lopes recuou-a para 1531; as informações de Cristóvão Jacques, para antes de 1526; e, finalmente, os documentos publicados por D'Avezac denunciam a presença francesa em 1504 (5). Tal é a viagem do capitão Binot Paulmier de Gonneville, no navio *L'Espoir*, que, partindo do Honfleur, deve ter atingido a Bahia e Pernambuco (6) ou Cabo Frio (7).

(2) Sobre os capitais e as finanças internacionais desta época, vide Richard Ehrenberg, *Das Zeitalter der Fugger. Geldkapital und Kreditverkehr im 16. Jahrhundert*, 1896, 2 vols.; tradução inglesa de H. M. Lucas, *Capital and Finance in the Age of the Renaissance. A Study of the Fuggers and their Connections*. New York, s.d.; tradução francesa, *Le siècle des Fugger*. Paris, 1955; Jacob Strieder, *Jacob Fugger the Rich*, New York, 1931, traduzido do alemão; León Schick, *Jacob Fugger*, Paris, 1957.

(3) Cristóvão Jacques não deixou nada escrito. Sobre ele, cf. HCPB, t. 2, 361-364.

(4) Vide Pedro Mariz, *Diálogos de Vária História*, 1.ª ed., Lisboa, 1806, 72.

(5) *Campagne du navire L'Espoir de Honfleur, 1503-1505. Relation authentique du voyage du capitaine de Gonneville ès nouvelles terres des Indes*. Paris, Challamel Aîné, 1869. Foi primeiro publicado nas *Nouvelles Annales des Voyages*, 1869, II e III, junho e julho de 1869. Reeditado por Charles A. Julien, *Les Français en Amérique pendant la première moitié du XVIe siècle*. Paris, 1946, 87-115. Tradução portuguesa de Tristão de Alencar Araripe in *RIHGB*, 1886, t. 49, 2.ª parte, 333-360.

(6) Segundo Rodolfo Garcia, as incursões na Bahia e Pernambuco provam-se com as referências de Anchieta e um Jesuíta anônimo. Nota V, 119-120, in Varnhagen, *História Gerul*, t. 1, 4.ª ed.

(7) A dedução de ter sido Cabo Frio um dos pontos atingidos é de D'Avezac, *ob. cit.*, e *Considérations géographiques sur l'Histoire du Brésil*, Paris, 1851, 88.

Esta Relação, como escreveu o Professor Charles Verlinden, “apresenta ao mesmo tempo interesse para a história das civilizações indígenas antes de sua aculturação, para a história da descoberta e para aquela mesma história da colonização ulterior com todas as suas conseqüências” (8). A informação sobre a viagem, a terra encontrada em 1504, seus habitantes — dois dos quais Essomeric filho de um cacique e Namoa (9) foram levados à França — consta da declaração que Gonneville e dois armadores fizeram em 19 de junho de 1505 no Almirantado de Ruão (10).

Outro documento importante sobre as atividades econômicas dos franceses no Brasil é o relativo à captura de uma nau francesa, *La Pellerine*, comandada pelo capitão Duperet, que aqui esteve em 1530-1531, e foi capturada por portugueses no Mediterrâneo (11).

Apesar de serem muito escassos os documentos relativos à vida econômica entre 1500 e 1530, pode-se dizer que os portugueses usaram sempre a troca ou a permuta quando quiseram obter o braço indígena, víveres e pau-brasil. A princípio, limitam-se a trocar as suas bugigangas pelo pau-brasil, propriamente. Depois passam a exigir também o trabalho dos indígenas na derrubada das árvores, no corte dos toros e no transporte até a feitoria. Não tardaram a chegar à conclusão de que além da troca da bugiganga pelo pau-brasil ou pelos víveres podiam usar a permuta apenas para obter o trabalho. Inicia-se, assim, novo período da exploração do trabalho indígena.

O contrabando francês do pau-brasil alimentara suas contínuas incursões ao território brasílico. As lutas pela sua redução nas praias do Norte já foram referidas. O *Diário* de Pero Lopes é obra de guarda-costa, que corre a costa para limpá-la de corsários, que teimavam em aproveitar-se do comércio de tinturaria. A princípio, os franceses continham-se entre o Cabo de Santo Agostinho e a Bahia (12). Repelidos de Pernambuco pela energia e bravura de Duarte Coelho, afastados da Bahia e suas vizinhanças por força da nova cidade, passaram à capitania de Pero de Góis (Paraíba do Sul) e à terra de Martim Afonso (Rio de Janeiro), onde seus amigos fiéis, os tupinambás, facilitavam-lhes o comércio do pau-brasil que ali existia em abundância.

Eram navios corsários de aventureiros que faziam sem método e sem plano a exploração mercantil de pau-brasil. Com o povoamento que se de-

(8) *Paulmier de Gonneville e os Índios do Brasil em 1504*, separata da RH, n.º 39, 14.

(9) Esses índios, o primeiro de quinze anos e o segundo de 35 a 40 anos, foram dos primeiros brasis a chegar à França, tendo partido daqui a 3 de julho de 1504. Foram levados “porque é costume entre os que chegam a novas terras das Índias trazer prova à cristandade de alguns índios”, diz a declaração (edição de Araripe, 345). Não é assim de estranhar a festa brasileira de Ruão em 1550, com 50 índios brasileiros. Vide Ferdinand Denis, *Une Fête Brésilienne célébrée a Rouen en 1550*, Paris, 1850.

(10) Além dos estudos de D’Avezac, Julien e Verlinden, já citados, vide P. Gaffarel, *Histoire du Brésil Français*, Paris, 1878, e Tristão de Alencar Araripe, “Primeiro Navio Francês no Brasil”, *RIHGB*, 1886, t. 49, 2.ª parte, 315-331.

(11) Foi publicado por Varnhagen na 1.ª edição de sua *História Geral*, t. 1, n. 33, e no *Diário da Navegação de Pero Lopes*, edição de Eugênio de Castro, Rio de Janeiro, 1940, 378, 385-386.

(12) Carta de Luís de Góis, escrita de Santos a D. João III, 12 de março de 1548. *HCPB*, III, 259.

senhavia cada vez mais, o estabelecimento de fortalezas em vários pontos da costa e a frequência dos navios portugueses tornava-se progressivamente mais difícil e mais perigosa a exploração do contrabando. Foi então que se organizou uma empresa com recursos particulares e em parte fornecidos pelo Rei.

Os episódios do estabelecimento francês no Rio de Janeiro resumem-se em poucas palavras: instalados em novembro de 1555 na ilha que até há pouco recordava o seu nome, Villegaignon armou-se, fez-se querido dos indígenas, explorou o pau-brasil e, afinal, desiludido com o futuro da Colônia ou com as brigas religiosas trazidas da Europa, embarcou para a França em 1559. Seu sobrinho Bois le Conte substituiu-o sem conseguir melhorar a situação da França Antártica. O fato é que apenas em três dias, em 1560, conseguiu Mem de Sá destroçar os franceses que durante anos se haviam mantido ali. As lutas de 1565 e 1567 são apenas episódicas; já não havia mais, desde 1560, intenção colonizadora.

2. As Singularidades de André Thévet

Dois são os cronistas deste episódio. André Thévet (1504-1592) ⁽¹³⁾ e Jean de Léry (1534-1611) ⁽¹⁴⁾. Thévet era homem já viajado, de melhor formação cultural, e autor de uma *Cosmografia* ⁽¹⁵⁾ quando acompanhou Nicolas Durand de Villegaignon ao Brasil. Este projetara fundar aqui uma colônia francesa, a França Antártica. Thévet permaneceu no Brasil três meses, de 10 de novembro de 1555 a 31 de janeiro de 1556. Dessa permanência na terra e de suas observações, especialmente etnográficas, deixou uma crônica valiosa, testemunho dos fatos históricos e registro da vida dos grupos indígenas aliados dos franceses.

Les singularités de la France Antartique ⁽¹⁶⁾ de Thévet é história mais natural que civil, mais singular que geral. É inteiramente consagrada aos costumes e particularidades dos indígenas e às singularidades da flora e fauna. A história da colônia francesa, sua instituição, é quase inteiramente relegada a um papel secundário. Thévet, de volta à França, foi nomeado cosmógrafo e historiógrafo e escreveu vários outros trabalhos ⁽¹⁷⁾.

(13) L'Abbé Valentin Dufour, *Introduction à La Grande et Excellente Cité de Paris*. Paris, 1881, IV e XV. Até Gaffarel (1880) considerava-se o ano de 1502 como o do nascimento de Thévet.

(14) Sobre a literatura francesa relativa ao Brasil, vide R. Ricard, "Le Brésil dans la littérature française au XVI^{ème} siècle", *RH*, 1922, n.º 9, n.ºs 41-44, 125-134. São documentos e não crônicas; o *Discours sur la navigation du chevalier de Villegaignon en Amérique de Nicolas Barre* (Paris, 1558) e o *Brief recueil de l'affliction de l'Eglise des fidèles du pays de Brésil* (s. l. 1566), e as cartas publicadas por Martin Le Jeune (Paris, 1557), reproduzidas na *Histoire du Brésil Français* de P. Gaffarel (Paris, 1878).

(15) *Cosmographie du Levant*, Lyon, 1554-1556.

(16) 1.ª ed., Paris, 1558; 2.ª ed., Antuérpia, 1558; 3.ª ed., Paris, 1878, preparada por P. Gaffarel, com uma introdução bibliográfica e notas. Esta é a melhor edição. Há uma tradução portuguesa, *Singularidades da França Antártica*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1944, com notas e introdução de Estevão Pinto (Brasiliana, vol. 219); nov. ed. Itatiaia, B. Horizonte, 1978.

(17) Cf. a 3.ª ed. de Gaffarel, introdução biográfica, e a introdução do Abade Dufour, *ob. cit.*

3. A História de Jean de Léry

O outro cronista é Jean de Léry, autor da *Histoire d'un voyage fait en la Terre du Brésil* (18), que aqui aportou aos sete de março de 1557, voltando a 4 de janeiro de 1558. Calvinista de formação muito modesta, com vinte e dois anos veio ao Brasil acompanhando os quatorze genebrinos enviados por Calvino e como narrador desta expedição sua história conta os sucessos da mesma e as lutas religiosas da colônia. É documento etnográfico, de história natural e civil.

Thévet editou suas *Singularidades* vinte anos antes da *Narrativa* de Léry, ou cinco, se aceitarmos a declaração deste de que redigira sua obra em 1563. O fato é que Léry foi o primeiro a imputar a Thévet faltas graves e erros grosseiros, iniciando assim, a campanha contra a credibilidade do testemunho histórico deste. Desde então, ele foi sempre tido como superior ao capuchinho francês pelos autores brasileiros e estrangeiros. O próprio Gaffarel, que editou as melhores edições de Thévet e Léry e escreveu ele próprio um estudo sobre a história do Brasil Francês no século XVI (19), censura a fidelidade e o estilo de Thévet, considera sua erudição nem sempre sólida, louvando-o apenas como o primeiro ou mais antigo dos historiadores franceses da América.

Coube a Heulhard reivindicar para Thévet o crédito merecido. Thévet, diz ele, não é um polemista; ele se engana, mas não mente como Léry. Thévet é o historiógrafo da expedição e Léry nunca foi mencionado até 1578. Ele surge inopinadamente com uma relação de viagem, onde se atribui um papel importante e demonstra memória fantástica, transcrevendo discursos inteiros de Villegaignon. Léry aparece quando todas as personagens já morreram, Calvino, Villegaignon e Coligny, e o que ele deseja é evitar que Thévet fixe a história da colônia francesa no Brasil. O plagiário torna-se o censor do que ele pilhou e a história torna-se prisioneira da lenda (20).

Heulhard era uma voz dissonante na unanimidade com que se considerava Thévet um mentiroso, imaginativo e infidedigno. Mas a melhor crítica, crítica de textos, bem informada e erudita, invalidando o acordo de tantos, restaurando senão a total credibilidade, mas, pelo menos, a primazia e a completa originalidade de Thévet, é a de Rodrigues Leite (21). Para ele, quase tudo que Léry conta, outros viajantes já contaram. Frases

(18) 1.^a ed. Rochelle, 1578; 2.^a, Genève, 1580, e várias outras edições e traduções. A melhor, baseada na segunda, é de Paul Gaffarel, Paris, 2 vols., com notas e notícias bibliográficas. A primeira tradução brasileira, segundo a edição de Gaffarel, de 1880, é de T. Alencar Araripe, *RIHGB*, LII, 2.^o, 11-372. A melhor tradução portuguesa, feita também segundo a edição de Gaffarel, é de Sérgio Milliet, *Viagem à Terra do Brasil*, São Paulo, Livraria Martins, 1941. A obra de Léry conserva permanente interesse público. Anne Marie Chartier editou *Indiens de la Renaissance. Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*, Paris, Epi, 1973, e Jean-Claude Morisot promoveu edição fac-similar da de 1580, mais completa que a primeira e menos desordenada que a terceira, repleta de novos dados por ele introduzidos (Genève, Droz, 1976).

(19) *Histoire du Brésil Français au seizième siècle*, Paris, Maissonneuve et Cie., 1878.

(20) A. Heulhard, *Villegaignon, Roi d'Amérique. Un homme de mer au XVI^e. siècle, 1510-1572*, Paris, E. Leroux, 1897, 311-313.

(21) Francisco Rodrigues Leite, *Jean de Léry, Viajante de Singularidades*, Separata da Rev. do Arquivo Municipal (São Paulo), n.^o 108, São Paulo, 1947.

inteiras que usa, outros já usaram. Entre Thévet e Léry há uma fonte. A fonte direta não é Léry, é o outro. É uma lição, senão nova, já que Heulhard a defendera em 1897, pelo menos explicada com método, os textos à vista e em comparação. Para que esta tese seja inteiramente esclarecida só falta que Rodrigues Leite faça um confronto mais completo, não se limitando a alguns exemplos ⁽²²⁾.

É interessante resumir a opinião de Claude Lévi-Strauss ⁽²³⁾, que observa que as qualidades excepcionais de Léry não se devem meramente, como ele próprio escreveu, à bela matéria, que “esta quarta parte do mundo desconhecido dos antigos” lhe oferecia a ele, um jovem estudante de teologia. Lévi-Strauss lembra que Léry perdeu o texto escrito e reescrito duas vezes e finalmente conseguiu reconstruí-lo e publicá-lo em 1558. Para Lévi-Strauss é o primeiro exemplo de uma etnografia participatória, cuja vivacidade e frescura são inigualáveis até o aparecimento de Malinowski. Léry aprendeu a língua, foi de localidade em localidade e descreveu tudo: a paisagem, os animais e as plantas. Ele não somente viu os índios como eles nunca mais foram vistos, mas elaborou seu livro na ordem em que seria subsequentemente a das monografias: primeiro antropologia física, depois ornamentos, alimentação, instituições como a guerra, a religião, as relações de família, o sistema político e finalmente a língua. Louva sua descrição dos ritos do canibalismo, que para ele figura entre as obras primas da literatura etnográfica de todos os tempos, superior mesmo à de Hans Staden, que escreveu de experiência própria, pois ele mesmo esteve para ser comido pelos índios. Como protestante ele compara os católicos e os índios, e sente-se que ele está dividido entre seus preconceitos religiosos e a sedução irresistível exercida sobre ele pelos índios. Ao contrário de seus contemporâneos — alemães, franceses e portugueses que viveram no Brasil —, ele trouxe de volta de sua estada de dez meses um trabalho cujas qualidades literárias e filosóficas são tão comprometidas que correram o risco de empurrar para trás seus méritos etnográficos. O importante nesta nota crítica de Lévi-Strauss que sumariamos, é confessar que os autores que maior influência exerceram sobre ele foram Jean de Léry e Ferdinand Saussure ⁽²⁴⁾.

4. Claude d'Abbeville

Sabia-se em Portugal e Espanha que os franceses haviam se estabelecido no Maranhão, fundando S. Luís em 1612. Por isso Gaspar de Sousa (1612-1617), novo Governador Geral, recebeu ordens de ir a Pernambuco organizar a força que deveria expulsar os franceses. As primeiras histórias são, portanto, dos franceses e por elas começa a historiografia do século

(22) José Honório Rodrigues, nota crítica sobre o opúsculo acima in *BHB*, 1.º e 2.º semestres de 1947, Ministério das Relações Exteriores, 1947, 66-67.

(23) Claude Lévi-Strauss, “An Idyll among the Indians”, *Times Literary Supplement*, 6 de agosto de 1976, p. 970.

(24) *Id. Ibidem*.

dezessete. Quando se travaram as lutas no Norte entre as forças hispânicas e as francesas, a França não era ainda um grande poder naval. Só passou a ocupar posição dominadora depois do declínio de Espanha e do esfacelamento do Império Espanhol.

Suas investidas são feitas, assim, antes que possuísse, como conseguiu no fim do século, junto com os Países Baixos, um terço do poder naval, ficando outro terço com a Inglaterra e outro com a Espanha, Portugal, Rússia, Dinamarca e Suécia (25). Deste modo a luta colonial no Maranhão é um jogo de poder, realizado um pouco antes de atingir a França sua superioridade tão evidente em 1659, quanto termina a guerra com a Espanha. Talvez por isso e pelo manifesto interesse europeu da França, se compreendam a falta de socorros e a pequena resistência que ofereceram os franceses do Maranhão.

Na historiografia francesa contemporânea cabe a primazia a Claude d'Abbeville, com sua *Histoire de la Mission des Pères Capucines en l'Isle de Maragnan* (26).

"A *Histoire de la Mission* pode dividir-se em três partes: os dez primeiros e os oito últimos capítulos narram a vinda ao Maranhão e a volta à França; os capítulos 35 a 43 interessam à corografia e à história natural; nos outros predomina a etnografia" (27). Claude d'Abbeville permaneceu quatro meses no Maranhão e suas observações excedem tudo quanto se escreveu naquela época inclusive os de seu continuador Yves d'Evreux, especialmente no campo da geografia e etnografia do Maranhão (28).

"Frei Cláudio narra os primórdios da empresa na França, a viagem e chegada ao Maranhão, as negociações com os naturais, a fundação da fortaleza, a volta para a terra natal. Descreve as plantas, os animais, dá curiosas notícias sobre os Tupinambás" (29). Os capítulos XXVII (Como se ergueram na Ilha do Maranhão os estandartes de França), XXVIII (Leis Fundamentais decretadas na Ilha do Maranhão) e XXIX (Petição apresentada pelos franceses ao Sr. de Rasily) resumem aspectos históricos principais do rápido domínio francês do Maranhão. A obra contém no final extratos de cartas de Yves d'Evreux, de Arsène de Paris, companheiros de Missão, e do Sr. Pezieux dirigidas a Abbeville.

Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia exaltam a importância da contribuição etnográfica e lingüística americana de Abbeville, sendo que

(25) G. N. Clark, *The Seventeenth Century*, Oxford, 1931, 121.

(26) A *Histoire* é de Paris, L'Imprimerie de François Huby, 1614; *Les Fruits de la Mission des Reverends Pères Capucines en l'Isle de Maragnan...* Lille, De l'Imprimerie de Christophe Beys, 1614.

(27) Capistrano de Abreu, Prefácio à reprodução fac-similar da *Histoire*, Paris, 1922. O prefácio pode ler-se in *Ensaio e Estudos*, 2.ª série, ed. Sociedade Capistrano de Abreu, Rio, 1932, 231-240. Este prefácio é uma obra-prima no gênero e sabe-se hoje quanto custou a Capistrano escrevê-lo. Vide *Correspondência de Capistrano de Abreu*, ed. de José Honório Rodrigues, Instituto Nacional do Livro, 1954-1956, 2.º vol., 105, 110, 128, 132, 138; 2.ª ed. Rio de Janeiro, 1977.

(28) Rodolfo Garcia, Prefácio, ed. bras. da Coleção Biblioteca Histórica Brasileira, São Paulo, Livraria Martins, 1945, em trad. de Sérgio Millet.

(29) Capistrano de Abreu, "Prolegômenos" ao livro V da *História* de Frei Vicente do Salvador, 3.ª ed., 429.

o primeiro solicitou ao segundo que recolhesse as palavras tupi e formasse um glossário ⁽³⁰⁾.

A *Histoire* foi traduzida por César Augusto Marques para o português em 1874 e reeditou-se por iniciativa de Capistrano de Abreu, sob o patrocínio de Paulo Prado, em Paris, em 1922. Sérgio Milliet fez nova tradução em 1945 ⁽³¹⁾.

A tradução de César Marques era considerada como deplorável. “Em casa só tenho a tradução de César Marques, muito pior do que imaginava. Nous ne pouvons nous passer d’esclaves: não podemos passar a escravos! Grand-père: pai grande! Felizmente não há mal que sempre dure. Ainda poderemos ler o original francês, sem ir à Biblioteca ou desembolsar 400 e 500 francos” ⁽³²⁾. “Agora tenho de escrever a introdução do Claude d’Abbeville que Paulo Prado vai imprimir, libertando quem não é rico ou dispõe das grandes bibliotecas públicas da deplorável tradução de César Marques” ⁽³³⁾.

A edição fac-similar de 1922 vem acompanhada de um excelente prefácio de Capistrano de Abreu que, reunido aos prolegômenos da edição de Frei Vicente do Salvador, constitui a melhor síntese geral da questão, satisfazendo assim sua aspiração de fazer “uma revista geral dos franceses desde a sua aparição até a chegada de Jerônimo de Albuquerque”. Como Capistrano achava que “a história geral dos franceses no Maranhão ainda não fora escrita” e que ele trataria “de suprir essa lacuna” ⁽³⁴⁾, vê-se que o prefácio publicado nesta edição não foi o que pretendeu fazer, pois limitou-se ao exame da obra de Abbeville e na nota de Frei Vicente do Salvador estuda as fontes gerais do problema ⁽³⁵⁾.

De Abbeville existem outros escritos menores, como *L’Arrivée des Pères Capucins* ⁽³⁶⁾, que representam na historiografia o mesmo papel da

(30) *Correspondência, ob. cit.*, vol. II, 128, vol. III, 103 e 262. V. Rodolfo Garcia, *Glossário das Palavras e Frases da Língua Tupi, contidas na “Histoire de la Mission des Pères Capucins en l’Isle de Maragnan et Terres Circonvoisines”* do Padre Claude d’Abbeville, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1926.

(31) *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*, Maranhão, Tip. do Frias, 1874; a reprodução fac-similar na série Eduardo Prado, 1922, foi limitada a cem exemplares; *História da Missão* etc., trad. de Sérgio Milliet e introdução e notas de Rodolfo Garcia, Biblioteca Histórica Brasileira, São Paulo, Livraria Martins, 1945.

(32) Capistrano de Abreu, *Correspondência, ob. cit.*, II, 105.

(33) *Correspondência*, II, 128. A edição de 1922, limitada a 100 exemplares, não libertou o leitor modesto, pois esta já era inacessível em sua época. Basta dizer que a impressão foi contratada por 12 mil francos. “Não fiquei satisfeito: parece coisa mais de *bourgeois gentilhomme* que de amigo da História”. *Correspondência*, II, 158.

(34) *Correspondência*, II, 110, 132.

(35) O livro de Paul Gaffarel, *Histoire du Brésil Français au seizième siècle* (Paris, 1878), “que tanto nos instruiu, quando apareceu”, diz Capistrano de Abreu, “é superficial e cheio de erros” (*Correspondência*, II, 185). A obra teve realmente grande aceitação no Brasil, mas aos poucos foi-se desvalorizando. Cf. Ramiz Galvão, “O Novo Livro do Sr. Paul Gaffarel”, *Revista Brasileira*, t. 1, 1879, 56-69, 181-193, 275-284, e Gabriel Gravier, “Examen critique de l’Histoire du Brésil Français au seizième siècle”, *Extrait du Bulletin de la Société de Géographie*, Paris, novembro, 1878.

(36) *L’Arrivée des Pères Capucins, la conversion des Sauvages à nostre Sainte Foy. Déclarée par R. P. Claude Abbeville. Predicateur Capucin*, Paris, chez Jean Nigaut, MDCXIII; outra ed., Lyon, Grichard Paillly, MDCXIII; e a trad. alemã da ed. Nigaut, *Die Ankunfft der Vaetter Capuciner Ordens in die Neuen Indien Maragnon genannt*. Augsburg, Chrysostomum Dabertzhofer, 1613; *Discours et congratulation à ia France sur l’arrivée des pères Capucins en l’Inde nouvelle de l’Amérique Meridionale en la terre du Brésil*, Paris, Denys Langlois, 1613; outra ed. A. Tournon, Claude Michel, 1613.

Carta de Caminha, embora lhe seja muito inferior, na capacidade de apreensão e observação da terra e da gente nova. *L'Arrivée* contém a carta de 20 de agosto de 1612, em que Abbeville conta a viagem, a chegada a 26 de julho, a primeira missa e sua impressão dos selvagens: "c'est un peuple tout acquis et gagné". A viagem e a chegada estão mais bem descritas na própria *História*.

5. Yves d'Evreux

Frei Yves d'Evreux (1577?-1620?) presidiu o grupo de capuchinhos que se uniram à aventura francesa no Maranhão, aqui se demorando dois anos. Escreveu a *Suite de l'histoire des choses plus mémorables advenues en Maragnan, les années 1613 et 1615* (37), logo destruída "par fraude et impetié, moyennant certaine somme de deniers entre les mains de François Huby, imprimeur" (38), salvando-se um exemplar mutilado, que serviu a Ferdinand Denis para publicar a *Voyage dans le Nord du Brésil* (39). Dez anos depois publicou César Augusto Marques a tradução portuguesa do texto organizado por Ferdinand Denis (40). Conta este que François Huby tornou-se o intrumento mesquinho de uma ação política que tinha por fim evitar qualquer aborrecimento à Espanha, desde que foi feita, pelo casamento de Luís XIII com uma princesa espanhola, a união das duas coroas. Assim, qualquer projeto de conquista na América deveria ser abandonado, e esquecida qualquer relação que descrevesse empreendimento anterior ou da época.

A obra do capuchinho d'Evreux estava condenada. Salvou-a François de Razilly, recolhendo as folhas, na própria tipografia, excetuados alguns fragmentos, constituindo lacunas tão importantes que não foi possível reunir um exemplar completo. O exemplar depositado na Biblioteca Nacional foi totalmente esquecido até que em 1835 o reencontrou Denis, que dele deu notícia na *Revue de Paris*, em uma série de artigos. D. Pedro II mandou copiá-lo e o único exemplar da Biblioteca Imperial foi desde então conhecido de autores brasileiros como Varnhagen, Pereira da Silva, João Francisco Lisboa e Caetano da Silva, que o citam (41). Ferdi-

(37) Paris, De l'imprimerie de F. Huby, MCDXV. Cf. descrição do livro in J. Ch. Brunet, *Manuel du Libraire*, II, 87 e Streit, *Bibliotheca Missionum*, II, 2.378-2.379.

(38) Yves d'Evreux, nota Denis, 930.

(39) Leipzig e Paris, Lib. A. Franck, 1864. Um dos três únicos exemplares da *Suite* se encontram na Biblioteca Nacional de Paris. Capistrano de Abreu, "Prolegômenos", *ob. cit.*, 430.

(40) *Viagem ao Norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*, pelo padre ... com introdução e notas de M. F. Denis, trad. por ... Maranhão, Tip. de Frias, 1874. Há uma reedição da tradução de César Augusto Marques com uma explicação desvaliosa de Humberto de Campos. César Augusto, depois da tradução, escreveu pequena memória lida em 16 de julho de 1886 no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, presente D. Pedro II ("A obra histórica do reverendo capuchinho francês Ivo de Evreux e M. Ferdinand Denis", *RIHGB*, 1893, t. LVI, parte 1.ª, 185-187). Nela descreve a destruição dos exemplares, a salvação do exemplar então considerado único, a cópia mandada fazer por D. Pedro, sua correspondência com F. Denis, a descoberta por este de outro exemplar com mais três folhas do que o da Biblioteca Nacional de Paris, pertencente ao bibliógrafo francês Dr. Court, a aquisição por Denis deste exemplar depois do falecimento do mesmo. Nada se sabe sobre o destino do exemplar que pertenceu a F. Denis.

(41) Introdução de Ferdinand Denis, in *Voyage cit.*, p. XXVI. Af também sua bibliografia. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui cópia em dois volumes do exemplar da Biblioteca de Paris, usado por F. Denis para a edição de 1864.

nand Denis tinha a obra na mais alta conta, considerando-a um documento de importância real para a história do Brasil, destinado a constatar os fatos que sucederam à fundação de São Luís; julga, ainda, que pela ingenuidade e cor do seu estilo e pela finura de suas observações, Yves d'Evreux pertencia à série dos escritores franceses que continuam a época de Montaigne e pressagiam o grande século.

Capistrano de Abreu escreveu primeiro "que pouco se aproveita para a história (do Maranhão) no livro de Yves d'Evreux, que preferia perder-se em considerações teleológicas, metafísicas e místicas. As informações etnográficas são valiosas" (42). Mais tarde, ao escrever o prefácio da edição de Claude d'Abbeville, dirá que "a mais de um respeito Yves d'Evreux completa o antecessor: seu cabedal lingüístico é muito mais abundante e instrutivo, pois sua assistência na ilha durou mais tempo, mas a observação sabia-lhe menos que a introspecção, e muitas vezes os fatos afogavam-se em considerações teleológicas e místicas, que nos revelam sua psicologia sem alargar os horizontes" (43). A opinião atual parece aceitar a tese de que para a lingüística e a etnografia americanas a obra é fundamental, mas não para a história (44). Quem a ler notará muitas observações curiosas sobre costumes da gente, colonos e índios, e os processos de povoamento.

A obra é raríssima, talvez das mais raras da Brasileira. Denis encontrou o exemplar incompleto da Biblioteca Nacional de Paris e depois adquiriu outro exemplar com mais três folhas, pertencente ao bibliógrafo francês Dr. Court. Capistrano de Abreu já sabia, em 1906, que existia um exemplar em Chartres e pedia a missivista não mencionado que copiasse lá o que faltava no exemplar de Paris, cujas páginas indicava, segundo a informação de Denis. Dizia mais não saber se o exemplar de Chartres estava completo e informava da existência de um exemplar em Nova Iorque, pertencente ao Sr. Kalbfleisch, o qual possuía folhas inexistentes no de Paris. Sabia ainda Capistrano da existência de um exemplar em Roma, então já desaparecido, supondo tratar-se do mesmo do Dr. Court e depois existente em Nova Iorque (45).

Sabemos que o exemplar do Dr. Court foi parar nas mãos de F. Denis e pudemos supor que este é o exemplar do Dr. Kalbfleisch, depois adquirido pela New York Public Library. Em 1918, Capistrano escreveu ao Professor John Casper Braner pedindo-lhe obtivesse cópia do exemplar da Biblioteca de New York, comunicando esta providência a João Lúcio de Azevedo (46).

Em 1970, estando em Nova Iorque, examinei o exemplar da Biblioteca desta cidade e um de meus alunos na Universidade de Colúmbia, Daniel Raposo Cordeiro, copiou as páginas em falta. Comuniquei isto ao meu amigo Professor Carlos Moreira, antropólogo e muito interessado em brasileira e ele pediu a sua Senhora, Ana Lúcia, que confrontasse na Biblioteca de Nova Iorque as páginas copiadas com o original, para maior segurança do texto. Em 1971 escrevi para o Embaixador Aurélio

(42) "Prolegômenos", *ob. cit.*, 430.

(43) Prefácio da edição fac-similar de 1925. Vide reprodução *in Ensaios e Estudos*, 2.^a série, 1932, 240.

(44) Ferdinand Denis dizia, no que discorda de Capistrano de Abreu, que Yves d'Evreux era "um observador clarividente dos costumes de uma raça por assim dizer extinta". Introdução *cit.*, XXIX. Outros escritores menores franceses como os François de Bourdemard (Bourdemer ou Bourdemare) e Archange de Pembroke acham-se perdidos (v. Ferdinand Denis, introdução, *ob. cit.*, XVI, XIX-XX) e Capistrano de Abreu, "Prolegômenos", *ob. cit.*, 430, e outros como o *Discours*, já citado ou as cartas que se encontram nas obras de Abbeville e d'Evreux, já citadas, apresentam detalhes curiosos.

(45) *Correspondência de Capistrano de Abreu*, *ob. cit.*, I, 65.

(46) *Correspondência de Capistrano de Abreu*, *ob. cit.*, II, 110.

de Lyra Tavares solicitando-lhe apurasse se era possível conseguir cópias das páginas do exemplar de Chartres inexistentes em Paris. Incumbido o serviço cultural da Embaixada de realizar a pesquisa, a informação desoladora era a de que o exemplar de Chartres havia desaparecido na 2.ª Guerra Mundial. Apesar disso é possível fazer atualmente uma edição mais completa.

A Histoire véritable de ce qui s'est passé de nouveau entre les français et portugais en l'isle de Maragnan au pays de Toupinambous narra do ponto de vista francês a batalha de Guaxinduba⁽⁴⁷⁾, na qual foram os franceses derrotados por Jerônimo de Albuquerque, que daí em diante adicionou ao seu nome o de Maranhão. Saiu anônima, mas trata-se de carta de um cirurgião francês ao seu pai, e como se vê em Diogo de Campos Moreno que este se chamava Lastre, Rio Branco atribuiu-lhe a autoria⁽⁴⁸⁾. A carta, escrita no forte de Santa Maria na ilha do Maranhão e dirigida a seu pai, descreve minuciosamente a batalha e suas conseqüências, lastimando bastante "le sang répandu des Français et des Portugais représentant la double alliance de nos Rois que nous doivent maintenir en bonne paix les uns envers les autres"⁽⁴⁹⁾.

(47) Paris, 1616; descrito in J. Ch. Brunet, *Manuel, ob. cit.*, Paris, 1878, Suplemento, t. I, 648; 2.ª ed. fac-similar, Lyon, 1876, descrito in José Carlos Rodrigues, *BB*, 205; reproduzido *ABN*, vol. 26, 321, 327. Deve ser comparado com o Interrogatório dos prisioneiros franceses do combate de Guaxinduba, *ABN*, vol. 26, 263, 276, documento do Arquivo Geral de Índias, tradução do português em espanhol.

(48) *Jornada, ob. cit.*, 258, Yves d'Evreux, *ob. cit.*, 392, Rio Branco, "Esquisse de l'Histoire du Brésil", in *Le Brésil en 1889*, Paris, 119 e ed. da *Esquisse*, feita pelo Instituto Rio Branco, orientada e prefaciada por J. H. Rodrigues, Rio de Janeiro, 1958, 141, nota 3.

(49) Edição de Lyon, 1876, 13.

A HISTORIOGRAFIA GERAL DO DOMÍNIO HOLANDÊS

1. Considerações gerais. 2. A historiografia geral espanhola, portuguesa e holandesa. 3. A historiografia dos holandeses no Brasil.

1. Considerações gerais

Expulsos os franceses do Maranhão (1615), fundada Belém (1616), criado o Estado do Maranhão (1621), antes de processar-se seu desenvolvimento e de empreender Pedro Teixeira a viagem que expandiria o domínio português pelo Amazonas, sofriam os Estados do Brasil [desde a Bahia (1624) e Pernambuco (1630) até o Rio Grande do Norte] e o do Maranhão [desde o Ceará (1637) até São Luís (1641)] a invasão, conquista e domínio dos holandeses. É um episódio que não interfere na expansão portuguesa pelo Amazonas, na conquista do sertão e na marcha bandeirante, que constituem, realmente, como disse Capistrano de Abreu, a história interna do Brasil, porém perturba a vida baiana, libertada desde 1625, mas sempre ameaçada, e o Maranhão, desde 1644, recuperado e de cuja historiografia já se tratou. Na verdade esse episódio, que durou trinta anos e alcançou, em 1640, seu auge, com o domínio de 7 das 19 capitanias ⁽¹⁾ brasileiras, tem exercido grande atração sobre os estudiosos brasileiros e produziu uma das mais ricas seções da nossa historiografia.

A origem do interesse holandês pelo Brasil é anterior ao primeiro assalto em 1624, três anos depois de formada a Companhia das Índias Ocidentais, como tão bem demonstrou Engel Sluiter ⁽²⁾. O poder marítimo holandês, nascido da revolta contra Espanha e da guerra dos oitenta anos (1568-1648), estreou em 1599, quando se apresentou em La Coruña, atacou as ilhas Canárias, capturou a ilha de São Tomé (Guiné) e pretendia investir contra o Brasil. A trégua dos doze anos e as várias proibições espanholas de comércio e navegação com os Países Baixos entre 1591 e

(1) No século XVI foram criadas 18 capitanias, mas só 11 sobreviveram; no século XVII foram formadas mais 11, 5 no Estado do Brasil (Rio Grande, Campos, Itanhaém, Ilha de Santa Catarina e Rio da Prata) das quais somente 2 sobreviveram até o século XVIII (Campos e Itanhaém), uma foi recriada (Santa Catarina), e outra sobreviveu até hoje (Paraíba); e 6 no Estado do Maranhão (Cumá, Caeté, Cameté, Cabo do Norte, Marajó, Xingu), todas desaparecidas. No século XVII havia apenas 19 capitanias, porque as doações da Ilha de Santa Catarina, Rio da Prata e a do Xingu não surtiram qualquer resultado prático.

(2) "Os holandeses no Brasil antes de 1621", tese mimeografada apresentada ao Congresso de História do Tricentenário da Restauração de Pernambuco (1957), cujos Anais ainda não foram publicados. Vide também Engel Sluiter, "Dutch Maritime Power and the colonial status quo, 1585-1645", reprinted from *The Pacific Historical Review*, vol. XI, n.º 1, março, 1942.

1605 não impediram o crescimento do poder ofensivo holandês, numa fase de grande desenvolvimento açucareiro do Brasil. Desde 1605 até o fim da trégua, em 1621, “estava claro que o intento holandês era o de fazer o comércio com um braço e, com outro, levar a guerra ao mundo colonial ibérico”. As intenções manifestam-se nos assaltos de 1599, 1604, 1614, 1618, na rede de agentes mercadores holandeses em Portugal, Madeira, Açores e Canárias, nas atividades dos cristãos-novos de Amsterdã, “instrumentos dos capitalistas neerlandeses”, que “construíam de 10 a 15 navios para a carreira brasileira, freqüentemente em sociedade com os cristãos novos locais”. A invasão e o domínio foram, portanto, conclui Engel Sluiter, “o produto de um profundo, estabelecido e, na realidade, compelido interesse, largamente econômico, desenvolvido durante o espaço de uns quatro decênios. Cerca de 1621 esse interesse foi o poder soberano para uma influente parte dos negócios holandeses. Quando ficou evidente a esse grupo, fortemente representado na nova Companhia das Índias Ocidentais, que a renovação da guerra não só lhes fecharia outra vez a Península, mas também os privaria do acesso ao açúcar brasileiro, eles aconselharam a conquista da colônia”. Foi assim, por interesses econômicos, que o poder holandês, agressivo como todo poder, com predominante força naval, decidiu atacar e dominar o Brasil, para que o surto de Amsterdam, principal centro europeu de refinação e distribuição de açúcar, não sofresse interrupção, e o Brasil, um dos maiores centros de interesse da economia hispânica, não deixasse de nutri-lo. Era um ataque de duplo sentido; fortalecia-se a economia dos Países Baixos e se enfraquecia a economia portuguesa e espanhola.

A historiografia sobre os holandeses no Brasil é, talvez, um dos mais ricos e numerosos capítulos de nossa historiografia colonial. Quase todos os aspectos desta fase histórica têm sido estudados, formando um dos mais belos conjuntos de obras raras e preciosas. A assinalada importância que concederam ao acontecimento os historiadores e cronistas contemporâneos e o crescente interesse com que a matéria vem sendo tratada, no correr dos séculos, pelos estudiosos, deu ao domínio holandês um singular destaque na historiografia brasileira. Não seria possível examiná-la, tal a riqueza bibliográfica, sem adotar um plano de classificação, que tentasse distribuir os livros e opúsculos segundo a generalidade, os fragmentos episódicos e a especialidade da matéria⁽³⁾. O primeiro conceito significa o tratamento total da matéria; o segundo, a exposição de partes ou capítulos, e o terceiro, a narração tópica ou temática. A primeira parte é a mais pobre e a segunda a mais rica.

A historiografia geral compreende não só as histórias gerais dos holandeses no Brasil, como a de Rafael de Jesus, mas também as histórias gerais dos países envolvidos, como a de Aitzema, que se constitui, aliás, numa exceção, pois não há uma história de Espanha e Portugal contemporânea que descreva toda a expansão, conquista e domínio dos holandeses no Brasil.

(3) A divisão aqui adotada inspira-se na nossa *Historiografia*, Rio de Janeiro, 1949. A diferença principal consiste, naturalmente, em que neste capítulo só entram as obras contemporâneas.

2. A historiografia geral espanhola, portuguesa e holandesa

Na historiografia espanhola não é de se estranhar tal omissão, pois em 1640, no auge da força holandesa no Brasil, libertando-se Portugal de Espanha, esta desinteressava-se de sua antiga colônia. O cronista D. Gonçalo de Céspedes y Menezes (1585-1638), na sua *Historia de Dom Felipe el III, Rey de las Españas* ⁽⁴⁾, descreve os anos de 1621 a 1626 e o nascimento e morte de Felipe III (1578-1621).

A historiografia portuguesa do século dezessete revela grande declínio ⁽⁵⁾, especialmente quando comparada com as expressões mais altas dos quinhentos, como João de Barros (1496?-1570) e Diogo de Couto (1542-1616), e se excetuarmos Francisco Manuel de Melo, cuja obra parcial será aqui mencionada.

Na verdade, nenhuma história geral dá conta adequada da história interna e externa de Portugal, e os próprios cronistas oficiais, desde Bernardo de Brito (1569-1617) ⁽⁶⁾ até Frei Manuel dos Santos (1672-1740), só trouxeram a história até a batalha de Aljubarrota (1385). É verdade que entre esses se coloca Frei Rafael de Jesus (1614-1693), autor da 7.^a parte da *Monarquia Lusitana* (1633) e do *Castrioto Lusitano*, história geral dos holandeses no Brasil, de que adiante trataremos, mas nenhuma história geral de Portugal ajusta todo o acontecimento particular da colônia no quadro geral da Metrópole ou no universal.

As obras de Manuel Severim de Faria (1583-1655), *Discursos Vários Políticos* (1624) e *Notícias de Portugal* (1655), não cuidam da América Portuguesa, que aparece referida na *Relação Universal do que sucedeu em Portugal...* ⁽⁷⁾, limitada aos anos de 1621 e 1626, ou na *História Portuguesa* ⁽⁸⁾, registro anual de pequenas notícias desde 1610 a 1640. A *História* é uma fonte primordial, generosa em notícias miúdas e grandes, com alguns silêncios, temporalmente limitada, sem as características descritivas e interpretativas do gênero histórico. É antes uma coleção de efemérides, valiosa pela fidedignidade da informação direta, mas sem narração seguida e una, logicamente estruturada, numa interpretação de motivos e conseqüências. É uma fonte direta para os sucessos parti-

(4) Lisboa, 1631; Barcelona, 1634. Sobre ele vide B. Sánchez Alonso, *Historia de la Historiografía*, ob. cit., II, 310-11.

(5) Aubrey F. G. Bell atribui à sujeição à Espanha e à influência da Inquisição a decadência do século XVII. *A Literatura Portuguesa*, Coimbra, 1931, 333-334. Hernani Cidade acentua o caráter autonomista e pragmático desta historiografia, destacando Frei Luís de Sousa (1555-1632), de certo modo quinhentista, e Francisco Manuel de Melo (1608-1666). *Lições de Cultura e Literatura Portuguesa*, 2.^a ed., Coimbra, 1942, 1.^o vol.

(6) Vide *Elogio* de Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal*, Lisboa, 1655, 278-305.

(7) Lisboa, 1626.

(8) Editada pelo Barão de Studart (Fortaleza, Ceará, 1903) que anotou a obra. No Arquivo da Casa de Cadaval encontram-se outros originais de Severim de Faria. Cf. Virgínia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva, *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval...*, Coimbra, 1956, n.^o 492.

(9) Madri, 2 tomos, 1628, reeditado postumamente com o título *Europa Portuguesa*, Lisboa, 1678-1680. É no capítulo 21 da parte IV que se contém a história de 1605 a 1628. Há uma edição de Bruxelas, 1677. *A Europa Portuguesa* (Lisboa, 1678-1680, 3 vols.) amplia e corrige o *Epl tome*, segundo o editor, mas realmente não ultrapassa o mesmo ano de 1628, exceto na edição da *Historia del Reyno de Portugal*, (Amberes, 1730), onde a narrativa segue até 1730, sem declaração do Autor.

culares até 1640, como não o é o *Epítome de las Historias Portuguesas* ⁽⁹⁾ de Manuel de Faria e Sousa (1590-1640) ou a *Europa Portuguesa*, altamente louvadas por Barbosa Machado ⁽¹⁰⁾ e pelo seu biógrafo D. Francisco Moreno Porcel ⁽¹¹⁾. O prestígio de Faria e Sousa tem declinado com o tempo e hoje seria impossível aceitar sua própria afirmação de que “acordar-se tão tarde los escritores portugueses de poner en volumes dignos de duracion las Hazañas de suas naturales Heroes” ⁽¹²⁾, ou ainda a de Porcel: “não pode negar-se que são as Histórias de Manuel de Faria as únicas que tem Portugal reduzidas a um corpo perfeito, e ordenado, menos difusas que as antigas, mais largas que os Epítomes, melhor distribuídas que as crônicas, não tão secas como os Comentários, nem tão floridas como os Panegíricos” ⁽¹³⁾.

Faria e Sousa foi um historiador incansável, escrevendo como Francisco Manuel de Melo nas duas línguas, embora seja mais reconhecido pelos espanhóis, desde Porcel a Sánchez Alonso ⁽¹⁴⁾, que pelos portugueses, que sempre o maltrataram, talvez devido à posição política por ele assumida durante a Restauração, o que não invalida o amor ao seu país, expresso em tantas obras consagradas aos feitos dos seus heróis.

Se Severim de Faria, do mesmo modo que Faria e Sousa, pela certeza da informação e generalidade da notícia, não escreveu história geral em que se possa colher o quadro total português ou universal do acontecimento holandês no Brasil, D. Luís de Menezes, Conde de Ericeira (1652-1690), soldado e historiador, com sua *História de Portugal Restaurado* ⁽¹⁵⁾ abrangendo de 1640 a 1668, isto é, do auge do domínio à fase posterior ao Tratado de paz, restaura, apesar do estilo ornado e rebuscado ao gosto da época, a historiografia portuguesa desta segunda metade do século. Sua história é pura descrição contemporânea, imitando nisso e no modelo de Tito Lívio, a historiografia clássica. Poucos se aventuraram a escrever tão somente os sucessos de sua época, e quando os atingiam, as origens, as mais longínquas, ocupavam grande parte do livro. Por isso estava consciente das dificuldades a que “se sujeita quem se resolve a escrever uma história, que pela opinião comum dos historiadores costuma ser de séculos passados, em que mais desafogados os ânimos entram a descobrir a verdade dos sucessos. Porém quais serão os inconvenientes, quais os perigos quase invencíveis, a que se arroja quem tomou a temerária resolução de imprimir em sua vida a história do seu tempo?” Ericeira gastou dez anos no preparo do primeiro volume, e, antes de começar a escrever, levou dois anos lendo

(10) *BL*, III, 253, 260. Nesta se diz que Faria e Sousa escreveu a “América Portuguesa”, que descreve o Brasil desde seu descobrimento até 1640, mas que entregue o manuscrito a Duarte de Albuquerque Coelho este pediu licença ao secretário Diogo Soares, que o ocultou, perdendo-se o original.

(11) *Retrato de Manuel de Faria y Sousa*, Lisboa, 1738. A obra é dedicada ao Quinto Conde de Ericeira, D. Luís de Menezes, Vice-Rei das Índias. É uma biobibliografia com extratos de numerosas opiniões e elogios de Manuel de Faria e Sousa.

(12) Prólogo do *Epítome* e da *Europa Portuguesa*.

(13) Porcel, *ob. cit.*, 98.

(14) *Historia de la Historiografía*, II, 342.

(15) Lisboa, 1679-1698, 2 tomos. Vide Barbosa Machado, *BL*, III, 115-119. Transcreve opinião do *Journal des Scavans* (13 de janeiro de 1681): “Tout est grand dans cette histoire, le sujet, la manière de l'écrire, et l'Auteur même”.

as histórias mais seletas para assentar o estilo. Sujeitou a obra toda a pessoa inteligente e douta que se animasse a lê-la e emendou o que se advertia. Por isso mesmo era muito sensível às queixas e aos ódios dos que se julgavam omitidos, e que, muitas vezes, se desafogando “pelos caminhos do delírio, transformavam o Autor em Réu”. É admirador de Manuel de Faria e Sousa, o “moderno Lívio” português, e julga que o *Epítome* e a *Europa Portuguesa* ficam com a sua “história enfiada à de Portugal até a paz celebrada entre esta Coroa e a de Castela, que é o assunto que compreendem estes dois volumes”. Sua obra trata especialmente das lutas com os castelhanos entre 1640 e 1668, mas compreende toda a história dos holandeses no Brasil, desde 1624 a 1654. Seu censor acredita, como ele, que “com este trabalho do conde e com o que já teve o grande historiador Manuel de Faria e Sousa, temos conseguido a história portuguesa do instante em que se criou o Mundo até o feliz governo de V. A.”. Não queria Ericeira “maior recompensa que o conhecimento, de que até agora saiu ao Mundo história mais verdadeira, pois sem afeição, ódio, esperança ou temor não perdoei a requisito algum necessário para a história, que me ficasse por escrever”.

Ericeira enfrentará todas as dificuldades do escrito da história contemporânea: a reação dos vivos, que formaram sua própria opinião, viveram os debates e conflitos e pessoalmente são parte da experiência direta que o autor interpreta. O primeiro a confundir a posição do historiador e a do político e a fazer-lhe sérias restrições foi Vieira, mencionado na questão da embaixada à França, na qual não tivera êxito⁽¹⁶⁾. Vieira nada disse, calou fundo seu ressentimento, como escreveu João Lúcio de Azevedo⁽¹⁷⁾ e esperou de 1679, quando saiu a *História de Portugal Restaurado*, até 1688, quando Ericeira publicou seu livro sobre a vida de Jorge de Castrioto⁽¹⁸⁾ e lhe ofertou um exemplar. Vieira, que estava no propósito de não ler o *Portugal Restaurado*, agradeceu-lhe a oportunidade e escreveu⁽¹⁹⁾ que “em ambos admiro o método, a ordem, a disposição, a felicidade, a facilidade, a altiloqüência do estilo e pureza da linguagem, a arte sem afetação, a discrição, o juízo, e todas as outras excelências de que se pode compor no grau sumo o mais perfeito historiador”. E logo acrescentava que “sendo as informações dos sucessos sempre várias, e na mesma variedade incertas, é força que, em muitas cousas, os que do ano quarenta e mais atrás vivem até agora achem alguns reparos”. É continua: “E assim sucede no primeiro sucesso do Brasil, que é a restauração da Bahia, em que não concorda com muitas circunstâncias o que V. Ex.^a refere com o que vimos os que ainda agora vivemos”. Era uma restrição mínima em face do elogio, especialmente considerando que ele ouvira dizer que a

(16) *História de Portugal Restaurado*, ed. 1670, I, 633.

(17) *História de Antonio Vieira*, 2.^a ed., 1931, II, 258-261.

(18) *Exemplar de virtudes en la vida de Jorge de Castrioto, llamado Scanderberg, principe de los Epirotas y Albaneses*, Lisboa, 1688.

(19) Carta CCXXVIII, de 18 de agosto de 1688, in *Cartas do Padre Antônio Vieira*, ed. de João Lúcio de Azevedo, III, 552-554. No Arquivo da Casa de Cadaval encontra-se outra carta de 19 de julho de 1689, e pelo resumo do verbete parece fazer Vieira o mesmo elogio a *História* e a mesma restrição a respeito da restauração da Bahia em 1625. Cf. Virgínia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva, *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval*, Coimbra, 1956, n.º 423.

História de Ericeira o “louvava com descrédito”, ou “descreditava com louvores”, e talvez por isso não se aplicasse a lê-la, ou porque, como escrevia, “parte dela que pertence ao Brasil vi-a com os olhos e a outra parte das embaixadas passou-me pelas mãos”. Mas Vieira nada dissera sobre a proposição de Ericeira relativa à embaixada à França, na qual, louvando-o “como um sujeito em que concorriam todas as partes necessárias para ser contado como o maior pregador do seu tempo”, o desacreditava, pois, “como o seu juízo era superior e não igual aos negócios, muitas vezes se lhe desvaneceram, por querer tratá-los mais sutilmente do que o compreendiam os príncipes e ministros com que comunicou muitos de grande importância”, como se lia na *História*. Não lhe respondera à carta de 3 de abril de 1688, pedindo-lhe que dissesse por que estava queixoso da sua *História*, nem mesmo agora, dez anos depois. Mas a 23 de maio de 1689 (20) Vieira escrevia a Ericeira e lhe dizia em longa carta por que estranhara aquela sentença. Vieira rememora os negócios em que participou quando serviu ao Rei, na França e na Holanda: o da proposta de formação de duas companhias de comércio, o da transplantação das drogas da Índia para o Brasil, e o socorro para a ajuda da Bahia, novamente atacada em 1638. Não eram propostas desvanecidas e por isso pedia-lhe que indicasse negócio ou conselho que se desvanecesse. Não o da entrega de Pernambuco, que não fora dele, mas do próprio Rei. E com rigorosa capacidade de argumentação e de lógica, Vieira declara que “não era bem que V. Ex.^a escrevesse que como seu juízo era superior e não igual aos negócios, esses muitas vezes se desvaneceram, porque os príncipes e ministros não percebiam as suas sutilezas”.

Ericeira foi o único a compor a história geral, como testemunha contemporânea; apenas na parte relativa ao Brasil não foi espectador e só um exame especial pode revelar de que fontes se serviu (21).

Do lado holandês destaca-se especialmente Leeuw van Aitzema (1600-1669), autor de numerosa bibliografia histórica e sobretudo da compilação *Saken van Staet en Oorlogh. In ende omtrent de Vereenigde Nederlanden* (22). Esta História dos Negócios de Estado e de Guerra vale, sobretudo, pelas numerosas peças oficiais, instruções, tratados, memórias, resoluções reunidas pelo autor e que a tornam um dos mais importantes trabalhos holandeses sobre o século XVII. Muitos episódios da dominação holandesa, como a capitulação da Taborda, e a rendição final (26 de janeiro de 1654) (23), estão nele muito bem documentados. Várias outras obras holandesas da época, como as de N. Wassenaer, G. Baudartium, E. van Meteren, Johan Tjassens, Antonius J. C. Thysius contêm mais que as

(20) Carta CCXXX, *ob. cit.*, 556-571. A carta de Ericeira, de 3 de abril de 1688, é referida nesta.

(21) É necessário comparar sua história com os livros e folhetos da época para uma melhor apreciação, pois escrevendo entre 1668 e 1678 estava a obra de Rafael de Jesus impressa e a de Diogo Lopes Santiago redigida. Arnold Wiznitzer mostrou recentemente seu equívoco quanto ao número de judeus no Brasil, que Ericeira calculava em 5.000 em 1654 e era apenas de cerca de 654. Cf. *The Number of Jews in Dutch Brazil (1630-1654)*. *Conference of Jewish Relations, rep. Jewish Social Studies*, vol. XVI, n.º 2.

(22) Haia, 1669-1672. Vide J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 116.

(23) Charles Boxer, *The Dutch in Brazil*, Oxford, 1957, 296.

histórias gerais portuguesas e espanholas sobre os acontecimentos, mas não se destacam pela riqueza documental contemporânea, como a de van Aitzema ⁽²⁴⁾.

3 A historiografia dos holandeses no Brasil

Já a História Geral dos holandeses no Brasil compreende, especialmente, Diogo Lopes Santiago, Rafael de Jesus, Frei João de Santa Tereza e D. Francisco Manuel de Melo.

Diogo Lopes Santiago, natural do Porto e professor de Gramática em Pernambuco, é, segundo Barbosa Machado, o autor da *História da Guerra de Pernambuco* ⁽²⁵⁾, obra cuja única cópia manuscrita, em letra do século XVII, não contém o nome do autor ⁽²⁶⁾. Deve ter sido redigida a partir de 1634, sendo a primeira edição de 1875 ⁽²⁷⁾, e baseia-se, segundo mostrou Gonçalves de Melo, Neto, no *Valeroso Lucideno* de Manuel Calado, e foi a fonte de Rafael de Jesus. Lopes Santiago escreveu a narrativa de 1630 a 1649, deu muitas informações valiosas desconhecidas em outras fontes, corrigiu enganos de Calado e é dele a mais completa descrição das duas Batalhas de Guararapes (1648-1649) ⁽²⁸⁾. Uma segunda edição recentemente impressa não evitou erros e incorreções e não se autorizou na colação rigorosa com o manuscrito do Porto ⁽²⁹⁾.

Rafael de Jesus (1614-1693), beneditino, foi nomeado cronista-mor do Reino em 1681, um pouco depois da publicação do *Catrioto Lusitano*, onde conta a história da invasão e da restauração de Pernambuco ⁽³⁰⁾. Nunca esteve no Brasil, e seu livro, concluído em 1675 em Braga, foi escrito com base em Manuel Calado ⁽³¹⁾, abrangendo apenas a primeira parte da biografia de João Fernandes Vieira até 1654; a segunda foi iniciada e não concluída ⁽³²⁾. Continua a ser considerado pela historiografia atual ⁽³³⁾ como um compilador enfático e insípido. Despido de interesse humano, sem paixão ou amor, sem ódios ou sofrimento, na carne como Calado, e nos bens como Duarte de Albuquerque Coelho, relatou, de modo enfadonho, os sucessos que feriram a colônia. Escritor de pouco mereci-

(24) Vide J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 105-111.

(25) Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, I, 669, Pereira da Costa, *RIAGP*, 1907, n.º 67, 175, e J. A. Gonçalves de Melo Neto, *Manuel Calado do Salvador*, Recife, 1954, 19, acrescentaram novos dados biográficos.

(26) O manuscrito que serviu de texto para a edição da *História* foi mandado copiar por João Francisco Lisboa, no Porto, em 1861. Vide J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 219.

(27) Vide J. H. Rodrigues, *Historiografia*, 14 e n.º 219. O Autor já se refere à obra sobre D. Felipe IV escrita por Céspedes y Menezes em 1634.

(28) José Antônio Gonçalves de Melo Neto, *ob. cit.*, 20.

(29) J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 220, José Antônio Gonçalves de Melo, Neto, verificou recentemente que quatro capítulos desta obra foram omitidos do original existente na Biblioteca e Arquivo Municipal do Porto nas edições de 1883 e 1934. Vide "Missão nos arquivos" *Diário de Pernambuco*, 15-VII, 19-58.

(30) A 1.ª ed. é de 1679. Vide sobre as várias edições J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 215 e 216. O manuscrito da Torre do Tombo parece ser o original.

(31) *Ibid.*, n.º 215.

(32) Carlos Alberto Ferreira, *Inventários dos Manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do Sul*, Coimbra, 1946, 294.

(33) José Antônio Gonçalves de Melo, Neto, *ob. cit.*, 22-23.

mento, muito criticado por F. A. Varnhagen e H. Wätjen, dele se pode dizer o que ele mesmo escreveu quando, como cronista-mor, elaborou a *Monarquia Lusitana*: há histórias cujos tomos são túmulos ⁽³⁴⁾.

Menor apreço na historiografia sobre os holandeses no Brasil merece ainda Giovanni Gioseppe di Santa Tereza, nome do carmelita descalço português João de Noronha Freire (1658-1733) que estava em Portugal em 1698, quando se publicou a sua *Istoria delle Guerre del Regno del Brasile*. A obra é uma compilação pouco estimada ⁽³⁵⁾ e responsável pela criação de algumas lendas como a da morte do Almirante Adriaen Janszoon Pater envolto numa bandeira e declarando que o mar era o único túmulo digno de um Almirante batavo. O primeiro livro contém uma espécie de introdução, que trata desde o descobrimento até a dominação portuguesa. Já no segundo se descreve a captura da Bahia (1624) e, no sétimo, com que termina, a expulsão dos holandeses.

D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666) foi um dos maiores espíritos de sua época. Soldado no começo da vida, que nasceu nobre, dado às leituras, amigo de grandes escritores da Península como Quevedo, de quem se tornou íntimo e com quem tanto se cartou, D. Francisco aprendeu com D. Manuel de Menezes, almirante e cronista-mor do Reino, que lutou em 1625 contra os holandeses na Bahia e escreveu-lhes a breve vitória, a combater e as primeiras lições literárias ⁽³⁶⁾.

Vivendo em Madrid, foi D. Francisco Manuel representante de D. João de Bragança junto à Corte, e na revolta de Évora de 1637, precursora da restauração de 1640, veio a Portugal representando, com o Conde de Linhares, o Conde Duque de Olivares. Desde então tornou-se suspeito de espanholismo. D. Francisco, apesar de português, foi chefe do Estado-Maior das tropas reais que combateram o movimento revolucionário da Catalunha em 1640, sobre a qual escreveu uma monografia clássica, louvada na própria historiografia espanhola ⁽³⁷⁾.

Com o movimento da restauração portuguesa, apesar de seus serviços, apresentando na Inglaterra uma armada de 24 navios, que trouxe ao Tejo, e da campanha, como simples soldado, na guerra com a Espanha, caiu em desgraça, ficou suspeito de hispanofilia e foi preso em 1644, sob suspeição de mandante de assassínio. Condenado em 1652 ao degredo perpétuo no Brasil e a penas pecuniárias, atribui-se a severidade da sentença quer à rivalidade com D. João IV em caso galante, quer à conspiração contra o Reino ⁽³⁸⁾. Na prisão, D. Francisco escreveu grande parte de sua obra literária e histórica, como o *Ecco Polytico Responde en Portugal A la Voz Castilla* ⁽³⁹⁾ e a *Vida e Morte, Dittos E Feytos de El-Rei Dom João*

(34) Aubrey Bell, *A Literatura Portuguesa*, Lisboa, 1931, 273.

(35) J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 217-218.

(36) Vide Edgard Prestage, *D. Francisco Manuel de Melo*, Coimbra, 1914; com o mesmo título, resumo biográfico, Oxford, 1922; trad. portuguesa, Coimbra, 1933.

(37) *Historia de los Movimientos, Separación Y Guerra de Cataluña*, 1.ª ed. Lisboa, 1645. Existem 17 edições. Sobre seu papel na Historiografia espanhola vide B. Sánchez Alonso, *Historia de la Historiografia*, ob. cit., II, 316-318.

(38) Este resumo baseia-se em Edgard Prestage, ob. cit.

(39) Lisboa, 1645. Vide J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 90.

IV⁽⁴⁰⁾. Na primeira revela seu lusitanismo, melhor que sua hispanofilia, como diz Sánchez Alonso⁽⁴¹⁾, retrata os desentendimentos entre as duas nações e responde e argumenta a favor de Portugal; na segunda, inacabada, pinta “para os tempos a imagem de hum Rey” D. João IV. “Nem sangue, nem Pátria, nem respeitos se interpoem entre my e a Verdade” escreve D. Francisco, no começo da obra, e talvez por isso, pelas indiscrições e inconveniências expostas e comentadas pelo autor, a obra não se publicou, dela existindo apógrafos nas bibliotecas portuguesas e um na do Rio de Janeiro.

Evitando as prolixas crônicas, que são “pasto de vulgaridade”, e enriquecendo a obra dos “feitos ainda que pequenos encaminhados a grandes fins, ou opulentos de alta doutrina”, D. Francisco Manuel expôs as razões profundas do levantamento português contra o senhorio espanhol, manifestando as origens da restauração. Com seu estilo retórico censura a notória declinação da Espanha, o realismo absoluto, e descreve a história, como “hũa creatura proporcional de rigorosa simetria: sua alma a verdade, seu corpo a narração, a cabeça o Herói, de que se escreve, braços o episódio, que dela tem dependência”, e quer com suma brevidade pintar para os tempos a imagem de um Rei, cuja história não recearia competição com os grandes do Mundo.

Como escritor conceituoso, Francisco Manuel faz reflexões históricas em outras obras. No “Apólogo Dialogal Quarto”, chamado de “Hospital das Letras”, explica as duas maneiras com que se pode escrever a história: “A primeira quiseram os antigos fosse austera e incorrupta, sem que o historiador pusesse de sua casa mais que o estilo”. Deste modo de escrever foram grandes Tucídides e Tito Lívio. “A segunda não só consente, mas requer no historiador que entreponha seu juízo, quando se refere às ações e sobre elas levante discursos, como não sejam alheios ou prolixos.” Deste foram ilustres Xenofontes, Políbio e Tácito. Para uma, expõe Francisco Manuel, a história se havia de escrever pura, para outros ornada; ele, porém, afirma ser lícito e obrigatório salpicar de sentenças, observações e juízos a história, mas “com ciso e mesura, a fim de não degenerarem os historiadores em discursantes”⁽⁴²⁾.

Se a *Historia de los movimientos, Separación y guerra de Cataluña é* uma monografia magistral que nada tem a invejar às mais belas da antiguidade nem às dos nossos tempos, como diz o historiador da historiografia espanhola⁽⁴³⁾, não são o *Ecco Polytico*, ou a *Vida e Morte*, os contrapontos da historiografia portuguesa. São apenas vozes mais modestas da sua composição historiográfica, que refutam as acusações do espanholismo, ou melhor, reafirmam a lealdade de D. Francisco à sua Pátria, antes confundida no grande quadro hispânico. Neste sentido a *Declaración que*

(40) Escrita em 1650 e publicada pela Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1940. Descrição bibliográfica in J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 91. Sobre a edição vide J. H. Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, 5.ª ed., 1978, 403.

(41) *Historia de la Historiografía*, II, 372.

(42) *Apólogos dialogais*, Rio de Janeiro, 1920, 448-449.

(43) Sánchez Alonso, *Historia de la Historiografía*, II, 318.

el Reyno de Portugal agora offrece el Doctor Geronymo de Santa Cruz ⁽⁴⁴⁾, publicada três anos antes de morrer, exalta as glórias lusitanas e defende o Rei D. Afonso VI.

D. Francisco partiu para o Brasil a 17 de abril de 1655, como exilado, na armada da Companhia Geral do Comércio, comandada por Francisco de Brito Freire, aqui chegando a 1.º de agosto. Apesar de degredado, D. Francisco teve o comando de parte da esquadra, e sua viagem foi narrada na *Relação da viagem que fez ao Estado do Brasil a Armada da Companhia anno de 1655*, escrita por Brito Freire. Na Bahia escreveu os *Apólogos Dialogais*, considerados por Alexandre Herculano como “a balisa que marca o ponto mais alto a que subiu o talento de D. Francisco Manuel” ⁽⁴⁵⁾. Observa e ironiza os costumes da sociedade e castiga a corrupção. Menendez y Pelayo notou em relação aos *Apólogos* ⁽⁴⁶⁾ e à *Carta de Guia de Casados* ⁽⁴⁷⁾, também escrita na Bahia, que “en Melo se dió un fenomeno contrario al que generalmente se observa en nuestros escritores de aquella edad. Empezó por el culteranismo y por el conceptismo, y acabó por el decir mas llano y popular y por la mas encantadora y maliciosa sencillez” ⁽⁴⁸⁾. Escreveu ainda na Bahia parte de suas *Epanáforas*, o “Diario del Brasil” nunca publicado e cujo original se perdeu, alguns sonetos das *Obras Métricas* ⁽⁴⁹⁾ e a “Descrição do Brasil”, intitulada: “Paraíso de Mulatos, Purgatório de Brancos e Inferno de Negros”, noticiada pelos bibliógrafos desde Barbosa Machado (1741-59), e repetida, pela originalidade do achado, por Antonil, no começo do século XVIII.

Passou dois anos e meio no Brasil e é digno de nota, como escreveu Edgar Prestage, que não faça uma simples alusão às belezas naturais dos trópicos, e seja um dos raros escritores portugueses que não se revelou animado pelas grandezas ou bondade da terra. A sua descrição pitoresca e depreciativa da gente o coloca entre os primeiros descrentes do Brasil. Partindo em 1658, e se estabelecendo em Lisboa em 1660, com pequena permanência na ilha da Madeira, foi perdoado em 1662, serviu em missões diplomáticas e faleceu aos 24 de agosto de 1666.

Foi durante sua estada, na volta, em Portugal, que escreveu a narrativa da epopéia da restauração de Pernambuco ao domínio português. Assinada de Alcântara (23 de dezembro de 1659), a “Epanáfora Triunfante”, 5.ª e última das *Epanáforas de Vária História* ⁽⁵⁰⁾, reúne-se à *Relaçam dos sucessos da Armada* (1650), como as duas únicas peças da extensa bibliografia de Francisco Manuel que trataram do domínio holandês no Brasil. Se juntarmos a esses dois o *Ecco Polytico* e a *Vida e Morte de El Rei, Dom João IV*, teremos a obra geral histórica do autor que interessa

(44) Lisboa, 1663.

(45) *Panorama*, 1840, 173-294.

(46) Lisboa, 1721, e várias outras edições.

(47) Lisboa, 1651, e várias outras edições.

(48) *Historia de las ideas estéticas en España*, Madri, 1884, II, 416.

(49) Leão de França, 1665.

(50) Lisboa, 1660. Vide descrição bibliográfica in J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 564-567.

sob vários aspectos à historiografia brasileira. A “Epanáfora Triunfante Quinta” relata, em língua retórica, particularidades e sucessos da restauração de Pernambuco. Francisco Manuel declara que pretendeu escrever em brevíssimo modo os sucessos que tiveram as armas portuguesas restaurando a perdida liberdade em toda a província de Pernambuco e outras vizinhas, pois até então ninguém publicara em forma decente um só volume ⁽⁵¹⁾.

Como vemos, a historiografia geral dos holandeses no Brasil raramente contém a generalidade da história, limitando-se a um ou outro aspecto, tratados no conjunto da obra, como em Francisco Manuel, ou em uma única história, como a de Rafael de Jesus, que mais parece uma prestação de contas de autoridades e majestades. Raros são os que aguardam o desenrolar completo e sucessivo das várias fases. As histórias gerais das metrópoles dão pouca importância aos acontecimentos coloniais e as histórias gerais da colônia são raríssimas.

(51) As *Memórias Diárias* de Duarte de Albuquerque Coelho são de 1654 e o *Valeroso Lucideno* de Manuel Calado do Salvador de 1648 (edição apreendida). Provavelmente Francisco Manuel não considerava decente o estilo dos dois cronistas que, como fontes, são hoje considerados superiores ao clássico português.

CAPÍTULO III

A HISTORIOGRAFIA EPISÓDICA DOS HOLANDESES NO BRASIL

1. A invasão da Bahia (1624-1625) e a conquista de Pernambuco (1630-1635). 2. O período Nassoviano (1637-1644) e a luta contra os holandeses (1645-1654).

1. A invasão da Bahia (1624-1625) e a conquista de Pernambuco (1630-1635)

A historiografia episódica é aquela que examina os aspectos parciais ou os sucessos da invasão e domínio holandês no Brasil. É certamente a mais rica de todas, pois a literatura histórica se ocupou de fases e não de temas e, estes somente por espírito didático foram mais tarde assim classificados. A historiografia episódica pode dividir-se em duas grandes fases: a primeira abrangendo a Invasão da Bahia e a conquista de Pernambuco, e a segunda o período nassoviano (Conde João Maurício de Nassau-Siegen, 1637-1644) e a Restauração do Brasil português (1645-1654).

Na extensa bibliografia sobre a invasão e recuperação de Salvador ⁽¹⁾, a historiografia só pode ocupar-se de um ou outro escrito, pois os demais são documentos, peças oficiais, fontes de informação. A historiografia começa realmente com a restauração baiana; seus autores, como os combatentes, são especialmente espanhóis e portugueses, tais como Francisco de Avendagno y Villela, Jacinto de Aguilar y Prado, Bartolomeu Guerreiro, Fadrique de Toledo, Bartolomeu Rodrigues de Burgos, Tomas Tamayo de Vargas, Manuel de Menezes, Juan de Valencia y Guzman, Eugenio Narbona y Zuniga, e Johann Gregor Aldenburgk. De todos distinguem-se ⁽²⁾, do lado espanhol: Tomas Tamayo de Vargas, Juan de Valencia y Guzman e Eugenio Narbona y Zuniga; e, do lado português, Vieira, cuja *Anua* é fonte primordial e será tratada adiante, Bartolomeu Guerreiro e Manuel de Menezes.

Tomas Tamayo de Vargas (1588-1641) ⁽³⁾, cronista do Rei de Espanha, foi dos homens eruditos de sua época, cultivando a biografia e a

(1) Vide J. H. Rodrigues, *Historiografia*, ob. cit., 190-209.

(2) Francisco Avendagno y Villela e Bartolomeu Rodrigues de Burgos não estão registrados in B. Sánchez Alonso, *Fuentes ou Historia de la Historiografía*. As obras de Aguilar y Prado estão mencionadas in *Fuentes*, 7.222, 7.637. As Relações e Cartas atribuídas a Fadrique de Toledo são de caráter militar. Vide José H. Rodrigues, *Historiografia*, n.ºs 350-352.

(3) Vide B. Sánchez Alonso, *Historia de la Historiografía*, II, pp. 215-232, 237, 423.

crítica histórica. Nesta crônica Tamayo de Vargas revela o ponto de vista oficial espanhol do acontecimento, a defesa da colônia e as repercussões em Espanha. *A Restauración de la ciudad del Salvador* (1628) foi traduzida para o português em 1847 ⁽⁴⁾.

Juan de Valencia y Guzman ⁽⁵⁾ e Eugenio de Narbona y Zuniga ⁽⁶⁾ apresentam outros aspectos da invasão e recuperação. O primeiro, como soldado, assistiu aos acontecimentos e, assim, como testemunha presencial, seu depoimento vale mais que o de Aguilar y Prado e o do Bispo de Toledo, D. Eugenio de Narbona y Zuniga, pois ambos compilaram de notícias orais, cartas e relatórios transmitidos pelos aventureiros espanhóis que vieram restaurar a Bahia. Valencia y Guzman acresceu seu relato de descrição anterior sobre o Brasil, para leitores espanhóis que o desconheciam.

Tamayo de Vargas, porque exercita mais o ofício e recebe e colhe todos ou quase todos os dados oficiais, é realmente o melhor dos cronistas espanhóis. Nos outros não há grandes novidades, nem substanciosas são as narrativas, que omitem várias particularidades. Ao seu lado figuram, no mesmo plano, Manuel de Menezes e Bartolomeu Guerreiro.

D. Manuel de Menezes, herói dos acontecimentos, que narra de forma seca e fiel, foi cronista-mor do Reino, professor de astronomia, cosmógrafo-mor e dos que melhor reuniu, naquela época, a profissão literária à militar. Foi o comandante português da esquadra restauradora da Bahia e escreveu a *Recuperação da cidade do Salvador* ⁽⁷⁾, que é uma singular notícia, pela consciência e pelo caráter oficial de que vinha revestido. Cuidou de escrevê-la, segundo ele próprio diz, não pela nobre ocupação de ser cronista, mas para que, com mais cômodo sucesso, pudesse referir-se aos Ministros diante de quem se justificava.

Bartolomeu Guerreiro (1578-1642) nasceu no Alentejo e aos 18 anos entrou para a Companhia de Jesus. *A Jornada dos Vassallos da Coroa de Portugal* ⁽⁸⁾ é a primeira e uma das mais importantes narrativas da restauração da Bahia. Relata os acontecimentos do assalto, a tomada da cidade pelos holandeses e descreve os sucessos posteriores, as repercussões em Portugal, o preparo para a jornada de reconquista até a entrada, a 30 de abril de 1625, e as comemorações pela vitória. *A Jornada* é obra de extrema raridade e tem merecidamente “como todas as demais deste autor” ⁽⁹⁾ a estimação dos eruditos, “bem que o estilo por demais empolado, se resinta um pouco do gongorismo daquela época” ⁽¹⁰⁾.

(4) Vide José H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 357-358.

(5) Sánchez Alonso, *Historia de la Historiografía*, II, 422-423.

(6) Vide nota biobibliográfica in *ABN*, 1950, vol. 69, 9-11.

(7) *RIHGB*, 1859, XII. Sobre a vida e as ações de D. Manuel de Menezes o melhor relato é o de D. Francisco Manuel de Melo *Epanáforas de vária história portuguesa*, Lisboa, ed. de Edgar Prestage, 1931, 170. Vide também J. H. Rodrigues, *Historiografia*, cit., n.º 365.

(8) *Jornada dos Vassallos da Coroa de Portugal para as recuperar a Cidade do Salvador ...*, Lisboa, 1625. Cf. J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 341.

(9) *Gloriosa Coroa d'esforçados religiosos da Companhia de Iesu mortos polla Jé Catholica nas Conquistas dos Reynos da Coroa de Portugal*. Lisboa, 1624, opinião de Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliográfico Português*, Lisboa, 1858, I, 332.

(10) F. Rodrigues, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto, 1944, t. 3, vol. 1, 157. Padre Serafim Leite considera seu estilo puro e direto, cf. *História*, V, 60.

É evidente que Vieira e Frei Vicente do Salvador escreveram as melhores narrativas da conquista e restauração da Bahia, pois viviam e conheciam a terra e a gente antes dos ataques. Suas obras constituem capítulos à parte, sem desmerecer a de Bartolomeu Guerreiro.

Finalmente a narrativa mais importante do lado holandês foi escrita pelo oficial alemão a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, Johann Gregor Aldenburgk ⁽¹¹⁾.

De 1624 até 1636 coube a Johannes de Laet (1539-1649), com sua *Historie ofte Iaerlijck Verhael van de West-Indische Compagnie* ⁽¹²⁾, escrever o mais autêntico documento historiográfico. Nascido em Antuérpia, Laet foi diretor da Câmara de Amsterdam da Companhia das Índias Ocidentais e membro do Conselho dos XIX. Teve à mão papéis oficiais muitos dos quais ele próprio redigiu. Homem de extraordinária erudição, participou do Sínodo de Dordrecht, quando se discutiu o dogma da predestinação, debateu com as maiores figuras da época a origem dos índios americanos e escreveu várias descrições geográficas ⁽¹³⁾.

Expulsos da Bahia, refeitos com a captura da frota de prata, animados e seduzidos pela riqueza açucareira de Pernambuco, pela sua posição geográfica e administrativa (capitania hereditária e não real) ⁽¹⁴⁾, os holandeses capturam Olinda em 1630 e ampliam aos poucos seu domínio. Até 1635 enfrentam a resistência pernambucana, que se abate nesta época e se desfaz praticamente em 1637, quando chega a Pernambuco o Governador João Maurício de Nassau-Siegen.

As principais obras históricas são, do lado holandês, as de Joannes Baers e Ambrósio Richshoffer; e, do lado português, as de Duarte de Albuquerque Coelho e Francisco de Brito Freire, se descontarmos, pela sua menor significação historiográfica, a literatura de folhetos, as advertências e relatórios descritivos da atualidade, que são especialmente documentos históricos ⁽¹⁵⁾ e não historiográficos.

Joannes Paschasius Baers (1580-1653), predicante calvinista e capitão militar do coronel D. van Waerdenburgh, que dirigia as tropas de desembarque, escreveu a narrativa da conquista, *Olinda Conquistada* ⁽¹⁶⁾.

Ambrosius Richshoffer, natural de Strassburgo, soldado da Companhia publicou suas aventuras de 1630 a 1632 ⁽¹⁷⁾. A historiografia holandesa desta fase não tem a mesma categoria da portuguesa, pois os dois trabalhos

(11) Vide J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 354-356. A obra publicada em alemão foi traduzida para o português.

(12) Leyden, 1644; sobre as várias edições e a tradução portuguesa, vide J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 43-46.

(13) Vide sobre as várias edições, J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 43-46.

(14) Vide sobre esses vários aspectos históricos Charles Boxer, *The Dutch in Brazil, 1624-1654*, Oxford, 1957.

(15) Vide José Honório Rodrigues, *Historiografia*, pp. 215-226. Adriano Verdonck, que vivia em Pernambuco desde 1618 e escreveu uma descrição das capitanias, não é um autor da conquista. Ele as descreve para conhecimento do Conselho Político. Vide n.º 395 da *Historiografia* citada.

(16) *Olinda, Ghelegen int Landt van Brasil*, Amsterdam, 1630; trad. port. de Alfredo de Carvalho, *Olinda Conquistada*, Recife, 1898. Vide J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 390-391.

(17) *Brazillanische und Westindische Reisse Beschreibung*, Strassburg, 1677; trad. Alfredo de Carvalho, *Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais*, Recife, 1897. Vide J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 415-417.

de Duarte de Albuquerque Coelho e de Francisco de Brito Freire são dos melhores produtos da historiografia de língua portuguesa não só do domínio holandês no Brasil, mas de todo o século XVII.

Duarte de Albuquerque Coelho (1591-1658), quarto donatário de Pernambuco, chegou à Bahia na armáda que vinha restaurá-la do poder holandês em 1625. Voltou a Portugal e em julho de 1631 retornava ao Brasil na armada de D. Antônio de Ocquendo, que vinha combater os holandeses que assaltaram Pernambuco. Desde então até a grande retirada dos pernambucanos para a Bahia, finda a resistência com a queda do arraial de Bom Jesus, lutou como simples soldado. Participou da defesa da Bahia em 1638 e no fim do ano voltava para a Espanha onde se estabeleceu, ficando-lhe fiel, quando, dois anos mais tarde, Portugal se libertou do domínio espanhol.

Suas *Memorias Diarias de la Guerra del Brasil* ⁽¹⁸⁾, escritas em estilo fluente e agradável, constituem, ao lado de *Valeroso Lucideno*, de Frei Manuel Calado do Salvador, um dos mais importantes estudos de história social desta época, abrangendo de 1632 a 1638, e junto a mais dois ou três compõem a historiografia essencial sobre os holandeses no Brasil. Estavam redigidas em 1644, mas sua publicação foi adiada por uma década em face dos protestos de críticos hostis. Uma das objeções consistia na glorificação do caráter e da habilidade militar de Matias de Albuquerque, que chefiara toda a campanha de resistência dos luso-pernambucanos de 1630 a 1635 e mais tarde, em 1644, fora o chefe militar das forças portuguesas no Alentejo, distinguindo-se extraordinariamente na Guerra da Restauração de Portugal (1644-1646).

Seus interesses e sua paixão na defesa da religião e da capitania tornaram-no partidário, sectário, intolerante, mas um intérprete fiel dos sentimentos hispano-luso-brasileiros, embora mais tarde fosse infiel a Portugal e à sua própria capitania brasileira pela oposição voluntária ou forçada à causa portuguesa da libertação. Duarte de Albuquerque Coelho deixou, em manuscrito, outros trabalhos, inclusive o "Compendio de los Reis de Portugal", escrito em 1625.

Francisco de Brito Freire (c. 1625-1692) ⁽¹⁹⁾ desde cedo começou sua carreira militar, servindo ao Rei e a Portugal. Rico, possuindo por herança de seu avô engenhos no Brasil, já em 1641, aos quinze ou dezesseis anos, embarcava na armada que foi a Cádiz; logo depois foi socorrer a Ilha Terceira, serviu no exército do Alentejo nas lutas contra a Espanha, especialmente na batalha de Montijo. Assinalou seu valor nestas e em outras campanhas contra os castelhanos, e foi promovido a capitão de infantaria, capitão-de-mar-e-guerra e, finalmente, Almirante da Armada da Companhia Geral que saiu de Lisboa a 3 de outubro de 1653, para recupear Pernambuco.

(18) Madri, 1654. Vide outras edições e trad. in J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.ºs 409-412. Sobre o *Compendio*, vide n.º 409.

(19) Edgar Prestage, baseado na referência que a si próprio faz Brito Freire em sua *Relação de Vlagem* (1656), como "hum general tão moço, que ainda não contava trinta annos de idade", conclui que este nascera depois de 1625. *Francisco Manuel de Melo*, ob. cit., 271, nota.

A vitória obtida a 26 de janeiro de 1654 foi contada pelas várias *Relações* e pela *Epanáfora Triunfante Quinta*, de seu amigo Francisco Manuel. A segunda viagem ao Brasil vem descrita na *Relação de Viagem* que o próprio Almirante escreveu. Nesta ocasião conduziu 139 embarcações, carregadas de 53.221 caixas de açúcar, além de tabaco, marfim, âmbar, negros e jacarandá. Foi a maior e a mais rica frota que em número de naus e cabedal de fazenda entrou até aquela época nos portos de Portugal. Fez ainda uma terceira viagem ao Brasil, depois de governar a praça militar de Jerumenha, em 1660, pois a 26 de janeiro de 1661, tomava posse do governo de Pernambuco, que dirigiu até 5 de março de 1664.

Sua obra principal, a *Nova Lusitania ou História da Guerra Brasileira* ⁽²⁰⁾, relata os sucessos decorridos entre 1624 e 1638, que já haviam sido contados pelo donatário da capitania, Duarte de Albuquerque Coelho. Se é verdade que não teve participação direta nos acontecimentos que descreve, utilizando-se de papéis, correspondência e de descrições orais, não é menos autêntico e seguro. Não copiou o trabalho de Duarte de Albuquerque Coelho, como escreveu Varnhagen, pelo mero fato de ambos terem terminado sua obra em 1638. Seria muito fácil verificar-se o plágio em obras de data de publicação tão aproximada; além disso, a crítica interna e a comparação dos textos, assim como o fato conhecido de Brito Freire só haver publicado a Primeira Década, e haver falecido antes de completar a Segunda, que abrange os anos de 1638-1655, revelam a improcedência da acusação de Varnhagen.

Menos procedente, ainda, é a sua crítica ao estilo de Brito Freire, que por outros mais competentes em crítica literária foi julgado autor da maior estimação e escritor que se exprimia com propriedade e correção. Foi, talvez, dos primeiros a manifestar, ao se referir a Calabar, sentimentos patrióticos em relação ao Brasil, e é de se lamentar, isso sim, que a Segunda Década, em manuscrito e incompleta, não tenha sido encontrada, pois pela sua participação e encargo oficial poderia ter à mão documentos e papéis que dessem à sua descrição autoridade e fidedignidade incontestáveis. Produtor de História e historiador, Brito Freire deixou documentos historiográficos e históricos, como a "Relação sobre a Capitulação de Recife" em 1654 ⁽²¹⁾, narração de extraordinária fidedignidade, redigida com grande espírito de síntese, e a *Viagem da Armada da Companhia do Comércio, e Frotas do Estado do Brasil* ⁽²²⁾, relativa a 1655, importantíssima porque a Companhia de Comércio teve grande parte na restauração de Pernambuco.

(20) Lisboa, 1675. Vide também Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*. F. A. Pereira da Costa escreveu uma Biografia de Brito Freire, na *RIAGP*, 1901, vol. 9, n.º 55, 167-168. Os melhores subsídios biográficos são os de M. Lopes de Almeida, *O Historiador da Nova Lusitania, Francisco de Brito Freire*, Coimbra, 1952 e "Novos subsídios para a biografia de Francisco de Brito Freire", *Brasília*, vol. IX, Coimbra, 1955, 133-197. Estes dois documentos publicados (I, de 23 de julho de 1651 e LII de 8 de setembro de 1665) são duas breves biografias.

(21) Virgínia Rau, *Relação Inédita de Francisco de Brito Freire sobre a Capitania do Recife*, Coimbra, 1954. Trata-se de documento do Arquivo Cadaval, cód. 976, fl. 73v., registado in V. Rau e M. F. Gomes da Silva, *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*. Coimbra, 1956. doc. 1974.

(22) Lisboa, 1657. Há várias outras edições; vide J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 413.

Apesar de todos os seus grandes serviços Brito Freire sofreu o infortúnio político, quando da deposição de D. Afonso VI. Tendo-lhe sido ordenado que conduzisse o rei às Ilhas Terceiras, Brito Freire “não aceitou tal encargo, por julgar que nessa missão perigava a sua fidalgaria e honra” (23). Por isso, foi preso e só aos poucos conseguiu restaurar sua liberdade. A 24 de junho de 1691, Vieira escrevia-lhe que a Bahia estava “muito acrescentada e enobrecida de casas, mas totalmente despovoada de homens. Todos os que V. S. na sua ilustre *Historia* canonizou de heróis acabaram, e também não existem já as memórias daquela arte ou desconcerto militar com que defendemos esta praça e restauramos tantas de Pernambuco” (24). A lembrança de suas vitórias, do seu governo, dos seus serviços, do seu patriotismo eram um consolo para o velho militar e historiador.

2. O período Nassoviano (1637-1644) e a luta contra os holandeses (1645-1654)

O período Nassoviano (1637-1644) e a restauração de Pernambuco (1645-1654) constituem duas fases extremamente ricas na historiografia sobre os holandeses no Brasil. Barleus, Calado, Moreau, Francisco Manuel de Melo e Nieuhof são os mais representativos, e se a eles juntarmos Pedro Cadena e Matheus van den Broeck, teremos um quadro completo, sem os documentos históricos como o “Machadão do Brasil” e a “Bolsa do Brasil”, que melhor figuram numa bibliografia (25).

Se Calado é a melhor expressão da historiografia portuguesa desta fase, Gaspar Barleus é a figura mais destacada da crônica holandesa sobre o Brasil. Nascido em Antuérpia, Gaspar van Baerle (1584-1648) (26) foi filólogo, historiador, um dos maiores poetas latinos de sua época e muito conhecido e afamado como erudito de formação clássica. Assim se explica sua escolha por João Maurício de Nassau, que o incumbiu de escrever a história dos seus feitos nos oito anos de administração do Brasil. *A Rerum per Octennium in Brasilia* (27), apesar do tom panegrico, é obra de excepcional valor, como narrativa contemporânea, pois o autor teve acesso às fontes oficiais e particulares. Como descrição da obra administrativa de João Maurício de Nassau, deve ser considerada uma das mais representativas da literatura sobre a experiência colonial holandesa no Brasil e a

(23) M. Lopes de Almêida *O Historiador da “Nova Lusitania” Francisco de Brito Freire*, Coimbra, 1952, II. Aí se registam as duas cartas de Vieira, a de 28 de fevereiro de 1671, que fala no alívio da prisão, isto é, na transferência da Torre de Belém para S. Julião, e a de 12 de julho de 1678, quando, como soldado, saiu em fragata a correr a costa, a fim de se introduzir de novo no serviço e se habilitar ao Almirantado.

(24) *Cartas do Padre Antônio Vieira*, coordenadas e anotadas por J. L. de Azevedo, Coimbra, 1928, 609-610.

(25) J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 524 e 525.

(26) O melhor estudo bibliográfico é de J. A. Worp, “Gaspar van Baerle”, *Oud Holland*, t. 3 a 7, 1885-1889. Outras indicações bibliográficas in J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 449.

(27) 1.ª ed. Amsterdam, 1647. As várias edições alemã, holandesa, portuguesa, descritas in J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 449-453. Vide também, de J. H. Rodrigues, “A edição brasileira de Barleus”, “Suplemento Literário” de *A Manhã* (Rio), 10 de agosto de 1941, reproduzido na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, LXXVII, 272-277.

principal autoridade impressa. Começa onde terminava o livro de Laet, e, como este, baseia-se nas fontes, embora exalte sempre a figura do Conde. Apesar disso, Barleus dá a palavra a vários inimigos e desafetos de Nassau, como Arciszewski. Trata-se, como observou Charles Boxer, do primeiro trabalho europeu em que o cenário tropical foi representado diretamente em desenhos feitos por um artista profissional no próprio local ⁽²⁸⁾.

Terminada a fase de Nassau (1644), que sempre procurara contemporarizar, o descontentamento atinge ao máximo e em 1645 os povos de Pernambuco iniciam o movimento de expulsão dos holandeses. Dos cronistas desta fase, ou melhor ainda, de toda a época dos holandeses no Brasil, destaca-se singularmente Frei Manuel Calado do Salvador, português nascido em Vila Viçosa (1584 ?), que viveu no Brasil (Pernambuco) de 1624 (?) a 1646, quando voltou a Portugal a fim de solicitar de D. João IV apoio para Pernambuco, que sofria as aperturas da guerra ⁽²⁹⁾. Morreu em 1654, quando terminara a invasão holandesa, sem ter conseguido sua grande aspiração de ser o administrador eclesiástico da capitania.

Calado escreveu de setembro de 1645, aproximadamente, a julho de 1646, em plena luta, uma das mais simples e humanas histórias dos seiscentos, saborosa pela vivência, pela simpatia e antipatia com que tratou episódios e pessoas, no *Valeroso Lucideno e Triumpho da Liberdade* ⁽³⁰⁾, que abrange o período de 1630 a 1646. A ingenuidade e simplicidade com que Calado escreveu, no meio do vozerio, das trombetas, dos assobios de balas, dão ao seu livro um alto índice de autenticidade. É certo que foi parcial, mas nem de outro modo poderia proceder quem por tantas vezes declarou, no correr de suas páginas vivas e coloridas, tomar partido pelos da facção da liberdade católica e lusitana. O seu desejo de ver o Brasil livre dos holandeses, e o zelo em batalhar para restituir Pernambuco ao Império de D. João IV conduziram-no muita vez ao erro, à parcialidade, à falsidade. Muitas vezes estava escrevendo a sua obra que com tanto sabor denominou de Triunfo da Liberdade, quando chegavam à sua casa feridos de guerra que lhe pediam agasalho e absolvição ⁽³¹⁾.

Entrara em Pernambuco antes da invasão, a fim de adquirir esmolas para seu velho pai e sua tia. Solidarizando-se com os sofrimentos dos aflitos moradores, embrenhou-se pelo mato, onde rezava missa, consolava os enfermos, pregava a fé católica, abominava a malícia herética e confortava os pusilânimes. Veio mais tarde, no governo de Nassau, viver entre os holandeses, residindo no Recife, no bairro de Santo Antônio. Aí aprendeu algumas palavras holandesas que transcreve na sua obra. Conversava em latim como João Maurício de Nassau, Arciszewski, von Schkoppe e Lich-

(28) *The Dutch in Brazil*, ob. cit., 293-294.

(29) A principal biografia é de José Antônio Gonçalves de Melo Neto, *Frei Manuel Calado do Salvador*, Universidade do Recife, 1954.

(30) 1.ª ed., Lisboa, 1648; 2.ª ed., Lisboa, 1668; 3.ª ed., Recife, 1942. Descrição bibliográfica in J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.ºs 538-540.

(31) *O Valeroso Lucideno*, 2.ª ed., Lisboa, 1668, 43.

thardt ⁽³²⁾. Ficou apelidado de Frei Manuel dos Óculos ⁽³³⁾, naturalmente pela raridade dos que os usavam naquela época.

O julgamento crítico de Calado sofreu grande variação no pensamento historiográfico. Para Robert Southey ele foi um homem extraordinário, soldado, poeta e historiador. Muitos anos mais tarde, o alemão Hermann Wätjen ⁽³⁴⁾ desconsiderou Calado, julgando-o tendencioso e merecedor de posição muito baixa entre os autores contemporâneos.

Foi com o artigo de Capistrano de Abreu, publicado no fim do século passado e divulgando largos trechos da obra de Calado, que se iniciou verdadeiro processo de revalorização do filho de Vila-Viçosa como cronista. Na correspondência ultimamente publicada, nas cartas a João Lúcio de Azevedo, Paulo Prado e outros contemporâneos, Capistrano de Abreu louva Calado como essencialmente verídico e acrescenta que sua obra se lê com muito prazer. Os autores atuais têm também salientado a sua capacidade de observação, embora muitas vezes preconcebida e apaixonada. Ele escreveu não só com o coração quente, mas também com a cabeça inflamada enquanto se desenvolvia a luta, durante os anos de 1645 e 1646. Charles Boxer, no seu livro sobre os holandeses no Brasil, considera a obra de Calado a mais viva do primeiro ano da insurreição pernambucana e seu autor como correspondente de guerra. Ele nos dá, diz Boxer, uma descrição muito viva da Colônia nos dias de João Maurício de Nassau ⁽³⁵⁾.

Calado partiu para Portugal para conseguir o apoio oficial e popular para a causa pernambucana e um ano depois de sua chegada terminava sua obra. É evidente que não podia ser imparcial, pois se engajara na guerra, uma espécie de guerra santa, contra os hereges holandeses. Muitas vezes torce a verdade, como notou Boxer, ao descrever a vitória de Lichthardt em Tamandaré, outras vezes é anti-semita. Mas apesar de seus amores e desamores, o seu livro é de leitura indispensável. É um livro gostoso, fluente, apesar das excessivas demonstrações de má poesia e de certos trechos monótonos. Calado não escondeu sua admiração por Maurício de Nassau, embora não ocultasse as faltas do Governador, e pintou às vezes com malícia os retratos de algumas figuras importantes, como Bagnuolo, Gaspar Dias Ferreira, o cristão-novo, e Gaspar Ferreira, o vigário da Várzea.

Para José Antônio Gonçalves de Melo Neto, o livro de Calado não é um história: é um depoimento que procura influir também no moral dos combatentes e que retrata ao vivo a sociedade do Brasil nordestino seiscentista. Transcreve documentos, alguns autênticos, outros inventados, especialmente algumas cartas e discursos, tão na moda na historiografia de sua época ⁽³⁶⁾. É importante observar, como apontou Gonçalves de Melo Neto, que a obra de Calado foi a fonte de mais de 40% das obras do historiador oficial Rafael de Jesus e de Diogo Lopes Santiago.

(32) *Id. Ibidem.*

(33) *Inventário dos prédios edificados ou reparados até 1654*, Recife, 1940, 167.

(34) *Das holländische Kolonialreich in Brasilien*, Haia, 1921, trad. port. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*, São Paulo, 1938.

(35) Charles Boxer, *The Dutch in Brazil*, Oxford, 1957, 298-299.

(36) J. A. Gonçalves de Melo Neto, *Frei Manuel Calado do Salvador*, *ob. cit.*, 11-16.

Como cronista do tempo não é de se admirar que o zelo em batalhar para restituir Pernambuco ao domínio de D. João IV o conduziu a erros e parcialidades. Seu livro é um retrato vivo e autêntico dos sofrimentos e da rebeldia dos aflitos moradores do Nordeste e, sem dúvida, a melhor crônica da época, pelo sabor das coisas seiscentistas que transmite ao leitor. As várias críticas que fez à Companhia de Jesus, ao Bispo do Brasil D. Pedro da Silva e ao Vigário Geral Manuel de Azevedo devem ter provocado a queixa ou queixas de que resultou a proibição do livro e sua inclusão no *Index librorum prohibitorum* ⁽³⁷⁾.

José Gonçalves Salvador trouxe novidades que José Antônio Gonçalves de Melo Neto desconheceu. Baseadas em pesquisas próprias nos arquivos portugueses, mas sobretudo servindo-se das investigações de Anita Novinsky ⁽³⁸⁾, mostrou que Frei Manuel Calado era opulento senhor de terras, escravos e gado, sendo acusado de procedimento ruim e de se ligar aos holandeses, querendo ir para a Holanda com o Padre Manuel de Moraes. Foi preso pelo Bispo d. Pedro da Silva, mas fugiu e voltou para o Recife, aconselhando os luso-brasileiros a aceitarem a lei holandesa. Sendo proibido de realizar atos religiosos pelo Bispo, não atendeu as ordens e por isso foi excomungado pelo padre vigário Gaspar Ferreira. As informações da Devassa, principalmente, remodelam a imagem do padre, mas a verdade é que, como a grande maioria, ele acabou aceitando o domínio holandês e depois, na luta, ficou do lado luso-brasileiro.

Frei Manuel Calado é o principal cronista da história dos primeiros anos da insurreição pernambucana contra o domínio holandês.

Do ponto de vista holandês, Laet contara a história até 1636, Barleus até 1644 e Johan Nieuhof retoma a narrativa, não em 1644, mas em 1640, ano em que chega ao Brasil. Nascido na Alemanha (1618-1672), entrou para o serviço da Companhia das Índias Ocidentais em 1640, e em Outubro era enviado ao Brasil, onde chegou a 11 de dezembro, aqui permanecendo 9 anos. Quando voltou, Nieuhof levava escrita a *Memorável Viagem Marítima e Terrestre* ⁽³⁹⁾ que se tornou a mais completa, curiosa e indispensável fonte holandesa sobre o movimento luso-brasileiro que restaurou o Nordeste ao domínio português. Descreve, a princípio, a situação geográfica, a história natural, as populações indígenas e negras, e resume os episódios de 1640 a 1644. Este trecho não tem maior significação, pois as obras dos naturalistas holandeses Marcgrave e Piso superaram tudo o que

(37) A 1.ª ed. do livro de Calado é de 1648. A 24 de novembro de 1655, por um decreto apostólico, foi incluído no Índice dos Livros Proibidos, até que fosse corrigido. Em 1667, por decreto de 28 de março, foi levantada a proibição, autorizando-se que o mesmo pudesse correr livremente. A 2.ª ed. saiu em 1668. Vide *Index Librorum Prohibitorum*, Petela, 1862, 101.

(38) José Gonçalves Salvador, "O enigmático frei Manuel Calado", *Estado de S. Paulo*, 28 de novembro de 1970, e "Uma Devassa do Bispo Dom Pedro da Silva, 1635-1637", *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 1968, t. XXII, 215-285, com introdução de Anita Novinsky, onde revela desconhecer a biografia de Calado e a bibliografia sobre os holandeses no Brasil, não só a obra de José Antônio Gonçalves de Melo Neto como a minha *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, Rio, 1949. Sua introdução é por isso inútil. O único livro sobre holandeses no Brasil que conhece é o de C. R. Boxer, que é de pouca valia para o caso.

(39) A 1.ª ed. é holandesa: *Gedenkweerdige Brasiliaense Zee-en Lant Relze*, Amsterdam, 1682. Há várias outras edições. Vide J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.ºs 568-570. A edição brasileira aqui referida (São Paulo, Martins, 1942) é anotada por J. H. Rodrigues.

se escreveu antes ou durante a fase holandesa; o resumo sobre os anos de 1640 a 1644 é deficiente em face da narrativa de Barleus.

A obra de Nieuhof, abundantemente documentada nas fontes originais e rica da correspondência oficial entre as autoridades holandesas e portuguesas, torna-se a mais valiosa exposição dos anos de 1645 a 1649, embora decresça de exatidão entre 1648 e 49, talvez porque não tenha dado forma definitiva à obra, finalmente editada por seu irmão. Nieuhof partiu de volta para a Holanda a 23 de julho de 1649 e em setembro desse ano chegou a Flissingen, de onde empreendeu outras viagens ao Oriente. Habitou Batávia entre 1670-72 e desapareceu em 1672 na Ilha de Madagascar. Foi um observador inteligente, e sua *Memorável Viagem* figura, com justiça, entre os melhores documentos historiográficos dos holandeses no Brasil. É, dos historiadores da rebeldia luso-brasileira, o que melhor relata a situação política econômica, os equívocos e defeitos da política colonial holandesa.

Matheus van den Broeck e Pierre Moreau, que descreveram, respectivamente, os erros de 1645-46 e 1646-47, suplementam e completam, como testemunhas e com obras trabalhadas como produtos de historiografia, a *Memorável Viagem* de Nieuhof.

O *Diário ou Narração Histórica* de Matheus van den Broeck⁽⁴⁰⁾ é um quadro muito vivo da luta, escrito por um combatente aprisionado a 17 de agosto de 1645. Relata as traições, os combates e rudezas da campanha, as particularidades curiosas da gente e da terra. Tendo partido da Bahia a 1 de abril de 1646 e chegado a Portugal a 5 de julho, Matheus van den Broeck faz suspeitar muito da veracidade de sua narrativa quando afirma que em Alcântara conseguiu falar pessoalmente com o Rei e obter seu passaporte, com o qual partiu e alcançou Texel, na Holanda, a 9 de agosto.

Se o *Diário ou Narração Histórica* é apenas um relato de lutas, precioso pelas miúdas informações reunidas relativas aos processos de combate, aos costumes das gentes e às localidades e fortes, a *Histoire des Derniers Troubles au Brésil*⁽⁴¹⁾ é uma crônica curiosa e interessante, de leitura agradável, mas imprecisa e omissa, sumária, vaga e conjetural nas explicações e esclarecimentos. Do autor pouco ou quase nada se sabe, e ele mesmo pouco diz de si. Devorado pela doce paixão de ver, dirigiu-se à Holanda, aprendeu a língua, exercitou-se nas armas e demonstrou tanto entusiasmo em participar da frota que conduziu, em 1646, os reforços e os membros do Alto e Secreto Conselho do Brasil, que foi admitido como secretário de um dos conselheiros. Não diz a quem serviu, relata a viagem, descreve sumariamente o Brasil e seus habitantes, a formação da Companhia das Índias Ocidentais, a administração holandesa e seus abusos, e a conspiração e revolta portuguesa de 1646 a 1647.

(40) 1.ª ed. holandesa, *Journael ofte Historische Beschrijvingen*, Amsterdam, 1651. Vide J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 559-560.

(41) Paris, 1651. Descrição bibliográfica e tradução holandesa in J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 557-558. Tradução portuguesa de Leda Boechat Rodrigues será brevemente publicada.

Durante um ano, de sua chegada a 11 de agosto de 1646 até sua partida a 4 de setembro de 1647⁽⁴²⁾, Pierre Moreau, impressionado com tantas desordens, ruínas, calamidades, homicídios e pilhagens praticadas pelos portugueses e holandeses, aplicou seus cuidados em instruir-se sobre as origens e o começo de tantas desgraças, anotou tudo que julgou conveniente à compreensão das lutas que ocorriam no Brasil. Desejava, em suas próprias palavras, comunicar ao público “esta parte da história do nosso século que me pareceu considerável e bastante pouco conhecida”. Quis depressa livrar-se desta terra que lhe pareceu malfadada: “A verdade é que jamais se conseguiu ali estabelecer a paz e pode dizer-se do Brasil que é como certos lugares da terra: impossíveis de serem satisfatoriamente fortificados, não pelo defeito da arte, dizem os arquitetos, mas pela má situação em que se encontram. Se esta adorável filha do céu e fiel tutora da felicidade dos homens não pôde encontrar residência firme nesta bela e fértil região, isso não decorreu da falta de conhecimento de seu valor e importância, capaz de proporcionar uma vida de perpétua felicidade; foi, talvez, consequência de alguma secreta e maligna disposição do ar que aí se respira, infectado pelos demônios que corrompem o natural de seus habitantes.” Esta citação serve para mostrar a vacuidade de algumas das dissertações de Moreau e revelá-lo, ao contrário dos primeiros cronistas, como um descrente da terra e da gente. “Esta rica parte da América, em vez de gozar tranqüilidade, parece estar destinada apenas à carnificina e à crueldade, que sempre viu executadas pelos descendentes dos naturais e dos que a nossa Europa aí conduziu, os quais, dir-se-ia, só foram atraídos ao seu seio para regá-la com seu sangue.”

Se interpretações como essas destoam do rosário de louvores, que portugueses, espanhóis e mesmo holandeses recitaram da terra, certas previsões formuladas, ainda em 1650 ou 1651, quando a guerra não terminara e os esforços holandeses se faziam para recuperá-la totalmente, são tão certas que sua capacidade conjetural se revela extraordinária. “Todavia, se é lícito julgar o futuro pelo raciocínio apoiado em conjeturas das coisas do passado, em relação às do tempo presente, parece-me não ser possível que os holandeses jamais se possam restabelecer e restaurar no Brasil como antes. Ainda mesmo que a sua frota derrotasse a portuguesa e se mandasse outro socorro igual ao último, eles não farão jamais senão perder homens e esgotar todos os tesouros sem lucrar coisa alguma. . .”

Sua ligação com os holandeses não o impediu de ser imparcial ao recriminar justamente as opressões, as usuras, os excessos de tributo e os objetivos sumamente comerciais da política administrativa holandesa, que acabavam com a nata e a substância dos cristãos luso-brasileiros. Mas os serviços que prestou aos holandeses, movido pela paixão de ver o mundo novo, animaram-no a acreditar nos elevados e grandes objetivos que os Estados Gerais, vaidosos da prodigiosa felicidade de que se viam cumula-

(42) Diz o A. que a sua viagem demorou dois anos. Não passou, porém, de um ano e vinte e cinco dias, segundo se lê no *Diário* de Haecx. Moreau partiu da Holanda a 9 de maio de 1646, voltando com a delegação que veio solicitar reforços, sob a chefia de Haecx, partida do Recife a 4 de setembro de 1647.

dos nos Países Baixos e nas Índias, pretendiam realizar no Brasil, descrevendo-os minuciosamente em suas últimas páginas. Essas aspirações não coincidiam com a prática do Governo, nem com os fins mercantis da Companhia.

Pierre Moreau é um cronista de espírito francês, na construção rápida e ligeira de sua narrativa, que não se prende às exigências cronológicas; divaga e interpreta segundo impressões pessoais e não consulta ou não divulga os documentos da época, que, como secretário, podia ter facilmente à mão: mas possui, também, a capacidade francesa de síntese e previsão.

Para precisar a narrativa contemporânea e reatar o elo final da cadeia holandesa de Laet, Barleus e Nieuhof, o *Diário* de Henrique Haecx, membro do Alto Conselho do Brasil, é o principal documento histórico e historiográfico entre 1645 e 1654 e de grande valor para a história política dos últimos anos da dominação holandesa, excetuados certos períodos, como de 19 de agosto de 1646 a 3 de setembro de 1647, ou de 5 de outubro de 1650 a 25 de fevereiro de 1652, que não estão registrados e comentados (43). O *Diário* é particularmente detalhado nos negócios do Brasil de 3 de setembro de 1647 até a primeira batalha de Guararapes, em 19 de abril de 1648, e muito valioso sobre a gestão dos órgãos governamentais na Metrópole, revelando as rivalidades dos membros da Companhia, o desprezo mútuo entre civis e soldados, conluíus dos aproveitadores da guerra, fatores que, entre outros, explicam o declínio do poder holandês no Brasil. Descreve extensamente a penúria do Recife e a agonia da colônia (dezembro de 1653 a janeiro de 1654).

Segundo Naber, a catástrofe holandesa no Brasil deve atribuir-se antes de tudo à primeira guerra anglo-holandesa (1652-54) que, se não cortou as relações entre as Províncias Unidas e o Brasil holandês, impediu que se mantivesse a vigilância nas próprias águas territoriais brasileiras; além disso, na ausência de uma frota auxiliar holandesa, a fortaleza principal viu-se forçada a arriar bandeira, em consequência da superioridade portuguesa naquelas águas (44), conseguida com o envio de 17 navios. Essa Armada, a 20 de dezembro de 1653, alarmou os defensores e praticamente decidiu a questão (45). A inação estratégica holandesa facilitou o domínio dos mares, e, por isso mesmo, as Relações sobre as Armadas portuguesas e suas vitórias ocupam agora as páginas da historiografia seiscentista. Algumas destas Relações, prestigiadas pelo renome de seus autores, narram, em estilo cuidado, o tema do predomínio marítimo, no grande quadro geral da história das lutas.

A primeira delas é de Francisco Manuel de Melo, um clássico das línguas portuguesa e espanhola, de cuja obra geral já tratamos. *A Relaçam*

(43) "Het Dagboek van Hendrik Haecx. Lid van den Hoogen Rad van Brazillie (1645-1654)", *Bijdragen en Mededeelingen van het Historische Genootschapte Utrecht*, vol. XLVI, 1925, 126-311. O *Diário* foi encontrado e publicado com anotação por S. P. L'Honoré Naber, que anotara a edição holandesa de G. Barleus. Vide J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 573. Há tradução portuguesa de Frei Agostinho Keizers, com notas suplementares de José Honório Rodrigues, in *ABN*, vol. 69, 19-153.

(44) S. P. L'Honoré Naber, Introdução cit., *ABN*, vol. 69, 35.

(45) Charles Boxer, *The Dutch in Brazil*, Oxford, 1957, 235-239.

dos Sucessos da Armada que a Companhia Geral do Comércio expediu ao Estado do Brasil o ano passado de 1649 de que foi Capitão Geral o Conde de Castel Melhor ⁽⁴⁶⁾ descreve a batalha que se feriu nas costas de Pernambuco e relata os socorros pedidos e concedidos aos rebeldes pernambucanos pelo Conde, bem como a situação dos holandeses em Pernambuco, que em nada se avanteja à dos portugueses.

Com os navios que a Companhia Geral forneceu para enfrentar a crise marítima nem um só pataxo dos comboios se perdeu aos corsários flamengos e assim, como dizia o Padre Vieira, se sustentou a guerra com Castela, se conservou o Reino e se restaurou Pernambuco ⁽⁴⁷⁾.

Seguem-se as relações sobre a vitória final em 1654, que contou para sua obtenção com o apoio do General da Armada da Companhia Geral, Pedro Jacques de Magalhães, e do Almirante da mesma, Francisco de Brito Freire, no cerco e sítio, por terra e mar, da forte praça do Recife, ainda dominada pelos holandeses. A primeira e mais completa, *Relaçam Diária do Sítio, e Tomada da forte praça do Recife, recuperação das Capitânicas de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Ilha de Fernão de Noronha, por Francisco Barreto, Mestre de Campo General do Estado do Brasil e Governador de Pernambuco* ⁽⁴⁸⁾, atribui-se, sem muita convicção e menos parecença, a Antonio Barbosa Bacelar (1610-1663), poeta gongórico que nunca veio ao Brasil, ao contrário do que se diz no fim, que “esta é a Relação verdadeira da restituição de Pernambuco, escrita por quem se achou presente a ela” ⁽⁴⁹⁾.

A *Breve Relaçam dos últimos sucessos da Guerra do Brasil, restituição da cidade de Mauricio, Fortalezas do Recife de Pernambuco, e mais praças que os Olandeses ocupavam naquelle Estado* ⁽⁵⁰⁾ é menos desenvolvida e minuciosa que a *Relaçam Diária*, na parte das lutas até a derrota dos holandeses, embora precisa e detalhada nos fatos posteriores à capitulação holandesa. Descreve as manifestações em Portugal e inclui a segunda e quinta capitulações holandesas. É posterior à *Relação Diária*, atribuindo-se sua autoria a João de Medeiros Correia (? — 1674), mais pela autoridade dos bibliógrafos que pela veracidade do argumento ⁽⁵¹⁾.

A *Relación Verdadeira de la recuperación de Pernambuco, sitio de su Recife, entrega suya, i de las Capitânicas de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Ciará e Isla de Fernando de Noronha* ⁽⁵²⁾ é uma versão castelhana anônima de toda a *Relaçam Diária*, com acréscimo de alguns trechos novos extraídos da *Breve Relaçam*, e, conseqüentemente, posterior a ambas.

(46) Lisboa, 1650, Vide Descrição bibliográfica e autoria in J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 556.

(47) C. R. Boxer, “As Primeiras Frotas da Companhia do Brasil à Luz de Três Documentos Inéditos, 1648-1652”, *Anais do IV Congresso de História Nacional*, 1950, vol. V, 305-359.

(48) Lisboa, 1654. Descrição bibliográfica in J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 686; reprodução do texto in ABN, (1889), vol. 20, 187-205, e nota crítico-bibliográfica de Antônio Jansen do Paço, *idem*, 205-212.

(49) Sobre a autoria vide J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 686.

(50) Lisboa, 1654, Descrição bibliográfica em J. H. Rodrigues, *Historiografia*, *ob. cit.*, n.º 688. Cf. também a nota crítico-bibliográfica de A. J. do Paço, ABN, (1899), vol. XX, 185-186.

(51) Vide Antônio Jansen do Paço, nota citada, 185, e J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 688.

(52) Lisboa, 1654. Descrição bibliográfica in *Historiografia*, 687, e nota crítico-bibliográfica de Antônio Jansen do Paço, ABN, 1899, vol. XX, 186 e especialmente 209-210.

Atribui-se sua autoria também a João de Medeiros Correia, e se explica no final que “Esta Relación verdadeira del ultimo, y mayor sucesso de la Guerra del Brasil (tan maravilloso, como todos los otros, con que Diós ha testificado, que es voluntad suya estabelecer esta Corona de Portugal en la persona, i sucession del Rey D. Juan el IV nuestro Señor) escreve (sic) un Portugues en lengua castellana, para que nuestros enemigos la entiendan, i para que tenga mucho de notoria, pues tiene todo de verdadera” (53).

Foi ainda publicada a *Brève Relatione Dell'insigne Vittoria, che i Portoghesi riportarono degli Olandesi nello Stato del Brasile, impatronendosi delle Fortezza Reale detta Recife nella Capitania di Pernambuco*, que se assemelha à *Breve Relaçam* de João de Medeiros Correia e mais à *Relaçam Diária*, atribuída a Bacelar. É um consciencioso e excelente resumo em italiano desta última (54).

Para completar a visão da derrota holandesa no Recife e em todo Brasil e mostrar a utilidade para a defesa do Reino da Companhia Geral do Comércio, que assegurou, em 1653, com seus 64 navios, o domínio dos mares e obrou a liberdade do Brasil, dispomos da relação do sucesso de Francisco de Brito Freire, almirante da armada e escritor da *História da Guerra Brasílica* (55). Escrita sem tempo, ao estrondo das armas e assistindo o Autor às suas obrigações militares, a Relação de Brito Freire foi assinada aos 29 de janeiro de 1654 para ser apresentada ao Rei. Completa as várias descrições do acontecimento.

Vitoriosas as armas luso-brasileiras e vencidas as holandesas na guerra com a Grã-Bretanha, o domínio dos mares do Atlântico Sul continuava a cargo das armadas da Companhia Geral do Comércio, a qual, em 17 de abril de 1655, enviava, sob o comando do mesmo Almirante Francisco de Brito Freire, que além da obrigação do posto satisfazia a curiosidade geral “aparando a pena com a espada”, uma armada de 36 naus das maiores que jamais se viu, e das mais ricas em cabedal da fazenda, a primeira que passava às províncias do Brasil, depois de recuperadas as praças de Recife. Francisco de Brito Freire, que se fazia acompanhar de Dom Francisco Manuel, “sujeito conhecido da nossa e das nações estrangeiras”, escreveu uma relação da viagem, concluída a 28 de julho de 1656, quando chegaram à Corte carregados de riquíssimas fortunas em açúcar, tabaco, couros, marfim e pau-brasil (56). A descrição de Brito Freire é militar e econômica, fornecendo valiosas informações sobre a produção, os comboios, as necessidades mercantis dos moradores e senhores de engenho.

(53) Cf. *Relación Verdadera*, ob. cit., 38.

(54) Vide descrição bibliográfica in J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 689 e nota crítico-bibliográfica de Antônio Jansen do Paço in *ABN*, (1899), vol. 20, 206-212.

(55) Virgínia Rau, *Relação Inédita de Francisco de Brito Freire sobre a Capitulação do Recife*, Coimbra, 1954. 6-17.

(56) *Viagem da Armada da Companhia do Comércio e Frotas do Estado do Brazil, a cargo do General Francisco de Brito Freire*, Lisboa, 1655. Descrição bibliográfica in J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.ºs 756-757.

CAPÍTULO IV

A HISTORIOGRAFIA ESPECIAL DOS HOLANDESES NO BRASIL

1. A historiografia diplomática. 2. A historiografia social e econômica. 3. A historiografia regional, natural e etnográfica.

1. A historiografia diplomática

Toda a historiografia nacional deveria alargar-se em nomear, com inteira notícia, as vicissitudes da luta, as ocasiões e episódios destituídos de glória, mas preciosos no conhecimento da vida comum, quotidiana, social e econômica, de seus habitantes que interessadamente contribuíram para assegurar o comércio e a produção e evitaram, apesar da guerra, o declínio, sem remédio, à última ruína. Relatórios e descrições da época recriam o esforço dos que não se esterilizaram nas batalhas e venceram a desgraça com a diligência e o trabalho. Os cronistas e narradores da energia dos naturais, dos merecimentos da terra e das fortunas da produção merecem, pelo menos, igual registro que o dado aos vencedores das ocupações militares.

Antes de chegarmos à historiografia econômica e social que se ocupou destas empresas pacíficas, é necessário lembrar que há horas em que a palavra dos diplomatas substitui a dos militares, embora nem sempre consiga, com seus argumentos, evitar as vicissitudes bélicas.

A historiografia diplomática da época holandesa no Brasil compõe-se especialmente de folhetos de contingência, escritos para estorvar a ação, ou para justificar os ânimos empenhados nas refregas ⁽¹⁾. Os relatórios e discursos de embaixadores extraordinários portugueses aos Estados Gerais das Províncias Unidas, como os de Antônio de Sousa Tavares, Francisco de Andrade Leitão, Francisco de Sousa Coutinho e Antônio de Sousa de Macedo ⁽²⁾ são mais documentos históricos que historiográficos, isto é, não representam a evolução do escrito histórico, mas apenas fontes diretas dos acontecimentos. Já a *Razam da Guerra entre Portugal e as Províncias Unidas dos Países Baixos (sic); com as notícias da causa de que proce-*

(1) Vide J. H. Rodrigues, *Historiografia*, 292-344. Naturalmente estão incluídas nestas os folhetos e documentos oficiais da época e os atuais.

(2) Vide J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.ºs 611-617, 619, 620, 633, 640, 644, 658, 660.

deo ⁽³⁾ além de documento é também uma reconstrução histórica muito substancial dos fatores das lutas luso-holandesas.

Relata as primeiras negociações e a missão dos vários embaixadores que procuraram negociar a paz e compor as relações internacionais entre os dois países, numa tentativa de chegar ao conhecimento das razões e das ameaças de guerra, quando estas atingem o auge na Europa. A obra saiu anônima, mas os principais bibliógrafos atribuem-na a Antônio de Sousa de Macedo (1606-1682) ⁽⁴⁾, provável autor de um dos mais memoráveis livros portugueses deste século, *A Arte de Furtar* ⁽⁵⁾.

Escreve também que serviam de materiais à sua obra os “avisos, cartas e informações dos cabos que obraram a empresa”. Nas 13 primeiras páginas sumaria a história até a revolta de 1645, e em 23 a luta de 1645 a 1654. Para as primeiras serviu-se dos inúmeros folhetos que então divulgavam os sucessos; para as segundas utilizou-se realmente daquelas fontes e das Relações a que nos referimos, especialmente a *Relaçam Diária* e a *Breve Relaçam* (ambas de 1654), com as quais muito se parece, e da “Relaçam Inédita” de Brito Freire (1654), já aqui registrada. Deve também ter ouvido muito as estórias dos cabos de guerra “com os quais (igualmente que com seus êmulos) esteve naquela desejada igualdade, raras vezes conseguida de outro, que haja escrito história de homens viventes”. Para contar “os casos como eles foram, pela pauta da verdade... não tomarei (como costumam os historiadores) por conta de meu Juízo os Segretos dos Príncipes”. A história do domínio holandês, entre 1635, quando o sossego permite a atividade econômica e a expansão do Estado pelas circunvizinhanças, e 1645, que fora largamente contada nos livros latinos e holandeses, ficou esquecida. “He larga, e alhea de meu propósito, a relação destes progressos, que a fortuna sempre foi dispendo favoráveis aos Olandezes.”

2. A historiografia social e econômica

A historiografia econômica e social, mais livre da pura enumeração cronológica, é sempre muito valiosa pela revelação da estrutura que atraiu esse apetite de domínio e originou toda a luta. São poucos os documentos holandeses de história econômica e social que pelas suas características devem ser registrados numa historiografia. Merecem citação a memória apresentada ao Conselho Político do Brasil por Adriano Verdonck, a 20 de maio de 1630, e conhecida como “Descrição das capitania de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande”, onde se encontram informações sobre os engenhos, seus números, produção, transportes, o gado e os mantimentos de cada distrito ⁽⁶⁾; o “Breve Discurso sobre o estado das quatro

(3) Vide J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 662.

(4) *Id. Ibidem.*

(5) A obra foi escrita em 1652, mas só publicada em 1744. Sobre sua autoria cf. Afonso Pena Jr., *A Arte de Furtar e o seu autor*, Rio, 1946.

(6) Traduzido do original holandês por Alfredo de Carvalho, *RIAGP*, n.º 55, 215-227. Vide J. H. Rodrigues, *Historiografia*, *ob. cit.*, n.º 722.

capitanias conquistadas, de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande situadas na parte setentrional do Brasil”, datado de 14 de abril de 1638 e assinado por João Maurício de Nassau, Mathias van Ceulen e Adriaen van der Dussen, mas atribuída ao último, no qual são descritas as quatro capitanias e sua organização política, enumerados seus engenhos e proprietários, e noticiados a vida religiosa e os problemas da colonização (7); e o *Relatório sobre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses*, assinado aos 10 de dezembro de 1639 por Adriaen van der Dussen, onde o A. descreve as várias capitanias, seus engenhos e proprietários, a população nativa, negra, portuguesa e holandesa, a fabricação do açúcar, o pau-brasil, as mercadorias, o governo e seus conselhos, a religião reformada e a católica, os judeus, as fortificações, guarnições, navios, e dá alguns conselhos finais. Esta é, talvez, uma das importantes descrições político-econômicas do Brasil holandês (8). Van der Dussen, depois de exercer funções administrativas na Companhia das Índias Orientais, foi comissionado, em 1636, para exercer o cargo no Alto e Secreto Conselho no Brasil, tendo tomado posse em 1637. Voltou a Holanda em 1639 (9).

Vários outros documentos históricos, como a carta assinada por João Maurício de Nassau, Mathias van Ceulen e Johan Gijsseling, de 2 de março de 1640, a correspondência e o “Testamento Político” de João Maurício de Nassau, as Atas das reuniões e dos sínodos da Igreja Reformada do Brasil, o “Machadão do Brasil ou Diálogo sobre a decadência do Brasil”, e a “Bolsa do Brasil” (10) fornecem excelentes informações sobre as atividades econômicas e sociais desse período, mas, na realidade, não pertencem à historiografia, isto é, não são documentos da evolução do escrito histórico.

3. A historiografia regional, natural e etnográfica

A historiografia regional destaca, especialmente, as seguintes crônicas e descrições:

Os Relatórios de Gedeon Morris de Jonge “Breve Descrição... sobre os lugares situados no Brasil setentrional denominados Maranhão, Ceará, Cameté, Grão Pará e outros rios compreendidos na bacia do famoso rio do Amazonas, onde os portugueses têm assento, com toda a disposição e circunstâncias respectivas, como o deixei no último de novembro de 1636” (11), assinado a 22 de outubro de 1637, e o “Breve Relatório acerca do Maranhão apresentado a 3 de fevereiro de 1640”, escrito com a colaboração de Johan Maxwell (12).

(7) Traduzido do original holandês por José Higinio Duarte Pereira, *RIAGP*, n.º 34, 139-196. Vide José Honório Rodrigues, *Historiografia*, n.º 732.

(8) Traduzido por José Antônio Gonçalves de Melo Neto, com introdução e notas, e publicado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, Rio de Janeiro, 1947.

(9) Cf. José Antônio Gonçalves de Melo Neto, introdução à *ob. cit.*, 14-16.

(10) Vide J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.ºs 482, 425, 444, 783, 784, 526, 746, 524 e 749.

(11) *RIHGB*, 1895, t. LVIII, parte I, 238-250.

(12) *RIHGB*, *ibid.*, 250-263.

De Jonge, aventureiro flamengo, fora aprisionado no Amazonas em 1628 e detido no Maranhão durante oito anos. Conseguiu repatriar-se e apresentou aos diretores da Companhia esses relatórios, a fim de movê-los a conquistar o Estado do Maranhão. Descreve as várias capitânicas, suas cidades e populações, os grupos indígenas e as riquezas em drogas e frutos, especialmente o açúcar, madeiras, algodão, fumo, óleos e bálsamos. “Em parte alguma do mundo inteiro”, pergunta, aconselhando, “se poderia conquistar com mil homens terra tão grande, bela, rica e fértil, entrecortada e regada de formosíssimos rios e angras, cercada e cheia de tantas ilhas proveitosas, habitada por tantos milhares de índios, que em mui breve tempo submissamente trabalhariam para VV. SS.?”

Seu colaborador também passara 10 anos no Maranhão e o segundo relatório já trata da viagem dos “legos Franciscanos” e da de Pedro Teixeira. Examina a disposição e fertilidade das terras e os proveitos da conquista de 250 léguas de costa (assim a julgavam) de terras ricas e informa que 900 portugueses dominavam 7.000 escravos e 14.000 índios livres. Em 1641, os holandeses se apossavam do Maranhão e cabia a Gedeon Morris de Jonge o comando dos índios, primeiro no Maranhão e depois só no Ceará. A empresa faliu porque não dominou também o Pará e o Amazonas.

A “Descrição da Capitania da Paraíba”⁽¹³⁾, escrita em 1639, por Elias Herckmans (1596-1644), poeta, historiador, soldado e, nessa época, governador da Capitania⁽¹⁴⁾, noticia os fortes, igrejas, conventos, cidades, organização administrativa e judiciária, engenhos. Contém, no final, uma “Breve Descrição dos costumes tapuias”.

O “Relatório sobre o estado das Alagoas em outubro de 1643”, apresentado ao Supremo Conselho, por Johannes van Walbeek e Henrique de Moucheron, descreve os aspectos geográficos, a vida econômica, os engenhos e seus proprietários, a criação de gados, e discute os problemas de colonização⁽¹⁵⁾.

A “Breve, verdadeira autêntica Relação das últimas tiranias e crueldades que os pérfidos Holandeses usaram com os moradores do Rio Grande”⁽¹⁶⁾, de Lopo Curado Garro, natural da Paraíba, foi escrita em 23 de outubro de 1645 para provocar a luta contra os holandeses. O autor, depois da expulsão destes, foi um dos três governadores da capitania (1645-1655). Trata-se de narrativa parcial e tendenciosa do martírio de Uruaçú e da matança de Cunhaú, em que se infamou Jacob Rabbi, judeu alemão, intérprete e amigo dos tapuias, inimigos dos portugueses.

(13) “Beschrijvinge van de Capitanie Paraíba”, *Bijdragen en Mededeeling van het Historische Genootschap te Utrecht*, 1879, vol. 2, traduzida para o português por José Higinio Duarte Pereira, *RIAHGP*, n.º 31, 1886, 239-288.

(14) Sobre o autor, vide informação bibliográfica in J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 194.

(15) Publicado na *RIAGP*, 1886, n.º 33, 152-165.

(16) A *Relação* foi primeiramente publicada no *Valeroso Lucideno* de Calado (1648, 277-280) e em separata do vol. XXVI das *Publicações do Arquivo Nacional*, 1929. Vide sobre as edições, J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 181, e sobre o autor o prefácio de Alcides Bezerra in separata citada.

A *Relaçam breve e verdadeira da memorável vitória, que houve o capitão-mor da Capitania da Paraíba Antonio de Albuquerque, dos Rebel-des de Holanda* . . ., escrita por Frei Paulo do Rosário, da ordem benediti-na (cerca 1575-1655), que presenciou o combate pela posse da Paraíba, em abril de 1631, foi publicada em 1632⁽¹⁷⁾. Saíram vencidos os holan-deses, que só dominaram a capitania em 1634.

A historiografia natural e médica e a etnográfica encontram em Gui-lherme Piso, Jorge Marcgrave e Roulox Baro suas melhores expressões contemporâneas. Os dois primeiros acompanharam João Maurício de Nas-sau e foram os dois grandes naturalistas e médicos de sua expedição cien-tífica. Piso (1611-1678) e Marcgrave (1610-1644) escreveram em cola-boração a *Historia Naturalis Brasiliae*⁽¹⁸⁾. A excelência do livro não re-pousa somente nos aspectos naturais e nas utilizações médicas das plantas brasileiras, mas também nas suas informações etnográficas. Trata-se de um repositório precioso da história natural brasileira e de um documento da medicina histórica da América.

A *Relation du Voyage de Roulox Baro*⁽¹⁹⁾, é um documento etno-gráfico em que o autor descreve a cultura material e social dos grupos ta-puias que visitou e conheceu como intérprete da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais.

(17) Descrição bibliográfica in J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 191. O opúsculo de 32 pp. é extremamente raro e o único exemplar no Brasil encontra-se no vol. V da coleção Barbosa Machado da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro intitulado "*Notícia dos cercos heroicamete sustentados pelos portugueses nas quatro partes do mundo*".

(18) 1.ª ed. Leide, 1648; trad. bras., São Paulo, 1942. Piso reformou a 1.ª ed. e com matéria nova publicou a *De Indiae Utriusque Re Naturali et Medica Libri quatuordecim, quorum contenta pagina sequens exhibet*, Leide, 1658; trad. bras., Rio de Janeiro, 1957. Vide dados bibliográficos de Piso e de Marcgrave nas respectivas traduções brasileiras.

(19) Publicado na mesma coleção de viagens, em que saiu a obra de Moreau, Paris, Courbé, 1651, Cf. J. H. Rodrigues, *Historiografia*, n.º 844. Brevemente será publicada uma tradução por-tuguesa de Lêda Boechat Rodrigues, Belo Horizonte, Itatiaia.

LIVRO TERCEIRO
Historiografia do Maranhão

CAPÍTULO I

A CRIAÇÃO DO ESTADO DO MARANHÃO

1. Considerações gerais. 2. Simão Estácio da Silveira. 3. Bento Maciel Parente. 4. Maurício Heriarte. 5. Manuel Guedes Aranha. 6. João de Sousa Ferreira. 7. Francisco Teixeira de Moraes. 8. Cristóvão de Lisboa. 9. "Aditamentos" de Anselmo Eckart. 10. Frei Domingos Teixeira. 11. Bernardo Pereira Berredo.

1. Considerações gerais

Criado por decreto de 13 de junho de 1621 o governo do Estado do Maranhão, impulsionada a colonização com a vinda de casais açorianos desde 1619, reformada a legislação de modo a enviar-se para este Estado os degredados (cartas régias de 4 de maio e 17 de julho de 1617), o crescimento logo se acentuou. Como no resto do Brasil, a raridade de mulheres europeias foi suprimida pelo mulherame indígena facilitando a miscigenação, que é a fonte de que descende a primitiva população maranhense. O Estado do Maranhão era o nome conjunto com que se designavam as capitânicas do Maranhão, Pará e Rio Negro.

2. Simão Estácio da Silveira

Foi especialmente com a chegada dos colonos açorianos, entre os quais se encontrava Simão Estácio da Silveira, que começou a prosperar o Maranhão. Com o fim de animar a imigração açoriana, publicou este uma curiosa *Relação Sumária das Coisas do Maranhão* ⁽¹⁾, na qual apresentava as terras deste como muito superiores às do Brasil.

Silveira chegou ao Maranhão em 11 de abril de 1619, como capitão de uma nau da expedição de Jorge Lemos Bitencourt, acompanhado de cerca de 300 pessoas. Entusiasmou-se tanto com as grandezas da terra que decidiu publicar a *Relação Sumária* especialmente dirigida aos pobres do Reino, a fim de que viessem viver nas terras do Maranhão. Depois de noticiar a demarcação, os primeiros descobridores, os índios, as jornadas da conquista, as lutas entre portugueses e franceses, o descobrimento do Grão-Pará, faz a descrição das coisas do Maranhão, seus produtos, comodidades e sua administração.

Como obra de propaganda imigratória a *Relação Sumária* dá, como as dos outros cronistas do século XVI, especial relevo às excelências da

(1) Lisboa, Geraldo da Vinha, 1624; 2.^a ed. Lisboa, 1911.

terra, entre as quais a salubridade do céu, a pureza das águas, a fertilidade do solo. Receoso de que se argüisse que no Brasil faltavam pão e vinho, dedica dois capítulos especiais para mostrar como a mandioca e os substitutos do vinho, tais como o vinho de mel e o caju poderiam facilmente fazer com que se passasse sem os primeiros. Como não houvesse então criação de gado no Maranhão dizia que seria fácil iniciá-la rapidamente e enumerava as várias aves, pescados, mariscos, legumes, hortaliças, árvores e frutas com que se podiam manter os homens que para lá fossem.

Logo depois de sua chegada ficou assentado que se instalasse a Câmara, e Simão Estácio da Silveira foi eleito juiz. Em 1624 estava de volta a Lisboa e aí, aos 7 de março, assinava o prólogo de sua *Relação*, obra de extrema raridade ⁽²⁾, reimpressa três vezes: por Cândido Mendes de Almeida, o Barão de Studart e Ernesto do Canto ⁽³⁾.

Simão Estácio da Silveira escreveu também os “Intentos da Jornada do Pará” ⁽⁴⁾ e é autor conhecido de uma petição dirigida ao Rei no sentido de que a prata do Pará, em lugar de descer a Lima e ser transportada por via do Panamá, fosse trazida por um dos rios do Maranhão, o que se podia fazer em quatro meses. É datada de Madrid, de 15 de junho de 1626. Nela, Simão Estácio da Silveira se intitula Procurador Geral da Conquista do Maranhão. O original encontra-se no Museu Britânico, de onde foi extraída a cópia oferecida ao Instituto Histórico por Rodolfo Schüller e utilizada por Rodolfo Garcia para sua publicação na *Revista do Instituto Histórico* ⁽⁵⁾. Ele pretendia escrever uma História do Brasil, como declara três vezes na *Relação*, mas não consta que houvesse realizado tal projeto.

3. Bento Maciel Parente

Bento Maciel Parente é uma das figuras mais destacadas da história amazônica. Pelos relatos que deixou de seus serviços e pelos planos que propôs a El-Rei para o bem do Pará e do Maranhão, seu nome figura na construção histórica e na elaboração historiográfica. Natural de Viana do Castelo ⁽⁶⁾, nascido por volta de 1584 ⁽⁷⁾, criou-se desde cedo em Pernam-

(2) O exemplar da Biblioteca Nacional encontra-se na Coleção Barbosa Machado no volume *Notícias Históricas e Militares de América*. Descrição por Ramiz Galvão, *ABN*, 1880, vol. VIII, n.º 1564, 372; outro se encontra na Biblioteca Oliveira Lima de Washington. O manuscrito se encontra em Évora, cf. J. H. da Cunha Rivara, *Catálogo da Biblioteca Pública Eborense*, Lisboa, 1850-71, vol. II, 26; há uma cópia na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

(3) *Memórias para o Extinto Estado do Maranhão*, Rio de Janeiro, 1874, II, 1-31; *RIC*, t. XIX, 124-154; Lisboa, 1911, edição limitada a 60 exemplares.

(4) Reproduzido in *ABN*, vol. 26, 361-366. O original in Biblioteca Nacional de Madrid, vide Jullán Paz, *Catálogo de Manuscritos de América existentes na Biblioteca Nacional*, Madrid, 1933, n.º 1075, 477. Sua existência foi assinalada por Joaquim José Ferreira Gordo, in “Apontamentos para a história econômica e literária de Portugal”, *Memória da Literatura Portuguesa*, Academia das Ciências de Lisboa, 1792, t. III, 49 e seguintes.

(5) Manuel de Oliveira Lima, *Relação dos Manuscritos portugueses e estrangeiros de interesse para o Brasil existentes no Museu Britânico de Londres*. Rio de Janeiro, 1903, 48. A edição foi feita pela *RIHGB*, t. 83, 91-99.

(6) Pinto Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 1882, 10 e 432.

(7) “Nombramiento de personas para el Gobierno del Marañon”, Madrid, 5 de junho de 1636, in *ABN*, separata do vol. 26, 222. Af se diz: B. Maciel natural do Brasil e com 50 anos de idade. A fonte, apesar do equívoco da naturalidade, é melhor no cálculo da idade que Berredo, cujos *Anais Históricos do Maranhão*, publicados em 1749, afirmam ter o autor falecido em 1642, com 75 anos de idade.

bucu, onde tinha muitos parentes e conhecia bem a língua indígena⁽⁸⁾. Serviu como soldado, capitão, sargento-mor em muitas ocasiões, pelejou contra corsários ingleses em Pernambuco, devassou terras no sertão da Bahia, lutou contra índios na Paraíba e no Rio Grande do Norte, tentou descobrir minas em São Paulo, conquistou, com Alexandre de Moura, o Maranhão aos franceses, fazendo entradas pelos rios, governou como capitão-mor o Pará, de 1618 a 1621, combateu corsários holandeses e ingleses no Amazonas, foi à Espanha, onde defendeu os interesses do Pará e do Maranhão e apresentou planos de governo, voltou para descobrir terras no Norte e eram tantos os seus serviços que depois de receber, em 1625, o hábito de Santiago, representava a S.M. que “bien considerados ecedem en muchas cosas a los que hizo Fernandes Cortes en la conquista de la Nueva España, para que por unos y otros huelgue V.M. de honrarle, y hazer la merced correspondinte a lo mucho que tiene seruido”⁽⁹⁾. Voltando à Península, combateu depois os holandeses em Pernambuco em 1631 e em 1637 governava o Maranhão⁽¹⁰⁾, permanecendo no governo até 1641, quando os holandeses ocuparam São Luís⁽¹¹⁾. Embarcado e conduzido para o Recife, Nassau mandou-o recolher-se à Fortaleza do Rio Grande do Norte, falecendo ele na viagem, no princípio de 1642⁽¹²⁾.

Quando estava em Espanha aceitou ser “procurador do Estado, o que lhe daria mais fácil acesso e certa representação”⁽¹³⁾, e, aproveitando a oportunidade, escreveu quatro relações, todas em castelhano. A primeira, o “Memorial de 1630”, expõe os seus serviços durante 36 anos e serve não só para sua biografia como para reconstituição de trabalhos de descobrimento e exploração que fez no Maranhão, no Pará e no Amazonas, antes e depois da oferta (20 de abril de 1625) que fizera nesse sentido à Coroa e da aceitação e ordem desta (8 de agosto de 1626) “de desalojar os estrangeiros dos portos em que estiverem o descobrimento que quer fazer”⁽¹⁴⁾. A segunda, o “Memorial para conservar y aumentar la conquista y tierras del Marañon, y los Indios que en ellas conquistó el Capitan Maior Benito Maciel Parente”⁽¹⁵⁾, apresenta um plano para a divisão das terras novas em capitânicas hereditárias; serviu de base à repartição feita pouco depois pelo governador Francisco Coelho de Carvalho, tendo sido Bento

(8) Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, Recife, 1944-, 42.

(9) “Memorial” (1630?), in F. A. Varnhagen, *História Geral*, II, 269.

(10) Cf. Varnhagen, *História Geral*, II, 400-401, e nota VII de Rodolfo Garcia, 432, Bento Maciel é muito acusado, por Frei Cristóvão de Lisboa, de vários agravos à Igreja e aos índios; Cf. carta de 2 de outubro de 1626, *ABN*, vol. 26, 395-396.

(11) Vide Gedeon Morris de Jonge no capítulo da historiografia regional holandesa sobre o Brasil.

(12) Sua nomeação, tendo-o S.M. escolhido entre vários recomendados, mostra o valor dos seus serviços. Cf. “Serviços e prestações de Bento Maciel Parente”, *ABN*, separata do vol. 26, 221-223. A posse deu-se a 27 de janeiro de 1638. Varnhagen, *História Geral*, III, 185.

(13) Varnhagen, *ob. cit.*, II, 255.

(14) Varnhagen dá estas datas, mas antes de 1633 Bento Maciel já as fizera, como se vê no documento publicado por R. Schüller e reproduzido na mesma *História Geral*, II, nota X, 218-221. Em 1626, discutia-se no Conselho de Estado esta oferta, Cf. “Serviços e prestações de Bento Maciel Parente”, *ABN*, separata do vol. 26, 219-223.

(15) Publicado s.l. e s.d. Esta primeira edição, extremamente rara, encontra-se no vol. *Notícias Históricas e Militares da América*, coligidas por Diogo Barbosa Machado, coleção única na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Foi depois reproduzida por Cândido Mendes de Almeida, *Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão*, Rio, 1874, II, 38-44, e sumariada por Varnhagen, *História*, *ob. cit.*, II, 257-258.

Maciel contemplado, a 14 de junho de 1637, com a Capitania do Cabo Norte, que ia deste ao rio de Vicente Pinzón ou Oiapoque⁽¹⁶⁾. Propunha Bento Maciel que o Estado do Maranhão, começando na Capitania do Pará e Maranhão, e acabando no rio Vicente Pinzón, fosse dividido em 11 capitanias. Pleiteia várias providências para o sustento e defesa do Estado, navios, colonos da ilha Terceira, privilégios, padres e a “encomienda”⁽¹⁷⁾ dos índios, a exemplo do que se praticava na América Espanhola e que os índios, cativos de índios, fossem, quando resgatados do poder de seus inimigos, cativos dos brancos.

A *Petição*⁽¹⁸⁾ declara seus serviços na descoberta e conquista de mais de quatrocentas léguas de terras, propõe a El-Rei como procurador do Estado do Maranhão várias medidas para o bem comum, tais como: a criação de um Bispado, a “encomienda” dos índios, a franquia da imigração, o envio de religiosos, com que se tratasse de reduzir e catequizar as gentílicas nações à fé cristã.

Finalmente, na “Relação do Estado do Maranhão”⁽¹⁹⁾ Bento Maciel representa ao Rei, que o encarregara do governo daquele Estado, pedindo-lhe as coisas necessárias para a sua defesa e boa conservação. Descreve a província e suas principais cidades e fortes, pleiteia reforços de gente e armas, defende a “encomienda” e a repartição e doação de terras e enumera a população de São Luís, Belém e Ceará. Dos quatro é este o documento mais historiográfico, embora todos sejam, na verdade, exposições políticas sobre o melhor governo para o Estado.

4. Maurício Heriarte

Maurício Heriarte⁽²⁰⁾ foi um dos companheiros de Pedro Teixeira e assinou o auto de posse de Franciscana a 16 de agosto de 1639. Era ouvidor geral, provedor-mor e auditor do Maranhão, onde morava. *A Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas* foi escrita, como diz o próprio título, por ordem do governador e capitão geral Rui (não Diogo) Vaz de Sequeira ou Serqueira (1662-1667). Pu-

(16) Sobre a realização do plano, cf. Varnhagen, *História*, *ob. cit.*, II, 182-186, e sobre a concessão a Bento Maciel, cf. Cândido Mendes, *Memórias*, *ob. cit.*, 45-57. Varnhagen argumenta, com razão, que a doação feita de preferência a um guerreiro distinto e a nomeação de governador geral em 1637 e 1638, respectivamente, mostra que o governo queria opor-se à companhia fundada em França, desde 27 de janeiro de 1633, para colonizar a própria Guiana com a denominação de terras do Cabo Norte. A questão com a França inicia-se nesta época e só termina por obra de Rio Branco. Vide *Questões de Limites, Guiana Francesa*, 1.^a e 2.^a “Memórias”. Bema, 1899, 10 tomos e 2 Atlas.

(17) Sobre a “Encomienda”, cf. R. Altamira y Crevea, *Diccionario Castellano de Palavras Jurídicas e Técnicas*, México, 1947.

(18) A *Petição Dirigida pelo Capitão-mor Bento Maciel Parente ao Rei de Portugal D. Philippe III* foi publicada s.l. e s.d. e um exemplar raríssimo encontra-se no volume *Notícias Históricas e Militares da América*, coligidas por Diogo Barbosa Machado, coleção única da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Foi depois publicada por Cândido Mendes de Almeida, *Memórias*, *ob. cit.*, II, 35-37, e por Varnhagen, traduzido para o português, in *História*, *ob. cit.* II, 255-258.

(19) Publicada in *ABN*, 26, 195-199. A “Relação” é assinada em Madrid, 4 de agosto de 1636, e os acréscimos sobre a população de Lisboa são de 4 de fevereiro de 1637.

(20) Seguimos a nota II da *História Geral* de Varnhagen, III, 211-237.

bicou-se pela primeira vez em Viena ⁽²¹⁾ e mais tarde foi reproduzida no Brasil ⁽²²⁾. O Autor descreve todo o antigo Estado do Maranhão começando pela cidade de São Luís, os ataques franceses e holandeses, seus conventos, produtos e criação, seus rios e índios, sobre os quais manifesta, como era comum a todos os moradores, profundos ressentimentos: “são falsos, cobardes, traidores, carneiros, cruéis, amigos de novidades: seu Deus he a gula e a luxúria”. Descreve, a seguir, a capitania do Pará, a cidade de Belém, a Capitania do Cameté, a do Corupá, o Rio Amazonas, o Paranaíba, a província Corupatuba e Tapajós, o Rio Trombetas, a província dos Tupinambaranas, os rios Madeira e Negro, a província das Agoas, dos Sorimões, o rio do Ouro, a província de Carapunas, dos Cambebas, o Lago Negro, a província dos Rombos, dos Icaгуates e Quixos. Como sempre, um espírito de exaltação domina a obra: “Todo este rio Amazonas he abundantissimo de sustento, assim de carne como de infinito peixe, de diversas castas, muita mandioca, milho, arroz, diversidade de frutas, assim silvestres, como cultivadas”. Escrita antes dos sucessos e das lutas entre moradores e jesuítas, o autor só se refere a esta ordem: “Os Padres da Companhia de Jesus têm começado a estender a fé nestas partes com grandíssimo cuidado; e com tudo não entrarão em uma mínima parte do canto, respeito da multidão que há”.

5. Manuel Guedes Aranha

A questão da liberdade dos índios continua a perturbar a marcha do Estado. Em 1661 a Câmara do Pará reclama de Antônio Vieira entradas no sertão para fazer escravos e Vieira se opõe, sendo preso, mandado ao Maranhão e daí a Lisboa. Estes acontecimentos têm em Vieira o cronista da Companhia e como tal sua narração deve ser controlada pelas outras histórias ⁽²³⁾.

É somente depois da segunda metade do século que a historiografia registra novos trabalhos sobre o Maranhão. Em 1685, Manuel Guedes Aranha, procurador do Estado, em nome da Câmara, apresenta a D. Pedro II de Portugal o “Papel político sobre o Estado do Maranhão” ⁽²⁴⁾. O autor,

(21) *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas*, feita por Maurício Heriarthe. Ouvidor Geral, Provedor-mor e Auditor, que foi, pelo Governador D. Pedro Melo, no ano 1662, por Mandado do Governador Geral Diogo Vaz de Siqueira. Dada à luz por 1.^a vez em Vienna D'Austria. Imprensa do filho de Carlos Gerold, 1874, in 12.º, 84 pp. com prólogo de Francisco Adolfo de Varnhagen. O Manuscrito encontra-se na Biblioteca Nacional de Viena.

(22) *História Geral*, ob. cit., III, 211-237.

(23) A versão de Vieira aparece na Carta de 12 de fevereiro de 1661, in *Obras Várias*, Lisboa, 1856, vol. I, 1856, 137-140, e *Cartas*, ed. J. L. de Azevedo, vol. I, 1925, 579-582. Mais importante ainda é a “Relação dos Sucessos do Maranhão”, publicada por Serafim Leite in *Novas Cartas Jesuíticas*, São Paulo, 1940, 312-319. Continua inédita a “Breve e Sumária notícia das couzas, sucesso e estado presente da Província do Maranhão. Autora a Verdade”, datada de São Luís, 8 de agosto de 1662, e guardada na Biblioteca da Universidade de Coimbra. Vide Francisco Morais, *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra Relativos ao Brasil*. Coimbra, 1941, n.º 582, p. 64.

(24) Encontrado na Biblioteca Pública Nacional de Lisboa, por Antônio Henriques Leal, num códice intitulado “Obras de vários autores”. Oferecido ao Instituto Histórico, foi publicado na *RIHGB*, t. 46, 1.^a parte, 1-60. Além do manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, Fundo Geral, Cód. 1.570, ff. 221-297, encontra-se outro na Biblioteca da Ajuda, 51, VI-46, n.º 5, 54 pp., sob o título de “Notícias do Maranhão, seu descobrimento, situação e costumes de seus naturais e governadores que nele havia envlado pela Câmara do Estado por seu procurador Manuel

natural do Pará, assentou praça como alferes aos 12 anos e depois foi sargento-mor em 1663, incumbido da administração das aldeias dos índios ⁽²⁵⁾, capitão do forte do Gurupi ⁽²⁶⁾ e capitão-mor da capitania do Pará em 1667 ⁽²⁷⁾. Pouco modesto, declara que os moradores daquele estado o chamam o “Pai da Pátria” porque “para bem daquela terra gastou a maior parte de seus cabedais em procurar e requerer o modo, que devia ter o governo militar e político, que podia trazer a conservação daquele estado”. Descreve sua situação, a cidade e seus mil e tantos vizinhos, sua pobreza, suas drogas, e as dificuldades econômicas do Maranhão e do Pará; trata da conquista, do governo e governadores desde 1623 até 1685, da liberdade e cativoiro dos índios, tema de tanta agitação maranhense, e transcreve leis e regimentos relativos ao Estado. As lutas entre governos, Câmaras e ordens religiosas não são esquecidas e o autor, eleito como vereador mais velho, procurador dos povos, faz este *Papel Político* como uma representação política em defesa deles, solicitando a criação de audiências e sugerindo medidas para o melhor governo. Argumenta, perde-se em divagações e comparações históricas, trata dos negócios, da família, do ensino, do sertão, das jornadas ao Amazonas. É uma curiosa relação que defende os moradores contra os jesuítas na tese capital do cativoiro dos índios. Guedes Aranha, embaraçado com os jesuítas, solicita e obtém a vinda dos missionários franciscanos ⁽²⁸⁾. Esta relação, como a “Crônica da Missão” de Betendorff, conclui muitas vezes “sem certeza alguma, assim pela variedade dos autores, como pela dificuldade de um novo mundo, achado sem arquivos, papel, nem tinta, donde se pudesse inferir notícia certa” ⁽²⁹⁾.

Era muito amigo dos jesuítas ⁽³⁰⁾, servidor submisso do governo, por isso mesmo, para Berredo ⁽³¹⁾, “sujeito benemérito dos maiores empregos”.

6. João de Sousa Ferreira

O padre secular licenciado ⁽³²⁾ João de Sousa Ferreira, presbítero da ordem de São Pedro, era natural da Vila do Basto. Foi provedor da Fazenda dos Ausente dos Grão-Pará durante trinta anos, como diz na dedicatória da *América Abreviada*, assinada de Lisboa, aos 20 de maio de

Guedes Aranha”. Vide Carlos Alberto Ferreira, *Inventário dos Manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do Sul*. Coimbra, 1946, n.º 1.566, p. 460, e sobre o da Biblioteca Nacional de Lisboa, Mathias Kieinan, *The Indian Policy of Portugal in the Amazon Region, 1614-1693*. Washington, 1954-1956. No primeiro Manuscrito reproduzido está 1665, quando o autor trata de fatos de 1685.

(25) B. P. Berredo, *Annaes Historicos*, 3.ª ed., Florença, 1905, 182.

(26) Vide “Livro Grosso”, *ABN*, vol. 66, I, 109.

(27) B. P. Berredo, *ob. cit.*, 201-202.

(28) Vide “Livro Grosso”, *ob. cit.*, I, 122; Kieinan, *ob. cit.*, 174 e Serafim Leite, *HCJB*, III, 345, 350, 351.

(29) *Papel Político*, loc. cit., p. 50.

(30) João Felipe Betendorff, “Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão”, *RIHGB*, t. 72, parte 1, 527, 554, 555.

(31) Bernardo Pereira Berredo, *Annaes Historicos*, 3.ª ed. 182-183.

(32) Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus*, *ob. cit.*, t. 3, 248 e 382. Foi o Padre João Ferreira que deixou a primeira fazenda de gado na ilha de Joanes para o colégio jesuíta do Pará e um dos que escaparam à cilada dos índios Aruaquis.

1639 ⁽³³⁾. Esta obra plagia, corrigindo e aumentando, o *Papel Político* de Manuel Guedes Aranha ⁽³⁴⁾. Os capítulos I e II, que tratam da América em geral e do Brasil, são novos; é do terceiro capítulo em diante, quando começa a parte relativa ao Maranhão, que o autor plagia totalmente o *Papel Político*, com variações de forma e acréscimos de reflexões. Todas as divagações de Guedes Aranha são aproveitadas para maiores especulações de Sousa Ferreira, e por isso mesmo, alguns capítulos são maiores, os documentos de um são reproduzidos em outros. A maior divergência, pelo floreio da língua e pelo conteúdo esparramado, nota-se do § 31 do capítulo IV até o § 9 do capítulo V, quando novamente o texto se igualiza ao do *Papel Político* ⁽³⁵⁾.

A brevidade e concisão do texto de Guedes Aranha torna mais indicada sua leitura, pois os acréscimos pouco adiantam factual e interpretativamente.

João de Sousa Ferreira é autor, também, do *Noticiário Maranhense*, que não é senão outra forma da *América Abreviada* e portanto plágio do *Papel Político* ⁽³⁶⁾. Aqui limita-se o autor a reproduzir os capítulos 3, 4 e 5 da *América Abreviada*, com pequenas variações ⁽³⁷⁾. O principal texto continua a ser o do *Papel Político*, que deve, de preferência, ser utilizado.

7. Francisco Teixeira de Moraes

Em 1692 escrevia Francisco Teixeira de Moraes ⁽³⁸⁾, natural da vila de Alenquer, a "*Relação histórica e política dos tumultos que sucederam na cidade de S. Luís do Maranhão*", publicada pela primeira vez em 1877 ⁽³⁹⁾, segundo o manuscrito da Biblioteca Pública de Lisboa, oferecido por cópia ao Instituto Histórico por Antônio Henriques Leal.

Extremamente pedante, como acentuou Varnhagen ⁽⁴⁰⁾, Teixeira de Moraes reconheceu expressamente que esses tumultos tinham causas eficientes muito antigas e por isso foi forçado a descobrir o descobrimento, o território, suas conquistas e as guerras, já com os naturais e com os estrangeiros. Diz que elegera o estilo mediando entre o vulgar e o esquisito, por não ser sua intenção historiar para muitos, senão para os melhores, não por jactância, porém por mais decência. Sua finalidade era inteira-

(33) Original na Biblioteca Pública Eborense, Cf. J. H. Cunha Rivara, *Catálogo, ob. cit.*, I, 26; reproduzido in *RIHGB*, t. 57, parte I, 5-163.

(34) Nota 34 de Rodolfo Garcia in *História Geral*, de Varnhagen, III, 313.

(35) Vide *Papel Político, ob. cit.*, 49-51, e *América Abreviada*, 83-107. Deste modo, as 49 primeiras páginas do *Papel Político* são iguais, com pequenas variações, às 83 primeiras da *América Abreviada*, que oferece de original 24 páginas (83-107); as páginas 51 a 56 do *Papel Político* são iguais às páginas 107 a 109 da *América Abreviada*; da página 109 a 145, novamente se liberta João de Sousa Ferreira da cópia textual embora se inspire em Guedes Aranha.

(36) O manuscrito encontra-se na Biblioteca Pública Eborense. Vide J. H. da Cunha Rivara, *Catálogo, ob. cit.*, I, 27. Foi oferecido ao Instituto Histórico por João Lúcio de Azevedo. *RIHGB*, 1919, t. 81, 289-352.

(37) Às vezes o *Noticiário Maranhense* mais se aproxima do *Papel Político* que a *América Abreviada*. Vejam-se, por exemplo, p. 336 e 50 do primeiro e segundo quando se fala de que o autor não se aparta da doutrina do autor da Crônica da Companhia de Jesus, o que se lê na *América Abreviada*. Há também grandes omissões de texto no "Noticiário"; comparem-se as páginas 90-98 da "América" com as 331-332 do "Noticiário".

(38) Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, t. 2, 274, chama-o de Francisco Teixeira Chaves.

(39) *RIHGB*, 1877, t. 40, 1.ª parte, pp. 67-155 e 303-410.

(40) *História Geral*, t. 3, p. 311-12.

mente pragmática. Escreveu sobre o motim do Maranhão para dar exemplo aos bons, “para que não prevariquem, antes na bondade se melhorem e qualifiquem”; e aos maus, “porque não empiorem, antes em sua malícia retrocedam e contra ela animosos conspiram” (41).

Depois de descrever o Estado do Maranhão, sua importância, conquista, guerras com os franceses e índios, a invasão dos holandeses e sua expulsão, noticia os governantes que dirigiram aquele Estado até Francisco de Sá e Menezes (1682-1685). Trata-se, na realidade, de uma relação pedante, de linguagem rebuscada, de leitura difícil, excessivamente mal ordenada, disseminada, no dizer de João Francisco Lisboa, em longas e difusas páginas, sobrecarregadas de indigestas citações.

Ainda assim é, incontestavelmente, como já apontamos, juntamente com os ofícios de Gomes Freire de Andrade, que subjugou o tumulto com a biografia de Gomes Freire escrita por Frei Domingos Teixeira, a “Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus”, do Padre J. F. Bettendorff, e os *Anais* de Berredo, uma das principais fontes para a história dos sucessos do Maranhão, anteriormente e durante as lutas de Bequimão, pois foi contemporâneo dos sucessos (42).

“Zeloso do bem público”, segundo Berredo (43), faccioso adversário de Bequimão, sua obra, inspirada no ódio e na baixaza, como escreveu João Francisco Lisboa, esboçou um retrato vil da vítima, quando ainda era recente o sacrifício do revolucionário, “precioso sobretudo”, acrescenta ainda o grande Lisboa, “porque presumindo de infamá-lo, o detrator apenas conseguiu atestar a imensa superioridade que o ofuscava, e sem dúvida o incitava a carregar as suas tintas. Cúmplice ele mesmo da revolta, senão por espontâneo movimento, ao menos por cobardia e servilismo, o cortesão arrependido agradecia o esquecimento e o perdão do seu crime, ultrajando e caluniando o infortúnio e vingando-se talvez ao mesmo tempo das humilhações e adulações passadas, filhas não menos da sua própria índole que das circunstâncias. A sua retórica e erudição pedantesca impunha-lhe por outra parte certas necessidades imperiosas, a cuja satisfação não lhe era possível esquivar-se, e no curso da narração vemos a cada passo os obscuros incidentes da vida daquela pobre colônia comparados aos acontecimentos mais grandiosos da história antiga” (44).

A obra de Teixeira de Morais, como a de Bettendorff e Berredo, não consegue ocultar as virtudes cívicas de Bequimão, sua identificação popular, seu idealismo, sua simplicidade na vitória, a pureza da sua bravura ao enfrentar a morte. Não consegue também ocultar a violência, a fúria, a inclemência oficiais, nem esconder o caráter colonialista desta espécie de historiografia (45).

(41) *RIHGB*, t. 40, 69.

(42) João Francisco Lisboa, *Obras*, Lisboa, 1901, vol. 2, 95. Ali se encontra a melhor descrição dos acontecimentos de 1684 (p. 81 e seguintes).

(43) B. P. Berredo, *ob. cit.*, 239.

(44) J. F. Lisboa, *Obras*, Lisboa, 1901, vol. 2, 95-96.

(45) Existe na Biblioteca da Ajuda, assinada por Miguel da Rosa Pimental (Lisboa, 4 de setembro de 1692), a “Informação do Estado do Maranhão”, inédita até hoje. Cf. Carlos Alberto Ferreira, *Inventário dos Manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do Sul*, Coimbra, 1946, n.º 1.666, p. 496.

8. Cristóvão de Lisboa

Frei Cristóvão de Lisboa (? - 1652), irmão de Manuel Severim de Faria, foi um dos grandes pregadores da Corte de D. João V e primeiro custódio da Província do Maranhão. Frei Cristóvão partiu de Lisboa a 25 de março de 1624⁽⁴⁶⁾ e durante doze anos viajou e visitou várias regiões do Brasil, especialmente o Maranhão, dedicando-se à conversão dos gentios e à instrução dos cristãos⁽⁴⁷⁾. Tinha grande amizade e profundo respeito pela opinião de Manuel Severim. Escrevia-lhe dando informações, relatando as curiosidades da terra e advertindo-o contra as notícias falsas. Criticou Bartolomeu Guerreiro e louvou Frei Vicente do Salvador, que lhe solicitara informes sobre as atividades missionárias no Maranhão. Dizia em uma de suas cartas que o irmão só acreditasse nos relatórios que ele lhe enviara, pois era muito zeloso da credibilidade: estou escrevendo a “história destas partes não me fica original mais que as relações escritas e ouvidas e o estilo limarei vós lá, que não tive tempo para isso e guardai-mo. Este original vai muito ajustado com a verdade. . .”⁽⁴⁸⁾

Em 1637, Frei Cristóvão já voltara a Lisboa com sua história natural⁽⁴⁹⁾, que andou perdida três séculos, até que em 1934, o Arquivo Histórico Ultramarino comprou, de uma livraria lisboeta, o códice intitulado “História dos animais e árvores do Maranhão”, contendo 30 páginas de texto e 163 de desenhos a pena, sombreados a lápis. Os que o examinaram e estudaram, como Luís de Pina, declaram que “o livro de Frei Cristóvão, em matéria de História Natural, não sobranceia os que no século anterior escreveram outros portugueses. Os desenhos são valiosíssimos e só eles dariam reputação de grande observador ao artista que teria sido Frei Cristóvão. A parte literária não acompanha a iconografia em valor e rigor. Algumas descrições são muito incompletas e reduzidas, e muitas indicações demasiadamente sabidas já no século anterior. Não se encontra disciplina na ordenação da matéria, parecendo ter sido escrita em ocasiões diversas. Infelizmente, a linguagem, muito descuidada, não realça as descrições”⁽⁵⁰⁾. Seu valor principal, como disse Robert Smith, “está em conter algumas das mais primitivas e autênticas ilustrações que se conhecem sobre a flora e a

(46) Vide notícia biográfica in Barbosa Machado, t. I, Lisboa, 1747; Robert Smith, “O códice de Frei Cristóvão de Lisboa”, *RSPHAN*, 1941, vol. 5, 121-126; Luís de Pina, “Para a história da História Natural do Brasil”, *Brasília*, vol. 1, 1942, 307-330; Luís de Fonseca, “Frei Cristóvão de Lisboa, O. F. M., Missionary and natural historian of Brazil”, *The Americas*, vol. VIII, janeiro, 1952, n.º 3, 289-303. A data da partida é dada por Bernardo Pereira de Berredo, *Anais Históricos do Estado do Maranhão*, 1.ª ed., Lisboa, 1749, 222-223.

(47) Frei Cristóvão de Lisboa, *Santoral de vários sermões de Santos*, Lisboa, 1638, t. VI, 273. Sobre suas obras, vide Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, t. II, 69-70, e t. IX, 67.

(48) Cartas de Frei Cristóvão de Lisboa, *ABN*, vol. 26, 395-411 (vide p. 409), e “Três Cartas de Frei Christovam de Lisboa dirigidas ao irmão Manoel Severim de Faria”, *R. I. C.*, t. XXIII, 316-333.

(49) Luísa da Fonseca, *ob. cit.*, p. 297. A primeira referência à história fora feita em carta a M. S. de Faria, a 20 de janeiro de 1627, art. cit., Robert Smith, *in ob. cit.*, declara que o códice deu entrada em 1939.

(50) Luís de Pina, art. cit., 315. D. Francisco Xavier de Menezes, 4.º Conde de Ericeira, dando notícia das conferências de 11 de maio e 1.º de junho de 1724, *in Coleção de Documentos e Memórias da Academia Real de História Portuguesa* (Lisboa, 1724), refere-se aos “Tratados predicativos” e ao “Diálogo do Justo e devido sentimento nas adversidades”, de Frei Cristóvão de Lisboa.

fauna do Brasil". A precedência sobre Marcgrave e Piso nas observações diretas não deu à obra do franciscano maior valor. Se seu livro tivesse sido divulgado no próprio século XVII, logo se manifestaria sua inferioridade diante do trabalho dos dois sábios naturalistas neerlandeses, mais preparados para a tarefa. Frei Cristóvão, bispo eleito de Angola (1644), faleceu a 25 de setembro de 1652.

Em 1967, o Arquivo Histórico Ultramarino publicou a *História dos Animais e Árvores do Maranhão* ⁽⁵¹⁾.

9. "Aditamentos" de Anselmo Eckart

Anselmo Eckart (Mogúncia 1721 — Polosk 1809) entrou para a Companhia de Jesus em 1740; em 1752 chegava a Lisboa, e em 1753 a São Luís, para servir às missões no Pará e Maranhão, acompanhado de outros padres e irmãos. Missionou até 1757, quando foi deportado para o Reino, aprisionado de 1759 a 1777. Neste ano partiu para sua terra e foi servir na Rússia.

Eckart foi missionário de Troceno (1755) e Caeté (1756), dedicou-se às línguas indígenas, tendo viajado muito pelo antigo Estado do Maranhão. Encontrava-se na Alemanha em 1781, quando foi consultado por Cristóvão Gottlieb Murr, polígrafo alemão, sobre a edição que Lessing e Christian Leiste fizeram do manuscrito de Pedro Cadena de Villasanti, "Descrição da Terra do Brasil", encontrado na biblioteca de Wolfenbüttel ⁽⁵²⁾, no qual Leiste acrescentara notas e adições, as primeiras à obra de Cadena, e as segundas compondo uma descrição do Brasil. Consciente da insuficiência de suas fontes, Leiste resolvera consultar Murr, pensando na hipótese de uma nova edição. Murr sabia que o jesuíta vivera no Estado do Maranhão, e havia publicado no seu "Jornal da História da Arte e da Literatura Geral" várias contribuições sobre perseguições aos jesuítas em Portugal e sobre as línguas indígenas no Brasil. Enviou-lhe o livro de Leiste, na expectativa de notas que atualizassem o trabalho deste. Mas os "Aditamentos" de Eckart, quer sobre a edição de Cadena, quer sobre a descrição de Leiste, pareceram-lhe tão importantes, que decidiu publicá-las numa coleção de viagens que editou ⁽⁵³⁾.

(51) Vide Frei Cristóvão de Lisboa, *História dos Animais e Árvores do Maranhão*. Estudo e notas do Dr. Jaime Walter. Prefácio de Alberto Iria. Lisboa, 1967.

(52) G. E. Lessing, "Beschreibung des portugieschen Amerika von Cadena. Ein Spanisches Manuscript in der Wolfenbüttel'schen Bibliothek, herausgeben vom Herrn Gotthold Lessing. Mit Anmerkungen und Zusätzen begleitet von Christian Leiste". Braunschweig, 1780, Reeditado no vol. 6 das *Obras Completas* de Lessing.

(53) "Des Heern P. Anselm Eckart, ehemaligen Glaubens predigers der Gesellschaft Jesu in der Capitanía von Pará in Brasilien, Zusätze zu Pedro Cadena's Beschreibung der Länder von Brasilien und Heern Rectors Christian Leiste Anmerkungen in sechsten Lessingischen Beytrage zur Geschichte und Litteratur, aus den-Schätzen der Herzoglichen Bibliothek zu Wolfenbüttel." ("Aditamentos" do Sr. P. Anselmo Eckart, outrora pregador da Sociedade de Jesus na Capitania do Pará, no Brasil, à Descrição das terras do Brasil de Pedro Cadena e às notas do Sr. Reitor Christian Leiste na sexta contribuição de Lessing para a História e a Literatura, dos tesouros da Biblioteca Ducal de Wolfenbüttel.) Os aditamentos estão incluídos na *Reisen einigen Missionarien der Gesellschaft Jesu in Amerika aus ihren eigenem Aufsätzen herausgeben von Chr. G. von Murr*. (Viagens de alguns missionários da Companhia de Jesus à América, segundo suas próprias relações, editadas por C. G. von Murr.) Foram ainda reeditadas pelo Padre Franz Xavier Veigl nas *Gründlich Nachrichten über die Verfassung der Landschaft von Mayanas in Süd Amerika bis zum Jahre 1768, nebst des Herrn P. Anselm Eckart Zusätzen zu Pedro Cadena's Beschreibung der Länder*. (Notícias fundamentadas sobre a situação das terras dos Mayanas na América do Sul até o ano de 1768, com as adições do Sr. P. Anselmo Eckart à Descrição das terras de Pedro Cadena.) Nuremberg, 1798.

Foi Ernest Feder quem apontou o caráter circunstancial da obra de Eckart e o valor próprio de seus “Aditamentos” (54). Neles, Eckart não constrói uma narrativa coerente, mas fornece curiosas informações para a história do Pará e do Maranhão, e notas importantes colhidas em várias missões jesuíticas sobre vários grupos indígenas (55).

Eckart escreveu outros trabalhos, todos registrados por Sommervogel e o Padre Serafim Leite (56) sobre a perseguição da Companhia de Jesus em Portugal, o diário de suas prisões em Portugal, o “Elogio Póstumo do P. David Aluísio Fay” (57) e especialmente as “Nachrichten von den Sprachen in Brasilien” (Notícias sobre as línguas no Brasil) (58).

10. Frei Domingos Teixeira

Frei Domingos Teixeira nasceu na vila de Celorico do Basto, no arcebispo de Braga (1675-1726), aprendeu humanidades e estudou teologia em Coimbra, professou a ordem de Santo Agostinho, e faleceu em 1726 (59). Sua obra é pequena, biográfica e adulatoria, e não é representativa da historiografia portuguesa dos setecentos. Foi acusado de aproveitar-se de manuscrito de Jacinto Freire de Andrade Pereira (1723), e de imitar-lhe o estilo. É a *Vida de Gomes Freire de Andrade* (60), governador do Maranhão (1685-1687), escolhido para extinguir o movimento revolucionário dirigido por Manuel Beckman, o Bequimão (1684-1685), que o alista na historiografia brasileira. Julgava-se um autor de boa consciência, estimulado pelo crédito da pátria ofendida por alguns filhos ingratos (rebeldes), cuidadoso da feição literária da sua prosa, descuidado da pesquisa documental, forjando à pressa um retrato de elevação senhorial, pomposo, artificial e enfático. Domingos Teixeira escrevia ser mais fácil ressuscitar um morto de sessenta e sete anos do que descobrir um vivo, com que compor uma obra que, a seu juízo, qualquer um, de mediano entendimento, pudesse fazer. As duas regras essenciais da história, para que ela não seja má, são a verdade e a clareza, que ele pensa ter cultivado no seu livro. Seus censores, para a publicação deste, louvam muito sua erudição, propriedade e “elegantíssima sublimidade de estilo”. É um elogio, uma apologia às proezas do general que impôs aos colonos revoltados contra os excessos oficiais a dureza do castigo, exemplificado no enforcamento do Bequimão e dois outros companheiros.

(54) “Uma viagem desconhecida pelo Brasil. Lessing, Pedro Cadena e os jesuítas”, *Cultura Política*, Rio de Janeiro, fevereiro, 1945, 113-128.

(55) As mais importantes são as relativas aos Manaó, Juruna e Gamela. Vide Herbert Baldus, *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*, São Paulo, 1954, n.º 426.

(56) Carlos Sommervogel, *Bibliothèque de la Compagnie de Jesus*, Bruxelas, vol. III, 330-331, e Serafim Leite *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. VIII, 204-207.

(57) Traduzido para o português por Paulo Rónal e publicado in *ABN*, LXIV, 199-244.

(58) Publicadas no *Journal zur Kunstgeschichte und zur allgemeinen Litteratur* (Jornal da História da Arte e da Literatura Geral), dirigido por Christovão G. de Murr, e reeditadas por Julius Platzmann, *Specimen Linguae Brasiliae Vulgaris Editionem separatam Immutatam*, Curavit J. Platzmann. Lipsica, in aedibus B. G. Teubneri, 1890, 20 páginas.

(59) Diogo Barbosa Machado, *BL*, Lisboa, 1741, t. 1, 716; Inocêncio Francisco da Silva, *DBP*, Lisboa, 1859, t. II, 199.

(60) 1.ª parte, Lisboa, 1724; 2.ª parte, Lisboa, 1727. Há extratos publicados na *RIHGB*, 1841, t. III, 457-468, e t. XLIV, parte 1.ª, 187-221.

Sua obra fria e insensível, seu desamor à “gentalha do povo”, à errada gente, à plebe sempre inquieta, adversária da voz da liberdade, incompreensível à sublevação, baseia-se em fontes oficiais, desconhece a gente e a terra, desama e não desculpa, condena a frouxidão dos governos passados, deseja maior rigor no castigo aos “depravados com liberdade maior na falta de obediência”.

Domingos Teixeira forma, com Francisco Teixeira de Morais, as duas fontes primárias da revolta do Bequimão, e os dois, acrescidos de Bernardo Pereira Berredo, os modelos da mais abjeta historiografia colonialista. Bettendorff estava ausente na hora do sacrifício de Bequimão, cuja história, idealismo e bravura ficaram, assim, à mercê de dois áulicos do poder, da brutalidade e do terrorismo coloniais. Mas nenhum dos dois pôde esconder a farsa apressada do julgamento e o heroísmo do chefe, cujas palavras finais, “pelo Maranhão dou satisfeito a vida”, ocultas por Domingos Teixeira, não foram esquecidas por Francisco Teixeira de Morais.

Não foi um liberal como João Francisco Lisboa quem mostrou a unanimidade da revolta, a raridade do caráter de Bequimão; foi Varnhagen, pouco afeito a perdoar revoltas populares, quem escreveu que “a história por sua parte não pode simpatizar com estas almas generosas, tratadas tão cruelmente. Manuel Bequimão subiu ao patíbulo como verdadeiro herói” (61).

11. Bernardo Pereira Berredo

Bernardo Pereira Berredo nasceu em Serpa, no Alentejo, e faleceu a 13 de março de 1748. Pouco se conhece de sua formação (62), sabendo-se apenas que tendo seguido a carreira militar distinguiu-se na guerra da Sucessão (1710). Como a maioria dos cronistas e historiadores coloniais, sua vida e obra não fazem parte da descuidada historiografia portuguesa, ou mesmo da historiografia literária. São autores secundários, preocupados com assuntos inferiores, discriminatoriamente afastados. Foi membro do Conselho do Rei D. João V e nomeado governador do Maranhão em 14 de julho de 1722 (63). Berredo permaneceu mais de um ano em São Luís, consultando documentos, e em Lisboa continuou a preparar a obra *Anais*

(61) Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, vol. 3, 311.

(62) Durante algum tempo adotou o nome de Lacerda, de seu pai Antônio Pereira de Lacerda (a *Gazeta de Lisboa* noticia sua chegada ao Maranhão como Bernardo Pereira de La Cerda. Varnhagen, *História Geral*, vol. V, 340. Era sobrinho do Cardeal D. José Pereira de Lacerda, Bispo do Algarve. A *Gazeta de Lisboa* noticia aos 22 de janeiro de 1750 a saída do livro “elegantemente escrito”, enumera entre seus títulos o de governador do Mazagão. Vide *Notícias Históricas de Portugal e Brasil, 1715-1750*, Coimbra, 1961, p. 284.

(63) A Carta patente de sua nomeação encontra-se na coleção Manuel Barata do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, lata 278, manuscrito 14.741. Na mesma coleção encontram-se também duas cartas ao Conde da Ribeira Grande, D. Luís da Câmara, e a D. João V, datadas de São Luís, 20 de junho de 1720, dando notícia do Estado do Maranhão. Ambas foram publicadas por Jaime Cortesão in *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri (1750). Parte III, Antecedentes do Tratado*, Rio de Janeiro, t. I, Documento XXXVI, 191-192 e Documento XXXVII, 193-205. No mesmo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro encontra-se o “Regimento pelo qual o governador da capitania do Maranhão... mandou descobrir o curso do rio Tocantins”, 1719; lata 175, manuscrito n.º 4.060.

Históricos (1.^a ed., Lisboa, 1749; 2.^a ed., Maranhão; 3.^a ed., Florença, 1905).

Ele mesmo declara que “neste trabalho tão custoso gastei perto de um ano, que me dilatei naquele Estado, depois de aliviado do governo dele e restituindo-me a Lisboa, entrei então em maiores fadigas, porque para haver de assentar um estilo, que ficasse sendo menos fastidioso à pureza da língua, sem faltar aos preceitos dos Mestres da História, fiz uns largos estudos nos mais celebrados, assim vulgares, como latinos”. Afirma ainda que consultou relações impressas, serviu-se do Arquivo do Estado, dos manuscritos do Dr. Antônio Álvares da Cunha, consultou Frei Cristóvão de Lisboa, e lastima a esterilidade de todos os escritores da América Portuguesa (64).

Trata-se de uma crônica que abrange do descobrimento ao fim do seu governo, repleta, como observou João Francisco Lisboa, de acontecimentos militares, religiosos e políticos, e despida de informação econômica e social. Seu fim, escreve João Francisco Lisboa, era escrever uma história grandiosa, “e à mingua de acontecimentos magníficos e verdadeiramente históricos enche-os de palavras turgidas e balofas, perfeito contraste dos casos e ações insignificantes a que elas se aplicam”.

O primeiro crítico da obra, a mais elaborada no padrão literário, na pesquisa documental e na estrutura orgânica de quantas se escreveram até aquela época sobre o Maranhão, foi Gonçalves Dias. Na edição de 1849 ele escrevia que Berredo era português e só escrevia para portugueses; “não escrevia a história do Maranhão, escrevia uma página das conquistas de Portugal, daí seu principal defeito. Não é um verdadeiro historiador, é um simples cronista; não explica, expõe os fatos, enumera-os, classifica-os pelas datas e julga que nada mais lhe resta fazer. Justiça lhe seja feita, a exposição é quase sempre verdadeira, as numerações exatas, as classificações justas; mas falta-lhe a cor, o movimento, a vida, e por isso sua obra é tão fastidiosa”. “O que lhe importa”, acrescenta mais adiante, “é a conquista, o que lhe interessa são aquelas insignificantes comissões de uma cidade dividida em classes tão disparatadas, são as representações da Câmara e do Senado, as exigências dos colonos, as ordens da Metrópole, os comboios ânues, as digressões dos governadores, os resgates de índios. O que é estrangeiro é vil e infame. Assim vê, nos índios, bárbaros; nos franceses, piratas; nos holandeses, heréticos e sacrílegos; é um misto de patriotismo exclusivo e de cego fanatismo, porque Berredo é o órgão dos colonos portugueses com todas as suas crenças, com todos os seus prejuízos porque ele não enxerga senão o presente” (65).

A crítica de Gonçalves Dias não passou em julgado, pois João Francisco Lisboa escrevia que “Berredo tinha razão. E, em verdade, soldado e escritor português, pertencente à raça e à sociedade portuguesa, como todos nós lhe pertencemos, pelos usos, costumes, linguagem e idéias,

(64) Introdução, 2.^a ed., 1849.

(65) “Reflexões sobre os Anais Históricos do Estado do Maranhão, por Bernardo Pereira Berredo”, in *Guanabara* (Rio de Janeiro, t. 1, 1849, 25-28, incompleto, e reproduzido completo, como introdução à 2.^a edição dos Anais Históricos, Maranhão, 1849).

havia ele de preferir os assuntos pátrios para se ocupar com a história dessa pretendida Judéia do novo mundo, criada só pela imaginação poética e fantasiosa do nosso crítico? que mais interesses, podiam oferecer essas obscuras e sanguinolentas guerras de tribos, seguidas de banquetes de carne humana, de danças burlescas, e de brutal embriaguês? porque é enfim que a história da civilização européia, em seu nascimento e nos seus progressos, se há de ter como coisa de somenos que a história dos povos selvagens, de sua decadência e extinção. Timon (J. F. Lisboa) ousa confessar que faria como Berredo . . ." (66). Acreditava João Francisco Lisboa quase sem restrições no exemplo e consciência de Berredo, embora fosse visível a desfiguração histórica causada pelo pedantismo e afetação. Recomenda sua obra e, refazendo seu juízo, chega à conclusão que "Berredo pois não fez mais do que compilar, e compilar mal, e apesar do muito que revolveu os arquivos, como alardeia não poucas vezes desfigurou a história por omissões inexplicáveis, por ignorância, certeza de vistas, afetação e pedantismo. Talvez mesmo a parcialidade não estranha aos defeitos da sua obra, porque enfim Berredo, desculpando ou dissimulando os erros e crimes dos seus antecessores, fazia por antecipação a apologia dos próprios atos".

Acusa-o Lisboa de ter sido um déspota vulgar, igual em tudo aos demais e enumera várias acusações e desmandos por ele praticados e as providências tomadas pelo Conselho Ultramarino (67).

Varnhagen, que escreveu antes de João Francisco Lisboa, considera precioso o livro de Berredo e o autor "um espírito nobre, grave e geralmente caridoso"; seu mal consistiu no estilo empolado, escuro, enganoso, e na ilusão de que engrandeceu fatos miúdos (68).

Capistrano de Abreu não o tinha em apreço, por julgá-lo "ora inexacto, ora impreciso, todo enlevado nas louçanias de seu estilo rebuscado" (69). Manuel Barata, o historiador do Pará, limitou-se a aceitar a opinião retificadora de João Francisco Lisboa (70).

A carta de Berredo como governador ao Conde da Ribeira Grande sobre os limites do Maranhão com a França não merece maior atenção nem crédito, face às críticas tão definitivas feitas por João Francisco Lisboa (71). A informação de Bernardo Pereira de Berredo a D. João V sobre os limites do Estado, as capitanias respectivas, suas produções, rios principais e suas margens, povoações mais notáveis, com número dos moradores e suas necessidades mais instantes (72), escrita dois anos depois de empossado, adianta sua obra terminada antes de sua posse. É, assim, uma brevíssima descrição, crônica da atualidade do antigo Estado do Maranhão.

(66) "Apontamentos, Notícias e Observações para servirem à História do Maranhão", in *Obras*, Lisboa, 1901, vol. 1, 250.

(67) "Apontamentos", *ob. cit.*, vol. II, 241-244.

(68) *História Geral do Brasil*, 3.ª ed., t. 4, 42-43.

(69) "Prolegômenos ao livro V", *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, 3.ª ed., 461.

(70) "Apontamentos para as Efemérides Paraenses", *RIHGB*, t. 90, vol. 144, 50.

(71) A carta vem publicada in *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, Parte III, Antecedentes do Tratado, t. I, Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, s. d., 191-192. São duas cartas datadas de S. Luís, de 20 de junho de 1720, originais mss. pertencentes à coleção Manuel Barata do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Lata 278, Mss. 14.741).

(72) *Ob. cit.*, 193-205.

CAPÍTULO II

HISTORIOGRAFIA DA AMAZÔNIA

1. João Daniel e o *Tesouro Descoberto*. 2. Frei João de São José e o Grão-Pará. 3. Francisco Xavier Ribeiro Sampaio e o Rio Branco. 4. José Monteiro de Noronha. 5. Francisco José de Lacerda e Almeida. 6. Manuel da Gama Lobo d'Almada e o Rio Negro.

1. João Daniel e o Tesouro Descoberto

João Daniel (Travaçós, Portugal, 1722 — cárcere São Julião da Barra, 1776) entrou em 1739 para a Companhia de Jesus em Lisboa, veio para o Maranhão em 1741, onde concluiu seus estudos, fez sua profissão solene em Ibirajuba, em 1757, e missionou em Camaru até 1776. Ia ser o cronista da Companhia, mas foi desterrado e enviado a Portugal, aprisionado nas cadeias de Cárquere e São Julião da Barra, onde escreveu seu livro *Tesouro Descoberto do Máximo Rio Amazonas*, e faleceu.

João Daniel foi um dos quinze expulsos e presos durante a perseguição pombalina contra os jesuítas. Mendonça Furtado, irmão de Pombal e capitão general do Maranhão e Pará, descrevendo “os abomináveis excessos” cometidos pelos jesuítas, um a um, assim se refere a João Daniel: “O sétimo é o Padre João Daniel, que depois de em uma sexta-feira da quaresma tomar a liberdade na minha presença, e na do Bispo de fazer uma exclamação, dizendo que Anás e Caifás faziam a sua vontade, e os apóstolos de Cristo estavam a dormir seguindo esta idéia com expressões bem claras do fim a que se dirigiam, passou depois ao excesso de andar dizendo por esta cidade que não sabia como havia quem me absolvesse, chegando a tomar a liberdade de ir tomar satisfação ao meu confessor, dizendo-lhe que não compreendia, o como ele me absolvía, quando eu estava fazendo violências públicas às comunidades, a cuja ousadia lhe respondeu aquele religioso com a modéstia e a gravidade que devia” (1).

Sua biobibliografia foi escrita por Serafim Leite (2).

Preso e desterrado com outros jesuítas e franciscanos, João Daniel saiu do Pará a 28 de novembro de 1757. Serafim Leite sintetiza-lhe a vida na prisão: primeiro no forte de Almeida, onde, privado de papel, apro-

(1) Comunicação de Mendonça Furtado, de 22 de outubro de 1757, in *ABPP* (1906), t. 5, 284.

(2) A primeira biobibliografia escreveu-a S. Leite na *RABL*, Anais de 1942, janeiro a junho, ano 41, vol. 63; aparece também na sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t. 8, 325-329, Rio de Janeiro, 1943; t. VII, 353, Rio de Janeiro, 1949; t. VIII, 190-192, Rio de Janeiro, 1949.

veitava-se do de embrulho, das folhas brancas dos Breviários, para escrever sua grande obra, a única distração que lhe restava, motivado pelo desejo de deixar um escrito da imensidade e do valor do Amazonas. Assim se passaram quatro anos, escrevendo diante das maiores dificuldades, baseado nas notas, lembranças e projetos. Aos 3 de dezembro de 1762 foi transferido para a Torre de S. Julião da Barra, em Lisboa, de onde só saiu morto.

Escreve Serafim Leite que como beirão João Daniel tinha admirável fortaleza de ânimo para, encerrado nos cárceres, prosseguir sua missão, escrevendo o grande monumento que é o *Tesouro Descoberto do Máximo Rio Amazonas*. Pensa aquele que, com o tempo, aliviou-se o rigor com o qual era tratado e ele teve papel e tinta para acabar seu livro. Como todos os grandes jesuítas, João Daniel deixaria para a posteridade a revelação da obra missionária e das riquezas, frutos, drogas e planos do grande Amazonas. Esteve preso dezoito anos, até sua morte aos 19 de janeiro de 1776. Foi sepultado na Igreja de São Julião.

O *Tesouro Descoberto do Máximo Rio Amazonas* só foi inteiramente publicado em 1976. Dividido em seis partes, os originais manuscritos das cinco primeiras encontram-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e o da sexta na Biblioteca Pública de Évora. A primeira iniciativa de publicação coube ao Bispo José Joaquim de Azeredo Coutinho, responsável pela localização dos manuscritos e pela impressão da Quinta Parte do *Tesouro Descoberto do Máximo Rio Amazonas* ⁽³⁾. Varnhagen patrocinou a publicação da “Parte Segunda” ⁽⁴⁾ e em 1878 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro publicava a “Parte Sexta” ⁽⁵⁾.

O *Tesouro Descoberto*, segundo o próprio autor, contém na primeira parte a notícia geográfica; na segunda, a descrição dos índios e seus costumes; na terceira a notícia da grande fertilidade e riqueza de suas terras e matas; na quarta, aponta o modo de agricultura que usam seus habitantes; na quinta e sexta, indica os meios e métodos de poder melhor e com brevidade povoar e desfrutar o Amazonas. É, assim, uma obra noticiosa sobre a atualidade amazônica de sua época, bem como um plano metódico e prático de política econômica, de reforma agrícola, de engenhosa invenção para a navegação comum e comunicação dos rios amazônicos. É a mais importante fonte para o estudo do Amazonas no século XVIII.

Seu primeiro crítico foi Antônio Ladislau Monteiro Baena, achando que a publicação do manuscrito (Parte Segunda) exigia anotações, porque continha incorreções, levantando dúvidas sobre a credibilidade de certas passagens. Lembra que o autor escreveu nos cárceres sem seus apontamentos, baseado em suas reminiscências, o que o levou a misturar involuntaria-

(3) Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1820.

(4) *RIHGB*, 2.ª ed., 1840, t. 11, 321-364, 447-500; 3.ª ed., 329-374, 459-512, e t. III, 39-52, 158-183, 282-297, 422-444.

(5) *RIHGB*, t. XLI, parte I, 33-142, baseado no original de Évora.

mente objetos diversos. São vinte e duas notas, apontando falhas, inexatidões e confusões (6).

Varnhagen, que soube avaliar sua significação, acrescentou na *História Geral do Brasil* que havia nesta obra “muitos fatos, muitas idéias, mas pouco decoro no estilo” (7). Serafim Leite estranha também o “pouco decoro” e atribui a observação ao seu estilo desenfastiado e não raro humorístico. A crítica de Baena não merece muita atenção, já que o autor nem foi bom escritor e historiador, nem primou pelo caráter, áulico como sempre foi. Euclides da Cunha, no ensaio de 1907 “Entre o Madeira e o Javari”, examinando o progresso desta região amazônica nos últimos trinta anos, escrevia: “O que dele se conhecia bem pouco adiantava às linhas desanimadoras do padre João Daniel no seu imaginoso *Tesouro Descoberto*”. “Entre o Madeira e o Javari, em distância de mais de duzentas léguas, não há povoação alguma nem de brancos nem de tapuias mansos ou missões. O dizer é do século XVIII e poderia repetir-se em 1866 na frase de Tavares Bastos: “O Amazonas é uma esperança; deixando as vizinhanças do Pará penetra-se no deserto” (8).

Para Serafim Leite é “notável, em particular, a sagacidade e instrução que dá para a agricultura amazônica, hoje ultrapassadas, mas verdadeiro tratado de economia agrícola, bem superior às idéias do tempo, refere-se já à indústria, hidráulica aplicada, utilização dos ventos”; trata dos índios, das credências populares, da etnografia de inúmeras tribos. “Além disso, indicações locais, geográficas e históricas que, ao menos no tocante aos fatos do seu tempo, se constituem genuínas fontes para a história geral do grande Rio.” João Daniel é, ainda segundo Serafim Leite, a coroa de todos os escritores ligados até então à história do Amazonas (9).

A edição completa pela Biblioteca Nacional (10) é um empreendimento cultural do maior valor e significação, sobretudo para o conhecimento do Amazonas e da historiografia brasileira. O livro começa pela descrição geográfico-histórica, o descobrimento e navegação do Amazonas, a origem de seu nome, os principais rios que recebe, a pororoca e coisas notáveis do rio, qualidade das águas, o clima saudável, ilhas, lagos e penínsulas, povoações, pescaria, anfíbios, caça das aves, as várias pragas, cobras e os antídotos; na parte segunda, dá notícia geral dos índios e particular de algumas tribos, da fé, costumes e coisas mais notáveis de sua rusticidade, os venenos, a ingratidão, a antropofagia, os resgates, as guerras, a habilidade e aptidão, a fecundidade indígena, as grandes fomes e doenças que sofreram; a parte terceira informa da muita riqueza nas suas minas, nos seus haveres e da fertilidade de suas margens; a mandioca, o trigo, legumes,

(6) “Observações e notas ilustrativas dos três primeiros capítulos da Parte 2.ª do *Tesouro Descoberto do Rio Amazonas*”, *RIHGB*, 1843, t. 5, 252-287.

(7) 3.ª ed., t. IV, 178.

(8) *Contrastes e Confrontos*, 6.ª ed., Porto, 1923, 155. 1.ª ed., Porto, 1907.

(9) *HCB*, Rio de Janeiro, 1943, t. IV, 328.

(10) *AdN*, vols. 95, I e II, 1976. É pena que esta edição contenha deficiências inaceitáveis, tal como a falta do sumário da matéria, a falta de índice e uma introdução muito inferior ao livro, que revela não conhecê-lo, nem ter-se dado ao prazer de olhar, ainda que por cima, o original de impressão. As notas limitam-se à tradução de expressões latinas, mas nenhuma é histórico-geográfica e antropológica.

frutos e frutas, as madeiras, plantas, ervas, cocos, e ao tratar de preciosidade de seus haveres dá-lhes forma dicionarizada alfabética, prosseguindo na descrição dos vários gêneros. A quarta parte é sobre a agricultura, o uso dos vários índios, os engenhos de açúcar e as feitorias de aguardente, as embarcações, as missões, o regime dos missionários, as missões espanholas, o método de pastorear o gado, a pescaria e seus usos e indústria, os mercados, a fabricação de louça. A quinta parte trata de um método novo de agricultura, o meio mais útil para extrair suas riquezas, e mais breve para desfrutar seus haveres e efetuar sua povoação e comércio.

Este é um tratado prático que expõe providências, mostra a diferença das terras incultas do Amazonas e as cultivadas no mundo, a agricultura praticada que dá mais dano que proveito, propõe se desterre a cultura da maníba e da farinha de pau e a introdução dos grãos, de várias searas, milho, arroz, e defende que só com as searas da Europa poderá haver fartura no Amazonas, as providências que devem tomar os novos povoadores; declara que abolida a maníba os escravos são inúteis aos senhores, trata daqueles no ultramar, e da serventia do Amazonas; cuida dos barcos necessários, o meio fácil de haver feiras e mercados, e extrair as riquezas do sertão, os inconvenientes das canoas do sertão, verdadeiro estorvo ao seu aumento, propõe meio de extrair as riquezas do Amazonas, como fazer as hortas, o método prático de principiar um sítio, como fazer as canoas e embarcações, e trata da pesca ordinária no Amazonas e das providências que usam outras nações e as que devem ser usadas ali. Volta a tratar das missões no Amazonas e nos seus estados, da repartição dos índios, dos senhores e missionários, defendendo que os índios “são senhores da sua liberdade, estão nas suas terras, povoações e casas, e não basta a razão de serem rústicos para se obrigarem a servir” (11). Trata da economia que se deve observar nas missões, da língua que se deve falar, defendendo que os missionários aprendam a língua dos índios. Este é um capítulo de imensa utilidade aos estudos lingüísticos, pois mostra que há 30 a 40 nações diversas com idiomas diferentes, mas que há uma língua comum que é a geral, que na sua época já andava muito corrompida. Na época de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, ele se empenhara para que se introduzisse nas missões a língua portuguesa, e defende seja esta o melhor meio de comunicação, havendo tão diversas nações e as suas línguas, e não conhecendo muitos grupos e estando a geral já corrompida.

Propõe sejam as escolas o meio mais proporcionado para civilizar índios e discute se devem ser seculares ou regulares. Trata do descimento dos índios selvagens, do modo de erigir povoações e de povoar o Amazonas, dos lugares a escolher. Seu poder de descrição geográfica, natural e etnográfica é imenso e preciso. Acredita no paraíso do Amazonas, um tesouro de riquezas, sujeito, como o Paraíso celeste, às serpentes e pragas.

Não há seguimento da matéria, há soltura, devido provavelmente às dificuldades das condições em que escreveu. Sua língua é rica de espanholismos, de neologismos e sobretudo do registo da variedade de sentido.

(11) *Ob. cit.*, vol. 2, 218.

Limonada, por exemplo, é refrigerante. O Brasil ainda é uma república de macacos ou de formigas. Reconhece serem os índios os mais sofridos e pobres habitantes do Brasil. Não esconde as epidemias de bexigas, sarampo, as várias doenças e as fomes que todos sofreram, sobretudo índios; condena a escravidão indígena. Relembra o cálculo feito por Vieira de que entre 1615 e 1652, em 37 anos, morreram dois milhões de índios. Cita vários autores e muitas sentenças latinas de cor, porque na prisão não contava com livros. Anchieta, Nóbrega, Vieira, Acosta, Manuel Rodrigues, Bettendorff, Berredo, Bernardo de Brito, Samuel Fritz, Simão de Vasconcelos, Gumila, autor do *El Orinoco Ilustrado* ⁽¹²⁾, muito conceituado em sua época e hoje desconhecido.

Defende — e este é um ponto importante — a organização de uma economia sem escravos. Ele próprio aparece várias vezes no seu livro, cujo intento principal foi “dar aos novos povoadores, que para lá mudam, um método de cultivar aquelas terras o mais fácil e útil para eles e para todo o Estado” ⁽¹³⁾, e é claro e consciente ao escrever que “não é meu intento aqui questionar, ou resolver, se a economia usada na repartição dos índios das missões aos brancos europeus é lícita, ou ilícita; nem se se pode em boa consciência obrigar os índios nas suas mesmas terras a servir aos brancos sem mais causa do que sair dos matos, e fazerem-se cristões; prescindindo desta matéria, por saber que é muito odiosa, e bastaria a qualquer missionário para ser apedrejado pelos brancos se dissesse que isto é injustiça” ⁽¹⁴⁾.

É atento à estrutura social ao escrever que “os brancos ou não estão afeitos a remar (nem a nenhum outro trabalho) ou se sentem por muito injuriados e vis se pegarem no remo, querendo ser tidos por graves e fidalgos”. Mas, como em outras oportunidades, defende a liberdade indígena ao escrever claramente que “estando estes nas suas terras, e muito livres, e senhores do seu nariz parece fazer-lhes injustiça o obrigá-los ao serviço dos brancos sem mais título do que o estabelecimento e serviço dos forasteiros, os quais antes com mais razão se deviam obrigar ao serviço dos índios do que os índios ao serviço dos brancos. Como se viessem os índios a estabelecer-se no nosso Portugal seria uma grave injúria, e manifesta injustiça obrigar aos portugueses a servi-los” ⁽¹⁵⁾.

Ele viu a grandeza do Amazonas, ao escrever que “não é Portugal (nem ainda tãoobê Castela) corpo suficiente para poder povoar e tomar tanto terreno, como tem no Rio Amazonas, e mais rios colaterais que nele deságuam que se o fossem podia naquele Estado fazer o maior, e mais rico império do mundo” ⁽¹⁶⁾.

Sustenta que o clima e os ares do Amazonas são muito sadios, que os índios são senhores da sua liberdade, combate a escravidão e as barbaridades brancas, propõe uma nova economia. É uma obra enciclopédica,

(12) Madri, 1741.

(13) *Ob. cit.*, vol. II, 124.

(14) *Ob. cit.*, vol. II, 180.

(15) *Ob. cit.*, vol. II, 152.

(16) *Ob. cit.*, vol. II, 273.

um tratado, um tesouro de todo o Amazonas, tudo o que sobre ele se sabia, e como se devia aproveitá-lo.

2. Frei João de São José e o Grão-Pará

Frei João de São José Queirós (no século João da Silveira Queirós; Matozinhos, Portugal, 11 de agosto de 1711 — Lisboa, 15 de agosto de 1764). Entrou para a Ordem de São Bento, adquiriu título de teólogo, sendo nomeado aos 48 anos por D. José I, Bispo do Pará, onde chegou a 31 de agosto de 1760⁽¹⁷⁾ (4.º Bispo do Pará, 1760-1763). Conflitos com outras ordens e colonos obrigaram-no a recolher-se à Corte, embarcando de volta a 24 de novembro de 1763. Morreu no convento de São João de Penduraba, entre o Douro e o Minho, onde o Monarca o mandara coninar em 15 de agosto de 1764⁽¹⁸⁾.

Escreveu memórias e visitas pastorais, estas muito valiosas pelas notícias que dá sobre a vida no Pará. A “Viagem e Visita do Sertão em o Bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763”⁽¹⁹⁾ foi especialmente utilizada para reconstituir a vida e os costumes do Pará. Em 1868, Camilo Castelo Branco publicou as *Memórias de Frei João de São José*⁽²⁰⁾, contendo miscelânea, memórias e as duas visitas, a de 1761, inédita, e a de 1762-1763 publicada pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (reeditadas em 1961 com prefácio e notas de Basílio de Magalhães e notas de Cândido Jucá Filho sob o título *Visitas Pastorais. Memórias. 1761 e 1762-1763*)⁽²¹⁾.

Escreveu Inocêncio da Silva, que Frei João era homem muito instruído, de caráter independente e veia satírica, não poupando amigos e inimigos. Camilo Castelo Branco louvou-lhe a severidade episcopal, mostrou o entusiasmo que possuía pelo Pará, “um verdadeiro retrato do Paraíso”, baseado em cartas e notícias que encontrou em arquivos portugueses, sendo que em Évora se acha o original da segunda viagem. Era homem de reputação literária em Portugal quando foi nomeado Bispo e partiu para o Brasil. Camilo juntou à primeira viagem, as “Miscelâneas”, não publicando algumas páginas do original, em favor da memória do Bispo e em respeito ao leitor, começadas quando ele tinha apenas vinte anos, continuadas em Lisboa e Belém e suspensas no derradeiro ano de vida do autor. A amostra escolhida por Camilo não o favoreceu, embora revelasse a extensão e variedade de suas leituras literárias e filosóficas. São notas e reflexões miúdas, curiosas algumas, mas sem profundidade. No prefácio à Primeira Visita de 1760, até então inédita, escreveu Camilo que ele remeteu quatro cópias para Portugal, sendo que três dirigidas ao mos-

(17) A. L. M. Baena, *Compêndio das Eras da Província do Pará*, Universidade Federal do Pará, 1969, 174.

(18) Baena, *ob. cit.*, 188, e Francisco Inocêncio da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, t. X, 284.

(19) *RIHGB*, 1847, t. 9, 43-107, 199-227, 328-375 e 476-527.

(20) Porto, 1878. Também publicadas em folhetim do *Jornal do Comércio* de Lisboa, a começar em 9 de janeiro de 1867, e em extrato no *Brasil Histórico*, 1864, t. 1.

(21) Rio de Janeiro, Editora Melson S/A.

teiro beneditino do Porto e outra a frei Manuel do Cenáculo, e supõe que deve ter pesado no ânimo de seus inimigos os juízos do prelado sobre coisas que não diziam respeito à sua missão. Frei João de São José, escreveu Camilo, era uma vocação errada. “Estava ali um excelente político, um grande reformador. . . . A mitra pesou-lhe mortalmente na cabeça, porque lhe minguava no peito coração robusto de fé com que ajudar o entendimento”. O mérito de escritor não é recomendável pois faltavam-lhe as condições de que careceram todos os seus coetâneos, e que não sendo as *Memórias* e *Viagens* livros indicados como seleta de vernaculidade, serviam pelo merecimento das notícias válidas para os estudiosos.

A primeira viagem começa em Belém, aos 19 de dezembro de 1761, em grandes canoas. Visitou várias localidades, tirou devassa, batizou, crismou e pregou ao povo. Na viagem conheceu Agostinho Domingos, o primeiro que teve a planta do café, mandada vir de Caiena pelo governador do Maranhão, João da Maia da Gama (1722-1728) e trazida por Francisco de Melo Palheta. Criticou fortemente a política portuguesa “Hei de dizê-lo porque gasta mais do que tem no supérfluo, por isso falta para o necessário. Se o Sr. D. João V não gastara em Roma cento e quatro milhões na sua vida, se não fizesse um convento de arrábidos com tão enorme dispêndio, se não gastasse . . . podia o seu filho Sr. D. José ter com que comprasse negros cativos em justa guerra, com as condições mais benignas da escravidão, e receber por este modo a inocente usura dos seus crescidos dízimos, e seus vassalos nas conquistas, principalmente do Pará, viverem em menos vexações; visto que a providência de se aplicarem índios à soldada sai pouco mais que inútil, pois os índios que conhecem a liberdade, e são de natureza preguiçosos não há quem os meta a caminho: fogem do trabalho para ociosidade; não param em casas particulares, exceto enquanto andam divertidos com as índias e mamelucas” (22). E repete a crítica ao escrever: “Os gastos de superfluidades sendo evitados poderão ser origem de que sobeje com que se mandem transplantar d’África para a América colonos bastantes a ajudar os novos povoados, daqui resultará ficarem bem pagos os negros sem se venderem, como a mim, a 115\$000 réis e haver dinheiro com que fazem os reis maior pompa, isto é, boas naus, milícia bem paga, boas esmolas a pobres e inválidos, fábricas reais e na paz fazer reserva e tesouro para a guerra futura possível” (23).

Visitou Ourém, Bragança, Amarante, São-Miguel-do-Gumá e outras vilas. Fala brevemente da cultura do cacau, conta que em Berém há muitas casas inacabadas, que os donos deixam assim para não serem pedidas emprestadas pelos ministros ou militares que vêm de Portugal, diz que o sarampo matou mais de 600.000 pessoas, critica os que buscavam índios para os cativar, sob o pretexto de os fazerem cristãos, e que o Pará se arruinou muito, e iria a pique se o Rei não lhe acudisse com providências fortes, nomeadamente a extinção dos jesuítas (24). Já nesta primeira Viagem seu antijesuítismo é forte e faccioso.

(22) *Visitas Pastorais*, ob. cit., 159-160.

(23) *Ob. cit.*, 162.

(24) *Ob. cit.*, 170-171.

A Segunda Viagem começa aos 10 de novembro de 1762. Frei João de São José revela conhecer muitos autores, entre os quais os que escreveram sobre o Brasil, como Thévet, Rocha Pita, Berredo, Manuel Rodrigues, afora coleções de viagens, e autores outros de variada inspiração literária e filosófica.

As viagens e visitas são ricas de informação histórica, social e econômica, sobre a introdução do café, sobre o cacau, guaraná, seus preços; a pesca e caça, os engenhos de açúcar; revela costumes sociais, a escravidão indígena, os grandes descimentos, abusos dos diretores de índios, o uso da língua geral, o descobrimento da língua portuguesa, o trabalho feminino, os nomes próprios mais comuns, e lamenta que “a raiz dos vícios no Brasil é a preguiça para que concorre muito o clima”. A pobreza era geral, e “uma pouca de farinha com uma banana é jantar de muitos”. Descreve as grandes vilas e suas principais características: “Em Vila Franca não se fala a língua portuguesa, mas só a geral, e muito mal”; em Monte Alegre, a gente é mais civilizada; em Outeiro são vários os vícios dominantes; em Souzel “a gente é pouco menos que bárbara, de vida ociosa e com ódio aos brancos bem notável”. Sua visita era, diz ele, “para temperar vigários e não destemperar diretores”.

Há muitas informações sobre os índios em geral, sobre a população indígena, o índio e sua repugnância ao trabalho. Em geral ele é preconceituoso e discriminatório contra os índios. Estes, diz ele, só trabalham quando têm consigo um branco zeloso. Defende os descimentos e a consequente escravização indígena. “Não há perigo de cobra, jacaré, arraia e outros muitos que intimide a moradores do Pará e a índios para se absterem de meter n’água.” Os índios são preguiçosos e em geral todos os moradores do Amazonas, pois os que não são índios, são mestiços, sendo poucos os brancos. Fala várias vezes da ociosidade e da preguiça: “Havendo rede, farinha e cachimbo, está o índio e o morador em geral em termo”, e reproduz a trova que é expressão vulgar desta atitude, e que já foi acentuada por Capistrano de Abreu:

*Vida do Pará,
Vida de descanso:
Comer de aremesso,
Dormir de balanço.*

Por isso reproduz a sugestão do padre Montenegro que aconselha que aos índios se dê moderadíssimo trabalho ao princípio, porque sendo eles frouxos, preguiçosos e mal acostumados, se excetuarmos para um remo, em que são os primeiros do mundo e incansáveis, e se de repente se acham em trabalhos que não experimentaram, desanimam-se e fogem. O estado geral da população, dizimada em várias ocasiões pelo sarampo e pelas bexigas, é da maior pobreza e sofrem de grandes fomes. Lendo suas páginas sobre os índios tão pobres de compreensão, não será surpresa ver que ele descobre que os índios são racionais. O tom dominante do livro é seu profundo antijesuitismo, a matéria nele mais tratada, afora a visão deformada dos índios em geral e dos costumes da população mestiça.

O livro contém matéria variável, um pouco de geografia, de zoologia, de botânica, de antropologia. Descreve as primeiras ligações entre o Mato Grosso e o Maranhão, entre Mato Grosso e Minas. Os grandes rios afluentes do Amazonas merecem um tratamento especial. Revela muita observação, muita novidade, mas é bem inferior ao do jesuíta João Daniel.

3. Francisco Xavier Ribeiro Sampaio e o Rio Branco

Francisco Xavier Ribeiro Sampaio (Mirandela 1741 — Lisboa 1813-1814?), filho do capitão Luís Ribeiro de Sampaio e de D. Leonor da Costa, fez seus estudos na Universidade de Coimbra de 1757 a 1762, formando-se em leis. Foi nomeado em 1767 juiz de fora e provedor da Fazenda da capitania do Pará, onde serviu até 1772, quando passou para Ouvidor da Capitania do Rio Negro, onde serviu também outros seis anos, com duas viagens de ida e vinda a Portugal, fazendo assim 13 anos empregados neste serviço. Foi despachado como provedor da Comarca de Miranda, trabalhando sete anos, e depois Desembargador da Relação do Porto, onde serviu por cinco anos, renovados por outros cinco anos, e daí passou a Desembargador da Casa da Suplicação, na qual tomou posse em 1800; em 1802 foi para a vara dos Agravos, onde ficou até 1809. Na petição em que pede sua aposentadoria ⁽²⁵⁾ mostra seus serviços e traça sua biografia. Declara que serviu todos estes lugares com zelo, préstimo e aprovação dos governos reais. Defendeu no Pará e Rio Negro a fazenda real e utilizou sua inteligência e seus conhecimentos no serviço público. Tinha, como declara, grandes conhecimentos geográficos e hidrográficos, no que respeita aos Rios Negro e Branco, o que mostrou escrevendo a história e a situação de ambos. Enumera os serviços em Miranda, na Relação do Porto, nos Agravos da Casa de Suplicação, com préstimo, atividade e prontidão, e grande trabalho. Defendeu a restauração do Reino quando da invasão francesa, e seus dois filhos combateram na guerra. Em maio de 1808 foi acometido por uma doença do peito, retirando-se para os subúrbios de Lisboa, e depois para sua Província de Trás-os-Montes. Voltou em 1809 e logo lhe sobrevieram os males, que lhe impediam o trabalho ativo, declarando que sentia a falta de vigor aos sessenta e sete anos, quarenta e quatro empregados no serviço público e assim pedindo sua aposentadoria em outubro de 1809.

Como se disse na biografia publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, ele mostra a lição dos bons livros, dos clássicos, do latim, estudos regulares e bom critério na elaboração de suas obras. Em 1779, como ouvidor intendente geral fez parte da junta governativa de São José do Rio Negro.

(25) Sua biografia foi primeiro encontrada por Varnhagen na Biblioteca do Porto e por ele oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; que a publicou na *RIHGB*, 1845, t. 7, 404-406; Inocêncio Francisco da Silva, no *DBP*, 1859, t. III, 95-96, escreveu sua biobibliografia. Seguimos especialmente suas Petições pedindo aposentadoria, encontradas nos "Documentos Biográficos", da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (718-1 e C148-4), acompanhadas de atestado de Francisco de Melo Franco, médico da Câmara, de S. A. Real.

Escreveu o *Diário da viagem que em visita e correição das povoações da capitania de São José do Rio Negro fez o ouvidor e intendente geral da mesma, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no ano de 1774 e 1775, exornado com algumas notícias geográficas e hidrográficas da dita capitania* (26) e a "Relação que dá notícia do seu descobrimento e dos progressos dos estabelecimentos que lhes foram posteriores até o ano de 1778" (27), reproduzida também por Joaquim Nabuco (28).

No *Diário* (29), trata da flora, fauna, dos índios e seus costumes, transcreve providências governamentais, descreve vários rios, discute questões de limites com o Peru, Nova Granada e Guiana. É no *Apêndice* que Ribeiro Sampaio trata das matérias relativas às obrigações do ofício, das leis e da instrução para o governo. As observações sobre "os casamentos dos brancos que tanto persuadiu a lei de 4 de abril de 1755 (concedendo privilégios aos que na América casarem com índias naturais do País) têm sido pela maior parte pouco afortunados; porque em lugar de as índias tomarem os costumes dos brancos, estes têm adotados os daquelas" (30). Refere-se também aos contínuos descimentos, isto é, à transmigração dos índios dos matos para nossas povoações. Divide a sociedade do Pará e do Maranhão em três classes: 1) as pessoas que vieram para esta capitania e ali ficaram como negociantes; 2) as que vieram na diligência dos limites, ali ficaram casando-se com índias, as mais bem estabelecidas; e 3) os soldados, introduzidos na mesma ocasião, casaram-se com índias, e dada a baixa transformaram-se em moradores. Não houve no Pará, acrescenta, como em outras capitanias, a introdução de casais. É um ensaio de lúcida argumentação defendendo a posse brasileira do rio e refutando La Condamine.

A *Relação Geográfica-Histórica do Rio Branco* é uma obra mais elaborada que o *Diário*. Descreve o Rio Branco, seu território e limites, sua natureza, clima e temperatura, o descobrimento do Rio Branco, o seu uso consecutivo até sua época, as tentativas espanholas de estabelecimento e invasão efetiva dos espanhóis no território, as negociações de limites sobre o domínio do rio, faz a apologia do direito de Portugal sobre o território impugnando as pretensões espanholas, descreve os estabeleci-

(26) Lisboa, 1825, e extrato in *RIHGB*, 1839, t. 1, 85-95, e Anexos da Primeira Memória dos Limites entre o Brasil e a Guiana Inglesa, de Joaquim Nabuco, 1903, vol. 2, 1-83, seguido do Apêndice ao *Diário*, *CNHGNU*, 1856, vol. VI. Existe apógrafo na Biblioteca da Ajuda. Ver C. A. Ferreira, *Inventário*, p. 593, n.º 1.981.

(27) *RIHGB*, 2.ª ed., 1872, t. XIII, 200-273.

(28) Joaquim Nabuco, *ob. cit.*, 5-58.

(29) *Ob. cit.*, 5-58. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui várias cópias do "Diário" (1- 5, 1, 59 e 1- 31, 19, 26) e da "Relação" (1- 5, 1, 63; 1- 2, 2, 42; 1- 4, 3, 13; 1- 6, 2, 12; 1- 32, 18, 2, n.º 3; 1- 2, 2, 42; 1- 1, 2, 29; 1- 1, 2; 1- 2, 2, 41); e também da "Memória sobre o governo do Rio Negro" (1- 5, 1, 59, n.º 3), da "Notícia da Ilha Grande de Joanes" (1- 5, 1, 59 n.º 2), e da "Notícia da Ilha Grande de Joanes dos Rios e Igarapés" (1- 2, 2, 41 n.º 10). Havia uma cópia da "Relação" na Secretaria do Império, segundo carta de Gonçalves Dias a Varnhagen, de 10 de setembro de 1851 (Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, 1- 5, 1, 6). Há um apógrafo na Biblioteca Pública Municipal do Porto (vide *Catálogo*, 1938, pp. 152-154).

(30) As páginas citadas referem-se à reedição de Joaquim Nabuco, 88. Nabuco reproduziu a obra, como já apontamos, e comentou Xavier Ribeiro como historiador tanto no *Direito do Brasil, Primeira Memória*, especialmente capítulo III, do vol. I da Terceira Memória, sob o título *La Construction des Mémoires Anglaises*, 1904, 159-211, bem como no vol. IV da Terceira Memória, 1.º capítulo, p. 420.

mentos portugueses, os grupos indígenas e seus costumes, levanta a nomenclatura de animais, plantas e minerais do território. Conclui, refletindo sobre as utilidades que podem resultar a Portugal dos estabelecimentos do Rio Branco. Este último é um capítulo de grande visão política e econômica, revelando um espírito prático e, como é natural, o caráter colonialista da sua obra, ao mostrar que a conservação das colônias é indispensável às metrópoles, e publica um mapa dos índios das povoações do Rio Branco (31). Branco (31).

A importância desta *Relação* (32) se pode bem avaliar pelo uso que dela fez Joaquim Nabuco ao defender o direito do Brasil na questão de limites com a Guiana Inglesa, e na crítica da Memória inglesa muito severa à autoridade de Ribeiro Sampaio, “um historiador completamente inexato nos fatos como nas deduções”, tal a força de sua obra na destruição dos argumentos ingleses. Joaquim Nabuco, na nota intitulada “Crítica sobre Ribeiro Sampaio como historiador” (33), replica satisfatoriamente, mostrando que não há infidelidade nos pequenos erros materiais de tradução ou não citação correta de seus escritos.

4. José Monteiro de Noronha

José Monteiro de Noronha (Belém 1723 — Belém 1794) foi educado em humanidades pelos jesuítas que procuraram atraí-lo para a Ordem. Foi advogado e vereador do Senado da Câmara de Belém, juiz de fora, e exerceu funções na magistratura no cível, no crime e nos órfãos. Enviuvou e decidiu entrar na vida eclesiástica, ordenando-se sacerdote. D. Frei Miguel de Bulhões, terceiro Bispo do Pará (1749-1760), conhecedor de seus estudos e de sua aplicação às letras religiosas, o nomeou para vigário geral do Rio Negro, que ele recentemente criara. Era uma vasta comarca, e Noronha dedicou-se à catequese indígena, visitando as igrejas de sua jurisdição, afrontando privações e incômodos nas viagens às povoações mais remotas; foi seu trabalho que lhe deu a idéia de escrever um “Roteiro” que ensinasse os caminhos, registrasse as distâncias, descrevesse as povoações e seus moradores, dando destaque às populações indígenas. Esse “Roteiro” (34), sua reputação e seu trabalho fizeram com que o quinto Bispo do Pará, D. Fr. João Evangelista Pereira da Silva (1722-1782) o transferisse para

(31) *Id.*, 90, nota b.

(32) A *Relação* foi publicada no *CNHGNU*, Lisboa, 1856, t. VI, e na *RIHGB*, 1872, 13, 200-273, e no 2.º vol. dos *Anexos da 3.ª Memória de Joaquim Nabuco sobre a Questão com a Guiana Inglesa*. O original encontra-se na Biblioteca Pública Municipal do Porto; vide Magalhães Bastos, *Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, Lisboa, 1938, Códice 538, pp. 148-152. Há uma cópia na Secretaria do Pará. Cf. Carta de Gonçalves Dias a Varnhagen, de 10 de setembro de 1851, in *Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 1-5, 1, 6.

(33) Joaquim Nabuco reproduziu a obra, como já apontamos, e comentou Xavier Ribeiro como historiador tanto no *Direito do Brasil, Primeira Memória*, especialmente capítulo III e no I vol. da *Tercelra Memória*, sob o título “La Construction des Mémoires Anglaises”, 1904, 159-211, bem como o vol. IV da 3.ª *Memória*, 1.º capítulo, p. 420.

(34) “Roteiro da Viagem da cidade do Pará até as últimas Povoações dos Domínios Portugueses em os rios Amazonas e Negro Ilustrado com algumas notícias que podem interessar à curiosidade dos navegantes e dar mais claro conhecimento das duas capitânias do Pará e de São José do Rio Negro”, primeiro publicado por diligência de Felipe Alberto Patroni Maciel Parente no *Jornal de Coimbra*, n.º 87, parte 1.ª 87 e seguintes, e depois na *CNHGPU*, t. VI, n. 1, e finalmente na *RIHGB*, 67, parte 1.ª, 281-289, sem declaração de autoria.

a Vigararia do Pará, para assim tê-lo ao seu lado. Neste exercício pregou muitos sermões, que o consagraram como orador sacro, mas só um deles escapou de perda ⁽³⁵⁾. Com o falecimento do Bispo D. João Evangelista (14-5-1782), foi José Monteiro de Noronha eleito Vigário Capitular (21-5-1782) e no ano seguinte (16-4-1783) tomava posse como Arcipreste (chefe dos presbíteros, logo abaixo do Bispo). Quando D. Fr. Caetano da Anunciação Brandão foi nomeado sexto Bispo do Pará (1782, tendo tomado posse a 21 de outubro de 1783), conferiu-lhe a função de Vigário Geral, e quando aquele foi nomeado Arcebispo de Braga, ficou Monteiro Noronha governando o Bispado ⁽³⁶⁾.

Varnhagen considerou valioso seu "Roteiro" ⁽³⁷⁾. Na verdade, quem o ler verá que seu estudo revela o íntimo conhecimento da navegação, das povoações, das etnias dos Rios Amazonas, Negro, Xingu, Tapajós. Informa os vários roteiros, o número de povoações, observa a fisionomia geográfica e hidrográfica, aponta a abundância indígena, as tribos perigosas, os ventos gerais que influíam na navegação fluvial, a riqueza em drogas. Retrata as vilas na época, indica que é pelo Xingu que se desce às minas do Sul, as cachoeiras, repara no aspecto aprazível dos montes bem configurados e finaliza com o índice das povoações pertencentes ao bispado do Pará ⁽³⁸⁾.

5. Francisco José de Lacerda e Almeida

Francisco José de Lacerda e Almeida (São Paulo 1753 — Cazembe, Africa, 1798) foi educado em São Paulo e formou-se em matemática pela Universidade de Coimbra em 1777. Nomeado astrônomo da terceira partida dos demarcadores da fronteiras de Mato Grosso (Tratado de 1777), fez Lacerda e Almeida várias explorações e estudos de rios de que resultaram vários *Diários* sobre o Rio Negro, Mato Grosso e São Paulo que o tornaram um dos pioneiros das grandes expedições de caráter científico, como escreveu Sérgio Buarque de Hollanda ⁽³⁹⁾.

Um dos mais diligentes astrônomos da comissão, como acentuou Rodolfo Garcia ⁽⁴⁰⁾, seu *Diário da Viagem... pelas capitânicas do Pará, Rio Negro, Mato Grosso, Cuiabá e São Paulo nos anos de 1780 a 1790* ⁽⁴¹⁾ é um dos mais lúcidos documentos geográficos do fim do século dezoito. Toda sua obra é de difícil leitura, seca e árida, objetiva e factual, dirigida às autoridades políticas e às instituições científicas.

(35) *Sermão pregado no dia 24 de julho de 1787 no Tríduo, com que o Bispo D. Fr. Caetano Brandão festejou a abertura do hospital de caridade, s.l., s.d., segundo Inocêncio Francisco da Silva, Dicionário Bibliográfico Português, vol. 13, 145-146, e Sacramento Blake, Dicionário Bibliográfico Brasileiro, vol. 5, 100-101, é de sua autoria. Sacramento Blake registra também a "Marginação dos Estatutos do cabido do Pará dados por seu primeiro bispo D. F. Bartolomeu do Pilar, encarregado de os fazer pelo Papa D. Clemente XI".*

(36) Sua biografia foi escrita por J. da Cunha Barbosa, in *RIHGB*, 1840, 2, 259-260, e leiam-se os resumos já citados de Inocêncio Francisco da Silva e Sacramento Blake.

(37) Varnhagen, *História Geral do Brasil*, vol. 4, 328 e nota 97.

(38) Com um adendo registra o novo não incluído no Sumário anterior, e acrescenta uma lista dos nomes naturais dos lugares e vilas.

(39) *Diários da Viagem de Francisco José de Almeida*. Prefácio de Sérgio Buarque de Hollanda, Instituto Nacional do Livro, 1944.

(40) "Explorações Científicas", *DHGB*, vol. 1, 873-874.

(41) São Paulo, 1841.

Sérgio Buarque de Hollanda escreveu que o valor de sua obra é considerável, levando-se em conta que o “autor percorreu duas estradas fluviais da maior importância no sistema de comunicações do Brasil setecentista: a que ligava Belém do Pará às partes centrais do continente, através do Amazonas e dos rios da bacia amazônica, e famoso caminho das monções.” Seu “Diário de Vila Bela a São Paulo” constitui um depoimento único para quem pretenda saber o que era a áspera navegação das canoas do comércio procedentes do Cuiabá ⁽⁴²⁾.

Seus Diários de Viagem de Lisboa a Barcelos, na capitania de São José do Rio Negro (1780), desta vila ao forte de São José de Marabitanas (na margem setentrional do Rio Negro, 1781-1782), de Barcelos a Mato Grosso (1781-1782), de Vila Bela e Cuiabá (1786), de Vila Bela a São Paulo ⁽⁴³⁾ contêm excelente informação geográfica e histórica, sendo que os dois últimos constituem matéria do capítulo sobre a historiografia regional de São Paulo e Mato Grosso.

Depois destas viagens, Lacerda e Almeida partiu em 1790 para Santos, e desta cidade para Portugal. Em Lisboa apresentou à Academia das Ciências, que o admitiu como sócio, o “Diário de Vila Bela a São Paulo”. Residiu alguns anos em Lisboa e não se conformando com a vida inativa e monótona da cidade propôs a D. Rodrigo de Sousa Coutinho desempenhar algum lugar no Ultramar e este o incumbiu de empreender a jornada por terra entre Moçambique e Angola ⁽⁴⁴⁾ na qual veio a falecer.

6. Manuel da Gama Lobo d’Almada e o Rio Negro

Pouco se sabe da biografia de Manuel da Gama Lobo d’Almada. Não consta seu nome nas principais biobibliografias, inclusive na de Inocêncio Francisco da Silva. Artur César Ferreira Reis reuniu os elementos principais do homem já feito que tanto se distinguiu nas capitanias do Pará e sobretudo na de São José do Rio Negro ⁽⁴⁵⁾. Em 1769 era comandante da fortaleza do Gurupá, aliás, da Praça de São José do Macapá e de toda região circunvizinha, durante o governo de Fernando da Costa de Ataíde Teive de Sousa Coutinho, governador do Maranhão, Grão-Pará e Rio Negro (1763-1772). Foi logo encarregado pelo governador do arranjo dos casais de Mazagão, que vinham dedicar-se à agricultura. Foi depois governar a própria vila de Mazagão, fundada em 1770, onde campeava a desordem entre os novos colonos.

Promovido a sargento-mor (tenente-coronel), em 1733 regressava a comandar o forte de Macapá, sentinela avançada contra as incursões estrangeiras, sobretudo espanholas. Em consequência do Tratado de S. Ildefonso, de 1777, na comissão lusitana demarcadora no Norte, chefiada por

(42) Sérgio Buarque de Hollanda, Prefácio cit., XVI-XVII.

(43) “Diário da Viagem feita de Vila Bela até a cidade de São Paulo pela ordinária derrota dos Rios no Ano de 1788”, *RIHGB*, vol. 62, 2.ª parte, 35-59.

(44) Francisco Adolfo de Varnhagen, “Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida”, *RIHGB*, vol. 36, 1.ª parte, 177-184.

(45) *Lobo d’Almada*, Manaus, 1940.

João Pereira Caldas, governador e capitão-geral da capitania do Grão-Pará e do Rio Negro (1772-1780) — suposto autor de importante “Roteiro” de que trataremos mais tarde — Lobo d’Almada prestou como engenheiro-militar auxiliar de Pereira Caldas grandes serviços na exploração do Rio Negro, do qual foi um dos maiores conhecedores. Coube-lhe o governo militar do alto Rio Negro.

Deixou o comando de Macapá e veio dirigir com seu zelo e autoridade, a exploração do rio e canais, e embora não contasse com matemáticos e engenheiros — ele próprio engenheiro militar — contou com bons práticos. De 1784 a 1786 fez muito, explorando a selva, seguindo rios, cartografando toda a região, fazendo reconhecimentos, procurando comunicações e passagens, preparando relatórios, descrevendo toda sua área, descobrindo as comunicações por terra entre o Rio Negro e o Japurá, e toda a rede potomográfica desses dois rios. Em 1786 regressava a Barcelos e, nesse mesmo ano, tomava posse, em outubro, do governo da capitania de São José do Rio Negro, nele permanecendo até 1799, quando faleceu. Seu governo foi considerado um dos maiores da fase colonial, pelo seu descortino e empreendimento. Subsistiu Pereira Cardas não só no governo como também na chefia da comissão demarcadora de limites.

Mudou em 1790 a sede do governo de Barcelos para o forte que fica na entrada do Rio Negro, a chamada Vila da Barra, futura Manaus. Era sua convicção antiga de que “por todas as razões militares e políticas e econômicas, considerava utilíssimo de não só passar a Capital da Capitania para junto da foz deste Rio, como igualmente se fortificar tão vantajosa e importante passagem”. Sua obra de governo é unanimemente louvada pelos seus contemporâneos e historiadores da Amazônia⁽⁴⁶⁾, e sua obra de explorador aparece na “Descrição relativa ao Rio Branco e seu Território”⁽⁴⁷⁾.

A Descrição, como ele próprio resume, pretende fazer primeiro uma relação do Rio Branco, suas principais vertentes ou cabeceiras, e fontes; descrever a grande e unida cordilheira de montes, que borda o alto desta fronteira, tratar das nações estrangeiras confinantes e como estas se comunicam com o domínio português, demonstrando com documentos autênticos as injustas pretensões dos espanhóis ao Rio Branco e o direito que Portugal tem ao rio e seus afluentes, indicar seus produtos naturais, a propriedade da sua cultura e do seu comércio, o estado da população na época, os vários grupos gentios, os meios de trazê-los à civilização, as fortificações, suas vantagens e defeitos. A importância de suas observações e anotações, defendendo o direito do Brasil àquela região, foi reconhecida por Joaquim Nabuco, que delas se serviu. Ele quis mostrar “a radical e pacífica posse em que sempre se coseram estes reais domínios”.

(46) Artur César Ferreira Reis, *História do Amazonas*, Manaus, 1931, especialmente 133-140; do mesmo autor, *Lobo d’Almada*, Manaus, 1940; e Luciano Pereira da Silva, “Estado do Amazonas” in *DHGB*, 1922, 2 vols., 5-83.

(47) Há três edições desta Descrição: na *RIHGB*, 1861, t. 24, 539-616; in *PAN*, 1931, t. XIII, 41-85; e em Joaquim Nabuco, *Limites entre le Brésil et la Guyenne Anglaise, Annexes au Premier Mémoire du Brésil*, I, 253 e seguintes. As duas últimas são melhores edições, sobretudo por conterem os vários mapas demográficos.

Ao lado do valor geográfico de sua descrição, seu sentido histórico está nos capítulos sobre os produtos naturais, o comércio, a agricultura e a população indígena do Rio Negro, com suas características principais, nas diferentes aldeias.

Português, ele serviu, com todo o zelo, à consolidação do domínio colonial de Portugal naquela zona. No conjunto de documentos originais e inéditos reunidos por Artur César Ferreira Reis vê-se como ele se identificou com os interesses do seu país, que então eram os do futuro Brasil. A Descrição examina a posse e propriedade daquele território, a integração daquela imensidade de índios, a humanidade com que sempre ele os tratou e achava que deviam ser tratados ⁽⁴⁸⁾, a experiência que adquiriu daqueles sertões. Numa nota realista reconhece: “Tenho para mim que todo o mal que se lhes fizer nunca os afugentará de todo; eles matarão e nós mataremos sem outro proveito que dar sangue por sangue” ⁽⁴⁹⁾. Coube-lhe defender a autonomia da capitania pela sua extensão e rendimentos, por ser “extensa, rica e fértil”.

(48) Vide Documento CX, pp. 218-222 de *Lobo d'Almada* de Artur César Ferreira Reis.
(49) *Ob. cit.*, 230.

LIVRO QUARTO

A Historiografia do Bandeirismo Seiscentista

CAPÍTULO I

A HISTORIOGRAFIA BANDEIRANTE

1. Considerações gerais. 2. Relações de entradas. 3. Antônio de Araújo (1566-1632). 4. João de Souto Maior. 5. Padre Miguel do Couto.

1. Considerações gerais

O bandeirismo foi o maior movimento de penetração no interior, que só em sua fase final, motivada pela procura de minerais, se estabilizou, criando vilas, povoando o interior, cultivando o gado. Toda a expansão geográfica no Brasil fez-se em torno das bandeiras. As entradas são conseqüências da fase das expedições geográficas e têm, assim, objetivos de reconhecimento do território e de seus recursos minerais. As bandeiras não tinham, inicialmente, nenhum fim político de alargamento do território. Iam os bandeirantes buscar homens, aonde os achavam e não para ocupar a terra e povoá-la. Ligam-se umas às outras, numa cadeia una e indissolúvel, porque reconheciam a terra, e caçavam o índio, indispensável como mão-de-obra, onde o negro ainda não fora importado suficientemente, ou procuravam o ouro e os diamantes, sedução que sempre os impulsionou, desde as primeiras horas. Os caçadores de homens desvendaram o sul, desandaram pelo oeste, rumaram para o norte, transformaram-se em criadores de gado, devassaram os sertões da Bahia e do Nordeste, seguiram para as Minas, fixaram-se, criaram uma sociedade e uma cultura original. "Partidas de homens empregados em prender e escravizar o gentio indígena" ⁽¹⁾, as bandeiras até 1640 mais devastam, depredam e despovoam que fixam, povoam e incorporam.

O movimento geográfico e econômico ganha consistência política, alargando a fronteira, que se torna o ponto de encontro entre a selvageria e a civilização. Só muito mais tarde, com o chamado ciclo do ouro, é que se vê a possibilidade da construção de uma sociedade nova nas terras conquistadas. O primeiro objetivo do bandeirante é econômico, caça indígena e descoberta mineral. Sua tarefa era combater a natureza e os que se opunham à escravidão indígena, isto é, os jesuítas. Mais adiante, quando do seu apogeu, a bandeira será uma forma de sociedade em movimento, determinada pelas reações entre o sertão e o extremo do povoamento móvel, e, com seu avanço, o fator da mais rápida e efetiva incor-

(1) Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, 4.ª ed., preparada por José Honório Rodrigues, Sociedade Capistrano de Abreu, Rio, 1954, 178. Reproduzida Brasília, 1963; Rio de Janeiro, 1976.

poração territorial do Brasil. Ela é, assim, um deslocador de fronteiras, repleto de espírito de aventura, como acentuou Sérgio Buarque de Hollanda, e comparável, como epopéia, à expansão ultramarina, como observou Taunay.

A fase da caça ao índio e das lutas com os espanhóis e jesuítas mereceu o mais severo julgamento de Capistrano de Abreu e Serafim Leite ⁽²⁾. A expansão territorial e a descoberta do ouro e diamantes alteraram profundamente a evolução da América do Sul e da Grã-Bretanha, diz o Prof. Paul Vanorden Shaw ⁽³⁾, modificando de alguma forma a vida total do mundo, pois o bandeirismo é um movimento de significação histórico-universal. A dispersão muito precoce do povoamento pela bandeira, sustenta o Prof. Jacques Lambert ⁽⁴⁾, isolou os bandeirantes e povoadores, que foram incapazes de manter os contactos necessários à conservação da civilização, não podendo senão devastar o território sem valorizá-lo. Uma grande parte do território foi assim ocupada antes de poder ser explorada. Hoje é necessário reconquistá-la a uma população meio indígena, meio européia, empobrecida e ignorante. Dessa consequência atual não são as bandeiras e os paulistas culpados, mas, antes, as gerações sucessivas, que não souberam manter os elos e os contactos civilizadores.

A obra paulista de dilatação e incorporação do território colonial é sem paralelo na história americana. O espantoso crescimento físico da nação é um resultado do seu esforço, de sua desordenada cobiça, de sua extraordinária iniciativa. Seus atores são almas incendiadas de iniciativa, de ambição, de responsabilidade, de paixões, e não só sitiadas pelas necessidades.

Quanto à bibliografia do século XVII, como disse Alice Canabrava, é ela “extremamente pobre em depoimentos de fonte particular sobre o bandeirismo. A lacuna é considerável, pois foi durante o século XVII que se realizou a primeira expansão extratordesilhana sobre os domínios de Castela. Estamos longe de possuir documentação similar àquela deixada pelos conquistadores espanhóis, surpreendente pela abundância e pela minúcia das informações. Nenhum dos grandes sertanistas do seiscentismo deixou o relato de suas jornadas de penetração” ⁽⁵⁾. As razões desta deficiência, anotada por outros estudiosos ⁽⁶⁾, encontra-as Alice Canabrava no patrocínio oficial espanhol que exigia completas satisfações e no livre empreendimento bandeirante, que não ordena a prestação de contas às autoridades metropolitanas ou coloniais. E a história é, como dizia Huizinga, uma prestação de contas. Era também tão primitiva a comunidade de

(2) Capistrano de Abreu, *ob. cit.*, 184; Serafim Leite, *HCJB*, Rio, Instituto Nacional do Livro, 1945, t. VI, 251.

(3) “Novo Conceito das Bandeiras”. O autor obsequiou-nos com uma cópia deste excelente e original estudo, sem referir-se ao local e data da publicação.

(4) Jacques Lambert, *Le Brésil. Structure Sociale et Institutions Politiques*, Paris, Collin, 1953; 71/73; trad. bras. *Os Dois Brasis*, Rio de Janeiro, 1959.

(5) Alice Canabrava, “Bandeiras” in *MBEB*, Rio de Janeiro, 1949, 493.

(6) Afonso d’E. Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, São Paulo, 1950, 11 vols., 192, ou *História das Bandeiras Paulistas*, São Paulo, 1952, 2 vols.; Magnus Mörner, *The Political and Economic Activities of the Jesuits in the La Plata Region*, Stockholm, 1953, 18.

São Paulo que não houve quem quisesse memorizar os seus feitos, ou quem quisesse guardar os papéis que contavam as proezas paulistas.

É assim espantoso que a história mais ativa, mais original e efetiva, mais rica de futuro, mais nacional, seja aquela que menos historiografia tenha produzido. O esforço, especialmente paulista, indesejável no seu caminho destrutivo e construtivo foi necessário, legitimado historicamente, mas demorado e silencioso, sem o aparato da luta externa contra invasores. Deixou de produzir historiografia não porque resultasse da iniciativa privada, mas, especialmente, porque a primitividade⁽⁷⁾ do produtor, consciente embora dos efeitos históricos de sua obra, como quando Antônio Raposo Tavares declara que a região do Guairá (atual Paraná) pertencia à Coroa portuguesa, não reconhece indispensável à eficácia de sua ação o registro histórico. Além disso, a obra de mazombos, índios e mestiços, não seduzia a historiografia oficial, demasiado encantada com os aspectos externos da defesa de Portugal, na América, contra a Holanda. A historiografia colonial não podia ou não queria exaltar a obra feita contra ordens expressas da Coroa, por iniciativa de colonos, especialmente quando a seduzia a magnificência das batalhas holandesas no Brasil.

Deste modo, a iniciativa privada, que não devia prestar contas ao Governo, não produz a documentação que falta; a primitividade colonial não faz nascer a consciência da produção historiográfica, ao contrário do que aconteceu em Pernambuco, mais adiantado culturalmente e entregue a uma obra mais vistosa e de maior interesse contemporâneo. Não se podiam alugar apenas européias caras e reputadas como fez o Conde de Nassau, governador do Brasil Holandês, ao contratar o escritor Gaspar Barleus para escrever a história do seu governo, ou João Fernandes Vieira, que pagou ao cronista-mor de Portugal para que escrevesse a revolta que ele achava ter dirigido contra os holandeses. São Paulo é pobre, é primitivo, e, naquela época, São Paulo era mais Marta que Maria: servia e trabalhava mais que contemplava (*vide* S. Lucas, 10, 38).

Por isso não há documentação senão oficial, judiciária, como os testamentos; como não há historiografia, nem a mais rudimentar forma de crônica. As peças documentais das grandes coleções espanholas, de Pablo Pastells⁽⁸⁾ e de Pedro de Angelis⁽⁹⁾, não chegam a constituir relatos historiográficos. A historiografia do bandeirismo reduz-se às expressões antibandeirantes de Montoya e del Techo.

Se a expansão bandeirante não encontrou cronistas que a descrevessem, também o movimento oficial da fundação da Colônia do Sacramento (20 de janeiro de 1680), primeiro passo para assegurar o Continente do Rio Grande e defender o comércio marítimo que se fazia nas margens do

(7) Afonso Taunay anota: "daquele ambiente de extrema rudeza... pouquíssimos documentos civilizados subsistem das artes, da mais sumária iconografia". *A Grande Vida de Fernão Dias Pais*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1955, 37.

(8) *Historia de la Compañia de Jesus en la Provincia del Paraguay*, Madrid, 1912-1923, 4 vols.

(9) A Coleção Pedro de Angelis pertence ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e foi por ela publicada sob a direção de Jaime Cortesão, *Manuscritos da Coleção De Angelis*, 1951-1969, 7 vols., todos com subtítulos diferentes relativos à documentação selecionada.

Prata, tem que esperar até 1737 para que Simão Pereira de Sá escreva sua *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata* (10). A mesma pobreza historiográfica se verifica no tocante à Guerra dos Bárbaros, título genérico com que se denomina a ofensiva de uma confederação dos índios contra os luso-brasileiros do Nordeste, que durou 20 anos, e em relação ao ciclo do ouro, que se concretiza em 1696 (11).

2. Relações de Entradas

Assim, para esse mundo novo, sem tinta e sem papel, sobram poucos documentos historiográficos, pois os vários informes, relações e cartas ânuas de origem espanhola (12) ficam, como vários outros documentos que aqui têm sido apontados, numa espécie de área intermediária entre a simples fonte e a elaboração histórica. Também se incluem nesta classificação as duas entradas jesuíticas de 1613 e 1656 pelos padres Antônio de Araújo e João de Souto Maior, o chamado "Roteiro dos Sete Capitães" e a Descrição do Padre Miguel do Couto.

3. Antônio de Araújo (1566-1632)

Nascido na Ilha de São Miguel, nos Açores, entrou para a Companhia em 1608 e logo se distinguiu pelos conhecimentos da língua indígena (tupi), de que foi um mestre (13). Não é pela sua obra de evangelizador de índios e conhecedor do tupi que Antônio de Araújo merece aqui seu registro. Sabia-se que nas duas primeiras décadas do século dezessete uma grande bandeira saída de São Paulo andara pelo sertão cerca de 300 léguas e os velhos cronistas do século XVIII como Pedro Taques ou os historiadores atuais como Alfredo Elis e Afonso Taunay noticiavam o fato; coube a Serafim Leite encontrar a narração dos feitos de Pero Domingues e seus vinte e nove companheiros que de São Paulo se encaminharam pelo sertão ao Pará, realizando um dos mais importantes feitos bandeirantes (14) antes de fundada Belém em 1616. A narrativa encontrada no Arquivo da Sociedade de Jesus em Roma é assinada por Antônio de Araújo e foi redigida por volta de 1625. Com o título de "Relação dada pelo

(10) A "Informação" de Francisco Ribeiro, por outro lado, é de 1704. Cf. Luís Ferrand de Almeida, *Informação de Francisco Ribeiro sobre a Colônia do Sacramento*, Coimbra, 1955.

(11) Capistrano de Abreu observou a obscuridade que cercava os sertanistas Domingos Jorge Velho, Matias Cardoso de Almeida, João Amaro Maciel Parente e Manuel Álvares Morais Navarro, sobre os quais só neste século se encontrou documentação. Vide *Cartas de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção*, Lisboa, 1946.

(12) Vide como exemplo alguns documentos da Coleção de Angelis, preparada por Jaime Cortesão, Biblioteca Nacional, 1951-1954, 3 vols., e AMP, dirigidos por Afonso Taunay, 1.º e 2.º tomos.

(13) Bibliografia in Serafim Leite, HCJB, VIII, 60-62. As várias edições do *Catecismo na Língua Brasileira* estão descritas por Vale Cabral, Bibliografia, art. cit. ABN, VIII, 1881, n.º 40-41 e ed. de 1898 in Serafim Leite, HCJB, VIII, 62.

(14) "Informação da entrada que se pode fazer da Vila de São Paulo ao Grande Pará, que é o verdadeiro Maranhão, chamado também Rjo das Amazonas, cuja barra está na costa do Mar de Pernambuco contra as Antilhas 340 léguas, e da Bahia do Salvador 440", in Serafim Leite, *Páginas da História do Brasil*, Brasiliense, São Paulo, 1937, vol. 93, 103-110, precedido e seguido de notas sob o título geral "Uma grande bandeira paulista ignorada" (99-111).

mesmo (Pero Domingues) sobre a viagem que de São Paulo fez ao Rio de S. Francisco, chamado também Pará”, publicou Serafim Leite o roteiro escrito por Antônio de Araújo, na terceira década do século XVII, de grante interesse histórico e etnográfico ⁽¹⁵⁾, e especialmente como documento do bandeirismo.

4. João de Souto Maior

O professor e missionário jesuíta João de Souto Maior (1623-1656) nasceu em Lisboa e entrou para a Companhia em 1637, fazendo excursão apostólica com o Padre Antônio Vieira ⁽¹⁶⁾. Em 1652 arribou no Maranhão e como os jesuítas não tinham no Pará residência, pois os colonos se opuseram, abriram aula de latim e doutrina para os filhos dos brancos, e Souto Maior para lá foi enviado, assinando “Termo na Câmara de que não havia de intrometer-se com os escravos dos colonos; nem pretendia a administração dos índios forros; como missionário contentar-se-ia de instruir a uns e outros nas verdades da Fé” ⁽¹⁷⁾. Acompanhado de Gaspar Fragoso, desembarcou em Belém a 5 de dezembro, data que inicia a obra missionária no Pará. Participou de duas expedições: a primeira contra os selvagens nheengãbas da ilha de Joanes, composto de 110 portugueses e todos os índios disponíveis, que se frustrou, com grandes perdas portuguesas; e a segunda ao rio Pacajá, de onde, diz João Lúcio de Azevedo, “havia muito chegava a fama de tesouros. O governo de Lisboa, interessando-se pela tentativa, mandara mineiros de profissão e as ferramentas necessárias” ⁽¹⁸⁾.

Em seu “Diário de Jornada que fiz ao Pacajá entre o Tocantins e o Xingu no ano de 1656” ⁽¹⁹⁾, conta Souto Maior: “Aos 11 de fevereiro de 1656 partimos de Belém para o descobrimento do ouro. Pouco depois de entrarmos pela grande boca do rio, demos em uma baía, que o rio faz dentro de si, com muitas ilhas: aqui antigamente em tempo de Francisco Caldeira (1616-1618), veio Paulo da Rocha com 40 canoas a castigar uma aldeia, por os índios dela ignorantemente terem lançado por terra uma cruz e umas armas de Portugal que os nossos ali tinham levantado”. Descreve, então, os massacres que deixaram por muito espaço o rio tinto, o próprio rio Pacajá, “um dos mais alegres da América”, a construção da igreja e seus esforços na conversão do gentio e no persuadi-los de que mudara a ação portuguesa no trato com eles. “A maior escolta que pode levar um padre da Companhia entre estas nações bárbaras é não levar consigo nenhum branco: e se o mesmo padre pudera trocar a pele, ainda fizera mais efeito com sua doutrina.” Andou o padre dez meses pelas flores-

(15) Descrição bibliográfica in Serafim Leite, *HCJB*, VIII, 62, e transcrição textual in Serafim Leite, *Páginas de História do Brasil*, Brilliana, São Paulo, 1937, vol. 93, 113-116.

(16) Bibliografia in Serafim Leite, *HCJB*, ob. cit., IX, 140.

(17) João Lúcio de Azevedo, *Os Jesuítas no Grão Pará*, 2.ª ed., Coimbra, 1930, 37.

(18) João Lúcio de Azevedo, ob. cit., 84-85.

(19) *RIHGB*, 1916, t. LXXVIII, 2.ª parte, 163-179. Do original de Evora, fez-se nova edição nos “Descobrimientos do Ouro”, *Documentos dos Arquivos Portugueses que importam ao Brasil*, Seção de Intercâmbio Luso-Brasileiro do Serviço de Imprensa, Lisboa, 1945, n.º 8, considerada pelo Padre Serafim Leite como a mais completa.

tas, batizando e convertendo aqueles e os demais índios de outras aldeias, até que sucumbiu às privações, fadigas e doenças. “Triste jornada foi esta para mim”, escreve, porém mais triste foi o desastroso fim da entrada portuguesa, pois enquanto o padre conseguia antes da morte os frutos da evangelização, debandaram os portugueses, pondo fim à *Viagem do Ouro*, uma das entradas mais audaciosas pelas densas florestas amazônicas ⁽²⁰⁾.

Outro exemplo de entrada é o famoso “Roteiro dos sete capitães”, documento assinado pelo capitão Ayres Maldonado, da cidade do Rio de Janeiro, aos 21 de fevereiro de 1661. O autor informa como obteve uma grande sesmaria nas terras compreendidas entre o rio Macaé e o cabo de São Tomé e descreve a jornada como empreendida para o reconhecimento da região entre 1631 e 1632, o estabelecimento dos primeiros currais entre 1633 e 1634 e como o despojaram do território. Tudo faz crer que se trata de uma relação apócrifa e forjada, tais os evidentes anacronismos nela existentes ⁽²¹⁾.

5. Padre Miguel do Couto

Padre Miguel do Couto fora enviado por Frei Francisco de Lima ⁽²²⁾, Bispo de Pernambuco, aos sertões do Piauí, a fundar a freguesia de N.S. da Vitória. Depois de passar quatro anos em contínuas viagens, visitando os moradores e suas fazendas, escreve a “Descrição do certão do Peauhy” ⁽²³⁾, assinada aos 2 de março de 1697, quando largava o Piauí em direção ao Rio Grande do Norte, a fundar a Igreja de S. Francisco. Antes, em missão com Filipe Bourel ⁽²⁴⁾, já atravessara aquele território. O papel que servia de notícia do distrito da nova freguesia se não é tão claro como fora necessário é porque “falta termos para explicar-me e não de ciência dos distritos”, pois não havia rio, riacho, fazenda ou parte nele nomeada que não tivesse visto e andado. Realmente, poucos cronistas poderiam vangloriar-se de notícia mais rica e minuciosa que esta, descrevendo a localização, as 129 fazendas, os 605 moradores, os costumes, os caminhos e as distâncias dos lugares mais conhecidos e o comércio. O autor lembra que este sertão fora descoberto em 1682 e suas terras pertenciam a Domingos Afonso Certão e Leonor Pereira Marinho, “que as partem de meias” e, afora suas fazendas, “arrendam a quem quiser meter gado, por 10 réis de foro, cada sítio.” Descreve o comércio de trocas de gado piauiense com panos de algodão, redes e cuias maranhenses, a composição das fazendas, quase todas dirigidas por um só branco, acompa-

(20) O “Testamento do P. João de Souto Maior, antes da Jornada do Pacajá” existe na Biblioteca de Évora (cód. CXV/2-11, fls. 326-327) e foi reproduzido por Domingos de Araújo, “Chronica da Companhia de Jesus da Missão do Maranhão”. Vide Serafim Leite, *HCJB*, IX, 140, e J. H. da Cunha Rivara, *Catálogo*, I, 32-34.

(21) Coube a Capistrano de Abreu suspeitar de sua veracidade e a Vieira Fazenda demonstrar sua falsidade, em seu estudo “Roteiro de Maldonado”, *RIHGB*, 1909, t. XXI, parte I, 7-21. Vide também José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, 5.ª ed., São Paulo, Brasilliana, 1978, 329-331.

(22) Bispo de Pernambuco de 1696 a 1704. Cf. F. A. de Varnhagen, *ob. cit.*, V, 384.

(23) Publicado in Ernesto Ennes, *As Guerras nos Palmares*, São Paulo, Brasilliana, 1938, vol. 127, doc. 65, 370-389.

(24) Sobre Filipe Bourel (1659-1709), cf. Serafim Leite, *HCJB*, VIII, 121-122.

nhado de um ou mais negros, raras vezes por negras ou índias. Menciona o único homem branco casado com branca, bem como os casados ou amancebados, negras e mulatas, raras nos sertões. A história social e econômica dos sertões do Brasil aparece nesta crônica simples, onde se vê a luta pela terra, a falta de gente, de mulheres, as guerras indígenas, o sistema das fazendas: “Vivem estes moradores de arrendamento destas fazendas de gado; de 4 cabeças que crião lhe toca hũa ao depois de pagos os dízimos; são obrigados quando fazem a partilha a entregarem ao sr. da fazenda tantas cabeças como acharão nela quando entrarão e o mais se parte ao quarto; comem estes homens só carne de vaca com laticínios e algum mel que tirão pellos paus; a carne ordinariamente se come assada, porque não ha panellas em que se coza; bebem agoa de poços, e lagoas, sempre turba, e muito asalitrada; os ares são muito groços e pouco sadios; desta sorte vivem estes miseraveis homens vestindo couros e parecendo tapuyas”.

É esta, talvez, a primeira descrição, rude e bárbara no estilo, da rudeza e barbaridade desta época que foi mais tarde, por Capistrano de Abreu, denominada a “época do couro”. Capistrano seguiu na reconstrução da vida dos primeiros ocupadores do sertão relatos posteriores ao autor anônimo do *Roteiro do Maranhão a Goiás*, e de André João Antonil, na sua *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*, ambos do século XVIII. Se o autor se revela naquele trecho descrente dos ares, ao tratar das plantas e frutos do sítio de Santa Catarina, escreve “que tudo se dá com grande abundância, mostrando a fertilidade da terra e incúria dos moradores que por sua preguiça não tem frutos de que vivão”. A fertilidade da terra, com as mangabas, jenipapos, araticus e ananases é louvada em outro trecho. O rol do tapuias bravos em guerra com os moradores registra os nomes, as moradias e as particularidades guerreiras, o que lhe dá enorme interesse etnográfico.

CAPÍTULO II

RELATOS MONÇOEIROS E SERTANISTAS

Escreveu Afonso Taunay que “no conjunto das vias de penetração do Brasil ignoto e selvagem, nenhuma tem tão longínqua significação quanto a que ao Tietê tão notável realce empresta. Está o nome do grande rio de São Paulo, tributário do Paraná, indestrutivelmente ligado à história da construção territorial do imenso Brasil Ocidental”. Taunay afirma com convicção, rebatendo assim a opinião estabelecida de que a navegação do Tietê era menos antiga e freqüente do que a do S. Francisco e do Amazonas. O grande tronco das expedições além Paraná foi o Tietê, e se Minas e Goiás foram devassados por via terrestre, Cuiabá foi descoberto, conhecido e explorado pela via fluvial do Tietê.

A procura dos índios e depois do ouro atrai os paulistas que, com as bandeiras, apossam-se de grandes regiões interiores, mineram e se enriquecem, embora obrigados a dividir os frutos do seu trabalho com os lusitanos recém-chegados. Depois das Minas, de Goiás, é em 1719 que Pascoal Moreira Cabral encontra o ouro de Cuiabá, seguindo pela via fluvial do Tietê. É uma jornada gigantesca, como já acentuamos, na qual o Tietê representa papel capital.

Coube a Taunay levantar o monumento de sua *História Geral das Bandeiras Paulistas* ⁽¹⁾ e preparar a edição dos *Relatos Monçoeiros* ⁽²⁾ e os *Relatos Sertanistas* ⁽³⁾ onde se encontram em forma de *Relações*, algumas crônicas do bandeirismo. Taunay na erudita introdução estuda vários aspectos da historiografia primitiva paulistana, as primeiras navegações fluviais para oeste, e aponta a principal bibliografia monçoeira. A mais antiga é a “Relação verdadeira da derrota e viagem que fez na cidade de São Paulo para as minas de Cuiabá o Exmo. Sr. Rodrigo César de Menezes, governador e Capitão-general da Capitania de São Paulo e suas Minas, descobertas no tempo de seu governo e nele mesmo estabelecidas” ⁽⁴⁾, na qual se descrevem sobretudo os vários rios navegados e os riscos, sustos e medos que embaraçaram a comitiva. Seguem-se as “Notícias Práticas das Minas de Cuiabá e Goyazes na capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao R. P. Diogo Soares o Capitão João Antonio Cabral Camelo sobre a

(1) São Paulo, 1924-1950, 11 vols. Vide meu estudo “Afonso Taunay e o Revisionismo Histórico”, Separata da *RH*, São Paulo, 1958, n.º 35; publicado também na *RHA*, Junho de 1961, n.º 51, e o necrológio in *HAHR*, agosto de 1958, vol. XXXVII, n.º 3.

(2) Livraria Martins Editora, São Paulo, 1953.

(3) Livraria Martins Editora, São Paulo, 1953.

(4) *Relatos Monçoeiros*, 101-103.

viagem que fez às minas do Cuiabá no ano de 1727” (5) redigida, segundo Taunay, provavelmente em 1734 (6). Trata-se de uma viagem às minas de Cuiabá, seu roteiro, perigos e riscos, descrevendo a navegação do Tietê, do Rio Grande, do Camapuan, do Coxim, do Taquari, do Paraguai-mirim e do Paraguai-assu, do Porrudos e do Cuiabá. Ao lado das informações sobre o curso do rio e suas dificuldades se anotam as peculiaridades dos gentios e se descreve a própria vila de Cuiabá e suas conveniências. A “Relação da viagem que fez o Conde de Azambuja, Dom Antonio Rolim de Moura, da cidade de São Paulo para a vila de Cuiabá em 1751” (7) é dirigida ao seu primo e começa de forma muito interessante: “Quanta terra e quanta água tenho passado, depois que vos escrevi! Rios tão caudalosos, matos tão espessos, e campos tão distantes, que fazem a admiração, principalmente a quem vem de uma terra tão apertada, como o nosso Reino”. Não é uma relação geográfica descritiva de todos os pontos principais do caminho, mas contém informações sobre caça e índios que não são comuns nestes documentos historiográficos.

O “Diário da Navegação do rio Tietê, Rio Grande Paraná e rio Iguatemi, escrito pelo Sargento-mor Theotônio José Zuzarte” (8) é um dos documentos mais curiosos e ricos de informação geral geográfica, etnográfica e zoológica que se conhece. A navegação de setecentos e tantos homens, mulheres, rapazes, crianças de todas as idades, acompanhados de criações e animais para a produção e estabelecimento futuro no rio Iguatemi, com a gente da mareação e a equipagem das embarcações, trinta soldados, formando cerca de oitocentas pessoas ao todo, foi feita em trinta e seis embarcações, na verdade, canoas. No “Diário” registra-se como se navegavam os rios, como se vivia, se dormia, se alimentava uma população desta extensão, numa verdadeira migração cujos efeitos a tornam histórica. Começa aos dez de abril de 1769 e termina em janeiro de 1771. Navegaram o Tietê, passaram para o Paraná e entraram no Iguatemi até chegarem à praça em que se localizava a fortificação, onde encontraram uma guarnição nua, morta de fome, e sem comunicação para parte alguma, pois a mais próxima capital ficava a mais de duzentas léguas, e era dependente do Rio de Janeiro. Sofreram ataques de bichos, de índios e grandes fomes, a tal ponto que em fevereiro de 1770 eram somente quarenta sãs, morrendo todo dia muita gente; em maio do mesmo ano eram só onze pessoas sãs. Lá ficaram os que sobraram até a guerra de 1777 quando os espanhóis entraram na Praça, tomaram o que sobrava de munições e apetrechos, conduziram os que quiseram e o mais povo fugiu, dando assim fim ao estabelecimento de Iguatemi.

O “Diário da viagem que fez o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria da cidade de São Paulo à praça de Nossa Senhora dos Prazeres do

(5) *RIHGB*, IV, 487-500, e *Relatos Monçoeiros*, 114-123.

(6) *Relatos Monçoeiros*, 19.

(7) *RIHGB*, 1845, 7, 469-497. Publicada de uma cópia enviada de Lisboa por P. A. de Varnhagen, e in *Relatos Monçoeiros*, 182-202.

(8) *AMP*, t. 1, parte II, 41-118, e *Relatos Monçoeiros*, 217-273. O original pertence ao Museu Paulista.

Rio Iguatemi, 1774-1775”⁽⁹⁾ tem também grande riqueza de informação, utilíssima ao historiador. O brigadeiro José Custódio de Sá e Faria⁽¹⁰⁾ serviu na demarcação de fronteiras e foi governador do Rio Grande do Sul (1764-1768) ainda como coronel. É o autor do plano e desenhos para a igreja da Cruz dos Militares no Rio de Janeiro (Rua 1.º de Março) e de vários Diários, Plantas topográficas e de fortalezas, Cartas, projetos de fortes, Viagens⁽¹¹⁾, e sobretudo da “Continuação do Diário da Primeira Parte de Demarcação. Demarcação do Rio Ibicui feita desde a confluência dos dois braços questionados até a sua boca do Rio Uruguay”⁽¹²⁾, do “Diário da Terceira Partida de Demarcação da América Meridional”⁽¹³⁾, do “Diário e Planos do Caminho que da cidade de Assumpção do Paraguay, se dirige até o passo do R.º Iguatemy”⁽¹⁴⁾, da “Viagem das terceiras partidas desde a cidade de Assumpção do Paraguay até o Salto Grande do Paraná, 1754”⁽¹⁵⁾, em colaboração com outros demarcadores.

Seu importante papel na demarcação de limites promovida pelo Tratado de 1777⁽¹⁶⁾ permitiu-lhe, como engenheiro militar, preparar valiosa documentação utilíssima à história das questões de limites, bem como a geografia histórica das regiões demarcadas. O coronel José Custódio, quando governador do Rio Grande, foi um dos autores e responsáveis pela reconquista da capitania assaltada e dominada pelos espanhóis. Seu ofício ao Vice-Rei D. Antônio Rolim de Moura Tavares (1767-1769), Conde de Azambuja, retrata com realismo a situação difícil da província que ele conhecia havia dezessete anos. O Vice-Rei Conde da Cunha (1763-1767), ao enviá-lo a governar a capitania, dissera-lhe “que entre as importantes dependências, que naquele tempo se moviam no Estado do Brasil, eram as de maior dificuldade as do Rio Grande, e que estas só as fiava da minha conduta, ordenando-me que fosse a primeira fase do meu governo a diligência que devia fazer, por fazer felizes e abundantes estes aflitos povos, que tantas misérias haviam padecido por causa da guerra, e pelos descuidos de quem os havia governado”⁽¹⁷⁾.

O “Diário da Viagem de São Paulo ao rio Iguatemi” não é um simples documento geográfico, escrito por um engenheiro militar interessado apenas nos aspectos técnicos. É também uma relação social, econômica, política e estratégica. Nas ordens que junto se transcrevem do Rei ao governador de São Paulo, D. Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão (Morgado de Mateus, 1765-1775), se escreve: “em primeiro lugar, que S.M. estima muito mais a perda de uma só légua na parte meridional da América Portuguesa, que cinquenta léguas de sertão descobertas no in-

(9) *RIHGB*, 1876, t. 39, 217-291. Publicado também em separata, Rio de Janeiro, 1877.

(10) Brasil, s.l. e s/a; depois s.l., 1779.

(11) Bibliografia extensa in *CEHB*, 1881, vários números.

(12) *CEHB*, n.º 10.429.

(13) *CEHB*, n.º 10.432.

(14) *CEHB*, n.º 10.433.

(15) *CEHB*, n.º 10.434.

(16) “Documentos sobre a demarcação de limites, in Melo Moraes, *Corographia Histórica, Chronographica, Genealógica, Nobiliária, e Política do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1858-1860, IV, 464.

(17) Ofício ao Conde de Azambuja, de 10 de janeiro de 1768, *RIHGB*, XXXI, 280-291.

terior desta capitania”, e “em segundo lugar, que ainda que os ditos descobrimentos do sertão fossem de inestimável valor, a todo o tempo se podiam e podem prosseguir, e que a parte meridional da América Portuguesa uma vez perdida nunca mais se poderá recuperar”, e, por último, não divertir nada que não seja para conservação do Iguatemi, para defesa, preservação e segurança do Viamão e Rio Grande de São Pedro. Como se vê, a fronteira sul sobrepujava qualquer outro interesse estratégico e revelava o desapareço que pela bandeira, na conquista do sertão, tinha o governo real ⁽¹⁸⁾.

Para se fazer uma idéia precisa das distâncias, das dificuldades, do modo de vencê-las, das praças necessárias, do número de canoas, do armamento, das munições, dos petrechos, do tempo próprio de viajar, deve-se ler o “Plano para uma expedição a Yguatemy” escrito por Cândido Xavier de Almeida e Sousa, dirigido ao Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa (1778-1789) ⁽¹⁹⁾.

As extensas viagens fluviais, que superavam grandes obstáculos, atravessavam milhares de quilômetros, terras habitadas por gentio hostil e belicoso, não foram a via predileta do movimento expansionista, como observou primeiramente Alfredo Ellis Junior e acentuou Sérgio Buarque de Holanda. A via predileta foi, a princípio, a terrestre ⁽²⁰⁾.

Nos *Relatos Monçoeiros* reuniu Taunay os descritivos da penetração e conquista pela via fluvial, desde 1726 até 1785, assim como nos *Relatos Sertanistas* ajuntou outras Notícias Práticas de viagens a Cuiabá, Goiás, Curitiba, Belém e à Colônia do Sacramento, descontando os relativos a Minas Gerais, que serão examinados na historiografia regional mineira.

(18) *Ob. cit.*, RIHGB, t. 39, p. 286. Palácio da Ajuda, 22 de abril de 1774.

(19) DIHCSP, São Paulo, 1915, vol. 44, 268-276.

(20) *O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano*, de Alfredo Ellis Junior, 2.ª ed., São Paulo, 1924; Brasília, 1934, p. 44; e *Monções* de Sérgio Buarque de Holanda, Rio de Janeiro, 1945, p. 22.

CAPÍTULO III

A CONQUISTA ESPIRITUAL

1. Antonio Ruiz de Montoya. 2. Nicolas del Techo.

1. Antonio Ruiz de Montoya

Ruiz de Montoya, nascido em Lima, entrou para a Companhia em 1605, dedicou-se à missão no Paraguai, estudando a língua e os costumes guaranis⁽¹⁾ e convertendo numerosos indígenas. Foi um dos maiores conhecedores da língua guarani, publicando vários trabalhos como a *Arte*, y *Bocabulario de la lengua Guarani*, *O Tesouro de la lengua Guarani* e o *Catecismo*⁽²⁾.

A obra de maior interesse para este capítulo é a *Conquista Espiritual*⁽³⁾. O censor do livro, o prelado do Rio de Janeiro (1653), Dr. Lourenço de Mendonça⁽⁴⁾, diz que nele se vê o muito que obraram os religiosos na domesticação, redução e conversão dos gentios daquelas províncias. Ruiz de Montoya, que foi o superior de Guairá e muito se distinguuiu nas lutas contra os paulistas, as quais narra com muita paixão, começa sua obra descrevendo o Paraguai e sua fauna, a entrada da Companhia, fundação da província do Paraguai e entrada no Guairá, sua missão, os ritos dos índios, seus costumes e hábitos, lendas, a invasão dos bandeirantes (XXXV-XXXIX) e as várias reduções. Mistura o real e o milagroso e muitas vezes suas informações são valiosas, mas vagas, ou omissas, quando necessárias, como quando brevemente conta a primeira entrada de jesuítas no Paraguai, feita por padres portugueses, tendo à frente o Padre Manoel Ortega⁽⁵⁾.

(1) Cf. Sánchez Alonso, *Historia de la Historiografía*, 11, 392. Sua biografia in Francisco Jarque, *Ruiz de Montoya en Indias (1608-1652)* ts. XVI-XIX da *Coleccion de Libros raros o curiosos que tratan de América*, Madrid, 1900, 4 vols., e especialmente do mesmo autor, *Insignes Misioneros de la Compañia de Jesus en... el Paraguay*, Pamplona, 1687.

(2) Vide descrição bibliográfica destas peças in Alfredo do Vale Cabral, "Bibliografia das Obras Tanto Impressas como Manuscritas relativas à Língua Tupi ou Guarani também chamada Língua Geral do Brasil", *ABN*, 1881, VIII, n.ºs 11, 12, 13, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 42 e 43. A Biblioteca Nacional publicou no vol. VII (1879) o Vocabulário das palavras guaranis usadas pelo tradutor da "Conquista Espiritual" do padre A. Ruiz de Montoya (não registrado por Vale Cabral) e no vol. VI (1879) o "Manuscrito guarani da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro sobre a primitiva catequese dos índios das Missões..." que trata da "catequese dos índios das Missões", e foi composto em castelhano, vertido para o guarani e daí para o português por Batista Caetano.

(3) *Hecha por los Religiosos de la Compañia de Jesus, em... las Provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay, y Tape*, Madri, 1639.

(4) Vide "Lourenço de Mendonça", presbítero de S. Pedro, *RIHGB*, XXI, 123 e II, 183.

(5) Serafim Lelte estranha a falta de relevo dada a esses primeiros missionários, Lisboa, 1938, I, 354/55, nota 3. A interpretação de Jaime Cortesão é muito conjectural. Vide prefácio, vol. I, da Coleção de Angelis, p. 64, Serafim Lelte, *HCJB*, VI, 251.

Foi somente em 1612 que Ruiz de Montoya chegou ao Guairá, do qual se tornou superior em 1620, tendo enfrentado os ataques paulistas com inusitada valentia e os descrito com apaixonado rancor, como caçadores de homens, escravagistas e portugueses, mas não puramente por antilusitanismo. Em 1638 foi à Europa, buscando proteção contra os assaltos em Roma e depois em Madri e escrevendo a *Conquista* para explicar os fatos (6). Conseguiu licença para que os índios usassem armas de fogo enfrentando os paulistas. Como figura principal das reduções jesuíticas do Guairá, Montoya foi, com o Padre Techo, o cronista da expansão bandeirante no sul (7). Sua obra, como já dissemos, é vaga na cronologia e topografia, e sua linguagem sofre da falta de intimidade com o castelhano, mas é de “inegável valor histórico como depoimento escrito por testemunha ocular do desenvolvimento das reduções do Guairá, desde sua fundação até sua ruína” (8). A obra de Montoya, excelente na descrição geográfica e etnográfica e na exposição histórica do lado espanhol e indígena, peca pela parcialidade com que julga os paulistas “molequeros” e na intolerância com que, acusando-os de judeus e hereges, aponta-os ao julgamento pelo Santo Ofício (9).

2. Nicolas del Techo

O missionário belga Nicolas del Techo (du Toit) (1611-1685) (10) chegou ao Paraguai em 1640 e sua obra, publicada em latim em 1673 (11), se inicia com breve notícia da América no conjunto e uma resenha dos esforços colonizadores, a partir da primeira tentativa portuguesa. Inspira-se em Montoya para a primeira fase; descreve a província de Guairá e a invasão paulista, trata da fundação das aldeias de Itatim, dos ataques bandeirantes e dos assaltos ao Tapes. O autor se excede em descrições lendárias e miraculosas e, como disse o padre Furlong, mais se interessa pelos homens que pelos fatos “y desgraciadamente consignó un exceso de noticias intrascendentes sobre los mismos”. Nicolas del Techo elogia a obra da Companhia de Jesus da assistência espanhola sem espírito crítico e peca pela demasia dos detalhes, que não se ligam sistematicamente. Não gradua, assim, a extensão dada aos pormenores e pela sua prolixidade perde em consistência e vigor (12).

(6) Serafim Leite, *HCJB*, VI, 250. A “Cópia de um memorial” (doc. LX da Coleção P. de Angelis) mostra que, afora a *Conquista*, Ruiz de Montoya apresentou este “Memorial”.

(7) Vide documentos citados do vol. I da Coleção P. de Angelis (XL, LIX, LX).

(8) B. Sánchez Alonso, *Historia de la Historiografía*, II, 392.

(9) Vide Jaime Cortesão, “Da Veracidade no Padre Montoya”, *A Manhã*, Rio, 25 de abril de 1948. Vide sobre Montoya, Afonso d’E. Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, 1924, t. 1, 327-335.

(10) Pierre Delattre e Edmond Lamalle, “Jesuites Vallons, flamands, français, missionnaires au Paraguay, 1607-1767”, *Archivum Historicum Societatis Iesu*, Roma, 1947, vol. 16; Guillermo Furlong Cardiff, “Nicolas del Techo, autor de la primera Historia Jesuítica del Paraguay, 1611-1685”, *Estudios de la Academia Literaria del Plata*, Buenos Aires, 1950, vol. 83.

(11) *Historia provinciae Paraguariae Societatis Iesu*, Leodie (Liege), 1673, trad. esp. de Manuel Serrano y Sanz, com prólogo de B. Garay, *História de la Provincia del Paraguay de la Compañia de Jesus*, Madrid, 1897. Existe tradução abreviada inglesa, na Coleção Churchill A *Collection of Voyages and Travels*, Londres, 1704, vol. IV.

(12) B. Sánchez Alonso, *Historia de la Historiografía*, II, 392-394.

LIVRO QUINTO
A Historiografia Regional

CAPÍTULO I

A HISTORIOGRAFIA PAULISTA

1. História e Nobiliarquia de Pedro Taques. 2. Gaspar da Madre de Deus. 3. Marcelino Cleto Pereira. 4. Manuel Cardoso de Abreu. 5. José Arouche de Toledo Rendon. 6. Roque Luís de Macedo Paes Leme e Melo e Castro. 7. Francisco de Oliveira Barbosa.

1. História e Nobiliarquia de Pedro Taques

1.1. Pedro Taques. Sua vida

Pedro Taques de Almeida Paes Leme (São Paulo, s.d.m. 1714 — São Paulo 3-3-1777) é uma das maiores figuras do século dezoito pela novidade que sua obra traz à historiografia brasileira. Foi o segundo filho de Bartolomeu Paes de Abreu (1674-1738) e Leonor de Siqueira Paes. Foi educado pelos jesuítas no colégio de São Paulo. Aos 24 anos incompletos, antes de falecido o pai, em 1737, obtinha a patente de sargento-mor do Regimento de auxiliares das Minas de Parapanema e Apiaí, tomando posse em Santos. Passando para Goiás na busca de melhoria econômica, já que o pai deixara a família cheia de dívidas, foi encarregado pelo governador capitão-general D. Marcos de Noronha, Conde dos Arcos (1749-1755), de criar a intendência para a cobrança da real capitação nos arraiais de Pilar, Crixás, Guarinos e Papuari em 1750, lugar que serviu com proveito, aumentando o rendimento da fazenda real. Serviu também nesses lugares como provedor de defuntos e ausentes, sendo-lhe revalidadas as comissões até 1754, quando decidiu voltar a São Paulo. Ele se casara em 1745 com Maria Eufrásia de Castro Lomba e deste casamento teve seis filhos entre 1747 e 1755.

Desde cedo revelara sua vocação para os estudos históricos e genealógicos e em 1742, escrevera o primeiro trabalho sobre o título genealógico dos Buenos de Ribeira. Quando voltou para São Paulo já vinha com a intenção de reencetar seus estudos, como de viajar ao Reino à busca de fontes nos arquivos portugueses. Já nessa época possuía a reputação de conhecedor da história e genealogia paulista, tanto que o prelado da Basílica Patriarcal de Lisboa, D. João de Faro, querendo defender os direitos do sobrinho do Conde de Vimieiro, descendente de Martim Afonso de Sousa, à capitania de São Vicente, a ele recorreu para justificá-los. Embarcado na frota que saiu do Rio em meados de 1755, Pedro Taques iria estudar não somente a questão da posse da capitania, na disputa Monsan-

to-Vimieiro, ou Marquês de Cascais e a Condessa de Vimieiro, mas também tentar imprimir o que já escrevera da sua “Nobiliarchia Paulistana” e continuar suas pesquisas para conclusão da mesma. Mal chegado, deu-se o terremoto de 1.º de novembro de 1755, e Pedro Taques perdeu vários documentos copiados dos arquivos de cartórios de São Paulo, como os originais do que escrevera da “Nobiliarchia”. Oito meses permaneceu em Lisboa, durante os quais tentou refazer seu trabalho.

Aí conheceu Antônio Caetano de Sousa, o grande genealogista, e Diogo Barbosa Machado, o grande bibliógrafo, ambos utilíssimos aos seus estudos, e que devem ter facilitado suas pesquisas na Torre do Tombo e no Conselho Ultramarino. Com suas boas relações conseguiu Pedro Taques a nomeação para o cargo de tesoureiro da Bula da Cruzada, cujo objetivo era coletar dinheiro destinado a promover a defesa dos lugares santos, ameaçados pelos infiéis, propagar o Evangelho nas novas conquistas, e resgatar cristãos cativos. O Tribunal arrecadava o produto da venda das bulas, cuja aquisição permitia aos fiéis certos privilégios, tais como a dispensa de alguns jejuns obrigatórios, muito rigorosos naquele tempo, a permissão de comer carne em dias de preceito, e outros favores semelhantes, como precedência em cerimônias públicas e a isenção de convocação militar. No Brasil havia tesoueiros-mor nas sedes das capitanias, e tesoueiros-menores em todas as localidades ⁽¹⁾. Pedro Taques foi nomeado tesoureiro-mor nas capitanias de São Paulo, Goiás e Mato Grosso. Como escreveu Rodolfo Garcia, não era emprego fácil de se adquirir e exercer; Pedro Taques teve que oferecer dois fiadores e de hipotecar todos os seus bens ⁽²⁾.

Sua mulher falecera a 20 de agosto de 1757, deixando-o com três filhos e duas filhas, dos quais o mais velho tinha dez anos. Pedro Taques casou-se pela segunda vez em 1.º de maio de 1761, união que durou pouco, pois sua esposa, Ana Felizarda Xavier da Silva, faleceu do primeiro parto.

A estada em Portugal se lhe causara o grande prejuízo de perder documentos, papéis e livros, permitira-lhe desenvolver suas pesquisas nos meses seguintes ao terremoto e lhe incentivara o pendor pelos estudos nobiliárquicos e genealógicos. Desde então ele passa a ser um defensor da aristocratização das minorias dirigentes paulistas e brasileiras, a exigir e buscar a clareza da ascendência. Seus preconceitos aristocráticos acentuam-se e ele recrimina a miscigenação, defende a limpeza de sangue de toda a mácula judia, moura, negra ou índia. Desde então é com orgulho que exalta as justificações de nobreza, e condena inflexível, cheio de

(1) Sobre o Tribunal da Bula da Cruzada, vide Rodolfo Garcia, *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1800)*, Rio de Janeiro, 1950, 233-234.

(2) Estamos seguindo a biografia magistral escrita por Afonso d'E. Taunay, *Pedro Taques e seu tempo. Estudo de uma personalidade e de uma época*. São Paulo, 1923. Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras de 1924. As biografias do mesmo: “Pedro Taques de Almeida Paes Leme”, *RIHGB*, Congresso de História Nacional, 1914, t. esp., parte V, 1917, 813-843; *RIHGB*, t. esp. *Nobiliarchia Paulistana, Histórica e Genealógica*, vol. 1, 1926, 9-87; e o esboço biográfico do Autor da *História da Capitania de São Vicente*, 5-58, são incompletas em relação ao estudo de 1923, que é um grande e completo desenvolvimento do de 1917 e que nos serve de base.

preconceitos, as misturas raciais julgadas inferiores. Ele anima parentes e amigos a requerer justificações de “nobilitate probanda” e se torna, com outros, como Jaboatão e Borges da Fonseca, o defensor da linhagem da pequena nobreza portuguesa que constituiu os troncos de famílias já com duzentos anos no país.

Para Taunay ele era, com Frei Gaspar, a pessoa mais culta de São Paulo, sendo consultado pelo próprio governador Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão (o Morgado de Mateus) sobre questões de limites entre São Paulo e Minas. Em 1765, como procurador das câmaras de São Paulo e das vilas de Pindamonhangaba e Cananéia, tomou parte da junta, presidida pelo Governador, que expôs ao Rei a situação miserável de São Paulo.

Ele esperava muito do seu novo encargo, com sua vida assentada em bases sólidas, e a posse de avultados bens que lhe permitissem viver com largueza.

Taunay mostra como nessa época prosperou sua situação financeira e de sua família, somada ao prestígio social de que gozava.

Sua paixão pela genealogia e história nunca o abandonou nas horas boas, nem nas infelizes. Continuava a coligir os documentos para sua obra e seus informantes eram os tesoueiros-menores espalhados pelos vários arraiais e localidades. Os cobradores das vilas das três capitâneas mandavam-lhe informações para suas exaustivas pesquisas na elaboração da “Nobiliarchia”. Foi nesse período que deu maior desenvolvimento aos títulos do livro. Taunay conseguiu reconstituir os títulos elaborados em diferentes anos: em 1766 preparou os Taques Pompeos e os Laras; em 1767, os Lemes, Campos, Chassins, Bicudos, Carneiros, Mendonças e Toledos Pizas; em 1768 os Buenos de Ribeira; em 1769 os Prados, Rendons, Alvarengas Monteiros, Penteados, Pires e Godoy. Esse ano foi grandemente produtivo, apesar de estar em precárias condições de saúde, sendo que Taunay acredita terem sido feitos nessa época os setenta e quatro títulos perdidos. Entre 1770 e 1772 escreveu os títulos sobre os Costas Cabrais, Gaias, Pedrosos, Vazes e Barros.

Para Taunay, foi devido ao emprego dos tesoueiros e dos auxiliares, que Pedro Taques pôde avultar a “Nobiliarchia”, e 1760-70 foi a década fecunda de sua atividade.

Desde 1767 começaram as dificuldades financeiras de Pedro Taques, acusado de desfalcar o Tesouro Real de vultosa quantia. Suspenso de suas funções, agravou-se sua situação pela má gerência financeira da tesouraria da Bula, sendo, afinal, em 1769, determinado o seqüestro de seus bens. Apesar da doença e do seqüestro de bens, casou-se em 1769 pela terceira vez com Inácia Maria da Anunciação e Silva, mais jovem que ele quase 40 anos, pois ela tinha 19 anos e ele 55.

Sua fama de estudioso e profundo conhecedor da história de São Paulo era reconhecida em São Paulo, no Rio, em Minas e em Lisboa. Para ele, se lhe seqüestraram os bens não fora por dissipar dinheiro à sua guarda confiado, mas sim pela perseguição do arcediago Mateus Lou-

renço de Carvalho e seus inimigos. Sua falência, dizia, era falsa e seus tesoureiros-menores o haviam lesado.

Sua situação e a da sua família tornou-se angustiada, e nem assim, cheio de dívidas, Pedro Taques abandonou suas pesquisas e seus estudos. Já sabemos, segundo Taunay, que em 1770 compunha os títulos dos Gaias, dos Pedrosos, dos Vazes e Barros, em 1771 os Costa Cabrais e em 1772 os Chassins. Trabalhando sob penosas condições era natural que a obra apresentasse senões.

O avanço da paralisia, a impossibilidade de sentar, as grandes dores que sofria, impediam-no de escrever. Desde 1770 ele dita todos os seus escritos. Desejava voltar a Portugal, na esperança de recuperar a saúde ou minorar seus sofrimentos, realizar novas pesquisas e refazer sua situação financeira. Partiu e chegou a Lisboa nesse mesmo ano, levando a "Nobiliarchia" que seu parente, o Desembargador João Pereira Ramos, pedira para ver e ler. O desembargador era também guarda-mor da Torre do Tombo. Procurou liquidar a questão com o Tribunal da Bula, dirigindo ao Marquês de Pombal uma exposição recapitulando a história e lembrando os serviços de seu pai e os seus. Taques era tão respeitado como conhecedor da história paulista, que o próprio Pombal o consultou várias vezes durante sua permanência em Lisboa. Aproveitou seu tempo preenchendo lacunas e tomando notas para o acerto e a terminação de sua obra capital, a "Nobiliarchia". Em agosto de 1776 — ele partira em 28 de junho de 1774 — voltava, sem melhora na saúde, com a promessa de que Pombal resolveria seu caso concedendo-lhe quinze mil cruzados, e com várias notas de suas pesquisas históricas. Os originais da "Nobiliarchia" deixou-os em Portugal nas mãos do desembargador João Pereira Ramos, e foi dela que Diogo Ordonhes copiou o manuscrito que viria servir para a edição do livro quase um século depois, editado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. As cópias da obra haviam-se multiplicado, pois eram vários os interessados em sua leitura. Em princípios de 1777 sentiu Pedro Taques que seus dias estavam contados e fez seu testamento ⁽³⁾, vindo a falecer em São Paulo, aos 3 de março de 1777.

1.2. Pedro Taques e suas obras

Pedro Taques se distingue como historiador regional (ou de capitania), como nobiliarquista e genealogista, e sobretudo por ser dos primeiros que investigou nos arquivos públicos e de cartórios, dando à história caráter mais documental e fidedigno.

Escreveu a *História da Capitania de São Vicente* ⁽⁴⁾, obra feita de encomenda pela família do Conde de Vimieiro defendendo seus direitos à posse da Capitania, disputada pelo Conde de Monsanto. Foi terminada a 3 de janeiro de 1772, quando o cronista sofria todos os incômodos da doença que o paralisava.

(3) Afonso d'E. Taunay, "Documentos Inéditos sobre Pedro Taques", *RIHGB*, 1915, XX, 747-790.

(4) Primeiro editada na *RIHGB*, 1847, IX, 137-178, 293-328, e 445-476, foi depois publicada com esboço biográfico por Afonso d'E. Taunay, São Paulo, Melhoramentos, s.d.

O manuscrito foi oferecido ao Instituto pelo Visconde de Uruguay, Paulino José Soares de Sousa, que o encontrara no Arquivo do Ministério dos Estrangeiros (5).

Escreveu também a “Informação sobre as Minas de São Paulo e dos sertões da sua capitania desde 1597 até 1772” (6), da qual existem dois exemplares, o do Instituto Histórico, que serviu para sua edição, e o da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que parece ser cópia (7).

A “Notícia Histórica da expulsão dos jesuítas do Colégio de São Paulo em 1640” (8), escrita em 1768, foi oferecida ao Instituto por Manuel de Araújo Porto Alegre, que a copiara do original existente na biblioteca do Convento de São Francisco do Rio de Janeiro (9).

A “Nobiliarchia Paulistana” foi obra de cinqüenta anos da vida de Pedro Taques. Da “Nobiliarchia” só foram publicados vinte e quatro títulos, embora se refira a setenta e três inéditos, que, somados, perfazem noventa e sete títulos (10). A publicação na Revista do Instituto Histórico foi feita baseada nos originais que Pedro Taques deixara nas mãos do desembargador João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho, copiada por Diogo de Toledo Lara e Ordonhes. Com o falecimento deste, as cópias passaram às mãos do Marechal José Arouche de Toledo Rendon, e a viúva deste cedeu a José Feliciano Fernandes Pinheiro, ofertando-as o filho deste ao Instituto Histórico (11). Esta edição, muito dividida, dificultava sua consulta e mostrava a necessidade de uma edição autônoma. Tentou-a Antonio de Toledo Piza, sem consegui-lo. Foi somente em 1926, com uma introdução de Afonso d’E. Taunay que se publicou a *Nobiliarchia Paulistana, Historica e Genealogica* (12). A edição só contém os Buenos de Ribeira, os Taques Pompeus, os Almeida Castanhos, os Laras e os Prados, o que a torna incompleta, pois não saiu o 2.º volume (13). A terceira edição (14) foi a única a publicar toda a obra conhecida de Pedro Taques, afóra a perdida, como já anotamos. Na primeira (1869-1872) se chegava à “Segunda Adenda à família Paes Leme”, na segunda (1926) alcançam-se somente os Prados, e na terceira aparecem mais os Costas Cabrais, os Mesquitas, os Penteados e os Alvarengas Monteiros.

1.3. História da Capitania de São Vicente

Já sabemos que a obra é um escrito de encomenda, um arrazoado histórico-jurídico para servir aos interesses do Conde de Vimieiro. Ela contém um prefácio de Taunay, que é a reprodução da conferência pronuncia-

(5) Vide Afonso d’E. Taunay, *Pedro Taques e seu tempo*, ob. cit., 235, que cita o relatório de Januário da Cunha Barbosa de 1843, *RIHGB*, V, Suplemento p. 17.

(6) *RIHGB*, LXIV, 1.ª Parte, 3-84.

(7) Afonso d’E. Taunay, *Pedro Taques*, ob. cit., 236.

(8) *RIHGB*, XI, 5-40.

(9) *RIHGB*, 1848, X, 308.

(10) *RIHGB*, XXXII, 175-200, 209-261, XXXIII, 5-112 e 157-242 e 2.ª parte, 27-185; XXXIV, 5-115 e 143-253; XXXV, 5-132, 243-384, 2.ª parte, 5-79.

(11) Vide notícia, nota e carta do Visconde de São Leopoldo a José Rodrigues de Oliveira e de Benedito Antônio da Luz a destinatário desconhecido, *RIHGB*, 1869, XXXII, 1.ª parte, 177-178.

(12) *RIHGB*, Rio de Janeiro, 1926, t. especial, 434 páginas.

(13) Na anterior edição do Instituto foi publicada até a parte 2.ª do t. XXXIII.

(14) Biblioteca Histórica Paulista, Livraria Martins, 1953, 3 vols.

da no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 2 de julho de 1914, comemorativa do segundo centenário natalício de Pedro Taques ⁽¹⁵⁾. A dedicatória a D. João de Faro revela bem os intuítos de Taques, mais de advogado do que de historiador. Diz ele que lhe fizeram em 1754 várias perguntas sobre a fundação da capitania de São Vicente e indo a Portugal em 1755 foi incumbido de fazer “o necessário exame do arquivo da Câmara desta cidade para se descobrirem os documentos que tirassem toda a dúvida do legítimo senhor e donatário da dita capitania”. Enviou primeiro uns apontamentos, mas, como se carecia de maior informação fundamental desde o princípio da fundação até sua incorporação à Coroa em 1714, realizou pesquisas no copioso cartório da Provedoria da Fazenda. Declara ter sido obrigado a ler livros com letras totalmente desfiguradas, gastando horas em sua versão. Além disso mandou fazer nas vilas desta comarca diligências sobre a fundação de cada uma delas, porque estavam todas dentro das cem léguas da doação feita a Martim Soares de Sousa. “Agora achará V. Excia. clara, perceptível e indisputável a verdade pela demonstração cronológica que aqui ofereço, formada dos documentos que tiram toda a dúvida, e descobrem o engano que tem laborado desde o ano de 1624, em que o Conde de Monsanto se introduziu nas vilas de São Vicente, Santos, São Paulo e Mogi das Cruzes.” Declara, finalmente, esperar que seu gostoso e excessivo trabalho seja de utilidade ao Conde de Vimieiro, para que “haja este de aparecer tão avultado que em todo o reino de Portugal não admita competências com outro algum por muito grande que seja o rendimento, porque na verdade esta capitania pela natureza da doação e foral excede ao nome de morgado, que bem merece o do reino pelas rendas que ao donatário pertencem” ⁽¹⁶⁾.

A obra reconstitui os donatários da capitania, a doação a Martim Afonso e Pero Lopes, a provisão de Pero Lopes, a posse dada ao Conde de Monsanto, e a posse do Conde da Ilha do Príncipe, a incorporação de São Vicente à Coroa, as cidades e vilas da capitania de São Vicente e os dois forais de Martim Afonso de Sousa e da capitania de São Paulo. Ela tornou-se a fonte primária fundamental da história da capitania de São Paulo.

1.4. A “Informação sobre as Minas de São Paulo”⁽¹⁷⁾

Foi escrita e assinada em São Paulo, aos 13 de outubro de 1772 e oferecida ao governador de São Paulo, Luís Antonio de Sousa Botelho e Mourão (Morgado de Mateus — 1765-1775), que lhe pedira para seu conhecimento e uso. Pedro Taques já andava sofrendo a moléstia que o impedia de sentar-se e tornava difícil a escrita. Disse ele ao Governador que lhe fora necessária uma grande aplicação, lendo e revendo os apontamentos de sua copiosa coleção posta em ordem cronológica. Dela retirou as notas que serviam para essa informação, mas os documentos que apontava não padeciam da mínima falta de verdade.

(15) *RIHGB*, 1914, XIX, 235-261, e *RIHGB*, 1917, parte V, 817-847.

(16) A capitania, com 247.320 km² era muito maior que o Reino 89.106 km²).

(17) *RIHGB*, 1901, t. LXIV, parte 2, 1-84.

Da “Informação” registrada no *Catálogo da Exposição de História do Brasil* (18) e no “Catálogo de Manuscritos sobre São Paulo existentes na Biblioteca Nacional” (19) existiam duas cópias, uma no Instituto Histórico, e outra na Biblioteca Nacional. Coube ao Barão Homem de Melo, sempre bem associado a essas iniciativas histórico-culturais, pedir ao competente bibliotecário Antônio Jansen do Paço, chefe da seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, que examinasse os dois manuscritos. Jansen do Paço declarou que o do Instituto Histórico era o primeiro original contendo o pensamento primitivo do autor na sua primeira forma, depois modificado por numerosos acréscimos, alterações e transposições de trechos e frases e de não poucas supressões. Este era autógrafo, isto é, escrito pelo próprio punho do autor e por ele assinado com suas iniciais: P. T. de A.P.L.; o da Biblioteca Nacional era o original limpo ou definitivo do trabalho, não sendo um autógrafo, mas passado a limpo por outra mão, e subscrito por P. T. de A.P.L. Para Jansen do Paço, o da Biblioteca fora copiado do códice do Instituto, depois de ter este sofrido as modificações assinaladas (20).

Baseado neste parecer, publicou-se a “Informação” (21), que é um histórico das entradas no sertão à busca de ouro, prata e pedras preciosas, baseada nos autores da época, como Simão de Vasconcelos e Sebastião da Rocha Pita, e sobretudo nos documentos do arquivo da Câmara de São Paulo, do Cartório da Fazenda, dos cartórios de notas, do livro de registo da Câmara, dos papéis da Ouvidoria de São Paulo, do registo de ordens da Secretaria do Governo de São Paulo. Pedro Taques historia as várias tentativas, as nomeações reais para esse fim, as providências de vários governadores da Bahia, do Rio de Janeiro e de São Paulo, ligado ao das Minas em 1709 até 1720, e nesta data tornado independente. Registra a descoberta das esmeraldas por Fernão Dias Pais, o primeiro engenheiro dos Schetz, resume a legislação, os regimentos, alvarás, cartas-régias, o levante no Rio de Janeiro contra Salvador de Sá e Benevides, nomeado governador e administrador das Minas de São Paulo, o uso dos índios nas tropas que penetravam os sertões por diferentes rumos, as esperanças de maiores riquezas dos paulistas, a decisão de “S. M. de fazer mercê das terras minerais a seus vassallos, para eles a beneficiarem à sua custa e do ouro extraído delas só pagarem tão somente o real quinto”. Há censura quando diz que enquanto os paulistas andavam entranhados pelos diversos sertões na diligência de descobrimentos, D. Pedro II de Portugal enviava o castelhano D. Rodrigo de Castel Branco, que se inculcou de grande mineiro de ouro e prata, e que como administrador das Minas do Brasil consumiu grosso cabedal sem o menor efeito de utilidade. Transcreve, a seguir, a Instrução do Regimento que se deu a D. Rodrigo de Castel Branco de 1673 (31-37), o alvará de D. Rodrigo de 1677 (37-

(18) Rio de Janeiro, 1881, n.º 5.537.

(19) ABN, 1953, vol. 74, n.º 52, p. 92.

(20) Vide Parecer de Antônio Jansen do Paço dirigido ao Barão Homem de Melo, assinado aos 25 de abril de 1902, in *RIHGB*, 1901, t. LXIV, parte 1.ª, 1-3.

(21) *RIHGB*, t. LXIV, parte 1.ª, 3-84.

39), a carta patente de Jorge Soares de Macedo de 1677 (39-41) e, finalmente, o Regimento das terras minerais de 27 de abril de 1680 (49-52), o Regimento de 13 de agosto de 1679 (52-55), a Instrução de 1679 (55-56); menciona as várias descobertas em várias regiões, a da primeira faisqueira de ouro de lavagem de Garcia Rodrigues Paes em 1.º de maio de 1697, e das já mencionadas esmeraldas por seu pai Fernão, as de Carlos Pedroso da Silveira e de Bartolomeu Bueno de Siqueira. Indica o novo caminho a abrir do Rio de Janeiro a Minas por Garcia Rodrigues Paes, comenta as desordens já havidas em Minas, a necessidade de ministros de letras (juizes) com amplíssima jurisdição e de guarda-mor das Minas de São Paulo, a carta a Garcia Rodrigues Paes para que pudesse nomear guardas-substitutos, a criação de vilas e dos ministros de letras, a descoberta de ouro por Pascoal Moreira Cabral em Cuiabá, e a separação das capitânicas de São Paulo e Minas Gerais em 1720. Registra a nomeação de um superintendente-geral das minas, e a instrução de regimento aos exploradores que saíssem de São Paulo a descobrir minas de ouro e prata nos sertões dos Goias, o que se descobriu em 1725.

Esta é uma preciosa relação das descobertas paulistas e por isso mesmo se diz as Minas de São Paulo. Não usa Pedro Taques nem uma vez a palavra bandeira e bandeirante, embora, segundo as pesquisas de Afonso d'E. Taunay, a palavra bandeira fosse pela primeira vez empregada num documento do Conselho Ultramarino, de 1676, e bandeirante tornou-se corrente mais tarde em 1740 (22).

Resta ainda acrescentar que Taunay comunicou a existência de um terceiro apógrafo vindo na Coleção Félix Pacheco e hoje existente na Biblioteca Municipal de São Paulo (23). E, finalmente, diz que as Minas eram dos paulistas como o título sugere, e que esta é uma forma histórico-descritiva das descobertas das Minas.

1.5. "Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo em 1640"

Foi Manuel de Araújo Porto Alegre quem ofereceu ao Instituto Histórico esta "Notícia", por ele copiada do original existente na biblioteca do Convento de São Francisco do Rio de Janeiro (24).

Pedro Taques começa relatando como a vila de São Vicente foi fundada, e a entrada nela, dos jesuítas, subindo depois a serra, chegando a Santo André da Borda do Campo e parando em Piratininga. Aumentando a vila de Piratininga veio a tomar o nome de São Paulo, para onde já tinham transmigrado os moradores de Santo André. Cabia aos jesuítas a administração espiritual dos gentios, "aqueles concebendo maior ambição de domínio se fizeram senhores de todo o governo temporal dos ditos gentios". Nesta frase descobre-se que Pedro Taques toma o partido dos mora-

(22) *História Geral das Bandeiras Paulistas*, ed. em 2 tomos, t. 2.º, 310.

(23) Afonso d'E. Taunay, "Fernão Dias Paes e Pedro Taques", *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 5 de junho de 1949.

(24) *RIHGB*, 1874, t. XII, 2.ª ed., 5-40.

dores de São Paulo contra os jesuítas e neste sentido desenvolve sua história. Os paulistas sofriam os danos que recebiam da falta do serviço dos índios e “foram depois experimentando e recebendo ofensas dos jesuítas, que tinham arrogado a si o governo temporal de todo o gentio”. Foi para atalhar este pernicioso dano que procuraram os povos uma providência reunidos na Câmara e a qual seria a de só se entenderem os jesuítas com os índios que haviam trazido do sertão, e que se pusesse um capitão ao qual os moradores pediriam os índios de que precisassem. Foi assim feito um termo de ajuntamento pelos povos aos 10 de junho de 1612, declarando que sendo as aldeias da capitania sujeitas aos capitães e justiças da capitania, havia agora introduzido um rumor dizendo que o gentio só reconhecia aos padres como superiores, e estes afirmavam que as aldeias eram suas no espiritual e temporal e que o Papa era a cabeça; coisa nova e desacostumada e nunca fora reconhecido pelo povo esse direito aos padres desde que a capitania se fundara, só se lhes consentindo a administração espiritual. Aí está o germe da desafeição aos padres jesuítas pelos moradores de São Paulo.

Rebate Taques os autores pró-jesuítas e transcreve documentos como a escritura da transação e amigável composição e renúnciação que fizeram os padres da Companhia com o povo das capitanias do Rio de Janeiro. Antes de chegar aos moradores de São Paulo a notícia desta transação, os mesmos, aos 13 de julho de 1640 expulsaram dali os jesuítas, achando que eles se tinham tornado muito arrogantes com a bula de Urbano VIII libertadora dos índios. Apelaram para o Marquês de Montalvão, governador geral da Bahia e primeiro Vice-Rei do Brasil. A resposta de Montalvão concluiu propondo que os jesuítas fossem logo restituídos e exercitassem pacificamente seus ministérios; transcreveu Pedro Taques o alvará de 3 de outubro de 1643 para serem os jesuítas restituídos ao seu colégio de São Paulo, a carta de D. João IV para Luís Barbalho Bezerra, o alvará de 7 de outubro perdoando os moradores de São Paulo, a cópia do assento da transação e amigável composição entre os padres jesuítas e os moradores das vilas da capitania de São Vicente (14 de maio de 1653), a carta do Rei D. João IV sobre a boa aceitação que os moradores de São Paulo mostravam aos jesuítas, a carta da conta que deram os oficiais da Câmara de São Paulo, em 18 de julho de 1670, sobre o estado em que se achavam as aldeias do padroado. A notícia foi escrita em São Paulo, aos 9 de setembro de 1768, e ainda que seja objetiva e factual mostra ser favorável aos paulistas e contrária aos jesuítas, uma tendência geral da época; sobretudo durante o domínio pombalino ⁽²⁵⁾.

1.6. A Nobiliarchia Paulistana, Histórica e Genealógica

Esta é a maior obra de Pedro Taques, pela importância social do tema, pela riqueza da informação, pelo esforço da pesquisa, pela vastidão do trabalho. Quem tiver a paciência de lê-la por inteiro, linha por linha

(25) Sobre a questão do ponto de vista jesuítico, vide Serafim Leite, *HCJB*, Rio de Janeiro, 1945, t. VI, 227-293.

— o que sobrou ou sobreviveu de seu trabalho de cinquenta anos — verá o valor excepcional deste livro, um dos maiores da brasiliana colonial, sobretudo porque historia os bandeirantes e suas proezas tão decisivas na formação territorial do Brasil. O espírito nobiliárquico não exclui, antes acentua, o papel preponderante de um grupo de aventureiros, saídos de camadas modestas, que conquistaram terras, gente e riquezas, criaram nomes históricos, e ampliaram o território nacional.

Embora coexistissem bandeiras outras, foram as paulistas as mais importantes pelo número de bandeirantes, pela extensão e significado da obra. Por isso Pedro Taques identificava São Paulo e as bandeiras: “e eu nos escritos a que dei princípio (emendado agora depois da crise de V. Rma.) com o título de “Nobiliarchia Histórica e Genealógica dos Lemes da Capitania de São Paulo” faria ver ao mundo pelo benefício da imprensa, quase a mesma “História de Piratininga”, que se me pede, por incluir os sucessos da mesma História pertencentes aos paulistas, socorrendo, conquistando e descobrindo” (26).

Na verdade, o bandeirismo constitui a parte mais importante da *Nobiliarchia Paulistana*, estudo dos troncos originais dos primeiros povoadores de São Paulo. É uma exaltação dos feitos do passado em face do marasmo do presente paulista nesta segunda metade do século dezoito. Ele recolhe a mística bandeirante conservada pela tradição oral, cheia de preconceitos aristocráticos e idéias de casta, cultivando um tradicionalismo que compensava a pobreza de sua época. Ele é o historiador das bandeiras, passado o movimento, quando os bandeirantes se transformaram em povoadores e criadores.

Como sempre acentuou Afonso d’E. Taunay, do imenso repertório que era a *Nobiliarchia* só escaparam à destruição vinte e dois títulos, tendo Antonio de Toledo Piza encontrado referências a cinquenta e três, cujos originais desapareceram. Revendo a obra, Taunay descobriu mais vinte e um títulos igualmente perdidos. Assim, ao todo, a obra deveria conter noventa e seis títulos, dos quais sessenta redigidos, segundo Taunay, em 1771, o que significa que se perderam dois terços da obra. O linhagista possuía uma biblioteca de duzentos livros, o que era extraordinário na sua época (27).

Nas horas difíceis por que passou na vida, Pedro Taques poucas vezes perdeu a fé na sua obra e a esperança de concluí-la. Num momento de depressão, ele escreveu a Frei Gaspar, seu amigo e seu companheiro de estudos, que “assim vai traçando o destino para verificar-se o próprio prognóstico, de que por minha morte hão de ter os rapazes, nas noites de São João, papel para treques, se antes disto não produzirem as melanco-

(26) Carta de Pedro Taques ao Rvmo. Pe. Me. Dr. Frei Gaspar da Madre de Deus, *DIHCSP*, Arquivo do Estado de São Paulo, 1894, vol. IV, 11; outras cartas do autor foram publicadas por Afonso d’E. Taunay, “Documentos Inéditos sobre Pedro Taques”, *RIHGSP*, 1915, XX, 747-790, e no Instituto Histórico se encontra (Lata 332, Mss 32) “Obrigação do Sargento-mor Pedro Taques de Almeida de oito mil e duzentos réis”, de 25 de janeiro de 1774.

(27) Afonso d’E. Taunay, “Uma Carta de Pedro Taques a Cláudio Manuel da Costa”, *JC*, 12 de junho de 1949.

lias da minha pobre vida a resolução de reduzir tudo a cinzas, desengando assim aos meus próprios inimigos, que eu mesmo reconheço, que os meus escritos são mais dignos de fogo que da luz” (28).

A *Nobiliarchia* é um livro arredo, de difícil leitura, pela segura e aridez das infinitas genealogias. Mas é ao mesmo tempo uma das maiores fontes de informação do Brasil e de São Paulo desde o descobrimento aos anos setenta do século XVIII. Sobre as pessoas ele não se limita a notas secas, biográficas; conta como viviam, o que faziam, seus casos amorosos, o número de filhos ou a falta de filhos, os grandes e grossos negócios, os cabedais que possuíam, o caráter dos paulistas e de outros brasileiros. Registra as atividades de tupis, mamelucos e negros. Menciona os cargos ocupados na república, e usa sempre pátria apenas como lugar de nascimento. Fala nas lutas contra estrangeiros franceses e holandeses e a ajuda paulista, nas rebeliões negras, nas guerras contra índios, a chamada guerra dos bárbaros, nas lutas familiares, na conquista do gentio, na guerra dos emboabas, nas lutas no Sul pelo domínio do Rio Grande. Lamenta as grandes epidemias, trata das relações da Igreja com o Estado, registra os grandes crimes na sociedade, aponta os régulos, os grandes bandidos, os filhos bastardos, condena a miscigenação, defende que se procure o reconhecimento do *puritate sanguinis*, a pureza do sangue das raças malvistas, judeus, índios, negros. Menciona os grandes bandeirantes e sertanistas, as grandes bandeiras, os sertões conquistados, as grandes descobertas de ouro e pedras, as dificuldades das conquistas. Retrata a sociedade, os grandes e ricos senhores, as grandes fortunas, os que podiam ter criado brancos ou mulatos, aponta as grandes belezas femininas de São Paulo, que ele soube apreciar. Dá alcunhas curiosas, critica a carestia da vida em algumas vilas. Cita fontes primárias, censura Rocha Pita, não se esquece de registrar os títulos universitários, os licenciados, os doutores, os teólogos e filósofos, as bibliotecas e livros existentes em São Paulo.

Entre os Taques Pompeos aparecem seu avô, seu pai e ele próprio, sem mencionar o dia do nascimento, mas o do batismo. A grande figura é Guilherme Pompeo de Almeida, que fez os melhores estudos de gramática, de história sacra e profana, de filosofia e teologia, e foi doutor por bula pontifícia. Era um homem poderosamente rico, uma das maiores fortunas da época colonial, cuja casa possuía cem camas para os hóspedes e cuja hospedagem era sem igual na mesa, na conveniência, na organização, na ordem. Escreve que em vida foi “o herói dos paulistas, o famoso, o saudoso, o apetecido Guilherme Pompeo de Almeida, porque a memória do seu nome durará sempre na notícia que se estabelece nos vindouros de uns para os outros”.

Várias outras figuras da época colonial aparecem no livro, descritas não só genealógicamente, mas nos seus feitos, nas suas riquezas, na sua ação, nos seus insucessos. É um livro rico para estudos lingüísticos, pela grande abundância vocabular, pelo valor semântico que registra, pelo uso

(28) Carta de Pedro Taques a Frei Gaspar da Madre de Deus, *ob. cit.*, p. 11.

de umas e outras palavras caídas em desuso, e pelo sabor do estilo, apesar da *secura factual genealógica*.

A *Nobiliarquia Paulistana Historica e Genealogica* não é nem meramente paulista, nem simplesmente genealógica. É uma enciclopédia dos sertanistas, dos bandeirantes, da sociedade, dos costumes, do sertão e das vilas de São Paulo, Goiás, Mato Grosso e do Brasil todo. É um dos maiores livros da brasiliana, apesar do aspecto restritivo de seu título, que esconde a profusão de notícias sociais, econômicas, políticas, religiosas, etnográficas.

1.7. A Opinião historiográfica

Escreveu Taunay com razão que o livro foi esquecido e permaneceu inédito até 1869, quando a Revista do Instituto Histórico começou sua publicação. Foi, portanto, o Instituto Histórico que o retirou do olvido, um pouco também pelo interesse e cuidado de Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, que guardou o manuscrito. Em 1883, por influência de Capistrano de Abreu fundava-se uma sociedade sob a inspiração de seu nome, cujo fim seria coligir materiais para a história do bandeirismo. Fora Capistrano de Abreu quem dera nos seus *Capítulos de História Colonial* ⁽²⁹⁾ ênfase especial ao “Sertão”, um dos capítulos mais importantes de seu livro, que tem como uma das fontes principais a *Nobiliarquia*. Na sua *Correspondência* ⁽³⁰⁾ ele se referiu várias vezes a Pedro Taques. Em carta a Antônio Joaquim Macedo Soares, em 1883, Capistrano comunicava: “Estou tratando da fundação de uma sociedade histórica, menos pomposa e menos protegida que o Instituto Histórico, porém quero ver se mais efetiva. Há de intitular-se Clube Taques, em honra de Taques Paes Leme, e deve ocupar-se quase que exclusivamente das bandeiras e bandeirantes, caminhos antigos, meios de transporte e história econômica do Brasil” ⁽³¹⁾. Em 1900 diz a Guilherme Studart que “o primeiro trabalho que desejaria publicar é uma memória ainda inédita de Taques sobre o descobrimento das minas”, embora a seguir declare dar preferência aos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, deixando Taques para depois. Na sua correspondência com Taunay, vê-se como o estimulou e lhe fez sugestões sobre a edição da obra de Taques. Em carta de 1917, quando Taunay preparava a edição de Taques, ele lhe escreveu: “Bravo! Excelente idéia de fazer a concordância do Taques com Silva Leme. Não haverá capítulos inéditos da *Nobiliarquia* a publicar agora? Isto é que seria excelente, dando maior realce ao trabalho. O seu estudo prefácio desenvolvendo a conferência do centenário! disse-me você que será extenso à vista da documentação nova. Parabéns pelo que me conta. Sobretudo se é tão extensa e tão cheia de novidades sobre a biografia do genealogista. A descoberta do testamento representou um belo achado, como já lhe disse mais de

(29) Rio de Janeiro, 1907.

(30) *Correspondência de Capistrano de Abreu*, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1954-1956, 3 vols.; 2.ª ed. Rio de Janeiro, 1977.

(31) *Correspondência, ob. cit.*, III, 2.

uma vez. Parabéns! Vamos! *macte puer!* Taques merece um estudo aprofundado” (32).

Em carta também de 1917, a João Lúcio de Azevedo, Capistrano escreveu: “Taques estava em Lisboa quando houve o terremoto. Provavelmente levava seus manuscritos e não é impossível se encontre alguma cópia por aí, na descendência de João Pereira Ramos. Não sei se ainda estará por lá M. E. Gomes Carvalho, autor de *D. João III e os Franceses* e *Os Deputados Brasileiros na Constituinte de Lisboa*. É parente de Afonso Taunay, que anda tratando de nova edição da *Nobiliarchia* para o Instituto Histórico; escrevi-lhe que o encarregasse das pesquisas; não sei se as terá feito, e se terão dado resultado. Taques, como todos os genealogistas, merece confiança limitada; mas revolveu os arquivos que ainda estavam intactos, percorreu os cartórios da Capitania, foi até Goiás, suas notícias biográficas de tecido ralo (pragmático) têm muita novidade” (33).

Em 1924, em carta a Paulo Prado, Capistrano dizia: “aprovo cordialmente a impressão do Mss. [Manuscritos] de Taques, bem diferente do esqueleto dado na *Revista do Instituto*. Dar o texto só, não vale; é preciso acompanhá-lo de documentos” (34).

Taunay, no seu livro sobre Taques, reuniu a opinião de historiadores como Antônio Toledo Piza, Azevedo Marques e Machado de Oliveira para mostrar que ou foram injustos ou incompletos ou o desconhecaram. Colige depois o que aparece nas histórias da literatura brasileira de Sílvio Romero e João Ribeiro que lhe fizeram plena justiça e José Veríssimo que considerou sua obra insignificante para as boas letras; e finalmente de um historiador como Basílio de Magalhães, que soube louvar e aproveitar-se bem dos seus estudos (35).

Varnhagen tinha-o em boa conta. “Devemos aqui advertir”, diz ele, “que Taques é sempre autoridade mui superior a Frei Gaspar: não arrazoa tanto, mas tem mais crítica, e é mais seguro” (36).

Encontrar toda sua *Nobiliarchia* e republicá-la é um dever da historiografia brasileira (37).

Escreveu Sílvio Romero que Pedro Taques introduziu na historiografia brasileira um elemento novo: o povo. Não era ainda o povo brasileiro na sua totalidade, mas escolhido, representado, “nobilarquizado” nas suas principais famílias (38).

Na verdade essa era uma novidade: a de incorporar à história brasileira a gente que teve sucesso durante a colônia. Com ela vinha outra gente, mais modesta, os índios, os negros, os mestiços, cuja história, a história do Brasil escrita por mãos brancas, ainda não integrou.

(32) *Correspondência, ob. cit.*, I, 280-281.

(33) *Correspondência, ob. cit.*, II, 75-76.

(34) *Correspondência, ob. cit.*, II, 456.

(35) Afonso d'E. Taunay, *Pedro Taques e seu tempo, ob. cit.*, 241-243.

(36) *História Geral do Brasil*, II, 196, n.º 80.

(37) A edição se deveria unir todas as cartas existentes na Biblioteca Nacional. Vide “Catálogo de Manuscritos sobre São Paulo existentes na Biblioteca Nacional”, *ABN*, vol. 74, p. 64, n.º 1969; e p. 65, n.º 212; p. 74, n.º 107 e 108; p. 75, n.º 133, 146, 147; p. 78, n.º 236.

(38) *História da Literatura Brasileira*, 4.ª edição, Rio de Janeiro, 1949, t. 2, 247.

Foi ainda inovador pela investigação em arquivos que procurou sistematicamente e pelo caráter regional que imprimiu a seu livro, sem que ele perdesse sua generalidade nacional.

2. Gaspar da Madre de Deus

2.1. Sua Obra

Gaspar Teixeira de Azevedo, filho de Domingos Teixeira de Azevedo e de Ana de Siqueira e Mendonça (9 de fevereiro 1715 - 28 de janeiro 1800), nasceu no sítio de Santo Antonio da freguesia de Santos, e adotou o nome de Gaspar da Madre de Deus ao entrar para a Ordem de São Bento e dela receber o hábito em 1731. Filho de proprietários de terras, gente rica e da pequena nobreza vinda de Portugal, sua carreira se fez toda na mesma Ordem. Perdeu seu pai cedo e entrou para a clausura beneditina aos dezessete anos. Foi levado para a Bahia a educar-se no Mosteiro de São Bento, onde fez os estudos de filosofia e teologia. Pela sua aplicação foi nomeado lente de teologia e graduou-se doutor aos 18 de junho de 1749. Foi pregador de renome e em ocasiões solenes, como nos festejos pelo casamento da infanta D. Maria, depois Rainha (1761), no *Te-Deum* pelo nascimento do Príncipe da Beira, e na cerimônia pela morte de Gomes Freire de Andrada. Em 1777 pronunciou seu último sermão fazendo o panegírico de D. José I, que falecera.

Sua carreira na Ordem foi reveladora de seus méritos pessoais: Abade do Mosteiro de São Bento de São Paulo (1752), Definidor (1756), Abade (1763) do Mosteiro do Rio de Janeiro, e em 1766 Abade Provincial, fazendo, como tal, todas as visitas canônicas às cinco abadias, três priorados e seis presidências, que contava a Ordem no Brasil, de Santos à Paraíba. Não sendo de praxe as reeleições, foi Frei Gaspar eleito prelado do Mosteiro de São Bento em Salvador (1768), mas renunciou ao encargo, escolhendo viver no Mosteiro de Santos (1769). Como desde cedo revelara sua vocação pelos estudos históricos, dedicou-se inteiramente às pesquisas em Santos e São Paulo, reunindo assim grande documentação à recolhida em Salvador e sobretudo no Rio de Janeiro.

Fora escolhido desde 1774 cronista-mor da Ordem e sucessivamente reeleito até 1798. Faleceu em Santos, aos 28 de janeiro de 1800, aos 85 anos incompletos por um mês ⁽³⁹⁾.

Sua origem social e a posição econômica da sua família muito influíram na formação de seus visíveis preconceitos. Mantinha como seu amigo e colega Pedro Taques a mania nobiliárquica, porque ambos provinham da

(39) Sua biografia foi escrita por Afonso d'E. Taunay no estudo biográfico que acompanha a 3.ª edição das *Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo e Notícia dos Anos em que se descobriu o Brasil*, São Paulo, 1920, na qual nos baseamos, juntamente com o "Extrato do Diário do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro relativo à administração de Frei Gaspar da Madre de Deus", in *RIHGB*, 1915, vol. XX, 229-248. A biografia feita em 1914 foi primeiro publicada na *RIHGB*, 1916, t. LXXVII, parte II, e republicada nos *AMP*, 1925, t. 2, 115-199.

pequena nobreza do Reino e aqui se haviam enriquecido como senhores de terras e de escravos.

Foi, assim, um cronista que se preocupava muito com a limpeza de sangue dos cristãos-velhos, livres da mestiçagem com qualquer raça infecta, como eram considerados os judeus, índios e negros. Como membro das mais antigas famílias paulistas era cheio de preconceitos de classe, e não é raro vê-lo chamar ao povo de gentilha ⁽⁴⁰⁾.

Era um vassalo fiel e leal ao domínio português e nunca expressou qualquer crítica aos excessos do colonialismo lusitano. Sua Oração Fúnebre nas Exéquias de D. José I ⁽⁴¹⁾ tem caráter bajulatório, além da linguagem empolada, que torna um sacrifício sua leitura. A adulação o leva a dizer o que nenhuma pessoa esclarecida em São Paulo, como ele e Pedro Taques, poderia afirmar: “privou-nos (a morte de D. José I) de um soberano que gastou somas muito importantes no transporte de soldados, armas, munições e outros apetrechos bélicos, atendendo a segurança da Nossa América”, como se o Brasil não tivesse pago tudo aqui e lá em Portugal. Não mede com discrição os louvores ao Rei e a Portugal: “Já sabeis que falo do tempo do terremoto, então viu o nosso Monarca num instante abatida a sua Corte, e sem majestade a Capital que desde o Ocidente ao Oriente dava leis a todo o mundo”.

Não era preciso ser Rei para merecer sua lisonjaria. Ao governador de São Paulo, Bernardo José de Lorena (1788-1797), depois Conde de Sarzedas e Vice-Rei da Índia, escreveu uma carta que o rebaixa pelo incensório e pelo empolamento da linguagem: “Vou aos pés de V. Ex.^a a beijar-lhe as mãos agradecido pelo gosto, que me occasionou com seo preceito; e também lhe manifestar o Juízo, que formo do utilíssimo, e excelente concerto novamente executado na serra por Ordem de V. Ex.^a” (empedramento do caminho pela serra do Cubatão, ligando Santos a São Paulo). . . . “Sábio governo, tu, que és, senão a época de nossa boa ventura? Assim te chamamos nós, assim se apelidão nossos vizinhos cheios de inveja, os quaes nesta parte merecem mais crédito. . . . Eles, e nós conhecemos, que com V. Ex.^a vierão aqui morar a prudência, a brandura, e ambas as justiças assim a distributiva, como a punitiva. . . . Que ventura podíamos nós desejar maior, do que sermos governados com tanta doçura, e tamanha equidade?” Defende na carta o tráfico de escravos, “sem o qual não pode ter aumento considerável a nossa Capitania”. Afirma que “se a inação, a incúria, o ócio, e mais vícios contrários à lavoura, já se ausentaram da maior parte do sertão povoado, na costa ainda não se retiraram por ser a marinha (exceto a ilha de São Sebastião) o viveiro da preguiça, aquele animal brasílico tão lânguido . . . com efeito não é igual o progresso da agricultura emcima, e embaixo das serras”, e termina com uma louvação de suas tantas virtudes que coraria qualquer cidadão que se respeitasse ⁽⁴²⁾.

(40) Vide “Chronicas do Rio de Janeiro”, *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, Arquivo do Estado de São Paulo, São Paulo, 1915, vol. 44.

(41) Afonso d’E. Taunay, “Inéditos de Frei Gaspar da Madre de Deus e documentos sobre o historiador”, *RIHGPS*, São Paulo, 1918, 194-206.

(42) M. Lopes de Almeida, *Uma Carta de Fr. Gaspar da Madre de Deus*, Coimbra, 1952.

2.2. A pesquisa e a história locais

Aplicado aos estudos teológicos, filosóficos e históricos, Frei Gaspar da Madre de Deus deixou uma obra de relativa significação, embora só aos oitenta anos tivesse visto publicada sua obra principal, as *Memórias para a História da Capitania de São Paulo* (43). Foi membro das Academias criadas no Brasil oitocentista, como a Academia Brasileira dos Esquecidos e a dos Renascidos. Nesta foram seus colegas o Rev. P. Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, cronista-mor da Ordem Seráfica, José Antonio Caldas, baiano, autor da *Notícia Geral desta Capitania da Bahia desde seu descobrimento até o presente ano de 1759*, D. José de Miralles, tenente-coronel, autor da *História Militar do Brasil*, embora Frei Gaspar, como Cláudio Manuel da Costa, Domingos do Loreto Couto, e Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca fossem todos sócios supranumerários.

Convidado a associar-se à Academia, Frei Gaspar escreveu longa carta, na qual se descreve como homem de “limitado talento e pouca capacidade”, um pigmeu cujo favor recebido era excessivo para sua incapacidade. Declarava-se disposto a “escrever as Memórias do Bispado de São Paulo como me foi mandado”, mas logo afirma não saber se poderia dar conta de seus estudos, sem ir a São Paulo (vivia então no Mosteiro do Rio) examinar alguns arquivos e sem esquecer de lembrar-se de seu grande amigo e companheiro de estudo Pedro Taques, que se fosse sócio “ajudar-me-ia muito, ainda mais que escreveu as Memórias para a História Secular da dita capitania, pois além de ter grande capacidade e gênio laborioso, examinou quase todos os cartórios de São Paulo e da sua comarca, com um fim de escrever uma História Genealógica que compôs, das famílias nobres da mesma Capitania, a qual estava escrito que estava feito com muito trabalho e exação, queimou-se em Lisboa na ocasião do grande terremoto” (44).

Como estudioso da história, o que distinguiu Frei Gaspar foi sua incansável pesquisa nos arquivos e cartórios de São Paulo, de Santos, do Rio e de Salvador. Aos poucos tornou-se uma das grandes figuras intelectuais de São Paulo e do Rio, muito solicitado, ouvido e consultado. No Rio, organizou o arquivo do Mosteiro de São Bento, cuidou da biblioteca, deixando principiada, segundo Taunay, “uma história cronológica de todos os documentos pertencentes às propriedades do mosteiro” (45).

Seu conhecimento histórico permitiu-lhe ganhar grandes vitórias em questões judiciais do Mosteiro de São Bento do Rio, como o caso com os Viscondes de Asseca sobre enormes latifúndios em Campos. Quando visitou Pernambuco em visita canônica, pesquisou nos arquivos da capitania, no das Câmaras Municipais, e nos da própria Ordem. Pesquisou, quando retornou a Santos, nos arquivos de S. Sebastião, Itanhaém, Iguape e Ca-

(43) Lisboa, 1797.

(44) Alberto Lamego, *A Academia Brasileira dos Renascidos. Sua Fundação e Trabalhos Inéditos*. Paris, 1923, 108.

(45) “Frei Gaspar da Madre de Deus”, estudo biográfico in *Memórias para a História da Capitania de S. Vicente hoje chamada de São Paulo e Notícia dos anos em que se descobriu o Brasil*, 3.ª ed., São Paulo, 1920, p. 36.

nanéia. Manteve sempre com Pedro Taques uma amizade sólida, consolidada pelo interesse histórico e da pesquisa histórica. Diz Taunay que os dois permutavam informações e submetiam seus trabalhos à crítica um do outro (46).

Frei Gaspar e Pedro Taques imprimiram à historiografia de sua época um caráter novo ao se dedicarem com tanto empenho às pesquisas nos arquivos e cartórios, sobretudo locais. Esta foi uma tendência duplamente nova da historiografia setecentista, a pesquisa documental e a regionalização dos estudos.

Escrito seu estudo sobre São Vicente, baseado em investigações novas e próprias, Frei Gaspar dera-lhe o título de “Fundação da Capitania de São Vicente e ações de Martim Afonso de Souza”, e foram Diogo de Toledo Lara e Ordonhes e seu irmão, o Marechal Arouche Rendon, que apresentaram a obra ao exame da Academia Real das Ciências, pois Diogo fora eleito sócio em 1795. Mudado o título, atendidas pequenas exigências formais da Academia, fora a obra aprovada e impressa pela mesma em 1797 (47).

Era a consagração da historiografia regional e da pesquisa histórica de caráter local por uma instituição oficial metropolitana.

2.3. Suas Obras

Além das *Memórias*, sua obra principal, escreveu Frei Gaspar as “Notícias dos Anos em que se descobriu o Brasil e das entradas das Religiões e suas fundações” (48); a “Relação dos capitães loco-tenentes da Capitania de São Vicente, uns nomeados pelos verdadeiros donatários e outros pelos intrusos” (49); as “Notas Avulsas sobre a História de São Paulo” (50); a “Dissertação e explicação sobre terras de contenda entre o Mosteiro de S. Bento e o Convento do Carmo em Santos” (51); a “Oração Fúnebre nas exéquias que, pelo sereníssimo Sr. D. José Primeiro, Rey Fidelíssimo de Portugal, mandou celebrar a Câmara da Villa do Porto de Santos, aos 14 de Julho de 1777” (52); o “Catalogo dos Governadores da Cidade do Rio de Janeiro, formado por documentos de sesmarias e escripturas, conforme aos annos em que se fizeram e outras noticias” (53).

2.4. As Obras Várias

As “Notícias dos Anos em que se descobriu o Brasil e das entradas das Religiões e suas fundações” é a obra que suscitou maior contestação,

(46) Estudo in *Memórias* citadas, pp. 50-52.

(47) *Memórias para a história da Capitania de São Vicente, hoje chamada de São Paulo, do Estado do Brasil, publicadas por ordem da Academia Real das Ciências por fr. Gaspar da Madre de Deus*, Lisboa, 1797.

(48) *RIHGB*, t. 2, 439-458, republicada na 3.ª edição das *Memórias*, 1920. O manuscrito encontra-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Lata 23, Mss. 503.

(49) *RIHGSP*, V, 159-176.

(50) *R.HGSP*, V, 180-195.

(51) *RIHGSP*, XVI, 277-294.

(52) *RIHGSP*, XX, 187-206. O manuscrito encontra-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, L. 41, Mss. 785.

(53) *DIHCSP*, Arquivo do Estado de São Paulo, 1915, t. XLIV, 27-75.

por sustentar que não foi Colombo o primeiro europeu a entrar na América. Pela leitura do testamento de João Ramalho, do qual dizia possuir uma cópia, se podia deduzir que este contava 90 anos em 1580, seguindo-se que entrara no Brasil em 1490. Conseqüentemente, somente depois de habitar João Ramalho dez anos no Brasil, Pedro Álvares Cabral descobrira Porto Seguro.

Cândido Mendes de Almeida, homem de grande saber histórico e jurídico, em artigo especial "Notas para a História Pátria" ⁽⁵⁴⁾, critica severamente o tropel de fábulas criado pela imaginação de Frei Gaspar: "A ignorância da verdadeira história de sua terra fez com que este religioso e Pedro Taques criassem uma lenda, para que a de Caramuru não fosse única, e assim se tem deturpado nossa história nesta parte do Brasil, que aliás é tão rica de fatos verdadeiros de subida importância, e de muita glória para nossa pátria". A principal prova do asserto da vinda de João Ramalho ao Brasil é seu testamento em 3 de maio de 1580. Para Cândido Mendes tudo cheira a falso, a começar pelo testamento. Ele deteve-se no exame minucioso das afirmações de Frei Gaspar, e investiu contra a prioridade da descoberta da América pelo pretense náufrago de Santos, e criticou as contradições entre as "Notícias" e as *Memórias*.

Para Cândido Mendes de Almeida, o testamento não existia. "O avaro mas venturoso cronista de Santos guardou somente para si o supremo gozo do arqueólogo, a ninguém mais deixou ver sua preciosidade pré-colombiana, com o risco de passar depois da sua morte, a mãos menos zelosas e profanas, privando assim a posteridade de conhecê-lo na sua íntegra." Para Cândido Mendes não bastava "termos a certeza de que semelhante testamento era impossível, e que não passava de uma pia e patriótica fraude da lembrança do seu invento. É necessário que a condenemos de modo a que nunca mais seja invocada nos nossos anais, e que se reprove semelhante escândalo histórico. A história do país só ganhará com o culto inteiro da verdade".

Coube a Washington Luís Pereira de Sousa esclarecer a questão do testamento, tendo descoberto um manuscrito entre os papéis de José Bonifácio, escrito do punho do Patriarca, mas parecendo não ser de sua lavra, mas uma cópia por ele feita, cujo autor seria um sobrinho de João Teixeira de Carvalho. Para Washington Luís, que transcreve o manuscrito, Cândido Mendes, convencido e indignado da impostura de Frei Gaspar, tratou-o duramente, mas este não merecia o rigor com que ele o fustigara. "Ele não foi um fabricante de documentos, não engendrou o testamento de João Ramalho."

A publicação de Washington Luís mostrava que mais uma pessoa lera também o testamento "no livro de notas rubricado por João Soares, tt. Abril, 1580, fl. 10". As particularidades tão precisas — rubrica, ano, mês, folhas — indicam que o autor do escrito, pertencente ao arquivo de José

(54) "Terceiro Artigo, João Ramalho, o bacharel de Cananéia, precedeu Colombo na descoberta da América", *RIHGB*, 1877, XL, parte 2, 277-373.

Bonifácio, leu o testamento, não em um traslado, mas no próprio livro de notas em que ele foi lavrado. E conclui: “O testamento de João Ramalho, pois, existia; a interpretação que se lhe deu é que foi falsa. Enquanto Frei Gaspar leu alguns noventa anos, o sobrinho de João Teixeira de Carvalho leu alguns setenta anos” (55).

Tanto a “Relação dos capitães loco-tenentes que governaram a capitania de São Vicente”, quanto o “Catálogo dos Governadores da Cidade do Rio de Janeiro” constituem obras úteis de referência e consulta, sendo que o segundo pode ser comparado com o organizado por D. Marcos de Noronha (8.º Conde dos Arcos) (56). As “Notas Avulsas”, tal como o título informa, reúnem anotações colhidas nas pesquisas que serviram para seu livro.

2.5. As Memórias

Já vimos que sua primeira edição data de 1797, quando o autor possuía oitenta anos (57). Elas são divididas em três livros, mas o terceiro não foi escrito ou não foi publicado. O que se pensou constituir o terceiro volume não passava de uma mixórdia de textos mal copiados e resumos da *História da Capitania de São Vicente* de Pedro Taques, afora a transcrição de diversos documentos do Arquivo da Câmara de São Paulo e uma lista de ouvidores de São Paulo, vários posteriores ao falecimento de Frei Gaspar, segundo afirma Afonso d’E. Taunay, que melhor lhe estudou a obra (58). A “Continuação” foi oferecida ao Instituto pelo brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar e publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (59).

As *Memórias* foram plagiadas por Manuel Cardoso de Abreu, que deu outro título ao livro, “História da Capitania de São Paulo” e dedicou-o ao Visconde de Balsemão, Luís Pinto de Sousa Coutinho (60).

As *Memórias* foram divididas em dois livros, sendo que o primeiro contém quatro capítulos: “Fundação de São Vicente, Fundação de Santos, Fundação da cidade de São Paulo e Fundação da Vila de N. S. da Conceição de Itanhaém”. O primeiro capítulo é o maior e melhor, fundamenta-se em pesquisas de arquivos e cartórios; cita vários autores nacionais como Gândavo, Sebastião da Rocha Pita, a quem muito critica, apontando-lhe várias falhas, Frei Vicente do Salvador, Jaboatão, o próprio manuscrito da *Nobiliarchia* de Pedro Taques, Simão de Vasconcelos, Frei Agostinho de Santa Maria, o *Anno Histórico* de Frei Francisco de Santa

(55) Washington Luís, “O testamento de João Ramalho”, *RIHGSP*, 1904, IX, 563-569. Sobre João Ramalho analfabeto, vide vários estudos na *RIHGSP*, 1901, IX.

(56) “Catálogo dos governadores que tem havido no Rio de Janeiro, tempo em que tomaram posse de seus governos, tirado do livro das Ordens Reais do Senado da Câmara e de algumas outras notícias que se puderam descobrir com bastante diligência por D. Marcos de Noronha”, *DIHCSP*, 1915, 66-75.

(57) 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1847, 2 ts. em 1 volume, editada por Francisco Adolfo de Varnhagen; 3.ª ed., São Paulo, 1920, preparada por Afonso d’Escagnolle Taunay.

(58) Estudo biográfico, precedendo a 3.ª ed. das *Memórias* citadas, p. 70.

(59) L. 129, Mss. 2239; *RIHGB*, 1861, 539-616.

(60) Afonso d’E. Taunay, Estudo in *Memórias*, p. 64.

Maria ⁽⁶¹⁾, Manuel Pimentel ⁽⁶²⁾, Antonio Caetano de Sousa, P. F. X. de Charlevoix ⁽⁶³⁾, e deu muita importância a um historiador beneditino da fase da erudição da Congregação de S. Mauro, cuja obra, escrita em francês, foi muito lida e citada na sua época, José Vaissette. Ele se tinha em boa conta ao afirmar “a boa fé com que escrevo” e criticava as fábulas que se introduziram na história destas capitanias, uma das quais já sabemos — a de João Ramalho — deve-se a ele ⁽⁶⁴⁾. “Muitas vezes tenho advertido, que as fábulas respectivas à Capitania de São Vicente, publicadas pelos estrangeiros nas suas histórias (Charlevoix e companhia, antipaulistas), todas, ou a maior parte delas, se originaram de algum fato verdadeiro, viciado pelos escritores. A esta classe pertence a impostura, de que os mamelucos sacudiram o jugo da autoridade divina e humana, como explicou Charlevoix” (o caso da aclamação de Amador Bueno, 1640). Ele celebra Martim Afonso de Sousa, “os louros com que sua fortuna e seu merecimento lhe teceram as coroas; outro havia de ser o teatro das suas proezas e a campanha onde conseguisse o respeitável nome de Herói, com maior glória, triunfando das Nações mais belicosas, e Reis principais da Índia” ⁽⁶⁵⁾.

Põe sempre em destaque a nobreza dos povoadores de São Vicente, da qual ele e Pedro Taquês descendiam. Ela fora a primeira vila regular de portugueses no Mundo Novo, que das ilhas da Madeira e dos Açores tinham se transferido para São Vicente. “Todos viam casas muito opulentas e ilustres possuídas por descendentes de nobres e fidalgos que a pobreza levou para as tais Ilhas nos primeiros anos da sua povoação.” Depois, esperando descobrir e conseguir ouro, vieram para o Brasil, “onde a todos se dava de graça mais terra, do que lhes era necessário, e quanta os moradores pediam, ninguém teria necessidade de lavrar prédios alheios”. “A experiência tem mostrado que discorrerão otimamente; pois neste Estado vive com suma indigência, quem não negocêa, ou carece de escravos.” ⁽⁶⁶⁾ Indica que a primeira mulher branca que passou à Nova Lusitânia fora a de João Gonçalves, por volta de 1536-1537, e, apesar de seu interesse pela nobiliarquia, declara não se ter aplicado ao estudo da genealogia ⁽⁶⁷⁾.

Não sabe ou quer distinguir entre o verdadeiro e o falso, pois parece acreditar no Roteiro de Maldonado, documento forjado ⁽⁶⁸⁾. Trata da questão de limites entre as capitanias de São Vicente e Santo Amaro, da questão judiciária e da disputa Monsanto & Vimieiro, do resultado, da reversão de Santo Amaro à Coroa em 1709, por compra, e o preço de quarenta mil cruzados por ela pagos.

(61) *Anno Histórico. Diário Português, notícia abreviada de pessoas grandes e cousas notáveis de Portugal*, Lisboa, 1714, 1.º tomo.

(62) *Arte de Navegar... Roteiro das Viagens*, Lisboa, 1699; 2.ª ed., 1714.

(63) *Histoire du Paraguay*, 1.ª ed., Paris, 1756, e Paris, 1757.

(64) *Memórias*, ed. de Taunay, 127, 128.

(65) *Memórias*, ob. cit., 130.

(66) *Memórias*, ob. cit., 167.

(67) *Memórias*, ob. cit., 144-145.

(68) *Memórias*, 149. Vide sobre falsificação José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, 4.ª ed., 1978, 329.

Sua empresa “só tem por objeto o expurgar a História da Capitania de S. Vicente e Santo Amaro”⁽⁶⁹⁾. De quê? Do falso, e do fabuloso? Neste caso se misturam um e outro na urdidura do seu texto.

2.6. Sua obra filosófica

Sabia-se que ele se graduara e lecionara teologia e filosofia, e Taunay já na 3.^a edição mostrara que o sub-bibliotecário D. Wolfgang Kretz, da Biblioteca da Abadia de São Paulo, achara entre os manuscritos o curso de filosofia professado por Frei Gaspar, no Rio de Janeiro, em 1748, e logo em seguida verificou-se que outro manuscrito encontrado pelo bibliotecário D. Bonifácio Jansen é a continuação do tratado.

A leitura do manuscrito era difícil, mas inteligível, e Taunay, cautelosamente, declarou que à primeira vista Frei Gaspar se filiava ao escotismo (doutrina de Duns Scott, 1265? - 1308), que se opõe ao tomismo (Tomás de Aquino, 1227?-1274), e afirmou que seria interessante estudar as lições de Frei Gaspar para se conhecer o ensino da filosofia na fase colonial. Transcreve, então, o Proêmio e o Índice. Já no *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*⁽⁷⁰⁾ se registraram “As Lições de Filosofia”, conhecida sua existência pela divulgação de Taunay na edição das *Memórias*.

Em 1970, Carlos Lopes de Mattos investiu contra Taunay, acusando-o de ter açodada e fantasiosamente classificado a filosofia de Frei Gaspar de escotismo e antitomista. O artigo, uma pequena nota de três páginas, insistiu no erro, no engano de Taunay, quando este não teve pretensões filosóficas e apenas escreveu o que à primeira vista parecia se filiar ao escotismo⁽⁷¹⁾.

2.7. A opinião dos historiadores

Frei Gaspar foi muito amigo de Pedro Taques e ambos se ajudaram e colaboraram mutuamente. Pensavam de modo muito parecido, eram aristocráticos, nobiliárquicos e distinguiam bem as classes sociais, a que pertenciam, e a outra, a grande maioria, a gentilha. Um viu o trabalho do outro, criticou e colaborou, e sobrou a carta de Pedro Taques a Frei Gaspar, mas infelizmente, nenhuma deste a Pedro Taques⁽⁷²⁾. Foi realmente Frei Gaspar, que teve sua obra principal publicada ainda em vida, as *Memórias*, quem chamou a atenção dos historiadores para a obra de Pedro Taques e nelas o intitula de eruditíssimo e o melhor genealogista do Brasil⁽⁷³⁾.

(69) *Memórias*, 253.

(70) Ed. por Rubens Borba de Moraes e William Berrien, Rio de Janeiro, 1949, p. 671, n.º 4.566.

(71) “Documentário de filosofia no Brasil”, *Revista Brasileira de Filosofia*, abril-junho 1970, 78, 222-225.

(72) Vide Afonso d’E. Taunay, *Pedro Taques e seu tempo*, São Paulo, 1923, 172-179.

(73) A. d’E. Taunay, *ob. cit.*, 232.

Amabilíssimo amigo, senhor de toda sua veneração, declarou em carta de Lisboa, que de Santos só lhe fazia falta o obséquio honroso das letras de Frei Gaspar ⁽⁷⁴⁾.

O parecer da Academia Real das Ciências de Lisboa não teve dúvidas sobre o valor da obra e decidiu que se imprimisse debaixo do seu privilégio, ou seja por conta da mesma Academia, desde que obedecesse fazendo sete correções que a comissão, por ela nomeada, apontou ⁽⁷⁵⁾.

Monsenhor Pizarro, nas suas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* ⁽⁷⁶⁾, chama-o de douto e declara que vendo o seu catálogo manuscrito dos governadores, quase desistiu de tratar da matéria, mas depois observou que para ser perfeito precisava de correção, e assim foi procedendo ao longo da obra ⁽⁷⁷⁾. É uma referência simples, sem maior admiração, limitada ao adjetivo “douto”.

Baltazar da Silva Lisboa relembra apenas os Sermões recitados quando do falecimento de Gomes Freire de Andrada, mas utilizou-se do seu catálogo dos governadores ⁽⁷⁸⁾.

Varnhagen escreveu que ele era pouco fidedigno; devia ser lido sempre com cautela ⁽⁷⁹⁾. Alberto Lamago mostrou Frei Gaspar convidado para a Academia Brasílica dos Renascidos, transcreveu-lhe a carta-resposta ao convite, e fez-lhe pequena nota biográfica ⁽⁸⁰⁾. Ramiz Galvão referiu-se com louvor aos seus Sermões ⁽⁸¹⁾.

Capistrano de Abreu conheceu bem o velho frade-cronista, apontando-lhe as histórias que andou inventando, pesquisando na Biblioteca Nacional para Taunay, aconselhando este como fazer a edição de Frei Gaspar, dizendo-lhe que na Biblioteca Nacional de Lisboa ele descobrira pelo catálogo uma carta de Frei Gaspar, cuja cópia não chegaria a tempo para a obra de Taunay. Relembrou-lhe que Varnhagen editara-lhe a segunda edição, em seguida ao *Diário* de Pero Lopes de Sousa, e perguntou-lhe: “Por que não convence você o seu amigo abade de São Bento de mandar imprimir a obra filosófica de Frei Gaspar, cujos manuscritos o Padre Kretz descobriu no arquivo do Convento? Seria uma excelente contribuição para a nossa história intelectual e uma bela cousa para a história de sua Ordem”. Desde 1916, em carta a Pandiá Calógeras, alertara o plágio que Manuel Cardoso de Abreu no seu “Divertimento Admirável” fizera das Memórias de Frei Gaspar ⁽⁸²⁾.

(74) “Carta de Pedro Taques ao Rvmo. Snr. P. M. Dr. Frel Gaspar da Madre de Deus”, *DIHCS*, Arquivo do Estado de São Paulo, São Paulo, 1894, IV, 21-22.

(75) “Parecer sobre a obra de Frei Gaspar”, *ob. cit.* na nota anterior, 25-26.

(76) Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1945-1948, 9 vols.

(77) *Memórias Históricas*, 1.º vol., 15; 2.º vol., 45, 99, 201; 3.º vol., 150, 266; 4.º vol., 197, 204, 206.

(78) *Annaes do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1934-1935, 7 vols.

(79) *História Geral do Brasil*, 3.ª ed. integral, São Paulo, s.d., n.º 15, 224, 227 e 325.

(80) *Academia Brasílica dos Renascidos*, Paris, 1923, 107-111.

(81) “Apontamentos Históricos sobre a Ordem Beneditina em Geral e em particular sobre o Mosteiro de N. S. do Monserrate”, *RIHGB*, XXXV, parte 2, 338, 340, 342, 344.

(82) *Correspondência de Capistrano de Abreu*, organizada por José Honório Rodrigues, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1954, vol. 1, 62, 277, 302, 303, 314, 317, 347, 350 e 450.

Vieira Fazenda, em carta a Capistrano de Abreu⁽⁸³⁾, pede-lhe que recorde a Taunay a promessa feita de lhe enviar as *Atas do Conselho de São Paulo*, mas “ele esqueceu, graças a Pedro Taques e Frei Gaspar, que lhe não deixam pôr o pé em ramo verde”.

Na verdade, foi Taunay o descobridor e valorizador da obra dos dois cronistas da história de São Paulo.

3. Marcelino Cleto Pereira

Não se conhece nada sobre Marcelino Cleto Pereira, exceto que serviu em Santos desde 1779, como juiz de fora, e foi ouvidor e corregedor do Rio de Janeiro e enviado como escrivão a Minas na Devassa contra os conjurados de 1789. Ele realmente aparece nos *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*⁽⁸⁴⁾.

Nas biobibliografias de Inocêncio Francisco da Silva e Sacramento Blake nada aparece sobre ele; é referido por Varnhagen igualmente como ouvidor do Rio de Janeiro, enviado para a Devassa em Minas Gerais da Conjuração Mineira⁽⁸⁵⁾, não lhe apontando nenhuma obra.

Marcelino Cleto Pereira escreveu o “Catálogo dos Governadores da Capitania de Itanhaém”⁽⁸⁶⁾ e sobretudo a “Dissertação a respeito da Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la, escrita . . . em 25 de outubro de 1782”⁽⁸⁷⁾, que é um estudo político-econômico da atualidade paulista. A capitania de São Paulo, escreve ele, antes chamada de São Vicente, a mais antiga da América Portuguesa, foi, pelo seu povo, a que melhor serviu a S. Majestade porque à custa da sua própria fazenda, com grande utilidade para a Coroa, descobriu “as Minas de Cuiabá, Mato Grosso, Vila Rica, Sabará e Goias”, e no entanto encontrava-se em 1782 na maior decadência. Ela floresceu no tempo destes descobrimentos, de que resultaram as várias capitanias e todo o negócio se movia pela capitania de São Paulo e o porto de Santos, porque todos os descobrimentos pertenciam à Capitania de São Paulo e por ela se fazia o trânsito de todo o ouro. Separaram-se as capitanias, fizeram-se diferentes caminhos para as Minas, e em todas se estabeleceram inumeráveis paulistas, ficando São Paulo sem a maior parte do negócio e falta de povoação, “o que era bastante para inteiramente a destruir, a não ser o seu terreno abundante de gêneros de primeira necessidade”.

Desde que romperam as lutas com os espanhóis no Sul enviaram-se para São Paulo governadores gerais, como D. Luís Antônio de Sousa

(83) *Correspondência*, ob. cit., 1956, III, p. 211.

(84) Ministério da Educação, Rio de Janeiro, 1936, vol. 1, 235, 240-241; melhor edição, acompanhada de notas e índice, Câmara dos Deputados, Governo do Estado de Minas Gerais. Brasília-Belo Horizonte, 1976 (publicado em 1977), vol. 1, 224, 226, 248. Em nota desta edição denomina-se Cleto de desembargador, quando ele era ouvidor e escrivão da Devassa. Vide 1.ª ed., vol. 1, 240-241, III, 476, 479, IV, 24 e 2.ª ed., vol. 1, 282-283.

(85) Visconde de Porto Seguro, *História Geral do Brasil*, 3.ª ed., s.d., t. IV, 413.

(86) *RIHGSP*, 1901, vol. V, 177-179.

(87) *ABN*, 1900, vol. XXI, 183-254. O original manuscrito encontra-se na Biblioteca Nacional. Vide “Catálogo de Manuscritos sobre São Paulo existentes na Biblioteca Nacional”, *ABN*, 1953, vol. 74, n.º 60, p. 95.

Botelho e Mourão (Morgado de Mateus, 1765-1775) sem dependência do Rio de Janeiro, e Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782), governador, quando ele escrevia sua “Dissertação”. O primeiro intentara o descobrimento do Tibagi, para o qual obrigou o povo a ir, o que provocou grande mortandade. O segundo veio fazer o preparo para a guerra, e seus cuidados se aplicaram a criar os Voluntários Reais, o que mais esvaziou a capitania, quando era no Rio Grande “aonde sempre tem sido e serão as nossas contestações com os espanhóis”. Ele divide São Paulo além da Serra, em uma Marinha e um Sertão, ambos muito frutíferos, e era na primeira que se produzia açúcar, arroz, e podia cultivar-se café, anil, farinha de mandioca, milho, feijão e algodão. Descreve cuidadosamente toda a produção desde São Vicente a Paranaguá, e a do Sertão. Afirma que a agricultura em São Paulo sempre foi mais lucrosa na Marinha que no Sertão, quer dos gêneros que se consomem na América, ou dos que se transportam para a Europa.

Nas terras de Serra acima, além de nelas se consumir o que se produzia, a dificuldade dos transportes era grande, por ser áspero o caminho que divide a Marinha do Sertão. Desenvolve o tema da agricultura na Marinha e no Sertão, fala na liberdade de se criarem novas vilas, quer que se anime a produção da costa, e sobretudo pensa que “a terra natural e própria da Capitania de São Paulo para o estabelecimento do Governo . . . é a Vila de Santos”.

Trata muito das péssimas condições dos caminhos internos do Sertão e sobretudo do caminho de S. Paulo a Santos.

Traça um quadro da decadência de São Paulo, os motivos, e aponta os remédios convenientes. Condena o crescimento das imposições e sugere seja a capitania comprada pela Coroa. Fala das tropas em São Paulo, aconselha que sejam aquarteladas em Santos, onde há acomodações, e descreve a organização da Justiça em São Paulo, com três Ministros, um ouvidor em Paranaguá, outro em São Paulo, e um juiz de fora em Santos. Condena a dependência de São Paulo ao Rio de Janeiro e conclui apontando os meios de restabelecê-la economicamente. Contém cinco mapas com relações de dízimos, de subsídios velhos e novos, de novo imposto na Alfândega de Santos, e das rendas reais da Capitania, do donativo que no momento pagavam os Oficiais na Capitania de São Paulo, e de algumas despesas que nela se faziam.

As considerações feitas por Afonso Taunay no estudo sobre Frei Gaspar à “Dissertação” de Marcelino Cleto Pereira são sarcásticas e inferiores ao real merecimento da obra do Ouvidor.

4. Manuel Cardoso de Abreu

4.1. Sua vida

Manuel Cardoso de Abreu (Araraitaguaba, Porto Feliz, São Paulo 1750 — São Paulo 1804) era filho do português Domingos da Rocha de

Abreu (falecido em 1784) e da paulista Francisca Cardoso de Siqueira (falecida em 1775), sendo o primeiro dos dez filhos do casal. Ele mesmo afirmou ter recebido instrução muito limitada porque nos sertões de São Paulo não havia escolas de ensino secundário. Deve ter sido um homem de inteligência desenvolvida a julgar pela narrativa das suas viagens aos sertões de São Paulo e Cuiabá e pelos plágios que cometeu das obras de Frei Gaspar e de Pedro Taques.

No próprio "Divertimento Admirável" disse que "quem como eu, ignorando a geografia e por conseqüência os seus termos, teve animosidade de escrever os treze capítulos do Divertimento" que oferecia a Martinho de Melo e Castro (Secretário de Estado), não queria "faltar a aqueles preceitos que a retórica, verdadeira arte de persuadir, ensina". Acredita ter recebido graça do Altíssimo porque nos sertões que habitou não havia escola que o instruisse na ciência e na melhor letra.

Nos autos do inventário de seu pai, processado em Itu (1784), ele aparece como solteiro, ausente, e como "guarda-mor", que não era um posto, mas um título. Não existia esse título na milícia, mas havia no regime das minas tal graduação e exerceram esse cargo homens como Pascoal Moreira Cabral e Bartolomeu Bueno da Silva. Pensa Antônio Toledo Piza que ele não teria exercido essas funções correspondentes, pois esteve sempre ocupado em viagens ao sertão e disso presume que o título lhe veio pelos serviços prestados por ocasião da marcha dos 6.000 homens para o Rio Grande do Sul, quando foi encarregado de angariar mantimentos e meios de transporte para aquela tropa⁽⁸⁸⁾.

Ele empreendeu diversas vezes a longa e penosa viagem de São Paulo a Cuiabá; em 1767 voltava de Cuiabá; em 1768 tornou a ir, e nesse mesmo ano regressou. Durante oito anos fez esta mesma viagem. A guardamoria foi em Itapetininga e também comandou uma expedição de socorro a Iguatemi, bem como teve a direção da expedição militar ao Rio Grande do Sul. Foi em 1773 que obteve a provisão de guarda-mor de Itapetininga, dada pelo general Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão (governador de São Paulo).

O cargo só tinha valor quando se descobrissem jazidas minerais, e o novo governador Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775-1782) teve de socorrer o presídio de Iguatemi, criado pelo antecessor com grandes sacrifícios de homens e recursos, e a Cardoso de Abreu coube o comando, já que possuía prática de sertanista daquela região. O bom resultado de sua missão fez com que o mesmo governador o incumbisse em 1777 de ser feitor-comissário do provimento das tropas que iam de São Paulo para o Rio Grande do Sul, ameaçado de invasão pelos hispano-argentinos. Organizado o comboio com todos os víveres e recursos seguiu em direção do Viamão, onde se concentrava a tropa luso-brasileira. Estabelecido o armis-

(88) Nota sobre Manuel Caetano (Cardoso) de Abreu por Antônio Toledo Piza na *RIHGSP*, 1901, vol. VI, 291-293; e Afonso d'E. Taunay, "Manuel Cardoso de Abreu", in "Escreptores Coloniais" nos *AMP*, 1925, vol. 2, 203-234.

tício e recebendo ordens de voltar, Cardoso de Abreu continuou sua vida habitual de tropeiro, trazendo do Sul gado e muares para São Paulo, Minas e Rio.

Sua vida é bastante aventureira e em 1779 era preso por contrabandear diamantes. Todos os seus serviços não lhe valeram na oportunidade e Cardoso de Abreu foi para a cadeia de São Paulo. Sempre protestou ter sido vítima de enorme injustiça e foi na cadeia que escreveu, em 1783, seu “Divertimento Admirável”. Neste mesmo ano conseguiu a reparação, o reconhecimento da sua inocência. Voltou a São Paulo e logo tentou uma ação de danos contra injúria e calúnia, feita por um capitão-mor de Sorocaba, causa totalmente diferente da que o levava à prisão. Moveu o processo contra o capitão-mor de Sorocaba, Cláudio de Madureira Calheiros, perdeu a demanda e conseguiu finalmente ser nomeado em 1789 escrivão da Secretaria do governo de São Paulo e em 1792 era efetivado como oficial-maior, cargo que ocupou durante doze anos.

Cardoso de Abreu era invejoso e sempre procurou o apoio dos poderosos, como Luís Pinto de Sousa Coutinho (governador do Mato Grosso, 1769-1772, depois Visconde de Balsemão), cuja carreira em Portugal foi um grande sucesso, alcançando os mais elevados cargos, pois era também o tipo acabado de bajulador.

Sabendo do sucesso de Luís Pinto, que conhecera em Mato Grosso, quis Cardoso de Abreu homenageá-lo de modo a merecer o apoio para suas pretensões. A maneira que encontrou foi servir-se das *Memórias* de Frei Gaspar, copiando, com pequenas modificações, a começar pelo nome — “História de São Paulo” — e dedicá-la ao grande figurão português.

Taunay comparou sua “História” com as *Memórias* e cuidadosamente reparou as pequenas variações do plagiário. Este resumiu trechos, cortou outros, modificou levemente alguns e copiou ainda, para tornar mais difícil a descoberta do plágio, trechos da “Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo de Pedro Taques, sobre a qual já escrevemos. Para Taunay, afora as ligeiras modificações, só um trecho é original em todo o livro I da “História de São Paulo”, aquele em que reproduziu tópicos do “Divertimento Admirável” e enumerou as igrejas e capelas de São Paulo.

Ele desejava lisonjear o Visconde de Balsemão pretendendo um cargo elevado no Brasil ou em Portugal. Assim fez novo furto da *História da Capitania de São Vicente* de Pedro Taques, manipulando os trechos, deformando-os e com esta parte disfarçou a cópia das *Memórias*.

A outra parte original é a que enxerta documentos relativos à paz da Holanda, à fundação da Colônia de Sacramento, aos descobrimentos das minas e à fundação da ouvidoria de São Paulo. Ampliou a obra com recursos, em parte, supomos nós, buscados na obra de Marcelino Cleto Pereira, e assim tratou do governo de Luís Antônio de Sousa e especialmente de Luís Pinto, a quem queria bajular.

Deu um título pomposo à grande compilação plagiada de Frei Gaspar, sobretudo, mas também de Pedro Taques: “Memória Histórica da Ca-

pitania de São Paulo e de todos os seus memoráveis sucessos desde o ano de 1531 até o presente de 1796". Na dedicatória declarava querer reabilitar os paulistas, denegridos pelos espanhóis, e defender a honra de São Paulo, lembrando seu trabalho nos arquivos, sua atividade pedindo memórias de outros, enfim, uma coleção de lembranças fundamentais de São Paulo. Ao final declarava tê-lo conhecido em Mato Grosso e aproveitava para reproduzir a correspondência dos dois governadores com o fim de louvar Luís Pinto.

Sua plagiada "História" em grande parte extraída de Frei Gaspar, um pouco de Pedro Taques e menos ainda de notas e observações suas, ficaria inteiramente desmoralizada quando, em 1797, eram publicadas, em Lisboa (sua "História" fora feita até 1796 e enviada à Metrópole) as *Memórias* de Frei Gaspar, que revelavam sua falcaturia.

Aos 14 de julho de 1804 morria em São Paulo, deixando viúva Escolástica Maria Joaquina e suas duas filhas, além de completamente desiludido de suas altas aspirações.

Falecendo no mesmo ano o Visconde de Balsemão, o manuscrito da "História" desapareceu e acabou incorporado à biblioteca do Barão do Rosário, João José do Rosário, e com a morte deste, foi adquirida e agregada ao Arquivo do Estado de São Paulo, por Altino Arantes.

4.2. Seus plágios

Além da "História de São Paulo", Cardoso de Abreu é, segundo Taunay, o plagiador da "Continuação das Memórias de Frei Gaspar" (89). Na verdade, Taunay, examinando a "Continuação das Memórias", encontrou uma frase no texto que revelava a autoria da mesma: "Não descrevi nada a respeito dos três generais primeiros antes do referido Rodrigo César porque nesta secretaria de São Paulo (onde sirvo como oficial-maior dela) não existem os livros de seus governos". O oficial maior era Cardoso de Abreu e a "Continuação" não era mais que as últimas 44 folhas da "História da Capitania de São Paulo", com acréscimos feitos pelo copista da lista de ouvidores, em exercício depois da morte de Cardoso de Abreu até a posse, em 1823, do 24.º, João de Medeiros Gomes. A "Continuação" vai até a posse do governador Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça (1797-1802), o que coincide com a "História" plagiada já apontada (90).

Silvio Romero já denunciara que a "Continuação" não era obra de Frei Gaspar, mas acreditava que a verdadeira continuação, o esperado terceiro livro, estivesse na Biblioteca Nacional (91). Taunay, consultando Manuel Cícero, diretor da referida instituição, foi informado de que a cópia existente na Seção de Manuscritos, registrada na Exposição de 1881 (92), em letra do século XVIII, não alcançava, como as próprias *Memórias*, além

(89) *RIHGB*, 1861, t. 24, 539-616.

(90) Ver "Continuação...", *RIHGB*, 1861, t. 24, trecho identificado, p. 582, lista de ouvidores, 573-574, último governador, p. 616.

(91) *História da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, 1949, t. 4, 256.

(92) *CEHB*, 1881, 5540.

do segundo livro, e confrontando-se o manuscrito com o impresso (edição de Varnhagen de 1847) se verificavam algumas variantes, na numeração e na falta de trechos, em geral pouco importantes⁽⁹³⁾. Tanto Capistrano de Abreu, como Antônio de Toledo Piza já haviam anotado que a “Continuação” era de Cardoso de Abreu⁽⁹⁴⁾.

Cardoso de Abreu é, assim, autor de dois grandes plágios, a “História da Capitania de São Paulo” e a “Continuação das Memórias”, mas Taunay acredita que o códice de autoria de Cardoso de Abreu que Eduardo Prado tentou comprar em Londres sobre a genealogia paulista poderia ser outra ladroíce literária, desta vez de Pedro Taques. Acrescenta que, ao casar-se, Cardoso de Abreu desconhecia os apelidos de seus avós maternos⁽⁹⁵⁾.

4.3. O “Divertimento Admirável”

A idéia de seu talento e de sua capacidade se revela no “Divertimento Admirável”, escrito em 1783⁽⁹⁶⁾. O manuscrito foi oferecido em 1899 ao Instituto Histórico de São Paulo por Eduardo Prado, que trouxe cópia do original de Lisboa.

O “Divertimento Admirável para os Historiadores observarem as máquinhas do Mundo reconhecidas nos Sertões da Navegação das Minas de Cuyabá e Matto Grosso” era, como seguia seu subtítulo, “extraído pela curiosidade incansável de um sertanista paulista que os calculou sucessivos nuns poucos de anos”.

Como um contumaz adulator, Cardoso de Abreu dedica sua descrição da viagem pelos rios paulistas a Martinho de Melo e Castro, então Secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos.

Abre a narrativa com uma dedicatória ao leitor dizendo-lhe que lhe parecera “própria a resolução de satisfazer o desejo destes curiosos com as notícias de um dilatado sertão, como é o da navegação das minas de Cuiabá e Mato Grosso, declarando toda a diversidade dos efeitos que nele se encontram, como são a produção das frutas, a criação das aves, as nações dos gentios que habitam na sua extensão e, finalmente, tudo o mais que pode compreender a curiosidade das notícias”. O relato possui treze capítulos e uma advertência final. A viagem começa em Araraitaguaba (Porto Feliz), mostra as coisas notáveis que se encontram na extensão do Tietê, a diversidade de animais, aves, peixes e frutas, e os rios que nele fazem barra. Descreve nos dois primeiros capítulos a caça, os pássaros, os vários animais, as cobras, as frutas silvestres, os rios afluentes, os peixes. No terceiro, trata da navegação do rio Grande e suas circunstâncias; no quarto, do rio Pardo; no quinto, da situação da fazenda de Camapuan; no sexto, da navegação do rio Camapuan; no sétimo, da navegação do rio Coxim e suas particularidades; no oitavo, do rio Taquari; no nono, do rio Paraguai; no décimo, do rio Porrudos; no décimo primeiro, do rio

(93) Afonso d’E. Taunay, “Frei Gaspar Madre de Deus”, in “Escritores Coloniais”, AMP, t. 2, 186.

(94) Taunay, *ob. cit.*, 229.

(95) Taunay, *Pedro Taques e seu tempo, ob. cit.*, 239.

(96) RIHGP, 1900-1901, t. VI, 253-290, e RIHGB, 1916, t. 77, 2.ª parte, 125-256.

Cuiabá; no décimo segundo, do Iguatemi; e no décimo terceiro, das notícias particulares da cidade de São Paulo, sua extensão, nome, povoação e negociação de seus habitantes. Historicamente este é o capítulo mais importante, pois fala dos habitantes, das ruas, dos templos, das estradas, dos negócios e da miséria de várias cidades paulistas, inclusive Castro, Santo Antônio da Lapa, Lages e Curitiba, todas sob a influência paulista. Adverte o leitor que não se admire da vastidão das notícias, pois tinha experiência e conhecimento delas, pois navegara para Cuiabá de 1765 a 1777, em 1776 fora ao presídio de Iguatemi, e em 1777 fora a preparar e pagar os mantimentos, gado e cavalgadas para o transporte e sustento de 6.000 homens que foram de Minas Gerais para São Paulo, em socorro do exército do Sul, na ocasião em que os espanhóis tomaram Santa Catarina.

5. José Arouche de Toledo Rendon

5.1. Sua Vida

José Arouche de Toledo Rendon (São Paulo 14/3/1756 — São Paulo 26/7/1834) era filho de Agostinho Delgado de Toledo Arouche e de D. Maria Thereza Laura de Araújo, ambos descendentes dos mais velhos troncos paulistas, embora tivessem mestiçagem indígena guaianá. Estudou em São Paulo e foi mandado aos 18 anos à Universidade de Coimbra, onde recebeu o grau de bacharel em leis, em julho de 1779. Ao voltar a São Paulo, foi advogado e exerceu vários cargos da magistratura, juiz de medição, juiz ordinário, juiz dos órfãos, procurador da Coroa.

Quando se organizaram os regimentos de milícia de São Paulo, assentou praça como capitão agregado do 1.º Regimento de Infantaria⁽⁹⁷⁾. Na carreira militar prestou vários serviços, chegando aos postos de Marechal e Tenente-General em 1829. Foi encarregado pelo governador general Antônio Manuel de Mello e Castro Mendonça (1797-1802) da direção das aldeias de índios, sobre as quais escreveu uma monografia de fins reformistas⁽⁹⁸⁾.

Aderiu francamente ao movimento da Independência e fez parte, com José Bonifácio, o coronel Antônio Leite Pereira da Gama Lobo e o padre Alexandre Gomes de Azevedo, da deputação que veio trazer a D. Pedro I o apoio de São Paulo ao *Fico*, representando a Câmara de São Paulo, enquanto José Bonifácio e Gama Lobo representavam conjuntamente o Governo e a Câmara, e o padre apenas o Clero⁽⁹⁹⁾.

É de sua letra a carta de 21 de janeiro de 1822 assinada pelos três, excetuado o padre, a Martim Francisco sobre a entrada de José Bonifácio no Ministério e outros passos para a Independência⁽¹⁰⁰⁾.

(97) Vide Dr. Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, "Biografia de brasileiros ilustres por Armas, Letras, Virtudes, etc. Tenente-General José Arouche de Toledo Rendon". *RIHGB*, 3.ª ed., 1885, 5, 522-526, e A. de Toledo Piza, "O Tenente-General Arouche Rendon", *RIHGSP*, 1901, vol. V, 105-134. Este último transcreve toda sua fé de ofício extraída do Estado Maior do Exército.

(98) "Memórias sobre as aldeias de índios da província de S. Paulo, segundo as observações feitas no ano de 1798", *RIHGB*, 1842, t. 4, 295-317.

(99) *Obras Científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*, São Paulo, 1965, 237-240.

(100) *Documentos para a História da Independência*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1923, 371-375.

De volta a São Paulo, foi nomeado comandante das armas; foi eleito deputado por São Paulo para a Assembléa Constituinte, onde teve atuação destacada, embora prudente e moderada ⁽¹⁰¹⁾. Foi eleito deputado por São Paulo na legislatura ordinária de 1826-1829, mas não quis tomar assento, por se considerar velho e adoentado, mas foi decidido adversário da monarquia absoluta. Criada a Academia de Direito, foi seu organizador com José Maria de Avelar Brotero e seu primeiro diretor, de 1827 a 1833, mas não lecionou nenhuma cadeira, pois havia já trinta e nove anos que trocara o direito pelas armas.

Era um homem cheio de iniciativas, acionista da Fábrica de Ferro de S. João de Ipanema, criou uma fábrica de tecidos e iniciou o cultivo do chá em São Paulo. Quando faleceu, sua plantação de chá excedia 54.000 pés, que produziam 40 arrobas por ano. Acumulando tantos afazeres, deixou fortuna razoável nas várias propriedades que possuía. Foi protetor da Santa Casa da Misericórdia, e de seu casamento com D. Maria Tereza Rodrigues de Moraes não deixou descendência ⁽¹⁰²⁾. Faleceu com 78 anos, em São Paulo, aos 26 de julho de 1834.

5.2. Sua Obra

Sua bibliografia encontra-se registrada em Inocêncio Francisco da Silva ⁽¹⁰³⁾ e Sacramento Blake ⁽¹⁰⁴⁾.

Na sua “Memoria sobre as Aldeas de Índios na Provincia de São Paulo” ⁽¹⁰⁵⁾, começa dizendo que estamos na época feliz de não sermos colonos, sendo o Brasil um Império Constitucional. Condena os erros palmares cometidos pelos nossos avós na civilização dos índios e crê que, corrigidos tais erros, os índios seriam úteis ao Estado. Seu objetivo no ensaio é achar as bases seguras para determinar um plano geral de civilização e catequese dos índios. Faz um histórico das aldeias em São Paulo e conclui indicando quatro princípios: “1.º Convém extinguir para sempre o bárbaro costume de atacar os índios como inimigos, exceto em defesa; eles nos temem e desejam a nosa amizade; 2.º Convém em toda a ocasião tratá-los bem a fim de que pelo seu próprio interesse procurem o nosso auxílio, ou seja contra as suas precisões, ou quando se vêem atacados por outras hordas mais poderosas; 3.º Convém aldeá-los um pouco perto das nossas povoações, obrigando-os por boas maneiras a cultivar a terra e a criar animais domésticos; 4.º Convém separar-lhes os filhos, ou parte deles, sem os escandalizar, logo que se achar conveniente, entregando-os a boas famílias, que os saibam educar, e que em prêmio lucrem seus serviços até certa idade, marcada pela lei regulamentar”.

(101) José Honório Rodrigues, *A Assembléa Constituinte de 1823*, Petrópolis, Vozes, 1974.

(102) Na biografia feita por Antônio de Toledo Piza transcrevem-se documentos, cartas e trechos de suas memórias, e se aponta que o Arquivo do Estado possui muitos documentos oficiais relativos aos serviços prestados pelo General.

(103) *DBP, Lisboa*, 1884, t. 12, 241-242.

(104) *DBB, Rio de Janeiro*, 1898, v. 4, 317-318.

(105) Primeiro publicado no Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1824, 35 páginas, e depois na *RIHGB*, 1842, t. 4, 295-317.

Como se vê, o plano se enquadra nas preocupações da época, a começar por José Bonifácio, e oferece soluções que lhe parecem corretas. Escreveu também uma *Memória sobre a plantação e cultura do chá: sua preparação até ficar em estado de entrar no comércio* (106), que revela seus interesses econômicos, sua capacidade de iniciativa, a atualidade do seu pensamento político-econômico (107).

Os bibliógrafos desconheciam as “Reflexões sobre o Estado em que se acha a Agricultura na Capitania de São Paulo” e o “Ofício que acompanha as Reflexões sobre a Agricultura de São Paulo” (108).

As “Reflexões” foram escritas em 1788, quando São Paulo passava por uma grande crise, que se iniciara pelos meados do século dezoito. Ele considera a capitania em estado “miserável” e “deplorável”, e procurava identificar seus males e apontar as soluções. É uma obra da atualidade político-econômica de sua época e de sua capitania, refletindo a história então presente. Peca sobretudo por crer que o povo não quer trabalhar, que a maioria é vadia, sem notar que isso não é senão um sintoma de causas mais profundas. É, portanto, um dos precursores da velha tese antibrasileira de que a origem dos males brasileiros está na vadiagem do povo brasileiro. Retratava a sociedade em crise, apontando o meretrício, o jogo, a dança, a vadiagem e o furto, como os males que atrasam a agricultura. Ao mesmo tempo condenava os velhos que se opunham às inovações e aplicava suas observações mais à marinha (costa) que à serra acima (sertão). É uma contribuição importante ao estudo da situação da capitania, da agricultura paulista e do caráter brasileiro em geral e em particular do paulista.

6. Roque Luís de Macedo Paes Leme e Melo e Castro

Não conhecemos dados biográficos de Roque Luís de Macedo Paes Leme, apenas que era primo de Pedro Taques (109) e que deixou uma obra genealógica: “Nobiliarchia Brasiliense ou Colesam de todas as familias nobres do Brasil, de todas as suas capitánias, principalmente daquella de S. Paulo. Com a notícia certa donde sam oriundas, mortes e jazigos. Extraída dos Manuscritos que várias pessoas curiosas e fidedignas e a maior parte das Memórias do Sargento-Mor Pedro Taques de Almeida Paes Leme, que com excessiva curiosidade, revolvendo todos os cartórios da cidade de S. Paulo e suas villas, pôde ajuntar. . .”, assinada em Lisboa, aos 5 de fevereiro de 1792 (110).

(106) Rio de Janeiro, 1833, 29 págs.

(107) No *CEHB*, n.º 6.867, aparece ainda o Ofício de vários brigadeiros sobre o aviso régio de 24 de outubro de 1817, em que se ordena faça embarcar para Santa Catarina 200 praças do regimento de caçadores, e em cópia moderna no Instituto Histórico, o “Plano em que se propõe o melhoramento da sorte dos índios reduzindo-se a freguezias as suas Aldeias e extinguindo-se este nome e esta antiga separação, em que têm vivido há mais de dois séculos”. *CEHB*, n.º 14.875.

(108) *DIHCSP*, vol. 44, 195-213 e 214-215 respectivamente.

(109) Afonso d’E. Taunay, *Pedro Taques e seu tempo*, *ob. cit.*, 201.

(110) O original autógrafa pertence à Biblioteca do Rio de Janeiro e está descrito no *CEHB*, n.º 15.263, no “Catálogo de Manuscritos sobre Pernambuco”, *ABN*, v. 71, p. 226, n.º 293, e no “Catálogo de Manuscritos sobre São Paulo”, *ABN*, v. 74, p. 98, n.º 75.

A obra continua inédita e seria de interesse compará-la com a de Pedro Taques para ver se é valiosa sua publicação. Capistrano de Abreu, em carta a João Lúcio de Azevedo sobre Fernão Dias, diz que “a Biblioteca Nacional possui o manuscrito de um parente, Roque Lemos, que consultei em tempo e voltarei a examinar. Ele esteve em Lisboa nos fins do século dezoito e pareceu-me ter aí aproveitado um exemplar da *Nobiliarchia* de Taques. Haverá notícias dela? Quem sabe se não estará em Coimbra no arquivo episcopal? Taques foi hóspede de João Pereira Ramos” (111).

Como da obra de Taques se perderam muitos títulos, como já apontamos, o manuscrito de Roque Lemos ou a descoberta do original da “*Nobiliarchia*” por ele consultada em Lisboa poderia completar a *Nobiliarchia* de Pedro Taques, já publicada.

A “Memória apresentada ao Governador de São Paulo Antônio José da França e Horta (1802-1811) pelo seu antecessor Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça (1797-1802), a 28 de dezembro de 1802” (112), é uma relação importante, de caráter oficial, que já defende a liberdade de comércio e a abertura dos portos, não só de Santos, mas de S. Sebastião e Ubatuba. Registra que a navegação do porto de Santos para o de Lisboa será diminuta enquanto a cultura do café e do algodão não chegarem ao seu auge; o crescimento do comércio de animais vindos do Rio Grande do Sul, e pleiteia embarcações próprias para fazerem o comércio com Lisboa. Anota que, enquanto as vilas de São Sebastião e Ubatuba estavam em decadência, as vilas serra acima haviam mandado para Santos, afora outros efeitos, 83.435 arrobas de açúcar em 1797. Condena a falsificação do açúcar e pleiteia o estabelecimento das Mesas de Inspecção. Para a primeira contribuía a má fé dos senhores de engenho que não purificavam o açúcar como deviam, por terem vendido adiantado a sua safra. A facilidade com que se aprendia a trabalhar no açúcar — “qualquer negro novo, que em uma safra se ocupou na sua manipulação, já na seguinte pode servir de mestre na direção de semelhantes trabalhos” — causava-lhe espanto. Descreve o processo de fabricação, as melhorias introduzidas, quando o açúcar estava em ascensão em São Paulo, substituindo a cultura nordestina (113).

Trata da conservação das estradas, da agricultura em particular, da introdução do arado, descreve o estado da literatura da capitania, assim entendida como o exame e consulta dos livros (censura), o ensino, latim, retórica e filosofia, os professores, a licença para lecionar, e a pena de degredo de cinco anos para quem ensinasse sem a competente licença, a proibição que fizera aos mestres não licenciados, as novas cadeiras de aritmética, geometria e trigonometria, as necessidades de engenheiros, topógrafos e de médicos, cirurgiões e contadores, os novos cursos de matemática, fortificação, artilharia e desenho, de cirurgia, farmácia, botânica e química. Nele aparece, creio que pela primeira vez, num documento

(111) *Correspondência de Capistrano de Abreu*, preparada por José Honório Rodrigues, Rio, 1954, vol. II, 167.

(112) *DIHCS*P, Arquivo do Estado de São Paulo, vol. 44, 129-157.

(113) Vide José Honório Rodrigues, “Agricultura e economia açucareira no século XVIII”, *Brasil Açucareiro*, junho-setembro, 1945.

oficial, Martim Francisco de Andrade Machado e Silva pleiteando a cadeira de matemática. Ele era formado pela Universidade de Coimbra e não conseguiu a cadeira, tendo ainda sido perseguido pelo sucessor França e Horta.

A “Memória” tem um indiscutível valor histórico pela descrição da atualidade paulista nos começos do século dezanove.

7. Francisco de Oliveira Barbosa

Astrônomo do serviço real no Rio de Janeiro, sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, eis o que se sabe sobre Oliveira Barbosa ⁽¹¹⁴⁾.

A obra de Francisco de Oliveira Barbosa, “Notícias da Capitania de São Paulo, da América Meridional escriptas do Anno de 1792” ⁽¹¹⁵⁾, é inteiramente idêntica ao “Divertimento Admirável” de Manuel Cardoso de Abreu. As intitulações, os capítulos, as palavras, com variações mínimas e pequenas supressões, tudo se iguala, com exceção da entrada principal, até o capítulo X (Oliveira Barbosa), e XI (Cardoso de Abreu) sobre a navegação do rio Cuiabá e suas particularidades. O capítulo XI em Oliveira Barbosa intitula-se “Dos rios que deságuam no Rio Grande ou Paranan, desde a barra do Rio Pardo até a barra do Rio Iguatemi, onde houve um presídio, que durou de 1767 até o de 1777, quando foi tomado pelos Castelhanos”, enquanto em Cardoso de Abreu o capítulo XII intitula-se “Da navegação do Iguatemi, sua fertilidade e particularidades”, mas em ambos se trata da navegação do rio Pardo para baixo até o Iguatemi, sendo que em Cardoso é bem mais desenvolvido o capítulo, pois, como se sabe, ele empreendeu essa viagem, e nele acrescenta-se um capítulo (XIII) “Notícias particulares da cidade de São Paulo, da extensão da sua capitania, nome da povoação e negociação dos seus habitantes” e a “Advertência” final.

À primeira vista parece que Oliveira Barbosa, cujo trabalho é de 1792, enquanto o de Cardoso de Abreu é de 1783, tenha plagiado o segundo. Mas se considerarmos que Oliveira Barbosa era um nome respeitável, astrônomo oficial, membro da Academia das Ciências de Lisboa e autor de outro trabalho ⁽¹¹⁶⁾, e que Cardoso de Abreu era plagiário contumaz, como provou Taunay, tem-se a obrigação de suspeitar que, apesar da divergência de data, sendo a de Cardoso de Abreu anterior, seria talvez outra tramóia deste, e que o trabalho de Oliveira Barbosa estaria com data posterior ao real ano em que a compusera.

Uma crônica sem autor conhecido que deve ter servido aos cronistas Pedro Taques e Madre de Deus é “Para o Registro e Dietário do Mosteyro” ⁽¹¹⁷⁾.

(114) *Inocêncio Francisco da Silva, DBP*, Lisboa, 1870, t. IX, 352; nenhuma referência em Sacramento Blake, *DBB*, Rio de Janeiro, 1895, 3 volumes.

(115) *RIHGB*, 1886, t. 5.º, 3.ª ed., 22-36.

(116) “Latitudes e longitudes calculadas em 1791, por Francisco de Oliveira Barbosa, as quais ele me comunicou em São Paulo em 1808”, in “Taboadas de Longtudes e Latitudes de Grande Parte do Brasil observadas pelos astrônomos empregados na Demarcação”, *RIHGB*, 1882, t. 45, parte 1, p. 147. Há uma nota dizendo que a taboada de Oliveira Barbosa está escrita pela letra de João Carlos Augusto d’Oyenhausen (depois Marquês de Aracati).

(117) *RIHGSP*, 1911, Tours, 1914, vol. XVI, 279-294.

A HISTORIOGRAFIA DE MINAS GERAIS

1. Relações e Descrições. 2. Cláudio Manuel da Costa. 3. José Joaquim da Rocha. 4. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos. 5. "Reflexões sobre a Capitania de Minas Geraes".

1. Relações e Descrições

1.1. Notícias dos Primeiros Descobridores. Bento Fernandes

O grande acontecimento da descoberta das Minas Gerais, que revolucionou as formas sociais e econômicas da vida brasileira, que fortaleceu a consciência nacional, não poderia deixar de inspirar uma historiografia nova e original. Naturalmente, a repercussão da nova vida econômica na renovação da historiografia não seria imediata e repentina. A grande época da mineração se estende de 1696 a 1770 e tal como no bandeirismo, do qual é movimento aliado e conseqüente, só aparecem algumas relações e descrições, formas primitivas da criação historiográfica. É preciso que passe algum tempo para que se inicie o processo de correspondência entre a pujança do acontecimento político, econômico e social da descoberta e exploração das Minas e a nova historiografia que vai fixá-la mais maduramente.

A historiografia mineira começa com "Os Primeiros Descobridores das Minas de Ouro na Capitania de Minas Gerais" ⁽¹⁾, que aparece na sua primeira forma como notícia compilada pelo Coronel Bento Fernandes Furtado de Mendonça e resumida por Manuel Pires da Silva Pontes. Como se vê, uma edição que não merecia muita confiança. Orville Derby acentuou a importância extraordinária da relação e lamentou tivesse aparecido em forma resumida ⁽²⁾. Diz Taunay não saber por que Silva Pontes não a copiou, resumindo talvez à metade do que era e nesta forma foi publicada na *Revista*. Pensa ainda que Silva Pontes calcou-a sobre fragmentos, que completou arbitrariamente, fiado no "Fundamento Histórico" de Cláudio Manuel da Costa ⁽³⁾. Orville Derby julgava que o autor desta memória era simplesmente o próprio Cláudio Manuel da Costa, pois "o estilo da memória atribuída ao Coronel Bento Fernandes acusa antes um literato

(1) *RAPM*, 1899, ano IV, fasc. I e II, 83-98.

(2) "Os primeiros descobrimentos de ouro em Minas Gerais", *RIHGSP*, vol. 5, 240-278.

(3) *História Geral das Bandeiras Paulistas*, São Paulo, 1948, t. 9, 91-97.

do que um sertanejo e tendo em vista as relações conhecidas entre o velho mineiro e o poeta é de se suspeitar que a redação deste documento fosse também de Cláudio Manuel". Taunay pensava do mesmo modo: "Não parece nada provável que um homem rústico como Bento Fernandes haja sido capaz de escrever tão escorreita e, por vezes, tão elegantemente quanto se nos deparam as páginas do seu relato". Anota ainda Taunay que se os papéis de Cláudio Manuel da Costa não tivessem desaparecido na voragem da Devassa da Conjuração Mineira seria fácil atribuir a cada um o que era seu.

De qualquer modo há grandes coincidências entre a "Memória" de Bento Fernandes e as relações de Cláudio Manuel e de José Joaquim da Rocha.

Lê-se no texto da edição de Silva Pontes que Bento Fernandes, em 1702-1703 fora, por ordem do pai, o Coronel Salvador Fernandes, explorar o sertão meridional, interposto ao Ribeirão do Carmo e ao Rio Guara-piranga e que a exploração fora obra de muitos meses (4); Salvador Fernandes Furtado de Mendonça fora o descobridor do próprio Ribeirão do Carmo, e fizera vários outros descobrimentos de ouro. Era um dos poucos bandeirantes que possuía livros, não sendo assim de se estranhar tivesse seu filho alguma formação literária. Nunca se fez uma crítica de atribuição que decidisse a dúvida sobre a autoria e as primazias de uns e outros.

Coube a Afonso d'E. Taunay encontrar novo texto na íntegra, no códice Costa Matoso da Livraria do Conde de Ameal, comprado por Felix Pacheco e após a morte deste, incorporado à Biblioteca Municipal de São Paulo, e dar este texto à publicidade (5).

Segundo Taunay, o resumo de Silva Pontes adapta-se maravilhosamente ao apógrafo que pertenceu a Felix Pacheco, embora haja por vezes inversão de assuntos, o que em nada prejudica a fidelidade do transunto. Para ele é possível que o erudito mineiro se haja valido de outro apógrafo, já que existiam, como contou Teixeira Coelho, múltiplas cópias. A caligrafia é magnífica e a letra soberba, enfeitada. A existência possível de várias cópias pode levar à conclusão de que essa memória foi uma das fontes inspiradoras dos vários autores que se seguem.

Bento Fernandes Furtado de Mendonça (Taubaté? 1690? — Serro Frio 1765) era o quarto filho do Coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, e casou-se com sua prima D. Barbara Moreira de Castilhos e desta união teve 9 filhos (6). Bento Fernandes noticiou os descobrimentos auríferos dos quais foi testemunha. É na verdade a história das descobertas desde a primeira entrada de Antônio Rodrigues Arzão à frente de 50 homens, e de seu cunhado Bartolomeu Bueno de Siqueira, homem forte, intrépido e ativo, de vários bandeirantes e suas descobertas, das dificuldades

(4) "Primeiros Descobridores", *ob. cit.*, 89.

(5) *Relatos Sertanistas*, Coletanea, Introdução e notas de Afonso d'E. Taunay, São Paulo, 1953, 21-57.

(6) Diogo de Vasconcelos, *História Antiga das Minas Gerais*, 4.^a ed. com prefácio de Francisco Iglésias e Introdução de Basílio de Magalhães, Belo Horizonte, 1974, vol. 1, 237-239.

sofridas no sertão, assaltados por indígenas, mordidos pelas cobras, estropiados pela fadiga. Relata a entrada de Fernão Dias aos 80 anos, acompanhado de seu genro Manuel Borba Gato, a descoberta das esmeraldas, o conflito com D. Rodrigo de Castel-Branco e sua morte por gente de Borba Gato, a retirada deste para o sertão do Rio Doce, o perdão que obteve sob a promessa de descobrir novas minas de ouro, o progresso da população, do comércio, a dissolução imoral, as tentativas de monopolizar o tabaco e a carne verde. Descreve, finalmente, a crescente rivalidade entre forasteiros e paulistas, as discórdias que desde 1707 perturbaram a sociedade nascente e darão como consequência a Guerra dos Emboabas.

1.2. Os Relatos Sertanistas

Modernamente, Afonso Taunay reuniu em *Relatos Sertanistas* ⁽⁷⁾ alguns documentos históricos e historiográficos sobre o descobrimento das Minas ⁽⁸⁾. São ao todo cinco: 1) “Notícia — 1.^a Prática que dá ao R. P. Diogo Soares, o capitão Luís Borges Pinto, sobre os seus descobrimentos da célebre Casa da Casca compreendidos nos anos de 1726-27-28, sendo Governador e Capitão General D. Lourenço d’Almeida” ⁽⁹⁾; 2) “Notícia — 2.^a Prática dada pelo Alferes . . . Moreira ao P. M. Diogo Soares das suas bandeiras no descobrimento do Celebrado Morro da Esperança empreendido nos anos de 1731 e 1732, sendo general D. Lourenço d’Almeida” ⁽¹⁰⁾; 3) “Relação do princípio descoberto destas Minas Gerais e os sucessos de algumas coisas mais memoráveis que sucederam de seu princípio até o tempo que a veio governar o Exmo. Sr. Dom Braz da Silveira” ⁽¹¹⁾; 4) “Notícia — 3.^a Prática que dá ao R. P. Diogo Soares, o Mestre de Campo José Rebello Perdigão, sobre os primeiros descobrimentos das Minas Gerais do Ouro” ⁽¹²⁾; 5) “Notícia — 4.^a Prática que dá ao R. P. Diogo Soares o Sargento-mor José Matos sobre os descobrimentos do famoso Rio das Mortes” ⁽¹³⁾.

O Padre Diogo Soares era um jesuíta, matemático-astrônomo, que junto ao padre também jesuíta e matemático-astrônomo Domingos Capassi veio ao Brasil por ordem da Metrópole com o intuito de fazer mapas dos novos descobrimentos. Eram muitos hábeis e a eles se devem muitas das primeiras observações de latitude e longitude do sertão ⁽¹⁴⁾. O Alvará de 18 de novembro de 1729 declarava que para seu serviço e por ser conveniente ao governo e defesa do Estado, à boa administração da Justiça, arrecadação da Fazenda, e para se evitarem as dúvidas e controvérsias que se têm originado dos novos descobrimentos, que se têm feito nos sertões do Brasil de uns poucos anos a esta parte, para fazerem-se mapas das terras, não só pela marinha, mas pelos sertões, para que melhor se assi-

(7) Livraria Martins Editora, São Paulo, 1953.

(8) Grande parte destes Relatos haviam sido publicados na *RIHGB*, 69, 1.^a parte, 217-309. Vide *CEHB*, 941.

(9) *Ob. cit.*, 161-166.

(10) *Ob. cit.*, 167-169.

(11) *Ob. cit.*, 61-81.

(12) *Ob. cit.*, 171-175.

(13) *Ob. cit.*, 177-179.

(14) Visconde de Porto Seguro, *História Geral do Brasil*, 3.^a ed., t. 4, 25-26.

nalassem e se conhecessem os distritos de cada bispado, governo, capitania, comarca ou doação, era necessário o serviço dos dois padres. Aos dois religiosos, peritos nas matemáticas, mandou dar ajuda de custo, dois criados que os assistiriam enquanto durasse a diligência, e seriam pagos por conta da Fazenda Real, determinando que se lhes desse tudo o que fosse necessário para sua subsistência e bom efeito da diligência; determinando também que as despesas corriam por conta da provedoria do governo em que entravam e assim nos mais em que fossem entrando; deveriam ser atendidos na requisição de guardas e guias para fazerem as jornadas pelo sertão, tanto de homens brancos, como de índios; todos deveriam prestar-lhes ajuda e favor e eles tinham instruções sobre a forma de fazerem os mapas, nos quais acrescentariam à descrição da terra tudo o que a sua especulação e zelo lhes ditassem ⁽¹⁵⁾.

Mateus Saraiva, membro da Academia dos Felizes (1736) e dos Renascidos (1759), físico-mor ⁽¹⁶⁾, em carta a Diogo Barbosa Machado ⁽¹⁷⁾, afirmou que Diogo Soares andava no Brasil para escrever *De Re Naturali*, enquanto Capassi escreveria *De Re Astronomica*, mas fez Capassi as observações astronômicas, a carta do Rio de Janeiro e do Rio a Minas Gerais exatíssimas e comunicadas às academias européas e à Corte, enquanto o Padre Soares fez, afora essas notícias sobre caminhos e descobrimentos, várias cartas do Rio da Prata e da Nova Colônia do Sacramento, e muitas outras, e sobretudo escrevia uma História Natural dos rios, montes, árvores, ervas, frutos, animais e pássaros do Estado do Brasil ⁽¹⁸⁾.

Foi, portanto, para suas cartas que o padre Diogo Soares colheu essas informações práticas, a primeira iniciativa de história oral no Brasil, com perguntas e respostas, com dados fornecidos pelos participantes e testemunhas das andanças pelo Brasil, exatamente quando ele se expandiu até tomar a figura física que possui hoje.

Não conhecemos os dados de todos os informantes ou abridores de caminhos, mas sabemos que José Rebelo Perdigão foi secretário do governador Artur de Sá e Menezes (1697-1700) e assistiu à ereção da vila do Ribeirão do Carmo e dela foi eleito Juiz ordinário (4 de julho de 1711). Por ocasião do levante de Vila Rica de 1720 prestou bons serviços ao governador, que em carta ao Rei escreveu que “me parecia também que Vossa Majestade devia mandar agradecer na mesma forma ao marechal (mestre) de campo José Rebelo Perdigão o zelo com que se houve neste particular, porque, logo que o chamei, veio com bastante número de armas de seu partido, cuja prontidão não experimentei nos outros”. Quando forneceu as informações ao Padre Soares era mestre de campo e morador em Minas e no Ribeirão do Carmo havia trinta anos ⁽¹⁹⁾.

(15) Alvará in Barão Homem de Melo, “Documentos relativos à história da Capitania”, *RIHGB*, vol. 40, 1.ª parte, 193-195. A tabuada das latitudes e longitudes vem na *RIHGB*, t. 45, 1.ª parte, 125-126.

(16) Vide sua bibliografia in Visconde de Porto Seguro, *História Geral do Brasil*, ob. cit., vol. 4, 72-73, e Alberto Lamego, *Academia Brasileira dos Renascidos*, Paris, 1923.

(17) *RIHGB*, 1865, 6, 2.ª ed., 365-369.

(18) Nota 83 de Rodolfo Garcia in Visconde de Porto Seguro, *História Geral do Brasil*, ob. cit., t. IV, p. 26.

(19) Vide nota 13 in Visconde de Porto Seguro, ob. cit., t. IV, p. 120.

1.3. Memórias e Informações

Martinho de Mendonça de Pina e Proença (Guarda, Portugal, s.d. — ? 1743) foi fidalgo da Casa Real, deputado no Conselho Ultramarino, guarda-mor da Torre do Tombo, e acadêmico da Academia Real de História⁽²⁰⁾, escreveu um histórico da descoberta dos Diamantes, enviado ao Conde de Sabugoza, assinado de Vila Rica aos 23 de setembro de 1734⁽²¹⁾. Na nota que acompanha a edição da Revista do Arquivo Público Mineiro se diz que anteriormente à cópia de Antonio Olyntho de que se serviram, já conhecia a direção outra cópia feita por Capistrano de Abreu, que desde 1896 dava notícia dessa memória em carta escrita a Xavier da Veiga. Declara Augusto de Lima saber por intermédio de Orville Derby que a Capistrano de Abreu se devia a cópia e o importante serviço de reunir as duas partes da memória que estavam separadas, além de ter descoberto o autor da memória⁽²²⁾. Já na edição da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* se transcrevia o trecho definidor: “Exmo. Snr. Meu Senhor. Da relação inclusa verá V. E. o que tem passado acerca dos limites do Cerro Frio, segundo a informação de pessoas as menos apaixonadas, pedindo a V. Ex. perdão de lhe mandar escrito de minha péssima letra”.

A história é bem contada e começa em 1714, quando primeiro se achou o diamante, e reúne a legislação com que se procurou fiscalizar a descoberta e evitar o descaminho. Foi em 1733 que se tiraram os melhores diamantes, tantos que “se começou a conhecer que estava já tudo exausto e alguns mineiros pediram cartas de datas para ouro e começaram a fazer lavras em que ocupar os seus escravos e publicando-se bando para a capitação de 1734 foram muito poucos os que registraram”. Este bando é de 2 de dezembro, e nele se põe o mais exato cuidado em “evitar o luxo das mulheres públicas como já se tinha feito no antecedente e agora se mandaram sair de toda a comarca”. Informa haver quem pense que “nunca a fazenda real poderá tirar dos diamantes do Cerro a despesa que com a intendência, destacamento e capitães do mato há de fazer na guarda dos diamantes, porque os rios e córregos estão todos exaustos, menos em algumas raras paragens impossíveis de lavar”. E acrescenta ao final: “Não se duvide que desta informação discordem quase todos quanto ao estado presente, porque quase todos por paixão ou interesse desejam se ignore o estado presente das minas dos diamantes e muitos que se igualmente ocultem o passado”.

A “Informação sobre as Minas do Brasil”⁽²³⁾ compõe-se na verdade de quatro códices da Biblioteca da Ajuda, mandados copiar por Luís Camilo de Oliveira Neto e publicados por Rodolfo Garcia nos *Anais da Biblioteca Nacional*. Apresenta a “Informação” unidade temática apesar de composta de quatro diferentes documentos e por isso se pôde reuni-los

(20) Inocêncio Francisco da Silva, *DBP*, Lisboa, 1862, t. 6, 155, e t. 17, 7.

(21) “Diamantes. Histórico de sua Descoberta”, *RIHGB*, 1901, t. 63, parte 1, 307-319, e *RAPM*, 1902, ano VII, fasc. 1 e 2, 251-263.

(22) Ed. da *RAPM*, nota 1, p. 251.

(23) *ABN*, 1939, vol. 57, 159-186.

e dar-lhes um título geral que não possuía na Biblioteca da Ajuda. Escreveu Rodolfo Garcia, na explicação que antecede o documento, que ele é anônimo e deve datar dos últimos anos do século XVII e primeiros do seguinte, porque não se refere à guerra dos Emboabas (1708-1709). No primeiro códice reproduzido, no qual se diz que “os interessados nas Minas de São Paulo” (note-se a insistência com que se escreve nos documentos “as Minas de São Paulo”, por terem sido os paulistas seus descobridores) “as avaliam por mais do que são e outros por menos do que mostram”, afirma-se que o papel é o próprio que foi feito e se deu ao Conde de Atouguia, que parece ser mais D. Jeronymo de Ataíde, o 6.º Conde de Atouguia, governador da Bahia (1654-1657) que o 10.º Conde de Atouguia, D. Luís Pedro Peregrino de Carvalho de Menezes e Ataíde, governador e 6.º vice-Rei do Brasil (1749-1754), pelas referências do texto aos ataques dos holandeses, que acabavam de ser derrotados. Nele se escreve que é necessário um grande ministro “para atrair com o agrado ou com a força os ânimos daqueles sediciosos e turbulentos, porque é a Rochela do Sul, a Capitania de São Paulo” (24).

O documento parece, assim, ser da segunda metade do século dezessete, tal como o segundo, que é datado de Lisboa, 16 de novembro de 1662, e que descreve como se deve tirar o ouro; refere-se também ao episódio holandês tão próximo, declara que “vão a tirar este ouro na maneira sobredita os moradores de São Paulo, e mais vilas circunvizinhas que têm cabedal de escravaria para o poderem fazer, que os pobres de três e quatro até dez escravos é impossível pela distância que se alongam de suas vivendas”. Mostra por que não se povoaram tanto as capitanias do Sul como as do Norte e afirma, peremptório: “é esta povoação do Rio de Janeiro, pouco atrás nada; hoje é a segunda praça daquele Estado (do Brasil), na estimação vulgar e própria para os interesses e aumento desta monarquia”; refere-se a que os moradores de São Paulo faltos de escravaria de Guiné, que não têm, buscam as dos índios. Trata depois de como assentar as Minas e fazê-las rendosas, ainda quando se as procuravam e não haviam sido descobertas, baseando-se principalmente nas pesquisas de Marcos de Azeredo, descobridor da chamada Serra das Esmeraldas. Propõe meios de evitar as dificuldades para a descoberta, e como melhor fazê-la.

O terceiro códice é datado de 15 de setembro de 1693, e dirigido por Mendo Foyos Pereira a Antonio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, governador na Bahia (1690-1694), o que deu a base para a data dada ao conjunto por Rodolfo Garcia. Ele trata dos caminhos para o sertão, inclusive do novo aberto nesta época por Garcia Rodrigues Paes, filho de Fernão Dias Paes, e dos caminhos para a Bahia, Pernambuco e Maranhão e os da costa para o sertão e explica os três caminhos com

(24) Veja-se a comparação, que muito desvanece São Paulo, comparada àquela verdadeira República autônoma na França, bastião dos protestantes e que com tanta valentia resistiu ao assédio de Richelieu (1627-1628).

que se entram no sertão⁽²⁵⁾. Nesta parte o documento mostra ter sido escrito depois da revelação do ouro (1694), quando já tratava do gado conduzido pelo caminho do S. Francisco, que ia para sustentar o povo das Minas, já que São Paulo e Rio não o possuíam e discute a impossibilidade de vedar este caminho, sendo um dos motivos o de que os moradores das minas são absolutos e qualquer vaqueiro ou paulista entra e sai pelos sertões sem que todos os exércitos da Europa sejam bastantes para os impedirem. Como impedi-los, pergunta-se. “Com preceitos? Não obedecem. Com força? A maior não basta. Com indústria? Não se descobrem eficazes, porque a qualquer supera a sua malícia.” Propõe a vedação das Minas aos frades, pois era grande a multidão deles que as procuravam, aos estrangeiros, e os havia de todas as nações, e a limitação dos negros e escravos que cada Senhor podia levar. O final revela o respeito que se tem aos paulistas pelo seu destemor às leis, e o apreço que possuem pelas honras e fazendas. Como se vê, esta “Informação” é mais um conjunto de documentos bem elaborados, que uma relação única, embora seja una e coerente.

Não pertence à historiografia mineira o folheto *Prodigiosa Lagoa descoberta nas Congonhas das Minas do Sabará, que tem curado a varias pessoas dos achaques, que nesta Relação se expõem*⁽²⁶⁾, nem são propriamente documentos historiográficos as várias Instruções que governadores deixaram aos seus sucessores, embora sejam valiosos documentos, de grande peso para a história política, administrativa, social e econômica. São assim a “Instrução e Norma que deu o Illmo. e Exmo. Sr. Conde de Bobadela a seu irmão o preclaríssimo Sr. José Antônio Freire de Andrade para o governo de Minas, a quem veio suceder pela ausência de seu irmão, quando passou ao sul”⁽²⁷⁾, que é um primoroso guia, cheio de reflexões sobre como governar, de informações sobre a gente principal e seus interesses, sobre os que merecem fé e os que merecem vigilância. “Ouvi muito, escrevei e falai o que basta”, e adverte que as partes nas audiências estão sempre queixosas das insolências dos outros ou questionando terras. Fala de ouvidores, desembargadores, intendentess, seus interesses e paixões. Tudo é dito com brevidade, e “vos afirmo tenhais por certo que nelas só o que se não faz é o que se não sabe”. As instruções do próprio Ministro de Estado para o governador nomeado são documento do mesmo gênero, conhecendo bem o que o governo colonial deve fazer para satisfazer o governo real. Não tem o conhecimento da gente e dos costumes, que o governador passado transmite ao novo.

As “Instruções para D. Antônio de Noronha, governador e capitão general da capitania de Minas Gerais”⁽²⁸⁾, assinadas pelo secretário de

(25) Capistrano de Abreu nos *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, Rio de Janeiro, 1930, p. 70, desconhecendo este documento, com base em outros, descreve os três caminhos. O artigo de Capistrano, publicado neste volume editado pela Sociedade Capistrano de Abreu, é de 1889.

(26) Lisboa, 1749, descrito por Ramiz Galvão, “Diogo Barbosa Machado. Catálogo de suas Coleções”, *ABN*, 8, n.º 1583, p. 377.

(27) *RIHGB*, t. XVI, 366-376 e *RAPM*, julho e dezembro de 1899, Belo Horizonte, 1900, Ano IV, Fasc. III e IV, 727-735; a segunda é reprodução da primeira.

(28) *RIHGB*, 1865, t. 6, 2.ª ed., 215-221.

Estado Martinho de Melo e Castro, aos 24 de janeiro de 1775, começam afirmando sua principal finalidade: “é a que tem por objeto a defesa, conservação e segurança de todos, e cada um deles” (os domínios). “Todas as colônias portuguesas são de Sua Majestade, e todos os que as governam são vassallos seus”, determinando que uma atacada deve ser socorrida com todas as forças. A principal instrução consiste em examinar e pôr em estado de ser útil a tropa paga, a regular, e depois a irregular formada pelas milícias “e mais habitantes, compreendidos os mulatos e negros, para deles poder escolher os moços mais fortes, robustos e desembaraçados”. Não se deve permitir que as regulares sejam maiores que as auxiliares, porque estas são as que “em tempo de paz cultivam as terras, criam os gados e enriquecem o país com o seu trabalho e indústria, e em tempo de guerra são os que com as armas na mão defendem os seus bens, as suas casas e as suas famílias, das hostilidades e invasões inimigas”. Aponta os abusos dos privilegiados das igrejas, conventos, Santo Ofício e bulas, que os isentam do serviço militar, de que toda a América se acha inundada, particularmente a capitania de Minas Gerais, onde tem mais que tirar, e adverte para que se despreze esses privilégios e isenções, sempre que se precisar, pois sem tropa não se podem conservar e subsistir as nações, já “que a segurança e saúde dos povos e dos Estados é e foi sempre a suprema lei”.

Martinho de Melo e Castro, nas “Instruções a Luís de Vasconcelos e Sousa acerca do governo do Brasil”⁽²⁹⁾, adverte ao 4.º Vice-Rei do Brasil (1779-1790) aos 27 de janeiro de 1779 que “entre as muitas e muito importantes obrigações do governo de V. Ex. são as principais, as que têm por objeto a conservação, e aumento da religião, a exata, imparcial e pronta administração da justiça aos povos, a boa arrecadação, e administração da real fazenda, a conservação da tropa, e forças do Estado, a cultura das terras, a navegação, e o comércio, um vigilante cuidado em evitar os contrabandos, e tudo quanto respeita à polícia da capital do Brasil, que V. Ex. vai governar”. E logo adiante admite que “a conservação das tropas na América, particularmente no Rio de Janeiro, é tão indispensavelmente necessária, como é demonstrativamente certo, que sem Brasil, Portugal é uma insignificante potência; e que o Brasil sem forças é um preciosíssimo tesouro abandonado a quem o quiser ocupar”.

O próprio Martinho de Melo e Castro noutra Instrução⁽³⁰⁾, de 29 de janeiro de 1788, revela um conhecimento muito mais amplo que o Secretário de Estado comum e não se reduz a poucas reflexões sobre as intenções da política colonial portuguesa no Brasil. Abre a Instrução declarando que a capitania de Minas Gerais “é, pela sua situação, e pelas suas produções, uma das mais importantes de todas as outras capitanias de que se compõem os domínios de Brasil e América Portuguesa”.

(29) *RIHGB*, 1862, t. 25, 479-483.

(30) “Instrução para o Visconde de Barbacena Luís Antônio Furtado de Mendonça”, *RIHGB*, 1865, t. 6, 2.ª ed. 3-59.

Descreve-lhe a posição geográfica, sua produção e comércio, interno e externo, e reafirma ser uma colônia vantajosamente situada, que pode no tempo de guerra contribuir poderosamente para a defesa e segurança das outras capitanias e “em tempo de paz fertiliza com o seu ouro os campos e terras de todo aquele continente, de que se tiram copiosos frutos, que vêm ultimamente enriquecer os vassallos deste reino, e igualmente o Real Erário”. Estabelece os pontos fundamentais para um sólido, ativo e prudente governo e para que assim floresça e prospere esta importantíssima colônia.

Acusa os párocos de oprimirem os povos, que têm feito representações e clamores contra as extorsões de que são vítimas e imputa aos juizes abusos e prevaricações. Queixa-se de que “entre todos os povos de que se compõem as diferentes capitanias do Brasil nenhuns (*sic*) talvez custaram mais se sujeitar e reduzir à devida obediência e submissão de vassallos ao seu soberano, como foram os de Minas Gerais”, e conta as dificuldades para aquietar os aventureiros de São Paulo que se tinham estabelecido lá e os forasteiros, que vieram de várias partes. Divide os habitantes entre os úteis e laboriosos, os ociosos e vadios, e deseja que se animem os primeiros e se desterrem os segundos.

Afirma, às vésperas da conjuração mineira, que os habitantes “não satisfeitos com os tesouros que a terra lhes oferece, menos com o útil comércio que deles resulta, estendendo sua vista a outros objetos, se determinaram a estabelecer em Minas Gerais diferentes fábricas e manufaturas”, e relembra uma carta do ex-governador D. Antônio de Noronha, de 1775, na qual dizia: “Lembro-me que V. Ex. me falou a respeito das fábricas estabelecidas nesta capitania, as quais eu encontrei em um aumento considerável, que se continuassem nele, dentro de muito pouco tempo ficariam os habitantes desta capitania independentes das desse reino (Portugal) pela diversidade de gêneros que já nas suas fábricas se trabalhavam”. Mas como se soube que em outras partes do Brasil se haviam erigido diferentes manufaturas com gravíssimo prejuízo, expediu-se o alvará de 1785 que proibiu as fábricas. Fala ainda do extravio e contrabando do ouro que tem crescido, e das tropas e forças de Minas, que reorganiza e expande para que o domínio se estabeleça com força. Essa parte e a da administração da Fazenda Real, sobretudo o fisco, isto é, o quinto do ouro e o contrato das entradas, são as mais minuciosas e pragmáticas. Trata, ainda, da cobrança da entrada para os gêneros comestíveis molhados e secos, e historia todos os contratos e imposições, determinando que se acabe com a deplorável situação a que se acha reduzida a capitania de Minas.

Mas nenhuma Instrução tem o valor documental e a significação historiográfica daquela escrita pelo desembargador da Relação do Porto, José João Teixeira Coelho⁽³¹⁾, uma descrição geográfica e histórica, uma análise da administração, uma compilação das leis que a governavam, e

(31) “Instrução para o Governo da Capitania de Minas Gerais”, *RIHGB*, 1888, t. 15, 2.ª ed., 255-481, reproduzida in *RAPM*, janeiro a junho de 1903, ano 11, 399-581; em *Extrato*, na *RIHGB*, 1844, t. 6; 2.ª ed., 1865, 292-304.

um conjunto de reflexões sobre o estado político, eclesiástico e econômico da Capitania de Minas Gerais. Sua história abrange desde o descobrimento do ouro (1694) até o governo de D. Antônio de Noronha (1775-1780), portanto, quase um século. Ele residiu onze anos em Minas, viajou muito, serviu a três governadores, e pôde, assim, escrever um dos mais importantes estudos sobre a capitania no século dezoito. Neste caso, a "Instrução" adquire pleno caráter historiográfico, pelas valiosas informações que coligiu em ordem coerente e reflexiva.

Já escrevi ser necessário não esquecer que o primeiro grande trabalho sobre administração colonial é este de José João Teixeira ⁽³²⁾. Hoje (1978) diria que a "Instrução" é uma verdadeira enciclopédia sobre as Minas no seu primeiro século. Ela contém tudo que se busque: descrição geográfica, vila por vila, com seus dados estatísticos e econômicos, religiosos e sociais. Trata dos limites da capitania, faz as reflexões sobre o estado político, enumerando os vários abusos, compila a legislação, trata dos cargos e instituições, passa para as reflexões eclesiásticas, e depois história, governo por governo, desde Antônio Paes de Sande (1693-1694) até D. Antônio de Noronha (1775-1780); examina as revoltas, os bandidos que infestavam sítios remotos, e diz que em Minas "a virtude é sufocada pela ambição, pela soberba e pelo orgulho, e a riqueza é que faz a honra e a veneração pública". Depois de estudar os governos, abre capítulos sobre o quinto do ouro, calcula os rendimentos do mesmo de 1700 a 1777, trata da extração do ouro, da pobreza dos mineiros, da falta de negros, das demandas sobre as terras mineiras, do mau método de minerar; aponta os vários direitos que se pagavam, cuida das rendas reais dos contratos, da moeda corrente, dos contratos e dízimos; calcula o rendimento das entradas, das passagens pelos rios das Mortes e Grande, de vários outros rios, de 1718 a 1776, enumera os vários ofícios da justiça e da fazenda nas várias comarcas; analisa o subsídio voluntário e seu rendimento pelas Câmaras; propõe meios para destruir os extravios dos diamantes, fala da entrada de mascates e negociantes e negros supérfluos no distrito diamantino, e da piedade para com os negros extraviadores, e, enfim, das esmeraldas, dos topázios e de outras pedras preciosas; reflete sobre o problema das sesmarias, dos engenhos de açúcar e da aguardente de cana, da tropa paga e auxiliar, e da falta de polícia (costumes).

Esqueceu-se dos povoadores paulistas com suas pretensões nobiliárquicas que descobriram as minas e só se lembrou dos forasteiros, dos emboabas. "Os povoadores da dita capitania ou são, ou procedem dos Europeus que se transportaram a ela excitados pela esperança dos seus interesses. A maior parte deles eram ou réus de delitos, ou pessoas que nas suas terras não tinham mais do que aquilo que ganhavam pela enxada, ou pelos ofícios vis que exercitavam. Estes homens, que cá no reino eram a escória do povo e o desprezo dos bons, vendo-se em um país extenso e cheio de liberdade, fazem-se insolentes, e querem ser fidalgos." Declara que os brancos e brancas não querem servir pois se persuadem de que lhes

(32) *Teoria da História do Brasil*, 4.^a ed., 1978, 399-402.

fica mal um emprego que entendem só competir aos escravos. A ociosidade dos brancos se transportou aos mulatos e negros forros que não querem trabalhar nem servir. Os mulatos ociosos se empregam no exercício da música, “os quais são tantos que certamente excedem ao número dos que há em todo o Reino. Mas que interessa ao Estado esta aluvião de músicos?” (33).

Segue-se o “Diário da Jornada que fes o Exmo. Senhor Dom Pedro desde o Rio de Janeiro até a Cid.^e de São Paulo, e desta até as Minas, Anno de 1717” (34). Trata-se de Dom Pedro de Almeida (1688-1756), 3.^o governador da capitania independente de São Paulo e Minas do Ouro (1717-1721), 3.^o Conde de Assumar, depois 1.^o Marquês de Alorna e Vice-rei da Índia, um dos administradores cuja política foi das mais controvertidas, e a prova está na rebelião de 1720.

Como escreveu Luís Camilo de Oliveira Neto, na excelente introdução que antecede o “Diário”, são numerosos os juízos desfavoráveis a Dom Pedro de Almeida, mas que ainda assim ele se inclui na galeria dos administradores com que contava Portugal para o exercício de sua política colonial. Nomeado aos 26 de fevereiro de 1717, sua viagem não de Portugal ao Rio e deste a São Paulo, mas daí a Minas, é relatada dia a dia, por um autor anônimo, provavelmente amigo do governador, constituindo o “Diário da Jornada” (35).

Chegado ao Rio aos 24 de julho, seguiu por mar para Santos, gastou dois dias subindo a serra, permaneceu quase um mês em São Paulo e somente a 4 de setembro tomou posse do governo. Como acentuou Luís Camilo, há um salto de 9 a 26 de setembro, e quanto ao roteiro ele não difere do de Antonil, que lhe é anterior; chega a Vila Rica em dezembro de 1717. Afora as notícias de caráter geográfico, o “Diário da Jornada” contém muitas informações históricas, sociais e econômicas, e sobretudo da atualidade que presenciou. Grandes fazendas, com numerosa escravaria e avultada criação de gado, os alimentos nativos, o velho caminho Ilha Grande, Parati, Guaratinguetá, Santos, Bertioga e a subida a São Paulo.

Para o autor, a pobreza está sempre ligada à preguiça, vícios sociais, de que são sempre acusados os brasileiros. Ridiculariza a vestimenta dos paulistas por ocasião da chegada a São Paulo, aponta as belezas das numerosas capelas, conta as casas que possuía São Paulo (400), Mogi (200) e Taubaté (500), a maior de todas, e registra a alimentação. Acusa os naturais de São Paulo de violentos e assassinos, e afirma que São João del Rey, apesar de ser uma das vilas mais bem plantadas, é uma das piores por ter quase todas as casas de palha e muito separadas. A recepção da chegada a Vila Rica é descrita com muita atenção, não sem observar que há grande carestia de oficiais de qualquer officio mecânico. “A Vila de Ouro Preto, ou por outro nome Vila Rica é uma das

(33) “Instrução” citada *RIHGB*, 458, n.º 6.

(34) *RSPHAN*, Rio de Janeiro, 1939, vol. 3, 295-316, com introdução de Luís Camilo de Oliveira Neto.

(35) O original encontra-se na Academia das Ciências de Lisboa e foi copiado por Rollin de Macedo do antigo Arquivo Histórico Colonial de Lisboa.

de maior comércio das Minas, porque fica sendo uma barra de todas, aonde continuamente estão entrando carregações do Rio de Janeiro e da cidade de São Paulo” (36).

O *Itinerário geográfico com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, roças, sítios, povoações, lugares, vilas, rios, montes e serras, que há da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro até as Minas do Ouro* (37) teve sua primeira edição em Sevilha, no ano de 1732.

Capistrano de Abreu, em carta a Lino de Assunção em 1895 (38), depois de escrever que “um dos problemas capitais da história do Brasil é o estudo dos bandeirantes, no qual nada quase há feito ou antes tudo está por fazer”, e que este era o assunto a que se entregava com predileção, pede que lhe mande “cópia de um livro que foi publicado em Sevilha em 1732, mas que é raríssimo tanto que apenas são conhecidos dele três exemplares”. Era o *Itinerário Geográfico*, cuja raridade dava-lhe importância”, e a sua data não lhe dava menos — porque excetuando-se a de Antonil, aliás, muito resumida, as outras descrições são do século atual, por conseguinte quando os caminhos já deviam ter sofrido alterações (39).

O *Itinerário Geográfico* tinha esse valor, o de reconstituir os antigos caminhos para Minas. “Eu empreendi ordenar e descrever um Itinerário Geográfico em que se incluíssem os limites do governo de São Paulo e Minas, não só por persuasão de algumas pessoas curiosas, que desejavam semelhantes notícias, mas para que saibam os incógnitos espaços daquele País, e desterrar os incertos conceitos de todos os que o não têm versado, e porque colhi de tudo verdadeiras notícias, razão será que se me dê inteiro crédito a tudo neste Itinerário referido, pois é filho de uma notícia muito individual” (40).

Confessa achar a matéria prolixa e embaraçada, mas a considera útil e proveitosa às coisas civis dos negócios do Príncipe, e às facções militares. O *Itinerário* descreve a costa marítima a partir de Santos, as ilhas, as povoações marítimas, o caminho para as Minas partindo de Santos, os sítios e roças do caminho, o caminho velho e o novo, a série de rios, a descrição do Rio da Prata, do S. Francisco, do Paraíba do Sul, do Espírito Santo, do rio Doce, as Serras, as Lavras, as Comarcas e as vilas, segundo a antiguidade, Vila do Carmo, Vila Rica, Vila Real, Vila de S. João del Rey, Vila Nova da Rainha, Vila Nova do Príncipe e Vila da Piedade.

(36) Ele deixou uma “Instrução ao seu sucessor no vice-reinado da Índia, Marquês de Távara”. Ver Inocêncio, *DBP*, Lisboa, 1862, t. VI, 383, e t. XVII, 176.

(37) Sevilha, 1732, reproduzido sem nome de autor por Orville Derby, “Um mapa antigo das partes das capitânias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro”, in *RIHGSP*, 1896-97, vol. 2, 197-219; e sob o título “Documentos Interessantes. O Itinerário do Rio de Janeiro até as Minas de Ouro de 1732, por Francisco Tavares de Brito”, *RIHGSP*, 1898-1899, vol. 4, 449-452; e *RIHGB*, 1956, 230, 428-441.

(38) *Cartas de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção*, Lisboa, 1946, 25-28, incorporadas à 2.ª ed. da *Correspondência*, 1977, 3.º vol.

(39) Não foi a cópia pedida por Capistrano a que serviu à edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nem o próprio livro, mas uma outra “extraída de uma certidão notarial *verbum ad verbum* junto aos autos de um processo de reivindicação de terras”, pertencente a um conjunto de documentos de Francisco Marques dos Santos, explica Cláudio Ribeiro Lessa na nota que precede a reedição.

(40) *RIHGSP*, ob. cit., 430.

A “Informação do capitão-mor de Mogy das Cruzes sobre as Minas de Sapocahy”⁽⁴¹⁾ trata da descoberta das Minas da Campanha do Rio Verde, realizada entre 1746 e 1747. Foi Gomes Freire de Andrada quem mandou o ouvidor Tomás Rubi tomar posse contra os moradores que quiseram impedir a passagem. Trata-se de uma narrativa dos acontecimentos de Santa Ana do Sapucaí, feita, ao que parece, em 1765, a pedido de D. Luís Antônio de Sousa Botelho e Mourão (governador de São Paulo, 1765-1775). Mostra completo conhecimento dos fatos e documentos da época, inclusive que nenhum dos moradores assinou o auto preparado por Tomás Rubi. Essa é a versão paulista; a mineira está na carta de Gomes Freire de 1749⁽⁴²⁾. Relata também as determinações de Gomes Freire para evacuação “dos negros quilombados que infestam com avultadas correrias, roubos, mortes e outros insultos toda a extensão do Campo Grande”. Trata também das usurpações de São Paulo das Minas que pertenciam legitimamente à Capitania de Minas Gerais.

A “Informação da Capitania de Minas Gerais” de Basílio Teixeira de Cardoso Sá Vedra Freire⁽⁴³⁾ foi dada em carta datada de Sabará, de 30 de março de 1805⁽⁴⁴⁾.

“A Capitania de Minas Gerais”, começa o Autor, “que fez as grandes riquezas dos felices Reynados do Snr. D. João o 5.º, e do Snr. D. José 1.º de feliz memoria, se acha em estado de pobreza e de miseria; a abundancia das suas minas se fez sensivel no abatimento do valor da moeda da Europa inteira, foi inveja de muitas nações, e este Paiz se acha agora n’hum extremo de miseria”. Explica que o direito do quinto do ouro “excedeu alguns anos a 100 arrobas e deu a quantia de um milhão e meio de cruzados; os direitos de entrada, os direitos dos officios da Justiça, o subsídio, os dízimos produziram somas imensas; os negociantes dos portos do mar do Brasil se fizeram ricos com o comércio de Minas” e os habitantes destas julgavam que o ouro se lhes não acabaria, porém toda esta brilhante face se transtornou. Relata a decadência, com a diminuição progressiva do quinto, dos outros rendimentos e que os negociantes dos portos do mar têm perdido muito com os devedores falidos em Minas; a dívida da Comarca de Sabará era de dois milhões só à Real Fazenda, sem contar outro tanto a outros credores, e o mesmo acontecia em Vila Rica, Rio das Mortes e Serro Frio. “Toda a capitania (exceto poucas pessoas) é povoada de negociantes, mineiros, e fazendeiros falidos ou quase a falir, conservada por indústria ou manha e uma multidão de povo de mulatos, e pretos, forros sem officio, e sem applicação, vadios, e com os mais vícios, que a este andam unidos.”

As causas deste mal se acham na riqueza achada de repente, e com facilidade, não nascida da indústria ou do trabalho “fará sempre o mesmo dano, tanto mais violentamente quanto for a abundância do ouro, e depois

(41) *DJHCSP*, 1896, vol. XI, 50-51.

(42) *DJHCSP*, 1896, vol. XI, 49-50.

(43) *RAPM*, 1897, ano 11, fase. IV, 673-683.

(44) Cópia extraída da cópia contemporânea existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, e registrada no *CEHB*, n.º 6.559.

a sua falta; porém a esta tendência natural se têm juntado alguns motivos particulares para acelerar a decadência”. Depois enumera causas sociais. “Os casamentos, e mais ainda as mancebias dos proprietários com mulheres pretas e mulatas têm feito mais de três partes do povo de gente liberta, sem criação, sem meios de alimentar-se, sem costumes e com a louca opinião de que a gente forra não deve trabalhar.” Critica a extensão de terras que muitos têm acumulado, o que impede a outros minerar ou cultivar grande parte delas. Atribui ao extravio de negros para as possessões espanholas um grande prejuízo, pois faltam negros escravos e os que chegam alcançam preços exorbitantes. As autoridades civis e militares têm permitido o crescimento da devassidão, e os arrendamentos dos ofícios da justiça e dos direitos reais têm caído em homens incapazes.

As palavras são fortes, o retrato é negro, a decadência é extraordinária, mas “o principal defeito é a falta de indústria, ociosidade, vícios da plebe, luxo sem meios, bazófia mesmo da maior parte dos particulares”; como se vê, causas morais. Outro grande prejuízo é a ocupação de terreno incomensurável pelos Botocudos às margens do Rio Doce “que é constantemente reputado por muito rico de ouro e muito fértil em todos os gêneros”.

Os remédios ele os aponta: lei proibindo aos mulatos a sucessão legítima dos brancos, só podendo obter alimentos; que se assinasse certa porção de terreno, certo número de datas, para que eles (os mulatos) não pudessem possuir maior extensão, e fossem obrigados a se empregar nos ofícios e artes liberais “para que costumam ter muita habilidade”. Os pretos forros, filhos do País, chamados crioulos, merecem muita atenção; principalmente proibir que uns pretos possam ter outros em escravidão e nem os mulatos a outros mulatos e menos que os mulatos sejam escravos de negros, pois tem-se chegado ao abuso de filhos comprarem os pais, irmãos e irmãs, não lhes deixando gozar plena liberdade. Quer que se tome providência contra os abusos das crueldades contra os escravos, o trabalho demasiado, “sem ver que por ele perdem anos de serviços”, que os escravos viveriam mais, a falta de alimentos, o uso de maus alimentos, a falta de tratamento nas doenças, alforrias quando os escravos nem podem ganhar para alimentar-se e a falta de instrução em religião e moral.

Sã Vedra é preconceituoso, e revela uma posição social de classe média, parece ser um funcionário elevado. Se tem tanta preocupação com a posição social das raças e as relações raciais é, de certo modo, menos regressista quando pleiteia a repartição das terras, e das águas minerais. Quer uma ordem jurídica para julgar os crimes de mulatos e pretos até no caso de morte, e, quanto aos brancos, que sejam julgados pela Relação do Distrito, pelas más culpas, mas não sejam obrigados os culpados a ir a ela. Recrimina o peso dos tributos, e deixa em silêncio o Distrito Diamantino que diz ignorar inteiramente. Idéias e propostas são apresentadas na convicção da utilidade das mesmas para a restauração mineira.

O “Compêndio das Épocas da capitania de Minas Geraes desde o Anno de 1694 até o de 1780”⁽⁴⁵⁾ contém seletiva informação dos principais acontecimentos anuais que não se limitam às descobertas ou a medidas administrativas, mas incluem preços de gêneros, as rebeldias dos brancos e os quilombos dos negros.

As “Considerações sobre as duas classes mais importantes de povoadores da capitania de Minas Geraes, como são as de Mineiros e Agricultores, e a maneira de as animar”⁽⁴⁶⁾ começam registrando a decadência de Minas, onde só se vêem ruínas e despovoação. “Uma gente degenerada de costumes, que eles ou seus pais foram escravos . . . servindo de peso ao Estado, pois vivem ou do furto ou esmola, gente de cor chamada, formam os habitantes destes lugares, enquanto os filhos dos antigos e ricos mineiros, caídos em pobreza, se ocultam nas roças. Alguns mineiros, a maior parte deles empenhados ou falidos, ainda sem esperança nas suas minas.”

Trata das dificuldades de minerar, das contribuições que pagam os mineiros, historia as formas de tributos, dá preços de escravos e gêneros e lastima o desprezo pela agricultura, limitada à de subsistência. Aponta as causas da ruína, a primeira devida ao Estado, que, desaparecida a riqueza mineira, não deu aos povos a direção para a agricultura, pelo contrário, proibiu até a construção de engenhos. A outra causa era a aspereza dos caminhos. “A agricultura é a mãe das artes, e fundamento da subsistência e riqueza das nações, e sempre em toda parte foi um objeto digno das maiores atenções.” Defende que se ensine os povos a agriculturar a terra e se lhes infunde o gosto e gênio para esta maneira de vida. Pleiteia que se procure animar a mineração e a agricultura. Fala dos sertões de Minas, da extensão e fertilidade de seu terreno, do Rio S. Francisco, que corre pelo centro, do clima e da importância das salinas para Minas e Goiás.

A “Memória sobre a utilidade pública em se extrair o ouro das minas e os motivos dos poucos interesses que fazem os particulares, que mineram igualmente no Brasil”⁽⁴⁷⁾ representa também o esforço sugestivo para a reconstrução de Minas, em completa decadência. Foi escrita por Antônio Pires da Silva Pontes Leme (Minas 1750? — Rio de Janeiro 1805), formado em matemática pela Universidade de Coimbra, colega de Francisco José de Lacerda e Almeida e depois companheiro deste e de Ricardo Franco de Almeida Serra na comissão demarcadora de limites do Tratado de 1770. Fez várias explorações pelos rios Branco, Guaporé, Tapajós e Jauru, sobre os quais escreveu Diários⁽⁴⁸⁾.

No prolegômeno cita um artigo de uma Enciclopédia, que afirmava: “quanto for maior a massa de ouro na Europa, tanto mais Portugal será pobre, tanto mais tempo será ele uma Província de Inglaterra, sem que por isso ninguém seja mais rico”, e acrescenta “que o ouro e os diamantes

(45) *RIHGB*, 1846, t. 8, 53-64. A cópia do manuscrito foi oferecida por D. Pedro II, mas sem declaração de origem.

(46) *RIHGB*, 1862, t. XXV, 421-435.

(47) *RAPM*, julho a setembro de 1896, Ano I, fasc. 3, 417-426.

(48) Sacramento Blake, *DBB*, 1883, vol. 1, 292-294, onde se registra sua bibliografia, excetuada a “Memória” aqui referida.

do Brasil têm feito de Portugal o país mais árido e um dos menos habitáveis”. Crítica essas teses e declara que “as Minas Gerais são hoje no continente da nossa América o país das comodidades da vida, e só o ouro o fez assim; não se encontram em outras Capitanias mais que a riqueza dos gêneros em bruto, algodão, arroz, açúcar, cacau e café”. Condena que, sendo as Minas Gerais quase todas de ferro, importasse ferro da Biscaia e da Suécia. Ele quer que se promova a indústria dos habitantes nos outros artigos fora do ouro.

Tanto na Biblioteca Pública do Porto, como na da Ajuda, existem descrições inéditas sobre as Minas, que deveriam ser copiadas e publicadas, como o “Discurso sobre o Estado Atual das Minas do Brasil, dividido em duas partes. Na primeira mostra-se como as Minas de Ouro são prejudiciais a Portugal não só pelo muito que já hoje o Estado perde nelas, mas também pelos muitos braços que elas tiram da agricultura; na segunda apontam-se os meios de se aproveitar a agricultura do Continente das Minas que aliás é já perdido para o Ouro”⁽⁴⁹⁾, e a “Descrição Geografica, Topographica, Historica e Politica da Capitania das Minas Gerais, seu descobrimento, estado Sivel, e Politico e das Rendas Reaes”⁽⁵⁰⁾.

2. Cláudio Manuel da Costa

Nascido em Vargem do Itacolomi, aos 5 de junho de 1727, Cláudio Manuel da Costa foi sobretudo um poeta arcadiano que escreveu as *Obras Poéticas*⁽⁵¹⁾ e o poema épico *Vila Rica*⁽⁵²⁾, o qual é precedido de um Fundamento Histórico⁽⁵³⁾. A biografia e bibliografia de Cláudio Manuel da Costa é muito estudada⁽⁵⁴⁾, mas foram sobretudo Ramiz Galvão⁽⁵⁵⁾, Alberto Lamego⁽⁵⁶⁾ e Rodrigues Lapa⁽⁵⁷⁾ os que trouxeram novidades sobre sua poesia, biografia e bibliografia⁽⁵⁸⁾. Seu envolvimento na Con-

(49) *Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, Lisboa, 1938, 212-214.

(50) *Inventário dos Manuscritos da Biblioteca da Ajuda Referentes à América do Sul*, Coimbra, 1946, p. 597, n.º 1.997.

(51) Coimbra, 1768, reeditadas por João Ribeiro, Rio de Janeiro, 1903, 2 vols.

(52) Ouro Preto, 1839.

(53) Primeiro publicado no *O Patriota*, abril de 1813, 40-60, depois no *Correio Braziliense*, 1819, vol. 2, 302-313 e na edição de João Ribeiro das *Obras Poéticas*, t. II, 151-179.

(54) Vide para a bibliografia sobre ele, Otto Maria Carpeaux, *Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira*, 2.ª ed. revista e aumentada, Rio de Janeiro, 1955, 48-49; as histórias da literatura de Sílvio Romero e João Ribeiro (*Compêndio*), e a *História de Sílvio Romero*, a de José Veríssimo, de Ronald de Carvalho e a editada sob a direção de Afrânio Coutinho, dedicam-lhe páginas especiais sobre sua poesia.

(55) *Revista Brasileira*, 1896, II, 65-73.

(56) “Autobiografia de Cláudio Manoel da Costa”, *RABL*, janeiro, 1912.

(57) *Subsídios para a biografia de Cláudio Manoel da Costa*, separata da *Revista do Livro*, março 1958, 7-25.

(58) Na *RIHGB* foram publicadas as biografias por J. M. Pereira da Silva, vol. XII, 529-549; por J. C. Fernandes Pinheiro, vol. XXXII, parte 2, 113-124; por J. Norberto de Sousa e Silva, vol. LIII, 118; nos *ABN*, “Cláudio Manoel da Costa”, 1876-1877, I, 373-378; 1876-1877, II, 113-114; na *RAPM*, “Cláudio Manoel da Costa, Notícia biográfica”, 1896, I, 373-390; Fernando Lobo, “Cláudio Manoel da Costa”, 1897, II, 536-538; “Cláudio Manoel da Costa”, XIV, 577-587; “Cláudio Manoel da Costa”, por Afrânio de Melo Franco, 1929, vol. XXIII, 41-67, publicada também na *RIHGB*, 1930, t. 106, vol. 160, 292-321; Afonso Mendonça de Azevedo, “Conferência”, *RAPM*, XXIII, 25-39; “Poetas de Villa Rica. Dr. Cláudio Manoel da Costa”, *RAPM*, XXV, 395-414; Lúcio José dos Santos, “Onde Morreu Cláudio Manoel da Costa”, *RAPM*, julho 1937, Ano XXV, 451-466.

juração Mineira, sua prisão e seu suicídio ou assassinato podem ser bem estudados nos próprios *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira* ⁽⁵⁹⁾. Sua morte foi considerada misteriosa ⁽⁶⁰⁾, ocorrida na Casa dos Contos ⁽⁶¹⁾ e possivelmente assassinado pela polícia ⁽⁶²⁾.

O melhor texto da “Memoria Historica e Geographica da Descoberta das Minas” é o do *Patriota*, que tem este título mudado para “Fundamento Histórico” na edição do poema *Vila Rica* ⁽⁶³⁾. As variantes que se notam num e noutro texto foram observadas primeiro por Teixeira de Melo na crítica citada, atribuindo a melhor apresentação formal a Manuel Teixeira de Araujo Guimarães, que dirigia o *Patriota*, e depois por José Honório Rodrigues, que anotou as principais diferenças entre um e outro texto ⁽⁶⁴⁾.

Também não está devidamente apurado se Cláudio Manuel se valeu das informações dos “Primeiros Descobridores das Minas Geraes” de Bento Fernandes Furtado, ou se ele mesmo teria redigido esta notícia, segundo as informações de Bento Fernandes, que depois reaparecem na sua “Memoria”. A relação entre o texto de Bento Fernandes, Cláudio Manuel da Costa e a “Memoria historica” de José Joaquim da Rocha é evidente ao se compararem os textos. Suspeita-se que a relação de Bento Fernandes seja de autoria de Cláudio, seu amigo, e pode-se notar os plágios de José Joaquim da Rocha da “Memoria” de Cláudio Manuel, embora seja justo lembrar que o texto do primeiro é mais fundado e mais longo.

A “Memoria” de Cláudio Manuel da Costa é a mais bem feita, a mais sintética, a mais fluente. É uma obra histórica concisa, que começa revelando como os paulistas, tidos como homens sem sujeição até mesmo ao Soberano, faltos de conhecimento e de respeito “são os que nesta América têm dado ao mundo as maiores provas de obediência, fidelidade, e zelo pelo seu Rey e pela sua Pátria”. Os trabalhos, as dificuldades, a ambição pelo cativo dos índios e pelo ouro fizeram com que os conquistadores avançassem pelo sertão, atravessassem as Minas, reduzissem à escravidão inumeráveis índios e descobrissem o ouro. Conta as primeiras investidas e descobertas, aponta os primeiros bandeirantes, já usa a palavra bandeira, e mostra como elas foram até o mais recôndito das Minas, menos pelos índios, que pela diligência do ouro. O grande número de concorrentes, a emulação entre os moradores de São Paulo e os de Taubaté, esta a primeira vila à entrada do sertão, concorreram para a grande busca e as grandes descobertas. Diz Cláudio Manuel que “como seria sumamente extensa uma relação individual de todos os nomes, da multipli-

(59) Rio de Janeiro, 1936, vols. I, II, V, VII contendo o Acórdão (129), os embargos (159), o acórdão definitivo (171), no qual se reconhece o defeito de se não lhe dar o juramento quanto a terceiros, e a sentença final (195).

(60) “Notícia Biográfica”, *RAPM*, abril-junho 1896, Ano 1, fase 2, 375.

(61) Lúcio José dos Santos, “Onde morreu Cláudio Manoel da Costa”, *RAPM*, XXV, 451-460.

(62) José Alexandre Teixeira de Melo, “Cláudio Manoel da Costa”, *RAPM*, julho-setembro 1897, Ano II, fasc. 3, 536-538.

(63) Ouro Preto, 1839.

(64) “Historiografia das Minas”, *Teoria da História do Brasil*, 1.ª ed., 1949, 232; 3.ª ed., 1969, 399-400; 4.ª ed., 1978, 399-402.

cidade dos que se gloriam de descobridores, bem como dos rios, córregos e serras, que por sua ordem se foram descobrindo; ainda que de tudo isto tenhamos uma verídica e suficiente informação, contentar-nos-emos de fazer ver ao leitor pelas datas dos tempos, quais foram aqueles que deram ao manifesto, as mais ricas faisqueiras, em que hoje se acham criadas as vilas de Ouro Preto, do Sabará, da cidade de Mariana, as vilas do Caeté, de São João d'El Rei, do Príncipe no Serro Frio, que fazem as cabeças das quatro comarcas da capitania de Minas Gerais”.

Trata a seguir, uma a uma, da vila do Carmo, então cidade de Mariana, de Ouro Preto ou Vila Rica, de Sabará, de Caeté, ou Vila da Rainha, de Serro Frio, Vila do Rio das Mortes, vilas de São João e de São José; da série de governadores, desde a anexação da nova conquista com São Paulo e São Vicente ao Rio de Janeiro, até o governo do Conde de Valadares, José Luís de Menezes Abranches (1763-1768). Ao descrever a obra destes governos, os principais fatos, figuras e feitos estão sucintamente anotados. A “Memoria” é uma construção histórica, rara pelo seu tratamento sintético, valiosa pela temática de tanta influência no destino de Minas e do Brasil, e fluente e limpa pelo seu tratamento.

3. José Joaquim da Rocha

Pouco ou quase nada se sabe de José Joaquim da Rocha (Aveiro, Port. 1749 - ?), que era sargento-mor de ordenança das Minas Novas; vivia de negócios, e serviu como testemunha no processo da Conjuração Mineira. No seu primeiro depoimento (25 de junho de 1789), não indigno como o foram os de tantos outros, declarou ter visto na Ópera do Rio de Janeiro o oficial Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha Tiradentes, sofrer uma pateada, que soube ser devida a ter ele espalhado que havia de fazer feliz a América, e muito mais aquela cidade, e que todos se riram. José Joaquim da Rocha atribuiu essa asserção ao requerimento que este fizera para introduzir água no Rio de Janeiro, mas que a respeito do levante que se pretendia fazer no Rio ou em Minas, ele nunca ouvira falar nem do dito Alferes, nem outra pessoa alguma. Afirmou ainda que ao hospedar-se em casa do sargento-mor Manuel Antônio de Moraes, nas Congonhas do Serro Frio, a quem visitava algumas vezes, em uma delas achou ali o Alferes, uma única vez, mas não estava lembrado da conversação que mantivera com Manuel Antônio e Joaquim José denunciada pelo segundo denunciante da Conjuração, o Tenente-Coronel Basílio de Brito Malheiro do Lago, na qual o Alferes manifestara suas intenções revolucionárias⁽⁶⁵⁾. Seu segundo depoimento (1.º de agosto de 1789), na Segunda Devassa, não do Governador de Minas Gerais, Visconde de Barbacena, D. Luís Antônio Furtado de Mendonça, mas na determinada pelo Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa, já acrescentou que na pateada na Casa da Ópera lhe disseram que o Alferes era um louco, opinião pela qual era tido

(65) *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, Ministério da Educação, Rio de Janeiro, 1936, vol. 1, 117-119.

por pretender canalizar para a cidade do Rio as águas do Andaraí e do Maracanã. Só agora, preso o Alferes, acusado de aliciar gente para sedição, ele pensava que a pateada se devia a ele estar falando do dito motim. Ofereceu, então, no depoimento, um dado muito importante para sua identificação. Diz ter ele emprestado ao Alferes o mapa da população da capitania (de Minas?) sem malícia alguma, “por ter sido incumbido pelos Ilmos. e Exmos. Generais desta Capitania de o fazer” (66).

José Joaquim da Rocha é o autor do “Mapa da Capitania de Minas Gerais”, feito em 1777, do “Mapa da Comarca do Rio das Mortes” (1778), do “Mapa da Comarca de Vila Rica” (1778), do “Mapa do Julgado das cabeceiras do rio das Velhas e parte da capitania de Minas Gerais” (1796), do “Mapa da comarca do Serro Frio” (67). Trata-se, assim, de um sargento-mor (equivalente a major) da milícia não paga, de um negociante e cartógrafo, um dos primeiros do Brasil e de Minas. Não se pode assim confundir-lo nem com José Joaquim da Rocha, pintor mineiro (1737-1807), que trabalhou mais de 40 anos na Bahia, muito menos com o conselheiro do mesmo nome, nascido em Mariana (1777 - Rio de Janeiro 1848), um dos promotores do *Fico*, fiel aliado de José Bonifácio (68).

Assim, José Joaquim da Rocha, com esses estudos preliminares, geográficos e cartográficos, achava-se em condições excelentes para compor a “Memoria Historica da Capitania de Minas Geraes” (69), ou “Geographia Historica da Capitania de Minas Geraes” (70), ou “Descrição geographica, topographica, historica e politica da Capitania das Minas Geraes, seu descobrimento, estado civil, politico e das rendas reaes” (1781) (71), e, finalmente, de uma edição fac-similar, limitada a cinco ou seis exemplares de cópia existente no Ministério das Relações Exteriores, com o mesmo nome de “Geografia historica da Capitania de Minas Gerais” (72).

Já escrevi que se trata da mesma obra várias vezes editada por diferentes instituições, e que seu autor é José Joaquim da Rocha. O melhor estudo sobre os vários textos é o de Francisco Lobo Leite Pereira, na introdução que escreveu para a edição do Arquivo Nacional. Salvo pequenas diferenças no texto, fruto de várias cópias, trata-se da mesma obra na forma e no fundo; as mesmas matérias, quase na mesma soma, os mesmos documentos expostos do mesmo modo, o mesmo singular plano de coordenação, as mesmas idéias com a mesma concatenação, o mesmo modo de enunciar-las, e em geral as mesmas palavras. Esta edição parece ser aquela em que o texto foi mais cuidadosamente examinado e editado.

(66) *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, ob. cit., vol. III, 329-331.

(67) *CEHB*, respectivamente n.ºs 3157, 3182, 3184, 3185, 3196.

(68) Hello Gravatá, “Contribuição Bibliográfica para a História de Minas Gerais”, *RAPM*, dezembro 1876, XXVII, p. 191; nos Documentos Biográficos da Biblioteca Nacional aparecem vários José Joaquim da Rocha.

(69) *RAPM*, julho a setembro de 1897, II, 425-517, cópia do manuscrito da Biblioteca Nacional feita por Antônio Jansen do Paço, chefe da Seção.

(70) *PAN*, 1909, IX, 13-100, cópia manuscrita do próprio Arquivo Nacional.

(71) *RIHGB*, 1909, t. 71, 1.ª parte, 117-197, cópia da Biblioteca da Ajuda, trazida para o Instituto Histórico por Norival Soares.

(72) Baseado no manuscrito oferecido ao Barão do Rio Branco por Manuel Jacinto F. da Cunha, datado de Lisboa, 7 de setembro de 1910. O despacho do Ministro Afrânio de Melo Franco para reprodução é de 1933, e a edição deve ser posterior a 1935.

Na introdução que escreveu para a publicação do texto de José Joaquim da Rocha pelo Arquivo Nacional, Francisco Lobo Leite Pereira diz que o autor, depois de compor a *Geographia historica da capitania de Minas Geraes*, ao pretender dedicá-la ao governador, a refez, melhorando-a e abreviando-a, transpondo algumas vezes a matéria, suprimindo algumas partes, acrescentando uma extensa narração relativa ao governo de D. Rodrigo José de Menezes e Castro (1780-1783). Mudou, então, o título para *Historia Corográfica*. Outra cópia, com pequenas diferenças, omissão do nome do autor e dedicatória, com título mudado para *Memória Histórica*, foi a trazida por Norival Soares, de Portugal. Lobo Pereira sustenta que a *Descrição Geográfica* é a segunda forma da *Geografia Histórica*, modificada em vários pontos e diminuída em algumas partes. Conclui que a *Descrição*, salvo diferenças de redação e substituições de palavras, é a *História Corográfica* referida por Pizarro duas vezes nas suas *Memorias Historicas do Rio de Janeiro e das provincias annexas á jurisdicção do vice-rei do Estado do Brasil* (73).

A *Geografia Histórica* é a forma anterior da *História Corográfica*. A *Memória Histórica* é outra forma, contendo apenas transposições de períodos, intercalações de tábulas, abreviações de narrativas. Do confronto dos textos, parece, diz ele, que a *Memória Histórica*, a *Geografia Histórica* e a *Descrição Geográfica* são a mesma obra, na forma e no fundo, salvo pequenas diferenças (74).

Presume-se que José Joaquim da Rocha serviu-se do *Fundamento Histórico* de Cláudio Manuel da Costa, embora tivesse dado outra feição ao seu livro, quer na forma, quer na extensão. Era comum usar-se com liberdade das cópias que então corriam de mão em mão.

Ele diz ter escrito “sem alterar a verdade, o que a nossa inteligência alcançou nas exatas diligências que fez por si, e por pessoas de conhecida razão podemos conseguir sobre fatos, que ou a tradição conserva na memoria, ou os escreveu raramente algum gênio que os testemunhou de vista”.

Na *Geografia Histórica*, Rocha descreveu a situação geográfica, as descobertas, “os ódios entre filhos de São Paulo e os naturais de Portugal” e afirmou que “foi Albuquerque [Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, 1.º governador da capitania independente (do Rio de Janeiro) de São Paulo e Minas, 1710-1713] o primeiro que sustentou com desembaraço as rédeas do governo; que pisou as Minas com luzimento, e firmeza de caráter que El-Rei o pusera, que promulgou as leis do Soberano, e fez respeitar neste continente o seu nome”.

O livro, segundo o texto editado pelo Arquivo Nacional, se divide em capítulos sobre o estabelecimento e criação das vilas, sobre Mariana, Vila Rica, Sabará, o governo de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1709-1713) até o de D. Rodrigo José de Menezes e Castro (1780-

(73) Rio de Janeiro, 1820-1822, 9 ts. em 5 vols.; 2.ª ed., Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1945-1948, 9 vols.

(74) José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*; 3.ª ed., 1969, pp. 400-401; 4.ª ed., 1978, 400-401.

1783), a descrição dos rios, dos capitães-mores e coronéis, a divisão das comarcas, o relato das pedras, das tintas, dos animais silvestres, aves, rendimentos, folha eclesiástica, várias listas de despesa, e tábulas de ofícios nas várias vilas, a folha militar, uma recapitulação geral sobre os rendimentos e despesas, as propinas que venciam o General e os oficiais da administração, e o mapa de habitantes (319.769, somando brancos, pardos e pretos, homens e mulheres, sempre mais pretos e pretas, e tantos mulatos e mulatas quanto brancos e brancas), o quinto do ouro, o rendimento das Câmaras, as paróquias, e o valor comparativo entre os quilates e os réis ⁽⁷⁵⁾.

4. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos

Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos nasceu na freguesia de Santo Ildefonso e morreu no Rio de Janeiro, como Juiz criminal do distrito de São José, aos 19 de setembro de 1812 ⁽⁷⁶⁾. Estudou no Seminário de Mariana, pois veio para Minas muito cedo com seu avô materno Jacinto Pereira Ribeiro, que residia em Ouro Preto e tinha lavras em Congonhas do Campo. Formou-se em leis em Coimbra em 1783, casou-se com Maria do Carmo Barradas tendo 11 filhos, sendo o sexto e o sétimo Bernardo Pereira de Vasconcelos e Francisco Diogo, ambos Senadores, e ainda o primeiro, um dos maiores parlamentares do Império. Ocupou vários cargos, tendo sido procurador da Fazenda, Caixa dos Diamantes do Abaeté ou Lorena, criador da administração de Indaiá e juiz do crime ⁽⁷⁷⁾.

Na primeira Devassa, mandada fazer pelo governador Visconde de Barbacena, ele foi chamado, aos 29 de maio de 1789, para responder às perguntas que lhe foram feitas. Disse que não sabia a causa de sua prisão, nunca ouvira queixas contra o governador, e havia sabido da prisão de Tiradentes e ouvia ser devido ao “Alferes espalhar umas parvoíces, dizendo que queria fazer uma República”, não sabia o motivo das prisões, atribuía-as a extravio de Ouro ou Diamantes. Sendo instado a não ocultar a verdade, pois “constava que ele havia contado ao desembargador Antônio Gonzaga, poucos dias antes da prisão do mesmo, que em certa noite entrara um vulto que parecia rebuçado pelo quintal do Doutor Cláudio Manoel da Costa, e batendo-lhe na janela, lhe fizera aviso debaixo de todo segredo que estavam para se fazerem nesta Vila várias prisões, e que ele o dito Doutor e seus parciais se acautelassem”. Diogo respondeu que nunca ouvira falar em semelhante matéria a pessoa alguma, e que ele não contara tal sucesso a ninguém, e muito menos ao dito desembargador ⁽⁷⁸⁾.

Na Devassa processada no Rio por ordem do Vice-Rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa, ele aparece, fazendo novo depoimento. Diz-se sol-

(75) O texto publicado pela *RIHGB* não contém os dados estatísticos.

(76) Diogo L. A. P. de Vasconcelos, “Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos. Notas Genealógicas”, *RAPM*, julho a dezembro de 1902, VII, 751-756, e “Diogo de Vasconcelos” in Diogo L. A. P. de Vasconcelos, *História Média de Minas Geraes*, Belo Horizonte, 1974, 4.ª ed., 303-313. A 1.ª edição é de 1918. Nas “Notas” dá a data de 19 de setembro de 1812, e na *História* escreve junho de 1812.

(77) Vide “Regimento da Provisão do Caixa e Administrador Geral... dos Diamantes de Abaeté”, *RAPM*, janeiro a junho de 1904, IX, 379-386.

(78) *Autos da Devassa*, *ob. cit.* ed. 1936, II 201-204.

teiro com 30 anos, e advogado. Perguntado sobre o que dissera o Coronel Francisco de Paula Freire que estando ele em casa do Doutor Cláudio Manuel da Costa, este estava agoniado e “sua aflição nascia de lhe terem dito que o tinham denunciado, por fazer figura na Sublevação e Motim, que se pretendia fazer; porém não declarou, ele testemunha, quem lhe tinha feito este aviso; depois desta conversa entrou em casa do dito Doutor Cláudio Manuel da Costa o desembargador Tomás Antônio Gonzaga, e tornando o dito Cláudio a repetir a conversa, mostrou o dito desembargador ter já a mesma notícia ao que ele testemunha acrescentou que tinha ouvido dizer a Joaquim de Lima que no Rio de Janeiro estavam presos o Coronel Joaquim Silvério dos Reis e o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o que já nesta Vila era público e notório, assim como era público e notório que nesta Vila tinham denunciado ao Coronel Inácio José de Alvarenga e ao Cônego Luís Vieira da Silva, o que ele testemunha, além da dita publicidade, tinha ouvido dizer ao mesmo Joaquim de Lima, e nesta forma só, que é verdadeiro o referimento” (79).

Como se vê, o procedimento de Diogo Pereira de Vasconcelos é correto, sem delatar ninguém, confirmando apenas fatos já sabidos.

Seus estudos “Descobrimento de Minas Geraes” (80), ou “Breve Descrição Geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais” (81) perpetuam-lhe a memória mais do escritor que o depoimento da testemunha, português aliado do colonialismo lusitano.

A edição da “Breve Descrição” feita pelo Instituto Histórico, saiu sem nome de autor, e a do Arquivo Mineiro indica como autor Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos. A crítica de atribuição feita pelo autor da nota introdutória recorreu à publicação da parte inédita, o capítulo 12, “Pessoas ilustres da Capitania” (82), publicado depois da edição do Instituto, mas antes da edição do Arquivo para identificar o autor.

No parágrafo 6 ele declarou ser cunhado de Bernardo de Souza Barradas, irmão de sua mulher Maria do Carmo Barradas, e no parágrafo 20 afirmou que João de Souza Barradas era pai de sua mulher e avô de seus filhos, e mais no parágrafo 34 referiu-se ao dr. José Pereira Ribeiro como seu tio (83).

Escreveu o introdutor da edição do Arquivo que “além dessas indicações que são positivas, algumas circunstâncias deporiam no mesmo sentido, e entre elas o estilo da obra, personalíssimo do Dr. Diogo, o achar-se este em Vila Rica ao tempo em que foi escrita, os seus sentimentos de gratidão para com o governador, as suas idéias legitimistas”, afora as iniciais lançadas no prefácio D.P.R.V. Este último argumento devia ser o primeiro e o decisivo.

(79) *Autos da Devassa*, ob. cit., ed. 1936, vol. III, 394-395.

(80) *RIHGB*, 1866, t. 29, parte 1, 5-115.

(81) *RAPM*, janeiro a março de 1901, VI, 761-965.

(82) *RAPM*, julho a setembro de 1896, I, 443-452.

(83) Sobre essas relações ver de Diogo L. A. P. de Vasconcelos, “Dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos”, *RAPM*, julho a dezembro de 1902, VII, 752-756.

Na verdade, as idéias realistas, governistas, colonialistas, sua naturalidade portuguesa, a dedicatória ao governador Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo (1801-1803) é que o levaram ao discurso oficial na festa pública celebrada aos 22 de maio de 1792⁽⁸⁴⁾, ao poema dedicado ao governador Pedro Maria⁽⁸⁵⁾, e finalmente à ocultação do nome de Cláudio Manuel da Costa na referida lista das personalidades da Capitania. Seu bisneto Diogo de Vasconcelos, no capítulo especial sobre seu bisavô, justificou a falta dizendo que mesmo que ele o colocasse, a censura o eliminaria por ter sido Cláudio Manuel declarado infame e também porque teria que aceitar o suicídio, a versão oficial da sua morte. Além disso ele citou Luís Vieira da Silva, também inconfidente, mas que como réu eclesiástico fora afastado do processo geral e incluído num especial⁽⁸⁶⁾.

A defesa do bisneto é bem argumentada e procura justificar o bisavô com seus atributos de português, magistrado, cheio de interesses, ligado ao meio oficial, mas nada disso elimina a baixaza da exclusão de Cláudio Manuel da Costa criticada primeiro por Ramiz Galvão⁽⁸⁷⁾, e por Xavier da Veiga na própria *Revista do Arquivo Público Mineiro*, imputando-lhe o medo e a subserviência com que omitiu o nome do grande poeta⁽⁸⁸⁾.

Quanto ao texto, fizemos graves reparos à edição do Instituto Histórico, suas omissões, bem como à edição do Arquivo, reproduzindo o texto da *Revista* do Instituto, com omissões de algumas partes e do famoso capítulo sobre as personalidades da capitania, publicado em número anterior da *Revista do Arquivo*⁽⁸⁹⁾.

A “Breve Descrição Geographica, Physica e Politica” é uma fonte primordial da história de Minas Gerais e das três comentadas a mais completa, embora o estudo da história de Minas não dispense os ensaios de Cláudio Manuel da Costa e de José Joaquim da Rocha. É uma narrativa completa com a descrição geográfica, os descobrimentos, a descrição política, as cidades e suas dioceses, dados estatísticos e econômicos, a agricultura, as manufaturas e o comércio de cada cidade ou vila, a navegação, as forças militares, a povoação e os costumes, as Minas e os Quintos, as casas de fundição e moeda, a capitação e o restabelecimento das casas de fundição, os diferentes sistemas de arrecadação dos quintos, e a tábua estatística do rendimento do Real Quinto.

5. “Reflexões sobre a Capitania de Minas Geraes”

As “Reflexões sobre a Capitania de Minas Geraes”⁽⁹⁰⁾, assinadas da vila de Paracatu, a 1.º de setembro de 1818, por Antônio da Costa Rocha

(84) Sobre a festa, vide “Arrematação da Música para o *Te Deum* em ação de graças pelo malogro da Inconfidência”, *RAPM*, janeiro-março de 1897, 1, 39-41, e Diogo de Vascon-

(85) “Bibliografia Mineira. Um cimélio preciosíssimo”, *RAPM*, janeiro-março 1896, 1, 156.

(86) Vide Ernesto Ennes, *A Inconfidência Mineira e o Processo dos Réus Eclesiásticos*, celos, “O Dr. Diogo Pereira de Vasconcelos”, in *História Média de Minas Gerais*, ob. cit., 308. Lisboa, 1950, 32-38.

(87) “Cláudio Manoel da Costa”, *Revista Brasileira*, 1896, 11, 65-73.

(88) “Cláudio Manoel da Costa (Notícia biográfica)”, *RAPM*, 1896, 1, 373-397.

(89) José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, 3.ª ed., 1969, 401; 4.ª ed., 1978, 401.

(90) *Correio Braziliense*, Londres, 1819, vols. XXII-XXIII, n.º 132, 527-528; 628-633 e 63-69.

Pita, é uma análise crítica rigorosa, desconhecida, tanto quanto seu autor. Criticam as observações feitas na *Gazeta da Bahia* (13 de março de 1818) sobre uma carta de G. H. de Langsdorff, Barão de Langsdorff, encarregado de negócios do Império Russo no Brasil, que havia sido transcrita no n.º 6 da mesma *Gazeta*, contendo suas considerações sobre a capitania de Minas. Langsdorff foi um escritor importante sobre o Brasil e sua obra, publicada em alemão, foi em parte traduzida para o francês e o português⁽⁹¹⁾.

O autor das “Reflexões” declara ser mineiro e não tomar o partido patriótico que anima o redator, pois quando se fala ao público deve prevalecer a verdade, e não se deve encobrir os defeitos nacionais. Afirma não conhecer o conselheiro Langsdorff, mas pelo que sabe da capitania de Minas, ele por ela viajou com os olhos bem abertos e próprios de um naturalista que ao primeiro golpe tudo descortina. Achava que se não devia revoltar contra ele por dizer que o vício reinante em Minas é a preguiça, e que se não cultivam as terras pela grande sede do ouro. Rocha Pita acha que o mineiro não é só preguiçoso nos trabalhos da terra, mas “afirmo que são preguiçosos para todo e qualquer trabalho”. E que pretende, no quadro fiel e exato das qualidades morais e físicas de todas as classes dos habitantes de Minas, tirar a conclusão sobre o seu caráter.

Começa afirmando que Minas tem 400.000 habitantes, dos quais 250.000 são livres e 150.000 escravos. Não examina os últimos porque são meros instrumentos e executores empregados pelos primeiros à força dos chicotes. Os livres são brancos, pardos e pretos, e os “vermelhos” são apenas 9.000; os brancos são 87.000, os pardos 109.000 e os pretos 48.000. Ele não distingue classe e raça e a estrutura social para ele se divide nestes três grupos brancos, pardos e pretos. Acentua ser em todas as três raças maior o número de mulheres que homens, perfazendo a metade da população, e da outra metade, dois terços são crianças. Em consequência, os brancos ficam com 16.000 adultos, os pardos 18.000 e os pretos 8.000, dando 42.000 para o sexo masculino e outro tanto para o feminino, o que soma 84.000 no total. Todos estes, com poucas exceções de uns “mui poucos alfaiates, e sapateiros ignoram o que é trabalhar e vivem na mais escandalosa ociosidade, sustentando-se à custa do suor dos seus escravos, ou à custa da fazenda alheia”.

Os brancos são funcionários públicos, mineiros, fazendeiros e negociantes; os lugares que dão honra e dinheiro são por eles ocupados e ricos são os mineiros, num número de meia dúzia de casas que tenham 200.000 cruzados de fundo ou trezentos escravos. Com os funcionários, neles incluídos os militares e os comerciantes, se forma a porção distinta de Minas. Como são dominados por pensamentos de nobreza os primeiros têm por baixeza empregar-se por mais de duas horas por dia; os demais aproveitam-se de todos os dias santos e todos os feriados para se subtraírem

(91) CEHB, n.ºs 1053 e 1111 em alemão; 1122-1125 e 19897 em francês; a tradução portuguesa é a *Memória sobre o Brasil para servir de guia àqueles que nele se desejam estabelecer*, trad. de A. M. de Sampaio, 1822; todas as obras foram publicadas entre 1807 e 1828.

ao pequeno trabalho que fazem, lançando mão das mais insignificantes enfermidades para fugirem de suas obrigações, o que permite afirmar que durante todo ano trabalham somente 30 dias a seis horas por dia. Por isso é S. M. tão mal servida, apesar do grande número de funcionários; mas este mal é o mais geral e endêmico no Brasil.

O estudo, a leitura, a escrita, o passeio, a sociedade são detestados pela classe dos brancos. Descreve então como a ociosidade se liga aos grandes e pequenos vícios, a miúda indagação da vida alheia, as mentiras, as infidelidades e intrigas. “A divisa geral dos negociantes é lesar a todos os homens” e nisso tiram mais lucros que os judeus polacos. Não param aí seus defeitos: “levantar-se tarde, comer demasiado, dormir longuíssimas sestras, procurar uma mui particular conversa à noite, na companhia de seus mais íntimos, não com o intento de se instruírem, mas só na mira de forjar mentiras, e dar princípio às novas intrigas que no dia seguinte devem aparecer, e até para se regozijarem com os males alheios. Eis o esboço do que são os homens brancos de Minas”.

Langsdorff, acrescenta Rocha Pita, não se desviou da verdade quando escreveu: “Que se faltar por oito dias a importação nestes lugares todos padecerão de fome, tendo muitas vezes bastante ouro nas gavetas”.

Aos mineiros e roceiros, subdivisão da classe branca, “espalhados pelas suas fazendas e lavras e entretidos com esse trabalho, não sobra tanto tempo, para que possam cair nos mesmos defeitos, a que são propensos os moradores das povoações grandes; em consequência são por necessidade menos viciosos. Contudo o seu estado em muitas cousas é o mesmo que o dos outros; sujeitos igualmente à preguiça, os seus próprios interesses não os espoream a mais atividade; abandonam as suas lavras e as suas roças a feitores, que a exemplo de seus amos as administram, em geral, com tanto desmazelo, e igual preguiça e ignorância”.

Quanto aos pardos, “poucos há que sejam empregados no Real Serviço, e poucos fazendeiros e mineiros que tenham mais de doze escravos, por consequência ocupam os lugares de pouca honra e de pouco interesse. Os oficiais mecânicos se encontram entre eles, pois que os brancos abandonam aqueles ofícios”. “A moral desta classe, escória do gênero humano, e com apurado talento para a maldade, é a mais abominável. Com todos os defeitos dos brancos, com menos polidez, e nenhuma educação, eles os sobrepujam nos vícios.” Atribui-lhes ainda um gênio vingativo, uma vida escandalosa, vícios horrorosos, moral depravada, sendo “todos os sentenciados por crimes atrozes sessenta até oitenta pessoas de classe dos pardos, e dos pretos”.

Os indivíduos da terceira classe, os pretos (forros), não ocupam nem lugares de honra, nem os de proveito, não possuem lavras, nem fazendas, submergidos na maior miséria; trabalham só quanto exige sua subsistência, ou em ofícios mecânicos, ou como faisqueiros, ou alugando-se a outros, ou plantando algum espaço de terreno pertencente a outrem. Como é

menos apta aos conhecimentos, que ilustram os homens, possuem menos velhacaria, e não contribuem para o aumento da felicidade de um país. Vivem na maior preguiça, deixam de trabalhar logo que têm o que comer, têm menos vícios refinados, mas em contraposição são mais insensíveis às vozes da humanidade, sendo capazes de maior barbaridade.

Remata dizendo que as três classes são inconstantes no pensar e no agir e afirma : “o que previne para que ninguém se fie na palavra de um Mineiro; imprimindo-se desde a mais tenra idade esta inconstância nos seus filhos”. Esse reparo feito em 1819 lembra imediatamente as famosas palavras de José Bonifácio a D. Pedro I: “Não se fie V.A.R. em tudo que disserem os mineiros, pois passam no Brasil pelos mais finos e trapaceiros do Universo, fazem do branco preto e do preto branco”.

Sobre o sexo feminino das três classes escreve não ter o que expor, senão que entregam o governo das suas casas às mucamas e às escravas de sua confiança.

Para diminuir os efeitos deste retrato moral tão depressivo, remata Rocha Pita dizendo que pode haver exceções à regra geral em todas as classes, tal qual José Bonifácio acrescentou a D. Pedro I: “contudo, segundo o ditado francês, há honrados até na Normandia”.

Nega que os mantimentos do Rio venham de Minas e São Paulo, pois estes só exportam para o Rio algum toucinho, queijo e algum gado, vindo todo o artigo em grão ou do Rio Grande ou de países estrangeiros, e diz que para vergonha dos agricultores do Brasil no ano passado (1817) veio trigo de Trieste.

Declara, enfim, que se tem calculado que a classe trabalhadora trabalha no Norte da Europa toda a sua vida dez anos; na França nove, na Espanha e Portugal sete e “no Brasil os brancos em toda a sua vida não têm um só dia de trabalho corporal”. “Toda a exportação das Minas resulta, por consequência, dos trabalhos dos 150.000 escravos; um só queijo não resulta dos trabalhos e da indústria de 88.000 forros”. “A gente de Minas”, finaliza, “é mais preguiçosa e o caráter deles é não ter caráter algum”.

CAPÍTULO III

A HISTORIOGRAFIA DE MATO GROSSO

1. Relatos e Informações Mato-grossenses. 2. Os "Anais da Câmara de Vila Bela". 3. "Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá". 4. Os escritos de José Barbosa de Sá. 5. As "Memórias" de Nogueira Coelho. 6. O "Compêndio" e as "Crônicas" de Costa Siqueira. 7. O "Diário Histórico" de Antônio Pires da Silva Pontes Leme. 8. Francisco José de Lacerda e Almeida. 9. A obra de Ricardo Franco de Almeida Serra.

1. Relatos e Informações Mato-grossenses

Os primeiros relatos sobre o Mato Grosso possuem forma bem primitiva. A "Breve Notícia que dá o Capitão Antônio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota das viagens das Minas de Cuiabá e seu recôncavo na qual declara-se os reinos, a que chegou e viu por maior, sendo em tudo diminuto, porque seria processo infinito, se quisesse narrar as várias nações, nos mesmos usos e costumes, trajos e vantagens que fazem, e menos numerá-los, por se perder o algarismo, principalmente no dilatado reino dos Parecizes, tão extenso e dilatado, e seus habitantes por extremo asseadíssimos e estáveis, e tão curiosos que podem competir com as mais das nações do mundo no seu tanto, e dos que aqui não faz menção, o farão outros mais curiosos que ele. Se o faz, do que a experiência lhe tem mostrado no decurso de tantos anos, até o dia 20 de maio de 1723" ⁽¹⁾ começa no Tietê e termina em Cuiabá, e o título imenso dá uma idéia do relato. Ele trata da gente indígena na sua variedade, dos alimentos que usavam, das guerras que lutaram, do caminho que seguiram pelos rios, dos assaltos indígenas praticados pelos brancos; enumera as primeiras vítimas desde 1725, de suas armas, dos animais, destaca os Parecis, que dominam larga região, registra a descoberta das minas de Cuiabá em 1719-1720 por Pascoal Moreira Cabral, a primeira vila criada em 1.º de janeiro de 1727, chamada Vila Real do Sr. Bom Jesus, registra que "todos estes sertões e gentios de que noticia foram descobertos pelos paulistas". Comunica que em 1739 abriu, como piloto da navegação, um caminho para as minas de Cuiabá. Transcreve o Roteiro feito por ele mesmo e dado ao capitão-mor Luís Rodrigues Vilares, procurador do povo da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá para descobrimento de grandes

(1) *RIHGB*, 1.ª ed., 1862, t. 25, 437-449, e reeditado por Afonso d'E. Taunay, *Relatos Sertanistas*, São Paulo, 1953, 183-200.

haveres para as aldeias dos gentios Araés, tirado do “erudito autor das Memórias Goianas”. Antônio Pires de Campos é um bandeirante paulista dos primeiros que foi à conquista de Cuiabá. Aos quatorze anos já participava das aventuras sertanejas de seu pai Manoel de Campos, que era cabo e governava a tropa armada que fora conquistar o gentio habitante da serra dos Martírios. Nesta mesma bandeira também andara com ele Bartolomeu Bueno da Silva, da idade de seu pai, conforme as “Notícias de Antônio Pires de Campos, dadas por Antônio do Prado Siqueira no ano de 1769” (2).

Outro roteiro histórico é a “Demonstração dos diversos caminhos de que os moradores de São Paulo se servem para os Rios Cuiabá e Província de Cochiponé” (3). A ida é explicada com muita atenção e cuidado, advertindo sobre os perigos e dificuldades, e a volta é muito sumária e, como sempre, voltando para as matas de Botucatu e daí para Sorocaba, a grande porta de penetração ao sertão.

As “Notícias das Minas dos Martírios oferecidas ao Governador e Capitão General Luís D’Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres” (1772-1791), por João Leme do Prado (4) são muito curiosas, pois contam as proezas e dificuldades que enfrentou Bartolomeu Bueno da Silva na descoberta das minas de Cuiabá e em Goiás (5).

O “Divertimento Admirável” de Manuel Cardoso de Abreu é uma narrativa da navegação para as minas de Cuiabá e Mato Grosso, de que já tratamos no capítulo sobre a historiografia paulista.

A *Relação da Chegada que teve a gente de Mato Groço, e agora se acha em companhia do Senhor D. Antonio Rolim desde o porto de Araritagubá, até a esta Villa Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá* (6) conta a viagem que fez Gomes Freire de Andrada, governador da Capitania do Rio de Janeiro, e de grande parte do Brasil em 1748 (Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento), ao juntar-se a seu primeiro governador, nomeado em 1748 e que só tomara posse em 1751. Gomes Freire partiu com grande gala e acompanhamento de canoas, gente e mantimentos e teve que enfrentar os índios e vencê-los. O trecho final dá uma idéia do objetivo da *Relação*: “Esta he a noticia, que dá a conhecer quem he Gomes Freire, e o que fora, se tivera as occasiões como os espiritos, seja-lhe objeto esta lembrança, com que se divulga a sua gloria, e authoriza igualmente a nossa Patria”. Apesar do tom bajulatório, a *Relação* trata apenas da viagem e das dificuldades para alcançar Cuiabá, e nada tem sobre o governo de

(2) *Relatos Sertanistas, ob. cit.*, 197; sobre Pires de Campos vide *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil*, São Paulo, 1953, 97.

(3) *Relatos Sertanistas, ob. cit.*, 201-207.

(4) *Relatos Sertanistas, ob. cit.*, 213-214.

(5) Veja sobre Bartolomeu Bueno da Silva, Francisco de Assis Carvalho Franco, *DBSB*, São Paulo, 1953, 366-370.

(6) Lisboa, 1754; está incluída na coleção de folhetos de Barbosa Machado, reunida sob o título *Noticias Históricas e Militares da América*, vide descrição in Ramiz Galvão, “Diogo Barbosa Machado”, *ABN*, VIII, p. 378, n.º 1.585.

Antônio Rolim de Moura Tavares, conde de Azambuja, primeiro governador da capitania geral de Mato Grosso, criada em 1748, mas que tomou posse em 1751 e a governou até 1762.

Em 1797, o dr. Francisco Maurício de Sousa Coutinho, governador do Pará (1790-1803) e irmão do Conde de Linhares, D. Rodrigo, e do Conde de Funchal, D. Domingos, escreveu a “Informação sobre o modo por que se efetua presentemente a navegação do Pará para o Mato Grosso e o que se pode estabelecer para maior vantagem do comércio, e do Estado”⁽⁷⁾, que debate a comunicação do Pará para Mato Grosso efetuada pela navegação dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, a única, pois não se tentaram outras, nem se procuraram abrir estradas por terras. Sousa Coutinho aponta as dificuldades, trabalhos e perigos que encontravam os que a faziam, a extraordinária mortandade de índios, cuja vida e conservação se consideravam pouca coisa, e a alimentação que se adquiria da caça e da pesca. As embarcações eram as canoas, as menores com porte de 400 e 500 arrobas, que exigiam 40 a 60 homens para se moverem, e para que se varasse a terra quando fosse necessário. Para ocupar tanta gente era preciso possuir várias embarcações e a carga devia proporcionar recursos que indenizassem as despesas, e somente negociantes de cabedal grosso e de crédito podiam-na realizar.

O subido preço dos gêneros em Mato Grosso compensava o emprego e empate de cabedal ou crédito, mas prevalecia sempre a falta de gente. Aos índios, os mais próprios para essas viagens, repugnava empregarem-se nelas, por terem sido muitos os que nelas se empregando se tinham sacrificado, sem que respeitassem em relação a eles os direitos que as leis concediam aos homens livres, pois eram tratados como se tratavam escravos, ou pior, porque quando chegavam ao ponto de não poderem trabalhar, que morressem ou que vivessem pouco importava, pois não custavam o que custavam os escravos. A repugnância dos índios pelo trabalho pesado e contínuo fazia com que, quando chegavam a Mato Grosso, abandonassem o serviço, enquanto os pretos escravos custavam grande trabalho para se conseguirem, pela limitada importação e pelo custo de grandes somas que por eles se exigiam.

Os comboios que serviam aos negociantes eram servidos por índios ou por negros, os primeiros mais difíceis, os segundos mais caros. Já quando o autor escrevia, estava em abandono o caminho para o Mato Grosso, desviado para o Rio. Pensava ele que por um impulso do governo podia se estabelecer o comércio das nações que têm cabedal e população, mas “nas colônias não sucede o mesmo, porque ainda havendo cabedal falta população, e falta nos indivíduos dela a indústria, o espírito de especulação, a vontade de trabalhar”.

Criticava a Companhia do Pará pois se frustraram as benéficas intenções com que foi instituída.

(7) *RIHGB*, 1840, t. 2, 291-314.

A navegação pelo espaço que ocupam as cachoeiras não é de instantes, nem de horas; é violenta, é mui prolongada, exige demora de meses, exige estação própria, exige averiguações e reconhecimentos que não têm havido, pois cada um só trata de passar como passaram os demais e é necessário um corpo de gente propriamente destinada para este fim.

Expõe os princípios que deviam ser seguidos para o êxito dessa navegação, e sugere para o trabalho prático da navegação, no espaço das cachoeiras, um oficial, e aponta como capaz de executar a diligência o Tte. Cel. Ricardo Franco de Almeida Serra. Adverte que se previna todo o pretexto às contestações dos vizinhos castelhanos, afirmando que “a margem oriental do Madeira até a sua junção com o Mamoré, e a oriental até se incorporar com o Guaporé, são nossas sem contestação”.

Finaliza lembrando que “em muitas situações dos vastíssimos domínios de S. M. sem o fim de beneficiar os povos, e de promover o comércio e riqueza deles, mas só pela conservação dos mesmos domínios tem sido indispensável o sacrificio de muitas e mui consideráveis despesas da sua Real Fazenda”.

2. Os “Anais da Câmara de Vila Bela”

Pizarro escreveu que por ordem do Conselho Ultramarino de 20 de julho de 1782, o segundo vereador da Câmara de Cuiabá era obrigado “a escrever cronologicamente os fatos mais notáveis que no seu ano aconteceram”. Como não havia então pessoa alguma do tempo antigo que pudesse organizar o Anal “desde o princípio fundamental de Cuiabá, existia apenas um relatório de memórias que José Barbosa de Sá, advogado da vila escrevera até o ano de 1765, com o qual, e com outras notícias, dadas por habitantes mais longevos da província, começou o sobredito vereador a compor a história do descobrimento, e sucessos respectivos de Cuiabá, cujo escrito corrigiu o douto juiz de fora Diogo de Toledo Lara e Ordenhez, tendo presentes os livros primeiros de vereanças, e registros, que existiam no Arquivo da mesma Câmara, à vista dos quais ficaram notados alguns anacronismos, e erros essenciais da história escrita até o ano de 1787. Daí em diante ficou estabelecido que, apresentada a memória dos fatos de cada ano em Câmara, por ela, com seu presidente, fosse notada, aprovada e assinada para ter a precisa qualidade de verídica”. O mesmo aconteceu com os “Anais de Mato Grosso”, à vista dos quais Pizarro escreveu sua obra ⁽⁸⁾.

A transcrição foi longa, mas ela nos fornece três informações: 1) que havia um Anal feito pelo segundo secretário da Câmara de Cuiabá; 2) que ele é posterior à obra de José Barbosa de Sá; 3) que Pizarro se baseou nos dois para escrever sua parte sobre Mato Grosso.

Coube a Taunay publicar o *Anal* ⁽⁹⁾, atribuído por ele a autor anônimo e copiado de manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa e dele se aproveitou na sua *História Geral das Bandeiras Paulistas* ⁽¹⁰⁾.

(8) J. S. A. Pizarro e Araújo, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, 1.ª ed., Rio de Janeiro, 1820-1822.

(9) *AMP*, 1940, X, 13-42.

(10) São Paulo, 1949, X, 325-343 ou resumo, C11, 101-106.

O general Silveira de Mello ⁽¹¹⁾ escreveu que o “Anal de Vila Bela” não é mais que uma porção dos “Anais da Câmara de Vila Bela”, como se verifica nas crônicas de Nogueira Coelho, que foi um de seus redatores. Para ele, este tipo de registro e essa primeira parte enviada à Metrópole teria sugerido à Corte a idéia de que as Câmaras recordassem suas efemérides. Foi introduzido em Cuiabá em 31 de dezembro de 1786 com o nome de “Anais do Senado da Câmara de Cuiabá” e lá existiu seu original no Arquivo Histórico. Mostrou Silveira de Mello que Nogueira da Gama dá notícias deste documento em vários pontos das suas “Memórias Chronológicas”, chegando a afirmar que os Anais “são um verdadeiro monumento do arquivo da Câmara, sendo lavrado pelos ditos (vereadores) e assistência dos primeiros mineiros e habitantes de Mato Grosso”. Declara a seguir Nogueira Coelho, reproduzido por Silveira de Mello, que veio a ordem do Conselho Ultramarino para que o segundo vereador fizesse a memória e anotou que “se todas as capitânicas tivessem tido esta boa advertência não padeceria tanto a história de Portugal, e não se experimentaria a falta que nos registros encontraram corregedores e provedores, quando por ordem régia expedida pela Academia Real da História Portuguesa foram mandados informar dos fatos antigos e memoráveis do seu objeto e que constariam dos registros das Câmaras”. Silveira de Mello teve a paciência de recolher todas as referências que Nogueira Coelho fez dos Anais, para provar sua existência maior e não reduzida a um “Anal”.

Conclui Silveira de Mello que o documento publicado por Taunay é parte, e não um todo, e que não é anônimo porque foi redigido pelos vereadores da Câmara de Vila Bela, sob o nome não de “Anal”, mas de “Anais da Câmara de Vila Bela”. Para ele, as outras partes poderão ser encontradas em arquivos portugueses ou brasileiros, públicos ou particulares. Vários autores modernos, como João Severiano da Fonseca ⁽¹²⁾ e o Visconde de Taunay se referiram aos Anais, tendo o último afirmado que conhecera o documento por meio do general Francisco Rafael Melo Rego, governador de Mato Grosso (1887-1889), que como homem culto e devotado à história militar teve oportunidade de consultar o documentário histórico que neste tempo fazia parte do arquivo do Palácio. O certo é que desde aí não se viu mais o documento, fosse o original ou cópia. Lembra Silveira de Mello que se poderia perguntar como os *Anais de Vila Bela* foram parar em Cuiabá, pois Castelnau afirmou que os documentos guardados no Palácio de Vila Bela foram consumidos pelo cupim ⁽¹³⁾, mas ele mesmo informou que “soube mais tarde que, por ocasião da transferência da sede do Governo para Cuiabá, para lá tinham sido levados todos os documentos administrativos, ficando em Mato Grosso (Vila Bela) tudo quanto se referia especialmente a essa parte da província. Para o general Silveira de Mello merece fé esta referência de Castelnau, pois ele encontra no Arquivo Histórico de Cuiabá grande quantidade de documentos de

(11) “Anais da Câmara de Vila Bela de Mato Grosso”, JC, 20 de julho de 1952.

(12) *Viagem ao redor do Brasil 1875-1878*, Rio de Janeiro, 1880, 2 vols.

(13) Castelnau, Francis, *Expedições às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1949. Brasileira, vols. 266-266A.

Vila Bela, e acreditava que teriam sido levados na transferência em 1820 da capital, pois o governo não poderia ficar sem seu arquivo.

Não sabe o general Silveira de Mello o destino que o general Melo Rego teria dado ao valioso documento, sendo certo que não voltou ao Arquivo da Secretaria do Palácio de Cuiabá. Ali o teria encontrado João Severiano da Fonseca, uns quinze anos antes. Diz ainda que Afonso Taunay, ao prefaciá-lo a 2.^a edição do livro de seu pai *A Cidade de Ouro . . . e das ruínas. Mato Grosso — antiga Vila Bela; o rio Guaporé e a sua mais ilustre vítima* ⁽¹⁴⁾ afirmou que o Visconde de Taunay submetera esse seu livro à apreciação do Governador General Melo Rego, seu amigo, grande conhecedor da história mato-grossense, que lhe fornecera as informações sobre os *Anais*. Morto o General e logo depois sua viúva, sem descendentes, não sabia Afonso Taunay onde teria ido parar o arquivo de Melo Rego. E assim não se conhece o paradeiro dos *Anais*, mas tão-somente do *Anal*, publicado, como citamos, por Afonso Taunay.

Taunay, ao publicá-lo pela primeira vez, disse tratar-se de documento da Coleção Pombalina sob o título “Anal de Vila Bela dêo o primeiro descobrimento deste sertão de Mato-Grosso, no ano de 1734”, e ser anônimo, abrangendo um período de vinte anos. Começa descrevendo a jornada de Artur e Fernando Pais de Barros, ambos naturais de Sorocaba ⁽¹⁵⁾, que conquistaram vastas campanhas antes pertencentes aos Parecis. O texto fornecido por Taunay não merece nenhuma confiança, pois não corre íntegro, antes é recortado de comentários e divagações do próprio Taunay. A história, em resumo, conta a descoberta de novas minas de ouro em Mato Grosso e a arremetida de gente de Cuiabá para o local. Taunay transcreve trechos de 1737 a 1754, mas sem a publicação integral do texto é impossível bem avaliá-lo.

3. “Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá”

Quase nada se sabe sobre José Gonçalves da Fonseca. Nem Inocêncio Francisco da Silva nem Sacramento Blake conheceram-lhe a naturalidade. Registram suas obras, a “Navegação feita da cidade do Grão-Pará até a boca do rio da Madeira pela escolta que por este rio subiu às minas de Mato-Grosso, por ordem muito recomendada de Sua Majestade Fidelíssima no ano de 1749, escrita no mesmo ano” ⁽¹⁶⁾. Afirma Inocêncio possuir um códice de boa letra contemporânea, com 131 folhas ou 262 páginas, encadernado, contendo a “Navegação”, sem nome do escritor, e que pertenceu a Francisco Antônio Marques Giralde Barba, que o trouxe em 1821 do Brasil, onde o adquirira ⁽¹⁷⁾. Mais tarde, Brito Aranha ⁽¹⁸⁾, continuador de Inocêncio, acrescentaria que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro possuía uma cópia da “Navegação do rio da Madeira”, reproduzido por

(14) São Paulo, 2.^a ed., 1958.

(15) Sobre ambos, vide F. de Assis Carvalho Franco, *DBSB*, 54-55.

(16) *CNHGNU*, Lisboa, 1826, t. 4, 143 páginas.

(17) *DBP*, Lisboa, 1860, t. IV, 365.

(18) *DBP*, cit., X11, 350-352.

Cândido Mendes de Almeida ⁽¹⁹⁾, que fora traduzida para o inglês ⁽²⁰⁾, e enumerava seus outros trabalhos: a “Notícia da Situação de Mato-Grosso e Cuiabá: estado de uma e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes” ⁽²¹⁾, e uma “Carta hydrographica, em que se descreve as origens de vários e grandes rios da América Meridional portuguesa; muito especialmente o nascimento do rio da Madeira e rumos da sua direção, com os rios que lhe são colateraes, até entrar no famoso rio das Amazonas: observado tudo exatamente por ordem de Sua Majestade Fidelfíssima no anno de 1750” ⁽²²⁾.

É a “Notícia da situação de Mato-Grosso e Cuiabá” que contribui para a história mato-grossense. Nela se contam as descobertas de ouro, os aventureiros das expedições ao sertão e se dedica um capítulo sobre “a qualidade dos moradores do Mato-Grosso, seu número e estado em que ao presente se acha”. Havia sete casas de brancos e oitenta brancos, seis de mesclados, que o autor explica ser gente mestiça de branco e tapuia, chamados mamelucos em outras províncias; a maioria era a plebe ínfima constituída de bastardos, mulatos, e pretos libertos; negros da Guiné, escravos eram mil e cem, mas destes somente seiscentos podiam se empregar em faisqueiras e lavras, e os demais em lavouras de mantimentos. Apesar do pequeno número dos operários das faisqueiras, extraíam-se daquelas minas, um ano por outro, cinqüenta mil oitavas em capitação e dízimos.

O autor distinguiu, como seus contemporâneos, Mato Grosso de Cuiabá, e registra as remessas da primeira para a segunda, procedentes do Rio de Janeiro, bem como a exorbitância dos preços, a carestia dos gêneros, o sustento ordinário, que consistia em feijão, toucinho e farinha, o governo espiritual feito por um vigário, cuja jurisdição lhe fora conferida pela diocese do Rio de Janeiro, o que não impediu a luta entre o vigário de Cuiabá e de Mato Grosso. Fala dos arraiais, das ruas, da administração da Justiça, trata com desenvoltura dos “descobrimientos de ouro, que se espera haver na chapada do Mato Grosso, e na sua planície da parte oriental e vertentes do Rio Aporé”, dos “descobrimientos de ouro e diamantes que tem havido a leste da chapada do Mato Grosso, impedidos pelas Justiças de Cuiabá”. Menciona as zonas mais atacadas pelo gentio Payaguá e Guaycurus, os assaltos de índios e os castigos infligidos pelos luso-brasileiros. Registra a decadência de Cuiabá já em 1739. Mostra como já havia comunicação entre Mato Grosso e Pará, as várias explorações pelos rios, o padecimento da fome pelo abandono das lavouras. Revela “os descobrimientos de ouro que se esperam concluir no Aporé a oeste e novo este da chapada de Mato Grosso”.

A parte mais importante é o capítulo “Noticia da situação da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuyabá”, no qual trata do descobrimento do ouro entre 1721-1722, do clima mais benéfico que o de Mato Grosso,

(19) *Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão*, Rio de Janeiro, 1874, t. 2, 269-289.

(20) *Explorations made in the Valley of the River Madeira, from 1749 to 1868*, 1875.

(21) *RIHGB*, t. 29, parte 1, 352-390.

(22) *CEHB*, n.º 1.715; Sacramento Blake, *ob. cit.*, vol. 4, 447, nada acrescenta ao dito por Inocêncio e Brito Aranha.

informa a existência de mil fogos, as dezesseis engenhocas de fabricar aguardente, os três mil escravos de Guiné, os índios libertos e revela que as casas de Cuiabá eram as únicas que tinham alvenaria, com fábrica própria, sem o socorro do reino. Era a vila-cabeça da Comarca, nela residindo o capitão-mor das ordenanças, o ouvidor letrado, o Senado da Câmara, a intendência geral e outros mais oficiais da real fazenda.

A decadência da vila se deu quando houve uma grande epidemia, o que provocou seu despovoamento. Abre depois um capítulo "Informações sobre os vizinhos confinantes com Cuiabá e Mato Grosso", quando enumera as várias vilas, aldeias, e conclui com a descrição da jornada que se costuma fazer de São Paulo para Cuiabá, noticiando a abertura do caminho de Goiáses para Cuiabá, e os caminhos para o Madeira e o Paraguaí, do primeiro dos quais recorda o seu diário de navegação e a carta geográfica que fizera.

4. Os escritos de José Barbosa de Sá

De José Barbosa de Sá pouco se sabe. Supõe-se ser brasileiro e sabe-se que exercia a advocacia em Vila Bela e que em 1723 fizera uma viagem ao sertão para examinar notícias sobre a existência de ouro. Escreveu os "Dialogos geograficos, cronologicos, politicos e naturais", cujo original se encontra na Biblioteca Municipal do Porto ⁽²³⁾, inéditos até hoje, apesar da existência de uma cópia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Magalhães Bastos, que preparou o Catálogo da Biblioteca do Porto, descreve o autógrafo com toda minúcia. Escrito em 1769 e oferecido ao segundo governador da capitania de Mato Grosso (1769-1772). Pela dedicatória parece realmente ser brasileiro "mínimo filho". Os "Dialogos" pretendem descrever a América (Portuguesa), o lugar e assento que ocupa, as províncias em que se divide, a descrição das costas, portos marítimos, gentes, leis, costumes, produções minerais, animais e plantas. O livro se divide em duas partes, cada uma contendo onze Diálogos que se travam entre duas personagens, "Felino, provector e experiente varão, que tudo sabia das cousas do mundo e dos sucessos dos tempos" e "Polívio, jovem academico, atraído pela fama do admiravel e admirado sabio".

Magalhães Bastos descreve os vários diálogos; o primeiro começa perguntando "Quem é Deus", e somente no IV se trata da descoberta e exploração da América e se faz a descrição da América setentrional; no V descreve a América meridional (parte espanhola); no VI, a América portuguesa; no VII noticia coisas que diz não andavam escritas (fundação de povoações, nomes dos fundadores, limites); no VIII, as gentes da terra, sua origem, divisão em línguas, modo de falar de alguns povos, a civilização mexicana de Yucatan, o Império peruano do Inga (Inca), os costumes dos Bororos, dos Payagoates (Paiaguás?); o IX trata dos gigantes, pigmeus e amazonas, e do que há nisso de verdade; das diversas leis portu-

(23) *Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, Lisboa, 1938, p. 130.

guesas contra o cativo dos índios e em favor da sua cristianização e civilização ; no X, dos povos que se introduziram nas Américas depois das descobertas (franceses, ingleses e espanhóis) e de seus costumes; o XI estuda os portugueses no Brasil, seus costumes, religião, prisão de judeus no princípio do século XVIII, o governo, as rendas e despesas, as minas, escravos, “prejuízos que desta escravatura resultavam, um dos quais era fazer com que os brancos se considerassem fidalgos e não trabalhassem, os dízimos, a Inquisição, e os motivos pelos quais o Brasil não teve Mesas (deste Tribunal), como as teve a América Espanhola” (parece desconhecer os tribunais da Inquisição nos séculos XVI e XVII). A parte segunda tem a mesma feição prolixa. Começa no Diálogo I com os elementos, o fogo, o ar, a água e segue no segundo com os produtos brasileiros, do reino mineral, e no III continua a matéria, mas passa para Nova Espanha, México, Peru, e retorna ao Brasil tratando da variedade das pedras preciosas e seu descobridores no Brasil, delas e das pérolas. No IV ocupa-se dos produtos do reino animal (terrestres e domesticáveis), indomesticáveis e depois do VI ao XI, dos animais voláteis, aquários, os produtos do reino vegetal, as flores, os frutos e os aromas.

Este livro, que Magalhães Bastos qualifica de importantíssimo, merecia ser editado.

A outra obra de José Barbosa de Sá é a “Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até aos presentes tempos” (24).

Uma notícia resumida cronológica do que ocorreu entre 1719 e 1779 na conquista de Cuiabá e Mato Grosso começa louvando a primazia paulista que enfrentou índios, venceu grandes extensões de terra, criou arraiais, descobriu ouro. Aos 8 de abril de 1719, Pascoal Moreira Cabral fundou o Arraial de Cuiabá e o povo o elegeu em voz alta seu guarda-mor regente até que viessem ordens reais. Divulgada a notícia do ouro, foi enorme o movimento de gente das Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de São Paulo, “deixando casas, fazendas, mulheres e filhos botando-se para esses sertões como se fora a terra da promessa ou o Paraíso encoberto”.

Os comboios, as esquadras, as bandeiras que navegavam os rios até chegarem a Cuiabá perderam muita gente, atacados pelos índios, esgotados pela fome, extintos pelas doenças, ou vencidos por animais ferozes.

As histórias dessas primeiras aventuras têm muito sabor pela novidade da matéria, pela riqueza da lavra “que foi a mancha de ouro mais copiosa que se tem achado em todo o Brasil”. As dificuldades da vida no sertão, as fomes que padeceram devido à falta de alimentos, a carestia de vida, tudo está anotado pelo advogado-cronista. Houve comboio em que morreram todos, achando os que vinham depois “as canoas com fazendas podres, corpos mortos pelos barrancos dos rios e redutos”. Os índios Paiaguás ofereceram muita resistência à invasão de suas terras. Descreve a multiplicação da criação de gado, o clima cáldo, os frutos do que

(24) *ABN*, 1904, 23, 5-58.

se plantava. Muitos índios bororos e parecis foram escravizados e, assim como os brancos atacavam os índios, estes os matavam em lutas impiedosas.

A descrição ano a ano é em si uma forma rudimentar de historiografia. A história não é orgânica e unida, antes feita de pedaços de acontecimentos, de porções de fatos, uns históricos, outros individuais. Os índios Paiaguás, Aicurus, Bororos, Parecis lutaram ferozmente, mataram e foram mortos. As primeiras relações com as missões jesuíticas do Paraguai estão aqui registradas. Lutas pessoais de vigários, ouvidores, juizes, de régulos e amotinadores encharcaram de mais sangue a terra já cruenta pela violência da luta entre índios, brancos, negros levados para as minas. Secas, miséria, epidemias ainda mancham mais a primitiva história de Cuiabá, de Mato Grosso, de Vila Bela. O autor registra o “invento da navegação do Pará”, por volta de 1742, e registra a ida e vinda de Mato Grosso ao Pará, e termina assim: “tenho dado notícia destas conquistas de seus princípios até hoje dezoito de Agosto de mil setecentos e setenta e cinco, daqui por diante dá-la-ão aqueles a quem morte der lugar que de presente não me é permitido fazê-lo”.

5. As “Memórias” de Nogueira Coelho

Felipe José Nogueira Coelho, natural da Vila Real, na província de Trás-os-Montes, formou-se em direito pela Universidade de Coimbra e serviu no Brasil nos cargos de ouvidor, provedor e intendente da capitania de Mato Grosso. Ele é autor dos *Princípios de Direito Divino, público, universal e das gentes* (25), mas foram suas “Memorias Chronologicas da Capitania de Mato-Grosso principalmente da provedoria da Fazenda Real e Intendência do Ouro” (26) que lhe deram um lugar na historiografia brasileira. “Escrevo nestas Memórias como principal objeto à história da provedoria da fazenda real e da intendência do ouro desta Capitania de Mato Grosso.”

Essas “Memórias” são muito mais bem compostas que a “Relação” de José Barbosa de Sá. O autor tem grande conhecimento, pelo exercício do cargo, dos regimentos, leis e ordens relativas à arrecadação e às finanças e crê que para este fim é indispensável o socorro da história. Relembra que os novos estatutos da Universidade de Coimbra prescrevem aos juristas a instrução da história, preceito que “bem deixa ver quanto ela é interessante e necessária, já na teoria, já na prática das leis”.

Para tratar do fim a que se propunha, tinha que tratar da fundação das vilas de Cuiabá e Vila Bela, e para isso não só recorreu à “Relação” de Barbosa de Sá, como fez “um exato e escrupuloso exame” nos arquivos da provedoria e ouvidoria, tornando assim autênticas essas memórias pela sua fé pública e incontestável. E antes de começar coloca como epígrafe o dito

(25) Lisboa, 1773, novas edições, 1776 e 1777, citadas por Inocêncio Francisco da Silva, *DBP*, *ob. cit.*, t. 2, 299-300.

(26) *RIHGB*, XIII, 137-199.

de Cícero, transcrito dos Estatutos da Universidade de Coimbra, que “é a história mestra da vida e luz da verdade”. Começa em 1718 e vai até 1780, dando sempre muita ênfase à posse e substituição de governadores, ouvidores, provedores e intendentes do ouro. Inclui-se no livro, dando a data de sua posse como provedor e intendente em 1776, a reforma de seus ordenados em 1779, sua nomeação como ouvidor. Quando trata da guerra que fizeram ao Mato Grosso os espanhóis e jesuítas da província de Moxos em 1763, diz não poder deixar em silêncio as ações do general governador e de seus soldados.

As “Memórias” contêm matéria econômica e social, a legislação vigente, a comunicação e comércio com o Pará, as lutas com espanhóis e jesuítas, a paz de 1763, e a nova guerra de 1773, a destruição de um grande quilombo às margens do rio Galera, a promoção da agricultura pelo quarto governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, a franquia do comércio através da navegação de pequenos rios que possibilitavam a ligação do Amazonas ao Paraguai e o benefício que receberam Vila Bela e Cuiabá com essa navegação. Refere-se à tomada da ilha de Santa Catarina pelos espanhóis e a Companhia Geral do Pará, cujo monopólio comercial prejudicava a capitania.

6. O “Compêndio” e as “Crônicas” de Costa Siqueira

Joaquim da Costa Siqueira, capitão reformado do regimento de milícias das minas de Cuiabá, guarda-mor das mesmas e fiscal dos diamantes, era vereador do Senado da Câmara de Cuiabá e, como segundo vereador, cabia-lhe escrever a crônica da vila. Sabe-se pouquíssimo dele, apesar de referir-se a si próprio nas “Crônicas de Cuiabá”, nenhum bibliógrafo registra-lhe a vida, nem Inocêncio, nem Sacramento Blake.

Na verdade, os dois trabalhos que dele aparecem, o “Compendio historico chronologico das notícias de Cuyabá, repartição da capitania de Mato-Grosso, desde o princípio do anno de 1778 até o fim do anno de 1817”⁽²⁷⁾, como o que foi publicado posteriormente “Chronicas de Cuyabá”⁽²⁸⁾, constituem um mesmo livro, uma crônica, ano por ano, à imitação de anais, mas desconchavada e desarticulada. Na primeira, abrangendo de 1778 a 1817, que na verdade constitui a segunda parte, seu nome aparece como autor, enquanto na segunda, que começa em 1719 e vai até 1781, o próprio subtítulo diz muito sobre a autoria, ao afirmar que a “Relação Chronologica”, seu subtítulo, era feita pelo segundo vereador do Senado da Câmara de Cuiabá, de acordo com a determinação do Conselho Ultramarino de 20 de julho de 1782. Declara, ainda, que Joaquim da Costa Siqueira “por não achar outras algumas lembranças antigas, nem também pessoas daquele primeiro tempo, para os poder mendigar, se viu obrigado a escrever fielmente tudo o que havia escrito José Barbosa de Sá, advogado que foi dos auditórios desta vila e seu republicano, que ainda

(27) *RIHGB* 1850, t. XIII, 1.ª parte; 2.ª ed., 1872, 5-124.

(28) “Chronicas de Cuyabá”, *RIHGSP*, 1898-99, t. IV, 4-217.

neste tempo pôde conseguir algumas notícias antigas, e as mais que presenciou e sucederam, estando ele nessas minas até o ano de 1765, corrigindo unicamente aquilo que pôde achar contrário e acrescentando as que se omitiram, talvez por falta de lembranças, e prosseguindo do dito ano de 1765 em diante com os mais fatos que ocularmente presenciou e outros que são constantes e praticando o mesmo sistema que teve aquele primeiro escritor de relacionar também os ministros e párocos que se têm seguido do dito ano para cá”.

A declaração formal revela que a autoria até 1765 é de José Barbosa de Sá, e ao começar o ano de 1743 se fala no próprio Barbosa de Sá fazendo a diligência pelo ouvidor recomendado. Quando se abre o ano de 1755 se escreve que “até aqui foi unicamente o que noticiou José Barbosa de Sá sobre os fatos do presente ano; mas eu, que por ocasião desta mesma escrita, tive de passar pelos olhos os livros das vereanças e registros do Senado da Câmara desta vila”. Vê-se, assim, que no título se diz que a autoria de Costa Siqueira começa em 1765, e em 1755 se data o início da atribuição de Costa, e em 1765 não se faz nenhuma referência específica.

A “Relação” é uma ânuia de lutas e guerras contra os vários grupos indígenas que viviam naquelas regiões, registra a posse dos governadores desde o primeiro Antônio Rolim de Moura Tavares, Conde de Azambuja (1751-1762) até o quarto Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1791), os ouvidores, os vigários, os juizes, enfim, toda a história oficial administrativa, e mais os vários descobrimentos, a ação dominante do fisco, as ameaças e lutas com os espanhóis da fronteira, já definida, mas não reconhecida.

José Barbosa de Sá, o autor da primeira parte, escreveu sobre os primeiros anos cerca de setenta anos depois, mas tanto ele como Costa Siqueira são escritores-testemunhas e participantes que acompanham a evolução histórica da nova capitania. Não possuem como é natural uma razoável intuição histórica, e por isso selecionavam de cambulhada o histórico e o não-histórico, pessoal, acidental, circunstancial. Mas ainda assim contém história econômica e social, a luta dos grandes senhores da terra, a pobreza, a carestia, a fome e as pestes, o sofrimento das grandes maiorias, índios e negros, e até a representação de comédias, as festas, sobretudo comemorativas de santos, da chegada de autoridades, dos fatos pessoais da família real portuguesa. Os autores não esquecem de registrar as aberturas de caminhos para Goiás e para o Pará, a chegada de animais domésticos, especialmente bovinos e cavalares, a contribuição do povo para a construção de igrejas, as velhas missões jesuíticas na fronteira, e as extorsões dos reais donativos, como o da reconstrução de Lisboa após o terremoto.

O “Compendio Historico Chronologico” é uma continuação da “Relação” retomada em 1778 e levada até 1817 tendo como autor o segundo vereador Costa Siqueira. No prólogo ele declara: “Se achares nele falta de notícias peculiares do distrito de Mato-Grosso, sabe que as não relato, porque as ignoro, e também porque a brevidade do tempo não me deu

lugar para indagá-las. O que escrevi neste *Compendio* foi unicamente o que pude colher dos anais das memórias cronológicas da câmara desta vila. Se não te agradar a leitura por falta de eloquência e erudição, nem por isso te faças Aristarco, porque eu não desconheço a fraqueza do meu talento. Se te parecer fastidioso o método, não deixes por isso de o ler, porque assim mesmo adquires o proveito de saber notícias deste novo mundo, que certamente ignoras”.

Anotando que as notícias da Europa, pelas quais suspiravam e eram para a substância delas que olhavam, embora chegassem menos verdadeiras, acrescentava: “Esta circunstância não acharás nas deste *Compendio*, porque são extraídas das memórias do Senado, que são atestadas com juramento pelo presidente mais senadores em cada época”. Revela que a passagem contando que Joaquim Geraldo Tavares fora despejado da capitania, por intrigas, “foi escrita, assinada e atestada pelo mesmo Joaquim Geraldo Tavares, a quem competia escrevê-las como segundo vereador então do Senado; tal a veracidade com que se escrevem na dita câmara os seus anais”.

Por aí se vê que os anais do Senado da Câmara, escritos pelo segundo vereador, são a fonte direta, quase única, afora a observação pessoal, ou o testemunho oral buscado pelo cronista, para a elaboração da *Relação* e do *Compendio*.

A seleção factual, o método de exposição e a composição são iguais, não se podendo distinguir uma da outra. Como já acentuei, há no *Compendio* muita matéria a-histórica, fatos pessoais sem conseqüências na construção do futuro, e domina sempre a mesma rotina de uma crônica desconexa e episódica. Sua concepção histórica nem é seletiva, nem tem acuidade. Sobre 1788 ele escreve que “sem embargo, que neste ano, não houve cousa digna da história, contudo darei notícia do que aconteceu nestas minas, com as parreiras, e é que tantas vezes se podam no ano, quantas vezes dão frutos no mesmo ano”. Costa Siqueira cita a si próprio algumas vezes como vereador do Senado da Câmara e como capitão do regimento auxiliar, e juiz de fora.

Há algumas referências a representações teatrais, sobretudo comédias e dramas e a festas populares, e como na “*Relação*”, à chegada dos governadores e autoridades civis, militares e eclesiásticas. Trata igualmente da luta com os espanhóis e da defesa do forte de Coimbra, que teve papel tão importante na defesa da integridade territorial naquela fronteira, chefiado então por Ricardo Franco de Almeida Serra. Registra em 1808 a chegada da notícia da vinda de D. João para o Brasil e as festas que se fizeram, e o novo caminho mais cômodo que o capitão Bento Pires de Miranda descobrira para ligação pelo rio Arinos do Mato Grosso com Pará.

7. O “Diário Histórico” de Antônio Pires da Silva Pontes Leme

Antônio Pires da Silva Pontes, nascido em N. S. do Rosário, Minas Gerais, depois dos estudos no Brasil foi para Coimbra, onde se formou em

matemática, em 1777, tendo como seu colega o Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida. Ambos foram nomeados astrônomos da demarcação de limites de 1777 e em 1780 chegaram ao Pará e logo ao Rio Negro, vindos de Lisboa. Com Ricardo Franco de Almeida Serra explorou o Rio Branco. Em setembro de 1781 embarcou em Barcelos e ao fim de seis meses de viagem chegou a Mato Grosso e aí, ao lado de Ricardo Franco, explorou todo o terreno até as cabeceiras daquele rio.

Em 1786, com seus companheiros, fez o reconhecimento do alto Paraguai até Baía Negra de onde voltou a Cuiabá. Estudou mais os rios Verde e Capivari, afluentes do Guaporé, e Sararé, Tapajós e Jauru.

Regressou a Portugal com Lacerda e Almeida, foi nomeado professor da Academia da Marinha em 1791 e sócio da Academia Real das Ciências. Em 1797 foi nomeado governador do Espírito Santo, tomou posse em 1798 e nele permaneceu até 1804, falecendo no Brasil antes de 1807 (29).

Como matemático e astrônomo, a contribuição de Silva Pontes Leme é geográfica e cartográfica e se encontra registrada no *Catálogo da Exposição de História do Brasil* (30).

Só o “Diário Histórico e Físico da Viagem dos Oficiais da Demarcação que partiram do quartel general de Barcelos para a capital de Vila Bela da capitania de Mato Grosso em 1.º de setembro de 1781” (31) contém alguns elementos históricos sobre a vida, a miséria, as doenças, as dificuldades da gente do interior explorado, e os constantes conflitos com os grupos indígenas. Para ele, o Brasil era o mais caro país do universo. Historicamente é uma contribuição muito limitada.

8. Francisco José de Lacerda e Almeida

Já tratamos deste notável matemático e explorador científico no capítulo sobre a historiografia amazonense. Na historiografia mato-grossense o dr. Francisco José de Lacerda e Almeida contribui com a sua “Memória a respeito dos rios Baurús, Branco, da Conceição, de S. Joaquim, Itonomas e Maxupo e das três Missões da Magdalena, da Conceição e de S. Joaquim” (32).

Na verdade, é das missões que a “Memória” trata. É um estudo histórico-geográfico-antropológico, noticiando os costumes, miséria e fome dos índios e o papel dominante que exerciam os curas, que “são uns pequenos régulos, e o seu tratamento corresponde a este título. Têm ao seu serviço

(29) “Dr. Antônio Pires da Silva Pontes Leme”, pelo Visconde de Porto Seguro (F. A. de Varnhagen), *RIHGB*, 36, 1.ª parte, 184-187, baseada em Porto Seguro a mesma biografia in Joaquim Manuel de Macedo, *Anno Biographico*, Rio de Janeiro, 1876, 3.º vol., 553-554; a biografia em Inocêncio Francisco da Silva é inferior à de Varnhagen: *DBP*, Lisboa, 1858, t. 1, 239; 1867, t. VIII, 287, e 1911, t. 20, 260.

(30) Rio de Janeiro, 1881, vol. 1, n.ºs 148-149, 183, 197, 207, 242, 650, 663, 995, 1016-1017, 1024-1025, 1411, 1669, 1683, 1684, 1686, 24907, 9377, 19642. Vide também Sacramento Blake, *DBB*, vol. 1, 292-294.

(31) *RIHGB*, v. 262, 344-406.

(32) *RIHGB*, 1849, t. 12, 106-119. Manuscrito oferecido ao Instituto por José Silvestre Rebello.

um grande número de índios e índias. Todos os sábados entram de semana novos mordomos, copeiros, dispenseiros, jardineiros, cozinheiros e outros muitos oficiais. Todos os dias se mata uma vitela para o padre e sua família. Certo sinal, que se dá em um sino, indica a necessidade que o cura tem de galinhas, frangos ou ovos; e a este reclamo cada cabeça de casal está obrigado a trazer o tributo que se lhe pede, ou um ovo. . .” Mostra como se usavam o trabalho e os recursos dos índios, não somente na oferta de alimentos, como na cozinha, e nas serenatas ou concertos. “Mas o pobre índio que tanto trabalha passa a vida miseravelmente”, vivendo de minhocas, pouquíssima carne e tendo como base fundamental a bebida chamada *chixa*, que fazem de um milho denominado *pururuca*. As notas e observações sobre os padres, verdadeiros régulos, e os índios, sobre sua vida e costumes, constituem uma contribuição valiosa de Lacerda e Almeida.

9. A obra de Ricardo Franco de Almeida Serra

Ricardo Franco de Almeida Serra (Porto, Portugal 1748- Forte de Coimbra, Mato Grosso 1809), oficial de infantaria e do Real Corpo de engenheiros, fez parte da terceira divisão que devia demarcar a fronteira da foz do Jauru à do Japurá. O Tratado de 1777 determinou várias explorações geográficas para a definição dos limites entre os domínios de Portugal e de Espanha na América. Essas explorações geográficas trouxeram muito bons resultados no reconhecimento geográfico e científico em geral e, conseqüentemente, uma extraordinária documentação histórica e historiográfica. Ricardo Franco faria durante dois anos (1780-1781) o levantamento geográfico e cartográfico do Pará, Rio Negro (Amazonas) e Maranhão, e sobretudo do Rio Branco; depois, durante 27 anos trabalharia em Mato Grosso na paz e na guerra.

Realizou estudos geográficos, cartográficos e etnográficos no Mato Grosso, onde chegou a fazer parte do governo interino, como militar mais graduado, juntamente com o ouvidor Antônio da Silva do Amaral e o vereador mais velho, Marcelino Ribeiro (1796).

Quando houve o rompimento entre Portugal e Espanha, na fase napoleônica, comandando o Forte Coimbra resistiu e repeliu com 40 homens militares e civis os 800 hispano-paraguaios comandados por D. Lázaro Ribera.

Joaquim da Costa Siqueira, no seu “Compendio historico-chronologico das notícias de Cuyabá”, já citado várias vezes, refere-se aos seus serviços e às observações astronômicas, à sua bravura no combate acima mencionado. Em 1804, o governador de Mato Grosso, Manuel Carlos de Abreu e Menezes (1804-1805) publicou as mercês que S. A. Real lhe fizera de promovê-lo de tenente-coronel a coronel do corpo de engenheiros com o hábito de Aviz e uma tença de 300\$000 réis. Em 1806, ele era nomeado coronel chefe das fronteiras com o Paraguai. Morreu aos 21 de janeiro de 1809 no Forte Coimbra, sendo transferidos seus restos mortais para Vila

Bela em 1810 e restituídos solenemente ao Forte de Coimbra em 1954. Prestou grandes serviços como geógrafo, cartógrafo, escreveu bibliografia especializada e comandou com dignidade a defesa das fronteiras com o Paraguai.

Sua obra publicada e inédita é grande e acha-se registrada no *Catálogo da Exposição de História do Brasil* (33). Ainda existem trabalhos inéditos na Biblioteca Nacional, no Arquivo do Exército e no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Sua obra serviu muito na defesa da fronteira com a Guiana Inglesa elaborada por Joaquim Nabuco (34).

De toda sua bibliografia alguns trabalhos têm importância historiográfica, pela contribuição à história do seu tempo e à reconstituição das áreas exploradas.

O “Diário do Rio Madeira, Viagem que a expedição destinada à Demarcação de Limites fez do Rio Negro até Vila Bela, capital do governo de Mato Grosso” (35) começa na vila de Barcelos, em 1.º de setembro de 1781 e termina na chegada a Vila Bela aos 28 de fevereiro de 1782, depois de percorrerem 770 léguas.

O “Diário” registra, anota e comenta todas as peculiaridades geográficas e a atualidade dos rios, regiões e vilas. Ao tratar das cachoeiras propõe se funde na do Salto uma povoação, o que já se tentou por duas vezes, e acrescentava: “Uma povoação neste lugar será por todas as faces com que se pode olhar, um estabelecimento vantajoso a si mesmo, útil ao Estado, preciosíssimo para a urgente e necessária navegação, que desde a cidade do Pará se faz pela capitania de Mato Grosso. Este estabelecimento ficaria no centro de um vasto e abundantíssimo sertão, rico em todos os efeitos que do Estado do Pará se transportam para a Europa. . .” (36)

Enumera as vantagens do estabelecimento desta povoação. Primeiro, ela evitaria a fuga de índios e escravos que desertam do Pará e subindo o rio Madeira, passam pelas suas cachoeiras, entram pelo Mamoré até as missões espanholas de Moxos, onde estavam muitos. Só nesta cachoeira do Salto para não se perderem são os desertores obrigados a passar pelo lugar onde ele aconselha deveria existir a povoação. Outra vantagem seria polir e catequizar as bárbaras nações que ali vivem, sem as quais é impossível manter a navegação, especialmente por estarem as povoações do Amazonas exaustas de gente. “Utilíssima, enfim, para assegurar e vigiar a extrema portuguesa com os domínios espanhóis conflitantes, sendo a posse privativa deste importante lugar, não só um ponto de apoio para se ajudarem e socorrem mútua e brevemente as duas capitanias do Pará e Mato Grosso.”

(33) Rio de Janeiro, 1881, n.ºs 246-248, 665-671, 992, 1015-1019, 1026-1027, 1450, 1669, 1696-1699, 1717, 3228, 3246-3247, 6580, 6583, 11.441, 14.551, 19.638, 19640, 19892.

(34) Ver Anexos da 1.ª Memória. *Frontières du Brésil et de la Guyanne anglaise*. Roma, 1903-1904, 9 vols.

(35) *RIHGB*, 1857, t. XX, 397-432.

(36) *Ob. cit.*, 405.

Escreve Ricardo Franco que “pela via do Rio de Janeiro, com seis meses de marcha por terra com bestas, nem com triplicado preço se podem vender a respeito dos vindos pela carreira do Pará”. Aponta e compara características de nações indígenas, como os Caripuna e os Mura. Todos os pontos de navegação são anotados cuidadosamente, e ricos de observações utilíssimas. “São as margens do rio da Madeira, principalmente desde a sua desembocadura no Amazonas até a confluência no Mamoré, formadas por terreno sólido e o mais próprio para uma grande cultura, coberto de grandes arvoredos, dos quais se podem tirar as melhores e mais finas madeiras e óleos do Brasil. Todos os afluentes que deságuam no Madeira são navegáveis e no Madeira se encontram todos os recursos que fazem a grandeza do Amazonas, mas como era infestado pela nação Mura e outros índios cruéis e matadores, foi abandonado pelos portugueses que nele faziam grandes culturas e colheitas.”

Descreve o Mamoré, o Guaporé, manifesta a importância do Forte da Conceição e sua posição estratégica.

Ao chegar a Vila Bela, fundada pelo Conde de Azambuja, Antônio Rolim de Moura Tavares, seu primeiro governador, louva a vila e seus recursos e a ação do quarto governador, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772-1789). Faz um resumo das distâncias de alguns lugares mais notáveis dos três rios Madeira, Mamoré e Guaporé, e continua a relatar a viagem do Guaporé e de Vila Bela para cima, descreve sumariamente as províncias espanholas de Moxos e Chiquitos, anota a pouca distância pelo rio Paraguai para chegar-se a Assunção, e conclui dizendo que “a pequena digressão que faço além do Guaporé é para ligar de alguma forma os pontos essenciais da importante capitania do Mato Grosso, como chave e segurança que é do vastíssimo interior de todo o Brasil” (37).

O “Extrato do Diário da Diligência ao reconhecimento do Rio Paraguai, desde o lugar do Marco, na boca do Rio Jauru, pelo capitão de engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra, comandante da Expedição” (38) não tem o mínimo interesse histórico.

O estudo “Mato Grosso. Navegação do Rio Tapajós para o Pará pelo Tenente Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra, escrita em 1799, sendo governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro” (39) é, como se escreve no subtítulo, uma memória geográfica do rio Tapajós, formada por informações combinadas que ele adquiriu. Descreve o Tapajós, um dos grandes afluentes do Amazonas, cuja foz está perto da vila de Santarém, as nações indígenas que habitam suas margens, os recursos em peixes e aves, declara que se gastavam 28 dias navegando o rio até sua confluência com o Arinos e o Juruena, sendo necessários mais doze para passar as cachoeiras, e mais vinte de navegação do Pará até a foz do Ta-

(37) Na coleção Manuel Barata, no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, L. 278, Mss. 14.747, se encontra o “Novo Diário de Viagem dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé até a Vila Bela de Mato Grosso, 1790”.

(38) *RIHGB*, 1862, t. XXV, 319-345; a parte de R. Franco vai até a p. 329. As páginas seguintes, até a 345, são de autoria de Augusto Leverger.

(39) *RIHGB*, 1847, t. 9, 1-10.

pajós no Amazonas, o que somava dois meses de navegação segura até o Juruena. Depois descreve o rio Juruena, o Guaporé, o Jauru, o Sumidouro, o Sipotuba, o Negro, e o Arinos.

Para ele, a maior dificuldade da navegação do Tapajós é não se conhecerem presentemente aqueles vastos sertões, “porém o que se pôde fazer por aqueles sertanistas há 100 anos, não é impossível que ainda hoje se faça, havendo as notícias que eles deixaram, e que eles não tinham, e franqueando-se pelos anos de 1791 livre a comunicação e comércio desde o Pará para as Minas de Goiás e Cuiabá, pelos rios Tocantins, Xingu e Tapajós, cuja navegação é mais breve”. Mais adiante, afirma Ricardo Franco: “A navegação do Tapajós, olhada pelas diversas faces, parece a mais natural, útil e cômoda para a capitania de Mato Grosso, e vantajosa para as minas de Cuiabá, sendo-o igualmente para a do Pará, a que só falta um comércio ativo com as minas, o que poderia igualá-la ao Rio de Janeiro e Bahia, que florescem em razão do comércio das minas”.

Achava, com sua experiência, que “para Vila Bela, ainda que a navegação pelo Madeira, Mamoré e Guaporé seja mais extensa, compensa-se pelos grandes botes de 2.000 arrobas de carga, que pelo caudaloso daqueles rios chegam até a dita vila”.

Para ele, os efeitos que abundavam os largos terrenos do Tapajós, salsa, cravo, cacau, e outros, podem concorrer muito para o seu comércio, além das minas de Arinos e Rio, mas era necessário franquearem-se as minas, pois só assim “se fará aumentar a população e força daquela capitania, que tem de defender-se dos espanhóis, e fazerem-se respeitáveis até aos do Peru e Paraguai”. O ensaio é acompanhado de roteiros da capitania de Mato Grosso e de tábuas de latitudes, longitudes, rumos e léguas dos mais notáveis lugares que se navegam desde a cidade do Pará até Vila Rica, e o mesmo para a navegação de Cuiabá ao Rio de Janeiro.

A sua obra mais histórica é a “Descrição Geographica da Capitania de Mato Grosso, Ano 1797”⁽⁴⁰⁾. Começa definindo: “A capitania de Mato Grosso, a mais remota e mais ocidental de todo o Brasil, compreende um vasto terreno no centro da América Meridional, da qual a superfície é maior do que a de toda a França e das Espanhas unidas”. Dá seus limites, declara possuir ela mais de trinta rios e diz que “a capitania de Mato Grosso, sempre foi considerada como o seu propugnáculo, atendendo a esta sua natural e geográfica posição, não só por cobrir as capitanias interiores desta vasta proporção do novo continente, nascendo nela os seus maiores rios, em numerosos braços que guardam em si grandes e ainda não toucados tesouros, mas também porque pelo dito figurado e extenso fosso se podem igualmente os Portugueses concentrar até os mais ricos estabelecimentos espanhóis do populoso Peru”.

Trata, a seguir, dos vários rios, o Araguaia, o Xingu, o Tapajós, o Paraguai, o Guaporé, o Mamoré, o Madeira, as várias cachoeiras deste, e sobre cada um informa suas riquezas e suas nações indígenas, defende a

(40) *RIHGB*, 1857, XX, 185-292, páginas não numeradas, tabelas e estatísticas.

criação “de uma povoação na cachoeira do Salto no rio Madeira para facilitar o utilíssimo e indispensável comércio, que pela carreira do Pará se deve fomentar para Mato Grosso, de que resultará a prosperidade de ambas as capitanias, dá as distâncias dos lugares mais notáveis da navegação da cidade do Pará, até Vila Bela, as latitudes e longitudes dos lugares mais notáveis da sua descrição geográfica, e escreve uma “notícia resumida do tempo da fundação da capitania do Mato Grosso”, isto é, Forte Príncipe da Beira, Cagalvasco, Insua, Jauru, Vila Maria, Povoação de Albuquerque, Presídio de Coimbra, Presídio de Miranda, Ribeirão, Palmela, Cuiabá, Vila Bela, S. Pedro d’El-Rei, Vizeu, S. Luís, Guimarães, a ordem cronológica da fundação, a demarcação, o mapa da população, a notícia cronológica das pessoas que governaram a capitania de Mato Grosso, desde 1751, e data de sua criação; faz um catálogo cronológico dos governadores e capitães-generais, revela cinco roteiros, mostra numa tabela comparativa as distâncias que pouco mais ou menos por terra vão desde Vila Bela à Bahia, Rio de Janeiro, Santos, a força militar, oferece informações sobre obras pias, e alinha os empregados desde o governador aos mais modestos, com seus vencimentos e os dos vigários, professores, oficiais de justiça, dá uma descrição estatística da população da capitania de Mato Grosso em 1818 e o mapa da população da mesma em 1817 (41).

Sua “Memoria ou Informação dada ao Governo sobre a capitania de Mato Grosso” (42), escrita em 31 de janeiro de 1800, é um parecer sobre a defesa de Mato Grosso dado ao governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1796-1803). Nela Ricardo Franco encara não somente o estado atual da capitania como seu futuro aumento e sua vizinhança com os domínios espanhóis, dez vezes mais povoados que ela e considera que “ela cobre o interior do vastíssimo Brasil, guardando nos seus vastos sertões sabidos e grandes tesouros e contendo na sua superfície de 48 mil léguas quadradas, os nascimentos e a maior parte do corpo de grandes rios, que com trezentas léguas de curso vão confluir no máximo rio das Amazonas e o total de outros muitos rios, que dão livre entrada para o centro das Capitanias de São Paulo e de Goiás”. Declara valer-se da experiência de 19 anos de residência na capitania e inicia sua opinião com a noção geográfica dos rios Madeira, Mamoré, Guaporé, as várias missões da fronteira de Chiquitos, o Paraguai, como na “Descrição” o mais estudado, assim como o Guaporé. Trata da população portuguesa, cerca de 24 mil pessoas, sendo 18.000 em Cuiabá e seis mil em Vila Bela, e calcula em 120 mil a população espanhola das províncias espanholas de Chiquitos, Moxos, Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba, Misque e Tarata. Cuida em especial da capitania do Paraguai com 113 mil pessoas, e afirma que o total da população de todas as províncias espanholas conflitantes com Mato Grosso corresponde a duzentos e quarenta mil habitantes.

(41) Um resumo da Descrição, sob o título de “Extracto da Descripção geographica da provincia de Mato Grosso” havia aparecido na *RIHGB*, 1865, t. 6, 156-196, e antes n’*O Patriota*, 1813-1814, II, 1, 47-57; II, 2, 50-62; II, 5, 32-42; II, 6, 38-48.

(42) *RIHGB*, 1840, t. 2; 3.^a ed., 1860, 19-49.

Seu “Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurús e Guanás, com a descrição de seus usos, religião, estabilidade e costumes”⁽⁴³⁾, dado em Cuiabá aos 5 de abril de 1803, é um exemplo de estudo etnográfico feito com seriedade e um mínimo de compreensão, apesar de sua discriminação, tão comum aos chefes portugueses da época. É acompanhado da “Resposta do General Caetano de Miranda Montenegro”, o governador que lhe pedira o parecer⁽⁴⁴⁾.

Resta, finalmente, seu segundo ensaio geográfico, político-estratégico, de grande significação histórica, que são as “Reflexões sobre a Capitania de Mato Grosso”⁽⁴⁵⁾, escritas de colaboração com Joaquim José Ferreira, outro engenheiro, companheiro da terceira divisão demarcadora, autor de mapas geográficos quase todos feitos como colaborador de Ricardo Franco e Francisco José de Lacerda e Almeida⁽⁴⁶⁾. As “Reflexões” eram oferecidas ao governador João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1789-1796); examinam a situação geográfica, uma das mais importantes tanto pela sua extensão como pelas riquezas e por ser fronteira do “vasto, populoso e rico Peru”. Trata dos limites, da população, dos rios e dos possíveis ataques espanhóis, da defesa brasileira, cuida com muita atenção, como nos outros estudos, do Paraguai, rio e governo, e sugere medidas, como aumentar a povoação, o comércio e navegação com o Pará, e relembra a criação da povoação de Salto, já referida, como um ponto de apoio. Só assim “fará S. M. respeitar a larga fronteira desta capitania, exposta por tantos lados ao populoso Peru, enfim garante das outras capitanias extremas do Brasil”.

(43) *RIHGB*, 1845, t. 7, 204-213.

(44) *RIHGB*, *ob. cit.*, 213-218. O original do “Parecer sobre o aldeamento” e o da “Memória sobre o aldeamento” encontram-se no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, L. 17, Mss. 379, e L. 42, Mss. 807, respectivamente.

(45) *RIHGB*, 2.ª ed., 1874, t. XII, 377-399.

(46) *CEHB*, 665 (Reflexões), 1450, 1699 (com Ricardo Franco), 1728 (feito sozinho), e 1729 (com a colaboração de Lacerda e Almeida).

CAPÍTULO IV

A HISTORIOGRAFIA DE GOIÁS

1. Informações e Relatos. 2. Francisco José Rodrigues Barata. 3. José Manuel Antunes da Frota.

1. Informações e Relatos

A historiografia goiana antecede de pouco a mato-grossense. Nasceram ambas devido ao bandeirismo e logo se singularizaram. Já Afonso d'E. Taunay nos seus *Relatos Sertanistas* ⁽¹⁾ incluíra entre os primeiros documentos históricos a "Notícia — 1.^a Prática que dá ao P. M. Diogo Soares o Alferes José Peixoto da Silva Braga, do que passou na Primeira Bandeira que entrou no descobrimento das Minas de Guayazes até sair na cidade de Belém do Grão Pará" ⁽²⁾, escrito por José Peixoto da Silva Braga, contando sua saída de São Paulo aos 3 de julho de 1722 em companhia do capitão Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera de alcunha, um dos maiores bandeirantes paulistas ⁽³⁾.

A "Notícia Prática" é um roteiro da tropa que, com 39 cavalos, três religiosos, e 20 índios cedidos pelo governador Rodrigo César de Menezes (1721-1730?), e composta de brancos originários de Portugal, cinco ou seis paulistas e cada um com seus índios e negros, marchou sempre por campos e matos grossos. A bandeira enfrentou dificuldades com os "amboabas (emboabas), assim chamam aos reinóis", e as desordens travaram a marcha, logo retomada com ódio aos mesmos. A expedição teve muitas perdas, mais de 40 pessoas morreram, e se desorientou do rumo para Goiás, padeceu fome e moléstias e lutou com índios. É uma história breve e viva dos embaraços, contratempos e riscos que a bandeira teve de afrontar. José Peixoto da Silva relata, como ele próprio diz, "os trabalhos, as mi-sérias, e as grandes conveniências das novas Minas dos Guayazes" ⁽⁴⁾.

Francisco Adolfo de Varnhagen ofereceu ao Instituto Histórico as "Notícias Práticas das Minas do Cuiabá e Goyases, na Capitania de São Paulo e Cuiabá, que dá ao Rev. Padre Diogo Soares, o capitão João Antônio Cabral Camello, sobre a viagem que fez às Minas de Cuiabá no anno de 1727" ⁽⁵⁾.

(1) Coletânea. Introdução e notas de Afonso d'E. Taunay. São Paulo, Martins, 1953.

(2) *Relatos Sertanistas*, ob. cit., 121-137.

(3) Biografia in Francisco de Assis Carvalho Franco, *DBSB*, São Paulo, 1953, 366-370.

(4) A "Notícia Prática" foi publicada por Capistrano de Abreu sob o título "A Bandeira do Anhangüera a Goyaz em 1722, segundo José Peixoto da Silva Braga", in *Gazeta Litteraria*, 1883-1884, t. 1, 62-65, 110-113.

(5) *RIHGB*, 1842, t. 4, 487-500.

Como os outros, este documento é prático pois procura informar o caminho seguido, as dificuldades encontradas, os riscos que correram e os proveitos ou perdas que tiveram. Do capitão Camello sabe-se apenas que empreendeu essa viagem de Sorocaba a Cuiabá ⁽⁶⁾. “Não poderei informar a V. Rev. com a individualização que pretende, e eu desejo sobre a viagem que fiz às minas do Cuiabá, mas o farei na melhor forma que me for possível, porque os contínuos perigos e riscos desta derrota não dão lugar a se atender a nada.”

A “Notícia” é repleta de informação sobre os índios da região e basicamente ensina pela experiência o roteiro, seus problemas e as soluções improvisadas. Viaja pelo Rio Grande, Camapuan, Quexim (Coxim), Taquari, Paraguai-Mirim, Paraguai-Assu, Porrudos, Cuiabá onde chega a 21 de novembro de 1727. Fala da vila de Cuiabá com suas oito ou nove casas de telha, e as mais de capim, que se vendiam caro, e mais tarde caíram muito de preço, como as roças, quando as desampararam os donos, retirando-se para São Paulo.

No fim, faz uma espécie de inventário, resumindo as conveniências e inconveniências gerais de Cuiabá. “Verdade é que favoreceu a fortuna mais a alguns, mas foram muito poucos os que tiveram de livrar o principal com que entraram. Eu saí de Sorocaba com quatorze negros e três canoas minhas, perdi duas no caminho, e cheguei com uma e com setecentas oitavas de empréstimo, e gastos de mantimento que comprei pelo caminho; dos negros vendi seis meus, que tinha comprado fiado no Sorocaba, quatro de uns oito que me tinha dado meu tio, e todos dez para pagamentos de dívidas. Dos mais que me ficaram morreram três e só me ficou um único, e o mesmo sucedeu a todos os que fomos ao Cuiabá. Enfim, de 23 canoas que saímos de Sorocaba, chegamos só quatorze ao Cuiabá; as nove perderam-se, e o mesmo sucedeu às mais tropas, e sucede cada ano nesta viagem.”

É a soma destas pequenas contribuições históricas que possibilitam a elaboração historiográfica, e foi assim pensando que o Instituto Histórico as fez publicar na sua *Revista*.

2. Francisco José Rodrigues Barata

Sabe-se que nasceu no Pará nos meados do século XVIII, foi militar e faleceu no posto de sargento-mor. Foi nomeado pelo governador e capitão-general D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho (1789-1970) para ir à colônia holandesa de Suriname ⁽⁷⁾. Sobre essa viagem escreveu o “Diário da Viagem que fez à colônia holandesa de Suriname o porta bandeira da sétima Companhia do Regimento da cidade do Pará, pelos sertões e nos deste Estado, em diligência do Real Serviço” ⁽⁸⁾.

(6) Francisco de Assis Carvalho Franco, *DBSB*, *ob. cit.*, 96.

(7) A. V. A. Sacramento Blake, *DBB*, *ob. cit.*, vol. 3, 15; Inocêncio Francisco da Silva, *DBP*, *ob. cit.*, t. 9, 317.

(8) *RIHGB*, 1846, t. 8, 1-53.

Para a historiografia de Goiás escreveu a “Memória em que se mostram algumas providências tendentes ao melhoramento da agricultura e comércio da capitania de Goyaz” (9), na qual estuda a decadência da capitania desde 1776 e propõe medidas para sua recuperação. Rodrigues Barata começa defendendo os direitos da Metrópole sobre as colônias, cujo “efeito primário e comum é certamente o de enriquecer a metrópole e aumentar-lhe o poder”. Relembra os deveres das colônias, revelando-se assim um colono convicto da sua sujeição.

Descreve a situação geográfica da colônia, os gêneros de sua produção, a pobreza em que vivem seus habitantes e a falta de comércio com as capitanias vizinhas, como Mato Grosso, São Paulo, Minas, Bahia, Maranhão e Pará. Defende o desenvolvimento da navegação e comércio pelos rios Tocantins e Araguaia, embora reconheça a necessidade das embarcações e equipagens, o apoio nas margens dos rios de modo a terem mantimentos, a dificuldade da passagem das cachoeiras, e a precisão de tropa que repila o assalto indígena. Pleiteia o descimento e catequese dos índios, submetendo-os ao mando dos senhores brancos, e propõe e sugere que o governo crie incentivos para animar os povos a irem para Goiás. Declara que delimitou a decadência da capitania em 1776 fundado no mapa da receita e despesa entre 1762 e 1802, onde se mostrava a grande dívida do governo. Em resumo, capitula como causas da decadência da capitania a diminuição da produção de ouro, o decréscimo da população e a falta de comércio, e termina fazendo um apelo para que se tomem providências ou as que sugeriu ou outras mais acomodadas.

3. José Manuel Antunes da Frota

Os dicionários biobibliográficos de Inocêncio e Sacramento Blake não registram Antunes da Frota. Ele foi inspetor da Real Feitoria do Linho Cânhamo da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul e serviu na capitania de Goiás na criação do horto botânico. Foi cirurgião-mor da Frota, efetivo do Primeiro Regimento de Lisboa e da Praça da Bahia (1813). Antes, em 1803, ele prestara serviços contra epidemia em Cachoeira (1807), e o governador D. João Manuel de Menezes (1800-1804) atestou-lhe os serviços, com que obteve a mercê de cirurgião honorário da Câmara e se incumbiu de organizar o horto botânico selecionando diversas qualidades de plantas (10).

Ele escreveu os “Extractos da Historia da Capitania de Goyaz” (11). Conta a história das entradas paulistas em Goiás e para ele foi Francisco de Sousa Coutinho, governador do Grão-Pará, quem conciliou o gentio Carajá no Araguaia e principiou a navegação do mesmo rio para as minas de Goiás e se dedicou à domesticação do gentio Apinajé, que dificultava a navegação do Tocantins e Araguaia. Estabeleceu um grande registro com

(9) *RIHGB*, 1848, t. XI, 336-365.

(10) Documento biográficos, C563-5, Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

(11) *O Patriota*, Rio de Janeiro, 1814, 111, subscrição n.º 2. 24-25.

tropa, 300 homens, conseguindo impor a paz aos Apinajés. Ordenou também a perseguição ao índio Mura, impondo com o terror, a paz.

Manuel Correia, um homem da plebe, foi o primeiro que, no ano de 1719, vendo-se oprimido pela indignação em São Paulo, como escreveu, penetrou no sertão em demanda do gentio, que aterrados com o estrondo das armas compravam a vida ao preço da liberdade. Afirma que Correia não deixou uma idéia perfeita de sua jornada, pois os papéis escritos pela sua mão, com o roteiro, estavam tão desarranjados e confusos que nada se pôde conhecer dele. Sabe-se que foi grande a presa de gentios que fez e que vendeu em São Paulo e vizinhanças, com lucro não pequeno. Esperavam todos que ele trouxesse grande porção de ouro, e ele apareceu com apenas 10 oitavas. A notícia inflamou o ânimo daqueles habitantes, e indagado onde o havia extraído, para que pudessem ter parte nos lucros e nos trabalhos, afirmou que o extraíra do rio Araes, em um prato de estanho, e que para ir a este rio passara por outro muito grande.

Deste modo, não marcou o rio e altura em que o tirara, e assim se recolheu como saíra. Esta foi a primeira notícia que vagou de haver ouro em Goiás. Afirma que nas memórias deste homem se encontram muitas incoerências que declara para desabuso de muitos que julgavam as minas melhores do que eram.

Sua história, cheia de alusões lendárias, afirma que quando D. Rodrigo César de Menezes governava São Paulo (1721-1727) pôs todo o cuidado em aumentar os domínios da Coroa Portuguesa e para isso convocou à sua presença os moradores mais dignos e que estavam em melhor estado de tentar uma jornada que, sem dispêndio da Real Fazenda, fosse proveitosa à Coroa. Bartolomeu Bueno se ofereceu e em 1721 se despediu do governador e de seus amigos. Levando um seu filho, procurou descobrir novo caminho mais fácil e direto. Foi devido aos gentios goiases que a capitania tomou esse nome.

Quando voltou, trazia tantos índios quantos seriam bastante para a população de uma vila mediana e foi recebido com clamores de vivas, e logo os lavradores queriam trocar mantimentos por escravos.

José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho (1772-1778), que chegou a Goiás com o título de Barão de Mossamedes e foi depois Visconde da Lapa, foi o primeiro que deu acertadas providências para catequizar naquela capitania o gentio. Formou uma aldeia, S. José de Mossamedes, que chegou a ter 800 a 900 acres, sujeitando o índio. Sua história vai até esse governo, acrescentando apenas que seus substitutos se esforçaram no mesmo sentido. Termina dizendo: "Parece-me não ter faltado à verdade nesta minha narração singela e desalinhada, como promete minha ignorância" (12).

(12) Pizarro e Araújo, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1948, vol. 8, 338-339. Pizarro aproveitou-se do extrato publicado n' *O Patriota*.

A HISTORIOGRAFIA RIO-GRANDENSE-DO-SUL

1. “Relatos” e “Informações”; 2. José Custódio de Sá e Faria. 3. Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara. 4. “Notícias” e “Memórias”. 5. Sebastião Francisco Bettamio. 6. Francisco João Roscio. 7. A “Descrição” de Francisco Ferreira de Souza e o “Diário” de José de Saldanha. 8. Domingos Alves Branco Moniz Barreto. 9. Domingos José Marques Fernandes. 10. Manuel Antônio de Magalhães. 11. Diogo Arouche de Moraes Lara.

1. “Relatos” e “Informações”

A historiografia rio-grandense-do-sul conta com um estudo de Guilhermino César ⁽¹⁾ que não só examina as fontes primárias, acompanhando-as de textos originais, como esboça a própria história da história do Rio Grande do Sul. Os textos não são publicados na íntegra, mas em trechos selecionados, e revelam a primeira forma rudimentar da historiografia, os relatos, as informações e até mesmo cartas.

Como acentuou Guilhermino César, convivem neste quadro figuras como Antônio Vieira e homens de poucas letras como os vereadores de Câmaras, todos irmanados pela mesma classificação de cronistas, isto é, aqueles que registram os acontecimentos *in statu nascendi*, e só vêem os aspectos conjunturais, e não os estruturais, que pertencem à história.

A primeira relação é a de Jerônimo Rodrigues (1552-1631), missionário jesuíta que passou ao Brasil em 1575, dedicou-se ao gentio aprendendo-lhe a língua ⁽²⁾. A narrativa original completa, abrangendo de 1605 a 1607, foi publicada por Serafim Leite ⁽³⁾, que a considerou extraordinária por tratar de uma fase de transição entre o século XVI e o XVII, tão pouco estudada, na qual se falava das terras do atual Rio Grande do Sul ⁽⁴⁾.

Ela constitui não somente a primeira referência jesuítica mas a primeira sobre aquelas terras, antes tratadas como espanholas, e é escrita

(1) *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul, 1605-1801*. Faculdade de Filosofia, UFRGS, 1969.

(2) Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro, 1949, IX, 86-87.

(3) *Novas Cartas Jesuíticas (De Nóbrega a Vieira)*, Companhia Editora Nacional, Brasileira, São Paulo, 1940, vol. 194, 196-246; reproduzida por Múcio Leão *in Autores e Livros*, X, n.º 10, 10-10-1948, e um pequeno trecho por Guilhermino César, *ob. cit.*, 23-25.

(4) *Novas Cartas Jesuíticas, ob. cit.*, 134.

num estilo animado, contendo preciosas informações sobre a etnografia e a vida social daquela gente, por uma testemunha ocular e ativa participante.

Jerônimo Rodrigues conta sua viagem de Santos a Cananéia por terra, de Cananéia a Paranaguá por mar, a estada de três semanas nesta última, e desta ao Porto de Dom Rodrigo ou de Embitiba, já na terra dos Patos, ou melhor, na ilha de Santa Catarina. Viveu quase dois meses nela, na terra dos Carijós, e partiu depois para Ararunguá, que é um rio onde esteve com o afamado índio Tubarão, “grande ladrão, salteador de brancos, vendedor de parentes”, gozando da fama de ser “feiticeiro e de ter três ou quatro irmãos, todos feiticeiros, e todos são grandíssimos tiranos e vendedores, e de quem os brancos fazem muito caso”, pois era um grande ladrão de índios para os brancos. Trata, depois, dos costumes dos índios, “a mais pobre gente que cuida há no mundo”, da vida social, da falta de limpeza, da escravidão e antropofagia, das casas e insetos, das qualidades boas, dos adornos, das superstições, e do modo dos brancos submeterem os índios e vendê-los aos brancos.

Na “Annua ou Annaes da Província do Brasil dos dous annos de 1624 a 1625”, escrita pelo Padre Antônio Vieira e assinada na Bahia aos 30 de setembro de 1626⁽⁵⁾, este descreveu a Missão dos Patos, que se entendia como Laguna, tendo como superior o Padre Antônio de Araújo, que acabara de publicar o *Catecismo da Língua Brasileira*⁽⁶⁾, e como companheiro o Padre João de Almeida, que ficou famoso com a obra que lhe dedicou Simão de Vasconcelos⁽⁷⁾, mas que pediu logo para se retirar. A Missão foi realmente exercida pelos dois padres Antônio de Araújo e Pedro da Mota, tentando evitar a atividade escravizadora dos brancos de São Vicente⁽⁸⁾, e pouca notícia nos deu sobre a terra e o Rio Grande, pois se limitaram aos contactos com os índios e chegaram até a aldeia de Caibi, que Guilhermino César identifica como localizada nas cercanias da atual Porto Alegre.

A primeira tentativa de povoamento foi escrita por Manuel Jordão da Silva, numa carta escrita a S.M., datada do Rio de Janeiro, de 10 de junho de 1698. É um documento histórico e não historiográfico. “Agora, meu Senhor, digo que, suposto sou bisavô de oito bisnetos, avô de 55 netos, pai de 25 filhos, me ofereço a V.M. para ir povoar o Rio Grande, que, se há terra de primição (promissão) do mundo é aquela, e nele fazer a cidade de São Pedro, e no rio de Taramandi (Tramandaí) que está perto para parte do norte, fazer uma vila, por ser muito abundante de oiro.”⁽⁹⁾

Esta carta foi enviada a S.M. pelo governador do Rio de Janeiro, Sebastião de Castro e Caldas (1695-1697), que dizia não querer depreciar coisa alguma que pudesse resultar em utilidade ao serviço, e que “o autor era um homem de idade com tanto rigor e esperteza como se fosse de vinte

(5) ABN, XIX, 175-217, especialmente o capítulo “Missão dos Patos”, 204-207.

(6) Lisboa, 1618; 2.ª ed., 1686.

(7) *Continuação das Maravilhas que Deus é servido obrar no Estado do Brasil, por intercessão do mui religioso e penitente servo P. João de Almeida da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1662.

(8) Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, ob. cit., t. VI, 481.

(9) Luís Ferrand de Almeida, *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil*, Coimbra, 1957, vol. 1 (1493-1700), 555-557.

e cinco anos, o qual tem gasto nestas diligências, muita fazenda, pelo que o avaliaram de louco, e não tinha nada disso, e dizia que esta ânsia e desejo de fundar colônia procedia da fertilidade que achara naquelas terras, que tinha fazenda com segurar o que pedia” (10).

Coube a Capistrano de Abreu publicar o “Roteiro por onde se deve governar quem sair por terra da Colônia do Sacramento para o Rio de Janeiro ou vila de Santos”, escrito por Domingos da Filgueira, em 1703 (11). Esse curioso “Roteiro”, como outros que tenho comentado, é um documento da primitiva história e historiografia rio-grandense. Documento do mesmo gênero é o “Itinerário feito desde os confins septentrionais da Capitania do Rio Grande de S. Pedro do Sul até a cidade de São Paulo, no qual se marcam os pontos de divisão de uma e outra capitania, e os rios que atravessam o caminho geral da primeira para a segunda, trabalho enviado pelo governador daquela Capitania” (12), assinado da vila do Rio Grande aos 26 de dezembro de 1797, e contando minuciosamente o caminho de Porto Alegre a São Paulo, de 235 léguas, e dando destaque à vila de Curitiba, a única descrita.

Deste mesmo gênero são as várias “Notícias Práticas” que aparecem sobre o Rio Grande do Sul, como apareceram para Minas Gerais e Goiás, e irão surgir para o Paraná e Santa Catarina.

As “Notícias Práticas da Costa e Povoações do Mar do Sul” e a “Resposta que lhe deu o sargento-mor da Praça de Santos, Manuel Gonçalves de Aguiar, às perguntas que lhe fez o governador e capitão general da cidade do Rio de Janeiro e capitanias do Sul Antônio de Brito e Menezes, sobre a costa e povoação do mesmo nome” (13) indicam o caminho até Santa Catarina e daí até o Rio Grande da Lagoa de S. Pedro, tratam da entrada no porto do Rio Grande de São Pedro, até então dificultosa, e informam sobre o gentio que habitava essa marinha até Montevidéu; falam, ainda, da possibilidade da existência de prata e na abundância de gado, e mostram em que parte se devia fundar uma povoação, que sirva para o aumento da nova Colônia do Sacramento, e de prontidão para seu socorro, dentro do porto do Rio Grande, ou fora da costa do mar, ou perto da ilha de Santa Catarina.

A “Notícia” assinada de Santos, aos 26 de agosto de 1721 por Manuel Gonçalves d’Aguiar, é valiosa porque mostra o que ele viu, correu e examinou desde Laguna até o Rio Grande e a campanha de Buenos Aires, informado, neste caso, por pessoas fidedignas, que cursaram aquelas campanhas muitos anos.

A “Notícia. 2.^a Prática que dá ao P. M. Diogo Soares, o capitão Cristóvão Pereira, sobre as campanhas da Nova Colônia e Rio Grande ou

(10) *DHBN. Consultas do Conselho Ultramarino*, Rio de Janeiro, 1687-1710. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1951, XVIII, 68.

(11) *Ensaio e Estudos*, 3.^a série. 1.^a ed., Sociedade Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, 1938, 103-105; 2.^a ed., *Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1975; e Guilhermino César, *Primitivos Cronistas*, *ob. cit.*, 55-60.

(12) *RIHGB*, 1858, t. XXI; 2.^a ed., 1930, 309-315.

(13) *RIHGB*, 1908, LXIX, parte 1.^a, 288-303.

Porto de S. Pedro” (14) começa informando da capacidade das terras que ele conhece há onze anos. “Compõe-se este País d’um clima muito ameno, saudável e criador de riquíssimas e férteis terras em que produz em grande maneira, e com ventagem mui crescida todos os frutos da Europa, assim trigos, como vinhos, linho e toda a casta de frutas, que pode causar inveja as de qualquer parte do mundo, com perto de cento e cinqüenta léguas de Campanha...”

A historiografia rio-grandense não é mais rica do que as outras já tratadas, e oferece, como essas, a característica de ser sobre uma região nova, que vai aos poucos ser incorporada ao Brasil.

2. José Custódio de Sá e Faria

José Custódio de Sá e Faria (Portugal 1710 — Buenos Aires 1792) fez o curso da Academia Militar de Fortificações e se formou em engenharia em 1745. Depois de exercer a superintendência de obras reais, foi nomeado capitão engenheiro em 1749 e em 1750 enviado ao Brasil. Foi nomeado chefe da terceira Partida de Demarcação, e escreveu vários trabalhos geográficos e cartográficos. Em 1755, Gomes Freire enviou-o à Colônia do Sacramento e daí ao Rio Grande, onde se uniu à expedição para incorporação dos 7 Povos. Foi governador interino do Rio Grande do Sul (1764-1768), sendo tenente-coronel, e em 1767 atingia o posto de coronel. O fracasso da expedição ordenada por ele para desalojar os espanhóis do Rio Grande em 1767 resultou na destituição do 1.º Vice-Rei (Conde da Cunha, 1763-1767) e a prisão de Sá e Faria, com ordens de voltar ao reino. Em 1771 era promovido a brigadeiro, o que prova que sua ação não fora do desagrado do Rei.

Em 1775, vindo de São Paulo para o Rio, “por ter justificado seu procedimento” é empregado nas fortificações de Santa Catarina. Durante seis anos andara Sá e Faria pelo interior de São Paulo e Mato Grosso e sobre ele escreveu seus vários trabalhos. Em 1776, ante a invasão de Santa Catarina pelo general Pedro Cevallos, ele foi enviado para lá e capitulou com os demais chefes. Mantido como refém, teve como residência Montevidéu e depois Buenos Aires. Daí em diante passa-se para o inimigo, é reconhecido desde 1788 como brigadeiro espanhol, recebe soldo e opina sobre questões geográficas e militares. Depois da rendição de Santa Catarina todos os seus bens foram embargados, vendidos em hasta pública e aplicados ao fisco. Em 12 de janeiro de 1792, o Vice-Rei do Prata D. Nicolás de Arredondo participou à Corte espanhola seu falecimento (15).

Sua obra está registrada em Sacramento Blake (16), mas coube a Abeillard Barreto levantar-lhe igualmente e de maneira exaustiva sua bibliografia (17), composta de mapas, cartas, pareceres, diários, exemplos geo-

(14) *RIHGB*, 1908, LXIX, parte 1.ª, 304-309.

(15) Biografia resumida da escrita por Abeillard Barreto, *Bibliografia Sul Rio-grandense*, Rio de Janeiro, 1973, vol. I, 486-491. Esta é a única biografia correta de Sá e Faria. Somente nela aparece toda sua atuação e tralção, nebulosas em Varnhagen e Rio Branco.

(16) *DBB*, vol. 4.º, 401-402.

(17) *Bibliografia cit.*, 491-510.

gráficos de terreno, plantas, instruções planos de vilas, que não pertencem à historiografia. Mas no seu “Diário da viagem que fez o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria da cidade de São Paulo à praça de Nossa Senhora dos Prazeres, 1774-1775” (18) encontra-se, como nos demais “Diários” que têm sido mencionados, matéria histórica e geográfica de grande valia para a historiografia rio-grandense-do-sul. Está também publicada a “Continuação do Diário da primeira partida de demarcação, 1759” (19).

3. Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara

Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara era coronel quando D. Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcam Eça e Melo Silva e Mascarenhas, Marquês de Lavradio, 3.º Vice-Rei do Brasil (1769-1779) mandou-o chefiando as tropas que partiram do Rio para enfrentar os espanhóis no Rio Grande de São Pedro. Dele escreveu: “este oficial é de muita honra, valor e inteligência, tem muito cuidado na disciplina daquele corpo que comanda (terceiro regimento da Europa), não só no que pertence à presteza e prontidão das evoluções, mas na parte que pertence à disciplina interior do regimento; é um oficial muito digno do posto que ocupa, e dos mais com que S. M. o quiser honrar” (20).

Coube-lhe chefiar a primeira demarcação da fronteira no Sul, em cumprimento do tratado de 1777 (21).

Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara foi governador do Rio Grande de São Pedro do Sul (1780-1801) substituído por vários governadores interinos no desempenho de primeiro comissário das demarcações no Sul (22). Sua obra registrada no *Catálogo da Exposição de História do Brasil* (23) compõe-se de planos topográficos, corográficos, plantas de terreno, de representações, ofícios, e das “Reflexões sobre o estado atual do Continente de São Pedro”, obra principal que verdadeiramente o inclui na historiografia rio-grandense-do-sul.

A “Representação dirigida a S.A.R. o Príncipe Regente em 24 de agosto de 1801 pelo Governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara sobre a conveniência de criar um bispado no Continente” (24) e a “Representação feita em 24 de agosto de 1801 por Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara, ex-governador da capitania do Rio Grande de S.

(18) *RIHGB*, 1876, t. XXXIX, parte 1.ª, 219-273. Compreende de 3 de outubro de 1774 a 30 de novembro de 1775. Da página 275 à 291 transcrevem-se documentos relativos à matéria.

(19) *CNHGNU*, vol. 7, 81-123.

(20) *RIHGB*, vol. 27, parte 1.ª 432.

(21) Encontra-se na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional uma coleção de vários papéis de sua autoria. No I- 28, 28, 36 contém uma pública-forma da carta do governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara a D. Fernando José de Portugal, depois Conde e Marquês de Agular, 6.º Vice-Rei (1801-1806), bem como o I- 31, 35, 1, com seis cópias sobre a demarcação, na parte relativa ao art. 8 do Tratado Preliminar, dirigida ao Conde de Rezende, D. José de Castro, 5.º Vice-Rei (1790-1801). O I- 31, 36, 5 é também sobre a demarcação da 2.ª Divisão. Contém ainda uma carta a Francisco João Roscio; igualmente importante é o I- 31, 34, 9.

(22) F. A. de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, vol. V, 366-367.

(23) Rio de Janeiro, 1881, n.º 1936-37, 1940, 1946, 1947-48, 1958, 9075-76, 10499-500.

(24) *CEHB*, ob. cit., 9075.

Pedro do Sul, sobre a necessidade de separar aquele território, como também o da ilha de Santa Catarina da jurisdição do Bispado do Rio de Janeiro” (25) são exemplos de seu desvelado interesse pela boa administração eclesiástica da capitania aos seus cuidados. Na segunda declarava já haver informado S.A.R. “do atual estado em que a capitania se achava, pelo que toca à religião, e agora torno a fazer diretamente a V.A. representando-lhe que este continente do Rio Grande de S. Pedro do Sul e departamento da ilha de Santa Catarina, distando do bispado do Rio de Janeiro dez grãos de mar longo e tormentoso, metendo-se ainda de permeio o bispado de São Paulo, não podem de forma alguma aqui chegar aos cuidados episcopais em toda a sua devida inteireza, e por isso o clero aqui posto em suma descuida da prática de seu ministério, e os povos sem terem quem os instrua naqueles princípios religiosos, pelos quaes se aprende que obedecer e amar os príncipes é não só uma obrigação de justiça, mas sim um dever de consciência, vão pouco a pouco afrouxando d’aqueles sentimentos tão essenciais, e únicos, que portanto podem fazer bons cristãos como fiéis vassallos” (26).

Ele faleceu aos 5 de novembro de 1801 na vila do Rio Grande, cuja capitania dirigia desde 1780, e quando comandava as operações de guerra começadas a 4 de julho de 1781, em que as armas luso-brasileiras vitoriosas alargavam os limites da parte sul do Brasil, fixadas pelo Tratado de 1777 (27). Dele escreveu o Visconde de São Leopoldo, José Feliciano Fernandes Pinheiro: “Morreu, mas sua memória será duradoura neste país que ele soube governar 21 anos com tanta dignidade: a pátria lhe deve reconhecimentos pelos serviços militares e pelos expendidos na espinhosa comissão de demarcação de limites; sobretudo o que forma o seu título de glória é o valor e ingênita constância, com que sua alma guerreira sem succumbir à ruína e desfalecimento do seu corpo, como indiferente às leis da humanidade, traçou do leito de morte cada uma das operações e com suas mãos moribundas susteve o peso desta difficílissima conjuntura” (28).

A “Memória do antigo Governador da Colônia Sebastião da Veiga Câmara sobre a legitimidade dos direitos de Portugal às terras da parte oriental do Rio da Prata e sobre os limites do Brasil em geral” (29), é um estudo que o próprio autor subintitula de Geografia da América, procurando provar que pertencem à Coroa de Portugal as terras da parte oriental do Rio da Prata. Na realidade, a atribuição de autoria é feita por Jaime Cortesão, mas acho estranho o caráter erudito, repleto de citações e transcrições de geógrafos, cartógrafos e historiadores, de trechos em latim, de discussão acadêmica sobre as descobertas nas Américas, de exame de bulas pontificias, de tratados, indicando rica bibliografia sempre procurando fundamentar o direito de Portugal às terras ao oriente do Rio da

(25) CEHB, ob. cit., 9,076, publicada na RIHGB, 1853, 347-365.

(26) RIHGB, XVI, 354.

(27) O Inventário de todos os seus papéis officiais in RIHGB, 1848, XI, 445-486.

(28) Anais da Provincia de S. Pedro, 1.ª ed., 1839. 2.ª ed., 1888, 3.ª ed., 1946, p. 209.

(29) In Jaime Cortesão (ed.), Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri. Parte III. Antecedentes do Tratado, t. 1, Rio de Janeiro, s.d. 157-187.

Prata. Conclui discutindo as terras que devem ser pedidas e com as quais pode Portugal se acomodar, que se resumem em defender os limites do rio Amazonas ao Prata.

Se se pode pôr em dúvida essa autoria, já a mesma não existe quanto às “Reflexões sobre o estado atual do continente do Rio Grande de S. Pedro”⁽³⁰⁾. Ao encaminhá-las ao Vice-Rei, aos 10 de dezembro de 1783, declara que as reflexões não se propõem senão ao adiantamento do próprio continente e descoberta da verdade, alcançada durante os três anos e meio em que a governava.

As “Reflexões” são políticas, econômicas e práticas pelas sugestões que oferecem. Tratam do clima, das produções, do comércio, da agricultura, da navegação, dos povos, da magistratura. O terreno é próprio para qualquer estabelecimento, mas a abundância de carne leva ao “regime de se conservar no maior descuido a agricultura e em particular a preguiça”. A conseqüência é o abandono do trabalho, a decadência e fraqueza do comércio. Os homens são robustos devido aos exercícios que fazem no domínio do gado, mas a multiplicidade dos crimes procede “em grande parte da ignorância crassa que tem feito necessária e absoluta falta de mestres, e de ensino das artes e das ciências”. Condenam o contrabando que prolifera no continente e declaram que “os chamados contrabandos do Rio Grande raras vezes deixam de consistir em tomar o alheio por força sem despendar um vintém, espancar e matar a quem pretende estorvar semelhantes desordens”.

A falta de juízes letrados, “a poderosa influência que exercitam os párocos em um povo tão destituído de indústria, artes e justiça”, os padres relaxados e ambiciosos que servem menos de edificação que de ruína, a falta de eqüidade com que se distribuem os terrenos, o abuso de fantásticas vendas e cavilosos traspassos são desordens que só o braço forte dos Vice-Reis são capazes de extinguir.

Consideram os índios prejudiciais ao continente, pois são sujeitos aos vícios em extremo e principalmente preguiçosos. “Dos costumes e propensões dos moradores do Rio Grande é fácil inferir que o bem comum lhes deve menor interesse que a outro qualquer povo mais civilizado.” Reconhecem que “construir vilas ou freguesias, e povoar ao mesmo tempo campanhas vastas e desertas, isto é o que se tem pretendido, e jamais alcançado no Rio Grande”, e o autor afirma “com convicção” que “as novas fábricas e plantações que se pretendem estabelecer e propagar por todo o continente, correspondem aos grandes interesses que delas se pode esperar; é necessário, além da existência de meios proporcionados, desterrar antes a preguiça e miséria em que vive a maior parte dos lavradores, a quem de muitos anos se estão devendo porções consideráveis do fruto da sua indústria”.

Lembra que “a povoação do Rio Grande principiou a menos de cinqüenta anos, tempo em que sofreu por duas vezes com a guerra as calamidades que lhe são anexas”.

(30) *RIHGB*, 1877, t. XL, parte 1.ª, 251-261.

4. “Notícias” e “Memórias”

Ainda ao fim de sua administração, se escrevia a “Notícia dos acontecimentos pela presente guerra nos Sete Povos de Missões e nesta fronteira do Rio Grande do Sul”⁽³¹⁾, que deu à capitania seu contorno fisiográfico atual. A “Notícia” foi escrita em forma de efemérides desde 15 de junho até 21 de dezembro de 1801 e se tornou uma das fontes primárias mais importantes sobre a conquista das Missões.

Essa “Notícia” dá o arremate final às campanhas, pela definição do território rio-grandense, mas encontra seu legítimo precedente no “Diário da Expedição de Gomes Freire de Andrade às Missões do Uruguay”⁽³²⁾, escrito pelo Capitão Jacinto Rodrigues da Cunha, que se intitula testemunha presencial. O “Diário”, que se diz abreviado da expedição e derrota (rota, caminho) para efeito das demarcações da América Meridional na parte do Sul do Brasil, começa em janeiro de 1752 e termina em julho de 1756, não se limitando às conferências e discussões sobre limites, mas contendo muito material valioso para a história, sobretudo a militar, destes quatro anos e meio do Rio Grande do Sul.

A “Memória sobre a Província de Missões”⁽³³⁾, oferecida ao Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, por Thomaz da Costa Corrêa Rabelo da Silva, nativo, ao que supõe Sacramento Blake⁽³⁴⁾, do próprio Rio Grande do Sul, começa com o mais grave pessimismo: “A província de Missões, aquela parte da capitania de S. Pedro, que, sendo a mais agradável, tem as maiores proporções para dar vantagens aos seus habitantes, e fazer interesses ao Estado, é na situação atual um teatro de misérias; os seus principais povoadores, os índios Guaranis, são por todos os princípios os entes mais desgraçados, e de tão dilatado espaço de terreno não resulta ao Estado a mais pequena utilidade”. É uma descrição geográfica, etnográfica e econômica e sobretudo uma história da opressão sofrida pelos guaranis da parte de espanhóis e portugueses.

A “Memória sobre a Tomada dos Sete Povos de Missões da América Espanhola”, pelo furriel Gabriel Ribeiro de Almeida, foi escrita em 1806 e o manuscrito foi ter às mãos de Hemetério José Veloso da Silveira, que a publicou na obra *As Missões Orientais e seus Antigos Domínios*⁽³⁵⁾.

Gabriel Ribeiro de Almeida participou com José Borges do Canto, Manuel dos Santos Pedroso e Luís Francisco e Felipe de Carvalho da Silva, da conquista das Missões Orientais com a submissão dos povos missioneiros. Gabriel Ribeiro de Almeida foi o principal auxiliar de Borges do Canto, “não só pela sua capacidade militar como pelos conhecimentos que tinha da língua dos indígenas”⁽³⁶⁾.

(31) *RIHGB*, 1894, XVI, t. 3, da 3.ª série, 329-353, copiada de um manuscrito da Biblioteca do Palácio Episcopal fluminense.

(32) *RIHGB*, 1894, t. XVI, t. 3, da 3.ª série, 139-328.

(33) *RIHGB*, 1840, t. 2; 3.ª ed., 1916, 157.

(34) *DBB*, vol. 7, 1902, 285.

(35) Porto Alegre, 1909, trecho citado e transcrito in Gulielmino César, *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul, 1605-1801*, ob. cit., 191-205.

(36) E. F. de Sousa Docca, *História do Rio Grande do Sul*, Rio de Janeiro, 1954, 184-186, com resumo histórico do acontecimento e curtas biografias dos chefes da luta.

A narrativa de Gabriel Ribeiro de Almeida situa a gravidade das relações entre Portugal e Espanha, conta as primeiras iniciativas de guerra no sul do Brasil, e relata finalmente como “José Borges do Canto e eu, com quarenta homens, fizemos a conquista dos ‘Sete Povos das Missões’ do modo que vou referir” (37).

5. Sebastião Francisco Bettamio

Nenhuma monografia se equipara pelo valor descritivo e a análise sócio-econômica à “Notícia Particular do Continente do Rio Grande do Sul” (38), escrita por Sebastião Francisco Bettamio, e assinada no Rio de Janeiro, aos 19 de janeiro de 1780. O Autor foi secretário da Junta da Fazenda no governo do Marquês de Lavradio na Bahia, incumbido de introduzir novos processos de contabilidade em 1769 (39). Em 1775 ele auxiliava o general João Henrique Böhm, comandante das forças luso-brasileiras na guerra do Sul, organizando as linhas de suprimento(40).

Foi na época do governo de Manuel Jorge Gomes Sepúlveda (1773-1780) que se começou a organizar a contabilidade do Rio Grande do Sul sob a direção de Bettamio. Ele viera para o Brasil em 1767 para introduzir os novos métodos de contabilidade fiscal e foi na Bahia que começou, conseguindo logo diminuir a dívida da capitania. Foi depois enviado a São Paulo, por volta de 1774, onde orientou o uso do novo sistema; veio em seguida para o Rio de Janeiro a fim de organizar uma junta da fazenda para a guerra no Rio Grande do Sul, e tornou-se secretário da mesma junta e um dos poucos funcionários reais na capitania a merecer aplausos do General Böhm (41).

Foi nessa oportunidade que ele preparou a “Notícia Particular do Continente do Rio Grande do Sul”, uma das mais importantes fontes históricas relativas à vida econômica e social do Rio Grande do Sul. Nela ele conta como e por que se localizou a capital em Porto Alegre e descreve, afora o Viamão e Rio Pardo, as aldeias e freguesias e se concentra na vila de S. Pedro, que fora a capital, e a ela pertencia a Câmara então em Porto Alegre. Ele pleiteia que a capital volte a ser a Vila de S. Pedro, e prevê também a mudança para Pelotas, o que desaconselha. Propõe providências minuciosas sobre a mudança, e sobre a organização econômica e social da capital; trata, a seguir, das estâncias reais, das cavalcadas e boiadas reais, a cavalcada dos dragões, a cavalcada para o serviço que não for da tropa, a boiada, os armazéns gerais, os

(37) Reproduzida por Guilhermino César, *ob. cit.*, 196.

(38) O título completo é o seguinte: “Notícia Particular do Continente do Rio Grande do Sul segundo o que vi no mesmo continente, e notícias que nele alcancei, com as notas que me parecem necessárias para aumento do mesmo continente e utilidade da Real Fazenda. Dada no ano de 1780 por ordem do Ilmo. Exmo. Sr. Luis de Vasconcellos e Sousa do Conselho de Sua Majestade, Vice-Rei e Capitão General de mar e terra do Estado do Brasil”, *RIHGB*, 1858, t. XXI; 2.ª ed., 1930, 219-270.

(39) Dauril Alden, *Royal Government in Colonial Brazil*, Berkeley, 1968, 25.

(40) *Ob. cit.*, 156.

(41) *Ob. cit.*, 314-315.

gêneros dos armazéns, as munições de guerra, de boca, os dízimos reais, a tropa do continente, os consertos de armamentos, do tesoureiro e almoxarife dos armazéns, do gado do continente, do gado pertencente à Coroa, das despesas da Fazenda Real. Propõe que se unam algumas freguesias pequenas a outras igualmente pequenas para fazê-las menores em número e maiores em povo. É, provavelmente, uma das mais completas notícias sobre o Rio Grande do Sul no fim do século dezoito.

6. Francisco João Roscio

Francisco João Roscio ⁽⁴²⁾ veio para o Brasil em 1767 como ajudante de ordens do Marechal-de-campo engenheiro militar sueco Jacques Funk, que fora recrutado para o serviço militar na Inglaterra, em 1764 ⁽⁴³⁾. Funk, com o general João Henrique Böhm, comandante do Exército no Sul, e o capitão Roscio, ajudante de ordens do militar sueco, constituíram o tripé militar em que se baseou o Marquês de Lavradio, tanto nos trabalhos de remodelação e reequipamento das fortalezas e outros edifícios públicos do Rio de Janeiro, como na organização e comando das forças que lutaram no Rio Grande do Sul e na ilha de Santa Catarina contra os castelhanos. Os três participaram da grande vitória de 2 de abril de 1776, quando se reconquistou o Rio Grande.

O Marquês de Lavradio tinha Roscio em grande consideração, e sobre ele disse: “Talvez seja ele o único em toda a capitania de quem se possa acreditar as cartas e plantas que ele tem feito porque não põe em papel senão o que ele viu, mediu, e examinou, o que os outros fazem pelo contrário, riscando a maior parte das vezes, por estimação ou informação” ⁽⁴⁴⁾. Lavradio procurou sempre promover Roscio e a carta acima citada protesta contra o ato do Conselho Ultramarino por não tê-lo promovido a sargento-mor. Na véspera de sua partida escreveu carta louvando a capacidade do engenheiro ⁽⁴⁵⁾. Roscio partiu para Portugal depois de Lavradio e retornou ao Brasil três anos depois como tenente-coronel, uma promoção provavelmente devida à intervenção do Vice-Rei ⁽⁴⁶⁾.

Foi em parte devido aos serviços militares e científicos, geográficos e cartográficos, às suas viagens de observações e planos de defesa que Roscio escreveu o “Compêndio noticioso do continente do Rio Grande de São Pedro” em 1781, dois anos após o fim do governo de Lavradio (1769-1779).

(42) Guilhermino César escreve nota especial para mostrar que se escrevia Roscio, e alguns pronunciavam Róscio, mas a grafia é Rossio e a pronúncia Rossio.

(43) Francisco Marques de Sousa Viterbo, *Diccionario histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portugueses*, Lisboa, 1899, 400-401, e Clado Ribeiro Lessa, “Breve notícia sobre Jacques Funk e seus trabalhos de engenharia civil e militar no Brasil (1768-1781)”, in *RIHGB, IV Congresso de História Nacional*, 1949, X, 383-402.

(44) Lavradio a Melo e Castro, 21 de junho de 1776, *RIHGRGS*, 1939, XIX, 2, 20-22.

(45) *Ibid.*, 17-19.

(46) Dauril Aiden, *ob cit.*, 222, nota 122.

Em 1784, Roscio era coronel engenheiro e segundo comissário demarcador de limites para a execução do Tratado de 1777⁽⁴⁷⁾. Governou interinamente o Rio Grande do Sul de 8 de janeiro de 1801 a 30 de janeiro de 1803, substituindo o brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara, e coube-lhe o comando das nossas forças nos últimos meses da guerra de 1801 com os hispano-argentinos, até a proclamação da paz. O Brasil guardou suas conquistas, como a Espanha conservou, na Europa, a praça de Olivença, que ganhara durante a mesma guerra, ficando assim anulado o Tratado de 1801⁽⁴⁸⁾.

O “Compêndio Noticioso do Continente do Rio Grande”⁽⁴⁹⁾ é assinado de Lisboa aos 21 de junho de 1781. Para ele, o continente do Rio Grande era um país agradável, sadio, fértil e temperado. Fala dos índios que vieram das Sete Missões, gente forte, com aptidão e habilidade. “Servem de grande socorro a este Continente em todos os trabalhos grosseiros e fortes, mas são inconstantes e acostumados a fugir, tanto homens como mulheres, nem se afligem de viver quase nus e no mato como bichos.” Na segunda parte descreve o terreno com os olhos de geógrafo, e afirma que nele está a povoação ou capela do Viamão. “A terceira parte são os campos de cima da serra chamados de campos de Vacaria, que é uma extensão de terreno vasto e longo, cortado e banhado para os seus lados meridional e septentrional.” Louva a fertilidade do terreno, “que não conhece ano estéril”.

Vem depois a descrição da gente. “O modo com que esta gente e povoadores costumam viver e habitar estas terras é bastante rústico e agreste. As casas são umas pobres cabanas sem cômodo nem agasalho. Em muitas delas serve de porta um couro cru de boi dependurado como cortina. Os mantimentos de que geralmente se servem são a carne de vaca e o leite sem exceção da quaresma ou dia de jejum. O seu tráfico é com bois e cavalos de que tiram os maiores interesses tanto para os particulares como para os direitos reais.”

Como nas outras partes do Brasil, nenhum morador se contenta com poucas léguas de terras, querem mais, ainda que se sirvam de uma insignificante parte junto de sua cabana e deste modo toda a campanha está deserta, todos os campos estão dados e têm senhorio.

Cultivam um pouco de trigo, em uns cercados ou grandes hortas; descreve o modo de criação dos bois e cavalos, tal qual a natureza permite. Embora não queira fazer uma relação fastidiosa e insuportável, procura declarar todas as circunstâncias e infere “que um tal povo, criado com estes prejuízos, ou criado na forma declarada segundo suas inclinações e estudo da natureza, onde geralmente todos entendem não ser praticável mudar nem melhorar, será difícil reduzi-lo a melhor forma sendo tão arraigados e constantes nos seus costumes”; diz que

(47) F. A. Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 1V, 351. Há na seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro o “Jornal ou Diário do trabalho e observações que fizeram os facultativos portugueses na campanha de 1784”, I- 31, 3, 4, 9 e 22- 1, 48 n.º 1.

(48) Vide, sobre sua chegada à vila de São Pedro vindo de Porto Alegre para tomar as providências de guerra e sobre sua recepção pelo povo, a “Notícia dos Acontecimentos pela presente guerra nos Sete Povos de Missões”, *RIHGB*, reed. 1894, XVI, 347.

(49) *RIHGRGS*, ano XXII, III e IV Trimestres de 1942, n.º 87, 29-56.

“este país, ainda cuidando-se na sua melhoração e população não pode em poucos anos ou talvez em séculos, sem um vigor extraordinário e arriscado, ser capaz de ter e fornecer aquelas forças que precisa uma tão extensa raia”. E conclui com bastante visão: “se uma vez chegasse a pôr-se no estado de se retirarem as vantagens de que é capaz certamente faria respeito e veneração a qualquer Potência”.

Roscio é também autor da “Breve Notícia da extensão de terreno, que ocupam os Sete Povos das Missões Guaranis, chamados comumente Tapes Orientais do Rio Uruguay, conquistado o ano passado (1801) a favor da Coroa de Portugal”⁽⁵⁰⁾. É uma excelente e resumida notícia geográfica e etnográfica de grande valia para a história da região e da época⁽⁵¹⁾.

7. A “Descrição” de Francisco Ferreira de Souza e o “Diário” de José de Saldanha

A “Descrição à Viagem ao Rio Grande” foi escrita em 1777 por Francisco Ferreira de Souza e publicado pequeno trecho por Guilhermino César⁽⁵²⁾. Em 1789 ele tinha 64 anos e 30 de serviço como cirurgião-mor do Primeiro Regimento do Rio de Janeiro. A “Descrição” faz um extenso relato das atividades bélicas no Rio Grande e contém um interessante trecho sobre os costumes rio-grandenses, transcrito na citada obra de Guilhermino César.

O “Diário Resumido” do dr. José de Saldanha⁽⁵³⁾ não é um livro de história, mas, como acentuou Rodolfo Garcia, enriquecem-no “além das observações geográficas e astronômicas em que é calcado, notas preciosas sobre vários aspectos da história civil, da história natural e da etnografia indígena, assaz desenvolvidas, tornando-o um repositório valioso para os que se dedicam a esses estudos”. Louva-lhe Garcia a etnografia e acentua que foi ele “o primeiro a registrar étimos regionalistas do Sul, mais tarde incorporados ao linguajar sul-rio-grandense”⁽⁵⁴⁾. É bem verdade que o título geral, “Diario Rezumido e Historico, ou Relação geographica das marchas e observações astronomicas com algumas notas sobre a história natural do Paiz”, define-lhe os objetivos.

Escreve a biografia de Saldanha, que antecede o “Diario”, Aurélio Porto, erudito estudioso do Rio Grande do Sul. Saldanha nasceu em Lisboa, provavelmente em 1758, formou-se em matemática em Coimbra, especializando-se em geografia e astronomia. Veio para o Rio de Janeiro em 1782 em companhia do tenente-coronel Francisco João Roscio e fez parte como astrônomo da comissão brasileira demarcadora de limites

(50) *RIHGB*, 1858, t. XXI, 2.^a ed., 271-274.

(51) É assinada de Porto Alegre, 29 de dezembro de 1892, e o original encontra-se no Arquivo Nacional.

(52) *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul, ob. cit.*, 154-157; vide descrição detalhada in Abeillard Barreto, *Bibliografia Sul-Riograndense*, Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro, 1976, II, p. 1.300-1.305.

(53) *ABN*, 1938, LI, 135-301.

(54) Rodolfo Garcia informa que o manuscrito faz parte dos códices de “Correspondência dos Governadores do Rio Grande do Sul com o Vice-Rei”.

que operou no Sul em 1784, chefiada por Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara. Permaneceu um ano no Rio de Janeiro e seguiu para o Rio Grande do Sul em 1783. Durante dois anos toda a divisão demarcadora agiu na determinação da linha de fronteiras, assentando os marcos definitivos. Este “Diário Rezumido” foi assinado em Monte Grande (Santa Maria) aos 10 de novembro de 1787.

Saldanha não escreveu somente este “Diário Rezumido”, mas o “Diário Geral das Operações Topograficas e Observações astronomicas da Primeira Divisão da Demarcação da América Meridional, Campanha 5.^a de 1787 a 1788”⁽⁵⁵⁾, e em colaboração com o capitão engenheiro Alexandre Eloy Portelli, a “Continuação do Diário geral geografico e topografico da Primeira Subdivisão da Demarcação de Limites da America Meridional”⁽⁵⁶⁾. É autor também do “Diário Resumido do reconhecimento dos campos de novo descobertos sobre a Serra Gerál, nas cabeceiras do Rio Pardo”⁽⁵⁷⁾. Aurélio Porto transcreve elogios do chefe Sebastião Xavier da Veiga Cabral Câmara e lembra e destaca seus serviços e obras. Feita a conquista das Missões, coube a José de Saldanha escrever a “Delimitação da fronteira de Missões segundo o parecer que abaixo emite o major José de Saldanha, engenheiro e astrônomo de S.M.R.”⁽⁵⁸⁾.

José de Saldanha casou-se moço em Portugal e voltou a casar-se com uma brasileira, sendo bigamo. Teve do segundo casamento três filhos⁽⁵⁹⁾.

No começo de seu prefácio ao “Diário Rezumido”, José de Saldanha tenta esboçar o sentido de sua obra: “Pode o pintor com o delicado pincel representar a natureza, mas não expressar as circunstâncias, notícias e movimentos dos sucessos. Esta é a parte reservada ao historiador. Feliz a enérgica pena que ao seu escritor sabe desempenhar; felizes as palavras que uma nova pintura compõem, aquela perceptível à vista, esta ao discurso”.

Declara que um Diário extenso pode tornar fastidiosa a leitura, daí a idéia de fazê-lo resumido, ao qual se juntem breves notas sobre história natural e do País: “Vem pois a ser o Corpo principal do presente Diário Resumido, a explanação de todas as marchas, o seu rumo geral verdadeiro, e as suas distâncias retas e andadas”, e explica um cuidado que teve valorizador do seu “Diário”: “Bem longe de desprezar os termos próprios do País, eu pretendo usar deles simultaneamente depois de os explicar, e combinar nas mesmas notas. Assim será inteligível este Diário, não só na Europa, mas ainda nesta América”.

“Representar todos os dias sobre o Teatro da Natureza as mesmas, ou bem semelhantes cenas, e mudar de provérbios, não é certamente mui fácil donde se segue não poder eu fugir do vício da monotonia, ou repetição das palavras. (...) Finalmente eu sou encaminhado à compo-

(55) *CEHB*, 10.497.

(56) *CEHB*, 10.498.

(57) *RIHGB*, 1841, 111, 64 e seguintes.

(58) *ABN*, 1938, L1, 154-157.

(59) Aurélio Porto, “Dr. José de Saldanha”, *ABN*, 1938, L1, 139-162.

sição de um Diário de reconhecimento topográfico, com a união de uma viagem histórica, qualquer das duas partes, mais difícil aos meus débeis talentos.”

É assinado do Rio Pardo, aos 28 de maio de 1798, o “Diário Rezumido do Reconhecimento dos Campos de Novo Descobertos sobre a Serra Geral, nas cabeceiras do Rio Pardo” (60), que apresenta iguais contribuições geográficas e astronômicas e as mesmas limitações históricas.

8. Domingos Alves Branco Moniz Barreto

Domingos Alves Branco Moniz Barreto (Bahia ? — Rio de Janeiro, 1831), figura destacada da Maçonaria e iniciador de várias medidas que levaram à Independência, como a sugestão que fosse concedido a D. Pedro o título de Defensor Perpétuo, começou sua carreira militar na Bahia e era em 1817 coronel efetivo. Como militar não teve nenhuma atuação antes e depois da Independência. Foi na Maçonaria, ao lado dos políticos liberais, do grupo Ledo, que ele agiu em episódios decisivos ao andamento do processo da Independência. Desde que não foi escolhido para comandar as forças enviadas à Bahia, ficou em oposição a José Bonifácio e acabou preso em outubro de 1822, recolhido à fortaleza da Ilha das Cobras e absolvido em março de 1823 (61).

Guilhermino César transcreve entre os textos escolhidos de seu *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul, 1605-1801* (62), as “Observações Relativas à Agricultura, Comércio e Navegação do Continente do Rio Grande de São Pedro” (63), escritas em 1790, no Reino, depois de ter servido no Rio Grande por três anos, na guarnição do Sul, e de ser depois, em 1816, secretário do governo da Província Cisplatina. Suas “Observações”, pelo trecho transcrito, merecem ser publicadas na íntegra, tal a contribuição que traz à história do Rio Grande de S. Pedro do Sul. Domingos Alves Branco Moniz Barreto escreveu numerosa bibliografia e Sacramento Blake já registava a existência deste manuscrito em cópia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (64).

9. Domingos José Marques Fernandes

Domingos José Marques Fernandes era português da freguesia de S. Salvador do Couto de Pedralva no arcebispado de Braga, sargento-mor das ordenanças do Rio Grande do Sul, e fora a Porto Alegre criar o ofício de escrivão de sesmarias em 1798. Ele ocupou o ofício de escrivão da

(60) *RIHGB*, t. 3, 64-75.

(61) José Honório Rodrigues, *Independência, Revolução e Contra-Revolução: As Forças Armadas*. Rio de Janeiro, 1976, t. 3, várias páginas, especialmente p. 84, e t. 4.º, *A Liderança Nacional*, várias páginas.

(62) *Ob. cit.*, 167-177.

(63) Mss. constante do códice CXVI/1-39 a n.º 24, 29 fls., da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora.

(64) *DBB*, II, 189-192, especialmente 191; o *DBP* de Inocêncio, *ob. cit.*, não regista a “Memória”, t. 9, 135 e 443.

Ouvidoria Geral do Crime e depois Correição do Crime na Corte, e foi juiz de paz da Câmara do Rio de Janeiro⁽⁶⁵⁾. A obra “O Amigo do Estado que, pela presente Descrição Corográfica, Política, Civil e Militar da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul” ofereceu a D. João, foi trazida por Augusto de Lima Júnior em cópia do Arquivo Histórico Militar de Portugal, e veio parar às mãos de Paranhos Antunes, que conseguiu editá-la com o apoio do Instituto Anchieta de Pesquisas.

Domingos José, no oferecimento a D. João, escreve que “verá Senhor, quão vasto território, quão fértil, amena e deliciosa é a mesma capitania; que nobre almas ali nascem e se criam, que hábeis engenhos, que generosos espíritos, e que fiéis vassallos alenta e vivifica aquele feliz clima”. Entendendo, continua, que “não devia deixar de informar a V.A.R. do que sei, que é aquela Capitania, porque a medi, e das façanhas dos seus vassallos porque as presenciei, e de recomendar à posteridade os grandes milicianos e soldados que as obraram”.

O primeiro capítulo é corográfico, descrevendo a posição, extensão, rios, lagos, ilhas, serras, serros (mais altos que as serras, diz o autor), navegação e estradas da capitania. No segundo, orça os habitantes em cinqüenta mil, distribuídos em vinte e uma freguesias, com quatorze igrejas paroquiais e sete filiais. Era então subordinada ao Vice-Reinado do Rio de Janeiro, sendo três as principais povoações: Rio Pardo, Triunfo, e Conceição do Arroio; trata dos colonos que possuem terras e da criação de gado, da exportação de carne salgada e couros, sebo, graxa, queijos e trigo. Fala dos animais ferozes, da caça e das frutas. No terceiro capítulo mostra a opulência e forças da capitania, matéria política, limites, tratados, guerras, a de 1801 a que dá grande destaque, sobretudo às ações de José Borges do Canto, Antônio Alves, Manuel dos Santos Pedroso e outros soldados; depois, às ações do coronel Manuel Marques de Sousa e ao brigadeiro Francisco João Roscio. Finalmente, no capítulo quarto mostra o que pode vir a ser a capitania, suas terras incultas, a conveniência de fazê-las povoar, e as providências reais que se devem tomar.

Pelo sumário vê-se que bem cabe a este trabalho o título de primeira história gaúcha, porque é a única que não se limita a descrever a atualidade em *statu nascendi*, mas também seu passado e a imaginar o seu futuro.

10. Manuel Antônio de Magalhães

O “Almanak da Villa de Porto Alegre com Reflexões sobre o Estado da Capitania do Rio Grande do Sul”, de Manuel Antônio de Magalhães⁽⁶⁶⁾, é dirigido a D. Fernando José de Portugal e Castro, governador da Bahia (1788-1801), 6.º Vice-Rei (1800-1806), e ministro de

(65) Prefácio do General De Paranhos Antunes à edição de *A Primeira História Gaúcha*, Instituto Anchieta de Pesquisas, Porto Alegre, s.d.

(66) *RIHGB*, Rio de Janeiro, 1867, t. XXX, parte 1.ª, 43-74.

D. João (1808-1814), logo Marquês de Aguiar. É assinado em Porto Alegre, aos 20 de julho de 1808.

Chamando-se o autor um rústico, que habita neste recanto do mundo, rude e grosseiro transmontano, as "Reflexões sobre o estado atual da capitania" são o produto de sua grande experiência que colheu durante a administração dos contratos do quinto, do dízimo e município da tropa de toda a capitania. Começa dizendo que o contrabando das fronteiras era proibido e devia ser castigado asperamente, mas diante da invasão de Portugal ficariam rotos os tratados, não mais existiria contrabando; acrescenta ainda que o gado vindo de fora era superior ao crioulo da capitania, produzindo muito mais arrobas de carne.

Para a compra de gado despendiam muito dinheiro e vários gêneros como fumo, açúcar, arroz, aguardente e algodão. Do gado se tirava o couro, sebo, carne, chifres e o interesse das cargas nas embarcações. Afirma que a capitania podia com o tempo ter gado para toda a América e para exportar muitas carnes salgadas, e por isso era preciso que o governo tomasse as providências que aponta. Pleiteia que rigorosa proibição não deixasse passar para os domínios espanhóis vários gêneros que prejudicam a nação em geral, sem falar nos artigos de guerra, e jamais consentir na exportação de escravos, porque enfraquecia as capitánias e dava forças ao inimigo. Queixa-se da carestia dos escravos, que se vendiam há vinte e cinco anos pela metade em relação à época em que escrevia, e da grande falta que faziam, pois não se podia passar sem eles. Conhece bem e fala com segurança dos negócios, do comércio, da exportação, dos vários tributos.

A capitania não tinha rendas suficientes para sustentar uma mitra, mas era de toda necessidade que houvesse uma Câmara Eclesiástica com vigário capitular para organizar a boa disciplina da igreja, que por esta falta se achava cheia de abusos e com bastante relaxação. A capitania possuía quatro freguesias, a do Rio Grande de São Pedro, que era a maior, com nove mil almas, a de Porto Alegre, com seis mil, a do Rio Pardo e a de Bom Jesus do Triunfo. Ataca muito os vigários, suas rendas e pagas que exigem, a vida que levam, sem se lembrarem da pobreza da freguesia.

Pleiteia cuide o governo do sal necessário para o consumo de toda a América, explorando as salinas de Cabo Frio, da Paraíba e de Pernambuco. Critica o abuso de terem os moradores tomado três, quatro sesmarias, com dez, doze e mais léguas de terra, prejudicialíssimo aos povos em geral. Louva a milícia da capitania, valente e desembaraçada, merecendo toda confiança. Sugere providência para aumentar a tropa de linha, e de como fazer o recrutamento. Fala da beleza da capitania, de seu clima, "o melhor do mundo", ares puros e saudáveis; do terreno fértil que tudo produz, o trigo, os couros e carnes, o leite de vacas, cabras e ovelhas, o queijo e a manteiga. Enumera e louva todas as criações de animais, e os vários gêneros que colhem. A vida é longa, e seria bom que viessem centos de casais das ilhas. Louva o governador Paulo José

da Silva Gama (1802-1803), “homem muito hábil e criador, amigo dos interesses do seu príncipe e dos povos”, revelando que a escreveu nestes anos. Trata da magistratura e da Justiça, dizendo que a todos os instantes se estão vendo “as maiores violências e injustiças”. O grande incômodo dos povos é que, sendo a capitania muito grande, estão os povos das Missões e fronteiras sujeitos ao juiz ordinário de Porto Alegre, e pleiteia assim que se criassem vilas e se nomeassem para a capitania três juízes de fora, e critica os dois juízes ordinários e seus grandes abusos.

Esta reivindicação ocupa grande parte das “Reflexões”, e depois enumera seus serviços pessoais, apresenta uma relação dos comerciantes da capitania, dividida pelas vilas de Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo; segue-se uma lista de comerciantes da ilha de Santa Catarina, de Laguna, e depois, segundo o modelo dos almanaques, dá todas as informações sobre a organização administrativa e as pessoas que ocupam os cargos, as rendas, os vários ofícios, as aulas de gramática, e as duas escolas de ler, bem como a força militar.

11. Diogo Arouche de Moraes Lara

Diogo Arouche de Moraes Lara (São Paulo 1789 — Missões, margem esquerda do Uruguai, em combate, 1819), capitão de infantaria da Legião de São Paulo ao serviço do Exército no Rio Grande do Sul, escreveu a “Memória da Campanha de 1816”⁽⁶⁷⁾ e o “Apêndice”⁽⁶⁸⁾, um minucioso relatório militar da campanha de 1816, a nossa segunda intervenção no Rio da Prata, que tinha como objetivo a ocupação da banda oriental e o estabelecimento de nossos limites no extremo sul, pelo Rio da Prata. É uma preciosa memória sobre nossas lutas com Artigas, transcrevendo cartas e documentos da época e a relação dos oficiais e cadetes que se distinguiram na campanha de 1816. O autor se limita a 1816, com pouca coisa sobre 1817, embora a campanha se prolongasse até 1820⁽⁶⁹⁾.

(67) *RIHGB*, 1845, t. 7, 125-177.

(68) *Id.*, 273-328.

(69) Sua biobibliografia in Sacramento Blake, *DBB*, 1893, vol. 2, 175-176.

CAPÍTULO VI

HISTORIOGRAFIA PERNAMBUCANA

1. “Memórias” e “Informações”. 2. Domingos do Loreto Couto.

1. “Memórias” e “Informações”

A historiografia pernambucana da época colonial é valiosa na sua contribuição factual e na expressão de seus nomes, como o de Domingos do Loreto Couto. Dela retiramos não só a “Narrativa Histórica das Calamidades de Pernambuco”, porque melhor se ajusta ao capítulo da historiografia da rebeldia, como também Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, que se une a Jaboatão na historiografia genealógica. Reconhecemos que Pedro Taques foi colocado entre os cronistas paulistas pela sua história da capitania de São Vicente, apesar da sua obra mais importante sobre a nobiliarquia paulista, como também estamos conscientes de que se Jaboatão escreveu a genealogia baiana, foi também cronista religioso e, como tal, inclui-se na historiografia religiosa e na genealogia.

Deste modo, o primeiro trabalho importante é a “Informação Geral da Capitania de Pernambuco” ⁽¹⁾, que começa com uma ligeira descrição do porto do Recife, mas é sobretudo uma coleção de legislação, um catálogo de governadores de 1648 a 1746, um conjunto de dados informativos administrativos, sociais, econômicos, religiosos, militares e etnográficos. A legislação começa com o regimento dos governadores de 19 de agosto de 1770, e contém ordens reais, cartas régias, alvarás datados desde o século dezesseis, que devem observar os governadores, os religiosos, os senhores; ocupa-se do tratamento dos escravos, do combate às suas desordens, do comércio com a África, Costa da Mina e Angola, da arqueação dos navios negreiros; cuida da legislação sobre a remessa de cavalos e farinha para a África, sobre as naus da Índia, na ida e volta, sobre a proibição de trazerem as naus seda da China, e de Macao, sobre o comércio com o estrangeiro, excluídas as exceções dos capítulos de pazes com a Inglaterra e a Holanda, tratando bem os da França, mas não lhes permitindo comerciar; sobre o açúcar, seu preço e várias providências; sobre o uso de foguetes e trajes, o curso de filosofia, contratos de todos os gêneros, arrecadação e seqüestros, e ainda uma relação de todo rendimento da Provedoria da Fazenda Real da Capitania, os contratos que administravam

(1) *ABN*, 1908, XXVIII, 117-496.

a Câmara e o regimento da Fazenda, dos contos, e as despesas (pp. 283-324), e a mesma relação da capitania do Rio Grande, Ceará (324-326), a relação das quatro provedorias (Recife, Itamaracá, Natal e Ceará), (327), a obrigação de remeter as relações e outras providências similares sobre contratos, arrendamentos (pp. 327-337), sobre sesmarias, tribunais, juízes (criação de juízes no sertão, 1699, p. 343), sobre degredo de vadios e ciganos para Angola, sobre crimes no sertão, sobre os governadores não se intrometerem nos negócios da Justiça (separação de poderes, 375), sobre a carestia dos gêneros comestíveis, sobre índios, compra, venda, liberdade e várias providências, sobre o cerimonial a ser obedecido nas relações da Igreja e do Estado (402-403), relação dos bispos (1684-1739), os ofícios da igreja, jurisdição eclesiástica, relação de todos os conventos e hospícios e suas rendas (413-418), relação das aldeias nas freguesias de Pernambuco e Paraíba (54, 419-422), relação das vilas, das forças militares nas várias freguesias em Pernambuco, Alagoas, Rio Grande e Ceará (422-430), os navios e embarcações existentes nos vários portos, a relação das fortalezas (433-448), relação dos ouvidores e o regimento deles (448-465), relação de todos os oficiais da Justiça e Fazenda real (465-473), relação dos rios que fazem barra na costa de Pernambuco (474-476), relação dos engenhos, das fábricas de atanados e curtumes, dos portos e dos efeitos do comércio para vários lugares, e, finalmente, as “qualidades de pessoas que compõem o país”, brancos, pretos, mulatos, cariós (carijós), mamelucos, tapuias, caboclos e curibocas (483) (2).

Como se vê, não pode ser considerado nem como um documento histórico, porque são vários em conjunto, mas a compilação é ampla e copiosa, fornecendo uma notícia geral da capitania.

A “Idéia da População da Capitania de Pernambuco” (3) inclui as capitânicas subalternas do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Itamaracá. É uma relação contendo uma breve descrição de cada capitania, de suas ribeiras, freguesias e vilas, a povoação de portugueses e índios de língua geral e travada, ou tupis e tapuias; de cada ribeira conta as vilas, freguesias, capelas, regimentos, fazenda, fogos, pessoas e rendimentos dos dízimos; delas destaca a vila de Santo Antônio do Recife, “a mais opulenta vila desta América pelo grande comércio e tráfico de navegação da Europa, Guiné e Angola e mais costa de África” e suas várias freguesias, descritas com todo rigor e minúcia, as fortalezas, os edifícios públicos, as igrejas, os engenhos. Na de Pernambuco se inclui a vila das Alagoas e suas várias freguesias. Demonstra o aumento dos contratos reais da capitania de Pernambuco e suas anexas e enumera os subsídios, os contratos, os vários rendimentos, os dízimos de todas as vilas e freguesias das várias capitânicas subordinadas à de Pernambuco.

(2) No final há um excelente índice, 485-496.

(3) “Idéia da População da Capitania de Pernambuco e de suas anexas, extensão de suas costas, rios, povoações notáveis, agricultura, número de engenhos, contratos, e rendimentos reais, aumento que estes têm tido desde o Ano de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas capitânicas o governador e Capitão General José César de Menezes”, *ABN*, Rio de Janeiro, 1923, XL, índice XII pp. 1-111.

Apresenta um resumo demonstrativo dos preços dos contratos reais, capitania por capitania, e dá um mapa dos habitantes da comarca de Pernambuco, divididos em sexos, e estes em crianças até sete anos, rapazes até quinze anos, os homens até sessenta, e os velhos de sessenta para cima. O mapa total dava 284.029 habitantes em Pernambuco, 52.468 na Paraíba, 23.812 no Rio Grande e 61.408 no Ceará, com predominância das mulheres sobre os homens (4).

O Padre Joaquim José Pereira dirigiu a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, em 1798, uma "Memória sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody da capitania do Rio Grande do Norte, da comarca da Paraíba de Pernambuco, onde se descrevem os meios de ocorrer a estes males futuros" (5).

Esta é uma das memórias mais impressionantes de toda a época colonial sobre a fome, a penúria e sofrimento do povo, atingido por secas e chuvas que perturbaram sua vida e destruíram suas criações. O autor sustenta que de dez em dez anos o sertão nordestino sofre de secas que devoram seus habitantes e observa os anos de 1721, 1777, 1782, 1791, como os de grandes chuvas, e os de 1723, 1724, 1778, 1792, 1793, de grande secas, sendo os de 1722 e 1790 anos bem regulados, favoráveis aos criadores. Descreve o sertão da Ribeira do Apodi, as particularidades do sertão do Maranhão, as latitudes e longitudes, e apresenta um mapa geral do sertão da Ribeira do Apodi na capitania do Rio Grande do Norte, contendo o número de pessoas, os maiores e menores de ambos os sexos, as serras de plantagens, os brejos, as covas de mandioca, os alqueires da farinha que recolhem, o que gastam por ano e o que cada indivíduo gasta num prato por dia, e os lavradores de cada plantagem.

2. Domingos do Loreto Couto

Domingos do Loreto Couto é natural do Recife, onde deve ter nascido por volta de 1696, pois em 1762 dizia ter sessenta e seis anos (6). Seu avô, Manuel de Araújo de Carvalho, nos fins do reinado de D. Pedro II de Portugal e começos de D. João V, prestou grandes serviços na guerra contra os índios Pajeú, Piancó (7).

Loreto Couto foi franciscano, tendo-se ordenado em Portugal por volta de 1725, não sendo possível a ordenação no Brasil por estarem vagos o Arcebispado da Bahia e os Bispados de Pernambuco e do Rio

(4) O original manuscrito encontra-se na Biblioteca da Ajuda; vide Carlos Alberto Ferrelra, *Inventários dos Manuscritos da Biblioteca da Ajuda Referentes à América do Sul*. A cópia que serviu à edição dos *Anais* encontra-se registrada no *Catálogo de Manuscritos sobre Pernambuco*, ABN, 1951, vol. 71, n.º 269, p. 221.

(5) *RIHGB*, 1857, t. XX, 175-183.

(6) Toda sua biografia é baseada nos estudos pioneiros de Frei Bonifácio Mueller, O. F. M., "D. Domingos do Loreto Couto", *Diário de Pernambuco*, 25 de dezembro de 1954, e "A Obra de D. Domingos do Loreto Couto", *idem*, 29 de abril de 1956, e sobretudo "Loreto Couto e os Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco", in José Antônio Gonçalves de Melo Neto, *Estudos Pernambucanos*, Recife, 1960, 139-168.

de Janeiro. Ficou oito anos em Portugal depois da ordenação, “fazendo várias extravagâncias em diversas partes do Reino”, sendo mandado prender, por volta de 1733, pelos padres procuradores em Lisboa de sua Província de Santo Antônio do Brasil. Embarcado com destino à Bahia, ao chegar ali tornou a fugir e andou mais de dois anos apóstata, até ser preso em casa do capitão Francisco Vieira de Faria, constando ter sido visto em trajas seculares e pedindo esmolas a pessoas de Salvador. Preso novamente, fizeram seus superiores auto de inquirição e exame de testemunhas e em Definitório foi, por sentença de 5 de janeiro de 1735, condenado a seis meses de cárcere formal, sujeito à disciplina e colocado em último lugar entre os sacerdotes.

Adoecendo, passou para a enfermaria do Convento de Santo Antônio da Bahia, onde o haviam aprisionado, e conseguiu consentimento para voltar a Pernambuco. Sabe-se com certeza que em 1738 estava no Recife, mas não se recolheu ao convento da Ordem e conseguiu licença para ir à Fazenda de um seu cunhado. Com o falecimento deste e de outro cunhado, passou a dirigir a casa de suas irmãs, administrando-lhes os bens e se encarregando da educação de seus sobrinhos. Nesse encargo esteve sete anos fora do Convento, de 1735 a 1742, com autorização do Bispo de Pernambuco, mas, diante da relutância de seus companheiros em resolver a situação, Frei Domingos solicitou sua transferência para a ordem de S. Bento em petição dirigida ao Papa Benedito XIV. Este deferiu seu pedido, desde que provada sua alegação de que seus achaques e encargos com as irmãs e sobrinhas não lhe permitiam observar a regra franciscana.

O Bispo de Pernambuco, Frei Luís de Santa Teresa, seu amigo, considerou provadas suas afirmações e concedeu-lhe a transferência. Assim, aos 3 de fevereiro de 1743, Frei Domingos vestiu o novo hábito e, passados seis meses de noviciado, fez profissão em 4 de agosto do mesmo ano. Como não havia Ordem no Recife e sim em Olinda, ficava sujeito à jurisdição do Bispo Diocesano. Em face da determinação do Rei, a pedido, ao que parece, do procurador-geral da Província Franciscana de Santo Antônio, ao Conselho Ultramarino e deste ao Governador Henrique Luís Pereira Freire de Andrada (1727-1737), ordenava-se fosse apurado se andava em escândalo o padre frei Domingos; sendo verdadeiro, deveria ser entregue ao prelado franciscano que o faria sair da capitania. Supõe José Antônio Gonçalves de Melo Neto que, ou por divergência entre Governador e Bispo, ou por inimizades do próprio frei Domingos, o Governador Henrique Luís, embora sabendo que tinha já vestido o hábito beneditino, confirmou as acusações e o mandou prender e entregar aos seus irmãos franciscanos, com os quais permaneceu de dezembro de 1743 a meados de 1746, dois anos e meio, sendo solto quando o Gover-

(7) Capistrano de Abreu, carta de 17 de fevereiro de 1925 a João Lúcio de Azevedo, in José Honório Rodrigues (editor), *Correspondência de Capistrano de Abreu*, Rio de Janeiro, 1954, II, 322; 2.ª ed., 1977, *id.*, *id.*

nador deixara o cargo e ele obtivera, mediante recurso à Santa Sé, que o Bispo provesse remédio à situação e este determinou sua libertação (8).

Solto em meados de 1746, quando governava D. Marcos de Noronha, 7.º Conde dos Arcos (1746-1749), conservou-se em casa de seus parentes, sem causar mais escândalos, e foi nomeado visitador-geral da Diocese pelo Bispo, tomando várias providências que atalhassem delitos e ações escandalosas, pelos romeiros da Capela de Nossa Senhora de Boa Viagem. A data de sua morte é desconhecida.

Sua Obra, "Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco" (9), é dedicada a D. José I, pela mão de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. Na dedicatória ao Rei escreve que seu fim era "mostrar ao Mundo, que em Pernambuco tem Vossa Majestade vassallos, de espírito tão animosos, que não contentes com a glória herdada de seus maiores (porque a querem à força de seus brios adquirida) souberam com a espada subjugar o furor dos inimigos, desterrar com a sua doutrina as trevas da Gentilidade e assombrar com a sua constância, a crueldade dos Tiranos".

A razão pela qual pede ao Marquês de Pombal que leve ao Rei sua obra era ser ele oriundo de Pernambuco pelos seus avós maternos, Jerônimo de Albuquerque, Felipe Cavalcânti, João Gomes de Melo, D. Felipe e D. Paulo de Moura Rolim e Francisco de Mendonça Furtado, e muitos foram os seus tios naturais de Pernambuco "que não só foram celebrados na América, mas na Europa, Ásia e África", e enumera as façanhas de seus antepassados Jorge de Albuquerque Coelho, Duarte de Albuquerque e Francisco de Moura Rolim.

A sabujice das dedicatórias condiz com a linguagem do livro e a finalidadelouvaminha do próprio título. Diz no prólogo ao leitor que o escreveu "levado da justa mágoa de ver o grande descuido, que teve, Pernambuco em perpetuar as virtudes de seus filhos, que com elas o ilustraram, e que insensivelmente ia o tempo consumindo a notícia de tão esclarecidos heróis, por faltar quem se resolvesse a escrevê-las".

Outro motivo foi "avaliar como obrigação precisa, refutar alguns erros, e calúnias, com que alguns autores, que têm escrito do Brasil, mancharam a opinião de nossos índios, e de algumas pessoas beneméritas, sem mais fundamento, que o de umas tradições tão suspeitosas, como mal nascidas, e falsas".

Afirma que foi obrigado a particular estudo e trabalho porque não havia livros impressos onde colhesse a lição, com bastante individuação; teve escassas memórias de Arquivos e notícias particulares, que logravam o privilégio de seguras, constantes e verdadeiras por serem umas extraídas

(8) José Antônio Gonçalves de Melo Neto, *Estudos Pernambucanos*, Recife, 1960, p. 153.

(9) ABN, Rio de Janeiro, 1904, vols. XXIV, 1-355, e XXV, 3-214, publicada segundo uma cópia do manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, registrada no "Catálogo de Manuscritos sobre Pernambuco existentes na Biblioteca Nacional", ABN, vol. 71, p. 326, n.º 767, e outra cópia no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, também feita segundo o original de Lisboa.

de documentos livres de suspeita, e outras por serem dadas por pessoas fidedignas, sem esquecer de que são muitos os fatos modernos de que tratava que podiam contar hoje com milhares de testemunhas.

A obra está dividida em oito livros: o primeiro, “Pernambuco Conquistado” (56 pp.), trata do descobrimento, da conquista e dos índios, a língua, o cativo e a cor vermelha; deste, sua fonte principal é Frei Vicente do Salvador, segundo o estudo citado de José Antônio Gonçalves de Melo Neto. O segundo, “Pernambuco vencido e gloriosamente restaurado” (65 pp.), trata da invasão holandesa e de sua restauração, contendo ainda o capítulo XIII, que não consta do Índice, e que trata da memória dos donatários e governadores de Pernambuco desde a conquista portuguesa até o domínio holandês; neste, sua fonte principal foi o *Castrioto Lusitano*, de Rafael de Jesus, segundo o estudo de José Antônio. O terceiro, “Pernambuco Renascido” (89 pp.), descreve suas cidades, vilas, lugares, engenhos e os estados eclesiástico, militar e político. Este é certamente a mais valiosa contribuição de Frei Domingos, porque nele estão a economia, a sociedade e o governo, as listas dos Bispos, dos Governadores e dos Ouvidores de Pernambuco, afora a dos governadores da Paraíba, tudo obra pioneira. Quando descreve as cidades, faz o que sempre fizeram os primeiros cronistas, a descrição da atualidade. O livro quarto (122 pp.), “Pernambuco ilustrado com virtudes”, cuida dos sacrifícios e martírios sofridos durante o domínio holandês, e dos jesuítas, beneditinos, franciscanos, carmelitas e oratorianos; segundo José Antônio Gonçalves de Melo Neto, suas fontes são principalmente Rafael de Jesus, no livro já citado, a *Biblioteca Lusitana* de Barbosa Machado, a *História de Portugal Restaurado* de D. Luís de Menezes, Conde de Ericeira, o *Santuário Mariano* de Agostinho Santa Maria. Trata também de outros pernambucanos, não religiosos, que segundo ele se ilustraram pelas virtudes como Jorge de Albuquerque Coelho e outros, e índios e santos.

O livro quinto (II, 5-60) é dedicado à literatura e bibliografia e sua fonte principal é a *Biblioteca Lusitana* de Barbosa Machado; nele aparecem os autores que são tratados adiante, como Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca e Sebastião da Rocha Pita.

O livro sexto, “Pernambuco ilustrado pelas armas” (48 pp.), trata dos militares que serviram em Pernambuco e fora dele e dos índios e pretos que lutaram pela capitania, na época holandesa e depois dela até a vida do autor.

O livro sétimo, “Pernambuco ilustrado pelo sexo feminino” (64 pp.), relembra as mulheres que se destacaram na capitania e destaca sua mãe Laura Soares Gondim. O livro oitavo, “Pernambuco constante, valeroso e fiel nas calamidades” é precioso pela atenção e notícia que dá das bexigas, das pestes, das perturbações, das guerras civis, como chama a de Palmares e a dos Camarões, que é a dos Mascates.

“Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco” é obra indispensável ao conhecimento do Nordeste até o século XVIII e se baseia em documentos e na tradição oral ⁽¹⁰⁾.

Loreto Couto foi eleito acadêmico supranumerário da Academia Brasileira dos Renascidos, fundada em 1759 na Bahia, a cujo secretário, Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco, dirigiu uma carta assinada do Recife, de 15 de outubro de 1759, dando sua opinião sobre os Estatutos e sobre a parte que poderia escrever sobre a história da América Portuguesa. Declarou que os últimos 25 anos — contava com 61 nesse momento — empregou-os em escrever a história de Pernambuco, repetindo o que disse no prólogo ao leitor, de que a fizera não para obter algum aplauso, mas pela “justa dor que me causava ver sepultados na triste urna do esquecimento as memórias de tantos ilustres varões naturais da minha pátria”. Diz mais que escreveu sua História “estribado em verídicas informações de pessoas de 80, 90 e 100 anos e nas observações que fiz, quando Visitador Geral deste Bispado [Pernambuco], nos casos e sucessos que presenciarei, de que há milhares de testemunhas, e em alguns memoriais que porventura me vieram às mãos e em notícias que extraí das secretarias e cartórios. Pouco me vali dos livros que tratam do nosso Brasil, porque neles há muitas diminuições, muitos defeitos, muitas fábulas e bastantes calúnias. Estas me obrigaram a dar ao meu livro o título de ‘Desagravos do Brasil’, assim como ‘Glorias de Pernambuco’ às ilustríssimas ações de seus naturais”.

Declara mais que não teve pouco trabalho em conciliar relações diversas, confusas por falta de cronologia. E escreve: “Posso afirmar que nesta obra pus todo o cuidado para que saísse a mais apurada e é a primeira que temos de Pernambuco, individual e abundante”. Foi o governador de Pernambuco Luís José Correia de Sá (1749-1756) quem levou o livro às mãos do Marquês de Pombal, e afirma que sobre o merecimento de sua obra pode informar Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca ⁽¹¹⁾.

(10) Trechos relativos ao Ceará se encontram na *RIC*, vol. 9, 60-67, e vol. 16, 243-248.

(11) Alberto Lamego, *A Academia Brasileira dos Renascidos*, Paris, 1923, 111-114.

CAPÍTULO VII

HISTORIOGRAFIA REGIONAL VÁRIA

1. Historiografia baiana. 2. João Vasco Manuel de Braun e o Amazonas e Pará. 3. João da Silva Feijó e o Ceará. 4. O Rio Grande do Norte e Joaquim José Pereira. 5. A Paraíba. 6. Espírito Santo. 7. Santa Catarina e Paraná.

1. Historiografia baiana

1.1. Notícias e Descrições

O mestre de campo e engenheiro Miguel Pereira da Costa contou, num “Relatório apresentado ao Vice-Rei Fernandes César”⁽¹⁾, na volta da comissão em que fora ao distrito das minas do Rio das Contas, todas as dificuldades que encontrou, as peripécias da viagem, a gente que minerava, as lutas com índios, e os índios e negros a serviço da jornada. A época era de seca, Pereira da Costa voltara de outra missão em Angola e ainda assim enfrentou as 120 léguas de Cachoeira ao Mato Grosso.

Dali partiu a 12 de maio de 1720 e assina seu “Relatório” aos 15 de fevereiro de 1721. É realmente uma descrição da viagem, registrando o roteiro seguido por matos e serras intrincáveis, anotando as vilas criadas e perdidas, os mantimentos e preços, os trabalhos e perigos que se sucederam, assaltos indígenas ou de negros fugidos e reunidos em mocambos, sezões, cobras venenosas e onças, as dificuldades para passar os rios. Registra os nomes dos primeiros moradores e mineradores que encontrou em sua jornada, e “a vida má e o coração cruel” de paulistas que viviam nas minas e sertões e matavam por motivos leves.

Dizia-se por aqueles matos: “Fuão é poderoso porque põe tantas armas; neste número entram negros, mulatos, índios, mamelucos, carijós e mais variedade de gente que há por aquele sertão”. No riacho em que minerou o coronel paulista Sebastião Raposo, ele encontrou setecentos trabalhadores, além de outros que andavam em outros riachos perfazendo 2.000 pessoas, compostas de variedade de gente, “paulistas do Serro Frio e Minas Gerais, homens brancos de pequena esfera, que deste recôncavo (Bahia) e de muitas partes do sertão tinham ido, mulatos e negros e entre todos havia vários criminosos, mas nem entre todos estes, nem entre os moradores antigos daquelas vizinhanças havia algum poderoso ou de gran-

(1) Vasco Fernandes César de Menezes, 4.º Vice-Rei, depois Conde de Sabugoza. 1720-1735. in *RIHGB*, 1885, 5, 3.ª ed., 37-59.

des cabedais, nem o capitão-mor daqueles distritos tinha poder coercitivo com que executar as ordens do governo geral deste Estado . . . e assim viviam ali todos voluntários, sem receio, obediência ou temor, uns roubando, e outros matando.”

A seguir, depois de fazer a comparação entre o ouro de Mato Grosso e o de Minas, escreve: “Que esta gente haja de exterminar-se totalmente daqueles sertões é mui difícil, pelo que vi, pois a largueza do país oferece a mesma comodidade em outra qualquer parte, e diziam eles: se nos lançarem fora daqui iremos para acolá— apontando para a quantidade de morros e serrarias que há por aquelas partes; que necessitam de quem os governe, corrija e domine, não só é sem dúvida, mas precisíssimo, pelas desordens, roubos e mortes que a cada passo estão sucedendo para pôr quanto antes em arrecadação os quintos reais.” É uma descrição breve e cheia de interesse humano.

As descrições e relações das freguesias da Bahia constituem mais um documento histórico que historiográfico, embora na sua forma elementar de elaboração não deixem de fazer parte da própria historiografia baiana. Freguesia por freguesia, num conjunto de 49, foram descritas, e enviada sua descrição pela frota de 1757, em cumprimento das ordens régias expedidas pelo Secretário d’Estado do Ultramar, em 1755.

Divide-se o arcebispado em quatro grandes grupos: a cidade, o ramo das vilas do Sul, o recôncavo e o ramo do sertão do Baixo, onde se inclui Sergipe. Nelas todas situam-se a freguesia, suas igrejas, o número de almas, as em comunhão, e os fogos (lares, casas), características religiosas, econômicas, sociais e urbanas ou rurais, como ladeiras, ruas, edifícios, engenhos, pescarias, lavouras, culturas e criações.

Como a autoria é variada, variada é a individuação de cada freguesia descrita, com suas peculiaridades e interesses próprios. Coube aos párocos a autoria da descrição, sendo umas mais prolixas e outras breves, todas geográficas e religiosas, mas umas mais sociais e econômicas e etnográficas. Há excelentes informações sobre engenhos, a cultura do tabaco, os índios, os negros escravos, a pobreza, “os inermes paisanos e os bisonhos colonos que supostos sejam nascidos alguns deles e outros criados no grêmio da fé, vivem contudo tão dissonantes dos bons costumes e da suave harmonia dos santos dogmas da mesma fé católica, que a maior parte deles pelas suas adustas figuras mais parecem feras que homens. Neles o hábito de viverem desalmados os faz parecer sem alma, pouca religião, nenhuma política civil, porém muita humildade pela pobreza em que vivem” (2).

Um terminou sua relação dizendo que o que escreveu era o que lhe parecia necessário tratar “neste narratório, que o mais são agrestidões destes sertões que experimentam os párocos que neles habitam” (3).

(2) O conjunto das Descrições encontra-se in *ABN*, 31, n.º 2.666-2.718, pp. 178-234; vide n.º 2.699, p. 210.

(3) N.º 2.707, p. 221.

Na descrição da freguesia de S. João Batista do Jerimuabo, de 29 de dezembro de 1757, uma das melhores pela largueza da informação social, se escreve que “exceto os 12 donos de fazendas ou gado delas, que existem nesta freguesia, e os curraleiros, que são tantos quantas são as fazendas, tiradas as mulheres, e pretos cativos também, tudo o mais é gente ociosa, sem ocupação alguma, malfeitores e foragidos, uns naturais da terra, e outros, que de fora se vêm acoitar nesta freguesia, e não poucos vivem como bandoleiros, porque não têm casa, e assim são incriveis e indizíveis as perturbações e malefícios que experimentam os bons. . .”

E logo afirmava que “em todo o Estado do Brasil não há freguesia de pior nome, que esta de Jerimuabo, de tal sorte, que seu nome é ouvido com temor em todas as partes” (4).

Outras vilas tiveram relações feitas por autoridades civis, e não párocos. O ouvidor Tomé Couceiro de Abreu escreveu várias Notícias sobre barras de vários rios, todas não limitadas à descrição geográfica, mas contendo dados populacionais, etnográficos, sociais e econômicos (5).

Valiosa pela riqueza da informação descritiva e crítica é a “Instrução para o Marquês de Valença, governador e capitão-general da Capitania da Bahia” (6). Ela foi escrita por Martinho de Melo e Castro, aos 10 de setembro de 1779, para orientar D. Afonso Miguel de Portugal e Castro, 11.º Conde de Vimioso e 4.º Marquês de Valença (1779-1783), e revela o conhecimento seguro da capitania, sua população, seu governo eclesiástico e secular, critica a desordem provocada pelos frades capuchos, que eram ao mesmo tempo senhores de engenho, a multidão de religiosos, 728, dos quais 500 regulares, servindo nos mosteiros por 400 criadas e servas. Trata do governo secular, da Relação e os vários Tribunais, do tráfico e da navegação, do comércio da costa da África e sobretudo da Costa de Mina, os vários e grandes negócios que ali realizavam.

Finalmente, sem considerar a “Relação individual que tenho feito nesta Capitania de Porto Seguro, desde o dia 3 de maio de 1767 até o presente” (1.º de abril de 1772), escrita por José Xavier Monteiro (7), nem o “Offício do governador da Bahia Manuel da Cunha Menezes para Martinho de Melo e Castro sobre a capitania de Ilhéus” (8), ambos mais documentos históricos que historiográficos, resta a “Memória dos Governadores interinos, títulos com que serviram, provisões e alvarás da Mesa do Desembargo do Paço que assinaram e o que sucedeu a seu tempo” (9), que relaciona os governadores interinos desde 1652 até 1783.

Em officio do governador D. Fernando José de Portugal e Castro (1788-1800) para D. Rodrigo de Sousa Coutinho, participa-lhe estar elaborando uma descrição geográfica e topográfica da capitania da Bahia, conforme lhe ordenara a Secretaria de Estado, individuando os limites dela

(4) Vide n.º 2.717, pp. 228-233.

(5) *ABN*, 32, n.º 6.430, pp. 38-42; n.º 6.511, pp. 54-56; n.º 6.512-6.520, pp. 56-62, todas datadas de 1764.

(6) *ABN*, 32, n.º 10.319, 437-444.

(7) *ABN*, 32, n.º 8.553, pp. 267-268.

(8) *ABN*, 32, n.º 8.745, pp. 287-288.

(9) *ABN*, 32, n.º 11.394, pp. 547-548.

com as capitanias vizinhas, as estradas, e a notícia dos mapas geográficos que ali existissem ⁽¹⁰⁾.

1.2. José Antônio Caldas

José Antônio Caldas, sem filiação, data e local de nascimento, cabo de esquadra do regimento do Coronel Manuel Domingos Portugal, frequentou a Aula Militar para ser engenheiro, estudou matemática, montanística, arquitetura e desenho, e em 1761, como capitão-engenheiro, foi nomeado para ensinar em Salvador, depois de ter servido na Ilha do Príncipe (1756), onde elaborou o plano de sua fortificação. Realizou trabalhos na ilha de São Tomé e tomou posse em 1757 da ilha do Ano Bom. Fez reparos em fortalezas da capitania da Bahia e do Espírito Santo. De cabo de esquadra chegou a sargento-mor da infantaria com exercício de engenheiro, e são consideráveis seus trabalhos civis e militares existentes no Arquivo Militar Histórico Ultramarino de Lisboa e no Arquivo Militar do Rio de Janeiro ⁽¹¹⁾.

Era considerado um dos melhores engenheiros formados pela aula militar da Bahia ⁽¹²⁾, discípulo de Manuel Cardoso de Saldanha, sargento-mor-engenheiro ⁽¹³⁾, e fora com este o responsável pela restauração do edifício da catedral da Bahia, realizada em 1761 ⁽¹⁴⁾. Realizou também trabalhos no Espírito Santo e foi convidado a ser e foi membro da Academia Brasílica dos Renascidos ⁽¹⁵⁾.

Escreveu “A Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde seu descobrimento até o presente ano de 1759” ⁽¹⁶⁾, obra importantíssima pela riqueza da informação. Dá notícia do governo eclesiástico, dos conventos de religiosos e religiosas, das despesas com as folhas eclesiásticas; um catálogo cronológico dos Bispos e Arcebispos, a notícia do gentio do Brasil; a relação das freguesias; a notícia do governo secular; os vários tribunais; a Secretaria de Estado; a relação dos ministros e juizes; a notícia do governo militar, seus tribunais; as vilas da Bahia, as da capitania de Ilhéus, Porto Seguro, as comarcas do Sul, Sergipe del Rei, cidade de São Cristóvão, vilas de Cachoeira, Maragogipe, Jaguaripe, Santo Amaro, S. Francisco, Água Fria, Itapicuru, Abadias, e depois das vilas das capitanias de Ilhéus e Porto Seguro.

Acrescenta a relação dos governadores de Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Paraíba, Minas Gerais, Guiazes (Goiás), Mato Grosso, Nova Colônia, Angola. Relaciona as despesas militares das várias capita-

(10) *ABN*, 36, n.º 19.307, p. 129.

(11) Vide *ABN*, vol. 31, n.º 2.026, p. 134; n.º 2.467, p. 166; n.ºs 3.607-3.608, pp. 295-296; n.ºs 4.101-4.102, p. 328; n.º 2.465, pp. 165-166; n.ºs 2.457 e 2.471, pp. 166-167.

(12) *Ob. cit.*, n.ºs 4.101-4.102, p. 328.

(13) *Ob. cit.*, n.º 5.314, pp. 438-439; n.º 4.472, p. 353; e as Plantas topográficas e corográficas da Serra dos Montes Altos, n.ºs 3.607-3.608, p. 295.

(14) *Ob. cit.*, n.º 5.378, p. 455.

(15) Alberto Lamego, *Academia Brasílica dos Renascidos, ob. cit.*, p. 12.

(16) *RIHGBa*, 1931, n.º 57, 444 pp., e edição fac-similar comemorativa do 4.º centenário da fundação de Salvador, Tipografia Beneditina, 1951, 742 pp. + 13 pp. e ainda mapas, biografia, seus trabalhos e listas dos nomes do prefeito José Wanderley Pinho e dos vereadores de 1949 a 1951.

nias, vilas e fortalezas, a relação de todas as fortalezas da Bahia; registra os rendimentos e aplicações anuais; os gêneros que se transportam para Portugal, a relação dos engenhos de açúcar da Bahia, dos alambiques, as várias despesas eclesiásticas, seculares e militares.

Dá notícia da vila de São Tomé, do Príncipe e de Ano Bom. Num apêndice, relaciona os homens de negócios, as fortalezas da Capitania do Espírito Santo, os Tratados de Limites entre Portugal e França, Portugal e Espanha, Grã-Bretanha e Portugal.

A “Notícia” centraliza-se na “potentíssima capitania da Bahia”, que não foi a “primeira pela antiguidade da sua povoação, porém hoje é a primeira e principal pela grandeza de sua dignidade por ser cabeça do Estado”. Depois de descrever o plano que seguiu, dividido em eclesiástico, civil e militar, afirma que dará a descrição da Costa da Mina.

O livro é simplesmente descritivo, sem a força crítica, a visão social e econômica de Luís dos Santos Vilhena, que como este não trata somente da Bahia, mas das outras capitanias. Como Vilhena é mais geral que este, que se limita a relacionar os governadores das demais capitanias, fica este aqui na historiografia regional e Vilhena vai para a historiografia geral. A “Notícia” é um conjunto de informações nominativas, enumerativas e estatísticas, mapas e tabelas, sem nenhuma reflexão sobre o passado e o seu presente. É obra seca, árida, de leitura fatigante, que mais serve e servirá como uma enciclopédia de fatos, de nomes, de rendas, de despesas, de forças, de fortalezas da Bahia e de relações nominais das outras capitanias.

1.3. João da Silva Santos

Do mesmo modo, como figura auxiliar da historiografia baiana se coloca João da Silva Santos, capitão-mor de Porto Seguro que viajou pelo grande rio de Belmonte ou Jequitinhonha, em princípios do século XIX, no governo de Francisco da Cunha Menezes (1800-1805). Sua “Descrição diária do Rio Grande de Belmonte desde o Porto Grande desta Vila (Porto Seguro) até o fim dele ou divisão de Vila Rica . . . cuja expedição e embarque foi no dia 1.º de outubro de 1804” foi escrita em 1805⁽¹⁷⁾.

Ele é autor de vários mapas da costa, rios e terrenos de Porto Seguro, de descrições topográficas de Caravelas, e escreveu suas “Memórias”, existentes em extrato no Arquivo Militar do Rio de Janeiro⁽¹⁸⁾.

2. João Vasco Manuel de Braun e o Amazonas e Pará

Não consegui nenhuma informação biográfica sobre João Vasco Manuel de Braun, sargento-mor-engenheiro que explorou as regiões amazônicas na penúltima década do século XVIII. Rodolfo Garcia registrou seu “Roteiro Chorographico”⁽¹⁹⁾, em que relata a viagem que fez em 1784 com

(17) *CEHB*, n.º 147 e 1.054.

(18) *CEHB*, n.º 304-307.

(19) “Explorações Científicas”, *DHGB*, vol. 1, 878.

o governador do Pará Martinho de Sousa e Albuquerque (1783-1790) ao Amazonas, com o objetivo de ocularmente observar e socorrer a praça, as fortalezas e as povoações (20).

Ele já havia escrito o “Roteiro Corográfico da viagem que se costuma fazer da cidade de Belém do Pará à Vila Bela de Mato Grosso”, tirado do diário astronômico que fizeram os oficiais engenheiros e doutores matemáticos durante a viagem ao Rio Madeira, mandados em 1781 a demarcar a primeira divisão dos limites reais e seguido das indagações e combinações práticas que nos rios e povoações interiores fez o sargento-mor Braun (21). Em 1789, sendo governador da praça do Macapá, redigiu a “Descrição Chorographica do Estado do Gram-Pará” (22).

Seus outros escritos existentes no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (23) e no Arquivo Militar (24) completam sua atividade como engenheiro militar e observador científico, merecedor da atenção do historiador, pelos dados e informações econômicas, sociais e etnográficas que fornece.

3. João da Silva Feijó e o Ceará

Nascido no Rio de Janeiro (1760) e falecido no Ceará (1824), João da Silva Feijó era formado em matemática e oficial do corpo de engenheiros, alcançando o posto de coronel. Serviu como secretário do governo da ilha de Cabo Verde, no último decênio do século XVIII, podendo assim prestar assistência aos deportados da conjuração mineira, como Domingos Vidal Barbosa, e os dois Rezende Costa, pai e filho, que foram condenados para Bissau e Cabo Verde, e Domingos Vidal Barbosa para a ilha de São Tiago.

Voltando ao Brasil, como membro da expedição científica de Alexandre Rodrigues Ferreira, serviu no Ceará. Foi correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, como naturalista e botânico (25). Sua biografia está escrita por Paulino Nogueira Borges, “O naturalista João da Silva Feijó” (26).

Escreveu obra variada sobre a capitania do Ceará, distinguindo-se o *Preâmbulo ao ensaio philosophico e politico sobre a capitania do Ceará para servir à sua historia natural* (27), e sobretudo a “Memoria sobre a capitania do Ceará” (28). Nesta obra Feijó faz uma descrição geral da capitania do Ceará, dividindo-a em três partes: corográfica, física e política; localiza as minas, avalia a população, sua distribuição, costumes e traba-

(20) Título completo in *CEHB*, n.º 752 e 753; reproduzido na *RIHGB*, XII, 289-335.

(21) *RIHGB*, 1860, t. XXIII, 439-473.

(22) *RIHGB*, 1873, t. XXXVI, 1.ª parte, 271-322.

(23) *CEHB*, n.º 341, 752-753, 762-763, 6.165.

(24) *CEHB*, n.º 2.096.

(25) Biografia in Sacramento Blake, *DBB*, Rio de Janeiro, 1898, IV, 49; *DBP*, Lisboa, 1860, IV, 35-36; X, 348.

(26) *RIC*, II, 247-276.

(27) Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1810, citado por Alfredo do Vale Cabral, *Annaes da Imprensa Nacional de 1808 a 1822*, Rio de Janeiro, 1881, 47.

(28) *O Patriota*, Rio de Janeiro, 1814, e *RIC*, t. III, 3-27.

lhos e o aproveitamento das salinas. Sugere medidas de reflorestamento e de proteção à agricultura, bem como a introdução de espécies novas ⁽²⁹⁾. Outros trabalhos de menor interesse histórico são a “Memória econômica sobre o gado lanígero do Ceará” ⁽³⁰⁾ e a “Memória sobre as antigas lavras do Oiro da Mangabeira da Capitania do Siará” ⁽³¹⁾.

Sua bibliografia está registada por Sacramento Blake ⁽³²⁾, Inocêncio Francisco da Silva ⁽³³⁾ e comentada por Rodolfo Garcia ⁽³⁴⁾.

4. O Rio Grande do Norte e Joaquim José Pereira

Presbítero secular, versado em clássicos latinos, supõe-se tenha nascido em Pernambuco, em cujos sertões viajou e atravessou as províncias do Nordeste até o Maranhão ⁽³⁵⁾. Nada se sabe do autor, tenente da Armada Nacional e autor de outras memórias exibidas na Exposição de História do Brasil de 1881 ⁽³⁶⁾. Sua “Memória sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody da capitania do Rio Grande do Norte, da comarca da Paraíba de Pernambuco, onde se descrevem os meios de ocorrer a estes males futuros” ⁽³⁷⁾ é um livro singular na historiografia brasileira, pela matéria estudada, que tanto mal fez ao povo brasileiro e tanto maculou nossa história, cruenta também sob este aspecto.

Sua investigação nasceu de atenta observação feita entre 1792 e 1793, quando a cada passo se esperava a morte. “Ela devastou pelos excessos a que chegou, e despovoou os sertões por falta de chuvas, que se esperavam do céu, de que resultaram tristíssimas conseqüências e desgraçados fins. A geral penúria que houve de víveres e mais mantimentos causou uma excessiva fome, sem recurso algum mais que a tudo quanto se encontrava pelos campos, e que podia encher os estômagos famintos; calamidade esta que assolou os povos daquele continente, e que como bloqueados de um assédio, em que estavam constituídos, suportavam com gemidos e lágrimas o desamparo de sua infeliz situação.”

Para ele, o clima, pela situação do sertão, suscitava secas de dez em dez anos, que devoravam os povos. Ele enumera e regista as secas e grandes chuvas, calamidades que se sucediam, desde 1721 até 1793. Depois descreve o sertão da Ribeira do Apodi, as particularidades do sertão das capitanias do Maranhão e de Pernambuco, e dá as latitudes e longitudes

(29) José Honório Rodrigues, *Índice Anotado da Revista do Instituto Histórico do Ceará*, Imprensa Universitária do Ceará, 1959, 164.

(30) *O Patriota*, III, 2, p. 19, e *RIC*, XXVIII, 367-397.

(31) *RIC*, XXVI, 364-371. Ver Barão de Studart, “Uma Memória de João da Silva Feijó”, *RIC*, XXVI, 361-363.

(32) *Ob. cit.*, IV, 49-50.

(33) *Ob. cit.*, IV, 35 e 436; X, 348; e XI, 306.

(34) “Expedições Científicas”, *DHGB*, Rio de Janeiro, 1922, 878.

(35) Sacramento Blacke, *ob. cit.*, IV, 172-173.

(36) *CEHB*, n.º 384, sobre longitude e latitude do sertão do Maranhão; n.º 2015 Plano hidrográfico da entrada do Pará; 2016 o mesmo plano traduzido para o francês; 6199 a “Memória” aqui examinada e 11.961 “Memória sobre os Nitros Naturais, Sal de Glauber, Quina e mais produções nativas inventas na Capitania do Piauí e Maranhão”, 1803, cópia existente no Instituto Histórico.

(37) *RIHGB*, 1857, XX, 175-182 e Sacramento Blake, *DBB*, 1889, 4, 172, 173.

da mesma ribeira. Apresenta um Mapa Geral do Sertão da Ribeira do Apodi em 1792, das várias freguesias, com o número de almas, dividido por idade e sexo, bem como as serras, os brejos, as covas, os alqueires de farinha, o gasto individual diário de um prato de comida, e o número de lavradores.

Joaquim José Pereira escreveu outras “Memórias”, uma sobre os nitros naturais e outra sobre a longitude e latitude do sertão do Maranhão ⁽³⁸⁾.

5. A Paraíba

Fernando Delgado Freire de Castilho, cuja biografia não aparece nas bibliografias conhecidas de Inocêncio Francisco da Silva e Sacramento Blake, é autor da “Descrição da Capitania da Parahyba do Norte”, publicada pelo Arquivo Nacional, baseada em manuscrito do mesmo ⁽³⁹⁾. Foi governador da capitania de 1798 a 1802, e de 1806 a 1820 governou Goiás. A Memória calcula a população em cerca de 140.000 habitantes, com o interior deserto e “as costas marítimas tão pouco freqüentadas que se ignoram mil coisas interessantes sobre a utilidade de seus portos”.

Afirma que a natureza liberal do clima e terreno nada nega para a saúde de seus habitantes, possuindo como principais produtos o açúcar, algodão, tabaco, madeira, couros e carne salgada. A segunda parte aponta os fortes e suas necessidades, os melhoramentos e obstáculos. Declara que a sujeição a Pernambuco causou grandes prejuízos à Paraíba, falando nas vantagens da separação: “o governo de S. M. daria à capitania da Paraíba a importância que lhe compete na ordem das melhores capitanias do Brasil”. A “Descrição” não traz data, mas é provável seja de 1799.

6. Espírito Santo

Nada sabemos de Francisco Manuel da Cunha ⁽⁴⁰⁾, cuja informação sobre a Província, então capitania do Espírito Santo, dada em 1781 ao Ministro de Estado Antônio de Araújo e Azevedo, Conde da Barca, revela um espírito observador e curioso, e apresenta em breve e sucinta exposição, a geografia e economia locais na sua época. O estudo é escrito um ano antes de o governo do Espírito Santo tornar-se independente do da Bahia, com o governador Francisco Alberto Rubim. Depois de fazer o elogio das qualidades que distinguem o Conde da Barca, o autor declara querer apresentar-lhe “uma verdadeira pintura da Capitania do Espírito Santo”, mostrando a origem do Rio Doce onde se podem observar “os principais obstáculos que dificultam a intentada navegação naquele rio, que seria de grande utilidade para as províncias da Bahia e Minas Gerais, se a mesma navegação tivesse o desejado êxito” ⁽⁴¹⁾.

(38) Sacramento Blake, *DBB*, IV, 172-173, o primeiro existente em cópia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e o segundo publicado na *RIHGB*, 1857, XX, 165-169.

(39) *Relatório do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1877.

(40) Sacramento Blake, *ob. cit.*, dicionariza outro Francisco Manuel da Cunha: III, 36-37.

(41) “Informação que Francisco Manoel da Cunha deu sobre a Província, então Capitania do Espírito Santo”, *RIHGB*, IV, 240-247.

Trata dos vários rios e sua navegação, até chegar à vila Capital Vitória, descrevendo suas igrejas, conventos, as casas que não são belas, a falta de divertimentos, a pobreza da terra, o comércio e os gêneros exportados, que não bastam para animar seus habitantes. Passa depois à vila de Guarapari (Guarapari) e às suas comodidades, e a seguir à vila de Benevente, onde “a pobreza aqui grandemente em sua extensão também aparece”.

Depois da exposição geográfico-econômica fala o autor da guerra decretada em 1808 oficialmente por D. João contra o gentio botocudo, lamentando que a guerra não tivesse tido o êxito que se esperava, fazendo votos para que fossem submetidos, com a atração que se devia promover dos índios Tatavó e Manaxó.

7. Santa Catarina e Paraná

Uma das primeiras informações sobre Santa Catarina é a “Notícia 1.^a. Prática dada ao R. P. Diogo Soares pelo sargento-mor da cavalaria Francisco de Souza e Faria, primeiro descobridor, e abridor do dito caminho” (42). Sousa e Faria embarcou em Santos para Paranaguá com 35 pessoas entre índios e brancos e vai contando o caminho marítimo, a ilha de S. Francisco e Ilha de Santa Catarina, e os dias gastos até Laguna, onde inicia sua marcha rompendo matos cerrados até chegar aos campos do Rio Grande, cerca de Vacaria, onde passa seis meses. Daí voltou a Curitiba e desta novamente ao Rio Grande de São Pedro, onde assina seu roteiro aos 21 de fevereiro de 1738, quando saíra de São Paulo aos 20 de setembro de 1727.

A preciosa coleção “Diogo Soares” consta de roteiros de bandeirantes e sertanistas, recolhidos pelo jesuíta astrônomo que, junto ao padre jesuíta Domingos Cappassi, veio ao Brasil para demarcar terras, levantar plantas e proceder a trabalhos astronômicos.

Outros Roteiros mostram os primitivos e históricos caminhos da expansão para o Sul. A “Notícia 2.^a. Prática dada ao P. M. Diogo Soares sobre a abertura do novo caminho pelo piloto José Inácio, que foi e acompanhou em todo ele ao mesmo sargento-mor Francisco de Souza Faria” (43) segue de Santos até o Rio Grande, colhendo a evidência que os Campos de Vacaria entestavam em latitude com a ilha de Santa Catarina. Assim também a “Notícia 3.^a. Prática dada pelo Coronel Christovão Pereira d’Abreu sobre o mesmo caminho ao R. P. M. Diogo Soares” (44), mostra o novo caminho para Curitiba, suas utilidades e inconveniências. Revela que querendo o governador de São Paulo Antônio da Silva Caldeira Pimentel (1727-1732) dar remédio à falta de gado e cavalgaduras mandara abrir o caminho em direção às campinas do Sul para nelas criá-los, encontrou a oposição dos moradores de Santos, Paranaguá e Curitiba, La-

(42) Afonso d’E. Taunay, *Relatos Sertanistas*, São Paulo, 1953, 139-145.

(43) *RIHGB*, 1908, t. 69, parte 1, 244-252, e Afonso d’E. Taunay, *Relatos Sertanistas*, ob. cit., 147-153.

(44) *RIHGB*, ob. cit., 255-259; Taunay, ob. cit., 155-160.

guna e Santa Catarina, porque vivendo estes retirados por crimes ou por outros iguais motivos, como régulos sem obediência nem temor algum de justiça, receosos de que com a abertura de novo caminho perderiam suas liberdades, e aqueles porque, sendo senhores de algumas limitadas fazendas que havia nos campos de Curitiba, temiam ficar com muito menos valor e, assim, afirmavam serem aqueles sertões impraticáveis e aquelas terras confinarem com as aldeias dos padres castelhanos. Contra estas oposições resolveu o governador Silva Caldeira mandar preencher aquele sertão até o Rio Grande de S. Pedro. E o roteiro mostra o caminho pelo sertão até Curitiba, e daí até o Sul, onde encontrou rios caudalosos que achava iam desaguar no grande Rio da Prata.

Finalmente, as “Notícias Práticas da Costa e Povoação do Mar do Sul e resposta que deu o sargento-mor da Praça de Santos, Manuel Gonçalves de Aguiar, às perguntas que lhe fez o governador e capitão-general da cidade do Rio de Janeiro e capitania do Sul, Antônio de Brito e Menezes (1717-1719) sobre a costa e povoações do mesmo nome”⁽⁴⁵⁾ constituem a mais completa informação, baseada em perguntas e respostas sobre os caminhos para o Sul, das dificuldades e facilidades das entradas por mar, e se detêm na ilha de Santa Catarina, descrevendo seus moradores e seus recursos.

Enumeram, a seguir, os rios que existem desde a ilha de Santa Catarina (do continente, é evidente), até o porto ou Rio Grande da Lagoa de S. Pedro. Falam, depois, de S. Pedro do Rio Grande, a dificuldade da entrada, os índios livres e aldeados pelos padres jesuítas, e discutem a parte em que se deve fazer uma povoação conveniente que fosse de utilidade e aumento para a nova Colônia do Sacramento, no Rio Grande ou em Santa Catarina.

Há ainda uma “Relação da diligência que o governador do Rio de Janeiro e das capitanias do Sul mandou fazer ao sargento-mor Manuel Gonçalves de Aguiar a todos os portos do Sul desde a vila de Santos até Laguna, última povoação”, e a “Informação dos moradores da ilha de Santa Catarina a que se refere a última relação”⁽⁴⁶⁾, ambas de expressão muito primitiva, mais documentos históricos que historiográficos, mas que marcam, como nas capitanias do século XVI, os começos da historiografia.

A “Memória sobre o Descobrimento e Colônia de Guarapuava”, escrita pelo padre Francisco das Chagas Lima, 1.º capelão da expedição de 1809 e vigário da freguesia de N. S. do Belém, já apresenta uma forma mais cuidada, bem no gênero da crônica histórica. Ele divide bem a matéria, dá no 1.º capítulo o nome, extensão, importância da sua exploração e época histórica; no 2.º capítulo estuda as hordas, população, costumes e linguagem do gentio dos sertões de Guarapuava; no 3.º trata da catequese dos índios e faz reflexões sobre seu tratamento, e, finalmente, no capítulo 4.º cuida do clima, aspecto do país, produções, rios, montes e animais⁽⁴⁷⁾. A obra começa com os primeiros empreendimentos para a conquista da região, em 1767, e prossegue até 1827, última data citada pelo autor.

(45) *RIHGB*, 1908, t. LXIX, parte 1, 288-303.

(46) *ABN*, 1921, vol. XXXIX, 406-408, n.º 4.320-4.323.

(47) *RIHGB*, 1812, t. 4.º, 43-64.

LIVRO SEXTO
Historiografia Religiosa

CAPITULO I

OS JESUÍTAS

1. Considerações gerais. 2. Padre Manuel da Nóbrega. 3. Padre José de Anchieta. 4. As Cartas Avulsas. 5. Fernão Cardim. 6. A Crônica Missionária Jesuítica. 6.1. Considerações Gerais. 6.2. A Missão do Rio Grande. 6.3. A Missão dos Mares Verdes. 6.4. As Missões dos Carijós. 6.5. Os Tumultos contra a liberdade indígena. 7. A Crônica Jesuítica Geral Menor. 7.1. Os Cronistas Gerais. 7.2. Antônio de Matos. 7.3. Jácome Monteiro. 7.4. Antônio Pinto. 7.5. Jacinto de Carvalho. 7.6. Valentim Mendes. 7.7. Manuel Pinheiro, Domingos de Araújo e João Tavares. 7.8. Bento da Fonseca. 7.9. Antônio Machado, Jerônimo Muniz e Manuel Beça. 8. A Crônica Jesuítica Maior. 8.1. Simão de Vasconcelos. 8.2. João Felipe Betendorff. 8.3. Manuel da Fonseca. 8.4. José de Moraes. 8.5. Mathias Rodrigues.

1. Considerações gerais

Ninguém teve, no Brasil colonial, tanta consciência histórica como os jesuítas. Não deram um passo, não converteram uma alma, não pacificaram colonos e indígenas, não dissolveram costumes brasílicos, não venceram os medos ou pecados da terra sem deixar escrita sua obra ou ação. Esta terra é nossa empresa, escreveu logo Nóbrega, ao ver que a gente selvagem ou cristã vivia em pecado, e a terra era dominada pelo Demônio, que afastara, por arte sua, o nome de Santa Cruz, pela voz bárbara de Brasil, como já explicara João de Barros. A terra era boa e sã, mas a gente toda vivia em pecado, amancebada com várias mulheres, fosse clérigo ou colono, índio ou cristão. Este desconhecia os mandamentos, existindo quem não tivesse confessado nos últimos vinte anos, vivendo como apóstatas e excomungados, e coexistindo todos os pecados do mundo.

Estavam “clérigos e dignidades amancebados”, escreve Nóbrega, com suas “escravas que para esse efeito escolhiam as melhores e de mais preço, que achavam, com achaque que haviam de ter quem os servisse, e logo começaram a fazer filhos, e fazer-se criação, porque convinha muito ao Brasil haver cá este treslado de dignidades e cônegos, como os há em outras igrejas da Cristandade, e não sem muito descuido dos prelados, a quem Nosso Senhor castigará a seu tempo. E este lhe sei dizer que tem cá por o melhor proceder e mais quieto, porque quando eles não tinham escravas nem com que as comprar era pior, porque eram forçados de seus

pecados a buscarem-nas com escândalos da terra e de seus vizinhos, e porque já disto no tempo de Vosso Mercê (Tomé de Sousa) havia muito e muito notório, me dizia muitas vezes. Melhor nos fora que não vieram cá. Começaram também de usar de suas ordens e dispensar os sacramentos e desatar as ataduras com que nós detínhamos as almas, e dar jubileus de condenação e perdição às almas, dando o santo a cães e às pedras preciosas a poucos que nunca souberam sair do lodo de seus pecados, pelo qual não somente os maus, mas algum bom, se havia, tomou liberdade de ser tal qual sua má inclinação lhe pedia. E assim está agora a terra nestes termos que, se contarem todas as casas desta terra, todas acharão cheias de pecados mortais, cheias de adultérios, fornicções, incestos e abominações, em tanto que me deito a cuidar se tem Cristo algum limpo nesta terra, e escassamente se oferece um ou dois que guardem bem seu estado, ao menos sem pecado público. Pois dos outros pecados que direi? Não há paz, mas tudo ódio, murmurações e detrações, roubos e rapinas, enganos e mentiras; não há obediências, nem se guarda um só mandamento de Deus e muito menos os da Igreja” (1).

Uma desafeição geral contra a terra dominara a gente portuguesa; um ódio incontido contra o gentio levava-a a praticar as maiores iniquidades e promover sua divisão, e “se algum índio prejudica em uma palha de sua fazenda querem logo que seja crucificado” (2); exploravam-no na escravidão e na mercancia; cometiam as maiores represálias, tal como na conquista da Índia, com aquela mesma demasiada agressividade; sucedeu, conta Nóbrega, que “a 7 ou 8 léguas daqui matassem um cristão da armada em que viemos: o que nos pôs em perigo de guerra e nos acharia, à nossa gente, em má ocasião, desprevenidos e mal fortificados em a nova cidade. Mas quis o Senhor, que do mal sabe tirar o bem, que os mesmos índios trouxessem o homicida e apresentaram-no ao Governador, o qual logo o mandou colocar à boca de uma bombarda e foi assim feito em pedaços” (3).

Era assim na base do terrorismo que se impunha a paz cristã, que se sujeitava todo o gentio à lei dos colonos. Tirar o medo aos cristãos, senhorear o gentio pela guerra, amedrontá-lo com grandes ameaças (4), este foi o caminho da sujeição oficial e colonial. “E estes pecados têm sua raiz e princípio no ódio geral que os cristãos têm ao Gentio, e não somente lhe aborrecem os corpos, mas também lhes aborrecem as almas” (5). “Outra grande desinquietação se dá aos índios, por gente de mau viver, que anda entre eles e que lhes furtam o que têm e lhe dão pancadas e feridas pelos caminhos, tomando-lhes seu peixe, furtando-lhes seus man-

(1) A Tomé de Sousa, Bahia, 5 de julho de 1559, ed. Acad., 191-219, especialmente 194.

(2) *Ibid.*, 207; ed. São Paulo, 67-105; ed. Monumenta, 67-105.

(3) Ao Dr. Martim de Azpicuelta Navarro, Coimbra, ed. Acad., 88-96, especialmente 94; ed. São Paulo, 1, 132-145.

(4) Vide ed. Acad., 212-213, 216, 217; ed. São Paulo, 1, 132-145.

(5) *Idem*, ed. Acad., 196; ed. São Paulo, 1, 67-105; ed. Monumenta, 67-105.

timentos” (6); casar com índias “era uma infâmia, que rebaixava o colono, livre para delas servir-se, sem nojo algum” (7).

O ideal era pelas guerras e pelo terror vê-los domados e metidos no jugo e sujeição, tomadas suas terras e roças e logo repartidas pelos colonos, como escravos. Foi Tomé de Sousa, e logo depois Mem de Sá, quem começou a obra de sujeição, impondo sua vontade férrea e sua decisão aos grupos divididos. Uma a uma, quase todas as Cartas relatam as cruéis guerras que dizimavam índios, ou os sujeitavam aos colonos, à sua cultura, à perdição ou salvação. Foi assim que procedeu Vasco Rodrigues nas três matanças que fez ao gentio de Paraguaçu.

Foi na primeira “matando muitos e trazendo outros cativos”, que “se quebrou o desencantamento do Paraguaçu, onde ninguém ousava sair em terra e perderam os cristãos o medo que tinham àquele gentio, vindo com muita vitória, sem lhes matarem ninguém”. Logo em seguida, “tornou a eles Vasco Rodrigues e deu em uma aldeia que estava a meia légua do mar, que era grande e toda a gente mataram, porque os tomaram dormindo, salvo vinte ou trinta pessoas, meninos e mulheres, que trouxeram por escravos, de que não escapou mais de um índio ou dois, mal feridos, para levarem novas aos outros. Outra vez, terceira, tornou lá Vasco Rodrigues já com maior ânimo dos cristãos e todo perdido o medo; queimou muitas aldeias, matando muitos sem lhe matarem ninguém” (8).

Para vencer o medo era preciso matar, roubar as terras e a própria liberdade do gentio, cativado na guerra “justa”. Nem esse tinha a quem recorrer, pois a justiça em longas demandas para satisfação dos procuradores e escrivães, “era uma grande imundícia que comia esta terra e fazia gastar mal o tempo e engendrava ódios e paixões” (9).

A liberdade de adular fazer a “terra perdida e desbaratada, nem há nisso justiça nem remédio, porque acharam que infiéis não podem testemunhar nada contra cristãos, e por isso quem quer, se atreve a viver como quiser, ainda que seja pecar notoriamente perante o gentio; somente se guardam que cristão que os não veja fazer pecado e fazer muitos agravos ao gentio e tomar-lhe o seu, porque não há justiça contra ele, que atente nisso, e ainda que queira atentar, como não há prova de brancos ficam absoltos, como aconteceu os dias passados, que um barco que estava ao resgate da banda d’além da Bahia, porque se botou ao mar um escravo que lhes haviam vendido, porque teria saudades da mulher e filhos que lhe ficavam, podendo haver o seu pelo mesmo Senhor, que lh’o havia vendido, que estava ainda ao navio; movidos os cristãos de raiva diabólica mataram a sete ou oito pessoas, *scilicet*, (isto é,) ao mesmo senhor do escravo, velho tolhido, e os mais, mulheres e moços, pelo qual se levantaram todos os daquela parte, de guerra, e tem feito já muito mal e se

(6) *Idem*, ed. Acad., 206; ed. São Paulo, I, 67-105; ed. Monumenta, 67-105.

(7) Aos Padres e Irmãos de Coimbra, 13 de setembro de 1551, ed. Acad., 119; ed. São Paulo, 283-289.

(8) A Tomé de Sousa, Bahia, 5 de julho de 1559, ed. Acad., 211-212; ed. São Paulo, 67-105; ed. Monumenta, 67-105.

(9) *Idem*, ed. Acad., 203; ed. São Paulo, 67-105; ed. Monumenta, 67-105.

quebraram as pazes, que tinham com os cristãos, prenderam alguns, que fizeram isto, e por não haver provas, senão de índios, saíram soltos” (10).

Foram estas raivas diabólicas da missão cristã portuguesa no Brasil responsáveis pelas destruições indígenas em massa, pelas discriminações que separaram tudo no período colonial e levaram mesmo os próprios jesuítas a hesitar se deviam permitir ou não a mistura de gentios e cristãos nas igrejas (11) e a organizar suas procissões com as cores separadas (12). Foi o próprio povo, fruto destes coitos infamados e pecaminosos, enxerto de gente, mistura de tudo, filhos de padres e degradados, que destruiu, contra a política oficial, as mais variadas discriminações.

O caminho dos moradores para o domínio da terra foi a violência contra o gentio, sua domesticação; as guerras se sucediam, as injustiças não tinham remédio, a escravização era normal, os desamparos, as ameaças, as fomes, as mortandades, as epidemias trazidas de fora, sofridos e experimentados. Em todos dominava a desafeição pela terra, o aborrecimento à gente nativa, o enfado, as presunções, as murmurações, as imposições. Eles próprios portadores da cultura euro-ocidental deviam adaptar-se às injunções do meio e da gente e muitos sucumbiam ao meio, como observou Nóbrega. “Em toda a costa se tem geralmente por grandes e pequeninos que é grande serviço de Nosso Senhor fazer aos gentios que se comam e se travem uns aos outros, e nisto tem mais esperança que em Deus vivo, e nisto dizem consistir o bem e a segurança da terra, e isto aprovam capitães e prelados, eclesiásticos e seculares, e assim o põem por obra todas as vezes que se oferece, e daqui vem que, nas guerras passadas que se tiveram com o gentio, sempre dão carne humana a comer não somente a outros índios, mas a seus próprios escravos. Louvam e aprovam ao gentio o comerem-se uns aos outros, e já se achou cristão a mastigar carne humana, para darem com isso bom exemplo ao gentio. Outros matam em terreiro à maneira dos índios, tomando nomes, e não somente o fazem homens baixos e mamelucos, mas o mesmo capitão, às vezes” (13).

E não é muito que sigam seu capitão, acrescenta Nóbrega, como aquele seguia os primeiros moradores-desertores e degradados, que serviram de modelos, como observou Capistrano de Abreu, e tiveram uma importância especial na história do Brasil. Ele toma como exemplo um Fróes, que teve de adaptar-se à alimentação dos Brasis, de empregar seus processos de caça, pesca e agricultura, de ajustar-se à mentalidade e moralidade ambiente e tudo isto minava-lhe pouco a pouco o cérebro e produzia-lhe profundas revoluções. Mas ele influencia também sobre os Brasis, ensinando-lhes o que antes não sabiam.

“Se refletirmos, porém, que a sociedade oferece uma força de resistência maior que o indivíduo, impõe-se a conclusão que Fróes, ou outro

(10) Para o Provincial de Portugal, 1557, ed. Acad., 173.

(11) Ao Padre Simão Rodrigues, agosto 1552, ed. Acad., 141-142; ed. São Paulo, 401-409.

(12) Carta do Padre Antônio Blasquez, 13 de setembro de 1564, ed. Acad., *Cartas Avulsas*, 425-426.

(13) A Tomé de Sousa, 1559, ed. Acad., 196; ed. São Paulo, 67-105; ed. Monumenta, 67-105.

qualquer, foi mais influenciado pelos Brasis do que estes o foram por ele. Para resumir tudo em uma palavra: dentro de poucos anos um homem nestas condições ficava moralmente um mestiço. É claro que nesta mestiçagem devia haver diferentes graduações.” Esboçando-as, Capistrano de Abreu supõe três tipos: o primeiro que não reagia ao meio e tomava todos os hábitos dos Brasis; furava lábios e orelhas, matava os prisioneiros segundo os ritos e comia sua carne; outros eram voluntariosos e indomáveis como João Ramalho; outros, nem desciam ao batoque nem alçavam ao poderio, vivendo bem, com europeus e indígenas. Era o caso de Diogo Álvares, o Caramuru. Para ele, o segundo, tipo de transição, deveria durar mais tempo, generalizar-se, e o terceiro deveria sobreviver (14).

E é este segundo tipo que vigora desde Mem de Sá, que está sendo descrito por Nóbrega, mas é o terceiro que vencerá. Dos esforços de um ou das indulgências do segundo a cultura sub-euro-ocidental, que os portugueses trazem, se dissolve, como se dissolvessem os indígenas numa caricatura grotesca, ou numa caiação mascarada para a grande maioria, salvo a pequena minoria dominante que vem e vai, logo que o serviço ou a fortuna lhe fez a mercê que desejava.

Nóbrega e os jesuítas desaprovam o primeiro tipo que matava no terreiro e comia ou ajudava a comer a carne humana. “O’ cruel costume! O’ desumana abominação. O’ cristãos tão cegos! que, em vez de ajudarem ao Cordeiro, cujo ofício foi (diz S. João Baptista) tirar os pecados do mundo, eles, por todos os modos que podem, os metem na terra, seguindo a bandeira de Lúcifer homicida e mentiroso desde o princípio do mundo! E não é muito que sigam a seu capitão, gente que não sei se alguma hora do ano está sem pecado mortal!” (15)

Seus métodos parecem favoráveis à formação do segundo tipo, como acreditou Capistrano, ao escrever que “apesar dos esforços que neste sentido empregaram os jesuítas” (16), ele não se generalizou. Se nas Cartas de outros jesuítas ou em Anchieta, especialmente no *De Gestis Mendi de Saa* — de que adiante trataremos —, um acento guerreiro quase diabólico supera o tom de Nóbrega, a verdade é que este reconhece os serviços que prestam os processos violentos, pois não censurou a impiedade de Vasco Rodrigues de Caldas na guerra contra os índios de Paraguaçu, já referida, antes reconheceu-lhe os méritos. “Deste negócio se deve muito a Vasco Rodrigues de Caldas, a quem Nosso Senhor deu tão boa fortuna como até agora tem dado e por seu esforço tira o medo aos Cristãos desta terra e se crê que os índios não são serpes, mas gente nua, dos quais estou espantado, porque não parecem que são da casta dos Portugueses que lemos nas crônicas e sabemos que sempre no mundo tiveram o primado em todas as gerações e pelas histórias antigas e modernas se lê” (17).

(14) *Descobrimto do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*, Rio de Janeiro, 1883, 59-61, e *O Descobrimto do Brasil*, Sociedade Capistrano de Abreu, 1929, 82-83; ed. *Civilização Brasileira*, 1976, 53-54.

(15) A Tomé de Sousa, ed. Acad., 196-197; ed. São Paulo, 67-105; ed. Monumenta, 67-105.

(16) *O Descobrimto do Brasil*, ob. cit., 61.

(17) A Tomé de Sousa, julho de 1559, ed. Acad., 216; ed. São Paulo, 67-105; ed. Monumenta, 67-105.

Estas palavras são um testemunho. Era “esta gente nua” que ame-drontava a casta heróica portuguesa cujo primado se relembra, na hora de sujeitar os índios de Ilhéus. Aqui, como no episódio do índio destruído à boca da bombarda, um e outro recordando o terrorismo lusitano de Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral na Índia, Nóbrega não censura a violência, antes louva que com ela fuja o medo português e nasça pelo terror o medo indígena. Este foi seu seco comentário ao caso da bombarda: “isto pôs grande medo aos outros todos que estavam presentes”.

O medo é o instrumento eficiente do amansamento. É verdade que condena os assaltos com que se escravizam os índios, reprova os enganos, escândalos e ataques cristãos, e acusa estes de serem a causa das guerras. “De maravilha se achará cá a terra, onde os cristãos não fossem causa da guerra e dissensão, e tanto que nesta Bahia, que é tida por um gentio dos piores de todos, se levantou a guerra por os cristãos, porque um Padre, por um Principal destes Negros (Índios) não dar o que lhe pedia, lhe lançou a morte, que no tanto imaginou que morreu e mandou aos filhos que o vingassem.”⁽¹⁸⁾ É verdade que aprova o não haver guerras em São Vicente e recrimina as contínuas guerras na Bahia⁽¹⁹⁾. Mas é certo também que louva muito, como Anchieta, Mem de Sá, que usou processos violentos, embora reprimisse excessos dos moradores.

Foi Mem de Sá, escreve ele, que venceu “a contradição de todos os cristãos desta terra que era quererem que os índios se comessem, porque nisso punham a segurança da terra, e quererem que os índios se furtassem uns aos outros, para eles terem escravos, e quererem tomar as terras aos índios contra razão e justiça e tiranizarem-nos por todas as vias, e não quererem que se ajuntem para serem doutrinados por os terem mais a seu propósito, e de seus serviços e outros inconvenientes desta maneira”⁽²⁰⁾.

A nota a favor dos indígenas, posto que aceite a guerra, se minora quando se vê que, em geral, seus métodos são outros: ele quer que os índios se dispam de seus costumes para mais facilmente se converterem. Mas aceita admitir alguns costumes índios, como cantarem em sua língua, e entrarem nus na igreja, “pregar-lhes a seu modo em certo tom, andando, passeando, batendo nos peitos”, tosquiarem-se os meninos da terra, que em casa temos, a seu modo, para os atrair a deixarem os outros costumes essenciais⁽²¹⁾.

Para isso usavam muito dos meninos, os da terra, que mais facilmente se convertiam e os órfãos, vindos de Portugal, nas suas entradas pelas aldeias, na conquista dos maiores, na dissolução da vida indígena. Não eram necessárias letras, mas virtudes, ceroulas e camisas com que vestiam os indígenas para honestidade da religião cristã.

(18) Ao Padre Simão Rodrigues, 9 de agosto de 1549, ed. Acad., 81; ed. São Paulo 118-132.

(19) A D. João II, Rei de Portugal, 1553, ed. Monumenta, 13-17.

(20) Ao Cardeal Infante D. Henrique de Portugal, 1 de junho de 1560, ed. Acad., 220-221; ed. São Paulo, 238-246; ed. Monumenta, 237-246.

(21) Ao Padre Simão Rodrigues, agosto de 1552, ed. Acad., 142; ed. São Paulo, 401-409.

O petição de roupas para vestir os convertidos pois “não parece honesto estarem nus entre os cristãos na igreja, e quando os ensinamos” é constante nas *Cartas* (22).

Nóbrega e Anchieta recriminavam como vimos os amancebamentos com índias, mais por preceito religioso que por preconceito racial. Nas *Cartas* de um e outro se condenam os portugueses que viviam nestas condições, embora Anchieta escrevesse que “aqui onde as mulheres andam nuas e não sabem se negar a ninguém, mas elas cometem e importunam os homens jogando-se com eles nas redes, porque tem por honra dormir com cristãos” (23).

Capistrano de Abreu tomou uma posição bem definida ao dizer que a história do Brasil não podia ser escrita sem primeiro escrever-se a história dos jesuítas e também em frases incisivas disse na sua Correspondência (24): “Entre os colonos e os jesuítas minha posição é bem definida: sou pelos jesuítas. Bastava-lhes terem estudado línguas indígenas, salvando tantos fragmentos da ideação primitiva para conquistar minhas simpatias. Tenho apenas dúvidas sobre a viabilidade de sua obra. Para garanti-la era condição indispensável o segregamento, mas até que tempo teria de conservá-lo? Como poderiam os neófitos ser incorporados na comunidade de língua européia? A incorporação só podia ser individual como a dos africanos, pela extinção dos agregados tão laboriosamente criados”.

Portanto antes de tudo desde o começo, ao primeiro contato, a existência indígena era perturbada na sua organização econômica e nos seus valores espirituais. Nenhum grupo ficou incólume à penetração e perturbação euro-cristã-ocidental e as transformações culturais se operaram desde os primeiros contatos. Assim se estabeleceu um conflito permanente, maior no período colonial, mas permanente até hoje. Os nativos, frente a uma situação modificada, tomam novas diretrizes, assimilam elementos estranhos sem abandonarem sua personalidade, apesar das tensões que enfrentam e que ameaçam ou chegam a destruir sua cultura.

O desmoronamento cultural dos índios pelos civilizados se revela na diminuição numérica da população, e as principais razões para este desmoronamento cultural são econômicas. Ao servir ao colonizador no carregamento de pau-brasil ou depois na derrubada e carregamento do mesmo rompe-se a estrutura econômica do grupo cultural. Como força de trabalho, seu futuro está definido, como estaria o dos negros, condenados na sociedade em formação às posições mais baixas econômica e socialmente. Como escreveu Konrad Theodor Preuss “qualquer que seja o destino econômico de um povo primitivo, ele é condicionado pela intromissão do branco e pela entrada da população na engrenagem da economia mundial” (25).

(22) Ao Padre Simão Rodrigues, agosto de 1549, ed. Acad., 85; ed. São Paulo, 119-132.

(23) *Cartas, Informações, Fragmentos históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta*, ed. Acad., 1933, 68.

(24) *Correspondência de Capistrano de Abreu*, ed. I. N. L., 1954, 2 vols., 95.

(25) *Lehrbuch der Völkerkund*, Stuttgart, 1937, 391.

A transformação da existência econômica traz consigo a decomposição social e espiritual, pois tudo constitui uma unidade indissolúvel. A perda cultural dos elementos materiais e espirituais implícita na transição do mundo antigo para o novo, significa para os índios, como para os negros, que a vida se tornou perigosamente deserta e que seus valores vitais desapareceram.

Os efeitos da invasão ocidental tomam forma variada e têm efeitos profundos e perduráveis na síntese que os tempos criarão.

É tudo isso que revelam os jesuítas Nóbrega, Anchieta, Cardim e vários outros. Esse encontro, esse desmoronamento, essa mestiçagem racial e cultural é captada ao vivo, no seu estado de nascimento.

2. Padre Manuel da Nóbrega

Com a chegada dos primeiros jesuítas, em março de 1549, acompanhando o primeiro Governador Tomé de Sousa, a literatura histórica apresenta nova feição. Ela ainda se exprime na forma epistolar, mas é mais substancial e fidedigna porque seus autores participam da vida que se inicia na nova terra. Foi considerável e por vezes decisiva a influência que eles exerceram em nossa formação. Soldados e missionários, entregaram-se com paixão à tarefa da conversão indígena.

Cristianizar o índio era adaptá-lo às formas ocidentais da vida em comum. Nunca fugiram os jesuítas à responsabilidade de enfrentar todos os problemas morais ou econômicos que a colônia apresentou e, por isso mesmo, suas cartas informam e relatam as primeiras conquistas e vicissitudes. Decisão, responsabilidade, criação, eis as virtudes dos primeiros apóstolos jesuítas aqui trazidos a modelar a vida inicial do Brasil. Deste modo, seus escritos são fontes indispensáveis ao estudo das primeiras épocas do Brasil.

Dos primeiros jesuítas cujas cartas publicadas constituem fontes históricas, salienta-se a figura do Padre Manuel da Nóbrega, nascido aos 18 de outubro de 1517, aqui chegado em 1549, e falecido no Rio de Janeiro aos 18 de outubro de 1570. Permaneceu assim, no Brasil, pelo espaço de vinte e um anos.

Suas cartas foram publicadas primeiramente por Vale Cabral⁽²⁶⁾, e reeditadas em 1931 pela Academia Brasileira de Letras, com o acréscimo do

(26) *Cartas do Brasil do Padre Manoel da Nóbrega (1549-1560)*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886, n.º 2 dos *Materiaes e Achegas para a história e geografia do Brasil*. Na introdução, Vale Cabral explica minuciosamente a origem de cada carta. Aos 25 de novembro de 1886, Capistrano de Abreu comunicava ao Barão do Rio Branco que dentro de 10 dias Vale Cabral editaria a Coleção de *Cartas de Nóbrega*, vinte e uma, das quais uma fora fornecida pelo Barão, uma nunca publicada em português e duas inéditas. Em março esperava-se imprimir as *Cartas Avulsas*, em número de cinquenta, dois terços das quais inéditas. O 4.º volume dos *Materiaes e Achegas* (coleção idealizada e realizada por Capistrano de Abreu e na qual foram impressas as cartas de Nóbrega) seria a coleção de cartas de Anchieta, que Teixeira de Melo dirigiria. O 5.º volume seria constituído das *Crônicas Menores dos Jesuítas* e o 6.º da *História do Brasil de Frei Vicente do Salvador*. Houve modificação no plano, o que se pode ver pela carta de 23 de dezembro de 1887. Capistrano devia ser o editor, mas enfadou-se tanto em fazer as cópias e corrigi-las, que passou a obra a Vale Cabral (Carta de 30 de março de 1887). Vide *Correspondência de Capistrano de Abreu*, 1.ª ed. 1954; 2.ª 1977. O 1.º volume dos *Materiaes e Achegas* compunha-se das "Informações e Fragmentos Históricos do Padre José de Anchieta", promovido e dirigido por Capistrano de Abreu.

diálogo do Padre Nóbrega sobre a conversão do gentio e notas de Rodolfo Garcia (27). Em 1940 o Padre Serafim Leite publicou mais 15 cartas inéditas de Nóbrega (28), em 1955 deu edição definitiva de suas cartas e outros escritos (29).

Nessas cartas, Nóbrega descreve os costumes, discute as necessidades da terra, revela-nos a vida social e econômica, o processo de colonização e o desenvolvimento da primitiva sociedade brasileira. Entre todas, convém dar relevo especial à “Informação das terras do Brasil”, escrita em 1549, onde trata especialmente do clima, frutos, mantimentos e dos índios.

Nóbrega é realmente um dos primeiros civilizadores do Brasil e, como disse Vale Cabral, representou um papel muito importante na sociedade brasileira, exercendo tanta influência que seu nome será sempre lembrado. Da obra imensa por ele realizada no Brasil, dois fatos se destacam claramente: sua atividade em prol da moralização dos costumes e da defesa e conversão dos índios. Vê-se também em suas cartas a preocupação pelo povoamento da terra com gente portuguesa. Assim é que dizendo haver “nesta terra um grande pecado, que é terem os homens quase todos suas negras por mancebas e outras livres que pedem aos negros (índios) por mulheres, segundo o costume da terra que é ter muitas mulheres” pede que se mandem a estas partes algumas que em Portugal tenham pouco remédio de casamento, “porque casarão todas mui bem, contanto que não sejam tais que de todo tenham perdido a vergonha a Deus e ao mundo”. Deste modo, “logo as mulheres terão remédio de vida, estes homens remediariam suas almas, e facilmente se povoaria a terra” (30).

Nóbrega acentua também em suas cartas que não só os colonos levavam vida dissoluta; os clérigos pareciam participar da opinião de que além da linha equinocial não havia pecado. Diz ele que na terra estavam clérigos e dignidades amancebados, e logo começaram a fazer filhos, sendo melhor que não tivessem vindo cá. Segundo Nóbrega, ao Bispo d. Pedro Fernandes pouco se dava a salvação do gentio, porque não se tinha por seu bispo e eles lhe pareciam incapazes de toda doutrina, por sua bruteza e bestialidade, e nem os tinha como ovelhas de seu curral (31).

É com a chegada de Nóbrega e de seus companheiros que se inicia realmente a sujeição e conversão do gentio. Para isso tiveram os jesuítas de lutar com os cristãos da terra, com os quais, dizia, se fazia pouco, “porque lhes temos cerrada a porta da confissão por causa dos escravos que não querem senão ter e resgatar mal, e porque geralmente todos ou os mais estão amancebados das portas adentro com suas negras, casados e soltei-

(27) Este diálogo foi pela 1.ª vez publicado na *RIHGB*, t. 43, parte 2.ª, pp. 133 e seguintes. O volume do Padre Nóbrega é o 1.º das Cartas Jesuíticas, na edição da Academia Brasileira de Letras.

(28) *Novas Cartas Jesuíticas*, S. Paulo, Ed. Nacional, 1940.

(29) *Cartas do Brasil e mais escritos* (Opera Omnia), Coimbra, 1955. Nesta edição aparecem 37 cartas em português e 11 em outras línguas, enquanto a edição de Vale Cabral dava 21 cartas.

(30) *Padre Manoel da Nóbrega, Cartas do Brasil (1549-1560)*, Ed. Acad., 1931, pp. 79-80.

(31) *Id. id.*, p. 193; ed. S. Leite, p. 319.

ros, e seus escravos todos amancebados, sem em um caso nem outro quererem fazer consciência” (32).

Assim expõe Nóbrega a diretriz que se devia adotar em face dos índios “defender-lhes comer carne humana e guerrear sem licença do Governador; fazer-lhes ter uma só mulher, vestirem-se, pois tem muito algodão, ao menos depois de cristãos, tirar-lhes os feiticeiros, mantê-los em justiça entre si e para com os cristãos; fazê-los viver quietos sem se mudarem para outra parte, se não for para outros lugares entre cristãos, tendo terras repartidas que lhes bastem, e com estes Padres da Companhia para os doutrinarem” (33).

Essas cartas, além de nos revelarem os primeiros conflitos dos povos primitivos com a civilização, revelam-nos, também, a sujeição daqueles a esta. Contêm inúmeras informações não só sobre a vida moral e social como sobre a vida econômica, especialmente sobre os incios da fabricação do açúcar.

Nóbrega foi o semeador incomparável deste novo fruto da civilização européia. Foi ele quem dirigiu com muita paixão e muito zelo os primeiros passos do caminho do Brasil. Conversão dos índios, escola para ler e aprender ofícios, unidade religiosa, sentimento de solidariedade da colônia, moralização dos costumes, eis alguns dos serviços prestados por Nóbrega. Ele os conta minuciosamente, sem reivindicar recompensas. A sujeição da terra aos padrões europeus muito lhe deve: esta sua maior glória.

Todas ou quase todas as cartas de Nóbrega são documentos valiosos para o estudo do crescimento espiritual e material do Brasil nos primeiros tempos. Entre elas convém destacar especialmente ao Padre Mestre Simão Rodrigues (1549) a Informação das terras do Brasil (1549), as Cartas a El-Rei (1551 e 1552), aos Padres e Irmãos de Portugal (1559), a Tomé de Sousa (1559) e os Apontamentos de coisas do Brasil (34).

O melhor estudo biobibliográfico sobre Nóbrega encontra-se na *História da Companhia de Jesus no Brasil* do Padre Serafim Leite (35).

3. Padre José de Anchieta

Ao Padre Nóbrega segue-se José de Anchieta, que aportou à Bahia de Todos os Santos em 1553, em companhia do segundo Governador do Brasil, D. Duarte da Costa. Era natural de Lagunas, nas Canárias, filho

(32) *Id. id.*, p. 190, ed. S. Leite, p. 312.

(33) *Novas Cartas Jesuíticas*, editadas pelo Padre Serafim Leite, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1940, p. 79.

(34) As quatro primeiras cartas encontram-se na Ed. Acad., *ob. cit.*, pp. 97-102, 133-136, 176-190, 191-218. A quinta encontra-se na *Novas Cartas Jesuíticas*, editada pelo Padre Serafim Leite, *ob. cit.*, pp. 75-87. Lisboa e Rio de Janeiro, 1938, e 1949. Todas as cartas encontram-se na edição de Vale Cabral e na de Serafim Leite, esta mais cuidada e os Apontamentos na edição da *Novas Cartas Jesuíticas*.

(35) Vols. 1.º e 2.º e especialmente o 9.º. Convém ler também as *Novas Páginas da História do Brasil* de Serafim Leite (C. E. N. São Paulo, 1965).

de pai biscainho o que talvez lhe tenha facilitado a rápida aprendizagem da língua brasileira e sua obra de missionário. Nasceu a 19 de março de 1534 e morreu a 9 de junho de 1597, vivendo 44 anos no Brasil.

Ao Padre José de Anchieta deve-se a *Arte da Gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (36). Capistrano de Abreu foi o primeiro a publicar, em 1886, as *Informações e fragmentos históricos do Padre Joseph de Anchieta, S. J. (1584-1586)* (37) e Teixeira de Melo foi o primeiro a publicar algumas cartas (38). Em 1900, saíram as "Cartas Inéditas" (39), copiadas do arquivo da Companhia.

Em 1933, a Academia Brasileira de Letras deu uma edição das *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta, S.J. (1554-1594)* (40), e em 1958 aparecia o *De Gestis Mendi de Saa*, de atribuição duvidosa (41).

Anchieta não só descreve a vida inicial e primitiva do Brasil como fixa vários aspectos dos primeiros contactos entre o português e os índios. Dá-nos excelentes informações sobre o trabalho missionário, os primeiros engenhos de açúcar e seu desenvolvimento no Brasil. Suas cartas e informações são, assim, uma fonte indispensável de consulta para o conhecimento do processo de adaptação do português à terra e ao clima e também da obra de assimilação do indígena à vida civilizada.

Entre suas cartas, convém assinalar a importância fundamental da "Enformação do Brazil e de suas Capitanias", de 1584 que é uma das melhores crônicas. Foi pela primeira vez publicada em 1844, segundo uma cópia fornecida por Varnhagen, tirada do manuscrito em língua portuguesa existente na Biblioteca de Évora, escrito em letra do século XVI e sem assinatura (42).

Varnhagen chama esta "Informação" de "carta de Anchieta" sem qualquer explicação (43). Coube a Cândido Mendes de Almeida provar sua autoria, com argumentos que foram depois reforçados por Capistrano de Abreu, e que são os seguintes: 1) a data em que foi escrita corresponde

(36) Coimbra, por Antônio de Mariz, 1595. Saiu também uma edição em Leipzig, dirigida por J. Platzmann, B. G. Teubner, 1874, da qual a Biblioteca Nacional se aproveitou para tirar uma edição fac-similar (Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1933).

(37) Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1886, n.º I dos *Materiaes e Achegas para a história e geografia do Brasil*.

(38) "Cartas inéditas", ABN 1876, t. I, pp. 44-75; t. II, 1877, pp. 79-127, 266-368; t. III, 1877, pp. 312-323.

(39) Editado pelo Inst. Hist. e Geográfico de São Paulo, 1900. Tradução do latim do prof. João Vieira de Almeida, prefácio do Dr. Augusto César de Miranda Azevedo.

(40) Anotações de Antônio de Alcântara Machado, nota preliminar e introdução de Afrânio Peixoto. Transcreve-se um artigo de Capistrano de Abreu, publicado em 1927, sobre a obra de Anchieta no Brasil e sua bibliografia, extratada da *Bibliothèque de la Compagnie*, de Carlos Sommervogel. São editadas 28 cartas, em lugar das 13 da edição de Capistrano de Abreu, encontrando-se entre elas escritas de Cardim e Luis da Fonseca, atribuídos a Anchieta. Cf. Pe. Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus, ob. cit.*, vol. VIII, pp. 18 e seguintes. Capistrano de Abreu, em 1921, preparava nova edição. Cf. Carta a João Lúcio de Azevedo, de 17 de março de 1921, *Correspondência de Capistrano de Abreu*, ed. preparada por J. H. Rodrigues, II, 203-204.

(41) PAN, vol. 38. Original acompanhado de tradução vernácula pelo P. Armando Cardoso, S. J., Rio de Janeiro, 1958. O poema *De Beata Virgine Del Matre Maria* mereceu várias edições, sendo mais fácil de encontrar-se a das PAN, 1940, vol. 37.

(42) RIHGB, t. 6, pp. 412-443. Saiu uma 2.ª edição deste tomo em 1865.

(43) Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 1.ª ed., t. 1, p. 245 notas 1 e 2; 3.ª ed., p. 411, notas 6 e 7.

ao último ano de provincialato de Anchieta e as cartas ânuas eram escritas pelo provincial ou por outro padre, com sua autorização; 2) o nome de Anchieta só é mencionado uma vez, no meio dos outros padres que aqui chegaram com Duarte da Costa; 3) na parte relativa aos provinciais da Companhia, diz-se: “o 5.º provincial foi o Pe. Inácio de Tolosa, espanhol, do ano de 1571 até o ano de 1577, e ainda tem o cargo neste presente de 1584”. A omissão do nome de Anchieta, sexto provincial de 1577 a 1584, segundo Cândido Mendes, é significativa do extremo escrupulo e modéstia do autor ⁽⁴⁴⁾.

Capistrano de Abreu adicionou aos argumentos de convicção acima mais dois fundamentos: o primeiro é que o provincialato de Anchieta vai além de 1584; o segundo é que a omissão do nome deste na lista de provinciais ocorre na edição do Instituto Histórico, mas não na por ele feita, segundo uma cópia tirada diretamente da Biblioteca de Évora ⁽⁴⁵⁾. Além disso, a minúcia com que o autor se refere a São Paulo, mencionando a guerra de 1562 com os índios, que durou apenas dois dias, a reedificação da igreja de Itanhaém, a penedia de S. Vicente, em que se notam passadas de homem, contrapõem-se ao modo breve por que se refere ao Norte, o que parece demonstrar que o Sul lhe era muito mais familiar. Era exatamente o caso de Anchieta que, chegado ao Brasil em 1553, foi mandado a S. Vicente no mesmo ano, onde ficou até 1576, com um intervalo quando, por pouco tempo acompanhou Nóbrega à Bahia, outro em 1565, quando acompanhou Estácio de Sá à conquista do Rio de Janeiro, indo depois ordenar-se na cidade de S. Salvador, e outros menores. Acresce que a “Informação” refere alguns fatos a que Anchieta estava presente e vêm referidos em outras fontes e outros fatos que só conhecemos por suas cartas, como a fundação do Rio de Janeiro, a tomada de uma nau francesa nessa ocasião, a história dos frades de hábito branco, a fundação de São Paulo, com as doze aldeias primitivas que a cercavam e o fim que sofreram os primeiros povoadores tão vivamente pranteados, bem como a frustrada viagem do Padre Nóbrega ao rio da Prata.

É de notar, ainda, dizia Capistrano, que em dois lugares o autor fala em informações que manda, de onde se vê que não se tratava de um padre que escrevia por comissão superior, cujo nome viria declarado, nem de reitor, porque então teria de dar conta do seu colégio e das residências, mas de um provincial que, como já se disse, era então José de Anchieta.

Embora a “Informação” seja datada apenas de 1584, sem menção do dia e mês, pelo fato de mencionar o falecimento do Padre Manuel de Paiva, ocorrido a 21 de dezembro de 1584, mostra que ela só pode ter sido composta entre 21 e 31 de dezembro desse ano, época em que Anchieta estava no Rio de Janeiro, segundo se lê na *Narrativa Epistolar* de Fernão Cardim.

(44) Cândido Mendes de Almeida, “Notas para a história pátria (5.º artigo). A catástrofe de João de Bolés foi uma realidade?”, *RIHGB*, 1879, t. 12, parte 1.ª, pp. 141-205, especialmente pp. 191-193.

(45) Introdução aos *Fragmentos históricos*, *ob. cit.*, p. 15.

A “Informação” é um documento realmente precioso. Descreve o estado das capitâneas, com os governadores e capitães-mores, bispados e prelados, a primeira entrada dos franceses no Brasil, dá notícia dos frades que, antes e depois da Companhia de Jesus, vieram ao Brasil, e das ocupações e trabalhos dos jesuítas. Trata também minuciosamente das freguesias e engenhos de açúcar existentes nas capitâneas de Pernambuco, Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, S. Vicente, etc., dos colégios da Companhia e de seus reitores, das relíquias e indulgências, dos costumes dos brasis, dos impedimentos para sua conversão e, depois de convertidos, para seu aproveitamento nos costumes da vida cristã. Referindo-se aos índios de Piratininga mostra ter tido uma visão muito clara dos problemas dos contactos do índio com o branco, pois diz que a conversão destes não cresceu tanto quanto a dos da Bahia, “porque nunca tiveram sujeição, que é a principal parte para este negócio” (46). Realmente, todo problema, não só de conversão religiosa como de conversão, por assim dizer à civilização européia, exigia, como primeiro passo, a sujeição do índio, sua submissão a uma autoridade e o seu aldeamento, obra que foi iniciada desde Nóbrega.

Entre as cartas e documentos mais importantes, destacamos: Quadrimestre de maio a setembro de 1554, de Piratininga (1554); ao Padre Geral de São Vicente (maio, 1560), admirável descrição da nova terra, de seus bichos e gentes; ao mesmo Padre Geral, São Vicente (junho de 1560), sobre os pecados da terra, os trabalhos de conversão e as lutas contra os franceses; a Carta ao Padre Diogo Mirão da Bahia, de 9 de julho de 1565 com a breve informação sobre o nascimento do Rio de Janeiro; a Informação do Brasil e de suas Capitâneas (1584); a Breve Narração das coisas relativas aos Colégios e Residências da Companhia (1584); Informação dos Casamentos dos Índios do Brasil, e os Fragmentos Históricos (47).

A “Informação da Província do Brasil para o Nosso Padre”, datada de 1583, na primeira edição de Capistrano de Abreu e na segunda da Academia Brasileira de Letras, foi erroneamente atribuída a Anchieta até recentemente. O Padre Serafim Leite demonstrou cabalmente que seu autor é Fernão Cardim (48).

Assim também não pertence a Anchieta, mas ao Padre Luís da Fonseca, a “Informação dos primeiros aldeamentos da Bahia”, que aparece na edição de Capistrano de Abreu, conforme mostrou o Padre Serafim Leite (49).

A essência da missão estava “não em falar, senão em obrar”, escrevia Anchieta em 1591. A obra missionária exigia grandes trabalhos, grande fortaleza interior, capacidade de padecer e imenso fervor. Era o que possuía Anchieta, lavrando com tantos suores os campos incultos, criando

(46) *Cartas, informações*, etc., ed. Acad., 1931, pp. 316-317.

(47) Todos estes escritos se encontram tanto na edição da Academia Brasileira de Letras, citada, como também na do Pe. Serafim Leite.

(48) Pe. Serafim Leite, *HCJB*, t. 5, p. 50 e t. 8, p. 135.

(49) Vide S. Leite, *HCJB*, t. 8, p. 255.

“com o leite da doutrina cristã”, aplicando a medicina da alma e do corpo a todos os enfermos, praticando, entendendo e convertendo. A grande força dos documentos de Anchieta vem de que ele fazia história, ajudando a formar o Brasil e escrevia-lhe a crônica, num estilo breve, enxuto, incisivo e muito inteligente ⁽⁵⁰⁾.

Convém ainda acentuar que ultimamente se vem fazendo grande esforço para provar que Nóbrega foi superior a Anchieta. A tese da premissa de Nóbrega é, por exemplo, o móvel central do livro de José Mariz de Moraes e é também desenvolvida pelo Pe. Serafim Leite ⁽⁵¹⁾. Southey chamou a Nóbrega o melhor político do Brasil nos seus começos e Capistrano de Abreu lamentava que esse jesuíta benemérito não tivesse sido condignamente apreciado. Com desprezo da perspectiva histórica, diz ele, Simão de Vasconcelos esforçou-se pela irradiação de Anchieta, seu discípulo querido. José Mariz de Moraes acentua que o erro de Simão de Vasconcelos vem sendo inexoravelmente repetido desde então, tendo-se chegado a falar em período pré-anchietano. Esta corrente procura considerar apóstolo do Brasil não um canarino, Anchieta, mas um português, Nóbrega.

Anchieta tem tido os seus comentários comemorados, enquanto Nóbrega tem passado quase olvidado. Em 1897, terceiro centenário da morte de Anchieta, e em 1934, quarto centenário de seu nascimento, realizaram-se várias conferências, depois publicadas ⁽⁵²⁾. A melhor bibliografia de Anchieta encontra-se na obra já citada do Padre Serafim Leite. O melhor estudo sobre ele é o de Capistrano de Abreu, “A obra de Anchieta no Brasil” ⁽⁵³⁾.

4. As Cartas Avulsas

Devemos, ainda, assinalar a importância das *Cartas Avulsas* (1550-1568), publicadas pela Academia Brasileira de Letras em 1931, utilizando um dos raros exemplares incompletos salvos do incêndio da Imprensa Nacional, quando as mesmas estavam ali sendo impressas como t. 4.^o dos *Materiaes e Achegas para a historia e geographia do Brasil*. As cartas haviam sido reunidas e impressas e estavam à espera das notas de Vale Cabral quando ocorreu o sinistro.

Como acentuou Afrânio Peixoto na introdução à edição da Academia, as *Cartas Avulsas* são um documento tão grande quanto as Cartas de Nóbrega.

(50) Anchieta não era menos inteligente que Azpícueta Navarro e Fernão Cardim. O valor desta opinião está em Capistrano de Abreu que considerava Cardim uma das maiores ou mesmo a maior figura jesuítica do século XVI.

(51) José Mariz de Moraes, *Nóbrega, o primeiro jesuíta do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1940. Separata da *RIHGB*. Pe. Serafim Leite, *ob. cit.*, 1.^o e 2.^o vols.

(52) *III Centenário do Venerável Joseph de Anchieta*, Paris e Lisboa, Allaud, 1900. Entre os estudos aí publicados, destacam-se os de Eduardo Prado sobre o catolicismo, a Companhia de Jesus e a Colonização do Brasil (pp. 21-57), o de Brasília Machado, sobre a vida de Anchieta (pp. 61-101), o de Teodoro Sampaio sobre São Paulo no tempo de Anchieta (pp. 105-139) e o de Joaquim Nabuco sobre a significação nacional do centenário anchietano. *Anchieta: Quarto Centenário de seu nascimento*. Porto Alegre, Livraria Globo, 1935.

(53) Serafim Leite, *História*, vol. 8, 16-42, e *Ensaio e Estudos*, 2.^a série, Rio, 1932, 343-350 e 2.^a edição, Rio, 1761, 229-235; este estudo fora reproduzido na Ed. Acad. das *Cartas* (1933).

brega, Anchieta e Cardim; só não o são mais, porque representam o testemunho de vinte e tantos missionários, que retificam e acrescentam os depoimentos daqueles outros apóstolos do Brasil. Neles vê-se o Brasil amadurecer. “Quando eles acabam, neste volume, apenas com durarem perto de vinte anos, já vai alto o sol. Não se come mais carne humana; cada um tem sua mulher, e sua família; aprende-se a ler e escrever; aprendem-se ofícios. As palhoças são agora casas de taipa ou de pedra. Estuda-se latim, música, lógica e, até a “Eneida” de Vergílio, um irmão lente lê e comenta-a, em classe. Fortalezas, estradas, engenhos. Há certeza já, sem os Franceses, que virará o Brasil Português” (54). Esta foi a visão otimista e deformada de Afrânio Peixoto.

As *Cartas Avulsas* são ao todo 63, escritas de pontos diversos, de Pernambuco, Ilhéus, São Vicente, Bahia, Espírito Santo, Porto Seguro, Piratininga, e abrangem um período de quase vinte anos, de 1550 a 1568. Todas elas são cheias de curiosas e importantes notícias sobre os aspectos da vida espiritual e material do Brasil (55).

Serafim Leite publicou mais sete cartas avulsas de missionários do século XVI, um instrumento público e mais a Relação do P. Jerônimo Rodrigues, todas de importância incontestável (56).

Merece referência especial a escrita pelo Pe. Luís da Fonseca (c. 1550-1594), datada da Bahia a 17 de dezembro de 1576 (57), escrita por comissão do Provincial Inácio da Tolosa ao Geral Everardo Mercuriano. É o mais importante documento que se possui sobre a expedição de Antônio Salema a Cabo Frio, quando foram desbaratados os tamoios ali fortificados. Dá variadas e amplas informações sobre o Colégio da Bahia, as capitanias de Porto Seguro, Colégio do Rio de Janeiro, de São Vicente, de Piratininga, Espírito Santo e Pernambuco. Foi primeiro publicada em francês, em 1580 (58) e depois em 1909 pelo Barão de Studart, em italiano (59).

O Padre Luís da Fonseca foi o primeiro Vice-Reitor do Colégio da Bahia e mais tarde, em 15 de agosto de 1584, foi nomeado Reitor. Seu reitorado foi a época crítica do colégio. Foi a Roma, em 1593, para participar da Congregação dos Procuradores e depois de ter negociado assuntos

(54) *Cartas Avulsas*, Ed. Acad., Rio de Janeiro, 1931, p. 13.

(55) Na Ed. Acad. (1931) foram coligadas apenas 30; na nova edição preparada pelo P. Serafim Leite já são ao todo 223. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil* (São Paulo, 1954) ou *Monumenta Brasiliae* (parte da *Monumenta Historica Societatis Iesu* e da *Monumenta Missionum*) Roma, 1957-1960, 4 vols., 1550-1568.

(56) *Novas Cartas Jesuíticas*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940.

(57) A Ánuca de Luís da Fonseca tem a data de 16 Kal. Ian 1576, informa o Pe. Serafim Leite, e acrescenta que deveria então traduzi-la para 17 de dezembro de 1575. *HCJB*, t. I, p. 431 e vol. 8, 254. Na tradução italiana dessa carta, publicada pelo Barão de Studart, a data é 17 de dezembro de 1576, que é a verdadeira, porque os fatos que narra pertencem a este ano. Capistrano de Abreu, baseando-se na tradução francesa, publicou uma narração daquela jornada na *Gazeta de Notícias* de 6 de novembro de 1882, sob o título “Gravetos de história pátria”. Rodolfo Garcia, em nota à *História Geral* de Varnhagen, 4.ª ed., t. 1, p. 477, dá a data de 17 de dezembro de 1577.

(58) Numa coleção de cartas intitulada *Lettres du Japon, Peru et Brésil envoyées au R.P. Général de la Société de Jesus par Ceux de la dicte société, qui s'employent en ces Régions, à la conversion des gentils*, Lyon, Benoist Rigand, 1580.

(59) *DHBC*, Fortaleza, 1909, II, 17-63.

do Brasil faleceu em Madri, em junho de 1594 ⁽⁶⁰⁾. É, como já descrevemos autor da a “Informação dos primeiros aldeamentos da Bahia” ⁽⁶¹⁾.

Serafim Leite publicou, em 1938, na *História*, excertos da relação do Padre Inácio Tolosa, de 31 de agosto de 1576, até então inédita, que con- diz com a de Luís da Fonseca, sendo mais completa e retificadora ⁽⁶²⁾.

Outros padres da Companhia escreveram cartas, memórias, ânuas, relações de grande interesse, como crônica, para a nossa historiografia. Entre estes cita-se Quirício Caxa (1538-1593) ⁽⁶³⁾, Cristóvão Gouveia (1542-1622) ⁽⁶⁴⁾, Conrado Arizzi (c. 1595- ?) ⁽⁶⁵⁾ e Francisco Soares (1560-1597) ⁽⁶⁶⁾. Arizzi é autor de uma relação (Relazione de Brasile) muito referida pelos contemporâneos, mas nunca encontrada.

Padre Francisco Soares (1560-1597) veio para o Brasil em data desconhecida, aprendeu a língua brasílica e voltou para Portugal em 1589 acompanhando o Visitador Cristóvão Gouveia, caindo em mãos de piratas ingleses, como contou Fernão Cardim na *Narrativa Epistolar*. Escreveu “Alguas Cousas mais notáveis do Brazil” ⁽⁶⁷⁾. Trabalho valioso, como disse Serafim Leite, dando notícias das povoações como Porto Seguro, Bahia, Pernambuco, Ilhéus, Rio de Janeiro, dos governadores desde Tomé de Sousa (1549-1553) até D. Francisco de Sousa (1599) e dos bispos, do primeiro Sardenha até a posse de D. Antonio Barreiros que chegou em 1576. Relata a vinda dos jesuítas, dos franceses, as lutas com estes no Rio de Janeiro, as guerras com os índios em várias partes, e em especial no mesmo Rio, a fundação de mosteiros beneditinos e conventos franciscanos, o número de cristãos, por índios batizados, o sítio do Brasil, sua posição geográfica, seus rios, crenças indígenas; trata da mandioca, principal mantimento do Brasil, dos costumes e casamentos indígenas, dos animais, aves, ervas, frutas, peixes, salgados e doces. Este trabalho contém assim uma parte histórica e outra naturalista.

As informações jesuíticas representam uma fase primitiva da crônica brasileira. A inquietude e o fervor pela criação dos fatos contemporâneos, o zelo e cuidado no relatá-los, transformam os anais jesuíticos num dos mais autênticos e fidedignos documentos históricos. Escritores dos novos acontecimentos por sua própria invenção criados, eles, os jesuítas, são os práticos e os teóricos da nova terra, militantes e cronistas. Decidiram muitos dos caminhos seguidos e mudaram rumos desviáveis. Souberam também buscar as razões e achar o sentido e o fim dos seus e dos alheios propósitos. Pode-se dizer, sem receio de encarecimento, que o século XVI deve-lhes muito e muito ficou conhecido pelas suas informações.

(60) Pe. Serafim Leite, *ob. cit.*, I, 66-68.

(61) Sobre o Pe. Luís da Fonseca vide também S. Leite, *ob. cit.*, I, 254-256. Vide *Cartas de Anchieta*, 349-382 e S. Leite, VIII, 255. O original encontra-se no Arq. Geral da Companhia de Jesus.

(62) Serafim Leite, *ob. cit.*, I, 444-446.

(63) Serafim Leite, *ob. cit.*, t. VIII, 158-159.

(64) Serafim Leite, *ob. cit.*, VIII, 279-285.

(65) Serafim Leite, *ob. cit.*, VIII, 65.

(66) Serafim Leite, *ob. cit.*, VIII, 139.

(67) Foi publicada no *Arquivo Bibliographico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, IV, Coimbra, 1904 e reproduzida na *RIHGB*, (1927), vol. 148, 367-421. Sobre sua autoria ver Serafim Leite, *HCJB*, II, 582 e IX, 139.

5. Fernão Cardim

Fernão Cardim foi uma das maiores figuras da Companhia de Jesus no Brasil e o conjunto de sua obra, tanto sobre o clima e a terra, como sobre o princípio e origem dos índios, conhecidos mas sem autoria identificada, por certo tempo, como ainda a *Narrativa Epistolar da missão jesuítica do Padre Cristovão Gouvêa*, publicada em 1847 por Varnhagen, com atribuição definida, tanto o poderia colocar na historiografia religiosa jesuítica, como na historiografia geral, entre os primeiros cronistas⁽⁶⁸⁾. O conjunto da obra é de um cronista geral, mas a *Narrativa*, sua obra principal e a que permitiu sua identificação como autor das demais, é de uma missão jesuítica pela Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente. Assim ele entra nesta parte jesuítica.

Antônio Vieira, que lhe escreveu o necrológio na ânuia de 1626⁽⁶⁹⁾, resume-lhe a vida como a de “um varão verdadeiramente religioso e de vida inculpável, mui afável e benigno, e em especial com seus súditos”. E finaliza depois de louvar-lhe as virtudes, escrevendo: “entrou para a Companhia no ano de 1556, quinze anos de idade, viveu nela sessenta e faleceu com setenta e cinco, aos 27 de janeiro do ano de 1625.

Padre Fernão Cardim foi reitor do Colégio Baiano da Companhia de Jesus, entre 1587 e 1592, e do Colégio do Rio de Janeiro, de 1594 a 1598. Nascido cerca de 1549, chegou ao Brasil em maio de 1583 e fez profissão solene em 1588, falecendo aos 27 de janeiro de 1625. Aqui permaneceu, portanto, quarenta e dois anos, quase meio século, interrompida esta longa estadia apenas por uma viagem como procurador da Província de Jesus a Roma (1601) e algum tempo de prisão na Inglaterra, para onde foi levado quando voltava de Roma.

Até há pouco, sobre a autoria e a edição das obras de Fernão Cardim, consideravam-se como suas apenas três: *Do clima e terra do Brasil*, *Do Princípio e origem dos índios do Brasil* e *Narrativa Epistolar de uma viagem e missão jesuítica*. As duas primeiras foram pela primeira vez publicadas na Coleção de Viagens de Samuel Purchas, sob o título “A treatise of Brazil written by a Portugal which had long lived there”⁽⁷⁰⁾. O manuscrito fora apreendido por Francis Cook, que levara Cardim prisioneiro para a Inglaterra. Como as últimas folhas do manuscrito iam acompanhadas de algumas receitas assinadas pelo Irmão Enfermeiro Manuel Tristão, Purchas atribuiu-lhe a autoria dos Tratados. Essas duas obras existiam também em manuscrito na Biblioteca de Évora e eram referidas no Catálogo daquela Biblioteca, preparado por Cunha Rivara⁽⁷¹⁾.

Do cotejo do texto publicado por Purchas e do manuscrito, verificou Capistrano de Abreu que se tratava de capítulos da mesma obra que estava

(68) Na *Historiografia del Brasil Siglo XVI*, México, 1957, ele apareceu entre os cronistas.

(69) *ABN*, vol. 19, 178.

(70) Samuel Purchas, *Hakluytus posthumus or His Pilgrims*, 4.º vol., Londres, 1625, p. 1.320. É curioso observar que neste mesmo ano falecia Cardim na Bahia, quando nesta se lutava contra os holandeses. Sobre M. Tristão ver S. Leite, *História*, 9, 167.

(71) J. H. da Cunha Rivara, *Catálogo da Biblioteca Pública Eborense*, Lisboa, Imp. Nacional, 1850-71, 3 vols.

sendo escrita em 1584. Em 1881, Capistrano publicou *Do princípio e origem dos índios do Brasil e seus costumes, adoração e cerimônias* ⁽⁷²⁾. Na introdução, provava cabalmente que se deve atribuir a Fernão Cardim a autoria dessa obra, não só porque o estilo conferia com o da *Narrativa Epistolar*, cuja autoria nunca fora contestada, como porque as circunstâncias exteriores, da apreensão do manuscrito e da prisão de Cardim, que haviam ocorrido no mesmo ano de 1601, não deixavam dúvida de que esses trabalhos haviam saído da mesma pena.

Em 1881, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro obteve uma cópia "Do clima e terra do Brasil", segundo o códice da Biblioteca de Évora, e iniciou sua publicação, dirigida por Fernando Mendes de Almeida ⁽⁷³⁾. Só em 1885 foi a obra publicada integralmente por Capistrano de Abreu ⁽⁷⁴⁾, não restando mais dúvida quanto à autoria, de vez que este trabalho fora publicado por Purchas junto com o Tratado sobre os índios.

Como se viu, tanto o *Tratado do clima e terra do Brasil* como o *Do Princípio e origem dos índios do Brasil* foram publicados primeiramente em inglês, em 1625, só merecendo edições portuguesas no século XIX, em 1881 e 1885. Assim, dos escritos de Cardim o que primeiro foi divulgado em língua portuguesa e com sua autoria declarada foi a *Narrativa Epistolar* ⁽⁷⁵⁾.

Em 1902, achando-se completamente esgotada a edição de 1847, o Instituto Histórico decidiu reimprimi-la, convidando Eduardo Prado para fazer as anotações. No início do trabalho o anotador faleceu, tendo chegado a redigir uma nota, sem nenhuma importância. A reedição se fez, então, sem notas ⁽⁷⁶⁾.

(72) Rio de Janeiro, Tipografia da Gazeta de Notícias, 1881. Importantes notas filológicas de Batista Caetano e introdução de Capistrano de Abreu, que foi reproduzida nos *Ensaíos e Estudos*, 1.ª série, Rio de Janeiro, Briguiet, 1931, pp. 177-191, 2.ª ed., Rio, 1976.

(73) Na *Revista Mensal da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Rio de Janeiro*. Essa publicação alcançou apenas dois capítulos.

(74) Ainda na *Revista Mensal*, *ob. cit.*, 1886, t. 3, pp. 166 e seguintes. A publicação do texto é precedida de um estudo biobibliográfico de Fernão Cardim. Sobre a crítica de atribuição, vide José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, 4.ª ed., 1978, 358-359.

(75) *Narrativa Epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente (S. Paulo), etc. desde o anno de 1583 ao de 1590, indo por visitador o P. Cristovam de Gouveia*. Escrita em duas Cartas ao P. Provincial em Portugal, pelo P. Fernão Cardim, Ministro do Collegio da Companhia em Évora, etc. Lisboa, 1847. Foi reimpressa por Melo Moraes em sua *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil*... Rio de Janeiro, Tip. Americana de José Soares de Pinho, 1858-60, t. 4.º, e parcialmente reproduzida, no tocante ao Rio de Janeiro, em *Guanabara*, Revista mensal, artística, científica e literária (1851, v. 2); com relação a Pernambuco na *RIAGP* (1893, n.º 43), e na parte relativa à Bahia pelo Dr. Brás do Amaral, em nota às *Memórias históricas e políticas* de Accioly, Bahia, 1919, vol. 1. Sobre a crítica de textos, Cf. José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, 3.ª ed., 396-397. Capistrano de Abreu recorreu a Lino Assunção para confronto dos textos com os originais de Portugal. Cf. *Cartas de Capistrano de Abreu a Lino Assunção*, Lisboa, 1946, pp. 17, 36, 48. Para Capistrano as edições da *Narrativa*, a de Varnhagen, a de Melo Moraes e as que se seguiram são infelizes. Ver *Correspondência*, II, 462.

(76) *RIHGB*, 1902, t. 65, parte 1. A página 70 reproduz-se a "Advertência acidental" feita por Varnhagen à edição de 1847, na qual declarava que ia anotá-la de tal modo que publicaria o volume. Mas ordens superiores obrigaram-no a deixar Lisboa e fizeram com que pusesse termo às suas notas, decidindo imprimi-las sem ela, por entender que não era justo que por essa falta ficasse o curioso escrito quinhentista ainda por mais tempo inédito.

Os três escritos de Cardim foram publicados conjuntamente em 1925 e em 1933, sob o título de *Tratados da terra e gente do Brasil* (77).

Cardim, no *Clima e terra do Brasil*, limita-se a descrever a flora e a fauna. No *Princípio e origem dos índios do Brasil* aparece o etnógrafo, descrevendo os indígenas, seus usos, costumes e cerimônias. Foi especialmente na *Narrativa Epistolar* que o autor tratou das missões dos jesuítas, seus colégios e residências, fez o estudo das capitanias, de seus habitantes e produções, e teceu considerações sobre o progresso e decadência da Colônia e suas causas. É aí, então, que temos a descrição da atualidade que mais pode interessar ao historiador.

Como bem acentuou Capistrano de Abreu, Fernão Cardim nada tem de extraordinário, mas recomenda-se à simpatia e ao estudo por mais de um aspecto. Descreveu com muito entusiasmo a paisagem que o encantava e o seu gosto pela natureza inclinou-o para os índios, de que tão bem tratou. Com suas narrativas das festas que se realizavam nos lugares que visitou, muito contribuiu para o estudo da história social das primeiras épocas. Observou, ao descrever os engenhos da Bahia, que os encargos de consciência eram muitos. Os pecados que se cometiam neles não tinham conta. Quase todos andavam amancebados por causa das muitas ocasiões. E dizia pitorescamente: “Bem cheio de pecado vai esse doce, por que tanto fazem” (78). A verdade é que nos habituamos, com as descrições de Cardim, a ver no Brasil, por volta de 1580, uma riqueza extraordinária.

Quando fala da igreja do Colégio da Bahia, Cardim diz que ela “é capaz, bem cheia de ricos ornamentos de damasco branco e roxo, veludo verde e carmesim, todos com tela d’ouro” (79). Ao referir-se à Bahia, faz-nos imaginar os seus colonos fartos de mantimentos e vivendo regaladamente. Capistrano de Abreu disse que o nosso Padre, talvez obrigado a curar dos estômagos alheios, pegasse um pouco de gastrônomo (80). De fato, Cardim sempre relata com grandes particularidades as farturas de mesa que encontrava geralmente na Bahia ou particularmente no Colégio. A propósito deste último, escreveu: “sustentam-se bem de mantimentos, carne e pescados da terra; nunca falta um copinho de vinho de Portugal, sem o qual se não sustenta bem a natureza por a terra ser desleixada e os mantimentos fracos...” (81). Referindo-se à sua partida para o Espírito Santo, diz que, depois da missa, o almoço composto de muitas e várias iguarias ajudou-o e a seus companheiros a passar no mesmo dia muitos rios caudais. Em todos os locais em que é recebido, Cardim registra o que lhe dão a comer. Quando chegam à morada de Garcia d’Ávila, a segunda riqueza da Bahia colonial, diz que o Padre Visitador Cristóvão Gouveia foi agasalhado em sua casa armada de guadamecins,

(77) Rio de Janeiro, J. Leite, e São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933, aproveitadas a introdução e notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia.

(78) Fernão Cardim, *Tratados da terra e gente do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939, p. 284.

(79) *Id. id.*, p. 255.

(80) Capistrano de Abreu, *Ensalos e Estudos*, 2.ª série, Rio de Janeiro, Briguiet, 1932, p. 339.

(81) F. Cardim, *ob. cit.*, pp. 256-257.

com uma rica cama, e que sempre lhes deram de comer aves, perus, manjar branco, etc (82).

Cardim descreve minuciosamente os engenhos da Bahia e de Pernambuco e diz que se as fazendas deste último eram mais ricas que as da Bahia, nesta fazia-se o melhor açúcar de toda a costa. Via os mestres do açúcar, com razão, como os senhores de engenho, “porque em sua mão está o rendimento e ter o engenho fama, pelo que são tratados com muitos mimos e os senhores lhes dão mesa, e com mil réis, e outros, mais, cada ano” (83). Enumera os engenhos e os moradores dos lugares que visita. Assim, a Bahia possuía 36 engenhos e 3.000 vizinhos portugueses, 8 mil índios e 3 a 4 mil escravos. Pernambuco, 66 engenhos, 2 mil vizinhos portugueses, quase todos vindos do Viana, 2 mil índios escravos e muita escravaria da Guiné. Já o Rio de Janeiro possuía apenas 3 engenhos e 150 vizinhos, como São Paulo. Cardim descreve festas, fala das escolas de ler e escrever para indígenas e das de humanidades para os filhos dos principais da terra e registra a grande seca de 1583. A visita aos engenhos foi feita não só para “atender a alguns pedidos, mas também para conciliar os ânimos dalguns com a Companhia, por não estarem muito benévolos”.

Muitos autores têm procurado restringir a veracidade das informações de Cardim sobre a riqueza dos elementos de Pernambuco e Bahia. Para eles, a excelência e fartura da mesa e a riqueza do agasalho “em leitões de damasco carmesim, franjados de ouro e rica colcha da Índia” (84) não representam o nível ordinário dos Senhores de Engenho das duas principais cidades do Brasil. Representavam um momento extraordinário, uma hora em que se procurava honrar e homenagear o Visitador Cristóvão Gouveia, oferecendo-lhe tudo que havia de melhor, cercando-o de todas as considerações. Mas o simples fato de revelarem tanta riqueza e tão extraordinária abundância, mesmo em momento excepcional, não reflete na realidade a pujança e riqueza de Pernambuco e Bahia? Não se reflete, como sempre no Brasil, senão a riqueza do grupo dominante, no caso, os senhores de engenhos?

A Informação da Província do Brasil (1583). Sua autoria.

Até recentemente consideravam-se como obras de Fernão Cardim apenas as acima mencionadas. O Padre Serafim Leite, em estudo recentemente publicado, sob o título “Fernão Cardim autor da Informação da Província do Brasil para o Nosso Padre”, de 31 de dezembro de 1583 (85), veio provar que a referida Informação é de autoria de Cardim e não de Anchieta, como afirmara Capistrano de Abreu, embora assinada por Cristóvão Gouveia.

Essa Informação, de importância fundamental para a história das nossas primeiras épocas, existia em cópia manuscrita em língua espanhola

(82) *Id. id.*, p. 276.

(83) *Id. id.*, p. 283.

(84) *Id. id.*, p. 290.

(85) *JC*, 30 de dezembro de 1945.

e letra contemporânea do século XVI, na Biblioteca de Évora. Foi publicada pela primeira vez em 1886, por Capistrano de Abreu (86).

Na introdução que precede a publicação, Capistrano de Abreu dizia que era, evidentemente, escrita pelo Provincial; em primeiro lugar porque fala em nome dele, tanto que em seu nome pede a benção do Geral; em segundo lugar, porque se refere à Informação anterior, que escrevera por força do cargo, sendo que, nesse tempo, o Provincial do Brasil era José de Anchieta (87).

No Catálogo de Manuscritos de Évora, essa Informação vinha com a data de 1583. Capistrano de Abreu declarou que tal data era falsa, porque Anchieta, ou o presumido autor, referia-se à mudança do Colégio de S. Vicente para Santos, de ordem do Pe. Cristóvão Gouveia, mudança essa que só se efetuou em março de 1585, citando em seu abono Fernão Cardim, que esteve presente ao ato. Dizia ainda Capistrano que comparando essa "Informação" com a *Narrativa Epistolar* de Cardim notava-se muita semelhança nas descrições, e é natural que se procurasse nela uma das fontes da *Narrativa Epistolar*. Tal conclusão, dizia ele, tem, porém, contra ela o fato de que a primeira carta de Cardim é anterior à presente Informação, pois é datada de 16 de outubro de 1585. De onde se podiam tirar, na sua opinião, duas conseqüências, ambas plausíveis; ou que Anchieta, satisfeito com a vivacidade e o tom alegre de Cardim, copiou-o insensivelmente, ou que ambos se apoiaram na "Informação" mandada em agosto, conforme ficou declarado no final da "Informação da Província do Brasil para o Nosso Padre". Continuando suas deduções, dizia Capistrano que se se lembrasse que no "Do princípio e origem dos índios" e "Da terra e gente do Brasil", publicados por Purchas, em 1625, já se encontram muitas das comparações comuns a Cardim e a Anchieta, a primeira hipótese parecia ser a mais verossímil (88).

Em 1933, nas publicações das *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre José de Anchieta*, feita pela Academia Brasileira de Letras, o anotador, Antônio Alcântara Machado, limitou-se a reproduzir a argumentação de Capistrano de Abreu, favorável à autoria de Anchieta (89).

Permaneceu, portanto, a atribuição de autoria feita por Capistrano de Abreu para essa "Informação" até 1945, quando o Padre Serafim Leite não só deu notícia da existência do original que punha termo a qualquer dúvida (90), como demonstrou cabalmente que a autoria era incontestavelmente de Fernão Cardim (91).

(86) Nas *Informações e fragmentos históricos do Padre Joseph de Anchieta*, S. J. (1584-1586), n.º 1 dos *Materiaes e Achegas para a história e geographia do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886.

(87) *Informações e fragmentos*, ob. cit., p. IX.

(88) Capistrano de Abreu, introdução às *Informações e Fragmentos históricos*, já citados.

(89) *Cartas, informações e fragmentos históricos e sermões do Padre Joseph de Anchieta*, S. J. (1554-1594). Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*, 1933, t. III das *Cartas Jesuíticas* publicadas pela Academia Brasileira de Letras.

(90) *HCJB*, vol. 5, 59.

(91) Pe. Serafim Leite, "Fernão Cardim autor da informação da Província do Brasil para o nosso Padre", de 31 de dezembro de 1583; *JC*, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1945.

O Pe. Serafim Leite encontrou nos *Archivum S. I. Romanum* o códice Brasília 15, 333-339, ou seja, a “Enformación dela Provincia del Brasil para Nuestro Padre”, feita na Bahia, a 31 de dezembro de 1583, com a data bem clara e a assinatura autógrafa de Cristóvão Gouveia, Visitador Geral do Brasil. Tal como na *Narrativa Epistolar*, a “Informação”, com a assinatura do Visitador, fora escrita pelo Pe. Fernão Cardim. Ainda mais, quase todas as cartas do Visitador dirigidas a Roma, para mais rápida leitura, eram redigidas em castelhano, que ambos sabiam e escreviam. O secretário do Visitador recompilava nas Informações as notícias mais gerais, vindas das diferentes Casas da Capitania e uma primeira idéia do clima e outras particularidades que o mesmo Cardim ampliará depois na língua materna, em dois trabalhos “Do Clima e terra do Brasil” e “Do princípio e origem dos índios”, que constituem, com a famosa “Narrativa Epistolar”, os *Tratados da terra e da gente do Brasil*.

Desde que apareceu o original datado e assinado pelo Visitador Cristóvão Gouveia e desde que se sabe que a “Informação” é de quem a assina ou de seu secretário, o que se averigua pelo estilo, não cabe dúvida que o autor foi Fernão Cardim, que era o Secretário Visitador e cujo estilo pessoal está impresso de tal modo no documento que Capistrano de Abreu, aceitando a autoria de Anchieta, foi levado a afirmar que este copiara insensivelmente Cardim.

Quanto à data, trocada por Capistrano de Abreu, mostrou o Padre Serafim Leite que a licença para a transferência da Casa de São Vicente para Santos já vinha de ano anterior a 1580, de modo que não era de estranhar a referência feita a ela em 1583, tanto mais quanto o Visitador vinha incumbido de resolver o assunto, embora só em 1585 tivesse a mesma transferência tido lugar efetivamente. Além disso, como o autor da “Informação da Província do Brasil para o Nosso Padre” faz alusão, no final, a uma outra carta “por agosto passado”, e como Capistrano de Abreu a datara de 1585, passaram aqueles que se preocuparam com o assunto depois dele a procurar uma carta de Anchieta, de agosto. À falta dela, resolveram aceitar uma de 28 de dezembro de 1584, como sendo aquela a que se fazia referência no final da “Informação”. O argumento, conforme ressalta à primeira vista, era por demais forçado.

O Padre Serafim Leite esclareceu também essa questão. Mostrou que numa carta particular do mesmo dia, 31 de dezembro de 1583, também assinada pelo Visitador e de letra de Fernão Cardim, se fazia referência a uma “por agosto passado”; e que conquanto não exista nenhuma carta de Anchieta de agosto de 1583 ou 1585, havia uma de agosto de 1585 de Fernão Cardim, assinada por ele, por comissão do Visitador Geral⁽⁹²⁾. De modo que desapareceu, assim, qualquer dúvida sobre a autoria dessa “Informação”, que se incorpora definitivamente à obra de Cardim.

(92) As referências do Padre Serafim Leite são todas tiradas do artigo “Fernão Cardim autor da Informação da Província do Brasil para o Nosso Padre”, de 31 de dezembro de 1945, *JC*, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1945.

É justo assinalar, porém, que ainda ao errar Capistrano de Abreu mostrou a enorme intuição que o dirigia nos seus trabalhos de crítica histórica. É assim que ao editar uma carta, cuja cópia vinda de Évora não trazia autoria declarada, e ao estabelecer, pelas razões que vimos, a autoria de Anchieta, percebeu a tal ponto as semelhanças entre essa "Informação" e a *Narrativa Epistolar* de Fernão Cardim, que se viu obrigado a estabelecer aquelas duas hipóteses: ou que Anchieta e Cardim haviam se utilizado de fontes comuns, ou que Anchieta copiara-insensivelmente Cardim. Não só as informações comuns eram verdadeiras, de vez que o Provincial e o Visitador, que lhe era superior, recebiam todas as informações parceladas de todas as Casas da Província, e delas se utilizavam, como ficou provado que não havia apenas semelhança de estilo, mas identidade, e que o autor era o próprio Cardim.

Cardim não é uma figura extraordinária, mas sua *Narrativa Epistolar* e a "Informação" de 1583 são dois dos mais valiosos documentos historiográficos do século XVI. As outras duas obras são mais naturais que civis. A Capistrano de Abreu coube acentuar-lhe a importância. Desde 1881 ele vinha reivindicando para Cardim um papel de grande relevo para o conhecimento do século XVI. Em 1886, apelou várias vezes para Lino de Assunção, pedindo-lhe para copiar textos. Em 1887 louvou o estilo leve e animado de Fernão Cardim ⁽⁹³⁾ e pretendeu incluí-lo como 4.º vol. dos *Materiais e Achegas da Historia do Brasil* ⁽⁹⁴⁾. Entusiasmado, escreveu a Rio Branco pedindo que pesquisasse vários documentos sobre o jesuíta. "Ainda tenho outro obséquio a pedir-lhe. Não há escritor do século XVI que mais aprecie do que Fernão Cardim. Quero dar ainda este ano, se for possível, uma edição completa de todos os seus escritos. Falta-me, porém, um, que é um parecer ou carta que ele escreveu a 1.º de janeiro de 1618 e que se acha originariamente na Academia de História de Madri. A propósito de Cardim, tenho ainda novo favor a pedir. Quando ele foi aprisionado para a Inglaterra em 1601, encontrou-se com um jesuíta, que prestou-lhe auxílio. Depois, daí a um ano ou dois, fugiu com umas princesas, que depois entraram para um convento em Lisboa. Não será possível saber o nome destas princesas?" ⁽⁹⁵⁾

Sua paixão nunca arrefeceu. Em 1916, confessa que Cardim era um dos seus prediletos ⁽⁹⁶⁾. É em 1925, por ocasião do 3.º centenário da morte de Cardim, que Capistrano escreveu o magnífico estudo sobre o simpático jesuíta ⁽⁹⁷⁾. É uma pequena obra-prima, bem superior ao estudo

(93) *Cartas de Capistrano de Abreu a Lino Assunção*, Lisboa, 1949, p. 63.

(94) Carta a Rio Branco, de 23 de dezembro de 1887. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, I, 118-120.

(95) Carta a Rio Branco, de 8 de agosto de 1887. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, I, 115.

(96) Carta a João Lúcio de Azevedo, *Correspondência*, cit. I, 19-21.

(97) *O Jornal*, 27 de janeiro de 1925, reproduzido em *Ensaios e Estudos*, 2.ª série. Rio de Janeiro, Sociedade Capistrano de Abreu, 1932, pp. 325-340. O artigo foi escrito a pedido de Assis Chateaubriand e, já lançado, Capistrano de Abreu demorou um mês para prepará-lo. *Correspondência*, cit., II, 315-316.

de Rodolfo Garcia ⁽⁹⁸⁾, que compilou o que o próprio Capistrano havia escrito nas várias edições por ele preparadas das obras de Cardim. Capistrano agastou-se com a escolha de Garcia para a edição da obra completa de Cardim: “Afrânio (Peixoto) entregou Cardim a Rodolfo Garcia e não gostei. Pareceu-me que tinha direitos adquiridos. Julgava prestes a sair a nova edição e lastimava que tivesse de sair tal qual a amanhôu Varnhagem ⁽⁹⁹⁾, e reproduziu Melo Moraes ⁽¹⁰⁰⁾ e a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ⁽¹⁰¹⁾ a encantadora *Narrativa Epistolar*” ⁽¹⁰²⁾. Era natural. Capistrano de Abreu reivindicou para Cardim a autoria de seus trabalhos publicados primeiramente em inglês, fizera pesquisas exaustivas, inclusive na Europa, por intermédio do Barão do Rio Branco, estudara-lhe as obras e a figura como ninguém e quando aparecia o momento de editar a obra completa era Rodolfo Garcia, que se iniciara como seu auxiliar, o escolhido por Afrânio Peixoto, encarregado da direção da coleção ⁽¹⁰³⁾.

6. A Crônica Missionária Jesuítica

6.1. Considerações gerais

A Companhia de Jesus teve sempre o maior interesse em memorizar para os vindouros suas obras e sua ação missionária. Porque foram dos primeiros a dedicar-se à conversão do gentio e a dar aos colonos a assistência religiosa e moral, sua participação na história do Brasil foi muito ativa e ampla desde o primeiro século. Já se viu no século XVI que as Cartas de Nóbrega, Anchieta e as Avulsas são documentos dos mais importantes de nossa história e as Anuas os primeiros documentos historiográficos. Neste século XVII não fazem os jesuítas exceção; produzem história, com sua obra de conversão indígena, sua atividade educativa, sua assistência religiosa, sua influência moral na formação e no aperfeiçoamento da família brasileira; e escrevem-na, como testemunhas e como narradores fiéis dos esforços de seus companheiros nas inumeráveis atividades que pelo Brasil já tinham desenvolvido ou vinham desenvolvendo.

A criação, em 1622, da Congregação Propaganda Fide, para incentivar a expansão da fé, deu nova força aos cronistas da ação missionária.

A história dos jesuítas e de suas atividades no Brasil até 1760 já foi contada e bem contada pelo grande historiador da ordem, Serafim

(98) O estudo de Rodolfo Garcia foi publicado no *JB*, e reproduzido em *Tratados da terra e gente do Brasil*, 1.ª ed., Rio de Janeiro, J. Leite, 1925, e 2.ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

(99) Lisboa, Imprensa Nacional, 1847.

(100) *Corographia historica, chronographica, genealogica, nobiliaria e política do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1859-1863, t. IV, 1860, pp. 417-457.

(101) *RIHGB*, 1902, t. 65, parte 1, pp. 5-70.

(102) Carta a João Lúcio de Azevedo, de 1923, s.d. e sem mês. Vide também carta de 5 de outubro de 1924.

(103) Atualmente, as mais completas informações sobre Cardim encontram-se na obra do Pe. Serafim Leite, *HCJB*, 1938, t. 1, e 1949, t. 8, pp. 132-137.

Leite, na sua monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil* (104). Mas não é essa a história que nos interessa, e sim a dos cronistas e historiadores da Companhia, ou a evolução do escrito histórico jesuítico no Brasil, que Serafim Leite também expôs e divulgou (105).

6.2. A Missão do Rio Grande

Pero de Castilho (1572-1642), nascido no Espírito Santo, entrou para a Companhia na Bahia, em 1587, consagrando sua vida aos índios, cuja língua conheceu muito bem, como demonstra seu trabalho "Nomes das partes do Corpo Humano pela língua do Brasil" (106). É também autor da "Relação da Missão do Rio Grande" (1613-1614), uma das primeiras relações escritas por filho do Brasil, muito minuciosa nos pormenores vivos da catequese volante, descrevendo as aldeias, os índios e os trabalhos de conversão, logo após a fundação do Rio Grande do Norte. Fez três entradas no sertão: a primeira em 1598 e a segunda em 1613 quando, fundado o Rio Grande, aí foi exercer seu apostolado, e a terceira na Bahia, em 1624. Na carta escrita de Pernambuco, em 1614, e dirigida ao provincial Henrique Gomes, deixou uma narrativa pormenorizada do sertão e da obra missionária. Publicou-a Serafim Leite na sua *História da Companhia de Jesus* (107).

6.3. A Missão dos Mares Verdes

Estavam os padres estabelecidos já no século XVI na Aldeia dos Reis Magos ou de Santo Inácio Mártir no Espírito Santo, quando "os Aimorés da Serra puseram-se em pé de guerra, cortaram os caminhos da Aldeia, e também da povoação dos Brancos e suas fazendas". Coube ao Padre Domingos Monteiro (c. 1567-1641) (108) promover as pazes com os índios e reduzi-los em grande parte à fé. Sua carta de 26 de julho de 1619 ao Provincial é uma narração da melhor qualidade, pelo espírito informativo e pelo sabor literário levemente humorístico, que também merece o registro na evolução da historiografia jesuítica (109). Libertado do governo da Aldeia, João Martins, que aprendera desde cedo a língua indígena, acompanhado de outro sertanista João Fernandes Gato, tentou, em 1621, a empresa dos Paranaubis ou Mares Verdes, para catequizar os índios do alto Rio Doce, no atual território de Minas Gerais. Sem resultados fez nova tentativa em 1623 e depois de andar 200 léguas pelo

(104) Lisboa e Rio, 1938-1950, dez volumes, sendo o VIII e o IX suplementos bibliográficos e o X o Índice Geral.

(105) Alguns autores, como G. de Samperes, *Relações das Cousas*, já deram entrada nesta historiografia. Outros, como os cartógrafos Antônio Ribeiro e Jacob Cocleo (*HCJB*, IX 70 e 160-162) não interessam a este estudo. Documentos históricos de grande significação de arquivos da Companhia foram relacionados e aproveitados. Alguns, como a "Breve notícia dos Rendimentos e despesas do engenho de Sergipe do Conde depois da morte da Condeça..." (1622-47), constituem apenas um documento econômico. Este capítulo baseia-se na *HCJB* de Serafim Leite.

(106) Serafim Leite, *HCJB*, VIII, 157. Tem-se-lhe atribuído também a autoria do *Vocabulário na Língua Brasílica*, do Padre Leonardo do Vale; cf. Serafim Leite, *HCJB*, II, 554-556. Bibliografia in Serafim Leite, *HCJB*, VIII, 157-158.

(107) V. 510-521.

(108) Bibliografia in S. Leite, *HCJB*, VIII, 379-380.

(109) Carta do Rev. Simão Pinheiro da Companhia de Jesus, Provincial do Brasil.

sertão, com 50 índios frecheiros e 3 Aimorés, conseguiu apenas trazer 7 índios Paranaubis ⁽¹¹⁰⁾.

É neste momento que Antônio Bellavia entra na história missionária acompanhando o Padre João Martins na sua terceira entrada ao alto do Rio Doce, realizada de junho a setembro de 1624. A "Missão dos Mares Verdes que fez o Padre Martins, o seu companheiro o Padre Antônio Bellavia por ordem do Padre Domingos Coelho, Provincial, na era de 1624" ⁽¹¹¹⁾ relata as entradas anteriores, descreve os grupos etnográficos, "gente belicosa, valente, bem disposta e assombrada, de muito bom entendimento" e conta esta última missão com maior informação histórica. Essa relação foi a fonte da narrativa literária de Antônio Vieira ⁽¹¹²⁾ e porque a ortografia e o estilo denunciam pena italiana, atribuiu Serafim Leite a autoria a Antônio Bellavia (1593-1633) ⁽¹¹³⁾, nascido na Sicília, jesuíta desde 1610 e chegado ao Brasil em 1622.

6.4. As Missões dos Carijós

Na crônica jesuítica, foi a Missão dos Carijós (1605-1606), empreendida pelos Padres Jerônimo Rodrigues (1552-1631) ⁽¹¹⁴⁾ e João Lobato para catequizar os índios da costa sul do Brasil, de Santa Catarina ao Prata, a que mais atenção mereceu. Tendo partido de Santos, a 27 de março de 1605, chegaram à Laguna dos Patos a 11 de agosto de 1605. Antecederam de 20 anos a entrada do Padre Roque Gonzalez ⁽¹¹⁵⁾. Era uma obra nova de conquista e catequese, e pensa Serafim que se tivesse ido avante, sem os atropelos dos paulistas, teria permitido adiantar de um século a colonização do Rio Grande do Sul.

A "Relação da Missão dos Carijós" foi encontrada sem assinatura no Arquivo Geral da Companhia de Jesus pelo Padre Serafim Leite, que a atribuiu a Jerônimo Rodrigues, a publicou e anotou ⁽¹¹⁶⁾. A Relação registra os resultados da missão que conseguiu reunir 150 índios, escravizados ao serem os padres obrigados a arribar em Santos, pois em São Paulo não se respeitava a liberdade indígena e se hostilizava a ação jesuítica. Mostra especialmente que os padres jesuítas portugueses tinham conhecimento do Rio Grande do Sul muito antes de qualquer tentativa espanhola. Para Serafim Leite o Autor escreve em estilo desenfastiado e

(110) S. Leite, *HCJB*, VI, 167.

(111) Transcrita in S. Leite, *HCJB*, VI, 167-176.

(112) Trecho da *Ánua de 1625-1626*, transcrita in *Cartas*, ed. J. L. de Azevedo, I, 61-64.

(113) *Bibliografia in S. Leite, HCJB*, V111, 93-94.

(114) *Bibliografia in S. Leite, HCJB*, IX, 86-87, e I, 330, nota 1.

(115) Serafim Leite, *HCJB*, I, 330, nota 1. C. Teschauer, *História do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1918, I, 33 e 40. Refere-se Serafim Leite à fundação da Redução de São Nicolau do Piratini, cuja primeira missa foi rezada a 3 de maio de 1626. A melhor biografia do mártir Roque Gonzalez (1576-1628) é do P. Luís Gonzaga Jaeger, S. J., *Jesuítas no sul do Brasil*, vol. I, *Os Bem-aventurados Roque Gonzalez, Afonso Rodrigues e João del Castillo*. Livraria Selbach, Porto Alegre, 2.ª ed. 1951, 1-247, especialmente o capítulo 24. "O Mais Antigo Explorador do Rio Grande do Sul".

(116) Publicada primeiramente in *Novas Cartas Jesuíticas*, São Paulo, 1940, Brasiliense, vol. 194, 196-246 e reproduzida por Mucio Leão, *Autores e Livros* (Suplemento Literário de *A Manhã*, IX n.º 10, Rio, 10 de outubro de 1948). A atribuição de autoria baseou-se nas repetidas referências do texto ao "Padre Lobato e eu", quando se sabe que o acompanhante daquele foi Jerônimo Rodrigues, que é autor também das *Cartas do Padre Fernão Guerreiro* (1550-1617), nas quais se resume o que se diz nas *Relações*.

observa a etnografia e a história natural da região. Jerônimo Rodrigues conhecia a língua indígena e suas cartas da Lagoa dos Patos de 26 de novembro de 1605⁽¹¹⁷⁾ e 11 de agosto de 1606⁽¹¹⁸⁾, revelou seu zelo e sua capacidade na conversão indígena e na obra da descoberta e domínio português pela zona sul do Brasil.

A segunda Missão aos Carijós, empreendida em 1609, pelos Padres João de Almeida e Afonso Gago, com o fim de tentar a edificação local de aldeias estáveis de catequese, teve como narrador provável o primeiro, pois o segundo não deixou nenhum escrito, nem mesmo carta⁽¹¹⁹⁾. João de Almeida teve uma grande ação apostólica e sua biografia, aureolada de santidade, milagres e profecias, foi escrita no próprio século por Simão de Vasconcelos e Antônio Vieira e, modernamente, por Serafim Leite⁽¹²⁰⁾.

João de Almeida é também autor, e desta vez declarado, da “Relação d’algumas cousas da Missão que se fez aos Carijós e mais lugares vizinhos dos Patos...”⁽¹²¹⁾ patrocinada por Salvador Correia de Sá, o velho, e mandada realizar por ordem do Provincial e do Reitor do Colégio do Rio de Janeiro. A viagem até a Lagoa dos Patos, iniciada em novembro de 1617 e terminada em março de 1619, representa mais um avanço na tentativa de conquista da zona sul pela conversão indígena e pelo conhecimento da terra e da gente. A “Relação” é datada do Rio, aos 23 de março de 1619, ao chegar ou pouco depois da chegada e dela consta que os padres fizeram amizades de grande importância, pregaram, doutrinaram, batizaram, casaram e realizaram “outras coisas de muito serviço de Deus”. João de Almeida faleceu no Rio de Janeiro a 24 de setembro de 1653 com fama de santidade entre o povo e fidalgos, como Salvador Correia de Sá e Benevides, de quem foi confessor, profetizando seu casamento no Paraguai em 1630, a reconquista de Angola em 1648 e a viagem a Lisboa em 1652⁽¹²²⁾.

(117) Resumida e impressa em 1609 por Fernão Guerreiro, *Relação Anual das Cousas que fizeram os padres da Companhia de Jesus na Índia e Japão ...*, Lisboa 1603 (relativo a 1600-1601), 1605 (1602-1603), 1607 (1604-1605), 1609 (1606-1607), 1611 (1607-1608). Vide ed. Coimbra, 1931, II, 419-423. Foi compendiada por Pierre du Jarric, *Histoire des choses plus mémorables advenues tant en (sic) Indes Orientales, qu’aux autres pays de la découverte des Portugais, en l’établissement et progrès de la foi chretienne et catholique*, Bordeaux, 1608-1614, 3.º vol., 481-486.

(118) Resumida por Fernão Guerreiro, *ob. cit.* II, 423-424.

(119) Resumo in S. Leite, *HCJB*, VI, 475-476, “Missão dos Carijós”, inserta na Anua de 1609, S. Leite, VIII, 8.

(120) Simão de Vasconcelos, *Vida do P. Joam d’Almeida da Companhia de Jesus na Provincia do Brasil*. Lisboa, 1658; *Continuação das Maravilhas que Deus é servido obrar no Estado do Brasil, por intercessão do mul religioso e penitente servo seu e venerável P. João de Almeida da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1661. Estas obras foram utilizadas quase integralmente pelo P. Antônio de Macedo, na sua *De Vita et Moribus Joannis de Almeida ...*, Veneza, 1669, traduzida para o francês e resumida por Ch. Sainte Foi, *Vie du Père Jean d’Almeida*; Paris, 1859. Henry Foley em seus *Records of the English Province of the Society of Jesus*, Londres, 1883, vol. VII, também se utilizou de Macedo, via Sainte. Foi. O estudo de Antônio Vieira, com o título “Sobre o Padre João de Almeida”, encontra-se in João Lúcio de Azevedo, *História de Antônio Vieira*, Lisboa, 1931, 2.ª ed., 400-405; Serafim Leite in reed. de Simão de Vasconcelos, *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*. Inst. Nac. do Livro, 1943, e *História*, ob. cit., VIII, 8-9. O nome Almeida é adaptação de Meade ou May. A 1.ª forma é apresentada por Serafim Leite, *História*, VIII, 8; e a 2.ª por Charles Boxer in “Três Ingleses no Rio dos seiscentos” *Correio da Manhã* (Rio), 2 de outubro de 1941 e in *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola*, 1602/1608, Londres, 1952, p. 87, nota 38.

(121) Transcrição de trechos in Serafim Leite, *HCJB*, VI, 476-480, descrição bibliográfica, *idem* VIII, 8. O autógrafo encontra-se no arquivo Geral da Companhia de Jesus em Roma.

(122) Charles Boxer, *Salvador de Sá*, ob. cit., 87, notas 38, 255, 287, 288.

Nenhuma das três missões conseguiu erigir residência fixa que permanentemente se dedicasse à conversão e à posse. Nova expedição, dirigida pelo Padre Antônio de Araújo (1566-1632), cuja "Relação" sobre a viagem de Pedro Domingues (1613) já foi apreciada e que vinha de publicar seu *Catecismo Brasileiro* ⁽¹²³⁾, chegou em 1622 à Missão dos Patos e lá permaneceu até 1628, ano terrível em que os paulistas bandeirantes destruíram as missões jesuíticas espanholas. Porque não puderam passar à outra banda do rio para nela se estabelecerem, com o que estaria iniciada a colonização portuguesa do Rio Grande do Sul, por oposição dos índios e dos escravizadores, voltaram os padres a Laguna (Santa Catarina) e daí avisaram o Colégio do Rio de Janeiro ⁽¹²⁴⁾. Francisco Carneiro (1580-1652), professor de Letras e pregador, reitor do Colégio do Rio, veio por ordem do Provincial resolver a situação, mantendo a Residência ou suprimindo-a e trazendo os índios ⁽¹²⁵⁾. Escreveu a narrativa destas dificuldades, da decisão de voltar, terminar a Missão, trazer os índios Carijós, as peripécias da viagem e as ameaças dos escravagistas de São Paulo, que tantas mortes e cativeiros cometiam contra os gentios, em carta ⁽¹²⁶⁾ que deve também, pelas suas qualidades intrínsecas, participar da historiografia jesuítica.

A obra de conversão dos índios Carijós encontra ainda outros cronistas, como Inácio Siqueira (1581-1644). Grande sertanista, tentou o descobrimento da serra das esmeraldas e por três vezes foi ao sertão dos Goitacás, conseguindo pacificá-los. Coube-lhe, acompanhado do Padre Francisco de Moraes, reatar a missão aos Carijós que Francisco Carneiro encerrava. A expedição organizada no Rio e patrocinada pelo Governador Rodrigo de Miranda Henriques saiu de Guaratiba a 7 de junho de 1635. A narrativa "Missão que fizeram aos Patos os Padres Ignacio de Siqueira e Francisco de Moraes", "formosa relação, que denota escritor de merecimento", no dizer de Serafim Leite ⁽¹²⁷⁾, descreve a terra "mui diversa de toda a outra do Brasil" ⁽¹²⁸⁾, os costumes e condições da "nação dos carijós, a última, de todas as do Brasil, que habita para o sul e aquela onde fenece a conquista da Coroa de Portugal, das mil e cento e sessenta léguas que domina por costa, começando do Grão Pará até o Rio da Prata, chamado Paraguai". Salienta e comenta o uso da feitiçaria pelos índios, descreve a costa da Laguna ao Rio Grande, narra o cativo de cerca de 120 mil Carijós, comprados e conquistados no Sul pelas incursões marítimas escravizadoras e vendidos em várias capitânias. Pede providências enérgicas que ponham remédio a uma tão grande ofensa, antes que os portugueses os acabem de destruir com seus desumanos latrocínios.

(123) Bibliografia in S. Leite, *HCJB*, VIII, 60-62.

(124) Bibliografia in S. Leite, *HCJB*, VIII, 143-144.

(125) Serafim Leite, *HCJB*, VI, 483.

(126) Carta de P. Francisco Carneiro, Reitor do Colégio do Rio ao P. Provincial Antônio de Matos sobre a Missão dos Carijós, Rio de Janeiro, 9 de outubro de 1628. Excertos em S. Leite, *HCJB*, VI, 234-236.

(127) *HCJB*, IX, 121-122. Aí se encontra a descrição bibliográfica.

(128) Transcrição in Serafim Leite, *HCJB*, VI, 495-521.

6.5. Os tumultos contra a liberdade indígena

A questão da liberdade dos índios, assegurada pelo Breve de Urbano VIII (22 de abril de 1639) ⁽¹²⁹⁾, provocou grandes tumultos no Rio de Janeiro, Santos e São Paulo em 1640. A história vem bem contada por Serafim Leite ⁽¹³⁰⁾, porém a crônica contemporânea dos acontecimentos no Rio encontra-se relatada não em documento historiográfico mas simplesmente histórico, embora, às vezes, pelo caráter narrativo, assemelhe-se a uma crônica. Trata-se da “Resposta a uns Capítulos ou Libelo Infamatório” ⁽¹³¹⁾, escrita por Francisco Carneiro. Em Santos e São Paulo a agitação foi maior e também aqui a narrativa se apresenta em forma documental, com a “Certidam sobre a expulsão dos Padres da Companhia de Jesu da Capitania de Sam Vicente por causa da publicação da Bulla que passou Sua Santidade acerca da liberdade dos Índios Orientais (sic) e Ocidentais” ⁽¹³²⁾, escrita pelo padre Jacinto de Carvalhaes (1599-1678) ⁽¹³³⁾. Não é somente pela “Certidam” que se conhecem os pormenores desses sucessos em São Paulo, mas também pela relação de Pedro de Moraes Madureira, aproveitada por Pedro Taques de Almeida ⁽¹³⁴⁾.

7. A Crônica Jesuítica Geral Menor

7.1. Os Cronistas Gerais

No tratamento da crônica jesuítica geral devemos distinguir os cronistas menores como Antônio de Matos, Jácome Monteiro e Antônio Pinto, que cuidam dos sucessos gerais das missões e dos episódios jesuíticos no Brasil e os descrevem em Informações e Relações contemporâneas, dos cronistas maiores, cujas Crônicas já são narrativas históricas elaboradas, no uso das fontes e da bibliografia e no cuidado da apresentação cronológica anterior e atual das atividades religiosas dos companheiros de Jesus. Simão de Vasconcelos e João Felipe Bettendorff escreveram a história da Companhia de Jesus nos dois Estados do Brasil e do Maranhão, que formavam, então, a América Portuguesa. Apenas o primeiro escreveu sua “Crônica” até 1633, enquanto Bettendorff dedicou-se mais aos acontecimentos que presenciou. A obra de Vasconcelos atinge o contemporâneo, na biografia de João de Almeida, mas aí totalmente persona-

(129) Publicada in S. Leite, *HCJB*, VI, 569-571. Restabeleceu o Breve de Paulo III, de 1537, com aplicação direta ao Brasil, Paraguai e Rio da Prata.

(130) *HCJB*, VI, 32-41 (Rio de Janeiro); 251-255 (Santos e São Paulo).

(131) “Resposta a uns Capítulos ou Libelo Infamatório, que Manuel Jerônimo, procurador do Conselho na Cidade do Rio de Janeiro com alguns apaniguados seus fez contra os Padres da Companhia de Jesus da Província do Brasil e os publicou em juízo e fora dele, em junho de 1640”, in S. Leite, *HCJB*, 572-588. Não conheço a publicação do “Libelo”. Alguns outros documentos, como a carta do Padre Visitador Geral do Brasil, Pedro de Moura e do Padre Simão Mendes, ambos jesuítas, reforçam a interpretação de Carneiro. A primeira publicação in S. Leite, *HCJB*, VI, 33-39, e a segunda in *Memorial Histórico Español*, Madrid, 1861-64, XIX, 234-43.

(132) Publicada in S. Leite, *HCJB*, VI, 255-263.

(133) Bibliografia in S. Leite, *HCJB*, VIII 146-148.

(134) Cf. “Notícia Histórica da Expulsão dos Jesuítas do Colégio de São Paulo”, *RIHGB*, 2.ª ed., 1874, XII, 10-11, e Afonso d’E. Taunay, “Escretores coloniais”, *AMP*, II, 53-54. Mostra Taunay que o documento publicado no t. III da *RIHGSP* não é o de Madureira, aproveitado por Taques.

lizada na vida daquele seu virtuoso companheiro. Ambos são cronistas gerais e, apesar das censuras ao estilo e à concepção histórica, suas obras são construções historiográficas que se destacam no quadro geral da evolução da historiografia brasileira. Vasconcelos sempre personalizou sua crônica, nos três tempos de sua elaboração, enquanto Bettendorff foi mais genérico.

7.2. Antônio de Matos

Antônio de Matos (1561-1645) entrou para a Companhia em 1577, foi Reitor dos Colégios de Pernambuco, Rio e Bahia, e Provincial. Preso pelos holandeses, quando do assalto a Salvador em 1624, voltou ao Brasil em 1628 com o mesmo cargo⁽¹³⁵⁾. Dos seus vários escritos⁽¹³⁶⁾, *Ânuas e cartas*, é a “Informação do Colégio do Rio de Janeiro (1619)”⁽¹³⁷⁾ que o inclui entre os cronistas jesuíticos. É trabalho curto, mas muito informativo, dando as várias ocupações dos religiosos da Companhia na Província do Brasil. Não se limita a descrever o que faziam “nas cidades, vilas e povoações povoadas de moradores portugueses”, mas também “nas aldeias dos índios Brazis, e nas missoens, a que a seus tempos somos mandados ao sertão e outras terras mui remotas em demanda do gentio, que venha viver nas aldeas, que estão à sombra dos Portugueses”. E assim narra resumidamente as missões e aldeias no Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, no Espírito Santo, em Santos, todas subordinadas ao Colégio Jesuítico da cidade do Rio, que possuía 53 religiosos. É ainda autor da bela e extensa narrativa “De Prima Collegii Fluminis Januari Institutione et quib’deinceps additamentis, excreverit”, ainda inédita, escrita entre 1619 e 1621⁽¹³⁸⁾. O Padre Antônio de Matos foi homem de reputação exemplar e faleceu no Colégio do Rio, a 25 de outubro de 1645.

7.3. Jácome Monteiro

Jácome Monteiro (1574- ?), nascido em Sousa, no Bispado de Coimbra, entrou para a Companhia em 1591, esteve na Bahia em companhia do visitador geral Padre Manoel de Lima, e daí voltou a Portugal⁽¹³⁹⁾. Sua “Relação da Província do Brasil, 1610”⁽¹⁴⁰⁾ é uma descrição muito minuciosa do Brasil e de suas capitânicas, do gentio e seus costumes, e da fauna. Figura entre os primeiros e mais valiosos escritos jesuíticos sobre o Brasil deste século, e é comparável apenas às “Relações” precedentes de Nóbrega, Anchieta e Cardim, completando-as na sucessão dos ganhos e frutos de alguns anos mais de colonização portuguesa e de ação missionária. Descreve São Paulo, seus moradores, suas drogas, seu sertão; a costa de Santos ao

(135) Serafim Leite, *HCJB*, VIII, 357-358.

(136) Andou escrevendo na Holanda, quando do seu cativo, e pretendia imprimir. Perderam-se os cadernos. Serafim Leite, *ob. cit.*, VIII, 358, letra E.

(137) Na transcrição do texto, Serafim Leite, *HCJB*, VI, 563-568, dá esse título e na descrição bibliográfica, VIII, 358, o de “Informação das ocupações dos Padres e Irmãos do Rio de Janeiro”.

(138) Descrição bibliográfica in Serafim Leite, *HCJB*, vol. I, XXVII.

(139) Bibliografia in Serafim Leite, *HCJB*, VIII, 380.

(140) Texto in Serafim Leite, *HCJB*, VIII, 393-425.

Rio de Janeiro, esta última cidade com seus 2 mil vizinhos, que “é rica e sê-lo-á cada dia mais, se as minas laborarem e quando estas faltarem basta o comércio que tem no Peru e Angola”; Cabo Frio, Goitacazes (Campos), Espírito Santo, Rio Doce, Porto Seguro, Salvador, Sergipe e Pernambuco, Itamaracá e o Norte, que conhece apenas pela “Relação” de Luís Figueira, dando variada informação sobre a fortuna e a gente, especialmente as de Salvador e Olinda, que eram então as mais ricas do Brasil. Segue-se uma “Relação” do gentio do Brasil e seus costumes e uns apontamentos sobre “algumas cousas notáveis dos animais, bichos e aves, desta Província”.

A “Relação” não está assinada e o original encontra-se no Arquivo da Sociedade de Jesus em Roma. A Atribuição de autoria foi feita por Serafim Leite, ao identificar o autor na passagem em que este escreve: “O Pai Jacomi Xerapi (Xerapim) do Paí Guaçu”⁽¹⁴¹⁾ e pela carta de 28 de setembro de 1610, na qual diz ao Padre Assistente, em Roma: “a informação do Brasil que enviei a V^{AR}a”⁽¹⁴²⁾.

7.4. Antônio Pinto

Antônio Pinto (1632-1664), nascido no Porto, entrou para a Companhia em 1646 e em 1660 ensinava humanidades em Pernambuco. Os “Sexannium Litterarum ab anno 1651 usque ad 1657”⁽¹⁴³⁾ constituem uma das Anuas mais notáveis do Brasil, descrevendo os fatos importantes nestes seis anos, tais como o fim da guerra contra os holandeses, as entradas e catequese nos sertões da Bahia, a obra dos padres jesuítas e a volta dos mesmos a São Paulo em 1653⁽¹⁴⁴⁾. Para um “período tão importante em que no Norte se unificou materialmente o Brasil, com o triunfo sobre os holandeses (1654), e no Sul se fez a pacificação espiritual” de 1653 com a volta dos padres jesuítas a São Paulo, a narrativa de Antônio Pinto se apresenta como a de um escritor excepcional⁽¹⁴⁵⁾.

7.5. Jacinto de Carvalho

Jacinto de Carvalho (Coimbra, 1677-1744), como escreveu Serafim Leite, foi missionário, administrador e cronista. Entrando para a Companhia foi enviado para as missões do Maranhão e Pará, onde concluiu seus estudos e fez profissão solene. Durante treze anos trabalhou no Amazonas, voltando para Coimbra, onde passou a representar em Lisboa a Missão do Maranhão e Pará, separadas da do Brasil. Voltou à América Portuguesa, com o governador do Estado do Maranhão, João da Maia da Gama (1722-1728), sendo desde 1723 visitador-geral, e se destacando na ação missionária. Não voltou com o governador, e continuou confessor do novo go-

(141) Vide trecho in Serafim Leite, *ob. cit.*, 416. “Padre Jacomi do mesmo nome do Pae Grande”.

(142) Vide biografia in Serafim Leite, *HCJB*, VIII, 380.

(143) Bibliografia in Serafim Leite, *HCJB*, IX, 56.

(144) Trechos in Serafim Leite, *HCJB*, V, 271, 273, 276, 278 (sobre sertões) e VI, 281, 289, 292, 298, 300 (Paz em São Paulo).

(145) Serafim Leite, *HCJB*, VI, 280.

vernador Alexandre de Sousa Freire (1728-1732). Retornou a Lisboa e reassumiu a antiga representação até 1739, falecendo em Coimbra ⁽¹⁴⁶⁾. Escreveu variada bibliografia ⁽¹⁴⁷⁾ na qual se destacam pelo interesse e acessibilidade a “Cópia da Representação que se fez a S. Majestade sobre a isenção do Ordinário no tocante às visitas dos Missionários em 1727” ⁽¹⁴⁸⁾ e o “Parecer do Padre Jacinto de Carvalho, Visitador Geral das Missões da Companhia de Jesus, sobre a forma que se deve observar no descimento dos índios para fornecimento das Aldeias, e para o serviço dos moradores nas suas fazendas conforme as cartas de S. Majestade em 1718, e deste presente ano de 1728” ⁽¹⁴⁹⁾ e sobretudo a “Relação das Missões do Estado Maranhão, feitos pelo P. Jacinto de Carvalho”, ainda inéditos.

7.6. Valentim Mendes

Valentim Mendes (Cachoeira, Bahia, 1689 — Bahia, 1759) foi professor, pregador e cronista, segundo Serafim Leite ⁽¹⁵¹⁾. Estudou em Belém, entrou para a companhia com 14 anos, fez profissão solene no Rio de Janeiro. Escreveu vários sermões e cartas, mas é autor da “Crônica da Província do Brasil”, cujo paradeiro se desconhece, mas foi citada por José de Mirales na sua *História Militar do Brasil* ⁽¹⁵²⁾.

7.7. Manuel Pinheiro, Domingos de Araújo e João Tavares

Manuel Pinheiro (Porto 1695 — Rufinella, Itália, pós 1774) foi missionário e cronista. Fez os últimos votos na Companhia em 1734 e trabalhou sempre com os índios no Ceará, e no Rio Grande do Norte. Foi deportado do Recife para Lisboa e daí para Roma, em 1760, após a expulsão dos jesuítas determinada por Pombal. É autor de duas importantes contribuições históricas: “Notizie della Capitania del Seará e di petimenti de Nñi Padri nella fondazione della casa nostra” e da “Notizie della fatiche sofferte dai NN.PP. nel prendere il possesso della popolazione del Seará”. Ambas foram publicadas pelo Barão de Studart, procedidas de um estudo pelo mestre cearense ⁽¹⁵³⁾. Estas notícias são valiosas para a história das missões no Ceará, sobretudo na Serra do Ibiapaba e para a história da construção do Convento e Igreja do Aquirás, dos padres jesuítas. Manuel Pinheiro narra a expedição pacífica que se iniciou em 1732 de ordem do provincial Marcos Coelho para sua vinda para o Ceará e trata das fadigas e trabalhos que ele e seus colegas experimentaram na administração de várias aldeias, até então regidas por padres seculares. O Barão de Studart no seu estudo introdutório traça a biografia do Padre Jesuíta João

(146) Serafim Leite, *HCJB*, 8, 149-150.

(147) Descrita in Serafim Leite, *HCJB*, 8, 150-153.

(148) A. J. de Melo Morais, *Corografia Histórica, Cronográfica, Genealógica, Nobiliária e Política do Império do Brasil*, Rio, 1859-1863, 1V, 376-400.

(149) Melo Morais, *ob. cit.*, 1V, 341-343.

(150) Serafim Leite, *HCJB*, 1V, 305.

(151) *HCJB*, 8, 373-375.

(152) *ABN*, 22, 124 e *Separata dos Anais*.

(153) *RIC*, (1932), 46, 177-200.

Guedes, que veio de Portugal em 1720, incumbido de construir um convento para dez padres da congregação. Indica os construtores da Igreja em 1748 e dá a lista dos subscritores do Hospício (Convento do Aquirás). Mostra que o padre João Guedes (1660-1743), natural da Boêmia, por duas vezes foi a Lisboa advogar interesses dos índios do Ceará. A seguir desenvolve considerações sobre o papel conjunto e solidário desempenhado pelo missionário Manuel Pinheiro ⁽¹⁵⁴⁾. Serafim Leite afirma que as duas "Notizie" contêm inexatidões e infidelidades de memória ⁽¹⁵⁵⁾.

Domingos de Araújo (Arcos do Valdavez, Porto, 1672 — Pará, 1734) entrou para a Companhia com 17 anos e veio para o Brasil em 1691, onde completou os estudos, fazendo profissão solene na Bahia em 1708 e passando depois a missionar no Maranhão e Pará, onde foi professor e pregou nos sertões ⁽¹⁵⁶⁾. Sua obra principal "Chronica da Companhia de Jesus da Missão do Maranhão" se encontra na Biblioteca de Évora e em cópia na Biblioteca Nacional ⁽¹⁵⁷⁾.

A obra trata do nome e do sítio do Maranhão, do seu descobrimento e da descrição da ilha. Cuida do clima, e das capitánias pertencentes à missão do Estado do Maranhão. Descreve os índios desde a primeira missão até a de Antônio Vieira (1652-1661).

João Tavares (Rio de Janeiro, 1679 — Maranhão, 1743) foi professor e missionário. Entrou para a Companhia aos 17 anos, fez profissão solene no Maranhão, e sempre se ocupou dos índios. Sua bibliografia é composta de cartas, informações e da "Breve descrição das grandes recreações do Rio Muni do Maranhão", publicada em excerto por César Augusto Marques ⁽¹⁵⁸⁾.

Manuel Ferreira (Anadia, Aveiro, Portugal, 1703 — Pará, 1760) foi missionário e cronista. Entrou para a Companhia em Coimbra, no ano de 1718; veio para as missões do Pará e Maranhão em 1720, fazendo profissão solene no Pará em 1736. Foi Reitor no Colégio do Pará, Reitor do Seminário, Vice-Provincial e escreveu duas notícias que o incluem entre os jesuítas cronistas: a "Breve Notícia do Rio Tapajoz" e a "Breve Notícia do Rio Tapajoz, cujas cabeceiras último (sic) se descobrirão no anno de 1742 por certanejos ou mineiros de Matto Grosso, dos quaes era Cabo Leonardo de Oliveira, homem bem conhecido e dos mais experimentados das Minas", cujo original se encontra na Biblioteca de Évora e do qual deu trechos Serafim Leite ⁽¹⁵⁹⁾.

7.8. Bento da Fonseca

Bento da Fonseca (Anadia, Aveiro, Portugal, 1702 — Anadia, 1781) entrou na Companhia de Jesus em 1718 e dois anos depois foi para o

(154) Vide comentários in José Honório Rodrigues, *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1959, 279-280 e 349-350.

(155) *HCJB*, III, 74.

(156) Serafim Leite, *HCJB*, VIII, 63.

(157) J. H. da Cunha Rivara, *Catálogo dos manuscritos da Bibliotheca Eborense*, Lisboa, I, 32-34 e *ABN*, 70, p. 128.

(158) *Diccionario historico-geographico da Provincia do Maranhão*, Maranhão 1870, 322 e em Serafim Leite, *HCJB*, III, 159 e IX, 150-152.

(159) *HCJB*, III, 366 e IV, 305.

Maranhão e Pará, onde estudou. Fez profissão solene no Maranhão. Foi professor e manteve sempre sua opinião defensora da liberdade indígena. Voltou a Lisboa em 1732. Assumindo o cargo de procurador geral das missões do Maranhão e Pará e aí coligiu documentos e redigiu capítulos sobre a história da vice-província do Maranhão. Quando se deu a perseguição geral foi preso e enviado para S. Julião da Barra e quando aí se encontrava deu-se a queda de Pombal e a restauração das liberdades. Foi então para a Anadia onde viveu seus últimos anos. Escreveu variada e extensa bibliografia enumerada em Serafim-Leite ⁽¹⁶⁰⁾. Desta se destacam para a historiografia o “Parecer do Jesuíta Bento dado a S. Majestade a favor da liberdade dos índios, e para se acabarem de uma vez as escravidões injustas no Maranhão” ⁽¹⁶¹⁾ e o “Catálogo dos primeiros religiosos da Companhia da Vice-Província do Maranhão como notícias históricas pelo jesuíta Bento da Fonseca” ⁽¹⁶²⁾.

Bento da Fonseca escreveu ainda a “Notícia do Governo temporal dos índios do Maranhão e das Leys e Razões porque os senhores Reis o cometeram aos missionarios, e em que consiste o dito governo, chamado temporal, que exercitaram os missionários sobre os índios” ⁽¹⁶³⁾ e o “Maranhão conquistado a Jesus Cristo. Cap. 6.º: Descrevem-se as terras do Cabo do Norte e a verdadeira divisão dos domínios de Portugal e França na Colônia de Caena” ⁽¹⁶⁴⁾.

Era essa questão de limites e demarcações entre domínios portugueses e espanhóis um assunto tal como a questão indígena, de sua predileção e sobre o qual revelava grande conhecimento. Escreveu Serafim Leite que sendo ele antigo professor de filosofia e teologia, homem de saber e erudição, coligia documentos para a História que não escreveu, quando negociava o Tratado de Limites de 1750. Esses documentos constituíram, segundo Serafim Leite, o fundo inicial da obra de José de Moraes, e em carta agradecendo o empréstimo do livro de Berredo, os *Anais Históricos do Maranhão*, Bento da Fonseca opinava com muito acerto sobre a delimitação da fronteira, assim concluindo: “com estas notícias fica certa a demarcação do interior da nossa América, cortando pelo Rio Madeira ao Mato Grosso, e descendo deste à nossa Colônia do Sacramento, ainda que parte deste sertão, para cá, do Rio da Prata, entre este e o Brasil, tem várias povoações e aldeias de índios castelhanos” ⁽¹⁶⁵⁾. Serafim Leite atribuiu também a “Resposta Apologética à Relação Abreviada” ⁽¹⁶⁶⁾, uma exposição de queixas do governo português contra atos, verdadeiros ou supostos, atribuídos aos jesuítas na América ⁽¹⁶⁷⁾.

(160) *HCJB*, III, 243-252.

(161) Incluído in “Refutação das calúnias contra os jesuítas contidas no poema Uruguay de José Basillo da Gama”, ref. de livro raríssimo publicado em Laguna, 1786, *RIHGB*, 68, 1.ª parte, 108-109.

(162) *RIHGB*, 1893, 55, 1.ª parte, 407-431, com a indicação de que fora copiado por Gonçalves Dias; publicado também por Melo Moraes, *Corographia Historica*, cit. III, 32-37.

(163) Melo Moraes, *Corographia Historica*, IV, 122-186.

(164) Melo Moraes, *Corographia Historica*, II, 213-219.

(165) Serafim Leite, *HCJB*, 7, 340.

(166) *História*, 8, letra 18, pp. 247-248.

(167) Vide “Relação”, republicada in *RIHGB*, (1842), IV, 255-294.

7.9. Antônio Machado, Jerônimo Moniz e Manuel Beça

Antônio Machado (Lisboa, 1717 — Lisboa, 1768) entrou para a Companhia a bordo do navio que o conduzia de Lisboa para as missões do Maranhão e Grão-Pará e fez profissão de fé no próprio Maranhão. Foi professor de gramática e retórica e Reitor do Seminário do Maranhão, quando veio a deportação em 1760⁽¹⁶⁸⁾. Escreveu a “Breve Relação do que tem sucedido na Missão dos Gamelas desde o anno de 1751 até 1753”⁽¹⁶⁹⁾ e a “Representação do P. Antônio Machado, Missionário dos Gamelas, ao Governador do Pará, de como deveria ser uma Aldeia para a civilização e redução das gentilidades a um bom termo de Christianidade”⁽¹⁷⁰⁾.

Jerônimo Moniz (S. Francisco da Bahia, 1723 — Pésaro, Itália, depois 1780) foi um jesuíta dotado de grande talento, tendo feito os estudos e ensinado humanidades e filosofia. Fez a profissão de fé na Bahia em 1756 e com a perseguição saiu da Bahia para Lisboa e dali para a Itália⁽¹⁷¹⁾. Além de professor foi biógrafo escrevendo a vida de Alexandre de Gusmão⁽¹⁷²⁾ e a vida do padre Estanislau de Campos⁽¹⁷³⁾.

Finalmente entre esses autores menores deve-se mencionar Manuel Beça (Arifana, Porto, 1733 — Pésaro, Itália, 1797) que entrou na Companhia em 1746, estudou teologia no Colégio do Rio de Janeiro, quando foi exilado para o reino e daí para a Itália. Ele foi mais geógrafo que historiador e escreveu “Cidades, terras e povoações do Brasil”, descritas pelo Padre Antônio Fonseca.

Antônio Fonseca (Santo Amaro, Bahia, 1730 — Itália, 1784) foi um corógrafo cuja obra com o mesmo título foi contrastada por Manuel Beça. Não se sabe o paradeiro do manuscrito citado por P. Pastells⁽¹⁷⁴⁾. É dele também o “Mapa de todo o Brasil”⁽¹⁷⁵⁾.

8. A Crônica Jesuítica Geral Maior

8.1. Simão de Vasconcelos

A obra de Simão de Vasconcelos tem uma significação muito especial na historiografia brasileira, pois com ela aparecem algumas das principais características do escrito brasileiro: “biografização” da história, espírito comemorativo, ufanismo e exaltação das nossas virtudes. Ela não contém

(168) Serafim Leite, *HCJB*, VIII, 331-333.

(169) Melo Morais, *Corographia Historica*, IV, 346-361; excertos em S. Leite, *HCJB*, III, 171-173; republicado em *Documentos dos Arquivos Portugueses que Importam ao Brasil*, Seção de Intercâmbio Luso-Brasileiro n.º 7, Lisboa, 945, 12 pp.

(170) Cit. com várias cartas in S. Leite, *HCJB*, VIII, 331-333.

(171) Serafim Leite, *HCJB*, VII, 379.

(172) *Compendium Vitae P. Alexandri Gusmani* publicado sem nome de autor na introdução (p. 1-36) do *Compendium Vitae P. Alexandri Gusmani*.

(173) “*Vitae Patris Stanislai de Campos e Societatis Jesus in Brasiliensi Provinci Sacerdos*”, *RIHGB*, t. 52, parte II, 1889, 5-104, acompanhado de observações sobre o manuscrito, tradução e ortografia por T. Alencar Araripe. A publicação é bilíngüe em português e latim.

(174) *Historia de la Companha de Jesus en la Provincia del Paraguay*, Madrid, 4 vols., 1912-23, I, 32.

(175) Serafim Leite, *HCJB*, VIII, 91 e 1, 537.

senão em parte a história do seu próprio século e por isso mesmo não reúne e sintetiza as crônicas menores já referidas, embora seja vasta a informação sobre o século XVI, baseada nas fontes da época. Pelas qualidades e defeitos de sua obra, pelo espírito *post mortem*, que só sua *História*, denominada *Crônica*, e a de Frei Vicente do Salvador, esta mais que nenhuma, possuem, merece Simão de Vasconcelos destaque especial.

Nascido no Porto em 1597, passou ainda jovem ao Brasil, entrando para a Companhia em 1615 e fazendo a profissão solene em 1636. Foi Vice-Reitor do Colégio da Bahia, Reitor do Colégio do Rio de Janeiro e finalmente Provincial em 1655. “Teve considerável influência no Brasil do seu tempo, dentro e fora da Companhia, confessor de Vice-Reis e pacificador dos Garcias e Camargos como visitador do Colégio de São Paulo” (176). Esteve em Portugal em 1641 e em Portugal e Roma em 1662, falecendo em 1671.

Seu tríptico se desenvolve sobre três obras biográficas, cujas vidas se interpoem e sucedem, embora o primeiro painel seja o último do quadro. Talvez por influência de sua época, e das inter-relações ainda tão comuns entre a crônica do presente e a história do passado, sua obra começa com a *Vida do P. João d’Almeida* (1572-1653), discípulo de Anchieta, prossegue com a *Chronica da Companhia de Jesus*, que tem como personagem central Manuel da Nóbrega (1549-1570), e conclui com a *Vida do Venerável Padre Joseph de Anchieta* (1534-1597), discípulo predileto do fundador da Ordem de Jesus no Brasil.

A visão deste quadro pode ser mais clara se a apreciação iniciar-se pela *Chronica*, que é seu segundo livro.

A *Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil: E do que obrarão seus filhos nesta parte do Novo Mundo* (177) propõe escrever “a heróica Missão que empreenderão os filhos da Companhia” e a “contar os feitos ilustres destes Religiosos Varões, as regiões que descobrirão, as campanhas que talarão, as empresas que acometerão, as victorias que alcançarão, as nações que sujeitarão e a reputação que adquirirão as armas espirituais portuguesas do Esquadrão, ou Companhia de Jesus” (178).

Nos livros I e II, “Das Notícias Antecedentes, Curiosas e Necessárias das cousas do Brasil”, noticia o descobrimento do Novo Mundo e do Brasil, descreve-o e à sua gente, e trata da bondade da terra, defende-a das calúnias que os antigos lhe impunham de “zona tórrida e inhabitável” e, por fim, mostra a bondade do clima e discute se nele plantou Deus o Paraíso Terrestre. Não duvida o Autor das excelências da natureza, e em sua defesa e abono muito havia de dizer, especialmente contra a conspiração que sábios da Europa e da Ásia fizeram para desacreditar e aniquilar esta quarta parte do Mundo. Do parágrafo 48 ao 58 defende o autor sua

(176) *Bibliografia in Serafim Leite, HCJB, IX, 173-183.*

(177) *Bibliografia in Serafim Leite, HCJB, IX, 175-176.*

(178) *Chronica, Lisboa, 1668, 1.*

tese “contra os que pretendiam tirar-nos o Céu” e enumera alguns antigos que sustentavam que “Deus nesta parte debaixo da linha equinocial criara o Paraíso terrestre por ser esta a parte do mundo mais temperada, deleitosa e amena para a vida humana”.

Há aqui dois aspectos diferentes: primeiro a fragilidade da argumentação contra os antigos que não conheceram o Mundo Novo e que trataram, como Aristóteles, com o qual inicia a discussão, da zona tórrida em geral. Aí pouco se pode exigir do Autor, que usava métodos de sua época. O outro é a tese geral do “Paraíso na América”, que merece maior atenção. Primeiro, porque ela fortifica e inspira todo o ufanismo, que vimos no século XVI e segue pelos séculos adiante até culminar no *Por que me ufano do meu país* de Afonso Celso (1.^a ed. 1901). Para desenvolvê-la nestas mesmas “Notícias”, Simão de Vasconcelos desnuda “as qualidades da terra, o temperamento do clima, a frescura dos arvoredos, a variedade das plantas, a abundância de frutos, as ervas medicinais, a diversidade dos viventes, assim nas águas, como na terra” (179). A tese era aqui apenas esboçada, porque se sabe hoje que os parágrafos 105 a 111 desenvolveram-se com a pergunta — “se o Paraíso não seria na América”, e respectiva explanação, mas foram suprimidos por ordem do Padre Geral (180). O seu americanismo ou anti-europeísmo é, talvez, a primeira manifestação desta espécie na historiografia brasileira.

A Crônica começa realmente depois desta larga notícia, “uma espécie de introdução de todos os tomos da mesma Chronica, que se hão de seguir e hão de ser de força muitos”. Não foram muitos, como esperava o Autor, a menos que as duas vidas sejam consideradas, e assim o devem ser, como partes de sua obra sobre a Companhia. A *Crônica* biografa a história da Companhia, pois logo após falar da escolha de Manuel da Nóbrega para a empresa do Brasil, escreve: “E como este he o Varão, sujeito que ha de ser de toda esta Primeira Parte de nossa História, com os feitos raros, e obras heroicas, que por si, e seus companheiros, obrou no Estado do Brasil, é força, que já desde agora, antes que parta, digamos o que é, para que dahí vamos vendo o que será depois na empresa” (181). Daí em diante as missões, fundações e obras da companhia são narradas, acompanhando a atividade do apóstolo fundador. Descreve as capitânias, trata das questões principais do governo, quando Nóbrega chega para iniciar, assistir, visitar ou fundar as missões. A fundação do Rio, as lutas contra os franceses, a morte de D. João III, o crescimento da colonização, a fundação dos colégios constituem tema de largas dissertações, onde o discurso e as falas de Nóbrega, Anchieta ou outros jesuítas e de Governadores ou capitães, como Mem de Sá ou seu sobrinho Estácio, participam do trecho à moda antiga dos historiadores clássicos, que imita.

(179) *Chronica*, 178-179.

(180) Comunicação à Academia Brasileira de Letras de Serafim Leite, in *Jornal do Comércio* (Rio), 23 de maio de 1948, e *HCJB*, IX, 178. Revela Serafim Leite no comunicado que um erudito norte-americano fotografava os parágrafos para imprimi-los na América.

(181) *Chronica*, 8. Adverte que sua fonte principal são os Apontamentos deixados por Anchieta.

A *Crônica*, que se iniciara com a eleição de Nóbrega, termina com sua morte em 1570, e suas obras, virtudes, casos e profecias. “E nós nada trataremos por hora, pare a pena em escrever, onde para Nóbrega em obrar: às suas empresas especialmente se dedica este Tomo I por primeiro Apóstolo do Brasil; como outro se dedicou a Xavier, por primeiro Apóstolo da Índia; outro a Ignacio Patriarcha nosso, por primeiro Geral da Companhia. Andarão os tempos, irão saindo Tomos vários, devidos a Varoens da mesma empreza, que se bem não forão nela os primeiros não forão os segundos nas virtudes” (182).

A *Crônica* é, assim, a história da Companhia de 1545 a 1570, anos de vida e obra de Nóbrega, descontadas as primeiras páginas de louvor ao paraíso do Brasil. Bem sabemos que Capistrano de Abreu e Serafim Leite não viram nesta *Crônica* uma história da Companhia, personalizada em Nóbrega. O primeiro escreveu que “esse jesuíta benemérito não tem sido condignamente apreciado; com grande desprezo de perspectiva histórica Simão de Vasconcelos esfumou-o na irradiação de Anchieta, seu discípulo querido: tácita ou explicitamente outros o têm imitado” (183). Serafim Leite também acha que “a preocupação biográfica destes dois últimos livros (Vida de José de Anchieta e de João de Almeida), com o inevitável encarecimento peculiar a esse gênero literário, atenua-se no primeiro, com a feição de *Crônica*” (184). Pode ser que Nóbrega esteja às vezes ofuscado no livro pelo prestígio de Anchieta, como pensa Capistrano, e é certo que a *Crônica* é a parte menos biográfica de sua contribuição historiográfica. Mas nem por isso se desfaz nossa observação: Nóbrega é o personagem natural da *Crônica*, como João de Almeida e José de Anchieta são os heróis dos seus estudos, anteriores e posteriores.

Não foi fácil a publicação do livro, independentemente do problema do Paraíso no Brasil, pois tinha Simão de Vasconcelos seus desafetos na própria Ordem (185), e mesmo Jacinto de Magistris, que levantara a primeira questão, também se opôs ao estilo (186). A decisão final foi dada pelo cronista-mor Francisco Brandão (1601-1680): “Posso certificar a V.M. que é hũa bem trabalhada escritura” (187). A *Chronica* foi então publicada, com a supressão apenas dos parágrafos relativos ao Paraíso na Améri-

(182) *Chronica*, 479.

(183) Nota a *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, 3.^a ed., I, 431, nota VI.

(184) “O cronista Simão de Vasconcelos”, prefácio à reedição da *Vida do Venerável Padre José de Anchieta* por Simão de Vasconcelos, Instituto Nacional do Livro, 1943, IV.

(185) Os censores jesuítas brasileiros aplaudiram a obra, como se vê nos preliminares da *Crônica*. Mas o visitador geral Jacinto de Magistris, que se opusera à tese do Paraíso e obrigara a suspensão, tentou também impedir a publicação baseado em que Antônio Vieira, Baltazar Teles (1595-1675), autor da *Chronica da Companhia de Jesus na Província de Portugal* (Lisboa, 1645), e Manuel Luiz (1608-1682), autor de *Theodosius Lusitanus sive Principis perfecti vera effigies* (Eborac, 1680, trad. e publicada por A. Franco — *Imagem da virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus na Corte de Lisboa*, Coimbra, 1717), achavam o estilo rasteiro. Vide Serafim Leite, *História*, IX, 175, e Francisco Rodrigues, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto, 1944, t. III, vol. 1, 158, nota 2.

(186) Jacinto de Magistris fora deposto de visitador em 1663 pelo Provincial José da Costa, mas Simão de Vasconcelos não participou da deposição. Vide Serafim Leite, *História*, VIII, 338, letra S; IX, 16, letra B.

(187) Lê-se a opinião nos preliminares da *Crônica*, F. Brandão é autor da 5.^a e 6.^a parte da *Monarchia Lusitana*, Lisboa, 1650-1672.

ca (188) e seu estilo mereceu as mais desencontradas opiniões (189). Não se lhe pode negar o tom retórico, que marca uma espécie de estilo oratório e comemorativo ambos ainda hoje cultivados por alguns historiadores brasileiros.

Desde Cândido Mendes de Almeida até Charles Boxer esta obra tem sido julgada como uma fonte preciosa, apesar de não ser contemporânea, e como uma imagem natural, apesar do estilo artificioso do Brasil quinhentista. Cândido Mendes considerou seu autor “o mais noticioso, o mais ilustrado, e mesmo o mais circunspecto desses cronistas” (190). Varnhagen louvou-o “pelo vigor em algumas descrições do Brasil” (191). Capistrano de Abreu escreveu que estava “re lendo o Simão de Vasconcelos para conhecer as fontes em que bebeu. Que larga guela” (192). A opinião dos jesuítas Francisco Rodrigues e Serafim Leite já foi referida e Charles Boxer escreve que Simão de Vasconcelos “is admittedly an unreliable authority, although not such an utterly untrustworthy one as his modern detractors would have us believe” (193).

Para completar a visão do século XVI e continuar as biografias dos heróis jesuítas, Simão de Vasconcelos escreveu a *Vida do Venerável Padre Joseph de Anchieta da Companhia de Jesu, Taumaturgo do Novo Mundo, na Província do Brasil* (194), que se inicia com o nascimento do Apóstolo e se desenvolve em torno das ações e das obras de Anchieta. “Celebrem” os que quiserem, “como os Barros (195), os Maffeiis (196), as mais histórias cronológicas de nossos tempos, suas fortunas mais novas”, “que eu pretendo somente tratar da primeira e principal de todas, único fruto que enriqueceu o céu e o mundo e é José de Anchieta” (197). Repete muitas vezes os temas já tratados na *Crônica* ou porque a cena é a mesma na vida de Anchieta e Nóbrega, como a descrição da terra e gente do Brasil, ou porque ambos participaram de alguns mesmos episódios, tais como os dos franceses no Rio de Janeiro. A obra serve para conhecer não só a vida de Anchieta, tão estudada modernamente (198), como para conhecer as missões e obras dos jesuítas no Brasil e completar o quadro de suas atividades narradas até 1570 na *Crônica* e continuadas aqui até a morte do Apóstolo em 1597.

(188) 1.^a ed., Lisboa, 1658; 2.^a ed. preparada por Inocêncio Francisco da Silva, Lisboa, 1865, 2 vols.; 3.^a ed. com uma introdução do dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, Rio de Janeiro, 1864-1867, 2 vols., defeituosa e incompleta segundo S. Leite, *HCJB*, IX, 176.

(189) “Descantados os exageros do estilo”, Capistrano de Abreu, *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen, vol. I, p. 212, nota 24; “tesouro da rica linguagem portuguesa”. “E sóbrio de ornatos, animado sem ênfase e esmerado nas descrições”, escreve Francisco Rodrigues, *HCJB*, ob. cit., t. III, vol. 1, p. 158; Serafim Leite participa da opinião dos antigos censores brasileiros, Introdução à *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*, Rio, 1943, XV.

(190) “Notas para a História Pátria”, (4.^o Artigo), *RIHGB*, t. 42, 1879, p. 140.

(191) *História Geral do Brasil*, 3.^a ed., t. 3, 125-126.

(192) *Correspondência*, vol. II, 221. Declara mais adiante que estava lucrando, *Idem*, 422.

(193) Salvador de Sá, ob. cit., 194 e 266.

(194) 1.^a ed. Lisboa, 1672; 2.^a ed. Instituto Nacional do Livro, prefácio de Serafim Leite, Rio, 1943, sem os preliminares, “O Poema e a Recopilação” da 1.^a ed.

(195) João de Barros (1496-1570), historiador clássico português.

(196) J. P. Maffeu (1533-1603) autor de *Historiarum Indicarum Libri XVI*. Roma, 1588: Colônia, 1593.

(197) Vide 2.^a ed., 10.

(198) Vide Serafim Leite, *HCJB*, VIII, 16-42.

Para formar o tríptico falta somente a *Vida do P. Joam d'Almeida da Companhia de Jesu na Província do Brasil* ⁽¹⁹⁹⁾, seu primeiro escrito e final do quadro, dedicado a Salvador Correia de Sá e Benevides, governador do Rio de Janeiro (1637-1643), general da Armada, restaurador de Angola (1648).

“O Sujeito principal de nossa história” é João de Almeida, cuja vida descreve desde o nascimento em Londres (1572) até seu falecimento em 1653 no Colégio do Rio de Janeiro. João de Almeida foi considerado uma figura extraordinária, entre os que missionaram no Brasil seiscentista “que tirou o P. Anchieta o não ser o único”. Compôs a obra no meio das ocupações de dois governos sucessivos de Reitor da Bahia e Provincial do Brasil e baseou-se em processos autênticos existentes no Rio e em São Paulo. Esta obra sofre os mesmos defeitos das demais, no tom panegírico e no estilo retórico, comuns à sua época. Acompanha o Padre Almeida pelos seus caminhos no Brasil, relata as Missões aos Patos e Carijós, a que já nos referimos, e descreve várias partes do Brasil, depois usadas nas demais obras, e o faz para se divertir e “divertir também ao Leitor do Enfado, que teria continuado sempre o mesmo fio d’História”. No prólogo declara escrever em 1655 e neste mesmo ano, em 15, 17 e 18 de novembro, os censores brasileiros aprovaram o trabalho; a 26 deste mês e ano foram remetidas por Simão de Vasconcelos as aprovações e o pedido para que se imprimisse, mas só a 17 de maio de 1657 se deu a licença de impressão.

Com esta vida Simão de Vasconcelos iniciara a obra de fixação, para a História, dos serviços e atividades jesuítas no Brasil. Ele servia “como Preâmbulo à Chronica que cedo se estampara desta Província” e que ele completaria de 1549 a 1653, pouco mais de um século; esperava que dos outros 64 citados no “Breve Catálogo dos Varoens Insignes da Companhia de Jesu que floresceram em virtude na Província do Brasil”, que segue seu Prólogo, “saíam à luz semelhantes histórias”. Seu desejo e voto foram felizmente cumpridos, não à sua maneira, mas por métodos críticos mais seguros e fiéis, pelo Padre Serafim Leite, na sua *História da Companhia de Jesus no Brasil* (1549-1760) ⁽²⁰⁰⁾.

8.2. João Felipe Bettendorff

A História da Companhia do Estado do Brasil, do século XVI aos meados do XVII, encontra nas relações quinhentistas e na obra de Simão de Vasconcelos os fundamentos de sua historiografia. Mas a história da Companhia no Estado do Maranhão não tem uma historiografia tão rica apesar de não ser menos produtiva. Sua história, que se iniciou no sangue do sacrifício de Francisco Pinto, cujo martírio contou para a posteridade Luís Figueira, foi escrita na *Relação*, que é o primeiro fruto da historiografia maranhense. As Histórias que se seguem, profanas e leigas e já

(199) 1.ª ed., Lisboa, 1658. Já tratamos do Padre João de Almeida cronista de missões. Simão de Vasconcelos escreveu ainda a *Continuação das maravilhas de Deus é servido obrar no Estado do Brasil, por intercessão do mul religioso e penitente servo seu o venerável P. João de Almeida da Companhia de Jesus*, Lisboa, 1662.

(200) Lisboa, Rio, 1938-1950, 10 volumes.

enumeradas, não tratam, senão de passagem, da ação missionária. As crônicas jesuíticas não existem, como as do Estado do Brasil, para fundamentarem os futuros construtores da historiografia: as Relações de Luís Figueira, Cristóbal de Acuña, Manuel Rodrigues, as Relações e Cartas de Vieira, as Histórias de d'Abbeville e d'Evreux só contavam os inícios das missões no Estado. João Felipe Bettendorff é o continuador desses primeiros ensaios e sua obra, mais que nenhuma, representa a crônica e a historiografia jesuítica do Maranhão. Ele escreve os primórdios históricos e missionários baseado em Laet, d'Abbeville e Figueira.

Bettendorff nasceu a 25 de agosto de 1625, no Luxemburgo, e estava estudando teologia no 4.º ano da Universidade de Douai, com esperanças de ir brevemente para a missão do Japão ou China, quando o Arcebispo de Cambrai ordenou-lhe, em 1659, atendendo a um pedido de missionários feito à Província galo-Belga pelo Padre Vieira, que seguisse para a Missão do Maranhão. Chegou a Lisboa nos últimos dias de dezembro de 1659 e daí partiu a 24 de novembro de 1660, alcançando São Luís a 20 de janeiro de 1661. Vieira designou-o para servir na Missão do Grão-Pará, onde viajou muito e muito conheceu os vários grupos indígenas que devia converter, especialmente na região do Tapajós. Foi Vice-Superior no Pará, mais tarde Superior no Colégio do Maranhão, e Superior da Missão (1669-1674). Em consequência dos levantes do povo contra os Missionários, em 1684, foi expulso, com os demais jesuítas, retirando-se a 26 de março de 1684, apesar de Beckman, o chefe do movimento, o haver convidado a permanecer no Maranhão, ingressando na ordem franciscana. Chegou à Bahia a 20 de junho, conferenciou com as principais figuras do governo e do clero e seguiu para o Reino a 8 de julho. A 23 de outubro já se encontrava no Colégio de Santo Antão. No Reino, Bettendorff pleiteou e conseguiu a readmissão dos jesuítas no Maranhão, o que se obteve com o novo governador Gomes Freire de Andrade (201). Voltou ao Maranhão a 17 de maio de 1688, depois de despachar, como procurador, todos os papéis da Missão. A 3 de agosto chegava a São Luís, nomeado Comissário do Santo Ofício. Retoma então o superiorato da Missão, o reitorado do Colégio, reinicia as visitas às Missões do Grão-Pará e às residências do Maranhão, instituindo novas, no Rio Negro e no Matari. Em 1693 é substituído pelo novo Superior, Bento de Oliveira. Continua a pregar e a missionar e em 1697 se declara velho de 70 anos, com 54 de graduado em Teologia na Alemanha. Termina seu livro a 25 de maio de 1698, falecendo a 5 de agosto (202).

(201) J. H. da Cunha Rívara, no seu *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Ebo-rense*, Lisboa, 3 vols., 1850-1871, I, 43, cita a "Informação que deu a S. M. o P. J. Ph. Betendorff sobre o expulsarem e aos mais padres do Maranhão em fevereiro de 1684". Registra também a "Carta do P. J. Ph. Betendorff, Superior das Missões do Maranhão, ao Padre João Paulo de Ollva, Geral da Companhia de Jesus" (s/d. O primeiro foi reproduzido por Melo Morais *Corographia Historica, ob. cit.*, IV, 199. Existe também carta sua de abril de 1688 dirigida ao Padre Leopoldo Freire, jesuíta confessor da Rainha, para que soubesse da pobreza da Missão do Maranhão, tendo mais de 50 padres. Virgínia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva, *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*, Coimbra, 1956, I vol., n.º 445, p. 285.

(202) Resumo biográfico extraído da própria "*Chronica da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*". *RIHGB*, t. 72, parte I, 1909, 67 pp. Vide também Serafim Leite, *HCJB*, IV, 318 e VII, 98. Velho de mais de 70 anos seria o certo, porque em 1697 já possuía 71; faltavam-lhe, quando faleceu em 1698, 20 dias para completar 73 anos.

João Felipe Bettendorff era muito versado em filosofia, teologia e línguas cultas e selvagens. Tornou-se, como escreveu Serafim Leite, a personalidade mais importante da Missão no século XVII, logo abaixo de Antônio Vieira, com quem privou e admirou, e de Luís Figueira, o primeiro missionário. Sua *Crônica* descreve todo o Estado do Maranhão, criado a 13 de junho de 1621, e compreendendo várias capitanias, hoje transformadas nos atuais Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará e Piauí (mais de 3 milhões e meio de quilômetros quadrados). Descreve sua origem e fundação, relata as missões desde a primeira em 1607, até 1698 quando falece, a viagem de Pedro Teixeira e mais tarde a de Samuel Fritz, a invasão holandesa, os governos temporal e espiritual, as grandes questões da liberdade e escravidão dos Índios, os tumultos do Estado, como o de Manuel Beckman, em 1684. Não renega a tradição ufanista dos primeiros cronistas, louvando as excelências da terra e dos ares e profetizando que a cidade do Pará (Belém) “possa ser um dos mais ricos impérios do mundo”.

Bettendorff escreve sobre a época anterior à sua chegada, em 1661, e daí em diante registra tudo que ocorreu, intercalando, às vezes sem ordem cronológica, os episódios a que assistia com os que sabia por notícia direta de seus companheiros ou subordinados nas várias entradas e missões aos índios do sertão, ou, ainda, os acontecimentos portugueses e os maranhenses, dos quais se afastara quando passou em Portugal de 1684 a 1688. Episódios graves e miúdos, casos triviais e questões problemáticas se confundem. Ele foi constantemente uma das principais fontes sobre a rebelião do Bequimão, como o reconheceu Varnhagen⁽²⁰³⁾.

É certo que o autor escreve na declaração ao leitor que “eu não me ingerei a escrevê-la por minha própria eleição, mas sujeitei-me a este trabalho visto o Padre Bento de Oliveira, superior da Missão daquele tempo e seu sucessor, o Padre José Ferreira, mostrarem gosto misto, por não haver já Missionários antigos que tenham as notícias necessárias e ser eu o que o possa fazer”. Por aí se vê que Bettendorff só se entregou inteiramente ao trabalho quando foi substituído como Superior por Bento de Oliveira em 1693, mesmo que por gosto viesse reunindo as “notícias necessárias”. Deve, portanto, ter escrito a obra de 1693 a 1698, pois nestes anos o Autor pouco aparece como missionário, o que antes era comum.

Adverte ainda que juntou o governo espiritual com o temporal, e assim sua *Crônica* não é só a história da Companhia, mas também a do Maranhão. Finalmente sua modéstia, que parece verdadeira, na dedicatória, onde fala de sua “obrazinha” e na terceira advertência, quando diz “que se por alguma circunstância vos parecer que a escrevi com menos acerto, não me condeneis logo, porque pode ser que erreis vós, e que acerte eu, porque além de me governar eu assim pelo que vi com meus olhos, e pelo que soube pelas diligentes informações tomadas dos mais antigos e mais acertados, sempre sigo o que acho mais provável, quando

(203) Varnhagen, *História Geral*, III, 312.

não posso descobrir a verdade manifesta, o que acontece muitas vezes pelas fraquezas das memórias humanas, como vós mesmos conheceis; sigo as informações dos mais antigos e atendo em o que eles viram com os seus olhos, e ouviram todos os que bem o sabiam ou obraram aquilo de que se trata”.

Também declara que os missionários portugueses e estrangeiros “antes quiseram fazer cousas próprias, dignas de se escreverem por outros, que escreverem façanhas alheias”. Em 1693, aos 68 anos, preferiu Bettendorff escrever, a praticar façanhas e o resultado é a *Crônica*, de cujo original se desconhece o paradeiro. A única edição feita pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro⁽²⁰⁴⁾ foi preparada segundo cópia existente na Torre do Tombo obtida por Gonçalves Dias, quando, comissionado pelo governo imperial, fazia em 1854 pesquisas nos arquivos portugueses, conforme declara o prefaciador anônimo da edição da *Crônica*. Para Capistrano de Abreu a cópia fora feita sob a direção de João Francisco Lisboa, a julgar por certas emendas de letra semelhantes à dele e absolutamente diversa da de Gonçalves Dias⁽²⁰⁵⁾.

O manuscrito ressentia-se de inúmeras incorreções e lacunas, diz o prefaciador anônimo, enquanto para Capistrano tratava-se de “exemplar de boa letra, mas que não faz sentido”, a tal ponto que Melo Morais, que nunca brilhou pela correção na edição dos textos históricos, chegou a dizer que “começara a impressão, mas arrepia caminho por não ser inteligível o texto”. “Imagine você o estado deste na cópia do Instituto Histórico quando Melo Morais, o menos exigente dos homens a respeito de tais cousas, chegou a cair em si? Se V. tiver coragem”, escreve Capistrano de Abreu a Guilherme Studart, “procure na *Corografia*, uma nota muito escondida em que ele diz pouco mais ou menos isto”⁽²⁰⁶⁾. A edição sofre as conseqüências do texto viciado ou mal copiado, mas ainda assim serve ao conhecimento histórico⁽²⁰⁷⁾.

Varnhagen e João Francisco Lisboa aproveitaram-se da *Crônica* para historiar os sucessos ocorridos no Maranhão no fim do século XVII. Capistrano, que tanto desprezou a cópia e a edição, considerou a *Crônica* como “um dos depoimentos capitais do século XVII”, dizendo que com ela e a obra de Antonil modifica-se absolutamente a fisionomia do século XVII, muito mais desconhecido que o anterior⁽²⁰⁸⁾. A apreciação mais

(204) T. 72, parte I (1909), 696 pp. e uma “Sumária Notícia” não assinada de LIII páginas. Extratos e trechos segundo a cópia da Biblioteca Nacional de Lisboa in *Rev. Inst. do Ceará*, t. XX, 37-52; t. XXIV, 186-214.

(205) *Correspondência de Capistrano de Abreu*, preparada por José Honório Rodrigues, Instituto Nacional do Livro, Rio, 1954. I, 155, 2.ª ed. Rio, 1977, 155. Vide também sobre as duas comissões de pesquisa histórica na Europa, José Honório Rodrigues, *A Pesquisa Histórica no Brasil*. Inst. Nac. do Livro, Rio, 1952; reedição, São Paulo, 1969.

(206) *Correspondência de Capistrano de Abreu*, *ob. cit.*, I, 155 e II, 188, 259; 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1977, 155. Sobre as edições históricas de Melo Morais, vide José Honório Rodrigues “Melo Morais” *Provincia de São Pedro*, v. 18, 1953, 63-75; reproduzida em *História e Historiadores*, São Paulo, 1965.

(207) Pelos extratos publicados na *RI* vê-se que o texto de Lisboa é superior ao da Torre do Tombo. Os Catálogos publicados da Biblioteca da Ajuda, da Biblioteca de Évora, do Arquivo Cadaval e da Biblioteca Municipal do Porto não acusam outra cópia. O manuscrito de Lisboa foi também usado por Serafim Leite, *HCJB*, IV, 318.

(208) *Correspondência*, *ob. cit.*, I, 112; *idem* 2.ª ed., Rio, 1977.

moderna é a de Serafim Leite: “A substância dos fatos é certa, isto é, prova, como ele os viu ou compreendeu. As datas, porém, nem sempre são certas, até de fatos em que interveio pessoalmente. Explica-se por ele redigir a *Crônica*, dezenas de anos mais tarde e lhe falhar aqui ou ali, a memória. Corrigem-no outros documentos autênticos, às vezes cartas dele próprio, escritas à raiz dos fatos. A outra advertência é que se nota mais inclinação sua por algumas personalidades do que por outras, com o reflexo de dar maior ou menor atenção às ações que praticaram. Por outros documentos da época, restabelecemos o equilíbrio” (209).

Bettendorff escreveu também o *Compêndio da Doutrina Christã na Língua Portuguesa e Brazílica* (210), com que quis fixar a uniformidade do ensino do catecismo aos indígenas, e várias cartas que servem como documentos da história e da sua biografia.

8.3. Manuel da Fonseca

Manuel da Fonseca (Tordelo, Braga, Portugal, 1703 — Pésaro, Itália, 1772) entrou para a Companhia aos 21 anos em 1724, em 1732 estudava filosofia na Bahia, e nesta começou seus estudos de teologia, completando no Colégio do Rio de Janeiro. Diz Serafim Leite, a quem seguimos, que sua atividade sacerdotal se exerceu no Sul, entre Espírito Santo e São Paulo. A profissão solene se fez em São Paulo em 1741. Desde então foi professor de teologia moral, e acredita Serafim Leite que nesta ocasião escreveu a *Vida do P. Belchior de Pontes*. Esteve no Recife e quando estava no Espírito Santo o surpreendeu a expulsão, vindo para o Rio e daí para Lisboa e Roma (211).

Afonso d'E. Taunay, no prefácio que escreveu para a reedição da obra sobre a Vida de P. Belchior de Pontes, reuniu todos os dados recolhidos das grandes bibliografias como Diogo Barbosa Machado (212), os irmãos Backer (213) e Carlos Sommervogel (214).

Sua obra principal, a *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes, da Companhia de Jesus da Província do Brasil, composta pelo Padre Manoel da Fonseca, da mesma Companhia, e Província* (215), foi mandada recolher e destruída por ordem da Mesa Censora (216) e se tornou, tal como a *Cultura e Opulência do Brasil* de Antonil, uma das maiores raridades bibliográficas brasileiras. Acredita Inocêncio que a causa da destruição da obra se deve aos trechos políticos, creio mesmo que ao tratamento dado à chamada Guerra dos Emboabas.

(209) *HCJB, ob. cit.*, IV, 317-318.

(210) Descrição bibliográfica e comentário crítico in Serafim Leite, *HCJB*, VIII, 99.

(211) Serafim Leite, *HCJB*, VIII, 257.

(212) *Biblioteca Lusitana*, 1.ª ed., Lisboa, 1741-1759, 4 vols., 2.ª ed. 1930-1935, 4 vols. 4 vols.

(213) Augustin e Aloys de Baker *Bibliothèque des Ecrivains de la Compagnie de Jésus*, 3 vols. 2.ª ed. Liège, 1869-76, 3 vols.

(214) *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, Bruxelas, 1890-1909, 9 vols.

(215) Lisboa, 1752, 2.ª ed. São Paulo S/A. Existe a reprodução dos trechos relativos aos emboabas no *RIHGB*, 1841, t. III, 261-281, e a tradução italiana de 1880, referida por todas as bibliografias. S. Leite, *HCJB*, VII, 257.

(216) Edital de 10 de junho de 1771 cit. por Inocêncio F. da Silva, *Diccionario Bibliográfico Português*, V, 434.

Num estilo rebuscado Manuel da Fonseca declarou na dedicatória querer dar a conhecer as excelentes virtudes do Padre Belchior de Pontes, e no prólogo escreveu que o Brasil estava cheio de religiosos famosos em virtude, e falta de história. Afirmou que indo a São Paulo logo achou quem com grande louvor o elogiasse e saindo por ordem superior de São Paulo e voltando quando os moradores pediram ao provincial que ele lhes ditasse um curso de artes. Como ouviu de novo grandes elogios ao padre sentiu impulso de averiguar e resolveu escrever aos párocos das freguesias circunvizinhas e algumas pessoas fidedignas “para que me inquirissem com vagar e verdade, tudo o que este servo de Deus tinha obrado” e em pouco tempo achou-se com bastantes notícias, mas apesar disso não se movia a escrever “atendendo a minha insuficiência e inculto estilo”, até que alguns religiosos o obrigaram a tomar este trabalho. Para divertir o enfado dos leitores incluiu notícias da América portuguesa, “pois o desejo de saber novidades tirará o tédio, que causam a alguns as coisas espirituais e a outros o mau estilo”. Escreveu ainda que “nesta História se nomeiam muitas vezes sujeitos dos quais se referem faltas, ou costumes menos ajustados”.

O livro é uma biografia, mas contém numerosa informação sobre São Paulo e Minas em geral, os jesuítas em particular, e sobretudo é fonte primordial sobre a luta dos emboabas, matéria de que trataremos, com as outras rebeliões coloniais, em capítulo especial.

O livro foi permitido, recebendo todas as licenças, mas como o de Antonil, outro jesuíta, foi recolhido e destruído, restando, ao que parece, meia dúzia de exemplares. Consultando-se os documentos do Conselho Ultramarino, talvez se encontre a ordem de proibição e seus motivos, tal como André Mansuy encontrou sobre a proibição e destruição da *Cultura e Opulência do Brasil* de Antonil.

8.4. José de Moraes

José de Moraes (Lisboa, 1708 — Lisboa, ?) entrou para a Companhia na cidade natal em 1727 e no ano seguinte embarcou para o Maranhão, onde se formou, fazendo a profissão solene em 1744. Foi pregador, teólogo e cronista. Estava em Curuçá (Pará) quando se iniciou a perseguição pombalina aos jesuítas. Reuniu documentação e durante três anos escreveu a história da vice-província do Maranhão. Em 1759 partiu deportado para o Reino já com o primeiro volume escrito, pois o segundo não chegou a escrevê-lo ⁽²¹⁷⁾. Em Portugal retomou seu nome de família, José Xavier de Moraes da Fonseca Pinto, não se sabendo a data de sua morte, ocorrida depois dos 69 anos.

Escreveu Serafim Leite que seu livro destinava-se a comemorar a elevação da Vice-Província a Província, que se teria efetuado se não sobreviesse a perseguição. Diz ainda que ele se utilizou dos papéis desti-

(217) Serafim Leite, *HCJB*, IV, 322-325 e VII, 382-383.

nados a outro padre nomeado cronista antes dele, que não se sabe quem seja mas que Serafim Leite desconfia fosse João Daniel, o grande autor do *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*. Acrescenta que se utilizou dos papéis do Padre Bento da Fonseca. No “No Maranhão conquistado a Jesus Cristo. Cap. 6.º: Descubrem-se as terras do Cabo do Norte e a verdadeira divisão dos domínios de Portugal e França na Colônia do Ceará” (218), Bento da Fonseca escreveu: “Até aqui mandei para o Maranhão ao Padre José de Moraes para a composição de sua crônica” (219). O próprio José de Moraes confessou dever as notícias de todos os rios do Amazonas, “ao grande cuidado e indagação do nosso sempre louvável Padre Bento da Fonseca, procurador geral na Corte da Vice-Província do Maranhão” (220), quando terminava a primeira parte e pensava na segunda, “pela qual poderá correr com menos vagar e menor receio o toco da nosso pena e insulso do estilo”.

Escreveu neste mesmo final que sua narração se fiou “nas notícias que dele nos deram e deixaram pessoas religiosas de Companhia e do Carmelo, assim modernas, que as notaram em seus diários, como antigos em seus manuscritos”, e citou especialmente Samuel Fritz, Mateus Scutero, La Condamine, e Cristobal de Acuña.

Afirmou que todo seu intento foi indagar a verdade para dela beber nas melhores fontes. Ele declara, também no prólogo, sua modéstia não afetada pelo nome de historiador, e “não sabia nem ainda o genuíno nome de História, por mais que nela me aplicasse sem fruto”. Diz que ao tempo em que se achava a Vice-Província do Maranhão às vésperas de ser Província “era preciso estar também prevenida a história para se vir no conhecimento das fervorosas ações de seus tão zelosos operários, que à custa de tantos suores e trabalhos, e até das próprias vidas fundaram-na e estabeleceram-na por espaço de muito mais de um século, visto que não faltaram memórias e escritos que os nossos antigos nos deixaram nos cartórios, não tendo servido até agora mais que de notas ao nosso descuido, e esquecimento à nossa obrigação”.

Relembra que a primeira nomeação de cronista foi a do padre Bento da Fonseca e que a ele conta suceder-lhe. Por espaço de três anos pôde alinhar com trabalho “estes poucos e mal arrumados cadernos, que, desde agora ofereço à tua censura, sem saber ainda o final desta portentosa catástrofe, nem tão pouco aonde me conduzirá o meu destino”. Seu trabalho foi penosíssimo pela circunstância de não ter amanuense que ajudasse à grande decadência de sua vista; era incisivo ao escrever: “por ora só te advirto, que no que toca à verdade, alma da história, não me afastei um ponto das que julguei mais bem averiguadas notícias, que era o mais a que se podia estender a minha limitada reflexão”.

A “História da Companhia de Jesus da Província do Maranhão e Pará” existia em códice da Biblioteca de Évora e sob o título de “Apon-

(218) Melo Moraes, *Corographia Historica*, cap. 23.

(219) Ver Serafim Leite, *HCJB*, VII, 383 e 247.

(220) Ed. Cândido Mendes. 548.

tamentos para a Chronica da Missão da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão” e na Biblioteca Nacional de Lisboa (221).

Foi traduzida uma cópia de Évora mandada fazer por D. Pedro II durante a missão de pesquisa de Gonçalves Dias (222) e dela se fez a edição preparada e prefaciada por Cândido Mendes de Almeida (223). Escreveu com razão Serafim Leite que não se pode considerar como primeira edição o texto desfigurado que apareceu na *Corographia Historica* de Melo Morais (224), ou nos “Apontamentos para a história dos jesuítas no Brasil extrahidas das Chronicas da Companhia de Jesus” (225), extratos preparados dos Antônio Henrique Leal que só servem como resumo e não como fonte de consulta (226).

Varnhagen não apreciou a obra, ao escrever que era “bem escrita, mas que pouco adianta a de Berredo, e não se distingue pelo critério histórico”. Capistrano de Abreu numa crítica à contribuição do Barão de Studart sobre Francisco Pinto e Luís Figueira escreveu que “do debate sae fundamente ferido, o cronista José de Morais, jesuíta cuja veracidade está pedindo meças à mordacidade do beneditino Gaspar da Madre de Deus, o beijinho dos paulistas” (227). A mordacidade da opinião de Capistrano de Abreu é contrariada por Rodolfo Garcia e Serafim Leite. Escreveu o primeiro que não havia justiça ao que Varnhagen escrevera sobre José de Morais, “ele é, ao contrário, apesar de muitas inexatidões que encerra, facilmente reconhecíveis pelo leitor instruído, uma fonte abundante de notícias, que até sua publicação eram ignoradas. Lastima é que não aparecesse a segunda parte perdida, perdida no confisco dos papéis dos jesuítas, a que se procedeu no Colégio do Pará” (228). Serafim Leite duas vezes se manifestou sobre José de Morais. Na primeira (229) declarou que Morais é autos estimado em assuntos posteriores a Bettendorff e cita a crítica de Varnhagen e a correção de R. Garcia; na segunda (230) afirma que “o que nos legou é livro bem ordenado, escrito no melhor estilo da época, e com muitas notícias que em vão se buscariam em escritores precedentes”.

(221) Serafim Leite, *HCJB*, IV, 322, notas 4 e 5. Na primeira se escreve que já havia desaparecido de Évora em 1939 quando quis examiná-la.

(222) “Catálogo dos Documentos mandados copiar pelo Senhor D. Pedro II”, existente no Instituto Histórico, *RIHGB*, 1906, t. LXVII, parte 1, pp. 24-26. Este Catálogo atribui-se a Capistrano de Abreu.

(223) *História da Companhia de Jesus da extinta Província do Maranhão e Pará pelo Padre José de Morais na mesma companhia*, tomo I das *Memórias para a História do Extinto Estado do Maranhão cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Peauhy, Grã Pará e Amazonas coligidas e annotadas por Cândido Mendes de Almeida*, Rio de Janeiro, 1860.

(224) Rio de Janeiro, 1859, vol. III.

(225) *RIHGB*, 1873, t. XXXVI, parte 2.ª, 101-149.

(226) Existe também uma cópia na Biblioteca Nacional “Catálogo de Manuscritos sobre o Maranhão” *ABN*, 1850, v. 70, p. 131, n.º 7.

(227) “Tricentenário do Ceará”, *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, 1.ª ed. Rio, 1930. pp. 243-244 e 4.ª ed., Rio, 1975, 146.

(228) Nota 63, pp. 178-179 da 3.ª ed. integral da *História Geral do Brasil*, de F. A. Varnhagen.

(229) *HCJB*, IV, 325.

(230) *HCJB*, VIII, 383.

8.5. Mathias Rodrigues

Mathias Rodrigues (Portelo, Miranda, Portugal, 1729 — entre 1775-1780) entrou para a Companhia em Lisboa em 1748 e nesse mesmo ano seguiu para o Maranhão, onde concluiu os estudos. Deportado em 1760 para o Reino e daí para a Itália. Em 1774 vivia em Rufinelo, onde outros jesuítas portugueses se refugiaram e não está na lista dos que residiam na Itália em 1780⁽²³¹⁾, sendo a primeira e a segunda partes relativas à perseguição no Estado do Brasil pelo padre Francisco Silveira. Escreveu ainda a “*Historia Popovinciae Maragnonensis Societatis Iesu Pars Prima: Ortus et res gestas ab anno 1607 ad 1700 complectens*”, que apesar do título só vai até 1660. O códice sobre origens e efeitos da Vice-Província Jesuítica no Maranhão pertencia a J.F. de Almeida Prado, cuja biblioteca está hoje na Biblioteca da Universidade de S. Paulo (Estudos Brasileiros). Serafim Leite já havia descrito o códice, sem fazer a identificação de autoria⁽²³²⁾ e fez a atribuição na *História da Companhia*⁽²³³⁾.

(231) *Maragnonensis Vice-Provinciae Historia per litteras exhibetur Centum-Cellis scriptas a Patre Mathias Rodrigues Maragnonensis Vice-Provinciae alumno ad. R. Adm. P. N. Laurentium Ricci anno 1761*. Está na Biblioteca Real de Bruxelas e é a parte primeira de um códice com o título “*Historia Persecutionis Maragnonensis et Brasiliensis Provinciarum*”.

(232) *Páginas de História do Brasil*, 1937, 241-248.

(233) 111, XXXII-XXXIII.

CAPÍTULO II

OS FRANCISCANOS

1. Considerações gerais. 2. Manuel da Ilha. 3. Martin de Nantes. 4. Frei Fernando da Soledade e Frei Apolinário da Conceição. 5. Antônio de Santa Maria Jaboatão.

1. Considerações gerais

Nenhuma outra Ordem Religiosa como a de Jesus cultivou tanto a História, revelando tanta confiança no seu julgamento. Não há produção a que não corresponda uma crônica, um relato, um registro. O julgamento futuro, histórico e sobrenatural interessa, senão igualmente, pelo menos correspondentemente. Uma atitude ativa em face da História, produtora de historicidade, não é propriedade de nenhuma instituição, como não o é de nenhuma classe de homens, mas parece existir uma relação entre o produtor e o registro. As nações no auge de sua fabricação histórica mundial sempre aspiram reservar para o futuro os dados do julgamento. O produtor anseia pelo veredito da história como uma espécie de justiça transcendental, baseada na bondade ou maldade de seu produto. Mas nem todos têm seus olhos voltados para o futuro, para os futuros historiadores. Muitos se contentam com uma atitude passiva e consumidora, e não anseiam pelo julgamento, já que a justificativa de seus atos, sabem eles, não pertence ao futuro, mas à geração atual, aos contemporâneos, cuja aprovação almejam. Outros parecem contrapor à justiça contemporânea, a histórica, a sobrenatural. Os autores jesuíticos acreditam na justiça histórica e na sobrenatural, e os religiosos de outras ordens não parecem crer muito na primeira. Essa é a justificativa que nos faz compreender como tanta ação dos religiosos franciscanos, carmelitas e outros se diluiu nos documentos oficiais contemporâneos e pouco deixou escrito que fixasse para o futuro a benemerência de sua atividade ⁽¹⁾.

Quanto à pobreza da documentação e da historiografia franciscana basta dizer que o martírio dos primeiros franciscanos mortos pelos índios da costa, entre 1501 e 1521, foi pela primeira vez mencionado em 1611, e embora os primeiros cronistas do Brasil e as fontes jesuíticas a ele se referissem, os próprios autores europeus da história franciscana desconhecem o fato ⁽²⁾.

(1) O mesmo se deu na Argentina. Vide Rómulo D. Carbia, *Historia Crítica de la Historiografía Argentina*, Buenos Aires, 1940, 211-212.

(2) Frei Odulfo van der Vat. O. F. M., *Princípios da Igreja no Brasil*, Petrópolis, 1952, 21-43.

É certo que desde 1619 o Ministro Geral da Ordem, Frei Benigno de Gênova, ordenara “que todas as províncias encarregassem um dos seus religiosos de compor uma resenha da sua própria história”. Frei Manuel da Ilha foi incumbido de escrever sobre a Custódia franciscana do Brasil, o que fez na obra intitulada “*Divi Antonii Brasiliae Custodiae enerratio seu relatio*”, que permaneceu inédita até 1975 ⁽³⁾. Baseou-se, segundo ele próprio diz, em “relações e memórias por mim durante muito tempo solicitadas e procuradas”, pois nunca esteve aqui. Fornece uma relação dos conventos e das aldeias até então existentes e assina “no convento de Santa Catarina de Carnota, Portugal, aos 30 de agosto de 1621” ⁽⁴⁾. Também se sabe que Frei Vicente do Salvador, autor da *História do Brasil* de que trataremos mais adiante, escreveu uma “Crônica da Custódia do Brasil”, “daquela mesma Custódia a que ele pertencia, cujo superior fora, e sobre a qual Frei Manuel pretendia também escrever uma crônica”. Supõe assim Frei Odulfo van der Vat que Frei Vicente do Salvador tivesse sido informante de Frei Manuel, quando esteve em Portugal entre 1617 a 1620 ⁽⁵⁾. A Crônica que compusera, quando guardião do convento da Bahia desde 1612, ou quando custódio de 1614 a 1617, foi mencionada por Jorge Cardoso, no *Agiológico Lusitano* ⁽⁶⁾, que a chamou de breve. “Breve deveria ser efetivamente, pois incluindo seu tempo de custódio, abarcava apenas trinta anos”, escreve Capistrano, e acrescenta: “Conteria matéria valiosa quanto à catequese dos índios confiados ao caprichos e, nas digressões a que o autor não era avesso quando o assunto principal escasseava, informações de caráter geral. Trataria da fundação dos diversos conventos, das pessoas que contribuíram para sua erecção, casos edificantes, milagres que nunca faltavam. Por onde andarão? Levando-a consigo seu autor para a província (de Portugal) no ano de 1618, assim a ela como a esta custódia só nos ficou a notícia que desta obra nos dão os estranhos, escrevia Jaboatão no Preâmbulo digressivo do *Novo Orbe Seráfico*. Considerar a Crônica da Custódia primeira parte desta *História* de Frei Vicente do Salvador como fez Varnhagen, é esquecer o tamanho das duas, as datas das respectivas composições, o intuito bem definido de cada uma” ⁽⁷⁾.

2. Manuel da Ilha

A primeira crônica jesuítica geral por Frei Manuel da Ilha, *Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil 1584-1621*, acaba de ser editada em edição bilíngüe, latina e portuguesa ⁽⁸⁾.

(3) Frei Odulfo van der Vat, *ob. cit.*, 30.

(4) Frei Bonifácio Muller, O. F. M., *Convento de Santo Antônio do Recife 1606-1956. Esboço Histórico*, Recife, 1956, p. 6. O original se conserva no convento “Dei Santi Quaranta”, em Roma. Foi descrito na *Revista Ibero Americana*, Madri, 1914, vol. 1, 500-514.

(5) Frei Odulfo van der Vat, *ob. cit.*, 33.

(6) Lisboa, 1652-1666, 3 vols.

(7) Nota preliminar de Capistrano de Abreu à *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, São Paulo, 1918, XIV.

(8) Intr., notas e trad. port. por Frei Ildefonso Silveira, O. F. M., Petrópolis, 1975, com uma apresentação de Frei Venâncio Willeke, O. F. M.

Como escreveu Frei Venâncio Willeke ela ocupa o primeiro lugar entre os antigos manuscritos franciscanos e aparece publicada 350 anos depois de sua origem. Muitos documentos anteriores à guerra holandesa desapareceram do arquivo custodial de Olinda, enquanto o autor da *Narrativa* transmite preciosa documentação quinhentista relativa à fundação da Irmandade baiana de Santo Antônio do Aguim e às missões dos Frades na Paraíba.

A *Narrativa* trata propriamente da custódia de Santo Antônio, ou seja de 1585 a 1621 e se refere também aos missionários anteriores, Frei Henrique de Coimbra, os mártires de Porto Seguro e vários outros isolados ou não. Os franciscanos não se estabeleceram definitivamente no Brasil até 1585, aparecendo apenas grupos esporádicos de missionários que pertenciam a várias províncias religiosas e países diferentes. Acentua Frei Willeke que Frei Manuel da Ilha não conhecia o Brasil, baseando-se em informações alheias, o que faz sua informação sumária e contendo lapsos. O assunto principal é a criação dos nove conventos da custódia, os necrológios de alguns missionários, as missões mais importantes, a lista dos custódios e a questão entre jesuítas e franciscanos, no início da catequese paraibana.

Julga Frei Willeke que, afora os documentos por ele reproduzidos, Manuel da Ilha não deve ter recorrido muito ao arquivo provincial de Lisboa, mas sim às informações dos confrades missionários, sobretudo os custódios que voltavam ao Reino.

Além da vinda primeira dos franciscanos e dos novos conventos, ele cuidou das confrarias, ermidas, missão entre os potiguares, seus ritos, costumes, a controvérsia entre jesuítas e franciscanos na Paraíba com a vitória destes últimos e os atos do governador Feliciano Coelho de Carvalho (1595-1600).

A introdução de Frei Ildefonso Silveira, professor de História Eclesiástica em Petrópolis, examina os principais problemas da edição, suas fontes, o manuscrito, o estilo, a edição por ele preparada adianta nosso conhecimento primitivo sobre os franciscanos no Brasil. Ele trata sempre diferentemente moradores e índios, e cuida da catequese pretendida pelos franciscanos. Anota as lutas entre franceses luteranos (calvinistas) e portugueses católicos.

Na Paraíba ele observa com cuidado: “Aqui como nas demais aldeias e doutrinas, os pobres de Cristo alimentam-se com farinha feita de raízes de certa planta que os indígenas cultivam, com carne de animais selvagens e de peixes que os mesmos caçam e pescam com grande habilidade e arte; a esse mister dedicam-se de todo o coração. Jamais usam vestes, mas andam sempre nus; nada têm de próprio, pois tudo é comum. Os Religiosos prescreveram que em todas as doutrinas (missões), ao menos as mulheres, quando viessem à Igreja, vestissem uma túnica, por causa da honestidade. Mas como na maior parte são inclinados pela natureza, elas a tiram logo que saem da igreja e a levam debaixo do braço” (9).

(9) *Ob. cit.*, 90.

Conta a luta em 5 de agosto de 1597 de uma multidão de potiguares com soldados franceses luteranos (calvinistas) contra a aldeia portuguesa (10). “Para resumir, direi que aos franciscanos se deve tudo quanto se fez nas aldeias da Capitania da Paraíba durante cerca de 25 anos contínuos, dedicados aos enfermos, à conversão dos infiéis, à instrução dos catecúmenos, à conservação dos convertidos, à administração dos sacramentos e ao exercício de outros trabalhos e perigos” (11).

Frei Manuel Insulano (da Ilha) pregador e membro da Província de Santo Antônio terminou sua *Narrativa* atestando que conforme a prescrição e ordem a ele dada pelo Frei Benigno de Gênova, ministro geral de toda a família franciscana, leu e extraiu todas as coisas dignas de memória das relações e memórias sobre a custódia brasileira longa e cuidadosamente por ele procuradas e investigadas (12).

3. Martin de Nantes

A obra talvez única do século XVII sobre outras missões não jesuíticas é a *Relation Succincte et Sincère de la Mission du père Martin de Nantes, Prédicateur Capucin, Missionnaire Apostolique dans le Brésil*. Martinho de Nantes ingressou na Ordem em 1659 e em 1671 foi enviado a pregar em Lisboa e daí encaminhado ao Brasil, onde chegou à Bahia a 30 de agosto de 1671 (13). Depois de passar uns dias em Salvador, seguiu para uma aldeia cariri a 70 léguas de Pernambuco. Descreve a aldeia e o início de sua missão, partindo logo depois para o São Francisco, cuja região, costumes, hábitos e doenças dos índios caracteriza e narra. Diante das vexações que sofria do grande proprietário de terras Garcia d'Ávila, Martinho de Nantes vem à Bahia, onde defende ativamente os Cariri e a possibilidade de sua conversão. Sua obra é importante como uma das relações capitais sobre a catequese e a confederação dos Cariri (1670) e a Guerra dos Bárbaros (1683), capítulos da conquista do sertão, e como retrato da vida no interior do São Francisco. Tendo aprendido a língua, “sem o que se é bárbaro entre bárbaros”, possuído de candura e desinteresse, Nantes escreveu, em parte, com seu conhecimento de um dos grupos indígenas cariri que maior influência exerceu no físico, nos costumes e no vocabulário logo após os tupi, a história de Francisco Dias d'Ávila e de sua luta pela posse latifundiária, contra os indígenas. Não foi simpático aos portugueses, que acusa de sensuais, ociosos e desinteressados pelo gentio pela língua cariri. O Brasil “est un exil et une retraite de plusieurs criminels, soit au Tribunal de l'Inquisition ou à l'autre Tribunal: ce Pays se remplit plus d'Habitants defectueux et vicieux que d'autres,

(10) *Ob. cit.*, 103.

(11) *Ob. cit.*, 107.

(12) *Ob. cit.*, 141-142.

(13) P. F. Fidelis M. de Primerio, *Capuchinhos em Terras de Santa Cruz nos séculos XVII, XVIII e XIX*, São Paulo (1940), 61-63. 30 de agosto e não 3, data da sua segunda chegada à Bahia, vindo do sertão.

parce qu'on vit dans le Brésil avec beaucoup de liberté et de libertinage, et que le crime y règne assez impunément". Os governadores eram então enganados por essa gente e não reprimiam devidamente os massacres de índios ou as devastações de d'Ávila para se apossar de terras devolutas no São Francisco. Foi somente com a carta régia de 20 de janeiro de 1699 que se introduziu alguma ordem no sertão criando-se os juízes. Com a chegada de Bernardo de Nantes, Martinho recebeu ordem de ser superior na Bahia. Durante 5 meses ensinou a Bernardo a língua cariri, e este com o proveito da missão escreveu um dos catecismos nessa língua⁽¹⁴⁾, depois de vinte e três anos de exercício missionário.

A *Relação* é uma das principais crônicas sobre a Guerra dos Bárbaros, a Missão dos Cariri, as lutas entre os latifundiários: nela não se encontram, como adverte o autor ao leitor, "les actions éclatantes, les aventures et les merveilles que vous aurez lu dans les Relations des Missions du Japon, du Perou, du Siam, de la Chine", etc., mas os trabalhos de conversão de pobres selvagens, que não têm reis, nem leis, nem governos, nem artes, nem ciências, nem escrita e que viviam mais como bestas que como homens e que sofrem opressões e vexações dos "criminosos exilados de Portugal". A simplicidade do estilo, a sinceridade das opiniões, a substância da matéria, que não é só de interesse para a etnografia, mas para a historiografia, e, finalmente, o não ter escrito a *Relação* para o público⁽¹⁵⁾, mas para os superiores que decidiram publicá-la, tornam este escrito um documento de extrema significação.

O Barão de Studart escreveu excelente estudo sobre o Padre Nantes, divulgando também trechos da obra⁽¹⁶⁾. No seu resumo crítico Studart estudou os dezesseis anos de Nantes no interior do Brasil (1671-1687), suas lutas com Dias d'Ávila, um potentado latifundiário que explorava os cariri. Homem pequeno de corpo e alma, d'Ávila valeu-se de todos os recursos para manter seu poderio sobre as terras e afastar e despojar os índios. Conta tudo sobre sua viagem a Salvador, seu contato com os jesuítas, com os governadores (Roque da Costa Barreto, 1678-1682 e Antônio de Sousa Menezes, 1682-1684) e as oposições de d'Ávila. Martin de Nantes não voltou mais ao Brasil por motivo de desacordo, que sobreveio entre Roma e a Corte de Portugal com respeito aos capuchinhos de nacionalidade francesa, dos quais se exigiam juramentos de fidelidade e outras obrigações que a eles não ficava bem aceitar.

(14) *Catecismo Indico da Lingua Kariri*, Lisboa, 1709. Vide descrição bibliografia in Vale Cabral, *ABN*, 1881, vol. VIII 164. Os cariri descritos pelo Padre Martin e em cuja língua foi feito o Catecismo de Bernardo pertenciam ao grupo Dubucua. O Padre Luis Vicêncio Mamiani havia publicado alguns anos antes *O Catecismo da Doutrina Christã na lingua brazilica da Nação Kiriri* (Lisboa, 1698), no dialeto Quipêta dos Cariri, que formam com o primeiro os dois grupos mais importantes dos quatro em que se divide a nação Kiriri. Vide "Explicação" de Rodolfo Garcia à edição fac-similar da Biblioteca Nacional do Catecismo Kiriri (Rio, 1942).

(15) 1.ª Ed. Quimper, 1707 2.ª Roma; 3.ª fac-similar, Bahla, 1952, com notícia bibliográfica e comentário de Frederico G. Edelwels, prefácio não numerado. Os trechos transcritos in pp. 121-122 e o último no prefácio.

(16) "O Padre Martin de Nantes e o Cel. Dias D'Ávila", *RIC*, t. XLV, 37-52.

4. Frei Fernando da Soledade e Frei Apolinário da Conceição

A *História Seráfica Cronológica da Ordem de São Francisco na Província de Portugal* ⁽¹⁷⁾ é pouco conhecida e a ela recorreram Frei Odulfo van der Vat nos seus *Princípios da Igreja no Brasil* ⁽¹⁸⁾ e Frei Venâncio Willeke ⁽¹⁹⁾.

Frei Apolinário da Conceição (Lisboa, 1692-1759) foi franciscano da Província do Rio de Janeiro, onde chegou aos 13 anos e alcançou ser procurador geral e cronista da Província em 1740. Escreveu obra variada sobretudo sobre os franciscanos que Inocêncio Francisco da Silva registrou ⁽²⁰⁾.

A *Primazia Seráfica na região da América Novo Descobrimto de santos e veneráveis religiosos que enobrecem o novo mundo com suas virtudes e ações* ⁽²¹⁾ é um livro singular e raro, seu objetivo é mostrar a primazia que na conversão da América teve a Ordem Seráfica. Para isso pareceu-lhe conveniente referir-se aos santos e religiosos que se distinguiram no Brasil, tanto no ministério apostólico quanto na exemplaridade de suas vidas. No seu prólogo acentua esse esforço em mostrar seus heróis que com “zelo apostólico produziram frutos copiosos e conseguiram tirar do cativeiro do demônio muitas almas”. O censor descobriu-lhe zelo ardente e diligência insaciável. A obra começa com o descobrimento da América e a chegada do primeiro capucho. Uma de suas fontes foi o *Cuidado com o Tempo*, um manuscrito de Frei Cristovão da Madre de Deus ⁽²²⁾.

O estilo em que escreveu foi louvado pelos censores e Inocêncio declara que o estilo e a linguagem de suas obras nem sempre era puro e correto como seria para desejar. Ao todo são 26 capítulos e termina com uma memória dos 26 religiosos veneráveis que resplandeceram no Brasil. Suas obras foram quase sempre noticiadas na *Gazeta de Lisboa* ⁽²³⁾.

Resumindo o sentido da obra pode-se dizer que ela gira em torno dos santos e religiosos que se empregaram na conversão do gentio, e é um bom exemplo de como a história pensou em ser a *demonstratio evangelica*.

5. Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão

Frei Jaboatão (Sant’ana do Jaboatão, PE, 1695 — Salvador, 1779) professou as ordens sacras seráficas em 1779, no Convento de Santo Antônio do Paraguaçu, aos 22 anos. Concluídos os estudos, por trinta anos exerceu vários encargos, e em 1755, depois de ser definidor do capítulo

(17) Lisboa, 1709.

(18) Petrópolis, Vozes, 1952.

(19) *Franciscanos na História do Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1977.

(20) *DBP*, I, 300-301 e VIII, 322-323.

(21) Lisboa, 1733.

(22) Vide biografia detse in *RIHGB*, t. XIII, 125, extraída da *Biblioteca Lusitana* de Barbosa Machado.

(23) *Noticias Históricas de Portugal e Brasil* (1715-1756), Coimbra, 1716, 187, 195, 209.

deste ano, foi cronista da ordem. Foi poeta e pregador famoso, e membro da Academia Brasílica dos Renascidos. Sua atividade intelectual principal foi a de cronista e a de genealogista, e é sobre a primeira que seu nome se incorpora aqui, ficando a de genealogista para o capítulo próprio tratado mais adiante.

Quem escreveu seus primeiros dados biográficos foi Frei Domingos do Loreto Couto nos seus *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco* (24). Aí se escreveu que era filho do Sargento-mor Domingos Coelho Meireles, natural do mesmo lugar e de D. Francisca Varella, “ambos de principais famílias”. Loreto Couto escreveu que depois de ter aprendido latim, humanidades, estudado filosofia e teologia se tornou “excelente retórico, e elegante orador”. Escreveu muito e preparou vários tomos de sermões. Sua bibliografia se encontra em Inocêncio (25) e Frei Venâncio Willeke escreveu-lhe o melhor estudo biográfico-histórico, tratando do noviço, do corista, do pregador, do cronista, e de suas obras publicadas e inéditas. Jaboatão foi membro da *Academia Brasílica dos Renascidos* (26), na qual revelou seu caráter bajulatório escrevendo umas décimas em homenagem ao todo-poderoso Marques de Pombal, o Mecenas da Academia (27).

Sobram alguns Sermões (28), entre os quais o “Sermão da Restauração de Pernambuco do Domínio Hollandez”, pregado na Sé de Olinda, em 1731 (29), a maioria reunida em *Jaboatão Místico em correntes sacras dividido* (30), oferecido a Luís José Correia de Sá, governador e capitão geral de Pernambuco, composto de orações panegíricas e sermões comemorativos, quase todos repletos de citações latinas, sem nenhuma inspiração ou preocupações brasileiras, palavrosos, sempre louvando os portugueses, os colonizadores, e a gente dominante, e sobretudo D. José e seu poderoso ministro. Há um aspecto curioso na oração em que louva o Beato Pardo Gonçalo Garção, protetor de todos os pardos, natural da Índia, na qual distingue pardos, negros e morenos, e louva a cor parda como a mais perfeita (31).

Sua obra importante como historiador franciscano é o *Orbe Seraphico Novo Brazilico* (32). Escreveu no antelóquio que essa História a fez por preceito de obediência, considerando-se impróprio para ela, e tendo apenas encontrado alguns apontamentos feitos pelo primeiro encarregado de escrevê-la e nada do segundo. Foi em 1752 que a Mesa da definição determinou se escrevesse a história da Ordem e ele teve que procurar os elementos precisos pelos arquivos dos conventos de todas as províncias e nos cartórios. Teve um secretário que como ele percorreu e visitou todas as províncias a ver seus arquivos, rever papéis, esquadrinhar notícias, sem

(24) *ABN*, vols. 24-25, vide 25, 14-15.

(25) *DBP*, t. 1, 201-202 e VIII, 246-247.

(26) Alberto Lamago, *Academia Brasílica dos Renascidos; Sua Fundação e Trabalhos Inéditos*, Paris, 1923, 11.

(27) *Ob. cit.*, 44-45.

(28) Inocêncio Francisco da Silva, *DBP*, t. 1, 201.

(29) *RIHGB*, XXIII, 365.

(30) Lisboa, 1758.

(31) *Jaboatão Místico, ob. cit.*, 167-211.

(32) Lisboa, 1761, 2 vols.

reserva alguma e numa diligência que não foi infrutífera, que registrava mais que embaraçava, e que laçou luz a uma história compreensiva do passado e do presente, do moderno e do antigo. O título *Orbe* se inspira na obra do Padre Gubernantis, que escreveu de toda Ordem, dando-lhe o título de *Orbis Seraphicus*, porque nele se continham as atas da família franciscana e seráfica espalhadas pelas quatro partes do mundo; *Novo Brasílico* por se tratar dos frades menores do Brasil. Ele segue a ordem cronológica, a carreira dos anos, das fundações dos conventos.

A “frase”, escreveu Jaboaão, “e estilo, pelo que se deixa ver, parece claro, e corrente, e sem afetação natural, atendendo a que escrevemos História e não Panegírico”. Para ele é uma história que há de servir a todos; cita poucos autores, porque escreveu a história primitiva de uma Província, sobre a qual nenhum autor escreveu e só se aproveitou para ela das notícias da mesma Província, e nem estas as achou em livros, ou cadernos, ordenados. Somente encontrou alguns papéis e assentos avulsos. Na descrição dos capítulos e suas fundações, quando é necessário e não tem dúvida, apontou os autores. Teve pouco tempo e com sua letra escreveu os dois volumes além de ter copiado os tratados.

O livro se compõe de várias digressões como denomina seus capítulos. Na primeira trata da viagem e descoberta, na segunda dos Índios, na terceira de Diogo Álvares Corrêa, o Caramuru, na quarta de São Vicente; depois, seguem-se Rio de Janeiro, Espírito Santo, Porto Seguro, Cairu, Baía de Todos os Santos; segue-se uma digressão sobre os estudos e os religiosos que escreveram e do que está impresso ou se acha em manuscrito; a digressão VI é o capítulo sobre o seráfico Patriarca nos distritos das Capitanias de Ilhéus, Sergipe do Conde, Penedo, Alagoas, Serinhaem, Recife, Iguaraçu.

A obra não ficou completa nesta edição de 1761 e foi preciso que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a editasse, com o novo título de *Novo Orbe Seraphico Brasílico*, ou *Chronica dos Frades Menores* ⁽³³⁾, bem mais ampla, mas com os mesmos defeitos de composição, veracidade e louvação, que marcam o livro de Jaboaão ⁽³⁴⁾.

A obra mereceu muita crítica, a principiar com a de Diogo Soares da Silva Bivar ⁽³⁵⁾. Bivar examinou minuciosamente toda a obra composta de sete livros e ajuíza assim: “O estilo do autor peca algum tanto no mau gosto dos seiscentistas, e se bem que a sua dicção seja portuguesa no que guardára escrupulosa castidade, de força é confessar que de tal arte a trava ele com períodos extensíssimos e frases mal cudentes, que na leitura cansa e descompassa; a sua piedade o fez acreditar por sobrenatural o que talvez não é, e todavia pode dizer-se que não mostra superstição, mas antes cristandade, para explicar-me em referência ao nosso respeitável autor, com as mesmas palavras que usara um sábio acadêmico falando

(33) Rio de Janeiro, 1859-1862, 3 volumes.

(34) Alguns trechos foram publicados na *RIHGB*, 1935-37, 24-49.

(35) Parecer sobre a 2.ª parte da “*Chronica dos Frades Menores da Província de Santo Antônio do Brasil*”, *RIHGB*, II, 380-387.

do venerável Anchieta. E em suma, senhores, a obra do Padre Jaboatão, como quer que seja, destinada a consagrar os fatos da Ordem de Santo Antônio do Brasil, abraça no seu complexo tantos fatos e notícias interessantes para a história geral do nosso país, que o seu A. tem direito incontestável a ser contado entre os seus mais graves escritores” (36).

Pedro Taques achava que Rocha Pita e Jaboatão escreveram sem documentos (37).

Varnhagen comentou apenas que ele escreveu obra que ainda o recomenda (38) e D. Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo da Bahia, num estudo sobre Vieira chamou-o “um antigo e excelente historiador brasileiro, hoje pouco conhecido” (39).

Cândido Mendes de Almeida, correto e erudito historiador, louvando Simão de Vasconcelos escreveu que ele ficava “à larga distância do pesado, incorreto e fastidioso Jaboatão” (40). Carlos Malheiros Dias achou que Jaboatão, tal como Simão de Vasconcelos, Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus, empenhou-se em transfigurar e dramatizar os episódios de João Ramalho e Diogo Álvares (41).

Benevolente, simpático à sua obra, foi Brás do Amaral em cujas anotações às *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia* de Accioly Cerqueira e Silva (42) se lê que Frei Jaboatão foi “culto, estudioso, exato, escritor consumado” e ainda “ele é um narrador imparcial, ligado ao seu assunto, e dotado de especial talento descritivo”. E neste tom o louva sem restrição, como o fez Gilberto Osório de Andrade, que não poupa elogios à admirável capacidade bajulatória de Jaboatão, que exemplifica com seus versos laudatórios escritos desde moço até os 74 anos. Sempre nos sonetos e nas décimas o espírito dominante é congratulatório e encomiástico (43).

O melhor estudo sobre Jaboatão é o de Frei Venâncio Willeke opinando que “entre os franciscanos brasileiros do Século XVII, figura Frei Antônio de Santa Maria de Jaboatão, como um dos mais afamados, em virtude de sua rara inteligência e das primorosas obras que o distinguem”. Na conclusão afirma que *Orbe Seráfico* é uma obra-prima que, além de constituir a única crônica franciscana completa do Brasil colonial, inclui precisos dados da história pátria (44).

(36) *Ob. cit.*, 386.

(37) *DIHCSP*, Arquivo do Estado de São Paulo, São Paulo, 1896, IV, 19.

(38) *História Geral do Brasil*, 3.^a ed., IV, 327.

(39) “Breve memória áurea da naturalidade do Padre Antônio Vieira” *RIHGB*, XIX, 12.

(40) “Notas para a História Pátria (4.^o artigo) A catastrophe de João de Bolis foi uma realidade.” *RIHGB*, XLII, 173.

(41) *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Porto, 1924, p. XXXIX.

(42) Bahia, 1937, V, 439-440.

(43) Inéditos de Frei Jaboatão, Recife, 1949.

(44) “Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão O. F. M.” *RH*, 93, 47-67 e “Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão” in *Franciscanos na História do Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1977, 88-99. O segundo estudo apresenta variações e é mais bem feito e completo.

OS AGOSTINIANOS

Frei Agostinho de Santa Maria (Extremós, agosto 1642 — Lisboa, abril 1728) chamava-se no século Manuel Gomes Freire. Professando a regra dos agostinhos descalços exerceu vários cargos na Ordem, sobretudo o de cronista e vigário-geral da Congregação. Diz Inocêncio Francisco da Silva que foi escritor laborioso e fecundo, deixando extensa bibliografia ⁽¹⁾.

Das 18 obras publicadas, originais e traduções, destaca-se o *Santuário Mariano* ⁽²⁾, cujos novo e décimo volume são inteiramente dedicados ao Brasil, ou aos territórios sujeitos à jurisdição do Arcebispo da Bahia e suas dioceses dependentes, os bispados de Olinda, Recife, Maranhão, Grão-Pará e Rio de Janeiro. O *Santuário* é, como bem escreveu Enéas Martins Filho ⁽³⁾, uma espécie de enciclopédia escrita “em graça dos pregadores e devotos de Nossa Senhora”, e na qual “estão descritos 1.777 santuários (igrejas, capelas, ermidas, altares) dedicados ao culto da Virgem Maria, no Reino de Portugal e em seus domínios de além-mar”.

A descrição geral da obra serve como um guia para orientação dos pesquisadores especializados. Os dois primeiros tomos descrevem os santuários, situados na Corte, na cidade e arcebispado de Lisboa; o terceiro, os santuários dos bispados de Guarda, Lamego Leiria e Porto Alegre (Portugal) e os do Priorado do Cristo e da Prelazia de Tomar; o quarto, os santuários do Arcebispado de Braga e do Bispado de Coimbra; o quinto, os do Arcebispado de Porto, Vizar e Miranda; o sexto, os santuários do Arcebispado de Évora e os Bispados do Algarve e de Elvas; o sétimo é um suplemento com a descrição dos santuários omitidos nos volumes anteriores; o oitavo descreve os santuários da Índia Oriental, da Ásia Insular, da África e das Filipinas; o nono, dedicado ao 5.º Arcebispado da Bahia e Primaz da América Portuguesa, D. Sebastião Monteiro da Vide ⁽⁴⁾, descreve 194 santuários, dos quais 132 na Bahia, 45 em Olinda — Recife, 8 no Maranhão, e 9 no Pará; o décimo descreve 147 santuários, sendo 84 no Rio de Janeiro, 40 na Capitania de São Paulo, 13 em Minas Gerais, 5 no Espírito Santo, 4 no Paraná e Santa Catarina e na Colônia do Sacramento. Dos 84 santuários do Rio de Janeiro, 34 estão situados na própria

(1) *DBP*, Lisboa, 1858, t. 1, 18-20.

(2) Lisboa, 1707-1723, 10 tomos.

(3) “O Santuário Mariano e seus autores” *RIHGB*, 269, 115-126.

(4) Autor das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, 1.ª ed., Lisboa, 1719, 2.ª Coimbra 1720, 3.ª São Paulo, 1853. Resume as propostas e aceitação feitas no Sínodo Diocesano de 1707 e é obra capital para a história da Igreja no Brasil.

cidade do Rio de Janeiro. Além disso neste último tomo aparecem os santuários das ilhas do Mar Oceano, inclusive Canárias.

Enéas Martins Filho, a quem sigo no seu artigo especializado, declara que, apesar de editada sob a responsabilidade de Frei Agostinho de Santa Maria, toda parte referente ao Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo e o Sul em geral é de autoria do carioca Frei Miguel de São Francisco, do Convento de São Francisco do Rio de Janeiro⁽⁵⁾. Para creditar sua afirmação de autoria encontrou Enéas Martins Filho várias referências no texto a Frei Miguel, três vezes Provincial, a quem se refere como “nosso autor” na parte relativa ao Rio de Janeiro.

A atribuição é esclarecida ao escrever Enéas Martins Filho que a parte geral do tomo X é de Frei Santa Maria e a parte de Frei Miguel é a descrição geográfica e histórica do Rio de Janeiro, fonte preciosa.

Enéas Martins Filho tentou reconstituir a vida de Frei Miguel que, nascido no Rio, aqui exerceu atividades missionárias, sobretudo em Angra dos Reis e Macacu, por volta de 1680-1681; foi vigário provincial, e oitavo provincial (1701-1703), reeleito provincial (1713-1715) e faleceu em 1734. Monseñor Pizarro⁽⁶⁾ a ele se refere várias vezes, às suas memórias e trabalhos, como fonte valiosa, por sua naturalidade e conhecimento⁽⁷⁾.

Para Enéas Martins Filho foi entre 1688-1689 que Frei Miguel viajou para o Reino, e deveria ter nascido entre 1648-1658. A redação da notícia referida por Frei Agostinho deveria ser também de 1711 e destruída quando da depredação do convento no ataque francês de 1711. Teve então Frei Miguel de redigir nova notícia pelos anos de 1713-1714, determinados por sua referência “neste ano de 1713” e “neste ano de 1714”.

Aponta Enéas Martins Filho seu estilo pessoal e espontâneo, seus reparos humorísticos e detalhes históricos oferecidos em sua contribuição. Ao descrever os santuários revela-nos os caminhos e trilhas existentes nos primórdios do século XVIII. Enéas Martins Filho, com seu estudo, realçou a figura de Frei Miguel de São Francisco, mostrando que o volume décimo é de sua autoria e não de Frei Agostinho⁽⁸⁾.

A obra em conjunto bem se ajusta aos princípios históricos do século XVIII. Ela gira em torno das imagens que se veneram no Brasil e todos os sucessos da vida civil e militar são atribuídos às intercessões milagrosas de Nossa Senhora⁽⁹⁾. Frei Agostinho era muito citado nos trabalhos dos Acadêmicos da Academia Brasileira dos Renascidos⁽¹⁰⁾.

(5) Não aparece em Inocêncio e Sacramento Blake, *DBB*, Rio de Janeiro, 1900, t. VI, 290-211, diz apenas a naturalidade do Rio, s/data, que viajou por Espanha e Portugal e que escreveu uma “Relação dos Santuários e imagens de Maria Santíssima de toaõ o bispado do Rio de Janeiro” e que Frei Santa Maria a ele se refere no seu *Santuário*.

(6) J. de S. Azevedo Pizarro e Araújo *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, 2.^a ed., 1945.

(7) *Ob. cit.*, II, 63, 75, 222, 225 e VIII, 242.

(8) Vide “O Santuário Mariano e seus autores”, *RIHGB*, 1965, 269, 115-126.

(9) O nono volume foi publicado em maio de 1722, como se lê nas *Notícias Históricas de Portugal e Brasil 1715-1750*, Coimbra, 1961, 75.

(10) Alberto Lamego, *A Academia Brasileira dos Renascidos*, Paris, 1923, 80, 82.

CAPÍTULO IV

OS BENEDITINOS

Apesar da fama que cerca os beneditinos, aos quais se devem tantos avanços na erudição histórica, sobretudo nas disciplinas auxiliares, como a diplomática e a paleografia, a verdade é que a historiografia religiosa no Brasil pouco deve a eles.

Frei Miguel Archanjo da Anunciação Teixeira de Azevedo (S. Vicente, ? — Olinda, — 1804) era irmão de Frei Gaspar da Madre de Deus. Ele entrou para a ordem beneditina no Mosteiro de São Bento de Salvador, e Pedro Taques na sua *Nobiliarchia Paulistana* a ele se referiu sucintamente quando trata dos Lemes. Taunay, que lhe esboçou a biografia ⁽¹⁾, diz que era o quinto filho do coronel Domingos Teixeira de Azevedo e de D. Ana de Siqueira Mendonça, ambos descendentes de antigas família paulistas. Perdendo o pai muito cedo resolveu abraçar a carreira eclesiástica, seguindo exemplo de dois irmãos, Frei Gaspar já citado e João Batista Teixeira de Azevedo, clérigo secular. Foi prior do Mosteiro de Santos e visitador e comissário nos demais mosteiros da capitania, São Paulo, Parnaíba, Sorocaba e Jundiá. Em 1765, no capítulo da ordem, foi Frei Miguel reeleito Prior Presidente do Mosteiro de São Bento de Santos (1766-69) e em 1769 abade de Olinda, para o qual foi reeleito para o triênio seguinte (1778-1780), novamente para o período de 1783-86 e finalmente Abade Provincial do Brasil (1786-89). Austero, disciplinado, bom administrador, foi sempre louvado nesta função e serviu às contendas religiosas. Morreu aos 3 de dezembro de 1804, sepultado na igreja de Olinda. Não era dado às investigações históricas como o irmão, mas, como Frei Gaspar, tinha facilidade para escrever e pendor pelos estudos históricos. Deixou escrita a “Chronica do Mosteiro de São Bento de Olinda até 1763” ⁽²⁾. A crônica se encontrava no Mosteiro de Olinda e abrange desde os fins do século XVI até 1763.

No seu prefácio ele declara que “a história não admite fingimentos, ela só deve ocupar-se das realidades; as hipérboles demasiadamente encarecidas, com que algumas vezes se engrandecem os fatos verdadeiros, se condenam nos historiadores, cuja narração deve ser sincera, simples e não

(1) “Frei Miguel Archanjo da Anunciação Teixeira de Azevedo”, in *AMP*, 1925, II, 235-243.

(2) *RIAGP*, 1941, vol. XXXV.

afetada, nem arrogante, por não parecer querer conciliar créditos mais com os alinhos da eloquência, do que com o verde dos sucessos. Ela deve contar o verdadeiro como verdadeiro, o falso como falso, o duvidoso como duvidoso”. A obra é de difícil leitura, de composição pesada, e, como a leitura do manuscrito foi incompleta, o texto está cheio de falhas ⁽³⁾.

(3) O Apêndice contém notas coligidas por D. Bonifácio Jansen, 145-151.

OS CARMELITAS

Na “Relação dos Mosteiros, Hospícios e Residências da Província de N. S. do Carmo da Bahia e de Pernambuco, do número dos seus Religiosos e das rendas de cada um deles, segundo a conta que deram os seus respectivos Piores e Vigários” (1) se vê a importância numérica e a riqueza do Carmo nas duas únicas capitanias de Pernambuco e Bahia, compreendendo também Sergipe.

Apesar da força econômica dos carmelitas e de sua composição numerosa, nada deixaram de significativo para a história dos carmelitas no Brasil. O pouco que se pode colher encontra-se no livro de Frei Manuel de Sá (Lisboa, 1690 — Lisboa, 1735), carmelita, definidor e provincial de sua Ordem, e membro da Academia Real da História (2).

Suas *Memórias históricas da Ordem de Nossa Senhora do Carmo da província de Portugal* (3) contém na primeira parte, a única publicada, as origens, fundações e evolução dos conventos de Mouro, Lisboa, Colares, Vidigueira, Beja e Évora. Embora não dedicada ao Brasil é fonte de informações e notícias de interesse para o Brasil. Segundo Barbosa Machado as *Memórias* são escritas com desvelo e boa crítica.

Seguiu-lhe a orientação e usou de suas notícias Frei José Pereira de Santa Anna (Rio de Janeiro, 1696 — Paço de Salvaterra, Portugal, 1759), também carmelita, doutor em teologia pela Universidade de Coimbra, provincial, e autor da *Chronica dos Carmelitas da antiga e regular observância nestes reinos de Portugal, Algarve e Domínios* (4).

Frei Miguel de Azevedo (? , Évora — ?), carmelita, foi mestre e cronista da sua Ordem, prior provincial eleito em 1789 e em 1800. Seu *Catálogo dos rev.mos priores provinciais, ill.mos e ex.mos Srs. Arcebispos e Bispos e dos doutores e professores em Universidades públicas, mestres jubilados e doutores graduados, e escriptores da província dos carmelitas caçados em os reinos de Portugal, Algarves e seus domínios* (5) é também de utilidade para o estudo da ação carmelita no Brasil.

(1) ABN, 1914, XXXII, pp. 77-80, n.º 6.698.

(2) Inocêncio Francisco da Silva — DBP, ob. cit., t. 6, 100-101.

(3) Lisboa, 1727.

(4) Lisboa, 1745-1751, 2 volumes.

(5) Lisboa, 1810.

HISTÓRIA DA IGREJA EM GERAL

Capistrano de Abreu mostrou em seus estudos a preponderância da Igreja exercida sobre a família, sua influência dominante sobre o Estado durante todo o período colonial. Com ela se constituía a família, a ela cabia a missão de ensinar, de definir o que é verdade e de condenar o erro, seja ordinariamente, seja extraordinariamente através da Inquisição. As complicações ou os conflitos entre Estado e Igreja sempre foram evitados, e quando se tornava impossível evitá-los, obscurecia-se o mais que se pudesse. Mas nem por isso deixou de havê-los e em grau intenso. Por tudo isso, Capistrano de Abreu escreveu que de certo modo a história colonial era uma história de frades e clérigos ⁽¹⁾. Com a independência começou a instrução pública a ser um dever do governo, mas os dois poderes, o civil e o eclesiástico, evitaram as causas dos conflitos. Uma das causas destes era o privilégio de asilo de criminosos em edifícios eclesiásticos. Os religiosos gozavam de intangibilidade e privilégios cuja observância exigiam sem exceções. Mas a intangibilidade reclamada perante o poder civil nem sempre era observada pelos clérigos entre si, ou pelas congregações e ordens que lutavam por seus interesses espirituais e materiais e a isso não escaparam nem os jesuítas, regularmente bem disciplinados. Foi por isso que o governo português tomou a resolução de não permitir a fundação de novos conventos principalmente nas capitanias auríferas de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Continua Capistrano de Abreu, com a lucidez costumeira, mostrando que, nos últimos tempos coloniais, houve o enfraquecimento do poder eclesiástico, e as lutas diminuíram em razão das idéias liberais e da expansão que se fará do sistema constitucional. Com a independência, o parlamento, a imprensa, o direito a reuniões, abafaram as rusgas dos claustros e o sussurro das sacristias.

As pesquisas nos arquivos ultramarinos permitiram a descoberta de numerosa informação manuscrita ainda não utilizada. Mas nem assim se encontrou a "História Eclesiástica do Brasil", escrita por Gonçalo Soares de França, e que tanto interesse despertou em Capistrano de Abreu ⁽²⁾. Este pensava que ela existia na Biblioteca Nacional de Lisboa, mas sabe-se atualmente que a conserva a Sociedade Geográfica de Lisboa ⁽³⁾.

(1) "Clérigos e Leigos" in *Ensaio e Estudos*, 3.ª série, 1.ª ed., Rio, 1938, 2.ª ed., Rio, 1976.

(2) *Cartas de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção*, Lisboa, 1946, 25.

(3) Mss. reservado 1.C-147.

Gonçalo Soares de França foi acadêmico da Academia Brasílica dos Esquecidos (4).

O Inventário dos documentos existentes no antigo Arquivo da Marinha e do Ultramar trouxe muitas novidades. Assim “Notícias sobre os Bispados da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Maranhão, Grão-Pará, Gôa, Arcebispado Primaz do Oriente e Cranganor e Bispados de Cochim, Milliapor ou São Thomé, Nankin, Pekim, Málaga, Macao, Santiago de Cabo Verde, S. Thomé e Angola” (5) não contém somente informações religiosas, mas trata do clima, da fertilidade do solo, dos engenhos e das riquezas em geral.

Já os “Parelhos Missionários Capuchinhos e Jesuítas do Bispado e Capitania de Pernambuco ou relação abreviada em que se mostra a semelhança das práticas e máximas dos Missionários Jesuítas com as dos Padres Capuchinhos na administração das Missões que tinha no Bispado e Governo de Pernambuco” (6) constituem um estudo comparativo entre a ação dos Capuchos e dos Jesuítas, feito em onze paralelos, sempre favorável aos Capuchos e adversos aos Jesuítas, acusados de muitas desavenças. Embora a época fosse antijesuítica, documentos anteriores aos “Parelhos” acusavam os Capuchinhos de barbaridades, atrocidades e perversidades contra os índios (7).

Além disso encontram-se relações de mosteiros e várias capitanias, cujo conteúdo equivale a uma descrição histórica como a “Relação dos Mosteiros dos Religiosos da Capitania da Bahia” (8), ou a “Relação dos Mosteiros, Hospícios e Residências da Província de N. S. do Carmo da Bahia e de Pernambuco, do número dos seus religiosos e das rendas de cada um deles, segundo a Conta que deram os seus respectivos Piores e Vigários Piores” (9), ou ainda a “Relação de todas as Igrejas Paroquiais de que . . . compõem prezentemente |o| Byzpadro de Pern.^{co} em comarcas em cujas cabeças se rematão os dízimos dele” (10) e mais a “Relação dos conventos de religiosos franciscanos da capitania da Bahia” (11).

Numa historiografia eclesiástica não poderia faltar a menção a D. Sebastião Monteiro da Vide (Alentejo, 1642 — Bahia, 1722), jesuíta, formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, desembargador da Relação Eclesiástica e Vigário-Geral do Arcebispado da Bahia (1701-1722). Foi na Bahia que ele fez celebrar o sínodo de 12 de julho de 1707, no qual se ordenaram as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (12).

(4) José Aderaldo Castello *O Movimento Acadêmico no Brasil — 1641-1820/22*. São Paulo, 1969, 153-154.

(5) Lisboa, 1738 in “Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar de Lisboa”, *ABN*, XXXI, n.ºs 348-350, pp. 31-37.

(6) “Inventário” cit. *ABN*, XXXI, 444-454.

(7) “Inventário” cit. *ABN*, XXXI, n.ºs 5.351, 5.355-56, pp. 422-444.

(8) “Inventário” cit. *ABN*, doc. 6.555, pp. 66-68.

(9) “Inventário” cit. *ABN*, vol. XXXII, n.º 6.698, pp. 77-80.

(10) “Catálogo de Manuscritos sobre Pernambuco existentes na Biblioteca Nacional” *ABN*, v. 71, n.º 281 p. 224.

(11) 1 de julho de 1799, in “Inventário” cit. *ABN*, vol. 34, n.º 17, 418, p. 455.

(12) 1.ª ed. 1719; 2.ª ed. 1720, 3.ª ed. S. Paulo, 1853.

A ele se atribui a tradução do italiano da *Synagoga Desenganada do Pe. João Pedro Pimonte* (13). Ele foi autor de um “Catálogo dos Bispos” segundo se vê pela informação prestada por José de Oliveira Bessa, socio-numerário da Academia Brasílica dos Renascidos e cônego da Sé Primaz da Bahia (14). Em 31 de dezembro de 1722 ele estava muito doente, como se lê na *Gazeta de Lisboa* (15).

A historiografia religiosa registra *Triunfo Eucharístico* (Lisboa, 1734), de autoria de Simão Ferreira Machado, nascido em Lisboa, residente em Minas Gerais, e o *Aureo Throno Episcopal* (16), de Francisco Ribeiro da Silva, cônego da Sé de Mariana, ambos recentemente reeditados, em edições primorosas, pela reprodução facsimilar do texto e pelo aparato crítico que as acompanham (17).

Escreveu Afonso Ávila que o *Triunfo Eucarístico* é “o primeiro documento de interesse literário a reportar as manifestações de um estilo de vida barroco na sociedade mineradora do século XVIII. Nele Simão Ferreira Machado descreveu as festividades, que no ano anterior, assinalaram a inauguração de nova matriz do Pilar pelos moradores do bairro de Ouro Preto, e a solene trasladação para esse templo da Eucaristia, provisoriamente depositada na igreja de Nossa Senhora do Rosário”. Para Ávila o *Triunfo Eucarístico* “evidencia sem dúvida, o estado de euforia da sociedade mineradora, que se faz expandir através de uma festa mais de regozijo dos sentidos, que propriamente de comprazimento espiritual. A igreja vê também a oportunidade de afirmar sua hierarquia colonizadora nas Minas, realizando quinze anos antes da instalação do primeiro bispado, verdadeira demonstração de poderio temporal e domínio religioso”.

“Mais que em seu significado religioso”, Simão Ferreira Machado “detém-se na descrição pormenorizada dos elementos da composição coreográfica da festa ouropretária”. Ávila chama a atenção para o equívoco dos estudiosos de história mineira que têm ressaltado o caráter hiperbólico da linguagem do *Triunfo Eucarístico*, chegando mesmo a acusar seu autor de exagero descritivo e inveracidade histórica. Os historiadores, observa Ávila, não atentaram “para o fato de que o tom superlativo da prosa de Simão Ferreira Machado deve ser debitado à tendência literária da época, dominada ainda pelo gosto culterano da frase”.

O espetáculo total que o *Triunfo* descreve abrange, ao lado de solenidades sacras, as exibições de música, coreografia, teatro, jogos públicos e poesia.

Na dedicatória assinalada pelos irmãos pretos da Irmandade do Rosário se escreve que “sahe pois à pública luz esta escriptura, e narração de tão grande solenidade, porque o motivo de a solicitarmos foi o nosso agrado e o nosso agradecimento. A pena alocutória rememora a

(13) Lisboa, 1720.

(14) Alberto Lamego, *A Academia Brasílica dos Renascidos*, Paris, 1923, 65.

(15) *Notícias históricas de Portugal e Brasil, 1715-1750*, Coimbra, 1961, 81.

(16) Lisboa, 1749.

(17) Afonso Ávila, *Resíduos Seiscentistas em Minas. Textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*, Belo Horizonte, 1967, 2 vols.

história de Portugal, da descoberta do Brasil e das Minas, e a riqueza destas. Termina revelando que do Rio de Janeiro, e das mais distantes partes das Minas e fora delas, houve na vila, e seus arredores, inumerável e nunca visto aparato". Só então começa a Narração da solenidade, escrita com toda minúcia, numa rebuscada linguagem de desagradável leitura.

No final, o livro esplendidamente editado contém glossário e notas ao texto do *Triunfo*, as notícias bibliográficas e a bibliografia do *Triunfo*, preparada por Hélio Gravatá.

O *Aureo Trono*, outra festa, como escreveu Ávila, ao mesmo tempo religiosa e profana, que de modo eloqüente colocou em evidência os resíduos barrocos da vida da comunidade mineradora na primeira metade do século XVIII, foi a posse de Dom Frei Manuel da Cruz, bispo em cuja investidura se instala solenemente, no ano de 1748, a diocese de Mariana. O cônego Francisco Ribeiro da Silva, do cabido da nova Sé, editou *Aureo Trono Episcopal* ⁽¹⁸⁾, livro com relato de autor anônimo, ao qual se seguia uma coletânea de peças literárias alusivas ao acontecimento. O *Aureo Trono* reúne composições poéticas e oratórias de circunstância, não apresenta, no exame isolado de cada peça ou na consideração individual de seus autores, elementos de valor para uma apreciação geral, como acentua Afonso Ávila. Este anota que "embora destituído de maior interesse literário, o relato introdutório do *Aureo Trono* contém, em meio a redundância e minúcias às vezes rebarbativas, uma soma preciosa de informações e observações. "O cronista anônimo dos fatos ligados à posse de D. Frei Manuel da Cruz procura, a exemplo do que fizera antes Simão Ferreira Machado, emprestar à sua narrativa vivacidade e fidelidade jornalísticas, não apenas acentuando o colorido coreográfico e solene das festividades, como ainda colocando o acontecimento reportado dentro da correspondente perspectiva histórica", escreve Afonso Ávila. Na sua introdução, Ávila acentua o espetáculo de rua, o brilho intelectual, o torneio de poesia, os paradigmas culturais, o lirismo, a poesia maior, o poeta menor, a nota elegíaca, a poesia do humor, a oratória. Ao se concederem as licenças, a aprovação do Frei José da Madre de Deus diz ter visto o *Aureo Trono Episcopal*, colocado nas Minas de Ouro e que "consta esta obra de uma agradável notícia de pomposa entrada, que fez no Bispado de Mariana o seu digníssimo primeiro Bispo, e de uma relação das Poesias, solenidades, e mais demonstrações de júbilo e pazer, com que os moradores daquele Bispado obsequiaram ao dito senhor, concorrendo com primorosa e discreta emulação, para fazerem agradável, plausível, e vistoso o ato da posse, que tomou daquele seu Bispado".

O livro começa dizendo que o juiz das Minas, que é o mais útil à Lusitânia entre os vastos domínios de sua Coroa, "não só se acha falto das utilidades temporais, que convidavam os portugueses a sofrer um des-terro voluntário naqueles sertões, mas não tinha ainda toda a cultura

(18) Lisboa, 1749.

espiritual necessária para a salvação das almas". Comenta a seguir a extensão do Bispado do Rio de Janeiro e a decisão de D. João V de pedir ao Papa a criação de mais duas dioceses, uma na capitania de São Paulo e outra na das Minas ⁽¹⁹⁾.

A obra contém a parte poética, a relação da procissão, orações acadêmicas e congratulatórias e o sermão do segundo dia do Tríduo ⁽²⁰⁾.

D. Thomás da Encarnação da Costa Lima (Bahia, 1723 — Évora, 1784) secularmente chamado Antônio da Costa Lima, foi para Portugal na adolescência, cursou a Universidade de Coimbra, foi Mestre de Artes e freqüentou aulas de Direito Civil. Tendo vocação religiosa recebeu a murça de cônego regrante de Santo Agostinho em 1747. Cursou a Faculdade de Teologia onde se doutorou. Foi professor de história eclesiástica compondo nesse tempo a sua bibliografia. Foi prefeito dos estudos no colégio de ensino secundário que se criou em Mafra, até ser nomeado Bispo de Pernambuco (9.º bispo, 1774-1784). Publicou uma pastoral revogando a multiplicidade de excomunhões e censuras existentes nas *Constituições* do Arcebispado da Bahia, pelas quais se regiam os bispados brasileiros ⁽²¹⁾ e depois de governar por dez anos, faleceu em Olinda aos 14 de janeiro de 1784 ⁽²²⁾.

Sua obra principal é a *Historia Ecclesiae Lusitanae, per singula seculae ab Evangelio Promulgata* ⁽²³⁾. Varnhagen afirma ser sua obra recomendável ⁽²⁴⁾.

Já fizemos referência à obra de Manuel da Fonseca na parte referente aos jesuítas, pela sua *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes* ⁽²⁵⁾, e a ele retornaremos quando tratarmos da historiografia das rebeliões.

(19) A de São Paulo e de Minas criadas a 6 de dezembro de 1745 pela bula *Candor Lucis aeternae*.

(20) Contém ainda o glossário e notas ao texto, tradução de fragmentos em latim, notícias bibliográficas e a bibliografia de autoria de Hello Gravatá.

(21) *Carta pastoral exortatória do clero e povo de Pernambuco, ao tomar posse da cadeira episcopal*, Olinda, 1774.

(22) Inocêncio Francisco da Silva, *DBP*, t. VII, 343-344.

(23) Coimbra, 1759, 4 tomos.

(24) *História Geral do Brasil*, IV, 327 e n.º 94.

(25) 1.ª ed. Lisboa, 1752. 2.ª ed. S. Paulo.

LIVRO SÉTIMO

Historiografia das Rebeliões

CAPITULO I

HISTORIOGRAFIA SANGRENTA

1. História Sangrenta. 2. A historiografia sobre e/ou contra os índios. 3. A historiografia sobre e/ou contra os negros. 3.1. Considerações Gerais. 3.2. A guerra dos Palmares. 3.3. Revolta de escravos. 3.4. Sublevações de colonos. 3.5. Os Mascates. 3.6. As lutas em Minas Gerais. 3.7. Emboabas. 3.8. A revolta de 1720. 3.9. As conjurações e rebeliões.

1. História Sangrenta

Desde as *Aspirações Nacionais* ⁽¹⁾ venho sustentando que a história do Brasil foi muito mais cruenta que a escrita e ensinada. Depois na *Conciliação e Reforma* ⁽²⁾ voltei à tese, sem dar-lhe contudo a profundidade e o caráter monográfico que o tema exige. Na "Rebeldia Negra e a Abolição" ⁽³⁾ focalizei o aspecto cruento da abolição da escravidão, ainda sem dar à questão o tratamento que o assunto comporta, e mesmo nesta historiografia não se tratará senão do aspecto historiográfico colonial ⁽⁴⁾.

Desde a chegada do homem branco ao Brasil, a luta contra os índios foi contínua e permanente. As insurreições indígenas começam no primeiro século e perduram até hoje, sob formas as mais variadas. Os alicerces da civilização mestiça foram construídos no Brasil sob sangue, e a maioria popular indígena e negra foi sangrada e ressangrada, direta ou indiretamente. O ponto maior desta sangração foi a chamada Guerra dos Bárbaros (1682/84-1710) a qual mereceu de Afonso d'E. Taunay um capítulo inteiro da sua *História Geral das Bandeiras Paulistas* ⁽⁵⁾.

A violência, o terror e o extermínio dominaram toda história colonial e está contada na historiografia da época. A própria questão da liberdade ou escravidão indígena provocou grandes tumultos e ensangüentou a história brasileira ⁽⁶⁾.

O mesmo se pode dizer em relação às revoltas e aos quilombos negros dizimados e destruídos com a maior sangueira. Os povos indígenas

(1) 1.ª ed. São Paulo, 1963.

(2) *Um desafio histórico cultural*. Rio de Janeiro, 1965.

(3) *In História e Historiografia*. Petrópolis, 1970.

(4) O lugar verdadeiramente próprio será *in História Moderna do Brasil* que ainda tentamos escrever.

(5) S. Paulo, 1930, VI, 301 e segts, e VII; ed. resumida S. Paulo, Melhoramentos, s/d., I, 181 -; a matéria tinha sido afluada por F. A. de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 3.ª ed., s/d, III, 3/6 e ricamente fundamentada nos *Documentos Históricos*, Biblioteca Nacional, Rio, vários volumes.

(6) No capítulo sobre a crônica jesuítica tratei resumidamente da matéria e nos *DHBN* se encontra farta documentação sobre as hostilidades, revoltas, sublevações, assaltos, castigos, açoutes, desordens, fugas, levantes e violências. Vide especialmente vols. 90-97.

e negros foram sempre considerados gente de segunda classe e sujeitos aos maiores crimes, indefesos diante do poderio oficial ou simplesmente do colono impiedoso e absoluto.

2. A historiografia sobre e/ou contra os índios

A “Memória sobre os Índios do Brasil” (7) é uma história das rebeliões dos índios das capitanias de Pernambuco e Rio Grande, ribeiras do Assu e Jaguaribe, escrita por Pedro Carrilho de Andrade (8), dominada pelos preconceitos raciais e políticos, sem nenhuma mostra de compreensão da cultura indígena, antes justificando a guerra. Ele escreveu sobre a paz ou a guerra com os índios, procurou mostrar as causas, declarando os efeitos, apontando os meios, o que sua “Memória” não apresenta senão muito parcialmente.

José Freire de Montarroi Mascarenhas (Lisboa, 1670 — Lisboa, 1760) estudou humanidades e concluindo seus cursos empreendeu em 1693 uma viagem de estudo percorrendo vários países europeus. De 1704 a 1710 serviu como capitão de cavalaria na guerra de Sucessão da Espanha. Feita a paz, foi redator durante quarenta anos da *Gazeta de Lisboa*, e com as relações e folhetos que publicou tornou-se sócio de várias academias e associações literárias (9). Da sua vasta bibliografia interessa a esse capítulo *Os Orizes Conquistado, ou notícia da conversão dos indômitos Orizes Procazes*, povos bárbaros do sertão do Brasil (10).

Parece que Mascarenhas nunca veio ao Brasil e teria escrito essa narrativa seguindo informações enviadas do Brasil. Na sua dedicatória, naquele tom bajulatório, comum aos escritores portugueses da época, ele escreveu que descoberto o Brasil havia 215 anos nunca fora domada a nação dos Orizes, agora rendidos, com o que se aumentava o Brasil com tantos mil vassalos, aumentava-se o rebanho da Igreja, e se ganhavam muitos centos de léguas. A narrativa é rebuscada, fantasiosa e fideídigna.

A “Breve Notícia que dá o Cap. Antônio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das minas de Cuyabá” (11) tem caráter mais fidedigno e se concentra sobre os índios parecis, gentio de aldeia que povoava muita terra, vivia de sua lavoura, batatas, milho e outros legumes, nus, e guerreavam os gentios de outras nações, para os apresarem e os comer, pois muito gostavam da carne humana. Enumera-lhes as armas, são traiçoeiros e ladrões; descreve os cayapós e liga sempre os rios aos índios seus habitantes, revelando seus costumes, e as guerras que fizeram aos brancos, sempre apresentados como agredidos e

(7) *RIHGRGN*, 1909, vol. VII; n.º 1 e 2, 133-151. O original está na Biblioteca Nacional.

(8) Não registrado nos Dicionários de Inocêncio e Sacramento Blake.

(9) Sua biografia e vasta bibliografia, afora os manuscritos in Inocêncio Francisco da Silva, *DBP*, ob. cit., 4, 343-353.

(10) Lisboa, 1716. Reproduzida in *RIHGB*, VIII, 494-512, e *Documentos dos Arquivos Portugueses que Importam ao Brasil*, julho-set. 26/27, 1948. Diogo Barbosa Machado o incluiu na sua coleção de folhetos raros portugueses no volume intitulado “Notícias históricas e militares da América”, descrita por Ramiz Galvão in *ABN*, VIII, p. 377, n.º 1.582.

(11) *RIHGB*, 1862, XXV, 437-449.

não agressores, e termina acentuando que estes sertões e gentios foram descobertos pelos paulistas.

Quando Gomes Freire de Andrada andou chefiando as tropas de lutas com os hispano-argentinos e de ocupação das aldeias das Missões de índios no Rio Grande do Sul e suas vizinhanças, escreveu-se sobre a matéria enorme bibliografia ⁽¹²⁾, da qual aqui se trata apenas da que é relativa às lutas com os indígenas. A "Memória ou resumo do sucedido no nosso Exército de 28 de Junho, que embarcou no Rio Grande té o Rio Pardo, das suas marchas e mais sucedido té 18 de Dezembro, em que destaca outra vez para a vila do Rio Grande" ⁽¹³⁾ descreve os passos e contrapassos das negociações e pressões sobre os índios exercidas pelo Exército luso-brasileiro e das tréguas que se seguiram. A "Breve notícia do sucesso que na guarda do Passo do Rio Pardo houve entre portugueses e os Tapes das Missões circunvizinhas ao mesmo Rio" ⁽¹⁴⁾ é também uma narrativa histórica primária destas lutas contra os índios das missões, que acabaram, eles e suas terras, sendo incorporados ao Brasil em 1801.

De todas as narrativas uma das mais importantes é a *Relaçam Verdadeira em que se dam a ler as vitórias dos Portugueses contra os gentios e levantados, alcançadas por Gomes Freire de Andrade nas terras vizinhas da nova Colônia, e estados das Indias de Hespanha* ⁽¹⁵⁾, que é eloqüente no seu panegírico político-militar às virtudes de Gomes Freire de Andrada: "Em pouco papel darey a lei ao mundo que no illustre sangue da Casa de Bobadela não se esfria aquele grande valor, que em tantos seculos deu Heroes ao mundo, que no Juiz das armas deixaram decidida a justiça do seu merecimento. As historias são o testemunho autentico, que abonam o dever-se a esta Casa não pequenos indicios de esforço, tanto mais acreditado, quanto vay em servir pela reputação sem procurar o premio".

Seco e árido é o "Resumo do Diário que se fez na marcha do Exército de S. M. Fidelíssima, que saiu do Rio Grande de S. Pedro, a encontrar-se com o de S. M. Católica, para hirem unidos a castigar os povos rebeldes das 7 Missões, que cede Hespanha a Portugal, sendo General do Exército Portuguez Gomes Freire de Andrade e do Hespanhol D. José Andonaique" ⁽¹⁶⁾.

A empresa de dominar e submeter tribos indígenas, indômitas e bravias, foi uma constante na história do Brasil. As chamadas pacificações não são senão sujeições que são feitas aos Caiapós em 1781, aos Xavantes no Araguaia em 1783 e aos canoeiros no Tocantins em 1789. A *Relação da conquista do gentio Xavante* ⁽¹⁷⁾ é de autoria de José Rodrigues Freire, tenente dos dragões, que tomou parte na conquista e submissão.

(12) A parte historiográfica sobre a guerra merece capítulo especial.

(13) Resumo in *ABN*, L, pp. 449-453, n.º 18.205.

(14) *AEV*, L, pp. 514-516, n.º 19.224.

(15) Lisboa, 1757. Encontra-se também na coleção "Notícias históricas e militares da América", coligidas por Barbosa Machado e descritas por Ramiz Galvão, *ABN*, VIII, p. 378, n.º 1.585.

(16) E de Santo Angelo, 22 de junho de 1756. in *ABN*, 71, n.º 2.165, pp. 121-135.

(17) Lisboa, 1790, 26 pp.

Restam ainda as “Informações sobre os Índios Bárbaros dos Sertões de Pernambuco” (18) que não passam de documentos históricos ou fontes primárias, não pertencendo assim à historiografia, embora relatem as crueldades, a fome, a miséria e a pobreza indígena e a “Memória sobre as nações gentias que habitam o continente do Maranhão” (19) que tem caráter narrativo sobre os vários grupos e sobre a importância geral dos gentios da capitania, e a análise das expedições formadas na capitania para reduzir pelas armas as povoações gentias, escrito em 1819, embora cubra até os anos de 1815-1816.

3. A historiografia sobre e/ou contra os negros

3.1. Considerações Gerais

A tese principal que tenho procurado manter nos estudos esparsos feitos sobre a matéria (20) consiste em sustentar que houve um estado permanente e não esporádico de rebelião negra. E que não foram só as grandes insurreições como Palmares e a dos Malés, mas as pequenas ou menores, todos os anos, várias vezes por ano, que deram à liberdade negra o caráter de uma conquista e não de uma doação, e que ensangüentavam o solo político brasileiro. Pouco antes da independência, Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça escrevia com clareza e lucidez: “Há, porém, um ponto, sobre que mais de uma vez temos falado, em nosso periódico, dando nisso nossa decidida opinião; e a respeito da qual observamos, que todos os escritores do Brasil guardam ainda silêncio; é este ponto, a gradual e prudente extinção da escravatura.

“É idéia contraditória querer uma nação ser livre, e se o consegue ser, blazonar em toda a parte, e em todos os tempos de sua liberdade, e manter dentro de si a escravatura, isto é, o idêntico costume oposto à liberdade.

“Seria a desesperada medida de um louco, destruir de uma vez a escravatura, quando ela além de constituir parte de propriedade do país, está também ligada ao atual sistema de sociedade, tal qual se acha constituída. Mas, se a sua abolição repentina seria um absurdo rematado, a sua perpetuação num sistema de liberdade constitucional é uma contradição de tal importância, que uma coisa ou outra devem acabar. Os Brasileenses, portanto, devem escolher entre estas duas alternativas: ou eles nunca hão de ser um povo livre, ou hão de resolver-se a não ter consigo a escravatura.

Depois de negar o argumento de que os escravos são necessários para a cultura do campo e para lavrar as minas, e que sem eles o

(18) *RIHGB*, 46, 1.ª parte, 103-119.

(19) *RIHGB*, 111, 184-197, 297-322, 442-456. O *CEHB* n.º 11.425 cit. do mesmo autor como autógrafa do Instituto Histórico. “Das Nações gentias que presentemente habitão o continente do Mar. Análise de algumas tribus conhecidas: Progresso de suas hostilidades sobre os habitantes. Causas que lhes tem dificultado a redução, e o único método que seriamente poderá reduzi-las”.

(20) Esp. “A Rebelião Negra e a Abolição” in *História e Historiografia*, Vozes, 1970, 65-88.

Brasil se empobreceria, ele pergunta, aceitando esse raciocínio: “que preferem os Brasileiros, ser pobres, mas serem livres, com um governo constitucional, ou serem ricos, e submissos a governos arbitrários, sem outra constituição política, que a que lhes prescreva o despotismo?”

Acentua os males da escravatura sobre a educação, e finaliza declarando que esse mal deve ser remediado gradualmente mas é necessário decidir entre a liberdade e a escravidão.

Esse pensamento da incompatibilidade entre a escravidão e a liberdade vai ser repetido por Joaquim Nabuco no auge da campanha abolicionista.

3.2. A guerra dos Palmares

Apesar de sua duração (1602/1608-1694), quase um século, e de ser como escreveu Edson Carneiro “a mais prolongada tentativa de autogoverno dos povos negros do Brasil” (21) é modesta a bibliografia e a historiografia sobre Palmares, que sofreu o assalto branco 25 vezes, e sobreviveu como um Estado negro durante tão longo período. Na verdade a historiografia preferia mantê-la no silêncio, ocultar sua força e sua significação. A única narrativa da época é a “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do Governador D. Pedro de Almeida, de 1675-1678” (22).

A “Relação” começa afirmando que sendo poderosas as forças lusobrasileiras para vencerem os holandeses, “nunca foram eficazes para destruir o contrário, que das portas adentro nos infestou, não sendo menores os danos deste, do que tinha(m) sido as hostilidades daquele”. Que não fora devido ao descuido pois todos os governadores com cuidado se empregaram neste negócio, e que “os melhores cabos desta Praça, os mais experimentados soldados desta guerra se ocuparam nestas levas, e não sendo pouco o trabalho que padeceram, foi muito pouco o fruto que alcançaram”.

O autor anônimo da “Relação” acreditou que desde quando a capitania teve negros cativos, os Palmares tiveram habitantes, e que havia palmares distintos, formando um conjunto unido, reconhecendo todos os naturais de Palmares ou vindos de fora, *Ganza Zumba*, como o senhor grande, que habitava a capital, fortificada, ocupando dilatado espaço com mais de mil e quinhentas casas; há justiça e capelas; era, enfim, como veio a escrever Rocha Pita, em 1724, trinta anos depois de haver Domingos Jorge Velho reduzido os Palmares (1694), “uma República rústica, bem ordenada, a seu modo”, o que levou Nina Rodrigues a esclarecer que o termo República fora empregado no sentido de Estado, tão comum em todos os autores coloniais, e não no sentido de regime de governo.

(21) *O Quilombo dos Palmares*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2.ª ed., 1958, 41.
(22) *RIHGB*, 1859, XXII, 303-329; reprod. por Edson Carneiro, *ob. cit.*, 201-222.

“Este é o inimigo que das portas adentro destas capitânias se conserva a tantos anos, a quem defendia mais o sítio, que a constância; os danos que deste inimigo nos tem resultado são inumeráveis, porque com eles periga a Coroa e se destroem os moradores.”

Depois de acentuar que com suas “entradas ficaram as nossas povoações destruídas, e os Palmares conservados”, conta que quando D. Pedro de Almeida veio a governar esta capitania, em face dos clamores do perigo comum e da insolência dos negros lamentada por todos os moradores, “D. Pedro resolveu acudir ao remédio de conquistar a soberba daqueles inimigos”. Daí em diante conta a ação empreendida por Fernão Carrilho (1676-77).

Acaba aplaudindo esta ação como vitoriosa e definitiva, quando como sabemos os Palmares sofreriam ainda oito ataques até a vitória de 1694.

Dos autores da época, historiadores da guerra, temos Domingos do Loreto Couto nos “Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco”⁽²³⁾, já tratado na historiografia regional e que escreveu em 1757, e Sebastião da Rocha Pita, que será estudado na historiografia geral, cuja obra data de 1724.

O primeiro tratou num capítulo “Das guerras civis do Palmar”⁽²⁴⁾ do começo e fim da guerra civil do Palmar, uma “rústica e rebelde República do Palmar” iniciada por quarenta negros do gentio de Guiné, e sempre em constante aumento, pela adesão ou pelo resgate de negros, mulatos e mestiços de mais reto procedimento, de maior valor e experiência. Revela sua organização, suas normas de justiça, a conservação do rito católico, com a introdução de “ridículas superstições e erros, culpa mais de sua ignorância, que de sua maldade”. Conta a convocação dos paulistas “homens que fáceis seguem a guerra pela honra de vitória, desprezando o interesse dos despojos”, e afirma que o nome “se lhe deu pelas muitas Palmeiras que lhe plantaram os negros”. A vitória sobre os Palmares foi recebida com muitos aplausos no Recife onde nos negros “entrarão a representar na sua desgraça o nosso triunfo. Todos os que eram capazes de fugir, ou de se rebelar os transportaram para as outras províncias do Brasil, e alguns se remeteram a Portugal”. Termina afirmando que “este fim tão útil, como glorioso teve a guerra, que fizemos aos negros do Palmar. Pelo espaço de sessenta e sete anos, foram o escândalo desta Província, porque os governadores demasiadamente prudentes se contentavam com lhes fazer uma guerra defensiva”.

Rocha Pita, que antecedeu Loreto Couto trinta e três anos, deu-lhe um tratamento que ou foi imitado por Loreto Couto ou reflete os preconceitos da época e a visão senhoril da história.

(23) *ABN*, vols. 24-25.

(24) Livro oitavo, cap. 1V, vol. 25, pp. 187-194.

Divide-a em pequenos capítulos, dá o começo pelos quarenta negros da Guiné, os sessenta e cinco anos de luta. Para Rocha Pita os negros “fugiram aos Senhores, de quem eram escravos, não por tyrantias, que neles experimentassem, mas por apeterem viver isentos de qualquer domínio... estimando mais a liberdade entre as feras que a sujeição entre os homens”. Como um senhor afirma que se lhes juntaram alguns delinquentes escravos, e mulatos cúmplices em delitos domésticos e públicos, fugindo ao castigo dos Senhores e da Justiça; levaram muitas negras e mulatas do serviço doméstico e das lavouras para maior aumento de população, e formaram “uma república rústica e a seu modo ordenada; viviam como cristãos cismáticos, e fizeram acordos com moradores daqueles distritos, temerosos dos assaltos e danos que podiam fazer”.

Para Rocha Pita era uma calamidade que Pernambuco padecia com a opressão dos Palmares, e coube ao governador Caetano de Melo e Castro (1678-1682) fazer-lhes a guerra. Para isto contratou o paulista Domingos Jorge Velho, que com todo este nome português não passava de um “selvagem” como lhe chamou o Bispo de Pernambuco ⁽²⁵⁾, concubinado com oito índias, sem falar a língua portuguesa, e que tirou muitas vantagens da guerra, sobretudo em terras. Foi um exército de 6.000 homens que sujeitou os Palmares, onde viviam vinte mil almas de ambos os sexos, possuindo lavouras, afora as pequenas povoações chamadas mocambos, no qual assistiam seus fiéis e veteranos soldados, calculados em dez mil. Conta os combates, o assédio, o afrouxamento da resistência, o rendimento, e “o fim tão útil, como glorioso que teve a guerra” ⁽²⁶⁾.

A “Narração episódica dos Palmares” ⁽²⁷⁾, embora sem autoria declarada e sem indicação de fonte, começa afirmando uma verdade da história do Brasil: “A extinção dos indígenas do Brasil, as revoluções sucessivas entre os descendentes dos europeus, a luta que nessa época teve lugar para a conquista da independência, não são os únicos acontecimentos históricos, que ensangüentaram este país.

“Os negros, essa raça desgraçada, cuja história apenas conta entre nós desde o dia em que foram submetidos à mais rude escravidão, compreenderam fundar um império durável nos desertos de Pernambuco, ou souberam sustentar-se por muitos anos.

“Esta narração é tão curiosa, que seria impossível deixar de transcrever, tal qual fora referida pelos próprios contemporâneos.”

3.3. Revolta de escravos

Não se trata nesta subdivisão da história das rebeliões negras, mas sim da historiografia das rebeldias negras. Não há nem história, nem historiografia feita por mãos negras, e a história ou historiografia oficial

(25) Ernesto Ennes. *As Guerras dos Palmares*, S. Paulo, 1938, 353.

(26) *História da América Portuguesa*, ed. Garnier, s/d, pp. 338-350.

(27) *Recreador Mineiro*, Ouro Preto, IV, 1847, 721-724.

e branca ocultou o mais que pôde este fato e sua significação. Na “Notícia — 1.^a Prática que dá ao Padre Diogo Álvares, o capitão-mor Luís Borges Pinto, sobre os seus descobrimentos da célebre casa da casca compreendidos nos anos de 1726-1727, sendo governador o capitão general D. Lourenço d’Almeida” (28) conta-se que “fui dar com um quilombo de negros, que tive ao princípio por alguma aldeia de gentio pela força, roças e ranchos, de que estava provida: foram cercados, investidos e mortos quarto e os restantes se amarraram para serem remetidos a seus senhores” (29).

Referências como esta, que são históricas e não historiográficas, aparecem em vários documentos, alguns de capital importância. Nas “Instruções para D. Antônio de Noronha, governador e capitão general da capitania de Minas Gerais” (30), de autoria de Martinho de Melo e Castro, depois de explicar que na guerra na América se formavam as tropas irregulares com os índios e que em Minas com a grande quantidade de pardos e negros se deviam formar corpos semelhantes, acrescenta: “como foi o de 7 companhias que o governador interino José Antônio Freire de Andrade mandou levantar de gente escolhida para irem destruir os quilombos de Campo Grande. Compunham estes quilombos de várias habitações de negros fugidios e rebeldes, que depois de muitos anos se tinham refugiado no sertão, e servindo-lhes o mato de fortaleza, infestavam todos aqueles distritos, não havendo quem os pudesse habitar, nem passar por eles sem evidente perigo de vida”. Informa que foram todos destruídos.

No “Compêndio das épocas da capitania de Minas Gerais, desde o ano de 1694 até o de 1780” (31) se registra que “a Câmara de Mariana concorreu com a soma de 300\$000 réis para as despesas com a guerra contra os negros do Quilombo grande (igual prestação se fez ainda no ano de 1759 para o mesmo fim)”.

Assim também nas “Memórias Cronológicas da capitania de Mato Grosso, principalmente da Provedoria da Fazenda Real e Intendência do Ouro” (32), escritas por Felipe José Nogueira Coelho, se diz que do incansável zelo do ouvidor, intendente e provedor descobriu-se o “grande quilombo nas campanhas do rio Galera, o qual tinha principiado logo que descobriram estas minas. Tinha o quilombo 79 negros de ambos os sexos, e trinta índios. A transformação, evolução e dispersão dos quilombos ainda não foi bem estudada, apesar da documentação histórica existente (33).

(28) In Afonso d’E. Taunay *Relatos Sertanistas*, São Paulo, 1953.

(29) *Ob. cit.*, 161.

(30) *RIHGB*, 2.^a ed., 1865, t. 6, 213-221, esp. 219-220.

(31) *RIHGB*, 2.^a ed., 1846, t. 8, p. 63.

(32) *RIHGB*, 2.^a ed., 1872, XIII, 182.

(33) Vide por exemplo Offício do Governador conde da Ponte para o Visconde de Anadia, no qual o informa das providências que tomara para destruir os Quilombos, formados pelos escravos fugidos dos Seus Senhores; Bahia, 7 de abril de 1807; “Offício do governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia em que lhe dá parte das providências que adotara para evitar um levantamento dos escravos contra os brancos de que tivera denúncia”, Bahia 16 de junho de 1807; “Provisão do Conselho Ultramarino pelo qual ordenou que o Vice-Rei do Brasil indicasse as providências que julgasse necessárias para evitar as sublevações dos escravos de Minas Gerais contra os brancos”, Lisboa, 18 de junho de 1725, *ABN*, vol. XXXVII, n.º 29, 815, pp. 450-451 e n.º 29.893-4, pp. 460-461.

3.4. Sublevações de colonos

As várias formas de banditismo social, lutas de famílias com seus capangas, a assistência de régulos, nome geral com que na colônia se designavam os chefes de grupos armados, que usavam a violência como instrumento de reivindicações, as rebeliões de colonos, formam um capítulo especial da historiografia. Afora as insurreições negras, os historiadores gerais e provinciais, *post mortem*, tratam, como Varnhagen ou Diogo de Vasconcelos, das opressões e das sedições. Escreveram baseando-se em documentos históricos, mas existe muito pouco escrito pelos contemporâneos, o que constitui o cerne da historiografia.

Alexandre de Gusmão escreveu umas “Memórias dos fatos, que não servido de motivos às intentadas, ou supostas insurreições da América Portuguesa”.

Afirmou Alexandre de Gusmão que “no continente da América Portuguesa, principalmente nas Comarcas das Minas, houve em diversos tempos com muitos e diferentes motivos, alguns ranchos de descontentes, que amotinarão algum Povo, falarão com orgulho aos Governadores, que chegaram a temer levantamentos formais, mas tudo se sossegou, mediante algumas providências dadas pelos mesmos governadores, ajudados de alguns homens bons, e das governanças das Câmaras.

“Ninguém pode duvidar, que daqueles pequenos ranchos amotinados, se podiam com facilidade seguir levantamentos de insurreições fortes, se acaso tivessem uma cabeça que os animasse, e dirigisse para o terrível fim de se subtraírem da obediência do seu legítimo soberano: o qual morando tão distante do Território deste acontecimento, lhe chegaria muito tarde a notícia: e ganharia tais forças o levantamento que seriam inúteis todas as diligências para impedirem os seus terríveis feitos.

“O 1.º fato que deu motivo a ouvirem-se nas Comarcas das Minas palavras de Vassallos com espírito de rebeldia, e falta de verdadeira sujeição ao Governo, é do Reinado do Snr. D. Pedro II. Foi o donativo gratuito de 2 milhões e 240 mil cruzados para o Casamento da Senhora D. Catarina, pelos anos de 1641 ⁽³⁴⁾, que em algumas Comarcas das Minas se precipiou a cobrar como Fazenda Real.

“O 2.º fato que serviu de motivo para renovar-se a falta de obediência ao Governo nas Comarcas das Minas, foi o estabelecimento dos quintos de Ouro pelos anos de 1750 ⁽³⁵⁾.

“O 3.º fato foi a entrada que fizeram os franceses no Rio de Janeiro no ano de 1711, em que deram saque à cidade, por haver constado, então, que El-Rey consentira no mesmo fato ⁽³⁶⁾.

(34) Esta data está errada. Deverá substituir-se por 1661, ano em que foi celebrado o contrato de matrimônios.

(35) Pela ordenação dos fatos conclui-se que a data está errada e deve ser 1700.

(36) Marginalmente lê-se: “Foi p.ª se pagarem dos prejuízos que lhe causaram com a guerra da Grande Aliança em que nos (Portugal) meteu Inglaterra”.

“O 4.º fato foi a provisão que El-Rey concedeu aos padres procuradores da Terra Santa ano 1715, para cobrarem as esmolas verdadeiras, ou supostas por via executiva, como fosse Fazenda Real.

“O 5.º fato foi o donativo para o Casamento do Sr. Rei D. José, e de sua irmã a Sra. Infanta D. Maria Bárbara pelos anos de 1727.

“O 6.º fato foi o donativo para a fatura do Palácio de Lisboa no ano de 1756 — por dez anos — quando se quisera renovar.”⁽³⁷⁾ Segue-se um Apêndice no qual se lê:

“O 7.º fato foi a independência em que quiseram ficar os Povos da Capitania de Minas Gerais, a exemplo da Independência da América Inglesa, no Reinado da Rainha D.^a Maria I Nossa Senhora⁽³⁸⁾.

“O 8.º fato foi a independência em que se quis pôr a Bahia de Todos os Santos depois da Revolução Francesa, e o estabelecimento da República, no Governo de D. Fernando José de Portugal⁽³⁹⁾, no Reinado da mesma Augusta Senhora.”⁽⁴⁰⁾

Da revolta de Beckman, o Bequimão, já tratamos quando estudamos a historiografia do Maranhão, na parte relativa a Francisco Teixeira de Moraes e Frei Domingos Teixeira, bem como de J. F. Bettendorff na seção sobre os Jesuítas. Rocha Pita desconheceu a rebelião, dela não tratando.

Neste século XVII, as revoltas e os tumultos mancham de sangue por toda parte o solo brasileiro, mas é escassa a historiografia das rebeliões, pois se elas aparecem nos documentos, são breves e facciosas suas descrições nas histórias.

Sobre a sublevação do Maneta na Bahia em 1711 só Rocha Pita deu-lhe a atenção oficiosa. À frente dos revoltados estava o mercador João Figueiredo da Costa, alcunhado o Maneta. Esta revolta popular foi descrita com muita discriminação pelo historiador brasileiro mais pró-português da época colonial, Rocha Pita.

O Levantamento do Povo, assim chamado por ele, composto de plebe e gente vil, que tinha grande ódio ao mercador de sal Manuel Dias Figueira, opulento, faustoso, orgulhoso, arrogante foi o principal objeto da revolta popular, juntamente contra seu sócio, Manuel Gomes Lisboa. A Igreja se pôs como sempre ao serviço dos poderosos e contra as aspirações populares. Ao povo brasileiro louva Rocha Pita o ter-se conservado fora da alteração, salvo alguns oficiais mecânicos, pois os amotinados eram todos filhos do reino, unidos a alguns estrangeiros de várias nações, que

(37) Este último fato deveria fazer parte do Apêndice seguinte, pois, em 1756 Alexandre de Gusmão já era falecido.

(38) À margem está escrito: “O Visconde de Barbacena quiz pôr em prática a Ordem que levou de Lisboa para tornar a estabelecer a derrama sobre os povos”.

(39) e Castro, logo depois Marquês de Aguiar, 1788-1801; nesta data nomeado Vice-Rei, 1801-1802.

(40) Documento n.º XXVII in *Obras Várias de Alexandre de Gusmão, Organizadas e comentadas por Jaime Cortesão*, Inst. Rio Branco. Rio de Janeiro, 1950, 252-254. Em nota final Jaime Cortesão reafirma sua convicção sobre a autoria de Gusmão e considera muito viciada a cópia que serviu de base ao texto impresso.

se achavam na cidade e eram dependentes dos que urdiram o levantamento, a maior parte homens de negócio. Rocha Pita é impreciso pois denomina levantamento do povo, da gente vil e da plebe e corrige a seguir ter sido revolta dos negociantes. Relata depois a segunda alteração da mesma gente — homens de negócio —, no mesmo ano de 1711, em dezembro, quarenta e quatro dias depois da primeira. Foram, até a casa do antigo governador D. Lourenço de Almeida ⁽⁴¹⁾, fazer seus protestos, embora já governasse D. Pedro de Vasconcelos de Sousa (out. de 1711 — 13 de junho 1714; foi depois 3.º Conde de Castello-Maior). A revolta visava novo imposto e o aumento do preço do sal. Na segunda, pretendia-se enviar socorro ao Rio de Janeiro, assaltado pelos franceses. Às dificuldades do governador alegando falta de recursos e de navios de guerra, respondia o povo que se recorresse ao dinheiro acumulado nos conventos, o de diversas pessoas, aos meios fornecidos pelos homens de negócios, os mais interessados na restauração do porto do Rio de Janeiro. Convocou-se o Senado da Câmara, ganhou-se tempo para desafogar o vigor dos negociantes revoltados, dificultou-se a pretensão e afinal ela se desvaneceu com a chegada da notícia de que, depois de saqueado, estava o Rio de Janeiro livre. Procedeu-se às devassas das turbulências, a primeira e a segunda, castigaram-se os amotinados, e determinou D. João V (1706-1750) que se extinguisse o lugar de Juiz do povo ⁽⁴²⁾. Apurou-se então que o primeiro motim começou em 17 e terminou em 19 de outubro; que o Maneta não tomou parte no segundo, que só este foi devassado.

3.5. Os Mascates

A guerra civil de 1711 em Pernambuco entre a burguesia do Recife e a aristocracia de Olinda, que gozava de todos os privilégios, é conhecida em todos os livros de história do Brasil. Ela foi provocada não só pela diferença de classe, como de nacionalidade, os olindenses naturais da terra e os recifenses portugueses, a que se somava a de serem os de Olinda devedores dos mercadores do Recife ⁽⁴³⁾.

Para a história existem muitos documentos ⁽⁴⁴⁾ e sobretudo crônicas contemporâneas, cujo exame compete à historiografia. Alguns perderam-se como aquele papel que Pedro Taques diz ter mandado a Frei Gaspar da Madre de Deus sobre o levantamento de Pernambuco ⁽⁴⁵⁾.

(41) Out. 1710-Out. 1711.

(42) A melhor documentação sobre os dois motins encontra-se na correspondência de Pedro de Vasconcelos publicada na nota de Rodolfo Garcia in Varnhagen, *História Geral do Brasil*, ob. cit., III, 423-428, extraída de artigo de Alberto Lamego in *O Jornal*, Rio de Janeiro, 17 de março e 14 de abril de 1929.

(43) F. A. de Varnhagen fez um sumário da guerra civil em *História Geral do Brasil*, III, 393-401; a bibliografia secundária não é grande e nela se incluem as *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, 1844-48, 4 vols. de J. B. Fernandes Gama, Mário Melo "A Guerra dos Mascates como afirmação nacionalista" *RIAGP*, 1939-41, XXXVI, 7-56 e Guilherme Auler "O nativismo na Guerra dos Mascates", *Tradição*, abril 1942, 68-72.

(44) Vide *DHBN*, 1938, vols. XXXIX, várias pp.; XL, várias pp.; XCVIII, vs. pp.

(45) *DIHCSP*, São Paulo, 1896, IV, 12; já referido por Afonso d'E. Taunay em *Pedro Taques e seu tempo*, São Paulo, 1923, 178.

Outros relatos continuam inéditos, como o “Tratado da Capitania de Pernambuco e das sublevações que nela houveram até o anno de MDCCXII” (46) ou o “Manifesto que os de Pernambuco publicaram depois do levante que houve naquela capitania no anno de 1710” (47). Varnhagen cita também o testemunho do Padre Afonso Brôa da Fonseca, de cujo manuscrito se desconhece o paradeiro (48).

A esses autores contemporâneos somam os que viram sua narrativa publicada, como é o caso de Domingos do Loreto Couto e Sebastião da Rocha Pita.

Do primeiro, como historiador pernambucano já falamos, mas seu capítulo sobre a Guerra dos Mascates é tendencioso, favorecendo a nobreza de Olinda, que não aceitava a criação de Recife como vila independente, e revelando como a maioria dos cronistas de sua época seu despreço à gentilha que servia ao Recife (49).

A crônica de Rocha Pita é também parcial, pois começa declarando que o governador Sebastião de Castro de Caldas (1707-1710) tinha os olhos fechados “para a nobreza de Pernambuco e não queria outro objeto mais que o povo do Recife”. Destaca sempre os sentimentos da nobreza de Olinda, e desaprova “os muitos homens ricos, aos quais o trato mercantil fizera poderosos e não podiam alcançar os cargos da governança”. Recife era mais opulento e mais habitado que Olinda e essa foi a razão para conceder-lhe o Rei a qualidade de Vila, com o que se sentiu ofendida Olinda, que perdia a maior parte de sua jurisdição. A história de Rocha Pita é cautelosa, procurando evitar tomar partido, mas vê-se que está ao lado da nobreza de Olinda e conta em resumo os principais acontecimentos, até seu final com a chegada do governador Félix José Machado (1711-1715) (50).

A “Guerra Civil ou Sedições de Pernambuco” (51) deve atribuir-se, segundo Varnhagen, ao Padre Antônio Gonçalves Leitão, ou ao Padre Manuel Rodrigues Neto (52).

É também obra facciosa, a favor da nobreza de Olinda. “Foram crescendo as queixas e estímulos, e o governador obrando excessos, que pareciam desatinos, prometendo dessolar toda a nobreza e acabá-lo.” É nessa toada pró-Olinda se escreveu a narração contendo alguns documentos, cartas, respostas oficiais, certidões, requerimentos, despachos, editais, o perdão d’El-Rei, e o manifesto antimascate, assinado em Olinda aos 4 de agosto de 1711. A parcialidade revela-se ao correr de toda a narrativa, como nesta frase: “não podia mais a malícia dos homens refinar-se, nem chegar a maior excesso, que empreender a maquinação de tão desesperado e

(46) *Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, Lisboa, 1938, 185-186.

(47) *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra relativos ao Brasil*, Coimbra, 1941, p. 6, n.º 110.

(48) *História Geral do Brasil*, III, 398.

(49) *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, ABN, XXV, 194-204.

(50) *História da América Portuguesa*, Rio de Janeiro, ed. Garnier, 400-407.

(51) *RIHGB*, reed. 1894, XVI, 5-134.

(52) *História Geral do Brasil*, 3.ª ed., S. Paulo, s/d, III, 398, e nota 22. É curioso que no texto Varnhagen atribua à obra a autoria de Manuel do Rego.

aleivoso fingimento, nascido da inveja, com que se mostraram sempre opostos os mercadores a tudo o que pudesse ser conveniência da nobreza, e sossego de mais povo”.

A obra mascate é a “Narração das Calamidades de Pernambuco” (53).

Rodolfo Garcia afirmou que “o autor desse escrito, conforme se confere da carta que o precede ao Dr. José Rodrigues de Abreu e datada da vila de Santo Antônio do Recife, em 10 de Setembro de 1747, é Manuel dos Santos”. Da mesma carta fica-se sabendo que Santos nasceu cerca de 1683, que aos vinte e quatro anos saiu do Hospital Régio aprovado em cirurgia pelo dr. Manuel da Pina Coutinho, cirurgião-mor do Reino, e pelos licenciados Manuel Pereira Gomes e Francisco Cruz. Veio para Pernambuco logo depois de formado em 1707 e assistiu, portanto, aos fatos que narra (54).

Nas advertências explica por que escreveu o livro: por curiosidade, por achar-se na capitania, porque os males que se experimentaram nestes oito anos foram tantos que “não é possível podê-los conservar na memória por muito tempo”, também porque a escritura é remédio infalível contra o esquecimento, e afinal não sendo mercador, nem fidalgo, não seria parcial. Além disso o que escreveu foi tão público, ‘que, se eu quisesse encobrir, não havia faltar quem o manifestasse, e talvez com menos verdade e mais acremente do que vae exposto, pois ninguém mais do que eu se cansou em averiguar das pessoas, que pela experiência dos sucessos tinham razão de a saber com certeza: isto se entende d’aqueles que me não era possível presenciar; alcançando muitos papéis tão verdadeiros, que vinham da própria letra de quem, para se darem execução, os havia escrito; como são todas as portarias, cartas, manifestos e mais documentos que aqui vão insertos: e estes são os alicerces, em que fundei todo o edificio desta narração”.

Afirma depois que aos 24 anos ao sair da escola, aprovado em cirurgia, até os 64, “em que ora me vejo, me apliquei ao estudo das maiores doutrinas por ser esta a ocupação a que meu gênio me inclinou”, nunca foi inepto para perceber o que estudava e quando teve dúvida nunca se envergonhou de procurar aos que julgava com mais inteligência.

Afirma que em todo Pernambuco nunca houve mais que três médicos, para servir a mais de 30.000 pessoas.

Sua narrativa é ampla e minuciosa, dá a lista dos presos, dos mortos, dos feridos, e declara que três vezes, a escreveu: a primeira em 1712, em que muitos casos nela insertos estavam sucedendo; a segunda em 1738, quando leu a *História* de Rocha Pita, pintada numas “estampas tão mal debuxadas”. Critica o “historiógrafo” (Rocha Pita), que se gastava de ser verdadeiro e era exagerativo, escrevendo casos controversos, que ignora

(53) ...“succedidas deste o anno de 1707 até o de 1715”, com a noticia do levante dos povos de suas capitanias escrito por um anônimo e pelo mesmo corrigida e acrescentada. Aviso de 1749, *RIHGB*, LIII, 2-307. Existe cópia na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vide “Catálogo dos Manuscritos sobre Pernambuco existentes na Biblioteca Nacional” *ABN*, V, 71, p. 210, n.º 210.

(54) Nota 22 da p. 398 do 3.º vol. da *História Geral do Brasil* de F. A. de Varnhagen, S. Paulo, s/d., 3.ª ed. integral.

por morar distante da terra onde sucederam os acontecimentos, e que em Pernambuco o abominam por conter tantas falsidades; e finalmente a terceira vez “foi no princípio deste presente ano de 1749”. Foi enviado a Lisboa e a impressão demorou porque as guerras de Gênova impediam de vir o papel e assim retornou o manuscrito ao Recife, onde o copiou de novo e o foi “ilustrando com o aditamento de algumas notícias mais modernas, que depois de 1714 em que havia finalizado tal narração, se oferecerão. . .

“E por última conclusão quero se entenda, que, suposto as calamidades que nela noticio, sublevações do povo, cercos do Recife, tapamentos da ponte, e tudo o mais molesto que os moradores de Pernambuco experimentarão, e estão experimentando, suposto digo, tivessem por causa próxima a anulação dos naturais da terra com os Recifenses e filhos do Reino, a causa remota foram os pecados de todos, aos quais a justiça divina quis castigar por este meio.”

Há ainda a “Relação do Levante de Pernambuco de 1710”, publicada com introdução de Lopes de Almeida ⁽⁵⁵⁾.

As “Revoluções e Levantes de Pernambuco no ano de 1710-1711”, existentes inéditas no Instituto Histórico ⁽⁵⁶⁾, descrevem Pernambuco, apontam as causas da diminuição da capitania em relação à Bahia, os castigos que recebeu, os antecedentes da guerra, a situação da burguesia antes do Levante, o Levante e a Guerra.

É uma narrativa pró-nobreza olindense na qual se acusam os de Recife de quererem tornar-se independentes de Portugal e erigir uma República.

Em carta a Lino de Assunção, Capistrano de Abreu conta que depois de publicada a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, o Imperador ofereceu aos editores da coleção, Capistrano de Abreu e Vale Cabral, “dois livros para a coleção: — um a história da guerra dos Mascates, manuscrito por Manuel dos Santos, que estou copiando e tem umas 500 pp.” e o outro era a “Missão” de Frei M. Nantes ⁽⁵⁷⁾. Vê-se assim que a edição, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1890, da “Narração histórica das Calamidades de Pernambuco”, é uma dádiva de D. Pedro II e uma cópia de Capistrano de Abreu.

Foi este quem disse que as “Calamidades” eram um livro mascate e que a guerra fora uma farsa lúgubre ⁽⁵⁸⁾. Numa carta a Studart em 1894 Capistrano declarou que seria bom que existisse para Pernambuco um Guilherme Studart. “Como não há, o resultado é o que se vê em todas as Histórias: os fatos sucedidos entre a retirada dos holandeses e a

(55) *Brasília*, Coimbra, VI, 283-339; documento existente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Vide Francisco Morais, *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra relativos ao Brasil*, Coimbra, 1941, n.º 110, p. 6.

(56) Lata 3, doc. n.º 9, 103 ff.

(57) *Cartas de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção*, Lisboa, 1946, s/d, p. 56.

(58) *Ensaio e Estudos*, 3.ª série, 1.ª ed., Instituto Nacional do Livro, 1938, 37; 2.ª ed., Civilização Brasileira, 1976, 21.

Guerra dos Mascates cabem numa página; em outra página cabe o que se sabe entre a Guerra dos Mascates e a Revolução de 1817” (59).

Resta lembrar que este episódio histórico sugeriu a José de Alencar seu romance *A Guerra dos Mascates* (60) e que Hélio Viana estudou “as Personagens Reais da ‘Guerra dos Mascates’ de Alencar. O Imperador como Sebastião de Castro Alves” (61).

3.6. As lutas em Minas Gerais

São muitos os motins, os distúrbios e as rebeliões que sucessivamente e não episodicamente prepararam a grande rebelião que poderia vir a ser a Conjuração Mineira e malogrou no pensamento de um pequeno número da elite, degredado sem compaixão e sem piedade, eliminando o mais popular, enquanto se salvavam os magnatas, como eram chamados os grandes e poderosos senhores ricos.

As revoltas são denominadas conforme a qualidade de gente que as compõem, se são iguais aos poderosos reservam-lhe palavras mais respeitáveis, e se é o povo, a plebe, a gente vil, a gentalha, como escreveu freqüentemente Rocha Pita, chamam-nas de motins; insurreição é de negro escravo, e inconfidência, porque ela não passou realmente de uma infidelidade a El-Rei, mas que é uma conjuração ou conspiração, condenada com a mesma severidade.

Antes da luta dos Emboabas, ou da Conjuração Mineira, há uma série encadeada de lutas precursoras, que não contam com seus cronistas, mas estão registradas na história, e que são aqui mencionadas para mostrar a pobreza da historiografia revolucionária.

Em 8 de dezembro de 1708 os reinóis fizeram “um ajuntamento tumultuoso no qual houveram roubos e assassinatos cruéis, executados por traições” de várias pessoas poderosas (vários mestres-de-campo) chefiados por Manuel Nunes Viana (62).

Em 1715 os moradores de Pitangui, lançado o imposto sobre o ouro, não se sujeitaram a pagá-lo, pegando em armas e postando guardas avançadas nos caminhos, tentando impedir o ingresso da justiça. Mas como o ouvidor vinha escoltado por soldados dos dragões, entrou na vila, tirou devassa e mandou enforcar em effigie Domingos Rodrigues Prado. Responderam os sediciosos por ordem deste chefe enforcando também em effigie o mesmo ouvidor (63).

Neste mesmo ano houve os levantes de Morro Velho e do Caetés, como os anteriores, sem registo historiográfico (64).

(59) *Correspondência de Capistrano de Abreu*, 1.ª ed., Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954, I, 146; 2.ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, I, 146.

(60) 1.ª ed., 1873, 2.ª ed., Garnier, 1896.

(61) *JC*, 6 de março de 1964.

(62) “Compendio das épocas da capitania de Minas Gerais, desde o anno de 1694 até o de 1780”. *RIHGB*, VIII, 55-56.

(63) “Compendio” cit. 57. Afonso d’E. Taunay em sua *História Geral das Bandeiras Paulistas*, S. Paulo, 1949, 133-154 descreve em base documental a revolta.

(64) Vide J. P. Xavier da Veiga, *Ephemerides Mineiras*, 1897, v. 2, 434-438. Outras referências in Hello Gravatá, “Contribuição bibliográfica para a história de Minas Gerais”, 1976, XXVII, 257-258.

A única descrição que conheço de motins do sertão de Minas não tem caráter de crônica composta, mais parece uma junção de documentos, ou melhor, de cartas. Nos "Motins do Sertão" (65) se registam e contam assuadas, princípios de motins, amotinacões, tumultos, sedicões, sublevações, insurreições negras, e vários motins no sertão, as devassas, prisões, a fuga dos negros, os salteadores, a matéria mais importante do governo de Martinho de Mendonça de Pina e Proença (66). Nela se escreve que "todo o povo se move por apreensões, mais que por realidades, porém nisto excede a todos o vulgo das Minas, que só apetece novidades, e mudanças, sem averiguar se lhe são prejudiciais, e assim tomaram tanto corpo estas vozes, que posso afirmar que hoje são poucos os que duvidam da sua certeza".

Martinho de Mendonça de Pina e de Proença escreveu: "Repetidas vezes tenho dito a V. Ex.^a que as Minas não é Governo em que se possa ocupar um escudeiro de aldeia, sem esplendor, ainda que com sangue ilustre, talento e fidelidade. As aparências exteriores de autoridade são o primeiro predicado que se deve buscar para o Governo das Minas, para que os povos lhe tenham grande respeito, os poderosos lhe obedeçam com menos repugnância, e os Ministros se persuadam que S. M. faz dele justa confiança" (67).

3.7. Emboabas

A guerra dos emboabas tem uma historiografia representativa das duas facções de muito boa qualidade.

A documentação histórica é ampla e vasta, mas ela não é a matéria que nos ocupa neste estudo e sim a historiografia, os escritos contemporâneos mais ou menos bem elaborados (68).

A própria palavra emboaba foi objeto de vários estudos etnológicos (69) de Batista Caetano, e respondendo a este (70), Macedo Soares definiu-a como o português, filho-de-fora, estrangeiro de outras terras e forasteiro (71). Para sua fundamentação cita Macedo Soares trecho de Cláudio Manuel da Costa, dos primeiros que sobre essa luta escreveu. Teodoro Sampaio disse que "chamar de emboaba a um indivíduo é já no sentido de que ele é do bando da agressão, da grei dos provocadores" (72).

Os historiadores tentaram explicar por que se deu aos portugueses essa denominação. Pizarro e Araújo escreveu que emboabas eram as

(65) *RAPM*, out./dez. 1896, Ouro Preto, 1896, Ano I, fasc. 4, 649-672.

(66) 1736-1737.

(67) "Motins do Sertão", *ob. cit.*, 670-671.

(68) Sobre a documentação ver sobretudo *RAPM*, 1933, XXIV, 441-708; *DHBN*, 70, vs. pp.; 99, vs. pp.; *ABN*, vol. 31, ver Índice. A melhor e mais moderna indicação e descrição dos documentos se encontra em J. Soares de Melo *Emboabas, Crônica de uma revolução nativista*. S. Paulo, 1929.

(69) A. J. de Macedo Soares, *Revista Brasileira*, 1879, I, 587-594.

(70) *Idem*, II, 1879, 348-366, e III, 22-36.

(71) *Diccionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Inst. Nac. do Livro, 1954, I, 171.

(72) *O Tupi na Geographia Nacional*, 3.^a ed. 1928, 198.

galinhas ou quaisquer aves que tinham as pernas cobertas de plumas, e se diziam calçadas. Daí darem o nome aos forasteiros e europeus, que todo o tempo usavam botas ou polainas enquanto os paulistas andavam despidos (73). Mas no texto, e não na nota explicativa, Pizarro dá-lhe a definição feita por Macedo Soares “forasteiros ou estrangeiros chamados por eles emboabas, ou buabas” (74).

Na verdade, antes deles, Joseph Barbosa de Sá na “Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos” (75) escreveu que “versando aqueles famosos aventureiros a quem chamavam Paulistas pela nominação da pátria, como europeus chamados emboabas, nome derivado das galinhas calçadas por não largarem as meias e sapatos em todo o serviço” (76).

Capistrano de Abreu explica que *emboaba* era uma das designações dos reinóis na língua geral, aos quais os paulistas afetavam profundo desprezo (77). O mais completo exame da palavra e de seu variado sentido, segundo linguistas e historiadores, foi feito por Soares de Melo, que lhe dá a significação de estrangeiro, inimigo, vencendo a controvérsia e convencendo os leitores (78).

A guerra dos emboabas constituiu um tema controvertido, cujo melhor estudo foi o apresentado por Soares de Melo. Capistrano de Abreu escreveu a João Lúcio de Azevedo em 1916 que “entre o descobrimento das Minas e a Guerra dos Emboabas houve um período de anarquia perfeitamente obscuro; vou tentar esclarecê-lo” (79).

A obscuridade deste período e a dificuldade da compreensão da guerra dos emboabas torna necessário e útil o exame historiográfico.

Já contamos com várias análises historiográficas sobre a guerra dos emboabas feitas por Soares de Melo, Lúcio José dos Santos e Afonso d’E. Taunay. O primeiro fez um capítulo especial sobre os historiadores dos Emboabas, Rocha Pita e Luís dos Santos Vilhena (80); o segundo fez uma introdução sobre fontes e bibliografia, examinando as primeiras relações e memórias (81).

Afonso d’E. Taunay estudou com certa desordem o relato de Pedro Taques, Rocha Pita, Varnhagen, Capistrano de Abreu, Manuel da Fonseca e Soares de Melo (82).

Parece que a “História do Distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimento das suas Minas, casos neles acontecidos entre paulistas

(73) *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil*. 1.ª ed. Rio de Janeiro, 1820-22, 9 t. em 5 vols.; 2.ª ed. Inst. Nac. do Livro, 1948, VIII, 264-266.

(74) *Ob. cit.*, VIII, 16.

(75) *ABN*, 1904, XXIII.

(76) *Ob. cit.*, p. 5.

(77) *Capítulos de História Colonial*. 4.ª ed. revista, anotada e prefaciada por José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro, 1954, 248-249.

(78) *Ob. cit.*, 175-205.

(79) *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Inst. Nac. do Livro, Rio de Janeiro, 1954, II, 13 e 2.ª ed. *Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1977, 13.

(80) *Ob. cit.*, 207-226.

(81) “Afirmações nacionalistas — Os Emboabas”. *Terceiro Congresso de História Nacional* 1938, *Boletim do IHGB*, Rio de Janeiro 1942, 587-677.

(82) *História Geral das Bandeiras Paulistas*, São Paulo, t. 9, 951-471 e t. 10, 155-161.

e emboabas e criação das suas vilas” é a primeira relação da luta dos emboabas, escrita por José Álvares de Oliveira, com evidente parcialidade emboaba ou antipaulista. Ele mesmo escreveu que “como o Arraial Novo do Rio das Mortes deu o assunto desta história e de seus distúrbios antes de ser vila não me pareceu alheio da mesma história o descrever dela mesmo um breve mapa e seus progressos depois de o ser”.

Antes de José Álvares de Oliveira, publicou Taunay, extraídos da *Brasiliana* de Félix Pacheco os “Depoimentos sobre os primeiros anos das Minas Gerais. Dou parte do que vi e sei” (83). É relato básico.

A “História do Distrito do Rio das Mortes”, pertencente também em manuscrito à *Brasiliana* de Félix Pacheco, foi reproduzida por Afonso Taunay, sem os rigores da crítica histórica. Trata-se, comenta Taunay, de um depoimento de suma importância, oriundo de um comandante de tropa que tomou parte ativa nas refregas da guerra civil, como oficial superior, e foi composta depois do falecimento de D. João V (31 de julho de 1750) e como foi dedicado ao dr. Tomás Rubi de Barros Barreto (décimo ouvidor 1747-1751) pode-se situar bem o período de sua confecção.

E afirma que “este papel em que ofereço à história do distrito do Rio das Mortes, sua descrição, descobrimento de suas minas, casos nela acontecidos, a civil disputa entre Paulistas e Emboabas, representada no teatro do Arraial Novo”... e pede ao ouvidor Tomás Rubi que desculpe “o que na história padecer censura não tanto pelo trabalho que tive de desenterrar da sepultura de uma ignorância quase invencível o que nela se contém, mas pela grande vontade que sempre me assistiu de desempenhar na melhor forma que fosse possível o mandato de V. Mcê”. Como outros, esse depoimento é emboaba, pois José Álvares de Oliveira era reinol, Sargento-mor e um dos chefes emboabas que se destacaram na luta no Rio das Mortes, quando os paulistas comandados por Amador Bueno da Veiga os atacaram (84).

O Compêndio Narrativo do Peregrino da América (85) de Nuno Marques Pereira não é um livro sobre emboabas, mas um livro escrito por um emboaba e financiado pelo chefe dos emboabas Manuel Nunes Viana. Seu mérito literário é relativo, escreveu Afrânio Peixoto, e seu mérito histórico tem a mesma dimensão.

O peregrino declara que não foram os interesses de cabedais que o fizeram ir às Minas de Ouro, defende a compatibilidade da riqueza e da virtude, louva as excelências da pobreza, narra sua jornada às Minas, dá o catálogo dos Bispos e arcebispos da Bahia, desde seu princípio, e discorre sobre os dez mandamentos da Igreja. Ao tratar do primeiro censura o abuso da feitiçaria introduzida no Brasil; no segundo repreende os juramentos em falso; no terceiro aconselha como os Senhores devem tratar a seus escravos e famílias. Tem este capítulo particular interesse para o

(83) *JC*, 8 de dezembro de 1946.

(84) Francisco de Assis Carvalho Franco. *DBSB*, S. Paulo 1953, p. 270.

(85) 1.ª ed. 1728; 6.ª ed. Rio de Janeiro Acad. Bras. de Letras 2 vols., com nota preliminar de Afrânio Peixoto, nota biográfica de Rodolfo Garcia, notas de Pedro Calmon, juízo crítico de Varnhagen e nota etnográfica de Leite de Vasconcelos.

historiador ao mostrar a submissão do negro, seu tratamento pelos senhores, as relações das senhoras e escravas; no quarto como devem os pais senhores tratar seus filhos e aconselha os filhos dos senhores a cultivarem as artes liberais, a época em que devem casar, como deve ser o mestre dos filhos; censura os mimos e os concubinatos, cita casos e exemplos para doutrinar e nesta linha trata de todos demais mandamentos. O segundo volume dedica-se aos vários outros ensinamentos morais, ao estudo necessário da música, da poesia, da matemática, da filosofia, das artes e ciências, dos entretenimentos. É um livro casuístico de moral pública e privada que serve ao historiador para reconstruir os padrões de conduta e os problemas morais da sociedade dominante e dominada. Sob esse aspecto seu valor é ponderável, assim como o foram os Sermões para que Bernardo Groethuysen escrevesse sobre a consciência burguesa na França. *O Compêndio Narrativo do Peregrino da América* não é leitura agradável e fácil, mas tem um grande valor para reconstruir o ambiente moral, as idéias sociais dos emboabas. Foi publicado debaixo do amparo e proteção do emboaba chefe Manuel Nunes Viana, segundo suas próprias palavras.

O primeiro historiador a tratar dos Emboabas foi Rocha Pita, cuja obra em conjunto vai figurar no capítulo sobre a historiografia geral. Seus vários capítulos apontam e acentuam a culpa dos paulistas. São antipaulistas, antibrasileiros e pró-portugueses, os forasteiros que desejavam se asenhorar das descobertas mineiras feitas pelos paulistas. Chega a afirmar que o bando forasteiro chefiado por Manuel Nunes Viana tinha por fim “refrear os insultos dos paulistas e os obrigar a viverem sujeitos ao jugo das leis do Reino e não às do seu próprio arbítrio, pelo qual (eles, os emboabas) só se governavam; evoca o poderio paulista que usava da liberdade e insolência, em que costumavam viver e conservando o ódio entranhável contra todos os forasteiros”; chama sempre os paulistas de “destemerosos e facinorosos”, embora reconheça a traição inominável de Bento do Amaral, que depois de aceitar a rendição dos paulistas e destes lhe entregarem armas os mandou matar a todos. Fala no jugo tirânico dos paulistas, louva o domínio de Manuel Nunes Viana, que assumiu a governança sem autorização real; foram os governadores do Rio de Janeiro que tentaram sossegar a rebelião paulista até que decidiu-se o governo português a criar a capitania independente (do Rio de Janeiro) de São Paulo e Minas Gerais, em 1709 e só em 1720, separadas e independentes.

Como acentuou muito bem Soares de Melo ⁽⁸⁶⁾ ele foi não só simpático aos emboabas, como se ouviu testemunhos limitou-se aos emboabas portugueses e baianos, seus conterrâneos. Convinha-lhe louvar a gente lusitana e esperar do monarca os favores que desejava. Soares de Melo aponta com cuidado as falhas dos seus recursos documentais. Mas ainda assim ele não deixaria de ser inexato e apaixonado.

Luís dos Santos Vilhena, de quem trataremos com mais atenção no capítulo da historiografia geral, escreveu que “se estas ordens e cartas houverão chegado a notícia de alguns escritores modernos, como o histo-

(86) *Emboabas. Crônica de uma revolução nativista*, S. Paulo, 1929, 209-219.

riador Sebastião da Rocha Pita pode ser que se não tiverão desviado tanto da verdade” (87).

Lúcio José dos Santos foi mais benévolo. Reconhece-lhe o estilo pomposo, o exagero das afirmações, a credibilidade nas lendas, mas ainda assim é possível separar o joio do trigo. Como escreveu pouco depois dos acontecimentos, estranho ao meio em que ele ocorreu e aos interesses em jogo, cita que ele podia ser imparcial, observação feita por Xavier da Veiga (88). Foi a ela que recorreram Southey e outros historiadores para a elaboração dos capítulos sobre emboabas.

A Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes (89), composta por Manuel da Fonseca, um pouco mais de uma geração após a luta, é uma preciosa memória, que se inicia com um capítulo no qual se profetiza o levantamento (cap. XXXII) e se conclui com a exposição da luta entre emboabas e paulistas. As descobertas paulistas atraíram não só gente de todo o Brasil, como os portugueses que já possuíam grandes povoações. “Não havia entre eles lei, que os obrigasse a viver sujeitos, e só com uma livre escravidão se sujeitavam todos os seus vícios.” Reinavam a luxúria, os roubos, os homicídios, as injustiças, e era comum imporem os poderosos a pena de morte.

O livro é antipaulista como se vê em toda exposição, mas se manifesta com toda força nesta frase: “Eram os cúmplices mais freqüentes destes delitos, os paulistas, porque como viviam abastados de índios que tinham trazido do sertão e de grande número de escravos, que com o ouro tinham comprado, se fizeram notavelmente poderosos, chegando alguns a tanta soberania, que falando com os forasteiros os tratavam por vós, como se fossem escravos (90), e por isso eram deles as maiores queixas, ainda que em grande parte nasciam dos mamelucos, que tinham em casa, sem que talvez chegassem à notícia dos amos os seus desmanchos”.

Neste trecho se revela todo seu preconceito antipaulista e antimameluco, e conseqüentemente pró-português. Pode-se dizer que é realmente muito mais pró-português que o próprio Rocha Pita, e exalta sempre a figura de Manuel Nunes Viana. Nenhum deles oculta o ato de Bento do Amaral Coutinho, pérfido e cruel, que, aceitando a rendição dos paulistas, logo que os viu sem armas deu ordem para que os matassem, deixando o campo coberto de mortos e feridos, causa que impôs àquele lugar no Rio das Mortes o nome de Capão da Traição. E nesta linha antipaulista se desenrola toda a história, sempre antipaulista e pró-portuguesa, com uma parcialidade a toda prova.

Soares de Melo não tratou da obra de Manuel da Fonseca, mas Lúcio José dos Santos deu-lhe relevo afirmando que ele se manifesta “mais imparcial do que se poderia esperar de um escritor português quase testemunha da-

(87) *Noticias Soteropolitanas e Brasillicas*. Bahia, 1922, II, 675.

(88) *Efemérides Mineiras*, Ouro Preto, 1897, 25 de fevereiro de 1711.

(89) ... *da Companhia de Jesus e da Provincia do Brasil*. Lisboa, 1.ª ed. 1752. 2.ª ed. S. Paulo s/d.

(90) Nota-se aqui, como observou Othoniel Motta que “vós” era tratamento de menos-prezo.

quelas lutas. Essa biografia se constitui fonte preciosa, não só para a guerra dos emboabas como para a revolta de 1720 ⁽⁹¹⁾.

Manuel da Fonseca nasceu em Braga (1703- ?) e entrou para a Companhia em 1703, sendo ordenado sacerdote em 1737 ⁽⁹²⁾. Para Afonso Taunay os dois relatos, o de Rocha Pita e de Manuel da Fonseca, embora este mais extenso, são coincidentes ⁽⁹³⁾.

Da mesma época da narrativa de Manuel da Fonseca, pelos meados do século dezoito, são os depoimentos anônimos e de José Álvares de Oliveira, que Afonso d'E. Taunay publicou, sem esquecer a notícia compilada pelo coronel Bento Fernandes Furtado de Mendonça.

Esta última denomina-se "Primeiros Descobridores das Minas do Ouro na Capitania de Minas Geraes" ⁽⁹⁴⁾. Nela se trata mais das descobertas de ouro, que do levante dos emboabas. No final lê-se que "enquanto o progresso da população, indústrias e comércio augurava um futuro lisonjeiro à nova Colônia, nutria ela em seu seio um princípio de dissolução, por concorrerem, de mistura com honestos povoadores, alguns homens imorais e ambiciosos". Esses homens desejavam obter os monopólios do tabaco, das carnes verdes, encontrando a oposição dos paulistas, "e ainda uma vez tiveram de ser contrariados, não só pelos mesmos paulistas, mas ainda por alguns reinóis de coração reto e bom senso".

"Resultando destas patrióticas oposições, a primeira causa das discórdias (1707) que em breve havião de perturbar, e dividir a nascente sociedade; a fortuna e a consideração pública, que os paulistas gozavam, em razão de seus úteis descobrimentos (conquanto eles se tivessem mostrado hospitaleros, e generosos para com os reinóis desvalidos) foi a segunda causa das discórdias intestinas." O compilador observou ao final que se devendo seguir o relatório dos incidentes que apressaram o rompimento das hostilidades entre os forasteiros e os paulistas o traslado das notícias se interrompeu, mas ainda resume a história da divisão entre reinóis e paulistas.

Cláudio Manuel da Costa no "Fundamento Histórico" do poema *Vila Rica* ⁽⁹⁵⁾ resume brevemente o aparecimento e evolução dos ódios entre os paulistas e os portugueses, e repete como os primeiros cronistas que a luta foi fomentada pela tentativa de estabelecer monopólios (fumo, cachaça e carne) e os europeus, buabas — escreve, conseguiram expulsar os paulistas entre 1709 e 1710, regidos pelos chefes Manuel Nunes Viana com o caráter de governador e Antônio Francisco como mestre-de-campo.

A versão de Cláudio Manuel da Costa afirma de começo que Nunes Viana fomentara muitas intrigas, sublevações e desordens, e sobre o mestre de campo diz que "a desgraça deste país é tal que sendo de tão baixo

(91) "Afirmações nacionalistas. Os Emboabas" *RIHGB*, ob. cit. 602.

(92) L. J. dos Santos, ob. cit.; Inocência 5, 434-435 ignora as datas de nascimento e morte e afirma ter ele nascido em S. Paulo.

(93) *História Geral das Bandeiras Paulistas*, ob. cit. t. IX, 463-471.

(94) O resumo de compilação — o único relato que possuímos — foi preparado por M. J. P. da Silva Pontes, *RAPM*, 1899, Ano IV, fasc. I, 82-95.

(95) Ed. João Ribeiro, *Obras Poéticas*, Rio de Janeiro, II, 167.

nascimento este homem, é daqueles, que se não prendem, para se soltarem”. Escreve a seguir que fazendo justiça “é certo que entre os rebeldes e levantados daquele tempo tinha melhor índole, que todos, o suposto governador Manuel Nunes Viana”. Afirma não constar que ele ou alguns de seus confidentes cometesse alguma ação nociva contra o próximo, e aponta-lhe outras qualidades, a igualdade com que regia os povos, a afabilidade com que os acolhia, os socorria e os apaziguava e serenava, o que contradiz as acusações de intrigas suas aparecidas na secretaria do governo, às quais primeiro se referiu. Acusa-o de querer ser governador das Minas, o que lhe desordenava a serenidade de ânimo e o tornava desobediente. Afirma que D. Fernando Martins de Mascarenhas (Governador do Rio de Janeiro, 1705) que foi às Minas sossegar a rebelião ter sido desacatado por Nunes Viana e ser favorável aos paulistas; trata da chegada do novo governador do Rio, que logo partiu para Minas com o mesmo objetivo, o que logo conseguiu, convencendo-os não convir a assistência deles em Minas, o que foi feito e assim conseguindo o sossego. “Foi ele”, conclui Cláudio Manuel da Costa, “o primeiro que susteve com desembaraço as rédeas do governo”. Era de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho o primeiro governador da capitania independente (do Rio de Janeiro), a de S. Paulo e Minas do Ouro (1709-1713).

No poema *Vila Rica* é nos cantos 5.º, 6.º, 7.º e 8.º que Cláudio rememora a luta e se põe ao lado dos paulistas, contra os reinóis, como um nacionalista:

A exemplo de um contempla iguais a todos
 E distintos ao rei por vários modos
 Vê os Pires, Camargos e Pedrosos,
 Alvarengas, Godoes, Cabraes, Cardosos,
 Lemos, Toledos, Paes, Guerra, Furtados,
 e os outros, que primeiro assinalados
 se fizeram no arrojo das conquistas
 Ó grandes sempre, ó imortais Paulistas!
 Embora vós, nymphas do Tejo, embora
 cante do Lusitano a voz sonora
 os claros feitos do seu grande Gama;
 dos meus paulistas honrarei a fama (96).

Manuel Rodrigues Lapa num estudo “Os Versos anarquistas do ‘Vila Rica’ (97) conta ter encontrado num dos manuscritos de *Vila Rica* da Biblioteca Nacional de Lisboa, no canto V um trecho de 85 versos que não vem em nenhum outro texto conhecido, impresso ou manuscrito. Diz ele que nele se contém “a parte nevrálgica da composição”, pois essa fala às turbas é um louvor destemperado e surpreendente do regime anarquista, que ainda não tinha sido considerado pelos tratadistas do Direito Natural. Que levou Cláudio a expungir das outras redações essa atrevida exortação? Afirma então que “o ‘Vila Rica’ é, sabidamente um poema de propaganda paulista apaixonada, em que se torce a verdade dos fatos históricos, e a

(96) Canto VI, p. 216 da ed. cit.

(97) *Suplemento Literário de Minas Gerais*, 20 de abril de 1968.

cronologia para prestigiar os naturais de S. Paulo”. No canto V aparece o frade arengando aos Europeus contra os Paulistas; a fundarem uma república independente, a irem para as Índias espanholas caso não obtivessem a anistia real; a retirarem para si o imposto do Quinto e não consentirem nela, nem governadores nem justiças, e aqui desponta a idéia do sistema anárquico. E então o ilustre filólogo português que tanto estudou Minas e os mineiros afirma que a História alicerçada em documentos nos diz exatamente o contrário: eram os emboabas que representavam o princípio da ordem e do respeito à lei. Para isso tiveram de se insurgir, pois não suportavam por mais tempo uma oligarquia de tiranos arvorados em senhores absolutos das Minas. A expressão justa escapou a Cláudio no verso 71 do Canto V:

Ignorais, que as montanhas estão cheias
Destes perturbadores, desde quando
arbitrária e fantástica ordem dando
em o nome do rei, os compelimos
a largar-nos as armas, com que os vimos? (98)

Na verdade um pouco antes diria o poeta:

Desconheceis acaso que outra sorte,
Outra fortuna vos espera, vindo
Tão próximo, Albuquerque, a quem seguindo
Vem o infame tumulto dos Paulistas
Que aspiram senhorear estas conquistas?

Mas nada vejo nestes versos que nos leve a aceitar a conclusão de Isaias Golgher (99) de que a luta foi uma explosão da maturidade democrática da população mineira contra a anarquia monopolizadora dos feudais paulistanos. Que população mineira, a que se origina de S. Paulo, ou a portuguesa e forasteira? Foi desta mistura que nasceu a população mineira e esta não existe como oposição à paulista.

Pedro Taques antes de 1777 já havia também escrito alguma narrativa sobre a luta emboaba, pois em carta a Frei Gaspar da Madre de Deus escreveu não saber “se fora dos Borrões e apontamentos, que eu tinha, e principiava a escrever o levantamento das Gerais, tenho mais algum papel em poder de V. Rma.” (100).

Na “Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais” de José João Teixeira Coelho, desembargador da Relação do Porto (101), ao tratar do governo de D. Fernando Martins Mascarenhas d’Alencastro (1704-1709) afirma que “neste tempo se suscitaram dúvidas, que foram origem de contendas bem sanguinolentas entre os naturais de S. Paulo e da Europa. Não é constante a tradição que se conserva delas; e o mais natural é que os Paulistas intentaram proibir o estabelecimento dos Europeus nas

(98) *Vila Rica, ob. cit.*, p. 209.

(99) *Guerra dos Emboabas*. Belo Horizonte, 1956.

(100) *DIHCSP*, IV, 1896, 19.

(101) *RIHGB*, XV, 2.ª ed. 1888, 254-481.

terras que eles tinham descoberto, e os europeus se persuadiam de que a habitação delas era comum a todos os vassallos do mesmo soberano. Não há dúvida que uns e outros eram delinquentes, porque pertencendo somente ao Rei a decisão daquelas dúvidas, não podiam os povos arrogar a autoridade de a disputarem com armas". E logo a seguir, o desembargador lembra a carta régia de 24 de junho de 1711 na qual recomendava S. Magestade a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho "que não promovesse os paulistas aos postos de infantaria paga, para não se entregarem as armas a uns homens, dos quais não havia toda a confiança". Escreve que os europeus acabaram por expulsar os paulistas e louva o governo de Manuel Nunes Viana.

Em todas as primitivas histórias de Minas Gerais como a de José Joaquim da Rocha e Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos já tratadas na historiografia regional a luta vem contada. Os fatos e a interpretação pró-emoabada dominam as duas "Memórias" (102).

Na "Instrução para o Visconde de Barbacena". Luís Antônio Furtado de Mendonça (103), tal como a de Teixeira Coelho, a posição é sempre antipaulista.

Aparece no começo do século XIX (1802) um dos maiores livros relativos ao século dezoito a *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasilicas* escrita por Luís dos Santos Vilhena, de cuja obra trataremos na parte relativa à historiografia geral. Nele se escreve que "são os paulistas notados, na maior parte dos nossos escritores e ainda em alguns dos estrangeiros, de homens facinoras rebeldes ao soberano e insubordinados às leis, quando pode mostrar-se que, de todos que a desgraça pôs na circunstância de serem mandados para povoarem as diversas colônias do Brasil depois logo de seu descobrimento, são eles de todos os vassallos da corôa portuguesa, os que nesta dilatadíssima região têm dado as mais evidentes provas de fidelidade, zelo, obediência ao seu soberano, quem mais têm exposto as vidas em beneficio da Pátria, em utilidade da capital e da Nação" (104).

Depois de dizer que eles são os descobridores das minas, conta como começaram as discórdias entre paulistas e reinóis ou "bohabas ou imboabas", sem revelar parcialidade. É assim que ao contar a expedição de D. Fernando Martins Mascarenhas escreve que "oferecerão-se-lhe os paulistas e alguns filhos de Portugal não contaminados" e acusa os reinóis de terem pensado em uma República feita ao seu arbítrio, e se não consgeissem perdão passariam para o Domínio espanhol, pois não só Antônio Francisco, o mestre-de-campo emboaba, lutara na Colônia do Sacramento, como havia entre os reinóis vários desertores daquela praça. Escreveu que na história

(102) Vide J. J. da Rocha "Geographia Histórica de Minas Geraes" PAN, 1909, IX, 17 e seguintes, e RAPM, Ano II, fasc. 3, julho-setembro 1897, reedição 431 e seguintes, e RIHGB, LXXI, parte 1, 116-194; Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, "Descobrimiento de Minas Geraes", RIHGB, 1866, XXIX, 10 e seguintes; *idem*, "Breve Descripção Geographica, Physica e Política da Capitania de Minas Geraes". RAPM, janeiro-março 1901, Ano IV, fasc. 1, 782 e seguintes.

(103) RIHGB 2.ª ed. 1865, VI, 15 e seguintes.

(104) Bahia, 1922, 2 vols., 653-654.

de Belchior de Pontes, Manuel da Fonseca não mostrara afeição aos paulistas e que pacificada tornou-se “a capitania de Minas um dos mais bem compostos membros do Império Português na região da América”.

Soares de Melo no seu bem elaborado capítulo “O historiador dos Emboabas” louva-lhe a obra escrita com evidente simpatia pelos paulistas.

3.8. A revolta de 1720

A mais valiosa fonte sobre o movimento chefiado por Pascoal da Silva e Felipe dos Santos é *A Revolta de 1720 em Villa Rica. Discurso Histórico-Político* ^(104-a), uma narrativa facciosa, parcial, que parece escrita pelo próprio governador, o Conde de Assumar, D. Pedro de Almeida (depois Marquês de Alorna e vice-rei da Índia 1717-1721).

Xavier da Veiga começou a publicar essa narrativa da época no *Minas Gerais*, um jornal de Ouro Preto, baseado no manuscrito adquirido em Lisboa em 1895 pertencente à biblioteca do Conde de Linhares. Na advertência que precede o livro, Xavier da Veiga acrescenta que há um subtítulo “no fim do qual se expendem as razões que o Exmo. Sr. General teve para proceder sumariamente ao castigo”, o qual reforça a idéia de que o general governador teria sido o próprio autor ou um seu preposto.

Há alguns elementos que fortalecem a suspeita da autoria pelo governador Pedro de Almeida. E Xavier da Veiga sustenta com convicção a suspeita que a leitura sugere e apóia. “Não tem o códice nome ou indicação do autor, mas os dizeres transcritos, e ainda mais do que eles, a matéria da obra, o estilo e o tom com que foi ela elaborada, mostram que esse trabalho — verdadeiro memorial de um acusado impenitente — é da própria lavra do Conde-general (Conde de Assumar), ou de alguém por ele, e isso confirma a tradição do processo de responsabilidade que moveu-lhe em Lisboa o mestre-de-campo Pascoal da Silva Guimarães, um dos chefes e vítimas da gloriosa revolta de 1720, que aliás teve a fortuna de não ser enforcado e esquartejado como aconteceu a Felipe dos Santos, inolvidável herói e mártir daquele movimento memorável” ⁽¹⁰⁵⁾.

Que foi ele ou algum preposto se vê na seguinte frase do texto: “Vendo-o (o Conde) andar nesta forma me lembra, que alguma vez disse ao Conde que certamente entendia lhe não foi tão dificultoso triunfar dos inimigos de Sua Majestade na Campanha, como governar nesta república os seus maus vassallos, *que a mim ao menos por toda a vida me seria mais fácil reger sem açoite uma casa de loucos, e fazer sem queixa partilhas entre herdeiros ambiciosos, que contentar, nem por poucas horas, um povo tão desigual*” ⁽¹⁰⁶⁾.

Diz ainda Xavier da Veiga que o estilo do autor é de feição gongórica, e se caracteriza por lançar alguma luz sobre as usanças do tempo e por erudição copiosa na jurisprudência contemporânea e mais ainda na literatura clássica não só portuguesa senão também latina e grega.

(104-a) Advertências e notas de Xavier da Veiga, Ouro Preto, 1898.

(105) *Ob. cit.* 4.

(106) *Ob. cit.* 67. Observação nossa.

E Xavier da Veiga foi sempre um historiador livre que apontou com desassombro os males do colonialismo, viu com clareza que a narração tinha uma característica bem saliente: a de ser uma “apologia intransigente, absoluta e fervorosa do despotismo nos seus atos como nos seus princípios, mesmo quando estes são monstruosamente absurdos, mesmo quando aqueles revoltam pelo requinte da malvadez e atrocidade aos mais moderados espíritos”.

Chamou atenção também para a imagem que se criou de Felipe dos Santos, de Pascoal da Silva e os demais pró-homens que aparecem no *Discurso* “como seres endemoninhados e infernais, cobertos de todos os baldões, votados a todas as ignomínias e às penas mais cruéis”.

O *Discurso histórico e político* começa recriminando os motins e sublevações que agitaram diversos tempos as Minas Gerais, segue dando uma breve notícia das Minas, e seus moradores, a partir do ano antecedente à revolução. Afirma que os mineiros são gente intratável, inconstante, que os dias nunca amanhecem serenos, o ar é nublado, tudo é frio, menos o vício que está ardendo sempre. E como exemplo do estilo e da imagem que se faz do ambiente, este trecho é bastante significativo: “a terra parece que evapora tumultos, a água exala motins, o ouro toca desaforos, distilam liberdades os ares, vomitam insolências as nuvens, influem desordem os astros; o clima é tumba da paz, e berço da rebelião, a natureza anda inquieta consigo e amotinada lá por dentro, é como no inferno”.

Escreveu mais que “os motins são naturais das Minas, e que é propriedade e virtude do ouro, tornar inquietos e buliciosos os ânimos dos que habitam as terras onde ele se cria”, e que têm “a maior parte dos Mineiros alguma desculpa em freqüentar os motins, a que interiormente os inclina, força e arrasta a natureza”.

O *Discurso* é muito antimineiro e sempre os retrata com evidente má vontade.

Escreveu sobre o caráter mineiro que “é bem notório, que sua primeira criação, foi de homens brutos, e facinorosos, que para o serem lhes bastava ou ser paulistas, ou tratar com eles”. E acrescentava que se viram também nos mineiros aqueles vícios que São Paulo notou nos Romanos, “cheios de todo gênero de maldades, luxúrias, cobiças, dolos, invejas, homicídios, contendas, enganos, malícias e murmurações, que são execrandos, ignominiosos, soberbos, arrogantes, inventores de todos os males, e desobedientes; sem juízo, sem ordem, sem amizade, sem fidelidade sem compaixão”. É um retrato duro e implacável.

Sustentou que onde os costumes são maus, nunca pode ser boa a condição, mas parece que nem todos vêm de tão vil condição, por se terem enobrecido com a fortuna, e se dado a conhecer com “ruidosos e fantásticos títulos de Coronéis, Mestres-de-campo, Brigadeiros e sobretudo respeitados por grandes e poderosos”.

Achava que S. M., se quisesse que as Minas não andassem sempre confusas e perturbadas, fizesse com que os mineiros se restituíssem aos seus lugares e tratassem cada um de seu ofício. “República há que fora

do ofício que cada qual aprendeu e do trato, em que seus pais se crearam, se lhes não permite outro exercício”.

Conhecida a condição dos mineiros e visto o clima parecerá supérfluo indagar mais a causa aos motins, onde a natureza inclina-se a tumultos e persuade a desordens. Diz que com a chegada da frota de mil e setecentos e dezenove entrou nestas Minas a nova lei, que sobre os quintos foi mandada; chegaram as tropas dos dragões, fizeram-se públicas as ordens para dar laixa a todos os oficiais da ordenança, que não tivessem corpo e se fez notória a expulsão dos religiosos. Tudo isso provocou muito descontentamento, e sobretudo todo o povo se opunha à Lei dos quintos, ou a receava. Entre os magoados estava Pascoal da Silva Guimarães, que esperava se lhe oferecesse ocasião para vingança.

Pascoal da Silva era “antigo nas Minas onde a peso de ouro, na balança das suas tramóias, soube fazer a fortuna que em Guimarães, sua pátria, lhe negou a humildade de seu nascimento, e a vileza de seus pais”. Conta-lhe a vida desde que se empregou como caixeiro até engrossar sua fazenda, vindo a ser um dos mais poderosos das Minas, e nelas se impunha muito pelo grande número de escravos, que o tinham constituído num dos primeiros no poder e no respeito.

Era oficioso, malévolo, modesto, refochado, brando, vingativo e tudo isso mostrou na sublevação com que pretendeu expulsar do governo o Conde-general, ao qual devia um cento de benefícios e milhares de favores. Retrata com muito ódio e desprezo Pascoal da Silva “o primeiro cabeça desta sublevação”. Conta-lhe a riqueza, trezentos escravos, dois engenhos, lavras de minas e as trinta arrobas de ouro que devia.

Diz a narrativa oficial que ele andava de acordo com o Rio de Janeiro, ao qual atribui grande vileza ao escrever, “que os do Rio de Janeiro feitos a entregar ou a não defender a pátria, estavam de mãos postas esperando o sucesso das Minas”. A relação dá muita significação às atitudes e atividades de Pascoal da Silva, e ataca também o Ouvidor, sua ligeireza e leviandade, decomposto nas ações, solto na língua, e que de todos falava com desprezo.

Louva sempre o Conde, que não tinha parcialidades no governo e tratava igualmente a pequenos e grandes.

Procura, a seguir, explicar como se formavam os motins e como o povo neles entrava e especialmente como se iniciavam. Começam ordinariamente “por seis ou sete mascarados a que acompanham trinta ou quarenta negros armados, dos quais a uns fazem ocupar as bocas das ruas e a outros mandam ir batendo, e onde logo não se abrem, arrombam as portas dos moradores”, que pela maior parte as casas são térreas.

Realmente três dias depois de chegarem as cartas da frota saiu o motim, que durou dezoito dias. Enumerava para maior esclarecimento os vários motins antes acontecidos nas Minas (cerca de onze), desde os emboabas, sendo que, embora condenados em toda parte já estavam aqui, pelo costume, tolerados.

Acentua o crime do motim e o castigo que merecem. Usa, como os antigos historiadores, dos discursos que recria na boca dos oradores. De-

clara que as repúblicas eram mais ditosas sem os letrados. “Uma e muitas vezes mais desgraçadas as Minas depois que nelas houveram letrados.”

“Na democracia das Minas é mais eficaz a desatenção que o primor, porque na sua República ainda o maior cortesão é plebe; sendo pois todos, povo, que muito parecem às sofreadas do temor, à que sempre cedem humildes, e recalçitem contra os estímulos do merecimento, a que nunca correm generosos. O vulgo não se eleva das esperanças do prêmio, persuade-se dos receios do rigor.”

Pascoal da Silva fugiu, mas se “prende a Felipe dos Santos, que no campo da Cachoeira se declarara cabeça dos que se amotinavam, fez-se-lhe logo sumário, e ele que já na vida a morte tem bebido, vendo ser chegado o seu tempo, em que era forçoso lavar com seu sangue a mancha de seus delitos, declarou que havia sete anos se não desobrigava da quaresma; confessou mais (não digo bem, porque nem aquela derradeira hora o quis fazer), depôs de plano, não só o motim que na Cachoeira urdira para sublevar aqueles povos, mas que por ordem de Pascoal da Silva e do Mosqueira, causara todos os de Vila Rica, trazendo-a por espaço de oito dias inquieta e perturbada”.

“À vista da sua confissão, e de ser apanhado em fragrante, foi no mesmo dia, com aplauso dos moradores, enforcado e esquartejado, os quais, conhecida a maldade, se bem a princípio favoreceram os seus desígnios, agora mudando de parecer, tudo era detestar os conselhos, e maldizer as indústrias de Felipe dos Santos e dos mais cabeças, e aplaudir ao Conde com gosto de se verem livres da opressão.”

Segue-se uma série de considerações sobre as maldades e a insistência revolucionária de Felipe, para que se justifique o rigor do castigo, concluindo por afirmar que “o merecido castigo de Felipe dos Santos e a justa queima do Moiro (destruição, demolição e arrasamento da casa de Pascoal da Silva, foragido) fez um tal efeito, que imediatamente se afogaram os motins, e cessaram por toda a parte as perturbações, trocando-se o furor em brandura, a ousadia em rendimento, a violência em sujeição”.

Justifica depois o castigo sumário e dá com toda minúcia razões de extrema necessidade de rigor, depois de dois perdões.

E assim finaliza a relação e notícia do “presente motim ou sublevação” o que mostra a contemporaneidade da narrativa.

No final, o editor Xavier da Veiga procura assinalar as odiosas inverdades do *Discurso*, suas contradições, a detratção dos sublevados e a louvação do governador no afã e inglório empenho de desfazer da generosa e heróica revolta mineira de 1720, suplantada a ferro e fogo. Mostra os predicados e serviços de Pascoal da Silva repugnantemente tratado pelo *Discurso*. Defende Sebastião da Veiga Cabral, que fora governador da Colônia do Sacramento, e Manuel Mosqueira Rosa, chefes da revolta, e finalmente louva Felipe dos Santos — o grande mártir e o maior herói da revolta de 1720.

Havia realmente, conclui Xavier da Veiga, na revolta, o sopro da indignação geral do povo mineiro contra o Conde de Assumar e contra as

ominosas casas de fundição que vinham agravar-lhe a já aflitiva carga de impostos e extorsões sob a qual ele gemia, protestando altivo, e afinal, erguendo-se formidável para reagir heróico.

O *Discurso*, finaliza Xavier da Veiga, querendo verberar a revolta, “não fez senão glorificar as vítimas do despotismo colonial e justificar aquele movimento memorável”.

A literatura histórica da época a começar pelo já citado “Compêndio das épocas da capitania de Minas Gerais, desde o anno de 1694 até o de 1730”⁽¹⁰⁷⁾, sumaria que aos 28 de junho teve lugar o movimento sedicioso, que tendia a inutilizar o estabelecimento da casa de fundição. Rebentando em Vila Rica, os amotinados se apresentaram em atitude hostil, posto que mascarados. Dissipado o tumulto, voltaram a exigir alterações na administração. Derrotado o grupo sedicioso, prenderam-se o mestre-de-campo Pascoal da Silva, o ouvidor Manuel Mosqueira, Sebastião da Veiga, e dois frades. Como se dará mais tarde o mais modesto de todos, Felipe dos Santos “sofreu a pena de morrer arrastado por um cavalo, e depois esquartejado”.

Rocha Pita, o mais lusitano historiador brasileiro colonial, contou também sua versão na *História da América Portuguesa*⁽¹⁰⁸⁾.

Rocha Pita conta a história como sempre fatalmente e ligado à razão de estado. O Conde-general levara ordem para se estabelecerem casas de quintos, reunira os principais mineiros e pessoas do povo, que depois de assinarem os termos da aceitação, trataram de revogar com um motim em Vila Rica, juntando-se mais de dois mil homens armados. Amotinados os povos, cometeram desatinos, e o governador declarou que as casas de fundição não teriam efeito senão dali a um ano esperando assim cessasse o tumulto daquela turba insolente e armada.

Enquanto assim rebaixa o povo, exalta o sossego e a generosidade do governador, condena as insolências dos amotinados. Sempre neste, como em outros episódios, ao lado do governo. Fizeram-se prisões, e os presos foram enviados à Vila do Carmo. A intenção de libertar os presos, em luta, conduzida por Felipe dos Santos, a prisão deste e seu julgamento sumário e imediata execução e esquartejamento, provocou a contenção do curso rebelde, atemorizados e menos orgulhosos, a ponto de pedirem em termos de súplica e decididos a acrescentar mais ouro a tributo que pagavam ao monarca. Para Rocha Pita era mais difícil “por serem aqueles povos compostos de tanta variedade de gênios, quantas são as províncias e Conquistas de Portugal e da nossa América”.

Manuel da Fonseca, o autor da *Vida do Venerável Padre Belchior de Pontes*⁽¹⁰⁹⁾, contou neste livro o que chamou o segundo levantamento das Minas Gerais, embora já saibamos pelo *Discurso* que este não foi o segundo. Declara que ele profetizara a luta, dizendo que haveria um grande destroço, e ainda foi mais preciso avisando a uma pessoa que não chegasse

(107) *RIHGB*, 1846, VIII, 59.

(108) 1.ª ed. Lisboa, 1730, ed. Garnier, Rio de Janeiro, s/d. 446-449.

(109) Lisboa, 1752. 2.ª ed. S. Paulo, s/d. 242-248.

ao Ribeirão do Carmo. E deu conselho para que os mineiros largassem seus vícios e torpezas com que irritavam a Justiça Divina.

Esta história providencialista se manifestava no Padre Belchior de várias maneiras, sempre querendo evitar “o fadario dessas Minas enganosas, que só servem para as almas, que custaram o sangue de Cristo, rodarem pelas barrancas do Inferno”. Mas, além das profecias repetidas a várias pessoas, Manuel da Fonseca transcreve uma “relação que correu manuscrita na qual se relatam com muita miudeza os sucessos dela”.

Conta a relação ⁽¹¹⁰⁾ o grande motim que a 28 de junho sucedeu em Ouro Preto. Relata os episódios que se seguiram de 29 de junho a 16 de julho, transformando aquela “vila num inferno, com desordens, motins e distúrbios causados por uns mascarados, que desciam do Morro do Ouro Preto, os quais de manhã se aquartelavam, vindo abaixo acompanhados de negros, e mulatos arrombando casas, ferindo, espancando e matando aos que lhe resistiam”. Revela as tentativas de acomodamento procuradas pelo Conde-general, usando religiosos e mestres-de-campo, sem êxito, pois nem se aquietavam com o perdão, nem com os respeitos se satisfaziam. A razão do motim é que não queriam casas de fundição de quintos e não aceitavam casa de moeda.

E assim conta o que contaram os contemporâneos, a concessão e o perdão do general e a não quietação, pois, e aí se descobre o novo, “o fim último deste motim era a rebelião que intentavam contra o general do Soberano, não por outra causa mais que quererem viver sem Governador e Ministro da Justiça que os governassem, e talvez sem obediência do Monarca: pouco a pouco foram descobrindo sua intenção”.

O povo voltava a amotinar-se, fazia ameaças e exigências atendidas pelo general para os acomodar. As mais populações das Minas estavam observando o fim deste levantamento e rebelião de Ouro Preto; para assim se declararem. Mandou o general prender aos que julgou cabeças e nem assim se aquietou a rebelião.

Repetiam-se os motins a 6 e principalmente a 14 de julho, quando foi maior o exaspero e a fúria mais acesa. Aos 16, partiu o general acompanhado de Dragões, de moradores e seus escravos, todos armados, em direção a Vila Rica e como primeira medida mandou pôr fogo às casas dos principais autores e fautores do motim, especialmente a de Pascoal da Silva. Escreve que os dois mil ou perto de três mil negros que mineravam no Morro foram entrando pelas casas desertas e as roubaram e queimaram.

Não se descreve o fim da amotinação, os que ajudaram o Conde-general, as castigos que se executaram em alguns, e não diz uma palavra sobre a morte de Felipe dos Santos ⁽¹¹¹⁾.

Cláudio Manuel da Costa no “Fundamento Histórico” ⁽¹¹²⁾ escreveu que o Conde-general passou para as Minas em setembro de 1717. “Foi

(110) *Ob. cit.* 249-256.

(111) No extrato que se publicou na *RIHGB* 1841, III, 275-281 a matéria é mais reduzida.

(112) *Ob. cit.*, t. II, 173.

seu governo bastantemente crítico por encontrar a oposição dos povos na criação das casas de fundição. Subjugou heroicamente alguns levantados, e sublevações, principalmente os de Pitanguy, fulminados por Domingos Rodrigues do Prado, e o de Vila Rica, que foi ter à Mariana em 28 de junho de 1720: aqui se lhe fez preciso prender a uns, e castigar a outros com a última pena.

“Estes procedimentos lhe adquiriram o nome de tirano nas Minas, mas à sua constância e resolução deve Portugal a inteira sujeição da capitania: o exemplar castigo acabou de aterrar os ânimos de um povo tantas vezes rebelde e seguiu de uma vez a real autoridade.” Aqui se enganou Cláudio, que verá nova conspiração mais ampla, na qual se envolveu e cujo castigo foi exemplar.

Na “Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais” por José João Teixeira Gomes ⁽¹¹³⁾ se descreve o grave motim de 28 de junho de 1720, das 11 horas para meia-noite em Vila Rica, com o intento de matar o ouvidor geral Martinho Vieira, e como ele não estava em casa destruíram tudo que estava nela e começaram a clamar contra as casas de fundição que S. M. havia mandado estabelecer. Para sossegar o povo declarou que elas só entrariam em vigor passado um ano daquela data.

A providência irritou ainda mais os povos, e os cabeças do motim mandavam emissários a diversas partes da capitania para se sublevarem também. Reunido com o ouvidor da comarca da Vila do Carmo, o superintendente das casas de fundição e alguns militares decidiram, diante da perigosa situação em que se encontrava o governo e os interesses régios, a concessão do perdão.

No dia seguinte, 2 de julho de 1720, marchou o corpo de sublevados para a Vila do Carmo levando consigo violentamente os oficiais da Câmara de Vila Rica, e as pessoas principais dela, apresentando ao governador uma proposta de 14 artigos pedindo-lhe a concessão do que queriam.

O governador convocou as pessoas principais e uniformemente votaram o que pedia o povo e se publicou o perdão ao som de caixas.

Sem embargo deste perdão foram presos e justicados os cabeças do motim, com o pretexto de que continuavam a sublevar o povo. Como já sabemos só um foi justicado, como sempre o mais modesto, e o desembargador declara que antigos habitantes afirmam que “esta reincidência fora fantástica e imputada por alguns paulistas inimigos inconciliáveis dos europeus”.

Teixeira Coelho finaliza com um comentário que merece transcrição: “Este governador teve a infelicidade de não serem eficazes as suas providências para conter os povos na submissão devida. É certo que eles se opuseram com as armas à execução das sagradas leis de S. M., fazendo-se abomináveis e réus da morte; mas a independência dos que tinham a seu cargo as diversas partes do governo público, as extorsões e violências com que os mesmos povos eram oprimidos, fizeram, que esquecendo-se das

(113) *RIHGB*, 2.ª ed. 1888, XV, 331-333.

obrigações da lei natural e divina, e faltos de constância para o sofrimento, se precipitassem a romper, de mão armada, o jugo da tirania que os vexava, passando depois a impugnar as reais ordens do seu legítimo monarca”.

Como se vê o desembargador reconhecia a existência da opressão e da tirania, mas não faz nenhuma referência ao martírio de Felipe dos Santos.

Na “Instrução para o Visconde de Barbacena Luís Antônio Furtado de Mendonça, governador e capitão general da capitania de Minas Gerais”, escrita por Martinho de Melo e Castro ⁽¹¹⁴⁾, a história vem contada da mesma maneira que nas anteriores, registrando a mais que “com sua presença se retiraram os emissários, e um deles sendo colhido à mão, e confessando que andava induzindo o povo para novamente se amotinar, foi logo enforcado, e feito em quartos, e as casas dos cabeças que se achavam presos, umas foram arrasadas, e outras reduzidas a cinzas.

“Este golpe de surpresa e severidade, seguido imediatamente depois da prisão dos referidos cabeças, atemorizou de tal sorte os seus emissários e habitantes de Vila Rica, que os primeiros nunca apareceram, e os segundos se conservaram no maior sossego e tranqüilidade cessando inteiramente os motins, que haviam durado dezoito dias.”

Na “Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais” ⁽¹¹⁵⁾ de José Joaquim da Rocha, aparece nas três publicações, da mesma forma, sumarríssima, anotando que “aqui se fez preciso prender a uns e castigar a outros com a pena última” ⁽¹¹⁶⁾.

No “Descobrimento das Minas Gerais” de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos ⁽¹¹⁷⁾ a história não é tão sumária, ao contrário é bem maior que o relato de Cláudio Manuel da Costa e sobretudo que o de José Joaquim da Rocha. Nesta não se esquece, intencional ou não intencionalmente o nome de Felipe dos Santos e deste modo se descreve: “Assim que chegou, fez logo arder as casas de Pascoal da Silva, e a dos outros réus nos morros do Ouro Podre, que por isso se ficou chamando até hoje o morro da Queimada; mandou sumariar Felipe dos Santos pelo Juiz ordinário. E processados sem demora os seus crimes, foi sentenciado a perder a vida na forca, e a ser feito depois em quartos, que se distribuíram pelos lugares dos delitos. Se as formas judiciárias não se observaram no caso, está o Estado em obrigação ao Conde por estes exemplos de severidade, que só foram capazes de trazer à capitania o sossego interior; deles também dependia o feliz sucesso do estabelecimento das casas da fundição e moeda, correndo o ano de 1725, e governando já D. Lourenço de Almeida. Nos casos desesperados a lei civil é por vagarosa impotente: foram sempre da repartição da política as decisões do momento”.

Um dos melhores cronistas do século dezoito, Luís dos Santos Vilhena, cuja obra será examinada no capítulo sobre a historiografia geral, diz

(114) *RIHGB*, 2.ª ed. 1865, VI, 16-17.

(115) *RAPM*, julho-setembro de 1897, reedição 1937, 477; *RIHGB*, 1909, LXXI, parte 1; *PAN*, 1909, IX, 31.

(116) *Ob. cit.* 477, 164, 31.

(117) *RIHGB*, 1866, XXIX, 57 e *RAPM*, janeiro-março, de 1901, Ano VI, fasc. 1, 812.

pouco sobre a administração de D. Pedro de Almeida. “Foi seu governo bastante crítico, pela oposição que encontrou nos povos para a criação das casas de Fundição.

“Pacificou heroicamente algumas sublevações, principalmente na Pitangui, suscitadas por um Domingos Rodrigues do Prado; outras em Vila Rica que grassarão até Mariana em 28 de Julho de 1720, onde foi preciso prender uns e castigar outros com o último rigor da justiça.

“Como porém fosse esta a primeira vez que naquele continente se via o golpe da justiça descarregado sobre delinquentes e rebeldes, isto lhe adquiriu o nome de tirano. É porém inegável que a sua constância, resolução e austeridade se deve a última e mais persistente mão da sujeição e obediência daquela capitania.

“Foi o castigo exemplar quem acabou de aterrar e abater os ânimos inquietos de um povo tantas vezes rebelde e quem por uma vez segurou a Autoridade Real” (118).

3.9. As conjurações e rebeliões

As guerras indígenas, sobretudo a chamada Guerra dos Bárbaros (1683-1710), e as insurreições negras, em especial a Guerra dos Palmares (1644-1694), várias e constantes não possuem historiografia, pois nem índios, nem negros escreveram a história de suas lutas contra a dominação branca, ocidental e colonial.

Sobram assim as divergências entre brancos, colonos e reinóis, com ou sem apoio popular, negro ou indígena, sempre aspirando o predomínio de uma burguesia nacional que surgira e desejava se afirmar. A cadeia sucessiva e contínua das conspirações e conjurações, então denominadas inconfidências, de 1789, 1794, 1798 e 1817 pretendem todas buscar a independência nacional, a liberdade comercial, o predomínio da burguesia nacional. A baiana de 1798, de origem popular, tem caráter social e é preparada e sofrida por elementos vindos de camadas modestas da população. As de 1789 e de 1794 são conspirações de intelectuais, com reduzido apoio de uns poucos revolucionários originários de grupos sociais mais modestos. Na de 1789 não faltam homens poderosos na economia da colônia, que buscam conseguir o poder político que lhes faltava e que julgavam necessário e complementar à riqueza obtida.

Nenhuma delas, exceto a de 1817, se concretiza em atos revolucionários, em luta extrema, com a conseqüente tomada do poder ainda que de curta duração. Só a de 1817 é verdadeiramente uma guerra social e civil, e só ela consegue o poder, e se vê derrotada por forças coloniais sem nenhuma clemência, a ferro e fogo. É verdade que nas outras, em 1789, 1794, 1798, o castigo é não só a morte como o degredo.

A primeira de 1789 apesar de preparada por intelectuais, não deixou nenhuma memória da época, a não ser a própria devassa, que não é senão

(118) *Cartas de Vilhena Noticias Soteropolitana: e Brasílicas*. Bahia, 1922, v. 2, 669-670.

um documento histórico. A única narrativa contemporânea é a do Frei Raimundo Penaforte ⁽¹¹⁹⁾. É uma narração autêntica e fidedigna, feita por quem logo no começo declara “como escrevo para o futuro, devo atestar o que narro”, e se refere “a notícias a ele comunicadas pelos ministros, que formarão o tribunal, que os sentenciarão”. Ele mesmo diz que “chamavam a esse conluio ajuntamento de poetas, querendo significar com isto ser fabulosa a projetada revolução, assim como fabulosos eram os mistérios da poesia”, e em nota acrescenta que “quase todos os cabeças eram poetas, que tinham assento no Parnaso português, ou aprendizes”. Trata com simpatia os réus e diz sempre bem de Tiradentes: “este homem foi daqueles indivíduos da espécie humana que põem em espanto a mesma natureza” e logo adiante, na hora extrema da paixão de Tiradentes, conta que “ao serem comutadas as penas de morte aos conjurados com a única exceção de Tiradentes, esse revelou sua grandeza, pois sempre pedira” que fizessem dele só a vítima da lei, e que “causava admiração a constância do réu”, “o valor, a intrepidez e a pressa com que caminhava”. É assim uma crônica viva e autêntica, de uma testemunha que soube conservar uma digna imparcialidade, sobretudo depois que se viu a covardia de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos que na sua “Memória” ocultou o nome de Cláudio Manuel da Costa na lista dos nomes ilustres de Minas Gerais.

Embora não seja de autoria luso-brasileira, o “Relatório de Thomas Jefferson a John Jay, secretário de Estado dos Estados Unidos em Filadélfia, sobre sua viagem ao sul da França” ⁽¹²⁰⁾ conta sua correspondência com José Joaquim da Maia, que estudava medicina em Montpellier e buscava o apoio norte-americano para a revolução brasileira da independência.

Sobre a Conjuração Mineira existe ainda a “Memória do êxito que teve a conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela, acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro, desde o dia 17 até 26 de Abril de 1792” ⁽¹²¹⁾ que, se não é contemporânea, deve ser ainda da geração que testemunhou o acontecimento, pela naturalidade da narrativa, que ainda contém a bajulice à Rainha, a atualidade descritiva, e que ao mesmo tempo que condena a conjuração, louva a benignidade real de a todos degredar, exceto ao Tiradentes, tem palavras de respeito e admiração ao comportamento deste, louvando-lhe a coragem e o destemor.

A Sociedade Literária do Rio de Janeiro, criada em 6 de junho de 1786, sob os auspícios do vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Sousa (1779-1790) era a continuação da Academia Científica, fundada em 1771, e inaugurada em 18 de fevereiro de 1772 sob a proteção do Vice-Rei Marquês do Lavradio (1769-1779) e ambas funcionaram regularmente sem apresentar contribuições significativas.

(119) “Últimos momentos dos Inconfidentes de 1789 pelo frade que os assistiu de confissão”, *RIHGB*, 1881, XLIV, parte 1, 161-186.

(120) Várias vezes reproduzido no original inglês e em traduções portuguesas. Vide *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, 2.^a ed. Brasília, Vol. 8, 28-35.

(121) *RIHGB*, 1881, XLIV, parte 1, 140-160.

A posse do Conde de Resende, homem truculento, como Vice-Rei (1790-1801) e a perseguição aos poetas mineiros da conjuração de 1789 fizeram com que a Sociedade esmorecesse, dificultando qualquer atividade literária. Apesar de ter o Conde de Resende permitido suas atividades depois de conhecer seus estatutos, pouco depois ordenou cessassem as reuniões e começou a desconfiar que aquelas conferências deviam, além do interesse literário, constituir um foco jacobino que tratava de matéria contra a religião e o governo.

A desconfiança se originou de denúncia do frei Raimundo Penaforte, guardião dos franciscanos, que assistiu e escreveu sobre os últimos momentos dos conjurados de 1789. Seu nome aparece nos depoimentos do poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga, e no de Mariano José Pereira da Fonseca, futuro Marquês de Maricá (1826), e ministro da Fazenda (1823), ambos atribuindo a denúncia à inimizade pessoal, sendo que o último declarou ser ele inimigo dos brasileiros, pois constara ter dito ao Vice-Rei, que se não receasse dos franceses, mas dos filhos dos brasileiros. A Devassa se fez de 11 de dezembro de 1794 a 13 de fevereiro de 1795, ouvidas sessenta e uma testemunhas e a inquirição dos réus de 9 de março a 14 de maio de 1796. Os acusados foram onze e as testemunhas sessenta e uma. As acusações versavam sobre críticas ou censuras aos religiosos e à matéria eclesiástica, aos reis e às monarquias, da parte dos réus, que seriam apaixonados dos franceses e dos princípios da revolução na França.

Findas as diligências de inquirição quase um ano se passou com os acusados na prisão, até que em 1 de fevereiro de 1797 a Rainha determinava que se o Vice-Rei entendia que os réus não devessem ser soltos, os enviasse à Corte com os autos onde constassem suas culpas, ou que achando estarem suficientemente castigados com a prisão, os mandasse pôr em liberdade. O Conde de Resende — refletindo sobre o que acontecera ao Visconde de Barbacena, no caso dos conjurados mineiros, sobre o qual o Ministro Martinho de Melo e Castro atribuíra-lhe grande parte da responsabilidade, por haver feito prender tanta gente para o pequeno número de culpados — decidiu ouvir o desembargador chanceler que opinou pela libertação dos prisioneiros.

Desta conspiração, ou suposta conjuração, só se conhecem os autos das perguntas feitas a Manuel Inácio da Silva Alvarenga, a oração recitada na aula de Retórica por José Antônio de Almeida, em outubro de 1794, impressos nas *Obras Poéticas* de Silva Alvarenga⁽¹²²⁾ e a Devassa⁽¹²³⁾.

Não há nenhuma narrativa sobre o caso, que deve ter abalado a minoria dirigente e a ilustrada do Rio de Janeiro, com repercussão nas regiões mais desenvolvidas, demonstrando assim o pouco interesse pela memória do acontecimento ou o temor de escrever sobre coisas perigosas.

A história da conspiração de 1798 ou Revolução dos Alfaiates na Bahia, não foi escrita pelos contemporâneos, restando apenas, além da

(122) Ed. de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, Rio de Janeiro, Garnier, 1864, 2 ts.

(123) Devassa ordenada pelo Vice-Rei Conde de Resende — 1794, *ABN*, LXI, 239-523, com excelente explicação de Rodolfo Garcia.

Devassa (124), a “Outra Relação feita pelo Fr. José d’Monte Carmelo, Religioso Carmelita Descalço” (125) e outros dois documentos historiográficos, a “Relação da Françesia Formada pellos Omens Pardos na cidade da Bahia no Anno de 1798”, e a “Notícia da Execução q’s se fes na cidade da Bahia no Anno de 1799” (126).

Na “Outra Relação feita pelo P.F. José d’Monte Carmelo, Religioso Carmelita Descalço” (127) diz o carmelita que “escrevo esta história para que fique perpétua a memória dos prodígios e misericórdias que Deus obrou sobre todos os srs. padecentes para os salvar, sendo testemunhas de muitas destas graças um povo inumerável, que se achou presente na mesma Praça da Piedade, e os 3 Regimentos pagos, postos em armas, para qualquer acidente, que a favor dos padecentes, se pudesse originar, o que há motivo bastante, para relatar com fidelidade, tudo quanto sucedeu sem nota de encarecido, ou pouco verdadeiro, nem ainda ter a censura de pouco lembrado, pois escrevo isto de dias, depois que foram justificados, os ditos padecentes, aos quais assisti dentro do oratório de dia, e de noite confessei a todos, assim como andei ao patíbulo...”

A Relação conta o esforço pela conversão e confissão dos revolucionários bem como as tentativas de suicídio, de todos os quatro condenados à morte, Manuel Faustino, Lucas Dantas, João de Deus e Luís Gonzaga, sendo que os dois últimos, que quiseram passar por loucos, exigiram maiores cuidados pela conversão e confissão, sendo que chegaram a se juntar vinte e tantos religiosos de todas as ordens e presbíteros seculares, sem nada conseguir senão no momento final. No último momento João de Deus, o mais impenitente e difícil, falou ao povo dizendo que ele devia seguir a Deus e a religião católica a única verdadeira, pois tudo o mais era engano, a que fora levado pela leitura de Voltaire, Calvino e Rousseau (128).

A Revolução de 1817 em Pernambuco foi a única que chegou ao poder por força das armas e tentou, nos dois meses e dias que dominou, implantar reformas de fundo, e criou a primeira constituição republicana representativa brasileira. Dela, afora os documentos históricos (129) existem narrativas contemporâneas. A primeira é o *Preciso dos Sucessos que tiveram lugar em Pernambuco, desde a faustosíssima e gloriosíssima Revolução operada felizmente na Praça do Recife, aos Seis do corrente mês de Março,*

(124) “A Inconfidência da Bahia, em 1798 Devassas e Sequestros”, *ABN*, 1931, XLIII-XLIV, 83-255, e 1931, XLV, 3-421; reproduzido in *AAPB*, jan.-junho 1959, 1-280; e julho-dezembro 1959, 281-634, sob o título de “Autos de devassa do levantamento e sedição intentados na Bahia em 1798”.

(125) Publicada por Luís Henrique Dias Tavares, *História da Sedição Intentada na Bahia em 1798 A Conspiração dos Alfaiates*, São Paulo, 1975, 121-137.

(126) Existentes os três no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no códice “Descrição da Bahia”, t. IV, 291-300 e 319-23.

(127) Publicada em L. H. Dias Tavares, *ob. cit.*, mas existente no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no mesmo códice citado “Descrição da Bahia” t. IV, pp. 301-19.

(128) Modernamente a história vem narrada em Afonso Rey *A Primeira Revolução social brasileira*, 1798. São Paulo, 1942, em L. H. Dias Tavares já citado e em Kátia M. de Queiroz Mattoso *Presença Francesa no Movimento Democrático Baiano de 1798*, Bahia, 1969, sendo o de Dias Tavares o mais completo e original.

(129) Vide *DHBN, Revolução de 1817*, 9 vols. 1953-1955, todos com explicação de José Honório Rodrigues.

em que o generoso esforço dos nossos bravos Patriotas exterminou daquela parte do Brasil o monstro infernal da tirania real ⁽¹³⁰⁾.

O *Preciso* é o manifesto da Revolução, e Varnhagen, com seu espírito oficial, deu uma idéia falsa do documento, notando mais o arroubo e a veemência da hora de paixão revolucionária. Mas lendo-se o documento se vê “como mostraram os nossos, como tinham capacidade para saber conhecer que a desobediência tem todo o preço do heroísmo em certos casos, e é quando com ela se salva a causa da Pátria. . . corre-se às armas, e poucas horas daquele mesmo dia foram todo o tempo de começar, e acabar tão ditosa revolução, que mais pareceu festejo de paz que tumulto de guerra, sinal evidente de ter sido tudo obra da divina Providência, e benefício da benção do Todo Poderoso” . . . “Desde logo foi restabelecida a ordem pública, não se ouviram mais outras vozes que de aclamações gerais dignas do dia, em que um imenso povo entrava na posse de seus legítimos direitos sociais.”

O *Preciso* não é só um manifesto, é a primeira narrativa sumária da história da rebelião de 1817.

Além do *Preciso*, o folheto raríssimo de Gervásio Pires Ferreira *Narração histórica da conduta de Gervásio Pires Ferreira* ⁽¹³¹⁾ maldiz a Revolução e afirma ter entrado nela obrigado. Esse foi um homem que se enriquecera no comércio e cujo comportamento foi sempre antes, durante e depois da Revolução muito dúbio e equívoco ⁽¹³²⁾.

Narrativa importante sobre a revolução se encontra nas *Notas Dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818* de L. F. de Tollenare ⁽¹³³⁾. A parte relativa ao Brasil se encontra no 3.º vol. e fora traduzida incompleta por Alfredo de Carvalho ⁽¹³⁴⁾.

Louis François de Tollenare (Nantes, 1780 — Nantes, 1853) comerciante e industrial de tecidos fora educado na filosofia de Condillac e na economia de Adam Smith. Era um homem culto, cultivado nas letras e antes, viajado e apaixonado pela botânica. Suas *Notes* começam aos 17 de junho de 1816, quando parte de Nantes, e se interrompem bruscamente aos 23 de novembro de 1817, embora ele tenha embarcado para Nantes aos 24 de setembro de 1818. Sua biografia está traçada e muito bem traçada pelo editor da edição completa francesa, o Professor da Sorbonne, Leon Bourdon.

Nos *Documentos Históricos* da Biblioteca Nacional se encontram várias peças que têm caráter narrativo e assim cabem numa historiografia. Estão, neste caso a “Carta de Afonso Honorato Bastos dirigida ao Patriota João da Rocha Moreira Junior” ⁽¹³⁵⁾, de Antônio Carlos a José Bonifá-

(130) Recife, 1817; transcrito in Muniz Tavares *História da Revolução de Pernambuco*, Pernambuco, 1840, várias edições; na de 1884, 42-45; na de Recife, 1969, 61-64 e em Melo Moraes, *História do Brasil-Reino e Brasil Império*, 1, 182-183, e no *Brasil Histórico*, 2 (2.ª Série), n.º 35, 138.

(131) Lisboa, 1823.

(132) Vide A. J. de Mello *Biografia de Gervásio Pires Ferreira*, Pernambuco 1894.

(133) Edição de Leon Bourdon, Paris, 1971-73, 3 vols.

(134) “As Notas Dominicais de L. F. de Tollenare” *RIAGP*, 1904, vol. XI, n. 61.

(135) *DHBN*, 101, 100-101.

cio ⁽¹³⁶⁾ a de “João Paulo Bezerra a S. M.” ⁽¹³⁷⁾, o “Relatório dos acontecimentos revolucionários desde o dia que foi preso o governador José Inácio Borges até o dia 25 de Abril” ⁽¹³⁸⁾, a “Relação dos Fatos acontecidos em Natal desde o 28 de Março até o dia 25 de Abril” ⁽¹³⁹⁾ a “Narração dos festejos que se fizeram em Pernambuco por ocasião da Aclamação de El-Rei assinada por Antônio de Moraes e Silva” ⁽¹⁴⁰⁾ e as “Memórias Históricas da Revolução de Pernambuco” ⁽¹⁴¹⁾.

(136) *DHBN*, 101, 126.

(137) *DHBN*, 101, 219-221.

(138) *DHBN*, 104, 105-110.

(139) *DHBN*, 104, 110-111.

(140) *DHBN*, 104, 211-224.

(141) *DHBN*, 107, 230-265.

LIVRO OITAVO
A Historiografia Militar

CAPÍTULO I

1. José de Mirales. 2. As guerras contra os franceses. 3. As guerras no Sul. A Colônia do Sacramento. 4. As guerras contra os índios, a conquista espanhola do Rio Grande e de Santa Catarina.

1. José de Mirales

Pouco se sabe de sua vida. Supõe Blake que fosse natural da Bahia ⁽¹⁾, mas parece ser espanhol. Foi tenente-coronel de um dos regimentos de infantaria da guarnição da Bahia e acadêmico da Academia Brasílica dos Renascidos ⁽²⁾. Foi provido no posto de capitão de infantaria por morte de Francisco João da Cunha, com a obrigação de dentro de um ano mostrar confirmação de S. M. ⁽³⁾, o que não aprovou o Conselho Ultramarino ao decidir que S. M. “tem disposto no regimento que faltando os capitães fiquem servindo em seu lugar os alferes das mesmas companhias e além dessas razões de nenhuma sorte podia prover este posto em Dom José de Mirales, assim por não ter os anos do regimento, como por ser estrangeiro e vassalo de El-Rei de Castela, e que nesta consideração que V. M. deve ser servido ordenar ao dito Vice-rei que lhe dê logo baixa no dito posto e o não promova ao posto de ajudante de tenente em que diz tinha tenção de o prover, mas o mande logo para este Reino, em execução das Ordens de V. M.” ⁽⁴⁾.

Escreveu a “História Militar do Brasil” ⁽⁵⁾ desde 1549 até 1762 e a ofereceu a D. José (1750-1777). É um livro muito difícil de se ler, não só pelo estilo complicado e arrevesado do autor, como por ter sido impresso com abreviaturas da época. Queixa-se da incúria pelos documentos, da extinção de muitos livros, e da frustração de não ter conseguido notícias mais exatas do Rio de Janeiro e de Pernambuco. Declara ter empenhado na obra todas as suas forças para que sua História servisse como lição: “Nesta Relaçam se propõem à mocidade muitos exemplares (sic), cujas ações bem copiadas formaram valerosos e fidelíssimos heróis”.

(1) A. V. A. Sacramento Blake, *DBB*, ob. cit. V, 99-100.

(2) Alberto Lamego *A Academia Brasílica dos Renascidos*, Paris, 1923, 12. Na p. 17 um soneto de sua autoria em espanhol.

(3) *DHBN*, XCVII, 37.

(4) *DHBN*, XCVII, 40.

(5) *ABN*, XXII, 1-338.

Afirma que “toda a história refere ou aos Domínios que Deus deu aos Srs. Reis, gloriosos progenitores de V. M., ou às Vitórias que o assombroso valor de seus vassalos conseguiram, ou finalmente profusa com que foram premiados os beneméritos, e tudo cede em Glória de V. M. e faz esta obra toda sua, pois publica a grandeza de seus Domínios, o valor dos Portugueses”.

Declara ser um soldado que há 55 anos vestiu a farda e ainda a não despiu (1772), e que não foi sem grande dúvida e temor que entrou no mal trilhado caminho da história militar do Brasil. Mas proclama seus defeitos, “pois inteiramente me faltam as principais partes, e requisitos que precisamente se carece para o honorífico emprego de historiador, ainda quando pelo sublime e intricado assunto da história que se me encarrego é esta a de maior excelência, pois parece sem dúvida que a Arte Militar é a mais nobre de todas as que praticam os homens”.

Suas fontes foram não só os autores anteriores e de sua época, como os manuscritos que encontrou nas secretarias do governo, de modo a compreender todas “as corporaturas militares, graduações de postos, privilégios concedidos, mapas de tropas e soldos, especialmente da Bahia, a capital”.

Dá grande destaque à guerra com os holandeses embora estropie quase todos nomes flamengos, mas gloria os mortos e feridos cuja relação publica, e afirma não querer entrar nos segredos e disposições do governo como fazem vários historiadores, “nem passou do necessário ao incompetente por ostentar mistérios, inteligências, e confiança; não digo, nem direi mais que o tocante a inteira relação dos sucessos contra o litfégio da malícia e curiosidade”.

Seu presente é 1772⁽⁶⁾ e afirma que aos 26 de setembro de 1743 foi elevado ao posto de Tenente de Mestre-de-Campo-general, quando era sargento-mor *ad honorem* por carta patente do Conde de Galvêas, André de Melo e Castro, 5.º Vice-Rei (1735-1749), de 23 de setembro de 1743.

Parece-lhe não julgar desacertado descrever “o que é Exército, ainda quando este se compoem (sic) das mesmas partes de que consta, e se compoem (sic) a guarnição desta Capitania; porque um exército é um agregado de várias gentes de uma Nação, ou de muitas, exercitado para combater e a quem governa um general e decompõe-se infantaria, cavalaria e artilharia, que também são governadas por seus generaes, mas estes subordinados ao Supremo, e das demais partes se forma o Exército em 3 linhas de que a primeira se chama vanguarda, a 2.ª Batalha, e a 3.ª reserva, ou retaguarda”.

“Forma-se a infantaria de brigadas, estas de regimentos, estes de batalhões; os batalhões de Companhias, e estas de soldados e oficiais, com os soldados se forma o corpo do Batalhão, e com os oficiais se guarnece, e um e outro se dividem em 2 classes: os oficiais em 1.º e 2.º plana e os soldados em fuzileiros e de granadeiros.”

(6) *Ob. cit.*, p. 50.

Tinha boa intenção de compor uma história correta e compreensível, pois escreveu que “como parecesse que se podem chamar secas, e estéreis as histórias que delas se não tira outro fato que a precisa narração dos sucessos delas, e pelo contrário utilíssimas, e deleitáveis aquelas que sem perder o fio dos acontecimentos propostos, nos levam por tal caminho que juntamente chegamos ao fim da informação dos sucessos e ao da compreensão de várias matérias que a História delas faz não pequena harmonia, desejo por este modo de historiar, ler e também escrever, instruindo aos leitores das ocorrências das ações que lhe ofereço”.

Refere-se às lutas pela Colônia do Sacramento e transcreve os boletins dos inimigos encontrados nos campos de batalha. Relaciona a despesa anual com as forças militares do Brasil, a série de governadores e a relação das ordens reais.

2. As guerras contra os franceses

O predomínio francês em certas áreas da nossa costa, levou Capistrano de Abreu a afirmar que os franceses ameaçaram o poder português no Brasil; a Conquista do Rio de Janeiro em 1555, a fundação de S. Luís em 1612, de cuja historiografia já tratamos, o ataque francês em 1695 por de Gennes ⁽⁷⁾ e sobretudo o de 1710, sem êxito e o de 1711 em que tomaram conta da cidade e exigiram grande resgate, revelam a força de suas tentativas.

Destes ataques resultou uma historiografia de interesse muito limitado. A primeira *Relação* ⁽⁸⁾ de autoria de Francisco Xavier de Menezes, 4.º Conde de Ericeira (Lisboa 1673, — Lisboa 1743), descreveu o assalto desde a chegada dos franceses ao Rio de Janeiro, aos 6 de agosto de 1710 até os festejos em Portugal comemorativos da derrota francesa. Francisco Xavier de Menezes que levou ao Rei a notícia da vitória portuguesa, é autor de numerosíssima obra ⁽⁹⁾, de mérito medíocre. A narração é sucinta, sóbria e discreta, relatando sem excessos os acontecimentos, e finalizando com o registro das mercês que S. M. lhe concedeu. Há outras relações não publicadas ⁽¹⁰⁾ e os relatos franceses da segunda entrada de 1711 ⁽¹¹⁾ e elogios a Duguay-Trouin ⁽¹²⁾.

(7) *Relation d'un Voyage fait en 1695, 1696 & 1697, aux côtes d'Afrique, Détroit de Magellan, Brésil & Isles Antilles par une Escadre de Vaisseaux du Roy, commandée par M. de Gennes, faite par le Sieur Froger, Ingénieur Volontaire sur le Vaisseau le Faucon Anglais*, Paris, 1698.

(8) *Relaçam da vitória que os portugueses alcançãõ no Rio de Janeiro contra os franceses, em 19 de Setembro de 1710*, Lisboa, 1711. Publicada também in *RHGB*, 1860, XXIII, 412-419 e Melo Moraes, *Brasil Histórico*, II, 2.ª série, 1867, 150-153.

(9) Francisco Inocêncio da Silva, *DBP*, 1859, 3, 85-89.

(10) *CEHB* n.ºs 16.036-37.

(11) *Relation de ce qui s'est passé pendant la campagne de Rio de Janeiro, faite par l'Escadre des Vaisseaux du Roy, commandée par le Sieur Duguay-Trouin*, Paris, 1712 e o *Recueil des Combats de Duguay-Trouin*, Paris, s/d.

(12) *Elogio de Renato Duguay-Trouin, por M. Thomaz, traduzido da lingua francesa... por um homem do mar* (Gaspar Pinheiro da Câmara Manuel), Lisboa, 1774.

O assassinato de J. F. Duclerc, comandante da primeira expedição no Rio de Janeiro, provocou a nova expedição comandada por Renato Duguay-Trouin e afora as narrações francesas já mencionadas existe a *Relação da segunda entrada que fizerão os Franceses nesta cidade do Rio de Janeiro, aos 12 de Setembro 1711* ⁽¹³⁾ que recorda todo o ataque, vitória e capitulação aos franceses e o resgate de 615.000 cruzados, além de 200 caixas de açúcar, 200 bois e o saque final.

“Quem dissera” conta a *Relação*, “que depois de tanta alegria, como se vê e pode considerar na relação passada, havíamos de experimentar no seguinte ano tanta perda, tanta moléstia, tanta tristeza, e que tendo nós então um dia de tanta glória, tivéssemos agora um de tanta pena, de tanta trovoadas e escuridão!”

Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que veio de Minas com socorros de 4.000 homens e depois aqui ficou governando (1711-1713), deixou boa documentação histórica ⁽¹⁴⁾.

O guarda-marinha Du Plessis-Parseau escreveu a *Expedição francesa contra o Rio de Janeiro* ⁽¹⁵⁾, traduzida pelo Comandante Adalberto Rechsteiner. Sua narrativa concorda nos seus pontos principais com as Memórias de Duguay-Trouin ⁽¹⁶⁾ e contém detalhes de navegação, de costumes e descrições, bem como reflexões pessoais do autor, muita informação preciosa sobre a pirataria francesa.

O historiador português Eduardo Brazão publicou a “Relação da chegada da armada francesa a este Rio de Janr.^o em 16 de Agosto de 1710” ⁽¹⁷⁾, existente na Biblioteca da Ajuda ⁽¹⁸⁾, que se refere ao primeiro assalto e se completa com a descrição de outro códice da Ajuda referente a Duguay-Trouin “Notícias certas do que sucedeu no Rio de Janeiro, quando este porto foi atacado por 12 naus francesas em Agosto de 1711” ⁽¹⁹⁾, no qual se incluem os termos da capitulação do governador Francisco de Castro Moraes ⁽²⁰⁾.

O primeiro historiador a tratar das duas invasões francesas foi Rocha Pita ⁽²¹⁾ numa versão muito deturpada que foi seguida por Varnhagen e pelos historiadores gerais e locais do século dezanove e vinte. Coube a Alberto Lamago nas suas pesquisas em Lisboa restabelecer a verdade ⁽²²⁾.

(13) Melo Moraes, *Brasil Histórico*, 11, 2.^a série, 1867, 203-204.

(14) “Entrada dos navios franceses no porto do Rio de Janeiro, carta do governador e capitão-general Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho”; “Artilharia das naos francesas queimadas no Rio de Janeiro”; “Conta sobre a fortificação e artilharia e mais fortalezas da praça e armazéns do Rio de Janeiro” *RIHGB*, 1892, LV, parte 1, 215-227.

(15) Sep. vol. 176 da *RIHGB*, 93-219.

(16) *Mémoires de Monsieur Duguay-Trouin*, Paris, 1740 e 1779. A parte relativa ao Rio de Janeiro se encontra traduzida na *Expedição* cit.

(17) *As Expedições de Duclerc e de Duguay-Trouin ao Rio de Janeiro (1710-1711)*, Lisboa 1940.

(18) Carlos Alberto Ferreira, *Inventário dos Manuscritos da Biblioteca da Ajuda Referentes à América do Sul*, Coimbra, 1946, n.º 1.815, p. 540.

(19) *Inventário* cit., n.º 1.818, p. 540.

(20) O *Inventário* cit. indica outro manuscrito, esse inédito, “Relação da tomada do Rio de Janeiro pelos franceses em 1711”, n.º 1.816, p. 540.

(21) *História da América Portuguesa*, ed. Garnier, s/d. 407-419.

(22) “A Invasão de Duguay-Trouin” in *JC*, 10 de dezembro de 1946, prometendo no final um livro “Invasão de Duguay-Trouin e sua repercussão na Bahia”, que deve se encontrar entre seus papéis em São Paulo.

O serviço de desfazer as mentiras e patranhas que envolvem essa história, mal contada por Rocha Pita, não desfeita pelos memorialistas contemporâneos e exaltada pelo próprio Duguay-Trouin e por Du Plessis-Pariseau coube a Alberto Lamego, cujo prefácio ao livro prometido constitui o artigo publicado e citado.

René Duguay-Trouin (Saint Malo, 1673 — Paris, 1736) tem sido exaltado e honrado pelos seus contemporâneos, que nele não viram, afora o marinheiro, o pirata e corsário, assaltador de cidades. Sua biografia tem crescido⁽²³⁾ e em 1973 prestaram-se na França numerosas homenagens à sua memória. Para comemorar o terceiro centenário de seu nascimento foram seus restos mortais levados a sua cidade natal, Saint Malo, onde já havia uma estátua erguida à sua memória, e depositados no altar-mor da catedral. Antes de partirem os restos mortais, conduzidos para maior acinte, num baú de jacarandá, vindo do Brasil, rendeu-lhe Paris um tributo oficial. Esqueceram o horror dos atos de pirataria por ele cometidos, e a cumplicidade geral se associou às insólitas homenagens aos atos dolorosos, condenáveis e mercantis por ele cometidos no Rio de Janeiro⁽²⁴⁾.

3. As guerras no Sul. A Colônia do Sacramento

As guerras no Sul no século dezoito envolveram a luta pela manutenção da Colônia do Sacramento, o que significava a incorporação ao Brasil da Cisplatina (aquém-Plata), futuro Uruguai, os combates contra a invasão e pela expulsão dos hispano-argentinos do território do Rio Grande, e as disputas causadas pela demarcação de limites e finalmente as peijas pela conquista do território das Missões, a última parte a ser incorporada ao território nacional e assim defini-lo por completo.

De Laguna para o Sul foi tudo conquistado e incorporado, como se sabe, mas para isso foi necessária muita luta registrada pela historiografia.

O avanço para a conquista do Sul até o Prata começa com o interesse que D. Pedro II, Rei de Portugal (1667-1706) devota ao território situado à margem esquerda do Rio da Prata. Tudo faz crer que um vasto plano político-econômico-militar presidia esta incorporação. Começa pela doação de terras sem donatários na costa até à boca do Rio da Prata. Em 16 de novembro de 1676 a Bula *Romani Pontificis* dava como limite do Bispado do Rio de Janeiro no Sul o Rio da Prata, “usque ad flumen de Plata per oram Maritimam et terras entus pro suo diocesi”⁽²⁵⁾.

Assim a primeira questão para a historiografia é a fundação e a manutenção da Colônia que tinha por fim não somente assegurar este terri-

(23) J. Lanore, *Duguay Trouin, le vainqueur de Rio*, 1935; J. Lauzeret, *Le corsaire Duguay-Trouin*, 1936; H. Carré, *Duguay-Trouin, corsaire et chef d'escadre*, 1941, e H. Malo, *La vie de Monsieur Duguay-Trouin*, 1949.

(24) Paulo Carneiro “Duguay-Trouin” *JB*, 23 de julho de 73.

(25) Cândido Mendes de Almeida *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro Antigo e Moderno*, Rio de Janeiro, 1866, t. 1, 2.ª pte., 552.

tório como defender o comércio marítimo que se fazia nas margens do Rio da Prata. Aos 20 de janeiro de 1680, D. Manoel Lobo desembarcava e fundava a colônia. Capistrano de Abreu perguntou com razão por que a fundaram tão afastada das possessões portuguesas: se foi com o intuito de evitar as costas áridas do Rio Grande ou por que El-Rei julgou que o melhor meio de sustentar e afirmar seus direitos era levá-los ao extremo. A decisão revela que a segunda hipótese respondia à pergunta.

Desde 1680 começa a luta pela posse com vaivéns constantes, a mudança de posse, ajustes em Tratados (1681, 1701, 1715, 1737, 1750, 1751, 1761, 1763, 1777), episódios militares que constituem a matéria da historiografia militar.

A obra mais representativa que sobre ela se escreveu foi a de Simão Pereira de Sá (Rio de Janeiro, 1701- ?), *Historia Topographica e Bellica da Nova Colonia do Rio da Prata* (26). Foi Barbosa Machado na sua Bibliotheca Lusitana (27) quem primeiro registrou e descreveu o livro, então em manuscrito, e fez-lhe a atribuição. Nos *Júbilos da América* (28) de Manuel Tavares de Sequeira e Sá transcreve-se carta do mesmo que acompanhava “as obras do erudito e eloqüente Acadêmico Doutor Simão Pereira de Sá, procurador da Coroa, e Fazenda, no Rio de Janeiro, e na mesma cidade promotor do Juízo da Provedoria das Capelas e Resíduos; na República das Letras já assaz conhecido, e o será ainda mais, depois que chegarem a ver a luz pública, por benefício do prelo, a História Topographica e Bellica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata, e a sabedoria perfeita, e tardes conversadas, obras estas já prontas e expedidas com licenças para receber o dito benefício, e outras que merecem como são a ‘História Chronologica do Bispado do Rio de Janeiro’, a ‘Propugnáculo da Advogacia’, ‘Resoluções Jurídicas e Problemáticas’, ‘Conceitos jocosos-sérios para divertir a melancolia’, e ‘Orações Acadêmicas’.”

Com exceção da *Historia Topographica*, que só veio à luz por iniciativa do Liceu Literário Português, nenhum destes seus livros mereceu publicação. Ele foi membro da Academia dos Seletos, reunida no Rio de Janeiro em 1752. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui um original e uma cópia da “Historia” em letra do século XVIII (29), um provindo da Real Biblioteca de D. João VI e outra da dos Marquesses de Castello-Melhor, servindo esta para a edição de 1900 (30).

A *Historia Topographica* foi indicada ao Liceu pelo Barão de Ramiz Galvão e foi editada com o maior respeito ao original. Embora a Colônia do Sacramento se desagregasse mais tarde do Brasil, sua história representa sempre, pelo duplo motivo de posse e desanexação, um conjunto bizarro, como encerra lances importantes e curiosos. Deve ser considera-

(26) Rio de Janeiro, 1900, com introdução de J. Capistrano de Abreu, reproduzido in *Ensaio e Estudos*, 3.ª série, 1938, 57-105 e 2.ª ed. 35-73.

(27) *História, Crítica e Cronológica*, 1.ª ed., 4 ts., 3; 1752, 720.

(28) Lisboa, 1754, 21.

(29) Descrita por A. Vale Cabral, *ABN*, 11, 510-512, e *CEHB*, n.º 10.750, pp. 939-940

(30) Sabe-se ainda da existência de outro códice da Biblioteca de Félix Pacheco, hoje em S. Paulo. Vide Rodolfo Garcia nota VIII, pp. 73-75 do t. IV da *História Geral do Brasil* do Visconde de Porto Seguro.

da como um subsídio à “História Militar” de J. Mirales. Seu estilo é retórico, seu conteúdo episódico e eventual; sem nenhum interesse social e econômico. Tal como se intitula, uma narração topográfica e bélica. “Posto que pequeno o livro, não foi pouco o desvelo e trabalho no seu contexto, porquanto a composição em memórias desbaratadas é tão difícil, como laboriosa a empresa de juntar as partes para organizar o corpo. Nem nas bainhas das vitoriosas espadas achei individuados os sucessos anteriores para ornamento da história. . . Assim não imagino que avaleis o engenho pelo vulto, senão pela obra e por este motivo espero que em mim louveis o ardente desejo de famigerar a nação e ilustrar as armas.” Sobre ela escreveu pequena mas significativa crítica o general Paula Cidade (31).

Há outras narrativas sobre a conquista, posse e perda da Colônia, como a *Relação do Sitio, que o governador de Buenos Aires D. Miguel de Salcedo poz no anno de 1715 à Praça da Nova Colonia do Sacramento, sendo governador da mesma Praça Antonio Pedro de Vasconcellos* (32), escrita por Silvestre Ferreira da Silva (Guimarães, Portugal, ? — ?) que em treze anos de contínuas guerras aprendera as primeiras lições da arte militar (33) e veio a ser almoxarife da Fazenda Real da Colônia do Sacramento, e foi alferes do batalhão da praça da Colônia; o *Extracto da resposta que Alexandre de Gusmão. . . deo ao brigadeiro Antonio Pedro de Vasconcellos sobre o negocio da praça da Colônia* (34); a “Memoria do antigo Governador da Colônia Sebastião da Veiga Cabral sobre a legitimidade dos direitos de Portugal às terras da parte oriental do Rio da Prata e Sobre os limites do Brasil em geral” (35); a *Relación del Sitio, toma, y desalojo de la Colonia, nombrada el Sacramento, en que se hallavan los portugueses desde el año de 1680* (36); e finalmente a *Notícia, e justificação do título, e boa fé com que se obrou a nova Colônia do Sacramento, nas terras da capitania de S. Vicente, no sitio chamado de S. Gabriel nas margens do Rio da Prata* (37).

No Arquivo das Índias em Sevilha existem manuscritos inéditos sobre a conquista da Colônia (38) como a “Relação do que aconteceu em Buenos Aires relativamente a demarcação de limites com a Colônia do Sacramento” (39), ou a “Relação de tudo o que aconteceu no ataque à Colônia do Sacramento e bloqueio da mesma” (40), a “Relação anônima dos povoados e fortificações que, a oeste da linha estabelecida pelo Papa

(31) *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar*, Rio de Janeiro, 1959, 67-68.

(32) Lisboa, 1748.

(33) Inocêncio Francisco da Silva, *DBP*, VII, 258 e XIX, 212.

(34) *RIHGB*, 1840, I, 334-344 e *Alexandre de Gusmão Obras*, S. Paulo, 1943, 121-165.

(35) Arca de 1713 in *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri (1750) Parte III Antecedentes do Tratado*, t. 1, Rio de Janeiro, s/d, 157-187.

(36) Madri, s/d, descrito por Ramiz Galvão, “Diogo Barbosa Machado, Catálogo de suas coleções”, *ABN*, 1880, VIII, n.º 1.706, p. 402.

(37) S/1. 1681, citado por Ramiz Galvão, *ob. cit.*, n.º 1.726, p. 405, e a tradução francesa, in n.º 1.727, p. 406.

(38) João Cabral de Melo Neto, *O Arquivo das Índias e o Brasil*, Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 1966, p. 418.

(39) S/a., s/l., 1736.

(40) J. Cabral de Melo Neto, *ob. cit.*, p. 439.

Alexandre VI edificaram os portugueses” (41) e finalmente a “Relação da Conquista da praça da Colônia do Sacramento e da Ilha de São Gabriel, dela dependente” (42).

A conquista e perda da Colônia provocou a elaboração de uma grande bibliografia e historiografia até os nossos dias (43).

4. As guerras contra os índios; a conquista espanhola do Rio Grande e de Santa Catarina

Escreveu Capistrano de Abreu que “maior atenção que os incidentes deste sítio (Colônia do Sacramento) reclama a resolução tomada por Gomes Freire de Andrada, capitão general do Rio de Janeiro, de ocupar as do Rio Grande do Sul. Pô-lo em execução José da Silva Paes em princípio de 1737, o qual fortificou a barra, e pôde convencer-se da excelência do interior, bem contrário do aspecto repelente do litoral. Famílias açorianas, acoçadas pelas angústias da sua situação insular, vieram dirigidas para este novo destino, e insensivelmente surgiu a idéia de que aqui, e não nas margens do Prata deveria expandir-se a energia colonizadora. Seria o porto intermédio até então ausente, a guarda avançada, a ligação entre a costa oriental e as águas platinas” (44).

E assim se deu começo à incorporação do Rio Grande, tendo o Tratado de 1750 definido os limites entre as terras de Portugal e as da Espanha na América ficando a Colônia com os espanhóis e as terras e povoações da margem oriental do Uruguai com o Brasil.

Mas os ódios terríveis que os paulistas haviam criado com suas incursões por aquelas terras, e sua caça aos índios tornaram impossível a execução do Tratado de 1750. Os conflitos provocados pelas demarcações e a sucessão de acordos entre Portugal e Espanha provocaram também uma historiografia militar e de limites. O novo Tratado de 1777 abandona o princípio básico do *uti possidetis* e se torna o último ajuste entre as duas Coroas sobre os limites de suas possessões na América Meridional.

No período das demarcações convencionou-se chamar de guerra guaranítica as campanhas militares que compreendem a de 1754 e a de 1755-56 contra os índios que se opuseram à transferência de territórios.

Na “Notícia — 2.^a Prática que dá ao P. M. Diogo Soares, o capitão Christovão Pereira sobre a Colônia, e Rio Grande ou Porto de S. Pedro” contava-se o caminho, a capacidade das terras, a utilidade que delas se podia tirar, descrevia-se o clima, e os frutos que produzia (45).

Sobre a guerra com os índios devida às demarcações e às transferências de lugares, o “Diário da Expedição de Gomes Freire de Andrada”

(41) J. C. de Melo Neto, *ob. cit.*, p. 451.

(42) J. C. de Melo Neto, p. 582.

(43) Vide sobretudo Jonathas da Costa Rego Monteiro *A Colônia do Sacramento 1680-1777* Porto Alegre, 1937, 2 vols. e Luís Ferrand de Almeida *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil*, Coimbra, 1957, vol. I (1493-1700).

(44) Capistrano de Abreu, “Sobre a Colônia do Sacramento”, *ob. cit.*, 77.

(45) *RIHGB*, 1908, LXIX, parte 1, 307-309.

pelo capitão Jacinto Rodrigues da Cunha, testemunho presencial ⁽⁴⁶⁾ começa em janeiro de 1752 e vai até julho de 1756, dando minuciosamente todo o sucedido na campanha de Gomes Freire.

Guilhermino César incluiu em sua excelente historiografia do Rio Grande do Sul, como um dos escribas da campanha, Manuel Martins dos Santos, transcrevendo um trecho bem significativo ⁽⁴⁷⁾ mostrando as dificuldades e as inclemências sofridas pelo Exército de Gomes Freire.

Tratam desta campanha a *Relação Verdadeira, em que se dam a ler as victorias dos Portuguezes contra os gentios, e Levantados, alcançadas por Gomes Freire de Andrade nas terras visinhas da nova colonia e estados das Indias de Hespanha* ⁽⁴⁸⁾ e a *Relação do que aconteceu aos demarcadores portuguezes e castelhanos no certão das Terras da Colonia: opposição que os Indios lhe fizeram: rompimento da guerra que houve, e de como se alhanaram todas as dificuldades*, escrita por Felis Feliciano da Fonseca ⁽⁴⁹⁾.

Inocêncio Francisco da Silva nada pôde apurar sobre Felis Feliciano da Fonseca, não sabendo se se trata de nome verdadeiro ou suposto e indicando outros folhetos seus ⁽⁵⁰⁾. Sua relação louva as conquistas das duas monarquias católicas, Portugal e Espanha, e o esforço pela divisão das terras sem causar rompimento, e ao contrário, estabelecer uma concórdia perpétua. Aponta a oposição dos índios e noticia as operações militares para vencê-la.

Foi sobre essa guerra luso-brasileira-hispano-argentina contra os índios para impor-lhes a retirada de suas terras, que José Basílio da Gama escreveu seu *Uruguay* ⁽⁵¹⁾. Literariamente ele é considerado um poema épico, de feição clássica, alinhado à ideologia ilustrada e pombalina, anti-jesuítica e antiindígena. Historicamente dele escreveu Capistrano de Abreu “um poeta de mais talento que brio cometeu a indignidade de arquitetar um poema épico sobre esta campanha deplorável”.

A seguir tem grande importância para a formação do Rio Grande a disputa armada, isto é, a luta que se inicia entre 1762 e 1777, com a invasão e domínio espanhol do Rio Grande e da ilha de Santa Catarina; dela resultou o novo Tratado de 1 de outubro de 1777 entre Portugal e Espanha alterando os limites fixados pelo Tratado de 1750, com desrespeito aos interesses luso-brasileiros. O Tratado restituía a Portugal a ilha de Santa Catarina, mas em compensação devolvia aos espanhóis a Colônia do Sacramento e o território das Missões. As forças luso-brasileiras já haviam expellido do Rio Grande em 1776 as forças hispano-uruguaio-argentinas.

(46) *RIHGB*, 1853, XVI, 139-328.

(47) Eduardo Brazão, *Os Jesuítas e a Delimitação do Brasil de 1750*, transcreve o documento da coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa, e dele retirou o trecho transcrito por Guilhermino César *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul, 1605-1801*. Porto Alegre, 1969, 146-153.

(48) Lisboa, 1757.

(49) *RIHGB*, 1860, XXIII, 407-411.

(50) *DBP*, II, 264 e XIX, 212.

(51) Lisboa, 1769, há várias reedições.

A historiografia contemporânea é pequena, embora seja farta a documentação e a bibliografia secundária ⁽⁵²⁾.

Agora para a definição geral do continente só faltam as Missões, cuja conquista em 1801 dá ao Rio Grande sua fisionomia atual. O general Paula Cidade escreveu que a luta travada entre Portugal e a Espanha não deu lugar “a uma literatura tão vasta como a da guerra holandesa, embora sua bibliografia (secundária) vai se tornando notável” ⁽⁵³⁾.

A historiografia sobre a conquista das Missões inclui a *Memoria da tomadia dos sete povos de Missões da America de Hespanha* ⁽⁵⁴⁾; dela faz parte também o *Anno de 1801. Notícia dos acontecimentos pela presente guerra nos Sete Povos de Missões e nesta fronteira do Rio Grande de S. Pedro* ⁽⁵⁵⁾.

(52) Vide CEHB, n.ºs 10.808, 10.814, 10.815 e 10.818.

(53) *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro, 1959, 15.

(54) RIHGB, 1843, V, 3-21; reproduzida em parte por Guilhermino César *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul, 1605-1801* Porto Alegre, 1969, 191-205.

(55) RIHGB, 1853, XVI, 329-353.

LIVRO NONO

A Historiografia Econômica e Social

CAPÍTULO I

A HISTORIOGRAFIA ECONÔMICA GERAL

1. *Os Diálogos das Grandezas do Brasil*. 2. *A Arte de Furtar*. 3. *A Economia Cristã*. 4. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho.

1. Os Diálogos das Grandezas do Brasil

Os *Diálogos das Grandezas do Brasil* são documentos capitais do século XVII e constituem a crônica mais positiva, a descrição mais viva, o flagrante mais exato da vida, da sociedade, da economia dos moradores do Brasil, gentios, reinóis, mazombos e negros. O livro compõe-se de seis diálogos entre Brandônio, pregoeiro das virtudes da terra, e Alviano, que a tem “pela mais ruim do mundo”. Brandônio, para convertê-lo à seita dos primeiros ufanistas, mantém sete dias de conversação, descrevendo em cada diálogo os benefícios do Brasil e debatendo ou corrigindo os erros, enganos e malquerenças de Alviano. O primeiro Diálogo é uma espécie de introdução geral sobre as riquezas dos moradores, a fertilidade e grandeza das terras, descrevendo cada uma das capitanias em particular, desde o Pará até São Vicente, que era a última. No segundo, define o clima e a salubridade, discutindo a adaptação do homem à zona trópica e coincidindo, na argumentação e autoridade invocadas, com as obras da época, especialmente as de Simão de Vasconcelos e Frei Vicente do Salvador. Era de todas as matérias a mais “difícultosa de soltar”, pois expõe também as principais doenças de que sofrem os primeiros colonos. No terceiro, trata das riquezas da terra, descrevendo especialmente o fabrico do açúcar, as inovações técnicas, a exportação, o comércio marítimo, o rendimento dos dízimos, a escravatura indispensável, as atividades dos moradores, o pau-brasil, o âmbar e o algodão. Mas, “de todas essas cousas, o principal nervo e substância da riqueza da terra é a lavoura dos açúcares”, com que se enobreciam o Brasil e seus moradores. O quarto nomeia a diversidade de frutos e mantimentos, dos quais a mandioca era o principal. Eram tantos e tão variados que Alviano se arrepende de ter tido o Brasil em diferente reputação. O quinto ocupa-se da fauna e o sexto dos costumes dos moradores, especialmente o gentio, terminando Alviano por confessar que se acha convertido à seita de Brandônio e que por toda parte por onde se ache, apregoará do Brasil e de suas grandezas os louvores que elas merecem⁽¹⁾.

(1) As citações são da edição da Academia Brasileira de Letras, 1930, Vide p. 289.

A obra, escrita em 1618, provavelmente no primeiro semestre ⁽²⁾, é, como se vê, uma descrição da atualidade social e econômica do Brasil, sem outro objetivo que o de dizer aos contemporâneos as verdades, os merecimentos e os seus entusiasmos pela terra. Como descrição presente, ela se transforma numa crônica das mais fiéis, que a historiografia não pode desconhecer.

O texto foi primeiramente encontrado na Biblioteca Nacional de Lisboa por Francisco Adolfo de Varnhagen; havia desaparecido quando o procurou João Francisco Lisboa. Apurou-se, então, que José Feliciano de Castilho o levara quando partira para o Brasil. E, com efeito, Castilho começou a publicar o documento no *Iris*, sem concluí-lo ⁽³⁾. Mais tarde Varnhagen encontrou outra cópia na Biblioteca de Leide, oferecendo-a a José de Vasconcelos, que estampou o *Diálogo I* no *Jornal de Recife* e mais tarde confiou-a à redação da *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, que a publicou de 1883 a 1887. Em 1886 José Hígino Duarte Pereira trouxe da Holanda nova cópia ⁽⁴⁾, que deve ter facilitado a últimação final da publicação que demorara um lustro, declarando-se que a cópia do Instituto era incompleta ⁽⁵⁾.

A publicação no *Diário Oficial* e posteriormente na série "História", da Biblioteca de Cultura Nacional da Academia Brasileira de Letras, deve-se a Capistrano de Abreu ⁽⁶⁾. Desde 1899 ele anunciava sua decisão de republicá-los e iniciava pesquisas e consultava amigos eruditos como Guilherme Studart, Mário de Alencar e Oliveira Lima ⁽⁷⁾, sobre o livro e seu autor. Em 1901, nas vésperas, de publicar seu segundo artigo sobre os *Diálogos*, escrevia a Mário de Alencar: "Hoje vou ler pela vez *n* os *Diálogos das Grandezas do Brasil* para sobre eles fazer a segunda e última parte da introdução. Já na Gávea estava acabado, e creio que não seria difícil achar entre os papéis para aqui trazidos o artigo completo ou quase. Prefiro, porém, começar de novo, mesmo porque quero encarar o assunto sob novo ponto de vista. Hoje meu principal objeto será aplicar o método de Taine, descobrir a sensação original do autor" ⁽⁸⁾. Em 1922 solicitava de João Lúcio de Azevedo nova cópia existente na Biblioteca Nacional de Lisboa ⁽⁹⁾ e o historiador português esclarecia: "Quanto aos *Diálogos das Grandezas* o caso é mais bicudo. O que existe na Biblioteca Nacional é somente o *Diálogo Primeiro*, em cópia do Século XIX, o manuscrito tem a nota da

(2) Eládio dos Santos Ramos, *A Autoria dos Diálogos das Grandezas do Brasil*, Recife, 1946, 17.

(3) Os *Diálogos* saíram na gazeta *Iris*, 11 (1849), 107, 177, 218.

(4) Carta de 26 de maio de 1886 transcrita in Adriaen van der Dussen. *Relatório sobre as capitâneas conquistadas no Brasil pelos holandeses*; traduzido e anotado por José Antônio Gonçalves de Melo Neto, Rio, 1947, 147.

(5) *RIAGP*, tomos n.º XXVIII, 3-50; XXXI, 352-387; XXXII, 3-71; XXXIII, 83-146; A advertência e o posfácio de Varnhagen aparecem nos n.ºs XXVIII e XXXIII, 147-151, respectivamente, e a Apreciação crítica de Capistrano de Abreu na mesma *RIAGP*, LXIII, 559-573.

(6) *Diário Oficial*, fevereiro a março de 1900.

(7) *Correspondência de Capistrano de Abreu*, preparada por José Honório Rodrigues, Inst. Nac. do Livro, Rio de Janeiro, 1954-56, I, 149, 150, 171, 175, 204; III, 5.

(8) *Idem*, I, 204. O 1.º e 2.º artigos foram publicados no *Jornal do Comércio* de 24 de novembro de 1900 e 24 de setembro de 1901. O 2.º serviu de Introdução à edição da Academia Brasileira de Letras.

(9) *Correspondência*, II, 237.

mão de Stuart, de que o mesmo fora publicado na *Revista do Instituto Pernambucano*. Isto não é verdade. O que saiu na *Revista* foi muito mais, creio que a obra toda, e portanto não foi a matéria extraída deste códice”. E depois de contar o que se sabe sobre a vinda dos documentos com Castilho e sua publicação na *Iris* e na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, declara não ter meios de satisfazer o pedido de Capistrano⁽¹⁰⁾. A publicação da Academia em 1930 teve, assim, de satisfazer-se com a cópia de Varnhagen, talvez corrigida na própria edição final da *Revista* pela de José Higino. A edição mais recente, com o nome de Ambrósio Fernandes Brandão, como autor, contém os mesmos trabalhos de Afrânio Peixoto, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, da edição da Academia, com uma nova apresentação de Jaime Cortesão e novas notas de Rodolfo Garcia⁽¹¹⁾.

Os apógrafos de Lisboa e Leide eram anônimos e logo, com Varnhagen, iniciou-se o processo da crítica de atribuição. Pensava o grande historiador brasileiro que não podia ser Bento Teixeira, como supunha Barbosa Machado, mas sim um Brandão, como conjecturara D. André Gonzalez de Barcia, anotador de Antonio Leon Pinelo no seu *Epitome de la Biblioteca Oriental i Ocidental, Nautica i Geografica*⁽¹²⁾, e essa opinião sustentou sem maiores argumentos⁽¹³⁾.

Na correspondência com os amigos, como Studart e Oliveira Lima, por volta de 1900, quando iniciaria no *Diário Oficial* a publicação dos *Diálogos*, revela Capistrano de Abreu sua constante e progressiva confiança na atribuição a Ambrósio Fernandes Brandão. “Quem julga V. que seja o autor do *Diálogos*”, pergunta a Studart. “Cada vez me convenço mais de que não é, não pode ser Bento Teixeira.” E em 1900 escreve ao mesmo Studart: “Pode ter sido Ambrósio Fernandes Brandão; mas, conquanto não haja documento que se possa opor a isto, não tenho com que escorar a tese e portanto não me aventuro”⁽¹⁴⁾. O mesmo afirma ainda em 1900 a Oliveira Lima, acrescentando apenas que teve “tendências de atribuir a autoria a Bento Lopes de Santiago mas também não é este”, e lhe solicita que investigue no *British Museum* os papéis do Conde de Sabugal⁽¹⁵⁾.

Coube realmente a Capistrano de Abreu levar adiante a crítica mostrando, no 2.º artigo de 1901, que os *Diálogos* são travados entre os interlocutores Alviano e Brandônio, o primeiro chegado há pouco da terra, ignorante e desafeitado de suas coisas, e o segundo conhecedor entusiasmado do país, personagem real e, implicitamente, o autor da obra. De Brandônio a Brandão e deste aos vários Brandões existentes chegou-se a Am-

(10) *Correspondência*, III, 245.

(11) Edição Dois Mundos, R. Janeiro, 1945. Na folha de rosto desapareceu o nome de Capistrano de Abreu — embora sua Introdução e notas, as mais importantes, façam parte do livro — e aparece o de Jaime Cortesão, cuja Apresentação nada acresce de novo.

(12) Madri, 1737-1738, III, p. 1.714; nova edição, Washington, 1958.

(13) José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, 4.ª ed., 1978, 361-362.

(14) *Correspondência. ob. cit.*, I, 150, 175; 2.ª ed., Rio, 1977, mesmas pp.

(15) *Correspondência, ob. cit.*, III, 5, 6, 8, 9, 15; 2.ª ed. Rio, 1977, mesmas pp.

brósio Fernandes Brandão, que morava em 1583 em Pernambuco, em 1613 na Paraíba; aí possuía dois engenhos, e pedira uma sesmaria para a construção de um engenho. Sabe-se, ainda, pelos documentos da *Primeira Visitação do Santo Ofício à Bahia* (1591-1593), que Ambrósio Fernandes Brandão era cristão-novo e foi denunciado perante a Mesa do Santo Ofício em 8 de outubro de 1591. Se Brandônio é Ambrósio Fernandes Brandão, então Alviano será Nunes Alvares, incluído na mesma denúncia. Este o resultado da pesquisa de Capistrano de Abreu, adiantada por Rodolfo Garcia, no aditamento à edição da Academia. A crítica de atribuição não parou aí. Em 1945 Eládio dos Santos Ramos discordou da tese defendida por Capistrano de Abreu e seguida por Rodolfo Garcia para sustentar que o autor é Simão Travassos, o jesuíta que escreveu o "Sumário das Armadas" (16). Argumenta Eládio Ramos: 1) que o autor pertence a uma ordem religiosa; 2) deve ser um jesuíta, pelos seus conhecimentos religiosos, pelo estilo, e porque como procurador dos padres arrecadava os dízimos de açúcar; 3) que Simão Travassos em 1583 era novo na terra, como Brandônio, e entre 1593 e 1605 nada se sabe dele, como Brandônio que esteve em Portugal entre 1597 e 1607, e, finalmente, falece em 1618, quando os *Diálogos* se concluíam. Nega também que um judeu pudesse revelar tantos conhecimentos religiosos. A crítica a este trabalho e o reforço documental, ainda não definitivo, mas quase decisivo a favor de Ambrósio Fernandes Brandão, foi feito por José Antônio Gonçalves de Melo Neto (17).

2. A Arte de Furtar

Antes que Vieira encha o mundo da historiografia seiscentista com a sua voz eloqüente que tratou de quase todos os problemas morais, econômicos e sociais da metrópole e da colônia, convém lembrar que a *Arte de Furtar* e a *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, se bem não sejam obras históricas, não podem faltar a qualquer reconstituição histórica, como fontes diretas e capitais, e não podem ausentar-se de uma historiografia porque são ambas crônicas da época, das mais autênticas pela veracidade e sinceridade do quadro que retratam.

A *Arte de Furtar*, escrita em 1652, só foi publicada em 1744 (18). Atribuída ao Padre Antônio Vieira, mereceu várias edições e foi justamente recebida com entusiasmo. Tratava-se, na verdade, de uma grande jóia do português castiço e um excelente depoimento sobre os costumes portugueses do século XVII. A obra pouco tratava do Brasil, mas relatava ao vivo os grandes acontecimentos dos primeiros doze anos da

(16) Vide José Honório Rodrigues, *Historiografia del Brasil, siglo XVI*, México, 1957, 56-58.

(17) "A Autoria dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*", comunicação apresentada ao Congresso de História Comemorativa do Tricentenário da Restauração de Pernambuco, 1954, a ser publicada nos seus Anais. Há várias referências às atividades açucareiras de A. F. Brandão no documento "Certidões de traslados do Livro de saídas e despachos de navios da Alfândega de Pernambuco" (II, 33, 6, 30 da B. N. do Rio de Janeiro), cópia do século XIX do códice 642 da Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional de Lisboa.

(18) Lisboa, J. B. Lerzo, 1744.

Restauração portuguesa. Versando matéria de Governo, discutindo a administração pública portuguesa, denunciando a venalidade de altos funcionários, retratando a vida pública, social e econômica de Portugal, a *Arte de Furtar* foi acolhida sempre como um dos mais importantes documentos seiscentistas. Para provar que havia uma arte de furtar, embora não houvesse universidade, escola e doutores graduados, o autor estuda, com engenho e ironia, as várias maneiras como se furta neste mundo, covil de ladrões, “ladroeira ou feira de ladra, em que todos chatinam interesses, créditos, honras, vaidades”. A arte de furtar é arte nobre, praticada por “senhorias, altezas e majestades”, e o autor pretende descobri-los, aos ladrões, para evitá-los. Aponta a grandeza da coisa pública e a pequenez dos homens que meneiam tantas cousas; defende Portugal da invasão espanhola (1580-1640); Pernambuco da entrega à Holanda, como instrumento de paz na Europa; trata do declínio de Portugal; define o ofício de Rei; propugna pela paz; advoga o liberalismo: “Sejam liberais, porque o povo paga-se muito desta virtude, e a ama e a adora”, e aconselha ao Rei não permita que os grandes oprimam os pequenos. Pleiteia que o governo seja dos melhores, que andam dele afastados, mas com grande realismo anota que é a primeira máxima de toda a política do mundo, que todos seus preceitos se encerram em dois: o bom para mim e o mau para vós. Por isso “andam Heitores leaes arrastados à roda dos muros da pátria que defenderam e Simões traidores embolçando vivas e triunfando em carros”. A *Arte* não cuida muito do Brasil, e quando o faz é para denunciar os escândalos e furtos, a falsidade das certidões com que se pleiteavam mercês, os prejuízos da invasão holandesa, ainda quando Portugal passara para Castela, a injustiça do cativo negro, as ladroeiras dos ministros que se ocupavam mais do seu, que dos negócios alheios, e a necessidade de um Vice-Rei no Brasil. Mas, apesar disso, é uma das melhores crônicas seiscentistas sobre os negócios públicos da metrópole, sobre o caráter nacional português, sobre os costumes e a vida social. Como tal, retrata, pelo dirigente, muito do que sofria o dirigido e pinta a decomposição das minorias responsáveis, que constituíram sempre o pecado danado do Brasil. Alguns reparos da *Arte* sobre as classes dirigentes são tão verdadeiros, que outros autores da época, como Vieira, não esqueceram de os anotar.

Foi aceita e considerada como obra de eterna permanência, não só porque apontava os erros públicos de uma nação, em certo período de sua história, como porque retratava um mal de expressão universal, mais ou menos acentuado, neste ou naquele país, nesta ou naquela fase histórica: os que furtam o bem público.

Posta em dúvida a autoria de Antônio Vieira por Francisco José Freire, na *Carta Apologética* ⁽¹⁹⁾, iniciou-se o maior processo de crítica de atribuição que até hoje litiga na história literária, sugerindo-se oito autorias: Antônio Vieira, João Pinto Ribeiro, Tomé Pinheiro da Veiga, Duarte Ribeiro de Macedo, Antônio da Silva e Sousa, Francisco Manuel de Melo,

(19) Lisboa, 1746.

Antônio de Sousa Macedo e Padre Manuel da Costa. As críticas têm sido feitas com base na crítica interna e na externa, mas só recentemente o problema tomou rumos novos. O Padre Francisco Rodrigues, historiador de grande reputação, muito justamente adquirida com a edição de sua *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal* ⁽²⁰⁾, numa memória apresentada no Congresso do Mundo Português, *O Autor da Arte de Furtar* ⁽²¹⁾ pretendia dar uma resposta definitiva à questão ao exibir um documento anônimo e sem data, no qual se dizia que o Padre Manuel da Costa (1601-1667) compusera “Hũa Arte de Furtar”. Considerava Francisco Rodrigues o testemunho claro e peremptório.

Alguns anos mais tarde, em artigo intitulado “O Padre Manuel da Costa Autor da Arte de Furtar” ⁽²²⁾, replicando à tese de Joaquim Ferreira a favor de Francisco Manuel de Melo ⁽²³⁾, voltava a sustentar, com base no documento do Arquivo Romano da Companhia de Jesus, agora melhor descrito, a mesma autoria. Seu grande argumento é o documento anônimo que não diz se *A Arte de Furtar* é esta, hoje conhecida. Como documento anônimo sua autenticidade é suspeita, pois o estar depositado no Arquivo da Companhia não lhe dá maior garantia, já que manuscritos espúrios guardam-se também nos Arquivos, e a nota de entrada ou de arquivamento do secretário não lhe dá autenticidade, pois as falsas também são registradas e recebem a cota. Joaquim Ferreira não aceitava a tese de Manuel da Costa, porque nada se sabia da cultura intelectual do padre, e porque a informação anônima era equívoca. O documento único, anônimo, e sem data, não pode valer mais que todos os processos da crítica histórica, que são muitos e há muito aplicados. Uma “coisa célebre” no Reino, como diz o documento, não podia ser de um só conhecida, pois segredos como esse dificilmente se guardam, e muito menos seria o autor de livro como este quem, como o Padre Manuel da Costa, deixou alguns trabalhos que o não recomendam. O *argumentum ex silentio* é a prova da não veracidade de uma testemunha, pelo silêncio de todas as outras testemunhas ⁽²⁴⁾.

Coube a Afonso Pena Júnior, em magnífica obra de crítica e erudição, *A Arte de Furtar e seu Autor* ⁽²⁵⁾, estudar essas autorias, decidindo-se pela de Antônio de Sousa Macedo (1606-1682). Essa decisão não foi arbitrária ou fruto de ligeiro e apressado exame. Talvez se possa dizer, sem nenhum excesso, que raras vezes a crítica histórica atingiu tão alto ponto de amadurecimento. A comparação dos textos da *Arte de Furtar* mostra, evidentemente, a razão de Afonso Pena Júnior. Não se satisfez com isso. Contesta as falsas autorias, demorou-se na reconstituição do meio, da personalidade e ações de Macedo, examinando suas idéias e sentimentos. As

(20) Porto, 1931-1950, 7 vols.

(21) Porto, 1941. A Memória foi apresentada aos 10 de julho de 1940.

(22) *Brotéria*, XXXVIII, fase 5, maio de 1944. Separata, Porto, 1944.

(23) *Francisco Manuel de Melo escreveu a “Arte de Furtar”*, Coimbra, 1942, Separata de *O Instituto*, vol. 100.

(24) Cf. José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, Brasileira, São Paulo, 1957, vol. 11, 632-633; 4.ª ed., 1978, 367-370.

(25) Rio de Janeiro, José Olympio, 1946, 2 vols.

provas apresentadas não se limitam, assim, ao exame estilístico, mas apontam as coincidências textuais com a vida do autor, suas críticas pessoais e as do livro, sua posição política e as idéias do livro, em matérias importantes, como as do Santo Ofício, a entrega de Pernambuco à Holanda e o confisco ou garantia dos bens dos judeus aplicados à Companhia de Comércio. Os casos que vieram às mãos do autor, referidos na *Arte*, foram investigados e coincidem com as posições de Macedo nos tribunais maiores em que eram decididos, ou com suas idéias políticas e econômicas. *A Arte de Furtar e seu Autor* pela grande erudição, completo e exato conhecimento da bibliografia e a poderosa inteligência crítica parece dirimir definitivamente a questão.

Antônio de Sousa Macedo, formado em direito civil em Coimbra, foi desembargador e diplomata e deixou extensa bibliografia, em português, espanhol e latim, muito apreciada pela opinião e estilo. Sousa Macedo, quando diplomata em Londres, andou representando, a 18 de julho de 1644, ao Parlamento, então onipotente, contra as pretensões inglesas de estabelecimento no Grão-Pará e Amazonas, e por isso foi recompensado com o senhorio da Ilha Grande de Joanes (Marajó, Amazonas), por ato de 23 de dezembro de 1655, um pouco depois de escrita a obra (1652). Não prestou Macedo serviços ao Brasil ou àquela parte do Maranhão que o fizessem merecer tal recompensa, e o seu desinteresse e o de seus descendentes foi tal, que em 1654 seus herdeiros perderam o senhorio. *A Arte* também pouco cuidou do Brasil e serve apenas como espelho cruel da vida portuguesa, retratando também, por isso mesmo, a colônia, que sofria os males da corrupção administrativa, judiciária e política em geral.

3. A Economia Cristã

Jorge Benci (1650-1708) embarcou para o Brasil em 1681 e só voltou à Europa em 1705⁽²⁶⁾. Nestes 24 anos de permanência foi mestre de Humanidades e Teologia, secretário do Provincial e Visitador local. Tendo vivido no Rio e na Bahia, onde escreveu a *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*⁽²⁷⁾, pôde o jesuíta conhecer os males da escravidão, retratá-la e procurar suavizar, pelo ensino, o trato do negro. A obra, fruto de um sermão sobre as obrigações dos Senhores em relação aos escravos, discute em quatro Discursos as quatro obrigações do senhor para com o negro: o sustento, o ensino, o castigo e o trabalho. *A Economia Cristã* revela muita novidade sobre a escravidão no Brasil, e o tratamento dado aos negros, principal sustentáculo da economia colonial e imperial.

(26) Serafim Leite, *História*, VIII, 95-96.

(27) A 1.ª edição é de Roma, 1705, e a 2.ª do Porto, 1954. A obra deve ter sido terminada em 1700, quando foi aprovada pelo Provincial e preparado o frontispício manuscrito, onde se lê: Bahia, 1700.

O Autor, apesar de sua simpatia pelos escravos, não consegue sopitar certos sentimentos racistas ao escrever, por exemplo, que “os pretos são sem comparação mais hábeis para todos os gêneros de maldades, que os brancos, por isso eles com menos tempo de estudo saem grandes licenciados do vício na classe do ócio” (28). Sua tese não é combater a escravidão, que os padres aceitavam como anterior à chegada dos portugueses à África e anterior à vinda dos jesuítas. Não defendiam, assim, a liberdade negra, mas o que “tinham à vista eram os abusos, que se cometiam nas relações entre senhores e escravos”.

Vieira sustentou a igualdade de todos, escravos ou livres, perante Deus, mas não lutou contra a escravidão negra mesmo porque se o fizesse teria, talvez, o destino do “P. Gonçalo Leite, primeiro professor de Filosofia no Brasil (1572), e P. Miguel Garcia, professor de Teologia na Bahia de 1576 a 1583, que sustentavam que nenhum escravo da África ou do Brasil era justamente cativo” (29), sendo obrigados a voltar à Europa. O padre Benci acreditava que os párocos e senhores do Brasil, deixando os escravos naquela ignorância e rudeza, chamavam e provocavam contra o mesmo Brasil todas essas guerras, todas essas fomes, e todas essas pestes (30). Impediam os senhores o ensino da doutrina cristã, do matrimônio, amigavam-se com as escravas, castigavam cruamente os escravos, prendendo-os com argolas de ferro (31), não os remetiam à justiça, nos casos de crimes, obrigavam-nos a trabalhar no domingo, ao mesmo tempo que “sustentavam das portas a dentro tão grande número de ociosos e ociosas” (32).

Em toda sua obra, mostrando aos senhores as obrigações que devem guardar no governo dos escravos, revela o Autor sentimento de compaixão “pela miserável condição de quem é escravo”, especialmente porque além de escravo é preto. “Não só os homens, mas os rapazes e ainda os mais pequenos, se atrevem a mofar e zombar dele, a descompô-lo de palavra e tratá-lo mal” (33). Benci lastima a sorte terrível de um cativo: “Se come é sempre a pior e mais vil iguaria; se veste, o pano é o mais grosseiro e o traje o mais desprezível; se dorme, o leito é muitas vezes a terra fria e de ordinário uma tábua dura. O trabalho é contínuo, a lida sem sossego, o descanso inquieto e assustado, o alívio pouco ou quase nenhum” (34).

Pela força do sentimento, raro na época, a *Economia Cristã* do Padre Benci, uma descrição atual que pleiteia remédio e minoração aos senhores de então, situa-se, como escreveu Serafim Leite, entre Vieira (1686-1688) e Antonil (1711) na literatura sobre a escravidão no Brasil (35).

(28) O texto de que nos servimos é o da edição de 1954, vide p. 158.

(29) Vide exemplo citado por Serafim Leite, Prefácio, edição *Economia Cristã*, 1954, 10-11 e p. 8.

(30) P. 61 e 78.

(31) A Carta Régia de 1698 mandava apurar e evitar. Transcrita p. 136.

(32) 164-177 e 154. Na p. 176 transcreve a Carta Régia de 7 de fevereiro de 1698 mandando observar a guarda do domingo e dias de festas.

(33) P. 193, n.º 261, e p. 197, n.º 268.

(34) P. 201, n.º 274.

(35) Prefácio, ed. 1954, 14.

4. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho

A biografia de José Joaquim da Cunha de Azevedo Coutinho (Campos, Rio de Janeiro, 1742 — Lisboa, 1821) foi escrita e reescrita várias vezes. Seus biógrafos Januário da Cunha Barbosa⁽³⁶⁾, J.J.P. Lopes⁽³⁷⁾, Heliodoro Pires⁽³⁸⁾, Alberto Lamego⁽³⁹⁾, seus bibliográficos Inocêncio Francisco da Silva⁽⁴⁰⁾, Augusto V. A. de Sacramento Blake⁽⁴¹⁾ e Alfredo de Carvalho⁽⁴²⁾, e seus críticos Oliveira Lima⁽⁴³⁾, Sônia Aparecida Siqueira⁽⁴⁴⁾, E. Bradford Burns⁽⁴⁵⁾, Manuel Cardoso⁽⁴⁶⁾ e Sérgio Buarque de Hollanda⁽⁴⁷⁾, escreveram sua vida, enumeraram sua obra e apreciaram sua atividade e criação intelectual. Nascido em Campos, de senhores rurais, grandes proprietários de terra donos de engenhos, Azeredo Coutinho, depois de estudar humanidades no Rio de Janeiro, ficou órfão aos 26 anos, assumiu como primogênito a direção dos negócios da família durante sete anos e aos 33 anos, em 1775, decidiu seguir para Lisboa onde se matriculou no curso de Direito Canônico, obtendo grau de bacharel, com o qual se habilitou a seguir a carreira eclesiástica. Fez estudos vários, voltou à Universidade cursou o sexto ano recebeu a licenciatura e assim se capacitava aos grandes cargos da Igreja. Foi-lhe oferecido o lugar de arcediogo na catedral do Rio de Janeiro, Azeredo Coutinho aceitou, mas tendo-se demorado a partir, D. Maria I, que lhe oferecera o cargo, lhe conferiu o lugar de Deputado do Santo Offício. É curioso observar que começou sua carreira no Santo Offício e quase findou-a como Inquisidor-Mor, mas tomou posse como deputado pelo Rio de Janeiro e faleceu dois dias depois de empossado⁽⁴⁸⁾.

Durante dez anos ocupou o cargo de inquisidor (1784-1794) e foi neste período, mas não nesta qualidade, que publicou seu primeiro ensaio "Memória sobre o Preço do Açúcar"⁽⁴⁹⁾.

Em 1794, já Regente, D. João nomeou-o décimo primeiro Bispo de Pernambuco, tendo chegado à Olinda a 9 de fevereiro de 1799, quatro

(36) *RIHGB*, 3.ª ed., 1908, t. 1, 272-274.

(37) *RIHGB*, 1945, t. 7, 106-115.

(38) "Azeredo Coutinho" *RIHGB*, 1915, t. esp. 1.º Congresso de História Nacional, pte. 1. 781-810.

(39) *A Terra Goitacá*, Bruxelas e Paris, 1924, t. 2, 370-372.

(40) *DBP*, 1860, t. IV, 384-386 e 470 e t. XIII, 22-23.

(41) *DBP*, vol. IV, 1898, 475-480.

(42) *Biblioteca Exótico-Brasileira*, Rio de Janeiro, 1929, vol. 1, 364-366.

(43) Nota X, p. 252-256 de *História da Revolução de Pernambuco de 1817*. 1.ª ed. Pernambuco, 1840, várias edições, ed. 1969.

(44) "A escravidão negra no nensamento de Azeredo Coutinho. Contribuição ao estudo do pensamento do último inquisidor". *RH*, n.ºs LVI, 349-365 e LVII, 141-198.

(45) "The Role of Azeredo Coutinho in the Enlightenment of Brazil". Sep. da *HAHR*, vol. XLIV, n.º 2, maio 1964.

(46) "Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, governador interino e Bispo de Pernambuco 1798-1802". *RIHGB*, 1969, vol. 282, 3-45.

(47) "Introdução" à *Memória sobre o Preço do Açúcar*, Rio de Janeiro, 1946, 15-75, revista e modificada em *Obras Econômicas de J. J. da Cunha Azeredo Coutinho*, São Paulo, 1966.

(48) Sônia Aparecida Siqueira publicou o documento do processo de informações para aceitação de sua nomeação como deputado inquisidor. ob. cit. n.º 57, 176-198.

(49) *Memórias Econômicas da Academia das Ciências de Lisboa*, 1791, t. III, depois reimpressa no final do *Ensaio Econômico sobre o Comércio de Portugal e suas Colônias*, 1.ª ed. Lisboa, 1794; 2.ª ed. 1816, 3.ª 1828, 4.ª São Paulo, 1966. Houve traduções em inglês, 1801 e 1807, em alemão 1801 e 1808; francês, 1803. Em 1913 George W. Robinson anotou e editou 250 exemplares de *Brazil and Portugal in 1809. Manuscript Marginalia on a Copy of the English Translation of Bishop J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho's Ensaio Econômico*, Cambridge.

anos depois de nomeado. Já sabia que o governador efetivo D. Tomás José de Melo seria demitido e assim, de acordo com a lei, o Bispo formava com o desembargador ouvidor geral Antônio Luís Pereira da Cunha, mais tarde marquês de Inhampube e o intendente da Marinha Pedro Sheverin a Junta Governativa. Fez parte do governo até 5 de julho de 1802, quando deixou o Brasil; foi nomeado para o Bispado de Miranda e Bragança antes de tomar posse para o de Elvas onde ficou 16 anos; recusou em 1818 o Bispado de Beja e nesse mesmo ano aos 13 de maio foi eleito Inquisidor-Mor; aos 10 de setembro de 1821 tomou posse como deputado pelo Rio de Janeiro às Cortes, falecendo aos 12 de setembro.

Essa é sua vida oficial. Sua obra é toda ela circunstancial, escrita para atender aos interesses de sua classe — os senhores de terras — da agricultura, da fabricação do açúcar, do preço deste, da navegação e do comércio, da importação e justiça do comércio de escravos, do seu governo em Pernambuco, de suas iniciativas culturais nesta capitania, contra a mineração e a favor da agricultura, do colonialismo — as colônias mais dependentes da Metrópole — do absolutismo real, do regalismo, da Igreja subordinada aos Reis.

Assim em 1791 quando os preços dos gêneros coloniais começaram a subir devido à Revolução Francesa, o Senado da Câmara de Lisboa requereu fosse fixado um preço para o açúcar. Azeredo Coutinho, ainda no Santo Ofício, escreveu a *Memória sobre o Preço do Açúcar* para se opor a esta pretensão, e defender os interesses de sua classe, pleiteando a liberdade do comércio para aquele gênero.

Os grandes defensores da liberdade de comércio foram sempre reacionários ou conservadores, antiliberais politicamente. Azeredo Coutinho defendeu os direitos sagrados da propriedade, que não deveriam ser ofendidos com a intervenção real de fixar preços.

“O meio de promover, e adiantar a indústria da Nação é deixar a cada um a liberdade de tirar um maior interesse do seu trabalho”... “O interesse é a alma do comércio, e como ele tanto anima ao Francês como ao Português, é necessário deixar-lhe a liberdade ao subido preço do açúcar, quanto ele mais subir, mais se aumentarão as nossas fábricas, e o nosso comércio”⁽⁵⁰⁾. Este estudo promoveu-lhe a admissão como sócio da Academia das Ciências de Lisboa.

O *Ensaio Econômico sobre o Comércio de Portugal e suas Colônias* é de 1794, quando se propagavam e adotavam os princípios do liberalismo econômico e Azeredo Coutinho queria com seu estudo assegurar os privilégios aos grandes Senhores de terras, aos proprietários rurais, aos donos dos engenhos, defendendo a liberdade e expansão do comércio, da navegação, e da agricultura. Seu *Ensaio* é dividido em três partes tratando a primeira “Dos interesses, que Portugal pode tirar das suas colônias do Brasil”, a segunda “Sobre os Interesses que Portugal pode tirar das suas colônias nas três partes do mundo” e a terceira “Sobre os interesses de Portugal para com as outras Nações”.

(50) *Memória*, ed. 1946, pp. 45-46.

Depois de louvar o Brasil, um paraíso terrestre, cheio de fertilidade, condena os monopólios, defende a liberdade de preços, quer que se desenvolvam as pescarias e que se promova a navegação. “Um grande comércio” escreve ele “pede uma grande navegação”.

“A Política”, continua, “distingue três objetos diferentes na navegação: I — A ocupação que ela dá às gentes do mar, que fazem o trabalho dela; II — A construção dos navios, que é necessário considerar como uma fábrica; III — A utilidade que ela procura no Comércio, pelo transporte das produções e das manufaturas” (51).

Ele deseja que se anime por todos os meios possíveis a navegação portuguesa, louva o Ato da navegação, decretado na Inglaterra aos 26 de setembro de 1660, que promoveu o desenvolvimento da navegação inglesa. Declara que para se ter uma grande Marinha de Guerra e de Comércio é necessário ter muitas pescarias, pensa que os índios poderiam se civilizar por meio do seu emprego nas pescarias e na Marinha; e que os pretos são feitos para o trabalho nos ardores do sol, e devem ser empregados na agricultura.

“A arte de bem governar é a mais sublime de quantas os homens têm inventado” (52) e é incentivando as necessidades e paixões dos homens que se desenvolve e enriquece o país. “Em uma palavra, não é a fibra mais ou menos forte, nem os graus de calor deste, ou daquele clima, que decide da força, e da coragem destes, ou daqueles povos, a educação, os costumes, o comércio, as leis, a disciplina, os vícios mesmos, os erros, as opiniões ainda que falsas, e outras muitas circunstâncias são as que decidem da sorte dos Impérios” (53).

Ele rebate com muito vigor as teses de Montesquieu, de que o homem do país quente é frouxo, fraco, medroso, e até mesmo sem espírito, porque, diz ele, “tem as fibras muito frouxas, e para dar uma prova dessa sua afirmativa, diz que se meta um homem em um lugar quente e fechado, e se verá que ele cai em um muito grande abatimento de coração” (54).

Montesquieu, para dar mais uma prova de quanto influi na felicidade do homem o nascer debaixo deste ou daquele clima, e por consequência ser livre ou escravo, diz que nos países frios reinou sempre a liberdade, por isso que neles a fibra é mais forte e que nos países quentes reinou sempre a escravidão, porque neles a fibra é mais frouxa. “Que as Repúblicas, e os governos populares, por isso que são de maior liberdade, são os mais próprios para os Países frios e pelo contrário as Monarquias para os Países quentes” (55).

Seu regionalismo, sua visão interesseira, ligada aos senhores de engenho de Campos, aparece e dá ao *Ensaio*, que é um livro geral, o toque de classe e local. Ele dedica todo um capítulo a uma breve notícia sobre o estado atual dos índios goitacas, “nossos mais bravos e fiéis aliados desde

(51) *Ensaio*, 1.^a ed. p. 14.

(52) *Ensaio*, ob. cit., 31.

(53) *Ensaio*, ob. cit., 56.

(54) *Ensaio*, ob. cit., 40.

(55) *Ensaio*, ob. cit., 57.

a província de Campos dos Goitacazes até às Minas Gerais”⁽⁵⁶⁾. Dedicase a demonstrar que Portugal pode ter uma grande marinha de guerra, sem muitas despesas e nem muito risco. O Brasil, insiste, é um país cheio de madeiras preciosas.

Na parte segunda sobre os interesses que Portugal pode tirar das suas colônias nas três partes do mundo, sustenta ser o Brasil o mais rico, o que merece mais cuidado e atenção. Nada falta, tudo espera a mão do homem e esta pode ser suprida pela escravidão africana, que sempre contou com seu decidido apoio, de escravagista convicto.

Sustenta que Portugal quanto mais dever às suas colônias, tanto será mais rico, e por sua vez, as colônias, quanto lhe forem mais credoras, tanto lhe serão mais ligadas e mais dependentes. Defende dois princípios que desnudam todo seu colonialismo, que poderíamos qualificar de absoluto.

É necessário, escreve, que as Colônias sofram: “E que só possam comerciar diretamente com a Metrópole, excluída toda e qualquer nação, ainda que faça um comércio mais vantajoso, que não possam as Colônias ter fábricas, principalmente de algodão (exceto ‘os teares de algodão grosseiro para vestir os prteos’) lã, e seda e que sejam obrigadas a vestir-se das manufaturas, e da indústria da Metrópole”⁽⁵⁷⁾.

Neste *Ensaio* aparece o colonialista convicto, ao qual Varnhagen, num momento sem lucidez, ou faccioso pela sua conhecida antipatia a José Bonifácio, atribuiu maior importância na difusão das idéias de independência que a do Patriarca. Sua influência pode ter sido indireta, pois o Seminário de Olinda preparou os revolucionários de 1817, 1822 e 1824.

Os *Estatutos do Seminário episcopal de N. S. da Graça da cidade de Pernambuco* (sic)⁽⁵⁸⁾ e os *Estatutos do recolhimento de N. S. da Glória do lugar de Boa Vista de Parnambuco* (sic)⁽⁵⁹⁾ destinavam-se a transformar o ensino tradicional jesuítico na capitania, por uma orientação Oratoriana.

“O Seminário”, escreveu Oliveira Lima, “realmente transformou as condições de ensino e com este as condições intelectuais da capitania, porque constituiu, além de um viveiro de sacerdotes, uma escola secundária leiga, aliás a única, ministrando, como se vê do seu programa, educação teológica e também instrução civil em belas letras e nalgumas ciências... Admitiam-se portanto nelas estudantes que se destinavam às ordens sacras, mas que queriam fazer suas humanidades ou mesmo cursar matemáticas”⁽⁶⁰⁾.

No Recolhimento de Nossa Senhora da Glória os estatutos visavam educar as meninas das classes dominantes a ser mães de família.

(56) *Ensaio, ob. cit.*, capítulo VI, 59-66.

(57) *Ensaio, ob. cit.*, 105-108.

(58) Lisboa, 1798.

(59) Lisboa, 1798.

(60) Nota X de Oliveira Lima na edição da *História da Revolução de Pernambuco de 1817* de Muniz Tavares, Recife, 1969, 252-256.

Além destes dois folhetos, Azeredo Coutinho escreveria sobre o seu governo e bispado em Pernambuco outras obras, sempre visando sustentar opiniões, defender idéias, esclarecer questões atuais, presentes, urgentes, com o mesmo caráter transitório e efêmero ⁽⁶¹⁾.

As *Respostas* versam sobre o abuso de alguns maridos de se separarem de suas mulheres por autoridade própria com o fundamento de que elas têm cometido adultério publicamente e que tal separação lhes é permitida pela Constituição do Arcebispado da Bahia. Discute também outro abuso, o de algumas mulheres dissolutas ou prostituídas casarem-se com homens igualmente dissolutos, vagabundos e de costumes estragados. Estes abusos, que se têm tornado freqüentes, têm causado gravíssimos escândalos e desordens, que são de terríveis conseqüências para o bem da Igreja e do Estado. Primeiro, a separação não pode efetuar-se por autoridade própria, mas só depois de sentença do Juiz; em segundo, a Constituição do Bispado da Bahia só tem força de Lei no Bispado de Pernambuco pela expressa ou tácita aprovação dos Bispos de Pernambuco. Rememora então que o matrimônio é um contrato primeiro estabelecido pela lei da natureza, segundo pelas leis de cada sociedade da Nação, e em terceiro foi elevado a Sacramento pela religião cristã católica. Assim sendo mandava que nenhum cônjuge se separasse da sua cônjuge, sem satisfação, contratos de mútuas separações e sem sentenças do Juiz eclesiástico. Neste folheto é exposto um caso exaustivamente examinado, e por ele decidido aos 20 de junho de 1799.

A *Informação* discute um caso concreto de um professor de gramática latina e seus oito colegas que se diziam cassados por ele, apesar das provisões régias. Veio a ele, Bispo, para informar a S. A. R.; eles se diziam professores por Provisões Régias, mas nos seus requerimentos não provavam ser professores régios ou providos como substitutos por certo tempo. Pediam o pagamento de seus ordenados, pela extinta Mesa da Comissão que lhes dava maiores salários, e não os menores que o Bispo mandara pagar-lhes pela Junta da Fazenda, e que fossem pagos os ordenados adiantados e mais os atrasados devidos, e que a contribuição do subsídio literário só devia ser aplicada na manutenção das escolas menores, e nunca para cadeiras de ciências e estudos maiores, de que diziam eles, abundava mais o Seminário, por ele, Bispo, fundado em Olinda.

Azeredo Coutinho respondeu uma a uma as pretensões e os argumentos dos professores, sempre com o ar de superioridade e suficiência que seus escritos e suas atividades revelam. É a relativa ao subsídio literário a que apresenta maior interesse — embora todas as respostas contenham elementos de interesse público. Escreve Azeredo que aplicar o

(61) *Carta Pastoral em que o Excelentíssimo e reverendíssimo Bispo de Pernambuco saúda seus Diocesanos*. Lisboa, 1795; *Respostas dadas por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Bispo de Elvas, então Bispo de Pernambuco às Propostas feitas por alguns dos Párocos daquela Diocese*. Lisboa, 1808; *Informação dada ao Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda D. Rodrigo de Sousa Coutinho por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Bispo de Elvas em outro tempo Bispo de Pernambuco*, Lisboa, 1808.

subsídio literário somente aos estudos menores é mais uma prova do empenho com que se tenta destruir o seminário por ele criado.

A estas questões de interesse local, apesar da generalidade de seu conteúdo, se junta a *Defesa de José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho Bispo de Elvas, em outro tempo Bispo de Pernambuco* . . . ⁽⁶²⁾ na qual rebate as acusações de seus “inimigos e invejosos intrigantes” que não cessam de espalhar generalidades sem jamais especificar sua culpa, nem dizer como se chamava seu crime. Sua defesa versa sobre a acusação de que como Bispo encarregado do governo interino querendo fazer a trasladação do SS. Sacramento de uma para outra Igreja e temendo a sublevação do povo, mandara municiar a tropa de pólvora e bala para atirar no povo e que para se vingar da ofensa que lhe fora feita por um sujeito, ele pretendia perder toda sua família, mandando-a prender por um suposto crime de Estado. Ele responde detalhadamente às duas acusações, frutos de intrigas das Irmandades e de pessoas inimigas do Bispo.

É na terceira parte que ele trata do seu Governo, quando, escreve ele, trabalhou para que se fizesse justiça a todos, não consentindo que alguém fosse oprimido, lutando contra os monopolistas e atravessadores (intermediários) de gado e víveres. Enumera seus serviços pela defesa da capitania, por mar e terra, tendo promovido a abertura de uma estrada de mais de 300 léguas, desde os Sertões do Rio S. Francisco até esta praça para descerem por ela muitas boiadas ⁽⁶³⁾.

Alega mais, ter tomado providências para se evitarem furtos de cavalos, muito freqüentes; propôs e facilitou os meios para se fazerem os aquedutos do Recife; trabalhou pelo aumento da fazenda real; fez rebaixar, em face da queixa do povo, os preços do sal e do azeite de baleias, elevados pelos monopolistas; obrigou os regulares ou os Corpos de Mão Morta a pagarem os dízimos da sesmarias obtidas; elevou o remate dos dízimos das capitanias de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará; conseguiu que se pagasse o subsídio literário, em estado de atraso; trabalhou para que se pusesse em execução a lei da quarentena dos escravos vindos da África; deu conta, pelo Conselho Ultramarino, a S.A.R. do estado de confusão em que se achavam as terras por falta de demarcações; promoveu os estudos, criou o Seminário, com um patrimônio de casas, biblioteca, laboratório; estabeleceu um seminário de meninas “para a educação das mães de famílias, e daquelas que um dia serão as primeiras mestras dos homens”; mandou visitantes por todo o bispado; tentou a paz com os índios; rogou a S. M. para que conseguisse do Papa Pio VI que concedesse que todos os Bispos do Ultramar não dependessem de recorrer a Roma a respeito das dispensas matrimoniais.

(62) Lisboa, 1808.

(63) Em 1920 Capistrano de Abreu solicitava a seu amigo João Lúcio que procurasse em Portugal, no arquivo ultramarino documento que esclarecesse esse serviço de Azeredo Coutinho. Vide José Honório Rodrigues (ed)., *Correspondência de Capistrano de Abreu*, 1.^a ed., 1954, 2.^a ed. 1977, 145 e 209.

É assim um relato do seu governo e de sua atividade, sempre com um ar de superioridade em relação à população, como frequentemente chamava ao povo. Documento de uma época e de um Bispo e Governante convicto da importância da sua classe, do desprezo pelas outras e sobretudo pelos negros.

Sua obra importante sobre a escravidão é a *Analyse sobre a Justiça do commercio do resgate de escravos da Costa da Africa* ⁽⁶⁴⁾; a *Concordância das Leis de Portugal e das Bullas Pontificias das quaes humas permittem a escravidão dos pretos d'África, e outras prohibem a escravidão dos indios do Brasil* ⁽⁶⁵⁾, bem como a *Memoria sobre o commercio dos escravos em que se pretende mostrar que este trafico he, para elles, antes hum bem do que hum mal* ⁽⁶⁶⁾, são todas elas obras de ocasião, escritas para defender interesses da classe dos senhores de terras e de engenhos, à qual, ele, bispo, pertencia. Eis um caso claro em que a consciência política, social e econômica se ajusta à sua própria existência. O Bispo, antes de atingir esse elevado posto na hierarquia eclesiástica, fora, como filho primogênito, o dirigente dos negócios da família rica de terras, engenhos e escravos.

A *Analyse* se dirige aos felizes brasileiros, uma minoria que dominava a colônia com suas ligações metropolitanas. Ataca os inimigos, desumanos e cruéis agentes da Revolução Francesa, que pretendiam transtornar a propriedade e felicidade daqueles pequenos grupos, senhor dos bens e da multidão negra e indígena. “O objecto principal desta *Analyse* é desmascarar os insidiosos princípios da seita filosófica, é apartar do vosso paraíso o pomo da infernal serpente”, era enfim demonstrar a justiça do comércio de escravos e da própria escravidão, a favor de uma classe que ele encarnava. Esse Bispo nunca pensou no povo brasileiro, e pôs sempre sua alta posição eclesiástica a serviço da classe a que pertencia. Para ele os que condenavam o comércio de escravos, debaixo do pretexto de defender a humanidade oprimida, eram desvairados, que patrocinavam princípios infernais, e desejavam arrastar os homens aos seus tempos de barbaridade.

Nesta toada subfilosófica, acentuando muito as circunstâncias da justiça e da lei, Azeredo Coutinho advogava o indefensável, não reconhecia a tendência histórica e tornava sua obra infecunda. Foi o mesmo princípio que sustentou a justiça do direito de propriedade e o que estabeleceu a justiça do direito da escravidão.

Como todos os reacionários ele sustentava que “a liberdade no estado da sociedade, não é, nem pode ser absoluta, mas sim relativa, e que a soberania do povo, ou é uma quimera, ou é só de nome”. A única concessão que este Senhor de Engenho disfarçado em Bispo fazia era propor a elaboração de uma lei que obrigasse o Senhor a não abusar da condição do seu escravo.

(64) 1.ª ed. em francês. Londres, 1798; a ed. port., Lisboa, 1808, é revista e acrescentada.

(65) Lisboa, 1808.

(66) Rio de Janeiro, 1838.

Temeroso da ação antiescravagista da Inglaterra, ele defendia a não-intervenção e considerava um abuso querer a nação intrrometer-se na lei das outras, livres e independentes.

O pragmatismo mais desvairado, o reacionarismo mais empedernido o levava a declarar que devia “reconhecer-se como justa, ou ao menos como obrigatória, de necessidade, a lei do vencedor”. A lei do vencedor era assim o critério para defender a escravidão africana e seu comércio. Lembra que os Apóstolos, tratando da escravidão, nunca disseram que era injusta, nem contra o direito natural, apenas recomendavam um tratamento mais humano.

Seus preconceitos são tão evidentes que ele confessava não poder “entender a humanidade destes que se dizem ter horror ao comércio dos escravos da África... e que ao mesmo tempo estão vendo com olhos enxutos os seus pobres concidadãos brancos civilizados trabalhando ao sol e à chuva, para ganharem o miserável sustento para aquele dia”. É necessário que haja “trabalhadores para sustentar os outros”.

Exemplifica com a história antiga e moderna, constrói sofismas, abusa da lógica e do raciocínio, ao advogar os interesses econômicos dos membros da sua classe.

A marcha da civilização tem sido sempre a da comunicação, para ir civilizando, fazendo mais humanos os bárbaros da Costa d'África. As nações não têm saltado de repente do estado de barbaridade ao estado de civilização. Ao final do livro escreveu três notas especiais sobre a razão natural, sobre a liberdade e sobre a soberania do povo, modelos de reacionarismo, e apresentava um projeto de lei para obrigar o Senhor a não abusar da condição de seu escravo.

A Concordancia das Leis de Portugal e das Bullas Pontificias das quaes humas permitem a escravidão dos pretos da Africa e outras prohibem a escravidão dos indios do Brasil ⁽⁶⁷⁾ procura conciliar a dubiedade da política pontifícia, e renovar e manter sua tese principal sobre a justiça da escravidão negra. O índio era pouco hábil para a agricultura, que era o fim da escravidão, era indomável por meio da força e como era mais fácil “chamá-los para a comunicação dos Portugueses pelos meios dóceis e pacíficos da religião, foi necessário proibir a escravidão indígena, e declará-los livres”.

O projeto de escravidão dos africanos e do aproveitamento de seus braços nasceu, escreve ele, da luta de Las Casas pela liberdade indígena. O africano apresentava atributos de força e qualidades para cultivador das terras da zona tórrida; sabia-se que as nações africanas já estavam acostumadas aos trabalhos da agricultura debaixo do sol ardente e que desde tempos antiqüíssimos estavam no costume da escravidão.

A Concordância foi escrita para reforçar a tese da *Analyse* contra a qual opunha-se a contradição entre as leis a favor da liberdade indígena e a favor da escravidão negra. Ela tenta mostrar que não há oposição,

(67) Lisboa, 1808.

há concordância. Sua tese principal é a de que quando os portugueses descobriram a África, nela já havia a escravidão, enquanto no Brasil, os índios eram livres.

A coerência escravagista de Azeredo Coutinho é perfeita e lógica. Ao escrever a “Memória sobre as Minas de Ouro”, lida na Academia Real das Ciências de Lisboa ⁽⁶⁸⁾, sua tese é, como sempre, a favor da agricultura, do comércio e da navegação contra a mineração. Ele procura demonstrar que as Minas de ouro são prejudiciais a Portugal. “O ouro, a prata, as pedras preciosas não produzem uma grande navegação entre a Metrópole e as suas colônias, nem para com as outras Nações: uma igual soma em trigo, arroz, algodão, tabaco, açúcar, café, linho, cânhamo, carnes, peixes salgados sustentará uma multidão infinita de marinheiros, carpinteiros, calafates, e outros muitos, cuja ociosidade e pobreza os constituem os primeiros inimigos do Estado.”

As Minas constituíam uma riqueza casual, variável e caprichosa, e “uma nação sensata não deve imitar os desvarios de um jogador, deve estabelecer-se sobre bases mais sólidas e mais permanentes”. Condena a falta de verdadeiros conhecimentos do minério, e aponta a carestia do ferro; critica os que estabeleceram os direitos nas Minas, que não souberam equilibrar os gêneros de primeira necessidade com os das luzes “de sorte que tanto se paga de direitos por uma arroba de seda, como por uma arroba de ferro”.

Este mal seria menor, se o ferro fosse fabricado em Portugal ⁽⁶⁹⁾, “pois que, ainda que o minério do ouro não fizesse conveniência, a faria o minério de ferro, mas como este gênero vem da Suécia e da Biscaia, o minério português não faz mais do que trabalhar para o Biscainho e para o Sueco”.

Esta é uma das poucas vezes em que ele sente a espoliação, não como brasileiro, observe-se, mas como português.

Depois de condenar o comércio e o crédito das minas, ele escreve que os rápidos progressos que ia fazendo a agricultura no Brasil “faz ver a todas as luzes que, à proporção que as Minas de ouro se vão acabando, ela se vai adiantando mais e mais, e que logo que aquelas minas totalmente se extinguirem, ela, já livre e desembaraçada desta sanguessuga que tantos braços chupa chegará enfim ao seu maior aumento e perfeição”.

As Minas ocupavam e consumiam os melhores braços para a agricultura, mas a mineração lhes abreviava a vida e os matava. Na segunda parte da *Memória* mostra os meios de se aproveitar a agricultura do continente das Minas, que já estava perdido para a extração do ouro.

Louva o clima de Minas e de São Paulo, seu terreno fertilíssimo e abundante de todos os víveres e melhores frutos, e apesar disso, “é no estado presente, contado, entre todo o continente do Brasil, pelo menos útil a Portugal”.

(68) *RIHGB*, 1898, LXI, 1.ª parte, 5-37.

(69) Ele anota que em Sorocaba havia minas de ferro muito ricas.

Um brasileiro que defendia com tanta convicção o colonialismo português devia na sua coerência fazer a apologia do regalismo, como fez na *Refutação da alegação jurídica* (70), no *Comentário para a intelligencia das Bulas, e Documentos* (71), e na *Cópia da Analyse da Bulla da [sic] Smo. Padre Júlio III* (72).

Em todas elas aparece clara e evidente a defesa da subordinação da Igreja ao Rei, e na *Cópia da Analyse* ele escreveu, na dedicatória ao Príncipe Regente D. João, que as Ordens Militares de Cristo, S. Tiago e Aviz com seus Mestrados foram para sempre incorporadas, e consolidadas com os Reinos de Portugal e disse claramente: “a V.A.R. como Príncipe Regente pertence sustentar os direitos da Soberania, e da Coroa de Portugal, como Protetor dos Cânones, e da Igreja Católica Romana e os da Igreja Lusitana”.

Satisfeito com a predominância inglesa em Portugal, ele dirige aos generais ingleses cartas de agradecimento. “Eu, como portuguez e Pay em Jesus Christo de uma grande parte dos Vassallos do mesmo Senhor, vou por mim, e por eles dar a V. Excia os meus devidos agradecimentos.” As cartas dirigidas ao Visconde de Wellington (Arthur Wellesley, futuro 1.º duque de) e ao Marechal W. C. Beresford agradecem terem eles arrancado Portugal das garras do Monstro (a Revolução Francesa) que se propunha derrotá-lo. “Eu sou portuguez, e uma grande parte de Portugal são meus filhos (sic) em Jesus Christo; que maiores motivos para a confissão publica de meu agradecimento para com V. Excias.” E logo acentua e explica: “As palavras, humanidade, liberdade, igualdade, direitos do homem, e outras pomposas e empoladas, e cheias de vento, de que a usurpação, o furto e a pilhagem se têm mascarado para fazer correr rios de sangue, já não impõe a quem tem olhos”.

Noutra carta dirigida aos redatores do *Investigador Portuguez* sobre as reflexões que nele inseriram sobre a união das três Guianas Portuguesa, Francesa e Holandesa (73), ele escreve este trecho de grande significação política, e sentido profético, desacertado mas dentro da mesma linha coerente que o caracterizava. “O autor das ditas reflexões, querendo mostrar a necessidade que Portugal tem de fazer a aquisição da Guiana Holandesa, diz, que é necessário que Portugal principie a temer com o tempo os Estados Unidos, e ir preparando barreira eficaz à torrente devastadora, que se deve esperar da maldita ambição em um povo grande e vigoroso. Se eu não estivesse persuadido da boa fé do autor das ditas reflexões, eu diria, que ele queria fazer um ataque falso para encobrir o verdadeiro, pois que

(70) ... em que o Excellentíssimo e Reverendíssimo D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Bispo de Pernambuco... pretende mostrar ser do Padroado da Coroa, e não da Ordem Militar de Christo as Igrejas. Lisboa, 1806.

(71) ... que o Reverendo Doutor Dionisio Miguel Leitão Coutinho juntou à sua Refutação contra a alegação jurídica sobre o Padroado das Igrejas e Benefícios do Cabo de Bojador para o Sul; sobre a Jurisdição dos Excellentísimos Bispos Ultramarinos; sobre o Senhorio e Domínio das conquistas, e sobre a jurisdição do Conselho de Ultramar. Lisboa, 1808.

(72) ... de 30 de Dezembro de 1550, que constitui o padrão dos Reys de Portugal a respeito da união, consolidação, e incorporação dos mestrados das ordens militares de Christo de S. Tiago, e de Aviz com os Reynos de Portugal, Londres, 1818.

(73) Collecção de alguns manuscriptos curiosos do Exmo. Bispo d'Elvas, depois Inquisidor Geral. Lisboa, 1819.

não sei como o Brasil, que tem todas as proporções para ser uma das maiores, mais rica e mais poderosa Potência d'América, logo que queira, possa ter medo de uma Nação, que principia cercada já de um vizinho forte pelo Canadá da parte do Norte, e da parte do Sul pelas Nações que tem possessões no arquipélago do México, e por todas as partes viado pela Maior Potência do Mundo, e que além disso, por terra seria necessário atravessar meio mundo pelas muitas possessões de Espanha, e os grandes rios Orinoco e Amazonas e outros infinitos antes de entrar no Brasil.”

Noutra carta aos redatores do mesmo Jornal (27 de setembro de 1813) ele defende a escravidão negra, e nega que a imigração branca salve o problema no Brasil.

Defensor dos interesses da grande lavoura e dos privilégios dos proprietários rurais, Azeredo Coutinho procurou adaptá-los às idéias de liberdade econômica. Por isso mesmo é um colonialista coerente, advogando a tese de que Portugal só voltaria à opulência caso aproveitasse racionalmente as riquezas coloniais especialmente as do Brasil. Escravagista, defendeu a instituição que as idéias revolucionárias pretendiam abolir, a intangibilidade da lavoura latifundiária, e constituiu com sua obra um importante repositório de idéias políticas utilitaristas, brutalmente utilitaristas, como escreveu Sérgio Buarque de Hollanda. Cabe a ele a inspiração do ato mais colonialista praticado por Portugal no Brasil — a destruição das nossas fábricas em 1785. Colonialista, utilitarista, regalista, escravagista, Azeredo Coutinho pode ter sido como escreveu João Francisco Lisboa um grande patriota português, nunca brasileiro.

CAPÍTULO II

A LITERATURA AÇUCAREIRA

1. Padre Estêvão Pereira.
2. Padre Simão de Sotomaior.
3. Antonil e a *Cultura e Opulência do Brasil*.
4. A Literatura econômica em geral.

1. Padre Estêvão Pereira

Padre Estêvão Pereira (S. Miguel das Marinhas, Portugal 1589? — Portugal ?) vivia, segundo Serafim Leite ⁽¹⁾, em 1614 no Colégio de Braga, com 25 anos de idade e 8 de Companhia. Já tinha estudado teologia moral (2 anos) e dispunha de poucas forças; em 1622 era ministro do Colégio de S. Miguel (Açores) e como procurador do Colégio S. Antão de Lisboa esteve na Bahia, no Engenho de Sergipe do Conde, de 1629 a 1633. Escreveu a “Dá-se Rezão da Fazenda que o Colégio de Santo Antão tem no Brasil e de seus rendimentos” (1635) ⁽²⁾.

Nas palavras iniciais Afonso de Taunay escreve que o documento jesuítico seiscentista era dos mais preciosos do acervo do Museu e que Capistrano de Abreu o incentivava a que o publicasse nos *Anais*. Considerava-o como que um predecessor, embora modesto, da obra jamais louvada e insubstituível de Antonil.

“Para a história econômica do Brasil”, escreve Taunay, “tem a mais elevada relevância. Não só a sua ancianidade, superior de setenta anos ao estudo de Andreoni lhe confere singular relevo como, em seu gênero, jamais se divulgou relato que pela riqueza das informações sobre os nossos primitivos engenhos açucareiros lhe leve vantagem”.

O que Taunay disse não é nenhum exagero. O documento tem valor inestimável pela riqueza e detalhes de informação e por ser sobre o mesmo Engenho que serviu de base para o livro de Antonil.

Começa descrevendo as terras em Sergipe do Conde no Recôncavo baiano onde tem o Colégio de Santo Antão sesmaria com três léguas e meia de largo pela costa e quatro para o sertão. Dentro de seus limites introduziram-se muitas pessoas e foram possuindo muitas propriedades de longo tempo, sem contradição por parte dos Condes, nem seus feitores, e não podendo mais ser expelidos por se valerem da prescrição. De

(1) *História da Companhia de Jesus no Brasil*, IX, 1949, 39.

(2) In *AMP*, 1931, IV, 775-794; aí o título aparece ao invés de “Dá-se Rezão”, “Descrezão”.

toda esta terra, plantada de canaviais, venderam-se três partes e uma só é a que possuía a fazenda. A terra não é junta, mas dividida em dez ou doze quinhões, metendo-se entre umas e outras propriedades alheias. Das terras ao longo do mar ou dos rios recebe a fazenda de partido a terça parte do açúcar; há partidos de quatro, ou seja, a quarta parte do açúcar.

Examina o valor e a renda das terras dos partidos, de três ou quatro partes, as rendas outras e as obrigações, como as das terras vendidas se pagarem galinhas como foro, e a obrigação de vender as canas ao engenho, os sobejos ou sobras de terras que os lavradores possuem de mal título sem pagar delas coisa alguma, e havia muitos nestas condições, a terras do mato que são muitas em relação às cultivadas, algumas arrendadas.

Sobre o próprio Engenho de Sergipe declara que ele é um dos melhores e mais célebres que tinha o Brasil, em razão do sítio em que está, no meio de infinitos canaviais com extrema serventia, servido por muitos rios navegáveis, e valendo de 40 a 50 mil cruzados.

Descreve os currais da fazenda de Sergipe, e outro engenho, o de Ilhéus, “que tem as mais, e melhores comodidades para ser tido por tal do que nenhum outro do Brasil, em razão da firmeza ribeira ou cachoeira de água doce”. Deu muito açúcar e depois se desfabricou devido aos Aimorés que infestavam a ilha. Quando ele chegou ao Brasil só tinha nome de engenho, porque não tinha nem casa de engenho, nem de purgar, e em 1633 fez ele nova casa de purgar, ainda que receoso dos ataques dos holandeses.

No juízo final sobre os rendimentos afirma três coisas: 1) que de todos os açúcares que um engenho faz brancos e mascavados a metade é do engenho e a outra do lavrador; 2) o preço do açúcar não é certo, nem fixo, no Brasil, mas varia conforme a saca, mas de ordinário corre de oito até mil réis, sendo que o mascavado vale a metade do branco; 3) que é prática e se tem por averiguado que sendo o preço do açúcar de dois cruzados só pode o Senhor pagar os gastos de sustentar parcialmente a casa, e, quando é menos, causa prejuízo, e quando passa dá lucro; faz o balanço da receita do Engenho do Sergipe, por uma safra, valendo o açúcar branco oito réis, dando a produção e a renda, especificando os ordenados do feitor-mor, do menor, do médico e cirurgião, e vários outros ofícios, inclusive um letrado ordinário que ganhava tanto quanto o médico e menos que o solicitador.

O engenho mói a cada safra nove meses e o autor enumera as necessidades em cobres, barcas, obras e negros. As despesas com os escravos estão detalhadamente apontadas: comida, mezinha, roupa, sal, etc. Todas as despesas necessárias de caixões, pregos, coadores, azeite de peixe, formas, barcada de barro, fretes, loja na cidade, e assim chega em seus cálculos à renda total em 3.874\$000 réis e a despesa em 3.308\$635. Os dois últimos conselhos são os de que não se venda o açúcar no Brasil e sim no Reino, onde vale muito mais e não se pagam direitos, e que

convém mandar do Reino todas as coisas necessárias para o fornecimento do engenho.

A descrição é assinada em Coimbra aos 25 de agosto de 1635 ⁽³⁾.

2. Padre Simão de Sotomaior

Simão de Sotomaior (Lisboa, 1585? — Brasil, depois de 1652) entrou para a Companhia em Évora em 1604, e fez seus últimos votos em 20 de abril de 1620. Pertencia à Província de Portugal, e, como Procurador da Igreja do Colégio de Santo Antão de Lisboa, passou muitos anos na Bahia. Sua estada no Brasil vinha de longe, pois fora aprisionado pelos holandeses em 1624 e levado à Holanda. Libertado, voltou ao Brasil, prestou bons serviços contra os holandeses no cerco da Bahia em 1638 e ainda vivia com o cargo de procurador de Santo Antão em 1652.

Escreveu vários documentos enumerados por Serafim Leite ⁽⁴⁾, todos trabalhos práticos sobre “Contas do Engenho”, “Lembrança das dívidas”, “Memorial para o Reverendo P. geral sobre a fazenda da Senhora Condessa de Linhares” (Sergipe do Conde), requerimento e traslados de embargos, apresentados como procurador do engenho, “treslado que se fez da morte de Mem de Sá”, “sobre a fazenda de Mem de Sá” (depois da Condessa e dela para o Colégio S. Antão), renovação dos arrendamentos das terras, caderno da safra de 1651-1652, e assim os vários documentos cobrem elementos econômicos de 1622-23 a 1651-52.

Serafim Leite menciona como de autoria do Padre André de Gouveia (1583-1630 ?) a “Memória das Dívidas que o Padre Simão de Sotomaior achou deviam os lavradores de Sergipe das terras que compraram em tempo da Senhora Condessa” ⁽⁵⁾.

A “Breve Notícia dos Rendimentos e despesas do engenho de Sergipe do Conde, depois da morte da Condeça Dona Phelippa de Sá. E tomou posse do dito engenho o Collegio de Santo Antão do Anno de 1622 até Setembro desta era de 1647 em que se arrendou” abrange várias administrações, as duas administrações de Sotomaior, e me foi dada por Serafim Leite e enviada em abril de 1952 ⁽⁶⁾.

Simão de Sotomaior é várias vezes citado na *História da Companhia de Jesus no Brasil*, nas suas atividades, sobretudo contra os holandeses ⁽⁷⁾.

A “Breve Notícia” é inédita, veio dos arquivos da Companhia, por gentileza do Padre Serafim Leite e nestes anos todos ⁽⁸⁾ não pude publicá-la. Dá a receita, a 1.^a safra, as despesas, a 2.^a safra: a substituição de

(3) O original se encontra no Arquivo Nacional, Tribunal de Contas, Papéis dos Jesuítas.

(4) *HCJB*, IX, 141-142.

(5) *HCJB*, VIII, 279.

(6) Cartas em posse do Autor, escrita de Borgo S. Spirito, 5, Roma, de 27 de abril de 1951 e de 28 de abril de 1952. Possuo também uma lista de alguns documentos dos Arquivos da Companhia de Jesus citados por S. Leite, na maioria referentes ao antigo Engenho do Sergipe do Conde.

(7) V. 31, seu nome no “Catalágo das Expedições Missionárias para o Brasil, séculos XVII-XVIII” *HCJB*, VI, 592, 593, 594.

(8) Hoje é 27 de novembro de 1977.

Sotomaior por André de Gouveia, (1583-1630?), a 1.^a safra, a 2.^a, a 3.^a e 4.^a, resume as quatro safras, despesas e rendimentos; segue-se a administração do Padre Estêvão Pereira (1589-1633?), com as informações sobre as quatro safras; e a do Padre Sebastião Vaz (1582-depois de 1671) com as mesmas quatro safras, a segunda administração de Sotomaior de 1637 a 1645, com cinco safras, com a mais larga notícia de todas, e finalmente a de Sebastião Vaz, de 1646. O documento descritivo de várias administrações e várias safras não tem autoria declarada.

3. Antonil e a Cultura e Opulência do Brasil

A descoberta das minas no final do século XVII revolucionou a vida econômica e social brasileira. A prosperidade econômica fugiu das mãos dos senhores de engenho deslocando-se para o centro-sul. A agricultura caiu em declínio, e especialmente a produção açucareira, com a perda dos escravos emigrados para as Minas ou os novos vindos de África, e comprados pelos mineiros. Colonos e estrangeiros afluíram para as Minas, seduzidos pela cobiça da riqueza rápida. As crises açucareiras se sucedem, como teremos ocasião de examinar ao tratarmos da historiografia açucareira em geral excetuado Antonil⁽⁹⁾. Apodera-se da agricultura um ambiente de decadência e de definhamento do trabalho.

Deste modo foi uma surpresa que um dos maiores livros da Brasileira, dedicado sobretudo à economia açucareira, embora desse relevo às minas, e tratasse do tabaco, do gado, do couro, e dos rendimentos do Brasil, fosse publicado em 1711.

A *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e Minas*⁽¹⁰⁾ é um dos maiores livros que se escreveram sobre o Brasil em todos os tempos. Mal impresso, com todas as licenças da censura, foi a obra destruída por ordem régia, sobrevivendo poucos exemplares, sete ao que se sabe⁽¹¹⁾.

Não pôde, assim, a obra, exercer nenhuma influência sobre os senhores de engenhos, os grandes proprietários de terra, os mineiros, os criadores de gado, enfim sobre toda a minoria dominante e dirigente do Brasil. Como se tratava de uma obra não só descritiva, como pragmática, sua eficácia técnico-econômica, sua intenção paliativa em relação aos escravos, sua indicação sobre os melhores roteiros para chegar-se às minas, sua lição moral espalhada pelo livro sobre a economia e o homem, sua apologia sobre a justiça de favorecer o Brasil pela utilidade a Portugal, perdeu-se toda durante o século XVIII, quando poderia ter-se exercido.

Autoria

Assim como a obra deixou de ser uma força moral e um guia prático, assim também desconheceu-se seu autor, escondido num anonimato

(9) Vide José Honório Rodrigues "As crises açucareiras no Brasil" *Digesto Econômico*, n.º 26, janeiro-fevereiro de 1947, 55-59.

(10) Lisboa, 1711.

(11) José Antônio Gonçalves de Melo Neto "Antonil e sua obra" posfácio in ed. fac-similar promovida pelo Museu do Açúcar, Recife, 1967.

só descoberto em 1886 por Capistrano de Abreu. Que destino estranho o deste livro! Colocado entre os dez ou doze dos maiores que se escreveram sobre o Brasil Colonial não pôde ser seu autor reconhecido e admirado como merecia. Quando a obra volta a reaparecer em 1800, em extrato, ou completa e desfigurada em 1837⁽¹²⁾, já não possui nenhum efeito pragmático, vale como uma descrição histórica.

Sua autoria só é restaurada por Capistrano de Abreu nas *Informações e fragmentos históricos do Padre José de Anchieta*⁽¹³⁾ ao escrever: “Enfim, abre-se com o primeiro ano do século passado o período das minas, e rebenta verdadeira revolução psicológica. Não se precisa ler os ditirambos entusiastas de Rocha Pita, basta meditar nas páginas de André João Antonil, ou, para dizer o verdadeiro nome — João Antônio Andreoni, porque Antonil era pseudônimo — para ver o entusiasmo que a terra despertava”. O prólogo das *Informações e Fragmentos* era assinado a 13 de julho de 1886.

A maioria dos historiadores e responsáveis pelas reedições da *Cultura e Opulência* têm repetido a carta que a Afonso Taunay escreveu Capistrano de Abreu do Rio, aos 23 de julho de 1921, por ele mesmo reproduzida na sua edição de 1923⁽¹⁴⁾.

No entanto, no mesmo ano de 1886, em carta ao Barão do Rio Branco ele dizia “tinha por mais de uma vez procurado obter informações sobre o encantado livro que para mim tornou-se tanto mais importante, depois que descobri que André João Antonil era João Antônio Andreoni”⁽¹⁵⁾. Em 1893 em carta ao Barão de Studart, Capistrano lhe comunicava: “No correr de suas investigações V. encontrará certamente, pelos fins do século XVII o nome do jesuíta João Antônio Andreoni. É esta uma das figuras mais notáveis, mais inteligentes e curiosas do jesuitismo entre nós. Publicou, sob pseudônimo, um livro que é uma das raras jóias da nossa literatura histórica, e deixou diversos trabalhos manuscritos. entre eles um, *De Rebus Brasiliae*, ignoro se escrito em latim, se em português. Se for como suponho, uma corografia histórica, já pelo autor, já pela data em que foi escrita, deve ser de capital importância. Peço-lhe que me comunique o que encontrar sobre Andreoni, cuja biografia ainda pretendo escrever”⁽¹⁶⁾.

E nesse mesmo ano o Barão de Studart, em 26 de junho de 1893, lhe escrevia: “Você não calcula os esforços que empreguei para ser-lhe agradável descobrindo nos arquivos de Lisboa algum apontamento sobre o jesuíta João Antônio Andreoni. Fadigas baldadas, pois nada avancei.

(12) *Extracto sobre os engenhos de açúcar do Brasil e sobre o methodo já então praticado na factura deste sal essencial, tirado da obra Riqueza e Opulencia do Brasil, para se combinar com os novos methodos que agora se propoem debaixo dos auspícios de S. Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor*, Lisboa, 1800 e *Cultura e Opulência do Brasil, por Suas Drogas e Minas*, Rio de Janeiro, 1837.

(13) Rio de Janeiro, 1886.

(14) *André João Antonil (João Antônio Andreoni) e Sua Obra, Estudo bibliográfico por Afonso de E. Taunay*, São Paulo, Melhoramentos, 1923, 58-59.

(15) *Correspondência de Capistrano de Abreu*, ed. org. por José Honório Rodrigues, 1.ª ed., Rio de Janeiro, 1954, 102, 2.ª ed., *Civilização Brasileira*, 1977, 102.

(16) *Correspondência*, eds. cit., 142. A carta é de Teresópolis, 8 de março de 1893.

Mas vou dar-lhe curiosa novidade que creio, você aceitará de bom grado e discutirá na obra que está a escrever sobre aquele notável sacerdote. É uma questão bibliográfica muito interessante”.

“André Antonil, autor do curioso livro de que nos dá notícia Rivara no catálogo dos manuscritos da biblioteca de Évora, sobre as riquezas e opulência do nosso Brasil, livro que foi retirado, como sabe você, da circulação, por ordem superior, não é outro senão o Pe. Andreoni. Abra você o Rivara ou escreva os três nomes de um lado e do outro os outros e veja se não são o mesmo nome, mudada a colocação das letras. Isso escapou ao Inocência; o próprio Varnhagen em artigo publicado no *Panorama* supõe que existiu com efeito um indivíduo chamado Antonil. Quantas considerações vai sugerir-lhe esse achado! Como cheguei ao conhecimento disso dir-lhe-ei no vapor seguinte” (17).

Como se vê ausente 12 meses de Fortaleza, em viagem pela Europa. Studart ou não recebeu a carta de Capistrano de 8 de março, ou não a havia lido, escondida entre sua correspondência, acumulada, enviada três meses e quatorze dias antes, contendo a mesma descoberta que ambos fizeram, sem conhecimento um do outro.

Capistrano responde-lhe aos 18 de Junho, numa longa carta, cuja transcrição torna-se importante para mostrar em todos os seus aspectos a descoberta feita e revelada em 1886, neste ano sem maiores detalhes, e nesta, pela primeira vez, minuciosamente mais completa que a de 8 de março.

“Interessou-me muito o que diz sobre Antonil, um amigo velho. Lembra-se que no Ateneu, entre outros livros de aula, tivemos o *Iris Clássico*, de Castilho? Há ali um capítulo que por mais de uma vez li aí nas calçadas altas, sempre com uma impressão esquisita, assinado Antonil. Vindo para o Rio, um dia, na Biblioteca, perguntei a Vale Cabral se a casa possui-o e levei-o para ler com mais vagar. A leitura agradou-me bastante e perguntei ao meu bom Vale Cabral quem era este tal Antonil. Respondeu-me então Cabral que não se sabia, e enviou-me para Inocência, Rivara, Varnhagen, etc. A cousa é assim? — disse a Cabral — pois hei de descobrir o autor. Reli então pausadamente, saborosamente, deliciando-me, a *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*.

“Resultado: o autor era jesuíta, como se prova pela referência ao engenho do Sergipe do Conde, que pertencia à Ordem: pelo fim a que se consagrava, a canonização de Anchieta; pela discussão sobre quintos das minas, que denunciavam teólogo consumado.

“Depois de convencer-me que o autor era jesuíta, chamou-me a atenção uma parte da dedicatória ou prólogo, em que o autor, depois de ter escrito, na primeira página, André João Antonil, assina-se entretanto *Anônimo Toscano*. Anônimo Toscano, traduzi, significa aqui jesuíta toscano.

“Comecei então a procurar jesuítas italianos entre poucas informações que temos dos fins do século XVII e princípios do século XVIII.

(17) “Uma questão bibliográfica. Carta do Barão de Studart a Capistrano de Abreu” *RIC*, 1940, t. 54, 68-69 e *Correspondência cit.*, III, 1956, 148.

Apareceu-me logo o nome de Andreoni, a quem Vieira refere-se com elogios em uma das suas cartas, que era reitor do colégio da Bahia quando morreu Vieira, e teve a honra de ser um dos que carregaram-lhe o cadáver, que escreveu sobre a morte de Vieira uma carta de que existe cópia em Lisboa, e que deve ser muito importante — sei por ora só que é extensa.

“Desde então convenci-me que Andreoni e Antonil eram uma e a mesma pessoa. Mas acredita V.? Passei meses, talvez anos, sem fazer tal verificação. Uma vez estava eu na Biblioteca, lendo não sei o quê, quando lembrei-me da verificação a fazer. Levantei-me, fui ao Cabral, que estava escrevendo na mesa de que agora lhe dirijo esta carta e disse-lhe: V. vai ficar furioso — Por quê? Porque afinal vou descobrir quem é o nosso Antonil — Nesse caso vou ficar é alegre.

“Da mesa do Cabral fui à estante em que estava a *Bibliothèque des Écrivains de la Compagnie de Jesus* de Backer, abri o volume VII, que contém o Índice Geral, e remeteu-me para o volume VI, página 14.

Abri-o, e, apenas li as primeiras linhas, corri para a mesa do Cabral — Cabral! achei! E, se é capaz, imagine o prazer com que lemos:

“Ubertas et opulentia Brasiliensis per assiduam mercium, aurique commutationem aliarumque rerum notitiae ad confectionem sachari, et beti, vulgo Tabaco culturam, methodus nitide effodiendi aurum, argenteque fodinas indagandi annui redditus et proventus lusitaniae Coronae ex Americano statu provenientes. Opus V. P. Josephi de Anchieta publicae venerationis studiosis nuncupatum, editum suppresso nomine Authoris Lusitaniae. Lisboa, Deslandes, 1711, in 4.º. Quia tamen liber plus incommodi quam utilitatis Lusitano Statui Allaturus videbatur, Jussu serenissimi Regis suppressus est (Lopez de Arbizu) (18).

“Não preciso dizer que foi um dia de delírio. Jantamos juntos, tomamos cerveja juntos, conversamos até meia-noite e separamo-nos à *contre-cœur*. Que bom tempo aquele, em que a descoberta de um anônimo bastava para coroar de rosas um dia.

“Vimos logo que, de João Antônio Andreoni, era anagrama ou cousa que o valha André João Antonil; — mas uma coisa nos causava espécie; que significava o L. final. Foi ainda no Backer que achamos a resposta: Andreoni era de Luca, na Toscana; L. significava luquensis.

“Cabral queria que eu escrevesse um artigo sobre o assunto, mas eu nunca o fiz. Em 86, porém, publicando um inédito de Anchieta, escrevo no prólogo, pág. XII, escrevi (sic) — para fixar a data: André João Antonil, ou, para dizer o verdadeiro nome, João Antônio Andreoni, porque Antonil era pseudônimo. Comuniquei, entretanto, desde logo a desco-

(18) “Abundância e opulência brasileira pela troca contínua das mercadorias e do ouro, com notícias de outras coisas para o fabrico de açúcar e fumo, vulgo tabaco, igualmente o método para cavar ouro e para indagar minas de prata, os rendimentos anuais e rendas que tem a coroa portuguesa do estado (colônia) americano. Obra dedicada aos que desejam a pública veneração do venerável Padre José de Anchieta, publicada em português supresso porém o nome do Autor. Porque todavia o livro parecia levar mais incômodo do que a utilidade para o reino português, ficou suprimido por ordem do sereníssimo Rei”. A tradução de Wolfgang Kretz para a edição de Taunay, 1923, p. 54. Juan Lopez Arbizu (1668-1732) foi autor de diversos catálogos biobibliográficos dos jesuítas. Cf. Backer II, col. 799-800.

berta às pessoas a quem poderia interessar, principalmente a um amigo meu que possuía a primeira edição — raríssima! — e que ele está comprometido a me deixar por testamento. Depois teve a felicidade de concorrer para que a Biblioteca obtivesse um exemplar também. Há, pois, aqui no Rio, dois exemplares da primeira edição. A segunda, feita aqui em 1837, não é comum, mas encontra-se uma vez por outra; ainda há dois anos comprei um exemplar para dar de presente a Eduardo Prado.” (19)

Como se vê, a resposta de Capistrano a Studart é a primeira versão detalhada da descoberta da autoria.

Ao responder à segunda carta de Capistrano, Studart diz aos 24 de agosto de 1893: “Acuso, agradecido, o recebimento de sua preciosa carta, que, como as irmãs, foi para mim manancial de lições. Encontrou-se o meu achado sobre André Antonil com o que Você já havia apurado. Folgo com isso. Como foi que tal indicação bibliográfica escapou à perspicácia do nosso Varnhagen e às investigações tão pacientes e felizes de Inocêncio da Silva?” (20).

Depois apareceu versão resumida na carta a João Lúcio de Azevedo de 18 de novembro de 1916 (21); aos 23 de julho e 1 de agosto de 1921 conta a Taunay que preparava nova edição como descobrira, e são essas duas cartas transcritas na edição de 1923 a que se referem todos os que trataram ou editaram Antonil (22). Na verdade, as cartas a Studart e a deste a ele, todas de 1893, são a versão original da descoberta.

Capistrano de Abreu voltou ao assunto, dizendo a João Lúcio em 5 de novembro de 1921 que Taunay preparava nova edição com introdução, criticando a falta de notas, e declara: “publicar o Antonil era um dos meus desejos, para ele a empresa era mais fácil, que a mim. Melhor para ambos” (23).

Aos 13 de maio, 34.º aniversário da Lei Áurea (1922), como assina a carta a João Lúcio, declara que Studart possuía documentos sobre Andreoni — Antonil desde 1902 e só agora havia publicado uns pedaços relativos ao Ceará (24).

Bibliografia

A bibliografia de Antonil foi escrita pelos biobibliógrafos da Companhia Augustin e Aloys Backer (25) e Carlos Sommervogel (26), sem fazerem a identificação entre Andreoni o jesuíta e Antonil, o pseudônimo por ele usado na *Cultura e Opulência do Brasil*; dos biobibliógrafos portugueses, como Diogo Barbosa Machado e Inocêncio Francisco da Silva, o primeiro não o incluiu (27) e o segundo (28) observou que Barbosa Machado

(19) *Correspondência de Capistrano de Abreu*, 1.ª e 2.ª edições, I, 143-146.

(20) *Correspondência* cit. III, Rio de Janeiro, 1956, 148.

(21) *Correspondência* cit. II, 22.

(22) Na *Correspondência* cit. as cartas a Taunay aparecem I, 325-6.

(23) *Correspondência* cit. II, 223.

(24) *Correspondência*, II, 248; a publicação de Studart é: “Trechos de cartas do Jesuíta Pe. João Antônio Andreoni, escritas nas Cartas Anuas de 1714-16-21” *RIC*, CXXXVI, 77-81.

(25) *Bibliothèque des Ecrivains de la Compagnie de Jésus*, Liège, 1853-1861 e 2.ª ed. 1869-1876; na 1.ª, I vol., col. 155.

(26) *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, Bruxelas, 1890-1900, I, col. 340.

(27) *Biblioteca Lusitana*, 1.ª ed. 4 ts. 1741-1759 e 2.ª ed. 4 ts. 1930-1935.

(28) *DBP*, Lisboa, 1858, I, 63. VIII, 62-63. XX, 156.

não o incluía por não considerá-lo português, e ele Inocencio tinha quase certeza de que era italiano. Sacramento Blake escreveu ser ele natural de São Paulo e nada acrescentou ao que se sabia ⁽²⁹⁾. Mais valiosa é a descrição bibliográfica de José Carlos Rodrigues ⁽³⁰⁾.

Foi em 1923 que Taunay escreveu a maior e mais completa biografia de Antonil na introdução que precede a reedição daquele ano ⁽³¹⁾. Os dados essenciais corretos biográficos encontram-se em Serafim Leite ⁽³²⁾.

Biografia

Nascido em Luca na Toscana aos 6 de fevereiro de 1649, estudou Direito Civil na Universidade de Perúcia (3 anos) e entrou para a Companhia em Roma aos 20 de maio de 1667. Foi professor de Humanidades e Repetidor de Retórica e Filosofia no Seminário Romano. Convidado por Antônio Vieira, com ele embarcou para o Brasil em 1681 e em 15 de agosto de 1683 fazia profissão solene. Foi na Bahia professor de Retórica, diretor da congregação de estudantes, Secretário do P. Visitador Antônio Vieira e de alguns Provinciais durante muitos anos. Foi Visitador local de Pernambuco, enviado pelo P. Antônio Vieira, mestre de noviços, reitor do colégio da Bahia, duas vezes, e Provincial.

Diz mais Serafim Leite, que foi homem de talento e de letras, escrevendo latim com facilidade, tendo participado das controvérsias de seu tempo. Ao contrário de Vieira, não defendeu os índios da escravização, e não foi simpático aos judeus tendo traduzido a *Sinagoga desenganada* ⁽³³⁾.

Acrescenta Serafim Leite que ele concentrou no Colégio da Bahia padres italianos em cargos de governo ou de ensino, mandando o Padre Geral dispersá-los, o que fez com que alguns preferissem antes voltar à Europa, do que ficar nas Missões. Realmente esta proteção a padres italianos provocou hostilidade não só de outros padres, como em geral. É assim que o capitão-mor da Paraíba João da Maia da Gama escrevia a El-Rei sobre “os provinciais da Companhia de Jesus e do procedimento que tinha tido contra os que seguiram a parte de Vossa Majestade, e induzidos por um italiano João Antônio Andreoni, que escreveu ao Seu Geral, e era melhor ouvido dele por estrangeiro como ele e assim este italiano do Brasil e um Antônio Maria que estava em Roma e um Bacane eram as causas de tudo o que sucedia na Companhia contra o real Serviço de V. M.” ⁽³⁴⁾.

Faleceu em 16 de março de 1716, aos 67 anos, na Bahia.

Obras

Além da *Cultura e Opulência*, sua obra magna, um dos dez maiores livros que se escreveram sobre o Brasil colonial, compôs a “Vida do Padre

(29) *DBB*, 1, 80-81.

(30) *Catálogo de Livros Raros sobre o Brasil*, Rio de Janeiro, 1907, 4-45.

(31) *Ob. cit.*, 47-59.

(32) *HCJB*, VIII, 45-54.

(33) Lisboa, 1720.

(34) *DHBN*, 1952, v. XLVIII, 246.

Antônio Vieira”⁽³⁵⁾, levantou o rol dos manuscritos escritos e deixados por Vieira, e outros ensaios, orações e cartas de menor significação, enumeradas por Serafim Leite⁽³⁶⁾. Esse historiador publicou ainda vários excertos de trabalhos seus, incluídos na sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*⁽³⁷⁾ e o Barão de Studart publicou trechos de cartas de 15 de junho e 24 de dezembro de 1714⁽³⁸⁾.

Na primeira notícia o estado espiritual da província do Brasil e narra a luta que se deu na Prefeitura do Ceará entre selvagens e portugueses; na segunda, conta a visita do Padre Antônio Guedes a Ibiapaba.

Capistrano pensava que um Manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Nápoles era de Antonil e pedia a Lino de Assunção, como pedira a Rio Branco, maiores informações⁽³⁹⁾.

Fontes de informação para o livro

No proêmio, Antonil escreveu “por que algum dia folguei de ver um dos mais afamados, que ha no reconcavo à beira-mar da Bahia, a quem chamão o engenho do Sergipe do Conde; movido de uma louvavel curiosidade, procurei no espaço de oito ou dez dias que ai estive, tomar noticias de tudo o que o fazia tão celebrado, e quase o rei dos engenhos reais. E valendo-me das informações, que me deu, quem o administrou mais de trinta anos com conhecida intelligencia, e com acrescentamento igual à industria; e da experiencia de um famoso mestre de açúcar, que cincoenta anos se ocupou neste officio com venturoso successo e dos mais officiais de nome, aos quais miudamente perguntei o que a cada qual pertencia, me resolvi a deixar neste borrão tudo aquilo que na limitação do tempo sobredito apressadamente, mas com atenção, ajuntei, e estendi com o mesmo estilo, e modo de falar claro e chão que se usa nos engenhos para os que não sabem o que custa a doçura do açúcar a quem o lavra, o conhecimento, e sintão menos dar por ele preço que vale a quem de novo entrar na administração de algum engenho, tenha estas noticias praticas, dirigidas a obrar com acerto, é o que em toda occupação se deve desejar, e intentar”⁽⁴⁰⁾.

Não sabemos quem era o mestre de açúcar e os mais officiais, mas sabemos quem foi o administrador por trinta anos. Coube ao Padre Serafim Leite mostrar que este Engenho, um pouco ao norte da vila de São Francisco do Conde, servido pelo rio Sergipe, daí seu nome, foi fundado pelo governador Mem de Sá entre 1560 e 1569, e por sua morte veio ter à sua filha D. Felipa de Sá, esposa do Conde de Linhares⁽⁴¹⁾. Quando D. Felipa morreu, por disposição testamentária, coube aos jesuítas do Colégio de Santo Antão em Lisboa, mas em face de uma cláusula do testamento

(35) *Sermões*, de Vieira, Lisboa, 1710, 293-303 e *ABN*, XIX 1897, 145-160.

(36) *Ob. cit.*, 45-54.

(37) *V.*, 341, *V.* 543-48, VI, 146.

(38) *RIC*, 1922, t XXXVI, 77-81.

(39) Luís Silveira *Cartas de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção* Lisboa, 1946, 61. Re-publicadas no III vol. da *Correspondência* 2.^a ed., 1977.

(40) Ver ed. fac-similar, Recife, 1969.

(41) Cf. *HCJB*, V 243-251, 19.

precedente de Mem de Sá, foi o testamento de D. Felipa contestado pela Santa Casa da Misericórdia da Bahia e pelos jesuítas da Bahia em nome dos pobres. O litígio durou meio século até que por acordo amigável realizado em 1659 com a S. C. da Misericórdia e em 1663 com os pobres, o Colégio de Santo Antônio, mediante indenizações dadas às duas partes, o Engenho de Sergipe do Conde e suas dependências e duas áreas de cultivo da cana vieram a pertencer ao Colégio de Santo Antônio, ficando o restante das terras para o Colégio da Bahia ⁽⁴²⁾.

Foi em razão deste acordo que o Padre Manuel de Oliveira foi enviado ao Brasil para administrar o engenho ⁽⁴³⁾.

O padre Manuel de Oliveira (Ilha da Madeira 1622 — depois de 1700 ?) deve ter chegado depois de 1663 e em 1678 estava com 56 anos e entre seus escritos arrola Serafim Leite vários que dizem respeito às contas do Engenho de Sergipe do Conde, e seu nome aparece várias vezes no Tombo das terras pertencentes à Igreja de Santo Antônio da Companhia ⁽⁴⁴⁾.

Serafim Leite em carta (Roma, 17.IX.1951) a mim dirigida depois de comunicar-me a conclusão de seu livro *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760)* ⁽⁴⁵⁾ no qual divide os irmãos e não padres em 6 categorias via na “4.^a: ofícios de administração”, que o Padre que informara Antonil era Manuel de Oliveira e que este em 1700 já tinha 78 anos e era mais que provável que tivesse falecido antes da *Cultura*. “A minha impressão”, continua Serafim Leite, “é que Antonil recebeu dele não apenas informações verbais”. De Manuel de Oliveira existem vários documentos na Torre do Tombo citados na sua *História* ⁽⁴⁶⁾ e finalizava: “ao ocorrer-me esta conexão lembrei-me do meu amigo e da sua edição de Antonil ⁽⁴⁷⁾ e escrevo-lhe, porque estas coisas se não se comunicam logo quando ocorrem não se escrevem nunca”. Sobre ele realmente há referências nas *Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil*, e nele se escreve especificamente que Antonil colheu as informações do Padre Manuel de Oliveira ⁽⁴⁸⁾ e cita também João Dias (1656/1676-1732) que em 1692 residia no Engenho Sergipe do Conde com o procurador P. Manuel de Oliveira.

Composição de livros e anos de elaboração

Coube à historiadora Andrée Mansuy, cuja edição de 1966 é a melhor de quantas se fizeram, estudar com toda atenção cada uma das partes em que se divide o livro e determinar-lhes a data de composição.

A primeira parte dedicada ao açúcar é a maior de todas, com 105 páginas com três livros e doze capítulos, começa com a célebre frase

(42) *HCJB*, v. 243-254 e VII, 41-47.

(43) Andrée Mansuy, introdução à ed. bilingüe português-francês, 1965, p. 23, nota 1.

(44) *HCJB*, 1949, IX, 26-27, e o tomo in *DHBN*, (1943), LXII, 22.

(45) *Lsboa*, 1953.

(46) IX, 26-27.

(47) Nessa época eu fora encarregado pelo Fundo de Cultura Econômica de preparar uma edição da *Cultura*, mas o projeto não foi adiante.

(48) *Ob. cit.*, 42 e 76.

que por tantos anos caracterizou os verdadeiros donos do poder no Brasil: “O ser senhor de engenho é título, a que muitos aspirão, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos e que tanto se considera o Senhor de Engenho no Brasil quanto os Fidalgos no Reino”; a segunda parte com 20 páginas trata do tabaco e contém doze capítulos; a terceira sobre as Minas com 52 páginas em dezessete capítulos, e a quarta parte trata da criação do gado e dos couros; finaliza resumindo a exportação do Brasil e apelando ser justo que se o favorecesse pela sua tanta utilidade para Portugal.

Escreve Andréé Mansuy que este rápido inventário das diferentes partes da *Cultura e Opulência* mostra logo a desproporção entre a parte dedicada ao açúcar e às demais. Pergunta então por que essa desproporção, e chama a atenção de que Antonil não conhecia bem o Brasil, senão a região da Bahia onde residia; todo o recôncavo baiano era todo devotado ao açúcar, e a Companhia de Jesus possuía ali o engenho real mais famoso da região — o Sergipe do Conde, sendo assim fácil obter as informações que desejasse.

Não tendo ido às Minas, Antonil não dispunha de informações tão à mão, e esta é a razão por que ela ocupa apenas um quarto da obra. A redação baseia-se em informação oral dada por pessoas que foram às capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo, ou às próprias Minas, e faz supor que vários capítulos não são de sua redação. No capítulo VII ⁽⁴⁹⁾ ele escreve que “ainda que hoje os preços sejam mais moderados, contudo porei aqui um rol, feito sinceramente por quem assistiu nas Geraes três anos, dos preços das cousas, que por comum assento lá se vendia no anno de 1703”. Não vejo neste trecho senão a declaração sobre a colheita da informação, mas não creio que dele se possa inferir ser de outrem a redação do trecho.

Os roteiros, sim, parecem recebidos prontos de algum informante, e no capítulo XIV ⁽⁵⁰⁾, ele torna claro que transcreve e não elabora ao escrever: “Porei aqui a relação, que o mesmo autor (o que lhe enviou o rol) me mandou”. Os capítulos X, XI, XII e XIII são compostos de roteiros, obtidos de viajantes que conheciam os vários caminhos e por ele transcritos.

Quanto ao tabaco, à criação de gado, aos couros e aos rendimentos, acha Andréé Mansuy que foi escrita apressadamente e que em toda obra nesta é que se sente o menor interesse de Antonil. É lógico, pois ele vivia na Bahia, conhecia Pernambuco, ambas zonas açucareiras, e tinha a seu dispor o grande engenho da própria Companhia a que pertencia.

Quanto às datas, depois de me corrigir com toda razão num artigo que data dos meus começos nos estudos históricos ⁽⁵¹⁾, ela chega à conclusão, em seguida a reflexões muito apropriadas, que houve três etapas na elaboração do livro: 1) entre 1693 e 1698 a redação da parte açucareira;

(49) Ed. fac-símilar do Museu do Açúcar de 1969, p. 139-143, mas especialmente 140.

(50) P. 169.

(51) A. Mansuy, *ob. cit.*, 27 e nota 2.

2) entre 1704 e 1707 ele atualiza a obra dando os preços correntes; 3) entre 1707 e o fim do ano de 1709 ele redige a segunda, terceira e quarta partes.

Para ela ainda, Antonil modificou seus planos, pois sua intenção era escrever apenas sobre o açúcar, e com isso demonstrar a velha tese, de que as verdadeiras minas são o açúcar e o pau-brasil que vinha de D. Diogo Botelho (Governador Geral 1608-1612). A crise açucareira de 1687, a descoberta das minas em 1694 concorreram para que ele ampliasse seus objetivos iniciais. Em conclusão a parte açucareira é toda sua, a das Minas tem colaboração de outro ou outros, e as sobre o tabaco e o gado não permitiam maiores desdobramentos, especialmente por sua falta de conhecimento e informação.

A proibição e destruição da obra

Andrée Mansuy estudou bem a questão da destruição do livro por ordem régia. Desde Juan Lopez Arbizu ⁽⁵²⁾ que se sabia da interdição do livro. Os três grandes bibliógrafos Augustin e Aloys Backer e Carlos Sommervogel registraram a supressão e daí em diante todos que registraram, editaram ou comentaram a primeira edição do livro repetiram a destruição da primeira edição, por ordem real, da qual existem atualmente apenas sete exemplares, dos quais dois na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Desde 1958 sabia-se pelo catálogo dos documentos da Casa de Cadaval ⁽⁵³⁾ que existia uma “Carta de Diogo de Mendonça Corte Real para o duque de Cadaval, sobre as medidas a tomar para recolher um livro há pouco impresso e intitulado *Opulência e Cultura do Brasil*, Paço, 20 de Março de 1711”.

Nem o Padre Serafim Leite na sua obra monumental teve o cuidado de consultar a carta e assim, tal como os demais historiadores que o precederam, fez hipóteses, sem comprovação.

É verdade que melhor que os seus predecessores ele fez um quadro sintético da situação nacional e internacional, que justificava a apreensão do livro e sua supressão.

“A publicação da *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*” escreveu ele ⁽⁵⁴⁾ “teve pois esta má coincidência do ano trágico de 1711: perturbações sangrentas no sertão de Minas não de todo extintas; na costa de Pernambuco, os excessos que houve e desvios maiores que poderiam suceder (um dos bandos pôs-se à fala com Duguay-Trouin); o saque do Rio de Janeiro; as fronteiras externas do Brasil em perigo; no Sul, a Colônia do Sacramento ocupada, e no Norte os conflitos da Amazônia”.

Para ele não se tratava de deslealdade de Antonil, de quem não era lícito duvidar, mas da falta de previsão. Não poderia supor tantas difi-

⁽⁵²⁾ *Catalogus librorum a Patribus Societatis Jesu factorum in Provinciae Brasiliensis transactis annis*, cit. por A. e A. Backer.

⁽⁵³⁾ Virgínia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva, *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*, Coimbra 1958, 11, p. 73, n.º 113.

⁽⁵⁴⁾ *HCJB*, 1949, t. VII, 113.

culdades internas e externas da época da saída de seu livro. Na sua carta ao Padre Geral Tamburini, da Bahia, de 22 de outubro de 1711, tratou da questão dos estrangeiros e da estranheza de que ele governasse por tantos anos, contra os decretos do Rei, e lembrava que um decreto proibia irem os estrangeiros às Minas e que portanto ele não poderia ser dos que para ali se destinavam e que se entre os estrangeiros se incluíssem os italianos estava disposto a deixar o Brasil e a navegar para a Europa ⁽⁵⁵⁾.

Andrée Mansuy encontrou no Arquivo da Casa do Cadaval o documento a que já nos referimos, isto é, a carta do Secretário do Conselho Ultramarino Diogo de Mendonça Corte Real, de ordens de D. João V, dirigida ao Duque de Cadaval, na qual se dizia que S. M. resolveu se recolhesse o livro *Cultura e Opulência do Brasil* ao impressor e que os ministros do Desembargo do Paço entregassem o que havia recebido de propina ⁽⁵⁶⁾.

Descobriu mais Andrée Mansuy a cópia de uma consulta do Conselho Ultramarino de 17 de março de 1711, que ilumina definitivamente a questão. Trata-se de uma representação do Conselho a S. M. declarando que seria “muito conveniente a seu real serviço ordenar que este livro se recolha logo e não deixe correr, e que ainda que para isso se dessem as licenças necessárias como foram dadas sem a ponderação que pedia um negócio tão importante que respeita à conservação e utilidade do estado público”, se revogasse a ordem dada e se ordenasse daqui por diante “se não possa imprimir livro algum em que se tratem matérias pertencentes às conquistas sem que tenham, com as mais licenças, também as deste Tribunal” ⁽⁵⁷⁾.

A ordem de pô-lo à venda foi dada aos 6 de março e retirada aos 17 de março, e portanto, conclui ela, que o provável é que um dos membros do Conselho Ultramarino tivesse lido um exemplar e “mais sensível que todos os outros aos problemas da política exterior que se apresentavam de modo agudo a Portugal, tivesse chamado atenção do Conselho sobre a inconveniência que havia de entregar ao público uma obra que não poderia ser mais útil aos inimigos da Coroa portuguesa e em particular à França no próprio momento em que o Brasil estava ameaçado” ⁽⁵⁸⁾.

Desenvolvendo a idéia já exposta por Serafim Leite sobre a gravidade da situação política portuguesa, ela lembrou no plano interno a guerra dos emboabas em Minas, a revolta do Maneta na Bahia e a guerra dos Mascates em Recife; no plano exterior, desde 1705 os espanhóis ocupavam a Colônia do Sacramento, onde os portugueses se tinham estabelecido em 1678, um grave problema de fronteira entre a Guiana Francesa e a região portuguesa do Amazonas também surgira devido a provocações francesas e sobretudo os dois ataques franceses de Duclerc em 1710 e de Duguay-Trouin em 1711 ao Rio de Janeiro ⁽⁵⁹⁾.

(55) *HCJB*, 1949, VIII, p. 54 g g g.

(56) A. Mansuy. *ob. cit.* 37.

(57) A. Mansuy. *ob. cit.* 44-45.

(58) *Ob. cit.* 46.

(59) *Ob. cit.* 41-42.

As edições

Afora a 1.^a edição de 1711, destruída e reduzida a sete exemplares conhecidos — e é preciso não esquecer que por ordem real francesa se destruiu por motivos também políticos o livro de Yves d'Evreux, *Suite de l'histoire des choses les plus mémorables advenues en Maragnan les années 1613-1615* ⁽⁶⁰⁾, da qual só se salvaram três exemplares — houve a edição dos *Extratos sobre os Engenhos de Açúcar no Brasil* ⁽⁶¹⁾, a edição do Rio de Janeiro de 1837 feita por José Silvestre Rebelo, considerado muito infiel por ter-se baseado num texto manuscrito; a edição de Macau de 1898, bastante fiel sem os erros da de 1837; a edição do Arquivo Público Mineiro feita sob a direção de J. P. Xavier da Veiga, infelizmente baseada no texto de 1837; a edição de Taunay de São Paulo 1923, com todos os defeitos da edição de 1837; a edição da Livraria Progresso, Bahia 1955, também baseada na de 1837; a de 1962 pelo *Boletim Geográfico*, com anotações de Orlando Valverde, também baseada na de 1837; a edição parcial da Editora Obelisco de São Paulo em 1964 contendo apenas a parte relativa às Minas; a edição Andrée Mansuy de 1968, fundada sobre a edição *princeps* de 1711, com introdução e notas, a melhor edição crítica; a reprodução fac-similar de Recife 1969, seguida de um posfácio de José Antônio Gonçalves de Melo Neto, e de um esclarecimento do diretor do Museu do Açúcar, Luís Pereira da Rosa Oiticica, responsável pela reprodução fac-similar; a edição da Companhia Editora Nacional, com introdução de Alice Canabrava, que se diz baseada na de 1711 mas é pessimamente impressa, e se auto-enumerada como 2.^a edição, e finalmente a das Edições Melhoramentos, de 1976, reproduzido o velho texto introdutório de Taunay hoje ultrapassado, uma nota bibliográfica de Fernando Sales, e um vocabulário e índices de Leonardo Arroyo, também auto-enumerada 2.^a edição, e que se diz confrontada com a de 1711. O melhor estudo crítico-bibliográfico das várias edições é de Andrée Mansuy na primeira parte da sua introdução sem conhecer a de 1969 fac-similar por isso mesmo e pelo posfácio a melhor edição brasileira.

Significação da obra

Varnhagen disse pouco do livro, ele que foi responsável pela maioria das publicações de textos antigos dos séculos XVI e XVII. Sua *secura* se limita a dizer que “para conhecermos a situação comercial e industrial do Brasil neste período, vem em nosso auxílio a publicação em 1711, de um livro muito importante” ⁽⁶²⁾. É muito pouco para um livro tão grande.

Capistrano teve a visão da importância da obra, fez a identificação entre Antonil e Andreoni e queria fazer uma edição, como mostramos nas várias referências de sua correspondência. Para Capistrano a obra aparecia não como importante, mas como uma das mais importantes que se escreve-

(60) Paris 1615.

(61) Por Frei José Mariano da Conceição Veloso, Lisboa, 1800.

(62) *História Geral do Brasil*, III, 411, na p. 429 a nota de Garcia resume a informação biobibliográfica necessária.

ram sobre o Brasil colonial. Taunay fez o primeiro grande estudo sobre o livro e o autor, e nele se basearam os que escreveram antes e depois da edição Mansuy. Pena que o texto que apresentou sofresse tantos defeitos. Alice Canabrava fez uma longa introdução sobre a história econômica do Brasil na época do autor e além-autor, mas perdeu-se muito em divagações extralivro, e apesar de basear-se em Serafim Leite revela desconhecer vários aspectos importantes do livro. Declarou que Antonil não fez crítica ao sistema colonial querendo que ele fosse quem não era e afirmou tratar-se do maior autor colonial, o que nos parece um exagero, cometido também por Andrée Mansuy por falta de domínio de toda a historiografia colonial. Mas seu prefácio é uma contribuição que acrescenta muito ao de Taunay, cuja fonte principal é Capistrano, embora se veja diminuído diante da força inigualável de Andrée Mansuy. Esta é a autora mais importante do livro e sua edição cuidada, seus comentários novos, acrescentam muito ao que dissera Capistrano e assim como este fez a identificação entre Antonil e Andreoni uma descoberta importante — coube a Andrée Mansuy tecer com novos elementos arquivais a razão do recolhimento e destruição do livro. José Antônio Gonçalves de Melo Neto, sempre seguro e cauteloso, baseia-se em Mansuy e forneceu no pequeno estudo novos dados de origem pernambucana.

4. A Literatura econômica em geral

A Literatura econômica colonial debateu problemas de economia política e rústica, e da agricultura em geral. Seus autores estão impregnados de um sentido pragmático. Eles enfrentam as dificuldades gerais da economia brasileira e procuram fazer sugestões para a melhoria geral da produção agrícola para o desenvolvimento de certos produtos. É esta a posição de José Caetano Gomes, José Gregório de Moraes Navarro, de João Manso Pereira, de Manuel de Arruda Câmara, de José de Sá Betencourt, de Vicente Coelho de Seabra Silva Telles, de José Vilela de Barros, de João Rodrigues de Brito e de Manuel Ferreira da Câmara nos fins do século dezoito e começo do dezenove.

Nada se sabe sobre João Peixoto Viegas, pois nem Inocência, nem Blake registram-lhe o nome. Mas seu “Parecer e tratado sobre os excessivos impostos que cahirão sobre as lavouras do Brasil arruinando o commercio dele” (63) foi escrito a pedido do governador geral da Bahia, Antônio Luís de Sousa Tello de Menezes, 2.º Marquês das Minas (1684-1687) respondendo a S. M. que lhe indagara a causa da diminuição do comércio e as queixas sobre os preços e a mistura dos açúcares. Determinou S. M. que as caixas fossem marcadas de fogo com a marca do engenho, e as divisas F. para fino, R. redondo e B. baixo, para deste modo se evitarem as misturas. S. M. queria também informar-se sobre o remédio para que os açúcares se fizessem finos e tivessem melhor saída.

(63) *ABN*, 20, 213-223.

O “Parecer” é um estudo econômico sobre a diminuição e ruína em que se encontravam os frutos do Brasil e a concorrência que começavam a sofrer das “barbadas”, isto é, das ilhas da América Central. Fala da superprodução e das dificuldades de fazer os açúcares mais finos, dos preços, condena os prejuízos dos vassallos do Brasil em benefício dos de Portugal, as grandes imposições anuais que sobre eles pesavam devidas à paz da Holanda e ao casamento da Rainha. E escreve que essas dificuldades todo o Reino há de sentir, “pois é manifesto que o seu principal alimento e poder é o Brasil”.

O remédio, disse, consiste em tirar-se o estanco do tabaco e aliviar-se os impostos do açúcar. O parecer é corajoso, minucioso, e propõe os remédios, procurando defender os senhores de engenho. Vem acompanhado de outro dirigido a Salvador Corrêa de Sá e Benevides, sendo o primeiro ao Marquês de Minas datado da Bahia de 20 de dezembro de 1687, e est’outro também da Bahia, de 15 de julho de 1680.

José Caetano Gomes, cuja naturalidade, nascimento e morte Inocêncio Francisco da Silva desconhecia ⁽⁶⁴⁾, nasceu segundo Sacramento Blake pelos meados do século XVIII e faleceu no Rio de Janeiro em 1835 ⁽⁶⁵⁾. Sabiam ambos que ele fora tesoureiro-mor do tesouro público do Rio de Janeiro, deputado da junta do comércio, do conselho de S. M. e acrescenta isolado Blake que exercia o cargo de tesoureiro desde 1825, e fora ainda membro da diretoria geral dos diamantes e membro honorário do conselho da fazenda de S. M. E mais, era sócio honorário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e que vivera até 85 anos. Essas informações tiraram ambos os bibliógrafos das indicações que aparecem em algumas de suas obras ⁽⁶⁶⁾.

Suas obras de maior significação são a *Memória sobre a cultura, e productos da cana do açúcar* ⁽⁶⁷⁾ e o *Discurso sobre vários objetos de economia política ao Brasil* ⁽⁶⁸⁾, esta última limitada no tamanho diante da grandeza da matéria. Sobra então a *Memória*, considerada por Varnhagen um escrito original, quando em 1854-57 escreveu sua *História Geral do Brasil*, dizendo que então podia “considerar-se como o melhor Tratado profissional que possui a nossa língua, especialmente com respeito à nomenclatura técnica dos antigos engenhos e dos seus defeitos”. A obra foi editada pela diligência de Frei José Mariano da Conceição Veloso, diretor da Tipografia do Arco do Cego, e que tanto se esforçou por editar obras que pudessem dar uma maior formação profissional aos brasileiros.

Frei Veloso, que editara também os *Extratos* de Antonil, atribuiu ao livro de José Caetano Gomes importância superior ao de Antonil, decerto

(64) DBP, IV, 283 e X11, 265-266.

(65) DBB, IV, 356-358.

(66) Cópia da Carta que escreveu José Caetano Gomes, tesoureiro-mor do Erário do Rio de Janeiro... Rio, 1821, 16 pp. Vide n.º 6.676 do CEHB, e Cópia do Projeto sobre a cobrança dos direitos ao Brasil, e augmentação do redditos reaes, mandado para Lisboa no anno de 1800, por... então deputado perpétuo da Mesa da Inspeção do Rio de Janeiro e então secretário perpétuo da Mesa da Inspeção do Rio de Janeiro e hoje deputado da Real Junta do Comércio, e tesoureiro-mor do Real Erário... Rio de Janeiro, 1821. 6 pp. CEHB, 13.396.

(67) Lisboa, 1800.

(68) Rio de Janeiro, s/d, 6 pp.

levado a esse entusiasmo apressado pelo fato da obra significar um movimento de ensino e renovação. Mas é uma comparação incorreta, pois a obra de Antonil deixa a "Memória" de José Caetano Gomes muito longe, não só pelo valor documental histórico-econômico, como pela linguagem e o caráter humano-social de que se reveste. Talvez se possa dizer que Antonil foi o *ser* do engenho e da lavoura e Caetano Gomes representou o *dever ser*. Livro pragmático, como os processos que ensinava se tornaram obsoletos e como havia falta de outros valores, Caetano Gomes ficou esquecido.

José Gregório de Moraes Navarro, segundo Sacramento Blake⁽⁶⁹⁾, era natural de Minas Gerais e bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi o primeiro juiz de fora de Paracatu do Príncipe, a quem coube, em virtude do alvará de 20 de outubro de 1798, inaugurar essa vila. Seu livro *Discurso sobre o Melhoramento da economia rústica do Brasil pela introdução do arado, reforma das fomalhas e conservação de suas mattas*⁽⁷⁰⁾ foi também editado por Frei José Mariano da Conceição Veloso. Nele o autor propõe melhoramentos importantes a serem introduzidos na lavoura brasileira, enunciados no título do livro, a introdução do arado, as novas fomalhas com que se poderiam reparar todos os erros da nossa agricultura e vivificar uma grande porção de terras próximas às grandes plantações.

De João Manso Pereira⁽⁷¹⁾ também pouco se sabe. Foi professor, químico e escritor tentando trazer sua colaboração à idéia de reformar e procurando corrigir os métodos rotineiros. Era professor régio emérito de gramática latina, encarregado de exames de história natural e de estudos mineralógicos em São Paulo⁽⁷²⁾. Sacramento Blake acrescenta que era natural do Rio de Janeiro e que tinha 70 anos quando faleceu nesta cidade aos 20 de agosto de 1820. Conhecia humanidades, aprendidas no Seminário da Lapa e foi analisar o ferro de Ipanema em São Paulo⁽⁷³⁾. Criou reputação de sábio, transmitida por Joaquim Manuel de Macedo⁽⁷⁴⁾. Dele escreveu Joaquim Manuel de Macedo, registrando tradição oral que ele "foi águia, a que faltou espaço, foi gênio, a que faltaram recursos e condições favoráveis para revelar-se na altura de suas faculdades". Escreveu a *Mêmoria sobre a Reforma dos alambiques, ou de um proprio para a distilação das aguas-ardentes*⁽⁷⁵⁾, a *Memoria sobre o metodo economico de transportar para Portugal a agua-ardente do Brasil, com grande proveito dos fabricantes e comerciantes*⁽⁷⁶⁾, e traduziu do francês a *Memorias sobre*

(69) DBB, 4.º v., 449.

(70) Lisboa, 1799.

(71) RJ 1750-RJ 1820.

(72) Inocêncio Francisco da Silva, DBP, III, 404 e X, 300 e sobretudo a nota 72 de Rodolfo Garcia, pp. 366-367 do IV vol. da *História Geral do Brasil* de F. A. de Varnhagen.

(73) Cf. F. A. de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, v. 229, e nota 11 de R. Garcia.

(74) *Anno Biographico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1876, II, 199-200; sobre ele escreveu também uma biografia o dr. Moreira de Azevedo, no *Pequeno Panorama do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1861-64, II, 201.

(75) Lisboa, 1797.

(76) Lisboa, 1798, depois reimpressa n' *O Auxiliador da Indústria Nacional*, vol. XIII, n.º 11, p. 321.

uma nova construção de alambiques para se fazer toda a sorte de destilações com maior economia e proveito (77).

Ele foi acusado e preso na Devassa do Rio de Janeiro de 1794, como membro da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, mas logo solto como inocente (78).

Na primeira *Memória* queixa-se da ignorância e pouco caso com que os mestres de açúcar e aguardenteiros viam as reformas projetadas. Clamava contra o desperdício de lenha, dizendo que as fábricas se achavam completamente desprovidas dela e declarava, em tom grave, que se essa situação perdurasse, “brevemente mandarão vir da Europa lenha para seus fornos”. Na outra *Memória* propugnava para que se transportasse somente o álcool, que, misturado com água na Europa, daria a aguardente.

Manuel de Arruda Câmara (Pombal, Paraíba, 1752? — Recife, Pernambuco, 1811?) era religioso carmelita, professo em 1783, e egresso e secularizado por um breve pontifício. Estudou na Universidade de Coimbra e devido às perseguições que sofriam os estudantes simpáticos à Revolução Francesa, foi concluir o curso de medicina em Montpellier. Exerceu em Pernambuco a medicina, e foi encarregado pelo governo de várias comissões científicas. Sua vocação era a botânica, em que foi um dos maiores mestres brasileiros, de valor igual ao de José Mariano da Conceição Veloso. Saint-Hilaire deu seu nome a um gênero a *Arrudea* da família das gutíferas.

Escreveram-lhe a biografia o Padre Lino do Monte-Carmelo (79) e sobretudo Francisco Augusto Pereira da Costa (80).

Arruda Câmara foi sempre simpático às idéias revolucionárias, e o padre João Ribeiro Pessoa, um dos heróis de 1817, foi seu discípulo. Em carta a ele e outros companheiros de idéias, endereçada aos 2 de outubro de 1810, sentindo-se próximo da morte, diz-lhe: “Conduzam com toda a prudência a mocidade em seus suspiros para que nenhuma província a exceda. Tenham todo o cuidado no adiantamento dos rapazes Francisco Moniz Tavares, Manuel Paulino de Gouveia, José Martiniano de Alencar e Francisco de Brito Guerra; como assim (tentem) acabar com o atraso da gente de cor, isto deve cessar para que logo seja necessário se chamar aos lugares públicos, haver (sic) homens para isto, porque jamais pode progredir o Brasil sem eles intervirem coletivamente em seus negócios, não se importem com essa acanhada e absurda aristocracia cabunda, que há de sempre apresentar fúteis obstáculos.

“Com monarquia ou sem ela deve a gente de cor ter ingresso na prosperidade do Brasil...” E sugere a seguir que se abram estradas até cinquenta léguas, para proveito do comércio e da agricultura.

(77) Imprensa Régia, 1805. Escreveu ainda uma carta sobre a nitreira artificial, Lisboa, 1800. Vide CEHB, 11.958 e ABN, XXXVI, n.º 2.482, p. 243.

(78) F. A. de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, vol. 24.

(79) *Memória histórica e biographica do Clero Pernambucano*, Pernambuco, 1857.

(80) *Diccionario biographico de brasileiros celebres*, Recife 1882.

Botânico e naturalista, revolucionário maçom, contra a escravidão, e a favor da integração negra à sociedade brasileira, Arruda Câmara escreveu muitos trabalhos e deixou outros em manuscrito. É a *Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de o escolher e semear, em que se propõe alguns planos para o seu melhoramento* ⁽⁸¹⁾ que o inclui na historiografia econômica, e não deixam de ser úteis o *Discurso sobre a utilidade da instituição dos jardins nas principais províncias do Brasil* ⁽⁸²⁾, bem como a *Dissertação sobre as plantas do Brasil que podem dar linhos próprios para muitos usos da sociedade, e suprir a falta do cânhamo* ⁽⁸³⁾.

José de Sá Betencourt ⁽⁸⁴⁾, tal como Arruda Câmara, formou-se em ciências naturais pela Universidade de Coimbra, e do mesmo modo tornou-se simpático às idéias da Revolução Francesa; sendo acusado de inconfidência na Conjuração mineira, foi preso, ouvido e libertado. Nos *Autos da Devassa* ⁽⁸⁵⁾ ele diz ser natural de Caeté e ter de trinta e seis para trinta e sete anos em 1791, o que significava ter nascido em 1754-55; era solteiro, não tinha ordens e era formado em filosofia e vivia da sustentação de seus pais. Respondeu a três inquirições, sendo considerado sem culpa, mas assinando um termo obrigando-se a se apresentar ao general-governador da Bahia, e sempre que quisesse sair da capitania ficava obrigado a novamente se apresentar. Quando veio formado foi para a casa de seus pais na Bahia na Vila do Rio das Contas, no Sertão, em setembro de 1787 e seguiu para Caeté para a casa de sua tia em maio de 1788. Respondendo bem ou não, o certo é que conseguiu se libertar do processo, embora haja tradição oral de que sua tia conseguiu seu livramento com duas arrobas de ouro. A informação aparece na primeira e melhor biografia de Sá Betencourt, neste com mais o nome final de Accioli, Betencourt Accioli ⁽⁸⁶⁾, depois repetido na biografia de Joaquim Manuel de Macedo ⁽⁸⁷⁾, embora nos *Autos* não apareça o nome Accioli ⁽⁸⁸⁾.

A prisão e o processo da Inconfidência não lhe quebraram a fibra, pois suas respostas hábeis não revelam temor. Depois ainda viveu para ver e ajudar a conquista da Independência, quer apoiando a adesão de Minas Gerais a D. Pedro I, quer organizando um regimento, que não pôde pela idade comandar, mas foi chefiado por seu filho José de Sá Betencourt Câmara ⁽⁸⁹⁾.

Ele faz parte deste grupo de renovadores da economia agrícola com seu livro *Memória sobre a plantação dos algodões e sua exportação, sobre*

(81) Lisboa, 1799.

(82) Rio de Janeiro, 1810.

(83) Rio de Janeiro, 1810. De todas fez extratos H. Koster *Travels in Brazil*, 1816, 475-501; sua bibliografia está mais completa em Sacramento Blake VI, 31-33.

(84) Caeté, M. Gerais, 1754-55 — Caeté, 1828.

(85) 1.ª ed., Rio, 1936, vol. V, 186-204, auto de perguntas de 9 a 12 de setembro de 1791; antes aos 23 de setembro de 1790 o Visconde de Barbacena escrevia ao Conde de Rezende considerando-o o suspeito de ser o doutor de Sabará, várias vezes apontado nos Autos, 1.ª ed., vol. VI, 155-156.

(86) *RIHGB*, 2.ª ed., 1865, t. VI, 107-111.

(87) *Anno Biographico*. Rio de Janeiro, 1876, 1.º vol., 261-265.

(88) 1.ª ed. já citada e na 2.ª Brasília, 1977 vol. 8, 146 e 197 e vol. 9, pp. 145, 260, 315 e 401-404.

(89) Biografia cit. *RIHGB*, 109-110 e repetindo-a J. M. de Macedo, *ob. cit.*, 264-265.

a decadência da lavoura de mandioca, no termo da Vila de Camumu, comarca de Ilhéus ⁽⁹⁰⁾.

Há ainda uma “Memória Mineralógica” da Comarca de Sabará por ele oferecida a José Bonifácio, acompanhada de uma carta na qual suas convicções ideológicas e políticas estão claramente definidas: “Nem sempre”, escreve, “os acontecimentos filosóficos, neste país haviam de ser criminosos; nem sempre os amantes da razão e da verdade sufocariam em seu seio os sentimentos úteis e liberais. O tirano despotismo que, neste país, oprimiu, devastou e destruiu os primeiros alunos desta útil faculdade, embaraçou por muito tempo o seu exercício aos que escaparam das suas fúrias; fez o retardamento do seu progresso e sufocou no berço planos de melhoramentos bem premeditados”. E logo a seguir comenta: “Com que mágoa, Exmo. Senhor, me não recordo do infernal governo do déspota Barbacena, e com que satisfação não vejo agora a V. Ex.^a o primeiro filósofo do Novo Mundo, à testa da direção dos negócios públicos, para dar a este ramo da ciência toda atividade neste continente onde a natureza obrou com mão liberal, prodigalizando tudo quanto há de grande tanto no reino mineral como no vegetal. É agora Senhor, que sinto o tempo perdido”. E neste diapasão prossegue a carta condenando o absolutismo, as perseguições, as prisões, “uma vez que era um crime o apelido de naturalista” ⁽⁹¹⁾.

Vicente Coelho Silva Telles (Congonhas do Campo, MG, 1764?-1804?) cursou e se diplomou na Universidade de Coimbra, sendo em 1789 eleito correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, e depois sócio efetivo de ciências naturais em 1798. Foi neste tempo nomeado lente na mesma Universidade de zoologia, mineralogia, botânica e agricultura. Foi ele o primeiro que publicou em português um estudo sobre química, *Elementos de Chimica* ⁽⁹²⁾. A obra é dedicada à Sociedade Literária do Rio de Janeiro, que veio a sofrer perseguição em 1794, e nela, ele revela todo seu patriotismo.

“A quem poderia eu melhor dedicar este meu compêndio de Química, do que a uma corporação de patriotas iluminados que se destinam, unindo num só corpo as suas forças dispersas, servir ao seu rei, instruindo sua pátria. Patriota, como vós, ilustres sábios, ainda que arredado de meus lares, desejo, quanto cabe em minhas forças, concorrer para tão louvável empresa” ⁽⁹³⁾.

Escreveu outras dissertações, sendo a sobre o calor oferecida a José Bonifácio, o que mostra a reputação do Patriarca entre os seus contemporâneos ilustres ⁽⁹⁴⁾.

(90) Lisboa, 1798. Foi reimpresso no jornal *O Auxiliador*, IX, n.º 9. Segundo Inocêncio no mesmo jornal, n.ºs 3 e 4 do t. VIII se acha impresso o que diz respeito às incursões do autor em Montes-Altos.

(91) *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*, 2.ª ed., vol. 9, 401-404. Não aceito a conclusão lógica do comentador Tarquínio J. B. de Oliveira de que “os Andrada de temperamento autocrático devem tê-lo decepcionado depois da Independência”.

(92) Lisboa, 1.º vol. 1788; 2.º vol. 1790.

(93) “Biografia dos Brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc. Vicente Coelho de Seabra” por F. A. de Varnhagen, *RIHGB*, 1847, t. 9, 261-264.

(94) Inocêncio Francisco da Silva, *DBP*, t. 7, 1862, 422-423 e 19, 330, e Sacramento Blake *DBB*, 1904, t. 7, 356-357.

Na sua bibliografia destaca-se para a parte econômica a *Memória sobre a cultura do arroz em Portugal e suas conquistas* ⁽⁹⁵⁾, bem como a *Memória sobre a cultura das vinhas, e manufatura do vinho* ⁽⁹⁶⁾, e a *Memória sobre a cultura do rícino em Portugal* ⁽⁹⁷⁾ e ainda a *Nomenclatura química portuguesa, francesa e latina, a que se ajunta o systema de caracteres químicos adaptados a esta Nomenclatura por Hassemfratz e Adet* ⁽⁹⁸⁾, no qual, como escreveu Varnhagen, ele propunha como deviam passar à língua portuguesa as terminações dos vocábulos adotados pela ciência, principalmente em francês, para evitar as irregularidades que até este tempo se iam seguindo em Portugal ⁽⁹⁹⁾.

José Vilela de Barros, cuja biografia é desconhecida tanto por Inocêncio Francisco da Silva como por Sacramento Blake escreveu a *Memória ou exposição do método de plantar e colher no Brasil a mandioca, e fabricar a sua farinha, e dos mais produtos e usos desta raiz* ⁽¹⁰⁰⁾.

João Rodrigues de Brito ⁽¹⁰¹⁾ era formado em direito pela Universidade de Coimbra e seguiu a carreira da magistratura, sendo Desembargador da Relação da Bahia ⁽¹⁰²⁾, Desembargador da Casa da Suplicação e constituinte nas Cortes Portuguesas de 1821-22, onde pronunciou vários discursos. Sua grande obra, notável pela lucidez, verdade e franqueza da exposição, como escreveu Varnhagen ⁽¹⁰³⁾, as *Cartas Econômico-Políticas sobre a Agricultura e Comércio da Bahia* ⁽¹⁰⁴⁾, não é senão o parecer em resposta à solicitação da Câmara dos Vereadores sobre os problemas econômicos na Bahia. O Príncipe Regente D. João recebera várias representações relativas ao estado do comércio e lavoura da capitania da Bahia contra os exames e qualificações dos gêneros que fazia a Mesa da Inspeção d'Agricultura e Comércio. D. João dirigiu-se ao Governador, que deveria ouvir a Câmara e este decidiu consultar lavradores, comerciantes e pessoas versadas em economia política. É nesta última qualidade que Rodrigues de Brito aconselha à Câmara.

A Câmara havia se dirigido às mencionadas pessoas com cinco quesitos: 1.º se reconheciam alguma causa opressiva contra a lavoura, e conhecida a causa, qual o meio de evitá-la; 2.º se a lavoura tinha recebido progressivo aumento de que tanto dependia a prosperidade do Comércio, e qual o motivo favorável ou desfavorável; 3.º se o Comércio sofria algum vexame, qual ele seja, e se seria conveniente desoprimi-lo, sem risco de outro dano maior; 4.º se os exames e as cautelas que se praticavam sobre os gêneros são úteis ou nocivos ao progresso do Comércio; 5.º se o lavrador desobrigado destes exames, e o negociante na liberdade de con-

(95) Lisboa, 1800.

(96) No tomo II das *Memórias de Agricultura* premiadas pela Ac. Real das Ciências.

(97) T. III das *Memórias Econômicas* da Ac. Real das Ciências.

(98) Lisboa, 1801.

(99) Biografia por F. A. de Varnhagen na já cit. *RIHGB*, 263-264.

(100) Nas *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa* VII, 1821, 52 pp.

(101) Évora ? — ? 1828-1833.

(102) Sua nomeação e seus requerimentos para pagamento de seus vencimentos in *ABN*, 36, n.º 23.288-23.291 e 23.294-23.295, p. 451.

(103) *História Geral do Brasil*, V, 72, n.º 39.

(104) Lisboa, 1821, VIII — 109 pp., 2.ª ed., Bahia, 1924.

vencionar-se nos preços dos gêneros com o lavrador, promoveriam melhor seus recíprocos interesses. Os quesitos foram formulados aos 12 de maio de 1807 pelo 6.º Conde da Ponte, João de Saldanha da Gama Melo e Torres (1805-1809) e foi respondido por João Rodrigues de Brito aos 28 de maio do mesmo ano.

As questões levantadas e a resposta do desembargador são inspiradas no liberalismo econômico que dominava a cabeça das figuras principais de Portugal e da colônia brasileira. Adam Smith, o grande patriota inglês, conseguiu convencer até aos colonos, os de Portugal, e aos colonos dos colonos, os do Brasil; convenceu-os contra seus interesses e alienadamente a favor do imperialismo inglês, nos seus aspectos variados, formais e informais, como eram exemplos a Índia e o Brasil. Ele e o propagandista de suas doutrinas o economista francês Jean Baptiste Say e ainda J. Ch. L. Sismondi da escola clássica e ética, muito ligado às idéias clássicas de Smith e Say. A resposta é dominada pelo chavão de liberdade econômica, e o estribilho do Estado ausente dos negócios: como liberal-econômico Rodrigues de Brito é contra o despotismo, a favor da total liberdade da agricultura, da criação e do comércio, e combate a intervenção estatal. Combate os roubos, os ciganos, os salteadores e defende sejam os escravos bem alimentados para a defesa dos interesses de lavradores e comerciantes. Insurge-se contra os votos monásticos que fomentam a ociosidade e a despovoação; os monges obedecem mais ao voto de pobreza que ao da castidade. Contesta o voto de obediência, que é contrário aos princípios do Direito público e à ordem social, pois os cidadãos só devem obediência às leis e ao Estado e seu regalismo vai ao ponto de querer converter os mosteiros em casas de educação. Afirma que a vadiação tem excedido todos os limites, primeiro porque os moradores têm o gosto de possuir escravos por mero luxo, o que equivale a chamar de vadios aos senhores brancos, sustentados pelo trabalho escravo; segundo “a preocupação nacional, que exclue dos empregos todo aquele que por si, seus pais ou avós, tiver exercido artes mecânicas, isto é, que tiver contribuído com o seu trabalho para a multiplicação da riqueza. Um escrívão de mais insignificante Câmara não pode encartar-se na propriedade de seu ofício, sem provar verdadeira, ou falsamente, a perpétua inação de seus braços e dos seus pais, e avós”.

A multiplicidade dos dias santos, a mendicidade, o recrutamento forçado, a perpetuidade da escravidão, a reclusão do sexo feminino e o aldeamento dos índios em povoações separadas, são males sociais que aponta e critica.

Sobre a reclusão do sexo feminino, Rodrigues de Brito escreve a quem os costumes do país o têm reduzido aos “exercícios domésticos do interior da casa, os quais não bastando para ocupar um tão grande número de braços, fica, por conseguinte, aquela bela metade da nossa povoação destituída de meios de subsistência, e a carga dos varões, que por isso evitam os matrimônios”. Defende o direito do trabalho feminino nas lojas, nas artes que não exijam grandes forças, com o que se duplicaria a soma

das riquezas anualmente produzidas pelo trabalho humano, mas também a povoação.

Defende a livre comunicação entre os sexos, pensa que o hábito do trabalho ativo lhes daria uma constituição mais vigorosa; “pois vejo a maior parte das senhoras definhar em moléstias nervosas, procedidas da inação, e enjão em que vivem”. Pleiteia a criação de passeios públicos que atraíam os moradores a verem-se e falarem-se; condena as gelosias que escondiam o belo sexo ao masculino e acha que destruído esse “esconderijo mourisco poria as senhoras na precisão de vestir-se melhor para chegarem às janelas, a satisfazer a natural curiosidade de verem e serem vistas, e assim familiarizando-se com o sexo masculino, não olhariam como virtude o insocial recolhimento, que as faz evitar os homens, como a excomulgados”.

É assim Rodrigues de Brito o primeiro a defender a liberdade feminina, e a condenar a exclusão das mulheres da vida social.

Condena os embaraços à livre circulação e escreve que é tal a taxa de juro do dinheiro, que sendo muito inferior ao seu preço natural numa tão vasta colônia inculta, e recheada de escravos, impede venham para ela capitais estranhos dos países onde o seu uso tem menos valor.

Recorre a J. B. Say contra semelhantes taxas, “que não só impede a introdução dos capitais estrangeiros, mas faz que o lavrador nem esses poucos, que existem, possa conseguir, porque os capitalistas acham para eles emprego mais lucrativos que o juro da lei”. Só nos séculos de ignorância e superstição pensava-se que não era lícito ganhar a renda, chamada juro. É o juro à taxa muito baixa que faz com que tesoureiros, comissários, procuradores, feitores, tutores e administradores retenham anos e anos e até sustentem litígios renhidos “para conservarem nas unhas um capital, de que tiram ordinariamente 12 por cento de lucros, estando certos de que os juros somente lhes serão contados a 5, quando forem compelidos a restituir o que em si retêm contra a vontade de seus donos”.

Critica as leis protetoras das classes privilegiadas, condena a lei de falência, a longa duração dos pleitos, o sistema emolumentário, que faz com que os empregados da justiça tenham interesse em multiplicar, complicar e prolongar os processos.

Afirma que, em vez de taxar o preço dos salários aos trabalhadores, dos frutos aos lavradores e dos alugueres aos proprietários e dos juros aos capitalistas, seria melhor taxar o tempo dos pleitos.

Quer uma reforma de ensino, especialmente o jurídico, para que os pleitos sejam mais justos, substituindo-se o ensino do Direito Romano e Canônico por um sistema inspirado nas luzes do século.

Defende o ensino da economia política e foi a suas instâncias que se criou uma cadeira no Rio de Janeiro, por decreto de 23 de fevereiro de 1808, nomeando-se José da Silva Lisboa seu primeiro professor, tendo este encontrado as maiores dificuldades para o exercício da matéria.

Relembra a frase de José da Silva Lisboa “deixai fazer, deixai passar, deixai vender” escrita nos seus *Princípios de economia Política* ⁽¹⁰⁵⁾.

Afirma que a lavoura tem recebido progressivo aumento nas leis e providências a favor da liberdade de comércio.

Seguem-se outros pareceres de Manuel Ferreira da Câmara, de José Diogo Gomes Ferrão Castelo Branco, de Joaquim Inácio de Sequeira Bulcão.

Manuel Ferreira da Câmara Betencourt e Sá (Itacambira, M. Gerais, 1764 — Bahia 1835) formou-se na Universidade de Coimbra em 1788, juntamente com José Bonifácio de Andrada e Silva ⁽¹⁰⁶⁾. Sua vida foi toda ela dedicada às iniciativas econômicas. Acompanhou José Bonifácio na sua viagem de instrução científica pela Europa. Volta a Portugal, trabalha em fundições, e passa a ser, já em 1803, o principal conselheiro do governo português em questões relativas às Minas do Brasil e sua legislação.

Coube-lhe a primazia de ser quem primeiro produziu ferro guza em alto forno, construído na Real Fábrica de Ferro do Morro do Pilar, em Minas. Em 1800 era nomeado pela primeira vez Intendente Geral das Minas na Capitania das Minas Gerais; renovada em 1803, e em 1807 tomava posse do cargo de Intendente dos Diamantes do Serro Frio em Vila Rica e nele permaneceu até 1822. Sua vida política começa com a eleição para o Conselho de Procuradores Gerais das Províncias como representante de Minas em 1822. Eleito deputado para a Assembléia Constituinte e Legislativa, onde além de tê-la presidido, sua atuação foi sempre correta e reflexiva ⁽¹⁰⁷⁾. Foi em 1826 eleito senador pela Bahia e por Minas e optou por Minas, tendo pedido demissão em 1833.

Dois trabalhos escritos — e não a ação prática — o incluem na historiografia econômica. Primeiro o *Ensaio de descrição física e econômica da Comarca de Ilhéus* ⁽¹⁰⁸⁾ bem como o “Ofício de Manuel Ferreira da Câmara, datado de Lisboa a 13 de Agosto de 1798 e dirigido a... expendendo varias idéias sobre a economia mineral dos estados ultramarinos, particularmente do Brasil” ⁽¹⁰⁹⁾.

A *Descrição* é obra original na qual examina com todo o rigor a economia de Ilhéus, a desatenção pelo açúcar e tabaco, dando grande destaque à produção açucareira, que daria mais lucro que o cultivo do cacau. No final ele declara que “ninguém ignora que o maior ramo da indústria do Brasil, é a cultura e manipulação do açúcar, gênero de que tiraríamos maior ganância, senão concorreríamos com as diferentes Nações que têm colônias na América, e que importam para a Europa uma porção muito mais considerável das Antilhas”. Mas como a sua manipulação também faz diminuir muito o preço deste gênero, além da concorrência, não será, pois, fora de propósito ajuntar aqui algumas reflexões sobre a perfeição do

(105) Lisboa, 1804.

(106) Sua melhor biografia foi escrita por Marcos Carneiro de Mendonça, *O Intendente Manoel Ferreira da Câmara Betencourt e Sá 1764-1835*. Rio de Janeiro, 1933; 2.ª ed., São Paulo, 1958.

(107) Ver José Honório Rodrigues, *A Assembléia Constituinte de 1823*, Petrópolis, 1974.

(108) Lisboa, 1789.

(109) Autógrafo, Biblioteca Nacional, CEHB, n.º 11.929.

açúcar e seu manejo, que possam servir de regra para o aumento do mesmo nesta Comarca, onde já o dissera a cultura da cana era nenhuma, em relação ao que se fazia no Norte do Brasil ⁽¹¹⁰⁾.

Além desse trabalho, escreveu Manuel Ferreira da Câmara a Segunda Carta em resposta aos quesitos da Câmara, feitos por sugestão do Governador, a pedido do Príncipe Regente. É a segunda carta depois da de Rodrigues de Brito, datada do Engenho da Ponte, em maio de 1807 ⁽¹¹¹⁾. Nela ele manifesta a mesma simpatia de seus contemporâneos pelo liberalismo econômico: “Assim parece exorbitantemente provado que as leis, e Regimentos, quando restringem a liberdade dos proprietários, ainda fazendo uma das mais justas, e direi ainda necessárias exceções do direito de poder cada um fazer, o que lhe parecer, e melhor convier, são sempre iludidas e de nenhum efeito”.

Para ele a Mesa de Inspeção do Açúcar, órgão regulador e fiscalizador, era considerado como um dos que mais se opunham ao aumento da produção. Adam Smith é seu inspirador, como o era de Rodrigues de Brito. “Cada um”, escreve ele, “deve ser o senhor de fazer o que mais lhe convier, e o que mais lhe convier é o que mais convém ao Estado e ao Soberano, que têm partilha em todos os seus lucros, e interesses”. É uma frase lapidar do liberalismo econômico dominante em várias grandes cabeças brasileiras da Independência, mas não na de José Bonifácio de Andrada e Silva.

(110) Há referências ao Engenho da Ponte, de seu tio, o desembargador Manuel Ferreira da Câmara, *ABN*, vol. 36, 1916, n.º 19.433, bem como a descoberta da potassa quando dirigia o Engenho da Ponte. *ABN*, vol. 37, 1918, n.º 29.939-29.942.

(111) *Cartas Econômico-Políticas sobre a agricultura e comércio da Bahia*. 1.ª ed., Lisboa, 1821. 2.ª ed. Bahia, 1924, pp. 95-111.

CAPÍTULO III

A HISTORIOGRAFIA SOCIAL E DOS CAMINHOS

1. Ribeiro da Rocha e a liberdade negra. 2. João Pereira Caldas e o “Roteiro do Maranhão a Goiás”.

1. Ribeiro da Rocha

Diogo Barbosa Machado, o primeiro e maior bibliógrafo português, anotara que Manuel Ribeiro da Rocha nascera a 17 de fevereiro de 1687, entrara para a Companhia de Jesus, fizera o noviciado em Lisboa, passara ao Brasil, ensinara letras humanas nos colégios da Companhia nas Capitânicas do Espírito Santo, São Paulo e Bahia. Ditara filosofia e teologia durante dez anos, chegando a examinador sinodal do Arcebispado da Bahia, adquirindo geral veneração de grande letrado pelos pareceres doutos que escreveu quando consultado. Faleceu na Bahia, em 1745, quando contava 58 anos de idade e 40 de Companhia. Nem Inocêncio, nem Sacramento Blake, nem Serafim Leite conheceram sua vida e a comentaram.

Sua obra *Ethiope Resgatado, empenhado. Sustentado, corrigido, instruído e libertado. Discurso theologico-juridico, em que se propõe o modo de commerciar, haver e possuir validamente, quanto a um outro foro, os pretos captivos africanos, e as principais obrigações que correm a quem deles se servir* (1).

Varnhagen chamou-o “filantropo autor” que na sua obra “propõe a idéia de ser o tráfico declarado pirataria e de poderem os escravos resgatar sua liberdade ao cabo de cinco anos de cativo” (2).

Seu grande livro começa pondo em dúvida a legitimidade da propriedade escrava. “Muitas vezes tem chegado aos ouvidos dos comerciantes e dos mais habitantes do Brasil, que pessoas douradas, e temeratas reprovam a negociação, contra, e possessão dos pretos cativos africanos, em razão de não serem legitimamente cativados em guerras públicas, justas e verdadeiras, senão em uns furtivos e repentinos assaltos, que aqueles bárbaros praticam, e consentem a seus vassallos... “donde, como estes comerciantes têm exuberantes fundamentos para se persuadirem, a que aqueles cativos, na maior parte, foram mal, e injustamente reduzidos à servidão... “E eis aqui o que se passa no foro interno da consciência, com a negociação, e possessão dos pretos cativos africanos, praticada por via

(1) Lisboa, 1758, XXXVI — 367 pp.

(2) *História Geral do Brasil*, IV, 328.

de compra, e permutação, com aquisição de domínio, sem preceder averiguação, e certeza da legitimidade da escravidão de cada um. Os comerciantes andam em estado de condenação, exceto somente algum, a quem a sua total, e invencível ignorância o escuse.”

Depois condena os Senhores que logo à chegada dos escravos açoitam-nos rigorosamente para mostrar-lhes que os dominam e devem deles serem temidos e respeitadas. E enfaticamente declara: “Saibam pois estes Senhores ou possuidores de escravos, que esta Teologia rural, é o avesso da teologia cristã”.

Reprova os castigos, as crueldades dos açoites, e procura aconselhar a que minorem as punições, e se evitem os excessos. Daí a fuga dos escravos lesos e ofendidos, e quando não fogem, se os tratam bem serão companheiros e amigos, se os tratam mal são nossos domésticos inimigos.

Não devem os Senhores, no castigo, usarem de injúria, pragas, maldições, o que é repreensível e execrável “porque quem pragueja, e lança maldições com ira e mau desejo ao seu próximo, diretamente se opõe à caridade, que lhe deve, e por isso gravemente peca”.

Aconselha-os a que os casem com quem for por eles escolhido. Quanto aos vícios da bebedice, jogo e todos os mais, a experiência mostra no Brasil “que os escravos das lavouras de mandiocas, tabacos, e açúcares, e os dos engenhos, os cortadores de lenha, nunca são tão viciosos como são os outros dos serviços das casas, e companhia dos Senhores, que regularmente são, os que maiores moléstias, desgostos e enfados lhe causam”.

A reforma dos costumes dos escravos deve começar pela reforma dos Senhores. E se há escravos maus e infiéis, há “bons e fiéis, que zelaram e defenderam a fazenda, a hora, a própria vida de seus Senhores e ainda o bem comum da República”. Defende ao fim que se dê liberdade aos escravos fiéis e bons.

Não é assim um livro pela liberdade negra, mas um livro pela reforma dos costumes da escravidão, que defende o bom trato, que sugere se premie o bom, e que se dê a todos sepultura eclesiástica e não os mandem enterrar no campo e mato, como animais brutos.

2. João Pereira Caldas

João Pereira Caldas foi três vezes Governador, primeiro do Piauí (1759-1769), depois do Pará e Rio Negro (Amazonas) (1772-1780) e finalmente nomeado para o Mato Grosso, aos 30 de dezembro de 1779, no qual não se empossou por ter sido dada nova comissão e veio a falecer em Lisboa aos 7 de outubro de 1794. Seus dois governos foram de valiosos serviços às capitanias, e se não fora sua resolução e atividade de mandar reforços para se opor aos inimigos no Rio Branco, este estaria ameaçado. A comissão de que participou foi a da demarcação dos limites no norte decorrente do Tratado de 1777. Varnhagen declarou que ele, depois de

servir no Piauí, veio a prestar grandes serviços no governo do Maranhão, o que foi um equívoco, pois lá nunca serviu ⁽³⁾.

Quando das lutas com os espanhóis na fronteira norte, no Rio Branco propriamente dito, em 1775, coube a João Pereira Caldas, com resolução e atividade, mandar logo forças sem as quais a fronteira teria recuado ⁽⁴⁾.

O Tratado de 1777 determinou várias explorações geográficas que serviriam para a delimitação da fronteira. Foram nomeadas três divisões e da terceira, à qual competia demarcar da foz do Jauru à do Japurá, o primeiro comissário era o governador de Mato Grosso, João Pereira Caldas. Por isso, já nomeado, não tomou posse do governo.

Francisco Xavier Ribeiro Sampaio, ouvidor da capitania do Rio Negro e de quem já tratamos, na sua "Relação Geográfica e Histórica do Rio Branco da América Portuguesa", escreve que o conheceu bem ⁽⁵⁾ e que governava o Estado do Pará "João Pereira Caldas, cavaleiro distinto da província do Minho, dotado de um gênio ativo, laborioso e infatigável, que todo [se] aplicava ao desempenho sério e efficacíssimo de seu governo". Mais adiante já o chama de general ⁽⁶⁾, e diz que "depois destes movimentos militares, ele mandou não somente fortificar, mas povoar o Rio Branco" ⁽⁷⁾.

Aos 25 de novembro de 1788, Pereira Caldas foi dispensado, sendo Lobo d'Almada escolhido para assumir a chefia da comissão ⁽⁸⁾. Fora ele quem sugerira que se passasse a capital da capitania de São José do Rio Negro para junto da foz do mesmo Rio ⁽⁹⁾.

Escreveu Artur César Ferreira Reis que "Pereira Caldas, com a coragem e o sentido dos problemas amazônicos que o caracterizavam, pretendeu utilizar o vale do Rio Branco para pastagens de gado, cuja criação incentivava" ⁽¹⁰⁾.

Sua carreira militar e política foi sempre valiosa e reconhecida pelos superiores. Já em 1756 eram recomendados seus serviços à causa da Amazônia e que lhe fosse concedida a patente de Sargento-mor ⁽¹¹⁾.

Ela é sua carreira oficial, mas ao lado dela surge a possibilidade de que tenha sido ele o autor do "Roteiro do Maranhão para o Rio de Janeiro" ⁽¹²⁾, uma das mais importantes descrições dos caminhos do sertão desde o Maranhão a Goiás, pelo Piauí. Descreve as fazendas de gado, mostra a importância do vaqueiro, faz reflexões políticas e econômicas sobre o interior.

(3) *História Geral do Brasil*, ob. cit., t. IV, 181.

(4) *História Geral do Brasil*, ob. cit., t. IV, 256.

(5) *RIHGB*, 2.ª ed., 1872, t. XIII, 215.

(6) Ele fora mandado assentar praça de coronel da cavalaria por decreto de 30 de dezembro de 1779. Vide *História Geral do Brasil* de Varnhagen, ob. cit., t. V, 370.

(7) "Relação Geográfica e Histórica", ob. cit., 250.

(8) A. C. Ferreira Reis, *Lobo d'Almada. Um estadista colonial*. Manaus, 1940, 20.

(9) A. C. Ferreira Reis, ob. cit., 30.

(10) A. C. Ferreira Reis, ob. cit., 37.

(11) Marcos C. de Mendonça, *A Amazônia na Era Pombalina*, *IHGB*, Rio de Janeiro, 1757-1759, 3 ts., p. 1.262, doc. n.º 1.014.

(12) *O Patriota*, II — 6, 1813, 6-9, e III, 3, 3-27, 28 (1814), III, 4-74-107, e 6-37-64; *RIHGB*, 1900, LXII, parte 1, Rio de Janeiro, 60-161.

A cópia de que se serviu o Instituto para publicar o “Roteiro” é de 1800, mas é de acreditar que tenha sido escrito no fim do século XVIII.

Nas Advertências ele previne o leitor de que neste “Roteiro” ele não só se propôs a juntar aquelas notícias, que pudessem servir para dar uma idéia circunstanciada do caminho que ele dirige, “mas me propus também escrevê-las debaixo do mesmo título, que me foi insimado” (insinuado).

Não faz menção de todos os acidentes geográficos, mas anotou tudo que parecesse necessário “para fazer conhecer o diverso Rumo, que se deve seguir e a diversidade que há mais sensível no País, seja natural, ou civil”. Afora o tempo e a direção do caminho juntou, em notas, tudo o mais que pudesse ser interessante.

“Acrescentarei por último, ingenuamente, que não sendo do meu intuito passar da Natureza e estado atual do País, a falar dos seus interesses, eu não me achei metido a fazer de passagem no corpo algumas reflexões, mas vim a fazê-las em corpo separado sobre a matéria dos números 28 até 43, assim como vão escritas em quinze capítulos.

“Se alguém se persuadir que as fiz levado do desejo de ver florescer um Estado, onde tive a honra de servir S. M., faz justiça à minha causa e da razão que sobeja, para eu me atrever a expô-la ao desprezo, que merecem pela má ordem, longas digressões, e fastidioso estilo, com que são feitas.”

O “Roteiro” é seco, muitas vezes árido, mas muitas outras vezes rico de notas curiosas e humanas, apontando os rios navegáveis, a criação de gado, as aldeias de índios, retificando autores que o antecederam o que revela sua leitura; se há cachoeiras, ressaltos, giros, nascimentos de rios, divisões geográficas, riachos, sertões, há frases como esta: “A freguezia de Pastos Bons é uma parte muito nervosa do corpo do Maranhão”.

Apona descobridores e conquistadores de terras, como Domingos Afonso Sertão, descobridor do Piauí, revela as vilas e suas divisões pelo sertão adentro, trata das diversas nações de índios silvestres, fala do governo espiritual, descreve a capitania do Piauí, sujeita ao governo do Maranhão, mostra a repartição de terras, as sesmarias, trata das fazendas de criação, das grandes boiadas e seus destinos do Piauí para Bahia e Minas, descreve os sertões, as estradas, os açudes, as dificuldades de cultura no Piauí do açúcar e da mandioca.

Percebe e registra os aspectos espirituais, como o desprezo que os primeiros povoadores tiveram da agricultura da capitania do Piauí, e a necessidade para a subsistência de criá-la e aumentá-la. Recapitula as lagoas e jornadas, e faz suas reflexões, como a de que é necessário um novo estabelecimento que se comunique pelo interior do País, do Rio Parnaíba da Capitania do Maranhão ao Rio Tocantins no Pará. Descreve os índios e seus caracteres, os vaqueiros e os trabalhos da criação, que não exigem muita gente. Em cada fazenda há dez ou doze escravos, e na falta deles, mulatos, mestiços, pretos forros, raça de que abundam os sertões da Bahia, Pernambuco e Ceará.

“Esta gente perversa, ociosa e inútil pela aversão que tem ao trabalho da agricultura, é muito diferente empregada nas ditas fazendas de gados. Tem a este exercício uma tal inclinação, que procura com empenhos ser nela ocupada, constituindo toda sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de Vaqueiro. Vaqueiro, criador, ou homem de fazenda são títulos honoríficos entre eles, e sinônimos, com que se distinguem aqueles a cujo cargo está a administração e economia das fazendas.”

Estabelece comparação entre três léguas de terras, aptas para a criação do gado, que não carecem de mais de dez ou doze pessoas, e sendo próprias e destinadas às lavouras de cana-de-açúcar e tabaco, exigem para um estado de perfeição de oitocentos a mil escravos. Propõe um projeto de estabelecimento de novos arraiais, no Maranhão e Pará, e reconhece que os brancos têm feito tiranias aos índios.

Fala da criação e remessa de gado, da introdução de negros, do penoso trabalho destes, da alimentação dos moradores do sertão, das migrações internas, dos interesses da Metrópole, que defende repetidas vezes. “Ela (a metrópole) estabeleceu para esse fim (seus interesses) as colônias: tem direito de poder restringir, e regular este, ou aquele comércio, esta ou aquela ocupação e agricultura, que nelas se opuser aos mesmos interesses, e com muito maior razão a respeito das referidas colônias, para onde nos não temos só visto sair, tudo quanto nela vale. Portugal tem-se liberalmente despovoado em benefício das mesmas colônias, e nos vemos nelas povoadores de toda condição.”

Dá grande atenção às Minas Gerais, trata dos vícios a emendar e da agricultura de subsistência. Propõe um plano para o desenvolvimento do Pará e Maranhão, cuida dos problemas de várias capitanias, dos melhores portos, das relações entre as capitanias do interior e as da marinha, e da dependência de umas das outras, da comunicação e comércio entre elas, da influência de umas sobre as outras, das maiores e menores, tudo, porém, subordinado aos interesses da metrópole. Sustenta que o ouro e as Minas são a perdição de Portugal, e que a do Pará embora conquistada com o auxílio das outras capitanias vive em total separação delas comunicando-se só com a Metrópole, e quer que as capitanias estabeleçam uma recíproca dependência.

Por essa simples enumeração dos problemas de que trata o “Roteiro”, bem se vê sua enorme importância que bem o coloca entre os maiores estudos que se fizeram no período colonial.

Pereira Caldas passou o governo e a chefia da comissariaria em 1789. Como se vê, tratava-se de um governador experimentado e de uma personalidade forte, a quem Capistrano de Abreu viria a atribuir a autoria do “Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauí” (13).

Escrevendo ao Barão do Rio Branco, a quem chamava mestre e amigo, Capistrano de Abreu perguntava e comentava: “Nos seus estudos tem encontrado alguma cousa sobre João Pereira Caldas, governador do Piauí e

(13) *RIHGB*, 62, parte 1, 60-161.

Maranhão e depois comissário da demarcação do Norte? No terceiro volume do *Patriota* vem com o título de 'Roteiro do Maranhão a Goiás' um trabalho que é talvez o que de mais profundo e filosófico se escreveu nos tempos coloniais a respeito de certos aspectos da nossa sociedade. Suspeito que Caldas é o autor; mas para demonstrá-lo precisaria de ter alguns elementos para sua biografia, elementos de que não disponho" (14).

Capistrano de Abreu quando estava com um problema histórico costumava apresentá-lo a todos seus amigos, que com ele formavam uma verdadeira comunidade histórica. Ao Barão de Studart perguntava, respondendo à informação que deste recebera: "É muito longo um trabalho de João Pereira Caldas advogando a união do Ceará e Pará? Se não for, mande-me cópia. Creio que Caldas é o autor de importante livro anônimo; talvez este memorial ou cousa que o valha me ajude na identificação" (15).

Capistrano de Abreu escrevendo ao Barão de Studart em 1890 pergunta-lhe: "Nos seus estudos tem encontrado alguma cousa sobre João Pereira Caldas, governador do Piauí e Maranhão (Pará) e depois comissário da demarcação do Norte? No terceiro volume do *Patriota* vem com o título de 'Roteiro do Maranhão a Goiás' um trabalho que é talvez o que de mais profundo e filosófico se escreveu nos tempos coloniais a respeito de certos aspectos da nossa sociedade. Suspeito que Caldas é o autor, mas para demonstrá-lo precisaria de ter alguns elementos para sua biografia, elementos de que não disponho" (16).

Mais tarde Studart lhe informara de um trabalho de João Pereira Caldas advogando a união do Ceará ao Piauí; Capistrano pede-lhe que lhe mande uma cópia. "Creio que Caldas é o autor de importante livro anônimo; talvez esse memorial ou cousa que valha me ajude na identificação" (17).

Noutra carta em 1901 repete o pedido, sua impressão sobre a autoria e declara novamente que o livro era no seu "entender uma das coisas mais profundas que se escreveu sobre o Brasil colonial" (18). Volta a falar em 1906 repetindo tratar-se de um mistério bibliográfico (19) e do mesmo modo em 1907 (20).

Até hoje o mistério permanece insolúvel, e a obra é realmente um dos maiores livros que se escreveram sobre o Brasil colonial.

(14) *Correspondência de Capistrano de Abreu*, ed. org. por José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, vol. 1, 1954, carta de 15 de julho de 1890, pp. 131-132; 2.^a ed., *id.*, *id.*

(15) *Correspondência* cit., carta de 18 de agosto de 1901, vol. 1, 150; 2.^a ed., *id.*, *id.*

(16) *Correspondência de Capistrano de Abreu*, *ob. cit.*, 1.^a ed., 1954, 1 vol. 131-132; 2.^a ed. 1977, 1 vol. 131-132.

(17) *Correspondência* cit. 150.

(18) *Ob. cit.*, 158.

(19) *Ob. cit.*, 174.

(20) *Ob. cit.*, 178.

LIVRO DÉCIMO

A crônica geral colonial

CAPÍTULO I

A CRÔNICA GERAL

1. A crônica geral. 2. Pero de Magalhães Gândavo. 3. Gabriel Soares de Sousa. 4. Diogo Gomes Carneiro. 5. Manuel de Moraes. 6. Antônio Maria Bonucci. 7. Inácio Barbosa Machado. 8. Francisco José da Serra Xavier.

1. A crônica geral

A crônica e a história examinadas até agora são conjunturais, isto é, descrevem e narram as aparências dos acontecimentos e episódios especiais. Mesmo quando se procura recriar a história especial de um período ou de uma fase, raramente se buscam as origens estruturais daqueles acontecimentos. É certo que a crônica é mais narração do instante do acontecimento, que recriação e compreensão da estrutura fatural e espiritual, tarefa da História. Mas ambas andaram bastante confundidas até aqui, e a própria história foi mais “aparencial” que estrutural. Também é verdade que por serem especiais ou parciais, dedicadas a um ou mais aspectos, mutilaram a estrutura da unidade, que só se revela na história geral. Além disso algumas crônicas e histórias, como as dos jesuítas, porque elegem um só aspecto, o espiritual missionário, da realidade, quebram a continuidade dos sucessos históricos, que são sempre únicos e singulares, e rompem a unidade complexa da vida, porque esta é ferida na unilateralidade da visão. Noutras, como na crônica e história dos holandeses no Brasil, se o tomarmos como um período histórico, em que a vida histórica é apreendida na multilateralidade dos seus aspectos, a recriação é frustrada porque é quebrada por um repouso finito, inexistente na realidade histórica, que flui sem cessar. Se não considerarmos a história dos holandeses como um período, e sim como uma mera divisão cronológica, a mutilação é ainda mais grave porque a rutura se faz no momento em que não há finito, nem sequer teórico, no infinito da história.

Deste modo só a crônica e a história gerais representam realmente a recriação “momental” e fundamental da plenitude dos sucessos contínuos, aparenciais nas conjunturas e substanciais nas estruturas. Mas como a crônica geral é a apreensão narrativa no momento da produção, quando também surge a documentação, cabe-lhe a primazia na apreciação crítica. Já a história geral representa uma recriação posterior, que se nem sempre aguarda a crônica, espera utilizar-se dos documentos acessíveis. Muitas vezes ela também se mutila nas especializações gerais, isto é, quando a visão é especial porque concentrada numa só atividade humana, religiosa, econô-

mica, social, sem relacioná-la ao conjunto da atividade histórica, e geral porque não se restringe temporalmente, antes se destaca na totalidade do passado delimitado.

A historiografia econômica e social geral do Brasil seiscentista nutre-se de crônicas contemporâneas que não tiveram o objetivo de recriar o passado, mas de julgar o presente vivo e real. Com o tempo tornaram-se documentos históricos, e pela autoridade dos autores, amplitude da visão, e caráter narrativo, transformaram-se em histórias "epocais" com entrada numa historiografia.

Nessa fase surgem o primeiro cronista-mor oficial e o primeiro historiador geral do Brasil, Diogo Gomes Carneiro e Frei Vicente do Salvador. Se o primeiro gozou do título sem deixar obra, o segundo enche uma época da historiografia.

2. Pero de Magalhães Gândavo

Vida

A historiografia brasileira se inicia realmente com a obra de Pero de Magalhães Gândavo. As cartas e informações dos jesuítas, por melhores que sejam, constituem elementos primitivos da literatura histórica brasileira. A própria *História* de Gândavo não passa de uma crônica, inferior como informação e criação à *Narrativa Epistolar* de Fernão Cardim e ao *Tratado* de Gabriel Soares de Sousa, este o maior autor do século XVI, certamente, dos maiores de todo o período colonial.

Pouco se sabe de sua vida. Natural de Braga, descendia de flamengos. Barbosa Machado ⁽¹⁾ escreveu que ele foi humanista e latino e abriu escola pública entre o Douro e o Minho. De Barbosa Machado até os modernos historiadores, como Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, passando pelo erudito biobibliógrafo Inocêncio da Silva, nada se acrescentou ao pouco que fora divulgado pelo primeiro dos bibliógrafos portugueses. Foi Joaquim da Silveira quem propôs a pronúncia esdrúxula de Gândavo e não Gandavo, geralmente aceita, ainda que com fundamentos outros, como é o caso de Emmanuel Pereira Filho ⁽²⁾.

Luís de Matos trouxe novas achegas à minguada biografia de Gândavo, ao mostrar que ele foi provavelmente copista da Torre do Tombo, e em seguida provedor da fazenda da capitania de Salvador da Bahia. Diz ele que aparecem sete documentos que dizem respeito a Pero de Magalhães, mas hesita em identificá-los como uma única pessoa, embora isso seja possível no caso de Pero de Magalhães, morador em Lisboa, em 1577, criado de D. Álvaro de Castro, e Pero de Magalhães, moço da câmara de D. Sebastião, que em 1576 era copista da Torre do Tombo. O primeiro, que tivera acesso carnal com uma escrava da guarda e fora condenado a degre-

(1) Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*. Lisboa, 1752, III, 591.

(2) Joaquim da Silveira, "Gândavo e não Gandavo", *Brasília*, Coimbra, III, 1946, 525-528, e Emmanuel Pereira Filho, "As duas versões do Tratado de Pero Magalhães de Gândavo", *Revista do Livro*, Instituto Nacional do Livro, março-junho de 1961, n.º 21-22, 83-107.

do na África, pediu fosse comutada sua pena para fora de Lisboa, “porque ele era latino e se queria graduar em alguma ciência na Universidade de Lisboa”. No alvará de 1576, relativo ao moço da câmara de D. Sebastião, copista da Torre do Tombo, se lhe faz a mercê de nomeá-lo provedor da fazenda em Salvador na Bahia, por seis anos. Luís de Matos perguntava se estávamos em presença de dois homônimos ou de uma só personagem. Achava difícil decidir-se; preferia a primeira hipótese, mas admitia a segunda (3).

Realmente, a unidade da personagem pode ser reconhecida, porque Gândavo era um latino, e pela sua formação bem podia ser um copista da Torre do Tombo, um criado grave, um moço da câmara de D. Sebastião, e finalmente um provedor da fazenda, um prêmio a seus serviços à nobreza e a D. Sebastião. Era um latino bem reputado com as *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua portuguesa* (4).

Ao contrário do que afirmou Rodolfo Garcia, deve ser o mesmo Pero de Magalhães, nomeado por alvará de 29 de agosto de 1576 provedor da fazenda da capitania do Brasil, por tempo de seis anos (5).

Há uma tradição bibliográfica de que Gândavo teria vindo ao Brasil, assim como a de que fora insigne humanista. Na “Biblioteca Luzitana. Autores Portuguezes”, de João Franco Barreto, inédita, uma das fontes de que se serviu Diogo Barbosa Machado na sua *Bibliotheca Lusitana* (6), se escreveu que Gândavo fizera a *Historia da Província de Santa Cruz* como “testemunha de vista” (7). Barbosa Machado repetiu João Franco Barreto e Inocêncio Francisco da Silva a Barbosa (8).

Oliveira Lima, John B. Stetson Jr. e Capistrano de Abreu acharam, pela leitura do texto, mais que pelo documento acima citado, que não conheciam, que Gândavo esteve no Brasil (9).

Pedro Calmon discordou dessa opinião, repetindo a citação dos documentos já referidos da Torre do Tombo, e afirmou não haver vestígio de sua passagem pelo Brasil (10). Hélio Viana, baseado no apógrafo da Biblioteca da Ajuda, destacou a redação diferente da introdução de Gândavo, na qual dizia: “onde por alguns anos me achei e coligi esta breve informação na verdade, e a maior parte das coisas que aqui escrevo, vi e experimentei” (11).

(3) Luís de Matos, “Pero de Magalhães de Gândavo e o Tratado da Província do Brasil”, *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, outubro-dezembro de 1962, vol. III, n.º 4, 625-639.

(4) Lisboa, 1.ª ed., 1574; 2.ª, 1590; 3.ª, 1592.

(5) Existe cópia no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *Conselho Ultramarino*, Registros, vide Nota 1, p. 25 da *História do Brasil*, do Visconde de Porto Seguro, 3.ª ed., tomo 2.

(6) Lisboa, 1752, III, 591.

(7) Virgínia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva, *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*, Coimbra, 1958, II, 410.

(8) DBP, Lisboa, 1862, t. VI, 429-430.

(9) Oliveira Lima, “Relação dos manuscritos Portuguezes e Estrangeiros de interesse para o Brasil, existentes no Museu Britânico de Londres”, *RIHGB*, 1903, t. 65, parte 2, 39; J. B. Stetson Jr., *The Histories of Brazil... in Documents and Narratives concerning the Discovery and Conquest of Latin America*, New York, 1922, vol. II, 125; Capistrano de Abreu, Introdução à edição do *Tratado da Terra do Brasil e História da Província de Santa Cruz*, Rio de Janeiro, 1924, 17-18.

(10) *História do Brasil*, 1.º volume, *As Origens*, Brasiliense, São Paulo; 2.ª ed., 1951, 331, n.º 2; e *História do Brasil. Século XVI. As Origens*, vol. 1, Rio de Janeiro, 1963, 312, n.º 21.

(11) Hélio Viana, “A primeira versão do *Tratado da Terra do Brasil* de Pero de Magalhães Gândavo”, *RH*, São Paulo, julho-setembro de 1953, 89-95.

Esta mesma redação comprovando sua vinda ao Brasil se encontra no apógrafo do Museu Britânico, que Hélio Viana não conheceu ⁽¹²⁾. Mas é evidente que na oferta do livro ao Cardeal D. Henrique, segundo o texto da Biblioteca do Porto, o primeiro do *Tratado* a ser publicado, Gândavo escreveu “imaginei comigo que podia trazer destas partes com que desse testemunho de minha pura intenção” ⁽¹³⁾.

Além disso, na oferta a Dom Lionis Pereira, na edição da *História* ⁽¹⁴⁾, Gândavo confessou “escrever como testemunha de vista”.

No Brasil deve ter estado os seis anos de sua nomeação como provedor-mor. Escreveu Capistrano de Abreu que “atendendo às minuciosidades da descrição da Bahia e dos Ilhéus, pode-se afirmar seu conhecimento direto das duas capitânicas; é possível mesmo que estivesse em São Vicente, de cujas barras dá idéia tão precisa, e em outras capitânicas intermédias. Em Pernambuco, certamente não pisou” ⁽¹⁵⁾.

Deve ter escrito o livro quando de volta, no Reino, pois há várias referências no texto da História que confirmam esta hipótese, como, por exemplo, quando diz: “nenhum pobre anda pelas portas a mendigar como nestes Reinos” ⁽¹⁶⁾, ou quando escreve sobre aves que “os açores são como os de cá” ⁽¹⁷⁾.

Os Textos

Até recentemente se supôs que Gândavo teria escrito duas obras: o *Tratado da Terra do Brasil* e a *História da Província de Santa Cruz*. Esta última foi publicada em vida do autor (Lisboa, 1576) e a primeira apareceu inicialmente em 1826 na *Collecção de Noticias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas que vivem nos dominios portuguezes* ⁽¹⁸⁾. Para a sua edição aproveitou-se um manuscrito do século XVI, perdido hoje, ao que parece, segundo afirma Luís de Matos ⁽¹⁹⁾. Uma segunda edição que se fez no Brasil utilizou-se da cópia do século XIX da Biblioteca Municipal do Porto, que Afrânio Peixoto, autor da Advertência, julgava ser o manuscrito original ⁽²⁰⁾, e que A. de Magalhães Bastos mais tarde mostrou tratar-se de cópia ⁽²¹⁾.

Afora estes dois existem ainda o manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa (L), os da Academia das Ciências de Lisboa (C e C), o do Museu Britânico (B) e o da Biblioteca da Ajuda (A) ⁽²²⁾.

(12) *Tratado da Província do Brasil*, ed. de Emmanuel Pereira Filho, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1965.

(13) *Tratado da Terra do Brasil*, ed. do Anuário do Brasil, Rio de Janeiro, 1924, 23-24.

(14) Anuário do Brasil, Rio de Janeiro, 1924, 74.

(15) “Introdução” à edição do Anuário, 1924, 18.

(16) Fine p. 93.

(17) Fine p. 110.

(18) Lisboa, 1826, vol. IV.

(19) “Pero de Magalhães Gândavo e o *Tratado da Província do Brasil*”, *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, out.-dez. 1962, vol. III, n.º 4, 625-639.

(20) *Tratado da Terra do Brasil. II. História da Província de Santa Cruz*, Anuário do Brasil, Rio de Janeiro, 1924.

(21) *Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, Lisboa, 1938, 114-115.

(22) Luís de Matos, *ob. cit.*, 632, dá as cotas dos seis manuscritos.

O do Museu Britânico foi dado a conhecer por Frederico Francisco de la Figanière⁽²³⁾, assim como o da Ajuda foi noticiado por Carlos Alberto Ferreira⁽²⁴⁾.

A primeira e importante conclusão de Luís de Matos era esta: “o estudo dos manuscritos do *Tratado* prova que estamos em presença de duas redações diferentes e variações do texto”. A segunda era a de que o texto da Academia das Ciências de Lisboa parecia ter sido provavelmente o que servira à impressão da primeira edição, embora páginas antes tivesse afirmado julgar que o texto para esta edição desaparecera⁽²⁵⁾. A terceira, a de que os dois manuscritos melhores para uma edição crítica do *Tratado* seriam o da Biblioteca Nacional de Lisboa e o do Museu Britânico⁽²⁶⁾.

O melhor estudo dos vários textos foi realizado pelo filólogo brasileiro Emmanuel Pereira Filho⁽²⁷⁾, que chegou à conclusão convincente de que a *Historia* é a redação definitiva do *Tratado*, que aparece em tantas cópias alteradas pelos copistas. O texto da *Historia* existe na Biblioteca do Escorial.

Emmanuel Pereira Filho mostrara antes que Gândavo escrevera duas versões do *Tratado*, uma dedicada à Rainha D. Catarina, e outra dedicada ao Cardeal Infante D. Henrique. “Estas duas versões que deveriam ter sido redigidas entre 1567 e 1569, foram posteriormente (entre 1570 e 1572), refundidas e ampliadas num trabalho definitivo que recebeu o título de *Historia da Provincia de Santa Cruz*”⁽²⁸⁾. Apesar de sustentar tão clara e lucidamente esta opinião, Pereira Filho editou o manuscrito do *Tratado* existente no Museu Britânico. Assim, dos textos considerados melhores só falta editar o da Biblioteca de Lisboa, embora, na realidade, o que parece fora de dúvida é que o *Tratado*, como forma primitiva da *Historia*, não merece mais ser reeditado, e sim esta última.

A BIBLIOGRAFIA

1. *Historia da Provincia de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Lisboa, 1576. Obra raríssima, segundo o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, Rio de Janeiro, 1881, n.º 6.

2. “Tratado da Terra do Brasil, no qual se contém a informação das cousas que há nestas partes”, in *Collecção de Notícias para a Historia e Geographia das Nações Ultramarinas que vivem nos dominios portuguezes*, Academia Real das Ciências, Lisboa, 1826, vol. IV, 181.

3. A “Introdução” à edição da Academia das Ciências de Lisboa foi reproduzida na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 3.ª ed., 1840, t. 2, 1916, 437-438.

4. “Histoire de la Province de Sancta Cruz”, in Henri Ternaux-Compans, in *Voyages, relations et mémoires originaux pour servir à l’Histoire de la découverte de l’Amérique*, Paris, Arthur Bertrand, 1837.

(23) *Catálogo dos manuscritos portugueses existentes no Museu Britânico*, 1858, 164, e por Oliveira Lima, *Relação dos Manuscritos Portuguezes e estrangeiros de interesse para o Brasil existentes no Museu Britânico de Londres*, Rio de Janeiro, 1903.

(24) *Inventário dos manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do Sul*, Coimbra, 1946, 681.

(25) Luís de Matos, comparar páginas 632 e 638.

(26) *Ob. cit.*, 638-639.

(27) *Tratado da Provincia do Brasil*, Instituto Nacional do Livro, 1965, 9-49.

(28) “As duas versões do *Tratado* de Pero de Magalhães Gândavo”, *Revista do Livro*, 21-22, março-junho 1961, 83-107.

5. "Historia da Provincia de Santa Cruz...", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1858, t. XXI, 329-388.

6. Tradução inglesa da *História e do Tratado* in John B. Stetson Jr., *Documents and narratives concerning the discovery and conquest of Latin America*, Cortez Society, New York, 1922, 2 vols.

7. I. *Tratado da Terra do Brasil*. II. *Historia da Provincia de Santa Cruz*, Anuário do Brasil, Rio de Janeiro, 1924. Advertência de Afrânio Peixoto. Nota Bibliográfica de Rodolfo Garcia. Introdução de Capistrano de Abreu.

8. *Tratado da Provincia do Brasil*. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1965. Apresentação de A. G. Cunha. Introdução de Emmanuel Pereira Filho.

ESTUDOS SOBRE GÂDAVO

1. Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, Lisboa, 1752, vol. III, 591.

2. Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico Portuguez*, Lisboa, 1862, t. 6, 429-430 e vol. 17, 217-218.

3. Capistrano de Abreu, "Notas para a nossa História", *Gazeta Literária*, III, n.º 152, Rio de Janeiro, 1887, 361, reproduzidas in *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1901, VI, e depois in *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, Rio de Janeiro, 1930, 147-165, especialmente 159-165.

4. "Introdução" à edição do Anuário do Brasil de 1924, reproduzida in J. Capistrano de Abreu, *Ensaíos e Estudos*, Rio de Janeiro, 1932, 2.ª série, 299-304.

5. Joaquim da Silveira, "Gândavo e não Gandavo", *Brasília*, Coimbra, vol. III, 1946, 525-528.

6. Hélio Viana, "A primeira versão do *Tratado da Terra do Brasil* de Pero de Magalhães Gândavo", *Revista de Historia*, São Paulo, 1953, n.º 15, 89-95.

7. José Honório Rodrigues, *Historiografía del Brasil, Siglo XVI*, México, 1957, 35-39.

8. Emmanuel Pereira Filho, "As duas versões do *Tratado* de Pero de Magalhães de Gândavo", *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, março-junho de 1961, 21-22, 83-107.

9. Luís de Matos, "Pero de Magalhães de Gândavo e o *Tratado da Provincia do Brasil*", *Boletim Internacional de Bibliografía Luso-Brasileira*, Lisboa, outubro-dezembro de 1962, vol. III, n.º 4, 625-639.

OUTRA OBRA DE GÂDAVO

1. *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingoa portugueza, com um Dialogo que adiante se segue em defesam da mesma lingoa*. Lisboa, 1574, 2.ª ed., 1590; 3.ª, 1592.

Significação da sua Obra

Varnhagen, ao louvar, na *Historia Geral do Brasil*, a obra de Gabriel Soares, que tanto lhe deve, recorda que ela fora precedida, uns dez anos antes, "pela obra muito mais lacônica, mas que lhe serviu de estímulo, do gramático Pero de Magalhães Gândavo, autor que publicou o primeiro livro em português acerca do Brasil, e que ainda mais estimamos, por haver sido amigo de Camões, e por haver, por assim dizer, posto em contacto com o nosso país o grande poeta" (29). Como se vê, não é possível dizer menos nem é possível considerar Gândavo muito mais lacônico que Soares, que, sem ser difuso, foi enciclopédico.

(29) *Historia Geral do Brasil*, 3.ª ed., São Paulo, s.d., 8.

Na introdução que Capistrano de Abreu escreveu, na edição de 1924, deu os poucos dados biográficos que se sabiam, revelou não ter percebido que o *Tratado* não é senão uma forma rudimentar da *História*, calculou sua chegada ao Brasil antes de 1573, e pelo conhecimento do texto afirmou que Gândavo conhecia bem a Bahia e Ilhéus, devia ter estado em São Vicente e não devia ter pisado em Pernambuco. “Conquanto chame história ao trabalho publicado em vida, o nome assenta-lhe mal... A sua história é antes natural que civil; o mesmo se pode afirmar do *Tratado*” (30). Para Capistrano, seus livros são uma propaganda de imigração; ele revela instinto geográfico e tem inspiração utilitária. “É um espírito indagador, curioso, convicto de que sob a aparência das coisas se escondem mistérios, uma vez indicando-os apenas, outras vezes revelando-os.” Considera Gândavo teólogo, amante do mistério, e um bom observador das coisas sociais (31).

Rodolfo Garcia, na nota especial que redigiu para a terceira edição da *História Geral do Brasil* de Varnhagen (32), compendiou o que se sabia de Gândavo e afirmou que este não devia ser o provedor da fazenda nomeado em 1576, quando tudo fazia crer que se tratava da mesma pessoa (33).

Na *História*, conta Gândavo rapidamente o descobrimento, dá o nome dos primeiros donatários, fala das plantas, dos produtos, frutas, animais e bichos venenosos, das aves e dos peixes, dos naturais, isto é, dos índios, e termina apregoando os louvores e grandezas da terra. Com ele temos a primeira revelação histórica do Brasil nos seus setenta primeiros anos, quando estávamos no quarto governo geral e já possuíamos um bispado.

A *História* é um livro de circunstância, embora o primeiro a assumir caráter de composição histórica, superior em sua elaboração às cartas e relatórios dos Jesuítas. Ele mesmo se apercebeu de que a história de Santa Cruz estava sepultada em tanto silêncio, “pelo pouco caso que os portugueses fizeram sempre da mesma Província, que por faltarem na terra pessoas de engenho, e curiosas que por melhor estilo, e mais copiosamente que eu a escrevesse”.

Quer informar a todos aqueles que no Reino vivem em pobreza que não duvidem escolhê-la para seu amparo, “porque a mesma terra é tal, e tão favorável aos que a vão buscar que a todos agasalha e convida com remédio por pobres e desamparados que sejam”.

Havia coisas dignas de grande admiração e de perpétua meinória. “E se os antigos portugueses, e ainda os modernos não foram tão pouco afeiçoados à escritura como são, nem se perderam tantas antiguidades entre nós, de que agora carecemos, nem houvera tão profundo esquecimento de muitas coisas, em cujo estudo têm muitos homens doutos cansado, e revolvido grande cópia de livros sem as poderem descobrir nem recuperar da maneira que passaram.”

(30) Ed. Anuário do Brasil, 18.

(31) *Ob. cit.*, 21.

(32) São Paulo, s.d., 24-25.

(33) Vide Luís Matos, artigo citado, revista cit., 626-627.

Assim explica como e por que escreveu a *História*: “Como pois a escritura seja vida da memória, e a memória uma semelhança da imortalidade a que todos devemos aspirar, pela parte que dela nos cabe, quis moído destas razões, fazer esta breve história” . . . “num estilo fácil e chão, como meu fraco engenho me ajudou”.

Camões reconheceu-lhe a capacidade de escritor, ao escrever nos tercetos com que abre a *História*:

*Tem claro estilo, engenho curioso
Para poder de vós ser recebido,
Com mão benigna de ânimo amoroso.*

Quando Gândavo a escreveu já se começara a introduzir no Brasil escravos negros, já se expulsaram os traficantes e corsários franceses e ingleses; fortalezas e cidades como o Rio de Janeiro estavam criadas e fundadas; e uma solenidade religiosa e lingüística mantinha os laços de uma terra tão extensa. Já não existia um simples sistema de troca, pois havia começado a economia agrícola, com o cultivo da cana, a fundação de engenhos, o aumento da imigração portuguesa e a disseminação dos estabelecimentos europeus ⁽³⁴⁾.

Emmanuel Pereira Filho, além de ter estabelecido que o *Tratado* não era senão uma redação preliminar da *História*, de ter estudado melhor que ninguém o problema do texto, de ter editado o códice do Museu Britânico, fixou com melhor elemento de convicção o problema da data da redação. Para ele datam as duas redações do *Tratado* do ano de 1572, sendo que a primeira começou com os apontamentos tomados entre 1565 e 1570, época em que presumia a estada de Gândavo no Brasil, terminando a redação em 1572 ⁽³⁵⁾. Capistrano de Abreu afirmara que o *Tratado* era anterior a 1567 e não posterior a 1573 ⁽³⁶⁾.

O importante no livro de Gândavo não está na sua colheita sobre os homens e as coisas do Brasil, que, embora inferior à dos padres jesuítas, sobretudo Cardim, situa-se muito abaixo do de Gabriel Soares de Sousa; está, sobretudo, na predominância da observação e da prática, que o iguala aos grandes escritores de sua época.

Ele e seus companheiros que escreveram sobre o Brasil, África e Ásia fazem parte daquela revolução cultural que trouxe importantes subsídios à cultura portuguesa e europeia, pela revelação do homem novo, da flora e fauna desconhecidas, de uma realidade histórica original. A observação foi uma prática do conhecimento, estimulada pelo inédito dos homens e coisas que os descobrimentos, a conquista e a colonização permitiram aos portugueses. A noção da natureza e da humanidade ampliou-se pela possibilidade de comparar e distinguir. O espetáculo das semelhanças e diferenças da natureza e da humanidade é a contribuição maior destes primeiros cronistas, e Gândavo, embora não seja o primeiro, porque os jesuítas o

(34) José Honório Rodrigues, *Historiografia del Brasil, Siglo XVI*, México, 1957, 38.

(35) *Tratado da Provincia do Brasil*, ed. do Instituto Nacional do Livro, 1965, 38.

(36) Ed. do Anuário, 1924, 18.

precederam, tem a primazia da forma conjuntural-cronística, embora inferior a Gabriel Soares de Sousa. Ele via a unidade essencial da humanidade e estabelecia a diversidade profunda dos costumes e crenças.

3. Gabriel Soares de Sousa

O maior de todos os cronistas dessa época é, porém, Gabriel Soares de Sousa. Infelizmente não possuímos dados positivos sobre seu nascimento e primeiros anos. Observando a naturalidade com que ele se referia às estérias de tábua de Santarém e à pujança do rio Zezeré, quando se mete no Tejo, Varnhagen foi levado a crer que essas comparações lhe eram familiares e se referiam aos lugares em que se criara ou em que porventura nascera. Assim, achou mais natural que Gabriel Soares de Sousa tivesse nascido no Ribatejo em lugar de Lisboa, como afirma o Padre Barbosa Machado ⁽³⁷⁾.

Sabe-se agora seguramente que Gabriel Soares arribou ao Brasil em 1569 ⁽³⁸⁾. Segundo Frei Vicente do Salvador, veio em companhia de Francisco Barreto, de viagem para a Índia, e aqui ficou ⁽³⁹⁾. Casou-se, fez-se senhor de engenho de açúcar no Rio Jequiriçá e aqui residiu durante dezessete anos, ou seja, até 1586 ⁽⁴⁰⁾, dedicando-se à lavoura e ao açúcar, no litoral. Tornou-se homem rico e poderoso, como prova o seu testamento feito na Bahia, aos 10 de agosto de 1584, de onde se vê que instituiu legados, deu várias esmolas, determinou que se rezassem inúmeras missas em seu sufrágio e de seus pais, e deu bens em usufruto a pessoas de sua família. Aí declarou também que era possuidor de fazenda de raiz, com escravos, bois de carga, éguas, outros móveis, índios forros, engenhos de açúcar, terrenos na cidade de S. Salvador e nos arredores e muitas casas e foros de casas ⁽⁴¹⁾.

Gabriel Soares de Sousa teve um irmão, muito provavelmente, como afirma Varnhagen, o próprio João Coelho de Sousa, de que Gabriel Soares

(37) Francisco Adolfo de Varnhagen, "Gabriel Soares de Sousa", *RIHGB*, 1858, t. 21, p. 456, e Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, t. 2, p. 321.

(38) Conforme se lê claramente no documento publicado pelo Pe. Serafim Leite nos *ABN* (1942, v. 62, 348), "Capítulos que Gabriel Soares de Sousa deu em Madri ao sr. d. Cristovam de Moura contra os Padres da Companhia de Jesus que residem no Brasil. Com umas breves respostas dos mesmos Padres que deles foram avisados por um seu parente a quem os ele mostrou". A Separata é de 1943. Além disso, a armada de D. Francisco Barreto, em cuja companhia veio Gabriel Soares, segundo nos conta Frei Vicente Salvador, saiu de Lisboa em fins de abril de 1569 (Diogo do Couto, *Decada Nona*, cap. 20, p. 153, Lisboa, 1786), e teria que chegar no mesmo ano. Varnhagen, na sua dedicatória ao Instituto Histórico, que precede a primeira edição do *Tratado Descritivo*, afirma que Gabriel Soares de Sousa passou ao Brasil em 1570. Em 1858, ao escrever sua memória apresentada ao Instituto sobre Gabriel Soares (*RIHGB*, t. 21, p. 455 e seguintes) afirma que ele aqui chegou em 1565. Na 2.ª edição da sua *História Geral* aceita como a data mais certa da chegada o ano de 1567, baseando-se em que, na dedicatória com que ofereceu o *Tratado Descritivo* a d. Cristóvão de Moura, Gabriel Soares diz ter aqui residido 17 anos, e em que, segundo uma carta de Cristóvão de Moura, Gabriel Soares já estava na Europa em 1584. Varnhagen (*História Geral*, 3.ª ed., p. 9) não transcreve essa carta. É então, de duas uma: ou essa carta não exprime a verdade, ou Gabriel Soares errou ao declarar que residiu 17 anos no Brasil, pois não resta hoje dúvida de que ele aqui aportou em 1569.

(39) Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, São Paulo, Cia. Melhoramentos, s.d., p. 350.

(40) Vide as duas notas anteriores.

(41) Testamento publicado na edição do *Tratado Descritivo de São Paulo*, Cia. Editora Nacional, 1938, pp. XXIV-XXXIII. Sua primeira publicação ocorreu no *Brasil Histórico*, 2.ª série, de Melo Morais (Rio de Janeiro, 1866, t. 1, p. 248 e 251-52). Na edição de Pirajá da Silva (São Paulo, Livraria Martins, 1945), encontra-se o Testamento com a aprovação, abertura e termo (pp. 47-55). O próprio Gabriel Soares descreve os seus engenhos às pp. 167 e 169 do *Tratado* (ed. de São Paulo, 1938).

trata no capítulo 20 da parte primeira do seu *Tratado*, o qual, indo pelo sertão do Brasil durante três anos, colheu algumas amostras de ouro, prata e pedras preciosas, que lhe enviou antes de falecer no mesmo sertão (42). Entusiasmado com as descobertas de João Coelho, Gabriel Soares, tempos passados, dirigiu-se à Corte e requereu concessões e privilégios, para o mesmo fim (43). Houve porém tal dilatação no despacho de seus requerimentos, que somente nos meados de dezembro de 1590 foram os mesmos deferidos. As concessões obtidas em 18 de dezembro de 1590 consistiram: 1) em ser nomeado Capitão-mor e Governador da Conquista e Descobrimento do Rio S. Francisco, com autorização para escolher sucessor; 2) no direito de prover todos os ofícios de justiça e fazenda; 3) em vários hábitos, tenças e outras mercês aos seus parentes que o acompanhassem; 4) no favor de conceder o foro de cavalheiros fidalgos até cem pessoas que o acompanhassem; 5) na faculdade de fazer promessas de mais recompensas aos que se distinguissem; 6) na licença de tirar das prisões e levar com ele todos os condenados que escolhesse, com disposição para mineiros, oficiais mecânicos, etc.; 7) na licença para levar também quaisquer degredados condenados para outras paragens; 8) na licença para prosseguir, querendo, no descobrimento além do S. Francisco; 9) numa ordem de lhe darem, a fim de que o acompanhassem, duzentos índios das aldeias da Bahia. A essas concessões acresceram outras de 27 de janeiro de 1591, no sentido de se lhe dar embarcação e mantimentos para todos que deviam acompanhá-lo, e a mercê de 500 quintais de algodão em caroço (44).

Com todas essas concessões partiu Gabriel Soares de Sousa de Lisboa na urca flamenga chamada Grifo Dourado, a 7 de abril de 1591, com 360 homens e quatro religiosos carmelitas, um dos quais era Frei Jerônimo de Canavezes, que depois foi Provincial de sua Ordem (45). A expedição malogrou completamente, adoecendo muitos de seus componentes, e, entre eles, o próprio Gabriel Soares, que veio a falecer, em poucos dias, pela altura das cabeceiras do Rio Paraguaçu (46), perto de onde morrera seu irmão.

Seu intento nessa jornada era chegar ao Rio São Francisco e depois, por ele, até a Lagoa Dourada, a fim de descobrir as minas que imaginava aí existissem. Seus ossos foram enviados à Bahia e sepultados no Mosteiro de S. Bento, constando da lápide, conforme ele determinara em seu testamento: "Aqui jaz um pecador" (47).

(42) Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, São Paulo, Cia. Melhoramentos, s.d., p. 350.

(43) Vide "Propostas e pedidos de mercês a El-Rei feitos em Lisboa por Gonçalo Vaz Coutinho ao marquês vice-Rei, sobre o descobrimento de minas, invocando as condições outorgadas a Gabriel Soares de Sousa..." in Virgínia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva, *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval Respeitantes ao Brasil*. Coimbra, 1955, vol. 1.º, doc. 29, p. 15. Neste inventário aparece registrada uma cópia da obra de Gabriel Soares de Sousa, vol. II, 1958, doc. 482, pp. 409-410.

(44) Varnhagen, "Gabriel Soares de Sousa", *RIHGB*, 1858, t. 21, pp. 457-58.

(45) Varnhagen, "Gabriel Soares de Sousa", *RIHGB*, 1858, t. 21, pp. 457-458.

(46) Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, São Paulo, Cia. Melhoramentos, s.d., p. 350.

(47) Sobre o itinerário de Gabriel Soares de Sousa e as circunstâncias de sua morte, cf. nota de Rodolfo Garcia à *História Geral* de Varnhagen, 3.ª ed., t. 2, 79-97. Ver José Luís Baptista, "História das entradas. Determinação das áreas que exploraram", *RIHGB*, 1915, t. especial, parte II, 181-219, especialmente 197-202.

Seu principal livro, o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, é o resultado de suas observações durante sua primeira permanência de dezessete anos no Brasil. Coube a Varnhagen não só restaurar o texto e o título, como restituir a Gabriel Soares de Sousa a autoria do *Tratado* ⁽⁴⁸⁾, que durante muitos anos foi erroneamente atribuído por muitos autores, inclusive Ayres de Casal, Martius e Ferdinand Denis, a Francisco da Cunha ⁽⁴⁹⁾. A primeira edição de Varnhagen foi baseada no estudo castigado de vários códices que encontrou nas várias bibliotecas européias, ao todo 17, dos quais 10 em bibliotecas portuguesas.

Em Madri, enquanto esperava o despacho de seus requerimentos, Gabriel Soares de Sousa tirou a limpo, conforme diz, muitas das notas registradas no Brasil e ofereceu seu livro a d. Cristóvão de Moura, em 1.º de março de 1587. Não pretendeu, nas suas palavras, escrever história que deleitasse com estilo e boa linguagem, antes quis registrar tudo que pôde observar da cosmografia e descrição do Estado.

Evidentemente, como todos os cronistas da sua época, não faz história, mas escreve atualidade, procurando manifestar a grandeza e a fertilidade da Bahia de Todos os Santos e dos demais Estados do Brasil. Elogia a terra, dizendo que quase toda é muito fértil, sadia e fresca, lavada de bons ares e regada de frescas e frias águas. É muito mais fidedigno para a Bahia que para as mais capitânicas, sobre as quais escreveu baseado em documentos e em testemunhos de outros.

Como julgaram Varnhagen e Capistrano de Abreu, o livro era vasto como uma enciclopédia, interessante como um romance, fértil como um punhado de roteiros de corografia e história natural. É, sem dúvida, o mais importante trabalho sobre o Brasil do século XVI. Na primeira parte, Gabriel Soares faz o roteiro geral da costa brasileira; a segunda parte contém o memorial e declaração das grandezas do Brasil. É aí que se encontram a história da colonização da Bahia, a descrição topográfica de suas ilhas, do Recôncavo, de seus engenhos e agricultura, da fauna e da flora, assim como a notícia etnográfica do gentio tupinambá que povoava a terra. Trata, assim, muito especialmente, da Bahia, de suas riquezas, de sua agricultura e de seus engenhos.

No Proêmio, Gabriel Soares, depois de louvar a terra e os seus mantimentos e pleitear uma melhor solicitude de S. Majestade para com o Estado do Brasil, chama atenção dos perigos em que vivia este, sempre ameaçado pelos corsários, sem fortificações que pudessem resistir a qual-

(48) José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, 4.ª ed., 354, 391-392.

(49) Ainda em 1889, o Barão de Studart publicou na *Tribuna Commercial* alguns trechos de um volume intitulado "Descrição geográfica da América Portuguesa" por ele encontrado na Sala de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa. O Barão considerava, então, como não conhecido o autor, e dizia que essa obra se completava, nas informações, com a de Gabriel Soares. Quando publicou, na *RIC* (t. 20, 1906, pp. 220-228), as suas "Acheias à geografia do Ceará", repetiu o que escrevera na *Tribuna Commercial*, declarando, apenas, que se convencera, depois da leitura da edição de Varnhagen, que o manuscrito "Descrição geográfica da América Portuguesa" não era senão a "Notícia do Brasil", ou seja, o *Tratado Descritivo*. Aí se reproduz o trecho correspondente ao Ceará, segundo a edição da Academia das Ciências, ou seja, a edição que mereceu as críticas severas de Varnhagen e motivou as suas *Reflexões Críticas sobre o escripto do século XIV* (sic) impresso com o título de *Notícia do Brasil*. . Lisboa, Typ. da Academia, 1839.

quer afronta que se oferecesse, vivendo os moradores tão acoroçados que estavam sempre com as roupas entrouxadas para se recolherem para o mato. E então, numa visão dos acontecimentos futuros, que se darão realmente poucos anos depois, pede a S. Majestade que acuda com brevidade a essa afronta, “porque se os estrangeiros se apoderarem dessa terra custará muito lançá-los fora dela, pelo grande aparelho que têm para nela se fortificarem, com o que se inquietará toda Espanha, e custará a vida de muitos capitães e soldados, e muitos milhões de ouro em armadas e no aparelho delas...” (50)

O TEXTO E AS VÁRIAS EDIÇÕES

A obra permaneceu inédita durante séculos. Sua primeira publicação parcial foi feita por Frei José Mariano da Conceição Veloso, quando diretor da Tipografia Calcográfica do Arco do Cego, sob o título de *Descrição geográfica da América Portuguesa*, constando de 202 páginas e compreendendo 77 capítulos (51). A edição foi suspensa devido à discordância entre Rodrigo de Sousa Coutinho e Frei Mariano, conforme consta de uma nota encontrada no original que se conserva na Sala de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa, nota essa atribuída, pelo Barão de Studart, a Ribeiro dos Santos.

A primeira publicação integral foi feita em 1825, pela Academia Real das Ciências de Lisboa, sob o título de *Notícia do Brasil*, sem nome de autor, inçada de erros, mutilada e evitada de incorreções (52). A essa edição seguiu-se, em 1830, uma impressão incompleta no *Patriota Brasileiro*, jornal editado em Paris, incluindo os 29 primeiros capítulos com o título de *Roteiro Geral*, servindo-se de manuscrito existente na Biblioteca de Paris.

Eram tais os defeitos da edição feita pela Academia das Ciências em 1825, da obra de Gabriel Soares, que Varnhagen a propósito dela decidiu publicar suas *Reflexões Críticas* (53). Aí não só apontou os principais erros e adulterações de que o exemplar impresso estava inçada e os modos de corrigi-lo e melhor editá-lo, como demonstrou a autoria de Gabriel Soares de Sousa, determinou posições geográficas, identificou espécies naturais, corrigiu erros dos copistas e do próprio autor.

Em 1851, Varnhagen deu a lume a obra de Gabriel Soares com o título restituído de *Tratado descritivo do Brasil em 1587* e o subtítulo: “Edição castigada pelo estudo e exame de muitos códices manuscritos existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França e acrescentada de alguns comentários à obra”. A mesma impressão, feita no Rio de Janeiro, na Tip. Universal de Laemmert, serviu para o t. XIV da *RIHGB* (1851) e para a edição comercial, conforme deixa claro o exame dos exemplares em questão. Parece-nos a melhor edição, porque feita sob as vistas de Varnhagen.

A 2.ª edição do *Tratado* feita segundo o texto de Varnhagen, saída no ano seguinte de sua morte, foi impressa no Rio de Janeiro, Tip. de João Inácio da Silva,

(50) *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, São Paulo, 1938, p. 3.

(51) Pirajá da Silva, na sua edição da obra de Gabriel Soares (*Notícia do Brasil*, São Paulo, 1945), declara que Varnhagen não conheceu essa publicação incompleta. Não é exato. Varnhagen conheceu-a e registrou-a. Vide 4.ª ed., vol. II, p. 9 da *História Geral do Brasil*.

(52) *Notícia do Brazil, descrição verdadeira da costa daquelle Estado, que pertence à corôa do reino de Portugal, sítio da Bahia de Todos os Santos*. (Por Gabriel Soares de Sousa.) Lisboa, Typ. da Academia, 1825. Extr. da Col. de *Notícias para a historia e geographia das nações ultramarinas...* t. III, parte I.

(53) Varnhagen, *Reflexões criticas sobre o escripto do seculo XIV (sic) impresso com o titulo de Noticias do Brasil no tomo 3.º da Coll. de Noi. Ultr. acompanhadas de interessantes noticias bibliographicas e importantes investigações historicas*, Lisboa, Typ. da mesma Academia, 1839. É preciso notar que em 1839, no t. I da *RIHGB*, pp. 190-217 e 2.ª ed. do 1.º t., pp. 201-228, foi editado o “Extrato de um Mss. que se conserva na Bibliotheca de S.M. o Imperador e que tem por título *Descrição Geográfica da América Portuguesa*, o qual consta dos capítulos 51 a 70 do *Tratado* de Gabriel Soares de Sousa”.

em 1879, com o título em tudo igual à de 1851, apenas com o acréscimo de “2.ª edição mais correta e acrescentada, com um Aditamento”. Essa impressão é a mesma que serviu de 2.ª edição do t. XIV da *RIHGB*, saída em 1886. Realmente, do exame atento dos exemplares de uma e outra, verifica-se que a folha de rosto é perfeitamente igual, a paginação corre perfeitamente igual, a assinatura dos cadernos, marcados tomo XIV e correndo de 1 a 52 é perfeitamente idêntica e até as diferenças de papel, mais amarelado da p. 146 em diante, ocorrem em ambos os exemplares. A própria folha de rosto de *RIHGB* é da Tip. de João Inácio da Silva, 1879, e corresponde à folha primeira do primeiro caderno, que falta na edição comercial. Em 1879, porém, saiu apenas a edição comercial. Por qualquer motivo que não conhecemos, a *Revista* só deu publicidade a essa impressão como 2.ª edição do t. XIV, em 1886, adicionando-lhe uma capa, em que se lê Tip. Perseverança. Não há dúvida, porém, de que se trata de uma mesma impressão. O aditamento consiste de algumas notícias biográficas de Gabriel Soares⁽⁵⁴⁾, tiradas da 2.ª edição da *História Geral* “do editor Visconde de Porto Seguro”. As diferenças que ocorrem na edição de 1851 são puramente ortográficas e, ainda assim, poucas. Em conclusão, temos em 1851 o tomo XIV da *Revista* e uma edição comercial; em 1879 a reedição comercial e em 1886 a reedição da *Revista*.

Em 1939, a Companhia Editora Nacional deu uma terceira edição do *Tratado*, segundo o texto de Varnhagen, tomando como base a impressão de 1879⁽⁵⁵⁾. A obra foi ainda reeditada recentemente por Pirajá da Silva, sob o título de *Notícia do Brasil*⁽⁵⁶⁾, com introdução, comentários e notas do editor, que diz ter-se servido da edição de 1879, que considera a melhor. Entretanto, conforme já acentuamos, consideramos melhor a de 1851, porque feita sob as vistas de Varnhagen. Quando saiu a de 1879, Varnhagen havia falecido no ano anterior e o próprio Aditamento não foi escrito especialmente para essa edição, mas extraído da 2.ª edição de sua *História Geral*⁽⁵⁷⁾.

Nova edição no texto original espanhol da Biblioteca Real de Madri foi preparada por Cláudio Ganns, reproduzindo as notas de Varnhagen⁽⁵⁸⁾ e recentemente o pesquisador Eliseu de Araújo Lima descobriu em Espanha novo códice, que parece o melhor, segundo J. A. Soares de Sousa. O texto se encontra no Itamaraty.

Os Capítulos

Gabriel Soares de Sousa é também autor de outro escrito que só muito recentemente foi dado a lume pelo Pe. Serafim Leite, que o encontrou no Arquivo Geral da Companhia de Jesus, sob o título de “Capítulos que Gabriel Soares de Sousa deu em Madri ao sr. d. Christovam de Moura contra os padres da Companhia de Jesus que residem no Brasil. Com umas breves respostas dos mesmos padres que deles foram avisados por um seu parente a quem ele mostrou”⁽⁵⁹⁾. Esses “Capítulos” constituem, na opinião do Pe. Serafim Leite, o documento mais antijesuítico do Brasil do século XVI.

Na introdução que precede essa publicação, o editor lembra que, no *Tratado Descritivo*, Gabriel Soares de Sousa louvou a Companhia de Jesus,

(54) Publicado em artigo *RIHGB*, 1858, t. XXI, 455-468.

(55) *Tratado descritivo do Brasil*. Edição castigada, etc. 3.ª edição. São Paulo. Cia. Editora Nacional, 1938.

(56) São Paulo, Livraria Martins, s.d. Há novas reedições, como a 4.ª (1971) da Brasiliense.

(57) Sobre a melhor edição e a crítica de texto feitas por Varnhagen, cf. José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, 4.ª ed., 391-394.

(58) *Derrotero general de la costa del Brasil y Memorial de las Grandezas de Bahia*. Cultura Hispánica, Madri, 1958.

(59) *ABN*, 1942, v. 62, p. 347-381. Foi publicado também em *Ethnos*, Rev. Inst. Port. de Arq. Hist. e Etnogr., 11, Lisboa, 1941.

enquanto nos “Capítulos” escreveu o mais terrível ataque que ela sofreu no nosso primeiro século. Ambos são de 1587 e ambos foram oferecidos a D. Cristóvão de Moura. A única diferença é que a Resposta dos padres é de 1592. Daí tira o Pe. Serafim Leite uma conclusão depreciativa do caráter de Gabriel Soares, porque diz que enquanto louvava a Companhia escrevendo para o público, denunciava-a às ocultas, em dois trabalhos coevos ⁽⁶⁰⁾.

É explicável que haja um pouco de rigor da parte do Pe. Serafim Leite. Todavia é de certo modo compreensível a diferença que ele mesmo reconhece correr à conta dos índios, cuja defesa estava oficialmente a cargo da Companhia ⁽⁶¹⁾, enquanto Gabriel Soares precisava destes para suas descobertas auríferas.

Na oferta a d. Cristóvão de Moura, Gabriel Soares narra como nasceu o *Tratado Descritivo*: “Obrigado de minha curiosidade fiz, por espaço de 17 anos que residi no Estado do Brasil, muitas lembranças por escrito, do que me pareceu digno de notar, as quais tirei a limpo nesta Corte em este quaderno, enquanto a dilação de meus requerimentos me deu para isso lugar” ⁽⁶²⁾. Demonstra, assim, que a escreveu sem qualquer intento que não fosse o da observação exata do que se passava aqui, naquela época, e sem a preocupação de estar a serviço de uma causa, enquanto que os “Capítulos” devem ter sido pensados e escritos em Madri, quando Gabriel Soares requeria sua nomeação de Capitão-mor da conquista e descobrimento das minas do Rio S. Francisco, para o que tinha mister de gentios e sentia a oposição de parte da Companhia a seus interesses. É conveniente lembrar que uma das concessões que lhe foram feitas era exatamente uma ordem a de se lhe darem 200 índios das aldeias da Bahia, a fim de o acompanharem.

Diz Gabriel Soares, nesses “Capítulos”: Além desta razão estão os reis informados que se não pode sustentar este Estado do Brasil sem haver nele muitos escravos do gentio da terra para se grangear os engenhos, e fazendas dela, porque sem este favor despovoar-se-á, ao que os Padres não querem ter respeito, porque eles são os que tiram os proveitos deste gentio, porque os trazem a pescar ordinariamente e por marinheiros nos seus barcos e a caçar, e nos seus currais lhes guardam e cercam as vacas, éguas e porcos; trabalham-lhes nas suas obras em todos os ofícios, trabalham-se nas suas olarias, onde lhes fazem a telha, ladrinho e louça necessária, trabalham-se com os carros, e nas roças, e no inverno andam-lhes pelas praias buscando âmbar no que lhe dão muitos proveitos, no que não querem que se aproveite a outra gente” ⁽⁶³⁾.

Gabriel Soares escreveu os “Capítulos” não mais como um simples observador desinteressado, mas como quem está defendendo, na Corte, seus interesses de Capitão-mor dos descobrimentos das minas do Rio S. Fran-

(60) *ABN*, v. 62, p. 343. Há uma Separata, 1943, p. 7.

(61) *ABN*, v. 62, p. 343.

(62) *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1938, p. XIII.

(63) *ABN*, v. 62, p. 379, 44.ª informação.

cisco. Para isso havia solicitado a concessão de índios das aldeias da Bahia, aldeias essas que estavam subordinadas aos padres da Companhia de Jesus.

Assim, se no *Tratado Descritivo* não há intenção política, nos “Capítulos” há a declarada atitude de opor-se imediatamente à Companhia que haveria, por sua vez, de manifestar-se contrária à concessão de índios a Gabriel Soares de Sousa. O próprio fato de ele conservar o *Tratado Descritivo* tal como o fora, aos poucos, compondo, através das lembranças escritas que tirou a limpo na Corte, enquanto a dilação de seus requerimentos lhe dava tempo para isso, sem introduzir-lhe alterações em face de seus interesses do momento, considerando-se que essa obra tinha um caráter duradouro e permanente, que não tinham nem podiam ter os “Capítulos”, como indica a própria natureza dos dois escritos, parece-nos motivo suficiente para não se pôr de lado o caráter e a fidedignidade do *Tratado* de Gabriel Soares de Sousa.

As informações que escreveu atacando os padres da Companhia foram examinadas e respondidas, na época, num documento subscrito pelos seguintes jesuítas: Marçal Beliarte, que era o Provincial; Inácio Tolosa, que o tinha sido; Rodrigo de Freitas, Procurador da Província; Quirício Caxa, o autor da primeira biografia de Anchieta; Luís da Fonseca, reitor do Colégio, Fernão Cardim, e mais dois cujos nomes foram mais tarde recortados a tesoura e que deveriam ser, segundo o Padre Serafim Leite, Luís da Grã e José de Anchieta, que se achavam, então, na Bahia, vindos para a Congregação Provincial⁽⁶⁴⁾. As “Respostas” trazem a data de 13 de setembro de 1592.

Queremos chamar atenção para o fato de que tanto as informações de Gabriel Soares de Sousa como a Resposta dos Padres devem ser classificadas naquela categoria de documentos em face dos quais, segundo nos ensina a crítica interna⁽⁶⁵⁾, devemos ter a máxima reserva, de vez que ambos os lados são naturalmente parciais e procuram, antes de tudo, defender e provar seus pontos de vista.

Para Varnhagen, Gabriel Soares é o verdadeiro patriarca da história geográfica do Brasil, bem como o é sem contestação da civil e natural⁽⁶⁶⁾. O *Tratado* é uma obra sem igual no século XVI. Os “Capítulos” como as “Respostas” são testemunhos importantes para o conhecimento do século XVI, mas obras partidárias e filhas de circunstância. O *Tratado* é a enciclopédia do século XVI, o maior livro que se escreveu sobre o Brasil dos quinhentos.

4. Diogo Gomes Carneiro

Não existe nenhuma Crônica Geral da época, embora possuíssemos um cronista oficial, um dos mais curiosos aspectos da cultura portuguesa,

(64) *ABN*, v. 62, p. 345. Sobre cada um desses jesuítas vide sua bibliografia em Serafim Leite, *ob. cit.*, vols. VIII e IX.

(65) Cf. José Honório Rodrigues, *Teoria da História do Brasil*, 4.ª ed., 405-413.

(66) Cf. “As primeiras negociações diplomáticas respectivas ao Brasil”, *RIHGB*, t. 65, parte 1, p. 431.

cargo criado em 1658 para o Brasil. Como lembrou Vieira Fazenda, “dos tempos coloniais, salvo erro, nunca mais se cuidou desse assunto. Em uma ou outra vereação das antigas Câmaras encontrou-se a obrigação de um vereador escrever os acontecimentos do Município; mas parece que isto foi sempre letra morta, e se alguma coisa foi feita, o trabalho consistiu em notícias parciais e nunca em uma crônica geral do Brasil” (67). O malogro da missão de Gomes Carneiro teve, talvez, como consequência, não haver mais, durante todo o período colonial, determinação régia neste sentido. Os cronistas oficiais do século XVIII são ultramarinos.

Diogo Gomes Carneiro, natural do Rio de Janeiro, nascido a 9 de fevereiro de 1618, faleceu a 26 de fevereiro de 1676 (68). Foi secretário do Marquês de Aguiar e aos 8 de maio de 1658 era nomeado, por alvará régio, cronista da América (69). A provisão do Rei de 1.º de janeiro de 1661 (70), que confirmava o Alvará, dizia que tendo em vista o que os procuradores dos povos da Capitania do Estado do Brasil lhe haviam representado, mostrando-lhe, a exemplo do que se fazia na Índia e em outros Reinos, a conveniência de criar-lhes um cronista, que desde o princípio até o presente escrevesse a história do mesmo Estado, decidira informar-se com Francisco Brandão, cronista-mor do Reino e ficara convencido de que era necessário uma pessoa que escrevesse as verdadeiras notícias e os fatos dos vassallos brasileiros; pela boa informação que tinha de Diogo Gomes Carneiro resolvera nomeá-lo cronista do dito Estado.

Nessa mesma provisão ordenava o Rei, a fim de que Diogo Gomes Carneiro melhor cumprisse suas obrigações, que se lhe dessem todos os documentos da Torre do Tombo, das mais partes do Reino e ultramarinas, onde estivessem e por ele fossem pedidos, e que houvesse de ordenado duzentos mil réis que lhe seriam pagos pelos três contratadores da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Já em junho de 1658, Diogo Gomes Carneiro requeria o pagamento de seu ordenado (71), e ainda em novembro de 1672 continuavam as diligências e consultas do Conselho Ultramarino em relação a esse pagamento (72).

O Conselho havia encomendado ao conselheiro João Falcão de Sousa que empreendesse uma diligência a fim de verificar como estava a his-

(67) J. Vieira Fazenda, “Chronista Official, Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro”, *RIHGB*, t. 93, vol. 147, p. 81.

(68) Cf. Rodolfo Garcia. “O cronista do Brasil”, *Revista de philologia e de historia*, 1931, t. 1, fasc. 1, pp. 52-57; Alberto Silva, *O Cronista e a Crônica do Brasil*, Centro de Estudos Bahianos, n.º 7, Salvador, s/d.

(69) Cf. “Inventário dos documentos referentes ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa”, *ABN*, v. 39, 1921, doc. 778-779. “Resolução da Rainha Regente deferindo o requerimento dos procuradores do Estado do Brasil, em que pediam um cronista, para crédito das armas portuguesas daquele Reino. Nomeava o Dr. Diogo Gomes Carneiro com duzentos mil réis de ordenado em cada ano. s. l. 5 de abril de 1658”, Virgínia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva, *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*. Coimbra, 1956, documento 227, p. 169. O documento se encontra no Códice 962 de Decretos, Consultas e Resoluções.

(70) José Justiniano de Andrade e Silva, *Colleção chronologica de legislação portugueza*, Lisboa, 1857, t. 9, p. 253. Cf. também o artigo de Rodolfo Garcia, acima indicado, pp. 53-55, e o *Inventário dos manuscritos da Biblioteca da Ajuda referente à América do Sul*, feito por Carlos Alberto Ferreira, Coimbra, 1946, p. 314.

(71) *ABN*, vol. 39, doc. 777.

(72) *ABN*, vol. 39, doc. 1.180.

tória do Brasil de que fora encarregado Gomes Carneiro. João Falcão, cumprindo as determinações do Conselho, dirigiu-se à casa do cronista-mor da América e referiu que este lhe mostrara vários livros, cadernos e manuscritos que tinha comprado, juntado e feito para a composição da História. Para informar o processo, Gomes Carneiro ofereceu a Falcão uma descrição da forma e disposição que pretendia dar à obra. O Conselho Ultramarino, considerando o estado em que a mesma se encontrava, os estudos e despesas feitos por Gomes Carneiro, deu parecer no sentido de que o Rei ordenasse que as Câmaras da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Angola fizessem a consignação de cinqüenta mil réis cada ano, para o pagamento dos duzentos mil réis a que tinha direito o cronista do Brasil, o qual se devia obrigar a, dentro de três anos, dar por feito, para se imprimir, o primeiro tomo da História.

Achava ainda o Conselho que para animar o cronista do Brasil e compensá-lo dos anos passados se lhe dessem 1.000 cruzados, a fim de que se pagassem os livros que comprara, as pessoas que lhe copiaram outros ou escreveram os seus ditados. Lembrava também que um príncipe da Europa mandara oferecer a Gomes Carneiro gratificação por esse trabalho, se ele quisesse aplicá-lo por conta daquele país, que o mandaria imprimir em seus Reinos, o que, dizia o Conselho, não conviria à autoridade real e reputação da nação portuguesa; e justificava seu parecer dizendo que se as heróicas ações que os vassalos de S.A. haviam obrado no Brasil, à custa do seu trabalho, vidas, honras e fazendas, mereciam o nome de grandes em todo o mundo, como era fama pública, não havia razão por que S. A. deixasse de as estampar, quanto mais escrever, e que desse Reino e não de outro elas deveriam ser espalhadas e comunicadas por escrito às nações estranhas.

Levando em conta todas essas considerações do Conselho Ultramarino, decidiu-se, em 8 de fevereiro de 1673, que as Câmaras já referidas contribuissem com cinqüenta mil réis, que logo se dessem ao cronista-mor duzentos mil réis e que João Falcão de Sousa se encarregasse de trazer ao Conselho, de seis em seis meses, o que o cronista houvesse feito, para que fosse presente ao rei “o cuidado que se tem, no que se obra em matéria tão necessária” (73).

Como se vê, repetia-se com a nomeação de Diogo Gomes Carneiro como cronista-mor, com a ajuda oficial que se lhe procurava dar e com a importância que se atribuía à obra dessa natureza, o mesmo que se verificara em Portugal e na Índia. Quando, no início da expansão portuguesa, ultrapassaram os navegantes o Cabo do Bojador, considerado até então intransponível, o Reino criou o cargo de cronista-mor, que coube, em 1434, a Fernão Lopes (1380-1460) (74). Mais tarde, no grande período de fastígio da Índia e de suas drogas, criou o Governo o cargo de cronista-mor da Índia, que foi dado a João de Barros (1496-1570). Ele deveria traduzir na literatura os feitos e as grandezas do povo português. Do mes-

(73) *ABN*, vol. 39, doc. 1.180.

(74) Aubrey Bell, *A Literatura Portuguesa*, Coimbra, 1931, 95.

mo modo, agora que o Brasil era mais rico e dava mais proveito à Fazenda Real do que toda a Índia, segundo se lê nos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, e se havia lutado e conseguido expulsar o invasor holandês, ajudando, com essa ação, a restauração de Portugal, em 1640, julgava-se necessário também que um cronista-mor relatasse os feitos dos vassallos da América Portuguesa.

Que a *História do Brasil* de Gomes Carneiro deve ter sido, pelo menos em grande parte, escrita, depreende-se dos trechos dos documentos que acabamos de citar. Nesse caso, ou ela se perdeu ou anda extraviada nos arquivos portugueses. Não é preciso encarecer o serviço que prestaria à história do Brasil quem se aventurasse a descobri-la e a trouxesse ao conhecimento dos estudiosos brasileiros.

Gomes Carneiro escreveu alguns pequenos trabalhos e traduziu outros; sua *Oração Apodixica aos scismaticos da Patria* ⁽⁷⁵⁾ situa-o como um dos nossos primeiros moralistas políticos.

5. Manuel de Morais

Manuel de Morais não chegou a escrever uma história ou um capítulo da história do Brasil, como Diogo Gomes Carneiro, nem exerceu, como este, o cargo oficial de cronista-mor. Mas são tantas as referências documentais a uma “História do Brasil” que o jesuíta teria escrito, que não é possível esquecê-lo numa historiografia. Foi talvez J. de Laet o primeiro a informar que Manuel de Morais, conhecedor da América e do Brasil, emendara seus livros e estava preparando na Holanda uma “História” que levava consigo quando voltara ao Brasil ⁽⁷⁶⁾. Foi Capistrano de Abreu quem primeiro observou essa curiosa informação de Laet e a transmitiu a Taunay, que a divulgou ⁽⁷⁷⁾. Mas, antes dele, José Higino, nos arquivos holandeses, apurara que Manuel de Morais compusera seu “Dicionário Brasilense com História”. José Higino aventa a hipótese de que se trata de um Dicionário e uma História. “O Dicionário não é outro senão o ‘Dictionariolum Nominum et Verborum’ que acompanha a *História Natural e Médica* de Piso e Marcgrave. Quanto ao outro trabalho, deve ser a História do Brasil ou da América que nunca se imprimiu e cuja existência mesma era problemática. Ter-se-ia perdido esse manuscrito por ocasião da venda dos papéis da Companhia em 1821” ⁽⁷⁸⁾. Mais tarde, em 1912, Pedro Souto Maior apuraria que Morais pedira 1.500 florins de uma vez e 800 anuais de pensão pelo seu “Dicionário Brasilico” e “História do Bra-

(75) Lisboa, Officina de Lourenço de Anvers, 1641.

(76) J. de Laet, *Responsio ad Dissertationem Secundam Hugonis Grotii De Origine Gentium Americanarum*, Amsterdam, 1644, 3-5. Neste mesmo ano, em sua *Historie ofte laerlijck Verhuel vande Verrichtingen der Geoctroyeerde West-Indische Compagnie*. (Leyde, 1644, trad. port., *ABN*, vol. XLI-XLII, 89), Laet conta a adesão de Manuel de Morais na Paraíba, em 1635, e as informações que prestara. Daí, talvez, a declaração de Calado de que Morais prestara grandes serviços à conquista dos holandeses. Cf. seu depoimento no “Processo de Manuel de Morais”, *RIHGB*, 1907, parte 1, 102-104.

(77) Afonso d’E. Taunay, “Padre Manuel de Morais”, *AMP*, 1925, t. 2, 47.

(78) “Relatório sobre as pesquisas na Holanda”, *RIAGP*, 1886, n.º 30, 47-48.

sil” e para ajudar seu casamento, mas a Câmara de Amsterdam mandara dar-lhe 300 florins até decisão da Assembléia (79).

A publicação, em 1908, do “Processo de Manuel de Morais” (80), na Inquisição de Lisboa, veio trazer novos esclarecimentos, sem resolver o enigma bibliográfico e historiográfico. Manuel de Morais informa que achando-se na Holanda “fez um livro de fertilidades e particularidades do Estado do Brasil” (81). Mais adiante declara que ele não “fizera livro algum em que se contivessem cousas contra a santa fé católica, porquanto o livro e caderno que fez, foi de cousas curiosas naturaes do Brasil, que não contém cousa tocante a matérias de fé, e assim mais fez um caderno de frases castelhanas explicadas em latim, para um fidalgo de Alemanha aprender a língua espanhola” (82). Não era verdade que ajudara os holandeses no ataque ao Brasil, informando-lhes os portos. É falso dizer-se, declara ao Santo Ofício, que ele fizera um livro dos portos e entradas de província alguma. “Provará”, diz ele, “que no tempo do cativo dele réo estavam os holandeses atualmente no Recife, Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, e de todos esses portos tinham verdadeira notícia e a escusavam dele réo e dos mais portos que depois ocuparam, a saber Ceará, Maranhão, lhes não podia ele réo dar notícia por nunca estar nos ditos portos. Além do que provará que, antes dele réo ser cativo já os holandeses tinham um livro que anda impresso composto em latim e língua holandesa por Joannes de Laet, em que descreveu todos os portos, logares e rios do Brazil, e assim escusavam outra maior nem melhor notícia” (83).

Na verdade, o trecho publicado em Piso e Marcgrave (84) e em Laet (85) e as declarações do próprio Morais revelam que andava a escrever sua história, que seria estampada pelos Elzevieres, caso o autor a tivesse completado. Manuel de Morais, arrependido de suas traições à Igreja e a Portugal, voltou ao Brasil, levando com ele a história, para concluí-la. É possível que aqui a tivesse perdido nos combates e mudanças ou que em Portugal, nos processos da Inquisição, houvesse o trabalho desaparecido sem deixar rastros.

Manuel de Morais, nascido em São Paulo, cerca de 1596, entrou para a Companhia de Jesus e em 1630, falando bem o tupi, era superior de uma aldeia de índios em Pernambuco. Em 1635 passou-se para os holandeses e foi enviado para a Holanda, onde casou-se duas vezes, teve filhos, viveu em Leide, em cuja Universidade foi muito conhecido. Regressou ao Recife em 1643. Fora expulso da Companhia de Jesus, em 1639 denun-

(79) “Fastos Pernambucanos”, *RIHGB*, v. LXXV, 1912, parte I, 434.

(80) *RIHGB*, t. LXX, parte 1, 1-165.

(81) “Processo”, *ob. cit.*, 73, 78.

(82) “Processo”, *ob. cit.*, 93, 98.

(83) “Processo”, *ob. cit.*, 143-144.

(84) *Historia Naturalis Brasiliae*, Amsterdam, 1648, 276, 277; Georgii Marcgravii, “Tractatus” *In De Indiae Utriusque Re Naturali et Medica*, Leide, 1658, 21-24. Jorge Marcgrave, *História Natural do Brasil*, São Paulo, 1942, pp. 276-277, trad. do trecho da edição de 1648. Na edição de 1658, traduzida também para o português, *História Natural e Médica da Índia Ocidental* (Instituto Nacional do Livro, 1957), o trecho de Manuel de Morais é omitido, e apenas aparece citado como testemunha sobre a jabuticaba (279).

(85) J. de Laet, *Notae ad Dissertationem Hugonis Grotii De Origine Gentium Americanarum*, Amsterdam, 1643. Da p. 216 à 226, Laet extrata o livro décimo da História dos Brasileiros, não editada.

ciado ao Santo Ofício, processado à revelia e queimado em efígie no auto-de-fé de 1642. Aderiu à sublevação contra os holandeses e foi preso por Martim Soares Moreno, enviado à Bahia e daí para Lisboa, onde respondeu a novo processo. Conseguiu abjurar seus erros em 1647 e foi-lhe permitido ausentar-se do Reino em 1648. Além da mencionada História, perdida ou extraviada, escreveu uma “Resposta que deu o licenciado Manuel de Moraes a dizerem os holandeses que a paz era a todos útil, mas a Portugal necessária” (1650 ?) ⁽⁸⁶⁾. Sua biografia está relatada no Processo ⁽⁸⁷⁾ e escrita por Oliveira Lima e Afonso Taunay ⁽⁸⁸⁾.

6. Antônio Maria Bonucci

Antônio Maria Bonucci (Arezzo, Itália, 1651 — Roma, 1729) estudou direito canônico e civil durante três anos e filosofia dois anos. Entrou para a Companhia em abril de 1670, e de Lisboa embarcou para o Brasil. Na Bahia, onde chegou, passou ao colégio de Olinda e depois ao de Recife trabalhando nas Congregações Marianas e nos exercícios da Boa Morte, durante quase um decênio. Ensinou humanidades e foi pregador em Olinda, fazendo votos solenes no Recife aos 2 de fevereiro de 1686. Em 1696 passou à Bahia, a ajudar o padre Antônio Vieira na *Clavis Prophetarum*, que o louva e depois na colheita e ordenação das cartas do padre Vieira. Com a ordem de não se concentrarem padres italianos na Bahia, a que já nos referimos ao tratar de Antonil, Bonucci foi para uma aldeia no sertão da Bahia. Em 1703 estava em Roma pregando e preparando seus numerosos livros ⁽⁸⁹⁾.

Das dezenove obras relacionadas na sua qualidade de jesuíta no Brasil, ou foram escritas no Brasil, ou em português, ou traduzidas de livros de jesuítas aqui existentes, ou são vidas de santos e heróis portugueses. Mas como viveu ainda 26 anos na Itália (1703-1729) escreveu e fez imprimir outros livros descritos por Carlos Sommervogel ⁽⁹⁰⁾ e Ernest M. Rivière ⁽⁹¹⁾ e sumariados por Serafim Leite ⁽⁹²⁾. Escreveu ainda várias cartas do Recife e da Bahia, indicadas também por Serafim Leite ⁽⁹³⁾.

A obra que o inclui nesta historiografia é o *Epítome Cronológico, Genealógico e Histórico*, dividido em quatro livros ⁽⁹⁴⁾.

É um breve compêndio de História Universal, com preponderância da história eclesiástica, assim o define Serafim Leite. Desde o século XVI incluía-se nos cursos de humanidades dos jesuítas o ensino da história, e nos de teologia a história da Igreja. Só no século XVII introduziu-se o

(86) AMP, I, 119-133, registrada por J. H. Rodrigues sob o n.º 654 da *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, Rio, 1949.

(87) Trecho sobre genealogia do padre, 60-64.

(88) Respectivamente in *RIHGSP*, 1907, vol. XII, 331-346, e AMP, 1925, II, 7-49.

(89) Serafim Leite, *HCJB*, 1949, VIII, 110, e sua bibliografia 110-118.

(90) *Bibliothèque de la Compagnie de Jésus*, Bruxelas, 9 vols., 1890-1909.

(91) *Corrections et additions à la Bibliothèque de la Compagnie de Jésus. Supplément au "de Backer — Sommervogel"*, Toulouse, 1919-1930.

(92) *Ob. cit.*, 114-115.

(93) *Ob. cit.*, 115-118.

(94) Lisboa, 1706, XVI — 555 p.

curso de história pátria e logo o de história geral. O ensino da história do Brasil só veio a ser ensinado oficialmente no século XIX. É assim muito provável que os jesuítas brasileiros ou que vinham para o Brasil estudassem no *Epítome* de Bonucci, que é como escreveu Serafim Leite um misto de história sacra e profana, e cujo nome é adequado e nem vale mais que isso, o que é pouco ⁽⁹⁵⁾.

Ao dirigir-se ao leitor declara que seu epítome é breve “a brevidade que agrada ao gênio dos modernos”. O motivo que o estimulou a coordenar este *Epítome* e a razão que o levou a que passasse das trevas do seu cubículo, onde passou 10 anos, à luz das estampas, foi para seu uso próprio: desejava com algum estudo que fizera sobre as histórias sagradas e profanas evitar os erros que muitas vezes se dão, quer pervertendo a cronologia dos tempos, quer confundindo a genealogia dos Reis e grandes senhores, quer, enfim, perturbando a ordem dos sucessos, como muitas vezes se ouve dos púlpitos. E a razão que o levou a estampar é porque nele se declaram os motivos da credibilidade da verdadeira religião cristã e mostra aos incrédulos a vinda do Messias e serve de consolação aos católicos.

A obra é dividida em quatro livros, sendo o primeiro sobre a criação do mundo até a morte de S. João Evangelista; o segundo da vinda de Jesus Cristo aos sucessos da Igreja Católica; o terceiro dos patriarcas de Constantinopla às perseguições contra a Igreja; o quarto dos Imperadores do Oriente e Ocidente desde a morte de Jesus Cristo aos Reis de vários países. O livro além de fraco, mesmo para a época, é dominado por preconceitos e discriminações sobretudo contra as mais igrejas protestantes, especialmente contra Lutero e Calvino. Pode-se imaginar os males que este livro, o único em português usado no Brasil, causou na formação dos jesuítas e por meio destes à mocidade brasileira.

7. Inácio Barbosa Machado

Inácio Barbosa Machado (Lisboa 1686 — Lisboa 1766) era irmão de Diogo Barbosa Machado e de D. José Barbosa Machado, todos três considerados mestres da língua. Doutorou-se em direito civil pela Universidade de Coimbra, e exerceu vários cargos na magistratura, chegando a Desembargador da Relação do Porto. Sua biografia e bibliografia estão descritas por Inocêncio Francisco da Silva ⁽⁹⁶⁾, sua obra mais importante é os *Fastos políticos e militares da antiga e nova Lusitânia, em que se descrevem as ações memoráveis que na paz e na guerra obraram os portugueses nas quatro partes do mundo* ⁽⁹⁷⁾.

Eram distribuídos por meses, incluindo só a matéria especificada no título.

(95) Serafim Leite, *HCJB*, VII, 169.

(96) *DBP*, III, 203-204, VII, 89 e X, 49.

(97) Lisboa, 1745.

Se era bom escritor, como dele se disse, essa obra não o reputa. Estilo retórico, palavreado sem sentido, é autor que se lê com esforço e desagrado. A obra é dedicada a D. João V a quem pede o patrocínio, escrevendo ser seu livro “uma história dividida pelo círculo do ano, onde na carreira dos dias êmulos da eternidade se admirarão escritas as memoráveis ações do seu Reinado”. O tom é sempre bajulatório e adulator. A seleção fatural é muito defeituosa pois os famosos dias do Rei são “os heróicos assuntos destes *Fastos* onde justamente se escrevem célebres ações de seus vassallos obradas no tumulto da guerra e no ócio da Paz”.

O livro foi escrito desde 1713, desde sua adolescência, mas a inveja de dois êmulos, numa conjuração literária, impediu que viesse a público o primeiro volume, que trata desde a antiguidade até 1597, sem nenhum interesse para a história do Brasil. O segundo volume jamais foi publicado.

Sua inclusão nesta historiografia se deve a sua nomeação como cronista-ultramarino aos 21 de outubro de 1751⁽⁹⁸⁾, mas nesta qualidade nada produziu como foi a tradição destes cronistas oficiais. Era figura muito conceituada na sua época, tendo sido membro da Academia Real da História e da Academia Brasílica dos Renascidos⁽⁹⁹⁾.

Era homem muito prestigiado e louvado e Frei João de São José Queirós nas suas *Visitas Pastorais. Memórias*⁽¹⁰⁰⁾ reproduz uma conversa entre os dois irmãos Diogo e Inácio, em que este diz: “Irmão, o vosso estilo é pomposo, e o meu florido, sabeis por quê? Porque nem nós nem eu somos capazes de escrever como frei Luís de Sousa, ou descrever, v. g. o Sátiro de Benfica”; a seguir declara o que o desembargador dizia muitos anos antes de caírem os jesuítas: “se eu pudesse concorrer para a extinção de jesuítas (não é libertinagem) certamente o faria”. Barbosa era teólogo à francesa: não cria na infabilidade do Papa.

8. Francisco José da Serra Xavier

Francisco José da Serra Xavier (Lisboa ?- ?) foi presbítero secular e pouco se sabe dele biográfica e bibliograficamente⁽¹⁰¹⁾.

Seu nome se inscreve nesta historiografia porque por alvará de 13 de maio de 1780 D. Maria I nomeou-o cronista-ultramarino no lugar de Inácio Barbosa Machado, a fim de escrever “a história completa e verdadeira (palavras do alvará) das grandes e gloriosas ações obradas pela nação portuguesa na América, Ásia e África, desde o princípio do seu des-

(98) Possui a reprodução fotográfica do Alvará que se encontra na Biblioteca da Ajuda. Vide Carlos Alberto Ferreira *Inventário dos Manuscritos da Biblioteca da Ajuda Referentes à América do Sul*, Coimbra, 1946, n.º 1.948, p. 582.

(99) José Aderaldo Castello n’O *Movimento Academicista no Brasil, 1641-1820-22*, vol. 1, t. 1. Academia Brasílica dos Esquecidos, transcreve vários sonetos a ele dedicados, quer como mestre da História Militar Brasílica, quer como doutor sapientíssimo, quer como juiz de fora da Bahia, p. 125-128.

(100) Rio de Janeiro, s/d, p. 80-81, 82-83 e 133.

(101) Inocêncio Francisco da Silva, *DBP* II, 413-414. e IX, 317 onde se registra sua magra bibliografia.

cobrimento até o presente”. Esse ao menos deixou a “Notícia de todos os governadores e população das províncias do Brasil”, escrita em 1782, cujo original se encontra na Biblioteca da Ajuda ⁽¹⁰²⁾.

A “Notícia”, cuja cópia possuímos, não passa de simples notas, insuficientes para a elaboração de qualquer trabalho histórico, servindo apenas como dados.

(102) Carlos Alberto Ferreira, *Inventário cit.*, n.º 2.001, p. 598.

CAPÍTULO II

AS RELAÇÕES GERAIS

1. Considerações gerais. 2. O “Sumário das Armadas”. 3. O “Sumário” de Domingos d’Abreu de Brito. 4. A *Rezão do Estado do Brasil*. 5. André de Almeida. 6. O “Memorial do Estado do Brasil para S. Majestade”. 7. A “Descripción del Brasil”. 8. A “Relação das Capitanias do Brasil”. 9. A Relação das Capitanias da Repartição do Sul. 10. Antônio Pereira de Berredo. 11. A “Informação do Estado do Brasil”. 12. A *Relação e Notícia de vários sucessos no Brasil*. 13. “Máximas propostas” por D. Rodrigo José de Menezes e Castro.

1. Considerações gerais

Algumas relações e descrições são conjuntamente simples documentos históricos e formas muito rudimentares de crônicas ou relatos historiográficos. Uns e outros se equivalem na novidade da notícia, na autoridade da informação, na fidedignidade da captação momentânea da realidade “aparencial”. São instantâneos e circunstanciais, mas não deixam de representar etapas da evolução da crônica histórica. Episódica é a “Relação da Aclamação de D. João IV”⁽¹⁾ no Rio de Janeiro, em 1641, por verdadeiro Rei e senhor de Portugal restaurado de Espanha e reconhecido no Brasil. Exposições histórico-geográficas do presente humano e econômico são a “Rezão do Estado do Brasil”, a “Relação” de Pedro Cadena, a “Informação” e a “Relação das Capitanias”, anônimas. Pelas excelências dos mapas e a cuidada atenção que lhe devotaram grandes historiadores brasileiros e estrangeiros, a “Rezão” adquiriu notoriedade e foi considerada como um documento capital do século XVII.

2. O “Sumário das Armadas”

Simão Travassos (Ferreiros, Portugal, 1543 — Olinda, 1618) entrou para a Companhia em 1562, ordenou-se padre em 1574 no Colégio Santo Antão em Lisboa. Veio para a Bahia em 1577, onde foi mestre de noviços, e depois foi para Pernambuco, onde ficou até sua morte. Trabalhou não só no Colégio de Olinda, mas em empresas da sua competência e também na conquista da Paraíba, tendo nela sido superior da missão⁽²⁾.

(1) *Relaçam da Aclamação que se fez na Capitania do Rio de Janeiro do Estado do Brasil e nas mais do Sul, ao Senhor D. João o IV por verdadeiro Rey e Senhor do seu Reyno de Portugal*, Lisboa, 1641, 15 pp.

(2) *HCJB*, IX, 166.

A ele se atribui, como veremos, o “Sumário das Armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do Rio Paraíba”; é uma relação das guerras e armadas que se fizeram contra o gentio Potiguar, senhor da Paraíba. Elas começaram no tempo de Luís de Brito de Almeida, governador geral (1573-1578) e acabaram no tempo do licenciado Martim Leitão, ouvidor geral. O autor faz uma descrição geográfica da Paraíba, enumera suas vantagens e acentua a singularidade da terra para o cultivo da cana. Não é um louvador comum, o que constitui uma exceção; diz que todo o sertão do Brasil é muito estéril e a terra desventurada, que com trabalho dá a mandioca. “Toda a terra do Brasil não tem mais que dois ou três palmos de boa terra.” O açúcar só dava nas várzeas, terras baixas ao longo dos rios, e a Paraíba possuía excelentes terras para mais de quarenta engenhos. Mas o fito da conquista era expulsar os franceses da costa e eliminar o comércio de pau-brasil, que mantinham com os potiguares seus aliados. O autor é muito seco e objetivo, relatando com minúcia talvez excessiva, as inumeráveis ocorrências na formação, apresto e lutas das várias expedições desde 1574 até 1587. A importância da empresa merecia uma lembrança, especialmente se considerarmos que era fruto de iniciativa particular e demonstração de uma primitiva coesão lusitana na colônia. Os auxílios da Bahia, Pernambuco e Itamaracá, fazem-se com o desejo de conquistar a Paraíba para o domínio português.

A fazenda d’el-rei não entrou nas despesas que foram feitas por empréstimo de João Nunes, cristão-novo, rico mercador de Pernambuco, onzeneiro conhecido. A maior guerra que se podia fazer aos franceses era impedi-los de comerciar com o pau-brasil; com isto dominava-se o gentio, inimigo dos portugueses, assenhoreava-se das terras, tão próprias à fábrica açucareira, beneficiavam-se as capitanias próximas, como Pernambuco e Itamaracá, e mais 400 léguas de costa eram incorporadas à comunhão portuguesa. Logo após a conquista já importava a renda da Paraíba em 40.000 cruzados, só de contrato do pau-brasil, e possuía 50 moradores casados e outros tantos portugueses, informa o autor do “Sumário” (3).

Martim Leitão deixou a capitania conquistada com fortaleza, acompanhada e povoada, aquietada e pacificada, com o gentio que fizera descer do sertão, para vencer os potiguares, o “mor e mais guerreiro e prático gentio do Brasil”. O autor termina declarando que não tratou de invenções curiosas nem elegâncias de palavras; seu intento foi fazer a relação chã, singela e sucinta. Lamenta que não tenha se estendido copiosamente no “tratar de todas as obras e bons feitos de Martim Leitão, que é o todo e a principal figura deste meu compêndio”.

Não tratou, como era costume na sua época, das coisas naturais e muito pouco das civis, mas especialmente das militares.

(3) “Sumário”, *RIHGB*, 1873, t. 36, parte 1, 5-89. Foi publicado primeiro no periódico *Iris*, editado no Rio de Janeiro por José Feliciano de Castilho, 1848, vol. 1, p. 38-44, 72-74, 106-109, 132-136, 166-170, 199-202, 240-244. 262-265, 297-300, 323-328, 362-366.

Autoria

Quem será o autor deste “Sumário”? Para Varnhagen, é o Padre Jerônimo Machado, segundo deduziu do próprio texto. Ora, as referências no texto ao Padre Jerônimo Machado, iguais às feitas a muitos outros, entre os quais Simão Travassos, não permitiam tal dedução, feita de modo simples, sem maiores argumentos ⁽⁴⁾. Em 1918, ao editar a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador ⁽⁵⁾, escrevia Capistrano de Abreu que seu autor tanto podia ser Jerônimo Machado como Simão Travassos; ambos assistiram à parte dos sucessos narrados. Já em 1925, ao escrever sobre Fernão Cardim, Capistrano de Abreu só se referia à atribuição de Varnhagen ⁽⁶⁾.

Nenhum dos dois discutiu com rigor a questão. Foi o Padre Serafim Leite quem fez realmente crítica de atribuição ⁽⁷⁾, argumentando a favor do Padre Simão Travassos. Para isto lembrou que neste “Sumário” narram-se as três expedições de Martim Leitão, cada uma das quais sempre assistida por dois Padres da Companhia. A primeira, em março de 1585, foi acompanhada pelos Padres Jerônimo Machado e Simão Travassos ⁽⁸⁾; a segunda, em outubro de 1585, por um dos anteriores e o Padre Francisco Fernandes ⁽⁹⁾; a terceira, pelos Padres Manuel Correia e Baltazar Lopes ⁽¹⁰⁾.

Sabe-se que seu autor é membro da Companhia, porque escreve no texto, falando de si próprio: “Aqui me feriu um espanhol por desastre em um pé...”; “sou boa testemunha de tudo e para melhor o fui com meu sangue próprio, que por a ferida ser nas veias do peito do pé deu trabalho”; “não faltou para de todo esta empresa do Paraíba ser trabalhosa e honrosa o sangue da Companhia” ⁽¹¹⁾. Além disso se escreve no próprio título do “Sumário” que ele fora escrito a mandado do Padre Cristovão Gouveia ⁽¹²⁾.

Para Serafim Leite, o autor é o mesmo Padre que acompanhou as duas primeiras expedições, isto é, o companheiro do Padre Francisco Fernandes, não mencionado no texto, já que o autor não fora testemunha de vista da terceira sortida, como se escreve claramente no texto: “donde ainda que não fui testemunha de vista, como em tudo até aqui, pelas relações dos Padres Baltazar Lopes e Manuel Corrêa, a que por ordem do Padre reitor coube esta jornada, direi também o que passou” ⁽¹³⁾.

Certo de que Simão Travassos não participara da terceira expedição, a escolha devia fazer-se entre Jerônimo Machado e Simão Travassos, pois

(4) Cf. Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 3.ª ed., São Paulo, s.d., v. 1, p. 488, n.º 13.

(5) São Paulo e Rio de Janeiro, Weiszflog, 1918, p. 137.

(6) Capistrano de Abreu, “Fernão Cardim”, *O Jornal* (Rio de Janeiro), 25-1-1925, transcrito em *Ensaios e Estudos*, 2.ª série, Rio de Janeiro, Sociedade Capistrano de Abreu, 1932, p. 329, e Fernão Cardim, *Tratados da terra e da gente do Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939, p. 369.

(7) Serafim Leite, *ob. cit.*, t. 1, pp. 500-501.

(8) “Sumário”, *ob. cit.*, pp. 37, 39 e 43.

(9) “Sumário”, p. 56.

(10) “Sumário”, p. 68.

(11) “Sumário”, pp. 62-63.

(12) “Sumário”, p. 5.

(13) “Sumário”, p. 68.

um dos dois poderia ter participado da segunda. A decisão final, segundo Serafim Leite, encontrar-se-ia na frase usada pelo autor: “nossa Europa”, a qual eliminaria Jerônimo Machado, natural de São Vicente ⁽¹⁴⁾, enquanto Simão Travassos é natural de Ferreiros, diocese de Braga. Lembra ainda Serafim Leite que pelo fato mesmo de ser autor do “Sumário”, se explica que o Padre Simão Travassos fale mais dos outros que de si próprio ⁽¹⁵⁾.

Em conclusão, Serafim Leite lembra que as referências aos Padres Jerônimo Machado e Simão Travassos encontram-se na parte relativa à primeira expedição. Não há dúvida que o autor foi testemunha de vista da segunda, pois há várias referências no texto. Assim, por exemplo, quando trata do provimento do forte na Baía da Traição, escreve: “que lhes vi deixar as pipas de farinha” ⁽¹⁶⁾; na segunda jornada, a propósito da chegada à Baía da Traição e da Fortaleza diz: “e assim a passeávamos o Padre Francisco Fernandes e eu muito à vontade. . .” ⁽¹⁷⁾; neste mesmo capítulo, referindo-se ao ouvidor geral: “depois lhe ouvi dizer. . .” ⁽¹⁸⁾

O “Sumário” deve ter sido escrito entre 1587 e 1589, quando Simão Travassos tinha 44 para 46 anos. Ele nascera cerca de 1543 e faleceu em 1618, com 75 anos ⁽¹⁹⁾. O “Sumário” é uma crônica de leitura áspera, mas indispensável a quem quiser formar idéia do que deviam ser as guerras do sertão contra os índios ⁽²⁰⁾. É a fonte principal para a história da conquista da Paraíba, tendo dela se aproveitado largamente Frei Vicente do Salvador ⁽²¹⁾.

O livro é rico de notícias e informações sobre os índios, a possibilidade de criação de engenhos e fertilidade da mandioca, a terra, o pau-brasil, a presença francesa, união destes com os potiguares, a mestiçagem, a conquista da terra e as vexações impostas aos índios. Conta ainda que, no final de uma batalha de duas horas, morria uma infinidade de índios. Declara o autor que “este foi o estilo do Brasil, ir assim (pela guerra) ganhando a terra aos inimigos”. Daí a certeza da conquista da terra e do sangramento dos índios, muito maior que a dos portugueses.

3. O “Sumário” de Domingos d’Abreu de Brito

No fim do século, o licenciado Domingos d’Abreu de Brito apresentava ao Rei Filipe I um “Sumário e Descrição do Reino de Angola do Descobrimento da Ilha de Loanda e da Grandeza das Capitânicas do Estado do Brasil”, em que analisa com independência e objetividade vários pro-

(14) “Sumário”, *ob. cit.*, p. 9 e *HCJB*, *ob. cit.*, p. 500.

(15) *História*, *ob. cit.*, p. 501. É preciso não confundir o Pe. Simão Travassos com Simão Tavares, que aparece várias vezes na terceira expedição.

(16) “Sumário”, *ob. cit.*, p. 44.

(17) “Sumário”, *ob. cit.*, p. 56.

(18) “Sumário”, *ob. cit.*, p. 59.

(19) *HCJB*, p. 501, nota 1. Aí encontram-se dados biográficos dos padres que participaram das guerras. No tomo IX, suplemento biobibliográfico, Serafim Leite dá os dados biográficos de Simão Travassos e lhe atribui a autoria do “Sumário”.

(20) Capistrano de Abreu, “Fernão Cardim”, *Ensaio e Estudos*, 2.ª série, p. 329.

(21) Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 1931, p. 137. Prolegômeno de Capistrano de Abreu.

blemas da governação do Brasil e mostra como já era íntima, na estrutura do Império, a ligação de interesses entre Angola e Brasil.

A redação tosca dificulta a leitura, mas, apesar disso, o “Sumário” completa as informações dos cronistas anteriores. Pouco se sabe sobre o autor, senão o que se encontra disperso no seu próprio trabalho. Ao que parece, Abreu e Brito esteve em Angola até 4 de março de 1591 ⁽²²⁾, quando partiu para Pernambuco, com dez testemunhas, a fim de, diante do ouvidor geral, proceder-se devassa contra o Rei do Congo, que não reconhecia os direitos portugueses sobre a ilha de Luanda, e dificultava o negócio do zimbo, da escravaria e da navegação. Chegou a Pernambuco no Domingo de Ramos, ou seja, em 7 de abril de 1591, quando do governo interino do Bispo d. Antônio Barreiros, que durou até 9 de junho, data da chegada de Francisco de Sousa. Não se sabe se Abreu e Brito conseguiu promover a devassa, mas provavelmente não a fez perante o Ouvidor Geral Martim Leitão, tão inteiramente ocupado na conquista da Paraíba. Aliás, o conselho de Abreu e Brito, de que “se deve atalhar ao muito gasto que fazem os ouvidores gerais e provedores-mores da fazenda em gastarem tantos mil cruzados em as guerras” ⁽²³⁾, revela talvez o seu aborrecimento pelas contínuas faltas do ouvidor geral, a quem dificilmente poderia ver e ouvir, tão entregue às guerras contra os indígenas.

Não se sabe quando Abreu e Brito teria deixado o Brasil e em que direção seguira, nem se sua pretensão de lhe ser dada a governança e meneio da ilha de Luanda, que ele descobrira, fora atendida.

A devassa a realizar-se em Pernambuco para onde levava as testemunhas, a fim de poder depor sem coação a gente de Luanda, tinha por objetivo convencer S. M. de que se lhe devia dar a governança da ilha e, caso fosse mais conveniente ao Rei, uni-la ao governo de Angola, fazer-lhe a mercê de uma comenda que rendesse duzentos mil réis e dar-lhe em dinheiro dois mil cruzados para pagar as dívidas e os gastos ⁽²⁴⁾.

A primeira parte do “Sumário”, dedicada a Angola, não revela se o autor viveu lá desde 1575, quando Paulo Dias Novais foi enviado para dominá-la e ocupá-la, o que só conseguiu em 1580, ainda assim sob contínuas desordens, ou se chegou mais tarde. O fato é que ele se refere à derradeira batalha que se feriu no dia dos inocentes (28 de dezembro) de 1591 ⁽²⁵⁾ e não trata do substituto de Luís Simão. Mas quando se feriu esta batalha em Luanda, comandada pelo capitão Luís Mendes Raposo, ele declara que descrevera a vitória inimiga “por uma Relação e cartas que mandei do Brasil pela primeira via por ordem dos padres da Companhia, na qual venho anomeado para dar informação das cousas tocantes a esta conquista e socorro dela” ⁽²⁶⁾.

(22) Edição de A. A. Felner, sob o título *Um inquérito à vida administrativa e econômica de Angola e do Brasil*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, p. 30.

(23) “Sumário”, ed. Felner, p. 55.

(24) “Sumário”, *ob. cit.*, p. 55.

(25) “Sumário”, *ob. cit.*, p. 23.

(26) “Sumário”, *ob. cit.*, p. 29.

Deste modo sabe-se que Abreu de Brito já não estava em Angola e por isso enviou do Brasil as notícias que recebeu “para pedir as honras e mercês que por seus serviços os conquistadores mereciam” (27).

Para informar-se precisamente dos rendimentos de Angola, serviu Abreu de Brito de escrivão na feitoria, apurando que de 1575 a 1591, até 4 de março, quando recebeu recado para partir, que só de escravos despacharam-se para o Brasil e Índias de Castela 52.053 peças. Cada peça pagava 3 mil réis de direitos se enviada do Brasil, e 6 mil réis para a restante América. Abreu de Brito denuncia os descaminhos que sofria a fazenda real com a declaração de que iam para o Brasil e lá uma parte mínima era desembarcada perante as autoridades e a outra vendida às escondidas, sonogando-se do Estado parte dos direitos.

Significação da obra

O que interessa à historiografia brasileira é a parte relativa a Pernambuco, onde Abreu de Brito reúne minuciosamente as informações “que em segredo tirou”. Calcula os dízimos do açúcar, o número de engenhos (28), a produção anual (6.000 arrobas), a grandeza da terra e a criação de gado, os pescados e as farinhas. Notas valiosas são as dos preços do gado, porcos, carneiros, galinhas, perus, e mantimentos. Denuncia a sonegação dos direitos dos açúcares, propondo que se fizesse uma relação de todos os engenhos de todas as capitânicas, seus donos e sua produção. Trata dos lavradores de cana e delata as fraudes e furtos dos oficiais da justiça e fazenda. Costumes e usos, tributos sobre navios, preços, descaminhos de escravos, frequência dos navios estrangeiros, retratam-se com objetividade neste “Sumário”. O autor com dureza denuncia os desserviços dos oficiais da fazenda e propõe os meios de “atalhar a tamanhas barroquas” (29). O predomínio dos senhores de engenho já era notado pelo cronista, que louva as capitânicas do estado do Brasil, “que são do maior rendimento em sua quantidade do mundo” (30).

Navios estrangeiros de França, Inglaterra, Hamburgo e Flandres e de todas as partes, de contínuo no porto, traziam especialmente pescados e carregamentos de açúcar, sem proveito, ou com pouco proveito para a Fazenda Real, sonegada nos seus direitos pela desonestidade dos oficiais que facilmente se enricavam (31).

O comércio do pau-brasil ainda era valioso neste fim de século, mas era desviado e contrabandeado. Achei e vi, diz Abreu de Brito, “ser costume geral em a dita capitania e partes dela tirarem todos os oficiais da fazenda de V. M. todo o pau que por suas indústrias podem, fazendo vendas deles às urcas de todas as partes, Flandres, França e assim navios de Viena, Porto e Algarves, o qual pau é vendido por nove, dez tostões

(27) “Sumário”, *ob. cit.*, p. 29.

(28) Segundo Cardim e Gabriel Soares, Pernambuco possuía 66 engenhos. Abreu de Brito fala em outros começados e outros não acabados.

(29) “Sumário”, *ob. cit.*, p. 76.

(30) “Sumário”, *ob. cit.*, p. 75.

(31) “Sumário”, *ob. cit.*, pp. 66, 73 e 74.

cada quintal. E a causa de ser fácil a tirada e a embarcação do dito pau em as tais naos e navios, é porque o porto donde as naos estão surtas é uma légua da povoação, onde chamam o Recife, no qual há um braço de mar que entra pela terra dentro, que vai até dentro a Vila, em o qual há muitos portos, nos quais se toma o dito pau, se carrega de noite em as naos e navios, como dito é” (32).

O pau-brasil era monopólio do Estado e seu contrato devia render cinqüenta mil cruzados.

Justiça se não ministrava na capitania desde a época em que serviu Cosme Rangel como ouvidor geral. E por quê? Porque ela estava a serviço dos poderosos, diz Abreu de Brito, amigo dos jesuítas, encarregado de lhes escrever uma relação, e que pretendia que nas guerras contra indígenas fossem ouvidos os da Companhia (33). Era, em 1591, uma justiça de classe. A propósito eis o que escreve Abreu de Brito:

“E a causa porque tanto importa ser assim necessário é porque os poderosos devem aos que pouco podem e os ouvidores como pendem dos interesses dos ricos escusão as audiências, por não fazerem execuções nos ricos, a requerimento dos pobres, como V. M. verá pelos capítulos que este ano passado de noventa e um mandaram da vila de Pernambuco a V. M., os quais foram causa de se mandar devassar do caso.

“E assim devia V. M. de mandar com o rigor que convém que cada pessoa do Governador abaixo, ou Ouvidor, ou Bispo, e assim a todos os mais que tiverem a cargo administrar justiça que, em propósito havendo morte, se não conceda carta de seguro, porque é causa que se afirma ser fonte donde nascem tantas desordens como sucedem cada dia, e sucederam em o tempo de minha estada, o que se atalhará como V. M. for sabedor.

“E assim devia V. M. de mandar devassar das peitas que os mercadores tiram entre si por cabeça para taparem os olhos ao provedor mor e pequeno, e ao ouvidor geral donde nasce a confusão que há na fazenda e as sem justiças que as partes recebem” (34).

Abreu de Brito termina propondo fortificar-se a costa, para evitar o contrabando, os corsários e os perigos da tomada da terra por estrangeiros ligados aos gentios contrários. Não quis tratar senão das coisas a que fora mandado, evitando, para não ficar a Relação comprida, cuidar da abundância e fertilidade, dos animais e frutas e de todos os mantimentos da região.

NOTA BIBLIOGRÁFICA

O Sumário e Descrição do Reino de Angola e do Descobrimento da Ilha de Loanda e da Grandeza das Capitânicas do Estado do Brasil encontrava-se em manuscrito na seção de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa (n.º 294), em cópia luxuosa da época e em cópia na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do

(32) “Sumário”, *ob. cit.*, p. 67.

(33) “Sumário”, *ob. cit.*, p. 77.

(34) “Sumário”, *ob. cit.*, p. 77.

Rio de Janeiro (I-2, 1 25) (35). Foi editado por Alfredo de Albuquerque Felner, sob o título de "Um Inquérito à Vida Administrativa e Econômica de Angola e do Brasil" (36). A introdução, assinada por A. A. Felner, explica o sentido e valor do inquérito, mas se equivoca ao julgar que o autor partiu do Brasil para Angola, em 1590-91.

O plano de Abreu de Brito, sumariado no livro, faz parte dos projetos de conquista do interior e de ligação das duas costas africanas, já esboçado por Diogo Ferreira, em 1588 (37), e posteriormente tratado, em 1595, por D. Jerônimo de Almeida e por Luís Mendes de Vasconcelos, em 1616 (38).

A historiografia brasileira não se utilizou devidamente do *Sumário e Descrição do Reino de Angola e do Descobrimento da Ilha de Loanda e da Grandeza das Capitânicas do Estado do Brasil*, registado no Catálogo da Exposição de História do Brasil desde 1881 e somente citado por Capistrano de Abreu na sua tese de concurso para o Colégio Pedro II (39).

Capistrano de Abreu aproveitou-se desta cópia quando escreveu o último capítulo daquele trabalho sobre a evolução brasileira no século XVI. Mas ninguém mais reparara na excelência das informações colhidas e registadas pelo licenciado Abreu de Brito.

4. A Rezão do Estado do Brasil

A *Rezão do Estado do Brasil* não é apenas uma estatística verdadeira das oito capitânicas, desde a de Porto Seguro até o Rio Grande do Norte, mas uma verdadeira crônica da situação presente do Brasil, na época de D. Diogo de Menezes e Siqueira (1608-1612), com interpelações e acréscimos posteriores. Na introdução inicial às estatísticas anuais o Autor descreve o Brasil e expende considerações sobre as riquezas da terra e as privações dos moradores, necessitados de índios e negros para os serviços das fazendas e engenhos e impedidos pelas dificuldades opostas pelos padres da Companhia. Sua linguagem é tão desabusada contra as "desordens do domínio absoluto dos religiosos" sobre os índios, contra a "gente de roupa larga", os jesuítas, que Varnhagen chega a levantar a hipótese de que o livro não teria sido publicado "por diligências jesuíticas" (40).

Nas descrições parciais das Capitânicas não se limita o Autor aos dados estatísticos: enumera as riquezas, seu crescimento, as lutas contra os indígenas, as residências e ações religiosas, as igrejas e engenhos, a grandeza ou pequenez da povoação e da capitania, o trabalho dos brancos moradores, o poder militar, e, finalmente, avalia a população e orça o rendi-

(35) Registrado no CEHB n.º 19.289 e *Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, 1878. V. IV, n.º 8, p. 37.

(36) Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931.

(37) Jaime Cortesão revelou existirem três Memórias manuscritas na Biblioteca Nacional de Madri; cf. *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Edit. Atica, 1935, vol. 2, p. 248.

(38) Documentos existentes no Arquivo Histórico Colonial. Cf. *História da Expansão*, ob. cit., p. 248.

(39) *Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento*, Rio de Janeiro, 1883.

(40) *Reflexões Críticas sobre o Escrito do século XVI impresso com o título de Notícia do Brasil*, Lisboa, 1839, 95.

mento. Não se trata, assim, de um balanço estatístico anual, como faz supor a afirmação inicial de Varnhagen de que a *Rezão* “é uma verdadeira estatística respectiva ao ano de 1612 das oito capitanias” (41).

Coube a Varnhagen publicar pela primeira vez um largo trecho da introdução geral e mais tarde resumir os dados estatísticos de cada capitania (42). Na primeira conjectura a princípio que Manuel de Moraes seria o autor (43) e depois considera temerária a atribuição (44), para fixar-se no nome de Diogo de Campos Moreno, o autor da *Jornada do Maranhão* (45). A atribuição não era justificada e talvez repouse na referência textual “ao sargento-mor deste Estado”, então exercido por Diogo de Campos (46). Não há dúvida que no começo do texto lê-se: “correndo a costa do sul para o norte no governo do dito Dom Diogo de Menezes somente como parte vista e visitada por quem fez esta relação e posta pelo dito governador na razão em que hoje a vemos” (47). Ora, sabemos todos que o sargento-mor do Estado era Diogo de Campos, e que este gozava da confiança do governador que sempre o incumbiu de tarefas da maior responsabilidade (48). Vemos também, nos mapas que acompanham o códice do Instituto Histórico, algumas informações sobre as fortificações francesas que só poderiam ter sido colhidas por Diogo de Campos, que lá esteve ao promover as tréguas de 1614, depois das quais partiu para a Espanha (49).

Seja ou não obra de Diogo de Campos Moreno, a atribuição foi seguida, sem nenhuma outra justificação, por Cândido Mendes de Almeida (50), por Ramiz Galvão (51), por Rodolfo Garcia (52) e mantida como suspeita por Engel Sluiter (53). Hélio Viana, baseado na biografia de Diogo de Campos Moreno e na comparação dos textos da *Rezão* e da *Jornada*, conclui que ambas foram escritas pelo mesmo autor, o sargento-mor Campos Moreno. Apesar de seus eruditos esforços, suas razões não convencem em definitivo e a suspeita fará prosseguir o processo de atribuição (54).

(41) *História Geral do Brasil*, 11, 141.

(42) *Reflexões críticas*, ob. cit., 91-95.

(43) *Reflexões críticas*, ob. cit., 22, nota.

(44) *Reflexões críticas*, ob. cit., 87, e nota u. Varnhagen transcreve carta de Diogo Kúpke descrevendo o códice do Porto (88-91) sem declarar-lhe o nome, revelado por Magalhães Bastos, *Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, Porto, 1938, 123.

(45) *História Geral do Brasil*, 1.ª ed. (1854) 318, n.º 2, e n.º 86, p. 468, 3.ª ed., 11, 61.

(46) Vide edição de Engel Sluiter, “Report on the State of Brazil 1612”, *HAHR*, vol. XXIX, n.º 4, nov. 1949, p. 562.

(47) “Report”, ob. cit., 526.

(48) Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 3.ª ed. São Paulo, s/d, 415, e “Correspondência de Diogo de Menezes”, *ABN*, LVIII, 46.

(49) Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, p. 476, e Prolegômenos de Capistrano de Abreu à mesma *História*, p. 435.

(50) *RIHGB* (1877), vol. XL, p. 533. Propunha, ali, que se editasse a obra junto com os mapas.

(51) *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1881, vol. I, p. 5.

(52) “Explicação” que precede a “Correspondência de Diogo de Menezes”, *ABN*, vol. LVII, p. 32.

(53) “Report on the State of Brazil 1612”, *HAHR*, Nov. 1949, vol. XXIX, n.º 4.

(54) Diogo de Campos Moreno, *Livro que dá Razão do Estado do Brasil — 1612*, Edição crítica, com Introdução e notas de Hélio Viana; Arquivo Público Estadual (1958). Os 33 exemplares comparativos de semelhança dos dois textos, dados por Hélio Viana (ob. cit., 55-60) podem, provavelmente, ser encontrados em outros textos da época.

Conhecem-se cinco textos manuscritos da *Rezão do Estado do Brasil* ⁽⁵⁵⁾.

Além das passagens da *Rezão* publicadas por Varnhagen em suas *Reflexões críticas* e em sua *História geral do Brasil*, foram editados alguns fragmentos relativos ao Ceará e Alagoas ⁽⁵⁶⁾. A primeira publicação completa segundo o códice do Porto deve-se a Engel Sluiter e a primeira edição crítica a Hélio Viana.

5. André de Almeida

André de Almeida (Santos, 1572 — Rio de Janeiro, 1649) entrou na Companhia em 1589. Estudou Lógica e Casos de Consciência, ordenando-se padre e fazendo os votos em 1605. Dedicou toda sua vida aos índios. Sobretudo aos das capitanias do Espírito Santo e Rio de Janeiro, trazendo da primeira o núcleo de índios com que se fundou a aldeia de S. Pedro do Cabo Frio. É autor da “Relação dalgumas cousas da Aldea do Cabo Frio para o S.^{or} G.^{or} Geral D. Luis de Sousa do Padre André dalmeida Sup.^{or} della 4 de Agosto de 1620”. Nela trata da primeira conversão dos Aitacazes que vieram aos padres “por a fome que tinham lá nas suas terras e a outra principal porque os Aitacazes goaçus que é outra nação vesinha seus contrarios virem dar sobre eles” ⁽⁵⁷⁾.

6. O “Memorial do Estado do Brasil para S. Majestade”

O “Memorial do Estado do Brasil para S. Majestade. Contém minuciosa informação sobre os danos da navegação do Brasil, remédio útil e suas conveniências — a organização das frotas comboiadas” ⁽⁵⁸⁾ é uma relação de 1627 redigida em Pernambuco sobre os remédios que se deve dar a que vão e venham navios em frota acompanhados de uma armada, e como se deve fazer isto para enfrentar o inimigo rebelado da Holanda.

7. A “Descripción del Brasil”

A “Descripción de mil y treinta y ocho leguas de tierra del Est [ado] do Brasil conquista del Marañon y Gran Pará”, de Pedro Cadena de Vilhasanti, é também uma relação geográfico-econômica de 1634. O autor nasceu em Lisboa, filho de pais italianos, e desde 1624 serviu no Brasil como capitão de caravelas, capitão-mor da Capitania da Paraíba e Pro-

(55) Três em Portugal e dois no Rio de Janeiro: os dois primeiros na Biblioteca Pública Municipal do Porto, um em letra do século XVII, e outro cópia posterior; o terceiro, na Biblioteca Municipal de Lisboa, incompleto; o quarto, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em letra também do século XVII; e o quinto, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cópia do apógrafo do Porto. O primeiro e o quinto vêm acompanhados de 18 e 22 mapas, respectivamente, feitos, na sua maioria, por João Teixeira Albernaz, um dos grandes cosmógrafos da época. Veja-se *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, edição de Hélio Viana, *ob. cit.*, pp. 60 e 71.

(56) *RIC*, t. 2, 193-198; somente as últimas páginas segundo manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, por iniciativa do Barão de Studart; *RIHA*, vol. XXIV, 14-17, por iniciativa de Manuel Diegues Júnior.

(57) S. Leite *HCJB*, VIII, 6; texto in *Livro Primeiro do Governo do Brasil 1607-1633*, Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 1958, 305-306.

(58) *Livro Primeiro do Governo do Brasil*, *ob. cit.*, 314-327.

vedor-mor do Estado do Brasil. Pela sua experiência nas lutas contra os holandeses na Bahia e em Pernambuco e pela propriedade do ofício de escrivão da Fazenda na Paraíba e Provedor-mor do Estado do Brasil, Cadena podia escrever um relatório geográfico-econômico bem superior ao que hoje conhecemos. É certo que ele quis ser breve, dirigindo-se a Dom Gaspar de Guzmán, Conde-Duque de Olivares, senhor bem poderoso do reinado de Filipe IV da Espanha. “Esta relación breve de grandes sitios y esta pequena muestra de maravilhosas obras de natureza pongo a los pies de V. Excia. por saber que a la grandeza de su capacidad no es necessaria mas noticia, para que lo compreenda todo, ni a la infinidade de tantas ocupaciones es razon cargar com prolixos escritos.” Assinada em Madri, aos 20 de setembro de 1634, Cadena descreve toda a costa do Brasil desde o Amazonas ao Rio da Prata, dando as distâncias, as produções e rendas das principais cidades do Estado do Maranhão e do Brasil. Acreditamos que seu objetivo fosse despertar a atenção de Espanha sobre a extensão e as riquezas da colônia brasileira ameaçada pelos holandeses, que este ano estavam na expectativa de sua grande vitória em Pernambuco, visto que a queda do Arraial do Bom Jesus, em 1635, consolidou seu domínio. A “Descipción” foi encontrada em cópia na Biblioteca Ducal de Wolfenbittel, pelo seu bibliotecário G. E. Lessing (1729-1781), o poeta da Ilustração e o maior crítico de sua época, que em colaboração com Christian Leiste, reitor da Escola Superior Ducal, editou o manuscrito espanhol e uma tradução alemã. A edição é prefaciada por Lessing e anotada e comentada por Leiste ⁽⁵⁹⁾.

A publicação alemã baseada em cópia tão deficiente não é satisfatória ⁽⁶⁰⁾, mas o desconhecimento do original dificulta nova edição cuidada ⁽⁶¹⁾. Não se sabe como a cópia foi ter à Alemanha: a hipótese de que Cadena já estivesse preparando o manuscrito por ocasião de seu aprisionamento pelos holandeses e que ele, capturado, fosse da Holanda para a Alemanha, é pouco provável, porque em 1628 Cadena já estava em Lisboa e o manuscrito é datado de 1634. Supõe o diretor da Biblioteca de Wolfenbittel, Erhard Kaestner, que o manuscrito tenha sido adquirido em 1658, quando o Embaixador espanhol visitou Augsburg ⁽⁶²⁾.

(59) *Beschreibung des Portugiesischen Amerika, vom Cudena. Ein spanisches manuscript in der Wolfenbüttelschen Bibliothek, herausgegeben von herrn G. E. Lessing. Mit anmerkungen und zusatzen begleitet von Christian Leiste*, Braunschweig, 1780, 160.

(60) O anotador cometeu vários enganos, mas teve o cuidado de enviar a obra a Cristovão Gottlieb de Murr, que a remeteu a Anselmo Eckort, jesuíta que vivera longos anos na Amazônia. Este escreveu uns acréscimos, corrigindo as notas de Leiste e fazendo obra original, relativa às suas viagens e missões: *Reisen einiger Missionarlen der Gesellschaft Jesu in Amerika aus ihrem eigenen Aufsätzen herausgegeben von Christoph Gottlieb von Murr*. Nürnberg, 1785. (pp. 451-596, parte de Ans. Eckart.) Vide a história da edição e das redações entre os diferentes eruditos alemães in Ernesto Feder, “Uma viagem desconhecida pelo Brasil, Lessing, Pedro Cadena e os Jesuítas”, *Cultura Política* (Rio de Janeiro), Ano V, n.º 49, 1945, 113-128.

(61) O catálogo de Julian Paz, *Manuscritos de America*, não o regista.

(62) Ernesto Feder, “Lessing desconhece o Brasil”, *Diário Carioca* (Rio), 30 de dezembro de 1951.

Durante os combates de cerco da Bahia em 1638, pelos holandeses, Cadena escrevia diariamente cartas ao Rei, relatando os episódios, as dificuldades e o heroísmo dos combatentes hispano-luso-brasileiros ⁽⁶³⁾.

8. A “Relação das Capitanias do Brasil”

A “Relação das Capitanias do Brasil”, diz Varnhagen na pequena nota que precede a publicação ⁽⁶⁴⁾, “foi escrita no princípio do século XVII e encerra-se o seu maior valor em pertencer a uma época de transição sobre a qual as mínimas notícias poderão interessar a quem fizer confrontações para acertar com a verdade histórica de algum fato importante”. Foi o próprio Varnhagen quem a copiou e ofereceu ao Instituto Histórico. A relação não é datada, mas, começando a descrição setentrional pelo Rio Grande do Norte com pequenas referências ao Maranhão e Amazonas, deve ter sido escrita pouco depois da conquista do Maranhão iniciada em 1613, e concluída em 1616, com a fundação de Belém.

Por outro lado, o fato de só descrever o sul, São Vicente, “que antigamente foi cabeça desta Capitania”, faz supor que a relação houvesse sido escrita depois de 1624, pois entre esta data e 1679 deixou São Vicente de ser a capital ⁽⁶⁵⁾. Ao tratar da capitania de Itamaracá escreve que o “capitão é posto pelo senhorio, e hoje está em litígio entre o Conde de Monsanto e Lopo de Sousa”. Ora, a disputa entre D. Álvaro Pires de Castro e Sousa e a Condessa de Vimieiro, irmã de Lopo de Sousa, foi decidida em 1617 ⁽⁶⁶⁾. Tudo isso leva-nos a crer que tenha sido escrita aos poucos, em épocas diferentes, a partir de pouco antes de 1617, quando o pleito estava decidido e a notícia do Maranhão era recentíssima, e depois de 1624, quando São Vicente foi destituída de cabeça de capitania. Como as demais relações da época, esta descreve a costa, as povoações, os povoadores, os produtos, as rendas, a organização civil, militar e religiosa, os ordenados dos funcionários e destaca os engenhos de açúcar.

9. A Relação das Capitanias da Repartição do Sul

Se aquela Relação findava em São Vicente, tendo sido escrita naturalmente quando a conquista do Norte ocupava a atenção oficial, a *Relação das Capitanias da Repartição do Sul, com suas barras e portos*, escrita por Pedro de Sousa Pereira, completa muito minuciosamente a descrição geográfica e econômica do Rio a Paranaguá, referindo-se apenas a São Francisco (Santa Catarina) “aonde não cheguei”. A *Relação das Capitanias* de Pedro de Sousa Pereira, provedor da Fazenda do Rio de Janeiro e administrador geral das Minas do Sul do Brasil, tem caráter oficial e

(63) *Relação Diária do Cerco da Bahia de 1638*: prefácio de Serafim Leite, notas de Manuel Múrias, Lisboa, 1941. Duas cartas, de 18 e 19 de maio de 1638, foram antes publicadas in *Fronteiras* (Lisboa), ano 6, n.º 21, 9-10 (1935) e tirada uma separata, e reimpressas no vol. 93 da *Brasilliana, Páginas de História do Brasil* (229-239). Na *Relação Diária* encontra-se valiosa notícia biográfica sobre Cadena, por Nuno Lomellino da Câmara.

(64) *RIHGB* (1900), t. LXII, parte 1, 1-25.

(65) Pedro Taques, *História da Capitania de São Vicente*, São Paulo, s/d, 102-115.

(66) Pedro Taques. *ob. cit.*, 92, nota 10 B de Rodolfo Garcia in Varnhagen, *História Geral do Brasil*, II, 171.

administrativo, informando sobre os problemas e recomendando a solução ⁽⁶⁷⁾.

10. Antônio Pereira de Berredo

Antônio Pereira de Berredo escreveu umas “Memórias” ainda inéditas, compostas de uma série de pequenas notícias corográficas e históricas relativas às capitanias do Maranhão, Piauí, uma descrição do Pará, viagens para a descoberta do Amazonas, e efemérides várias, sendo a última a de 15 de janeiro de 1661, o que fixa a data de sua elaboração ⁽⁶⁸⁾.

11. A “Informação do Estado do Brasil”

A mais completa de todas as relações da época é a “Informação do Estado do Brasil e de suas capitanias” ⁽⁶⁹⁾, escrita por um “fiel e leal vassalo e português antigo”, e dirigida a uma personagem da Corte, ligada ao Rei, “por não ter V. Excia. as notícias cabais e necessárias de todas elas, para segundo isso informar a Sua Majestade, lh’as quis finalmente dar por papel como quem as correu, sem algum outro intento mais que o serviço de Deus, aumento do Reino e conservação das mais conquistas”. O autor anônimo começa pelo Grão Pará, “cousa tão notável e grande que os reis antigos de Castela ofereceram aos nossos de Portugal por ele o reino de Galiza, e não quiseram aceitar a troca”. O autor não se contém nos louvores e exageros, e declara que “todo o seu sertão (Pará) é ouro e prata”, ou escreve “que a Bahia é cabeça do Estado do Brasil e se considera não ter sua Majestade da cidade Lisboa afora, outra praça de maior importância, assim pela quantidade de gente que tem, como pelos seus cabedais, como também pelos seus negócios”. Descreve a costa e as povoações, légua por légua, as riquezas em açúcares que eram as maiores, os fortes e forças, estas em sua maioria compostas de velhos e incapazes, e chega à Colônia do Sacramento, fundada em 1680, sinal de que a “Informação” é posterior a esta data.

Comenta as desavenças sobre demarcações com os castelhanos, o que avança a obra para depois de 1751, tratado de que resultaram as demarcações, sustenta os direitos de Portugal àquelas terras da Colônia ⁽⁷⁰⁾ e escreve: “Desta situação ⁽⁷¹⁾ têm os castelhanos grandes cócegas e ciúmes, não tanto pelas terras a beira-mar quanto por lhe cortarem pelo nosso rumo a serra do Potosi, que vem correndo para a parte do Norte e dizem se termina na altura de Porto Seguro; estas terras que conhecida-mente pertencem ao nosso reino de Portugal se vai o castelhano senhorean-

(67) Publicada no “Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa” (Arquivo Histórico Ultramarino), ABN, vol. XXXIX, 205-208, n.º 1.840.

(68) *Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, Lisboa, 1938, n.º 7 (65-70), pp. 219-220.

(69) *RIHGB*, 1862, 25, 465-478. Pequeno trecho sobre os paulistas foi transcrito por Capistrano de Abreu, *Capítulos da História Colonial*, 4.ª ed. 1954, 191-192.

(70) Atual Uruguai.

(71) Domínio português de Santos à Colônia.

do delas, como é a Província do Paraguai, Vila Rica e outras muitas, que os mesmos castelhanos confessam são pertencentes ao reino de Portugal”.

Para conservação da Colônia pleiteia a vinda de mulherio, “que é o que conserva os homens”. Admirador dos paulistas, acha que Sua Majestade podia valer-se dos homens de São Paulo “porque são homens capazes de penetrar todos os sertões por onde andam continuamente sem mais sustento que caças do mato, bichos, cobras, lagartos, frutas bravas, e raízes de vários paus e não lhes é molesto andarem pelo sertão anos e anos, pelo hábito que têm feito daquela vida”. Enumera os feitos paulistas no domínio do gentio bravo e na conquista dos núcleos de resistência de negros fugidos, como os Palmares: “O sertão todo que temos povoado neste Brasil, eles o conquistaram do gentio bravo”.

Lastima o estado miserável das capitânias, a carestia da vida com a alta dos preços, que regista, e recrimina a intolerável exigência de variados tributos, dízimos, subsídios, impostos e esmolos, bem como a transferência “por deixa, ou por herança, ou por demanda” de muitas fazendas e propriedades para as religiões, que não pagam tributos. “Se Sua Majestade com tempo não acudir a isto, em breves anos se reduzirão as conquistas da América ao estado da Índia... onde há conventos com renda anual e Sua Majestade não tem cousa alguma.”

O Autor não teme apontar ao Rei os desmandos e desordens, pois os “seculares tinham receio de pleitos com os religiosos e quando eram vizinhos acabaram largando por baixo preço a terra”. Censura os missionários, que só queriam “terras e mais terras”, com o pretexto de que são para os índios; “o título é santo, o intuito diabólico”. Acha que de 3 em 3 anos se deviam retirar os governadores e que os desembargadores são régulos e deuses e critica as ladroíces infernais dos provedores da fazenda e do tribunal dos defuntos e ausentes. Revela a falta total de justiça em Pernambuco, “onde mais gente se tem morto a espingarda depois de sua restauração (1654) do que matara a mesma guerra”.

Talvez seja este o espírito mais livre que escreveu sobre o Brasil seiscentista, revelando as desordens e desmandos dos governadores, administradores e religiosos, das minorias dirigentes luso-brasileiras sempre tão inferiores ao povo, sendo que dos paulistas ele soube louvar e enaltecer as qualidades de bravura, coragem, decisão e constância.

12. A Relação e Notícia de vários sucessos no Brasil

A Relação e Notícia de vários sucessos no Brasil. Cópia de uma Carta, que por hum das Naos que proximately chegarão mandou a hum seu correspondente nesta Corte Luís Agostinho Varella assistente no Rio de Janeiro, com outras mais notícias, extrahidas de várias cartas mais recopiladas nesta Relação ⁽⁷²⁾, colige variada informação sobre o Brasil,

(72) Lisboa, 1754. Faz parte da Coleção Barbosa Machado e se encontra colecionada no volume *Notícias históricas e Militares da América, colligidas por Diogo Barbosa Machado, Abade da Igreja de Santo Adrião de Sever, e Acadêmico da Academia Real, ABN, 1881, VIII, n.º 1.584, p. 377.*

extraídas de cartas mandadas do Rio de Janeiro. A principal notícia era das operações militares em que se achava ocupada a capitania, o alistamento voluntário na tropa e os continuos exercícios que se faziam, o que sugeria conjecturar sobre movimentos bélicos. Os soldados se exercitavam em ataques e outras coisas, mostrando disposição para empresas maiores. Aos 9 de março de 1754 — o que marca a data da composição da *Relação* — chegaram ao Rio de Janeiro duas naus de guerra que tinham em outro tempo ido com gente de guerra à costa d'África. Relata as dificuldades imensas sofridas por soldados e marinheiros nestas naus ao chegarem ao Cabo da Esperança. Trata da África, de Moçambique, da dificuldade de vencer os negros daquela costa africana, do avanço pelo interior, das lutas com os africanos, da volta ao porto de Moçambique e daí a volta para o Rio. A *Relação* não tem o menor interesse para o Brasil e se indica isto para evitar que se perca tempo consultando-a.

13. “Máximas propostas” por D. Rodrigo José de Menezes e Castro

Nas “Máximas propostas a S. M. para melhor Governo do Brasil”⁽⁷³⁾, tenta o autor D. Rodrigo José de Menezes e Castro, depois Conde de Cavaleiros, Governador de Minas Gerais (1780-1783), que se dêem mais amplos poderes aos governadores. Merece ser editado pela importância de suas reflexões.

Da mesma maneira deve-se procurar encontrar e publicar a “Descrição Topographica, Ecclesiastica e Civil e Natural do Estado do Brasil”, composta por Bernardo Vieira Ravasco (Salvador, Bahia, 1617 — Idem, 1697)⁽⁷⁴⁾, irmão do Padre Antônio Vieira⁽⁷⁵⁾.

Capistrano de Abreu, em carta de 5 de junho de 1886 a Lino de Assunção⁽⁷⁶⁾, depois de referir-se à descoberta da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, escreve-lhe: “Quem sabe si não sucederá o mesmo com a *Descrição topographica e historica da Bahia de Todos os Santos*, escrita por Bernardo Vieira Ravasco, irmão do padre Antônio Vieira? Ainda existia no tempo de Barbosa Machado que dela dá notícia.

“Em tuas investigações pelos arquivos e bibliotecas, peço-te que te lembres dela; a sua importância deve ser capital; primeiro, porque o Século XVII é muito menos conhecido, em consequência da guerra holandesa ao norte e da fundação da Colônia do Sacramento ao sul terem absorvido toda a atenção dos historiadores; segundo, porque Bernardo Vieira Ravasco foi muitos anos secretário d'estado do Brasil, e portanto todos os documentos e papéis oficiais passavam-lhe pela mão; terceiro, porque ele era muito inteligente e perspicaz.”

(73) Lisboa, 1780 in Carlos Alberto Ferreira *Inventário dos Manuscritos da Biblioteca da Ajuda Referentes à América do Sul*, Coimbra, 1946, p. 597, n.º 1.995.

(74) Vide citação in Alberto Lamego *A Academia Brasileira dos Renascidos*, Paris, 1923, 67.

(75) Sacramento Blake *Diccionario Bibliographico Brazileiro*, Rio de Janeiro, 1883, 1, 421-422.

(76) Luís Silveira (editor). *Cartas de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção*, Lisboa, 1946, p. 50.

CAPITULO III

OS INSTRUMENTOS DO TRABALHO

1. Os Instrumentos do trabalho histórico. 2. Diogo Barbosa Machado. 3. Antônio Caetano de Sousa. 4. Antônio de Santa Maria Jaboatão. 5. Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca.

1. Os Instrumentos do trabalho histórico

O que se deu na Europa por volta do século dezessete, ao se criarem as disciplinas auxiliares que impulsionaram a crítica histórica e com ela o desenvolvimento geral da historiografia, verificou-se no Brasil no século dezoito, quando não só em Portugal, como no Brasil, apareceram as grandes bibliografias históricas, as genealogias e as academias promotoras do cultivo oficial da literatura e da história.

2. Diogo Barbosa Machado

A primeira figura é Diogo Barbosa Machado (Lisboa, 1632 — Lisboa, 1772), um dos primeiros cinquenta acadêmicos da Academia Real da História Portuguesa, ao lado de Antônio Caetano de Sousa, Alexandre de Gusmão, o Conde de Ericeira (D. Francisco Xavier de Menezes), Rafael Bluteau, que pelos seus trabalhos ajudaram o desenvolvimento da historiografia brasileira ⁽¹⁾.

A grande obra de Barbosa Machado é a *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica e Chronologica* ⁽²⁾ e seus outros trabalhos, todos secundários, estão registrados pelo seu continuador Inocêncio Francisco da Silva ⁽³⁾.

Sua fonte principal foi a *Bibliotheca Lusitana* escrita pelo Padre Francisco Galvão (? — Évora, 1627), livro original que registrava 677 autores portugueses com muitas circunstâncias individuais. Já se escrevia em 1721, que para a Biblioteca Histórica que Barbosa Machado prometera escrever, o autor (Francisco Galvão) dava “muita luz, unindo-se aos que

(1) A história da Academia se lê em José Silvestre Ribeiro, *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarquia*, Lisboa, 1871-1885, 14 vols.

(2) ...na qual se compreende a notícia dos autores portugueses, e das obras que computaram desde o tempo da promulgação da Lei da Graça até o tempo presente Lisboa, 1741-1759, 4 vols.

(3) DBP, 2, 144-147, 9, 120.

sobre este assunto escreveram João Franco Bernardo, João Soares de Brito e o Padre Francisco da Cruz da Companhia de Jesus” (4).

A *Bibliotheca Lusitana* é a coroa de todos esses esforços e só veio a ser superada pelo *Diccionario Bibliographico Portuguez* de Inocêncio Francisco da Silva (5).

Matheus Saraiva — em carta escrita do Rio de Janeiro, aos 20 de outubro de 1742 (6), que estudou filosofia e depois medicina, natural de Lisboa (1687 — ?) e foi médico no Rio de Janeiro, do presídio e da Câmara, e foi depois nomeado cirurgião-mor do Rio de Janeiro — comunicou a Diogo Barbosa as obras que compusera ou estava compondo a “De Re Medica” e a “De Re Naturali” e pedia que o mesmo lhe desse o crédito que ele pensava merecer da erudita pena de Barbosa Machado, que a ele se referiu, embora nenhuma dessas duas obras tenham sido publicadas e sim suas orações acadêmicas (7).

Escreve Afonso Taunay que Pedro Taques já era septuagenário quando conheceu Barbosa Machado e teve o prazer de conhecer a sua admirável coleção (8).

Já me referi ao que de Diogo disse seu irmão Inácio, que lhe era muito inferior.

Barbosa Machado escreveu ainda as *Memórias para a história de Portugal, que compreendem o governo d'el Rey D. Sebastião* . . . (9)

Como bibliógrafo sua influência foi preciosa à formação dos estudos brasileiros, e todos os eruditos tiveram de recorrer à *Bibliotheca Lusitana*, ainda depois de publicado o *Diccionario* de Inocêncio Francisco da Silva. Sua influência se exerceu ainda como bibliógrafo e a sua esplêndida e escolhida livraria, que guarda seu nome, veio com D. João, Príncipe Regente, e constituiu o acervo inicial da Biblioteca Nacional, negociada e comprada pelo governo brasileiro no reconhecimento da Independência, e não doada como geralmente se pensa.

Segundo o estudo de Vale Cabral, ela constava de 34 classes, com 4.301 obras em 5.764 volumes. Abrangia várias edições *princeps*, obras raríssimas e preciosas, onde estavam representadas quase todas as edições originais de poetas e historiadores portugueses e castelhanos e quase todos os escritores ascéticos que escreveram nas duas línguas.

O mais importante são os folhetos raros, relativos à história de Portugal e do Brasil, reduzidos a um só formato, reunidos em 155 volumes, que constituíram o acervo inicial da Biblioteca Nacional.

(4) *Colleçam dos Documentos, Estatutos e Memorias da Academia Real de Historia Portuguesa*. . . ordenadas pelo conde de Vila Mayor, Secretario da Academia, Lisboa, 1721.

(5) Lisboa, 1858-1870, 9 vols., continuados por P. V. de Brito Aranha, 1883-1914, do 10.º ao 21.º vol., agora o *Guia Bibliográfico* de Ernesto Soares, Lisboa, 1972, os *Aditamentos de Martinho da Fonseca*, Lisboa, 1972 e os *Subsidios para um Diccionario de Pseudonimos Iniciaes e Obras Anonimas* por Martinho A. da Fonseca. Lisboa, 1972.

(6) *RIHGB*, 1844, 6, 365-369.

(7) *DBP* 1895, 17; 13.

(8) Afonso d'E. Taunay, *Pedro Taques e seu tempo*, S. Paulo, 1927. 65.

(9) Lisboa, 1736-1751. 6 vols.

Sua biografia foi escrita por Ramiz Galvão no primeiro volume dos *Anais da Biblioteca Nacional* como homenagem ao grande bibliógrafo e bibliófilo, a quem devia a Biblioteca a valiosa coleção que traz seu nome⁽¹⁰⁾, e a sua coleção descrita pelo mesmo Ramiz Galvão⁽¹¹⁾.

Dele escreveu em admirável síntese o esplêndido autor inglês Aubrey F. G. Bell de *A Literatura Portuguesa (História e Crítica)*⁽¹²⁾ que ele “passava vida longa em estudos bibliográficos compilando a sua magnífica e indispensável *Bibliotheca Lusitana* com uma generosa inexatidão, que se acha agradável no meio das minuciosidades pedantescas de tempos mais recentes”.

3. Antônio Caetano de Sousa

Antônio Caetano de Sousa (Lisboa, 1674 — Lisboa, 1759), clérigo regular, deputado da Junta da Bula da Cruzada, foi um dos primeiros cinquenta acadêmicos da Academia Real da História Portuguesa, e foi o grande genealogista que orientou os estudiosos brasileiros. Ele tinha bastante consciência da obra que produzia, tanto que na sessão da Academia de 25 de janeiro de 1725 declarava que “fez pausa nas suas ‘Memórias do Ultramar’ enquanto não chegam algumas notícias de que necessita para averiguação de uns pontos com que me acho embaraçado”, mas da sua aplicação “resultará um geral serviço a todos os meus venerandos colegas”, a obra “será um socorro que poupando-lhes trabalho, lhes será tão útil, como muitas vezes precisam”, e que “vem a ser a *História Genealógica da Casa Real de Portugal*, reduzida a táboas, seguindo a série dos nossos reis antigos, com todas as suas descendências, a Casa Real hoje felizmente reinante, e todas aquelas, que têm a honra de descender por Baronia de nossos Reis. Ao que ajuntarei algumas ilustrações por sua ordem e suposto que suscintas, de sorte, que possam instruir e dar conhecimento das mais insígnies ações dos nossos Monarcas, e daqueles heróis que recebendo deles o sangue e o valor, se fizeram conhecidos e respeitados.

“Esta obra”, continua autodescrevendo sua grande *História Genealógica*, “é um mapa de pequeno ponto, mas nele se verá toda a história dos nossos Reinos, livre de disputas, pois todos os pontos mais principais, ou sejam militares ou políticos, nela se contêm. Sigo as opiniões mais certas, e aquelas, que ao juízo dos doutos e mais prudentes escritores são de uma indisputável verdade”. E continuando suas informações aos seus colegas da Academia, Antônio Caetano de Sousa acrescentava: “Seguirei o mais provável, na segura opinião dos mais exatos professores deste estudo, que não é tão inútil, como alguns inconsideradamente publicam, porque a genealogia é uma parte inseparável da História, que é geral, quando se forma somente particular a genealogia. Não pode ser bom historiador, a

(10) *ABN*, 1876, vol. 1, 187, 1-43.

(11) *ABN*, 1, 248-265; II, 128-191; III, 162-181, 279-311; VIII, 221-431; e modernamente por Rosemarie E. Horch, “Catálogo dos folhetos da Coleção Barbosa Machado”, *ABN*, 1972, vol. 92, 11-251.

(12) Coimbra, 1931.

quem falte sequer uma breve notícia dela, pois quando na sua História der a conhecer as pessoas somente pelos seus merecimentos, parece-lhe ignore a qualidade, que lhe deu nascimento. Porque tão grande erro será em um historiador, tratar a um senhor grande, sem diferença de um homem particular, como um homem, que se fizer fidalgo, honrado, tratá-lo como aqueles que são de mais ilustre caráter, porque a categoria deve ser observada com distinção, em um, e outro sexo, e esta é a maior dificuldade” (13).

Em novembro de 1725 (14) voltava a falar na Academia sobre sua obra e esclarecia: “entrara a dividir esta obra em três partes: tratando na primeira da Casa Real Antiga, que compreende desde o Conde D. Henrique, até o Reinado d’el Rei D. Sebastião e seu tio El-Rey D. Henrique; na segunda da Casa Real Reinante, com a sereníssima Casa de Bragança, e de todas as famílias que têm a honra de procederem dela por baronia; e na terceira das famílias que por baronia procedem dos nossos Reis antigos”. Comunicava por fim que não podia fazer juízo certo sobre o tempo que gastaria na composição das partes, por ser a matéria larga não só pelo muito que compreendia, mas pela sua averiguação que na genealogia era a parte mais dificultosa. Apesar de todas as dificuldades ele prosseguiria com o mesmo gosto e cuidado, com que lhe dera princípio “para que com a maior brevidade a possa sujeitar à censura da Academia”.

A transcrição de suas palavras ditas na Academia é longa, mas revela o esforço do autor, e pelo seu método e resultado, a enorme influência que iria ter no desabrochar dos estudos genealógicos brasileiros de Pedro Taques, de Jaboatão, de Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, de Loreto Couto.

Aos 24 de julho de 1726 comunicava que “apesar dos esforços que exige sua *História Genealógica*, não se esqueceu das ‘Memórias das Igrejas Ultramarinas’” e que está arrumando um “Catálogo dos Bispos da Igreja de Ceuta”, a mais antiga conquista portuguesa.

Aos 3 de agosto de 1730 ele entregava o 1.º tomo de Genealogia e aos 16 de novembro do mesmo ano repetia a entrega do 1.º tomo, que estava sendo examinado pelo Conde de Ericeira, e por Martinho de Mendonça de Pina e Proença; a segunda parte já estava pronta. Convencido do seu trabalho, afirmava “que nenhum outro vassalo de V. M. de tantos e tão eruditos na História e na Genealogia até agora empreendeu, e quando não consiga a perfeição que merece a matéria de que se forma, ninguém me negará o trabalho de empreender o assunto. Os defeitos do Autor serão dissimulados pelo assunto”.

Aos 23 de maio de 1727, doente, prosseguia os trabalhos e relatava o que fizera na genealogia, e nas “Memórias”, e aos 22 de outubro do mesmo ano voltava a falar: “esta matéria a mais nobre, a mais alta, e também a mais difícil de que se compõe a História, é tomada genericamen-

(13) *Collecção dos Documentos, Estatutos e Memórias da História Portuguesa, ob. cit.*, Lisboa 1725, sessão de 25 de janeiro de 1725.

(14) *Collecção cit.*

te sem separação de partes, porque a genealogia não é menos necessária para a inteligência da História política, do que a geografia. Se a História de que é objeto um herói, refere suas ações mais ilustres, com que se fez célebre no grande teatro do Mundo, a genealogia o dá a conhecer, investigando a sua origem, fazendo-o respeitado, antes que nascido na memorável antigüidade, de que deduz o seu princípio, ficando assim mais ditosa a sua posteridade”.

Revela nesta mesma sessão que “da Real Casa de Bragança descendem 3.268 pessoas entre soberanos da Europa e muitas famílias ilustres”. A obra foi trabalhosa e exigiu tempo para as pesquisas que realizou; assim aos 5 de março de 1733 ainda não entregara o 2.º volume porque continuava nas diligências.

Aos 15 de abril de 1734, Antônio Caetano volta falar na Academia já com 4 volumes impressos, que “não há neste gênero obra mais estimável pelas muitas notícias que pela primeira vez aparecem, pelo grande número de instrumentos autênticos com que tudo se confirma, tirados e decifrados com incrível trabalho dos melhores arquivos”. Desde 1735 é louvado pela “perfeita contextura da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (15) dando a conhecer nela e no seu Proêmio (1.º vol. publicado) as sólidas notícias que tem desta Ciência e sua vasta erudição”.

Além de *História*, Antônio Caetano publicou as *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa tiradas dos instrumentos do Archivo da Torre do Tombo* (16), o *Indice geral dos appellidos, nomes próprios, e cousas notaveis que se compreendem nos treze tomos da Historia Genealogica e dos documentos compreendidos nos seis volumes de Provas com qu se acha autorizada a mesma Historia* (17) e a *Serie dos Reis de Portugal, reduzida a taboas genealogicas com breve noticia historica* (18), as *Memorias historicas e genealogicas dos grandes de Portugal* (19).

Além disso tudo — que é muito — deixou inédito o “Catálogo dos Arcebispos da Bahia e mais Bispos seus suffragâneos que Antônio Caetano de Sousa, clérigo regular, ofereceu à Academia Real de História” (20),

Com esta formidável obra no sentido quantitativo e com a importância que então se dava à genealogia, Antônio Caetano exerceu uma influência formidável sobre todos os historiadores brasileiros, oitocentistas e posteriores, os que já citamos, e mais Domingos do Loreto Couto, que o chama de douto autor (21) e nele buscaram muita informação para o estudo das capitanias.

Afonso Taunay contou a profunda veneração que Pedro Taques tinha por Antônio Caetano de Sousa (22). O período fora fértil em eruditos, e estimulara a investigação documental que em Portugal exerceram Diogo

(15) Lisboa, 1735-1748, 12 tomos.

(16) Lisboa, 1739-1748, 6 tomos.

(17) Lisboa, 1749.

(18) Lisboa, 1743, obra raríssima por terem sido publicados apenas 25 exemplares.

(19) Lisboa, 1739.

(20) O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro possui cópia.

(21) “Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco” *ABN*, 1904, XXV, p. 91, n.º 75.

(22) *Pedro Taques e seu tempo, ob. cit.*, p. 65.

Barbosa Machado, Antônio Caetano, Rafael Bluteau, Frei Joaquim Sousa Viterbo, Antônio Ribeiro dos Santos e Antônio Caetano do Amaral.

Na *Teoria da História do Brasil* dei-lhe o destaque merecido ⁽²³⁾.

4. Jaboatão

Já tratamos de frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, como autor da história franciscana no Brasil, mas aqui ele entra com o seu “Catálogo genealógico das principais famílias que procederam de Albuquerque e Cavalcantes em Pernambuco, e Caramurus na Bahia” ⁽²⁴⁾.

A lição viera de Antônio Caetano de Sousa, mas a genealogia em Jaboatão assumia aspectos sociais, indispensáveis à reconstituição da sociedade brasileira. Mesmo àqueles que não tiveram esse intuito, a riqueza da informação familiar permite conclusões sociais, como acentuei e exemplifiquei na *Teoria da História do Brasil* ⁽²⁵⁾.

No “Catálogo” Jaboatão não se descuidou das fontes de que se utilizou, tratou da guerra holandesa, de senhores de engenho, de casados com pretas, de índios, do sertão, de apelidos, de levantes em Pernambuco, de donatários e governadores, de cristãos-novos, de órfãos, de bexigas, de morgados, de capelas, de desembargadores, de homens ricos, de crueldade contra escravos, de bastardos, de filhos naturais e de padres, dos formados em Coimbra, dos que matam padre e sofrem degredo, dos degolados, dos franciscanos, de Caramuru, de adultérios, de desquites, de mestiçagens, da limpeza de sangue, de jogadores, que jogavam tudo o engenho e a mulher, de fazendas, do Rio de Janeiro, de pestes, de estudos de latim, filosofia e teologia, dos sangradores e barbeiros.

Como se vê, um mundo de variedades que só se descobre lendo, apesar da repulsa geral que inspira um catálogo genealógico.

Afonso Costa procurou tornar mais fácil a sua consulta, levantando um Índice de famílias e um Índice Geral ⁽²⁶⁾. Mas nem isso dispensa a leitura cuidadosa do Catálogo que revela muito mais que se espera.

A genealogia foi largamente estudada no Brasil, especialmente a partir do século dezoito, como se verá neste estudo e como se verifica na bibliografia histórica ⁽²⁷⁾.

Sílvio Romero na sua *História da Literatura Brasileira* ⁽²⁸⁾ escrevendo sobre Pedro Taques faz uma observação crítica que atinge todos os genealogistas. Começa escrevendo que numa história na qual não se sentisse viva e estuante a emoção dos talentos ou a índole irrequieta da alma popular, Pedro Taques com suas longas genealogias pouco teria que ver.

(23) Comp. Ed. Nac. São Paulo, 4.ª ed. 1977, 253, 259, 263-264.

(24) *RIHGB*, 1889, t. 52, 1.ª parte, 5-489 reproduzido do original existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

(25) 4.ª ed. 1978, 257-263, esp. 261.

(26) *RIHGB*, 1948, 191, 3-279.

(27) *CEHB*, 1881, classe XIII Biografia § 1 Genealogia e Heráldica, pp. 1.297-1.300.

(28) Rio de Janeiro, J. Olympio, 4.ª ed., 1949, 2 ts., p. 247.

“No mundo da realidade, porém, quando se procura a vida do povo, não em fórmulas, mas em fatos positivos, o paulistano é talvez o mais significativo dos nossos cronistas.

“Que era antes dele a história nacional? A enumeração dos reis da metrópole e dos governadores da colônia, a biografia dos missionários, a crônica das ordens monásticas.

“Era uma história exterior, decorativa e insignificante na sua pretensão espetaculosa. Passava-se na rua, ao ar livre, é certo; porém medida num palanque ou num coreto; não era no chão das praças; no meio da onda popular. . .

“Taques tirou-a do palanque, arrancou-lhe as capas, jogou-as na rua com a introdução de um novo elemento — o povo. Não era ainda o povo brasileiro em sua totalidade, era ele escolhido, representado, *nobiliarquizado*; em suas principais famílias mas era ele. O alcance é imenso.”

A verdade, porém, é que os autores do século dezessete já haviam tratado esporadicamente do povo. É o caso de Frei Vicente e de Manuel Calado, ao contrário da *História da América Portuguesa* de Rocha Pita.

O que há de novo com Pedro Taques, Jaboatão, Borges da Fonseca e Loreto Couto é que eles começam com as nobiliarquias e as genealogias a incorporar as gentes que tiveram êxito na colônia. E não propriamente o povo, a arraia-miúda, que nem com Varnhagen aparece. Deve-se reconhecer que ao tratar dos grandes alguns pequenos aparecem.

5. Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca

Biografia

De todos só Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca (Recife 1718 — Olinda 1786) não foi ainda tratado nesta historiografia. Filho de militar português (Antônio Borges da Fonseca), governador da Paraíba (1745-1753), falecido aos 73 anos (Beira Alta, Portugal 1680 — Olinda, 1754), teve educação humanista, aprendendo latim, retórica, filosofia obtendo o grau mestre em artes, pelos estudos gerais no Colégio da Companhia de Jesus de Olinda. Seguiu a carreira militar, que era a de seu pai, e lutou pela Colônia do Sacramento (1736-41) onde obteve o posto de tenente; no regresso foi comandante da ilha de Fernando de Noronha (1741-42). Foi a Portugal (1744), quando foi admitido como familiar do Santo Ofício e recebeu a comenda de cavaleiro da Ordem de Cristo (1745). Voltou a Pernambuco como Ajudante de tenente de Mestre-de-Campo-General (1746), depois promovido a Sargento-mor (1753) e a tenente-coronel (1756).

A carreira militar serviu muito como fonte de recrutamento de posições civis de mando, como capitães e governadores. Seu pai Antônio, militar, fora governador da Paraíba e Antônio José é nomeado pelo governa-

dor de Pernambuco, D. Antônio de Sousa Manuel de Menezes, Conde de Vila Flor (1763-1768), governador do Ceará, dependente de Pernambuco, tal como seu pai.

Como administrador Borges da Fonseca governou o Ceará por dezesseis anos (1765-1781) ⁽²⁹⁾ e sobre seu governo escreveu excelente estudo o Barão de Studart ⁽³⁰⁾ no qual salienta a devassa contra o ouvidor Vitoriano Soares Barbosa, a marcha do processo, e revela a luta contra facinorosos que provocavam desordens ⁽³¹⁾ e ainda sua luta tentando minorar os efeitos da seca rigorosa de 1777-1778. Cansado e envelhecido não aguardou seu substituto, entregando o governo a uma junta interina; sobre seus secretários de governo escreveu J. B. Perdigão de Oliveira ⁽³²⁾. Seu filho do mesmo nome foi revolucionário de 1817 tendo sido preso e remetido à Bahia, donde saiu com o decreto de anistia da revolução portuguesa de 1820 ⁽³³⁾.

Ele foi militar, governador e estudioso, tendo pertencido à Academia Brasileira dos Renascidos. Em carta agradecendo sua eleição Borges da Fonseca declara já ter “muitas memórias em estudo de se pôrem a limpo e poderão servir para diversos assuntos, porque nelas se acham muitas noticias uteis da historia eclesiastica, civil e militar de Pernambuco e todas quantas pode haver com verdade, pertencentes à genealogia, na qual tenho feito maiores progressos por haver composto mais de tresentas arvores de costado, com tanta verdade, que não me perguntarão sobre elas, cousa que não possa responder com documentos veridicos”. Dizia ainda ter muitas notícias e que brevemente conseguirá todas necessárias para se escrever a segunda parte da *Nova Lusitana* ⁽³⁴⁾, que principiou Francisco Brito Freire, e afirmava ainda que com as memórias que nos restam, julgo seria conveniente completar-se uma história que é a mais verdadeira que temos, das guerras brasileiras ⁽³⁵⁾.

Obras

Esclareceu Studart que além da “Nobiliarchia Pernambucana” Borges da Fonseca escreveu uma “Memoria sobre a Capitania do Ceará” (1768) e uma “Chronologia das mesmas capitancias” (1778).

Desde Loreto Couto sabia-se dessas memórias. Este escrevera que ele era “sumamente inclinado à lição da história sagrada, como profana, versado nos ritos e cerimoniaes sagrados e nas linguas mais polidas da Europa, e muito instruido nas ciencias e artes necessarias ao carater da sua pessoa. Parece incrível que lhe reste tempo das suas grandes occupações para escrever materias tão diversas” ⁽³⁶⁾.

(29) S. M. tomou conhecimento de sua posse em 1766; ver *DHBN*, 1951, XCII, 84-85.

(30) “Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca e seu governo no Ceará”, *RIC*, 1890, IV, 189-245 e vide nota crítica de J. H. Rodrigues in *Indice Anotado da Revista do Instituto do Ceará*, Ceará 1959, 345-346.

(31) *DHBN*, 1951, XCII, 111-114.

(32) “Os Secretários de Borges da Fonseca” *RIC*, 1896, X, 134-141.

(33) *DHBN*, 1954, CVI, 134.

(34) *História da guerra brasileira*, Lisboa 1675.

(35) Alberto Lamego, *A Academia Brasileira dos Renascidos*, Paris, 1923, 114-116.

(36) D. do Loreto Couto, “Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco”, *ABN*, 1904, XXV, 28.

A "Nobiliarchia Pernambucana" foi primeiro publicada incompleta em vários números da *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano* desde o n.º IV (1864) até o XIII (1908) (37). Coube à Biblioteca Nacional editar o texto integral da "Nobiliarchia" em 1935 (38).

A edição da Biblioteca Nacional foi extraída da cópia Studart (ou cópia B), feita em 1891-1892 por Antônio Cavalcanti Albuquerque Pimentel, recolhido ao Arquivo Público do Ceará, copiada datilograficamente, trabalho concluído em abril de 1934 e denominada cópia B1, por José Antônio Gonçalves de Melo e oferecida à Biblioteca Nacional, que a publicou. Esses dados são extraídos do mais sério estudo da crítica textual feita sobre os originais e cópias da "Nobiliarchia" pelo competente e cuidadoso Professor José Antônio Gonçalves de Melo, neto (39).

A *Nobiliarchia* é um livro rico e generoso de informações biográficas, sociais, psicológicas, econômicas e raciais. Borges da Fonseca dá muitos elementos sobre a guerra holandesa, sobre os que lutaram e se tornaram heróis. Matérias sobre engenhos e senhores de engenho de grossos cabedais, morgados e apelidos são as mais tratadas. O autor fala dos desembargadores, juízes, usa muito as palavras pátria, no seu sentido de local de nascimento, e república como a coisa pública, e não o regime; não deixa de mencionar os doutores, filósofos, teólogos, oradores, advogados, médicos, cirurgiões, genealistas, mestres de solfa e dança, poetas, intérpretes, lavradores, cristãos-novos, índios. Menciona pestes, doenças, melancolias, o grande número de filhos, a mortalidade infantil, sangue limpo (raça e religião), não se esquece de anotar as mulheres formosas, os casamentos clandestinos nem os padres que fugiam com mulheres, nem a falta de clérigos, nem os levantes, os Mascates, os Palmares, os solteiros, os sem filhos. Rio, Angola, São Paulo, Minas Gerais, Índia são muito referidos. Suas fontes, quer primárias de arquivos públicos e particulares, de cartórios ou informações pessoais são sempre referidas; os livros genealógicos, a começar de Antônio Caetano de Sousa; as memórias genealógicas de José de Sá d'Albuquerque; o *Teatro Genealógico* de Manuel de Carvalho de Athayde; a bibliografia de Barbosa Machado; historiadores como Pedro de Mariz, Manuel Calado, Brito Freire, Rafael de Jesus; a *Nobiliarchia Portuguesa* de Antônio de Vilas Boas Sampaio; as *Memórias* de Duarte de Albuquerque Coelho; a *Corografia Portuguesa* de Antônio de Carvalho Costa; o historiador luso-espanhol Manuel de Faria e Sousa; Sebastião da Rocha Pita; Frei Manuel de Sá nas suas Memórias Carmelitas; o *Agiologio Lusitano* de Jorge Cardoso; Frei Vicente do Salvador, citado através do *Santuário Mariano* de Frei Agostinho de Santa Maria; Barleus; as Memórias do Capitão Jerônimo de Farias de Figueredo. Tudo isto no primeiro volume (40). No segundo (41), novamente o Senhor de Engenho é a personalidade central; a guerra holandesa o grande acontecimento histórico com seus grandes heróis; a libertação negra pela guerra; os apelidos; as alcunhas; a miscigenação, com negros e

(37) Vide descrição dos vários números in J. H. Rodrigues *Índice Anotado da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 1961, pp. 250-252.

(38) *ABN*, 1935, XLVII-XLVIII, e separata do mesmo ano.

(39) "A Nobiliarchia Pernambucana" in *Estudos Pernambucanos* Recife, 1960, 93-138.

(40) *ABN*, ob. cit., vol. 47.

(41) *ABN*, ob. cit., vol. 48.

índios; os morgados; os bastardos; os filhos naturais; os grandes cabedais dos homens ricos; as classes sociais; os homens de negócios; os desembarcadores, um dos quais degredado para o Brasil pelo crime de morte devido a uma mulher casada; os filósofos, teólogos, historiadores, genealogistas, poetas, doutores em direito, médicos; os homens com várias mulheres; os Tenórios, filhos naturais de Luís Tenório de Molina; os cristãos-velhos; a limpeza de sangue de judeu, índio ou negro; os senhores de terra; os juizes de órfãos, tão importantes na situação social colonial; os velhos de 90 e 100 anos; os casais com numerosos filhos; os casais sem filhos; os órfãos; as paixões e os crimes; os fazendeiros de gado; mercadores; rendeiros; os cristãos-novos; as lutas no Maranhão; a guerra dos Palmares e os casos pessoais; o que se casou por gosto ou por amor; o que se casou com mulher formosa; o Senhor de Engenho que joga o Engenho e a mulher; as brigas familiares; o assassinato de cônegos; os casamentos de primos e de tios e sobrinhas; as fontes de que se serviu sempre, arquivos, cartórios, informações diretas orais, e os livros dos autores já citados. Índia, Angola, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Olinda, Recife, Pernambuco são muitas vezes citados.

Aparecem novos autores como Rodrigo Mendes da Silva, cronista geral da Espanha; cita muito o *Theatro Genealógico* de D. Tivisco de Nasao Zarco y Colona, pseudônimo de Manuel de Carvalho de Athayde, refere-se a Pedro Cadena de Vilhasanti recentemente com obra publicada, muitos cadernos manuscritos que andou lendo, e novamente Duarte de Albuquerque Coelho, Antônio Caetano de Sousa, Brito Freire, o clássico Frei Antônio Brandão da *Monarchia Lusitana*, as Memórias de Antônio de Sá de Albuquerque e as de José de Sá, o *Agiologio Lusitano* de Jorge Cardoso, Rafael de Jesus, Frei Vicente do Salvador, novamente citado por intermédio de Frei Agostinho de Santa Maria, Calado, Bernardo Pereira Berredo, este só agora citado e uma segunda vez, a *Chronica* de Simão de Vasconcelos, as Memórias de Antônio José de Melo, o Nobiliário de D. Pedro, a *História Seráfica cronológica* de Frei Fernando da Soledade, o cronista-mor Manuel dos Santos autor de *Monarchia Lusitana*, e novamente os cartórios, arquivos de Mosteiros e Ordens, o *Dictionnaire historique* de Louis Moreri, Barbosa Machado, a *Corografia* de Antônio de Carvalho da Costa, as Memórias (inéditas) de Fernando Frago de Carvalho, as Memórias do capitão Antônio Feijó de Melo (42).

Crítica

Um vasto conhecimento, uma pesquisa incansável, permitem reunir a minuciosa matéria deste livro, cheio de contos e histórias, de casos e de graça, social e psicológico, racial e econômico, embora de difícil leitura e muitas vezes de uma aridez cansativa, sobretudo pelas inumeráveis repetições.

(42) Não fiz indicações bibliográficas completas, mas no estudo de José Antônio Gonçalves de Melo, neto, no *Catálogo da Exposição de História do Brasil* (1881), na *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil* (1949) de José Honório Rodrigues, e nos Dicionários de Inocêncio Francisco da Silva e de Sacramento Blake se encontram os dados completos.

Fazendo uma resenha final sobre as letras na administração pombalina, Varnhagen apenas menciona a *Nobiliarchia Pernambucana* e seu autor, sem fazer nenhum comentário.

Já Studart quando escreveu sobre o governo no Ceará do linhagista, depois de louvar-lhe os méritos como autor de uma "Memória sobre as Capitanias do Ceará" (1768) e de uma "Chronologia da mesma Capitania", afirmou que não são esses trabalhos que revelam sua inteligência e conhecimentos variados, mas sim a "Nobiliarchia", então ainda inédita e citando Antônio Joaquim de Melo disse ser "obra difficilima e de intermináveis diligências e trabalho, a qual posto que incompleta, é todavia digna de apreço por nos dar a conhecer e conservar as genealogias de muitas famílias da província". Solicitava que o governo tirasse "da obscuridade imerecida este inédito, que tanto honrará ao Brasil, como perpetuará a memória de tão erudito pernambucano" e finalizava afirmando que muitos escritores têm tirado da "Nobiliarchia" dados e interessantes observações, citando como exemplo Pereira da Costa, em cujo *Diccionario Biographico de pernambucanos celebres* ⁽⁴³⁾ figura a biografia de Borges da Fonseca, e o Dr. Guilherme Studart, com seu "Antônio José Victoriano Borges da Fonseca e seu governo no Ceará" ⁽⁴⁴⁾.

Capistrano, como sempre cauteloso, escreveu a João Lúcio de Azevedo que Taques, como todos os genealogistas, merece confiança limitada, e que o mesmo sucedia ao livro de Borges da Fonseca, ainda publicado incompletamente pela *Revista do Instituto Arqueológico* ⁽⁴⁵⁾.

O estudo mais completo e valioso, a crítica mais rigorosa, é o de José Antônio Gonçalves de Melo, neto ⁽⁴⁶⁾. Nele José Antônio faz-lhe a biografia, estuda-lhe o texto e sua cronologia, as cópias, as edições, os manuscritos genealógicos anteriores, os manuscritos diversos de informação genealógica e histórica, os livros de informação genealógica e histórica, o conceito dos contemporâneos acerca do Autor, e as notas finais.

(43) Recife, 1882.

(44) *RIC*, 1890, IV, 231-234.

(45) *Correspondência*, ed. por J. H. Rodrigues, Rio de Janeiro, 1.ª ed. Inst. Nac. do Livro, 1954, e 2.ª *idem*, *Civilização Brasileira*, 1977, 2.º vol., 75-77 em ambas.

(46) "A Nobiliarchia Pernambucana", *Estudos Pernambucanos*, Recife, 1960, 93-138.

A HISTORIOGRAFIA GERAL

1. Considerações gerais. 2. Antônio Vieira. 3. Frei Vicente do Salvador. 4. Rocha Pita. 5. Luís dos Santos Vilhena. 6. Alexandre de Gusmão.

1. Considerações Gerais

Na evolução do escrito histórico seiscentista, nenhum cronista, excetuado Frei Vicente do Salvador, cuidou da história geral. E ainda assim como a obra deste foi concluída em 1627, temos somente 27 anos de história geral deste século. O traço dominante desta historiografia é o de ser episódica: franco-maranhense, amazônica, nordestino-holandesa, bandeirante e jesuítica. As próprias crônicas-relações, gerais na descrição de toda a atualidade contemporânea brasileira, são limitadas no tempo, abrangendo apenas certas fases de atividade colonial. As histórias econômicas e sociais são mais gerais, embora os *Diálogos* apresentem a mesma limitação da *História* de Frei Vicente. Escritos em 1618, a realidade econômica que descrevem restringe-se a um pequeno período, que foi abalado por modificações estruturais relevantes, desde a invasão holandesa até a grande crise açucareira de 1687, com o pedido de moratória geral. Não há, assim, uma descrição da continuidade econômica. A *Arte de Furtar* não é um retrato social do Brasil, mas nela refletem-se as meninices e indignidades portuguesas que, no Brasil, também sofríamos. É um retrato psicossocial seiscentista da gente metropolitana e dos colonos. Como quadro geral não padece de restrições seculares. Sua limitação, antes, consiste em ser mais portuguesa que luso-brasileira. A *Economia Cristã* é também geral no espaço e no tempo, pois para defender uma tese descreve o trabalho escravo nos seiscentos. Resta Antônio Vieira, cujos escritos, a *Ánua*, a *Cópia de uma Carta* e a *Relação da Missão de Ibiapaba*, são episódios, particulares no tema e no tempo.

Mas a universalidade do seu gênio, a variedade dos seus outros escritos documentais, a multilateralidade dos aspectos fundamentais da vida luso-brasileira que captou e transmitiu às gerações futuras, dos 18 aos 91 anos, sugerem que seu nome e sua obra figurem ao lado de Frei Vicente, na historiografia geral. Ainda mais do que Frei Vicente, na riqueza da informação e na extensão da realidade apreendida, Vieira reúne e comunica os elementos estruturais e os objetivos espirituais que marcam todo o seu século. A historiografia geral desenvolve-se no século XVIII com Rocha Pita e Vilhena, duas figuras tão diferentes.

2. Antônio Vieira

“O mundo não engana, prega”, e venturosamente entendendo suas pregações, delas se aproveitando, e emendando os erros do próprio desejo⁽¹⁾, Antônio Vieira, nascido em Lisboa (6 de fevereiro de 1608; entra para a Companhia em 1623)⁽²⁾, sentiu-se desde cedo chamado a maiores coisas, como pregoeiro da palavra divina, anunciador do futuro, conselheiro real dos negócios humanos, missionário do gentio bárbaro, consolador de negros cativos e defensor de judeus oprimidos. Foi afrontado pelos modestos colonos do Maranhão e pelos grandes senhores do Santo Ofício. Pregou na Colônia, pregou na Metrópole, pregou em Roma. Foi missionário nas selvas amazônicas e ministro d’El Rei em missões diplomáticas em Paris, Haia e Roma. Foi louvado e desprezado, desdenhado e aplaudido. Percorreu milhares de lugares pelos caminhos dos sertões, viajou várias vezes pelo Atlântico, compôs catecismo em línguas indígenas e sermões reais, de admirável formosura, que o tornaram um dos maiores prosadores da língua portuguesa. Servindo a idéias, defendendo causas, sua perpetuidade não se garante só pela maneira da expressão, mas pela substância de humanidade que dela transborda⁽³⁾.

Começou sua vida pública aos 18 anos, escrevendo crônica (Ânuua) da Companhia de Jesus no Brasil (1626), disse seu primeiro sermão aos 25 anos, e de 1640 a 1655 encheu o Reino com sua voz e seus conselhos, privou com os maiores e tornou-se uma das figuras principais da política portuguesa, que ajudou a formular e a executar. De volta ao Maranhão, em 1655, submeteu os Nheengasbas e relatou a viagem à Serra de Ibiapaba; mas, expulso pelos colonos do Pará, voltou ao Reino, a solicitar a proteção da Rainha Regente. A revolução palaciana que entregou o poder a D. Pedro II tirou de Vieira a força política. Vieira foi encarcerado pela Inquisição (1665-1668) e nunca mais retomou a influência que exercera antes, entre 1640 e 1662. Em 1681, depois de quase seis anos em Roma, voltou ao Brasil, de onde se ausentara 40 anos e onde permaneceu os 17 anos finais de sua vida, entrando para a imortalidade aos 18 de julho de 1697⁽⁴⁾.

Se, como observou Aubrey Bell, Vieira não foi um literato e contudo tem sido sempre considerado como um grande clássico da língua portuguesa, do mesmo modo não foi um historiador e, no entanto, é uma fonte inesgotável, direta e fidedigna, do melhor conhecimento do Brasil seiscentista.

(1) *Cartas do Padre Antônio Vieira*, coordenadas e anotadas por João Lúcio de Azevedo, Coimbra, 1928, III, 640.

(2) Biobibliografia in S. Leite, *HCJB*, IX, 192-363.

(3) Cf. Hernani Cidade, *Padre Antônio Vieira. Estudo biográfico e crítico*, Lisboa, 1940, I, 187.

(4) A bibliografia sobre Vieira é extensa. A principal biografia é de João Lúcio de Azevedo, *História de Antônio Vieira*, Lisboa, 2 vols. 1.ª ed., 1918-1921; 2.ª ed., 1931; a principal bibliografia de e sobre Vieira é de Serafim Leite, *História*, IX, 192-363; as efemérides, *ibidem*, 402-412; crítica bibliográfica, *ibid.*, IV, XVII-XX; apreciação crítico-literária, in Hernani Cidade, *Padre Antônio Vieira*, Lisboa, 1940, I, 3-187. O inventário de seus manuscritos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro está publicado in *ABN*, v. 73, 117-200.

Em essência, Vieira foi pregador, apóstolo, político, diplomata e é por essas atividades que penetra em cheio na história de Portugal e do Brasil. Político dos mais completos e inteligentes que conheceu Portugal, pela visão avançada de suas idéias, Vieira distinguiu-se especialmente pela defesa dos cristãos-novos, contra os processos do Santo Ofício, pela admissão dos judeus dispersos pela Europa, para, com seu capital, formar duas Companhias de Comércio, a Oriental e a Ocidental, que, à semelhança das holandesas, desenvolvessem e defendessem o comércio português, na Índia e no Brasil ⁽⁵⁾. “Todo seu pensar ia aos negócios de Estado”, e suas próprias abstrações nos Sermões e nos escritos proféticos revelavam não só paixão bíblica e sabedoria religiosa, mas o objetivo moral e o fim político. Suas atividades diplomáticas visam efetivar algumas das idéias que expusera em Sermões e em papéis públicos. A guerra de Castela na Europa e as das Províncias Baixas na América e Oriente tornavam grave a situação portuguesa. Vieira, porta-voz de D. João IV, a quem convencera completamente, procura em Paris (por duas vezes), Haia (por duas vezes) e Roma (1646-1650), a aliança francesa, o acordo com a Holanda e, finalmente, a aliança com o próprio adversário.

Vieira não foi feliz em nenhuma de suas missões: não conseguiu o auxílio militar francês, nem resgatou por compra Pernambuco, levantado contra os holandeses. Não obteve, em França, a noiva para o Príncipe, não compôs Portugal com os holandeses, entregando Pernambuco a troco da paz ⁽⁶⁾, nem ajustou a aliança com Castela, num projeto audacioso, de casar a Infanta Maria Teresa, filha única de Filipe IV, com o Príncipe Teodósio, unindo de novo as duas Coroas ⁽⁷⁾.

Vieira participou dos mais intrincados problemas de sua época. Defensor dos judeus, convicto da necessidade de sua introdução em Portugal, assim como dos males e infâmias da Inquisição, advertiu o país contra esses perigos em escritos vários, com uma constância e firmeza raramente vistas, que mostram como ele nunca mentiu à sua vocação política. Denunciou ao mundo, em plena época do absoluto domínio inquisitorial, a “cegueira de delírio e o desatino intolerável” daquele Tribunal e chamou

(5) Vieira escreveu: “Razões apontadas a El Rei D. João IV a favor dos cristãos-novos, para se lhes haver de perdoar a confiscação de seus bens, que entrassem no comércio deste Reino”. *Obras Inéditas*, ed. Seabra e Antunes, Lisboa, 1856, II, 21-27; “Proposta feita a El Rei D. João IV em que se lhe representava o miserável estado do Reino, e a necessidade que tinha de admitir os Judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa” (1643), *Obras Inéditas*, II, 29-47; “Proposta que se fez ao Sereníssimo Rei D. João IV a favor da gente da nação, pelo Padre Antônio Vieira sobre a mudança dos estílos do Santo Ofício e do fisco em 1646”, *Obras Inéditas*, II, 49-75. Sua representação defendendo-se na Inquisição foi publicada: *Defesa Perante o Tribunal do Santo Ofício*, introdução e notas do Prof. Hernani Cidade, Universidade da Bahia, Bahia, 1957, 2 tomos.

(6) “Parecer que fez o Padre Antônio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses”, conhecido por aquele nome e publicado. *Obras Inéditas*, J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, Lisboa, 1857, III, 5-59, e *RIHGB*, LVI, 1.ª parte, 5-56. Escrito um pouco depois da ordem régia de 21 de outubro de 1648, que a determinou. O próprio Vieira esclareceu ao Conde de Ericelra que “este negócio não foi meu, senão resoluto e mandado expressamente por S. M. nas suas ordens”. Vide *Cartas*, III, 567-569. Vieira escrevera antes o “Parecer sobre se restaurar Pernambuco, e se comprar aos Holandeses”, *Obras Várias*, ed. Seabra e Antunes, Lisboa, 1856, I, 159-176, e *RIHGB*, LVI, 1.ª parte, 85-102.

(7) J. L. Azevedo, *História*, I, 173, 176-179; “Sermão de Ações de Graças pelo Felicíssimo Nascimento do novo Infante (15 de março de 1695)”, in *Sermões*, Deslandes, 1696, XI, 481-511. Vide também, sobre isso, *Cartas*, III, 259-268.

atenção para as calamidades que ele causava a Portugal. Pleiteou para a mercancia uma posição mais respeitável, a fim de vencer o preconceito ibérico, que a menosprezava⁽⁸⁾. Como conselheiro político de D. João IV defendeu com convicção algumas idéias fundamentais, procurando vencer os escrúpulos de consciência e o despreparo espiritual que dificultava, ao lado da corrupção administrativa e do tomar o alheio⁽⁹⁾, o florescimento do mercantilismo português. Sempre louvou as virtudes do trabalho e condenou o pecado da ociosidade; sempre propugnou pela liberdade comercial livre do possível confisco, feito em nome de heresia pelo Santo Offício; sempre defendeu que os tributos se repartissem por todos, sem privilégios e que os officios coubessem aos melhores, que não deviam exercer vários, mas um só⁽¹⁰⁾. "Porque ninguém pode fazer bem dois officios, ainda que seja o mesmo sol. O mesmo sol quando alumia um hemisfério deixa o outro às escuras. E que haja de haver homem com dez hemisférios! E que cuide, ou se cuide que em todos pode alumiar! Não vos admiro a capacidade do talento, a da consciênciã, sim." A boa eleição dos sujeitos a quem se comete o governo, o prêmio aos que se esforçavam e trabalhavam eram exemplos e imitação para todos e o primeiro princípio fundamental do bom governo colonial⁽¹¹⁾.

Por essas e outras idéias lutou sempre Vieira com convicção⁽¹²⁾, procurando emendar os erros grosseiros da política portuguesa na Metrópole e na Colônia. Mas Vieira só podia atingir com sua eloquência a camada ínfima superior, avessa a qualquer reforma que pusesse em risco seus privilégios⁽¹³⁾. Além disso, era, às vezes, adulator e cortesão, lisonjeando ao sabor das circunstâncias, sem grande apreço pelas variedades de opinião com que, nas suas profecias, via o futuro dos soberanos, transformados em Messias a salvar a Nação e fundar o Quinto Império do Mundo, sob a direção de Portugal; eram necessidades práticas, na defesa das suas idéias.

Como Apóstolo e Missionário, também participou Vieira pela ação e pela palavra na construção de sua época. Defensor da liberdade indígena, contra a cobiça dos colonos, sua pregação no púlpito e na corte não teve descanso. Dedicado por voto religioso ao serviço de índios e negros, desde cedo começou a estudar as línguas indígenas e a missionar nas aldeias da Bahia (1635-1637). Intrometido na vida política de 1640 a

(8) "Proposta a favor da gente da Nação", *ob. cit.* Procurou favorecer a indústria de tecidos. Vide Carta de 19 de março de 1675 a Duarte Ribeiro de Macedo in *Cartas*, III, 162-164, especialmente 163-164.

(9) Vide o "Sermão da Visitação de Nossa Senhora" (1640), *Sermões*, Deslandes, Lisboa, 1690, VI, 386-415, ou edição Hernani Cidade, *Padre Antônio Vieira*, Lisboa, 1940, II, 189-218, especialmente 210, e o "Sermão do Bom Ladrão" (1655), in *Sermões*, *idem*, Lisboa, 1683, III, 317-354.

(10) "Sermão da Terceira Dominga da Quaresma" (1655). *Sermões*, edição João Lisboa, Lisboa, 1679, I, 449-558.

(11) Vide o já citado "Sermão da Terceira Dominga da Quaresma" e o "Sermão da Visitação de Nossa Senhora" (1640), edição Hernani Cidade, II, 187-218, especialmente, 212-214, e "Sermão da Epifania" (1662), mesma edição, III, 355-416, especialmente 404-407.

(12) Achava Capistrano de Abreu e assim escreve em carta a João Lúcio de Azevedo, que Vieira tinha "poucas convicções inabaláveis e fundamentais" (*Correspondência*, II, 10, carta de 7 de fevereiro de 1916). João Lúcio de Azevedo considerava-o destituído de "emoção sincera e espontânea", *História de Antônio Vieira*, I, 70.

(13) Por isso chamou-as Capistrano de Abreu de "manifestações esotéricas", *Correspondência*, II, 63.

1651, voltou a missionar no Pará e no Maranhão (1651-1661). O “Sermão da Primeira Domingo da Quaresma” (1653) ⁽¹⁴⁾ condena a escravidão indígena e apela para a consciência dos moradores; o “Sermão da Quinta Domingo da Quaresma” (1654) ⁽¹⁵⁾ mostra que não há verdade no Maranhão, onde os moradores acusavam e afrontavam os jesuítas que defendiam os índios; o “Sermão de Santo Antônio” (1654) ⁽¹⁶⁾ condena a corrupção no Maranhão, as lutas internas, repreende os moradores que por causa dos negócios do algodão perdiam a consciência cativando os índios; o “Sermão do Espírito Santo” ⁽¹⁷⁾ define a pregação dos indígenas, revela as dificuldades a vencer — a língua e a rudeza da gente, e a glória do ofício de pregar a fé e salvar as almas; o “Sermão da Sexagésima” (1655) ⁽¹⁸⁾ relata as oposições dos moradores, as dificuldades da pregação, pleiteia a liberdade dos índios e das missões, define as qualidades do pregador, de sua obra, do estilo, matéria e ciência, voz e memória necessárias ao sermão que converte. Finalmente, o “Sermão da Epifania” (1662) ⁽¹⁹⁾ é o chamado “Sermão das Missões” ou “da Amazônia”, onde se relata a ação dos portugueses e dos missionários na expansão da fé no Novo Mundo, “entre os ascos é as misérias da gente mais inculta, da gente mais pobre, da gente mais vil, da gente menos gente de quantos nasceram no Mundo”. O progresso da obra de Vieira em 1654 e 1655 ⁽²⁰⁾ era evidente e causava a maior oposição dos colonos, que por duas vezes se revoltaram, em 1661 e, mais tarde, em 1684.

A vastidão da atividade jesuítica dirigida por Vieira no Maranhão e no Amazonas, reduzindo o gentio, propagando a fé e evitando o resgate, era um sucesso, só discutido pela hostilidade dos colonos, que se viam impedidos de escravizar ⁽²¹⁾. A atitude corajosa e firme de Vieira durante seis anos tornou-o extremamente impopular entre os colonos e os funcionários da Coroa, mas seu êxito na organização, pacificação e conversão indígena não encontra rival, pois a partir de 1663, quando começa seu desterro e perseguição na Corte, a lei de 1663, restabelecendo o controle e exploração laica, transformava os missionários em “meros pastores espirituais de um povo oprimido” ⁽²²⁾.

(14) *Sermões*, Deslandes, Lisboa, 1685, II, 53-85, e Hernani Cidade, III, 131-155.

(15) *Sermões*, Deslandes, Lisboa, 1685, IV, 291-317, e Hernani Cidade, III, 157-186.

(16) *Sermões*, Deslandes, Lisboa, 1682, II, 309-345, e Hernani Cidade, III, 189-227.

(17) *Sermões*, Deslandes, Lisboa, 1683, III, 392-429, e Hernani Cidade, III, 313-351.

(18) *Sermões*, J. Lisboa, Lisboa, 1579, I, 1-86, Hernani Cidade, III, 231-268.

(19) *Sermões*, Deslandes, Lisboa, 1685, IV, 491-549, e H. Cidade, III, 355-416.

(20) Sobre suas atividades em 1653, leiam-se as Cartas LXII (20 de maio de 1653) dirigidas a D. João, e a LXIV (22 de maio do mesmo ano) endereçada ao Provincial do Brasil, in *Cartas*, ed. J. L. de Azevedo, I, 306-313, e 316-355. A primeira define sua atitude em relação ao cativo, e a segunda é, além disso, uma descrição histórica do motim de 1653.

(21) O sucesso da obra se vê in *Cartas de Antônio Vieira*, ed. de J. L. de Azevedo, I (Tempos de Missionário), 269-592, especialmente Carta LXV, pp. 355-383, e LXXVI, pp. 383-416, dirigida ao Provincial em 1654; e as cartas ao Rei D. João IV, LXVII e LXVIII, ambas de 4 de abril de 1654, pp. 416-431, especialmente a de 6 de abril de 1654 (LXIX, pp. 431-441).

(22) Capistrano de Abreu, que não foi muito simpático à oratória vieiriana, escreveu a João Lúcio de Azevedo, em 14 de abril de 1918: “entre os colonos e os jesuítas minha posição é bem definida: sou pelos jesuítas”, *Correspondência*, II, 95. O ponto de vista jesuítico, in S. Leite, *HCB*, IV, 44-68; o leigo in J. L. de Azevedo, *História de Antônio Vieira*, 2.ª ed., 1931, I, 208-254; e *idem*, *Os Jesuítas na Grão Pará*, Coimbra, 1930, 62-100; apreciação crítica católica, mas não jesuítica, in Mathias C. Kiemen, O. F. M., *The Indian Policy of Portugal in the Amazon Region*, 1641-1693, Washington, 1954, 70-117 e 183-184.

A grande e admirável fortuna de Vieira foi a catequese dos Nheengabas, da Ilha de Marajó, em 1654, inimigos dos portugueses desde o começo da colonização, e a conversão dos índios da Serra de Ibiapaba, aliados dos holandeses, quando do domínio destes no Nordeste do Brasil ⁽²³⁾. A rigorosa rejeição dos jesuítas aos pedidos de trabalho indígena na forma de serviço pessoal, motivo da luta entre os colonos, que defendiam seus interesses materiais, e os missionários, que mantinham os princípios legais promulgados pela Coroa, foi também seguida com todas as suas conseqüências na América Espanhola ⁽²⁴⁾, apesar das vozes que a condenavam.

Na verdade, uma grande diferença distingue as duas posições: de um lado, os jesuítas mantinham os índios com o fim de reduzi-los à fé e se valiam de alguns para a manutenção da missão, ou para ajudá-los nas entradas, a serviço da catequese; de outro, os colonos queriam os indígenas para os serviços reprodutivos de sua própria economia, na defesa de seus interesses privados. A economia pública e especialmente as labutas do algodão dependiam de trabalhadores e, na falta destes, pois todos queriam ser senhores, de escravos; os índios eram mais fáceis de ser obtidos que os negros, mão-de-obra cara no Maranhão. Conhecedor da realidade humana e das necessidades econômicas, Vieira pregou várias vezes sobre o problema dos negros ⁽²⁵⁾ na Bahia, quando ainda se iniciava nos mistérios do apostolado, e no Maranhão, quando, maduro, enfrentava o problema das relações negros, índios e escravidão. Em 1633 não tem uma palavra de recriminação ao inferno do trabalho escravo nos engenhos; diz à gente preta, tirada das brenhas da Etiópia, que foi um grande milagre que eles se pudessem salvar, enquanto seus pais, sem o lume da fé, se perdiam, e aconselha-os se dediquem, apesar do contínuo trabalho, ao rosário. Nem uma palavra de condenação à escravidão, nem uma palavra de censura aos maus tratamentos. No "Sermão XXVII", pronunciado talvez 50 anos depois, quando de volta à Bahia ⁽²⁶⁾, define-se Vieira condenando a escravidão em geral e as desumanidades dos senhores em particular, mas reconhece a legalidade do cativo. "Não há escravo no Brasil — e mais quando vejo os mais miseráveis — que não seja matéria para

(23) A pacificação dos Nheengabas está descrita por Antônio Vieira, *Cartas*, I, 549-571, primeiro publicada sob o título *Cópia de huma Carta para El Rey Nosso Senhor, Sobre as missões do Seará, do Maranhão, do Pará & do grande rio das Almas, Lisboa, 1660*. Sobre as várias edições, cf. S. Leite, *HCJB*, IX, p. 244; n.º 315. Sobre a missão à Serra de Ibiapaba, vide Antônio Vieira "Relação da Missão da Serra de Ibiapaba", in *Memórias para a História do Extincto Estado do Maranhão*, Rio de Janeiro, 1874, II 455-501; várias edições registradas in S. Leite, *História*, IX, p. 307, n.º 975.

(24) Vide Magnus Mörner, *The Political and Economic Activities of the Jesuits in the La Plata Region*, Stockholm, 1953.

(25) Vide especialmente "Sermão. Na Bahia, a Irmandade dos Pretos, de um Engenho em dia de São João Evangelista, no ano de 1633", *Maria Rosa Mystica*, Deslandes, Lisboa, 1686, IX, 484-521, e H. Cidade, *Padre Antônio Vieira*, III, 5-43; "Sermão XXVII", in *Maria Rosa Mystica*; Craesbeeckiana, 1688, X, 391-429, e Coleção H. Cidade, III, 47-88; "Sermão XX", in *Maria Rosa Mystica*, X, 149-184. H. Cidade, 91-129. As multidões indígenas exploradas pelos 800 portugueses do Pará custavam baixo preço. Vide J. L. de Azevedo, *Antônio Vieira*, I, 295.

(26) Charles R. Boxer, *A Great Luso-Brazilian Figure Padre Antônio Vieira*, S. J., 1608-1697, London, 1957, 23, nota 1. A referência à captura de Cochim feita pelos holandeses em 1663 faz crer que o sermão seja posterior a 1681, pois de 1663 a 1668 esteve perseguido pela Inquisição; em 1668 e 1669 os sermões na Capela Real não tratam da matéria, nem os de Roma (1669-1674), e entre 1675 e 1680 não prega.

mim de uma profunda meditação. Oh trato desumano em que a mercancia são homens! Oh mercancia diabólica, em que os interesses se tiram das almas alheias e os riscos são das próprias!”

Vieira retrata a relação senhor-escravo, base da economia colonial, ao escrever: “Os senhores poucos, os escravos muitos; os senhores rompendo galas, os escravos despidos e nus; os senhores banquetecendo, os escravos perecendo à fome; os senhores nadando em ouro e prata, os escravos adorando-os e temendo-os como deuses; os senhores em pé apontando para o açoite, como estátuas de soberba e da tirania, os escravos prostrados com as mãos atadas atrás como imagens vilíssimas da servidão e espetáculos de extrema miséria”. E depois de condenar a injustiça e ingratidão do tratamento, Vieira pergunta aos Senhores: “Quem vos sustenta no Brasil, senão os vossos escravos? Pois se eles são os que vos dão de comer, por que lhes haveis de negar a mesa, que mais é sua que vossa?”. Condena as opressões, os castigos, mas reconhece que alguns dos cativeiros são justos, porque os permitem as leis. No “Sermão Vigésimo” discute a grande distinção que fazem os senhores entre si e os escravos e condena a vileza dos senhores que desestimam os escravos. Já antes, no “Sermão da Epifania”, perguntava Vieira se podia “haver maior inconsideração do entendimento, nem maior erro de juízo entre homens, que cuidar eu que hei de ser vosso senhor, porque nasci mais longe do Sol, e que vós haveis de ser meu escravo, porque nascestes mais perto?” E pouco adiante define claramente sua posição em relação aos índios. Por ela se pode ver que ele não condenaria a escravidão negra: “Não é minha tenção que não haja escravos, antes procurei nesta corte, como é notório e se pode ver da minha proposta, que se fizesse como se fez, uma junta dos maiores letrados sobre este ponto, e se declarassem como se declaram por lei (que lá está registrada) as causas do cativo lícito. Mas porque nós queremos só os lícitos e defendemos [proibimos] os ilícitos, por isso nos não querem naquela terra e nos lançam dela”⁽²⁷⁾. Pelo contrário, em 1661, defendendo-se, na crise da revolta do Pará, de adverso aos cativeiros, apontava Vieira como remédio a introdução dos escravos negros, como já se praticava no Estado do Brasil. “E vindo ao remédio, que se aponta, dos escravos do sertão, posto que eu o aprovo muito, e o solicitei com El Rei, insistindo S. M. que todos fossem livres, vejo porém que o dito remédio por si só não é suficiente; porque, por mais que sejam os escravos que se fazem, muitos mais são sempre os que morrem, como mostra a experiência de cada dia neste Estado, e o mostrou no do Brasil, onde os moradores nunca tiveram remédio senão depois que se serviram com escravos de Angola, por serem os índios da terra menos capazes do trabalho e de menos resistência contra as doenças, e que, por estarem perto das suas terras, mais facilmente ou fogem ou os matam as saudades delas”, escrevia na resposta a uma representação da Câmara do Pará, na qual se lastimava a miséria em que viviam os habitantes e se requeria a

(27) O “Sermão” refere-se à revolta de 1661, no Pará. Ed. H. Cidade, 1940, III, 399-400.

Vieira, como Superior das Missões, ordenasse uma entrada ao sertão a resgatar escravos (28).

Por tudo isso, como acentua João Lúcio de Azevedo, o fim de seus sermões era inculcar-lhes conformidade, pois Vieira advogara a vinda de escravos da África para libertar os índios do trabalho obrigatório. "O Brasil tem o corpo na América e a alma na África" (29). Não é assim sem razão que Charles Boxer considera Vieira, neste ponto, menos avançado que seus precursores espanhóis, como Las Casas e Tomás de Mercado, e os contemporâneos, como o jesuíta Alonso Sandoval, que denunciaram e condenaram com veemência o tráfico negreiro (30). Vieira reconheceu a escravidão como um mal necessário, embora condenasse os maus tratos e procurasse consolar os escravos da sua condição social.

As atividades de Vieira reduzindo os índios ao serviço da fé e da república "para que tenha mais súditos a Igreja e mais vassallos a Coroa", fizeram-no retomar a crônica, o relato dos sucessos de que participava, em estilo histórico, como disse de sua *Ânu*a em 1626 o padre Andreoni, autor futuro da *Cultura e Opulência do Brasil pelas suas Drogas e Minas* (1711).

Vieira sempre preferiu fazer suas próprias façanhas, que escrever sobre as alheias. Podia fazer e escrever, para que ficassem testemunhados os seus feitos. Nunca foi modesto e sempre o acabou em desprezo, para ocultar ou esconder os seus serviços. Proclamou-os, em voz alta e pública, nos seus "Sermões", ou contou-os em suas cartas aos grandes da Corte, nobres ou padres. A única vez em que verdadeiramente relatou os acontecimentos de sua época, sem envolver-se como cronista, foi na "Carta *Ânu*a do Brasil ao P. Geral da Companhia de Jesus" (31), seu primeiro escrito, porque nas demais é sua a obra que rememora para os contemporâneos, cujo julgamento sempre procurou.

Na *Ânu*a, que pelo estilo e substância mais devia pertencer à historiografia jesuítica ou à relativa aos holandeses, elogia os mortos da Companhia, entre os quais estavam o cronista Fernão Cardim, relata a invasão holandesa de 1624 e a restauração de 1625, da qual é o documento mais completo e preciso, conta as novidades do Colégio do Rio, descreve a Missão dos Patos, informa sobre a Capitania do Espírito Santo, noticia a Missão dos Mares Verdes e comunica os pormenores do Colégio de Pernam-

(28) Carta de 12 de fevereiro de 1661, publicada in *Obras Várias*, I (1856), 137-140, e *Cartas*, ed. de J. L. de Azevedo, 1925, I, 579-582.

(29) J. L. de Azevedo, *História de Antônio Vieira*, 2.ª ed., II, 285. A frase é extraída do escrito de Vieira "sobre o Padre João de Almeida", reproduzido na mesma obra, I, 400-405, vide p. 404.

(30) Charles Boxer, embora reconhecendo que virtualmente todos os teólogos e canonistas admitiam a escravidão, mostrou que houve alguns que a condenaram. Cf. *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola*, 1602-1686, London 1952, 236-240. Replicou Serafim Leite que Las Casas só a condenou quando de volta à Europa, onde viviam os que também a condenaram. Os jesuítas que sustentaram o erro da escravidão, diz S. Leite, tiveram que voltar à Europa, pois no Brasil não seria possível outra atitude. Prefácio à edição de Jorge Benci, *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, Lisboa, 1954, 8. Boxer não aceitou a justificativa, pelo deliberado desconhecimento da obra do jesuíta Alonso Sandoval (*Naturaliza, polícia sagrada improfana de todos os Etlopes*, Sevilla, 1627). Cf. *A Great Luso-Brazilian Figure Padre Antônio Vieira*, ob. cit., p. 23, nota 2.

(31) *ABN* (1897), XIX, 177-217, e *Cartas*, I (1925), 3-74. Assinado aos 30 de setembro de 1626.

bucu, acontecimentos todos “destes dois anos, depois de se fazerem todas as diligências possíveis para tirar a limpo a verdade, que as guerras de ordinário não só pretendem esconder mas sopeiam e atropelam”. A *Ánua* já revelava a posseira de suas asas, como disse Capistrano de Abreu.

A vida levou-o depois para o caminho ou o descaminho do poder, e Vieira só pregou para influir no curso do processo histórico, ou só escreveu para prestar contas das missões reais, com o que participava da própria história. Os *Sermões* ou as *Cartas* são, portanto, obra de pregação religiosa e humana e satisfação dos feitos ou frutos de seu zelo patriótico. Seus outros escritos a favor dos judeus, contra a Inquisição, ou proféticos, são obra de sua vocação política e visam mudar ou reter as correntes históricas. Por isso serviram à fabricação histórica de sua época e servem à História, como descrição da atualidade, especialmente para reconstituir o “clima de opinião” e fazer o retrato moral do povo português. Seus *Sermões* e *Cartas* não são meras rapsódias patrióticas ou exortações vazias para lutar por boa luta⁽³²⁾, são estudos de problemas espirituais e econômicos que dilaceraram a alma portuguesa saída da retomada da independência; revelam seu caráter nacional, indicam os caminhos da recuperação econômica, pintam Portugal e Brasil no quadro internacional⁽³³⁾ e buscam a salvação pelo rumo simplesmente humano ou pelas profecias do “Encoberto”, a volta de D. Sebastião, morto em Alcácer Quibir (1578), que ressurgiria para dirigir o Quinto Império do Mundo, sob a hegemonia portuguesa. O “Encoberto”, que surgiria depois dos 60 anos de cativo, foi D. João IV, foi D. Afonso VI, foi o príncipe primogênito de D. Pedro, foi este, ao sabor das circunstâncias dominantes e do seu espírito de corteção adulator. O “Encoberto”, que salvaria a Nação e se encarnaria na pessoa real, não seria o capitalismo, ou seu espírito, que tanto faltava ao país, para restabelecer no Oriente, na África e na América o poder português?⁽³⁴⁾

Mas como cronista fiel dos sucessos de sua época, afora a *Ánua*, escreveu Vieira em 1659 a *Copia de huma Carta para El Rey Nosso Senhor, Sobre as Missões do Seará, do Maranhã, do Pará & do Grande Rio das Almasónas, a Relação da Missão da Serra de Ibiapaba e a Relação dos*

(32) C. R. Boxer, *A Great Luso-Brazilian Figure, ob. cit.*, p. 6.

(33) Vários “Sermões” descrevem a guerra com os holandeses no Brasil como, por exemplo, “Sermam de Santo Antonio”, in *Sermões*, Deslandes, Lisboa, 1590, VI, 93-128; ed. H. Cidade, II, 5-37; “Sermam da Visitação de N. S. a Santa Izabel” (1638), in *Sermões*, Deslandes, 1692, VII, 423-459, e ed. H. Cidade, II, 41-76; “Sermam de Santa Cruz” (1638), in *Sermões*, Deslandes, 1690, VI, 326-354, ed. H. Cidade, II, 79-106; “Sermam XII” (1639), in *Sermões*, Deslandes, Lisboa, 1686, IX, 410-453, ed. H. Cidade, II, 109-154; “Sermam pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda” (1640), in *Sermões*, Deslandes, 1683, III, 467-496, e ed. H. Cidade, II, 157-186; “Sermão da Visitação de Nossa Senhora” (1640), in *Sermões*, Deslandes, VI (1690), 386-415, e ed. H. Cidade, II, 189-218. Nas *Cartas*, ed. de J. L. de Azevedo, o 1.º vol. é riquíssimo sobre as relações Portugal-Holanda respectivas ao Brasil.

(34) As profecias de Vieira se encontram em “Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo, primeira e segunda vida de El-Rei D. João o Quarto (1659)”, publicadas in *Obras Inéditas*, Seabra e Antunes, Lisboa, 1856, I, 83-131; *Historia do Futuro, Livro ante-primeiro prolegomeno a toda a Historia do Futuro, em que se declara o fim e se provão os fundamentos della*, A. P. Galram, Lisboa, 1718; *Historia do futuro* (fragmentos inéditos publicados por J. L. de Azevedo, extraídos do processo 1664, da Inquisição, existente na Torre do Tombo), Lisboa, 1918.

Sucessos do Maranhão ⁽³⁵⁾. Dos acontecimentos de 1624 e 1625 ele participou, mas não era ainda a figura culminante que em 1659 e 1660 promovia a conversão indígena, ou o motivo central da revolta dos colonos do Pará, em 1661. Nestas relações noticiosas, sua participação pessoal assume, especialmente na última, o caráter de prestação de contas. "Servir aos futuros, pagar aos passados e não dever nada aos presentes", sua regra de vida em 1690, parece ser a norma destes escritos, que servem à história futura, prestam contas do passado e querem mostrar que ele nada devia aos presentes atores da atualidade paraense. Não gozam, assim, da mesma isenção de 1626, nem das mesmas exaltações de outros escritos de pregação e satisfação ou de vaticínios. Sua pena dá sempre de rosto com a vida; rabisca para servi-la, não para fugir-lhe. No primeiro dá conta do estado das missões e dos progressos com que se vai adiantando a fé nas conquistas americanas do Reino. Descreve os bens espirituais e temporais das várias missões pelo Amazonas e Rio Negro (1658), pelo Tocantins, pela ilha de Marajó, onde os bárbaros índios Nheengãfbas opunham grande resistência à catequese jesuítica. Relata as negociações de amizade que aos poucos pôde estabelecer e consolidar, para a conversão de quase 40 mil almas, soleníssimo triunfo, que Vieira qualifica da maior empresa daquele ano. Notícia a missão aos índios Tabajaras, da serra de Ibiapaba, convertidos ao calvinismo pelos holandeses de Pernambuco, e agora reduzidos à obediência da Igreja e do Rei por obra de Vieira. O Estado do Maranhão estava assim "sitiado de dois poderosos inimigos que o tinham cercado e fechado entre os braços de um e outro lado; porque pela parte do Ceará o tinham cercado os Tabajaras da serra, e pela parte do cabo do Norte, que são os dois extremos do Estado, os Nheengãfbas". A matéria era importante, o perigo fora grande e a empresa conduzida por Vieira excedia aos frutos ordinários colhidos regularmente.

Na *Relação das Missões* as particularidades da história da conquista espiritual dos Tabajaras da Serra de Ibiapaba têm mais relevo. Vieira narra os esforços dos primeiros missionários Francisco Pinto e Luís Figueira, a entrada holandesa no Ceará, a confederação desses índios contra portugueses e aliados indígenas, sua chegada em 1653 no Maranhão, com ordens de S. Majestade para que a doutrina e o governo espiritual de todos os índios estivessem à conta dos religiosos da Companhia. Era então "miserável o estado da cristandade da serra", mas Vieira, animado pelo Governador André Vidal de Negreiros, parte para a Bahia, a buscar missionários, e envia dois padres à Serra. As dificuldades, perigos e trabalhos destes apóstolos para chegarem à Serra, a descrição do sítio, "uma das páginas mais formosas" ⁽³⁶⁾ de Vieira, os impedimentos à obra, as etapas do processo de catequese, as heresias e ignorância indígenas, a ação e o valor de Vieira, partindo para a Serra e obtendo o fruto final, que foi acabar (a ajustar) "com os índios, coisas que pareciam impossíveis", aí aparecem fielmente relatados.

(35) Cf. sobre as duas primeiras a nota 23. A "Relação dos Sucessos" (16627), in S. Leite, *Novas Cartas Jesuíticas*, Brasileira, vol. 194, São Paulo, 1940, 313-319.

(36) J. L. de Azevedo, *Antônio Vieira*, I, 323.

A *Relação dos Sucessos* (1662), anônima ⁽³⁷⁾, relata a expulsão dos jesuítas do Maranhão, os castigos aos rebeldes, a ação do Governador, a reviravolta do povo e a restituição dos jesuítas. É uma relação muito sumária, peça de insignificante substância, abaixo de qualquer carta de Vieira. Se é obra dele, não está à sua altura ⁽³⁸⁾.

Esta pequena amostra historiográfica deixada por Vieira, um homem que forjou, com sua palavra e seu conselho, sua ação e sua diligência, a história de seu tempo, e legou, como espólio literário, vários depoimentos para os historiadores futuros reconstituírem sua época, confirma que não era sua a vocação de historiador. Dando sempre de rosto com a vida, encarando-a de frente, participando de sua produção, Vieira não amou escrever história, mas sim fazê-la. Ainda assim, como homem de seu tempo, Vieira teve uma concepção histórica que não se pode esquecer. Para ele, a história é pragmática: toda história é mestra da vida e as leis com que deve ser praticada são a verdade da narração e ordem dos sucessos, a pontualidade dos tempos, lugares e pessoas, a notícia e ponderação dos motivos e causas de tudo em que se obrou ou omitiu. A história deve, sem ambição nem lisonja, castigar alguns defeitos dos quais se compõe não menos a perfeição. O estilo deve ser claro com brevidade ou descrito sem afetação, copioso sem redundância, corrente, fácil, notável de tal modo que enriqueça a memória, afeioe a vontade e não canse o entendimento. A arte de falar com propriedade em tudo o que abraça uma história não se estuda nas academias das ciências, senão na universalidade do mundo ⁽³⁹⁾. Seu parecer sobre a obra de Simão de Vasconcelos restringe-se ao estilo, que não o satisfazia ⁽⁴⁰⁾, e quanto ao *Portugal Restaurado* de D. Luís de Menezes, Conde da Ericeira, afora as correções fatuais relativas à sua própria participação, admirava-lhe “o método, a ordem, a disposição, a felicidade, a altiloqüência do estilo e pureza da linguagem, a arte sem afetação, a discrição, o juízo, e todas as outras excelências de que se pode compor no grau sumo o mais perfeito historiador”; as restrições estavam em “uma e outra escritura de diferença a que costuma dar à memória a antiguidade ou a vista”. E começa a corrigir os erros de fatos presenciados por ele, ou que tiveram sua cooperação, não sem antes declarar que é necessária uma grande resolução para escrever história do presente ⁽⁴¹⁾.

(37) A atribuição de autoria deve-se a Serafim Leite (*Novas Cartas Jesuíticas*, 313, nota 139), que escreve ter sido “escrita em Portugal, onde estava o Pe. Antônio Vieira, expulso do Maranhão, a seguir ao motim de 1661, e a quem informavam do mesmo Maranhão o Vigário Geral, o Governador e o Pe. Pero Luís Gonçalves”. Além disso as palavras finais da carta deste último padre transcritas na *Relação* “só podiam ser dirigidas a quem fosse chefe, como de fato era Vieira, superior da Missão”.

(38) Escritos sobre administração indígena e cartas sobre acontecimentos são inúmeras. Vide S. Leite, *HCJB*, IX, 306-310 e 235-304 respectivamente. Os acontecimentos de 1673-1684 no Maranhão, in *Cartas*, III.

(39) “Aprovação e censura que o Padre Vieira fez por ordem de S. Alteza à terceira parte da História de São Domingos da Província de Portugal, reformada pelo Padre Frei Luís de Souza”, in *Obras Várias*, ed. Seabra e Antunes, 1856, I, 225-228.

(40) F. Rodrigues, “O P. Antônio Vieira, Contradições e aplausos”, *RH*, Lisboa, 1922, XI, 92-93.

(41) Carta de 18 de agosto de 1688, ao Conde da Ericeira, in *Cartas*, ed. de J. L. de Azevedo, III, 552-554. A Carta de 23 de maio de 1689 (*idem*, 556-571) corrige um trecho de Ericeira e detalha sua participação nos negócios diplomáticos na França e Países Baixos.

Vieira foi sempre um grande leitor, e em todas as fases de sua vida, nos começos na Bahia, nos triunfos das embaixadas, no cárcere da Inquisição, nas selvas amazônicas, no retiro final, sempre andou estudando e nas suas cartas cita Tácito, P. Orósio, G. Hornio (1629-1670), professor de história de Leide, os historiadores holandeses do Brasil, J. de Laet e G. Piso, Grotius, mais conhecido como internacionalista que historiador, livros de história, e declara que tinha visto a Companhia das cinco assistências de Portugal, Espanha, França, Alemanha e Itália e fizera um estudo muito particularizado das histórias da Companhia nas línguas conhecidas, português, espanhol, francês e italiano. Apesar dessas leituras, de suas censuras nos livros a sair, Vieira não cuidou de História, senão naquilo que ela pudesse ilustrar suas futuras profecias. No famoso Sermão “Palavra do Pregador Empenhada e Defendida” (42), em que buscava restabelecer o crédito de seus vaticínios antes desmentidos, a historiografia em que busca as razões das prognoses antes de passar às matemáticas e às estrelas, ou é mitológica na pré-história (43) ou é concebida sem maiores fundamentos (44). As lições de método reduziam-se à arte de escrever e às propriedades do estilo; quanto à história, cujos autores, se os conhece, pouco os cita e deles pouco se serve, limitando-se a considerá-la necessária à educação em geral e em particular à do Príncipe (45).

Vieira não acreditava muito na história do passado e do presente, “sendo as informações dos sucessos sempre várias e na mesma variedade incertas” (46), mas sim naquela “experiência havida pelas histórias que são aquele espelho inculcado por Salomão, em que olhando para o passado se antevêem os futuros” (47). Preferiu a prognose, pois “engenhoso como era, vendo que S. Jerônimo e S. Agostinho diziam que a profecia de Isaías mais lhes parecia uma história, deduziu esta conseqüência: que pode haver história das cousas futuras quando as cousas futuras se descrevem como se fossem passadas” (48). A *História do Futuro* (49) tinha por fim provar que há de haver no mundo um novo Império bíblico universal, o Quinto, sob a hegemonia de Portugal (50) e que a hora de sua realização chegara ou estava prestes a chegar. As épocas mais frequentes de misérias e catástrofes sempre inspiraram os autores de apocalipses, e as velhas teorias da retribuição divina da virtude, segundo a qual as nações mais fiéis deveriam ser as mais benditas por Deus. Vieira não se cansa nos *Sermões* de exigir de Deus que ponha seus olhos sobre Portugal. “Pois, Senhor meu e Deus meu. . . por que vos esqueceis de tão religiosas misérias, de tão católicas tribulações?” “E será bem, supremo Senhor e Governador do Uni-

(42) *Sermões*, Deslandes, Lisboa, 1690, XIII, 139-276, e ed. H. Cidade, I, 235-311.

(43) Vide observação de Hernani Cidade, in nota 1, p. 252 da sua edição do “Sermão”.

(44) Vieira não cita um historiador, pois Justus Lipsius (1547-1606) é erudito e filólogo.

(45) “Sermão das Exéquias do Príncipe D. Teodosio”, in ed. de H. Cidade, IV, 277.

(46) Carta de 18 de agosto de 1688 ao Conde da Ericeira, in *Cartas*, III, 553.

(47) “Sermão das Exéquias”, ed. H. Cidade, IV, 291.

(48) “Cartas do Pe. Fonseca a respeito de A. Vieira”, *ABN*, XIX, 169-170.

(49) *Ob. cit.*, ed. Seabra & Antunes, 1855. Várias edições, cf. Serafim Leite, *HCJB*, IX, 311, n.º 995.

(50) Vide sobre a história, origem e desenvolvimento da idéia, J. L. de Azevedo, *Antônio Vieira*, I, 193 e seguintes e II, cap. 4, “O Vidente”, e alguns *Sermões*, especialmente “Palavra do Pregador Empenhada e Defendida”, ed. H. Cidade, I, 235-311.

verso, que às sagradas quinas de Portugal e às armas e chagas de Cristo, sucedam as heréticas listas de Holanda, rebeldes a seu rei e a Deus?" "Que a larga mão em que vós destes tantos domínios e reinos não foram mercês de vossa liberalidade, senão cautela e dissimulação de vossa ira, para aqui fora e longe de nossa pátria nos matardes, nos destruídes, nos acabardes de todo. Se esta havia de ser a paga e o fruto de nossos trabalhos, para que foi o trabalhar, para que foi o servir, para que foi o derramar tanto e tão ilustre sangue nestas conquistas?" "Assim se hão de lograr os hereges e inimigos da fé, dos trabalhos portugueses e dos suores católicos . . . Entregai aos holandeses o Brasil, entregai-lhe as Índias, entregai-lhe as Espanhas (que não são menos perigosas as conseqüências do Brasil perdido), entregai-lhe quanto temos e possuímos (como já lhe entregastes tanta parte), ponde em suas mãos o Mundo: e a nós, aos portugueses e espanhóis, deixai-nos, repudiái-nos, desfazei-nos, acabai-nos. *Mas só digo e lembro a Vossa Majestade, Senhor, que estes mesmos que agora desfavoreceis e lançais de vós, pode ser que os queirais algum dia e que os não tenhais*"⁽⁵¹⁾. A escatologia conseqüente de Vieira exigia sob ameaça uma bênção divina que não aparecia, esquecido de que em realidade todas as nações são pecadoras e que o julgamento de Deus, cujas modalidades nos escapam, se exerce sobre todas⁽⁵²⁾. Para fabricar sua *História do Futuro*, Vieira não se inspirara em Santo Agostinho, cuja *Civitate Dei* se propõe a refutar os pagãos que, em conseqüência da tomada e da pilhagem de Roma pelos Godos, lançavam essa desgraça sobre a religião cristã e começavam a blasfemar do verdadeiro Deus⁽⁵³⁾.

A concepção cristã da soberania de Deus sobre a história, em Vieira, quer prever na cidade terrestre a cidade de Deus, embora distinga o que pertence a Deus e a César. Como na mensagem do profeta, ele quer revelar a obra de Deus na história, e no Quinto Império a unidade da história na unicidade de Deus, que preside ao seu desenvolvimento. A fortuna e a aventura, termos pagãos na concepção de Santo Agostinho, aparecem no esquema de Vieira. João de Barros e Diogo do Couto haviam revelado que Portugal, nos quinhentos, possuía não uma crônica doméstica, mas uma história universal. Os acontecimentos seguintes haviam destruído em Portugal o poder de fabricar história universal. Vieira quer que a palavra de Deus revele que chegara a hora do Império do Mundo, a crônica real doméstica, novamente transformada na História universal. Para isso inspira-se no profeta Isaias, nos textos bíblicos e especialmente em Bandarra, contemporâneo de Nostradamus, um sapateiro engenhoso que desde 1540, num livro de Trovas, consignara os destinos portugueses⁽⁵⁴⁾. Mas para entender a realidade da história e tornar-se capaz de uma inteligência verdadeira do futuro era necessário não confundir a história da revelação e a história humana. Vieira confundiu-as e por isso sua *História do Futuro*, só

(51) "Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as da Holanda", ed. H. Cidade, II, 168-172. O grifo é nosso.

(52) Jean Daniélou, *Essai sur le Mystère de l'Histoire*, Paris, 1953, 269.

(53) Vieira cita Santo Agostinho e seu discípulo Paulo Orosio, autor da *Historiarum libri, VII adversus paganos*. Vide *Cartas*, ed. J. L. Azevedo, III, 598.

(54) J. L. de Azevedo. *História de António Vieira*, I, 66 e seguintes.

em parte escrita, e as *Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo* ⁽⁵⁵⁾, acabaram tão desacreditadas, apesar da influência que exerceram durante algum tempo.

Vieira sempre acreditou mais na profecia do que na história. A *História do Futuro* “é mais verdadeira que todas as do passado, porque elas em grande parte foram tiradas da fonte da mentira, que é a ignorância e malícia humana, e a nossa tirada do lume da profecia e acrescentada pelo lume da razão, que são as duas fontes da verdade humana e Divina” ⁽⁵⁶⁾.

Como se vê, ninguém mais descrente da credibilidade e fidedignidade históricas. Ninguém escreveu mais estranhas palavras sobre a objetividade histórica. “Quem quiser ver claramente a falsidade das histórias humanas leia a mesma história por diferentes escritores e verá como se encontram, se contradizem e se implicam no mesmo sucesso, sendo infalível que um só pode dizer a verdade e certo que nenhum a diz” ⁽⁵⁷⁾. “Que historiador há ou pode haver”, pergunta Vieira, “por mais diligente investigador que seja dos sucessos presentes ou passados, que não escreva por informações? E que informações há de homens que não vão envoltas em muitos erros, ou da ignorância ou da malícia? Que historiador há de tão limpo coração e tão inteiro amor da verdade que o não incline só o respeito, a lisonja, a vingança, o ódio, o amor, ou da sua ou da alheia Nação, ou do seu estranho Príncipe? Todas as penas nasceram em carne e sangue e todos na tinta de escrever misturam as cores do seu afeto” ⁽⁵⁸⁾.

Aí está todo o dilema fundamental entre a objetividade da história e a subjetividade do historiador. Vieira nunca acreditou que ele se pudesse resolver satisfatoriamente, conciliando a verdade pessoal e a certeza histórica. O historiador de coração limpo e de alma inteira pode sentir no ódio e na paixão a parte da verdade que elas contêm. Ele pode defender-se com a simpatia e a compreensão para captar o espírito dos negócios humanos. Vieira não soube separar o religioso do humano, e acabou defendendo a destruição ou o abandono do concreto, do temporal e do histórico e esqueceu que o cristianismo necessita de história para a cabal compreensão das grandes decisões criadoras de Deus, que constituem a história e convertem a precariedade humana numa verdade autêntica e eterna. Baralhando a verdade humana e a eterna, intrincando história profana e santa, confundindo a cidade de Deus da concepção augustiniana, aquela do povo de Deus, com suas variações de fidelidade e de revolta com a cidade terrestre, história humana em que Deus intervém para inscrever sua revelação, Vieira não teve a graça de compreender o mistério da história revelada, nem a recompensa de ver a história humana como um exercício, um treino para a vida eterna. Desacreditou a profecia e não acreditou na história. Viu a promessa do futuro transformar-se em realidade presente. Ganhava o futuro, prometendo-o aos presentes.

(55) “Primeira e Segunda Vida de El-Rei d. João IV. Escrito em 1659”, ed. in *Cartas*, ed. J. L. Azevedo, I, 488-597.

(56) *História do Futuro*, Lisboa, Galram, 1718, 182-183.

(57) *Ibid.*, 182.

(58) *Ibid.*, 180-181.

Vieira não foi um escritor e acabou sendo um dos maiores escritores da língua portuguesa. Vieira não foi um historiador e descreu das possibilidades da história, mas acabou sendo uma das fontes essenciais para a compreensão histórica da vida seiscentista. Vieira foi um patriota português, um dos teóricos do Poder português e foi também um dos melhores defensores dos interesses brasileiros. “Tudo o que se der à Bahia, para a Bahia há de ser. Tudo o que se tirar do Brasil, com o Brasil se há de gastar.”

Como observou Boxer, criticando João Lúcio de Azevedo, Vieira não foi um vencido ⁽⁵⁹⁾. A publicação em vida dos seus onze volumes de *Sermões*, procurados por toda a parte, até no estrangeiro, as homenagens que a Universidade do México lhe prestara, dedicando-lhe umas conclusões de teologia, com sua imagem estampada na folha de rosto ⁽⁶⁰⁾, as traduções espanholas, francesas, italianas, holandesas, e o sentimento geral que Andreoni exprimiu escrevendo dois dias depois de sua morte, revelam que “os muitos e serenos dotes que Deus nele reunira tornarão por muito tempo sensível a saudade de tão grande homem, e a aumentarão extremamente, todas as vezes que a sua lembrança que viverá eterna entre nós, despertar em nosso espírito a sua imagem que assiduamente contemplamos, o seu trato agradabilíssimo e os preclaros dotes do seu espírito” ⁽⁶¹⁾.

Vieira foi um grande homem no seu tempo e de todos os tempos e ainda hoje a apologia de sua vida tem grande atualidade. Primeiro, ele é uma expressão contemporânea da reação ocidental seiscentista contra a intolerância e a discriminação, na defesa dos oprimidos, de todos os oprimidos índios, negros e judeus. A atitude liberal jesuítica, de que ele foi o porta-voz no Brasil e em Portugal, não era característica de toda a Igreja. O zelo violento, o fanatismo e o *odium theologicum* dos seus adversários na luta contra os judeus levaram-no ao cárcere. A veia do liberalismo que ele possuía é inspiradora não só em si mesma, mas porque semeia futuro, servindo como uma lição, quando judeus e negros foram perseguidos em pleno século vinte. A indignação moral com que militou em todas as suas campanhas, especialmente contra a corrupção política e administrativa, mostra a persistência de motivos do século dezessete no Brasil contemporâneo. Exilado ou refugiado em Roma ou no Brasil, Vieira sofreu a “penalização social e política” como um pioneiro não conformista dos excessos do fanatismo religioso ou pelas visões futuristas, em relação a Portugal, de um capitalismo mercantilista indispensável ao seu desenvolvimento.

A apoteose das sociedades comerciais e do império ecumênico deificado era conseqüência da dissolução e do vácuo intelectual produzidos pelo descrédito de Portugal num gênio de extraordinária visão política. O

(59) Charles R. Boxer, *A Great Luso-Brazilian Figure*, ob. cit., 29.

(60) J. L. Azevedo, *História de António Vieira*, II, 235, e R. Ricard, *Antonio Vieira et Soror Juana Inês de la Cruz*, Coimbra, 1948. Vide Bibliografia sobre a matéria, in Serafim Leite, *HCJB*, IX, 355-356.

(61) *ABN*, XIX, 147, carta de Andreoni, escrita a 20 de Julho de 1697.

ideal e o propósito prático de incrementar e consolidar o império português, tão dissolvido na corrupção, intolerância, discriminação, desvalorização do trabalho e da atividade econômica inspiram-lhe, como experiência alternativa, a visão do "Encoberto", a defesa de judeus e negros, a condenação da ociosidade, a indignação moral contra o tomar o alheio comercial e oficial, e a apoteose do império. Vieira foi um grande doutrinador do imperialismo português.

3. Frei Vicente do Salvador

Frei Vicente do Salvador, chamado no século Vicente Rodrigues Palha, nasceu na Bahia por volta de 1564⁽⁶²⁾ e parece ter falecido entre 1636 e 1639⁽⁶³⁾. Era o filho mais velho de João Rodrigues Palha, lavrador de engenho, nos arredores do Recôncavo⁽⁶⁴⁾, casado com Mécia de Lemos.

Formado em teologia e cânones pela Universidade de Coimbra, voltou à Bahia, talvez, como conjectura Capistrano de Abreu⁽⁶⁵⁾, por volta de 1587. Tomou ordens sagradas, serviu de cônego, de vigário-geral, governador de bispado, e em 1597 tomava o hábito de São Francisco. Foi, então, mandado para Pernambuco e daí andou missionando os índios da Paraíba. Veio para o Rio de Janeiro em 1607 ou 1608 ajudar e depois dirigir as obras da fundação do convento, voltando a Olinda a lecionar os estudos da Casa. Pregador, já em 1612 era eleito na Bahia guardião da Ordem e custódio em 1614⁽⁶⁶⁾, cargos que bem revelam a autoridade que adquiriu entre seus irmãos da Ordem. Depois de uma nova viagem a Olinda, seguiu, em 1618, para a Europa, talvez desejoso, como conjectura Capistrano de Abreu, de imprimir a "Crônica da Custódia do Brasil" que compusera e que desapareceu⁽⁶⁷⁾.

Assistiu ao capítulo celebrado em Lisboa em 1619, e em 1620 ainda permanecia em Portugal. Em 1621 deve ter chegado ao Rio, segundo Capistrano de Abreu. Em 1624, aos 28 de maio, foi aprisionado na Bahia pelos holandeses, que dominavam o mar e a cidade. Vinha do Rio, onde assistira aos preparativos de defesa da cidade, ameaçada de igual ataque. Ficou preso a bordo durante quatro meses e depois serviu aos portugueses,

(62) Ao dar fim à *História*, em 1627, declara ter 63 anos. Cf. edição de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia (1931), São Paulo, 616.

(63) Cf. Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, *Novo Orbe Seráfico Brasílico*, Rio de Janeiro, 1858-59.

(64) *Primeira Visitação do Santo Officio às Partes do Brasil, Confissões da Bahia, 1591-92*, Prefácio de Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, 1935, 121. A confissão é de 24 de janeiro de 1592.

(65) As citações de Capistrano de Abreu referem-se à "Nota preliminar" que precede a edição de Frei Vicente.

(66) Foi o 10.º, 15.º e 20.º guardião da Ordem. Cf. o "Livro da Fundação deste Convento de N. S. Padre S. Francisco da Cidade de Bahia e dos prelados que a governarão, antes de ser Província e depois de separada da Província de Portugal. O qual mandou fazer o I.º Pregador e Ex. Deffor. Fr. Sebastião de Jesus e Santa Ana, sendo Ministro Provincial no ano de 1804". Códice Manuscrito da Biblioteca Nac. do Rio de Janeiro, II-34, 3, 4. Guardião é o superior de um convento e Custódio o superior de um conjunto de conventos, antes de formarem uma Província.

(67) Conforme notou Capistrano de Abreu, o único autor que fala dela com conhecimento de causa é Jorge Cardoso, no *Agiologio Lusitano*, Lisboa, 1652, t. 1, 469, t. 3, 312. Jaboatão não a viu.

que permaneceram na cidade dominada até sua libertação a 30 de abril de 1625. A 20 de dezembro de 1627 assinava a dedicatória da *História do Brasil* a Manuel Severim de Faria, erudito historiador português, irmão de Frei Cristóvão de Lisboa. Manuel Severim pôs à disposição do frade sua biblioteca “quase toda ocupada de livros históricos”, e além de escrever a história de Luís de Camões, João de Barros e Diogo do Couto, diz Frei Vicente, aos vivos excitava, dava ânimo e fervor, “para que saíam à luz com seus escritos, e folgue cada um de contar e compor sua história. Este foi o motivo que tive para sair com esta do Brasil, junto com Vossa Mercê ma querer fazer de tomar a impressão à sua custa...” (68). Manuel Severim pedira a Frei Vicente um tratado “das cousas do Brasil” e este deve ter escrito ou pelo menos rascunhado, na livraria daquele, segundo pensa Capistrano de Abreu, quase todo o primeiro livro, a maior parte do segundo e as partes dos outros dependentes de João de Barros, Pedro de Mariz, Diogo do Couto e Antônio de Herrera y Tordesillas (69).

A *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador é um dos livros mais saborosos do Brasil seiscentista, pela simplicidade do estilo, natural, sem artifícios, pela ingenuidade da narrativa, entremeada de estórias populares e ditos pitorescos. Lê-se como um romance, ou melhor, como uma coleção de contos históricos. Provavelmente o que esmoreceu o entusiasmo de Manuel Severim de Faria, que afinal não a publicou, não terá sido, como pensou Capistrano de Abreu, parecer-lhe o livro “uma coleção de documentos antes reduzidos que redigidos, mais histórias do Brasil do que história do Brasil”, e sim a falta de austeridade e gravidade, tão comuns à historiografia portuguesa anterior, do seu século, e posterior, como a de Rocha Pita, Jaboatão, Berredo, ao lado da pobreza da matéria central, a luta constante pelo domínio da multidão indígena.

A *História* consta de cinco livros e nenhum parece intacto: o primeiro descreve o descobrimento e a terra; o segundo trata do regime das donatárias, seguindo não “a ordem de tempo e antiguidade das capitânias e povoações, senão a do sítio, contiguação de umas com outras, começando do Sul para o Norte, o que não farei nos seguintes livros, em que seguirei a ordem dos tempos e sucesso das cousas” (70). O terceiro se inicia com o primeiro Governo Geral (1549) e termina com a perda de Independência de Portugal (1580). O quarto começa com o governo de Manuel Teles Barreto (1582) e os socorros espanhóis da armada de Diogo Flores de Valdez contra os corsários ingleses e franceses e termina com o governo de D. Diogo de Menezes (1606) no Norte, e de Francisco de Sousa no Sul (1609). O quinto abre com o governo de Gaspar de Sousa (1612) e trata especialmente da jornada de conquista do Maranhão e da guerra holandesa na Bahia.

(68) Dedicatória, *História*, ed. de 1931, pp. 2-3.

(69) Nota preliminar, *História*, ed. de 1931, XV.

(70) *História*, ed. de 1931, 133-134.

Frei Vicente conta a história da conquista e posse da terra e das lutas contra os índios, contra franceses e ingleses, especialmente os primeiros, que disputavam aos portugueses o domínio de trechos do litoral. Compreende a história de São Vicente ao Maranhão, mas são especialmente a Bahia e Pernambuco os centros da narração, pois neles se produzia a História. O cenário principal é um pequeno trecho do Brasil atual e a história, a dos governadores e sua ação, contada em ordem cronológica. Desde o princípio até 1627, o tema constante é a luta contra os indígenas, tabajaras, potiguaras, aimorés, tamoios, caetés, mais ou menos revoltados contra a espoliação que sofriam e os maus tratos que recebiam. Frei Vicente construiu para o primeiro século e os 27 anos do segundo uma esplêndida narrativa, genuína, fidedigna, saborosa e popular. Genuína e fidedigna porque pôde ouvir, quando não foi testemunha direta, os homens da segunda e terceira gerações no Brasil. “Ouvi dizer a homens do seu tempo (edificação de Salvador, 1549) que ainda alcancei alguns”, escreve quando trata de Tomé de Sousa ⁽⁷¹⁾; para os primeiros tempos podia recorrer, como recorreu, à tradição oral e não são poucas as vezes que se serve da expressão “se contam”, “segundo me disse como testemunha de vista e bem qualificada” ⁽⁷²⁾; e para o seu tempo utilizou-se das informações orais, algumas transmitidas pelos próprios autores das façanhas, como é o caso de Martim Soares Moreno ⁽⁷³⁾.

Saborosa pelas estórias populares que quebram a monotonia do enredo, às vezes tão militar, como por exemplo, a do soldado que falava ao cavalo, a do sobrinho de Baltazar Ferraz, que roubou ao marido sua mulher, e a da mulher casada que fugiu de seu marido com a filha formosa e a casou com um mercador holandês ⁽⁷⁴⁾. Popular, porque o povo é o índio, que aparece no texto a todo momento e também porque a história dos governadores é também a história dos sacrifícios e virtudes, dos benefícios e maldades da gente miúda branca, contra a multidão indígena e a massa negra que começava a avolumar-se. Ressentimentos de indígenas e negros retratam-se nesta crônica viva e inteligente de nossos 127 primeiros anos. A história das guerrilhas, dos assaltos, dos combates contra indígenas, franceses e holandeses para o domínio completo da costa, entremeadas de palavras, discursos e gritos ⁽⁷⁵⁾ que as personagens dizem ou bradam, e de milagres ⁽⁷⁶⁾ que se sucedem para mostrar o providencialismo histórico, não se refere à expansão pelo interior, senão a pequenas entradas à busca das minas. Por isso mesmo se justificam suas palavras tão repetidas de que “da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar

(71) *História*, ed. de 1931, 151.

(72) *Ibid.*, 94, 98.

(73) *Ibid.*, 414, 515-517.

(74) *Ibid.*, 340, 484, 534. Por ele ficamos sabendo que, no século XVII, a terça-feira era considerada dia azjago. Cf. p. 496.

(75) *Ibid.*, 187, 310, 514, 524, 565, 566, 582-583.

(76) *Ibid.*, 91, 97, 113, 488, 531, 537, 592.

como caranguejos” (77). O padre estava certo e, como mostrou Sérgio Buarque de Hollanda, o movimento bandeirante que contrariou de modo decidido os rumos da colonização portuguesa — colonização de marinha —, tomou vulto em 1627 com a expedição arrasadora de Antônio Raposo Tavares ao Guairá. Até 1627, quando Frei Vicente concluiu seu livro, nada de importante desviara a direção litoral, nem mesmo a expansão pelo Amazonas (78).

A narração de Frei Vicente é, em grande parte do livro, fonte indireta, embora fidedigna, porque baseada, como mostrou Capistrano de Abreu, nos autores contemporâneos e nas tradições orais ainda não deturpadas pela proximidade dos acontecimentos, e pela facilidade, em muitos casos, de audição dos contemporâneos ou da geração seguinte. No mais ele assiste, presencia, testemunha ou escuta os que viram ou participaram dos sucessos. Nota-se sua presença em 1604, quando possuía 40 anos de idade (79). Daí em diante várias vezes o autor aparece na história, vendo com seus olhos, ouvindo, conversando, respondendo, participando. É de crer que antes, bem antes de 1587, quando voltara ao Brasil, doutorado por Coimbra, com 23 anos, e portanto desde o fim do quarto livro, anotava para descrever a história presente, a atualidade contemporânea, como faziam ainda os historiadores do seu tempo, antes que a história fosse apenas o passado.

A concepção histórica de Frei Vicente é pragmática. “Os livros históricos são luz da verdade, vida da memória e mestres da vida” e eles “igualam os mancebos na prudência aos velhos, porque a que os velhos alcançam com larga vida e muitos discursos, podem os mancebos alcançar em poucas horas de lição, assentados em suas casas” (80). Homem de boa cultura, versado em literatura latina, história sagrada e profana, livros de viagens, sabendo espanhol e talvez italiano, Frei Vicente com aquela definição filia-se à história pragmática no Brasil. A história não é só um armazém de precedentes, mas exprime a filosofia ou as idéias professadas pelo historiador. Seu providencialismo direto pelos milagres e castigos é natural na sua formação. Quando os holandeses dominaram Salvador e os portugueses fugiram e se estabeleceram num arraial, o Bispo, escreve Frei Vicente, “fazia tão áspera penitência, que nunca mais fez a barba nem vestiu camisa, senão uma sotaina de burel, dormia mui pouco e jejuava muito, pregava e exortava a todos à emenda de suas culpas para que aplacassem a divina ira”. A invasão holandesa fora um castigo de Deus aos

(77) *Ibid.*, 19. Frei Vicente critica, de outra feita, estar a ilha de Santa Catarina despoçada “por ser de portugueses que não sabem povoar nem aproveitar-se das terras que conquistam”. *Ibid.*, 272.

(78) Sérgio Buarque de Hollanda, “Período Colonial”, *Manual de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, 1949, 398. O artigo de Jaime Cortesão, “Os Caranguejos de Frei Vicente”, in *A Manhã* (Rio de Janeiro, 30 de maio de 1948), criticando a frase como “desenfado malicioso de frade cético”, mostra a existência e importância dos portugueses em outros portos espanhóis da América do Sul e no interior do Paraguai, Argentina e Peru. Os documentos da Coleção de Angelis não revelaram a existência senão esporádica de padres jesuítas portugueses no interior de terras brasileiras no extremo sul. Só a partir de 1628 se inicia realmente a grande jornada bandeirante. Portanto, Frei Vicente não era malicioso, mas verdadeiro.

(79) *Ibid.*, 394.

(80) *Ibid.*, 1 e 2.

pecados do Brasil, escreveram Vieira, Calado e Frei Vicente, aceitando a teoria da retribuição temporal da virtude, vendo castigos nas catástrofes históricas, os povos fiéis oprimidos e os infiéis triunfantes (81).

Frei Vicente amou o país, como todos os primeiros cronistas, e louvou suas excelências, especialmente as da sua Bahia, “a melhor terra do Brasil”, como o Rio Grande do Norte seria a pior (82). Várias vezes critica a ação portuguesa, quer a real, que abandonara a terra ou descuidava do seu crescimento, quer a dos povoadores, “os quais por mais arraigados que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pretendem levar a Portugal. . . E isto não têm só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída” (83). Era o desenfado, o desdém pela terra, uma das características psicossociais desta época de mazombos. Seu nacionalismo se revela nesta e em várias outras passagens, quando escreve, por exemplo, que o Brasil “pode sustentar-se com seus portos fechados sem socorro de outras terras” (84), porque tudo dá e possui. Declara que se Portugal fosse entrado e possuísse de inimigos estrangeiros e el-rei tivesse de passar a outra terra, a nenhuma o podia melhor fazer que a esta, e que o Brasil seria um grande reino (85). Mas o tom de censura e recriminação aos portugueses transparece em várias páginas: ora para escrever que serviços do Brasil raramente se pagam, ora para dizer que as “partes transmarinas são sempre as que pagam por nossos pecados e ainda pelos alheios” (86). Mas onde melhor exprime seu sentimento é na história que conta do homem degredado pelo bispo de Leiria, o qual, zombando, ou pelo entender assim, pôs na sentença: “Vá degredado por três anos para o Brasil, donde tornará rico e honrado” (87). E assim foi com este e com outros, que aqui não trataram do que havia de ficar, mas do que haviam de levar para o reino. Este sentimento de que o Brasil era espoliado era geral. Vieira exprimiu-o também em melhor forma.

A *História do Brasil* permaneceu inédita durante mais de dois séculos. O bibliógrafo Barbosa Machado, o cronista e o genealogista franciscano Jaboatão e o cronista agostiniano Frei Agostinho de Santa Maria, todos do século XVIII, conheceram e noticiaram a obra. Varnhagen diz tê-la consultado em manuscrito na Biblioteca das Necessidades em Lisboa e João Francisco Lisboa, alguns anos mais tarde, por sugestão de Varnhagen, reencontrou o documento (88), e fez uma cópia, enviada ao Brasil, com os outros papéis que colheira em virtude de sua comissão de pesquisas na Europa. Esta cópia ficou esquecida ou abandonada de 1858 a 1882. Capistrano de Abreu contou, em nota preliminar da edição de 1918 e em cartas a João Lúcio

(81) Cf. Jean Daniélou, *Essai sur le Mystère de l'Histoire*, Paris, 1953, 159. Herbert Butterfield lembra que a União Soviética foi a mais bendita nação, nas duas Guerras, e a Alemanha a mais maldita. Cf. *Christianity and History*, Londres, 1950, 52.

(82) *História*, ob. cit., 372.

(83) *Ibid.*, 16.

(84) *Ibid.*, 50-51.

(85) *Ibid.*, 152-163.

(86) *Ibid.*, 273 e 496.

(87) *Ibid.*, 372-373.

(88) Capistrano de Abreu conta a pesquisa de João Francisco Lisboa em Portugal a conselho de Varnhagen, baseado na publicação da correspondência de ambos. Vide também José Honório Rodrigues, *A Pesquisa Histórica no Brasil*, Rio de Janeiro, 2.ª ed., 1969, 59-65; 3.ª, 1978, idem.

de Azevedo (89), como o reaparecimento do manuscrito lhe fizera reviver a emoção do humanista da Renascença diante de um códice ressuscitado da antigüidade. A história das várias edições, a primeira no *Diário Oficial* em 1886, imprimindo-se apenas os dois primeiros livros, depois reunidos no vol. 5 dos *Materiais e Achegas para a História e Geografia do Brasil* sob o título *Livros I e II da História do Brasil* (90), vem contada também na nota preliminar da edição de 1918.

A publicação integral ocorreu pela primeira vez em 1888, nos *Anais* da Biblioteca Nacional (91), com um estudo inicial de Capistrano de Abreu, diferente da pequena nota que precede a edição do *Diário Oficial* e da nota preliminar que antecede a edição de 1918, terminando por escrever que o livro de Frei Vicente “é um dos maiores em nossa literatura colonial”. A publicação integral definitiva ocorreu em 1918, trinta anos depois da primeira. Capistrano de Abreu começa nos últimos meses de 1917 a preparar o trabalho, compondo a biografia do autor e a história do manuscrito, dizendo da significação do livro na nota preliminar, escrevendo os prolegômenos que precedem cada livro, nos quais estuda as fontes do autor e indica os documentos originais conhecidos para quem quisesse aprofundar o assunto. Por volta de maio de 1918 começava a impressão e em setembro era publicado.

A edição crítica de Capistrano de Abreu é modelar, sem exemplo na história dos textos históricos, inteiramente diferente daquela que os *Anais* tinham impresso, definitiva, no texto limpo e fidedigno, soberba na erudição que informava as fontes, corrigia os enganos e esclarecia a matéria. Nunca se fizera igual no Brasil (92) e João Lúcio de Azevedo, o grande historiador português, saudava a edição escrevendo que “a penetração da crítica, o preciso das anotações, a abundância dos documentos, o conhecimento das fontes reveladas só podem surpreender aos que ignoram que lugar tem entre os sabedores da especialidade o comentador” (93).

4. Rocha Pita

Sebastião da Rocha Pita (Salvador 1660 — Salvador 1739), filho de João Velho Gondim e de Brites da Rocha Pita (94), estudou no Colégio dos Jesuítas na Bahia, conseguindo o grau de mestre em artes. É duvidosa sua formação na Universidade de Coimbra conforme sustentou Afonso

(89) *História*, nota preliminar, III-IX. *Correspondência de Capistrano de Abreu*, Rio de Janeiro, 1954-57, vol. 2, Cartas de 18 de novembro de 1916, 19 de março de 1917 e carta de 1917, sem dia e mês.

(90) No *Diário Oficial* começou a sair a 23 de julho de 1886, com uma pequena nota de Capistrano de Abreu declarando que 260 anos depois de escrita ela vinha à luz e que Lino de Assunção, seu amigo e correspondente em Lisboa, começara a tirar nova cópia na Torre do Tombo. Vide também *Cartas de Capistrano de Abreu a Lino de Assunção*, Lisboa, 1946. A edição dos dois primeiros livros é da Imp. Nac. (1887), 116 pp., e a *Gazeta* (Rio de Janeiro) de 21 de dezembro desse ano noticia o acontecimento dizendo: “A data escolhida para o aparecimento desses trechos da obra foi-o propositadamente a 20 de dezembro de 1627, Frei Vicente assinou a dedicatória que punha remate a esse trabalho, isso aos sessenta anos de idade”.

(91) Vol. 13, fasc. n.º 1, 6. O prefácio de Capistrano de Abreu contém XIX páginas. A obra 261 páginas e o Índice, 7 páginas. Trechos referentes ao Ceará foram publicados no *RIC*, t. XI (1897), 255-271.

(92) *Correspondência de Capistrano de Abreu*, Cartas citadas a João Lúcio de Azevedo e mais as de 23 de março, 14 de abril, 2 de maio, 25 e 26 de junho de 1918, vol. II.

(93) Cada prolegômeno indica também os capítulos perdidos ou provavelmente perdidos. Em 1931 nova reedição (3.ª) foi feita e Rodolfo Garcia acresceu notas de pé de página apontando novos documentos e informes, atualizando a edição.

(94) Sua biografia, sobretudo o nascimento, é motivo de grande controvérsia dos genealogistas. Vide Afonso Costa, “Sebastião da Rocha Pita visto a olho nu”, *RIHGBa*, 1950-51, n.º 76, 3-9 do rep. do *JC*, 3 de fevereiro de 1952, do mesmo autor, “Na Esteira de Rocha Pita” *JC*, 15 de março de 1953.

Costa⁽⁹⁵⁾. Casou-se com Ana Cavalcanti de Albuquerque⁽⁹⁶⁾, foi feito coronel das Ordenanças da Corte de Salvador, fidalgo da Casa Real, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, Acadêmico na Academia Real da História Portuguesa de Lisboa, da Academia dos Esquecidos da Bahia (1724)⁽⁹⁷⁾. Como Coronel nomeado em 1694 (30 de março)⁽⁹⁸⁾, título distribuído a pessoas importantes pelo respeito pessoal, pela fortuna e pela ascendência, é grande sua correspondência com os governadores e destes com ele⁽⁹⁹⁾.

Segundo Borges da Fonseca era homem muito discreto e versado em toda a literatura e insigne na arte poética⁽¹⁰⁰⁾. Da sua autoridade não havia quem duvidasse⁽¹⁰¹⁾. De sua descendência fala o linhagista duas vezes⁽¹⁰²⁾.

Domingos do Loreto Couto traça-lhe também a biografia, dizendo que "foi homem dotado de gentil presença, engenho agudo, condição afável, discreção natural, inteligência das línguas latina, italiana e castelhana, e muito versado na história secular, genealógica e poética, cujos singulares dotes lhe conciliaram universal estimação"⁽¹⁰³⁾.

Como se vê os dois linhagistas tinham por Rocha Pita considerável respeito e o reputavam escritor de mérito⁽¹⁰⁴⁾.

Escreveu Afonso Costa que tão importante era a situação social e política de Rocha Pita que em 1687 foi escolhido membro do Senado da Câmara de Salvador, sendo reeleito em 1692, 1704, 1712, 1721 conforme os *Documentos Históricos* da Prefeitura de Salvador⁽¹⁰⁵⁾.

Sua obra não se limita à *História da América Portuguesa*⁽¹⁰⁶⁾, a mais importante, mas ao *Breve Compêndio e narração do fúnebre espetáculo que na cidade da Bahia se viu na morte d'el-Rei D. Pedro II*⁽¹⁰⁷⁾; outro das exéquias da Senhora D. Leonor Josepha de Vilhena, mulher de D. Rodrigo da Costa, Governador e Capitão Geral que foi do Estado do Brasil e Vice-rei da Índia, com o título de *Sumário da vida e morte da Exma. Senhora D. Leonor Josepha de Vilhena, e das exéquias que se celebraram à sua memória na cidade da Bahia*⁽¹⁰⁸⁾.

(95) 1.º art. cit.

(96) Vide A. J. V. Borges da Fonseca, *Nobiliarchia Pernambucana*, ABN 47, 274.

(97) Seus vários sonetos recitados nas sessões apareceram reproduzidos in José Aderaldo Castello, *O Movimento Academicista no Brasil, 1641-1820/22*, Cons. Est. de Cultura, 1971, pp. 63, 93-95, 106, 122, 173, 176, 216, 222, 280 e a ele dedicados, 131, 140-147.

(98) ABN, vol. 37, doc. 26.156-26.157.

(99) Vide DHBN 1939, LXVI, 318, 1940, LXVII, 85, 1945, LXVIII, 259, 260, 262, 1945, LXIX, 17, 78, 93, 191, 269, 1946, LXXII, 28-29, e LXXIII, 45-50; e ABN 31, vol. XXXII, 125-26.

(100) "Nobiliarchia Pernambucana" ABN vol. 47, 274.

(101) "Nobiliarchia" cit., XLVII, 302 e XLVIII, 48, 405.

(102) "Nobiliarchia" cit., XLVII, 319 e XLVIII, 154, 318.

(103) "Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco", ABN vol. XXV, 39.

(104) Não se deve confundir o coronel com um alferes que aparece em outro linhagista Frei Antônio de S. Maria Jaboatão, "Catálogo Genealógico", RIHGB, 1889, t. LXII, parte 1.ª, 309, confusão desfeita por Afonso Costa no cit. art. "Sebastião da Rocha Pita visto a olho nu".

(105) Afonso Costa no cit. art. "Sebastião da Rocha Pita visto a olho nu".

(106) 1.ª ed. da A. R. de História, Lisboa, 1730, 2.ª ed. Bahia, 1878, 3.ª ed. Lisboa, 1880, 4.ª ed. Rio, Guarnier, s/d.

(107) Lisboa, 1709.

(108) Lisboa, 1721, citado por Borges da Fonseca, *ob. cit.*, vol. 47, 274 e 319, e por Loreto Couto, *ob. cit.* XXV, 40, e pelas modernas bibliografias de Inocêncio e Sacramento Blake.

Ultimamente apareceu o *Tratado Político* ⁽¹⁰⁹⁾ não referido por nenhum dos linhagistas e bibliógrafos citados.

4.1. A História da América Portuguesa

Rocha Pita começa, nas Advertências, declarando que se baseou em relações fidedignas e em informações particulares contemporâneas feitas por pessoas que conheceram as maiores partes do continente e depuseram com fidelidade, como testemunhas de fato “com a ciência de que o Autor as inquiria para compor esta História, cujo essencial instituto é a verdade”.

Afirma mais que nos dois primeiros livros descreve o corpo natural e material do Brasil, as maravilhosas obras que nele fez a natureza, as produções em vários gêneros e que procurou seguir os preceitos da História, e escrever em estilo histórico com estudo castigado.

Vem o prólogo e nele o autor diz que embora o Brasil tenha criado talentos grandes, nenhum compôs a sua História, e a Real Academia, o constituindo em acadêmico, lhe deu alentos para tentar empreender a obra. Reafirma que são seguras e fiéis as notícias que escreveu e que se o estilo parecer encarecido, ou demasiado o ornato pede se reconheça “que em mapa dilatado a variedade das figuras carece da viveza das cores e das valentias do pincel”. Para ele seu estilo ainda é humilde ou por falta de engenho, ou “por não ter visto todos os originais, fazendo a maior parte das cópias por informações, e enfim se não se contentar, aparte os olhos porque a ti te escusas o enfado e a mim a censura”.

No livro primeiro domina o louvor ao Brasil, e se conta o descobrimento e se descreve a situação geográfica, com uma pobreza de conhecimento que o faz inferior não digo a Gabriel Soares de Sousa, mas aos demais cronistas do século dezesseis. Toda esta parte geográfica, os montes, os rios, os rumos da navegação, os movimentos do oceano, e seus frutos, representa um enorme retrocesso historiográfico. Quando trata dos frutos, da cana e do açúcar, a distância que o separa de Antonil que publicou em 1711 e ele em 1730 é imensurável e sua fraqueza é disfarçada pelos requintes do estilo. E assim com o tabaco, a mandioca e a aguardente “de que consta a maior parte das embarcações, que navegam para a costa da África a buscar escravos e se gasta por eles e pela plebe do Brasil em lugar das dos Reinos”.

A superioridade que revela diante do vulgo e da plebe, do povo miúdo, é uma mostra de seu livro, que é também antigentio, discriminatório, precôncituoso. Mas mesmo escrevendo a mais lusitana história do Brasil colonial ele não nega a crueza do processo histórico. Escreve que aos portugueses custou mais que aos castelhanos as conquistas, porque “acharam tão cruel resistência e tão áspera porfia que derramaram muito sangue e perderam muitas vidas para os (índios) sujeitar, ou fazer retirar para o interior dos sertões”.

(109) Instituto Nacional do Livro, ed. prep. por Heitor Martins, Brasília, 1972.

O segundo livro é sobre a Bahia, suas prerrogativas e excelências, e nele se vê que na obra, a Bahia é o Brasil. A ufania à Bahia é motivo para sublimar ainda mais seu estilo barroco. Nele aparece também a feição oficial do livro; as instituições, as autoridades são excelentes e corretas. Quando começa a descrever as outras capitânicas, neste mesmo livro, a seguir a Bahia, seu desconhecimento é evidente, sobretudo comparado aos autores seus contemporâneos.

Seu livro raramente ultrapassa, apesar do requinte da língua, os limites de um compêndio que junta o que pode para dar uma noção de tudo. São quatorze províncias; eram oito donatárias e seis reais, e em sua época onze de S. M. e três particulares. Havia doze cidades, sessenta vilas, muitos lugares e povoações, quatro Bispados e um Arcebispado. Havia já aulas de humanidades, filosofia, teologia, e muitos naturais do Brasil têm saído a ocuparem cadeiras na Universidade de Coimbra.

“Ha mui claras familias de conhecida nobreza” e ele destaca os grandes do Brasil que ocupam no Reino e no Império posições de relevo no governo, nas profissões liberais e nas letras.

Resume os direitos reais, mas como defende sempre o governo e nunca o censura e é um baiano inteiramente alienado, servindo e servil a Portugal, escreve que do considerável número de milhões que importam à Fazenda Real “grande parte se dispende na nossa própria Região em soldos, ordenados, cômgruas, aposentadorias, mercês ordinárias, missões, ajudas de custo, esmolos, náus de guarda-costa e fortificações; luzindo em tudo a majestade, grandeza e liberalidade do nosso augusto Monarcha”.

Do livro terceiro ao décimo, no qual termina, descreve uma história fátual, na qual a cortesania e servilidade sempre dominam e nunca aparecem a liberdade, a crítica, a independência de opinião. A história é cronológica e governamental, governo por governo, como ainda hoje (1978) praticam supostos historiadores-cronistas. O livro exprime sobretudo a opinião de duas instituições, a Monarquia absoluta e a Igreja, ambas unidas na opressão, na injustiça, na espoliação de todos para uns poucos.

Muitas vezes a história de Portugal substitui a da América Portuguesa, já em si tão sumariada e tão submetida. É assim um livro de um grande cortesão, que inicia uma escola que tem seus mestres e discípulos ainda hoje, dominando instituições e universidades. A crítica é só a possível, por exemplo, ao domínio espanhol ou à conquista holandesa do nordeste brasileiro, ou então, tal como Vieira, segundo a doutrina providencialista, declara que Deus castiga, mas interroga por que castiga portugueses, sempre tão fiéis.

Há muita matéria esdrúxula, como os capítulos sobre os santos e heresiarcas do século décimo sexto, as alterações na Flandres, o congresso de Utrecht, a rebelião das Províncias Unidas, os exemplos romanos citados quando trata do benefício que resulta às monarquias do sossego da paz, na luta entre D. Afonso e D. Pedro. A história portuguesa merece pará-

grafos especiais, sem relação com a América Portuguesa, ou nos quais a monarquia portuguesa é a maior do mundo cristão, casamentos reais, a morte e o elogio não só aos Reis e Rainhas, mas aos Infantes e Príncipes. A sucessão espanhola merece vários parágrafos, e a bajulação aos Reis e Rainhas é constante, os exemplos e citações romanos e casos da Índia e da China lembrados com ou sem propósito. Se ela fosse expurgada de tantas excrescências, o livro seria muito reduzido. A impressão que se tem é que escreveu um livro não para os brasileiros, mas para Portugal, e por isso mesmo a Academia Real Portuguesa o encampou.

Não possui noção de fato histórico, e os eclipses da lua e do sol ou os cometas aparecem, como os acidentes pessoais sem influência no processo histórico. Usa a expressão revolução no sentido astronômico, corrente na época, a de revolução do tempo, e atribui à lua nova, que cobriu a baía de Guanabara, a facilidade da entrada da esquadra de Duguay-Trouin. Aos exemplos romanos juntam-se os espanhóis e os da Índia. Conta boatos, maus prenúncios e lendas, numa mixórdia que é tudo, menos história. E até a invenção da pólvora merece um parágrafo especial.

A bajulação vai sempre num crescendo que no nono capítulo e no décimo que já são história contemporânea do autor — ele terminou o livro em 1724 — ela assume proporções intoleráveis.

A guerra holandesa ocupa o livro quarto e o quinto sem relação com o tamanho da obra — dez livros sobretudo se considerarmos que dedica alguns parágrafos à descrição e história dos Países Baixos; os nomes holandeses estão todos estropiados.

Ele é antiíndio, antinegro, pró-escravidão, antijudeu, antipaulista, antiBrasil, pró-Portugal. É um colonialista empedernido de tal forma que, no Brasil, só alguns baianos, maranhenses e paraenses conseguiram ser, despojando-se da essência do caráter nacional. Os ataques holandeses não são contra os brasileiros, mas contra os portugueses, tal como sua América é portuguesa e não brasileira.

A aclamação de D. João IV, ou seja, a restauração do domínio espanhol, merece mais atenção do que normalmente é dedicada à matéria dos cronistas luso-brasileiros de sua época, porque seu livro é centrado em torno de Portugal e não do Brasil, uma colônia portuguesa. E Portugal não é senão a maior monarquia do mundo.

A restauração portuguesa traz ao Brasil e aos brasileiros pesados encargos e imposições, e Rocha Pita registra não um descontentamento como foi e como seria natural que fosse, mas um geral contentamento, e dando um grande salto cronológico cita a seguir as alterações em 1712 e 1713, e desvergonhadamente declara que com a vitória contra os holandeses cresceu o ânimo e “a esperança de se verem restituídos à sua *antiga liberdade e à suave obediência do apetecido domínio lusitano*”.

A obra obedece à estrita ordem cronológica, marcada pela sucessão de governadores coloniais da antiga capital e pelos reis ou rainhas, e príncipes portugueses, regentes ou não.

Os grandes impostos que recaem sobre os brasileiros devido ao Tratado de Paz com a Holanda e o dote para o casamento da Rainha Catarina com o Rei da Inglaterra não recebem a mais leve censura, e faz crer tenham sido recebidos com geral conformidade. Acentua muito e sempre a obediência dos vassallos brasileiros, como a convencer-se a si e aos de sua classe que todos têm idolatria pela Casa Real e pelo governo, e exalta a harmonia entre a sujeição e o domínio.

É dos primeiros cronistas a descrever a conquista do Piauí, com o destaque natural pela imensidade de suas terras para a criação do gado, e não dirime a questão da prioridade entre Domingos Afonso Sertão e Domingos Jorge Velho.

As guerras contra os índios, os cariris e outros são defendidas e louvadas, embora reconheça que afora a guerra que ensanguentava o solo, morriam os índios devido à repugnância ao cativo, e à melancolia que abatia muitos.

A descoberta das minas é vista pelo lado baiano-açucareiro, a migração de povos que provoca, o encarecimento dos escravos, os danos à economia agrícola.

Mas apesar de ser formal e oficioso ele não oculta aspectos sociais como as grandes fomes, as pestes, as secas, nem esconde as guerras dos Palmares, dos Emboabas, dos Mascates, do Maneta na Bahia, nem a revolta em Minas de 1720, todas vistas contra os negros, contra os paulistas, contra os mascates, contra a gente vil ao lado do Maneta, e contra os desatinos de 1720. Não há uma palavra de simpatia pelos movimentos populares, e sempre a condenação é rigorosa.

E aparecem também os bandoleiros, os régulos, os amotinadores, revelando a crueza da história brasileira, tese que vimos sustentando contra as idéias de uma cordialidade superficial. Nem por falar em bandidos sociais, nas revoltas, na matança de índios e negros, nas fomes e secas, ele deixa de sustentar que o povo é bonzinho e a moderação é comum aos governos. Não esquece de mostrar que a Igreja estava a serviço dos poderosos, nem esconde as grandes remessas de ouro para o Reino, a espoliação, a alienação e a oligarquia dominadora, pela parentela de governantes aliados aos grandes senhores de terra, de engenhos, de minas.

4.2. O Tratado Político

Escrito antes da *História*, o *Tratado* existia na coleção de Salvador de Mendonça, que veio depois de sua morte a fazer parte da Biblioteca Nacional⁽¹¹⁰⁾. O Instituto Nacional do Livro veio a publicá-lo, em edição preparada por Heitor Martins, que escreveu longa introdução, procurando mostrar que a obra só veio a ser conhecida na citação de pé de página que dele fizera Oliveira Lima, nos seus *Aspectos da literatura colonial*

(110) Vide "Catálogo da Coleção Salvador de Mendonça", *ABN*, 27, 1-126.

portuguesa ⁽¹¹¹⁾ e depois referida por autores de histórias menores da literatura baiana ou brasileira.

O preparador da edição cometeu o equívoco primário de descrever o códice tal como aparece no *Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra* ⁽¹¹²⁾ sem referir-se ao códice 4, 1, 23 existente na Biblioteca Nacional, seção de Manuscritos, por compra da coleção Salvador de Mendonça feita pela Biblioteca à sua filha M^lle Amélia Helena de Mendonça em 15 de dezembro de 1914. Não foi à Biblioteca Nacional, não viu o Catálogo da Coleção, não consultou o códice, e buscou em Portugal o códice que serviu de base ao texto apresentado sem nenhuma comparação com o da Biblioteca Nacional.

O preparador da edição não parece conhecer a *História da América Portuguesa* e desconhece a posição de Rocha Pita na historiografia brasileira, chegando a afirmar que ele é um “dos especialistas mais mercedores de fé”, e chama “a atenção para a necessidade de se rever toda a obra de Rocha Pita, pois ela representa um valor histórico (e ideológico) intocado até o presente”. Esse final parece revelar que Heitor Martins jamais havia lido qualquer linha da *História da América Portuguesa*, ou qualquer apreciação de historiadores do Brasil sobre o livro.

A dedicatória é de 1715, embora o livro se refira ao período da guerra de sucessão da Espanha, quando pelo Tratado de 16 de maio de 1703, Portugal juntou-se aos aliados (Inglaterra, Holanda, grande parte da Alemanha, Áustria e Sabóia) contra a França e a Espanha e conseguiu as fronteiras desejadas na Europa e na América.

Foi num momento de aparente sucesso de D. Pedro II, que ele morreu em 9 de dezembro de 1706.

O *Tratado* apresenta os defeitos da *História da América Portuguesa*, o estilo rebuscado e artificial, a cortesia e bajulação, a exemplificação da história romana, e da mitologia, a falta de pensamento, o palavreado sem sentido, a aceitação de lendas, como a da aparição de Cristo ao Rei D. Afonso e a defesa da guerra, como meio “sublime” da política.

4.3. Os Críticos da *História da América Portuguesa*

Ao sair oficialmente pela Academia Real de História foi nela saudado como excelente, o que não é de se admirar ⁽¹¹³⁾. Mas na Academia Brasileira dos Renascidos o sócio José de Oliveira Bessa escreveu: “O autor da *América Portuguesa*, a quem tocava como natural da Bahia examinar com mais extensão esse ponto (a ausência do 1.º Bispo da Bahia e o fim de sua vida), passou por ele de corrida e logo o censura por ser insatisfatório quanto a Caramuru, pois era Rocha Pita, natural da Bahia e cronista geral da América, título com que o honra um dos mais autorizados censores de sua obra” ⁽¹¹⁴⁾.

(111) Leipzig, 1896, 134-135.

(112) Coimbra, 1941, p. 1.

(113) *Colleçam de Documentos etc. ob. cit.*, p. 20.

(114) Alberto Lamego *A Academia Brasileira dos Renascidos*, Paris, 1923, 64 e 81.

Frei Gaspar da Madre de Deus advertia seus leitores que “se não fíem no autor da *América Portuguesa*, o qual muitas vezes claudica, em saindo fora da sua pátria (Bahia), sendo mais frequentes os lapsos quando trata de assuntos paulistas” (115).

Em carta a Frei Gaspar, diz Pedro Taques que Pita e Jaboaão escreveram sem documentos (116).

E Taunay no seu excelente estudo sobre *Pedro Taques e seu Tempo* (117) repete os conceitos negativos de Frei Gaspar da Madre de Deus e Pedro Taques contra Rocha Pita.

Varnhagen foi muito dubitativo. “A *História* de Rocha Pita, que ainda hoje se aprecia pelo seu colorido poético, bem que omissa em fatos essenciais, destituída de critério e alheia a intenções elevadas de formar ou melhorar o espírito nacional, fazendo avultar, sem faltar à verdade, os nobres exemplos dos antepassados, serviu de muito, por algumas de suas próprias exagerações para recomendar à metrópole o Brasil. O autor não recorreu sempre, é verdade, às mais puras fontes da história; era mais imaginativo que pensador, mais poeta e admirador do belo do que crítico, vassalo da razão e escravo das provas autênticas; querendo ser o Livro da pátria, narrando os fatos do Brasil, tinha menos presente o seu passado que tudo quanto sucedera em Roma e Cartago. Outras vezes como que pensava enobrecer e sublimar a história da colônia luso-americana, intercalando episódios largos acerca de fatos passados na metrópole, v. g. da doença ou morte deste ou daquele infante que jamais pensara no Brasil, ou da genealogia de algum analfabeto fidalgo, com a sua linhagem fabulosa entroncada por bastardia na dos reis de Leão.

“Dois defeitos, aliás, contrapostos, desta obra foram desde logo alegados quando ela se publicava. — ‘Me parece mais elogio ou panegírico que história’, dizia o censor Antônio Rodrigues da Costa, conselheiro ultramarino. ‘Algum reparo se poderá fazer na miudeza com que, em história tão sucinta, relata alguns sucessos mais dignos de horror e silêncio que memória’, acrescentava o célebre Martinho de Mendonça, que depois veio a governar Minas. Como história, esta obra apenas pode ser consultada com vantagem acerca de alguns feitos ocorridos em vida do autor, que lhe foram referidos por testemunhas que ele para esse fim inquiria, segundo sua própria declaração. Dos importantes governos de Diogo Botelho e D. Diogo de Menezes não nos transmitiu o historiador a menor notícia, que declara não haver achado. Igualmente omisso se mostra acerca dos sucessos do Maranhão, mas esta omissão veio em breve a ser suprida pela obra de Berredo, que pelo mesmo tempo se escrevia, bem que viesse a ser publicada póstuma um quarto de século depois (1749)” (118).

(115) A. d'E. Taunay “Biografia do autor” in *Memórias para a Capitania de S. Vicente..* de Frei Gaspar da Madre de Deus, S. Paulo, 1920, 20.

(116) Carta s/d in *DIHCSP*, 1896, vol. IV, p. 19.

(117) S.P. 1923, 246-247.

(118) *História Geral do Brasil*, t. IV, 41-42.

Pereira da Silva fez-lhe a biografia e uma apreciação laudativa, como sempre, sem maior mérito ⁽¹¹⁹⁾.

Capistrano não o via com bons olhos. Ao escrever os *Prolegômenos da História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, chama suas informações de farfalhantes ⁽¹²⁰⁾, mas desde 1880 ele escrevera um artigo especial sobre Rocha Pita ⁽¹²¹⁾.

Depois de louvar a iniciativa do Barão Homem de Melo de reeditar a *História* de Rocha Pita faz uma apreciação crítica que é válida até hoje. Começa falando de seu estilo “opulento, amplívago, antes brilhante que sólido, antes numeroso que variado, ligeiramente pedantesco, eivado ocasionalmente de antíteses e esmaltado de freqüentes alusões.

“Ele esmerou-se no estilo, e a este esmero não se entrega impunemente quem escreve no Brasil... insensivelmente o egotismo penetra, se esparge e domina; a preocupação da verdade entibia; a crítica entra em férias e o desejo de produzir efeito torna-se de considerável intensidade.

“O desejo de produzir efeito ramifica por todos a *História da América Portuguesa*.” E depois de exemplificar, ele fala da falta de espírito crítico comum aos seus contemporâneos. Diz que possuía inspirações de forte patriotismo — ao que contrapomos que podia ser patriotismo português. Tanto que registra sua aversão a qualquer sintoma separatista, e manifesta seu desejo de ver o Brasil unido a Portugal. Era rico, de Portugal recebera grandes distinções, e conforme suas palavras se impregnara “desse respeito que os vassallos do Brasil têm aos seus governadores que chega a parecer idolatrias”, conforme suas palavras.

Acentua a feição elogiosa de seu livro às figuras poderosas. Capistrano contou trinta elogios, e mais outros haverá, diz ele, com o título de “Memórias ou suas qualidades e empregos”.

Compara-o com Gabriel Soares ou Fernão Cardim e acentua que é inferior a esses. É valioso quando se refere aos acontecimentos contemporâneos (livros VII-X).

Mais tarde, quando mais amadurecido, Capistrano escreve “o oco e ruidoso autor da *História da América Portuguesa*” ⁽¹²²⁾. Na *Correspondência* refere-se algumas vezes a ele, e num tom depreciativo o chama “o bo-bo do Rocha Pita” ⁽¹²³⁾.

Soares de Mello, que escreveu o melhor estudo sobre os *Emboabas* ⁽¹²⁴⁾ e pela primeira vez na literatura histórica brasileira dedicou um capítulo crítico à historiografia de sua matéria, escreveu que “Rocha Pita

(119) *RIHGB*, XII, 258-276, reproduzido in *Plutarco Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1845-47, 2 vols.

(120) *Ob. cit.*, 441-442.

(121) “História Pátria”, *Gazeta de Notícias*, 23 de março de 1880, reproduzido in *Ensaio e Estudos*, ed. prep. por J. H. Rodrigues, 4.ª série, Rio de Janeiro, 1976, 117-122.

(122) “A Pretexito de uma Moeda de Ouro” in *Ensaio e Estudos*, 2.ª série, 1.ª ed. 1932, 140, 2.ª ed. 1976, 88.

(123) *Ob. cit.*, 1.ª ed. 1954, 2.ª Civilização Brasileira 1977, 42-43.

(124) São Paulo, 1929.

para narrar a luta dos emboabas socorreu-se unicamente do testemunho dos seus contemporâneos". Repara nos desconhecimentos dos documentos e conclui que "conhecesse o historiador baiano esses documentos e a sua história dos emboabas não seria, por certo, inexata e apaixonada".

Um artigo literário, sem maior conhecimento histórico, compilação de opiniões autorizadas e desautorizadas, sem contribuição real, a não ser o exame da língua empolada de Rocha Pita, pelo igualmente empolado Celso Vieira, pouco acrescenta ⁽¹²⁵⁾. Também sem maior contribuição é o discurso de Dantas Júnior na Academia de Letras da Bahia, uma compilação biográfica e histórica, ao ensejo da comemoração do terceiro centenário do historiador ⁽¹²⁶⁾.

5. Luís dos Santos Vilhena

Não há nenhum estudo biográfico sobre Vilhena e o que se sabe dele deve-se às incansáveis pesquisas de Brás do Amaral, que, além de colher os dados biográficos, foi o responsável pela primeira edição de sua obra.

Luís dos Santos Vilhena foi militar durante dez anos com exercício no Regimento de Setúbal, e empregou seu tempo ocioso no estudo das línguas latina e grega. Escusou-se do serviço militar e requereu exame de uma ou outra língua para poder livremente ensiná-las. A Real Mesa Censória não só o achou com capacidade para dar-lhe as competentes provisões, como também o empregou na cadeira de latim em Alvito, que não exerceu por doença, e quando ficou bom, ocupada a cadeira em Alvito, abriu aula pública em Lisboa. Foi em 1787 nomeado para o Serviço Real e despachado para Salvador na Bahia como professor da cadeira de língua grega.

Escreveu Vilhena ao pedir sua jubilação em 1800 que nunca se adaptou ao clima cáldido da Bahia e pelo decurso de doze ou treze anos padeceu continuada doença sem que esses muitos anos e o uso de remédios o habituassem ao clima ou lhe promettessem esperanças de restabelecimento. Tendo sua mulher também passado mal em 1797 pediu licença para ir ao Reino cuidar de sua saúde, o que obteve por um ano, sem lhe ter sido possível aproveitar-se daquela graça, ficando assim desterrado em uma colônia tão remota. Foi renovado seu emprego por mais seis anos e temendo que fosse abolida a cadeira, por assim pensar o governador, embarcou para o Reino onde pediu que fosse jubilado, com seu ordenado, "visto achar-se na decadência, que expôs no requerimento, adiantado na idade, oprimido de obrigações, e podendo sua cadeira ser conferida a José da Silva Lisboa, professor de filosofia da mesma cidade ⁽¹²⁷⁾.

Vilhena foi jubilado em 1801 por ato do Governador D. Fernando José de Portugal e Castro (1788-1801). Ele havia embarcado para Por-

(125) "Rocha Pita", *RABL*, julho-dezembro de 1938, vol. 56, 240-245.

(126) *Rocha Pita*, Universidade da Bahia, 1960, 41 pp.

(127) Documento do Arquivo Público da Bahia, encontrado e publicado por Brás do Amaral, no prefácio da obra, pp. VII-X.

tugal em 1799 e apesar de todas suas queixas contra o clima e as condições da remota colônia voltou à Bahia e aqui faleceu em 29 de junho de 1814 aos setenta anos (1744-1814) e sua mulher faleceu em 1817. Essas são as informações obtidas por Brás do Amaral, com exceção da notícia da morte devida a Anfrísia Santiago ⁽¹²⁸⁾.

Segundo suas alegações ele servira 35 anos, dez na praça de Setúbal e os restantes no Brasil como professor.

Nem Brás do Amaral, nem Edson Carneiro responsáveis pelas primeira e segunda edições de Vilhena consultaram o *Inventário dos Documentos Relativos ao Brasil* ⁽¹²⁹⁾, nos quais se registram documentos sobre o autor das *Cartas de Vilhena* ⁽¹³⁰⁾.

Nos documentos aparece o requerimento de Luís dos Santos Vilhena, professor de grego na cidade da Bahia, no qual pedia um ano de licença para, no Reino, tratar de sua saúde ⁽¹³¹⁾; o atestado do médico João Antônio Costa Ferreira, no qual declarava que Luís dos Santos Vilhena sofria de certas doenças e que precisava regressar ao Reino para se tratar ⁽¹³²⁾ e o despacho do Conselho Ultramarino concedendo a Luís dos Santos Vilhena um ano de licença ⁽¹³³⁾.

Em 1798 Luís dos Santos Vilhena juntamente com o professor Francisco Fernando Paes e Marco Antônio de Sousa atestavam a ilustração e o bom comportamento do reverendo Francisco Marinho de Sampaio e o aproveitamento de seus discípulos ⁽¹³⁴⁾.

Em fevereiro de 1799, o governador D. Fernando José de Portugal em ofício para D. Rodrigo de Sousa Coutinho informava acerca do requerimento do professor de língua grega Luís dos Santos Vilhena, no qual este pedia prorrogação de licença para a regência de sua cadeira ⁽¹³⁵⁾; já aos 16 de dezembro deste mesmo ano o governador D. Fernando escrevia ao mesmo D. Rodrigo informando ter sido reparada a nau *Infante D. Pedro* e sua partida para o Reino e que entre os passageiros seguia Luís dos Santos Vilhena e sua mulher ⁽¹³⁶⁾.

Finalmente aos 30 de agosto de 1800 D. Fernando informava a D. Rodrigo sobre a jubilação requerida por Luís dos Santos Vilhena ⁽¹³⁷⁾ e em novo ofício de 10 de agosto de 1801 o governador D. Fernando informava ao Visconde de Anadia, D. João Rodrigues de Sá e Menezes, mais tarde ministro dos Negócios da Marinha e Ultramar no primeiro gabinete de D. João no Brasil em 1808, sobre a mesma jubilação ⁽¹³⁸⁾.

(128) Os documentos foram encontrados no Arquivo Público da Bahia.

(129) Existentes no Arquivo da Marinha e do Ultramar de Lisboa, Bib. Nacional, sep. dos ABN, 1914, XXXIV, e vol. XXXVI 1916 dos ABN, ou IV da Separata.

(130) *Notícias Soteropolitanas e Brasilicas*, Bahia 1922, 2 vols., e um terceiro na Bahia 1935.

(131) Doc. 17.896, p. 503, do vol. III do *Inventário*.

(132) É da Bahia, 8 de março de 1796, anexado ao primeiro documento, que não tem data, n.º 17.897 *id.*, *id.*

(133) É de Lisboa, 3 de outubro de 1797 anexado também ao 17.896, *id.*, *id.*

(134) Bahia, 24 de março de 1798, n.º 19.220 anexado ao 19.217 no qual, o mesmo Reverendo pede sua jubilação e aposentadoria, *Inventário cit.*, vol. IV, p. 118.

(135) *Inventário cit.*, n.º 19.190, p. 100. É da Bahia, 25 de fevereiro.

(136) *Inventário cit.*, n.º 19.636-19.637, p. 171.

(137) *Inventário cit.*, n.º 20.847, p. 278.

(138) *Inventário cit.*, n.º 22.775, p. 414.

Como se vê esses documentos constituem a contrapartida dos documentos encontrados por Brás do Amaral no Arquivo Público da Bahia e incluídos no prefácio da primeira edição das *Notícias*.

Coube finalmente a D.^a Anfrísia Santiago o encontro no livro de óbitos da freguesia de Vitória (1810-1845) dos documentos sobre a morte de Vilhena e de sua mulher, o que Brás do Amaral não conseguira ⁽¹³⁹⁾.

O MANUSCRITO

O Manuscrito foi oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por Antônio Gonçalves Dias, entre 16 de setembro de 1847 e 10 de dezembro de 1852 ⁽¹⁴⁰⁾.

Mas quando houve a Exposição da História do Brasil de 1881, duas cópias foram registradas no *Catálogo* ⁽¹⁴¹⁾, uma pela colecionadora de tantos cimélios ali expostos, D. Antônia R. de Carvalho e outro pelo Instituto Histórico, certamente o oferecido por Antônio Gonçalves Dias. Mas não foi, ao que parece, nenhum desses dois manuscritos que serviu para a edição de Brás do Amaral e sim o exemplar da coleção José Carlos Rodrigues ⁽¹⁴²⁾

EDIÇÕES

1.º) *Notícias Soteropolitanas e Brasílicas Contidas em XX Cartas*, Luís dos Santos Vilhena, Annotadas pelo Prof. Brás do Amaral. Imprensa Oficial da Bahia, 1.º vol. 1922, 2.º vol. 1922 e 3.º vol. 1935. Esta edição se atém mais ao original. É precedida de uma "Comunicação feita pelo Acadêmico Brás do Amaral à Academia de Letras da Bahia" e a cada livro se seguem as Notas e Comentários de Brás do Amaral.

2.º) Luís dos Santos Vilhena, *A Bahia no Século XVIII*, Editora Itapuã, Bahia, 1969, 3 vols. Esta edição deu título novo, dispôs a matéria em três volumes, incluiu no terceiro a carta XXI sobre S. Paulo, que descoberta em 1932 mais tarde fora publicada separadamente em 1935, deu nova intitulação para as cartas que eram apenas numeradas, e com isso dando-lhes a temática, as subdivisões de cada carta por subtítulos, que distinguiam no tema maior do título, o tema subordinado do subtítulo, e finalmente a adoção da ortografia oficial. Contém ainda uma apresentação de Edson Carneiro, que resume o principal da comunicação ou prefácio de Brás do Amaral e acrescenta de novo as descobertas da Professora Anfrísia Santiago e trata das fontes, do serviço de Brás do Amaral e do valor do autor e da obra.

3.º) "Notícias Brasílicas" *PAN*, IX, 1909, 133-237. Reproduz as cartas 22, 23 e 24 da edição Brás do Amaral.

4.º) "Carta XIX em que se dá notícia da Comarca do Ceará Grande..." É a carta XIX da edição Brás do Amaral *RIC*, t. XXI, 1907, 149-181.

5.º) "Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas por Luís dos Santos Vilhena. Carta XXII..." *RIHGB*, XIII, 1908, 84-124. Reproduz a carta sobre a comarca de Lagoas (Alagoas) e a de Pernambuco.

(139) Cit. por Edson Carneiro na "Apresentação" da 2.ª ed. das *Notícias* com o título *A Bahia do Século XVIII*, Editora Itapuã, Bahia, 1969, 3 vols.

(140) "Relatório dos Manuscritos oferecidos ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", *RIHGB*, 1852, t. 15, 2.ª ed., 558.

(141) *CEHB*, n.ºs 33 e 34, p. 7.

(142) *Catálogo anotado dos livros sobre o Brasil e de alguns autógrafos e manuscritos pertencentes a J. C. Rodrigues*, Rio de Janeiro, 1907, n.º 2.544, pp. 641-644.

Só um professor de grego teria dado ao seu livro este título que soa tão mal e que poucos sabem o que significa. *Notícias Soteropolitanas*, isto é, de *Sotero* (Salvador em grego) e *polis* (cidade) e *Brasílicas*, o que revela ainda a dúvida entre brasileiro, brasiliano, brasílico. As cartas são assinadas por Amador Veríssimo de Aleteiya a um suposto Filopono. A primeira é sobre a cidade do Salvador descrita em todos os seus aspectos geográficos, sociais, econômicos, demográficos, rendimentos, exportação, despesas, o Senado da Câmara, o Tribunal da Relação. A pretensão genealógica já era notada, e ao falar dos militares, oficiais e soldados, o professor de grego não receia criticar os aspectos negativos. O livro não é simpático aos brasileiros, aos quais acusa generalizando de ociosos. Fala dos mulatos, africanos, dos senhores e senhoras, suas vestimentas, da população em geral, das classes em particular, dos problemas urbanos, dos edifícios, dos desabamentos e das igrejas. Esse primeiro capítulo dá uma idéia da força do autor, de sua capacidade de observação, de seu olho crítico e dos seus preconceitos. A segunda carta continua o tema, e quem segue a edição Itapuã vê logo a riqueza da matéria desta e de todas as demais cartas sobre a Bahia, tratando da saúde, da agricultura, da defesa, da educação, já na oitava carta.

“As memórias que desta cidade temos, tanto escritas, como por tradição, fazem saudades aos seus presentes habitantes; e aos estrangeiros excitão sumo desejo de transferir-se e habitar nela; como porém só encontramos o contrário do que lemos e nos contão, somos precizados de duvidar” (143). Critica a ascendência militar sobre o povo, fala das negras de ganho, das vendedoras de contrabando, da grande quantidade de mendigos, e dos mendigos que mendigam para os senhores. Anota os batuques bárbaros, as rivalidades entre o crioulo e os ladinos e entre as diversas nações de que se compõe a escravatura vinda da África. O comércio de escravos, trocados por tabaco, açúcar e aguardente, e sustenta que não há conversão de africanos. Esta terceira carta discute todo este problema da luta entre senhores e escravos, entre negros e mulatos, a iniciação sexual que negras e mulatas dão aos brancos, dos eclesiásticos ligados às negras e mulatas, dos negros domésticos, de seus ofícios e artes mecânicas, dos criados, do que podem ser os brancos, isto é, soldados, negociantes, escrivães ou escreventes, oficiais de tribunais, juízes, cirurgiões, boticários, pilotos e raros escultores, pintores, ourives. Critica a inação branca, a crueldade contra os índios, considera os índios superiores aos negros, trata das mulheres públicas, e da carestia. A quarta carta sobre as moléstias mais endêmicas que oprimem a cidade, os cemitérios de negros, de soldados, e os negros chegados doentes da África. O pão não é para todos sustento, mas regalo; examina a alimentação, os laboratórios-farmácias, a desordenada devassidão que dominava a cidade. Depois de atribuir ao clima a grosseria e a má educação de todos, escreve este conselho incisivo: “não professem

(143) 1.ª ed., 1.º vol., 107.

ociosidade perpétua, origem de todas os vícios, desmintam o crítico Grcian que dá toda a América por domicílio da preguiça; sujeitem a carne ao espírito; não sejam lânguidos na religião e cristãos só no nome; larguem o materialismo, não tenham por bagatela a eternidade; logo os mantimentos, o clima e a natural inclinação os não farão concupiscentes e pouco honestos” (144).

A quinta é sobre a agricultura, os engenhos, os massapês, a política tirânica dos poderosos e ricos, o modo cruel, bárbaro e inaudito com que a maior parte dos senhores tratam os escravos, desmentindo a tese sobre a bondade da escravidão no Brasil, em relação à de outros países americanos, e a da cordialidade e incruza do processo histórico brasileiro. Este é um dos grandes capítulos do livro sobre engenhos, relação senhores-escravos, o tabaco, a mandioca e o anil.

A sexta faz “uma compendiosa notícia da fortificação atual da cidade do Salvador, e descreve suas fortalezas, e é acompanhada de numerosas plantas dos fortes”. A sétima dá “uma suficiente noção dos corpos militares, tanto de linha como de milícias que constituem a guarnição da cidade da Bahia”, e vem acompanhada de desenhos de uniformes dos vários regimentos. Havia corpos brancos, mulatos e negros.

A oitava trata dos estudos e mostra as causas da decadência do ensino: os currículos, a reforma pombalina, a incompetência dos professores, a aversão aos mesmos, as várias cadeiras públicas, retórica, filosofia, língua grega e latina. E sai-se desanimado com esta filosófica sentença: “Com ingenuidade te confesso que não é das menores desgraças o viver em colônias, longe do soberano, porque nelas a lei que de ordinário se observa é a vontade do que mais pode, se bem que mais em umas que em outras”. Critica os professores que não cumprem os horários, os baixos ordenados, e que de 1787 quando chegou à Bahia para a época em que escrevia, a relaxação fora grande.

A nona contém o essencial e curioso sobre o governo civil e um catálogo de todos os ministros que têm servido na Relação. Descreve as várias instituições da justiça.

A décima é sobre administração e mostra em vinte e dois mapas quase todos os empregos de Justiça e Fazenda que havia na cidade do Salvador.

A undécima dá uma compendiosa noção por ordem cronológica de todos os governadores que têm governado a Bahia desde 1549 até o tempo presente (1800).

A duodécima é sobre o governo eclesiástico; a décima terceira uma breve noção dos portos e vilas do Recôncavo da Bahia; a décima quarta sobre Ilhéus; a décima quinta sobre Porto Seguro; a décima sexta sobre Espírito Santo, Sergipe e Jacobina; a décima sétima sobre o Rio Grande

do Sul, último dos domínios portugueses; a décima oitava sobre Minas e começa tratando dos paulistas, referência elogiosa assinalada já na parte da historiografia dos emboabas.

A décima nona trata do Ceará Grande; a vigésima do reino animal, vegetal e mineral; vem depois uma carta não numerada, dirigida a Patufillo, na qual Vilhena se refere às vinte cartas anteriores endereçadas a Filippono e que precede os desenhos e mapas que acompanham o livro; a vigésima primeira, descoberta e publicada depois por Brás do Amaral, foi na edição Itapuã colocada no seu devido lugar. Ela descreve S. Paulo e é acompanhada da descrição da viagem que o Conde de Azambuja D. Antônio Rolim de Moura Tavares fez para tomar posse do governo de Mato Grosso (1751-1762), como primeiro governador.

A vigésima segunda trata de Alagoas, Pernambuco e Paraíba; a vigésima terceira de Goiás e a vigésima quarta é sobre a política portuguesa na América. Esta é a mais importante carta porque nela ele se apresenta como o patriota que anota lembranças e defende os interesses da Nação, diz ele, e não do Reino. Fala da população, de seu crescimento, das grandes propriedades, os prejuízos causados pelas Sesmarias, a Ociosidade, os escravos, a opressão ao escravo, os índios. Segue-se um plano de Reforma, a começar com uma lei agrária, a necessidade das feiras, da imigração de colonos, das relações senhores e escravos, do recrutamento, liga a ociosidade à pobreza e à falta de trabalho, o peso da sustentação do exército, a aprendizagem do militar e dá um catálogo das nações de índios, com seu número, nome, habitações e costumes.

Antes do catálogo ele declara ter finalizado suas reflexões sobre a população, a agricultura, o comércio do Brasil e por consequência o de Portugal. Apesar do desequilíbrio entre o tratamento dado à Bahia (15 cartas) e as demais capitanias, especialmente considerando não ser mais a Bahia a capital desde 1763, o livro é um dos maiores que se escreveram sobre o Brasil colonial, pela capacidade de exposição, pela reflexão política, social e econômica feita por um professor reinol sobre a colônia e seu papel em relação à Metrópole.

A historiografia brasileira não tomou conhecimento desta obra, e não incorporou sua informação e interpretação ao conjunto da história brasileira.

Depois de Brás do Amaral, a quem se deve o grande serviço de publicar a obra, e de comentá-la e anotá-la, e a Edson Carneiro, que preparou a segunda edição, só Soares de Mello, em 1929, tratando dos Emboabas, ⁽¹⁴⁵⁾ deu a Vilhena o crédito merecido e soube aproveitar-lhe a lição, louvou-o por sua sinceridade. “Um Saint-Simon, perdido na Bahia, notava, à socapa, furtivamente, os vícios da sociedade, os ridículos dos homens, as falhas políticas.”

Afonso Rui louvou-lhe a simplicidade descritiva ⁽¹⁴⁶⁾.

(145) S. Paulo, 1929, 219-224.

(146) *A Primeira Revolução Social Brasileira*, Brasillana, 217. S. Paulo, 1942, 47.

Carlos Guilherme Mota dedicou-lhe um artigo mostrando que “nele encontra-se, ao mesmo tempo, o colonizador e o crítico da colonização. O que vale dizer: colonização em crise” (147).

6. Alexandre de Gusmão

Alexandre de Gusmão (Santos 1695 — Lisboa 1753) estudou com os jesuítas, na vila de Cachoeira; aí tomou o nome de seu padrinho o 1.º Alexandre Gusmão (Bahia 1646 — Bahia 1724); distinguiu-se pela inteligência, engenho, capacidade e eloquência. Aos dezessete anos frequentava a Universidade de Coimbra, cursando cânones, interrompido para acompanhar o Conde da Ribeira Grande, D. Luís Manuel da Câmara, que se destacara nas campanhas militares com Espanha. Alexandre de Gusmão chegou a Paris com a embaixada em 1715 e durante quatro anos estudou as mais variadas correntes do pensamento político e filosófico e obteve o grau de Doutor em Direito Civil pela Sorbonne. Volta a Portugal em 1719 e depois de exame público incorpora-se à Universidade de Coimbra.

Seu irmão Bartolomeu de Gusmão gozava de grande estima na Corte e deve ter-lhe facilitado sua ascensão pública. Em 1720, com 25 anos, foi designado por D. João V para assistir ao Congresso de Cambray, mas logo foi adido à embaixada de seu irmão ao Papa, a qual durou sete anos e foi conseguido para o Rei o título de Fidelíssimo, tal como Católico era o de Espanha e Cristianíssimo era da França, e para o arcebispo da Bahia o título de Patriarca. O Papa Benedito VIII queria fazê-lo Príncipe Romano, e ele solicitou licença ao Rei, que lhe negou. Diz Cortesão, seu melhor biógrafo, que no trato dos cardeais, dos nobres, dos grandes artistas romanos, aprendeu toda a arte diplomática de seu tempo, completou sua aprendizagem de homem de Estado, e enriqueceu sua cultura.

De volta a Portugal foi admitido na Academia Real da História Portuguesa e como o seu antecessor, Antônio Rodrigues Costa, foi incumbido de escrever em latim a História do Ultramar. Esta admissão e o Discurso que pronunciou, mais que sua atividade como estadista e construtor do Tratado de Limites de 1750, é que impõem seu nome à historiografia brasileira.

Na Academia exerceu grande atividade e é nomeado um dos censores dos originais de autores que desejam publicar trabalhos sob os auspícios da Academia Real da História. Foi na própria Academia que ele propôs a nomeação de uma comissão encarregada de estudar a reforma e unificação ortográfica.

Nomeado conselheiro ultramarino, ele passa a conhecer todos os negócios públicos que envolviam a administração do Brasil.

Sua carreira política foi-se ampliando e entre 1735-37 Alexandre de Gusmão firmou seu nome junto a D. João V. Como escreveu Cortesão,

(147) “Mentalidade Ilustrada na Colonização portuguesa: Luís dos Santos Vilhena”, *RH*, 1967, 72, 405-416.

embora não fosse o único conselheiro real, ele tornou-se desde então até 1750, quando faleceu D. João, o principal inspirador e definidor da política, sobretudo externa, de Portugal. Uma das suas grandes finalidades é promover o reconhecimento da expansão territorial do Brasil e deste modo traçar-lhe os limites.

Coube-lhe a visão do problema no sul, tentando alargar o mais possível o Brasil na direção do Prata, e percebendo que ali se formaria o grande foco de tensão política e econômica entre hispano-americanos e luso-brasileiros, ainda que cedendo no Amazonas, pois a extensão de terras neste era tão grande que em muitos séculos Portugal o não poderia povoar e nem os espanhóis fariam proveito do que lhes fosse cedido.

Conclui Cortesão que “malgrado a execução do Tratado de Madri se haver malgrado, em 1761, legou para sempre aos brasileiros a consciência e o fundamento jurídico do espaço próprio e de seus limites legítimos e inalienáveis”. E finaliza dizendo na sua conferência pronunciada em homenagem ao segundo centenário do Tratado de Madri que “hoje e pela primeira vez, à luz de provas irrefutáveis, Alexandre de Gusmão surge como um dos mais fecundos e originais polígrafos portugueses e brasileiros” (148).

Sua bibliografia não está levantada completamente (149).

Sua contribuição histórica foi reconhecida por Diogo Barbosa Machado ao pedir-lhe dados sobre seus escritos (150). Sobre suas atividades na Academia Real da História Portuguesa deve-se consultar a obra do secretário da mesma, o Conde de Vila Mayor (151), bem como os *Documentos Biográficos* e as *Obras Várias* (152).

Sua obra como historiador é uma pálida imagem da sua vida como estadista. Seu discurso ao tomar posse como acadêmico da Academia Real da História Portuguesa (153) é a prova de seu pragmatismo. A “Prática” diz pouco sobre o pensamento histórico de Alexandre de Gusmão. “É a lição da História um segundo seminário de heróis, e descobrindo à sua generosidade novo caminho para remunerar aos mortos os serviços que

(148) Sua biografia se encontra no estudo “Da Vida e Fatos de Alexandre de Gusmão e de Bartolomeu Lourenço de Gusmão” *RIHGB* 1902, t. LXVI, 1.ª parte, 377-423; excelente resumo e visão global em Jaime Cortesão *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri. Conferência pronunciada no Rio de Janeiro, no Palácio das Relações Exteriores Itamarati em Setembro de 1949*, Lisboa, Seara Nova, 1950; o estudo mais completo foi o dirigido por Jaime Cortesão *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, 1950-1956, 9 vols., os *Documentos Biográficos* constituem a parte II, tomo II, mas a parte 1.ª, ts. 1.º (1695-1735) e 2.º (1735-1753) ambos debaixo do título principal de *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri 1695-1753* são indispensáveis para a biografia, visão política e a realização de Gusmão.

(149) Inocêncio Francisco da Silva *DBP*, 1858, t. 1, 33-34; *CEHB*, 1881, n.º 8.681, 10.406 — 1.º, 10.412, 10.787-88, 13.382-84, 15.604; Sacramento Blake *DBB*, 1 vol. reed. em 1970 da ed. 1883, 1 vol., 28-33.

(150) Vide “Carta de Alexandre de Gusmão a Diogo Barbosa Machado” in *A. de Gusmão. Obras*, São Paulo, 1943, 61-63.

(151) *Coleção dos Documentos, Estatutos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, Lisboa, 1721.

(152) O primeiro, parte II, t. II e o segundo, parte II, t. I da coleção *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri* já citados.

(153) “Prática com que se congratulou a Academia Real em 13 de Março de 1732 por ser eleito seu colega”, na *Coleção dos Documentos e Memórias da mesma Academia*, Lisboa, 1732 e reproduzida no *Patriota*, Rio de Janeiro, abril de 1813, n.º IV, 29-33.

fizeram à Monarquia, premiando-os com a eternidade da fama. . .” “com o exercício dos vossos escritos dispôs a sua Real Ponderação aperfeiçoar e avivar entre os seus estudos, que é o da composição das Histórias, e esperamos ver-se tão bem logrado este fim, que possam os futuros historiadores tratar dignamente o largo assunto que lhes darão para escrever as gloriosas ações de seu Reinado. . .” “Quanta capacidade se requer para saber entre a variedade de objetos, com que a pena há de encontrar nesta composição, separar o proveitoso do supérfluo, o pio do supersticioso, o agradável do insípido, o certo do duvidoso? E que arte, que pureza, e que graça de dizer é necessária para depois daquele exame acertar em escrever o que se escolheu, com método e estilo correspondentes à execução da matéria? Quão judicioso convém que sejam os escritores, para divulgar as glórias da Pátria sem imodéstia, e para confessar também os desacertos com sinceridade, quando o principal ídolo da história, que é a verdade, pedir este sacrifício?”

Não era preciso ser nenhum Alexandre de Gusmão para dizer sobre a história os lugares-comuns que acabamos de ler.

É representativo de seus preconceitos o “Juízo, e cálculo em geral sobre a genealogia dos que eram tidos por Puritanos; (puros de contato judaico) pelo qual fica destruída a errada opinião que eles concebiam da absoluta desinfecção de parentesco dos seus descendentes com os Judeus” (154).

Faz um engenhoso cálculo sobre o número de avós que cada um de nós tem e afirma que somam 32.530.432 avós em vigésimo grau por todos os lados, todos existentes, ou ao menos contemporâneos, dando a cada geração trinta e um anos; assim o vigésimo grau deita ao princípio de Portugal, que incluía parte da Galiza, as províncias d’Entre-Douro e Minho, Trás-os-Montes, e Beira até o Mondego, que para baixo tudo era de Mouros, e se contavam setenta e oitenta mil pessoas de todos os séculos. Duvida que todos sejam puros, pois não havia Santo Ofício, nem Mesa da Consciência.

“O certo é que no princípio do nosso Reino havia Mouros convertidos, havia cristãos, e havia judeus, e que todos não faziam o número de cem mil.”

É uma crítica ao puritanismo religioso cristão e relembra que em 1492 foram todos os judeus expulsos de Castela e a maior parte deles passou a Portugal, onde também os havia, vivendo todos no erro da sua crença. Em 1497 D. Manuel obrigou a que se batizassem ou saíssem do Reino; muitos se batizaram de que se originou a diferença de cristãos-novos, e como os que se expulsaram eram em grande número, temeu o Rei que lhe fizessem falta no Reino e para remediar mandou que todas as crianças que não passassem de sete anos, se lhes arrebatassem, para que instruídas na fé e batizadas remediassem para o futuro a falta de gen-

te. Diz constar na História que o número destes meninos chegou a doze mil, e ainda que morresse a metade, que foi feito dos seis mil?

E se consola que todos foram batizados e que até 1540 pouco mais ou menos, ainda não havia contágio de se comunicar o sangue hebreu como mácula da sua religião para os seus descendentes que abraçassem a fé católica ⁽¹⁵⁵⁾.

Tanto a sua “Resposta ao Papel do Brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos sobre o Tratado dos Limites da América” ⁽¹⁵⁶⁾, como muitos outros documentos sobre a Colônia do Sacramento ⁽¹⁵⁷⁾, baseiam-se em seguros e profundos conhecimentos geográficos e históricos.

Já nos referimos na historiografia das rebeliões à curiosa e breve reflexão de Alexandre de Gusmão intitulada “Memórias dos fatos que hão servido de motivos às intentadas ou supostas insurreições da América Portuguesa” ⁽¹⁵⁸⁾.

Em conclusão, depois deste estudo exaustivo, podemos apresentar uma lista dos maiores livros sobre o Brasil, escritos no período colonial.

(155) A. de Gusmão, *ob. cit.*, 75-78.

(156) *RIHGB*, (2.ª ed.) 1, 334 e (3.ª ed.) 260 e A. de Gusmão, *Obras*, cits. 121-165.

(157) Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri, Parte III *Antecedentes do Tratado*, t. 1, Instituto Rio Branco, s/d.

(158) Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri, 1750, Parte II, tomo I *Obras Várias*, cits., 252-254.

**LISTA DOS MAIORES LIVROS ESCRITOS SOBRE O BRASIL
NO PERÍODO COLONIAL**

1. *Carta de Pero Vaz de Caminha*, 1.ª ed., 1817; várias edições, v. ed. de Jaime Cortesão, Rio de Janeiro, Livros de Portugal Ltda., 1943.
2. *Cartas Jesuíticas*, de Nóbrega, Anchieta e Avulsas, ed. Acad. Bras. de Letras, 1931, 3 vols; e eds. de Serafim Leite; *Novas Cartas Jesuíticas*, São Paulo, Ed. Nacional, 1940, Brasileira, vol. 194; *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*, São Paulo, 1954; *Cartas do Brasil*, Coimbra, 1955; *Monumenta Brasiliae*, Roma, 1957-1968, 5 vols.; *Novas Páginas de História do Brasil*, São Paulo, Ed. Nacional, 1965, Brasileira, vol. 323.
3. "Narrativa Epistolar", de Fernão Cardim, in: *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, 1.ª ed., Lisboa, 1847, várias edições; 3.ª ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1971, Brasileira, vol. 117.
4. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa, 1.ª ed., corrigida por Varnhagen, Rio de Janeiro, 1851; várias eds.; 4.ª ed., São Paulo, Ed. Nacional, 1971, Brasileira, vol. 117.
5. *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de Ambrósio Fernandes Brandão (provável autor), 1.ª ed., em livro Acad. Bras. de Letras, Rio de Janeiro, 1938. Edição crítica recomendada de J. A. Gonçalves de Melo, Recife, Imprensa Universitária, 1966.
6. *Arte de Furtar*, 1.ª ed., Lisboa (1652?), 1744; várias edições. Autoria atribuída a Antônio de Sousa Macedo por Afonso Pena Jr., *Arte de Furtar e seu Autor*, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1946, 2 vols.
7. *Sermões*, de Antônio Vieira, 1.ª ed., Lisboa, 1679; várias edições; v., como seleção, H. Cidade, *Padre Vieira*, Lisboa, 1940, 4 vols.
8. *História do Brasil de Frei Vicente do Salvador*, 1.ª ed., ABN, vol. XIII, 1889 e separata; várias edições; 5.ª ed., São Paulo, Melhoramentos, 1965.
9. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, de André João Antonil (João Antônio Andreoni), 1.ª ed., Lisboa, 1711; melhor ed., André Mansuy, Paris, 1968, bilíngüe; e a de J. A. Gonçalves de Melo, Recife, 1969.
10. *Recopilação das notícias soteropolitanas e brasílicas*, de Luís dos Santos Vilhena, 1.ª ed., org. por Brás do Amaral, Bahia, 1922; 2.ª ed., org. por Edson Carneiro, Bahia, 1969, 3 vols.
11. "Roteiro do Maranhão a Goyaz pela capitania do Piauí", de João Pereira Caldas (provável autor), *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. LXII, parte 1.ª, 60-161, 1900.
12. *Nobiliarchia paulistana histórica e genealógica*, de Pedro Taques de Almeida Pães Leme, 1.ª ed., incompleta, *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. especial, 1926; ed. completa, São Paulo, Martins, 1954, 3 vols. A leitura deve ser completada com o "Catalogo genealógico das principais famílias que procederam de Albuquerque e Cavalcantes em Pernambuco e de Caramurus na Bahia", de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. LXI, 1.ª parte, 5-497, 1889; bem como da "Nobiliarchia pernambucana", de Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, *ABN*, vols. XLVII e XLVIII.

ÍNDICE REMISSIVO *

A

ABBEVILLE, Claude d', 37, 42-45, 289
ABRANCHES, José Luís de Menezes, conde de Valadares, 179
ABREU, Christóvão Pereira d', 244
ABREU, Manuel Cardoso de, 129, 147, 150, 152-157, 161, 189
ABREU, Tomé Couceiro de, 238
ACADEMIA Brasileira de Letras, 256, 257, 259, 261, 262, 269, 285, 372, 373, 374; Brasileira dos Esquecidos, 144, 445; Brasília dos Renascidos, 144, 150, 165, 235, 303, 307, 312, 313, 359, 446, 470, 500; das Ciências de Lisboa, 241, 380, 410; de História de Madri, 271; dos Seletos, 364; Real da História Portuguesa, 310, 463, 465, 467, 498, 500, 509, 510; Academias, 352-353, 359, 410, 446, 462, 470, 495
AÇÚCAR, 49, 63, 72, 75-76, 98, 102, 152, 171, 177, 229, 240, 243, 362, 371, 379, 380, 387, 390-415, 419, 433, 435, 449, 453, 459, 460, 474, 496, 506, 507
ACUÑA, Cristóbal de, 27, 31, 289, 294
AFFAITADI, Giovanni Francisco, 37
AFONSO, rei (D.), 497
ÁFRICA, 393, 456, 462, 481, 482, 506
AGOSTINHO, Santo, 486
AGRICULTURA, 176, 387, 405, 407, 408, 410, 411, 414-415, 419, 420, 433, 435, 506, 507
AGUARDENTE, 195
AGUIAR, Manuel Gonçalves de, 214, 245
AGUIAR, marquês de, 440
AGUILAR Y PRADO, Jacinto de, 60
AGUIRRE, Lope de, 31
AITZEMA, Leeuw van, 49, 53
ALAGOAS, 230, 304, 457, 505-508
ALBERNAZ, João Teixeira, 457
ALBUQUERQUE, Ana Cavalcanti de, 495

ALBUQUERQUE, Antônio de Sá de, 472
ALBUQUERQUE, Duarte de, 233
ALBUQUERQUE, Jerônimo de, 19, 20, 21, 47, 233
ALBUQUERQUE, Jerônimo Fragoso de, 44
ALBUQUERQUE, José de Sá d', 471
ALBUQUERQUE, Martinho de Sousa e, 241
ALBUQUERQUE, Matias de, 62
ALDEN, Dauril, 221
ALDENBURGK, Johann Gregor, 61
ALEMANHA, 485, 493, 500
ALENCAR, José Martiniano de, 408
ALENCAR, Mário de, 372
ALEXANDRE VI, papa, 366
ALGODÃO, 76, 118, 152, 160, 177, 243, 371, 409-410, 434, 478, 479
ALIMENTAÇÃO, 190, 420, 506, 507
ALMADA, Lobo d', ver LOBO d'ALMADA, Manuel da Gama
ALMEIDA, André de, padre, 457
ALMEIDA, Cândido Mendes de, 3, 21, 29, 82, 83, 84, 146, 194, 259, 260, 287, 294, 295, 305, 363, 456
ALMEIDA, Fernando Mendes de, 266
ALMEIDA, Gabriel Ribeiro de, 219
ALMEIDA, Guilherme Pompeo de, 139
ALMEIDA, João de, padre, 213, 275, 277, 284, 286, 288, 481
ALMEIDA, João Vieira de, 259
ALMEIDA, Lourenço d', 164, 326, 329
ALMEIDA, Luís Brito de, 449
ALMEIDA, Luís Ferrand de, 116, 213, 366
ALMEIDA, Manuel Lopes de, 64, 143
ALMEIDA, Matias Cardoso de, 116
ALMEIDA, Pedro de, 3.º conde de Assumar, 1.º marquês de Alorna, vice-rei da Índia, 172, 323
ALORNA, marquês de, ver ALMEIDA, Pedro de
ALTAMIRA Y CREVEA, R., 84

* Agradeço a elaboração urgente deste índice, sobretudo a Diana Zaldman, Ayr Ângelo de Souza e Marilze Vidal Alves Marinho.

ALVARENGA, Inácio José de, 183
 ÁLVARES, Gaspar, 17
 ÁLVARES, João, 24
 ÁLVARES, Nunes, 374
 ALVES, Antônio, 226
 AMARAL, Antônio Caetano do, 468
 AMARAL, Brás do, 266, 305, 503, 505, 508, 513
 AMAZONAS/AMAZÔNIA, 17-18, 23, 25-34, 48, 75-76, 83-86, 95-110, 120, 218, 240-241, 279, 290, 294, 295, 377, 402, 418, 458, 459, 478, 483, 492
 ÂMBAR, 438
 AMÉRICA, 224, 227, 233, 440, 453, 482, 500, 507, 508, 512
 ANADIA, visconde de, ver MENEZES, João Rodrigues de Sá e
 ANCHIETA, José de, padre, 38, 99, 249, 253, 254, 256, 258-262, 263, 268, 269, 270, 271, 272, 275, 278, 284, 285, 286, 287, 288, 305, 394, 439, 513
 ANDONAIQUE, José, 321
 ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de, 146, 147, 157, 159, 180, 187, 225, 382, 410, 414, 415
 ANDRADA, Gomes Freire de, conde de Bobadela, 88, 91, 142, 150, 168, 174, 189, 215, 219, 366-367
 ANDRADA, José Antônio Freire, 168, 326
 ANDRADE, Gilberto Osório de, 305
 ANDRADE, Gomes Freire de, governador do Maranhão, 289, 321
 ANDRADE, Pedro Carrilho de, 320
 ANDREONI, João Antonio, ver ANTONIL, André João
 ANGELIS, Coleção Pedro de, 115, 116, 124, 125
 ANGOLA, 229, 230, 236, 239, 275, 279, 288, 441, 451-455, 471, 472, 480
 ANGRA DOS REIS, 307
 ANIL, 152, 507
 ANTONIL, André João, 57, 119, 172, 173, 291, 292, 293, 378, 390, 393-405, 406, 407, 444, 481, 488, 494, 519
 ANTROPOFAGIA, 213
 ANTROPOLOGIA, 42, 97, 103
 AQUAVIVA, Cláudio, 17
 ARANHA, Manoel Guedes, 78, 85-87
 ARANHA, P. V. de Brito, 193, 194
 ARANTES, Altino, 155
 ARARIPE, Tristão de Alencar, 13, 15, 38-39, 41, 283
 ARAÚJO, Antônio de, 113, 116-117, 213, 276
 ARAÚJO, Domingos de, 118, 249, 280-281
 ARCEBISPADOS, 231, 237, 239, 497, 509
 ARCOS, conde dos, ver NORONHA, Marcos de
 ARGUMENTUM ex silentio, 376
 ARIZZI, Conrado, 264
 ARNAU, F., 8
 ARROYO, Leonardo, 404
 ARROZ, 152, 177
 ARTE DE FURTAR, 74, 374-377, 474, 513
 ARTES MECÂNICAS, objeções às, 412
 ARTIEDA, Andrés de, 29
 ARTIGAS, José, 228
 ARZÃO, Antônio Rodrigues, 163
 ASIA, 233, 432
 ASSUMAR, conde de, ver ALMEIDA, Pedro de
 ASSUNÇÃO (cidade), 11, 13, 122, 204
 ASSUNÇÃO, Lino de, 116, 173, 266, 271, 294, 311, 399, 412
 ATAÍDE, Jeronymo de, 6.º conde de Atouguia, 167
 ATAÍDE, Luís Pedro Peregrino de Carvalho de Menezes e, 10.º conde de Atouguia, 167
 ATHAYDE, Manuel de Carvalho de, 471, 472
 ATOUGUIA, 6.º conde de, ver ATAÍDE, Jeronymo de
 ATOUGUIA, 10.º conde de, ver ATAÍDE, Luís Pedro Peregrino de Carvalho de Menezes e
 AULER, Guilherme, 329
 ÁUSTRIA, 500
 AVEZAC, M. d', 38-39
 ÁVILA, Afonso, 313, 314
 ÁVILA, Garcia d', 267, 300-301
 AZAMBUJA, conde de, ver TAVARES, Antonio Rolim de Moura
 AZEREDO, Marcos de, 167
 AZEVEDO, Afonso Mendonça de, 177
 AZEVEDO, Antônio de Araújo e, conde da Barca, 243
 AZEVEDO, Augusto César de Miranda, 259
 AZEVEDO, Domingos Teixeira de, 308
 AZEVEDO, João Lúcio de, 11, 42, 52, 66, 85, 87, 117, 141, 160, 232, 259, 271, 272, 275, 372, 384, 397, 473, 475, 476, 477, 478, 479, 481, 482, 483, 486, 488, 493-494
 AZEVEDO, João Batista Teixeira de, 308
 AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de, 67, 407

B

- BACELAR, Antonio Barbosa, 71-72
BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, 96-97, 100
BAERLE, Gaspar von, ver BARLEUS, Gaspar
BAERS, Joannes Paschasius, 61
BAHIA, 9, 16, 18, 20, 23, 24, 38, 48, 52-53, 55, 57, 59, 62, 64, 68, 83, 113, 144, 167, 205, 206, 220, 225, 232, 235, 236-239, 243, 251, 254, 258, 260, 261, 263, 264, 265, 267, 268, 270, 273, 278, 280, 281, 283, 284, 288, 289, 292, 298, 300, 301, 304, 305, 306, 310, 312, 313, 378, 390, 391, 392, 403, 409, 415, 416, 419, 428, 433, 434, 435, 438, 439, 440, 444, 448, 449, 458, 459, 460, 462, 470, 477, 479, 483, 485, 488, 489, 491, 493
BAIÃO, Antônio, 3
BAKER, Augustin e Aloys de, 292
BALDELLI-BONI, G. B., 6
BALDUS, Herbert, 15, 91
BALSEMÃO, visconde de, ver COUTINHO, Luís Pinto de Sousa
BANDARRA, 486
BANDEIRANTES, 48, 113-126, 136, 138-140, 173, 178, 189, 191, 208
BANDINI, A. M., 6
BANDITISMO, 327, 479
BANDOLEIROS, 238, 245
BAPTISTA, José Luís, 434
BARATA, Francisco José Rodrigues, 208, 209-210
BARATA, Manuel, 26, 94, 204
BÁRBAROS, Guerra dos, 300, 301, 319
BARBOSA, Domingos Vidal, 241
BARBOSA, Francisco de Oliveira, 129, 161
BARBOSA, Januário da Cunha, 106, 133, 379
BARBOSA, Vitoriano Soares, 470
BARBOSA MACHADO, Diogo, 91, 130, 165, 168, 189, 364, 373, 397, 416, 426, 427, 430, 433, 445, 446, 461, 462, 463-465, 467-468, 471, 472, 493, 510
BARBOSA MACHADO, Ignacio, 51, 54, 57, 63, 77, 82, 87, 89, 234, 445-446
BARBOSA MACHADO, José, 445
BARCA, conde da, ver AZEVEDO, Antônio de Araújo e
BARLEUS, Gaspar, 64, 67-68, 70, 115, 171
BARNUEVO, Rodrigo de, 28
BARO, Roulox, 77
BARRE, Lefbure de la, 33
BARREIROS, Antônio, bispo, 264, 452
BARRETO, Abeillard, 215
BARRETO, Domingos Alves Branco Moniz, 225
BARRETO, Francisco, 71, 433
BARRETO, João Franco, 427
BARRETO, Manuel Teles, 490
BARRETO, Roque da Costa, 301
BARROS, João de, 50, 249, 287, 441-442, 486, 490
BARROS, José Vilela de, 405, 411
BARTOLOZZI, Francesco, 5
BASTOS, A. de Magalhães, 105, 195, 196, 428, 456
BAUDARTIUM, G., 53
BEÇA, Manuel, 249, 283
BECKMAN, Manoel, dito Bequimão, 88, 91-92, 289, 290, 328
BELÉM, 23, 31, 48, 84-85, 100-101, 105, 107, 117, 123, 208, 245, 280, 459
BELIARTE, Marçal, 439
BELL, Aubrey F. G., 441, 465, 475
BELLAVIA, Antônio, 274
BENCI, Jorge, padre, 377-378, 481
BENEDITO XIV, papa, 232
BEQUIMÃO, ver BECKMAN, Manoel
BERCHET, G., 8
BERESFORD, W. C., marechal, 388
BERNARDO, João Franco, 464
BERREDO, Antônio Pereira de, 460-461
BERREDO, Bernardo Pereira de, 21, 78, 82, 86, 88, 89, 92-94, 99, 102, 295, 472, 490, 501
BESSA, José de Oliveira, 313, 500
BETENCOURT, José de Sá, 405, 409
BETTENDORFF, João Felipe, 86, 88, 92, 99, 249, 277-278, 288-295, 328
BEXIGAS, 234, 468
BEZEGUICHE, 6
BEZERRA, Alcides, 76
BISPADOS, 216, 217, 231-232, 234, 239, 263, 264, 379, 431
BIVAR, Diogo Soares da Silva, 304
BLAKE, ver SACRAMENTO BLAKE, A. V. A. de
BLASQUEZ, Antonio, 252
BLUTEAU, Rafael, 463, 468
BOBADELA, conde de, ver ANDRA-DA, Gomes Freire de
BÖHM, João Henrique, 220, 221
BOLÉS, João de, 260, 305
BONNUCI, Antônio Maria, padre, 444-445
BORBA GATO, Manuel de, 164
BORGES, Paulino Nogueira, 241
BORGES DA FONSECA, Antônio José Victoriano, 131, 144, 229, 234, 235, 466, 469-473, 495, 513

BOTELHO, Diogo, 20, 402, 501
 BOUREL, Filipe, 118
 BOXER, Charles, 65-66, 70, 275, 287, 479, 481, 488
 BRAGA, José Peixoto da Silva, 208
 BRANDÃO, Ambrósio Fernandes, 373-374, 513
 BRANDÃO, Antônio, frei, 472
 BRANDÃO, Francisco, 286, 440
 BRANDENBURGER, Clemente, 8
 BRAZÃO, Eduardo, 362, 367
 BRIEVA, Domingos de, 27-28
 BRITO, Bernardo de, 50, 99
 BRITO, Domingos d'Abreu de, 451-455
 BRITO, João Rodrigues de, 405, 411-414, 415
 BRITO, João Soares, 464
 BRITO ARANHA, Pedro V. de, 464
 BRITO Freire, Francisco de, 57, 61-64, 71-72, 74, 470, 471, 472
 BROECK, Matias van den, 64
 BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio, 106-107, 114, 123, 379, 389, 492
 BUENO, Amador, 148
 BUENOS AIRES, 13, 33, 214, 215
 BURNS, E. Bradford, 379
 BUTTERFIELD, Herbert, 493

C

CAARDEN, Paulo van, 20
 CABEZA DE VACA, A. N., 11-13
 CABO FRIO, 7, 9, 11, 227, 279, 457
 CABO NORTE, capitania do, 30-31, 33, 84, 294
 CABRAL, Alfredo Valle, ver VALLE
 CABRAL, Alfredo
 CABRAL, Pascoal Moreira, 120, 136, 153, 188, 196
 CABRAL, Pedro Alvares, 1, 2, 6, 8, 146, 254
 CABRAL, Sebastião da Veiga, 365
 CACAU, 101-102, 177, 205, 414
 CÁCERES, Luís d'Albuquerque de Melo Pereira e, 189, 198, 199, 204, 207
 CADAVAL, Casa de, 27, 50, 52, 63
 CADAVAL, duque de, 402, 403
 CADENA DE VILHASANTI, Pedro, ver VILLASANTI, Pedro Cadena de
 CAENA, Colônia de, 282
 CAETANO DE ALMEIDA, Batista, 124, 266
 CAFÉ, 101-102, 152, 160, 177
 CAIENA, 33-34, 101
 CALABAR, Domingos Fernandes, 63
 CALADO, Manuel, frei, 54, 58, 62, 64, 66-67, 76, 442, 469, 471, 472, 473
 CALDAS, João Pereira, 108, 417-421, 513
 CALDAS, José Antonio, 144, 239-240
 CALDAS, Sebastião de Castro e, 213-219
 CALDAS, Vasco Rodrigues de, 253
 CALMON, Pedro, 427
 CALVINO/CALVINISTAS, 299, 300, 445
 CÂMARA, José de Sá Betencourt, 409
 CÂMARA, Luís Manuel da, conde da Ribeira Grande, 92, 509
 CÂMARA, Manuel de Arruda, 405, 408-409
 CÂMARA, Manuel Ferreira da, 405
 CÂMARA, Sebastião Xavier da Veiga Cabral, 216-218, 222, 224
 CAMELLO, João Antonio Cabral, 120-121, 208, 209
 CAMERINO, Giovanni, também chamado Giovanni Matteo Cretico, 8
 CAMINHA, Pero Vaz de, 1-5, 10, 45
 CAMINHA, Vasco Fernandes de, 1, 2-7
 CAMINHOS, ver ROTEIROS
 CAMÕES, Luís de, 430, 432, 490
 CAMPOS, Antônio Pires de, 320
 CAMPOS, Estanislau de, 283
 CAMPOS DOS GOITACAZES, 279, 382
 CAMPOS Moreno, Diogo de, 456
 CANABRAVA, Alice, 114, 404, 405
 CANADÁ, 389
 CANANÉIA, 3, 12, 213
 CANTO, José Borges do, 219, 226
 CANAVEZES, Jerônimo de, frei, 434
 CAPASSI, Domingos, 164, 165, 244
 CAPISTRANO DE ABREU, J., 3-4, 11, 20-23, 38, 43-46, 48, 66, 94, 102, 113, 114, 116, 118, 119, 140, 141, 150, 156, 160, 166, 168, 252-253, 255, 256, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 286, 287, 291, 295, 298, 311, 361, 364, 366, 367, 372, 374, 384, 390, 394-397, 404-405, 420-421, 426, 427, 428, 430, 431, 432, 435, 442, 450, 451, 455, 456, 460, 462, 473, 476, 478, 482, 483, 489, 492, 493, 494, 502
 CAPITANIAS, 16, 19, 26, 31, 48, 61-65, 71, 74-76, 81, 83-86, 90, 92, 94, 104-105, 459-460
 CARAMURU, Diogo Alvares Correia, 3, 10, 146, 253, 304, 305
 CARATER, mineiro, 170, 171, 176, 185, 187, 218, 344, 346; nacional, 159; paulista, 236; português, 378, 482
 CARDIFF, Guillermo Furlong, 125
 CARDIM, Fernão, 17, 249, 256, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265-272, 278, 426, 432, 439, 450, 481, 502, 513

- CARDOSO, Jorge, 471, 472, 489
 CARDOSO, Manoel, 379
 CARNEIRO, Diogo Gomes, 426, 439-442
 CARNEIRO, Edson, 323, 504, 505, 508, 513
 CARNEIRO, Francisco, 276-277
 CARNEIRO, Paulo, 363
 CARPEAUX, Otto Maria, 177
 CARRÉ, H., 363
 CARRILHO, Fernão, 324
 CARTAS E RELAÇÕES PRIMITIVAS, 212
 CARVAJAL, Gaspar de, 25, 26
 CARVALHO, Alfredo de, 15, 32, 61, 74, 379
 CARVALHO, Antônia R. de, 505
 CARVALHO, Antônio de Albuquerque Coelho de, 181, 362
 CARVALHO, Feliciano Coelho de, 299
 CARVALHO, Francisco Coelho de, 18, 23, 30, 83
 CARVALHO, Jacinto de, 249, 279, 280
 CARVALHO, Manuel de Araújo de, 231
 CARVALHO, Ronald de, 177
 CASAL, Manoel Ayres do, 3, 435
 CASAS, Bartolomeu de las, 481
 CASTELNAU, Francis, 192
 CASTELO, José Aderaldo, 312
 CASTELO BRANCO, Antônio Gomes Ferrão, 235
 CASTELO BRANCO, Camilo, 100-101
 CASTELO BRANCO, Diogo Gomes Ferrão, 414
 CASTELO BRANCO, Francisco Caldeira de, 23, 24, 26, 117
 CASTELO-MELHOR, marqueses de, 364
 CASTILHO, José Feliciano de, 372, 373, 449
 CASTILHO, Pero de, 273
 CASTILLO, João del, 274
 CASTRIOTO, Jorge de, 52
 CASTRIOTO LUZITANO, 234
 CASTRO, Afonso Miguel de Portugal e, 11.º conde de Vimioso e 4.º marquês de Valença, 238
 CASTRO, Álvaro de, 426
 CASTRO, Caetano de Melo e, 325
 CASTRO, Eugênio de, 9, 11, 39
 CASTRO, Fernando José de Portugal e, 238, 503, 504
 CASTRO, José de, conde de Rezende, 409
 CASTRO, Martinho de Melo e, 326
 CASTRO E MENDONÇA, Antônio Manoel de Melo, 155
 CATARINA, rainha (D.), 429, 499
 CATECISMO DA LÍNGUA BRASÍLICA, 213
 CAVALCANTI, Felipe, 233
 CAXA, Quirício, 264, 439
 CEARÁ, 16-20, 22, 48, 71, 75-76, 84, 230, 238, 241-242, 280, 281, 290, 294, 295, 384, 419, 421, 443, 457, 470, 482, 483, 494, 508
 CELSO, Afonso, 285
 CÉSAR, Guilhermino, 212, 213, 214, 219, 221, 223, 225, 367, 368
 CÉSPEDES Y MENEZES, Gonçalo de, 50
 CEULEN, Mathias van, 75
 CEVALLOS, Pedro, general, 215
 CHARLEVOIX, P. F. X. de, 148
 CHAVES, Francisco, 12
 CHINA, 498
 CHIQUITOS, província de, 204, 206
 CIDADE, Francisco de Paula, 365, 368
 CIDADE, Hernani, 475, 476, 477, 478, 479; 480, 482, 485, 486, 513
 CISPLATINA, província de, 225, 363-366
 CIVEZZA, Marcelino de, 28
 CLARK, G. N., 43
 COCLEO, Jacob, 273
 COELHO, Domingos, 274
 COELHO, Duarte de Albuquerque, 51, 54, 58, 61-63, 83, 471, 472
 COELHO, Felipe José Nogueira, 192, 197-198, 326
 COELHO, Gonçalo, 7
 COELHO, Jorge de Albuquerque, 233, 234
 COELHO, José João Teixeira, 170
 COELHO, Marcos, 280
 COELHO, Nicolau, 1
 COELHO, Pero, 16, 19
 COIMBRA, Henrique de, 299
 COLOMBO, Cristóvão, 3, 5, 146
 COLONIALISMO, 169, 217, 303, 380, 381, 382, 388, 389, 420
 COLONOS, Sublevação de, 508
 COMÉRCIO, Companhia Geral de, 57, 71-72, 377, 476
 CONCEIÇÃO, Apolinário da, frei, 297, 302
 CONGO, 452
 CONGREGAÇÃO PROPAGANDA FIDE, 272
 CONJURAÇÃO MINEIRA, 151, 177-178, 179, 180, 182, 184, 241, 409
 CONSELHO DE ESTADO, 11, 22, 83
 CONTE, Bois le, 40
 COOK, Francis, 265

CORRÊA, Baltazar, 450
 CORREIA, Diogo Álvares, ver CARA-MURU
 CORREIA, João de Medeiros, 71-72
 CORREIA, Manuel, padre, 450
 CORRUPÇÃO, 374-377, 461
 CORTE REAL, Diogo de Mendonça, 402, 403
 CORTESÃO, Jaime, 1, 2, 3, 4, 15, 27, 32, 92, 115, 116, 124, 125, 217-218, 328, 373, 455, 492, 509-510, 512, 513
 COSTA, Afonso, 468, 494-495
 COSTA, Antônio de Carvalho da, 471-472
 COSTA, Antônio Rodrigues da, 501, 509
 COSTA, Claudio Manuel da, 138, 144, 162, 163, 177-179, 181, 182, 183, 184
 COSTA, Duarte da, 258, 260
 COSTA, Francisco Augusto Pereira da, 63, 408
 COSTA, Manuel da, padre, 376
 COSTA, Miguel Pereira da, 236
 COSTA, Rodrigo da, 495
 COSTA D'ÁFRICA, 386
 COSTUMES portugueses do séc. XVII, 374-375
 COTRIM, Filipe de Matos, 27
 COURO, 72, 119, 243, 393
 COUTINHO, Afrânio, 177
 COUTINHO, Francisco Maurício de Souza, 190, 209, 210
 COUTINHO, Gonçalo Vaz, 434
 COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo, bispo, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389
 COUTINHO, Luís Pinto de Sousa, visconde de Balsemão, 147, 154, 155
 COUTINHO, Rodrigo de Sousa, 219, 231, 238, 436, 504
 COUTO, Diogo do, 50, 433, 486, 490
 COUTO, Domingos do Loreto, 144, 229, 231, 235, 303, 324, 466, 469, 470, 495
 COUTO, Miguel do, 113, 116, 118-119
 CRETICO, Giovanni Matteo, ver CAMERINO, Giovanni
 CRISES AÇUCAREIRAS, 393, 405
 CRÔNICA GERAL COLONIAL, XVIII, XIX, 2, 16, 21-28, 37, 64, 75, 86, 88, 93-94, 95, 425-447
 CRUZ, Ernesto, 26
 CRUZ, Laureano de la, 27-29
 CUIABA, 106, 107, 120, 121, 123, 136, 151, 153, 156, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 201, 202, 205, 206, 207, 208, 209, 320
 CUNHA, A. G., 430

CUNHA, Antônio Alvares da, 93
 CUNHA, Antonio Luís Pereira da, 380
 CUNHA, Euclides da, 97
 CUNHA, Francisco da, 435
 CUNHA, Francisco João da, 359
 CUNHA, Francisco Manuel da, 243
 CUNHA, Jacinto Rodrigues da, 219, 367
 CUNHA Rivara, J. H. da, 32, 82, 87, 118, 395
 CURITIBA, 12, 123, 157, 214, 244, 245

D

DANIEL, João, 95, 96, 97, 103, 294
 DANIELOU, Jean, 486, 493
 DANTAS JÚNIOR, João da Costa Pinto, 503
 DANTESCO, Thomas Gracian, 22
 DEGREDADOS, 2, 3-4, 28, 57
 DELATTRE, Pierre, 125
 DENIS, Ferdinand, 3-4, 39, 45-46, 435
 DERBY, Orville, 162, 166, 173
 DIALOGOS DAS GRANDEZAS DO BRASIL, 371-374, 442, 513
 DIAMANTES, 113, 114, 166, 171, 176, 182, 194, 198, 414
 "DIÁRIOS", 216, 224
 DIAS, Antonio Gonçalves, ver GONÇALVES DIAS, Antonio
 DIAS, Carlos Malheiros, 305
 DIAS, Diogo, 2
 DIAS, João, 400
 DIEGUES JÚNIOR, Manuel, 457
 DÍZIMOS, 371, 384
 DOENÇAS, 234, 236, 471
 DOMINGOS, Agostinho, 101
 DOMINGUES, L. F., 4
 DOMINGUES, Pero, 116, 117
 DOMINGUEZ, Luís L., 13
 DUCLERC, J. F., 362, 403
 DUGUAY-TROUIN, René, 361, 362, 363, 402, 403, 498
 DUSSEN, Adriaen van der, 75, 312

E

ECKART, Anselmo, 81, 90, 91, 458
 ECONOMIA CRISTÃ, 374, 377-378, 474; Economia Política, criação da cadeira de, 413
 EDELWEIS, Frederico G., 301
 EDMUNDSON, Georg, 32
 EHRENBERG, Richard, 38
 ELLIS JÚNIOR, Alfredo, 116, 123
 EMBOABAS, Guerra dos, 139, 164, 167, 292, 293, 408, 499, 502, 508

ENGENHOS DE AÇÚCAR, 13, 16, 18, 62, 72, 74, 75, 76, 98, 102, 237, 240, 390-415, 432, 433, 435, 438, 448, 451, 453, 455, 459, 468, 471, 479, 507
ENNES, Ernesto, 184, 324
ENTRADAS, Relações de, 113, 116
ERICEIRA, 4.º conde de, ver MENEZES, Francisco Xavier de
ERICEIRA, 3.º conde de, ver MENEZES, Luís de
ESCRAVIDÃO/ESCRAVOS, 9, 67, 76, 85, 98-99, 143, 166, 167, 168, 172, 174, 175, 176, 185, 187, 190, 194, 195, 196, 199, 213, 227, 229, 238, 251, 252, 254, 257, 319, 322-356, 371, 377-378, 380, 381, 382, 384, 385-387, 389, 393, 409, 412, 416-417, 432, 433, 438, 453, 455, 468, 475, 478, 479-481, 491, 498, 506, 507, 508
ESMERALDAS, Serra das, 167
ESPADA, Marcos Jimenez de la, 28
ESPANHA, 220, 222, 240, 367, 368, 389, 436, 456, 458, 485, 500, 509
ESPANHÓIS, XVIII, 14, 27, 30, 51, 60-61, 108, 215, 216, 219, 498
ESPIRITO SANTO, 201, 239, 240, 243, 244, 261, 263, 265, 267, 273, 278-279, 292, 457, 472, 481, 507
ESTADOS UNIDOS, 12, 33, 388-389
ESTRADAS, Abertura de, 384, 408
ESTRUTURA SOCIAL, 176, 185, 380-389
EVREUX, Yves d', 37, 43, 46-47, 289, 404

F

FARIA, Francisco de Souza e, 244
FARIA, Francisco Vieira de, 232
FARIA, Júlio César de, 27
FARIA, José Custódio de Sá e, 215-216
FARIA, Manuel Severim de, 50-51, 89, 490
FAY, David Aluísio, 91
FAZENDA, J. Vieira, 118, 151, 450
FEDER, Ernest, 8, 91, 458
FEIJÓ, João da Silva, 241-242
FEIRAS, 508
FELNER, Alfredo de Albuquerque, 452, 455
FERNANDES, Domingos José Marques, 225-226
FERNANDES, Duarte, 9, 11
FERNANDES, Francisco, padre, 450, 451
FERNANDO DE NORONHA, ilha de, 469

FERRAZ, Baltazar, 491
FERREIRA, Alexandre Rodrigues, 241
FERREIRA, Carlos Alberto, 27, 54, 86, 88, 104, 231, 362, 429, 440, 447, 462
FERREIRA, Diogo, 455
FERREIRA, João Antônio Costa, 504
FERREIRA, João de Sousa, 81, 86-87
FERREIRA, Joaquim, 376
FERREIRA, Joaquim José, 207
FERREIRA, José, 290
FERREIRA, Manuel, 281
FERRO, 177, 414
FERROLLE, Pierre Eleonor de la Ville de, 33
FIGANIÈRE, Frederico Francisco de la, 429
FIGUEIRA, Luís, padre, 16-18, 279, 288, 289, 290, 295, 483
FIGUEIRA, Manuel Dias, 328
FIGUEREDO, Jerônimo de Farias de, 471
FILGUEIRA, Domingos da, 214
FILIPE I, rei, 451
FILIPE IV, rei, 458, 476
FILOSOFIA, ensino no Brasil, 378, 416
FLANDRES, 453
FLORES DE VALDEZ, Diogo, 490
FOLEY, Henri, 275
FOME, 121, 199, 231, 242, 299, 322, 378, 499
FONSECA, Antônio, 283
FONSECA, Bento da, 249, 281-282, 294
FONSECA, Felis Feliciano da, 367
FONSECA, João Severiano da, 192, 193
FONSECA, José Gonçalves da, 193
FONSECA, Luís da, padre, 259, 261, 263, 264, 439
FONSECA, Luísa da, 89
FONSECA, Manuel da, 249, 292, 293
FONSECA, Martinho A. da, 464
FONSECA, Paulino Nogueira Borges da, 17
FORTALEZAS, 19, 24, 40, 43, 70-71, 75-76, 86, 95, 107-108
FOUQUET, Karl, 15
FRAGOSO, Gaspar, 117
FRANÇA, 229, 240, 403, 453, 484, 485, 509
FRANÇA, Gonçalo Soares de, 311-312
FRANCESES, 14, 17-19, 21-23, 25-26, 31, 33, 37, 39, 40, 41, 42-44, 46-48, 81, 83, 88, 93, 139, 261, 264, 361-363, 449-451, 491
FRANCO, Afrânio de Mello, 177, 180
FRANCO, Francisco de Assis Carvalho, 14-15, 189, 193, 209
FRANCO, Guiomar de Carvalho, 15
FREIRE, Basílio Teixeira de Cardoso Sá Vedra, 174-175

FREIRE, Francisco de Paula, 183
 FREIRE, Francisco José, 375
 FREIRE, João de Noronha, 55
 FREIRE, José Rodrigues, 321
 FREIRE, Leopoldo, 289
 FREIRE, Manoel Gomes, 306
 FREITAS, Jordão de, 10-11
 FREITAS, Rodrigo, padre, 439
 FRITZ, Samuel, 25, 31-32, 94, 290, 294
 FROGER, 361
 FROTA, José Manuel Antunes da, 208, 210-211
 FUGGER, Jacob, 8, 38
 FUNK, Jacques, 221
 FURTADO, Alcibíades, 13
 FURTADO, Francisco de Mendonça, 233

G

GADO, 16, 67, 74, 76, 82, 86, 98, 113, 168, 172, 393, 402, 418, 420, 453, 499
 GAFFAREL, Paul, 39-41, 44
 GALLANTI, Rafael, 17
 GALVÃO, B. F. Ramiz, 321
 GALVÃO, Francisco, padre, 463
 GALVÊAS, conde de, ver MELO E CASTRO, André
 GAMA, João da Maia da, 101, 279, 398
 GAMA, José Basílio da, 282, 367
 GAMA, Paulo José da Silva, 227-228
 GAMA, Vasco da, 254
 GÂNDAVO, Pero de Magalhães, 147, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433
 GANNS, Cláudio, 437
 GARCIA (família dos), 284
 GARCIA, Miguel, padre, 378
 GARCIA, Rodolfo, 15, 18, 20, 31, 32, 38, 44, 82, 87, 106, 130, 165, 166, 167, 223, 240, 242, 257, 263, 267, 272, 295, 329, 364, 373, 404, 407, 426, 427, 430, 431, 434, 440, 456, 459, 489, 494
 GARÇAO, Pardo Gonçalo, 303
 GARRO, Lopo Curado, 76
 GENEALOGIA, 229, 465, 473, 519
 GENNES, M. de, 361
 GÊNNOVA, Benigno de, 298, 300
 GIJSSELING, Johan, 75
 GOÍAS, 119, 123, 129, 136, 140, 141, 151, 176, 189, 195, 199, 205, 208-211, 214, 239, 243, 311, 508
 GOIS, Luís de, 39
 GOIS, Pero de, 39
 GOMES, Henrique, 273
 GOMES, João de Medeiros, 155
 GOMES, José Caetano, 405, 406

GOMES, Manuel, 16, 24
 GONÇALVES, André, 6
 GONÇALVES DIAS, Antonio, 93, 104-105, 282, 291, 295
 GONÇALVES, Pero Luís, 484
 GONDIM, João Velho, 494
 GONNEVILLE, Binot Paulmier de, 38-39
 GONZAGA, Tomás Antônio, 183
 GONZALEZ, Roque, 274
 GOUVEIA, André de, padre, 392, 393
 GOUVEIA, Cristóvão de, padre, 264, 265, 267-268, 269, 270, 450
 GOUVEIA, Manuel Paulino de, 408
 GRÃ-BRETANHA, 240
 GRÃ, Luís da, padre, 439
 GRÃO-PARÁ, ver PARÁ
 GRAVATA, Helio, 180, 314, 315
 GREENLEE, W. B., 1, 3-4, 6-7
 GROTIUS, Hugo, 485
 GUAIRÁ, 124, 125
 GUEDES, Antônio, padre, 399
 GUEDES, João, 281
 GUERRA, Francisco de Brito, 408
 GUERREIRO, Bartolomeu, 60-61, 89
 GUERREIRO, P. Fernão, 17, 274, 275
 GUIANAS, 22, 31, 32, 104-105, 108, 388, 403
 GUILLEN, Julio, 26
 GUIMARÃES, Manuel Teixeira de Araújo, 178
 GUINÉ, 230
 GUMILA, José, 99
 GURGEL, Manuel Joaquim do Amaral, 157
 GUSMAN, Gaspar de, conde-duque de Olivares, 55
 GUSMAN, Martin de Saavedra y, 28
 GUSMÃO, Alexandre de, 27, 32, 92, 283, 327-328, 365, 463, 509-512
 GUSMÃO, Bartolomeu Lourenço de, 509

H

HAEBLER, Konrad, 8
 HAECX, Henrique, 69
 HAMBURGO, 453
 HARRISSE, Henry, 32
 HENRIQUE, cardeal infante D., 254, 428, 429, 446
 HENRIQUES, Rodrigo de Miranda, 276
 HERCKMANS, Elias, 76
 HERIARTE, Maurício, 81, 84-85
 HERNANDEZ, Pero, 11
 HERRERA Y TORDESILLAS, Antônio de, 490

HEULLARD, A., 41-42

HISTÓRIA: biografização da, 283; cruenta do Brasil, 499; da América Portuguesa, 495, 496-499, 500-503; idéia da, 484, 485, 486-487, 492; social, 468, 471, 499, 506-508; universal, 486.

HISTORIOGRAFIA: baiana, 236-240; colonialista, 92, 93, 105, 109, 143, 169, 172, 183, 184, 210, 223, 303, 344, 381, 498, 502, 507, 508; da Amazônia, 32, 95-110; da conquista, 1-34; da costa leste-oeste, 16-24; da Igreja em geral, 310-315; da Paraíba, 243; das invasões, 37-77; das invasões francesas, 37-47, 361-363; das missões, 368; das rebeliões, 319-355; de Goiás, 208-211; de limites, 366; de Mato Grosso, 188-207; de Minas Gerais, 82, 162-187; de Santa Catarina e Paraná, 244-246; diplomática, 73; do açúcar, 390-415; do Amazonas e Pará, 240-241; do bandeirismo seiscentista, 111-125; do Ceará, 241-242; do Espírito Santo, 243-244; do Maranhão, 81-94; do Rio Grande do Norte, 242-243; dos agostinianos, 306-307; dos beneditinos, 308-309; dos carmelitas, 310; dos franciscanos, 297-305; dos holandeses no Brasil, 48-58, 59-72, 73-77; dos jesuítas, 249-296, 481; econômica e social, 73, 74, 369-389, 474; econômica geral, 73, 371-389; epistódica dos holandeses no Brasil, 59-72; especial dos holandeses no Brasil, 64, 73-77; geral, 474-512; militar, 359-368; paulista, 129-161; pernambucana, 229-235; regional, 73, 75, 83, 107, 127, 236-245; regional vária, 236-246; religiosa, 249-316; do Rio Grande do Sul, 212-228, 363-366; revolucionária, 319-356; social e dos caminhos, 416-422

HOLANDA, 229, 377, 406, 442, 443, 457, 458, 476, 486, 500

HOLANDA, Sérgio Buarque de, ver BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio

HOLANDESES NO BRASIL, 18-20, 26, 30-31, 48-76, 77, 83, 88, 115, 139, 167, 237, 278, 303, 360, 391, 392, 442, 443, 444, 458, 459, 462, 468, 471, 474, 476, 479, 481, 482, 483, 485, 490, 491, 492-493, 497

HOMEM DE MELO, Francisco Inácio Marcondes, barão de, 135, 165, 502

HORCH, Rosemarie E., 465

HUBY, François, 45

HUIZINGA, J., 114

I

IGLÉSIAS, Francisco, 163

IGREJA, 227, 234, 328, 384, 455, 497, 506

IGREJA E ESTADO, 380, 388

IGUARAPU, 304

ILHA, Manuel da, 297-300

ILHEUS, capitania de, 239, 254, 261, 263, 264, 265, 304, 391, 414, 428

IMIGRAÇÃO, 81, 84, 508

IMPERIALISMO, britânico, 176-177, 386, 388, 412; português, 475-489

IMPOSTOS, 461, 499

ÍNDIA, 1, 6, 9, 14, 35, 39, 70, 229, 250, 254, 268, 286, 306, 495, 498

ÍNDIAS OCIDENTAIS, Companhia das, 48-49, 61, 67-68, 77

ÍNDIOS, 2, 4-5, 9, 12, 14-15, 17-21, 24, 28-30, 38-39, 61, 67, 76, 81, 83-86, 88, 93, 96-99, 101-102, 104-106, 109, 113, 114, 116, 117, 118, 120, 121, 136, 137, 139, 156, 157, 158, 167, 175, 178, 188, 189, 190, 194, 195, 196, 197, 199, 201-202, 203, 204, 205, 207, 209, 210, 211, 213, 218, 219, 230, 231, 233, 234, 236, 237, 244, 245, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 273, 274, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 290, 297-298, 299, 300, 301, 312, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 366-368, 381-382, 385, 386-387, 391, 398, 418, 419, 420, 431, 433, 434, 435, 438, 439, 449, 450, 451, 452, 454, 455, 457, 461, 468, 472, 475, 477-479, 480, 483, 488, 489, 491, 496, 498, 499, 506, 508

INFORMAÇÃO DO ESTADO DO BRASIL, 460-461

INGLATERRA, 229, 453, 500

INGLESES NO BRASIL, 31, 491

INOCÊNCIO, ver SILVA, Inocêncio Francisco da

INQUISIÇÃO, 379, 380, 475, 476-477, 479, 482, 485

INSTRUMENTOS DO TRABALHO HISTÓRICO, 463-473

INSURREIÇÕES, 319-329

ISAIAS, profeta, 486

ITÁLIA, 485

ITALIANOS, 37

ITAMARACÁ, capitania de, 38, 71, 74-75, 230, 279, 443, 449, 459

ITANHAËM, vila de N. Sra. da Conceição de, capitania de, 48, 147, 151, 260

ITINERÁRIOS, 214, 236, 244

J

JABOATÃO, Antônio de Santa Maria, frei, 10, 131, 144, 147, 229, 234, 297, 298, 301, 302-305, 466, 468-469, 489, 490, 493, 495, 501
JACQUES, Cristóvão, 38
JAEGER, Luiz Gonzaga, 274
JARQUE, Francisco, 124
JARRIC, Pierre du, 275
JERÔNIMO, Manuel, 277
JESUITAS, 17-18, 27-29, 32-34, 38, 62, 67, 85, 86, 87-88, 90-91, 95-96, 101-103, 105, 378, 394, 426
JESUS, Rafael de, 49-50, 53-54, 58, 66, 234, 471, 472
JOÃO IV (D.), 476, 477, 478, 482, 487
JOÃO V (D.), 403, 446, 509, 510
JOSÉ, rei (D.), 303, 359
JUDEUS, 196, 377, 398, 449, 472, 475, 476, 482, 488, 489, 498, 511, 512
JUIZES, criação no interior de, 301
JULIEN CHARLES, A., 39
JURO excessivo, 413
JUSTIÇA, 506, 507; administração da, 228, 230, 261, 507

K

KAESTNER, Erhard, 458
KEIZERS, Agostinho, frei, 70
KIEMEN, Mathias, frei, 478
KNIVET, Anthony, 15
KÖPKE, Diogo, 456
KOSTER, H., 409
KRETZ, Wolfgang, 149, 150

L

LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de, 95, 106-107, 176, 188, 200, 201-202, 207
LA CONDAMINE, C. M. de, 104, 294
LAET, Johannes de, 61, 65, 67, 242, 243, 289, 485
LAGUNA, 213, 214, 228, 244-245, 276, 282, 363
LAMALLE, Edmond, 125
LAMBERT, Jacques, 114
LAMEGO, Alberto, 6-7, 144, 150, 165, 177, 303, 313, 329, 359, 362, 363, 379, 462, 470, 500
LANGSDORFF, G. H. de, barão de, 185, 186
LANORE, J., 363
LAPA, Manuel Rodrigues, 177
LARA, Diogo Arouche de Moraes, 228

LA RAVARDIERE, senhor de (Daniel de la Touche), 23
LAS CASAS, Bartolomeu de, 386
LATIFUNDIOS, luta contra os, 301
LATIM, ensino do, 468, 507
LAUZERET, J., 363
LEAL, Antônio Henriques, 87, 295
LEDO, Joaquim Gonçalves, 225
LEI AGRÁRIA, 508
LEISTE, Christian, 458
LEITÃO, Francisco de Andrade, 73
LEITÃO, Martim, ouvidor geral, 449, 450, 452
LEITE, Francisco Rodrigues, 41-42
LEITE, Gonçalo, 378
LEITE, Serafim, padre, 16-18, 23-24, 33, 60, 85, 86, 91, 95, 96, 97, 114, 116, 117, 118, 124, 125, 137, 212, 213, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 268, 269, 270, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 377, 378, 390, 392, 398, 399, 400, 402, 403, 405, 416, 433, 437, 438, 439, 479, 481, 483, 484, 488, 513
LEME, Antônio Pires da Silva Pontes, 176, 188, 200, 201
LEMONS, Gaspar de, 6
LEMONS, Mécia de, 489
LÉRY, Jean de, 37, 40-42
LESSA, Clado Ribeiro, 173, 221
LESSING, G. E., 90, 458
LETRADOS, 346
LEVERGER, Augusto, 204
LEVI-STRAUSS, Claude, 42
LIBERALISMO, econômico, 380-381, 389, 412, 414, 415, 477; político, 488
LIBERDADE DE COMÉRCIO, 380, 381
LIBERDADE INDÍGENA, defesa da, 85, 86, 99, 476, 478, 481
LIMA, Antônio da Costa, 315
LIMA, Eliseu de Araújo, 437
LIMA, Francisco das Chagas, padre, 245
LIMA, Joaquim de, 183
LIMA, Thomás da Encarnação da Costa, 315
LIMA JÚNIOR, Augusto de, 166, 226
LIMPEZA DE SANGUE, 471, 472
LINHARES, conde de, ver NORONHA, Miguel de
LIPSIUS, Justus, 485
LISBOA, Baltazar da Silva, 150
LISBOA, Cristóvão de, frei, 18, 78, 83, 89-90, 93-94, 490
LISBOA, João Francisco, 3, 45, 54, 88, 92-93, 291, 372, 389, 493
LISBOA, José da Silva, 413, 414, 503

LISBOA, Manoel Gomes, 328
LLAGAS, Augustin de la, 28
LOBATO, João, 274
LOBO, Antônio Leite Pereira da Gama, 157
LOBO, Fernando, 177
LOBO D'ALMADA, Manuel da Gama, 95, 107-109, 418
LOPES, Baltazar, padre, 450
LOPES, Fernão, 441
LOPES, J. J. P., 379
LUANDA, 452, 454
LUTERANOS, 299, 300
LUTERO, Martim, 445

M

MACEDO, Antônio de Souza de, 73, 74, 376-377, 513
MACEDO, Duarte Ribeiro de, 375
MACEDO, Joaquim Manoel de, 201, 407, 409
MACEDO SOARES, A. J. de, 140
MACHADO, Antônio, 283
MACHADO, Antônio Alcântara, 249, 259, 269
MACHADO, Brasília, 262
MACHADO, Diogo Barbosa, ver BARBOSA MACHADO, Diogo
MACHADO, Jerônimo, padre, 450, 451
MACHADO, Simão Ferreira, 313, 314
MACIEL, Bento, 83
MAÇONARIA, 225
MADEIRAS, 20, 26, 76
MADRE DE DEUS, Gaspar da, frei, 10, 129, 131, 138, 139, 141-151, 152, 153, 154, 155, 156, 161, 295, 305, 314, 329
MADUREIRA, Pedro de Moraes, 277
MAFFEII, J. P., 287
MAGALHÃES, Basílio de, 100, 141, 163
MAGALHÃES, Manuel Antônio de, 226-228
MAGALHÃES, Pero de, 426-427
MAGALHÃES BASTO, A., 4
MAGNAGHI, Alberto, 5, 6, 7, 8
MAILLAR, Mathieu, 22
MALDONADO, Ayres, 118
MALDONADO, José de Villamor, 27, 28, 29, 148
MALÉS, Rebelião dos, 322
MALES SOCIAIS, 412
MALHEIRO DO LAGO, Basílio de Brito, 179
MALINOWSKI, B., 42
MALIPIERO, D., 8
MALO, H., 363
MAMIANI, Luís Vincêncio, 301
MANCEBIAS, 175
MANDIOCA, farinha de, 371, 411, 418, 449, 451, 496, 507
MANETA, Sublevação do, 328-329, 499
MANSUY, André, 293, 400-403, 404, 405, 513
MANUEL (D.), 511
MANUEL, Gaspar Pinheiro da Câmara, 361
MAPAS, 448, 456
MARAJÓ, ilha de, 17, 31, 48, 479, 483
MARANHÃO, 3, 16, 20-24, 26, 33-34, 42-45, 47, 48, 75, 76, 78, 93, 95, 101, 103, 104, 107, 116, 117, 118, 119, 167, 202, 231, 242, 277, 279, 280, 281, 282, 283, 288, 289, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 306, 312, 322, 328, 418, 419, 420, 443, 458, 459, 472, 475, 478, 479, 482-483, 484, 490, 491, 500
MARCGRAVE, Jorge, 67, 77, 90, 442, 443
MARCHIONI, Bartolomeu, 38
MARCONDES DE SOUSA, T. O., 5-6
MARIA I (D.), 379, 446
MARIA TERESA, infanta, 476
MARIANA, 179, 181, 313, 326
MARINHA DE GUERRA, 380, 381
MARIZ, Antônio de, 259
MARIZ, Pedro de, 38, 471, 490
MARKHAM, Clements R., 26
MARQUES, César Augusto, 44, 45, 281
MARTINS, Heitor, 496, 499, 500
MARTINS, João, 273, 274
MARTIUS, C. F. P. von, 435
MASCARENHAS, José Freire de Montarroio, 320
MASCATES, Guerra dos, 319, 403, 471, 499
MASSACRE DE ÍNDIOS, 301, 320-322
MATO GROSSO, 103-106, 107, 188-207, 215, 239, 417, 418
MATOS, Antônio de, 249, 276, 277, 278
MATOS, José, 164
MATOS, Luís de, 426-427, 428, 429, 430, 431
MATTOS, Carlos Lopes, 149
MAXWELL, Johan, 75
MEDINA, José Toribio, 25-26
MEIRELES, Domingos Coelho, 303
MELLO, Silveira de, 192, 193
MELLO NETO, José Antonio Gonçalves de, 54, 65, 66, 67, 75, 372, 374, 404, 405, 471, 472, 473, 513
MELO, Antônio Feijó de, 472
MELO, Antônio Joaquim de, 473
MELO, Antônio José de, 472
MELO, A. J. Teixeira de, 256, 259, 472

MELO, Francisco Manoel de, 50-51, 52, 53, 54, 55, 56-57, 58, 60, 62, 63, 64, 70, 375, 376
 MELO, João Gomes de, 233
 MELO, José Alexandre Teixeira de, 178
 MELO, Mário, 329
 MELO, Sebastião de Carvalho e, marquês de Pombal, 98, 280, 283, 303
 MELO E CASTRO, André de, conde de Galvêas, 360; 472
 MELO E CASTRO, Roque Luís de Macedo Paes Leme e, 129, 159-161
 MELO E TORRES, João de Saldanha da Gama, 6.º conde da Ponte, 412
 MELO MORAES, A. J. de, 8, 122, 266, 272, 280, 282, 283, 289, 291, 294, 295, 361, 362, 433
 MELO NETO, João Cabral de, 365, 366
 MELO REGO, Francisco Rafael, 192, 193
 MENDES, Simão, 277
 MENDES, Valentim, 249, 280
 MENDONÇA, Hipolito José da Costa Furtado de, 322
 MENDONÇA, Marcos Carneiro de, 414, 418
 MENDONÇA, Martinho de, 501
 MENDONÇA, Salvador de, 499, 500
 MENDONÇA Furtado, F. de, 95, 98
 MENENDEZ Y PELAYO, M., 57
 MENEZES, Antônio de Brito e, 214, 245
 MENEZES, Antônio de Sousa, 301
 MENEZES, Antônio Luís de Sousa Tello de, 2.º marquês das Minas, 405, 470
 MENEZES, Diogo de, 19-20, 456, 490, 501
 MENEZES, Francisco da Cunha, 240
 MENEZES, Francisco Xavier de, 4.º conde de Ericeira, 361, 463, 476
 MENEZES, João Rodrigues de Sá e, visconde de Anadia, 504
 MENEZES, Luís de, 3.º conde de Ericeira, 51, 53, 89, 484, 485
 MENEZES, Manuel da Cunha, 238
 MENEZES, Manuel de, 55, 59-60, 202-203
 MENEZES E CASTRO, Rodrigo José, 181, 462
 MERCADO, Tomás de, 481
 MERCURIANO, Everardo, 263
 MESA DE INSPEÇÃO DO AÇÚCAR, 415
 MESTIÇAGEM, 175, 253, 419
 MÉXICO, 389
 MICHAËLIS, Carolina, 3
 MILLIET, Sérgio, 41, 43, 44
 MINAS GERAIS, 103, 113, 123, 136, 162-187, 214, 236, 237, 239, 243, 273, 293, 306, 311, 315, 319, 326, 327, 328, 387, 401, 402, 409, 414, 419, 420, 462, 471, 499, 501, 508
 MINAS, marquês das, ver MENEZES, Antônio Luís de Sousa Tello de
 MIRALLES, José de, 144, 280, 359-361, 365
 MIRÃO, Diogo, 261
 MISÉRIA, 157, 199, 219, 242, 299, 322, 387, 480, 506
 MISSÕES, 18, 28, 32, 90, 97, 98, 99, 197, 199, 201-202, 203, 206, 219, 224, 228, 249, 267, 277, 279, 280, 281, 283, 284, 285, 288, 289, 290, 301, 312, 321, 363, 367-368, 481
 MITRE, Bartolomé, 14
 MOÇAMBIQUE, 462
 MOLINA, Luís Tenório de, 472
 MONÇOEIROS E SERTANISTAS, Relatos de, 85-86, 98, 100, 107, 120-123, 164-165, 188, 189, 208
 MONSANTO, conde de, 132, 134, 159
 MONTE-CARMELO, Lino de, padre, 408
 MONTEIRO, Domingos, 273
 MONTEIRO, Jácome, 249, 277, 278
 MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego, 366
 MONTEIRO, José Xavier, 238-239
 MONTENEGRO, Caetano Pinto de Miranda, 204, 206, 207
 MONTESQUIEU, 381
 MONTEVIDEU, 215
 MONTOYA, Antonio Ruiz de, 115, 124-125
 MORAES, Alexandre José de Melo, 8
 MORAES, Francisco de Castro, 362
 MORAES, José de, 282, 294
 MORAES, Rubens Borba de, 149
 MORAIS, Francisco Teixeira de, 81, 85, 87-88, 92, 328
 MORAIS, José Mariz de, 262
 MORAIS, Manuel de, padre, 67, 442-444, 456
 MORAIS da Fonseca Pinto, José Xavier de, 293
 MOREAU, Pierre, 64, 68-70, 77
 MORENO, Diogo de Campos, 16, 20-22, 47, 456
 MORENO, Martim Soares, 16, 19, 20, 21, 22-23, 444, 491
 MORERI, Louis, 472
 MÖRNER, Magnus, 114, 479
 MOTA, Carlos Guilherme, 509
 MOTA, Pedro da, 213
 MOUCHERON, Henrique de, 76
 MOURA, Alexandre de, 16, 19, 22-24, 26, 83
 MOURA, Cristóvão de, 433, 435, 437, 438

MOURA, Pedro de, 277
MOURÃO, Luís Antonio de Sousa Botelho e, 131, 134, 151-152, 153, 174
MUELLER, Bonifácio, frei, 231, 298
MULATOS, 175, 419, 506, 507
MULHERES, 2, 7
MUNIZ, Jerônimo, 249
MÚRIAS, Manuel, 459
MURR, Cristóvão Gottlieb, 90, 91, 458

N

NABER, S. P. L'Honoré, 70, 203, 262, 323
NABUCO, Joaquim, 31, 104, 105, 262, 323
NANTES, Bernardo de, 301
NANTES, Martin de, 297, 300-301
NARBONA Y ZUNIGA, Eugenio, 60
NASSAU-SIEGEN, João Maurício de, conde de, 59, 61, 64-66, 75, 77, 115
NASSOVIANO, Período, 59, 64
NATAL (RN), 230
NAU BRETOA, O Livro da, 9-10, 38
NAVARRO, José Gregório de Moraes, 405, 407
NAVARRO, Manuel Alvares Morais, 116
NAVARRO, Martim de Azpicuelta, 250
NAVEGAÇÃO, 381, 387
NEGROS, 57, 63, 65, 75, 101, 174, 175, 199, 236, 237, 322-327, 377-378, 381-385, 420, 432, 455, 461, 462, 477, 479, 488, 489, 491, 506, 507; crueldade contra os, 378; importância dos, 408-409
NIEUHOF, Johan, 67, 68, 70
NINA RODRIGUES, 323
NITSCHKE, R. Lehmann, 14
NÓBREGA, Manoel da, padre, 99, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 256-258, 260, 261, 262, 272, 278, 284, 285, 286, 287, 513
NORONHA, Antônio de, 168, 170, 326
NORONHA, Jácome Raimundo de, 27
NORONHA, José Monteiro de, 95, 105-106
NORONHA, Marcos de, 7.º conde dos Arcos, 129, 147, 233
NORONHA, Miguel de, conde de Linhares, 190
NOSSA SENHORA DOS PRAZERES (Praça de), 216
NOSTRADAMUS, 486
NOVINSKY, Anita, 67
NUNES, Diogo, 24
NUNES, João, 449
NUNO, Manuel, 6, 9

O

Ociosidade, 159, 185-186, 218, 238, 278, 387, 412, 420, 477, 489, 506, 507, 508
OFICIAIS MECÂNICOS, 186
OGLIN, Erhart, 8
OITICICA, Luís Pereira da Rosa, 404
OLINDA (cidade de), 26, 61, 232, 279, 299, 303, 306, 308, 329, 382, 444, 448, 472, 489
OLIVARES, conde-duque de, ver GUSMAN, Gaspar de
OLIVEIRA, Bento de, 289, 290
OLIVEIRA, J. B. Perdigão de, 470
OLIVEIRA, Manuel de, padre, 400
OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de, 410
OLIVEIRA LIMA, Manuel de, 372, 373, 379, 382, 427, 429, 444, 499
OLIVEIRA NETO, Luís Camilo de, 166, 172
ORDEM SERÁFICA, 304, 305
ORDONHES, Diogo de Toledo Lara e, 132, 133, 145, 191
ORELLANA, Francisco de, 25-27, 30-31
ORTEGA FONTES, A., 6
OURO, 113, 114, 116, 117, 118, 120, 135, 136, 139, 151, 162-163, 164, 166, 167-168, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 182, 185, 193, 194, 195, 196, 210, 211, 237, 420, 434, 438, 460
OURO PRETO, ver VILA Bela
OVIEDO, Gonzalo Fernandes, 26

P

PACHECO, Félix, 136, 163, 364
PAÇO, Antônio Jansen do, 71, 135, 180
PAES, Francisco Fernando, 504
PAES, Garcia Rodrigues, 136, 167
PAES, José da Silva, 366
PAES LEME, Fernão Dias, 135, 136, 160, 164, 167
PAGAN, François, conde de Blaise, 25, 31
PAIS DE BARROS, Artur, 193
PAIS DE BARROS, Fernando, 193
PAÍSES BAIXOS, 20, 43, 48, 49, 70, 73, 484, 498
PALHA, João Rodrigues, 489
PALHA, Vicente Rodrigues, ver SALVADOR, Vicente do, frei
PALHETA, Francisco de Melo, 101
PALMARES, Guerra dos, 234, 319, 322, 323-324, 325, 461, 471, 472, 499
PALMAS, território de, 12

- PARÁ, 18, 23, 24, 26, 29, 30, 32-33, 75-76, 78-79, 83, 86, 90-91, 95, 97, 100, 101, 102, 103, 104-108, 116, 117, 190, 193, 194, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 240, 241, 276, 279, 281, 282, 283, 289, 290, 293, 294, 295, 306, 312, 371, 377, 417, 420, 475, 478, 479, 480, 482, 483; Companhia Geral do, 190, 198
 PARAGUAI, 156, 195, 198, 201, 204, 205, 206, 207, 461, 492
 PARAÍBA, 14, 16, 71, 75, 76, 77, 83, 84-85, 227, 230, 231, 234, 239, 243, 299, 300, 384, 398, 443, 448-451, 457, 458, 469, 489, 508
 PARAÍSO NA AMÉRICA, 285, 286
 PARANÁ, 12, 115, 214, 244-245, 306
 PARANAGUÁ, 152, 213, 244
 PARANHOS ANTUNES, general de, 226
 PARANHOS, José Maria da Silva, barão do Rio Branco, 12, 22, 33, 47⁷⁴, 95, 103, 180, 215, 256, 271, 272
 PARENTE, Bento Maciel, 19, 78
 PARENTE, João Amaro Maciel, 82, 84, 116
 PARNAÍBA, 16, 19
 PASTELLS, Pablo, 115, 283
 PATER, Adriaen Janszoon, 55
 PATOS, missão e terra dos, 213, 274, 276, 288
 PAU-BRASIL, 1, 3, 5, 9-10, 14, 37-38, 40, 72, 75, 255, 371, 402, 449, 451, 453-454
 PAZ, Julian, 28
 PEDRO I (D.), 225
 PEDRO II (D.) (rei de Portugal), 363, 475, 495, 500
 PEDROSO, Manuel dos Santos, 219, 226
 PEIXOTO, Afrânio, 11, 20, 259, 262, 263, 272, 373, 428, 430
 PERDIGÃO, José Rebelo, 164-165
 PEREIRA, André (Temudo), 25-26
 PEREIRA, Cristóvão, 214-215, 366
 PEREIRA, Estevão, padre, 390, 393
 PEREIRA, Francisco Lobo Leite, 180-181
 PEREIRA, Jacinto Freire de Andrade, 91
 PEREIRA, João Manso, 405, 407-408
 PEREIRA, Joaquim José, 231, 242-243
 PEREIRA, José Higinio Duarte, 372, 373, 442
 PEREIRA, Lionis, 428
 PEREIRA, Marcelino Cleto, 129, 151-152, 154
 PEREIRA, Mendo Foyos, 167
 PEREIRA DA COSTA, F. A., 473
 PEREIRA DA SILVA, J. M., padre, 390, 393
 PEREIRA FILHO, Emmanuel, 426, 428, 429, 430, 432
 PERNAMBUCO, 16, 19-20, 22, 23, 24, 26, 39, 42, 48, 53-54, 57-59, 62, 63, 64, 65, 67, 71, 74, 75, 83, 115, 167, 227, 229-235, 239, 242, 243, 261, 263, 264, 265, 268, 273, 278, 279, 300, 310, 312, 315, 320, 322, 323, 324, 325, 329, 359, 377, 380, 384, 402, 419, 428, 440, 441, 443, 448, 449, 452, 453-454, 458, 461, 468, 469, 470, 472, 476, 489, 491, 505, 508
 PESSOA, João Ribeiro, padre, 408
 PESTES, 378, 468, 471, 499
 PIAUI, 118, 199, 234, 242, 290, 295, 417, 418, 419, 421, 499
 PIMENTAL, Miguel da Rosa, 88
 PIMENTEL, Antônio Cavalcanti Albuquerque, 471
 PIMENTEL, Antônio da Silva Caldeira, 244-245
 PIMENTEL, Manuel, 148
 PIMONTE, João Pedro, 313
 PINA, Luís de, 89
 PINELO, Antonio Leon, 373
 PINHEIRO, José Feliciano Fernandes, visconde de São Leopoldo, 133, 140, 217
 PINHEIRO, Manuel, 249, 280-281
 PINHEIRO, Simão, 273
 PINTO, Antônio, 249, 277
 PINTO, Estevão, 40
 PINTO, Francisco, padre, 17, 18, 24, 288, 295
 PINTO, Luís, 154, 155
 PINTO, Luiz Borges, 164, 326
 PINTO LEAL, 82
 PIO VI, papa, 384
 PIRATININGA, 13, 261, 263,
 PIREZ, Heliodoro, 379
 PISANI, Domênico, 7
 PISO, Guilherme, 67, 77, 90, 442, 443, 485
 PITA, Sebastião da Rocha, ver ROCHA
 PITA, Sebastião da
 PIZA, Antonio de Toledo, 133, 138, 141, 153, 156, 157, 158
 PIZARRO, Gonzalo, 25-26
 PIZARRO E ARAUJO, José de Sousa e Azevedo, 150, 181, 191, 307
 PLATZMANN, Julius, 91
 PLEBE, 175, 328, 330, 333, 385, 496
 PLESSIS-PARSEAU, Du, 362, 363

POBREZA, 157, 172, 194, 236, 237, 242, 244, 299, 322, 387, 505
 POMBAL, marquês de, ver MELO, Sebastião José de Carvalho e
 PONTES, Belchior de, 292, 293, 315
 PONTES, Manuel J. Pires da Silva, 162, 163
 PORCEL, Francisco Moreno, 51
 PORTELLI, Alexandre Eloy, 224
 PORTO, Aurélio, 223, 224
 PORTO ALEGRE, 213, 214, 220, 222, 225, 226, 227, 228
 PORTO ALEGRE, Manoel de Araújo, 133, 136
 PORTO SEGURO, capitania de, 146, 239, 240, 261, 263, 264, 265, 279, 299
 PORTO SEGURO, visconde de, ver VARNHAGEN, Francisco Adolfo
 PORTUGAL E CASTRO, Fernando José de, marquês de Aguiar, 216, 226, 227
 PRADO, Eduardo, 11, 44, 262, 266
 PRADO, João Leme do, 189
 PRADO, Paulo, 44, 66
 PRATA, 434, 450
 PRESTAGE, Edgard, 55, 57, 60, 62
 PREUSS, Konrad Theodor, 255
 PRIMERIO, Fidelis M. de, 300
 PROENÇA, Martinho de Mendonça de Pina e, 166, 466
 PROFESSORES, baixos salários dos, 507
 PURCHAS, Samuel, 260, 265, 269

Q

QUEIRÓS, João de São José, bispo do Pará, 100, 101, 102, 446
 QUESTÕES DE LIMITES, 22, 27, 33-34, 84, 104-105, 366, 418, 421
 QUEVEDO, Samuel A. Lafone, 14, 55
 QUILOMBOS, 174, 176, 198, 319, 326

R

RACISMO, 378, 385, 506
 RAMALHO, João, 3, 13, 146, 147, 148, 253, 305
 RAMIZ GALVÃO, B. F., 82, 94, 150, 168, 177, 184, 189, 364, 456, 465
 RAMOS, Eládio dos Santos, 372, 374
 RANGEL, Cosme, ouvidor geral, 454
 RAMUSIO, G. B., 8
 RAPOSO, Luís Mendes, 452
 RAU, Virgínia, 27, 50, 52, 63, 72, 289, 402, 427, 434

RAVASCO, Bernardo Vieira, 462
 RAZILLY, François de, 43, 45
 REBELO, José Silvestre, 201, 404
 RECHSTEINER, Adalberto, 362
 RECIFE, 20, 63, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 83, 280, 292, 298, 304, 306, 324, 329, 384, 403, 443, 444, 454, 472
 REGALISMO, 380, 388, 499
 REIS, Artur Cesar Ferreira, 33, 107-109, 418
 REIS, Joaquim Silvério dos, 183
 RELAÇÕES GERAIS, 448-462
 RELAÇÕES PRIMITIVAS, Cartas e, 212
 RENDON, José Arouche de Toledo, 129, 133, 148, 157-159
 REVOLTA de 1720 (A), 319
 REZÃO DO ESTADO DO BRASIL, 448, 455-457, 461-462
 REZENDE, conde de, ver CASTRO, José de
 RIBEIRA GRANDE, conde da, ver CÂMARA, Luís Manuel da
 RIBEIRO, Antônio, 273
 RIBEIRO, Diego, 31
 RIBEIRO, F. M. Esteves, 8
 RIBEIRO, Francisco, 116
 RIBEIRO, João, 3, 141, 177
 RIBEIRO, João Pinto, 375
 RIBEIRO, José Silvestre, 463
 RIBEIRO SAMPAIO, F. Xavier, 103, 105, 463
 RICHSHOFFER, Ambrósio, 61
 RIO, Camapoan, 121, 156, 209; Cuiabá, 121, 157, 161, 189, 209; Doce, 24, 164, 173, 175, 243, 273, 274, 279; das Mortes, 171, 174, 179, 180; da Prata, 11, 13-14, 48, 165, 217, 218, 228, 245, 260, 276, 277, 282; Grande, 71, 74-75, 121, 156, 161, 171, 209, 273, 276, 320, 321; Guaporé, 176, 190, 191, 193, 201, 204, 205, 206; Ibicuí, 122; Iguatemi, 121, 122, 123, 157, 161; Japurá, 108, 202, 418; Jauru, 176, 201, 202, 204, 205, 418; Jequitinhonha, 240; Madeira, 85, 97, 190, 191, 193, 194, 195, 203, 204, 205, 206; Mamoré, 174, 179-180; Negro, 32, 81, 85, 95, 103, 104-105, 107, 108, 109, 289; Oiapoque, 33, 84; Orinoco, 389; Paraguai (e território), 156, 195, 198, 201, 204, 205, 206, 207; Paraíba do Sul, 39, 173; Paraná, 121, 122; Parapanema, 12-13; Pardo, 156, 161, 224, 225, 321; Parnaíba, 419; São Francisco, 117, 168, 173, 176, 300, 301, 434, 438; Tapajós, 85, 106, 176, 201, 204, 205, 281, 289; Taquari, 121, 156,

209; Tietê, 120, 121, 156, 188; Tocantins, 117, 205, 210, 419, 483; Xingu, 48, 106, 117, 205

RIO BRANCO (e território), 22, 33, 47, 84, 95, 104-105, 108, 176, 201

RIO BRANCO, barão do, ver PARANHOS, José Maria da Silva

RIO DE JANEIRO, 15, 24, 39-40, 118, 135, 136, 137, 147, 167, 169, 179, 189, 204, 205, 206, 214, 215, 217, 224, 239, 256, 260, 261, 263, 264, 265, 268, 275, 277, 278, 279, 280, 281, 283, 284, 288, 292, 301, 304, 306, 307, 312, 314, 315, 359, 361-363, 364, 379, 403, 407, 432, 440, 441, 457, 459, 462, 468, 471, 472, 489

RIO GRANDE (vila de), 228

RIO GRANDE DE SÃO PEDRO, ver RIO GRANDE DO SUL

RIO GRANDE DO NORTE, 16, 20, 48, 76, 118, 230, 231, 242, 273, 280, 384, 443, 455, 459, 493

RIO GRANDE DO SUL, 115, 122-123, 139, 153, 160, 210, 212-228, 245, 274, 276, 278, 321, 363, 366-367, 507-508

RIO NEGRO, capitania de São José do, 201, 202, 203, 417

RIO PARDO (vila de), 228

RIVARA, J. H. da Cunha, 265, 281, 289

RIVIÈRE, Ernest M., 444

ROCHA, José Joaquim da, 162, 163, 178, 179-182, 184

ROCHA, Manuel Ribeiro da, 416, 417

ROCHA, Paulo da, 117

ROCHA PITA, Antônio da Costa, 185-187

ROCHA PITA, Brites da, 494

ROCHA PITA, Sebastião da, 135, 139, 147, 234, 494

RODRIGUES, Francisco, 41, 60

RODRIGUES, Jerônimo, 212-213

RODRIGUES, José Carlos, 8, 32, 47

RODRIGUES, José Honório, 10, 11, 42, 43, 47, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 113, 118, 120, 148, 150, 158, 160, 178, 181, 225, 232, 242, 259, 266, 281, 291, 372, 373, 374, 376, 384, 392, 393, 400, 414, 421, 430, 432, 435, 437, 439, 444, 470, 471, 472, 473, 493

RODRIGUES, Lêda Boechat, 68, 77

RODRIGUES, Manoel, 99, 102, 289

RODRIGUES, Mathias, 18, 249, 296

RODRIGUES, Pero, 16, 23

RODRIGUES, Simão, 252, 254, 255, 258

RODRIGUES NETO, Manuel, 31

ROJAS, Alonso de, 28, 31

ROLIM, Felipe de Moura, 233

ROLIM, Francisco de Moura, 233

ROLIM, Paulo de Moura, 233

ROMERO, Silvío, 141, 155, 177

ROSÁRIO, Paulo do, 77

ROSCIO, Francisco João, 216, 221-223, 225, 226

ROTEIROS, 214, 244, 245, 393, 401, 418, 419, 420, 421, 436

RUBIM, Francisco Alberto, 243

RUI, Afonso, 508

S

SABIN, J., 15

SACRAMENTO BLAKE, Augusto V. A. de, 106, 151, 158, 161, 176, 193, 194, 198, 201, 209, 210, 215, 219, 225, 228, 241, 242, 243, 307, 320, 359, 379, 398, 405, 406, 407, 410, 411, 416, 462, 472, 495, 510

SACRAMENTO, Colônia do, 115, 116, 123, 154, 165, 282, 306

SÁ, Estácio de, 260, 285

SÁ, Felipa de, condessa de Linhares, 392, 399, 400

SÁ, Joseph Barbosa de, 191, 195-197, 198, 199

SÁ, Luís José Correia de, 235

SÁ, Manuel de, 310, 471

SÁ, Manuel de Sousa de, 22

SÁ, Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e, 414-415

SÁ, Mem de, 40, 251, 253, 254, 285, 399-400

SÁ E BENEVIDES, Salvador Correia de, 135, 406

SÁ E FARIA, José Custódio de, 121, 122

SALDANHA, Martim Lopes Lobo de, 152, 153

SALDANHA, Manuel Cardoso de, 239

SALVADOR, 54, 59, 260, 278, 279, 301, 302

SALVADOR, José Gonçalves, 67

SALVADOR, Manuel Calado, ver CALADO, Manuel

SALVADOR, Vicente do, frei, 16, 20, 21, 22, 23, 43-44, 61, 89, 94, 147, 234, 256, 284, 298, 371, 426, 433, 434, 450, 451, 456, 469, 471, 472, 474, 489-494, 502, 513

SAMPAIO, A. M. de, 185

SAMPAIO, Francisco Marinho de, 504

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro, 95, 104-105, 418

SAMPAIO, Teodoro, 3, 15, 262
 SAMPERES, Gaspar de, 16
 SANABRIA, Mencia Calderon de, 14
 SANCHEZ, Alonso B., 28, 31, 50-51, 56,
 59-60, 124, 125
 SANDE, Antônio Paes de, 171
 SANDOVAL, Alonso, padre, 481
 SANTA CATARINA, 12, 14, 48, 119,
 157, 198, 213, 214, 215, 217, 221, 228,
 244-245, 274, 276, 278, 306, 366-368,
 492
 SANTA MARIA, Agostinho de, frei,
 147, 234, 471, 472, 493
 SANTA MARIA, Francisco de, 147-148
 SANTA SÉ, 233
 SANTA TERESA, Luís de, frei, 232
 SANTA TEREZA, Giovanni Gioseppe
 di, frei, 55
 SANTIAGO, Anfrisia, 504, 505
 SANTIAGO, Bento Lopes de, 373
 SANTIAGO, Diogo Lopes, 53-54, 66
 SANTO AMARO, ilha de, 14
 SANTO OFÍCIO, 374, 377, 379, 444,
 469, 475, 476, 477
 SANTOS (vila e cidade de), 39, 134,
 147, 151, 152, 160, 172, 173, 206, 213,
 214, 239, 244, 245, 269, 270, 274, 277,
 278
 SANTOS, Antonio Ribeiro dos, 436
 SANTOS, Francisco Marques dos, 173
 SANTOS, Lúcio José dos, 177, 178
 SANTOS, Manuel dos, 50, 472
 SANTOS, Manuel Martins dos, 367
 SÃO CRISTÓVÃO (cidade), 239
 SÃO GABRIEL, ilha de, 366
 SÃO LEOPOLDO, visconde de, ver PI-
 NHEIRO, José Feliciano Fernandes
 SÃO LUÍS (cidade), 42, 46, 48, 84-85,
 87, 90, 92, 361
 SÃO LUÍS, Francisco, bispo, conde, 10
 SÃO PAULO, 3, 35, 83, 106, 107, 115,
 116, 117, 120, 122, 129-161, 167, 170,
 172, 173, 178, 179, 181, 189, 208, 209,
 211, 214, 215, 216, 239, 244, 260, 263,
 268, 274, 276, 277, 278, 288, 292, 293,
 296, 306, 307, 308, 315, 387, 407, 461,
 471, 508
 SÃO PEDRO (vila de), 220, 222
 SÃO VICENTE (capitania de), 7, 13-14,
 129-161, 179, 213, 229, 254, 260, 261,
 263, 265, 270, 304, 371, 428, 451, 459,
 491
 SARAIVA, Mateus, 165, 464
 SÁ, Simão Pereira de, 116
 SAUSSURE, Ferdinand, 42
 SAY, Jean Baptiste, 412, 413
 SCHETZ (engenho dos), 135
 SCHMIDEL, Ulrico, 13-14
 SCHUELLER, R., 8, 82-83
 SCÜTERO, Mateus, 294
 SEBASTIÃO (D.), 427
 SECAS, 231, 236, 242, 470, 494
 SEIXAS, Romualdo Antonio de, arce-
 bispo, 305
 SEMINÁRIO, da Lapa, 407; de Olinda,
 382-384
 SEPULVEDA, Manuel Gorge Gomes,
 220
 SEQUEIRA E SA, Manuel Tavares de,
 364
 SERGIPE, 16, 237, 239, 279, 304, 310,
 507
 SERINHAÊM, 304
 SERRA, Ricardo Franco de Almeida,
 176, 188, 191, 200, 201, 202-207
 SERTANISTAS, Relatos Monçoeiros e,
 98, 120-123, 164-165, 188, 189, 208
 SERTÃO, Domingos Afonso, 419, 499
 SETE POVOS DAS MISSÕES, 215,
 219, 220, 222
 SHAW, Paul Vanorden, 114
 SHEVERIN, Pedro, 380
 SILVA, Alberto, 440
 SILVA, Bartolomeu Bueno da, 153, 189,
 208, 211
 SILVA, Felipe de Carvalho da, 219
 SILVA, Francisco Ribeiro da, 313-314
 SILVA, Inocêncio Francisco da, 60, 89,
 91, 100, 103, 106, 107, 151, 158, 161,
 166, 173, 193, 194, 197, 198, 201, 209,
 210, 225, 241, 242, 287, 292, 301, 303,
 306, 307, 310, 315, 320, 361, 365, 367,
 379, 395, 398, 405-406, 410, 411, 416,
 426, 427, 430, 445, 463, 464, 472, 510
 SILVA, Joaquim Caetano da, 33, 45
 SILVA, José Justiniano de Andrade, 440
 SILVA, Luciano Pereira da, 101
 SILVA, Luís Francisco de Carvalho da,
 219
 SILVA, Luís Vieira da, 183, 184
 SILVA, Manuel Jordão da, 213
 SILVA, Maria Fernanda Gomes da, 27,
 50, 289, 402, 427, 434
 SILVA, Pirajá da, 433, 436, 437
 SILVA, Rodrigo Mendes da, 472
 SILVA, Silvestre Ferreira da, 365
 SILVA, Thomaz da Costa Corrêa Rabe-
 lo da, 219
 SILVEIRA, Braz da, 164
 SILVEIRA, Carlos Pedroso da, 136
 SILVEIRA, Ildefonso, 298, 299
 SILVEIRA, Joaquim da, 426, 430
 SILVEIRA, Luís, 399
 SILVEIRA, Simão Estácio da, 78, 81, 82

SIMÃO, Luís, 452
 SIQUEIRA, Bartolomeu Bueno de, 136, 163
 SIQUEIRA, Ignacio, 276
 SIQUEIRA, Joaquim da Costa, 198-200, 202
 SIQUEIRA, José da Costa, 188
 SIQUEIRA, Sônia Aparecida, 379
 SLUITER, Engel, 48-49
 SMITH, Adam, 412, 415
 SMITH, Robert, 89
 SOARES, Diogo, padre, 51, 120, 164, 165, 208, 214-215, 244, 366
 SOARES, Ernesto, 464
 SOARES, Francisco, 264
 SOARES, Norival, 180, 181
 SOARES DE MELLO, José, 502, 503, 508
 SOBERANIA POPULAR, 385, 386
 SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL, 406
 SOCIEDADE LITERÁRIA DO RIO DE JANEIRO, 408, 410
 SODERINI, Pedro, 6, 7
 SOLEDADE, Fernando da, frei, 297, 302, 472
 SOMMERVOGEL, Carlos, 91, 259, 292, 397, 402, 444
 SOROCABA, 189, 193, 209
 SOUSA, Álvaro Pires de Castro e, 459
 SOUSA, Antônio Caetano de, 130, 148, 463, 465-468, 471, 472
 SOUSA, Antônio da Silva e, 375
 SOUSA E SILVA, Joaquim Norberto, 177
 SOUSA, Francisco de, 264
 SOUSA, Francisco Ferreira de, 223
 SOUSA, Gaspar de, 20, 42
 SOUSA, Gabriel Soares de, 3, 426, 430, 432, 433-439
 SOUSA, João Falcão de, 440-441
 SOUSA, João Coelho de, 443-434
 SOUSA, José Antonio Soares de, 437
 SOUSA, Luís de, frei, 11, 50, 446, 484
 SOUSA, Luís de Vasconcelos e, 123, 169, 179, 182
 SOUSA, Manuel de Faria e, 51-52
 SOUSA, Manuel Marques de, 226
 SOUSA, Martim Afonso de, 9-10, 39, 129, 134, 145, 148
 SOUSA, Paulino José Soares de, visconde do Uruguai, 133
 SOUSA, Pedro de Vasconcelos de, 329
 SOUSA, Pero Lopes de, 8-9, 38-39, 134, 150
 SOUSA, Washington Luís Pereira de, 146, 147, 244, 245

SOUTHEY, Robert, 21, 66, 262
 SOUTO MAIOR, João de, 113, 116, 117-118
 SOUTO MAIOR, Pedro, 442
 SOUTO MAIOR, Simão de, padre, 392-393
 SOUZA, Francisco Ferreira de, 223
 SOUZA, Tomé de, 250, 251, 253, 256, 258, 264
 SOUZA DOCCA, E. F. de, 219
 STADEN, Hans, 13-15, 42
 STETSON JR., John B., 427, 430
 STUDART, Guilherme, barão de, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 50, 82, 140, 242, 263, 280, 291, 295, 301, 372, 373, 394-395, 397, 399, 421, 435, 436, 457, 470, 471, 472, 473

T

TABACO, 19, 63, 72, 164, 237, 243, 393, 401, 402, 406, 414, 496, 506, 507
 TAQUES DE ALMEIDA PAES LEME, Pedro, 116, 129-142, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 159, 160, 161, 229, 305, 308, 329, 459, 464, 466-469, 473, 501, 503
 TAUBATE, 172, 178
 TAUNAY, Afonso d'Escragnole, 13, 114, 115, 116, 120, 121, 123, 125, 130, 131, 132, 133, 136, 138, 140, 142, 143, 144, 145, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 159, 161, 162, 163, 164, 188, 191, 192, 193, 208, 277, 292, 308, 319, 326, 329, 390, 394, 397, 398, 404, 405, 442, 444, 464, 467, 501
 TAUNAY, Alfredo, visconde de Taunay, 193
 TAVARES, Antônio Raposo, 115
 TAVARES, Antonio Rolim de Moura, conde de Azambuja, 121, 122, 190, 199, 204, 508
 TAVARES, Francisco Moniz, 408
 TAVARES, João, 249, 280, 281
 TAVARES, Simão, 451
 TAVARES BASTOS, A. C., 97
 TECHO, Nicolas del, 115, 124, 125
 TEXEIRA, Bento, 373
 TEIXEIRA, Domingos, 78, 88, 91-92, 328
 TEIXEIRA, José João, 171
 TEIXEIRA, Pedro, 19, 25-28, 29-32, 34, 48, 76, 84, 290
 TELLES, Vicente Coelho de Seabra Silva, 405, 410
 TEODÓSIO, príncipe, 476, 485

TEOLOGIA, ensino no Brasil de, 378, 382, 416, 457, 468
 TERNAUX-COMPANS, Henri, 429
 TERRORISMO OFICIAL, 250, 319-320, 322-351
 THÉVET, André, 37, 40-42, 102
 THOMAZ, M., 361
 THYSIUS, Antonius J. C., 53
 TIRADENTES, Joaquim José da Silva Xavier, dito, 179-180, 182, 183
 TOLEDO, Andrés de, 27, 29
 TOLEDO, Fadrique de, 59
 TRABALHADORES, 236
 TRABALHO ESCRAVO, 378
 TRATADO, de Madri (1750), 366, 367, 509, 510; de 1777, 366, 417, 418; de paz com a Holanda, 499
 TRATADO POLÍTICO de Rocha Pita, 499-500
 TRATADOS de 1681 a 1777, 364
 TRAVASSOS, Simão, 348, 374, 450, 451, 478
 TREVISAN, Ângelo, 7, 8
 TRISTÃO, Manoel, 265
 TUBARÃO, índio, 213

U

UBATUBA, 15, 160
 UFANISMO, 283, 285
 UGARTE, Ruben Vargas, 28, 31
 UNIÃO SOVIÉTICA, 493
 URBANO VIII, papa, 277
 URUGUAI, 363, 367
 URUGUAY, visconde do, ver SOUSA, P. J. Soares de
 UTI POSSIDETIS, princípio do, 366

V

VACARIA (RS), 244
 VAISSETTE, José, 148
 VALADARES, conde de, ver ABRANCHES, José Luís de Menezes
 VALE, Leonardo do, 273
 VALENÇA, marquês de, ver CASTRO, Afonso Miguel de Portugal
 VALENCIA Y GUZMAN, Juan de, 60
 VALLE CABRAL, Alfredo, 3, 4, 116, 124, 241, 364, 395, 396, 464
 VALVERDE, Orlando, 404
 VAN MEURS, padre, 17
 VAQUEIRO, ofício e título de, 420
 VARGAS, Tomás Tamayo de, 59-60
 VARNHAGEN, Francisco Adolfo, visconde de Porto Seguro, XVI, 3, 6,

7, 9, 10, 13, 15, 20, 26, 27, 31, 38-39, 45, 52, 55, 63, 83-85, 87, 92, 94, 96-97, 103, 104, 105, 106, 107, 118, 121, 141, 147, 150, 151, 156, 164, 165, 201, 208, 215, 216, 222, 259, 265, 266, 272, 286, 287, 290, 291, 295, 298, 305, 315, 319, 327, 329, 362, 364, 373, 382, 395, 397, 404, 406, 407, 408, 410, 411, 416, 417, 418, 430, 431, 433, 434, 435, 437, 439, 450, 455, 456, 457, 459, 469, 473, 501, 513
 VASCONCELOS, Antônio Pedro de, 512
 VASCONCELOS, Bernardo Pereira de, 182
 VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de, 162, 163, 182-184
 VASCONCELOS, José de, 372
 VASCONCELOS, Pedro de, 329
 VASCONCELOS, Simão de, 99, 135, 147, 213, 249, 262, 275, 277, 278, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 305, 371, 472, 484
 VAT, Odulfo van der, 298, 301
 VAZ, Fernando, 9
 VAZ, Sebastião, padre, 393
 VEIGA, J. P. Xavier da, 166, 184, 404
 VEIGA, Tomé Pinheiro da, 375
 VELHO, Domingos Jorge, 116, 323, 324, 499
 VELOSO, José Mariano da Conceição, frei, 404, 406-407, 408, 436
 VENCEDOR (O) na História, 386
 VERDONCK, Adriano, 74
 VERISSIMO, José, 141, 177
 VERLINDEN, Charles, 39
 VESPÚCIO, Américo, 5-7
 VIANA, Hélio, 427, 428, 430, 456, 457
 VIDA, Sebastião Monteiro da, arcebispo, 306, 312
 VIEGAS, João Peixoto, 405
 VIEIRA, Antônio, padre, 52-54, 59, 61, 64, 71, 85, 99, 117, 212, 265, 274, 275, 281, 286, 374, 375, 378, 396, 398-399, 444, 462, 474, 475-489, 493, 497, 513
 VIEIRA, Celso, 503
 VIEIRA, João Fernandes, 54, 115,
 VILA Bela, 107, 188, 191-193, 195, 197, 198, 201, 202, 204, 205, 206, 313; de Sabará, 151, 168, 174, 178, 181, 410; de São João del Rey, 172, 173; de Serro Frio, 179, 180; do Carmo, 173, 179; Franca, 102; Nova da Rainha, 173, 179; Nova do Príncipe, 173; Rica, depois Ouro Preto, 151, 165, 172-173, 174, 177, 179, 180, 181, 182, 183, 205, 240

VILA MAYOR, conde de, 510
VILLASANTI, Pedro Cadena de, 90
VILLEGAINON, Nicolas Durand de,
38, 40-41
VILHENA, Leonor Josepha de, 495
VILHENA, Luís dos Santos, 240, 474,
503-509, 513
VIMIEIRO, conde de, 129, 130, 132,
133, 134, 148
VIMIEIRO, condessa de, 459
VIMIOSO, conde de, ver CASTRO,
Afonso Miguel de Portugal e
VITERBO, Francisco Marques de Sou-
sa, 221
VITERBO, Joaquim Sousa, 468
VITORIA (vila e cidade de), 244

W

WALBEECK, Johannes van, 76
WALDSEEMULLER, M., 5
WÄTJEN, Hermann, 55
WELLINGTON, visconde de, Arthur
Wellesley, 388

WILLEKE, Venâncio, 298, 299, 301, 303,
305
WIZNITZER, Arnold, 53
WORD, S. F. von, 13
WORP, J. A., 64
447

X

XAVIER, Francisco José da Serra, 446-7
XAVIER, José Joaquim da Silva, ver
TIRADENTES

Y

YOUNG, Ernesto, 3

Z

ZARCO Y COLONA, Tivisco de Na-
sao, 472
ZUZARTE, Theotonio José, 121

HISTÓRIA DA HISTÓRIA DO BRASIL

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

Este trabalho faz parte de uma trilogia planejada pelo Autor desde 1944, quando voltou dos Estados Unidos. A primeira, *Teoria da história do Brasil*, já em quinta edição (1978), a segunda, *A pesquisa histórica no Brasil*, em terceira edição (1978), e esta, que ora começa a ser publicada, formam o conjunto da obra. Todas têm como finalidade servir aos estudos superiores de história, no campo da teoria, da metodologia, da pesquisa e da historiografia.

História da história do Brasil divide-se, por sua vez, em três partes distintas: "Historiografia colonial" (que compreende este volume); "Historiografia nacional" (séculos XIX e XX); e "Historiografia e ideologia" (estas duas em preparo).

A primeira, "Historiografia colonial", foi publicada em espanhol e abrange os séculos XVI e XVII (*Historiografía del Brasil, siglo XVI*, México, 1957; e *Historiografía del Brasil, siglo XVII*, México, 1963); e só agora surge em português, acrescida, porém, do século XVIII. Completamente remodelada, divide-se pela temática e, não, por séculos, como na edição mexicana. Abrange, assim, toda a história da investigação histórica e dos historiadores, desde as manifestações mais rudimentares até a elaboração mais cuidada. Pela primeira vez se faz um levantamento bibliográfico crítico dos historiadores brasileiros, vistos e analisados por métodos históricos e, não, literários, como, em parte, apareceram os maiores trabalhos na história da literatura. Os poucos precursores de José Honório Rodrigues, como Capistrano de Abreu, Alcides Bezerra e Sérgio Buarque de Hollanda, fizeram ensaios sobre determinado historiador, ou determinado período, mas nunca uma obra que abrangesse, de forma independente, toda a história da historiografia brasileira. Antes deste livro, era na história da literatura, único ramo da historiografia intelectual, que se escreviam, no Brasil e em Portugal, a análise e a crítica da evolução do pensamento e da forma do escrito histórico. O relato histórico, seja a crônica conjuntural, seja a história estrutural, é um produto final do impulso histórico de cada geração e, assim, serve para esclarecer as opiniões das minorias intelectuais e para compreender os trabalhos e os sacrifícios do povo brasileiro.

A. J. L.

A “BRASILIANA”

Em 1931, cerca de cinco anos depois de fundada, a Companhia Editora Nacional começou a publicação da “Brasiliana”. De então para cá, quase quatrocentas obras foram publicadas na coleção, cada uma das quais traz sua contribuição para melhor entendimento do País e de seus problemas de ontem, de hoje, de sempre.

História, geografia, estrutura física e estrutura mental, crenças e tradições, usos e costumes, folclore, língua e literatura, economia, educação, transportes, clima e saúde, organização política, biografia de grandes brasileiros — tudo quanto, enfim, têm sido e vêm sendo a terra e a gente, tem sido, também, e vem sendo objeto de divulgação na “Brasiliana”, em trabalhos originais, teses, memórias, ou, em larga parte, na republicação do esgotado, do disperso, do esquecido, escrito aqui, ou fora daqui, e útil ao conhecimento do Brasil. A “Brasiliana”, sob a direção inicial do humanista e educador do porte de Fernando de Azevedo e, de bons anos para cá, entregue à alta competência de Américo Jacobina Lacombe, é, pois, na plenitude do termo, um patrimônio nacional, patrimônio inapreciável, marco definitivo da cultura brasileira.

Além de prosseguir no lançamento de novos títulos da “Brasiliana”, a Companhia Editora Nacional vem promovendo amplo programa de reedição de obras esgotadas dessa coleção. Para tanto, tem contado com o apoio valioso de instituições empenhadas na promoção e preservação da cultura, notadamente do Instituto Nacional do Livro, do Ministério da Educação e Cultura.